

Padre FERNANDO AUGUSTO DA SILVA e CARLOS AZEVEDO DE MENESES

ELUCIDÁRIO MADEIRENSE



III VOLUME

O-Z

O

Obras Públicas Distritais. Durante séculos não tiveram os melhoramentos mandados realizar pelo Governo da metrópole, como foram a construção da Sé Catedral e de diversas igrejas, as fortificações militares, alguns edifícios públicos, as estradas e ainda outros, uma repartição central que neles superintendesse e os orientasse convenientemente, não somente sob o ponto de vista da sua administração mas também com respeito à direcção técnica das diversas obras a executar. Esse serviço corria por intermédio de várias repartições públicas, como a secretaria do Governo superior do arquipélago, os chefes militares locais, a provedoria da fazenda e os municípios, sendo enviados de Lisboa engenheiros ou técnicos destinados a dirigir os trabalhos de maior vulto.

Foi somente no ano de 1852 que se criou no Funchal uma repartição com o nome de «Direcção das Obras Públicas Distritais» encarregada de dirigir e administrar todos esses trabalhos, concedendo o Governo central uma verba anual, sempre muito limitada e variável de ano para ano, apesar das constantes solicitações que eram feitas desta ilha. Essa repartição tinha à sua frente um engenheiro e possuía o indispensável pessoal, sendo muitas vezes dirigida por funcionários que deixaram o seu nome ligado a importantes melhoramentos públicos, como foram os engenheiros major Tibério Blanc, capitães Júlio Augusto de Leiria e Henrique de Lima e Cunha e ainda outros.

Perdurou essa situação até o ano de 1901, em que foi concedida a este distrito a autonomia administrativa, transitando para a repartição das obras públicas da Junta Geral todos os serviços que corriam por aquela repartição, que então foi extinta.

Observações Fenológicas. A pág. 15 do volume II desta obra e sob o título «Fenologia», faz-se menção de alguns artigos referentes a este assunto, devidos à pena do distinto botânico Carlos Azevedo de Meneses, dos quais se transcreve um deles, publicado na antiga revista Portugal Agrícola, que foi julgado útil para ficar trasladado nestas paginas.

«O pouco que se sabe acerca da phenologia da Madeira deve-se ás observações do dr. Heer, realizadas em 1850 e 1851, e ás que desde 1902 vimos fazendo n'esta ilha. As observações referentes ao periodo decorrido desde setembro de 1902 a principios d'abril de 1805 foram publicadas n'uma revista botanica franceza hoje limita-se a nossa tarefa a apresentar os dados colhidos posteriormente a esta ultima data, isto com o fim de lançar mais alguma luz sobre o comportamento phenologico de varias essencias introduzidas na ilha e que se desenvolvem bem sob o nosso clima.

Das quatro espécies mencionadas nas Instruções de Hoffmann–Inne, somente o carvalho (*Quercus pedunculata*) é frequente no Funchal e arredores, distinguindo-se de todas as outras essências que temos tido ensejo de observar, pela precocidade verdadeiramente extraordinária da sua folheação.

Dos muitos carvalhos plantados na margem esquerda da ribeira de S. João, dois desabroilharam a 3 de dezembro de 1905; a 23 do mesmo mez, dois terços d'esses carvalhos tinham folhas novas, achando-se muitos d'elles já regularmente folheados. Em fins de janeiro do anno seguinte todos os exemplares cultivados no Funchal tinham folhas, mas somente se tornaram completamente verdes na primeira quinzena de março.

As primeiras folhas amarellas vimol-as a 16 de setembro. As folhas, depois de amarellas, persistem nas arvores e só cahem muito tarde, quando a folheação vae já adiantada.

Na freguesia do Monte, que fica na altitude de 600 metros, a folheação dos carvalhos só principiou a 15 de janeiro, isto é, 43 dias mais tarde que no Funchal.

Do castanheiro da India (*A Esculus Hippocastanum*), também mencionado nas Instruções de Hoffmann–Ihne, só pudemos observar dois individuos plantados no Funchal. O descoramento das folhas manifestou-se a 03 de setembro e as primeiras folhas novas appareceram a 12 de março. As flôres começaram a apparecer nos primeiros oito dias d'abril.

No *Platanus occidentalis*, na *Vitis vinifera* e na *M. Labrusca* o descoramento das folhas manifestou-se respectivamente a 14, 15 e 21 de setembro, tendo logar o desabroilhamento a 24, 22 e 20 de fevereiro do corrente anno. A folheação dos platanos começou na freguesia do Monte a 6 de março, isto é, 12 dias mais tarde que no Funchal.

As folhas dos platanos tambem se conservavam por largo tempo nas arvores depois de amarellecere, mas cahem sempre antes do inicio da nova folheação.

Na *Robinia Pseudo* acacia o descoramento das folhas começou a 15 d'outubro, na *Tilia argentea* a 18 do mesmo mez e na *Ficus Carica* a 2 de novembro; a folheação d'estas mesmas arvores começou respectivamente a 27 de janeiro, 12 de março e 24 de janeiro. Todas estas observações se referem ao Funchal; no Monte o desabroilhamento das especies mencionadas deu-se a 19 de fevereiro, 19 de março e entre 21 e 25 de fevereiro.

Nas anoneiras (*Anona cherimolia*) do Funchal, as primeiras folhas amarellas appareceram a 14 de fevereiro do corrente anno e as

primeiras folhas novas a 9 d'abril. Nos castanheiros do Monte deu-se o desabrolhamento a 20 de abril e nas nogueiras entre 30 de abril e 5 de maio.

Não nos foi possível colher dados precisos acerca da época do descoramento das folhas das arvores nos arredores do Funchal, mas mais d'uma vez temos notado que esse descoramento é tanto mais tardio quanto mais elevado é o ponto onde estão as mesmas arvores.

Do que fica enunciado, vê-se, pois, que a duração do repouso vegetativo no período a que se referem as nossas últimas observações foi de 163 dias para o platano, de 160 para a vinha, de 152 para a vinha Labrusca, de 170 para o castanheiro da India, de 78 para o carvalho, de 104 para a robinia, de 145 para a tilia, de 83 para a figueira e de 54 para a anoneira. No periodo decorrido desde 1903 a 1905, achamos os seguintes numeros medios representativos do repouso hibernal das mesmas especies: platano 168 dias, vinha 162, vinha Labrusca 156, castanheiro da India 192, carvalho 123, robinia 112, tilia 166, figueira 125 e anoneira 50.

Segundo as notas phenologicas publicadas pelo sr. Adolpho Frederico Moller no Boletim da Sociedade Broteriana, a duração média do repouso vegetativo em Coimbra, no periodo decorrido desde os fins de 1903 a principios de 1905, foi de 140 dias para o platano, de 154 para a vinha, de 136 para o castanheiro da India, de 154 para o carvalho, de 146 para a robinia e de 156 para a tilia. Cotejando estes números com alguns dos anteriores, chega-se á conclusão que a robinia e o carvalho repousam em Coimbra mais tempo que no Funchal, ao passo que nas outras espécies se dá o caso inverso.

Poderá causar surpresa à primeira vista que certas essências na latitude da Madeira tenham um repouso mais prolongado e por consequência períodos mais curtos de actividade vegetativa do que em países mais setentrionais, mas o caso, além de nada oferecer de anormal, explica-se facilmente, como vamos ver.

Em primeiro lugar, a distribuição das águas meteóricas não se faz em Coimbra do mesmo modo que no Funchal; enquanto naquela cidade se registam em média, durante os meses de verão, 79 milímetros de chuva, no Funchal registam-se apenas 16,9. A quantidade média da chuva acusada pelo udometro do observatório de Coimbra no mes de Julho é de 19,4 e no mes de Agosto de 15,3 milímetros, enquanto no Funchal é ela respectivamente de 1,1 e 2,4 milímetros. Naquela cidade do continente há durante os meses de verão 21,5 dias de chuva, no Funchal, apenas 4,2.

Sendo portanto, as estiagens prolongadas durante a estação mais quente do ano uma das características do clima do Funchal e devendo resultar dali uma suspensão antecipada na actividade vital das plantas, é claro que o descuramento das folhas se deve dar entre nós primeiro do que em Coimbra, e tanto mais cedo quanto mais sensíveis forem as arvores á acção da seca.

Eis indicada uma das causas dos longos períodos de repouso assinalados na Madeira; a outra causa está na particularidade que oferecem certas árvores cultivadas entre nós de só principiarem a desabrochar depois de haverem recebido uma soma de temperatura bastante superior á que as faz entrar em vegetação nos países donde são originarias.

Mas não é em todas as essências que se observa este desabrolhamento tardio, no qual A. de Candolle queria ver uma adaptação das árvores ao clima, e A. Grisebach uma sobrevivência de hábitos inveterados na espécie. O carvalho, por exemplo, parece constituir uma excepção à regra, excepção tanto mais para surpreender quanto é certo que ela se dá também nas altitudes médias da ilha.

Convêm advertir no entretanto que se o desabrolhamento do carvalho começa extraordinariamente cedo na Madeira, a folheação geral só se completa depois de decorrido um prazo bastante longo, como mostrámos no principio deste artigo. Parece indicar isto uma certa tendência na espécie, motivada por hábitos hereditários, para resistir á influencia das temperaturas normais de folheação.

Do mês de Setembro em diante é frequente aparecerem tanto nos troncos dos carvalhos como nas varas da vinha, muitos renovos antecipados. Como estes renovos não são acompanhados do intumescimento geral dos gomos, é preciso não os tomar pelo inicio da nova folheação.

Confrontando os dados colhidos desde 1903 a 1905 com os provenientes das nossas observações de 1905 a 1906, nota-se que neste ultimo período muitas arvores desabrolharam no Funchal consideravelmente mais cedo, sendo a antecipação maior no carvalho que nas outras espécies. Como a humidade é um dos factores da periodicidade e as precipitações atmosféricas foram abundantíssimas nos últimos meses de 1905, ao contrario do que sucederá nos anos anteriores, é de presumir que esta fosse a causa das mesmas arvores entrarem mais cedo em vegetação.»

A revista botânica a que acima se faz referencia é o «Bulletin de l'Academie Intern. de Geogr. Botanique du Mans» nº 189 e 190 de 1905.

Oceanografia. O mar é um vasto meio biológico, onde se encontram as mais variadas formas, tanto vegetais como animais. Se as plantas superiores são quase todas terrestres, nas plantas inferiores inúmeras há que nascem, vivem e morrem no seio das águas oceânicas. O reino animal tem também numerosos representantes nas águas-marinhas, fornecendo uma boa parte da alimentação do homem, assim como um variado número de organismos que, embora sem importância na economia humana, desafiam a curiosidade dos observadores científicos.

O estudo da oceanografia está ainda muito atrasado na Madeira; no entanto, temos já alguns valiosos trabalhos descritivos ou de classificação sobre vários grupos de organismos que habitam o mar, os quais, embora não satisfaçam sempre às exigências da hidrobiologia moderna, são todavia muito úteis para o conhecimento da composição faunística e florística das nossas águas.

Nos artigos *Algas*, *Carcinologia*, *Conchas*, *Peixes*, *Estrelas*, *Ouriços do Mar*, *Vermes*, etc., etc., alguns dados se encontram sobre as produções animais e vegetais de nossos mares, mas os resultados obtidos até agora, principalmente por meio das pescas e dragagens realizadas, se bem que representem um grande passo no caminho da investigação dos organismos que vivem no nosso meio marinho, pouca luz vêm lançar sobre certos pontos de oceanografia que muito preocupam as atenções dos sábios modernos. O plancton, ou o conjunto dos vegetais e animais que flutuam passivamente no seio das águas, sendo portanto o joguete das correntes e das condições físicas e químicas do meio em que vivem, está muito imperfeitamente estudado, e o mesmo se pode dizer acerca de certos grupos bentônicos, ou que exercem a sua actividade junto do fundo dos mares. O estudo dos factores ecológicos, tais como a temperatura, a salinidade, os gases dissolvidos, a pressão, o movimento das águas nos nossos mares, etc., esta quasi por fazer, e sobre os organismos do plancton ou planctontes, que desempenham papel preponderante pela sua abundância, só existem publicadas algumas ligeiras notícias sobre os Copépodos e as Diatomáceas madeirenses. Nada se sabe, que nos conste, sobre os Dinoflagelados, e, sobre os Cistoflagelados, apenas se conhece a *Noctiluca miliaris*, elemento muito frequente nas nossas águas e que provoca de noite fenómenos de fosforescência.

Tem-se falado muito, ultimamente (1921), no estabelecimento dum museu oceanográfico no Funchal, mas para que tal instituição, a ser levada a efeito, se torne verdadeiramente útil, preciso se torna que ao estudo dos organismos das nossas águas se dê uma latitude maior do que a que tem tido até hoje. Não basta que nos armários desse museu figurem os peixes, os crustáceos, as conchas, os antozoários, os equinodermes e ainda outros grupos capazes pelas suas dimensões de chamar a atenção dos leigos em ciências naturais; é preciso que aí tenham cabimento também as bacteriaceas, os flagelados, as clorofíceas, os foraminíferos, os

ciliados, os radiolários, os tunicados e outros grupos de plantas e de animais que caracterizam as águas oceânicas e entram em muitos casos no domínio do plancton. A instalação de aquários destinados a reproduzir as condições do meio marinho seria muito vantajosa, pois permitiria a realização de observações difíceis de levar a efeito por outra forma.

O equipamento das expedições destinadas ao estudo da fauna e dos factores ecológicos das grandes profundidades é, sem dúvida, muito dispendioso por causa do navio, dos aparelhos e dos homens que é preciso utilizar, mas se as nossas aspirações forem mais modestas e quisermos estudar apenas a composição faunística e florística das águas da baía do Funchal ou das proximidades da nossa costa, basta-nos neste caso recorrer aos aparelhos de pesca dos pescadores, às redes de Muller, aperfeiçoadas para a colheita dos planctontes a várias profundidades, às redes de malha larga e aos frascos de boca larga para os macroplanctontes, e às dragas para a colheita dos organismos em contacto com o fundo.

Um barco, que não precisa ser muito grande, e alguns frascos com os líquidos fixador e conservador, completam os materiais exigidos para as pequenas explorações oceanográficas.

Se aqueles que possuem embarcações e se dedicam aos desportos náuticos empregassem uma parte do tempo que passam embarcados na colheita dos organismos marinhos, muito se adiantariam os nossos conhecimentos oceanográficos locais que, como dissemos, são ainda muito limitados. É o plancton que mais particularmente requerer as atenções dos amigos das ciências naturais, e, se o estudo dos microrganismos que o constituem oferece às vezes dificuldades, é preciso não esquecer que muitas delas podem ser vencidas com algum esforço e trabalho, e outras recorrendo ao esclarecido conselho dos especialistas, os quais não recusam em geral o seu auxílio aos principiantes que revelam zelo e amor pelas pesquisas a que eles também se consagram.

Pela próxima afinidade que têm com o assunto deste artigo, transcrevemos da valiosa obra do engenheiro Adolfo Loureiro «Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes» (V-21) os seguintes períodos:

«Sabe-se que a Madeira está situada na região das grandes correntes oceânicas, que se manifestam na parte líquida do nosso planeta. Logo de principio, e desde a descoberta da Madeira, principiou a notar-se que os navios que desta ilha seguiam na direcção das Canarias eram insensivelmente levados do N. para W. A corrente que se estabelecia para SSW era de 12 a 16 milhas por dia, e atribuía-se á acção do vento. A costa N. da Madeira, e especialmente ao Porto da Cruz, trazia as vezes o mar frutos desconhecidos, que se supunha virem de W. A temperatura que se encontrava nas águas parecia seguir leis e fenómenos persistentes. Fazendo parte dos habitantes da Madeira nautas e conhecedores do mar, estes factos não lhes passaram despercebidos, e crê-se mesmo que

Cristovam Colombo foi por eles levado a conjecturar que para os lados do ocidente haveria terras donde provinham aquelas amostras de frutos.

A temperatura das águas e a sua distribuição á superfície, os seus movimentos periódicos e condições seguindo uma lei que parecia constante, deveriam passar a ser objecto de estudos oceanográficos muito interessantes, que infelizmente não se fizeram nunca.

Reconheceu-se, também, que as condições de profundidade deste mar eram excepcionais, e, começando a ser muito grande junto da costa, aumentava rapidamente na direcção dos Açores sendo de 1.650 braças a 2.675.

Para o N. da Madeira, era a 120 milhas da costa de 1.650 braças. Entre a Madeira e as Canárias chegava a 2.298 braças. E entre a Madeira e a costa de África, bem como entre a Madeira e as Canárias, a 2.400 braças, sendo já a curta distancia da ilha de 2.225.

Sobre os movimentos diários marítimos das aguas, ou sobre as marés, não estão estes fenómenos devidamente estudados e registados. Nas cartas, por exemplo, do engenheiro Azevedo, confirmadas por diversos officiais de marinha ingleses, menciona-se que o estabelecimento do porto no Funchal é às 12h.48m., e a elevação da maré de 2m,28.»

Ocupação da Madeira por Tropas Inglesas. Os medianamente versados em cousas históricas madeirenses sabem que foi esta ilha duas vezes ocupada por tropas inglesas, sendo a primeira de Julho de 1801 a Janeiro de 1802 e a segunda de Dezembro de 1807 a Outubro de 1814.

Ninguém ignora que a aliança inglesa nos lançou nos azares das guerras napoleónicas, sem que da nossa participação nas campanhas contra a França adviesse a mais insignificante vantagem para o nosso país, que nem sequer teve representação no Congresso de Viena, ao tratar-se das condições da paz. Entre os vexames que então sofremos, conta-se o da primeira ocupação da Madeira, feita a titulo de protecção e de defesa, mas que de facto correspondeu a uma verdadeira conquista, como claramente se vê dos documentos da época e que não deixam a menor duvida acerca dos desígnios que presidiram a essa ocupação.

Na manhã do dia 24 de Julho de 1801, surgiu no porto do Funchal uma esquadilha inglesa composta da nau de linha Argo, da fragata Carrysfort, do bergantim Falcon e de mais cinco navios transportes, sendo comandada pelo comodoro Bowen e trazendo a seu bordo cerca de 3.500 soldados e officiais, que vinham sob o comando do coronel Henry Cliton. Desembarcaram imediatamente

alguns oficiais e depois duma rápida conferencia com o cônsul inglês José Pringle, logo este se dirigiu ao Governador e Capitão-General D. José Manuel da Câmara, comunicando-lhe as ordens que recebera dos comandantes das forças britânicas, cuja vinda à Madeira tinha o único intuito de a proteger e defender dum suposto assalto dos navios franceses.

A surpresa do Governador não podia ser maior. Não só achava desnecessária a chegada da esquadra e a permanência das tropas entre nós, como ainda desconhecia por completo a sua vinda, causando o facto a maior indignação em toda a ilha. D. José Manuel da Câmara acatou no entretanto as ordens transmitidas pelo cônsul inglês, pois se convenceu de que a menor resistência da sua parte implicaria o imediato bombardeamento da cidade. Tudo isso se deduz claramente da exposição feita por D. José Manuel ao Governo central.

Não foi menor a surpresa do Governo do Príncipe Regente. Deu este ao nosso representante em Londres as necessárias instruções para protestar energicamente junto do Governo inglês contra a ocupação da Madeira, exigindo a imediata retirada das tropas, sobretudo depois que Napoleão tomara uma atitude mais benévola a respeito dos negócios de Portugal.

Enquanto decorriam vagarosamente as negociações em Londres, foi o coronel Cliton procurando uma mais apropriada e confortável acomodação para as suas tropas, que ao principio se espalharam pelas diversas fortalezas e depois ocuparam o colégio dos Jesuítas, então servindo de seminário diocesano, e ainda algumas casas particulares, donde foram desalojados os seus proprietários e moradores. Não se esqueceu de interferir abusivamente no governo e administração locais, vexando os habitantes desta ilha com medidas violentas, em que revelava a verdadeira tirania dos dominadores intrusos.

Depois de assinados os preliminares da paz de Amiens, a 1 de Outubro de 1801, o nosso representante em Londres novamente e com mais energia insistiu pela evacuação das forças inglesas da Madeira, mas só no começo do ano de 1802 é que o Governo britânico ordenou ao coronel Cliton a sua retirada desta ilha, realizando-se o embarque das tropas a 25 de Janeiro de 1802. Sete anos depois, foi esta ilha novamente ocupada por tropas britânicas, sendo desta vez mais completo e mais absoluto o domínio que aqui exerceram os ocupadores. Não pode restar dúvida de que a Inglaterra procedeu á posse definitiva do arquipélago sendo bastante para admirar como a nossa hábil diplomacia conseguiu com os esforços empregados em Londres e noutros centros europeus, restituir a Madeira á posse dos portugueses.

No dia 24 de Dezembro de 1807, ancorou no porto do Funchal uma esquadra inglesa, composta de quatro naus, quatro fragatas e

dezasseis navios transportes, sob o comando do almirante Samuel Hood, conduzindo dois regimentos de infantaria de mil soldados cada um e duas companhias de artilharia, vindo as tropas comandadas pelo major-general Guilherme Carr Beresford.

Efectuado o desembarque das forças militares, logo o general britânico se apressou a comunicar ao governador e capitão-general da Madeira, Pedro Fagundes Bacelar de Antas e Meneses, que fizesse a imediata entrega deste arquipélago, ao que o mesmo governador prontamente acedeu, na impossibilidade de qualquer resistência, tratando-se sem demora da capitulação, que no seu primeiro artigo consignava a cláusula de que «a ilha da Madeira e suas dependências serão entregues aos comandantes das forças de sua majestade britânica para serem conservadas e governadas por sua dita majestade com os mesmos direitos, privilégios e jurisdições com que até agora as gozou a coroa de Portugal.» Este auto de capitulação, que se compõe de 7 artigos, foi assinado no dia 26 de Dezembro por Pedro Fagundes e Beresford, tendo este ultimo no dia 30 do mesmo mês dirigido uma proclamação aos habitantes desta ilha, que vem transcrita nas Saudades da Terra e que é por muitos títulos um documentó interessantíssimo.

A ocupação foi desta vez mais completa e absoluta do que a primeira, e causou no Rio de Janeiro, para onde a corte se havia transferido pouco antes, e na nossa legação em Londres, uma grande e dolorosa surpresa, tratando-se logo pelos meios diplomáticos de obter uma possível reparação dos males que á Madeira causara aquela ocupação. Domingos António de Sousa Coutinho, depois conde do Funchal e nosso representante em Londres, homem de talento e de energia, empregou os mais diligentes esforços para a reentrega desta ilha e, depois duma luta porfiosa, conseguiu que toda a administração civil voltasse a ser exercida pelo Governo português e que o major-general Beresford ficasse com a superintendência em todos os assuntos militares ou que com eles directamente se relacionassem.

O governador Pedro Fagundes retomou o seu cargo de governador em fins de Abril de 1808 e ocupou de novo o palácio de S. Lourenço, de que havia sido despojado, mas de facto continuou a ocupação inglesa, embora atenuada pelas negociações diplomáticas realizadas pelo distinto representante de Portugal em Londres e consignadas na convenção de 16 de Março de 1808.

A 17 de Agosto de 1808, saiu para Lisboa, comandada por Beresford, metade das tropas inglesas aqui estacionadas, isto é um batalhão de infantaria e uma companhia de artilharia, vindo o coronel Mead comandar as forças britânicas que continuaram a permanecer no Funchal. Em Julho de 1812, foi o coronel Mead substituído pelo major-general Gordon, que aqui permaneceu no comando das forças britânicas até que estas saíram da Madeira no dia 3 de Outubro de 1814.

Durante estes sete anos de ocupação estrangeira, deram-se vários conflitos entre as autoridades superiores do arquipélago e os comandantes das forças inglesas, determinados pela invasão que estes faziam das atribuições que exclusivamente pertenciam aos governadores e capitães-generais. Entre esses conflitos, destaca-se o que foi provocado pela manifesta violação do nosso direito de soberania, em que o general Bereford fêz enforcar nos limites do nosso território um soldado inglês que matara um seu compatriota.

Ainda depois de terminada a guerra europeia, continuaram na Madeira as tropas inglesas, contra a letra expressa dos tratados e das promessas solenemente feitas ao nosso embaixador em Londres, até que á força de reiteradas instancias do Governo português, embarcaram elas no Funchal, no dia 3 de Outubro de 1814, com destino a Inglaterra, sob o comando do major general Gordon, como acima fica referido.

Como devida homenagem à memória deste ilustre diplomata, foi dado o seu nome a uma das novas ruas da cidade do Funchal.

Vid. Funchal (Marques do).

Ocupação da Madeira pelas Tropas Miguelistas. Como se sabe, D. Miguel, regente do reino, dissolveu as cortes e reuniu os três estados a 3 de Maio de 1828, proclamando-se rei absoluto. A 12 do mesmo mês, chegou á Madeira a noticia distes acontecimentos e logo o governador e capitão-general José Lucio Travassos Valdês se preparou para a resistência e para conservar-se fiel aos princípios consignados na Carta Constitucional, doada por D. Pedro IV.

No dia 25 de Junho de 1828, apareceu em frente do nosso porto a fragata portuguesa Príncipe Real, trazendo o novo governador miguelista José Maria Monteiro e um corregedor para esta comarca, munidos de poderes discricionários. A bordo da fragata achava-se o vice-almirante Prego, que se dirigia para os Açores como governador e capitão-general daquelas ilhas.

José Lucio Travassos Valdês enviou um emissário ao comandante do navio de guerra miguelista, dando-lhe conhecimento do estado dos espíritos neste arquipélago e da resistência que oporia ao desembarque do novo governador, e intimidando-lhe ao mesmo tempo a saída imediata das aguas da Madeira.

No dia 27 desapareceu a fragata, mas no dia 28 surgiram na nossa baía uma corveta e um brigue, do Governo usurpador, e, pela comunicação feita ao cônsul inglês Henrique Veitch, se soube que os absolutistas estavam no propósito de manter o bloqueio em

todo o arquipélago, contra o que o cônsul imediatamente protestou em nome do seu Governo.

A atitude enérgica e resoluta do governador e capitão-general Travassos Valdês obstou ao desembarque das forças miguelistas, tendo a esquadra abandonado as águas da Madeira, sem ter realizado os intuítos de conquista que animavam o seu comandante.

A 16 de Agosto de 1828, apareceu de novo em frente da baía do Funchal a esquadra realista, que se compunha de uma nau, duas fragatas, duas corvetas, dois brigues e duas charruas. Vinha comandada pelo vice-almirante Henrique da Fonseca Prego e trazia a seu bordo, além das equipagens, cerca de mil homens comandados pelo coronel José António de Azevedo e Lemos.

Ao alvorecer do dia 22 de Agosto, tomava a esquadra o rumo da baía de Machico, e às 11 horas da manhã o brigue Infante D. Sebastião rompia o fogo contra o forte do Ancoradouro, e em seguida contra a bateria do Amparo, que ofereceram uma fraca e pouco demorada resistência, tendo as respectivas guarnições fugido desordenadamente quasi aos primeiros tiros dados pela esquadra inimiga. Realizou-se em seguida o desembarque das tropas miguelistas «sem a menor resistência e com toda a comodidade», segundo o insuspeito testemunho dum contemporâneo dos acontecimentos.

José Lucio Travassos Valdês, que era sem duvida um bravo e tinha qualidades de estratégico, de que deu tão eloquentes provas nas campanhas da liberdade, tinha preparado a defesa da Madeira, mas dispunha de fracos elementos para isso, não só pelo numero e aptidões dos officiaes mas ainda pelos mal disciplinados e bisonhos soldados milicianos que compunham a guarnição do arquipélago. É certo que poucos dias antes tinham vindo de Inglaterra alguns officiaes nossos compatriotas, mas chegaram já tarde e só se podia contar com o seu valor e competência militar, o que não bastava para a organização duma defesa que tinha de ser enérgica e talvez demorada, em atenção ao numero e qualidade dos atacantes. Travassos Valdês organizou alguns núcleos de resistência desde Machico até ao Funchal, especialmente no Seixo, em Santa Cruz, no Porto Novo e Palheiro do Ferreiro, que tinham como comandante o tenente-coronel Schwalback. No Seixo, estavam 200 homens comandados pelo capitão Brito, que, ao aproximar-se o inimigo foi o primeiro a fugir, seguindo-lhe o exemplo toda a força militar que ali se encontrava. Schwalback, á vista destes sucessivos desastres e reconhecendo a inutilidade da resistência que preparara em Santa Cruz, resolveu concentrar as suas forças no forte do Pôrto Novo que estava bem artilhado, e aí, dominando as íngremes ladeiras que o inimigo forçosamente teria que subir, poderia causar grandes perdas nas tropas realistas e obrigá-las até a retroceder.

Quando Schwalback ordenava naquele excelente ponto estratégico os elementos de resistência que tinha á sua disposição e de

outros que vinham chegando do Funchal, deu-se uma explosão nas munições, de que resultou ficar gravemente ferido aquele oficial e outras praças da guarnição. Os soldados abandonaram então o forte em precipitada fuga e Schwalback dificilmente conseguiu reunir alguns homens que o conduzissem ao Funchal.

Travassos Valdês saindo da cidade em reforço da guarnição do Porto Novo, encontrou Schwalbach na estrada do Caniço, ferido e em direcção ao Funchal, e pôde então reconhecer que tudo estava perdido, sendo inútil qualquer resistência e restando apenas poupar a vida aos seus soldados e subtrair a população às represálias das tropas miguelistas.

O governador e capitão-general José Lúcio Travassos Valdês, que tanto se distinguiu nas lutas da liberdade e também na politica, com o nome de Conde de Bonfim, acolheu-se á protecção da Inglaterra, refugiando-se a bordo da corveta de guerra Alligator (**V. este nome, vol. I, pag. 46**) na tarde do dia 22 de Agosto, e seguindo poucos dias depois para Londres com outros emigrados.

As tropas realistas, pela manhã do dia 23 de Agosto, saíram de Santa Cruz em direcção ao Funchal, não encontrando a mais pequena resistência, e entraram na cidade na tarde daquele mesmo dia.

José Maria Monteiro (**V. este nome, vol. II, pag. 390**), o novo governador miguelista, desembarcou no dia 24 de Agosto e nesse dia tomou posse do seu novo cargo.

Ocupação do Porto Santo pelas Tropas Constitucionais. A 4 de Abril de 1832, foi o Porto Santo ocupado por uma força constitucional de 60 praças de artilharia, chegada da ilha Terceira no brigue de guerra Conde de Vila Flor e escuna de guerra Terceira. Comandava a mesma força o capitão Bento José de Oliveira, o qual fêz imediatamente aclamar na ilha a rainha D. Maria II.

No dia 7 do mesmo mês, chegou ao Porto Santo a fragata D. Maria II, que voltava do bloqueio da Madeira, e que trazia a seu bordo o almirante Sertorio, o futuro prefeito Luís da Silva Mousinho de Albuquerque, o deão da Sé do Funchal, Januário Vicente Camacho, e outros constitucionais, tendo a ocupação durado até 5 de Maio, em que a referida força e as demais pessoas que haviam desembarcado na ilha partiram com destino aos Açores.

Além da força de 60 praças já mencionada, embarcaram 104 voluntários que haviam fugido da ilha da Madeira para se alistarem no exercito constitucional.

Enquanto a expedição se conservou no Porto Santo, foram aprisionados alguns navios, cuja carga serviu para o abastecimento dos habitantes, que padeciam já alguma fome, tanto porque a produção da ilha no ano anterior havia sido escassa, como pela impossibilidade de virem mantimentos da Madeira, por causa do bloqueio.

Reinou o maior sossego no Porto Santo enquanto durou a ocupação, em virtude da disciplina das tropas e da vigilância exercida por Mousinho de Albuquerque e oficiais sob as suas ordens.

A 29 de Maio, depois da partida das tropas constitucionais, chegou ao Porto Santo o iate Bomfim, vindo da Madeira e trazendo a seu bordo o juiz de fora Esperança Freire, o inspector do Trem José Joaquim de Amorim, o engenheiro Pegado e um destacamento de 30 soldados de caçadores 7 e infantaria 8, comandado pelo alferes António Pedro de Azevedo, procedendo-se imediatamente á aclamação de D. Miguel e regressando todos á Madeira na noite do mesmo dia.

D. Maria II foi novamente aclamada na ilha do Porto Santo, a 7 de Junho de 1834.

Oldenburgo (*Principe de*). O príncipe Nicolau Frederico Augusto de Oldenburgo, tenente-general do exercito russo, esteve na Madeira durante cerca de dois anos (1884-1885), tendo-se tornado muito conhecido entre nós pela vida de fausto e grandeza que ostentava, pelas festas deslumbrantes que se realizavam na sua residência e ainda pelos actos de filantropia que frequentemente praticava.

Foi ele que fez publicar em Paris a tradução francesa do romance de Herculano – *Eurico, o Presbytero* – feita pela viscondessa das Nogueiras.

O príncipe de Oldenburgo residiu na quinta «Vigia» e tinha ao seu serviço dois cossacos, excelentes cavaleiros, que sempre que saíam a passeio eram olhados com curiosidade pelos habitantes do Funchal.
Faleceu em Genebra, em Janeiro de 1886.

Oliveira. Em diversas épocas, estabeleceram-se nesta ilha alguns indivíduos que usaram este apelido, sendo os troncos de varias

famílias que se espalharam por muitas freguesias do arquipélago. Por meados do século XVIII, veio para o Funchal onde se estabeleceu como negociante de vinhos, Domingos de Oliveira Alvares, que foi o tronco duma numerosa e distinta família, que entre os seus membros conta o conselheiro João Francisco de Oliveira, Joaquim de Oliveira Alvares e conde do Tojal, dos quais nos ocupamos neste Elucidário. De Domingos de Oliveira houve um neto, nascido em 1806 na Inglaterra, por nome Benjamim de Oliveira, que naquele país exerceu elevados cargos. Numa noticia biográfica que temos presente se diz que ele foi membro do parlamento britânico, das Sociedades Real e dos Antiquários de Londres, do Conselho do Colégio Real de Química e das Sociedades de Botânica, de Zoologia e de Horticultura da mesma cidade, vice-presidente da Sociedade Arqueológica de Inglaterra, director do Instituto Britânico das Belas-Artes e dos Pintores Ingleses, membro de quase todas as sociedades filantrópicas de Londres, etc., etc.. Benjamim de Oliveira foi varias vezes encarregado pelo Governo do seu país de desempenhar diversas missões importantes junto de alguns governos da Europa. Publicou algumas obras.

De Pedro de Brito Oliveira Pestana, que veio para a Madeira com seu irmão João Mendes de Brito, por 1470, procedem também muitos dos indivíduos com o apelido de família Oliveira que existem na Madeira. Tinham ambos foro de fidalgo, segundo diz o dr. Azevedo nas notas ás Saudades.

Oliveira (*Olea europaea*). Arbusto ou pequena arvore sempre verde, de folhas lanceolado-lineares (*var. madeirensis*) ou oblongas, obovadas, ovais ou arredondadas (*var. buxifolia*), que aparece no litoral da Madeira, no Porto Santo e no Ilhéu Chão. Produz uma madeira amarelada, com veios escuros, e pequenos frutos que não são aproveitados por serem pouco carnudos. É conhecido também pelo nome de zambujeiro.

Um as oliveiras que vimos há anos no Porto Santo e cujos frutos eram aproveitados, embora fossem menos saborosos que os do Continente, procediam provavelmente de estacas importadas de Portugal e não de exemplares oriundos da ilha.(1921)

Oliveira (*Cónego Alfredo Cesar de*). Este ilustre madeirense, que era filho de Augusto César de Oliveira, nasceu na vila de Santa Cruz a 22 de Maio de 1840.

Tendo cursado o Liceu e o Seminário desta cidade, ordenou-se de presbítero a 30 de Agosto de 1863. Exerceu funções paroquiais nas freguesias de São Roque e de Santa Maria Maior, e, por carta regia de 15 de Fevereiro de 1867, foi apresentado num canonicato da Sé do Funchal. Desempenhou também os cargos eclesiásticos de vigário geral, membro e presidente da Junta Governativa do

bispado e de substituto do governador da diocese. Em 1880, foi transferido para a Sé arquiiepiscopal de Évora e nesta cidade residiu até a época da sua morte.

O cónego Alfredo César de Oliveira como orador sagrado, como escritor, poeta e jornalista, como politico e parlamentar e como cidadão no desempenho de diversos e importantes cargos públicos, revelou sempre a superioridade da sua inteligência, mostrando a maleabilidade do seu talento, que podia, em assuntos diametralmente opostos e sem alguma afinidade entre si, ocupar-se de variadas e complexas questões, o que só é permitido a espíritos de eleição e privilegiadamente dotados pela natureza.

A feição mais característica do seu espírito e que nele se salientou com maior brilho, foi a de orador sagrado, politico e jornalista. Em todas estas exteriorizações da sua inteligência mostrou o seu incontestável valor e as raras aptidões que possuía.

Desde muito novo se consagrou á carreira oratória da tribuna evangélica, estreando-se na sua vila natal, com o mais auspicioso êxito, sendo ainda simples diácono, na festividade que ali se realizou para solenizar o consórcio de el-rei D. Luís com D. Maria Pia.

Daí em diante foram grandes os seus triunfos oratórios, gozando entre nós da fama dum consumado pregador, sendo verdadeiramente notáveis alguns dos discursos que pronunciou na Sé Catedral e em outras igrejas desta diocese. Nos púlpitos da capital confirmou os créditos que ali o precederam de distinto orador sagrado, proferindo alguns sermões nas igrejas da Madalena, Incarnação e capela da Saúde, que lhe mereceram as mais elogiosas referências da imprensa de Lisboa. Projectou a publicação das suas orações sagradas, mas apenas sabemos que publicou dois sermões em folhetos avulsos e outro num jornal desta cidade.

O cónego Alfredo foi um hábil e destro jornalista, que á facilidade e elegância da dicção reunia uma cerrada dialéctica, que o tornavam um argumentador de pulso e um adversário para temer, sendo um lutador incansável que não recuava nunca, ainda no mais aceso do combate. Entrou em memoráveis campanhas jornalísticas, em que o fogo das paixões fazia por vezes exceder os contendores em demasias de linguagem, mas de que o nosso distinto patricio não conservava rancores, esquecendo facilmente os agravos recebidos. Manejava com rara habilidade as armas da ironia e do ridículo e, alvejando o adversário, ora em prosa ora em verso, saía quase sempre vencedor nestas lutas muitas vezes estéreis da pena, de que o facciosismo politico, as vaidades e os interesses pessoais são os principais estímulos.

Colaborou mais ou menos assiduamente na Imprensa Livre, na *Revista Semanal*, na *Aurora do Domingo* e na *Crença*, de Lisboa, e

ainda noutros jornais, e foi o fundador e principal redactor do periódico a Lâmpada, que se publicou no Funchal em 1872. Em 1876, empreendeu entre nós a publicação do primeiro jornal diário, iniciativa que a muitos se afigurou então uma empresa irrealizável ou de muito pouca duração, mas que superou todos os obstáculos e ainda hoje existe com vida prometedora – o *Diário de Notícias*, do Funchal. Na cidade de Évora também fundou as *Notícias do Alentejo*, primeiro jornal diário que ali se publicou (Vid. I-359).

Foi também um inspirado poeta, escrevendo varias poesias líricas que andam dispersas por diversos jornais. Cultivou também o género satírico, mostrando-se por vezes um digno discípulo de Nicolau Tolentino.

O cônego Alfredo e o conselheiro José Leite Monteiro, querendo salvar do esquecimento muitas produções poéticas de incontestável valor de alguns poetas madeirenses, que permaneciam inéditas ou espalhadas nos jornais, empreenderam a publicação das Flores da Madeira, de que saíram dois volumes, merecendo esta colecção alevantados elogios ao insigne escritor Teófilo Braga, numa carta publicada em 1872 num jornal desta cidade.

Além de inúmeros artigos, escreveu os romances *Uma noite num hotel*, que foi publicado na *Revista Semanal*, e *Os Mistérios do Funchal*, no *Diário de Notícias*.

O cônego Alfredo César de Oliveira foi um politico apaixonado. Com um lugar de destaque na tribuna da imprensa e dispondo da influencia de muitos amigos e colegas espalhados em todo o distrito, exerceu entre nós uma notável preponderância partidária, que logo o indicou para cargos de eleição e confiança politica, tendo sido procurador á Junta Geral e vogal do Conselho de Distrito.

A sua influencia e illustração tinham-no naturalmente indicado para representar em cortes os seus patrícios, sendo a 13 de Outubro de 1878 eleito deputado pela opposição, pelo circulo da Ponta de Sol, para a legislatura de 1879, e novamente eleito pelo mesmo circulo a 19 de Outubro desse ano, para a legislatura de 1880 a 1881. A 6 de Março de 1887 foi de novo eleito deputado pela Madeira, mas desistiu da sua candidatura a favor do seu intimo amigo e nosso distinto patrício Henrique de Sant'Ana e Vasconcelos, que tinha sido o candidato mais votado depois dos quatro deputados eleitos.

O cônego Alfredo corroborou no parlamento os créditos de que gozava como orador sagrado. Mostrou-se um parlamentar distinto, revelando apreciáveis dotes de tribuno, sobretudo na discussão que sustentou com o notável publicista Rodrigues de Freitas. Defendeu sempre com grande fervor os interesses dos seus patrícios, devendo especializar-se o seu discurso e projecto de lei acerca

da arborização das serras da Madeira. Foi presidente das comissões administrativas da Misericórdia e do Asilo da Mendicidade do Funchal e exerceu ainda outras comissões de serviço público.

Em Évora, recusou desempenhar os lugares de governador civil e de deputado com que os seus amigos e correligionários quiseram por vezes distingui-lo.

Faleceu na capital do Alentejo, onde gozava do maior prestígio e da mais acendrada estima, no dia 19 de Abril de 1908.

Oliveira (*Dr. António Rodrigues de*). Era natural de Portugal, mas residiu muitos anos nesta ilha no desempenho de varias comissões de serviço público. Veio despachado corregedor, tomando posse do cargo a 4 de Outubro de 1790. Exerceu depois os lugares de inspector dos tabacos e saboarias, e de conservador da conservatória britânica. Desempenhou também o cargo de inspector da agricultura, e, como tal, deixou exaradas umas instruções na câmara da Calheta, sobre coisas agrícolas, que eram para a época um trabalho de valor e que ainda hoje podem ser lidas com interesse. Em varias obras e documentos encontram-se elogiosas referências a essas instruções.

Oliveira (*Benjamim de*). *V. Oliveira*.

Oliveira (*D. Francisco Júlio de*). Foi nomeado bispo do Funchal em 1723, mas não chegou a tomar posse do cargo por ter sido transferido para outra diocese.

Oliveira (*Francisco Manuel de*). Gozou no seu tempo de certa nomeada como poeta, sendo hoje um nome inteiramente esquecido. Inocêncio classificou-o como poeta de segunda ordem, dizendo que as suas composições não eram de todo más, e que se lhe devia a obrigação de tornar conhecidas em Portugal as primeiras amostras de um género até então de todo ignorado. Refere-se o autor do *Dicionário Bibliográfico Português*, á tradução que fez Oliveira, valendo-se do texto inglês, de varias poesias escritas nalgumas línguas orientais da Índia.

Francisco Manuel de Oliveira nasceu nesta ilha no segundo quartel do século XVIII e morreu pouco antes de 1819.

Quando em 1772 se criou nesta cidade a aula pública de filosofia, foi Francisco Manuel de Oliveira provido desta cadeira, que regeu muitos anos, tendo sido jubilado por portaria de 3 de Abril de 1799. Julgamos que também foi professor do Seminário Diocesano,

por isso que ali proferiu um discurso na abertura das aulas no ano de 1786. Não conhecemos outras circunstâncias da sua vida.

Inocência da Silva dá a seguinte relação das obras publicadas por Oliveira: *Escolha de Poesias Orientaes. . . seguidas de outras varias rimas*, Lisboa, 1793, de 61-138 pag.; *Colleção Poetica*, tomo II, Lisboa, 1794, de 173 pág., sendo a continuação do volume antecedente; *Oração... na inauguração do Seminário do Funchal*, Lisboa, 1787, de 40 pág.; *Ensaio poetico sobre a harmonia do mundo...* Lisboa, 1805, de 120 pág.; *Princípios elementares da língua Inglesa. . .* Lisboa, 1809, de 255 pág.; e a tradução dos *Avisos interessantes á humanidade ...* Lisboa, 1788.

A uma filha de Francisco Manuel de Oliveira, foi concedida nos tempos do governador Botelho uma subvenção igual a um terço do ordenado que recebia o pai, em razão dos serviços deste e da miséria a que ela se achava reduzida.

Oliveira (*João Fortunato de*). Nasceu nesta cidade a 26 de Março de 1828 e aqui faleceu a 6 de Abril de 1878. Residiu durante alguns anos no estrangeiro e especialmente em Inglaterra, onde se aperfeiçoou no conhecimento das línguas francesa e inglesa, de que em 1863 foi nomeado professor no liceu do Funchal, e ali regeu essas cadeiras até a sua morte. Teve colaboração em prosa e verso nalguns jornais desta cidade. Com o titulo de Flores Agrestes publicou-se um volume de poesias, no Funchal, em 1860, que é a primeira parte da obra e que contém as composições poéticas de João Fortunato de Oliveira, não chegando a ver a luz da publicidade a segunda parte, que deveria conter as poesias de Januário Justiniano de Nóbrega (Ver este nome).

Oliveira (*Dr. João Francisco de*). Nasceu no Funchal a 9 de Março de 1761, sendo filho de Domingos de Oliveira Alvares e de D. Lourença Rosa Justiniana de Oliveira, abastados proprietários nesta cidade.

Matriculou-se na faculdade de medicina da Universidade de Coimbra e ali devera ter sido um estudante laureado, porque não somente recebeu o grau de bacharel formado como também tomou capelo e foi depois nomeado lente substituto da mesma faculdade. o seu doutoramento realizou-se a 3 de Julho de 1785, sendo em 1787 encarregado da substituição de uma das cadeiras da Universidade, mas parece que não chegou a entrar no exercício do professorado, segundo afirma o dr. Serra Mirabeau, na *Memoria Histórica e Comemorativa da Faculdade de Medicina*, desconhecendo-se os motivos que levaram o dr. Oliveira a abandonar a carreira universitária.

Regressou à Madeira e depois de alguma permanência nesta cidade, fixou residência na capital do reino e ali iniciou o exercício da clínica, em que desde logo se revelou um médico abalizado, contando em breve com uma selecta e numerosa clientela. A fama que adquiriu como clínico indigitou-o para médico do Paço Real, numa época em que cargos desta natureza só eram desempenhados por membros da nobreza ou por indivíduos que tivessem alcançado grande notoriedade no exercício da medicina. Foi depois nomeado fisico-mor ou cirurgião em chefe do exército, e no desempenho deste importante lugar escreveu um regulamento dos hospitais militares, que na época era tido como um trabalho de grande valor.

João Francisco de Oliveira gozou da maior consideração no Paço e teve a particular estima de D. João VI, então Príncipe Regente, que lhe dispensou várias mercês. Ele e sua esposa a princesa D. Carlota Joaquina, serviram de padrinhos a alguns dos filhos do dr. Oliveira, o que então constituía uma graça, que os monarcas a poucos concediam.

Foram essas relações de amizade e por certo os favores recebidos que levaram o dr. Oliveira a simular o rapto de D. Eugenia de Meneses, dama da princesa D. Carlota Joaquina, para colocar o soberano ao abrigo das suspeitas da esposa e dum escândalo na corte. Embarcou, clandestinamente em Caxias em direcção a Cádiz, e depois de deixar aí D. Eugenia de Meneses em seguro asilo, dirigiu-se aos Estados Unidos da América, onde permaneceu alguns anos. O sucesso escandaloso, que só o Príncipe Regente conhecia, revestiu as proporções dum grande crime, de que os tribunais superiores logo tomaram conta, sendo João Francisco de Oliveira condenado á morte, e D. Eugenia de Meneses, que pertencia á mais alta nobreza do reino, privada de todas as honras e mercês inerentes á sua hierarquia, expulsa da corte e inibida de participar de quaisquer bens ou privilégios pertencentes à sua família. Quem quiser ter mais desenvolvido conhecimento deste episodio, a que João Francisco de Oliveira se prestou para salvar a honra do soberano e que só tem explicação nos costumes da época, consulte a larga exposição que, com os respectivos documentos, dele faz o escritor Alberto Pimentel na sua interessantíssima obra *A última Côte do Absolutismo em Portugal*.

O dr. Oliveira durante os anos que esteve na América do Norte, exerceu ali a clínica com extraordinário successo, segundo afirma o geógrafo italiano Adriano Balbi no seu Ensaio Estatístico do Reino de Portugal, que acrescenta ser ele tão distinto médico como hábil cirurgião. E a propósito diremos que, numa carta escrita por um contemporâneo de Oliveira, se lhe chama o maior medico português dos últimos cinquenta anos, o que, à parte o que porventura possa haver de hiperbólico nessa afirmativa, é prova dos seus raros méritos como clínico distintíssimo que foi.

Quando a corte de Portugal já estava transferida para o Rio de Janeiro, ali se apresentou João Francisco de Oliveira a D. João VI,

que não só o acolheu benignamente mas ainda ordenou a revisão do processo, sendo Oliveira absolvido pela Mesa do Desembargo do Paço, em Abril de 1820, dos crimes de que fora acusado.

Em seguida, foi João Francisco de Oliveira nomeado ministro plenipotenciário em Inglaterra, e no desempenho deste cargo se houve com notável distinção, granjeando as boas graças da corte inglesa e prestando relevantes serviços ao seu país.

Parece que outro tanto não aconteceu em Paris, onde também o conselheiro Oliveira foi representante de Portugal, vendo-se ali envolvido num processo, por se afirmar que tomara parte numa conspiração que tinha por fim o destronamento de Luís XVIII. A acusação nunca se provou e parece destituída de todo o fundamento, sendo muito interessante ler a longa exposição que sobre o assunto escreveu o dr. Oliveira, justificando-se da imputação que lhe fora feita e que vem publicada no 2.º vol. do Arquivo da Marinha e Ultramar.

O dr. João Francisco de Oliveira foi chamado aos conselhos da coroa em 1823, fazendo parte do efémero ministério que se organizou depois da Vila-Francada e que apenas durou de 31 de Maio a 3 de Julho de 1823.

Foi eleito deputado pela Madeira para a legislatura de 1822 a 1823, advogando com o maior interesse as necessidades deste arquipélago no seio da representação nacional, tornando-se notável o discurso que proferiu na sessão de 5 de Fevereiro de 1823, em que propôs a adopção de importantes medidas para combater a crise por que passavam o commercio e a agricultura madeirenses. Entre os alvitreos que apresentou, todos do maior alcance, contam-se o da criação dum Banco no Funchal, destinado a prestar auxilio aos commerciantes e lavradores, a organização duma companhia para a exportação de vinhos e a importação de géneros, a construção dum cais em frente da alfandega, que se estendesse até onde houvesse 25 pés de profundidade, etc..

O conselheiro João Francisco de Oliveira ao deixar a embaixada de Paris, recolheu-se ao Funchal com sua mulher e filhos e aqui se dedicou exclusivamente ao estudo, á administração da sua casa e á direcção dos negócios da Santa Casa da Misericórdia desta cidade, de que foi alguns anos provedor e á qual prestou serviços muito relevantes, conservando-se ainda hoje o seu retrato na sala das sessões da Mesa Gerente daquele estabelecimento de caridade. Foi por essa época que o conselheiro Oliveira criou, adjunta ao hospital de Santa Isabel, uma aula de cirurgia, de cuja regência gratuita ele próprio se encarregou, propondo então ao Governo central o plano do estabelecimento duma escola medica, que obteve aprovação superior, mas que nunca chegou a ter inteira execução.

Pouco antes da sua morte, fixou novamente residencia em Lisboa e ali veio a falecer a 26 de Dezembro de 1829.

Em Abril de 1803, doou o príncipe Regente ao dr. Oliveira uns vastos terrenos em São Jorge e a quinta Sant'Ana da freguesia do Monte, que pertenceram a Pantalião Fernandes e que tinham sido incorporados nos Reais Proprios ou na Fazenda Nacional, como hoje se diz. Herdou estas e outras propriedades seu filho o dr. Alexandre de Oliveira que no meado do século passado construiu a casa da quinta de S. Jorge, legando as propriedades daquela freguesia e a casa de residência do Funchal a sua irmã D. Maria Leopoldina de Oliveira, nascida nos Estados Unidos da América quando ali residia o conselheiro Oliveira. Foi o saudoso e eminente bispo do Funchal D. Manuel Agostinho Barreto o herdeiro universal de D. Maria de Oliveira, aplicando exclusivamente todo o produto da venda dessa herança à construção do grande edifício do Seminário da Encarnação, que não chegou inteiramente a completar-se e onde se acham instaladas (1921) as repartições da Junta Geral do Distrito. D. Maria Leopoldina de Oliveira faleceu no Funchal a 3 de Fevereiro de 1902.

Consta-nos que o distinto escritor e homem de ciência dr. Eduardo Burnay trabalha num estudo histórico sobre João Francisco de Oliveira, para o qual tem colhido muitos e valiosos documentos, alguns deles encontrados nesta ilha e fornecidos por um dos autores deste Elucidário (1921).

Acerca do verdadeiro ou simulado rapto de que acima se fala, tem-se publicado vários artigos em jornais e revistas, merecendo ler-se o que se encontra no volume IV do «Arquivo Histórico da Madeira» e no opúsculo «A Rua da Junqueira», por Artur Lamas e publicado em 1922.

Oliveira (*João Nepomuceno de*). Nasceu no Funchal em 1783 e morreu no ano de 1846, sendo filho do escritor madeirense Francisco Manuel de Oliveira. Publicou um pequeno livro de versos e a versão portuguesa de duas novelas trasladadas da língua francesa, segundo nos informa o Arquivo Histórico da Madeira».

Oliveira (*Ponta da*). Na costa marítima da freguesia do Caniço há uma saliência ou ponta que tem o nome de Oliveira. Quando os descobridores João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz procederam á delimitação das suas capitánias, fez-se a divisão territorial delas por meio duma linha aproximadamente recta, que partindo da ponta da Oliveira se estendia até á ponta do Tristão, ficando estes pontos considerados como os extremos das suas donatárias. No extremo sueste se plantou, como marco divisório, uma estaca de oliveira, que se afirma ter sido mandada vir do continente expressamente para aquele fim, pelo infante D. Henrique. Deste facto

provém ter aquela saliência de terra o nome de ponta da Oliveira.

Oliveira (*Porto e cais da*). Na Ponta da Oliveira, freguesia do Caniço, existe um pequeno cais, construído no ano de 1909 e ligado á estrada central (Igreja) por um ramal, que mede 1800 metros de extensão.

Oliveira Paixão (*José Joaquim de*). Era natural de Portugal, mas residiu durante muitos anos nesta cidade, para onde veio como violeta do teatro grande do Funchal, mandado demolir em 1832 pelo governador D. Álvaro de Sousa de Macedo. Oliveira Paixão foi um distinto compositor de musica sacra e ainda há poucos anos se executavam nas igrejas desta diocese muitas das suas composições musicais.

Olivina. Silicato de magnésio e de ferro; sistema ortorrômbico. Encontra-se em grãos e pequenos cristais irregulares, de côr verde amarelada, transparentes e de brilho vitroso, nos basaltos da Madeira.

Omboni (*Tito*). E.: *Viaggi nell Africa Occidentale, da Milano Stabilimento di Civelli* (1846). Há nesta obra, que é dedicada á rainha D. Maria II, varias referencias á ilha da Madeira.

Omnès (*Dr. Charles*). Este médico da marinha francesa ocupou-se do clima da Madeira no seu trabalho intitulado *Stations sanitaires de l'Atlantique occidental* (Montpellier, 1888).

Onda (*A*). Deu o primeiro numero a 12 de Setembro e o ultimo a 15 de Dezembro de 1871, tendo saído doze números. Era um jornal de instrução e recreio, redigido por João de Nóbrega Soares.

Opala comum. Sílica hidratada. A variedade de aspecto resinoso, meio translucida, e a variedade vermelha (jaspe opala) encontram-se na ilha do Porto Santo.

Openheim (*Dr.*). Paleontólogo alemão que estudou vários corais fósseis do Porto Santo, encontrados pelo naturalista madeirense Adolfo de Noronha.

Operário (*O*). Este periódico que se intitulava órgão das classes trabalhadoras, deu o primeiro numero a 31 de Janeiro de 1920 e suspendeu, em Junho de 1922.

Ordem (*A*). Deu o primeiro numero a 5 de Janeiro de 1852 e o ultimo a 1 de Setembro de 1860. Teve duas series: a primeira de duzentos e trinta e cinco e a segunda de cento e noventa e oito números. Publicava-se aos sábados.

Ordem de Cristo. A ordem dos Templários havendo prestado os mais assinalados serviços na formação e consolidação da nacionalidade portuguesa e ainda depois nas lutas que foi necessário sustentar com os mouros e castelhanos, transmitiu á sua sucessora o mesmo entusiástico ardor e a mesma heróica abnegação na defesa da pátria, encontrando sempre nela os monarcas o seu melhor e mais poderoso auxiliar para o alargamento dos nossos domínios e engrandecimento e prosperidade do nosso país.

Foi o infante D. Henrique o primeiro príncipe português que assumiu o mestrado da Ordem de Cristo, afirmando-se que procurara nesse poderoso organismo o principal ponto de apoio para a realização da grandiosa empresa que concebera. Diogo Lopes de Sousa, seu antecessor no mestrado da Ordem, tinha deixado esta num elevado grau de prosperidade e rodeada do maior prestígio e influencia, o que notavelmente se ajustava aos projectos que o infante tentaria levar a cabo.

Era uma ordem rica e poderosa. Os seus membros cheios de fé e de audácia, desejosos do alargamento e do triunfo dos seus ideais religiosos, ávidos de aventuras e atraídos irresistivelmente para o mistério e para o desconhecido, não podiam mais conter-se nos apertados limites das fronteiras continentais. Foram a Ceuta em 1415, numa primeira e frutuosa tentativa, e iriam depois aos confins do universo.

O infante D. Henrique não poderia encontrar em outra parte mais activos e dedicados colaboradores. Não há dúvida de que os recursos materiais de que dispunha a Ordem e a falange aguerrida e heróica dos seus membros, todos vinculados por votos religiosos, constituíram o principal factor na realização da sua obra gigantesca.

O infante, e sobretudo os membros mais graduados da Ordem, não esqueceram os serviços prestados, exigindo a supremacia espiritual e religiosa nos novos domínios conquistados aos mares e aos continentes. Os monarcas fizeram diversas doações á Ordem de Cristo, concedendo-lhe a superintendência nos serviços religiosos, que ela exercia especialmente por meio dos sacerdotes que contava entre os seus membros.

É de 26 de Setembro de 1433 a Carta Regia em que D. Duarte doou no espiritual o arquipélago da Madeira «pera todo sempre» á Ordem de Cristo. No artigo Doações (vol. I, pág. 368) já tratámos, embora sumariamente, deste assunto e para lá remetemos o leitor, podendo ali ver-se como aquela Ordem perdeu a breve trecho o seu predomínio e as regalias de que gozava, principalmente por causa da incorporação do mestrado da mesma Ordem na Coroa (C. R. de 27 de Abril de 1497) e pela criação da diocese do Funchal (Bula de 12 de Junho de 1514).

Não é hoje fácil determinar com precisão até onde chegavam neste arquipélago os privilégios e regalias usufruídos por essa Ordem. Além da superintendência nas coisas de carácter espiritual e religioso, cobrava determinados impostos e impunha a tributação de certas rendas, de que apenas temos um conhecimento vago, escasseando-nos elementos para uma apreciação segura e detalhada sobre o assunto.

Quanto ao espiritual, procurou sempre a direcção religiosa da Ordem que especialmente residia no vigário de Tomar, manter a sua supremacia neste arquipélago, enviando sacerdotes que aqui exercessem as funções eclesiásticas e superintendessem em todos os serviços religiosos.

Diz o padre António Cordeiro «que João Gonçalves Zargo, logo que fundou a Villa do Funchal, e viu não tinha ainda sacerdotes seculares com jurisdição paroquial, escreveu ao Infante D. Henrique, pedindo que lh'os mandasse, e o Infante, como mestre da Ordem de Christo, ordenou a D. Frei Pedro Vaz, Prior então de Tomar, que provesse aquella falta; e o dito Prior remeteo logo á Madeira hum sacerdote com o titulo de vigario e outros com titulo de beneficiados; e da mesma sorte proveu com outros semelhantes a Villa de Machico». João Garcia, vigario de Machico, era cavaleiro de Cristo e veio para esta ilha por mandado da sua Ordem, superintendendo nos serviços religiosos da capitania de Machico, no segundo quartel do século XV, ignorando-se o nome do eclesiastico que então teria a direcção das cousas eclesiasticas na capitania do Funchal. Nuno Cao, que era membro graduado da Ordem, veio para esta ilha no ultimo quartel do século XV, dirigir superiormente os negocios religiosos na capitania do Funchal e talvez em todo o arquipélago, tendo sido o primeiro deão da nossa Sé, no ano de 1514. No ano de 1508, mandou a Ordem de Cristo a esta ilha o bispo D. João Lôbo, de quem já nos ocupámos a pag. 277 do 2.º Volume desta obra. Em 1514 é criada esta diocese, que foi provida em D. Diogo Pinheiro, vigario de Tomar, perdendo assim a Ordem de Cristo neste arquipélago a supremacia espiritual de que gozava.

Já noutro lugar (vol. I, pág. 225) demos uma desenvolvida noticia acerca do Campo do Duque, que pertenceu ao grão-mestrado da Ordem de Cristo e que conservou aquele nome pelo facto dos seus grãos-mestres terem sido o duque de Viseu D. Henrique, o duque D. Fernando, os duques de Viseu D. João e D. Diogo, e o duque de Beja D. Manuel, depois rei.

Eram estes duques e grãos-mestres que pelos seus representantes exerciam neste arquipélago os direitos pertencentes á Ordem e parece que para si próprios arrecadavam os diversos impostos que eram usufruto da mesma Ordem. Possuíam o Campo do Duque e nele fizeram diversas concessões para a construção do curral do concelho, das casas da Câmara e da Sé Catedral, não se sabendo se seriam possuidores de quaisquer outros terrenos. Foi a Ordem que promoveu a criação da alfandega desta cidade, especialmente destinada á arrecadação dos direitos que recaíam sobre a exportação do açúcar, tendo sido a infanta D. Beatriz, como tutora de seu filho menor D. Diogo, grão-mestre, que mandou a esta ilha Luís de Atougua proceder ao estabelecimento daqueles serviços alfandegários.

Como já dissemos, não podemos determinar precisamente a extensão dos privilégios temporais de que a Ordem usufruía neste arquipélago, mas parece que não eram muito reduzidos, a avaliar pela relação das comendas que o dr. Rodrigues de Azevedo transcreve das Definições e Estatutos da Ordem, numa das notas das Saudades:

«A Commenda dos dizimos dos pescados e meunças da Capitania de Machico, e Ilha do Porto Santo.

Quarenta moyos de pão, convem a saber, vinte de trigo, e vinte de cevada, que se dão com o Habito, na Ilha do Porto Santo.

A Comenda dos dízimos de todas as rendas do pão da Ilha da Madeira, e das dos Açores.

A Comenda dos dízimos dos pescados, e meunças da Capitania de Machico, e Ilha do Porto Santo, em trinta e cinco mil reis no ano de 1555.

A Comenda de quarenta moios de pão meado da Ilha do Porto Santo, em sessenta e quatro mil reis no ano de 1545.

A Comenda dos dízimos, que rendem as moendas de pão da Ilha da Madeira, e Ilhas dos Açores, em cento e quarenta mil reis no ano de 1600.»

Quando o grão-mestre D. Manuel, duque de Beja, sucedeu na coroa a D. João II, ficaram pertencendo ao monarca os principais direitos e privilégios de que gozava a poderosa Ordem nesta ilha, consumando-se deste modo uma obra já iniciada pelos reis seus antecessores. A Ordem de Cristo não foi inteiramente despojada dalguns dos tributos que aqui arrecadava, mas, tornado realengo este arquipélago, reduziram-se a proporções muito limitadas os direitos e isenções de que gozava.

Ordem Seráfica. Numa antiga crónica desta Ordem se diz que foi ela que espiritualmente descobriu este arquipélago, por isso que alguns dos seus membros, que acompanharam os descobridores, começaram a desempenhar funções religiosas no dia mesmo em que se efectuou o primeiro desembarque em Machico, erguendo ali um improvisado altar e celebrando o santo sacrificio da missa, que se afirma ter sido no dia da Visitação de Nossa Senhora a Santa Isabel, que a Igreja Católica celebra no dia dois de Julho. Não há razões para contestar esta afirmativa, sendo certo que nos tempos primitivos do povoamento e colonização desta ilha, foram os religiosos franciscanos que aqui exerceram todas as funções do seu ministério. Nas capelas de Santa Catarina, São Paulo, S. Sebastião e Conceição de Cima, desempenharam eles todo o serviço paroquial religioso, certamente até a época em que os sacerdotes enviados pela Ordem de Cristo, a que o arquipélago pertencia no espiritual, tomaram a direcção desse mesmo serviço.

Nuno Cão veio para esta ilha, por mandado da Ordem de Cristo, no ultimo quartel do século XV, munido das atribuições de superintender em todos os serviços religiosos, e já anteriormente, por meado do mesmo século, enviara o padre João Garcia a assumir a direcção da freguesia de Machico e respectiva capitania. Já anteriormente a estes, como fica dito no artigo Ordem de Cristo, outros eclesiásticos seculares foram enviados para este arquipélago, afim de exercer funções religiosas e, especialmente, paroquiais.

Os franciscanos continuaram, porém, nesta ilha, chegando o seu número a ser considerável, pois lemos numa antiga crónica seráfica «que acudiram tantos frades de Espanha, castelhanos, galegos e biscainhos, que bem podem encher de conventos toda a ilha.» Estes religiosos vieram atraídos pela solidão do lugar e pelo isolamento em que podiam aqui viver, procurando sítios afastados dos centros da população e entregando-se á vida do ermo, como os antigos cenobitas nos desertos do Egipto. Parece, porém, que não foi longa a sua permanência nesta ilha.

A ordem seráfica continuou entre nós, formando comunidades regulares e fundando vários conventos. Por 1430, veio a esta ilha Frei Rogério, que parece ter constituído a primeira comunidade regular franciscana, sendo provavelmente junto da capela de S.

João da Ribeira que se formou o primeiro núcleo dessa comunidade. Enforcou-se ali um dos religiosos e parece que os restantes confrades abandonaram o lugar.

Por 1476, chegaram ao Funchal alguns franciscanos dirigidos por Frei Rodrigo da Arruda, que reorganizaram a comunidade de S. João, como mais largamente fica exposto no artigo Convento de S. Francisco (vol. I, pág. 312), para onde remetemos o leitor.

Fundaram-se vários conventos desta ordem, tanto de religiosos como de religiosas, de que já demos notícia a pág. 306-314 do 1.º volume desta obra.

Ordenanças. Foram estabelecidas na Madeira no terceiro quartel do século XVI, vindo a constituir mais tarde um corpo de terceira linha, como ficou dito no artigo *Milícia*, a pág. 363 e ss. do vol. II.

Ordens Religiosas. As ordens religiosas que se estabeleceram neste arquipélago foram a ordem seráfica ou franciscana, como mais largamente se pode ver nos artigos Ordem Seráfica e Conventos, a ordem dos Jesuítas, a que consagramos artigo especial intitulado Jesuítas, e a ordem dos Carmelitas, que esteve no hospício adjunto á igreja do Carmo e da qual nada sabemos, além do que deixámos dito no artigo consagrado á mesma igreja.

Orelha de Boi. Nome vulgar da *Silene venosa*, Cariofilácea que não é rara na Madeira e Porto Santo.

Orelha de Cabra. V. *Tanchagem*.

Orelha de Rato. Nome vulgar da *Elatinodes spuria*, planta glandulosa da família das Escrofulariáceas, com caules prostrados e flores pequenas, esporoadas, amarelas, com o lábio superior purpúreo. Vive na região inferior da Madeira.

Orfãs (*Recolhimento das*). Foi fundado em 1725 pelo Governador e Capitão-General Francisco da Costa Freire, com o produto de esmolas, tendo sido inaugurado com 4 órfãs, que tiveram logo uma regente, uma porteira e uma criada. Mais tarde elevou-se a 6 o numero das recolhidas, tendo com o tempo sido recebidas também no estabelecimento outras senhoras, entre as quais algumas viúvas e outras casadas, todas mediante a promessa do pagamento de pensões nunca inferiores a 30\$00 réis anuais, as quais nem sempre eram pagas.

O estabelecimento regeu-se por largo tempo pelo chamado Compromisso de Lisboa, que entre varias disposições, só permitia a admissão de órfãs de 15 a 20 anos, além do possível número de senhoras nas condições já referidas; mas as próprias órfãs teriam de sair chegadas á maioridade, para darem lugares para novas admissões, persistindo deste modo função deste recolhimento.»

Em 1849, foi organizado um regimento próprio para o recolhimento, com oito artigos mas que não chegou a ter execução.

O conselheiro José Silvestre Ribeiro tentou transformar o Recolhimento das Órfãs numa casa pia independente, mas tal pensamento não vingou, apesar de ter encontrado um acolhimento favorável da parte de muita gente.

O Recolhimento das Órfãs, também chamado Orfanato ou Recolhimento de Santa Isabel, acha-se instalado numa casa contígua ao antigo Hospital, estando a cargo da Comissão da Misericórdia o abono dos subsídios que recebem as recolhidas. O número destas é actualmente (1921) de 16, havendo também uma regente, uma porteira e uma servente. A regente recebe 18 escudos mensais, a porteira, 15 e a servente, 5; quanto ás recolhidas, uma recebe 12\$50 e outra 10\$00, tendo as restantes subsídios variáveis entre 7\$50 e 5\$00 mensais. A comissão despende actualmente 140 escudos mensais com os subsídios ás 19 pessoas que residem no recolhimento (1921).

As despesas com o Recolhimento das Órfãs regularam por 631\$42 em 1909-1910 e por 716\$67 em 1913.

Em 1913, existiam ali 2 órfãs e 24 senhoras, recebendo aquelas 3 a 6 escudos mensais, segundo as circunstancias, para seu sustento e também dietas de carnes e leites. As recolhidas subsidiadas recebiam uma média mensal de 3\$50, tendo duas delas a categoria de porteira e rodeira, pelo que recebiam mais a gratificação, também mensal, de 1\$. Uma das órfãs era regente do Recolhimento, percebendo por isso \$15 diários, além do mencionado subsidio.

A designação de Órfãs desapareceu da folha dos subsídios, só figurando ali agora 16 recolhidas, além da regente, da porteira e da servente (1921).

Orfeão Madeirense. Apresentou-se pela primeira vez em publico, no teatro do «Dr. Manuel de Arriaga», nos dias 7 e 8 de Julho de 1921. É seu regente o distinto musico e advogado o dr. Manuel dos Passos Freitas (1921).

Esteve nas Canárias em Maio de 1922, tendo sido ali muito aplaudido.

Organização Administrativa. A província da Madeira constitui um só distrito administrativo - distrito administrativo do Funchal – que se divide em 11 concelhos: concelho do Funchal, de Câmara de Lobos, da Ribeira Brava, da Ponta do Sol, da Calheta, do Porto do Moniz, de S. Vicente, de Santana, de Machico e de Santa Cruz, na ilha da Madeira, e concelho do Porto Santo, na ilha deste nome. As ilhas Desertas e Selvagens fazem parte do concelho do Funchal.

Na relação seguinte vão indicadas as freguesias em que se subdividem os concelhos do arquipélago:

Concelho do Funchal: Sé, Santa Maria Maior, S. Pedro, Santa Luzia, S. Gonçalo, Monte, S. Roque, Santo António e S. Martinho.

Concelho de Câmara de Lobos: Câmara de Lobos, Estreito de Câmara de Lobos, Quinta Grande e Curral das Freiras.

Concelho da Ribeira Brava: Ribeira Brava, Campanário, Serra de Agua e Tábua.

Concelho da Ponta do Sol: Ponta do Sol, Canhas e Madalena.

Concelho da Calheta: Calheta, Arco da Calheta, Estreito da Calheta, Prazeres, Paul, Jardim do Mar, Fajã da Ovelha e Ponta do Pargo.

Concelho do Porto do Moniz: Porto do Moniz, Achadas da Cruz, Ribeira da Janela e Seixal.

Concelho de S. Vicente: S. Vicente, Ponta Delgada e Boaventura.

Concelho de Santana: Santana, S. Jorge, Arco de S. Jorge, Faial e S. Roque do Faial.

Concelho de Machico: Machico, Agua de Pena (parte), Caniçal, Santo António da Serra (parte) e Porto da Cruz.

Concelho de Santa Cruz: Santa Cruz, Agua de Pena (parte), Gaula, Caniço, Camacha e Santo António da Serra (parte).

Concelho do Porto Santo: Porto Santo.

Pela organização administrativa que começou a vigorar na Madeira em 1835, havia 10 concelhos, constituídos do modo seguinte:

Concelho do Funchal: Tinha a mesma organização da actualidade.

Concelho de Câmara de Lobos: freguesias de Câmara de Lobos, Quinta Grande, Campanário, Estreito de Câmara de Lobos e Curral das Freiras.

Concelho da Ponta do Sol: freguesias da Ponta do Sol, Tábua, Ribeira Brava, Serra de Agua, Canhas e Madalena.

Concelho da Calheta: freguesias da Calheta, Arco da Calheta, Estreito da Calheta, Jardim do Mar, Prazeres, Paul e Fajã da Ovelha.

Concelho do Porto do Moniz: freguesias do Porto do Moniz, Achadas da Cruz, Ribeira da Janela, Seixal e Ponta do Pargo.

Concelho de S. Vicente: freguesias de S. Vicente, Ponta Delgada e Boaventura.

Concelho de Santana: freguesias de Santana, S. Roque do Faial, Faial, Porto da Cruz, S. Jorge e Arco de S. Jorge.

Concelho de Machico: freguesias de Machico, Caniçal, Agua de Pena e Santo António da Serra.

Concelho de Santa Cruz: freguesias de Santa Cruz, Gaula, Caniço e Camacha.

Concelho do Porto Santo: freguesia do Porto Santo.

Dos 10 concelhos que ficam mencionados, só os do Funchal, S. Vicente e Porto Santo têm hoje a mesma extensão que tinham em 1835. Há muito que uma parte das freguesias de Agua de Pena e Santo António da Serra passou para o concelho de Santa Cruz, em virtude da autorização concedida ao Governo pela lei de 29 de Maio de 1843 para alterar a divisão territorial dos concelhos e desde 1852 que a freguesia do Porto da Cruz, que primitivamente fez parte do concelho de Santana, se acha incorporada no concelho de Machico, de harmonia com o disposto no decreto de 19 de Outubro do mesmo ano. O concelho do Porto do Moniz perdeu a freguesia da Ponta do Pargo, anexada definitivamente ao concelho da Calheta pela lei de 26 de Junho de 1871, e os concelhos de Câmara de Lobos e da Ponta do Sol tiveram de ceder, aquele a freguesia do Campanário, e este as freguesias da Ribeira Brava, da Tábua e da Serra de Agua por ocasião de ser estabelecido o concelho da Ribeira Brava, em 16 de Agosto de 1914.

Pelos decretos de 7 de Novembro de 1849 e de 10 de Dezembro de 1867, que extinguiram o concelho do Porto do Moniz, ficaram as freguesias do Porto do Moniz, do Seixal e da Ribeira da Janela incorporadas no concelho de S. Vicente, e a da Ponta do Pargo no da Calheta, e quando o mesmo concelho foi de novo extinto pelo decreto de 18 de Novembro de 1895, passaram todas as freguesias que dele faziam parte para o concelho de S. Vicente, á excepção da das Achadas da Cruz, que foi incorporada no concelho da Calheta, ao qual pertencia já, como se viu, a freguesia da Ponta do Pargo.

O mencionado decreto de 10 de Dezembro de 1867 extinguiu também os concelhos de Câmara de Lobos, Santa Cruz e Santana, anexando as freguesias do Campanário, Quinta Grande, Câmara de Lobos, Estreito, Curreal, Caniço e Camacha ao concelho do Funchal; as freguesias de Santa Cruz, Gaula, Agua de Pena, Santo António da Serra, Faial, S. Roque do Faial e Santana ao concelho de Machico, e as freguesias de S. Jorge e Arco de S. Jorge ao concelho de S. Vicente.

Segundo a classificação estabelecida pelo Ministério do Interior em Novembro de 1920, o concelho do Funchal é de 1.^a ordem, os concelhos de Câmara de Lobos, da Calheta e da Ponta do Sol, de 2.^a, e todos os restantes concelhos, de 3.^a. A lei de 26 de Agosto de 1922 alterou o que ficou dito a pág. 219 do vol. I deste Elucidário, tendo os concelhos de 1.^a ordem, segundo esse diploma, 20 vereadores efectivos, os de 2.^a, 16 e os de 3.^a, 12. As comissões executivas são constituídas respectivamente por 7, 5 e 3 vereadores.

V. Autonomia administrativa, Câmaras Municipais, Comissão distrital, Concelhos, Governadores e capitães-generais, Governadores civis, Juntas Gerais e Municípios.

Organização Fiscal. Na cidade do Funchal há a Direcção de Finanças, que se compõe de duas repartições: a Repartição Distrital de Finanças e a repartição da Fiscalização de Impostos (antiga Inspecção de Impostos). Esta ultima Repartição, outrora autónoma, depende hoje, como a Repartição Distrital, do Director de Finanças.

O distrito do Funchal é de 1.^a classe, devendo por isso o Director de Finanças ter a categoria de chefe de serviços. O Director de Finanças teve já as denominações de Inspector de Fazenda, Delegado do Tesouro e Inspector de Finanças.

Em cada concelho há uma repartição de finanças concelhia e uma secção da fiscalização de impostos. O concelho do Funchal é de 1.^a classe, o da Calheta de 2.^a, os da Ponta do Sol e Santa Cruz de 3.^a, e os restantes de 4.^a, classe.

A Alfandega do Funchal, que depende hoje directamente da Direcção Geral das Alfandegas, foi por algum tempo uma simples delegação da Alfandega de Ponta Delgada (Açores) e depois uma delegação da Alfandega de Lisboa, tendo sido o decreto de 21 de Abril de 1892 que lhe concedeu a autonomia de que goza. O decreto de 29 de Dezembro de 1887, que dividiu o país em três circunscrições – a de Lisboa, a do Porto e a de Ponta Delgada – fazendo do Funchal uma delegação desta ultima circunscrição, foi recebido com geral desagrado nesta cidade, tendo talvez por este motivo vigorado por pouco tempo.

O decreto n.º 4560, de 8 de Julho de 1918, estabeleceu postos de despacho no Porto Santo, em Câmara de Lobos e em Machico, mas esta disposição não teve ainda execução.

A Alfandega do Funchal tem a companhia n.º 1 da Guarda Fiscal, com as seguintes secções: Funchal, Machico e Porto Santo. Os

postos fiscais do Cais do Lazareto, do Cais da Alfandega, da Ponta da Cruz, da Praça de S. Pedro, da Ribeira Brava, de Câmara de Lobos, da Ponta do Sol, da Calheta, do Paul, do Pôrto Moniz, de S. Vicente e da Ajuda, pertencem á secção do Funchal; os de Machico, Reis Magos, Santa Cruz e Porto da Cruz, á secção de Machico; e o do Porto Santo, á secção do Porto Santo.

V. Alfândegas e Junta da Real Fazenda

Organização Judicial. Nos tempos do absolutismo todo o arquipélago da Madeira constituía uma só comarca, cuja cabeça era o Funchal, com um corregedor e um juiz de fora, ambos de nomeação regia, estando a mesma comarca dividida em cinco julgados, cada qual com o seu juiz ordinário, a saber: Machico, Santa Cruz, Ponta do Sol, Calheta. e S. Vicente. Havia mais um juiz dos resíduos e três Juízes dos órfãos, um no Funchal, outro na Calheta e o terceiro em S. Vicente, superintendendo a todas estas magistraturas a Junta de Justiça (V. este nome) que decidia, lemos algures, todas as causas-crimes a que correspondesse uma pena não superior a dez anos de deportação, e de cujas resoluções havia recurso para os tribunais superiores do Reino, com sede em Lisboa.

A 15 de Outubro de 1835, terminou o antigo regime judicial, sendo instalados dois julgados, com sede no Funchal, cada qual com o seu juiz de direito, e em 1838 passaram estes julgados a denominar-se comarcas – a oriental e a ocidental – ficando a primeira com quatro e a segunda com cinco julgados, e presidindo a cada um destes julgados um juiz ordinário. A comarca oriental estendia-se desde a freguesia da Sé até a do Arco de S. Jorge, abrangendo também a ilha do Porto Santo, a comarca ocidental ia desde a freguesia de S. Pedro até a da Ponta Delgada e Boaventura, que entes ta com a do Arco de S. Jorge. A 27 de Maio de 1838 teve lugar a eleição dos juízes ordinários para os julgados novamente criados, constando do jornal madeirense a Chronica, do ano de 1838, a maneira como as freguesias foram distribuídas pelos mesmos julgados.

O decreto de 12 de Novembro de 1875 estabeleceu quatro comarcas no Funchal, sendo a seguinte a actual organização dos julgados de paz das mesmas comarcas:

Comarca do Funchal. Tem nove julgados: o de S. Pedro, com as freguesias de S. Pedro e S. Roque; o da Sé, com as freguesias da Sé, Santa Luzia e Monte; o de Santa Maria Maior, com as freguesias de Santa Maria Maior e S. Gonçalo; o do Campanário com as freguesias de Campanário e Quinta Grande; e os de S. Martinho, Santo António, Câmara de Lobos, Estreito de Câmara de Lobos e Porto Santo, com as freguesias destes nomes.

Comarca da Ponta do Sol. Tem cinco julgados: o da Ponta do Sol, com as freguesias da Ponta do Sol, Canhas e Madalena do Mar; o da Ribeira Brava, com as freguesias da Ribeira Brava, Tábua e Serra de Agua; o da Calheta, com as freguesias da Calheta e Arco da Calheta; o do Estreito da Calheta, com as freguesias do Estreito da Calheta, Jardim do Mar e Prazeres; e o da Ponta do Pargo, com as freguesias da Ponta do Pargo, Fajã da Ovelha, Paul do Mar e Achadas da Cruz.

Comarca de S. Vicente. Tem cinco julgados: o de S. Vicente, com a freguesia deste nome; o do Porto do Moniz, com as freguesias do Seixal, Ribeira da Janela e Porto do Moniz; o da Ponta Delgada, com as freguesias da Ponta Delgada e Boaventura; o de S. Jorge, com as freguesias de S. Jorge e Arco de S. Jorge; e o de Santana, com as freguesias de Santana, Faial e S. Roque do Faial.

Comarcas de Santa Cruz. Tem quatro julgados: o do Caniço, com as freguesias do Caniço e Camacha; o de Machico, com as freguesias de Machico, Caniçal, Agua de Pena (parte) e Santo António da Serra (parte); o do Porto da Cruz, com a freguesia deste nome; e o de Santa Cruz com as freguesias de Santa Cruz, Gaula, Agua de Pena (parte) e Santo António da Serra (parte).

Os antigos juizes ordinários que exerciam funções nos julgados, foram extintos pelo decreto de 29 de Julho de 1886.

A organização judicial que fica acima referida, foi profundamente alterada com a extinção da Comarca de S. Vicente pelo decreto de 9 de Junho de 1927. Foi criado um julgado Municipal abrangendo as três freguesias do concelho no ano de 1931.

V. Administração Judicial, Juizes de Direito, Juizes Ordinários e Juizes de Paz.

Organização Militar. O arquipélago da Madeira era, pela organização militar de 31 de Outubro de 1844, um Comando autónomo, governado por um coronel.

Ao ser proclamada a constituição em 1834, teve a Madeira um prefeito e governador militar, que foi o ilustre Luís da Silva Mousinho de Albuquerque, o qual tomou posse no lugar a 6 de Agosto e o deixou a 30 de Setembro de 1835, passando desde então até 8 de Novembro do mesmo ano a servir somente de governador militar.

Em 1836 foi criada a 9.^a Divisão Militar, na ilha da Madeira, tendo sido seu comandante o brigadeiro, depois marechal, Antonio de Padua da Costa, antes disso governador militar, o qual tomou posse do lugar a 30 de Janeiro de 1837, conservando-o até 12 de Setembro de 1838. Voltou a comandar a 9 a Divisão a 23 de Setembro de 1847, ocupando o lugar até a mesma ser extinta por

decreto de 20 de Dezembro de 1849. No intervalo compreendido entre os dois governos do marechal Padua, foi a Divisão comandada interinamente por simples coronéis.

Depois do referido decreto, ficou sendo o arquipélago da Madeira um simples Comando Militar, mas em Fevereiro de 1861 foi restabelecida a Divisão, que durou até 1868, tendo tido como comandantes, primeiramente, o brigadeiro José Julio do Amaral e depois o coronel Jacinto Augusto Camacho, êste ultimo interinamente.

Antes da organização militar de 31 de Outubro de 1884, a que atrás nos referimos, constituía o arquipélago uma Subdivisão subalterna da I.^a Divisão, tendo esta o seu quartel general em Lisboa.

Vid. Madeira (Administração Militar) II- 312.

Órgão de Santa Clara. Subordinado a esta epígrafe, publicou o «Diário de Noticias» do Funchal de 22 de Novembro de 1924 um pequeno artigo, que então despertou particular interesse, não sofrendo qualquer contestação no que dizia respeito á afirmativa de carácter histórico que nele se apresentava. Vamos transcrevê-lo integralmente, indicando os artigos Convento de Santa Clara e Filhos e Genros de Zarco, que oferecem a este assunto alguns proveitosos esclarecimentos.

«O velho órgão do extinto convento de Santa Clara, que há anos se achava desmantelado, foi mandado reparar, encarregando-se desse trabalho os conhecidos e distintos músicos srs. César R. Nascimento e Guilherme H. Lino, que acabam de terminar essa missão.

E já amanhã o antiquíssimo instrumento será ouvido na festa de Santa Cecília, padroeira dos músicos, que um grupo de devotos manda celebrar naquela igreja.

Os srs. César Nascimento e Guilherme Lino procederam a pesquisas no interior do órgão, verificando ter este sido mandado construir pelos filhos de João Gonçalves Zarco, que o ofereceram ao referido convento, no reinado de D. Manuel, em 1498, setenta e nove anos depois de seu pai ter descoberto a Madeira.

Tem, pois, este instrumento 426 anos e é considerado uma relíquia pela sua antiguidade.

Por este motivo, os reparadores, artistas conscienciosos, interessaram-se muito pelo seu conserto, não obstante terem estado resolvidos a desistirem de levá-lo a cabo, em vista do órgão se achar muito estragado, podendo mesmo dizer-se, quase inutilizado.

Depois dum trabalho em que tiveram que empregar, a par duma grande paciência, os seus vastos conhecimentos artísticos, conseguiram levar a obra a bom termo, conservando ao velho órgão todas as principais peças, com o fim de não ser reduzido o valor que lhe dá a sua antiguidade.

Os orifícios feito pelo caruncho foram habilmente embutidos, tendo o conserto, que terminou há dias, sido iniciado em Outubro de 1923.

Este órgão foi há anos posto em praça, conjuntamente com outros bens de congregações, sendo arrematado pelo sr. dr. Romano Santa Clara Gomes, que o conservou durante muito tempo numa dependência daquele extinto convento.

No ano findo ofereceu-o á confraria de Santa Clara, afim de ser reparado e emprega-lo no serviço religioso daquele templo.

Foi então que o sr. Raimundo de Freitas digno conservador daquele templo, encarregou os srs. Cesar Nascimento e Guilherme Lino de procederem á sua reparação.

Os mesmos artistas repararam no ano findo, o órgão da igreja paroquial de Machico, oferta do rei D. Manuel, feita em 1499, e que também se achava quase inutilizado, ficando um belo instrumento e tendo também grande valor pois conta 425 anos.

Como se sabe, a igreja de Santa Clara, que em 12 de Dezembro de 1917 foi atingida por uma granada do submarino que bombardeou o Funchal sofrendo grandes estragos, é considerada monumento nacional, estando a sua conservação a cargo da Câmara Municipal.»

Oriente do Funchal. Publicaram-se dezasseis números deste jornal maçónico, sendo o primeiro a 8 de Fevereiro e o último a 10 de Junho de 1873.

Origem da Ilha da Madeira. Assim se denomina um folheto de 10 pág., publicado nesta cidade por Miguel Manuel de Ornelas e

Vasconcelos, em 1897. Pelo «argumento», que a seguir transcrevemos, se pode ajuizar do merecimento da obra:

«Em Setembro Bacho e Ceres divinal
Juntando-se ao mundo dão colheita.
Contar-te. vou o que vi na serra do Faial,
O que inflammou meu estro, peito e veia
Tão pobre, tão miserrima em cabedal,
Ella que do saber poderia ser forte e cheia,
Cahotica vem rouca, destemperada,
Tocar na lira rude e desafinada.»

Miguel de Ornelas, que desempenhou o cargo de solicitador na comarca do Funchal, faleceu nesta cidade a 3 de Outubro de 1889.

Ornelas. O primeiro deste apelido na ilha da Madeira, diz o distinto anotador das Saudades, foi Álvaro de Ornelas, filho único de Lopo Esteves de Ornelas, chefe desta antiga e nobre família, que é das principais desta ilha: era da casa do infante D. Henrique, por cuja ordem andou nos descobrimentos promovidos pelo mesmo infante: foi dos primeiros povoadores da ilha, e teve de sesmaria no Caniço os terrenos desde a Ponta do Garajau para cima até á ribeira do Caniço, do mar à serra, onde depois seu filho Álvaro de Ornellas Saavedra instituiu o morgado chamado do Caniço. – Constança de Mendonça de Vasconcellos, primeira mulher deste Álvaro de Ornellas Saavedra, ou, segundo outros, Ayres de Ornellas e Vasconcellos, fez o morgado de Nossa Senhora da Consolação, também no Caniço, em 1591.» (**Vid. «Obras de D. Aires de Ornelas», 1881.**)

Ornelas (*Barão de*). António Evaristo de Ornelas, barão de Ornelas, nasceu no Funchal por 1830 e tomou o grau de doutor em medicina na faculdade de Paris, em 1854. A sua tese para o doutoramento tem o seguinte titulo: *Anatomie pathologique et traitement des polypes fibreux de la base du crâne, dits mesopharyngiens* (Paris, 1854). Por 1886, repetiu os exames na escola médico-cirúrgica do Porto, tendo a tese que então defendeu, o seguinte titulo: *Da Dilatação do Estômago*. O barão de Ornelas exerceu a sua profissão em Paris, onde teve uma larga clientela e onde faleceu nos princípios do século XX.

Ornelas (*João Augusto de*). É hoje um nome injustamente esquecido, mas que gozou de merecida nomeada, não só na Madeira mas também no Continente do Reino. A sua obra literária é vastíssima, não tanto pela dúzia de volumes que publicou, como pela

colaboração que deixou dispersa por vários jornais, nomeadamente no antigo e conhecido periódico O Direito, de que foi durante algumas dezenas de anos o principal e mais assíduo redactor.

João Augusto de Ornelas adquiriu na sua juventude uma terrível enfermidade, que lhe tirou todo o movimento aos membros locomotores passando a maior parte da sua existência preso á sua banca de trabalho, que só abandonou pouco tempo antes de ser assaltado pela morte. Tendo uma grande dificuldade de movimentar a pena sobre o papel, aproveitava a visita de muitas pessoas que o procuravam, para fazer o ditado dos seus romances, dos seus contos, dos seus folhetins, das correspondências que enviava para alguns jornais do Continente e principalmente dos inúmeros artigos que destinava ao seu jornal.

Foi um trabalhador incansável. Nem a paralisia que lhe tolhia os movimentos, nem as angustiosas privações porque tão frequentemente passou, nem as torturas que sofreu no seio do lar domestico nem as rudes lutas que sustentou na imprensa e nem ainda as campanhas de difamação que contra ele levantaram, lhe entibiaram o animo ou lhe enfraqueceram a vontade, trabalhando activa e corajosamente num combate sem tréguas, numa guerra encarniçada contra a adversidade até que a morte o prostrou na arena, na idade ainda pujante dos 53 anos.

Os seus inimigos e adversários não raro lhe faziam uma acusação grave – a versatilidade do seu carácter. A acusação não era de todo infundada, mas encontra fácil explicação e até em boa parte se justifica com as circunstancias que rodearam a sua atribulada existência e o colocaram numa apertada situação, de que a poucos seria dado triunfar.

Segundo a própria declaração de João Augusto de Ornelas, feita no Direito de 24 de Agosto de 1863 nasceu ele na freguesia do Estreito de Câmara de Lobos a 26 de Junho de 1833. Começou por ser aprendiz de tipógrafo, tendo depois cursado algumas aulas no liceu desta cidade. Estreou-se com algumas produções literárias no Estudo e no Baratíssimo, e colaborou em outros jornais. Tomou a direcção do Direito, onde durante mais de vinte anos se entregou activamente à vida do jornalismo. Cultivou com grande êxito o romance, tendo publicada varias novelas, que foram muito apreciadas e receberam alevantados elogios de alguns dos nossos mais ilustres literatos. Faremos menção das seguintes: *A Arrependida*, Funchal, 1871, de 190 pág., com uma carta de José Vieira de Castro e uma introdução de Júlio César Machado; *Maria*, Lisboa, 1873, de 200 pág., com um prólogo de António Augusto Teixeira de Vasconcelos; *A Mão de Sangue*, Lisboa, 1874, de 266 pág., com uma introdução de Camilo Castelo Branco; *24 Justiça de Deus*, Funchal, 1876, de 199 pág., com uma carta critica de Manuel Pinheiro Chagas; a *Victima dum Lazarista*, Porto, 1879 de 266 pág., e *O Engeitado*, Porto, 1886 com uma introdução de Manuel Pinheiro Chagas.

Publicou outros romances em folhetins do Direito, alguns dos quais preparava para dar á estampa em volumes separados. Também publicou os opúsculos – *A coroa de oiro ou a honra e a justiça; o que foi e o que é José Cardoso Vieira de Castro*, Funchal 1871, de XXXVIII-23 pág., e *A Madeira e as Canárias*, Funchal 1884 de 28 pág..

João Augusto de Ornelas era cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e desempenhou os cargos de procurador à Junta Geral do Distrito e de vogal da comissão administrativa do Asilo de Mendicidade. Faleceu no Funchal, a 11 de Julho de 1886.

Ornelas (*Juvenal Honório de*). Doutor em medicina pela escola de Paris. Nasceu nesta ilha e aqui faleceu, na idade de 67 anos a 20 de Outubro de 1873. Foi professor da extinta escola medica do Funchal. E.: *Dissertation sur le traitement des pertes de sang qui peuvent suivre l'accouchement, par la compression de l'aorte abdominale exercée sur le ventre, la position convenable du corts et l'usage du seigle ergoté et des fortifiants* (tese); Paris, 1834.

Ornelas de Vasconcelos (*Agostinho de*). Foi o conselheiro Agostinho de Ornelas de Vasconcelos Esmeraldo Rolim de Moura um verdadeiro representante da velha e legitima fidalguia portuguesa, esmaltada e enriquecida com todos os apreciáveis requisitos da moderna civilização. Embora cioso dos seus títulos de nobreza e fidalgas tradições da sua família ilustre, não deixou de ser um espírito eminentemente liberal uma inteligência aberta a todas as manifestações do progresso e um apaixonado cultor das ciências e das letras.

São provas eloquentes destas afirmativas o sistemático desdém com que sempre desprezou títulos e honrarias, contentando-se com os pergaminhos herdados dos seus maiores e com as distinções inerentes aos altos cargos que desempenhou, e o afadigoso empenho com que, dia a dia opulentava a sua profunda cultura intelectual, seguindo diligentemente todas as descobertas, inovações e progressos realizados nos diversos ramos do saber humano.

O nosso biografado nasceu na freguesia da Sé desta cidade, a 14 de Março de 1836, e pertencia a uma das mais distintas famílias da Madeira, contando entre os seus ascendentes alguns vultos notáveis, que deixaram nome lustre na historia do nosso país. Foram seus pais o morgado Aires de Ornelas de Vasconcelos, que entre nós exerceu o cargo de governador civil, e sua esposa D. Augusta Correia Vasques de Olival.

Concluindo com notável distinção o curso secundário no liceu do Funchal , matriculou-se na faculdade de direito na Universidade de Coimbra, em 1852, havendo-se formado em 1857, depois duma brilhante carreira académica.

Atraído pelas fascinações da diplomacia, iniciou esta carreira aparatosa mal concluiu o seu curso universitário, sendo, por decreto de 18 de Novembro de 1857, nomeado segundo adido à legação de Washington, tomando posse do lugar em Junho do ano seguinte e ali permanecendo até o mês de Fevereiro de 1859. Aproveitou os seus ócios de jovem diplomata, percorrendo uma parte considerável do país e visitando os seus estabelecimentos e instituições mais notáveis, do que resta um documento na importante memoria que escreveu acerca da penitenciária de Filadélfia, que vem inserta na obra Reforma das cadeias em Portugal, devida à pena do dr. António Aires de Gouveia, arcebispo de Calcedónia.

Transferido para a corte de Berlim, ali se demorou até o ano de 1862, tendo algumas vezes servido de encarregado de negocios, na ausência do respectivo embaixador.

Em 1862, foi promovido a primeiro adido e colocado no Rio de Janeiro e depois em S. Petersburgo, não chegando a ocupar estes lugares, por motivo de doença, sendo a 26 de Abril de 1865 nomeado secretario de legação para Viena de Austria, e, em seguida, transferido para Londres, onde permaneceu até Dezembro de 1867.

Passando á disponibilidade, esteve alguns anos afastado da carreira diplomática, a que voltou por decreto de 27 de Setembro de 1886, que o nomeou ministro plenipotenciário para Madrid, lugar que não chegou a exercer, sendo, por decreto de 30 do mesmo mes e ano, transferido para o cargo de director da direcção politica no Ministério dos Negócios Estrangeiros, e pelo decreto de 17 de Novembro de 1891, nomeado director geral dos negócios políticos e diplomáticos no mesmo ministério, de que pediu a demissão, dizendo o respectivo decreto que servira com muito zelo e muita inteligência.

Por decreto de 6 de Setembro de 1894 foi nomeado ministro plenipotenciário para a Rússia, tomando posse deste lugar a 10 de Novembro do mesmo ano, e ali se conservou quase até a data do seu falecimento.

Como diplomata, desempenhou algumas importantes e espinhosas comissões de serviço, que lhe mereceram especiais elogios e varias mercês honorificas, devendo mencionar-se os trabalhos da convenção relativa à contenda de Moura, pelo que foi agraciado

com a grã-cruz de Carlos 3.º, de Espanha. Em 1900 foi um dos representantes do nosso país na célebre conferência da Haia.

Na sua longa carreira como funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros, deu sempre provas eloquentes da robustez da sua inteligência, da sua grande ilustração e das raras qualidades de diplomata que o distinguiam e o tornavam um verdadeiro homem de estado, sendo por isso considerado como um dos mais acreditados membros do corpo diplomático português.

Também trilhou as tortuosas veredas da política portuguesa. Saiu, porém, incólume e sem mancha desse tremedal, em que tantos chafurdam a pureza das suas convicções e até a própria dignidade. Foi eleito deputado pela Madeira para as legislaturas de 1868 a 1869, 1869 a 1870, 1870 a 1871 e 1871 a 1874, sendo por carta regia de 16 de Maio deste ultimo ano nomeado par do reino. Distinguiu-se em ambas as câmaras como parlamentar de grandes méritos, assinalando-se sempre nos seus discursos pela mais perfeita urbanidade, de par com uma notável correcção de forma. Não era, sem dúvida, um tribuno que arrebatasse os ouvintes em catadupas de eloquência, mas um orador fluente, correcto e conhecedor dos assuntos que discutia, sendo a sua palavra sempre escutada com a maior atenção por toda a câmara. Entre os discursos que proferiu em ambas as casas do parlamento, alguns se contam como notáveis, devendo especializar-se os que pronunciou acerca do padroado da Índia e missões ultramarinas.

Foi, como dissemos, um apaixonado cultor das ciências e das letras, sendo na verdade o seu mais constante empenho enriquecer o seu espírito com novos conhecimentos, hauridos quotidianamente em largos estudos e demoradas leituras. Tendo uma brilhante inteligência, servida por uma assombrosa memoria, possuía uma não vulgar erudição sobre todos os ramos do saber humano, para o que não pouco contribuía o conhecimento de varias línguas em que era versado, incluindo a própria língua latina. Deu-nos, como literato, provas incontestáveis do seu valor nos escritos que deixou, mostrando que poderia ter alcançado um nome honroso na história do seu país, se de todo se houvera dedicado á carreira das letras.

A obra prima de Goethe, a famosa tragédia o Fausto, era pouco menos do que desconhecida entre nós. O conselheiro Agostinho de Ornelas abalançara-se á arriscada empresa de trasladar em vernáculo o mais admirável produto da literatura alemã. Árduo e difícil trabalho era esse para o nosso ilustre biografado, que, não sendo um poeta, quis traduzir em verso português a obra genial do maior poeta da Alemanha. A versão ressentiu-se dessa circunstância, e força é confessar que a forma poética nem sempre saiu isenta de imperfeições. Muitas vezes essas imperfeições obedecem ao desejo, elevado até ao mais apurado escrúpulo, de traduzir fielmente o pensamento de Goethe, embora com evidente sacrificio da forma. A tradução de António Feliciano de Castilho, que apareceu mais tarde, é sem duvida correctíssima e ornada de verdadeiras galas poéticas, mas feita sobre uma imperfeita versão francesa e com os

arrojos e liberdades do seu estro de primorosíssimo poeta, distancia-se com alguma frequência do original alemão, parecendo, às vezes, antes uma paráfrase do que uma verdadeira tradução. Não faltam críticos que prefiram a versão do conselheiro Ornelas á de Castilho, por ser feita sobre o original alemão e com um inexcedível escrúpulo de fidelidade. E' sem duvida, e apesar dos seus defeitos, um trabalho de valor, que muito abona os seus méritos literários.

Em 1884, publicou-se no Porto um grosso volume intitulado Obras de D. Ayres de Ornelas de Vasconcellos, que contém os diversos escritos do antigo e inolvidável bispo desta diocese, que era irmão do conselheiro Agostinho de Ornelas. Esses belos escritos vêm precedidos de uma larga e primorosa biografia do ilustre prelado, que ocupa perto de 200 páginas do livro, e que, no dizer dum distinto escritor e abalizado lente da Universidade, foi escrita com pena de ouro. Traçou essa biografia, verdadeiro modelo de linguagem e que tem um acentuado sabor clássico, o conselheiro Agostinho de Ornelas.

Em 1892, por ocasião do centenário de Colombo, publicou uma interessante Memoria sobre a residência de Cristóvão Colombo na Ilha da Madeira, que foi incluída no volume Memorias, que a Academia Real das Ciências de Lisboa fez publicar para celebrar aquele centenário.

Por todos esses títulos, foi eleito membro daquela Academia, tendo sido um dos sócios por ela nomeados para organizar a publicação das citadas Memorias.

Era também membro de outras sociedades científicas e literárias, tanto nacionais como estrangeiras.

Desempenhou distintamente diversas comissões de serviço publico de alta importância, como a de representar Portugal nas festas do centenário de Colombo em Madrid, e de delegado do nosso país na celebre conferencia da Haia, realizada em 1898.

Tinha, entre outras, as seguintes condecorações: as grã-cruzes de Carlos 3.º, de Espanha, de S. Gregório Magno, de Roma, da Coroa e de S. Estanislau, da Prússia, grande oficial da Legião de Honra, comendador e cavaleiro de S. Tiago, comendador da ordem de Alberto o Valoroso, da Saxónia, da Aguia Vermelha, da Prússia, da Imperial Ordem da Rosa, do Brasil, etc..

Morreu a 6 de Setembro de 1901 em Niedervalluf, Alemanha, quando exercia o importante cargo de ministro plenipotenciário de Portugal na Rússia.

Ornelas de Vasconcelos (*Ayres de*). Em virtude da sedição popular que depôs e prendeu o governador Francisco de Mascarenhas (*V. este nome*), «foi Ayres de Ornellas eleito pela nobreza e pelo povo para governador e capitão-general, a 18 de Setembro de 1668. Neste elevado cargo o confirmou o príncipe regente D. Pedro e nele permaneceu até á posse do seu sucessor Ayres de Saldanha, no ano seguinte de 1669.

Foi o sétimo avo dos distintos madeirenses o arcebispo D. Aires de Ornelas e o par do reino Agostinho de Ornelas.

Ornelas de Vasconcelos (*D. Aires de*). D. Aires de Ornelas de Vasconcelos, que pertencia a uma das mais antigas e nobres famílias desta ilha, nasceu no Funchal a 18 de Setembro de 1837, sendo filho do morgado Aires de Ornelas de Vasconcelas e de D. Augusta Correia Vasques de Olival.

Tendo cursado nesta cidade as aulas secundárias, em que fora um aluno distintíssimo, matriculou-se em 1854 na faculdade de teologia da Universidade de Coimbra e ali concluiu a formatura em 1859, obtendo o primeiro premio em todos os anos do seu curso. Em 1860, defendeu conclusões magnas, tendo recebido o capelo e o grau de doutor a 29 de Julho do mesmo ano. A sua dissertação inaugural intitula-se *De Christianae Religionis Origine*, escrita na língua latina e que foi publicada em volume. Convidado para lente da sua faculdade, resolveu seguir a carreira universitária, mas desistiu depois desse intento, por motivos que desconhecemos.

Regressando á Madeira já ordenado de presbítero, foi sucessivamente nomeado professor do Seminário, cônego, examinador sinodal, deão, vigário geral e presidente da junta governativa do bispado. No desempenho de todos estes cargos se mostrou sempre de uma irrepreensível conduta e de uma encantadora simplicidade, e especialmente como professor revelou profundos conhecimentos das ciências teológicas, o que, a par da maneira como tratava os alunos, fazia de cada discípulo um admirador e um amigo.

Ao voltar de uma visita que fizera a Roma, depois de assistir ás sessões do concilio do Vaticano, foi pelo prelado desta diocese D. Patrício Xavier de Moura, proposto para seu coadjutor e futuro sucessor, sendo confirmado bispo titular de Gerasa no consistorio de 6 de Março de 1871 e tendo recebido a sagração episcopal em Lisboa, a 7 de Maio do mesmo ano.

Assumi a direcção interina desta diocese a 17 de Maio de 1871, a qual só definitivamente começou a governar a 27 de Outubro de 1872, depois do falecimento do bispo efectivo. Durou apenas três anos o seu episcopado, que não foi isento de graves dificuldades, em boa parte criadas por alguns membros turbulentos do corpo capitular da Catedral. Apesar da sua grande austeridade de carácter, do seu zelo pela observância da disciplina eclesiástica, das mais rectas intenções que o animavam no exercício do cargo e ainda do seu raríssimo talento e profunda ilustração, não conseguiu, na sua terra natal, mostrar o que valiam todos esses invejáveis predicados como nas longínquas regiões do Indústão, onde tão brilhantemente manifestou as suas notáveis qualidades de intrépido apóstolo, de espírito reformador, de homem de acção, de uma inteligência cultíssima, impondo-se ao respeito e admiração de milhões de indivíduos espalhados pelas vastas dioceses de que era o metropolitano.

Por carta régia de 23 de Julho de 1874, foi D. Aires de Ornelas apresentado arcebispo de Goa e Primás do Oriente, havendo sido confirmado pelo papa Pio IX no consistório de 19 de Novembro do referido ano. Saiu da Madeira a 25 de Janeiro de 1875, tendo a mais imponente e afectuosa despedida de que há memória entre nós. A 27 de Dezembro do mesmo ano, chegou a Goa, assumindo a direcção da sua vasta arquidiocese.

Longe iríamos se quiséssemos entrar em detalhes acerca da sua administração episcopal no Oriente. Pouco mais de três anos durou o seu episcopado e em tão curto lapso de tempo impossível seria desenvolver maior actividade e maior zelo no exercício do seu árduo apostolado. A reforma do Seminário, a administração das fabricas das igrejas, as dissensões religiosas entre as diversas castas indianas, a direcção de vários estabelecimentos pios, a observância da disciplina eclesiástica, o ressurgimento do espírito religioso, etc. etc., mereceram-lhe os seus especiais cuidados e a essas múltiplas questões consagrou o melhor do seu acendrado zelo e da sua dedicação sem limites. O seu Governo na arquidiocese goense assinalou-se de modo particular pela visita pastoral que realizou a tão remotas regiões do padroado português no Oriente e pela exposição do corpo de São Francisco Xavier, o grande apóstolo das Índias. Essa visita, feita através de países estrangeiros e por meio de povos tão heterogêneos em religiões, usos e costumes, foi um triunfo para o arcebispo, e, mais ainda, concorreu notavelmente para consolidar o prestígio do nome português nas vastas regiões que êle percorreu.

A exposição de S. Francisco Xavier foi um acontecimento para toda a Índia. À velha cidade de Goa, tão solitária e tão abandonada, acorreram milhares e milhares de forasteiros vindos de países muito distantes, que deram á capital do antigo império português no Oriente um movimento e uma animação que ela nunca presenciara. Foi nessa ocasião que o arcebispo recebeu vários bispos, seus sufragâneos, e vigários apostólicos, e os reuniu em sínodo provincial, revelando então a esses membros do alto clero, alguns deles

de alta envergadura intelectual, os dotes da sua inteligência e da sua ilustração, para o que muito concorreu o seu conhecimento da ciência teológica e das línguas latina, francesa e inglesa, que escrevia e falava correctamente.

Os escritos do ilustre arcebispo–pastorais, sermões, discursos e relatórios mostram o pastor cheio de zelo e abnegação pelo seu rebanho e são também modelo da mais vernácula e castiça linguagem, com um acentuado sabor clássico, cuja leitura instrui e seduz.

Foi no seu afanoso apostolado da Índia e especialmente nas suas penosas e fatigantes visitas pastorais, que contraiu a grave doença que o obrigou a deixar a sua arquidiocese. Regressou á terra natal, onde chegou a 22 de Maio de 1879, tendo talvez tido a mais afectuosa e entusiástica recepção que nesta ilha se haja preparado aos seus visitantes. Depois de alguns meses de repouso, seguiu para França a consultar especialistas sobre o mal que o atormentava e que pouco a pouco se foi agravando, até que a 28 de Novembro de 1880 faleceu em Lisboa, em casa de seu irmão o ilustre madeirense, conselheiro Agostinho de Ornelas de Vasconcelos.

Os seus restos mortais foram trasladados no ano de 1903 para a capela de S. António da Sé Catedral, antigo jazigo da família Ornelas. (***V. Obras de D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Porto, 1881, de 358 paginas.***)

Ornelas de Vasconcelos (*Aires de*). Nasceu na freguesia da Camacha a 5 de Março de 1866 e é filho do conselheiro Agostinho de Ornelas de Vasconcelos (***V. este nome***) e de D. Maria Joaquina Saldanha da Gama. Pela ascendência paterna pertence a uma das mais antigas e distintas famílias madeirenses e pela linha materna é neto dos condes da Ponte. Estudou os preparatórios no Colégio de Campolide e tendo cursado a Escola Politécnica e a Escola do Exercito, foi despachado alferes em 1889, fazendo parte da arma do Estado Maior.

Desde logo se dedicou ao estudo de assuntos militares, começando a colaborar activamente em revistas da especialidade e fundando em 1893 a Revista do Exercito e da Armada, de que foi um dos mais assíduos redactores.

Aires de Ornelas seguiu para a África Oriental em 1895, revelando-se aí um distintíssimo militar e alcançando sem demora um grande renome em todo o país. Tomou parte na campanha contra o Gungunhana e na preparação das colunas de Marracuene e Inhambane, sendo porém nos combates de Coolela e Marracuene, em que verdadeiramente afirmou a sua coragem, a sua

competência e o seu inexcedível sangue frio, que mais consolidou a reputação de que já gozava de ser um dos oficiais que mais se distinguiram nas nossas guerras da África. Mousinho de Albuquerque, que foi o grande herói das nossas campanhas africanas na segunda metade do século XIX, não queria outro chefe de estado maior senão Aires de Ornelas, dizendo no relatório das campanhas de 1896-1897 que «na sua arma era ele o oficial mais completo que tinha conhecido, possuindo todas as qualidades de oficial de cavalaria de campanha e de oficial de estado maior.

Consagrou-se especialmente ao estudo dos assuntos coloniais, a que a sua permanência em África, a administração que fez no distrito de Lourenço Marques e as diversas comissões militares e diplomáticas que desempenhou, deram a maior autoridade, sendo considerado no nosso país como um dos homens públicos que mais larga e profundamente conhecia as nossas questões ultramarinas, sobretudo nas suas relações com as outras potencias coloniais. Os seus conhecimentos nesta especialidade revelaram-se principalmente nos estudos publicados em diversas revistas, na direcção do Jornal das Colónias, nos capítulos Marraquene e Coolela do livro Campanha das tropas portuguesas em Lourenço Marques e Inhambane, no estudo intitulado As raças e línguas indígenas de Moçambique, e em algumas conferencias realizadas na Sociedade de Geografia e na Liga Naval.

Aires de Ornelas representou o Governo português no Congresso Militar que se reuniu em Madrid por ocasião do centenário de Colombo, e, mais tarde, fêz parte, como delegado técnico, da celebre conferencia da Haia. Foi também escolhido para, juntamente com o almirante Hermenegildo Capelo e o capitão de fragata Ernesto de Vasconcelos, formarem a comissão técnica que foi discutir com os ingleses a questão dos limites de Barotze, submetida á arbitragem do rei de Itália. Tomou Aires de Ornelas uma parte muito activa nesta missão e especialmente na colaboração na memoria histórica justificativa dos direitos de Portugal.

Quando o conselheiro João Franco foi em 1906 encarregado de constituir ministério, deixando em todo o país as gloriosas tradições que ainda perduram, escolheu o capitão Aires de Ornelas para gerir a pasta da marinha e ultramar. Foi como titular desta pasta que em 1907 acompanhou o príncipe real D. Luís Felipe numa viagem ás nossas colónias ultramarinas da África ocidental e oriental.

Com a implantação da Republica, o conselheiro Aires de Ornelas pediu a sua demissão de oficial do exercito e abandonou o país, tendo residido algum tempo no estrangeiro.

Regressando á pátria, tomou parte activa na organização e direcção da política monárquica, e é hoje o lugar-tenente de D. Manuel II no nosso país (1921). Envolvido nos acontecimentos políticos das tentativas de restauração monárquica, foi preso e durante longos meses passou encarcerado na Penitenciaria e na fortaleza de S. Julião da Barra.

Teve uma vasta colaboração em muitos jornais e revistas, havendo sido durante alguns anos o director do Diário Nacional. Além dos escritos que ficam citados, temos conhecimento de que publicou: Mousinho de Albuquerque e a sua acção em Moçambique, A Expansão de Portugal, Política Marítima Nacional, A Marinha Portuguesa, As doutrinas políticas de Charles Maurras, Um Anno de Guerra, de 285 pág., Segundo Anno de Guerra, de 305 paginas, etc..

Foi deputado pela Madeira na sessão legislativa de 1918 e foi também eleito deputado por um dos círculos do Continente, em Janeiro de 1922.

Faleceu em Lisboa a 14 de Dezembro de 1930, sendo os seus restos mortais trasladados para o cemitério das Angustias do Funchal no ano de 1934.

Ornelas de Vasconcelos (*Daniel de*). Era formado em leis pela Universidade de Coimbra e exerceu a advocacia no Funchal, com grande brilho e proficiência.

Na legislatura de 1838 a 1840, tendo-se dado uma vaga de senador efectivo pela Madeira, foi o dr. Daniel de Ornelas eleito para êsse lugar, em Abril de 1839.

Foi depois elevado ao paria to e agraciado com o título de barão de São Pedro.

Como par do reino, tornou-se celebre o projecto que apresentou no parlamento no dia 15 de Fevereiro de 1850, abolindo todos os morgados, vínculos e capelas anexas, deste arquipélago. Este projecto de lei foi muito mal recebido na Madeira e mais de trinta representantes de antigas casas vinculadas dirigiram uma representação ás Câmaras, mostrando quanto ele era inconveniente e prejudicial aos interesses desta ilha.

Morreu em Lisboa a 23 de Fevereiro de 1878.

Orografia *Vid. Madeira (Aspectos Orográficos da), II, 314.* Para este assunto, oferecem também algum interesse os

artigos: *Achada, Calhau, Costa do Norte, Costa do Sul, Costas, Encumeada, Fajã, Geologia, Massapez, Quebradas, Salão* e «Dicionário Coreográfico do Arquipélago da Madeira» pelo Pe. Fernando A. Silva.

Ornitologia. V. *Aves, Harcourt, Jardim e Schmitz.*

Orquídeas. Das quatro orquídeas indígenas que se conhecem na Madeira, uma só – a *Orchis foliosa* – é planta verdadeiramente ornamental. Não floresce no Funchal, mas nas ravinas do interior produz pequenas flores purpúreas e inodoras, reunidas em espigas às vezes alongadas. Dos tubérculos palmados desta orquídea pode extrair-se o salepo, e é esta a razão porque nalguns pontos da ilha ela se vai tornando rara. Alguns estrangeiros que visitaram há anos a nossa ilha, levaram para o seu país todos os tubérculos da *Orchis foliosa* que conseguiram colher no Ribeiro Frio!

Orquigny (*João José de*). Médico e naturalista francês que veio á Madeira em 1789, encarregado pelo Governo de D. Maria I de estudar a flora da ilha e o seu valor terapêutico. Embora residisse aqui por alguns anos, foram nulos, segundo parece, os serviços prestados por ele à ciência.

V. Maçonaria.

Orthoptères *provenant des voyages de S. A. Le Prince de Monaco dans les archipels de Madère et des Açores (Bull. de la Soc. Zool. de France, 1892, pag. 46 a 49).*

Orvalho. É o vapor de agua que se depõe em pequeníssimas gotas sobre a terra e as plantas em virtude do resfriamento produzido pela irradiação nocturna. Observa-se no Funchal em certas manhãs claras e frias de inverno, ficando as ruas às vezes tão molhadas como se sobre elas acabasse de cair uma chuva miúda, mas é na região montanhosa e particularmente nos vales do interior da ilha, que o orvalho é mais abundante e sensível. Apesar do que escreveu Mason no seu *Tratado sobre o clima e meteorologia da Madeira (V. vol. I, pág. 276 e ss.)*, podemos afirmar, sem receio de desmentido, que a quantidade de orvalho que se deposita no Funchal só é notável em muitos poucos dias do ano.

Os madeirenses chamam sereno ao orvalho, reservando este último nome para designar a chuva miúda. O sereno é desconhecido no Funchal.

(Vid. Clima, I-273).

Osborne (*John*). E: *Guide to the Madeiras, Azores, British and Foreign West Indias, Mexico and Northern South Amerira*. A 2.^a edição desta obra foi publicada em Londres, em 1844.

Osga (*Tarentola mauritanica var. angustimentalis*). Pequeno réptil da família Geconida, que não existe na Madeira, mas que se encontra nas Selvagens. É pardo e tem a cauda curta.

Oudinot (*Reinaldo*). Depois da grande aluvião que assolou a Madeira a 9 de Outubro de 1803, mandou o Governo da Metrópole a esta ilha o brigadeiro Reinaldo Oudinot, afim de superintender nos trabalhos de obras publicas a que então se procedeu e especialmente na construção e reparação das muralhas das três ribeiras que atravessam a cidade. Chegou ao Funchal a 19 de Fevereiro de 1804 e aqui faleceu a 11 de Fevereiro de 1807. Prestou excelentes serviços não somente pela grande actividade que desenvolveu nos trabalhos que dirigiu, mas ainda pela provada competência que revelou no exercício da comissão que veio desempenhar entre nós.

Enviou em 9 de Setembro de 1805, ao visconde de Anadia, um desenvolvido mapa da cidade do Funchal e da sua baía, e principiou a carta geral da Madeira, que foi concluída por Paulo Dias de Almeida.

Escreveu umas Instruções de que existiu uma copia que desapareceu, no arquivo da Câmara Municipal do Funchal. Em 1837, foram fornecidas pela mesma Câmara ás Juntas de Paroquia do Concelho, copias das mesmas Instruções.

Em recompensa dos serviços prestados pelo brigadeiro Oudinot á Madeira, foi concedida á sua viúva D. Vicencia do Carmo Oudinot, a capela instituída por Felipe de Barros na Ribeira Brava.

Oudinot (*Rua do*). Este nome representa uma homenagem prestada pela Câmara do Funchal ao brigadeiro Oudinot, que pelos seus serviços á Madeira, bem digno se tornou da gratidão dos habitantes desta ilha.

A rua do Oudinot comunica a praça dos Lavradores com o larguinho de S. João, tendo existido outrora um pouco abaixo dela, uma ponte sôbre a ribeira de João Gomes, que supomos ter-se abatido ou haver sido demolida nos fins do segundo quartel do século

XIX. Dá acesso ao largo dos Lavradores, onde foi construído o novo Mercado.

Ouregãos (*Origanum virens*). Labiada indígena, muito frequente na Madeira. Tem cheiro e sabor agradáveis, e flores reunidas em espigas, com as bracteas verde pálidas, maiores que os cálices. É usada nas cozinhas e pode substituir a mangerona (**V. este nome**).

Ouriços do Mar. Cerca de dez espécies destes equinodermes têm sido assinaladas na Madeira, duas das quais – o *Echinus lividus* e o *E. brevispinosus* – vivem em abundância nos charcos perto da costa, não sendo aproveitados porém como alimento. O *Diadema europaeum*, purpureo-escuro e guarnecido de espinhos longos, e o pequeno *Echinocyamus pusillus* aparecem também nalgumas localidades.

V. Equinodermes e Estrelas do Mar.

Outeiro. Sitio povoado da freguesia dos Canhas. Existiu ali uma capela com as invocações de Nossa Senhora e Santana, erigida em 1733 por Manuel Rodrigues de Canha.

José Francisco Cabral de Noronha e sua mulher D. Maria Trindade de Noronha fizeram há poucos anos construir neste sitio uma capela dedicada ao Sagrado Coração de Jesus.

Outeiros. Houve-os no Funchal no século XVIII, como claramente se vê da Colecção poética do professor Francisco Manuel de Oliveira, em que há uma ode e dois sonetos feitos para outeiros em honra da Senhora da Luz, protectora dos estudos nesta ilha. Ouvimos a algumas pessoas antigas que era uso em certas ocasiões reunirem-se no convento de Santa Clara os poetas da terra, afim de glosarem os motes dados pelas freiras, algumas das quais cultivavam as musas.

Outorga da Carta. A notícia de ter D. Pedro IV outorgado uma carta constitucional á Monarquia Portuguesa no dia 29 de Abril de 1826 chegou á Madeira a 12 de Julho do mesmo ano.

No dia 14, á noite, estando reunidos em casa de Manuel José da Silveira vários cidadãos afim de festejarem a restauração da

monarquia constitucional, foi o prédio invadido por um piquete do regimento de infantaria 7, que atacou de baioneta calada os circunstantes, não obstante entre estes se achar o governador e seus ajudantes de ordens. Na refrega ficou ferido o major Adão e o celebre António Manuel Rodrigues, o Aninhas, constitucional exaltado e um dos homens mais robustos do seu tempo, mas por fim foram os soldados compelidos a retirar diante da resistência oferecida pelos constitucionais, que se serviram das cadeiras, mesas e de tudo quanto havia dentro de casa, para se defender dos seus agressores.

Ordenara o Ministro da Justiça que os prelados fizessem pastorais e mandassem que os párocos explicassem ao povo a Carta Constitucional, mas esta ordem não foi acatada pelo Bispo do Funchal, segundo refere o Defensor da Liberdade, sendo certo que três anos antes havia ele sido pródigo em instruções aos seus subordinados para falarem contra os princípios liberais.

Tendo os soldados de infantaria 7 continuado a insultar e provocar os constitucionais resolveu a Câmara Municipal em sua sessão de 22 de Agosto de 1826, solicitar da Infanta Regente a transferência do regimento, e em 5 de Outubro do mesmo ano pedir ao Governador que o mesmo regimento não continuasse a fornecer rondas para a policia da cidade e que as praças não saíssem do seu quartel depois das 7 horas da noite.

Em 23 de Novembro de 1826, resolveu a Câmara agradecer á Infanta Regente o haver atendido o seu pedido relativo á saída do regimento, sendo somente depois da retirada das tropas que os constitucionais puderam entregar-se, sem risco de provocações, a manifestações publicas de regozijo pela queda do regímen absolutista.

Apesar da presença do regimento de infantaria n.º 7 na Madeira, houve nos dias 6, 7 e 8 de Agosto vários festejos pela outorga da Carta Constitucional.

Vid. Proclamação do Governo Constitucional.

Ouvidores. Eram juizes nomeados pelos donatários e em muitos casos seus lugares-tenentes. Recebiam o juramento dos vereadores, na ausência dos donatários, e exerciam funções judiciais e policiais, podendo capturar os indivíduos acusados de qualquer crime. Para evitar os excessos de jurisdição dos donatários e seus ouvidores, já no século XV havia corregedores na Madeira, encarregados de fazer inquéritos judiciais e de punir os juizes que prevaricavam. Os bispos também tiveram ouvidores, tendo o prelado D. Luís de Figueiredo criado duas ouvidorias na Madeira e uma na ilha do Porto Santo. Os ouvidores dos donatários tinham aposentadoria paga pela Câmara Municipal.

Ovington (*John*). Clérigo e viajante inglês, que foi capelão de Jaime II. No livro que publicou intitulado *A voyage to Suratt in the year 1689* (Londres 1696), ocupa-se da Madeira, acerca da qual dá informações que seriam curiosas, se entre elas se não encontrassem varias mentiras mais ou menos grosseiras. A título de curiosidade, damos a seguir a tradução da narração que ele faz dum «contratempo» que teve a gente do navio, antes de deixar o porto do Funchal.

«Tendo faltado á chamada alguns dos nossos marinheiros supusemos que tivessem caído em poder dos jesuítas, os quais, zelosos por alargar a sua fé, aproveitam todos os ensejos para converter os estrangeiros. Enviou-se uma carta ao Governador pedindo a restituição dos nossos homens, mas ele parece que não tinha autoridade sobre aquela ordem.

«Resolveu então o nosso comandante fazer um desembarque na praia, acompanhado de 14 homens armados, afim de substituir por pescadores os marinheiros de que necessitava.

Um feliz acaso deparou-lhe, porem, um barquinho que trazia ao Funchal um abade e um vigário, os quais com grande surpresa sua se viram aprisionados pela tripulação do nosso escaler.

«Fizemos com que imediatamente eles escrevessem ao governador, narrando-lhe as circunstancias em que se achavam, ao mesmo tempo que era enviada uma nota ao nosso cônsul afim de a transmitir á autoridade, exigindo-lhe a permuta dos prisioneiros.

«A questão ia-se azedando porque a noticia da prisão dos padres punha em risco os comerciantes ingleses, estabelecidos no Funchal, mas felizmente tudo se harmonizou, recuperando nós os nossos marinheiros e sendo os padres enviados para terra, onde foram recebidos com grande regozijo da população».

Se a prisão dos tripulantes do navio britânico se deu realmente, como conta Ovington, o mais provável é que ela fosse devida não a zelo dos jesuítas pela conversão dos estrangeiros, mas a zelo dos ingleses pelo culto ao deus Baco, do que poderia resultar a intervenção do alcaide, a cargo de quem estava nessa época a direcção dos serviços da manutenção da ordem na cidade.

Ovinos. Como ampliação e melhor esclarecimento do que fica exposto no artigo *Gados* (II-70 e ss.), transcrevemos um artigo do distinto engenheiro agrícola Torres Baptista, que encerra alguns pormenores interessantes e que particularmente se refere ás lãs e

suas qualidades produzidas pelos ovinos da Madeira.

«Na Madeira encontramos pastos ácidos e no Porto Santo pastos básicos.

Os pastos provenientes da desagregação das rochas ácidas são próprios para a produção de leite porque as fêmeas encontram nos alimentos produtos próprios para aquele fim.

Daqui o ter-se criado por adaptação ao meio uma raça especial de gado bovino tão característica, cuja selecção deveria (se o não merece já) merecer a atenção das instâncias competentes oficiais.

No Porto Santo, a desagregação dos calcareos, rochas fortemente alcalinas não próprias para a produção do leite, dá-nos animais com uma constituição óssea bastante forte e portanto apta e resistente para o trabalho.

Mas não é do gado bovino que desejo falar mas doutro gado de que quase se não fala na Madeira: No gado ovino.

Possui a ilha da Madeira cerca de 16.000 arietinos que vivem parte em régimen de pastagem em rebanho e parte em régimen de estabulação ou de pastagem à corda.

A ilha do Porto Santo possui cerca de 600 cabeças cuja vida é em rebanho como já tive ocasião de ver. Todos nós sabemos que o gado lanígero pode ser aproveitado para: a função de produzir carne; a função de produzir leite; a função de produzir lã.

Na escolha destas funções é que está a resolução económica do problema.

Vejamus qual se me afigura que deve ser:

Para a função de produção de carne em detrimento das outras duas não me parece que se deva ir porque sendo as ilhas abundantes em carne proveniente do gado bovino e sendo este de estatura muito reduzida, que não impõe como sucede muitas vezes na metrópole o sacrifício dum animal menor em virtude do pequeno consumo, não se torna muito necessária.

Também como estas funções se não excluem pode obter-se a função carne sem detrimento ao aproveitamento da lã ou do leite: Portanto julgo, que orientando neste sentido, não se melhoraria as raças na orientação económica precisa.

Posta esta função de parte resta-nos as outras duas:

Para o Porto Santo não há que hesitar: a constituição geológica do terreno, o método de criação em pastagem diz-nos que é para função de produção de lã que se deve ir.

Mas a Madeira?

Diversos factores há a considerar e que devem ser bastante ponderados.

A constituição geológica dos terrenos dá-nos pastos próprios para a produção de leite, o sistema de criação em recintos fechados ou a corda dá-nos produtos de lã bastante ordinários.

Além disso existe na ilha a indústria dos lacticínios que se limita à produção de manteiga.

Qual o aproveitamento dos leites desnatados?

Não conheço a fabricação de queijo magro embora me digam que existe na ilha, também não conheço na ilha a indústria da caseína. Consume a Madeira bastante manteiga de vaca e ainda exporta muito mais.

O não aproveitamento dos leites desnatados é um desperdício que a meu ver representa grande valor.

Ora o leite da ovelha é mais rico em gorduras do que o de vaca, e sendo aproveitado e junto ao leite de vaca desnatado, daria não um queijo magro mas um queijo bom para consumo de todas as classes sociais e para exportação.

Quanto à função lã da ovelha da Madeira para os animais que não vivam em rebanho, as lãs, embora melhorem, serão sempre inferiores.

Devemos ter em atenção que as partes altas da ilha quase desabitadas e inaproveitadas se prestam para as pastagens, e em virtude da grande altitude, até se poderia fazer uma pequena transumância o que traria grandes vantagens.

Poder-se-iam constituir no verão, após as tosquiadas, rebanhos comunais por freguesias que aproveitassem aquelas pastagens durante a época calmosa com vantagem para todos, e até para a saúde dos animais e aproveitamento de sementais.

Postas estas sugestões e dado o caso de que as lãs deste arquipélago são da qualidade mais ordinária que existe, urge melhorá-la com sangue vindo de fora.

Mas devemos ir para a produção da lã ou para a produção do leite?

Qual será mais económico e mais conveniente?

Para o Porto Santo, o merino e entre os carneiros desta raça o «Fonte Boa», para não recorrermos a sangue de raças estrangeiras, satisfaz plenamente visto que só há que ter em vista a melhoria em lã.

Para a Madeira se quisermos ir para a lã, o indicado para o Porto Santo para as ovelhas brancas, ou o preto alentejano para as

pretas, visto que no mundo não há melhor em preto do que o que possuímos; se quisermos ir para a produção do leite, aconselho o Larssac francês ou para não sairmos do nosso país, e não vejo necessidade disso, a ovelha saloia dos arredores de Lisboa que satisfaz plenamente.

Agora me dirão a que motivo.

Satisfaço-lhes a curiosidade: por ter constatado que a lã da Madeira é tão ordinária que nem mesmo numa época de crise os industriais a querem, e só serve, assim como está, para a colchoaria, produção de tapetes e de mantas ordinárias e artigos grosseiros, sem que em compensação as restantes funções económicas dos ovinos sejam aproveitadas.

Mas uma sugestão é muitas vezes adoptada e eu não desejo que a melhoria se faça em benefício da função lã, pois uma vez conseguida os interesses económicos podem mais tarde dizer-nos, que não era esta orientação que se devia seguir, mas sim a do leite.

O inverso se poderá dar para o caso da função do leite.

As indústrias derivadas dos produtos destas funções são nulas na Madeira porque não há indústria de lanifícios e o fabrico de queijo é reduzidíssimo.

Urge portanto melhorar as raças num sentido ou noutro, afim de que, a Madeira amanhã possua boa matéria-prima para que as suas indústrias se forem tentadas se possam firmar no futuro nos mercados externos pois mão de obra tem ela, e, até demais.

Vid. Pastagens e Pecuária.

P

Pacheco. Este apelido de família procede de Antão Pacheco e do comendador Gomes Pacheco, indivíduos que vieram para a Madeira por meados do século XV. Pedro Pacheco, filho de Gomes Pacheco, justificou a sua nobreza em 1535.

Pacheco (*Cónego António Aires*). É cónego da Sé de Lisboa e considerado como um dos mais distintos oradores sagrados portugueses. Nasceu a 15 de Setembro de 1854 e é natural de Vilarouco, no distrito de Viseu. Veio para a Madeira em 1877, na companhia do falecido prelado D. Manuel Agostinho Barreto, e no Seminário desta cidade frequentou o curso teológico, tendo-se ordenado de presbítero no ano de 1881. Foi durante alguns anos professor e reitor do Seminário Diocesano, tendo sido no ano de 1888 apresentado cónego na nossa Sé Catedral e alguns anos depois transferido para a Sé Patriarcal de Lisboa.

Como redactor do jornal *A Verdade*, que dirigiu durante alguns anos, revelou-se um brilhante e vigoroso jornalista, assinalando-se sobretudo nos seus escritos como um hábil polemista. Refutando o folheto *o Sudário Negro*, publicou em 1882 um opúsculo de 54 pág, intitulado *O Sudário Negro no banco dos réus*. Em 1890, fez a Câmara Municipal do Funchal publicar a oração fúnebre que o cónego Aires Pacheco proferiu na Sé Catedral por ocasião das exéquias do rei D. Luís I. Saiu da Madeira no ano de 1890.

Paço Episcopal. Quando o Papa Leão X, pela bula *Pro excellenti preeminentia*, de 14 de Junho de 1514, criou a diocese do Funchal, já o magnífico templo que hoje serve de Catedral estava quase concluído, tendo a sua construção começado no fim do século XV ou nos primeiros anos do século XVI. o mesmo não sucedera com o paço episcopal.

o primeiro prelado do Funchal que residiu entre nós foi D. Jorge de Lemos, que não sabemos que casas de moradia teria ocupado nesta cidade. D. Jerónimo Barreto foi o segundo bispo que veio a esta ilha e, segundo Frutuoso, teve sua habitação na rua Direita, «nuns aposentos muito ricos, com seus frescos jardins»(vol. I, pag. 365).

Chegando em 1586 á Madeira D. Luís Figueiredo de Lemos, sétimo prelado Funchalense e terceiro que viera pessoalmente administrar o seu bispado, foi estabelecer a sua moradia á rua das Pretas, numas casas particulares, que depois pertenceram ao

alferes-mor desta ilha Tristão Gomes de Castro, onde se afirma que já os seus antecessores tinham tido a sua residência habitual. Foi este prelado, um dos mais ilustres desta diocese e que a governou de 1586 a 1608, que construiu o antigo paço dos bispos e também o primitivo edifício do seminário, que lhe ficava anexo. Deles restam alguns aposentos, a capela episcopal e uma espécie de claustro, construção característica das velhas residências conventuais, que hoje constituem dependências do actual palácio da rua do Bispo. A capela, que deixou de ser aplicada ao serviço do culto depois da construção do novo paço episcopal, era dedicada a S. Luís de Tolosa e ali foi sepultado o seu fundador, que faleceu nesta cidade a 26 de Novembro de 1608. O prelado desta diocese, D. Manuel Agostinho Barreto, em vista do estado de completo abandono em que se encontrava esta velha capela, fêz dali trasladar, em 1903, para a Sé Catedral, os restos mortais de D. Luís Figueiredo de Lemos, que jazem logo á entrada do templo, cobertos com a mesma lousa tumular de mármore branco que se via na primitiva sepultura.

O bispo D. Frei António Teles da Silva (1675-1682) ampliou o primitivo paço, e o prelado D. José de Sousa de Castelo Branco (1698-1721) incorporou nele o seminário, que lhe ficava anexo, pela mudança deste para a rua do Mosteiro Novo. O terramoto que se sentiu na Madeira na noite de 31 de Março para 1 de Abril de 1748 causou consideráveis estragos por toda a ilha, em muitos edifícios públicos e particulares, ficando também bastante arruinado o antigo palácio dos bispos e o seminário adjunto. Era então bispo do Funchal D. João do Nascimento, que dirigiu o Governo desta diocese de 1741 a 1753, revelando-se um prelado eminente que deixou assinalada a sua passagem nesta ilha por varias obras notáveis, tanto no desempenho das suas funções episcopais como no exercício interino durante alguns anos do lugar de governador e capitão-general deste arquipélago.

A ele se deve a construção do paço episcopal, onde hoje (1921) se encontra instalado o liceu. Tendo que abandonar a antiga residência dos bispos, pelo estado de ruína em que a deixara o terramoto, empreendeu sem demora a construção dum novo palácio, que projectou levantar nas imediações da Sé Catedral. As insuperáveis dificuldades que surgiram na aquisição dum novo local, obrigaram-no a aproveitar o do arruinado paço, que foi inteiramente demolido, com excepção da parte que ainda hoje se conserva de pé. Ali fêz erguer, desde os fundamentos, o novo paço episcopal, que apesar de ser uma construção pesada e despida de quaisquer primores arquitecturais, é, no entanto, para esta pequena cidade e para a época da sua construção, um edifício de relativa importancia, que em nada desonrava a hierarquia dos seus moradores.

O novo paço foi construído no período decorrido de 1748 a 1751. O seu fundador gastou nele cerca de dez contos de réis, contribuindo também o erário publico com quantia aproximadamente igual, tendo sido o custo total da obra de vinte contos de réis, importância esta que dispendida há 170 anos representa hoje uma soma avultada. (1921)

D. João do Nascimento para levar esta obra a seu termo, teve que lutar com gravíssimas dificuldades, que a sua inquebrantável tenacidade soube dominar e vencer.

Pouco tempo gozou da sua obra, pois veio a morrer a 26 de Novembro de 1753 e jaz sepultado na Sé Catedral desta cidade.

Tendo falecido o prelado D. Manuel Agostinho Barreto em 1911, passou o Paço Episcopal á posse da Fazenda Nacional e ali se instalou o liceu desta cidade, no mês de Janeiro de 1914.

Quando em 1915 o actual prelado desta diocese veio assumir a direcção do bispado, encontrou preparada uma casa destinada a residência episcopal, que os católicos alugaram e mobilaram, e dela fizeram entrega ao chefe da igreja funchalense. Essa casa fica situada na rua dos Netos, fazendo esquina com a rua dos Ferreiros, ao lado direito de quem sobe esta rua. Pouco tempo permaneceu ali a residência do prelado diocesano, pois que, pela aquisição, por doação e herança, duma excelente casa de habitação no largo do Ribeiro Real, ficou esta definitivamente transformada em Paço Episcopal e ali reside actualmente o prelado e nas dependências do prédio se acham instaladas as repartições eclesiásticas.

O destino a dar ao antigo Paço Episcopal ficou regulado pelos decretos de 5 de Julho e 6 de Agosto de 1913, de 9 de Março e 24 de Agosto de 1922.

Paços do Concelho. O palácio da rua do Comercio, outrora dos Ferreiros, onde estão instaladas a Câmara Municipal, a Administração do Concelho, a Policia, a Conservatória, etc. (1921), pertenceu á casa vinculada do Conde de Carvalho e é um dos mais vastos edificios da ilha. Foi edificado no ano de 1758 e havia nele benfeitorias, que fizeram parte dos bens livres do morgado João Agostinho Figueiroa de França e Albuquerque.

A parte do mesmo palácio que pertencia ao Conde de Carvalho foi cedida por este á firma comercial Freitas & Macedo para pagamento de dívidas, e as demais partes, de que eram possuidores Afonso de Freitas Albuquerque, o Conde da Calçada, Francisco Roque de Albuquerque, o dr. Luís Vicente de Afonseca e outros, adquiriu-as a mesma firma por meio de compras feitas em diferentes épocas.

A Câmara tomou de arrendamento o dito palácio, ao Conde de Carvalho em 1868, comprando-o em 4 de Agosto de 1883 a Freitas

& Macedo por 25 contos, pagos em obrigações da Companhia Geral de Credito Predial Português, que, reduzidas á cotação oficial, produziram a quantia de 22:423\$900 réis. Antes disso, podia a mesma Câmara ter adquirido o edifício por 12 contos, mas não soube aproveitar o ensejo que se lhe oferecia de realizar um negócio bastante proveitoso para o Município.

No edifício actual dos Paços do Concelho, estiveram acomodados outrora a casa comercial inglesa Blackburns & Comp.^a e mais tarde o cônsul britânico George Stoddart. O conde de Carvalhal tinha a sua residência no Palácio de S. Pedro.

Antes da aquisição do magnifico edifício em frente do largo do Município ou do Colégio, esteve a Câmara em vários pontos do Funchal, tendo o primeiro prédio que ela possuiu, mas que não foi o primeiro em que fez as suas reuniões, sido construído em virtude duma ordem do duque D. Manuel, datada de 1486, determinando que se fizesse «praça, câmara, paço dos tabeliães & picota» no campo chamado do Duque, que era o terreno onde está a Catedral e largos e ruas anexos. Já em 1470 aparecera uma carta do infante D. Fernando, dirigida ao donatario João Gonçalves da Câmara, pedindo-lhe que se encarregasse «de fazer a casa da camara & ho corral do concelho) do dinheiro das penas do juiz houuidor & delle Joam Gonçalves», tendo o mesmo infante mandado dar terras junto á igreja grande para essa construção, que foi orçada em 213:096 réis.

Até 1784, estiveram os Paços do Concelho no prédio levantado ao Campo do Duque, mas nesse ano passou a Câmara a fazer as suas reuniões na Casa da Saude, á Entrada da Cidade, visto aquele prédio se achar em muito mau estado de conservação. O prédio do Campo do Duque ficava no local ocupado hoje (1921) pela casa n.º 61 á rua do capitão-tenente Carvalho de Araújo, outrora do Aljube, e as suas ruínas avaliadas em 432:000 réis, foram arrematadas pelo dr. Antonio José Monteiro por 432:250 réis, em 30 de Março de 1805.

Em 1796, alugou a Camara, por 500:000 réis anuais um prédio pertencente a Fernando José Correia Brandão, mas só o ocupou até 10 de Março de 1798, visto os seus diminutos rendimentos lhe não permitirem pagar renda tão elevada, passando-se novamente para a casa da Saúde, onde realizou a sua primeira sessão em 31 do mesmo mês e ano.

Em 7 de Janeiro de 1797, reunida a Câmara com a nobreza e o povo nos Paços do Concelho, foi resolvido por unanimidade solicitar do Governo um subsidio que permitisse á mesma Câmara levantar um prédio onde instalar os diferentes serviços a seu cargo, sendo lembrado que esse prédio poderia ser edificado na rua do Cotife, que era a parte da actual rua da Sé, compreendida entre as ruas do Sabão e dos Capelistas. Como a representação da Câmara ficasse sem resposta, não pode ser levada a efeito a referida construção.

A 13 de Novembro de 1802, realizou a Câmara a sua primeira sessão na casa ao largo da Sé, que em nossos dias serviu de cadeia da Comarca, e em 30 de Junho de 1803 tomou posse da mesma casa, tendo-a havido de «arrematação à Junta da Real Fazenda, a qual a executara ao casal de D. Guiomar Madalena Acciaioly, por dividas á Fazenda Nacional.» Em 20 de Dezembro de 1813, propôs um dos mestres que se vendesse a casa do largo da Sé para se aplicar o produto da venda á construção de novos Paços do Concelho e duma nova cadeia, mas tal proposta foi rejeitada pelos restantes membros da Câmara.

Como em 1824 se fizessem diferentes obras aos Paços do Concelho para aí ser instalada a cadeia, esteve a Municipalidade por algum tempo numa casa de aluguer, voltando porém ao prédio do largo da Sé em 29 de Abril de 1825, por se acharem já concluídas as mesmas obras. Em 1837, deixou a Câmara de novo o mesmo prédio «por causa do danoso cheiro das prisões, onde havia 180 presos», tendo-se instalado primeiro na casa da Saúde e depois num prédio pertencente ao dr. Daniel de Ornelas, do qual resolveu sair em sessão de 16 de Maio, de 1838 para ir ocupar uma casa no largo do Pelourinho, no local onde está hoje (1921) a fabrica de moagens que pertenceu à firma comercial Viúva de Romano Gomes & Filhos.

Tendo a aluvião de 24 de Outubro de 1842 causado vários estragos no prédio do largo do Pelourinho, passou-se a Câmara em 1843 para o edificio do Asilo, no sitio das Angustias, demorando-se porém aí apenas dois anos e voltando em 1845 á casa do largo da Sé. Em Julho de 1846, resolveu a Camara mais uma vez ocupar o edificio das Angustias, mas, em princípios de 1848, mudou para um prédio na rua da Alfandega, depois de ter resolvido em sessão de 2 de Dezembro de 1847 entregar o referido edificio á comissão administrativa do Asilo.

O último edificio que serviu de Paços do Concelho, antes do actual, ficava na rua do Esmeraldo, em frente da rua de Cristovão Colombo, tendo-o tomado a Câmara de arrendamento em sessão de 2 de Agosto de 1862.

A Câmara Municipal pretendeu há cerca de 80 anos levantar no sitio onde se erguia então o convento de S. Francisco e está hoje o Jardim Municipal, um edificio destinado á acomodação dos tribunais judiciais, paços do Município, administração e recebedoria do concelho, tendo aberto em 1864 um concurso para o projecto e orçamento do mesmo edificio, em que se estabeleceu que o projecto classificado em primeiro lugar seria premiado com 240\$000 réis insulanos (50 libras) e o immediato com a quantia de 72\$000 réis insulanos (15 libras), devendo a classificação ser feita por uma comissão composta dos juizes de direito e delegados das duas comarcas que então havia na ilha, dos dois engenheiros directores das obras publicas e militares do distrito e do presidente da

Câmara.

O projecto julgado mais apropriado e conveniente foi o apresentado por Samuel Sloan & A. Hulton, de Filadelfia, e o imediato o de Frutuoso Abel Maria dos Santos, de Lisboa, tendo a Câmara mandado publicar nos jornais da terra o resultado do concurso, em 2 de Março de 1865. Em 19 de Abril do mesmo ano, mandou a Câmara demolir a parte do convento de S. Francisco que se achava de pé, e em 11 de Março de 1866, estando já concluídos os trabalhos necessários para o começo da construção, teve lugar a cerimonia do lançamento da primeira pedra do edificio, assistindo a esse acto além da Câmara, o Bispo, o Governador Civil e Militar e todas as autoridades e pessoas distintas da terra.

As obras dos Paços do Concelho, na rua de S. Francisco, foram orçadas em 40 contos, mas nunca passaram dos alicerces, e estes mesmos foram demolidos quando se fêz o Jardim Municipal (V. *Convento de S. Francisco do Funchal*, vol. I, pag. 312) O edificio devia ter rés-do-chão e primeiro andar, aquele para os tribunais judiciais e suas dependências, e este para a municipalidade, administração e recebedoria do concelho.

O arquivo da Câmara foi transferido em 1807 para uma casa em Santa Luzia, pertencente a D. Ana Cecília, mulher de Agostinho Pedro Pereira, e em 1811 para a freguesia do Monte, donde só voltou em 1818, tendo sido estas mudanças motivadas por haver receios de algum desembarque de inimigos no Funchal. Em 1824, esteve o mesmo arquivo por alguns meses na residência do escrivão da Câmara, por estar em obras o edificio dos Paços do Concelho.

Todas as municipalidades do arquipélago, á excepção das de S. Vicente e da Ribeira Brava, possuem edificios seus, mas só as de Santa Cruz e do Porto Santo ocupam, ao que parece, os prédios primitivos, mais ou menos acrescentados ou melhorados. Os primitivos paços do concelho de Machico foram demolidos recentemente, estando a câmara construindo um outro edificio no mesmo local (1921) e os da Calheta, que ficavam junto da praia, foram destruídos pelo mar, antes de 1871, desaparecendo nessa ocasião o arquivo municipal. A antiga casa da Câmara da Ponta do Sol destruída por um incêndio, e o mesmo aconteceu a de Câmara de Lobos, não nos sendo possível, porém, precisar os anos em que estes sinistros tiveram lugar.

Padroeiro e «Os Lusíadas» (O). E para sentir que o nosso maior poeta, ao traçar as paginas gloriosas dos «Lusíadas», caísse no erro, por mero lapso ou equivoco, de confundir São Tiago Maior, o conhecido apóstolo das Espanhas e ali tão profundamente

venerado, com São Tiago Menor, que apostolizou as regiões da Palestina e é o principal patrono da Diocese do Funchal. Na Est. 9 do Cant. V dos «Lusiadas», lê-se:

Áquela ilha aportamos, que tomou
O nome do guerreiro Sanctiago
Santo que aos espanhoes tanto ajudou
A fazerem nos Mouros bravo estrago!

Ao fazerem nos Mouros bravo estrago!referindo-se deste modo á Ilha de São Tiago, a principal do arquipélago de Cabo Verde, descoberta a um de Maio do ano de 1460. É evidente o equívoco de Camões, pois que essa ilha e bem assim a de Maio, do mesmo arquipélago, foram encontradas pelos portugueses no dia de São Tiago Menor, isto é no primeiro do mês de Maio, e os versos transcritos dizem respeito a São Tiago Maior, que a Igreja soleniza no dia 25 do mês de Julho. O nome, posto àquela ilha pelos seus descobridores, foi determinado pela circunstância do seu encontro se ter verificado no dia um de Maio, dedicado ao apóstolo São Tiago Menor, como acima ficou referido.

Se não fora o equívoco do genial poeta, poderia encontrar-se, na citada passagem dos «Lusiadas», uma elogiosa referencia ao principal padroeiro da nossa Diocese e não ao grande apóstolo, que evangelizou as antigas terras de Espanha.

Padroeiros. Sob o ponto de vista estritamente religioso, têm todas as dioceses os seus padroeiros especiais, não podendo a do Funchal haver fugido a esse louvável costume ou antes obrigatório preceito, adoptado em toda a parte e sempre com a observância de fervorosos cultos em determinados dias do ano. É sabido que esta Diocese tem como primeiro e principal padroeiro o apóstolo São Tiago Menor e como padroeiros menores São Sebastião e São Roque; e que, desde o ano de 1803, foi a cidade do Funchal e seus arredores solenemente consagrada ao Patrocínio de Nossa Senhora do Monte. Os calendários eclesiásticos publicados anualmente para uso privativo das diversas igrejas e capelas fazem menção dos dois referidos padroeiros nos dias 20 de Janeiro e 16 de Agosto de cada ano.

Desde séculos que o primeiro de Maio é solenemente festejado nesta ilha e, de modo especial, nesta cidade. Ainda o operariado não tinha consagrado esse dia a comemorar a reivindicação dos seus direitos e ainda a Câmara Municipal do Funchal não deliberara adoptar o dia primeiro de Maio como o do seu feriado anual concelhio, e já a festa do apóstolo São Tiago Menor, que a Igreja

celebra a um desse mês, tinha entre nós uma comemoração solene, que consistia em guardar como santificado aquele dia, em celebrar na igreja que é sede da paróquia de Santa Maria Maior a festa do seu orago e principalmente na brilhante procissão que, vindo da Sé Catedral, se dirigia àquele templo.

Estas comemorações festivas tinham sua origem nos votos solenes feitos pelos nossos maiores e que as gerações que a eles sucederam souberam sempre cumprir com o mais religioso empenho durante o longo período de quase quatro séculos. Presentemente, resume-se essa antiga e tradicional comemoração na festa que no primeiro de Maio se realiza na Sé Catedral e na pequena procissão que se faz em torno do mesmo templo (1921).

Diz Gaspar Frutuoso que «no ano de 1521, quando El-Rey D. Manoel faleceu, havia no Funchal grande mortandade de peste, de que Deus nos livre; e porque havia annos que ela andava na cidade, o Capitam Simam Gonçalves e a Camara elegeram por sortes por Padroeiro da mesma cidade ao Apostolo Santiago Menor, no cabo da qual lhe fizeram uma boa casa onde foram em procissão.» Este acontecimento é mais pormenorizadamente narrado no auto do voto de 1523, onde se lê: «... aos onze dias do mees de Junho de mill & quinhentos & hymte e huu sendo esta cidade posta em muyta tempestade & tribulaçom de peste & fome & outros muytos trabalhos se acordou em Camara pelos ofiçiaaes della que emtam eram Pero joam correa bereador & Biçemte glz. & Pero alvarez juizes & bacharell joham de sousa prouedor & misteeres de tomarem huu roll dos samtos a saber o nome de Jhu nosso sennor & da uirgem nosa Sennora Sam joham bautista e os doze apostollos cada huu per seu nome os lançarom em huu barrete & tirada sorte por huu minimo per nome Joham de edade de sete annos & pomdose todos primeyra mente em jiolhos & oraçom prometendo de fazer hua casa aa homrra daquelle samto que sahise & per sorte sahio o bem auemturado apostollo samtyago menor aa homrra do quall loguo no dito dia se festejou polla çidade & aos bymte & huu dias de Julho lhe começaram a sua casa himdo a çidade e o dito cabido em precisom solene descalçados & o Meestre schola gonçallo martim com o retabulo da imagem do bem auemturado apostolo & deo a primeyra enchadada no cunhall da capella da bamda do abamgelho a quall casa se edificou em hua terra que antonio spindola deo para a dita casa...»

No ano de 1523, a 24 de Janeiro, se fez a renovação do voto, com toda a solenidade, na Sé Catedral, comparecendo ali o capitão-donatario, Simão Gonçalves da Câmara, o Senado com seus vereadores, diversas entidades oficiais, todo o cabido e muito povo, e tomaram todos o compromisso solene, em nome dos habitantes deste concelho, de «pera sempre em cada huu anno dos do mumdo uenerarem e festejarem a festa do dito glorioso samto apostollo que he o primeyro dia de mayo ao qual faram proçisom solene a quall sahiraa da see da dita çidade solenemente e iram aa dita casa do bem auemturado samto onde lhe faram besperas solenes e

asy outro tanto se faraa o oytauo dia com misa solene e proçisom as quaees procisões se faram como a propria do sennor corpus christi e aos ditos cidadãos mays aproube de mamdar pintar o dito samto na camara na bamdeyra e sello da çidade asy como se traz sam Biçente na bamdeyra da çidade de lixboa e os sobreditos uotarom esto nas mãos do dito deam pera todo comprirem per si e per seus suçesores e em testemunho e fee da uerdade dello asynarom aqui...»

Da obra Alma Instruida, do padre Manuel Fernandes, transcreve o anotador das Saudades os seguintes períodos: «E logo reconhecerão a protecção do Santo nesta ocasião; porém mais longamente a conhecerão no anno de 1538, quando então grassava huma peste terrível: na ocasião da procissão, o Guarda Mor da Saude, que então era homem de grande representação, no meio da Ermida do Sancto diz em alta voz: «Senhor, até aqui guardei esta Cidade com pude; não posso mais aqui tendes a vara, sêde vós o Guarda da Saude» E largou imediatamente a vara, e se deo por desobrigado de guardar a Cidade: e desde este momento, todos os feridos melhorarão, e não se deo mais caso algum de peste. Do que vem o costume da Câmara, logo que entra na igreja do Socorro, largar as varas nos degraus do altar-mor.»

A 22 de Junho de 1632, se lavrou solenemente perante o senado funchalense um novo auto, destinado a patentear e a confirmar o agradecimento dos madeirenses ao seu padroeiro São Tiago Menor e onde se lêem as seguintes palavras, depois de uma referencia á peste de 1538:

«Nunca mais nesta ilha houve o dito mal (peste), antes he verdade que vindo a esta ilha muitas vezes alguns navios com homens feridos deste mal a quem se dava degredo nas prayas fóra desta cidade, em as quais algumas vezes morreram alguns do dito mal, nunca entrou nem se pegou o dito na gente da terra. E miraculosamente nos ha Deos N. S. defendido por muitas vezes e em muitas ocasiões de ser acomettidos de inimigos, como foi em tempo das alterações deste reino vindo a esta ilha muitas armadas de que tivemos particulares avisos de S. M. Catholica e algumas delas chegaram à vista do Porto Santo, e todas foram miraculosamente desviadas com temporaes e outros successos não esperados.»

No mesmo auto se trata do assalto que os mouros deram em 1617 ao Porto Santo, «apossando-se da ilha e levando captiva toda a gente della», sendo considerado como um milagre do santo o não terem vindo aquêles piratas á Madeira, e se alude também ao facto, tido igualmente por milagroso, de, durante o oitavario de S. Tiago ou antes ou depois dele, nunca deixar de «entrar nesta ilha algum navio de pão». «No anno de 1632, diz o auto, estando em tanto aperto a terra, com poucas novidades. . . , entrou por particular mercê de Deus, por intermedio do glorioso santo (que assim o devem crêr), no oitavario da sua festa, no porto desta

cidade das partes do norte donde menos o esperavamos! passante de 1000 moios de pão, por conta feita, os quais vieram conjurar o perigo que a todos ameaçava de vir a sentir-se a fome na Madeira.

Consta ainda do mesmo auto que para mostrar o agradecimento dos madeirenses pela protecção tantas vezes concedida pelo padroeiro S. Tiago Menor se resolveu pedir «ao illustrissimo e reverendissimo bispo D. Jeronymo Fernando, que ao presente é governador e capitão-general. . . quizesse consagrar a igreja do mesmo padroeiro.»

Vid. S. Tiago (Igreja de).

Cumpre-nos deixar aqui consignado que a Câmara do Funchal tomou no ano de 1942 a resolução de fazer reviver as tradicionais homenagens prestadas ao glorioso padroeiro e a elas se associar festivamente, mandando também publicar em opúsculo os antigos votos feitos pelo senado funchalense em épocas passadas. Transferiu o seu feriado municipal para o dia 21 de Agosto e determinou que o primeiro dia do mês de Maio fôsse especialmente consagrado a tributar as devidas homenagens ao padroeiro da cidade. Esta deliberação foi bem recebida por toda a população e honra sobremaneira a corporação que a tomou.

Tendo a aluvião de 9 de Outubro de 1803 causado muitas mortes e enormes estragos materiais na Madeira, o que sobremaneira alarmou o nosso povo, reuniram-se no dia 13 de Novembro do mesmo ano, no coro da Sé Catedral, o bispo D. Luís Rodrigues Vilarés e o cabido e mais clerezia, afim de implorar a protecção divina para esta ilha, sendo resolvido «de unanime acôrdo, lê-se num termo lavrado por essa ocasião, celebrar uma festividade muito solene no dia 9 do mês de Outubro de cada ano em honra do patrocínio da Virgem Santíssima, Mãe de Deus e dos pecadores, tomando-a por protectora e especial advogada perante Nosso Senhor Jesus Cristo, seu unigenito filho, para alcançar dele em primeiro logar um perdão geral de todas as nossas culpas, e em segundo, a suspensão do castigo com que justamente nos queria punir, para que esta cidade se não torne a ver em outra crise tão lastimosa, rezando-se nesse mesmo dia com rito de prima classe do patrocínio da mesma Santíssima Virgem e fazendo-se uma procissão muito solene, com assistência do mesmo Exmº Snr. Bispo, Cabido e mais clerezia secular e regular, assim como se costuma praticar na festa e solenidade do nosso amabilíssimo e devotíssimo padroeiro, o S. Thiago Menor, para o que se deverão impetrar as necessárias licenças do Príncipe Regente, Nosso Senhor, e Breves da Santa Sé Apostólica, saindo a procissão desta igreja catedral para a capela-mor da predita igreja de Nossa Senhora do Calhau, arrojada por terra, caso que se conserve para memoria desta fatal calamidade, e não existindo, á igreja nova que se construir, aonde se irão cantar vésperas solenes com assistência do Cabido e Clero, e se celebrará missa no dito dia 9, com sermão, no qual se fará memoria desta espantosa noite, para

que fique sempre na lembrança dos povos e gerações futuras da sorte com que fomos punidos, e o poderoso valimento da Virgem Santíssima, á qual nos acolhemos para não soffermos segundo castigo e sermos preservados de iguais calamidades.»

A procissão a que se refere o termo que em parte deixamos transcrito e que foi publicado na íntegra no n.º 159 do *Correio da Madeira*, de 8 de Outubro de 1922, ainda hoje se realiza, mas somente em volta da Sé Catedral (1921).

Ainda por causa da mesma procissão, teve lugar no dia 11 de Novembro do referido ano de 1803 uma reunião da nobreza e povo no edificio da Câmara Municipal afim de se tomar conhecimento dum officio do Prelado diocesano, dirigido ao Juiz de Fora em 9 do mesmo mês, «sobre o pretendido voto que quer se faça de uma procissão anual e festividade do patrocínio de Nossa Senhora pelo dia 9 de Outubro de cada ano, para merecer a protecção da Mãe de Deus todo o povo desta colónia, para que não chegue a experimentar a repetição do castigo que soffreu com a cheia e aluvião do dito dia 9...», sendo decidido por unanimidade de votos que a nobreza e povo se conformasse com a intenção do Prelado, ficando porém suspensa esta deliberação até o Príncipe Regente se pronunciar ácerca dela». Depois da aluvião de 9 de Outubro de 1803 (vol. I, pag. 54), o bispo diocesano, cabido, clero e fiéis collocaram a ilha, e especialmente a cidade, sob a protecção de Nossa Senhora do Monte, o que foi confirmado por Rescrito Apostolico de Pio VII, de 21 de Julho de 1804, sendo então instituída a festa do Patrocínio de Nossa Senhora do Monte, celebrada a 9 de Outubro de cada ano, com procissão solene que da Catedral se dirigia á igreja paroquial de Santa Maria Maior. O nove de Outubro foi em outro tempo dia santo de preceito, precedido de vigilia propria com jejum.

Padrões Memoráveis. Tendo próxima afinidade com os artigos *Monumentos*, *Monumentos Nacionais*, *Moradias de Zargo* e *Património Artístico*, deixamos neste lugar umas rápidas notas acerca dos lugares e edificios que devem ser considerados como Padrões Memoráveis e que oferecem particular interesse á história do nosso arquipélago.

Madeira. Tem-se dito e várias vezes o havemos repetido que a Madeira é o grande padrão imorredouro, que verdadeiramente marca o auspicioso inicio dessa portentosa odisseia desenvolvida através dos oceanos e continentes desconhecidos.

Antes dos portuguezes demandarem estas ignoradas e misteriosas ilhas, tinham realizado empreendimentos arrojados, mas quase inteiramente infructíferos, e somente depois deste maravilhoso encontro é que descobriram os Açores, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, o Cabo da Boa Esperança, a India, o Brasil e essa infinidade de ilhas dispersas na vastidão do Atlântico e do Pacifico.

A «descoberta» ou «reconhecimento» deste arquipélago não representa apenas uma notável expansão territorial dos nossos domínios como nação, mas assinala a nossa primeira grande conquista como navegadores e futuros dominadores dos mares: Para uma nação, cujo principal papel na historia da humanidade foi o das descobertas e empresas marítimas, não podem deixar de merecer o mais devotado interesse e a mais sentida veneração os lugares em que começaram a desenvolver-se esses gloriosos empreendimentos e de modo especial a acção eminentemente civilizadora que eles representavam.

Machico. Esta localidade ocupa um lugar assinalado na historia do arquipélago madeirense. Ao seu nome andam indissolúvelmente ligados o auspicioso descobrimento, o primeiro desembarque e o começo do povoamento destas longínquas e ignoradas paragens. Pode afirmar-se, sem uma exagerada hipérbole, que a grande expansão colonial e a obra notável da colonização dos portugueses teve ali o seu inicial ponto de partida. É, por isso, bastante para lamentar, que, no local chamado o Desembarcadouro, não se tenha ainda levantado um padrão comemorativo, que recorde a contemporâneos e a vindouros os sucessos gloriosos, que há mais de cinco séculos começaram a desenrolar-se nesse sitio memorável.

Refere-nos Gaspar Frutuoso, na sua pitoresca linguagem, que os descobridores, ou antes primeiros povoadores, foram «desembarcar na rocha, onde estão pedras e baixos, que se pode facilmente desembarcar neles, por aparcelado que ande o mar, porque está resguardado com a rocha: e este logar se chama hoje (1590) o Desembarcadouro, onde também desembarcaram os de Machim. . . ».

Embora não se possa dar crédito á tão conhecida e celebrada lenda, muitas e ponderosas razões persuadem que ali se teria realizado o desembarque dos mais antigos colonizadores desta ilha, dando-se ao local o nome de «Desembarcadouro», que a tradição conservou e os cronistas arquivaram. Recorda a descoberta, o primeiro desembarque e o começo do povoamento, como acima ficou dito, que são outros tantos títulos a aconselhar e a impor o dever de uma significativa comemoração há muito sugerida e advogada, mas a que tem faltado uma feliz oportunidade para a sua imperiosa realização.

Uma singela coluna, encimada por um qualquer emblema ou troféu patriótico e assentada sobre um modesto plinto a erguer-se do seio da rocha viva seria já um pequeno mas expressivo monumento a perpetuar a memoria desses acontecimentos e porventura a relembra-los a tantos e tantos que certamente os desconhecem.

Existem no Funchal três edifícios, que devem ser considerados por todos os madeirenses como verdadeiros «padrões memoráveis», e olhados como mais profundo respeito e acrisolado culto: A capela de Santa Catarina, a igreja de Santa Clara e a Quinta das Cruzes.

Capela de Santa Catarina – Esta pequena e modesta ermida construída por D. Constança de Almeida, mulher de João Gonçalves Zargo, foi o primeiro templo que se levantou nesta ilha e junto dela teve o primeiro capitão-donatário a sua primitiva moradia, e de ali dirigiu os rudes e porfiosos trabalhos da incipiente colonização madeirense, que rapidamente se desenvolveu e em breve se criaram as primeiras vilas nas sedes das três capitánias, sendo a do Funchal a que adquiriu maior importância.

Santa Clara. Para sua última jazida e dos seus sucessores no Governo da donataria, fêz João Gonçalves Zargo edificar a capela de Nossa Senhora da Conceição, que ficou conhecida pelo nome de Conceição de Cima e que, ao ser fundado o convento anexo, passou a ter a invocação de Santa Clara, que ainda actualmente conserva. Ampliada e depois inteiramente reconstruída na segunda metade do século XVII, nada ali restará da primitiva edificação, mas encerra dentro dos seus muros as venerandas cinzas do seu fundador, que foi o primeiro capitão donatário do Funchal. Tem de ser considerada como o nosso mais precioso e reverenciado «padrão memorável», despertando a todos a mais respeitosa e sentida veneração.

Quinta das Cruzes. Nas mais próximas imediações desta igreja, tivera Gonçalves Zargo a sua última moradia e ali terminara a sua longa e afanosa existência: é a solarenga habitação da Quinta das Cruzes, que se tornou também um «padrão» digno de igual e merecida veneração.

Capela dos Milagres—Fora da cidade, existe ainda uma antiga e também veneranda capela, que, pelo local em que foi erguida e por diversos factos que a ela se acham intimamente ligados, constitui de igual modo um «memorável padrão», merecedor do mais alto e considerado apêço: a capela do Senhor dos Milagres da vila de Machico, da qual já por vezes nos temos ocupado.

Page (Roberto). Este súbdito inglês que tão simpático se tornou aos madeirenses pelos actos de filantropia e generosidade que praticou, já em 1804 se achava na Madeira onde teve, juntamente com José Phelps, uma casa de negocio de vinhos, que ainda existia em 1840. Retirou, segundo cremos, para Inglaterra, pelo meado do século XIX, quando muitas casas inglesas liquidaram em virtude da penosa situação que trouxe à ilha a devastação dos seus vinhedos pelo oídium tuckery, tendo falecido aí, passados anos. Entre muitas outras cousas, sabemos que fêz o seguinte, em beneficio da ilha e dos seus habitantes, como tivemos já ocasião de dizer num artigo publicado em Janeiro de 1904, num jornal desta cidade:

Reparo na capela dos Milagres de Machico, dando-lhe um belo quadro para a capela-mor e concorrendo com dinheiro para obras que ali se realizaram.

Contribuição em dinheiro, a pedido do então capitão-general e governador da Madeira, Pedro Fagundes Bacelar, para o resgate dos marinheiros portugueses presos em Argel.

Colocação dum sinal de ferro na baixa chamada o Carneiro, a oeste do Funchal, para evitar a perda dos barcos costeiros, havendo antes, perecido ali muitos indivíduos.

Uma casa de telha, na Ribeira das Cales, para abrigo dos viandantes.

Uma ponte grande na dita ribeira, que era perigosíssima em tempo de inverno.

Uma casa de telha na ribeira dos Boieiros, nas serras do Porto da Cruz, para abrigo dos viandantes.

Reparação de muitos caminhos públicos, nas serras.

Acabamento da ponte e estrada da ribeira dos Frades, em Câmara de Lobos, obra considerada de grande necessidade.

Uma ponte de pedra na ribeira do Engenho, na estrada geral a oeste do Funchal, que fora destruída pela aluvião de 1803.

Uma ponte de pau sobre um terrível despenhadeiro, próximo da Praia Formosa.

Importantes reparos no caminho de S. Martinho.

Grandes reparos nas ruas da Laranjeira e Mosteiro Novo, obra muito precisa e util.

Contribuição para a nova fonte da rua dos Ferreiros.

Contribuição para a nova fonte da ribeira de Nossa Senhora do Calhau.

Contribuição de 700\$00 réis para o teatro grande do Funchal.

Contribuição para uma ponte na vila de Santa Cruz.

Uma ponte de pau no Ribeiro Frio.

Uma casa junto do convento de S. Francisco, para o recolhimento dos pobres.

Contribuição para a igreja de S. Sebastião, desta cidade.

Uma ponte nova, no Monte.

Reparos pela segunda vez, na ponte da rua dos Ferreiros.

Reparos, por duas vezes, na ponte do Torreão, de cima.

Uma boa casa de telha nas serras do Paul, para abrigo dos viandantes.

Uma fonte publica no caminho do Monte.

Uma dita na fonte da Telha.

Reparos e calcetamento da rua que vai das Cruzes a S. Paulo.

Outra fonte no caminho do Monte.

Quatro descansadores e assentos no dito caminho.

Uma ponte de madeira na Levada de Santa Luzia.

Uma ponte nova na ribeira das Cales.

Seis tarimbas para a cadeia do Funchal.

Empréstimo dum conto de réis para o acabamento da escola Lancasteriana.

100 cobertores para a Santa Casa da Misericórdia.

Seis camilhas de ferro para a mesma Santa Casa .

Donativo de 300\$000 réis para a construção da ponte da ribeira dos Socorridos.

Um donativo avultado aos habitantes do Porto Santo, por ocasião da grande estiagem que ali houve em 1822.

Promoveu uma subscrição, e concorreu para ela generosamente, em favor dos presos da cadeia do Funchal.

Não é pouco o que aí fica mencionado, feito em favor dos habitantes desta ilha. Mas há mais.

No ano de 1816, fez sustentar o preço dos vinhos da Madeira, contra um monopólio que se organizara, e em virtude da sua atitude enérgica e probidade nunca desmentida, os habitantes desta ilha lucraram muitas dezenas de contos de réis. Foi tão manifesto e importante este beneficio, que a câmara do Funchal lhe dirigiu um officio de sincero e affectuoso agradecimento.

Tais actos de benemerência não podiam passar despercebidos aos governantes, e Roberto Page foi duas vezes agraciado por D. João VI. As condecorações e outras graças régias tinham, nesse tempo, ainda muito valor e não andavam malbaratados como hoje. Não se alcançava um habito de Cristo ou uma comenda da Conceição por motivos futeis ou por serviços inconfessáveis, como actualmente succede com tanta frequência.

Há 90 e 100 anos não acontecia assim. Roberto Page foi agraciado com o grau de cavaleiro da Tôrre e Espada e depois feito comendador da mesma ordem. Se ainda hoje os graus dela são dos poucos que têm alguma cotação no mercado social, podemos ajuizar que naguela época eram tidos em grande conta e só concedidos a quem realmente se tornava merecedor de semelhante graça.

É bastante para estranhar que Roberto Page, que tantas e tão assinaladas provas deu da nobreza do seu carácter e da sua simpatia pelos portugueses, se prestasse, movido talvez por um mal entendido patriotismo, a figurar de descobridor das famosas «reliquias da cruz de Machim» a que se refere o dr. Azevedo a pág. 417 das Saudades da Terra. Tais «reliquias», depositadas na igreja matriz de Maçónico e que ninguém até o presente tomou a sério, acham-se num quadro ou moldura de madeira, com vidro na face exterior, lendo-se no rotulo que as acompanha terem sido achadas em 1814, na capela do Senhor dos Milagres da mesma vila.

Paiol. O paiol militar foi construído em 1825, tendo as respectivas obras sido orçadas em 5:358\$000 réis, no ano de 1819. Tem sobre a porta as armas reais, e por baixo delas a era de 1825.

Antes da construção do actual paiol, era a pólvora armazenada na fortaleza de S. João do Pico.

O caminho do Paiol foi muito melhorado em 1815, tendo as obras sido feitas directamente pela Câmara.

Pais (*Rui*). Foi um dos companheiros de João Gonçalves Zargo no descobrimento deste arquipélago. Diz Gaspar Frutuoso, referindo-se ao primeiro desembarque realizado em Machico, «que tanto que amanheceo ao outro dia mandou o capitam hum batel a terra, de que deo cargo a Ruy Paes, que fosse ver a desposição e sitio della...»

Paisagens. Vid. *Madeira (Paisagem da)*.

Paiva (*João de*). João de Paiva de Faria Leite Brandão foi nomeado Governador Civil deste distrito por decreto de 22 de Fevereiro de 1908, havendo tomado posse do lugar a 9 de Março do mesmo ano

Paixão (*Madre Brites da*). É um nome quase inteiramente esquecido, sobretudo depois da extinção das ordens monásticas e mais ainda depois de se ter fechado o convento das Mercês desta cidade, onde ela foi religiosa e onde morreu em cheiro de santidade. Pela tradição conservada neste mosteiro e por alguns escritos encontrados no seu arquivo, se constata o grau eminente de perfeição moral que atingiu esta religiosa, atribuindo-se-lhe vários actos miraculosos, especialmente depois da sua morte e por meio da sua

intercessão. A sua sepultura foi sempre objecto duma especial veneração, e era frequentemente visitada por muitas pessoas, que ali iam solicitar de Deus graças especiais pelo eficaz intermédio desta humilde religiosa.

A madre Brites da Paixão era filha natural de Aires de Ornelas de Vasconcelos, 6. morgado do Caniço, e professou no convento das Mercês no ano de 1673 ou 1674.

Possuímos um interessante manuscrito da autoria do padre António Gomes Neto em que se narram muitos factos miraculosos atribuídos á religiosa madre Brites da Paixão.

Paixão (*Madre Virgínia da*). Aureolada com a fama das mais excelsas virtudes cristãs, faleceu a 17 de Janeiro de 1929, no sitio do Lombo dos Aguiares da freguesia de Santo António, a madre Virginia da Paixão, que fôra uma das ultimas religiosas professas do antigo convento de Nossa Senhora das Mercês e que ao ser demolida essa casa monástica se recolhera á modesta casa dos seus parentes no sitio referido, onde havia nascido no terceiro quartel do século passado. Ainda em vida e particularmente depois da sua morte se teceram em volta do seu nome as mais laudatórias referencias, que iam ao ponto de a considerar uma verdadeira predestinada, a quem o céu concedera dotes privilegiados na prática das mais heróicas virtudes. Desta religiosa se ocupou com alguma largueza «O Jornal» de 17 de Janeiro de 1941 e de 16 de Janeiro de 1944.

Paiz (*O*). Publicaram-se quarenta e um números deste jornal, desde 5 de Janeiro de 1865 a 30 de Julho de 1866, sendo Augusto César de Freitas o seu principal redactor.

Palácio de S. Lourenço. Frutuoso, referindo-se á fortaleza de S. Lourenço, a pág. 84 das Saudades da Terra, diz o seguinte: «e assi como tem dentro agua, não lhe faltam atafonas, fornos e celleiros para recolher os mantimentos, e ricos aposentos onde o capitam pousa, adornados com seu jardim e frescura».

Vê-se, pois, que em 1590, época em que foram escritas as Saudades, a autoridade superior do arquipélago, que era então Tristão Vaz da Veiga, capitão-mor da guerra e governador geral, residia em S. Lourenço, e, se lermos a descrição que faz o mesmo Frutuoso do saque dado na cidade do Funchal por corsários franceses em 1566, vê-se também que já neste ano havia na fortaleza salas e outras acomodações.

Diz o dr. Azevedo que a fortaleza de S. Lourenço só desde os fins do século XVIII é denominada palácio, por ser a residência das autoridades superiores militar e civil do arquipélago, devendo acrescentar-se que as casas do mesmo edifício sofreram modificações mais ou menos notáveis em diferentes épocas.

Em 1689, executaram-se obras nas casas de S. Lourenço, que importaram em 1:007\$000 réis, como se vê dum mandado do Conselho da Fazenda, datado de 8 de Novembro do mesmo ano, e em 14 de Maio de 1699 houve um incendio nas mesmas casas, sendo os prejuízos reparados com dinheiro da fortificação, levantado sob a responsabilidade do capitão-general e do provedor.

Lemos em duas obras inglesas relativas á Madeira que o palácio de S. Lourenço sofreu grandes alterações, sendo em parte reconstruído, durante a ocupação do general Beresford, em 1808, o que, a ser certo, não obstou a que doze anos mais tarde o governador Botelho reclamasse diversas obras para o mesmo palácio, algumas de muita urgência.

O edificio, em 1820, tinha «quatro salas em frente a um corredor que terminava no baluarte a oeste da ilha», havendo na segunda destas salas uma escada descoberta que ia dar a um pátio com 176 palmos de comprimento e 86 de largo, no qual se entrava pela porta da fortaleza.

Examinando a vista do palácio de S. Lourenço, que acompanha a Descrição da ilha da Madeira feita em 1817 por Paulo Dias de Almeida, nota-se que na parte do edificio que olha para o mar, só havia então janelas de sacada do lado oeste, duas das quais na extremidade ocidental da parte menos saliente do edificio, sendo as janelas restantes idênticas ás da actual residência dos comandantes militares. Foi nos fins do terceiro quartel do século XIX, que a residência dos governadores civis sofreu grandes alterações interior e exteriormente, construindo se novas janelas de sacada e alteando-se os tectos das salas do lado do mar. Cremos que as obras ficaram concluídas em 1873 ou 1874, não tendo a residência dos comandantes militares sido também melhorada, devido a obstáculos criados pelo coronel Macedo e Couto, então governador militar da Madeira.

Numa das salas da parte do palácio de S. Lourenço ocupada pela autoridade civil, via-se antes da proclamação da Republica uma colecção de retratos de antigos governadores, figurando entre eles o de João Gonçalves Zargo.

Fazia parte do edificio do palácio de S. Lourenço a capela que existiu no Funchal, consagrada ao mesmo santo, a qual cremos que desapareceu no terceiro quartel do século XIX.

Teve a capela seus capelães privativos, sendo o primeiro de que achamos noticia o padre José da Costa de Lima, nomeado em 1641, o qual recebia de ordenado «o que montasse uma praça de soldado».

«Nos dias de gala fazia-se o serviço domestico pela capela, tapando-se o altar com uma cortina».

Lê-se num documento do primeiro quartel do seculo XIX que na residência dos governadores houve sempre uma sala propria armada de seda carmezim, com docel, e debaixo dele a Real Efigie dos Senhores Reis de Portugal, onde nos dias solenes concorriam a nobreza, clero e autoridades a render, na augusta presença daquelas reaes efigies, o tributo da sua fiel vassalagem».

O decreto n.º 29.742, de 12 de Julho de 1939, concedeu um subsidio á Junta Geral do Distrito para proceder a diversos trabalhos de reparação e adaptação em diversas dependências do Palácio de São Lourenço, que desde há muito se tornava necessário realizar.

Palanquim. Parece-nos que o palanquim, que foi muito usado entre nós, consistia na adaptação ás circunstâncias locais do palanquim que na India e na China servia para a condução de pessoas categorizadas. O subdito americano John A. Dix, que esteve na Madeira em 1842, descreve o palanquim nestes termos: «Muitos invalidos, que não podem passear a pé, nem teem forças para andar a cavalo, teem como único recurso, e só recomendavel pela necessidade, um palanquim, um pranchão em forma de sapato, cercado por uma gradinha de 6 polegadas de altura e com um recosto. O comprimento é o suficiente para uma pessoa se sentar e estender as pernas. É usualmente atapetado, com coxins, com um pano a cobrir o pau em que está suspenso, ás vezes em forma de pavilhão oriental, revelando bom gosto no seu acabamento, e riqueza na ornamentação. Isto é o que se pode chamar o corpo da carruagem, suspenso numa verga presa a um pau de 12 pés de comprido e 4 polegadas de diametro, de modo que, em movimento, está a pouca distancia do chão.

«É conduzido por dois homens, ao ombro, arrimando-se a um cajado que, ás vezes, para aliviarem o ombro, atravessam no outro como alavanca, participando do peso os dois ombros. É admirável a facilidade e rapidez com que viajam com este peso entre si, subindo as mais íngremes ladeiras sem afrouxarem o passo e descendo-as sem escorregarem. Por vezes usam uma maca em lugar de palanquim, o que é mais geral nas montanhas, e não só é mais leve, mas, por ser suspensa mais ao curto, é conduzida mais facilmente em terreno mau, onde o palanquim seria inútil. Para invalidos, ambos estes modos de transporte são miseráveis substitutos dos trens de rodas. O palanquim tem, contudo, uma vantagem sobre as carruagens é que não há perigo de ser cuspidos

dele e quebrar os ossos, como sucede tantas vezes nos mais modernos veículos. Condução mais segura do que o palanquim não a pode haver.»

Há muito que o palanquim desapareceu entre nós. Haverá 40 anos que servia apenas para conduzir ás igrejas os anjinhos que figuravam nas procissões da quaresma. Já por essa época não era aplicado ao transporte de pessoas adultas, mas no primeiro quartel do século XIX usavam dele as senhoras que saíam a passeio ou a fazer visitas, podendo esquivar-se ás vistas do publico, fazendo correr as cortinas do sobre céu que havia sobre o varal em que pegavam os dois condutores.

Palco (O). Publicaram-se poucos números, sendo o primeiro a 11 de Novembro de 1883.

Palha-Carga. Nome vulgar da *Festuca Donax*, Graminea de 5 a 15 decímetros, com folhas largas e espiguetas reunidas em paniculas amplas, frouxas e ás vezes curvadas. Esta planta é frequente nas ravinas do interior da Madeira. O *Brachypodium silvaticum*, com as espiguetas grandes, reunidas em espiga um pouco inclinada, também é conhecido pelo nome de palha-carga em varios pontos da ilha.

Palheiro do Ferreiro (Quinta do). É a mais linda, a mais sumptuosa e a mais vasta quinta da Madeira. Situada no alto de elevadas montanhas, dali se desfrutam os mais surpreendentes e amplos panoramas, especialmente do sitio que tem o nome de Balançal. As suas matas, os seus pomares, os seus jardins, as suas terras de cultivo, as suas pastagens, os seus lagos, os seus passeios, as casas de habitação, as abegoarias e armazéns de lavoura, na sua vastidão e no seu esmerado cuidado de conservação, dão àquela estancia as proporções duma opulenta e principesca morada e duma grandiosa e imensa herdade.

A quinta do Palheiro de Ferreiro é obra do 1.º conde de Carvalhal, que pelos princípios do século passado ali iniciou a plantação de muitas centenas de arvores e fez construir uma pequena casa, que era apenas um rendez-vous de chasse. Edificou depois uma residência de campo, os jardins, os passeios, a capela, as casas de lavoura e fêz conduzir do alto das serras e de grandes distancias abundantes aguas destinadas a fertilizar os terrenos da quinta.

Lê-se num antigo manuscrito que em 5 de Janeiro de 1891 foi a propriedade do Palheiro visitada pelo governador D. José Manuel da Câmara, que assistiu ao «assentamento das soleiras da porta do passeio», e quando em 1817 passou na Madeira a imperatriz Leopoldina (vol. II, pág 232), primeira mulher de D. Pedro IV, já a quinta do Palheiro causou admiração á princesa e sua comitiva,

tendo por essa ocasião João de Carvalho oferecido uma esplêndida festa em honra da ilustre e regia visitante.

O segundo conde de Carvalho recebeu com grande brilho e aparato, na quinta do Palheiro, o infante D. Luís, depois rei de Portugal, quando em 1858 visitou esta ilha (II-286).

Há uns trinta anos (1921) que esta propriedade passou a posse do súbdito britânico João Blandy, que em 1901 ofereceu ali uma brilhante festa aos reis de Portugal D. Carlos e D. Maria Amélia.

Em varias obras nacionais e estrangeiras se encontram muitas referencias á Quinta do Palheiro, limitando-nos nós a reproduzir a seguinte descrição, feita por um inglês que a visitou a 13 de Janeiro de 1826: «Um dos melhores sitios a visitar nos arredores do Funchal é o Palheiro, uma quinta, ou antes um parque pertencente ao sr. João de Carvalho, o mais rico fidalgo da ilha e provavelmente o mais rico súbdito, ao menos em propriedade territorial, do rei de Portugal. Visitámos hoje esse sitio. Em lugar elevado, um pouco para leste do Funchal, conseguiu o sr João de Carvalho obter uma grande extensão de terreno relativamente plano, que fez cortar por caminhos e passeios e onde plantou carvalhos e abetos. Tudo está disposto e organizado ali como num parque inglês, o que tira ao local a grandeza e a feição selvagem que os estrangeiros tanto admiram no cenario da Madeira. No entretanto, compreende-se que um madeirense gostasse de transportar para a ilha aquilo que ali não existe. Devido á altitude, a temperatura no Palheiro é mais baixa do que no Funchal, e a beleza da quinta estou certo que aumentará quando as arvores adquirirem maior desenvolvimento. A casa é modesta tanto no tamanho como na arquitectura, mas elegante e confortavel, e os jardins que a cercam estão ricamente vestidos de flores. As camelias constituem o seu principal ornamento, tendo os exemplares 6 a 8 pés de alto e produzindo flores brancas ou carmezins, que rivalizam na forma e na côr com as rosas, mas que não têm o belo perfume destas».

Palheiros. São conhecidos por esta designação duas rochas que existem na proximidade da Selvagem Grande. Alguns marítimos dão a uma delas o nome de Palheiro de Dentro, e á outra o de Palheiro de Fora.

Palmeira (*Quinta da*). Tem acesso para a Estrada da Levada de Santa Luzia e Caminho da Torrinha, a conhecida Quinta da Palmeira, que é uma das mais belas e sumptuosas vivendas do Funchal, em que reside o seu proprietário e benemérito industrial Henrique Hinton. Ao nos ocuparmos com alguma largueza da estada de Cristovão Colombo na Madeira, (I-286 e ss.) fizemos referencia á casa em que ele habitou na rua do Esmeraldo e á célebre janela que pertenceu a esse edificio, hoje artistica e

devotadamente colocada no jardim da Quinta Palmeira e que ali se conserva com a maior veneração e apreço por parte do seu actual proprietário.

Palmeiras. A família das Palmeiras está representada na Madeira por varias espécies, nenhuma das quais é indígena. As mais generalizadas actualmente são a *Phoenix dactylifera*, originaria da Africa boreal, e a *Ph. Jubae*, originaria das Canarias, esta com fôlhas de um verde escuro, aproximadas, aquela com fôlhas dum verde acinzentado, de ordinario um tanto afastadas. As tamaras da palmeira de Canarias são mais pequenas do que as da palmeira do Deserto e os seus caroços não são alongados, como sucede naquela especie. A *Ph. jubae* é cultivada no jardim municipal e nas quintas a leste e a oeste do Funchal; a *Ph dactylifera* aparece em muitas localidades da zona inferior da Madeira, e também no Porto Santo. Os frutos da palmeira do deserto só depois de caírem é que atingem nesta ultima ilha um perfeito estado de maturação. Além das duas referidas palmeiras, encontram-se na Madeira o *Trachycarpus excelsus*, a *pritchardia filifera*, a *Latania borbonica*, a *Seaforthia elegans*, etc., etc..

Palmela (*Duque de*). O duque de Palmela, D. Pedro de Sousa Holstein, visitou a Madeira em Novembro de 1820, por ocasião da viagem que fêz ao Brasil, sendo muito obsequiado nesta ilha pelo governador Sebastião Xavier Botelho, que deu um baile em honra do ilustre diplomata, a que assistiram mais de duzentas pessoas.

Durante o pouco tempo que se demorou no Funchal, diz êle numa carta que aqui escreveu, «foram tantas as visitas, os negocios, os passeios, etc.,... que me falta o tempo para tudo.» Esteve na Quinta do Palheiro Ferreiro, pertencente «ao mais rico proprietario da ilha e talvez de Portugal» onde achou «um parque á inglêsa, no melhor genero».

O duque de Palmela visitou de novo a Madeira, em Outubro de 1847, desta vez para acompanhar a espôsa, que se achava afectada duma grave enfermidade pulmonar, de que não conseguiu melhorar nesta ilha.

A 27 de Janeiro de 1848 achava-se o duque ainda na Madeira, mas pouco depois partia para Lisboa, em companhia da espôsa, cujo estado havia piorado bastante. «Numa maca afogada de coxins e almofadas, diz D. Maria Amalia Vaz de Carvalho na Vida do Duque de Palmella, a conduziram marinheiros, da sua casa da ilha ao barco que a trazia, e desse barco para a casa do Rato onde expirou. Ao lado da maca, a pé, o mais perto della possivel, vinham devagarinho o duque e a filha mais nova, a unica solteira que acompanhara para a Madeira a mãe extremosa. Seguiam-se atraz, tambem a pé, os outros filhos, os parentes mais proximos, os amigos mais intimos.»

Dezoito meses incompletos sobreviveu o duque de Palmela a sua mulher, tendo falecido na sua casa ao Rato, a 12 de Abril de 1850. Trinta anos antes, escrevera êle á duquesa, então na flor da mocidade e formosissima, mandando-lhe dentro da carta um ramo de murta, «como protesto, diz D. Maria Amalia Vaz de Carvalho, contra essa flora dos tropicos, cuja violencia de côr e de perfume o opprimia sem lhe fallar ao coração.»

Pampilho. Nome vulgar do *Chrysanthemum pinnatifidum* e do *C. dissectum*, Compostas Tubulifloras arbustivas, espontaneas na Madeira. A primeira especie é frequente no norte e no interior da ilha; a segunda só aparece na Ponta do Pargo e no Cabo Girão.

Panasco. Dão este nome na ilha do Porto Santo ao *Bromus madritensis*, Graminea ali frequente e que aparece também na zona inferior da Madeira.

Paoli (Dr. Guido). É inspector das doenças das plantas e director do Observatorio Regional de Fitopatologia da Liguria, e esteve no Funchal desde 6 a 17 de Março de 1922, comissionado pelo governo italiano, afim de estudar e colher o *Aspidiotiphagus lounsburyi*; pequeno himenóptero que é parasita do *Chrysomphalus dictyospermi*; lapa ou cochonila que vive sobre varias especies vegetais e tem causado grandes devastações nos laranjais da Italia. E.: Un modo di difendere le piante contro gli assalti della formica dell' Argentina (*La Costa Azzurra Agricola-Floresale* II n.º 6, 1922); *La Bianca-Rossa degli agrumi e l'introduzione del suo parassita (Agricoltura Ligure, n.º 6, ser.3, anno I, 1922)*; *il parassita della bianca - rossa degli agrumi e la sua introduzione in Italia (il Coltivatore, n.º 15, 1922)*; *Isolator, per difendere le piante contro la formica dell' Argentina (Redia, XV, 1922)*; e *Una missione nell' isola di Madera. . . (Nuovo Annali del Ministero per l'Agricoltura, II, 3, 1922)*.

Em todas estas publicações se refere o dr. Paoli ao que viu e estudou durante a sua curta permanencia no Funchal.

Papagarro. V. *Boieiro*.

Papaia (Carica Papaya). Passifloracea lenhosa da América do Sul, com tronco geralmente simples e folhas muito grandes, com 7 a 9 segmentos mais ou menos recortados. Os seus frutos são, ora sésseis, ora longamente pedunculados, encontrando-se estes últimos nos indivíduos que produzem as flores masculinas, os quais apresentam sempre ou quasi sempre na Madeira, um certo numero de flores providas de pistilos. O fruto da papaia come-se cru ou cozido, mas tem sabor pouco agradável. O tronco fornece

por incisão um suco que misturado com agua tem a propriedade de, em poucos minutos, tornar tenras as carnes duras. Pode conseguir-se este mesmo resultado envolvendo as carnes nas folhas da árvore.

Papel Selado. O sr. Alberto Artur Sarmiento num curioso artigo sôbre o papel selado da nossa ilha, publicado no Heraldo da Madeira de 1 de Abril de 1911, diz que o primeiro papel de que aqui se fêz uso era de fino linho, «tem a data 1661 ao alto e no meio da pagina, e logo abaixo—sello quarto de dez reis—ao lado esquerdo o sello circular gravado em madeira, com as armas portuguesas, e ao redor sello III (sello III?) de dez reis, anno de 1661. Só tinha papel sellado a primeira folha de cada escriptura.

«O sello terceiro de quarenta reis, com a designação ao alto da pagina, tem o cunho circular formado de 14 arcos de circulo. Este papel foi sobrecarregado com novo sello sobre a margem direita, com o formato de uma moeda, e n'algum se vê a rubrica do provedor e a nova data em que foi aproveitado.

«Em 1664, o sello quarto de dez reis é hexagonal, tendo quatro florões externos e o sello da nova data na margem direita é uma esphera armilar com as armas portuguezas, tendo a era no suporte e a rubrica do provedor feita ao alto e no meio da pagina.

No papel sellado em 1665 com o sello circular, a nova data é collocada ao lado da antiga e a rubrica é posta por baixo do sello.

«Até 1840 o papel sellado não differe do usado em Portugal, havendo então uma sobrecarga em preto sob a margem direita O. L. GOV. C. DE FUNCHAL.

«O papel tem a marca de agua—Louzã— a data e—Credito publico—na margem inferior.

«Os sellos em relevo, em branco, no alto da folha, teem ao centro as armas, á esquerda o valor em algarismos romanos e a moderna numeração á direita.

«O escudo é marginado por palmas, n'outros valores por tropheus de bandeiras e escripto em relevo «Thesouro Publico.»

«Ha uma variedade d'este papel que tem quatro sellos em relevo, sendo o do meio um monogramma com as iniciais C. P. entrelaçadas, e escripto por debaixo—Credito Publico. O sello circullar—Thesouro publico—fica estampado na margem esquerda.

«O ultimo papel sellado especial tem a sobrecarga–Madeira–a tinta encarnada. O papel tem em marca de agua as armas portuguezas–imposto do sello–Louzã–e as diferentes datas. Os typos são: papel branco e azulado, e as sobrecargas na margem esquerda.

O papel azulado é riscado com 25 e 30 linhas, sendo a emissão final, com 30 linhas a azul. A sobrecarga–Madeira–aproxima-se do sello no alto da pagina.

«Estas sobrecargas que foram determinadas por causa da differença da moeda, continuaram até muitos annos depois.»

Acrescenta o sr. Sarmento que o papel selado usado na Madeira, veio sempre do Continente e que a fs. 167 v.º do tomo VI do «Registo Geral da Camara Municipal do Funchal» se encontra uma carta mandando rubricar «o papel sellado que sobeje de um anno para outro, afim de ser aproveitado e ter livre curso n'este archipelago».

Papinho (*Erithacus rubecula*) Ave turtídea indigena, que cria desde Maio até Junho. Chega a por sete ovos, que variam muito no tamanho e na cor. O seu canto é harmonioso.

Papoulas. As mais frequentes na Madeira são o *Papaver Rhoeas* e o *P. somniferum*, este de flores brancas e aquêle de flores vermelhas. Pisando as capsulas do *P. somniferum* ou fazendo-lhes incisões superficiaes, obtém-se um suco conhecido pelo nome de ópio, o qual constitui um dos mais preciosos remedios da medicina. A morfina é o principio mais activo do ópio. As capsulas da papoula branca são empregadas em decocção como medicamento anódino; as petalas da papoila vermelha são calmantes, peitorais e sudorificas. A extracção do ópio nunca foi tentada na Madeira.

Paquete (*O*). O 1.º numero publicou-se a 7 de Fevereiro de 1874 e o 84.º a 14 de Junho de 1876.

Pardal (*Petronia petronia*). Ave da família Fringilida vulgar na Madeira e Porto Santo e que se alimenta de sementes e de insectos. Se por um lado causa estragos nas searas, pela grande quantidade de grãos que come, por outro deve ser tida como um auxiliar do lavrador, pela grande abundância de insectos nocivos que destrói, principalmente quando tem de alimentar os filhos ainda nos ninhos. Existiram outrora posturas municipais tendentes a destruir esta espécie, sendo bastante curiosa a da Câmara Municipal do Porto Santo, que obrigava cada chefe de família a apresentar 25 cabeças de pardal durante todo o mes de Junho de cada ano.

Nidifica de Fevereiro a Junho, de ordinário nos buracos das paredes ou debaixo das telhas das casas, sendo os seus ninhos mal acabados e tendo no interior lã, pêlos de boi, cabelo e sobretudo penas de galinha. Os ovos, em numero de 5 ou 6 para cada postura, variam muito na côr, e no desenho, havendo-os esbranquiçados, pardacentos ou amarelados.

Pardal de Fora (*Alauda arvensis*). É a calhandra e laverca de Portugal. Aparece na Madeira, sendo porém ave de arribação.

Pardela. V. *Cagarra*.

Paredes. Sitio povoado da freguesia do Arco da Calheta. A capela de Nossa Senhora da Nazaré, que ali se encontra, foi erigida no ultimo quartel do século XVII por Francisco de Barros Maciel, tendo sido inteiramente reconstruída no ano de 1830 por António João Barbosa de Matos e Camara, descendente do fundador. É de instituição vincular, de que foi primeiro administrador o referido Francisco de Barros Maciel.

Pares do Reino. No regimen constitucional, foram membros da Camara dos Pares os madeirenses Antonio Aluisio Jervis de Atouguia (visconde de Atouguia), João de Oliveira (conde de Tojal), José Ferreira Pestana, Daniel de Ornelas de Vasconcelos, Januario Vicente Camacho, Luis da Camara Leme, Agostinho de Ornelas de Vasconcelos, José Vicente Barbosa du Bocage e Aires de Ornelas de Vasconcelos.

Enquanto vigorou a lei de 24 de Julho de 1885, o collegio eleitoral do Funchal elegia dois pares, tendo sido então membros da camara alta, o visconde de Vila Mendo, Antonio C. Heredia, Pedro Gonçalves de Freitas, Tomás Nunes de Serra e Moura, etc..

O madeirense Jaime Moniz foi par do reino eleito pelos estabelecimentos científicos.

Pargo (*Pagrus pagrus*). Peixe da familia Esparida, grupo pagrina, vulgar nas aguas do arquipelago. Habita as zonas litorais e percorre tôda a costa de fundos, preferindo porém os de natureza rochosa. A sua criação faz-se junto á costa e tem grande valor culinario. Pescam-no de dia e de noite com diversos aparelhos, como a brigueira, gorazeira, agulheira, cana e rêde.

Parkinson (*Sydney*). Pintor e desenhador inglês que acompanhou o capitão Cook na sua primeira viagem á roda do mundo. Desenhou 22 plantas madeirenses durante os poucos dias que esteve na Madeira, estando no Museu Britânico os seus desenhos,

alguns dos quais foram gravados, não chegando, porém, a ter publicidade.

Parma (*Duquesa de*). A infanta D. Maria Antónia, filha de D. Miguel I e viúva do príncipe Roberto de Bourbon, duque de Parma, esteve na Madeira de 7 de Abril a 22 de Maio de 1922, tendo vindo visitar sua filha a ex-imperatriz Zita. Acompanharam-na seus filhos os príncipes Xisto, Xavier e Renato e a princesa Isabel, tendo os três primeiros saído para Lisboa a 12 de Abril de 1922.

Parochia de Santo Antonio do Funchal. Publicação quinzenal, saindo o 1.º numero a 8 de Março de 1914 e o ultimo a 22 de Janeiro de 1916. Foi o primeiro jornal que se publicou na Madeira, destinado somente a uma freguesia.

Parque Leite Monteiro. Vid. *Leite Monteiro (Parque)*.

Partidista. É o comerciante que compra o vinho ao agricultor e o prepara por conta propria, vendendo-o, quando se lhe depara ocasião azada, ao comercio exportador.

Partidos Políticos. Nos tempos do absolutismo, só havia na Madeira os partidos liberal e conservador, tendo dado aquele as primeiras mostras da sua existência logo depois da revolução francesa. A organização das sociedades secretas, outrora sem o carácter anti-religioso que modernamente se lhe tem querido imprimir, foi o sinal precursor do grande movimento que havia de implantar mais tarde as instituições liberais na nossa ilha.

Os liberais madeirenses passaram a chamar-se também constitucionais, depois que aderiram á constituição da monarquia portuguesa votada e jurada em Lisboa em 1821, e os absolutistas ou conservadores tomaram a denominação de miguelistas, depois que o infante D. Miguel, ao regressar de Viena de Áustria a Lisboa, foi acolhido nesta ultima capital por uma turba ignóbil que o excitou a proclamar-se rei absoluto.

Na Madeira, como em Portugal, eram os absolutistas e miguelistas alcunhados de corcundas pelos constitucionais, recebendo estes daqueles o epíteto de malhados por serem malhadas as mulas que puxavam a carruagem em que vinha D. Miguel, quando deu a queda que por algum tempo o pôs em perigo de vida.

Ao terminarem em 1834 as lutas civis, havia em Portugal dois partidos liberais, que eram o partido cartista, constituído pela

entourage de D. Pedro e o partido da oposição, que combatendo os erros e dissipações daquele proclamava todavia o seu amor pela liberdade e a sua dedicação á carta constitucional. Faziam parte do primeiro destes partidos os madeirenses João de Oliveira, depois conde de Tojal, José Ferreira Pestana, Lourenço José Moniz, Sérvulo Drumond de Meneses, Luís Vicente de Afonseca, etc., e do segundo, António Aluisio Jervis de Atouguia e os membros do antigo club do Carmo, que figuraram mais tarde no partido setembrista, mas apesar das divergencias politicas que existiam na ilha, dizia em 24 de Março de 1838 o jornal a Chronica que os madeirenses tinham até então «marchado unidos e obedientes aos princípios da legalidade», não constando, com efeito, que a revolução de Setembro de 1836 tivesse dado motivo a quaisquer hostilidades dignas de nota entre cartistas e setembristas. A Flor do Oceano, apparecida em 1834, era órgão do partido cartista madeirense.

A Constituição de 1838 foi jurada solenemente nesta ilha a 6 de Maio do mesmo ano, e vigorou até á restauração da Carta de 10 de Fevereiro de 1842.

Foram, segundo cremos, as violências e os extremos de despotismo de Costa Cabral que deram motivo a que, depois da proclamação da Constituição, se manifestassem pela primeira vez entre nós os ódios e paixões politicas que tanto haviam de fazer conhecida mais tarde a nossa terra. Em 1844, appareceu no Funchal o Tribunal Secreto, publicação irregular e clandestina destinada a verberar os actos inconstitucionais do cabralismo, estando a esse tempo bem extremados já na nossa ilha os campos políticos e não sendo o partido avançado aquele que menos provas dava de sua vitalidade.

Faziam parte então do partido cartista ou cabralista o dr. Lourenço José Moniz, o dr. Luis Vicente de Afonseca, Sérvulo Drumond de Meneses. etc.. e do partido progressista ou setembrista o dr. João de Freitas e Almeida, Francisco Correia Heredia, Luís de Ornelas e Vasconcelos, Luís Agostinho de Figueiroa, etc., tendo os tres ultimos desempenhado um papel importante na politica local, após o pronunciamento de 29 de Abril de 1847 e a instalação da Junta Governativa (V. este nome) que teve a administração do arquipelago até 14 de Julho do mesmo ano. Foi esta Junta sustentada na imprensa pelos periodicos O Independente e O Madeirense, os quais foram precedidos pelo Ecco da Revolução, que appareceu em 1846, após a insurreição patuleia contra a politica de Costa Cabral.

A convenção de Gramido e a dissolução da Junta Governativa não trouxeram a paz à Madeira, e nas eleições de 1847, 1848 e 1851 cometeram-se as maiores violências, segundo se lê no periódico O Progressista, que começou a publicar-se em 28 de Agosto de 1851 e era órgão do partido liberal.

A regeneração de 1851 teve por timbre conciliar os partidos, visto ter ido buscar aos cartistas e aos progressistas os homens que então constituíram o governo, mas o partido cabralista, embora reduzido, continuou a dar provas de vitalidade, sobretudo enquanto governou o distrito o conselheiro José Silvestre Ribeiro. Nas eleições realizadas naquele ano, ainda a Madeira mandou ao parlamento dois deputados cabralistas, o que é uma prova de que tinha aqui admiradores a politica do conde de Tomar, e na imprensa teve esta politica dois órgãos – O Archivista e depois A Ordem – de que foram redactores os bem conhecidos cabralistas dr. Antonio da Luz Pita e Sêrvulo de Meneses.

Muitos politicos da nossa terra aderiram ao partido regenerador de 1851, contando-se entre êles Jervis de Atouguia, que fez parte do ministério presidido pelo duque de Saldanha, Jacinto de Santana, depois visconde das Nogueiras, Luís de Freitas Branco, Diogo Berenguer, antigo cabralista, Luís da Costa Pereira, etc., enquanto outros, tais como Antonio Correia Heredia, dr. Juvenal Honorio de Ornelas, Pedro José de Ornelas, etc. se filiavam no partido progressista histórico, que teve como chefe o marquês, depois duque de Loulé.

Embora se leia num antigo jornal que de 1860 a 1868 nunca a Madeira teve uma representação parlamentar que fosse a fiel e espontanea manifestação do voto popular, é certo todavia que algumas vezes se viu as oposições vencerem o governo, tendo ficado celebre a eleição de 1860 por nela haver o dr. Afonseca obtido maior votação do que o conde de Carvalhal, candidato histórico, não obstante este titular ser homem de grande prestigio e influencia politica, e contar além disso com o apoio das autoridades locais.

Em 1865, o partido histórico, menos uma pequena facção, fundiu-se com o partido regenerador, nascendo desta união o partido fusionista, em que ingressaram muitos madeirenses que militavam anteriormente quer num, quer noutro daqueles grupos políticos, e pouco depois, em 1868, teve lugar a manifestação politica conhecida pelo nome de janeirinha, de que resultou o aparecimento dum novo partido, denominado popular, fruto da fusão de elementos heterogeneos e cuja divisa, segundo apregoava a imprensa que lhe era affecta, era a economia e a moralidade na administração dos rendimentos do Estado.

As lutas que se deram na Madeira entre o partido fusionista e o popular ficaram celebres pelas violencias que se praticaram e pelas vergonhosas cenas de que a ilha foi teatro durante cerca de ano e meio. Os principais vultos da politica fusionista madeirense eram o dr. Luís de Freitas Branco, o dr. Antonio Gonçalves de Freitas, Jacinto de Santana e Vasconcelos, João de Santana e Vasconcelos e Silvano de Freitas Branco, do antigo partido regenerador, Antonio Correia Heredia, o dr. Francisco Joaquim Lampreia, o dr. João

da Camara Leme, o conego Alfredo Cesar de Oliveira, Pedro José de Ornelas, o dr. Manuel José Vieira, o dr. José Leite Monteiro e João José Vieira, do antigo partido historico, e o dr. Joaquim Ricardo da Trindade e Vasconcelos, antigo conservador ou talvez legitimista; ao passo que no partido popular militavam D. João da Camara Leme, que serviu por largo tempo de governador civil, o dr. Agostinho de Ornelas e Vasconcelos, o conego Felipe José Nunes, o dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo, Januario Justiniano de Nobrega e Nuno Dias de Vasconcelos, antigos regeneradores, Joaquim Coelho de Meireles, outrora miguelista, e os antigos conservadores cabralistas dr. Antonio da Luz Pita, dr. Luís Vicente de Afonseca, Caetano Velosa Castelo Branco, primeiro deputado popular pelo circulo do Funchal, e o morgado Diogo Berenguer, sendo em casa deste ultimo que se reuniam as comissões do partido. A Razão, o Popular e o Direito eram os órgãos do partido popular na Madeira, enquanto que o Correio do Funchal, substituído mais tarde pela Fusão, a Voz do Povo e a Imprensa Livre pugnavam pela politica contraria.

A chamada aos conselhos da coroa do ministério presidido pelo bispo de Viseu, não acabou com o predomínio do partido popular, o causador dos motins do dia 8 de Março de 1868 (V. Motins na Madeira), visto esse partido, e dum modo particular o dr. Alvaro de Azevedo, haver patrocinado a politica chamada reformista, e, quando em Maio de 1870 se deu a sedição militar dirigida por Saldanha, também a política da ilha não sofreu modificações notáveis, visto o mesmo partido haver resolvido apoiar o Governo que então subiu ao poder, em substituição do ministério progressista historico, demitido dias antes. D. João da Camara Leme que deixara de ser governador civil do distrito durante os governos do Conde de Avila, bispo de Vizeu e duque de Loulé, voltou a ocupar esse cargo no ministério presidido pelo duque de Saldanha.

É curioso notar que, não obstante se achar no poder um ministerio histórico, ao realizarem-se as eleições do dia I de Maio de 1870, não foi o partido que apoiava o governo na Madeira, mas a opposição, que triunfou na maior parte das assembleias eleitorais. Os individuos mortos pelas tropas no templo de Machico eram eleitores do partido popular, mas foram populares que no cais da Pontinha prenderam o falecido dr. Ricardo da Trindade e Vasconcelos ao regressar daquela vila e o conduziram ao passeio publico do Funchal, onde pretenderam assassiná-lo, o que mostra que eles se achavam senhores da situação e tinham liberdade para cometer os maiores desatinos. Foi a falta de energia do visconde de Andaluz, então governador civil, e a complacencia de que usou para com a opposição, chegando a conservar autoridades que abertamente o hostilizavam, que foram causa da anarquia e da desordem de que foi teatro a Madeira no mês de Maio de 1870.

Em 1858, afirmava a Reforma que, depois que a regeneração congregara elementos de todas as cores politicas, a politica individualista começara a perder terreno na nossa terra; mas, volvidos alguns anos, não poderia o mesmo jornal, se então existisse,

emitir opinião tão optimista, principalmente se quisesse referir-se á politica que predominou entre nós no periodo agitado que vai de 1868 a 1870. Não foram os interesses da terra, mas os de determinados individuos, que motivaram as lutas que se feriram então e ficaram celebres pelas violencias que praticaram os dois partidos que se digladiavam na ilha.

A chamada aos conselhos da coroa, em fins de 1871, dum ministerio regenerador presidido por Antonio Maria Fontes Pereira de Melo, parecia que devia acalmar os animos, mas tendo o novo governo conservado na administração superior do distrito o governador D. João da Camara Leme, foi este acto mal visto pelas oposições, que resolveram hostilizar essa autoridade por todos os meios ao seu alcance. Aos pasquins, ás perseguições, ao apedrejamento de predios e ás mortes de 1868 e 1870, succedeu o regimen das bombas que mãos misteriosas colocavam á noite em varios pontos da cidade e que rebentavam com grande estrondo, produzindo ás vezes estragos materiais.

Com a constituição dum ministerio retintamente regenerador, voltaram ao seio deste partido não só os regeneradores que haviam tomado parte na fusão de 1865, mas também muitos daqueles que se tinham filiado no partido popular. João de Santana e Vasconcelos foi o chefe local da politica regeneradora, dirigida antes de 1862 pelo dr. Luís de Freitas Branco.

Em 7 de Setembro de 1876, organizou-se em Lisboa, com elementos historicos e reformistas, o moderno partido progressista, do qual foi eleito chefe o conselheiro Anselmo José Braamcamp, tendo sido o dr. João da Camara Leme, mais tarde visconde e depois conde de Canavial, o primeiro dirigente desse partido na Madeira. Aderiram á nova politica os antigos historicos madeirenses que tinham feito parte do partido fusionista, á excepção do dr. Manuel José Vieira, João José Vieira e dr. José Leite Monteiro, que durante algum tempo não manifestaram simpatias partidarias, mas que em 1882 se filiaram no partido constituinte, conjuntamente com João de Sales Caldeira, Augusto Bianchi, dr. José Antonio de Almada, dr. Nuno Ferreira Jardim, etc.. O Direito foi orgão deste partido na Madeira.

Desorganizado o partido constituinte, transitaram o dr. Manuel José Vieira, João José Vieira e dr. José Antonio de Almada para o partido progressista, do qual o ultimo foi eleito chefe local em 1885, enquanto o dr. José Leite Monteiro se mantinha no seu posto, tendo sido dos ultimos a abandonar a politica infeliz do conselheiro José Dias Ferreira.

Tendo falecido em 1887 o general Fontes Pereira de Melo, quasi todos os regeneradores madeirenses aceitaram a chefia de Antonio de Serpa Pimentel, filiando-se apenas na chamada esquerda dinastica, fundada por Barjona de Freitas, o dr. Luís Antonio

Gonçalves de Freitas, a esse tempo residente em Lisboa, e poucos politicos mais.

Em 1901, deu-se uma cisão no partido regenerador local, motivada pela circunstancia do conselheiro José Ribeiro da Cunha ter sido encarregado de vir à Madeira receber os monarcas D. Carlos e D. Amelia, o que representava um agravo feito ao governador civil D. Bernardo da Costa de Macedo, havendo por essa ocasião algumas manifestações populares no Funchal, promovidas por varios regeneradores amigos do mesmo Ribeiro da Cunha é a que não foram estranhos os progressistas, com o fim de desprestigiar as autoridades. Os membros graduados do partido regenerador que então se afastaram da politica partidaria foram, entre outros, o conselheiro Silvano de Freitas Branco, o dr. João Augusto Teixeira, o dr. Romano Santa Clara Gomes, o dr. Julio Paulo de Freitas e o engenheiro Vitorino José dos Santos, tendo assumido a chefia do mesmo partido na Madeira o conselheiro José Leite Monteiro.

Os progressistas, que tinham sido os aliados da facção regeneradora que apoiava o governador Ribeiro da Cunha, tornaram-se depois os seus mais encarniçados inimigos, estando ainda bem presentes na memoria dos madeirenses as varias peripécias que se deram durante a luta que se travou entre aquêles dois grupos politicos, especialmente durante o periodo eleitoral. Por quasi tôda a parte se zombou da liberdade da urna, e em Machico sofreram os progressistas os maiores vexames por terem ousado fiscalizar o acto eleitoral que ali se realizava. O Diario Popular e o Correio da Tarde, jornais progressistas, e o Direito, o Rebate e o Debate, jornais regeneradores, fornecem informações valiosas, embora por vezes apaixonadas, para a historia de um dos mais calamitosos periodos da vida politica da Madeira.

Os principais vultos do partido progressista local eram nessa época o conselheiro Manuel José Vieira, chefe do partido na Madeira, o capitão João Augusto Pereira, o conego Manuel Esteves Fazenda, o dr. Pedro José Lomelino, o conselheiro João Baptista Leal e João José Vieira, ao passo que no partido regenerador militavam ao lado do conselheiro Leite Monteiro, varios jovens politicos conhecidos pelas suas aspirações liberais, entre os quais se destacavam o dr. Vasco Gonçalves Marques, o dr. José Joaquim Mendes, o dr. Antonio Capelo, António Luís Nunes Vieira, João Octavio da Costa Cabedo, etc., etc..

A criação do grupo denominado henriquista e a dissidencia entre os conselheiros Luciano de Castro e Alpoim nenhuma influencia exerceram na politica madeirense, se bem que o visconde da Ribeira Brava acompanhasse o segundo destes chefes politicos, mas a subida ao poder, em 1907, dum governo presidido pelo conselheiro João Franco, deu lugar a que imediatamente se constituísse na ilha um bem organizado grupo destinado a favorecer a politica daquele estadista, grupo de que faziam parte, entre outros, Luís Gomes da Conceição, dr. Julio Paulo de Freitas, padre Fernando Augusto da Silva, dr. Romano Santa Clara Gomes, dr. Alberto

Figueira Jardim, engenheiro Vitorino José dos Santos, dr. Fernando Tolentino da Costa, etc., etc.. A morte tragica do rei D. Carlos, a 1 de Fevereiro de 1908, não permitiu aos franquistas da terra executar o seu programa de administração, visto o conselheiro João Franco ter deixado as cadeiras do poder logo após aquêlê acontecimento.

O partido nacionalista, constituído em 1903, também teve muitos adeptos na Madeira, principalmente entre o clero, havendo o conego Antonio H. de Gouveia, eleito a principio pelos progressistas, advogado no parlamento os interesses desse partido, que teve como seu órgão na imprensa O Jornal, aparecido em 1906. O dr. Quirino A. de Jesus, há muito residente em Lisboa, fêz parte, mas por pouco tempo, do partido nacionalista.

Proclamada a Republica no dia 5 de Outubro de 1910, aderiu a ela desde logo a Madeira, desaparecendo a partir de então os partidos monarquicos, mas não as ideas

Monarquicas, se bem que poucos ousassem manifestá-las nos dias que se seguiram á implantação do novo regimen. Os desacatos que se deram na Madeira em 1826, em 1828 e em 1834, com a mudança de instituições, não se repetiram felizmente em 1910, e, apesar dos esforços de certos díscolos, só no regimento de infantaria n.º 27 e nalguns serviços civis se deram varios factos anormais, que felizmente não ultrapassaram certos limites. Não foi demitido nenhum funcionario público e a propriedade foi respeitada, apesar da ocasião ser favoravel para a pratica de muitos atentados.

A principio, os republicanos madeirenses constituíram um só partido, no seio do qual parecia não haver divergencias notaveis, mas este estado de coisas foi pouco duradouro, e ao realizarem-se as primeiras eleições de deputados em Maio de 1911, já os partidarios do novo regimen estavam divididos, tendo-se praticado por essa ocasião varias irregularidades e vexames, contra os quais protestou o candidato a deputado Francisco Correia Heredia, visconde da Ribeira Brava, na assembleia de apuramento. As traficancias eleitorais que deslustraram o nosso noviciado republicano, apenas diferiram das do tempo da monarquia pela inabilidade com que foram praticadas.

Em 1911 constituíram-se em Portugal os grupos politicos denominados democratico, evolucionista e unionista, dirigidos respectivamente pelos drs. Afonso Costa, Antonio José de Almeida e Brito Camacho, tendo ingressado pouco a pouco no primeiro varios elementos valiosos da nossa ilha, saídos dos antigos partidos monarquicos ou que até aí se haviam conservado estranhos á politica, declarando-se partidarios do segundo grupo os republicanos anteriores a 5 de Outubro e que tinham como chefe local o dr. Manuel Augusto Martins, e aderindo ao terceiro grupo apenas um pequeno numero de politicos, quasi todos republicanos de

recente data. Em Fevereiro de 1913, entraram os democraticos, como membros duma facção politica, na administração das corporações administrativas do distrito, e, tendo eleito para presidente da sua comissão distrital o falecido visconde da Ribeira Brava e para vice-presidente o dr. Vasco Gonçalves Marques, constituíram dentro em pouco o mais forte e disciplinado partido da ilha.

Tendo-se desligado do partido democratico, também chamado partido republicano portuguez, o dr. Alvaro de Castro, afim de constituir o partido que denominou de reconstituição nacional, resolveu a grande maioria dos democraticos da terra seguir aquêlê politico e ingressar no novo partido republicano. A reunião politica em que isto foi resolvido, teve lugar na quinta do Jasmineiro no dia 30 de Maio de 1920 e foi presidida por Azevedo Ramos, tendo sido eleitos presidente da comissão distrital do novo partido o dr. Vasco Gonçalves Marques, e presidente da comissão municipal o dr. Fernando Tolentino da Costa. Foram eleitas comissões paroquiais para o concelho do Funchal e nomeados individuos para organizar o partido nos diferentes concelhos.

O grupo politico democratico ficou bastante enfraquecido com as defecções a que acabamos de referir-nos, mas em Dezembro de 1921 alistaram-se nas suas fileiras tanto os republicanos independentes, como os membros do partido republicano liberal (antigo unionista), tendo tempos antes, em Julho de 1921, visitado a Madeira o capitão Manuel da Costa Dias com o fim de reorganizar o mesmo grupo, que, todavia, não mais voltou a adquirir a importancia e a vitalidade que manifestara primitivamente.

Quanto aos antigos evolucionistas, grupo sem grande importancia politica, estão desde a queda do sidonismo mais ou menos ligados aos ex-democraticos que se filiaram no partido da reconstituição nacional. Em 8 de Julho de 1920, resolveram os evolucionistas manter-se unidos até que ficasse claramente definida a politica portuguesa, sendo, por este motivo e ainda por causa de incompatibilidades com antigos unionistas, que êles não entraram na constituição das comissões politicas locais do partido liberal, não obstante a fusão de unionistas, evolucionistas e centristas, que se dera tempos antes em Portugal.

Após a derrota dos monarquicos em Monsanto, os partidos republicanos que durante o sidonismo se haviam abtido de manifestar-se na Madeira, entenderam-se e constituíram uma comissão para dirigir a politica da ilha, mas pouco depois afastavam-se os unionistas, sendo os democraticos e evolucionistas que fizeram as eleições politicas e mais tarde as eleições administrativas da ilha. Como os unionistas se coligassem com os monarquicos após o afastamento a que acabamos de referir-nos, deu isso causa a que aquele grupo se incompatibilizasse por algum tempo com os outros grupos republicanos existentes na ilha, como acima ficou dito.

Durante o governo do dr. Sidonio Pais, foram os monarquicos que principalmente dominaram na Madeira, tendo o governador

Pinto Feio substituído por individuos affectos ao antigo regimen, os republicanos que o secretario geral, servindo de governador, nomeara para as comissões administrativas da Junta Geral e da Camara Municipal.

Nas eleições de 10 de Julho de 1921, apresentaram-se ao sufragio popular dois candidatos do partido presidencialista e um do partido popular, mas a pequena votação que obtiveram, revela a falta de organização que os seus partidos tinham na Madeira. Por essa ocasião, também o partido catolico madeirense não conseguiu fazer eleger o seu candidato, sendo mais feliz nas eleições de 29 de Janeiro de 1922, em que conseguiu enviar ao parlamento um deputado. Em 22 de Fevereiro de 1919, noticiava o Trabalho e União ter acabado de organizar-se definitivamente o partido trabalhista madeirense, constituído por operarios e outros elementos, mas tal partido não procurou ainda, que nos conste, intervir directamente na vida politica da ilha (1921).

Em Janeiro de 1922, elegeu o integralismo lusitano uma comissão regional na Madeira, da qual foi nomeado presidente o dr. Rui Bettencourt da Camara e vice-presidente o dr. Abel Capitolino Batista, e em Agosto do mesmo ano tiveram lugar no Funchal as eleições da Juventude Monarquica Conservadora, sendo eleito presidente honorario da mesma o visconde de Cacongo, presidente da assembleia geral, Cesar Barbeito, e presidente da direcção o dr. Nuno Porto. O partido republicano foi organizado na Madeira em 1882, por ocasião da eleição do dr. Manuel de Arriaga para nosso representante em côrtes, mas ao ser proclamada a Republica em 1910, estava muito enfraquecido nesta ilha.

Os reconstituintes da Madeira resolveram filiar-se no partido republicano nacionalista, numa reunião presidida por Nicasio de Azevedo Ramos e que teve lugar no Casino Vitoria, a 29 de Abril de 1923. Quando em Dezembro do mesmo ano o dr. Alvaro de Castro abandonou o partido nacionalista, foi acompanhado pelos madeirenses capitão Americo Olavo de Azevedo e dr. Carlos Olavo de Azevedo, mantendo-se quasi todos os restantes parlamentares e politicos da nossa terra que em 29 de Abril se haviam filiado naquele partido fiéis aos principios que tinham resolvido defender.

Em 21 de Dezembro de 1923, reuniu a comissão distrital do partido radical da Madeira, assistindo ã reunião o senador Cesar Procopio de Freitas, não tendo o mesmo partido antes disso dado provas claras da sua existencia entre nós.

Eis, muito ligeiramente esboçados, os principais factos da historia politica da Madeira desde os ultimos tempos do governo absoluto até a actualidade (1922). Reconhecemos, mais do que ninguém, a insuficiencia de nossas informações, mas obrigados a tratar de todos os assuntos referentes á ilha, para nos não desviarmos do programa que traçámos para o nosso trabalho, vemo-nos obrigados

em muitos casos a transformar o nosso resumo numa simples resenha. Quem compulsar as colecções de jornais da nossa ilha, encontrará aí notícias mais ou menos circunstanciadas sôbre os acontecimentos politicos de que tratamos muito superficialmente, sendo essa a melhor fonte a que se pode recorrer, já que nenhuma obra existe publicada sôbre a especialidade (1921).

Passada da Novilha. Sitio na serra do Faial, onde o antigo regente silvícola Julio Carlos Etur estabeleceu um pequeno viveiro de essencias florestais indigenas. A Camara do Funchal arrendou por 6:000 réis anuais o terreno destinado ao viveiro, não chegando este a dar resultados, em virtude da transferencia para o Continente do dito regente silvícola.

Passos. Os «passos» da paixão eram oratorios que se viam em varios pontos da cidade e em que se representavam alguns dos tormentos do Redentor. Os «passos» que em nossos dias havia no Funchal ficavam nos seguintes locais: lado norte do Jardim Pequeno, (hoje avenida do Dr. Manuel de Arriaga), rua do Aljube (hoje do capitão-tenente Carvalho de Araújo), largo do Pelourinho e rua de Santa Maria.

A procissão dos Passos fazia uma paragem junto de cada um dos referidos passos da paixão de Cristo (1921).

Lemos algures que o governador D. José Manuel da Camara mandou fazer um passo de Jesus Cristo no beco de Jacinto Acciaioly.

Passos (*António Romão dos*). Nasceu na Ribeira Brava a 28 de Fevereiro de 1866, mas foi em tenra idade para Portugal, onde frequentou estudos secundarios e o Instituto Geral de Agricultura. É há muitos anos agronomo da Companhia Geral de Credito Predial Português. Publicou o Elogio do Conselheiro João Inacio Ferreira Lapa, proferido na sessão solene de 20 de Maio de 1905 na Sociedade de Sciencias Agronomicas de Portugal, e consta-nos ter também dado a lume uma biografia do sabio botanico e agronomo D. Antonio Xavier Pereira Coutinho (1921).

Passos (*Francisco Carregal da Silva*). Nasceu por 1878, é filho de Manuel Antonio da Silva Passos e de D. Maria Teresa Bastos Carregal da Silva Passos, e desempenhou o cargo de consul português em Dakar. Tinha o curso de regente agricola e uma larga colaboração em muitos jornais e revistas de Lisboa, havendo escrito dois folhetos com os titulos de a Tagante e O Escalpello. Faleceu em Lisboa, a 1 de Outubro de 1931.

Passos (*Heitor Eugenio de Magalhães*). Era inspector do circulo escolar do Funchal quando a 11 de Maio de 1919 foi eleito senador

pela Madeira.

Passos Freitas (*Humberto de*). Nasceu no Funchal e escreveu «The Ornithological Expedition to the Delta of the Danube» e «Vinte e um dias em bote», 1923, que é a descrição de um passeio marítimo em volta da Madeira. Passos Freitas favoreceu audaciosamente a fuga de vários deportados políticos que se achavam presos no Lazareto de Gonçalo Aires, como ficou referido a pag. 350 do vol. I deste Elucidário.

Passos de Freitas (*Dr. Manuel*). Nasceu na Calheta a 3 de Março de 1872 e formou-se em direito na Universidade de Coimbra em 1896. É secretário aposentado da Junta Geral do Distrito e um músico muito distinto, sendo o director do grupo musical que tem o seu nome e o ensaiador do orfeão madeirense, que por diferentes vezes o público funchalense tem tido ocasião de apreciar no teatro do Dr. Manuel de Arriaga.

Passos Sousa (*António Policarpo dos*). Nasceu na freguesia da Madalena do Mar a 26 de Janeiro de 1836 e morreu na vila da Ponta do Sol a 26 de Maio de 1875. Era médico cirurgião pela Escola do Funchal e secretário da administração do concelho da Ponta do Sol. Segundo o testemunho dos seus contemporâneos, possuía Policarpo dos Passos Sousa um prodigioso talento, que o infortúnio não deixou manifestar-se com a pujança e brilhantismo que muito seria para desejar. Colaborou em alguns jornais e foi considerado no seu tempo como um inspirado poeta, tendo muita voga as suas composições em verso. Vem uma composição sua no 1.º vol. das Flores da Madeira.

Pastagens. O decreto de 23 de Julho de 1913, regulando o serviço da pastagem de gados nas serras da Madeira, contém disposições que deveriam ser rigorosamente observadas, embora se torne necessário ampliar a acção dessas determinações legais e torná-las mais eficazes e de mais fácil execução.

Estabelece-se no artigo primeiro deste decreto que «só é permitida a pastagem de gado suíno e caprino em terrenos pertencentes aos donos dos mesmos gados e que estejam completamente vedados por forma a impedir a saída desses gados para terrenos de outros proprietários».

Essas disposições são frequentemente transgredidas com grave prejuízo para os arvoredos e especialmente para as plantas novas e em pleno desenvolvimento.

Vid. os artigos Arborização, Gados, industria Pecuária, Levadas, Pecuária e Prados.

Pastel (*Isatis praecox*). Crucífera anual glauca, com as fôlhas interiores pecioladas oblongas, as superiores sésseis sagitadas; flores amarelas pequenas, reunidas em corimbo; silículas pendentes, indistintamente aladas. Das fôlhas desta planta extrai-se um principio corante azul, susceptível de substituir o índigo e que foi muito utilizado outrora pelos tintureiros madeirenses. A Madeira exportava antigamente algum pastel para Portugal, como se vê dumas notas que João Gonçalves Zargo recebeu do infante D. Henrique, em que este dizia: «seja-vos em lembramento de mandardes o pastel que se correja, e dizei a João Affonso que mande algum se está corregido.. Corregger o pastel era provavelmente secá-lo simplesmente ao sol, ou então esmagar as suas fôlhas deixar a massa assim obtida perder a agua e reduzir a mesma massa a bolas, depois de a haver deixado sofrer durante 8 a 12 dias um começo de fermentação. O pastel não é só útil á tinturaria; é também forragem apreciada pelo gado vacuum e lanigero. Em Camara de Lôbos utilizam o seu suco no tratamento de borbulhas e outras afecções na pele.

Pastinha-de-Água (*Lemna gibba*). Planta da familia das Lemnaceas, frequente nas ribeiras, charcos e tanques da Madeira. Tem pequenas frondes providas duma só raiz e é conhecida também pelo nome de lentilha-de-agua. (V. este nome).

Pato Marreco. O pato conhecido por este nome na Madeira é a *Anas boschas*, ave domestica muito frequente na Madeira e Porto Santo, mas que tanto arriba por vezes ao arquipélago, pertencendo neste caso ao grupo dos patos bravos. A sua carne é muito apreciada, mas os seus ovos são menos saborosos que os da galinha.

V. Patos bravos.

Patos Bravos. Sob esta designação, conhecem-se na Madeira e Porto Santo alguns palmípedes que aqui arribam, de preferencia no inverno e mais ou menos regularmente. São êles: *anas boscas*, *Mareca penelope*, *Nettion crecca*, *Dafila acuta*, *Marmaronetta angustirostris*, *Nyroca ferina* e *Oedemia nigra*.

Patria (A). O primeiro numero publicou-se a 2 de Abril de 1862 e o decimo terceiro, que foi o ultimo, a 2 de Julho do mesmo ano.

Saiu outro jornal com o mesmo nome de 25 de Abril de 1906 a 26 de Maio de 1907, dando trinta e sete numeros.

Património Artístico. Em varias obras estrangeiras que se ocupam da Madeira, nos livros «Cartas Sem Moral Nenhuma» de Teixeira Gomes e «Ilha da Madeira» do marquês de Jácome Correia e em diversas publicações periodicas do Funchal, encontram-se algumas referencias encomiásticas a certas obras de arte, existentes em algumas igrejas desta ilha e especialmente representadas por pinturas de superior factura artistica sôbre motivos de caracter puramente religioso. Essas referencias, porém, feitas geralmente em passageiras descrições e nem sempre emitidas com perfeito conhecimento do assunto, não impressionaram o grande público e sòmente despertaram as atenções de um restrito numero das pessoas mais cultas do nosso meio social. Foi sòmente em 1933 e nos anos seguintes que o distinto conservador do Museu de Arte Antiga, de Lisboa, dr. Manuel de Almeida Cayola Zagalo, em varios relatorios, em uma comunicação feita no Congresso Nacional de Turismo, em interessantes artigos no «Arquivo Historico da Madeira» e sobretudo no valioso trabalho «A Pintura dos Séculos XV e XVI da Ilha da Madeira», nos revelou com o mais profundo conhecimento de causa, com a mais devotada admiração e com o mais desinteressado carinho a existencia de um rico patrimonio, tanto pelo numero como pela superioridade artística, que caracteriza essas preciosidades dignas de figurarem em um bem apetrechado Museu. O ultimo trabalho citado é um aturado e proficientissimo estudo historico e descritivo, que se fica devendo ao zêlo e à competencia de Cayola Zagalo e que de modo particular merece a gratidão de todos os madeirenses, que prezam o bom nome do seu torrão natal.

«... Deve-se registrar e divulgar, diz-nos Cayola Zagalo, é que a revelação do Patrimonio Artístico da Madeira, adentro do Patrimonio Nacional forma umas das suas nobres parcelas.... Igual abundancia se verifica em não menos belas peças de ourivesaria escultura, ceramica, tapeçaria e mobiliario... A preponderancia das escolas de Bruges e Antuerpia e da escola portuguesa manifesta-se de tal forma, que só posso indicar uma excepção:—o quadrinho de S. Jerónimo, de presumivel proveniencia holandesa, pertencente ao Paço Episcopal do Funchal. Gérard David, Jean Provost, Jean Gossart e outros mestres por identificar, mas de mérito equivalente, são os autores dos formosos retábulos flamengos da Ilha; alguns dos painéis cuja filiação artística é por enquanto ignorada, são executados no estilo dos grandes pintores tais como Van der Weyden, Hans Memling, Quentin Metsys, etc.. A justificação da existencia de tão avultada percentagem de quadros, oriundos da Flandres e do Brabante, aliada á de múltiplos exemplares de similar origem, na sua maior parte perdidos, entre os quais esculturas, móveis, tapeçarias, e a maioria das campas mortuarias

revestidas de laminas de bronze, baseia-se quasi exclusivamente na cultura sacarina...»

Motivos de sobra existem para a criação de um Museu de Pintura no Funchal, sendo de presumir que em breve se proceda à sua instalação. No entanto, criou-se um pequeno Museu de arte sacra em uma das dependencias da Sé Catedral, dando-se dele e do museu projectado uma mais desenvolvida noticia no prosseguimento deste artigo.

Interessante seria seguir «pari passu» todo o trabalho de investigação realizado por Cayola Zagalo e o seu estudo crítico e descritivo de um tão avultado numero de quadros de superior pintura artistica dispersos por toda a ilha e deixar deles, neste lugar, uma rápida menção se o espaço, o tempo e a competência de que dispomos o permitissem fazê-lo. Vamos, pois, limitar-nos a uma sumária comemoração dos quadros que em reproduções fotograficas se encontram no primoroso livro «A Pintura dos Seculos XV e XVI da Ilha da Madeira ., acima citado:

Sé Catedral: «Retábulo do Altar-Mor» pintado sôbre madeira com quinze compartimentos, Escola Portuguesa, principios do seculo XVI; quatro quadros no altar de Santo Antonio e vários quadros no altar do Bom Jesus.

No Museu de Arte Sacra, em uma das salas capitulares: «Nossa Senhora do Amparo», de Jean Grossart, 1526, obra notavel; triptico representando os apóstolos «S. Pedro», «S. Paulo» e «Santo André», Escola Neerlandesa, século XVI; «S. Nicolau», Escola Portuguesa século XVI (2.º quartel); «Descida da Cruz», Escola Portuguesa; «Santiago Maior», séculos XV-XVI; «Santa Maria Madalena», Escola Neerlandesa seculo XVI; «Calvario», meados do seculo XVI; «S. Bernardino de Sena e São Luís», meados do século XVI, Escola Portuguesa; «Deposição», primeira metade do século XVI.

Na Igreja do Recolhimento do Bom Jesus: «Anunciação», principios do século XVI, Escola Neerlandeza.

Igreja Nova de São Martinho: «N. S. da Incarnação», «Natividade» e «S. Joaquim», tríptico, primeiro têrço do século XVI, Escola Neerlandeza.

Igreja do Socorro: «Santiago», «S. Filipe» e os «doadores», triptico, primeira metade do século XVI, Escola Portuguesa; «Apóstolos», representando seis apóstolos, 1.º têrço do século XVI, Escola Portuguesa.

Capela da Consolação (Levada de Santa Luzia): «Monografia de Jesus e Anjos», principios do século XVI.

Paço Episcopal: «S. Jeronimo», 1.^a metade do século XVI, Escola Neerlandesa e «Santana e São Joaquim», primeira metade do século XVI, Escola Neerlandesa.

Convento de Santa Clara: «Dois Anjos adorando a Cruz», primeira metade do século XVI, Escola Portuguesa; «Nascimento de S. João Baptista», segunda metade do século XVI, Escola Portuguesa; «Aparição de Cristo à Virgem», primeira metade do século XVI, Escola Portuguesa; «Aparição de Cristo a Maria Madalena», 1.^a metade do século XVI, Escola Portuguesa; e «Ecce Homo».

Igreja de São João Evangelista (Colégio): «Aparição de Cristo a São Pedro», 2.^a metade do século XVI, Escola Portuguesa.

Capela do Corpo Santo: «S. Pedro Gonçalves Telmo», «Santo Antonio», «Nossa Senhora», «S. Pedro», «Um Rei e uma Santa», «S. Vicente», «S. Paulo», «S. Lourenço» e ainda outros, todos dos meados do século XVI, Escola Portuguesa.

Igreja Paroquial da Ribeira Brava: «Descida da Cruz», «Maria Madalena» e «José de Arimateia», tríptico dos principios do século XVI; «Adoração dos Magos», 1.^o têrço do século XVI; e «Natividade», Escola Neerlandesa.

Igreja Paroquial da Ponta do Sol: «Santa Maria Del Populo», «Santa Barbara» e «Santa Catarina de Alexandria», tríptico do 1.^o têrço do século XVI.

Igreja Paroquial de São Brás do Arco da Calheta: «S. Brás e os Doadores», 2.^o quartel do século XVI, Escola Portuguesa; «Apresentação do Menino no Templo» 2.^o quartel do século XVI, e ainda outros quadros.

Capela dos Reis Magos (Estreito da Calheta): «Adoração dos Reis Magos» e «Veronica».

Igreja do Espirito Santo (Calheta): «O Anjo e a Virgem», «Santo Antonio» e «S. Francisco», tríptico, cujos quadros são classificados de «valiosissimos», primeiro têrço do século XVI, Escola Neerlandesa.

Capela da Madre de Deus (Caniço): Retabulo representando «Santiago Maior», «São João Baptista», «Santa Catarina de Alexandria» e «Santo Antonio», posterior a 1536, Escola Portuguesa.

Igreja Paroquial da Vila de Santa Cruz: Seis quadros que guarnecem a capela-mor, representando a «Anunciação», a «Natividade», a «Adoração dos Magos», o «Calvario», a «Descida da Cruz» e a «Ressurreição», 1.^a metade do século XVI, Escola Portuguesa.

Igreja Paroquial da Vila de Machico: «Adoração dos Reis Magos», principio do século XVI, classificado como esplendido retabulo que tem sido objecto da maior admiração por parte de abalizados criticos de arte, e ainda «Cristo e os Apostolos», 2.^o quartel do século XVI, Escola Portuguesa.

No artigo «Monumentos Nacionais» (II-394), fez-se menção dos edificios e obras de arte existentes neste arquipélago e classificados como «monumentos nacionais» e como «imoveis de interesse publico», á maioria dos quais se faz referencia na relação que acima fica exposta.

A revelação da existencia de todo esse abundante e precioso patrimonio artístico criou um ambiente favoravel á organização e instalação de um pequeno, mas interessante e valioso museu de arte sacra, devido particularmente ás diligencias do governador José Nosolini e incondicional apoio do prelado diocesano, havendo-se aproveitado para esse fim duas salas do corpo capitular da Sé Catedral e contiguas a este templo, desde há muito classificado como monumento nacional, e cuja inauguração solene se realizou no dia 6 de Outubro de 1940.

Queremos ainda deixar aqui acentuado que a obra de Cayola Zagalo se ocupa com relativo desenvolvimento dos quadros que ficam enumerados, não somente sob o aspecto do seu valor artístico e das mais salientes características que os distinguem, mas também da sua historia, da sua conservação e da imperiosa necessidade da criação de um Museu de Pintura, constituindo um valioso e interessantissimo estudo do rico e abundante patrimonio que se encontra espalhado em muitas localidades do nosso arquipélago, como já acima ficou ligeiramente referido.

Acerca deste importante assunto e ainda de outros interessantes especimenes de diversas modalidades artisticas, le-se com proveito os elementos de informação recolhidos nas paginas do segundo volume da apreciada obra «Ilhas de Zargo» da autoria do padre Eduardo Clemente Nunes Pereira.

Patriota. Número único de jornal publicado a 14 de Fevereiro de 1890.

Patriota Funchalense. Das terras mais importantes do nosso país, não foi o Funchal a derradeira em que pela primeira vez saíu a lume uma publicação periódica. Quando em 1830 apareceu na ilha Terceira o primeiro jornal açoreano, já anteriormente a essa época tinham visto a luz da publicidade oito jornais madeirenses. O mesmo se deu com respeito ás outras localidades, fora de Lisboa, Porto e Coimbra. Havendo os portugueses iniciado neste arquipélago o seu grande movimento colonizador, que sem demora se alargou até os confins do universo, pareceria também natural que a mais poderosa alavanca da moderna civilização fôsse aqui primeiramente introduzida do que nas restantes terras descobertas ou conquistadas. E assim veio a suceder.

Um grande acontecimento político ocorrido no continente português, que teve sua repercussão em todos os dominios insulares e ultramarinos, foi a causa próxima da publicação do mais antigo jornal da Madeira, que tomou o nome de Patriota Funchalense. O avanço das chamadas ideias liberais, que determinou a Revolução do Porto e a consequente Constituição de 1822, fêz-se logo sentir nesta ilha, mas somente alguns meses depois dos acontecimentos que se deram na capital do norte é que no Funchal se verificou a proclamação solene dos principios politicos, que vieram implantar o sistema representativo em Portugal. A 28 de Janeiro de 1831, realizou-se a consagração official desses principios, tendo o facto sido comemorado, no dia do aniversádo do ano seguinte, com o lançamento da primeira pedra dum monumento erguido á Constituição, em frente do adro da Sé Catedral, havendo essa comemoração revestido uma extraordinária e notável imponencia.

Era então um dos mais fervorosos adeptos daquelas ideias o dr. Nicolau Caetano Betencourt Pita, médico abalizado e distinto madeirense, que no nosso meio social gozava de grande prestígio e larga influencia, postos entusiasticamente ao serviço duma causa, que êle julgava ser das mais proveitosas para o engrandecimento e prosperidade da nação. Para a propaganda dos novos principios politicos e consolidação do sistema governativo que se iniciara, empreendeu êle a publicação duma fôlha periódica, tendo para isso que lutar com dificuldades quasi insuperaveis, que a sua tenacidade e dedicação sem limites souberam inteiramente vencer e dominar. Dirão muitos e talvez com alguma razão que a natureza dessa causa não era merecedora de tão grandes sacrificios, mas a sinceridade das suas convicções bastará para o absolver das atitudes porventura exageradas, que nessa conjuntura tivesse tomado.

Comprada em Lisboa uma Imprensa, como então se dizia, que era uma modesta oficina tipográfica, veio para a Madeira, acompanhada pelo tipógrafo e impressor Alexandre Gervásio Ferreira, que durante dois anos, aproximadamente, dirigiu a composição e impressão do Patriota Funchalense, sendo substituído, a partir do n.º 179, pelo tipógrafo Inácio S. de Abreu. A

oficina, administração e redacção instalaram-se numa casa à rua dos Ferreiros, que tinha o número 7 de policia e que ficaria situada em local não muito afastado da antiga redacção do «O Jornal» (1921).

No dia 2 de Julho de 1821, considerado como o do aniversário do descobrimento da Madeira, apareceu o primeiro número do Patriota Funchalense, que era uma publicação bi-semanal, saindo regularmente às quartas-feiras e sábados. Tinha quatro páginas de composição, mas muitos numeros eram acompanhados de «aditamentos», de duas e por vezes de quatro páginas. Era de pequeno formato, não excedendo a composição tipográfica 23 por 16 centímetros. Publicaram-se 214 números, sendo o último a 16 de Agosto de 1823.

Acerca do plano das materias versadas no jornal e da sua distribuição pelos assinantes, lê-se no seu primeiro número esta curiosa informação: «O plano do Patriota Funchalense é o seguinte: Será publicada esta fôlha duas vezes na semana (quartas e sabados), conterà as noticias mais interessantes das Gazetas Nacionais e Estrangeiras–Reflexões sobre a Economia interna, e Relações externas da Madeira–Politica–Variedades–Entrada e sahida de navios, Preços correntes, etc. Os senhores assinantes e os que o quizerem ser, mandarão nos mencionados dias da tarde pela folha».

Em todos os números e no alto da primeira página destacavam-se as armas reais, tendo como legenda estes versos de Almeida Garrett:

Ergo tardia voz, mas ergo-a livre,
Ante vós, ante os Ceus, ante o Uníversono,
Se os Ceus, se o Mundo minha voz ouvirem

O grande escritor, rendendo graças pela homenagem que lhe fôra prestada, dirigiu uma interessante carta ao redactor do Patriota Funchalense, que termina por estas inflamadas e hiperbólicas palavras: «Recebei, Senhor, os meus agradecimentos, como Poeta não, como Cidadão sim – Tanto me preso, e honro desta qualidade, quanto menoscabo aquela, quando desta desligada.»

A pag. 142 e seg. do volume I desta obra, deixámos os principais traços biográficos do dr. Nicolau Caetano Bettencourt Pita fundador do Patriota Funchalense.

Patudo. V. *Atum*.

Pau Branco (*Notelaea excelsa*). Arvore da familia das Oleaceas, com fôlhas persistentes, coriáceas, glabras e inteiras, flores brancas, reunidas em racimos curtos, axilares ou extra-axilares, solitarios ou geminados, e frutos elípticos, a principio vermelhos, depois violáceos. Encontra-se nas serras de S. Vicente, da Boaventura do Porto do Moniz, etc., mas está quasi extinta na ilha. Produz madeira branca ou puxando um pouco a côr de rosa, muito dura, pesada e susceptível de bom pulido, que ainda hoje é usada para parafusos de lagares e quilhas de embarcações.

Pau do Sebastião. Fica além do Ribeiro Frio, no caminho de Santana. Do alto da ladeira que ai existe, desfrutam-se soberbos panoramas, especialmente para os lados da ribeira da Metade e do pico do Areeiro.

Paul do Mar. Já em outro lugar notámos que Gaspar Frutuoso fazendo, em 1590, a descrição sumaria das freguesias e lugares mais importantes da costa sudoeste da Madeira, se refere ás localidades do Jardim do Mar e Paul do Mar, dando-lhes apenas a denominação de Jardim e de Paul, ignorando nós se assim seriam conhecidas nos tempos primitivos da colonização e sem talvez a acrescentada designação de Mar, que hoje e desde há muito conservam. Também não sabemos se os lugares do Paul da Serra e do Jardim da Serra tiveram estas denominações para os distinguir daquelas localidades, sendo umas banhadas pelo oceano e as outras situadas no interior da ilha.

Desconhecemos a origem do nome de Paul por que é conhecida esta freguesia, se o relacionarmos com a significação que comumente lhe dão os dicionaristas. Uma parte consideravel dela é constituída por uma fajã bastante plana, a que se ajustaria a designação de Paul, se por ali tivessem existido terras alagadiças, que as aguas vindas das altas rochas circunvizinhas ou mesmo do mar por algum ponto mais baixo da praia, transformassem numa especie de brejo ou pantano e a que os antigos povoadores dessem o nome de Paul. É também possivel que alguns traços de semelhança orografica ou hidrográfica com qualquer localidade do Continente justificassem aquela denominação, o que hoje será talvez impossivel averiguar. O deão Gonçalves de Andrade acha, porém, a denominação muito ajustada á topografia do lugar, pois diz que êle «forma como um valle debaixo de altas rochas, junto ao mar, d'onde lhe vem o nome». Não sabemos como é que estas circunstâncias justificam a designação de Paul dada àquele lugar.

Os terrenos que constituem as actuais paróquias do Paul do Mar, Jardim do Mar e Prazeres pertenceram á freguesia do Estreito da

Calheta. A primeira a desmembrar-se foi a do Paul do Mar, criada pelo alvará regio de 28 de Dezembro de 1676, compreendendo então a futura freguesia do Jardim do Mar. Foi depois criado o curato dos Prazeres, como filial do Paul do Mar.

Um dos mais antigos povoadores desta freguesia foi João Anes de Couto Cardoso, que aqui teve muitas terras de sesmaria e no Jardim do Mar. Dizem varios nobiliarios que êle fundou a capela de Santo Amaro, que depois serviu de sede da paróquia e nela jaz sepultado. Foi um filho deste, por nome Francisco de Couto Cardoso e falecido em Maio de 1542, que instituiu um morgadio com sede nesta freguesia. Outro membro desta familia fundou também uma casa vinculada na vizinha localidade do Jardim do Mar.

O Paul do Mar, com as freguesias de Machico e Camara de Lôbos, constituem os três mais importantes centros piscatorios do arquipélago. No Paul há alguns centos de individuos que se dedicam ás labutas da pesca. Foi ali montada há poucos anos uma fábrica de conservas de peixe, que é um importante estabelecimento industrial. As salinas que se estabeleceram nesta localidade não produziram os resultados esperados, como tem acontecido com varias tentativas feitas em outros pontos desta ilha. A safra no Paul foi sempre escassa e há bastantes anos que as salinas foram abandonadas.

Produz esta freguesia os generos agricolas comuns a tôda a ilha e especialmente se cultiva nela a cana e a vinha. Foi afamada a malvasia produzida nesta localidade, que não era inferior em qualidade á conhecida malvasia da Fajã dos Padres.

Tem duas escolas, uma para cada sexo, sendo a do sexo feminino criada em 1912.

A sua população é de 1 586 habitantes, segundo o censo de 1911.

Os seus principais sitios são: Ribeira das Galinhas, Serrado da Cruz, Alagoa, Igreja e Quebrada.

Tem-se afirmado que muitos terrenos, sobranceiros a alguns dos mais importantes sitios desta localidade, se encontram na iminencia de despenhar-se, o que determinaria o soterramento de inumeros casais, com a morte inevitavel de centenares de individuos, dando-se então desgraçadamente uma das mais horrorosas tragédias da história madeirense.

Tomou a Junta Geral do Distrito a louvavel iniciativa de fazer construir nesta localidade um bairro piscatorio, tendo sido já edificado um bloco de casas especialmente destinadas aos individuos empregados na pesca e havendo-se feito a respectiva

inauguração no mês de Julho de 1944.

Paul da Serra. Esta planície, a única duma certa extensão que existe na Madeira, está situada a 1500 metros acima do nível do mar e mede de leste a oeste cerca de 5 e meio quilómetros de comprimento, sendo a sua maior largura de um pouco mais de 3 quilómetros. Faz parte dos concelhos da Ribeira Brava, Ponta do Sol, Calheta e S. Vicente, entre os quais se acha encravada, e é lugar ermo e muito visitado pelos temporais durante a maior parte do ano. As urzes e as uveiras são os únicos arbustos indígenas que formam ali alguns maciços, sendo o resto da vegetação constituído pelo *Pteridium aquilinum* (feiteira), *Agrostis castellana*, *Hypericum linarifolium* e *Thymus caespitius* (alecrim da serra), este último abundantíssimo, mas difícil de encontrar noutras regiões.

O Paul da Serra é susceptível de ser utilizado, como dizia Bowdich em 1823, tendo a extinta Junta Agrícola ensaiado ali com bons resultados a cultura do trigo, das sementes, dos nabos e das cenouras. Se se criarem maciços de espécies arbóreas, que sirvam de abrigo contra os ventos, é possível que aquela região venha a produzir ainda em abundância muitos produtos necessários à alimentação do homem.

No sítio dos Estanquinhos, na altitude de 1450 metros, existe uma casa para abrigo dos viandantes; a casa de abrigo a que chamavam de Meio Paul, mandada construir pelo inglês Roberto Page nos fins do primeiro quartel do século XIX, há muito que desapareceu devido à acção do tempo. Ficava esta última casa situada no Campo Grande, ponto quasi inteiramente despidido de vegetação e o mais inospito da planície do Paul da Serra.

O Paul da Serra é muito visitado na época da tosquia do gado lanígero, dando-se às vezes aí grandes desordens, motivadas em geral pelas copiosas libações a que se entregam as pessoas que aí acodem para assistir a essa operação, que se prolonga às vezes por mais de três dias.

O Paul da Serra é, segundo se afirma, uma das poucas localidades das serras da Madeira que se acham ainda na posse do Estado.

É «logradouro comum» e muito aproveitado pelos habitantes das freguesias circunvizinhas para a apanha de lenhas destinadas a combustível e especialmente de ervas e matos para a engorda dos gados e como matéria-prima. É lugar muito inospito e bastante

exposto aos temporais, tornando-se quasi impossivel o cultivo dos terrenos, como acima ficou dito, a não ser que fôsem largamente protegidos por fortes sebes de denso arvoredo, que resistisse aos vendavais que ali frequentemente se desencadeiam. Serve de pastagem a muitos rebanhos de gado lanígero. Tôdas as freguesias circunvizinhas estão em comunicação com este planalto, por meio de estradas, por algumas das quais, embora más, transitam carros de rodas, de tracção animal, destinados ao transporte das lenhas, ervas e matos.

A antiga Junta Agricola projectou a construção duma estrada que atravessaria o planalto do Paul na sua maior extensão, tendo como pontos extremos a Encumeada de São Vicente e o Porto da freguesia do Porto do Moniz e medindo cêrca de 38 quilómetros de comprimento. Os lanços desta estrada seriam: o da Encumeada ao sitio do lombo do Mouro, numa extensão de 4200 metros, outro, deste ponto ao Pico da Urze, num percurso de 8300 metros, um terceiro trôço do Pico da Urze até aos Lamaceiros (Porto do Moniz,, com o comprimento de 23 quilometros, e o ultimo dos Lamaceiros ao Porto de mar, medido 3000 metros. Esta estrada foi iniciada no ano de 1914, nos seus pontos extremos, mas poucos quilómetros dela ficaram construídos.

Vid. Bica da Cana, Estanquinhos, Lombo do Mouro e Rabaçal.

Pavia (*Padre Teodoro*). No ano de 1705, publicou-se em Tortona, Italia, o livro «Il Primo Scuoprimento dell'isola di Madera fatto da Roberto Macico inglese...», traduzido do português e muito acrescentado pelo padre Teodoro de Pavia. E um volume de 190 paginas, dividido em dois capitulos, sendo o primeiro, que deu o titulo ao livro, a tradução literal da célebre terceira «Epanafora» de D. Francisco Manuel de Melo, publicada pela primeira vez em 1660 e de que posteriormente se fizeram outras edições. Como é sabido, foi devido a esta narrativa de D. Francisco de Melo, que a lendaria aventura de Roberto Machim se tornou muito conhecida e chegou a alcançar certos foros de verdade historica entre alguns escritores de mais facil credulidade.

O segundo capitulo do livro do Padre Pavia tem para os madeirenses maior interesse, em virtude das noticias que nos transmite relativas á segunda metade do século XVII e princípios do século seguinte, ao passo que o primeiro é a versão de uma obra muito conhecida e largamente comentada, especialmente nas eruditas anotações das «Saudades da Terra».

Pecuaria. Constituindo a agricultura nesta ilha, com algumas das importantes industrias dela derivadas, a fonte mais importante da economia publica, importa que a acção principal de «governantes e governados» seja orientada no sentido de proteger-se quanto possivel essa tão generalizada industria, contribuindo todos deste modo para as maiores prosperidades da população do

arquipélago madeirense. Tendo com este assunto a mais íntima afinidade, três valiosos «elementos», além de outros de subalterna importância, se oferecem logo à nossa especial consideração as Águas, as Florestas e os Gados.

Do primeiro nos ocupamos com largueza no artigo *Levadas* (II-235-269), em que salientámos a sua importância, a sua necessidade e os benefícios que tem prestado, estando todos esperanças que as providências adoptadas pelos decretos de 21 de Outubro de 1943 («Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira») venham completar de maneira mais satisfatória os relevantes serviços já dispensados no longo período de alguns séculos.

O segundo e valioso «elemento» a considerar é o da conservação e desenvolvimento das Florestas, tornando-se indispensável a promulgação de um diploma legislativo, em que fiquem insofismavelmente demarcados os limites dos «baldios» pertencentes a particulares, às camaras e ao Estado (depois de se proceder a um rigoroso estudo), em que se estabeleçam com bem definida precisão as atribuições das entidades que superintenderem nesses serviços e em que finalmente se promova a criação de uma «Circunscrição Florestal», á qual se facultará execução de todos os preceitos legais que sobre o assunto tenham sido ou venham a ser publicados.

O terceiro «elemento», que é de capital importância e merece a mais desvelada protecção, é o problema pecuário, que somente há poucos anos começou a chamar as cuidadas atenções das estações oficiais e a despertar no público um particular interesse, até então desconhecido entre nós.

Deve-se esse movimento inicial aos valiosos estudos realizados pela Intendencia de Pecuaria deste distrito, que, à cerca de tão momentoso assunto, elaborou um vasto e substancioso relatório, indicando os meios mais adequados a adoptar no nosso meio, afim de se alcançarem os resultados mais proveitosos para a industria agricola da nossa terra.

A selecção e aperfeiçoamento das raças, a criação e tratamento dos gados, a sua instalação higienica, a assistencia veterinaria, as forragens, a produção de leite, a protecção mutuária e ainda muitos outros interessantes aspectos desta utilissima materia são tratados nesse relatório com grande clareza, com o indispensável desenvolvimento e com a mais notavel proficiencia, que sobremaneira honra o distinto funcionario que o concebeu e redigiu.

Muito seria para desejar que se fizesse uma edição popular desse valioso documento, destinada a ser espalhada pelos nossos

campos e aldeias.

Ao referir-nos, embora rapidamente a este assunto, seria cometer uma flagrante e imperdoável injustiça não fazer menção dos excelentes trabalhos insertos em alguns numeros do «Boletim de Informação e Publicidade», publicado pela Junta Nacional dos Lacticínios da Madeira e dirigido pelo distinto engenheiro Luis Pedro Baptista, trabalhos que particularmente interessam às relações da agricultura com a pecuaria através da importante industria dos lacticínios.

Os artigos deste «Elucidário», *Gados, Industria dos Lacticínios, Lacticínios e Pastagens* oferecem a este assunto alguns elementos aproveitáveis.

Pé de Pau. Gaspar Frutuoso dá este nome a um corsário francês que esteve no Porto do Funchal nos tempos do donatario Simão Gonçalves da Camara, conde da Calheta. Desembarcaram dos galeões do corsário, que eram em numero de sete, duzentos franceses, que compraram mantimentos na cidade e venderam muitas cousas que tinham, trazendo a Jaques Soria por seu capitam para os castigar, se se desmandassem.» Os navios estiveram oito dias no nosso Porto, e durante esse tempo «o capitam Simão Gonçalves da Camara vigiava e mandáva vigiar a cidade de noute com suas estancias, sem embargo da amizade e paz que o corsario lhe prometera».

Peacock (G). Doutor em teologia, deão de Ely e professor de astronomia na Universidade de Cambridge. E.: *On the Agriculture and Tenure of land in Madeira*. Este trabalho costuma andar anexo á obra do dr. Mason sobre o clima da Madeira.

Pedra de Ferida. O jaspe (V. este nome) tem esta designação no Porto Santo por ser utilizado às vezes naquela ilha no tratamento de feridas. Usam-no depois de reduzido a pó.

Pedra Mole. Tufo amarelado que aparece em varias partes da Madeira. Quando reduzido a pó, é muito leve, sendo porisso facilmente arrastado pelas chuvas. Associado ao saibro, constitui, diz Bowdich, um solo excelente para a vinha. O peso especifico da pedra mole é, segundo o mesmo autor, 1,95.

Pedro Jose de Ornelas (*Avenida de*). É o antigo caminho da Pena, e estende-se desde a antiga rua das Hortas, hoje do Alferes Veiga Pestana, até á Levada de Santa Luzia.

Pedro José de Ornelas foi presidente da Camara Municipal do Funchal e faleceu a 12 de Janeiro de 1878, com 59 anos de idade.

Pedroso (*João António*). Era natural da freguesia do Santissimo nome de Jesus, de Odivelas, e filho de Francisco Antonio Pedroso e de Inacia Joaquina. Achando-se na Madeira em 1823, foi por motivos politicos deportado para o Porto Santo, onde conseguiu ser nomeado mais tarde escrivão da Camara Municipal. Introduziu naquela ilha a tamargueira, essencia que se propagou ali com facilidade e presta aos habitantes grandes serviços, e foi um grande amigo do botanico inglês Lowe, que lhe dedicou o seu genero Pedrosia, que os botanicos modernos incluem no antigo genero Lotus. Colaborou nalguns jornais madeirenses e faleceu no Porto Santo, com 68 anos, a 29 de Março de 1869.

Pegador (*Echeneis remora*). Peixe escombrida, raro nos nossos mares. É provido na região dorsal dum largo disco, cortado de laminas transversais, o qual funcionando como ventosa, lhe permite fixar-se ao ventre dos tubarões, às tartarugas, ao costado dos navios, etc. . É também conhecido pela denominação de chupa-sangue.

Peixe-Agulha (*Xiphias gladius*). Grande peixe da familia Xifiida, de vez em quando pescado nos mares vizinhos da Madeira. As suas dimensões vão até 4 metros de comprimento. A robusta musculatura e a conformação particular do queixo superior, alongado em forma de esporão, fazem dele um temivel inimigo, ainda mesmo dos mais poderosos habitantes do mar. Os pescadores madeirenses têm corrido o risco de se perder quando um peixe-agulha lhes atravessa o costado da embarcação com a sua terrivel arma de ataque. A carne é branca e de sabor muito aceitavel, lembrando a do atum. V. Agulha.

Peixe-Cão (*Crenilabus caninus*). Peixe da familia Labrida, pouco frequente nas aguas do arquipélago. É, pela sua côr dum vermelho brilhante, uma linda especie; o sabor, porém, não lhe iguala a beleza das escamas. Prefere os fundos de rocha, deslocando-se ao longo da costa, e é pescado até 150 braças pouco mais ou menos.

Peixe-Carneiro (*Scorpaena scrofa*). Peixe da familia Triglida, frequente nos mares da Madeira. Varia muito na côr e tem uma

cabeça de forma estranha, que torna esta especie distinta de tôdas as outras que vêm ao mercado. O cranio é eriçado de prolongamentos espinhosos, entre os quais alguns há que exsudam um veneno segregado por glandulas especiais alojadas na cabeça. A picada duma destas espinhas pode ter consequencias graves.

O peixe-carneiro tem habitos sedentarios e habita os fundos rochosos. A carne é branca e um tanto dura, mas de sabor agradável.

Peixe-Cavalo. Em Camara de Lôbos dá-se este nome ao *Alepidosaurus ferox*, peixe escopelida, conhecido também pela designação de peixe-agua.

Peixe.Coelho. V. *Coelho*.

Peixe-Cravo (*Lampris luna*). Peixe da familia Escombrida, raro na vizinhança da Madeira, embora alguns autores o assinalem como comum. É, pelo seu brilhante colorido, uma das mais belas especies do Atlantico e tem o corpo comprimido, podendo atingir pouco mais de um metro. É pescado entre 75 e 200 braças, geralmente com a linha do atum. Durante o dia conserva-se ao largo, mas de noite aproxima-se um tanto da costa.

Peixe-Espada. V. *Espada branca e Espada preta*.

Peixe-Frade. V. *Frade*.

Peixe-Galo (*Zeus faber*). Peixe escombrida que aparece ás vezes no mercado do Funchal. Tem sabor pouco delicado e pescam-no de ordinario com a briqueira ou a gorazeira.

Peixe-Lagarto. Os madeirenses dão este nome ás duas especies seguintes: *Saurus lacerta* e *Saurus griseus*. A primeira destas especies é também conhecida pela denominação de lagarto-do-mar, e a segunda pela de lagarto-de-rôlo.

Peixe-Porco (*Balistes capriscus*). Peixe escleroderma que se encontra entre a costa e uma profundidade de cêrca de 30 braças. É pescado à linha, com a briqueira ou com a agulheira. No Porto Santo é chamado peixe-burro, sendo a denominação de peixe-porco

aplicada ali ao *Orthogoriscus mola*, da família Gimnodonte.

Peixe-Rato (*Alopecias vulpes*). Pertence á família Mitsukurinida e é um dos maiores esqualos viajantes que de vez em quando aparecem nos mares do arquipélago. Pode atingir 5 metros de comprimento e pescam-no entre duas aguas, em geral longe da costa. Diz-se que é inofensivo para o homem.

Peixe-Rei (*Coris giofredi*). Peixe da família Labrida, que vive junto a costa e se alimenta de pequenos moluscos, crustaceos e outros mariscos. O sabor é agradável, embora a carne seja um pouco mole, o que caracteriza tôdas as especies da mesma família. É pescado com a cana, o peneiro ou a briqueira.

Peixe-Verde (*Julis pavo*). Peixe da família Labrida, comum ao longo da costa e que prefere os sitios rochosos cobertos de algas, onde pode encontrar pequenos moluscos, ouriços, crustaceos e outros pequenos animais de carapaça dura que êle despedaça com a forte dentadura de que se acha armado. A sua carne é um tanto mole, mas de sabor não desagradavel. É conhecido também pelo nome de cagão.

Peixes. Cêrca de 250 especies de peixes têm sido colhidas nos mares da Madeira, sendo muitas delas notaveis pelo brilho das suas cores ou pela singularidade da sua forma ou estrutura. Nas publicações de Lowe e de Johnson (V. estes nomes), encontram-se assinaladas as referidas especies, e no presente trabalho mencionamos também algumas delas, tais como o alfonsim, a agulha, as abroteas, os atuns, a bicuda, o bodião, a boga, o boqueirão, a cavala, as castanhetas, o congro, os chicharros, o cherne, a dourada, a espada, o gaiado, a garoupa, o goraz, a moreia, o pargo, o peixe-carneiro, o peixe-agulha, o peixe-galo, o peixe-verde, o requeime, a salema, o salmonete, o sargo, a tainha, a urjamanta, etc..

Os unicos peixes de agua doce que vivem na Madeira são o eiró (V. este nome) e o *Cyprinus auratus*, mas este ultimo não se encontra fora dos tanques da região cultivada da ilha.

Subordinado ao titulo «Os Peixes dos Mares da Madeira», publicaram os distintos homens de ciência Adolfo Cesar de Noronha e tenente coronel Alberto Artur Sarmiento, no ano de 1934, um largo e substancioso estudo, que há-de ser proveitosamente consultado por todos quantos queiram conhecer este interessante assunto, sob qualquer ponto de vista em que êle possa ser considerado.

Vid. Indústria Piscatória e Pescas.

Pelargonios. *V. Malva.*

Pelicão. *V. Hipericão.*

Pelourinho. D. Manuel, sendo duque de Vizeu, mandou em 1486 fazer «praça, camara, paço dos taballiães & picota no seu campo», então chamado do duque, que era o terreno onde estão o largo e a igreja da Sé, a antiga praça da Constituição, a antiga rua do Aljube e o largo do Comércio ou do Chafariz. Ignoramos se a picota chegou a ser levantada no referido campo, como o foi a casa da Camara, mas se ai esteve, foi por pouco tempo, e enquanto se não construiu o pelourinho de jaspe «na fermosa praça cercada de boas casas sobradadas», ao qual se refere Frutuoso a pag. 85 das Saudades da Terra.

O pelourinho existiu no Funchal durante três seculos e meio, sendo mandado demolir em sessão camararia de 3 de Novembro de 1835, por «ser um emblema dos tempos feudais e não estar em harmonia com os costumes actuais, mandando-se guardar as pedras que se tirarem.»

O pelourinho foi, com efeito, demolido, mas a coluna de pedra que dele fazia parte desapareceu, e o soco da mesma foi parar, não sabemos como, a uma propriedade no sitio da Pena, que pertenceu ao morgado Pedro José de Ornelas, antigo presidente da Camara.

Os presos açoutados ou expostos no pelourinho eram atados pela cintura, e era no mesmo pelourinho que se afixavam as ordens escritas e os editais tanto do Governo como da Camara Municipal. Nos principios do seculo XVII, foi enforcado em efigie, no pelourinho do Funchal, um tal Francisco Rodrigues Jardim, de origem plebeia, por ter raptado D. Maria de Ornelas, senhora pertencente a uma das mais nobres familias madeirenses, e lemos num antigo manuscrito que em 28 de Março de 1808 recebeu um prêto seis açoutes no mesmo local, estando com as costas nuas, percorrendo depois as ruas da cidade, acompanhado da justiça e duma escolta de soldados.

Na Calheta, na Ponta do Sol, em S. Vicente e no Porto Santo também houve pelourinhos, como se vê das denominações que

conservam os locais onde êles se erguiam, em Santa Cruz parece que o pelourinho ficava junto da igreja matriz, e em Machico, no largo perto da igreja paroquial, onde existe uma fonte e se vendem agora hortaliças.

Pena (A). Numero unico dum jornal que, em homenagem ao conselheiro dr. José Leite Monteiro, se publicou em Maio de 1908.

Pena (*Caminho da*). Denominação antiga da Avenida de Pedro José de Ornelas e suas imediações. Provém este nome da antiga capela de Nossa Senhora da Pena, que ali existiu (Vid II-462).

Pena de Agua. É a quantidade de agua precisa para encher um litro ou cêrca de três quartilhos no espaço dum minuto. As aguas potaveis vendem-se às penas, meias penas e quartos de pena.

V. Manilha.

Pencas. É conhecida por este nome na ilha do Porto Santo a variedade feracissima da *Cynara Cardunculus*. As partes centrais das fôlhas desta Composta são comidas cruas pelos habitantes daquela ilha, depois de limpas dos espinhos. Esta planta existe também no Caniçal e Piedade, onde é conhecida pelo nome de cardo-da-gente.

Penedo do Saco. Rochedo perto da Ponta do Furado, na Ponta de S. Lourenco, de cujo cume escavado se descortinam as praias circunvizinhas.

Peneiro. Aparelho de pesca formado dum circulo de ferro a que está ligada uma rêde de arame ou de fio em forma de sacco pouco fundo. Sôbre o circulo, cruzam-se dois fios de arame, onde se enfia a isca. Um cabo destinado a manobrar o aparelho vem atar-se ao arco de ferro por três pernas mais delgadas e uma pequena vara de madeira.

Penela (*Jacinto do Carmo Sá*). É official de fazenda da armada, tendo presentemente o Posto de capitão de mar e guerra, e nasceu no Funchal a 7 de Dezembro de 1856. É socio correspondente da Sociedade de Geografia de Lisboa e antes de se alistar na marinha de guerra foi empregado na repartição de fazenda do distrito do Funchal. E.: *O Incendio da Escola Naval* (Anais do Club Militar

Naval, 1916) e *Noticia cronologica sobre a Academia das Guardas Marinhas e a Escola Naval*(1921).

Penfold (*Jane Wallas*). E.: *Madeira-flowers, fruits and ferns—a selection of the botanical productions of that Islands, foreign and indigenous, drawn and coloured from nature*; Londres, 1845.

Em 1803, residia no Funchal o negociante inglês Guilherme Penfold e em 1813 havia aqui a casa Penfold & Veitch, sendo de crer que Jane Penfold fôsse parente daquele negociante, que teve residencia na quinta da Achada.

Penha de Aguia. Eminencia com a forma de uma piramide truncada, que se ergue á beira-mar, entre o Porto da Cruz e o Faial, no norte da Madeira. É cultivada na parte superior, e o seu ponto culminante está a 580 metros acima do nivel do mar. Só é acessivel pelo lado de terra, e a vereda que conduz ao alto não é má, apesar de bastante ingreme.

Penha de França (*Bataria da*). Ficava nas proximidades da capela do mesmo nome, e foi cedida definitivamente á Camara por escritura assinada em Abril de 1902. Era, segundo parece, fortificação mandada levantar no tempo do dominio filipino. Esteve ocupada pelas tropas britannicas e algures se diz que nas suas proximidades se deu a execução capital de um soldado inglês, o que já referimos a pag. 427 do vol. I desta obra, cometendo-se então um grave atentado contra a soberania do nosso país, apesar dos protestos das autoridades locais.

Penteada. Sitio da freguesia de Santo Antonio.

Penteado. V. *Deserta Grande*.

Penumbra Literaria (*A*). Publicaram-se oito numeros deste jornal, sendo o primeiro a 1 de Maio e o ultimo a 31 de Agosto de 1877.

Pepineiro (*Cucumis sativus*). Cucurbitacea muito cultivada na Madeira. Os seus frutos constituem um alimento refrigerante e servem para preparar uma pomada que é util no tratamento das feridas.

O pepineiro é semeado em Março e Abril, e nalgumas partes desde Janeiro até Maio. As sementeiras fazem-se em mantas ou caseiras, e quando as plantas adquirem um certo tamanho, constroem-se caniçadas ou outros quaisquer esteios para que os caules não rastejem no solo.

Pepinela. Os madeirenses dão este nome ao *Sechium edule*, planta da familia das Cucurbitaceas a que em Portugal chamam chuchu ou caiota. Esta ultima designação era muito usada outrora na Madeira, mas hoje está abandonada, tendo mesmo sido esquecida pelo povo.

Algumas pessoas alheias a estudos botanicos costumam dar o nome de pimpinela á nossa pepinela, quando é certo que não existem relações algumas entre as duas plantas. A pimpinela de Portugal é uma rosacea (*Sanguisorba minor*) que já vimos cultivada na Madeira, mas que não se vulgarizou, havendo também um genero de umbelíferas denominado Pimpinella, no qual entram a herva doce e outras especies.

A pepinela é oriunda da America Central e produz frutos obovados ou obovado-claviformes, verdes ou brancos, com uma unica semente. A propagação da planta faz-se pelos frutos inteiros, que se metem em covachos nos meses de Janeiro e Fevereiro, umas vezes deitados, outras com o grêlo para baixo, devendo-se neste ultimo caso vergar o mesmo grelo para que uma parte dele fique fora da terra.

A pepinela pode viver em certos casos mais de 10 anos, e de ordinario frutifica pouco no primeiro ano. Os seus frutos aparecem no outono e principios do inverno, sendo os de côr verde os mais saborosos e os brancos os mais proprios para doce.

A pepinela já existia na Madeira nos principios do século XIX, sendo os seus frutos conhecidos então de muita gente pelo nome extravagante de pepinos nelas, do qual derivou, segundo parece, a palavra pepinela.

Pera-Melão. Solanacea introduzida na Madeira com o nome de *Solanum guatemalense*, mas que talvez deva ser referida ao *S. muricatum*. Produz frutos oblongos e amarelos, cujo sabor se aproxima um tanto do do melão.

Perado (*Ilex Perado*). Arbusto de 1 metro a 2m,50, com folhas espessas, mucronadas ou espinulosas no cimo, geralmente espinuloso-serradas nas margens; pedunculos 1-floros, raras vezes 2-3-floros. É especie rara e que só aparece no Ribeiro Frio, nas serras de S. Vicente, do Seixal e da Boa Ventura. A madeira desta Aquifoliacea é branca, leve e susceptivel de bom pulido, empregando-se em embutidos e noutras pequenas obras de marcenaria, depois de fervida em duas ou três aguas para perder tôda a seiva. Pode tomar a côr azulada se for mergulhada em urina ou qualquer solução amoniacal.

Perdigão (*Dr. Jacinto António*). Exercia entre nós o cargo de secretario geral do distrito, quando foi, por decreto de 1 de Julho de 1863, nomeado Governador Civil efectivo, lugar que já antes desempenhara interinamente. Tomou posse a 17 do mês e ano referidos.

Entre os relatorios que escreveu como Governador Civil, destaca-se o que apresentou á Junta Geral na sessão ordinaria de 1864, que é um trabalho deveras notavel e que ainda hoje pode ser lido com proveito. Jacinto Perdigão foi um distinto jurisconsulto, tendo publicado algumas obras de valor.

Perdiz. A perdiz da Madeira é a *Caccabis rufa*, da familia Fasianida; a do Porto Santo, é a *Caccabis petrosa*, da mesma familia. A primeira habita nas encostas maritimas e no interior, onde se encontram ninhos com 17, 19 e 21 ovos; a segunda é especie introduzida em 1900, mas que se multiplicou rapidamente no Porto Santo. A perdiz madeirense é especie que hoje se pode considerar rara (1921).

Peregrinações Madeirenses. Sob a denominação de «Peregrinações Madeirenses», realizaram-se nos anos de 1923 e 1926 duas excursões em que tomaram parte alguns centenaes de pessoas deste arquipélago, visitando os mais celebres santuarios, monumentos e museus que se encontram em diversos países da Europa. Acêrca da primeira, publicou o padre Jacinto da C. Nunes,

uma interessante descrição em duas dezenas de artigos, insertos na revista *A Esperança*, dos anos de 1924 e 1925, e da segunda, o conhecido escritor João dos Reis Gomes publicou um desenvolvido relato sob o título «Através da França, Suíça e Itália», que é um primoroso e instrutivo livro de viagens.

Pereira. Por 1460 veio para a Madeira Rui Mendes Pereira, o Tacão, de alcunha, que casou nesta ilha duas vezes, segundo diz o dr. Azevedo. Dele procedem muitas das pessoas que usam do apelido de família Pereira, na nossa ilha. É apelido muito generalizado e procedente de diversas origens.

No n.º 33 do jornal *a Informação*, de 13 de Agosto de 1931 (Funchal), encontra-se um interessante artigo intitulado «Os Pereiras de D. Nuno Alvares», em que se pretende provar que o grande Condestavel Nuno Alvares Pereira, hoje beatificado pela Igreja Católica, teve larga parentela nesta ilha espalhada em diversas freguesias, merecendo menção especial esta curiosa referencia: «vemos assim que os Pereiras do Condestavel se misturaram abundantemente na gente da Madeira. No labirinto das ligações genealogicas, o sangue de Nuno Alvares avulta em quasi toda a população, não só nas famílias nobres, mas até naquelas do povo, pois umas e outras na lenta evolução social se foram amalgamando.»

Pode afirmar-se que este fenomeno se verificou intensamente na Madeira com tôdas as famílias, de origem nobre e plebeia vindas do continente português.

Pereira (César Atanásio da Silva). Nasceu no Funchal a 5 de Julho de 1864, sendo filho de José Marceliano Pereira e de D. Maria de Jesus da Silva e frequentou a Escola Politecnica e a Escola do Exercito, sendo despachado 2.º tenente de artilharia a 8 de Janeiro de 1891. Serviu no regimento de artilharia n.º 2, na companhia n.º 3 de artilharia de guarnição e no regimento de artilharia n.º 4, sendo requisitado em 1896 para uma comissão de serviço no Ultramar. Tendo partido para Lourenço Marques, chegou aí a 15 de Janeiro de 1897, oferecendo-se pouco depois para fazer parte da expedição militar organizada na Beira com o fim de castigar o Cambuenga. Entrou no combate de Gorongoza, em que se revelou um distinto e valente militar, tendo tido porém a infelicidade de ser atingido por uma bala que lhe fracturou a maxila inferior, ferimento este de que só se restabeleceu em Lisboa, depois de operado no hospital de S. José. Tendo voltado á Africa em 1889, depois de haver servido novamente em artilharia n.º 4, foi ali secretario da circunscrição de Manica, vindo a falecer em Macequece, em consequencia duma biliosa, a 27 de Maio de 1901.

Era cavaleiro da ordem da Tôrre e Espada e possuía a medalha militar de prata de serviços distintos no Ultramar.

Pereira (*Duarte Sodré*). Data de 15 de Novembro de 1703 a sua nomeação para Governador e Capitão-General da Madeira, tendo tomado posse do cargo a 20 de Abril de 1704.

Pereira (*Padre Eduardo Clemente Nunes*). Nasceu na freguesia de Camara de Lôbos a 23 de Novembro de 1887 e ordenou-se de presbitero no Continente da República no ano de 1913. Foi professor do liceu do Funchal e tem colaborado em diversos jornais desta cidade. São da sua autoria: *Delenda est Carthago, discurso*, 1913, de 37 pag; *Golpes, colecção de poesias*, 1914, de 151 pag.; *Manual de Nossa Senhora do Carmo e Santa Thereza*, tradução, de 323 pag.; *Como se Vence*, 1 vol. e *Ilhas de Zargo*, 2 volumes.

Pereira (*João António de Sá*). Foi governador e capitão general deste arquipélago no periodo decorrido de 1677 a 1766. o comentador das *Saudades da Terra* chama-o o «reformador por excelencia», ficando também conhecido pelo nome de «Pombal madeirense», quer pelo motivo de haver sido nomeado para este cargo pelo marquês de Pombal, quer ainda pelas reformas que realizou em muitos serviços públicos durante o governo desse estadista. Entre os serviços que prestou destaca-se o de ter ido pessoalmente á ilha do Porto Santo pôr em execução o celebre alvará régio dos «Quintos e oitavos», que na época causou a maior sensação.

Pereira (*João Augusto*). Nasceu na vila da Ribeira Brava a 26 de Maio de 1857, sendo filho de Antonio de Sousa da Silva Pereira e de D. Luísa da Conceição Pereira, e frequentou o liceu do Funchal e as antigas Escolas Politecnica e do Exército, tendo sido despachado 2.º tenente de artilharia a 7 de Janeiro de 1885. Serviu em Vendas Novas onde foi também professor da Escola Pratica de Artilharia, tendo passado daí para o Funchal, onde prestou serviço como subalerno e mais tarde, depois de despachado capitão, como comandante da companhia n.º 3 de artilharia de guarnição. Foi também comandante do material de guerra na ilha da Madeira, tendo-se revelado em todos os serviços e comissões militares que desempenhou, um oficial muito inteligente, brioso e disciplinador.

João Augusto Pereira representou a Madeira em côrtes nas legislaturas de 1900, 1902-1904, 1904, 1905-1906, 1900-1907 e 1908-1910, tendo sido êle quem, na sua estreia politica em 1900 na Camara dos Deputados, chamou a atenção do governo para a

necessidade da conclusão das levadas de irrigação da nossa ilha. O seu discurso mereceu referencias elogiosas do então ministro das Obras Publicas, o falecido conselheiro Elvino de Brito.

Na mesma sessão legislativa tomou parte activa na discussão do projecto por êle apresentado e assinado por outros deputados, relativo à transformação dos serviços das mencionadas levadas, tendo sido êle também quem apresentou em, 1900 o primeiro projecto de lei pedindo a autonomia administrativa para a Madeira, que não chegou a ser votado pelo facto do governo ter caído nessa ocasião.

Ao deputado João Augusto Pereira se deve a autorização concedida á Camara Municipal do Funchal para contrair com a Caixa Geral dos Depositos um emprestimo de 400 contos para as despesas com as obras de canalização de esgotos e aguas potaveis do Funchal, serviço este relevantissimo, mas de que algumas vereações não souberam tirar o devido proveito, e a êle se deve também o estabelecimento da rêde telefonica no Funchal, a conservação da divisão comarca do arquipélago, ainda em vigor, que alguém tinha vontade de alterar, etc., etc..

Dos muitos discursos do deputado João Augusto Pereira, só foi publicado nesta cidade o que êle proferiu na sessão de 17 de Março de 1903 sôbre o estado anárquico do distrito do Funchal.

Foi professor provisorio do liceu do Funchal e um dos redactores do antigo *Diario Popular* e do *Diario da Madeira*, tendo ocupado um lugar eminente na imprensa madeirense, entre os jornalistas do seu tempo. O extinto partido progressista, em que sempre militou, ficou-lhe devendo assinalados serviços, tendo sido um dos mais valiosos cooperadores de seu sogro, o falecido conselheiro Manuel José Vieira, que, por largos anos, foi entre nós o chefe do mesmo partido.

João Augusto Pereira abandonou a politica depois da proclamação da Republica no nosso país, tendo sido durante os ultimos quinze anos do regimen monarchico um dos homens que gozaram de maior influencia e prestigio neste distrito, e que defenderam com mais desinteresse as necessidades do arquipélago.

Faleceu nesta cidade a 22 de Junho de 1915, sendo então major de artilharia, reformado.

Pereira (*Padre Joaquim Placido*). Nasceu na freguesia do Seixal a 10 de Dezembro de 1885 e ordenou-se de presbítero em 1909. Tem exercido funções eclesiasticas em varias freguesias da diocese. Além da sua colaboração em alguns jornais, publicou em Lisboa

o livro intitulado *Nossa Senhora do Monte, Padroeira da Ilha da Madeira*.

Pereira (*D. Mateus de Abreu*). Temos encontrado varias referencias a este ilustre prelado como sendo natural da Madeira, onde se diz haver nascido a 8 de Agosto de 1756. Desconhecemos quaisquer circunstancias pessoais da sua vida, até que o vemos em 1794 apresentado bispo na diocese de São Paulo, no Brasil, sendo confirmado por Bula de Pio VI, de 17 de Junho de 1795 e tendo tomado posse do bispado a 31 de Maio de 1797. Foi um prelado que prestou assinalados serviços á sua diocese, dizendo Candido Mendes de Almada, na sua obra *Direito Civil Eclesiastico Brasileiro*, que êle concorreu muito para a independencia do Brasil. Publicaram-se dois discursos, proferidos por ocasião das solenidades que se realizaram para festejar o aniversário da sagração deste prelado, sendo um deles do grande orador Monte Alverne.

Faleceu na cidade de São Paulo a 5 de Março de 1824 e foi sepultado na respectiva Sé Catedral.

Pereira (*Pyrus communis, sebesp. sativa*). Rosacea-Pomoidea europeia, muito cultivada na Madeira, e que aparece também na ilha do Porto Santo. Os seus frutos são muito variaveis tanto na forma como no sabor; os mais conhecidos são os que costumam ser designados pelos nomes seguintes: peras-bergamotas, caniças, condes, flamengas, francesas, carvalhais, de S. João, marmelas, formigas, brancas e saramanhas. Estas duas ultimas peras e as caniças são as mais procuradas para doce. No Porto Santo só existe a pêra-caniça.

Pereira Reis (*António*). Nasceu no Funchal a 27 de Abril de 1866 e formou-se em direito na Universidade de Coimbra em 1892, tendo feito antes o curso teologico no Seminario Episcopal do Funchal. Tem exercido a profissão de advogado em Lisboa, onde é bastante conhecido, e colaborou no antigo jornal *O Tempo* e noutros periodicos da capital. Fêz parte do antigo partido constituinte e mais tarde do henriquista, filiando-se no partido democratico depois da implantação da republica em Portugal. No ministerio que se constituiu em Março de 1916, logo depois da declaração de guerra da Alemanha, foi-lhe confiada a pasta do interior, a qual deixou nos fins de Maio do mesmo ano. Tem publicado alguns dos seus trabalhos jurídicos.

Pereira Ribeiro (*D. António Manuel*). É o actual e 28.º prelado desta diocese, de que tem tido a administração episcopal desde o ano de 1915.

Nasceu na freguesia de Friande, distrito de Braga, a 16 de Fevereiro de 1879, sendo filho de Duarte Pereira Dias Ribeiro e de D.

Deolinda Rosa da Silva Pereira Ribeiro. Cursou o antigo collegio de São Fiel e terminou a sua formatura na faculdade de teologia da Universidade de Coimbra no ano de 1901, ordenando-se de presbitero no mês de Outubro do mesmo ano.

Foi professor do liceu de Viana do Castelo e vice-reitor do Seminario de Bragança. Apresentado num canonicato da Sé do Funchal, tomou posse deste cargo em Junho de 1905. Nesta cidade exerceu o professorado no Seminario Diocesano e foi redactor do antigo periodico O Jornal.

Tendo falecido o bispo diocesano D. Manuel Agostinho Barreto, a 26 de Junho de 1911, foi logo o conego Pereira Ribeiro eleito pelo cabido vigario capitular deste bispado, cargo que exerceu até á sua elevação ao episcopado.

Foi nomeado pela Santa Sé prelado desta diocese a 2 de Outubro de 1914, rcebendo a sagração episcopal na cidade de Viana do Castelo, a 7 de Fevereiro de 1915. Chegou ao Funchal a 7 de Março do mesmo ano e tomou posse do lugar e fêz sua entrada solene na Sé Catedral, no dia 14 do referido mês de Março.

Pereira da Silva (*Padre José*). Nasceu no Porto a 19 de Março de 1874, entrou para a congregação dos Lazaristas em 1890 e recebeu ordens de presbitero em 1898, vindo neste mesmo ano para a Madeira, onde foi professor e finalmente vice-reitor do Seminario. Partiu para Hamburgo e daí para Paris a 21 de Outubro de 1910, falecendo nesta ultima cidade a 14 de Junho de 1922. E: *Á memoria de Leão XIII; oração funebre pronunciada na Sé Catedral a 12 de Novembro de 1903*; Funchal, 34 pag..

Pereira da Silva (*Manuel*). Nasceu na Madeira a 5 de Setembro de 1862 e é official de infantaria, tendo durante algum tempo feito serviço na extinta guarda municipal. Possui o grau de cavaleiro da Legião de Honra, de França. Publicou a sua alocação intitulada A preparação para a guerra e uma outra pronunciada na cerimonia da apresentação da bandeira nacional aos recrutas dos regimentos de infantaria 12 e 34, do comando militar da Guarda (1921).

Pereira de Sousa (*Francisco Luis*). Nasceu no Funchal a 28 de Setembro de 1870 e é filho do distinto escritor madeirense Francisco Clementino de Sousa. Tendo-se alistado no exército a 3 de Novembro de 1888, foi despachado alferes de engenharia a 25 de Outubro de 1894, depois de haver cursado com muita distinção as antigas escolas Politecnica e do Exercito. Foi professor da 3.^a secção (ciencias naturais) da Faculdade de Ciencias da Universidade de Lisboa e membro da Sociedade de Mineralogia de França e

doutras agremiações científicas. Consagrou-se especialmente a estudos geológicos, mineralógicos e sismológicos, sendo nestes últimos a maior autoridade do nosso país. As suas investigações sobre os efeitos do terremoto de 1755 são verdadeiramente notáveis não só sob o ponto de vista científico, mas também sob o ponto de vista histórico. E.: *Subsidios para o estudo dos calcareos do distrito de Lisboa* (1897); *Elementos de geographia physica da Europa* (1901); *Estudo Geologico do polygono de Tancos* (1902); *Idêa geral dos calcareos empregados nas construções de Lisboa* (1904); *Os calcareos do distrito de Leiria* (1905); *Os calcareos mais empregados em Portugal* (1908); *Efeitos do terremoto de 1755 nas construções de Lisboa* (1909); *Alguns trechos do relatório do engenheiro Rego Lima sobre a sua missão ás minas de Cassinga em 1898* (1911); *Le Raz de marée du grand tremblement de terre em 1755, en Portugal* (Paris, 1911); *Ideia geral dos efeitos do megasismo de 1755 em Portugal* (914); *O Megasismo do 1.º de Novembro de 1755 em Portugal—distrito de Faro* (1915); *O Terremoto do 1.º de Novembro de 1755 em Portugal e um estudo demografico—dos distritos de Faro, Beja e Evora* (1919).

Faleceu em Lisboa a 25 de Setembro de 1931.

Pereiro (*Pyrus Marus subesp. hortensis*). *Rosacea-Pomoidea* europeia, de ordinario arbustiva, muito cultivada na Madeira. A macieira é uma das muitas variedades hortenses desta especie, distinguindo-se facilmente do pereiro pelos seus pomos achatados e providos duma massa mais fina e de sabor mais agradável. As melhores maçãs vêm da Camacha, de Santo Antonio da Serra e doutras localidades altamente situadas da ilha, ao passo que os peros se encontram por tôda a parte, sendo alguns deles bastante saborosos depois de maduros. O pêro-vime, o pêro-estopa, o pêro-doce, a maçã-barral, a maçã-reineta, a maçã-cara-de-cama e a maçã-pino-de-ouro, são as variedades mais conhecidas na Madeira.

Outrora preparava-se com o sumo ou mosto dos peros ou das maçãs muito vinho que era vendido aos consumidores como vinho de uvas; hoje é proibida a vinificação desses frutos, mas pode fabricar-se com êles a cidra, bebida agradável e de que se faz largo consumo em muitos países.

Peres (*Damião*). Nasceu em Lisboa a 8 de Julho de 1889. Foi durante alguns anos professor e reitor do liceu do Funchal e é actualmente lente da Faculdade de Letras do Porto. Além dos trabalhos que publicou sobre D. Joao I e Portugal e o Schisma, deu á luz da publicidade no Funchal, em 1914, um opusculo intitulado *A Madeira sob os donatarios*, que interessa bastante á historia deste arquipélago no periodo decorrido até o começo do dominio filipino nesta ilha (Vid. II-100).

É autor de importantes estudos históricos entre os quais sobressai a sua *Historia de Portugal*.

Perestrelo. É um apelido de família muito antigo entre nós, pois que procede de Bartolomeu Perestrelo, o primeiro donatário e povoador do Porto Santo. Este era filho de Filipone ou Felipe Perestrelo, que os nobiliários dão como vindo para Portugal nos fins do século XIV, sendo natural de Placencia, na Lombardia, e filho de Gabriel Perestrelo, fidalgo de linhagem, cujos privilégios foram reconhecidos no nosso país. É assim descrito o escudo desta família: «escudo partido em pala; na primeira, em campo de ouro, um leão de púrpura armado de vermelho; na segunda, em campo de prata, uma banda azul, carregada de três estrelas de oito pontas entre seis tosas de vermelho de três em três em pala; timbre o leão do escudo, com uma estrela na espadua».

Perestrelo (Bartolomeu). É o conhecido primeiro donatário e povoador da ilha do Porto Santo. Têm alguns autores cometido o erro de considerarem Bartolomeu Perestrelo como navegador e até como descobridor daquela ilha, sendo talvez levados a isso pela circunstância de haver sido o seu primeiro capitão-donatário, cargo este que às vezes andava anexo ao facto da descoberta.

Era fidalgo da casa do infante D. João, irmão de D. Henrique, quando este o investiu na donataria do Porto Santo e encarregou do povoamento e colonização desta ilha.

A carta do infante D. Henrique fazendo a doação da ilha do Porto Santo é de 1 de Novembro de 1446, isto é aproximadamente vinte anos depois de começar a colonização do arquipélago. Devemos supor que Perestrelo se tivesse estabelecido no Porto Santo com todos os privilégios e regalias concedidos aos donatários, e que a mesma carta fôsse apenas a confirmação leal e autêntica desses privilégios. O mesmo devemos acreditar relativamente às outras duas capitânias da Madeira. Na carta de doação, diz o infante D. Henrique «Eu dou carreguo a Bertholomeu perestrello, fidalgo de minha casa da minha ylha de porto santo para que elle dito Bertholomeu perestrello ha mantenha por mim em Justiça & direyto & morrendo elle a mim praz que seu filho primeyro ou algum se tal for tenha este carreguo pela guisa suso dita y asy de decemdente em decemdente por linha dereyta... tenha. . . jurisdiçom. . . do ciuell & crime resalbando morte ou talhamento de membro. . . ». Nesta carta se faz menção de diversos direitos, regalias e isenções concedidos ao primeiro donatário, incluindo a arrecadação de varias contribuições e impostos. A capitania do Porto Santo esteve na posse e superintendencia dos descendentes de Bartolomeu Perestrelo até o tempo em que o domínio filipino, com a nomeação dos governadores gerais, reduziu os donatários do arquipélago a uma situação muito subalterna e quasi meramente honorifica, continuando, porém, a cobrar importantes rendas pelos primitivos privilégios que lhes tinham sido concedidos. Quando Portugal

caíu sob o jugo castelhano, era Diogo Perestrelo Bisforte o 6.º capitão donatario da ilha do Porto Santo.

A capitania do Porto Santo nunca chegou a atingir um grau elevado de prosperidade. A exiguidade do meio, o abandono a que foi votada pela metropole desde os tempos primitivos da colonização, os frequentes assaltos dos piratas, a má administração de alguns donatarios e governadores, a enfatuada prosápia de muitos dos seus habitantes, que desdenhavam o trabalho por serem descendentes de antigos fidalgos, a indolencia dos seus moradores, determinada pelas condições climáticas e ainda por outras causas, tudo isso concorreu notavelmente para o pequeno desenvolvimento desta donataria.

No seu opusculo A Mulher de Colombo, ocupa-se o escritor Antonio Maria de Freitas (Nicolau Florentino) com alguma largueza do primeiro capitão-donatario do Porto Santo, e desse escrito vamos transcrever alguns periodos, que julgamos em extremo interessantes.

«O desengano que o moço Bartholomeu recebeu, visitando os seus futuros dominios, foi o mesmo em que caíram muitos outros, tanto nas ilhas como no continente, afferindo a largueza da munificencia régia apenas pela decantada extensão do territorio, pelas noticias imaginosas da sua fertilidade e pelo nome pomposo do senhorio. Só conheciam o valor do que haviam impetrado, quando os encargos, a que se comprometteram, ascendendo a verba muito superior ao rendimento local, obrigavam-nos a declinar a exploração por parcelas o troco de rendas insignificantes, ou a relaxal-as ao abandono, de que ainda recentemente se encontravam copiosos vestigios por muitos pontos do paiz..

«Levado pela suggestão das apregoadas bondades da ilha descoberta, Bartholomeu não soube o que pediu, talvez ao contrario de Zarco e de Tristão, cuja segunda viagem mais racionalmente se explica pelo proposito de proseguirem na empreza começada, depois de deitar os colonos em Porto Santo, ou pelo menos, sondarem e reconhecerem aquellas paragens do Atlantico, do que de se enterrarem n'uma ilha, cuja área e condições geologicas, embora apreciadas de relance, não os deveriam ter seduzido...

«Bartholomeu não tardou a conhecer, que a imaginação o traíra e que déra excessivas largas á sua credulidade. O confronto de Porto Santo e da nova ilha encontrada por Zarco e Tristão, incomparavelmente Superior á primeira, pelo seu aspecto attrahente e pela promettedora valentia da vegetação, acabou de o desanimar.

«Voltou pois ao reino, mais provavelmente depois do encontro da Madeira. A causa d'esta retirada e simultaneamente da partida

dos dois outros companheiros para a segunda ilha, é attribuida a uma praga damninha de coelhos, que se desenvolveu na ilha, por n'ella soltarem uma coelha com crias, havidas durante a viagem. No anno seguinte, se é que mediou um anno entre a ida e a volta de Bartholomeu, já matarom muy muytos, nom fasendo porem mingua para os estragos, que esmoreciam os colonos, inutilisando-lhes os trabalhos agricolas.

Este extraordinario poder de procreação, diante do qual a zoologia se curva impotente para explical-o, a nós, profano na sciencia, não nos causa maior assombro. Os nossos antepassados tinham uma ingenuidade de crêr, sem vêr nem discutir, o que, sob o ponto de vista da hygiene espiritual, é simplesmente para causar inveja n'estes tempos atribulados de malicia e de suspeição...

«Porto Santo, com a visinhança da Madeira que começou a prosperar a olhos vistos, tornou-se mais attrahente e acompanhado, encontrando á mão muitos recursos, que as suas ingratas condições locaes não proporcionavam desde logo. Nem mesmo pelo decorrer do tempo as transformações e correctivos, por que passaram os dominios de Bartholomeu, graças a um insano trabalho, que o fez baquear bem cedo, e a sacrificios pecuniarios pouco mais do que inuteis, nunca a ilha se extremou por uma linha de autonomia, economica e ethnographica, que provasse os seus sufficientes progressos materiaes e moraes; quanto mais nos primeiros annos da sua colonisação...

«Por um dos documentos, sobre que estamos a trabalhar, conclue-se que D. Margarida Martins, mulher de Perestrello, pouco viveu alem de 1431. O ultimo vestigio, que possuimos, da vida desta senhora é uma carta de D. João I, de 8 de Junho d'esse anno, dando a ella e a seu marido umas casas de foro na Rua Nova, junto á Porta da Herva.

«Deste casamento não houve filhos, que nos conste, passando Bartholomeu a segundas nupcias com D. Brites Furtado de Mendonça, da bem conhecida familia d'este apelido, que tambem occupa um lugar distincto na historia do archipelago.

«Do segundo matrimonio conhecem-se tres filhas, todas casadas com homens importantes. A primeira D. Catharina Furtado de Mendonça, foi mulher de Mem Rodrigues de Vasconcellos, commendador do Seixo; a segunda, D. Fillipa de Mendonça Furtado, desposou-se com João Teixeira, filho terceiro de Tristão Vaz, primeiro capitão donatario da jurisdição de Machico; a terceira, D. Izeu Perestrello, ligou os seus destinos a Pedro Correa da Cunha, capitão donatario da Ilha Graciosa. «Enviuvando segunda vez, Bartholomeu Perestrello, que ainda estava um homem relativamente novo, passou a terceiras nupcias com D. Isabel Moniz, filha de Vasco Martins Moniz, que a esse tempo vivia em Machico, com toda a sua grande casa, como se viu quando tratámos dos Monizes.

«Esta nova aliança, a mais distincta e directamente vinculada ao nosso fito historico, revela de certa fórma a importancia moral de Bartholomeu e a confiança que inspiravam a seriedade do seu trato e o seu amor ao trabalho. Só quem conhece particularmente pela velha papelada a fidalguia orgulhosa dos Monizes, disputada em alianças pelas melhores casas da Madeira e do continente, é que póde avaliar a segurança convicta com que traçámos esta nota biographica. . .

«Para nobilitar Bartholomeu Perestrello, inventou-se que elle veio de Hespanha para Portugal em 1428 com a mulher de D. Duarte e logo abaixo que elle foi companheiro de Zargo e de Tristão no descobrimento de Porto Santo em 1418 (!), quando o que ha de mais seguro a respeito da sua nobreza é a justificação feita por seu pae Filiippone Palestrello em 1399. Para glorifical-o como homem do mar chega-se até a phantasiar manuscriptos que deixou e conselhos que deu a seu genro Christovão Colombo, estando provado que elle nunca conheceu o homem com quem havia de casar a sua filhinha Filippa que ficou orphã de pae aos 5 annos de idade...

«Ao donatario de Porto Santo não pertence empunhar a palma de haver descoberto a sua ilha; mas assenta-lhe legitimamente na cabeça o resplendor de martyr do trabalho, uma das consagrações sociaes mais valiosas de todos os tempos.

«A morte veio colhê-lo no seu posto, por volta de 1457, tendo elle pouco mais de 50 annos de idade e deixando a familia em precarias condições economicas, pois que a sua capitania absorvera-lhe tudo desde os dotes de suas mulheres e beneficios, que por diversas vias alcançou, á propria saude, sem que a tanto capital ali enterrado correspondesse um rendimento soffrivel para a manutenção da viuva e de seus dois filhos Bartholomeu e Filippa, orphãos de pae ainda em bem tenra idade.

Falleceu Bartholomeu Perestrello na villa da Baleira, da ilha do Porto Santo, e pelo que se apura de elementos mais fidedignos parece que ficou sepultado na igreja parochial de Nossa Senhora da Piedade.»

Para maior complemento deste artigo, leia-se o que no 1.º vol. desta obra, a pag. 117 e seguintes se encontra com respeito á vila Baleira e Município do Porto Santo.

Perestrello (*Bartholomeu*) Teve, como seu pai, este nome, o segundo donatario do Porto Santo. Casou com Guiomar Teixeira, filha de Tristão Vaz primeiro donatario de Machico.

V. *Donatários.*

Perestrelo (*Bartolomeu*). Era filho do precedente e foi terceiro donatario do Porto Santo. Casou com Aldonça Delgado filha de Garcia Rodrigues da Camara, a qual ele matou para se consorciar com D. Solanda, irmã de Tristão Teixeira das Damas.

Por causa deste crime esteve homiziado, mas por fim «alcançou perdão das partes e se foi livrar ao Reyno.»
Faleceu no Algarve, na idade de 60 anos.

Um filho deste Bartolomeu Perestrelo, de nome Garcia Perestrelo, também matou a mulher sendo por este motivo degolado.

V. *Donatarios.*

Pérolas. Na Madeira têm sido achadas pequenas pérolas na *Haliotis tuberculata*. Em 1909, foi encontrada uma perola cinzenta do tamanho de uma ervilha, na concha de leque (*Pina rudis*).

Perreymond (*Charles*). Literato francês falecido no Funchal a 4 de Junho de 1854. Tinha em preparação um livro sobre a Madeira que a morte lhe não permitiu concluir.

Perrixil (*Crithmum maritimum*). *Umbelifera glauca* e com as fôlhas carnudas e 2-3-penatisectas abundante na costa norte da Madeira; também tem sido encontrada na Ponta de S. Lourenço, entre o Gorgulho e a Praia Formosa e na ilha do Porto Santo. Come-se em salada, mas é pouco usada no arquipélago.

Perry. Segundo diz o dr. Azevedo a pag. 529 das Saudades, o apelido de familia Perry procede do inglês Perry, que era mercador no Funchal, em 1650.

Pesca. No artigo *Industria Piscatória* (II-151 e ss.) dedicámos já a este assunto algumas paginas desta obra e para elas remetemos o leitor, chamando também a atenção para os pequenos artigos em que se faz a descrição dos diversos aparelhos empregados nesta industria. Queremos, porém, como uma bela e autorizada síntese desta interessante materia, deixar aqui registado um primoroso artigo do distinto naturalista Adolfo Cesar de Noronha, publicado no *Diario de Noticias* de 1 de Julho de 1932.

«o arquipélago da Madeira, como grupo de ilhas essencialmente oceanicas—formadas pela acção ingente dos vulcões submarinos – não apresenta na periferia dos seus componentes as extensas e planas sapatas submersas que de ordinario se observam ao redor dos continentes.

O solo submarino imediato é bastante atormentado no relevo e para alem da sonda das 100 braças, que na ilha principal ora apenas dista meia milha da costa, como se observa a-la-mar da Ponta do Garajau, ora se afasta quando muito 3 ou 4 milhas, como se verifica ao largo do Porto da Cruz e Ponta do Pargo o fundo caminha rapido para os pélagos de 2000 braças e mais que se escancaram entre as Canarias e a Madeira, ou entre esta e o continente de Portugal.

Com águas profundas e solo marinho escabroso, o pescador destas ilhas tem de preferir os aparelhos flutuantes de anzol, usando mais raramente os que exigem o contacto com o fundo do oceano.

Assim, os arrastões a vapor, esses modernos aparelhos de pesca intensiva que á metropole fornecem grande massa de alimento piscatorio, estão, pela natureza e altura dos fundos, excluídos destas acidentadas regiões insulares.

A maneira dos oceanógrafos, também este pescador rude e embrutecido pelo alcool traçou no mar diferentes zonas batimétricas para seu uso, numa convenção baseada nos factos observados, que se não afasta, antes coincide com o que a ciencia há já estabelecido. É um fenómeno interessante do mundo mental popular que bem merece incluir-se no estudo da Sabedoria-do-Povo.

O limite natural da plataforma insular, definida pelos hidrografos a cerca de 100 braças é conhecido dos pescadores pela designação de bairil ou bairilho, talvez transformação de beiril, que por sua vez parece derivar de beira. Também lhe chamam alguns o sarrilho do baixo, ou simplesmente o baixo.

Para além desta beira, dizem eles que o mar abica, querendo exprimir que o fundo descai mais rapidamente, e dando ao termo um significado muito madeirense, pois abicar, entre o povo, corresponde a arremessar de alto, cair repentinamente.

Já na profundeza, e para além da aba do bairil, é de uso distinguirem tres zonas: alto, a altura e o altio.

Em conjunto estas zonas correspondem á parte superior da região abissal dos oceanógrafos que alguns demarcam a partir das 200 braças, avaliando-se aqui as alturas em linhas – a unidade batimétrica do pescador, correspondente a 23 braças pouco mais ou menos.

O alto pode ser definido desde cerca de 10 linhas ou 230 braças até á fundura de 15 linhas pouco mais ou menos. A altura desde esta sonda até umas 25 linhas ou 650 braças, profundidade maxima a que o aparelho é levado a tocar o fundo. Finalmente, o altio é a região que daí se estende indefinidamente, mar fóra, aquela a que também chamam o golfo e em que a linha de pesca atinge muitas vezes a profundidade de 850 braças e mesmo mais, ficando, contudo, normalmente sempre distante do fundo.

«Na meseta submarina, bem assim a-la-mar da orla, já no grande pendor, pescam-se até aí por 200 braças, as especies geralmente chamadas costeiras, que, ou são sedentarias e neste caso constituem grande parte do chamado peixe bom; ou são nómadas, deslocando-se da costa para o alto mar, viajando por toda a parte sem profundarem muito, e merecendo por isso o nome de costeiras-pelagicas. Estas, por seu turno, umas vezes são simplesmente erraticas; outras vezes de arribação, viajantes de longo curso um tanto incertos na passagem, como os atuns, que vêm não se sabe donde e vão não se sabe para onde.

Na zona mais profunda são finalmente colhidas as especies abissais, algumas delas de largo rendimento, como o peixe espada preto, e que não sendo de arribação, fornecem aos mercados um produto certo com que o consumidor pode contar em todo o ano.

Se exceptuarmos o grupo dos esqualos – ou tubarões no sentido mais lato do termo– quasi sempre especies da mais inferior qualidade que colocamos na terceira categoria, pode dizer-se que o peixe de sabor mais delicado é, na generalidade, constituído pelos habitantes sedentarios da zona costeira e abissal, ao passo que o de segunda qualidade é representado quasi sempre pelas especies acentuadamente nómadas, de mais ou menos largos deslocamentos.

A familia mais numerosa em especies e uma das mais numerosas em individuos é a da cavala e atum, sendo também a mais importante pelo valor economico, embora não entre na primeira categoria quanto ao sabor. Caracteristicamente viajante, este grupo, representado por 15 especies comestiveis, a maior das quais é o atum rabilho, atravessa indiferentemente as zonas pelágica e costeira, conforme o impelem as necessidades biologicas de ocasião determinadas pelas correntes, temperatura, plancton, etc..

Segue-se em rendimento a familia dos triquiurideos, com o peixe espada branco, muito accidental nas suas passagens, e o abundante espada preto, notavel e fiel amigo dos pobres, amigo de todo o ano, arrancado á grande profundidade, mas esta familia só é

representada por cinco espécies de valor comercial, pois todas as outras nela incluídas, sendo raras e abissais, quasi só possuem interesse científico.

Mais numerosa do que esta em espécies é a estimada família do pargo, grupo sedentário que nestes mares conta onze membros seguindo-se-lhe a da garoupa, toda ela apreciada e também sedentaria, que contém seis, dos quais dois, o cherne e o robaldo – não confundir este com o robalo do continente – podem ser considerados abissais.

Com umas seis espécies, todas elas viageiras adentro das cercanias, e de certa importância económica, aparece a família do chicharro, menos apreciada: e, com quatro cada uma, apresenta-se a do requême – que não é o requeime, mas sim um dos cantarilhos dos pescadores de Portugal – e a pescada, espécie muito rara nas águas madeirenses, sendo estas duas famílias consideradas como das mais finas pelo consenso geral dos consumidores.

A do alfonsim – ou imperador do continente saborosa família da zona profunda, conta apenas três espécies e é nela que se inclui o mais delicado peixe do mercado de Lisboa e mais gostoso de quantos conhecemos, o quasi desprezado olho-de-vidro que por ironia da sorte, até um nome obscuro recebeu das desbocadas varinas da Ribeira Nova!

Este bericídio, tal é o seu nome de família, não é de todo estranho aos mares da Madeira, mas a sua grande raridade relega-o para o campo dos valores científicos que a ictiologia se preza de haver frequentemente rebuscado nesta zona profunda do Atlântico.

Outras famílias de peixes ósseos tem representação nestes mares, mas por serem de menor importância abstermo-nos de lhes fazer referência especial.

Os esqualos, ou tubarões, representam certo valor. Por serem peixe de somenos qualidade, consomem-no na maior parte as classes pobres, depois de salgado e seco ao sol, sendo enviado em grande quantidade para o norte da Madeira, onde é comprado como substituto do bacalhau.

Os fígados de quasi todos os peixes deste grupo – por isso chamados peixes de azeite – produzem óleo, usado sobretudo para alumiar a própria pesca; e a pele de um deles, a da gata – que se não deve confundir, com a gata de Portugal, antes é idêntica ao que ali chamam carochão – é utilizada por marceneiros e carpinteiros na lixagem de madeiras, tal qual fazem no continente.

Entre os mariscos avultam as lapas, colhidas principalmente nas ilhas Desertas pelos pescadores da aldeia do Caniçal; e de vez em quando aparece no mercado um certo caramujo e um determinado caranguejo—crustaceo cosmopolita, de quasi todos os mares, mas que parece não habitar as costas de Portugal. Também se vende a lagosta e o lagostim, que não são identicos aos seus homónimos do continente português.

A estes invertebrados comestiveis ha que juntar alguns moluscos sem a casca, como o pôlvo, o chôco, a lula e a pêta, esta ultima propria do verão e outono e disputada pelos pescadores a alto preço quando já escasseia pelo fim da estação, por isso que é de todas as iscas a preferida naquela época para a captura do rendoso espada preto.

E, para fecharmos esta rapida enumeração, mencionaremos dois animais de ordem superior – duas especies de tartaruga, uma das quais é comestivel, mas não constitue pesca organizada, sendo simplesmente apanhada ao acaso».

«A aparelhagem da pesca não é das mais variadas, predominando aqui o aparelho de anzol, como o pedem as condições fisicas do meio.

Numa sucinta classificação distribuiremos estes aparelhos em três grupos:

De anzol, de rede e covos ou nassas.

Os primeiros, ou tem haste e linha, ou são simplesmente formados de linhas.

Entre os de haste e linha ha-os com um só anzol, como o salto do atum, a vara do gaiado e a cana de pescar; ou com maior ou menor numero de anzois, e esses são a briqueira e a cherriola.

Entre os aparelhos de anzol, feitos sómente de linhas, há também que distinguir os que são providos de um só anzol, assim a agulheira e a linha do atum; e os que apresentam muitos anzois e neste caso estão a gorazeira, o espinhel e o aparelho das espadas.

Os de rede reduzem-se a algumas redes de arrastar—tipo de xávega—que de vez em quando funcionam na grande praia da ilha do Porto Santo e em três ou quatro recantos espriados da costa sul da Madeira, e ainda algumas redes de atravessar, no geral sem tresmalho, havendo no entanto um sensivel numero de redes-de-fole, aparelhos em forma de funil, usados na pesca ao lume da agua, de determinadas especies de pequena dimensão. Ao lado destes há também o peneiro.

Na categoria dos covos existem três tipos, diferentes na forma e no material de construção, que podem ser a cana fendida, a ripa de pinho o junco ou o vime.

Pouco ha evolucionado a industria da pesca desde o ultimo inquerito oficial a que se procedeu na Madeira ha 42 anos.

Como facto de maior vulto, embora efémero, convém registar o lançamento de uma armação de atum na grande baía da ilha do Porto Santo.

Experiencia tentada pelo industrial J. A. Judice Fialho durante três anos consecutivos, desde 1910 a 1912, e estabelecida em conexão com uma fabrica de conserva na ilha da Madeira, teria trazido avultados beneficios à industria pesqueira, se ao mar do arquipélago se pudessem adaptar aparelhos daquela natureza.

A fabrica, inaugurada em 1909, ficou. A armação, porém, teve de voltar ao Algarve, donde viéra á custa de grande dispendio.

Nos ultimos vinte e cinco anos, um humilde utensilio, consistindo numa lampada a petroleo ou a oleo de peixe, com poder iluminante muito superior ao das antigas lanternas, veio modificar os usos estabelecidos, com notavel vantagem para a indústria.

O atum que á Madeira arriba no verão, especialmente o atum albacora, (que não é a albacora dos algarvios) é agora, mercê daquela lampada, colhido á linha durante a noite pelos pescadores do altio, enquanto se ocupam da pesca do peixe-espada.

Ao mesmo tempo, a pesca da ruama – assim chamam ao conjunto da cavala e chicharro quando reunidos em cardume ou ruma – que dantes so era feita nas aguas litorais com a rede-fole e a velha lanterna, fazem-na agora alguns pescadores, no alto mar, á flôr da agua como sempre, mas na região do espada preta e mesmo para além. Deslocam-se para longe porque a colheita é por vezes compensadora, graças ao uso do moderno candeiro de luz forte, embora muito primitivo no aspectto.

É afinal uma autêntica pesca ao candeio, em que o arpão é substituido por uma linha ou uma rêde.

A produção da pesca do espada tem-se intensificado nestes ultimos anos, e para tal aumento, no verão, contribue indirectamente este candeio que, sobretudo pelas noites sem luar, atrai a pêta—a isca preferida—á superficie do oceano.

Dias ha em que só ao mercado do Funchal afluem dois a três mil espadas, e não há muito esse número excedeu quatro mil, o que equivale a um peso de 7 a 8 toneladas.

Nas embarcações usadas, bem pequenas quasi sempre, ha, tambem, que registar um pequeno progresso.

Introduziu-se nalguns barcos o motor a gasolina, mas essas embarcações são na maior parte, como todas as de vela, de boca aberta, isto é, sem cobertura corrida, apenas com uma pequena tolda a vante e outra a ré a que chamam leitos. Com tais barcos, se os naufragios não são mais frequentes é que os mares desta zona são bem mansos e os tufões deveras raros!

«No momento em que escrevemos abarrotam mercados com atum patudo e funciona a conservaria.

É a época da passagem desta especie, em larga escala, quando as correntes e o plancton a trazem às imediações do arquipélago.

Se este atum, á mistura com o atum voador arriba numeroso às águas da Madeira, desde a primavera ao inicio do verão, bem vai o ano para o pescador, que tira desta arribada o melhor dos seus proventos.

Mas ai deles se passam as bichas – as bôcas-de-panela – esse inimigo fidalgal dos atuns que os fere, mata, destroça e põe em debandada, quando não lhes faz apertado cerco!

Chegaram as bôcas-de-panela! É o brado de desolação que muitas vezes temos ouvido ao pescador cansado, desiludido e faminto ao varar na praia o pequeno barco ao fim de um dia de canseiras, quando não de tremendos perigos!

Entao, vê ele todas as esperanças cairem por terra, sobretudo se o tigre do oceano, em vez de limitar-se a atravessar estes mares, persiste no ataque ao atum que passa, como se tem observado em certos anos.

E neste caso é a miséria em inumeros lares de Machico e Paul do Mar, para não falar dos portos de pesca de menor importancia, nem tão pouco de Camara de Lobos, que esse a mais importante de todos, quando lhe falta o atum, vai á grande profundidade buscar compensação, dedicando-se áquela sua especialidade de todo o ano, que é o peixe espada preto.

O boca-de-panela ainda não foi identificado. Tudo leva a crêr, porém, que se trata não de um peixe, mas de um mamifero—o

famoso e o feroz cetáceo que infelizmente o pescador do Algarve bem conhece pelo nome de roaz de bandeira.

Afigura-se-nos que um dos meios de dar caça e afugentar tão nocivo animal seria o emprego de armas de fogo e explosivos. Só o Estado, porém, e nenhuma outra entidade, se poderia encarregar da tarefa, dispondo as coisas do modo mais eficiente e menos dispendioso. E esta protecção deve-a o Estado ao pobre pescador, não no interesse proprio e imediato, mas tambem no de toda a comunidade.

De modo geral podemos dizer que, graças à pesca mais intensiva e a certo aperfeiçoamento nos processos, a produção tem aumentado nestes ultimos anos.

É de notar, porém, que algumas especies litorais dia a dia se tornam mais raras, tendendo para o desaparecimento.

Á bomba explosiva e á abusiva e criminosa redução da malha de certas redes e peneiros se deve este mal, que, se não atinge o peixe de arribação nem o da grande profundez, largamente incide nas especies nativas da baixura.

Remediar esse mal é tarefa quasi impossivel. A lei tudo previu, mas a sua applicação é impraticavel.

O pescador furtivo lançador de explosivos, expõe-se a uma auto-condenação, arriscando-se a perder a vida, ou pelo menos um olho, os braços, as mãos, como tantas vezes tem sucedido!»

No ano de 1937 foram criadas as «Casas dos Pescadores», que tão relevantes serviços vêm prestando á classe piscatoria, tendo o decreto de 20 de Agosto do mesmo ano estabelecido as bases do seu funcionamento. Não se fêz esperar muito a fundação de uma dessas «Casas» na Madeira, devido ás diligencias do então capitão do Porto do Funchal Artur Barbosa Carmona, a qual começou a funcionar no ano de 1939, tendo postos de socorros nos mais importantes centros piscatorios. Em Machico foi adquirida uma casa propria para esse fim, cuja inauguração solene se fez a 17 de Julho de 1943. As «Casas dos Pescadores» prestam socorros de assistencia medica, subsidios aos inválidos e suas familias, manutenção de escola, abrigo para asilados etc., conforme as circunstancias o forem permitindo.

Na freguesia do Paul do Mar, como já ficou referido, fêz a Junta Geral do Distrito construir dez blocos com cinquenta casas de habitação destinadas aos membros mais pobres desta classe.

É bastante importante a industria da pesca exercida na Madeira, havendo desembarcado, nos quinze portos em que existe fiscalização alfandegaria, 2725 contos de réis de diversas especies de peixe no ano de 1941, 3614 contos em 1942 e 4800 contos em 1943, sendo a maior abundancia nos portos do Funchal, Camara de Lobos e Machico.

Vid. Portos de Pesca.

Pescada (*Merluccius merluccius*). Peixe gadida que aparece pouco no mercado do Funchal. É de sabor delicado e colhido á gorazeira ou á cherriola, desde 200 a 400 braças.

Pescadores (*Casa dos*). Vid. Pesca.

Peso. Medida que serve para determinar o pêso das cebolas. O pêso corresponde a 52 quilogramas, no Funchal, e a 50 quilogramas, no Caniço.

Pessegueiro (*Prunus Persica*). Arvore da familia das Rosaceas, subfamilia das Prunoideas, bastante cultivada na Madeira. É originaria da China e do Afeganistão, e produz frutos saborosissimos, glabros ou revestidos de pubescencia. Os primeiros caracterizam a variedade laevis, e são conhecidos pelo nome de pessegos calvos, podendo ter os caroços facilmente separaveis do sarcocarpo (pessegos calvos molares) ou fortemente aderentes ao sarcocarpo. Nos pessegos revestidos de pubescencia, os caroços são também, ora muito, ora pouco aderentes ao sarcocarpo, recebendo os primeiros o nome de pessegos burros ou durazios, e os segundos o de pessegos molares. O pericarpo destes frutos pode ser amarelo ou branco. Os melhores pessegos da Madeira são produzidos em Santana, na Calheta, no Arco da Calheta e na Fajã da Ovelha; os produzidos no Funchal são em geral de má qualidade e muitos atacados pelas larvas de varios Dípteros. Os pessegos amadurecem desde Julho até Setembro.

Pessegueiro Inglês (*Lippia citriodora*). Arbusto do Chili, muito frequente nos jardins do Funchal e que também é conhecido pelo nome de verbena. Pertence á familia das Verbenaceas e tem fôlhas lanceoladas, asperas e muito aromaticas. A infusão destas fôlhas goza de propriedades diüreticas.

Pestana (*Dr. Eduardo Antonino*). Nasceu em Camara de Lôbos a 8 de Setembro de 1892 e formou-se em letras em 1918 e em direito em 1920, na Universidade de Lisboa, tendo também o curso da Escola Normal Superior, que concluiu em 1919. Foi professor no liceu de Pedro Nunes, em Lisboa, e há tempos que reside no Funchal, onde exerce a advocacia e é professor no liceu de Jaime Moniz. Enquanto esteve em Portugal colaborou na revista *Voz da Juventude*, onde escreveu uma série de trinta artigos sobre sincretismo, no *Economista Português*, na *Ordem*, etc., e depois de regressar ao Funchal tem publicado muitos artigos no *Diário de Notícias* e no *Comércio da Madeira*. E: *A Igreja católica e os operários*, conferência feita no «Círculo Católico dos Operários», em Lisboa; *Sciência da Linguagem*, conferência feita na «Academia de Estudos Livres» em Lisboa; e *O Estudo do Latim*, tese apresentada na Escola Normal Superior. Prepara um estudo sobre o folclore madeirense (1921).

Pestana (*Joaquim*). Nasceu na freguesia de Camara de Lôbos a 24 de Dezembro de 1840 e foi um distinto poeta, estando os seus versos disseminados por alguns periódicos do Funchal e da cidade de Ponta Delgada, e pelos anuários *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro*, *Almanach das Senhoras*, *Almanach Madeirense* e *Almanach de Lembranças Madeirense*. Deixou manuscrito um livro intitulado *Espinhos e Flores*, onde se diz que estão reunidas muitas das suas poesias publicadas em vários almanaques e jornais.

Faleceu na freguesia de Camara de Lôbos a 6 de Fevereiro de 1909, tendo o *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro*, de que ele fôra o colaborador durante 38 anos, publicado o retrato do desditoso lírico madeirense, assim como uma pequena notícia a seu respeito.

Pestana (*Luis da Camara*). V. *Camara Pestana (Luis da)*.

Pestana Junior (*João*). Era filho de João Pestana e nasceu na freguesia da Ponta do Pargo nos últimos anos do século passado. Cursava a faculdade de direito da Universidade de Coimbra, quando a morte prematuramente o surpreendeu a 21 de Outubro de 1918. Colaborou nalguns jornais desta cidade e nomeadamente no *Diário da Madeira*. Os seus primeiros versos eram reveladores duma auspiciosa e decidida vocação para o cultivo da poesia. Publicou em Coimbra um volume de versos intitulado *Nevoas de Lágrimas*.

Pestana Junior (*Dr. Manuel Gregório*) Nasceu na ilha do Porto Santo a 16 de Agosto de 1886 e é filho de Manuel Gregório

Pestana e de D. Carolina dos Ramos Pestana. É bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra e exerce a advocacia nas comarcas desta ilha. Tem exercido entre nós varias comissões de serviço público. Representou a Madeira nas primeiras constituintes que funcionaram de 1911 a 1915 e na sessão legislativa de 1915 a 1917. É vasta a sua colaboração em diversos jornais e publicou os folhetos *O Problema Sacarino* e *Reconhecimento do Arquipelago da Madeira* (1921).

Foi ministro das Finanças e em 1928 publicou o interessante e erudito estudo historico intitulado D. Cristobal Colom ou Symam Palha.

Pestana dos Reis (*Manuel*). Nasceu na Madeira a 1 de Abril de 1894 e é bacharel formado em direito pela Universidade de Lisboa, tendo começado porém os seus estudos jurídicos na Universidade de Coimbra. Frequentou o seminario do Funchal antes de se matricular na faculdade de direito. Como estudante, cultivou com amor a poesia, publicando em 1913 um auspicioso volume de versos intitulado *Canções de Tristes*. Neste se faz referencia á proxima aparição dos volumes *A avosinha* e *Canções da Ilha*, que nos parece não terem sido publicados. Tem tido larga colaboração em varios jornais de Coimbra e do Funchal (1921).

Peste. O flagelo da peste que em antigos tempos repetidas vezes salteava Portugal, também se fêz sentir com grande intensidade na Madeira no primeiro e no segundo quartel do século XVI. Frutuoso, o historiador das ilhas, refere-se a êle nos termos seguintes:

«No ano de 1521, quando El-Rey D. Manuel faleceu, havia no Funchal grande mortandade de peste, de que Deus nos livre; e porque bavia annos que ella andava na cidade, o Capitão Simão Gonçalves e a Camara elegeram por sortes por Padroeiro da mesma cidade ao Apostolo Santiago Menor, ao cabo da qual lhe fizeram uma boa casa, onde foram em procissão. E porque, sem embargo disso a peste não cessava, no anno do Senhor de 1538 inspirou Deus em todos, como em hum coração a vontade, que não houvesse Guardas Mores, nem Menores, e na mesma procissão que se fez por seu dia o primeiro de Mayo, lançaram pregão que todos os feridos deste mal, e os sãos fossem juntamente misturados a sua casa, onde lhe offereceram no altar as varas dos Guardas, as quaes hoje ahí estão por memoria; e quando tornaram, vieram os feridos todos sãos; e daquelle dia até hoje pelos merecimentos do Bemaventurado Santiago, não houve mais peste na ilha da Madeira, bemdito seja o Senhor! Pelo que, se faz em lembrança desta mercê muita festa a este Santo por seu dia, como que fora Corpo de Deus.»

Do que diz Frutuoso a pag. 221 das Saudades da Terra, se vê que a peste que assolou a cidade do Funchal não atingiu a vila de Machico, visto que aí estiveram o bispo D. Ambrosio e dois visitantes até o dia de S. Tiago, no mês de Maio, em que «passado o perigo do mal contagioso, vieram os mesmos visitantes á cidade e executaram em toda a ilha seu officio, não com aquele mimo em que o bispado estava criado, antes com muito rigor e aspereza ...»

O bispo D. Ambrosio voltou a Portugal apenas cumpriu na Madeira a missão de que fôra encarregado; quanto aos dois visitantes foram menos felizes, pois que, tendo escapado á peste, vieram a morrer num naufragio na costa de Sines, quando também retiravam para o reino, depois de terem cometido na ilha as maiores violencias para desfazer «os calos que os vicios tinham feito nas almas dos delinquentes», como diz o dr. Gaspar Frutuoso.

Peste Bubónica. Já a pag. 404 do vol. II, no artigo Motins populares, nos referimos aos casos de peste bubonica que se manifestaram ao Funchal no mês de Novembro de 1905 e aos factos anormais que se lhes seguiram, motivados pela convicção em que estava o povo, não só de que aquella molestia não existia na ilha, mas de que os doentes internados no Lazareto eram assassinados pelo dr. Balbino do Rêgo e o pessoal enfermeiro, com o consentimento das autoridades locais. Ao que então dissemos, só temos a acrescentar agora que os exames bacteriologicos realizados em Lisboa confirmaram plenamente a afirmativa do dr. António Balbino do Rêgo acêrca da existencia da peste bubonica na Madeira, só havendo a estranhar o misterio em que se procurou envolver tudo quanto se passava dentro do Lazareto, o que deu ensejo a que corresse na cidade e fora dela as noticias disparatadas e fantasiosas a que no citado artigo fizemos referencia. Se se fornecessem esclarecimentos completos e precisos a tôdas as pessoas que procuravam informações sôbre o estado dos doentes internados no estabelecimento, é de supor que se não tivessem dado os acontecimentos do dia 7 de Janeiro de 1906, dos quais no entretanto, não resultaram para a saúde publica os prejuízos que muitos vaticinavam.

Disse-se que o povo matara a peste, e, de facto, depois do referido dia 7 de Janeiro nenhum caso novo daquela molestia foi registado no Funchal, apesar dos doentes terem andado nos braços dos seus libertadores e de aos seus domicilios terem acudido muitas dezenas de pessoas para os verem e lhes falarem.

Foi a politica regeneradora, no intuito de preparar o terreno para uma futura vitoria eleitoral, quem mais concorreu para fazer crer ao povo que se praticavam no Lazareto os mais nefandos crimes, mas o que se apurou depois dos acontecimentos a que nos

referimos, é que os doentes foram sempre ali bem tratados, tanto pelo director como pelo pessoal enfermeiro, queixando-se apenas do rigor dos isolamentos e do incomodo que lhes causavam os preceitos higienicos que eram forçados a cumprir.

V. Doenças, Motins populares e Rêgo (Dr. António Balbino do).

Peto (*Tetraptures belone*). Peixe que aparece muitas vezes no mercado e cuja carne, semelhante á do atum, é saborosa.

Phelps (*José*). Homem de negocio inglês, que veio para a Madeira nos fins do século XVIII. Estabeleceu á sua custa uma escola pelo sistema de Lancaster e concorreu bastante para a fundação da Associação Funchalense do Ensino Mutuo, da qual foi eleito tesoureiro. Retirou para Inglaterra nos principios do terceiro quartel do século XIX e aí faleceu depois de 1863. V. Escola Lancasteriana, Page e Phelps (Rua do).

Phelps (Rua do). Comunica a rua do Bettencourt com a do Carmo, hoje de Costa Ferreira, e foi aberta em 1856, a expensas do negociante inglês José Phelps, que teve residencia no grande predio onde estiveram acomodadas a casa comercial de Krohn Brothers & C.^a e depois a Junta Geral (1921).

Em 1788, havia na Madeira a casa comercial de Phelps & C.^a e em 1804 a de Phelps, Page & C.^a. Em Fevereiro de 1920, estiveram no Funchal três descendentes do ramo feminino da familia Phelps, e pela mesma época foi vendido a Sardinha & C.^a e a Joaquim José da Silva Vieira o predio que pertencera a José Phelps.

Piazzì Smyth (*C.*) E.: *Madeira Meteorologic*; Edinburgh, 1882, I vol..

Piccone (*A*)E.: *Crociera del «Corsaro» alle Isola Madera e Canarie del Capitano Enrico d'Albertis*; Génova, 1884.

Picken (*Andrew*). E.: *Madeira illustrated, with a description of the Island*; Londres 1842. Esta obra contém 9 magnificas

estampas, representando diversos pontos da ilha, e é precedida duma descrição feita por James Macaulay, em virtude de esclarecimentos fornecidos por Cirilo W. Page e José Phelps.

Pico (*Castelo de S. João do*). «o castello de S. João, do Pico, diz o Dr. Azevedo, é a noroeste da cidade do Funchal, sobranceiro a ella e ao porto, na eminencia do Pico dos Frias. Este ponto e o da Pena já eram indicados no regimento de D. Sebastião, como feichos das muralhas para defeza terrestre; mas a edificação filippina foi talvez talhada para defeza maritima também. Dois dos manuscriptos que possuímos da historia deste archipelago referem que o castelo do Pico fora principiado pelo governador-geral D. Francisco Henriques: ora este tomou posse do governo em 28 de Outubro de 1622 e falleceu em 23 de Julho de 1624; uma lapide que está na praça d'armas, commemora o governador-geral Luiz de Miranda Henriques Pinto como o edificador do resto da obra; e este, conforme aquelles manuscriptos, entrou no Governo em 6 de Junho de 1636, e deixou-o em outro igual dia de 1640; é portanto claro que o castelo de S. João, do Pico, foi construido entre 1622 e 1640».

No alto da porta exterior que fecha o terreno adjacente à fortaleza, lê-se a era 1632, e sabe-se que foi tenente da mesma fortaleza, por carta de 4 de Dezembro de 1655, o espanhol Benedicto Catalão, que por 30 anos pertencera ao presidio castelhana nesta ilha.

Dissemos a pag: 184 do 1.º vol. desta obra que a Camara Municipal não chegou a aproveitar-se da concessão da fortaleza do Pico, que obtivera do Governo pelo tempo de 10 anos, para a instalação provisoria da cadeia da comarca, mas o que deixámos de dizer é que muitos anos antes, em 1821, foram os presos transferidos para a mesma fortaleza, conservando-se aí até serem ultimadas as obras de adaptação a cadeia da parte inferior do edificio, hoje demolido, do largo da Sé, que pertenceu ao casal de D. Guiomar Madalena Acciaioly.

V. Paços do Concelho, Cadeia e Fortificações.

Pico (*Fortaleza do*). «A fortaleza do Pico, na ilha do Porto Santo, era, diz o dr. Azevedo nas notas ás *Saudades da Terra*, mais um refugio que uma praça». Gaspar Frutuoso tratando em 1590 do Pico do Castelo, não diz que nele houvesse castelo, mas que lhe davam este nome por ser de si mesmo «forte e defensavel.» As fortificações que ali existiram e estão hoje destruídas, foram levantadas durante o governo filipino «após a terrivel carnificina e pilhagem, diz o sr. A. A. Sarmiento, efectuadas pelos mouros em

1617».

Há trinta e tantos anos havia ainda no alto do pico restos das antigas fortificações e uma cisterna destinada a abastecer de água aqueles que aí se refugiavam por ocasião das investidas dos piratas. (1921).

A fortaleza do Pico do Castelo teve condestavel no tempo de Felipe II e em 1805 mandou o governador Manuel Inacio de Avelar Brotero buscar lá a telha que cobria ainda as edificações, para a aproveitar no consêrto do quartel da vila e da sua residencia.

Pico dos Barcelos. Como já ficou referido (I.127), é esta elevação montanhosa, situada na freguesia de Santo Antonio, lugar preferido de visita para os forasteiros, em virtude do surpreendente panorama que ali se desenrola sobre todo o anfiteatro do Funchal. Como padrão das festas centenarias comemorativas da Independencia e da Restauração de Portugal, fêz a sociedade «Juventude Antoniana» da referida paróquia, levantar neste local um interessante cruzeiro, que foi solenemente inaugurado no ano de 1941 e que se tornou mais um motivo de atracção à visita desse sitio, ligado ao centro da cidade por uma excelente e concorrida estrada.

Picos. Os mais notaveis ou conhecidos da ilha da Madeira são os seguintes:

	Metros
Pico das Aboboras.....	1.453
Pico do Arco de S. Jorge.....	837
Pico do Areeiro.....	1.796
Pico do Arrebentão, no Monte.....	1.171
Pico dos Bodes, na Beira do Curral.....	1.135
Pico dos Bodes, perto da Ribeira da Janela...	1.302
Pico do Canario.....	1.661
Pico do Cardo.....	438
Pico do Castanho.....	627
Pico do Cidrão.....	1.676

Pico da Cruz, em S. Martinho.....	263
Pico da Cruz, no concelho de Camara de Lôbos.....	936
Pico do Facho, em Machico.....	329
Pico das Favas.....	420
Pico dos Ferreiros de Fora.....	1.405
Pico da Fonte da Bica.....	1.565
Pico da Fonte do Norte.....	1.546
Pico Gordo, no concelho da Calheta.....	1.199
Pico Grande.....	1.643
Pico da Lagoa, perto do Poiso.....	1.451
Pico da Maia, no concelho de Machico.....	765
Pico do Poiso.....	1.393
Pico do Poço da Neve.....	1.478
Pico Ruivo, em Santana.....	1.950
Pico Ruivo do Paul.....	1.626
Pico de Santo Antonio, perto do Curral.....	1.739
Pico de S. João, no Funchal.....	158
Pico da Silva, acima da Choupana.....	1.183
Pico da Suna.....	1.041
Pico dos Tanquinhos.....	1.588
Pico dos Terreiros de Fora.....	1.405
Pico das Tôrres, cêrca de.....	1.830
Pico das Torrinhas.....	1.823
Pico da Urze.....	1.406

Na ilha do Porto Santo são conhecidas as altitudes dos seguintes picos:

	Metros
Pico de Ana Ferreira.....	278
Pico Branco.....	423

Pico do Calhau da Malhada.....	182
Pico do Castelo.....	441
Pico do Facho.....	507
Pico do Facho da Malhada.....	265
Pico da Gandaia ou da Atalala.....	492
Pico de Juliana.....	...455

Vid. cada um destes nomes e Altitudes.

Piedade. Com o nome de Monte Gordo ou da Piedade, existe uma elevação sobranceira ao mar, na freguesia do Caniçal, destacando-se no alto a capela de Nossa Senhora da Piedade, que é avistada a grande distancia pelos navios que demandam a costa. Afirma-se que foi fundada no século XVI por Garcia Moniz, primeiro administrador do morgado do Caniçal, passando a sua posse para a casa vinculada de São Gil, que tinha o seu solar no sitio da Calçada, na freguesia de Santa Cruz.

Piedade. Sitio povoado da freguesia do Jardim do Mar, onde se encontra a capela de Nossa Senhora da Piedade com solar adjunto, pertença da casa vinculada dos Coutos Cardosos. Foi instituída em 1730 pelo morgado João do Couto Cardoso e reedificada pelo seu sucessor Francisco João de Vasconcelos de Couto Cardoso no ano de 1825.

Pimenta de Aguiar (*Manuel Caetano*) V. *Aguiar* (*Manuel Caetano Pimenta de*).

Pimenta de Aguiar (*Rua*). É a via publica que comunica a rua da Carreira ou do Dr. Vieira, com a rua das Cruzes ou de João Joaquim de Freitas, tendo recebido o nome por que é conhecida e que representa uma homenagem ao poeta Manuel Caetano Pimenta de Aguiar, em sessão camararia de 24 de Outubro de 1895.

O poeta madeirense Manuel Caetano Pimenta de Aguiar teve residencia em frente da rua da Bela Vista, no predio que pertence hoje aos herdeiros do conselheiro Manuel José Vieira (1921).

Pimenteira (*Capsicum frutescens*). Arbusto da família das Solanaceas e originario, ao que parece, da America, muito cultivado na Madeira. Os seus frutos ovado-oblongos ou ovado-conicos, vermelhos, são excitantes e usam-se como tempêro nas cozinhas. O *Capsicum baccatum*, de frutos pequenos e globosos, aparece nalgumas hortas do Funchal e é conhecido na ilha pelo nome de malagueta. As sementes negras e redondas a que os madeirenses chamam pimenta de fora, provêm do *Piper migrum*, arbusto trepador da família das Piperaceas, desconhecido na Madeira, mas frequente na India. China, Java, Bornéu, etc..

Pimenteira da India (*Schinus Molle*). Arvore do Perú, com os ramos pendentes e as fôlhas compostas, com grande numero de foliolos estreitos e de cheiro apimentado quando esmagados entre os dedos. Nas quintas e jardins do Funchal aparecem individuos masculinos e femininos do *Schinus molle*, os quais florescem quasi todo o ano.

Pina. Gaspar Frutuoso a pag. 50 das *Saudades da Terra*, cita os Pinas entre a gente fidalga e nobre que povoou a Madeira.

Pinheirinho (*Equisetum maximum*). Equisetacea facil de reconhecer pelos seus caules brancos, pelas, suas bainhas com 20 a 40 dentes e pelos ramos dos seus caules estereis verticilados (20 a 40 em cada verticilo). Encontra-se nos lugares úmidos em S. Vicente, S. Roque, etc. A infusão desta criptogamica goza de propriedades diureticas.

Pinheiro (*D. Diogo*). Na propria Bula da criação desta diocese Pro excellenti preeminentia, de 12 de Junho de 1514 (vol. 1.º, pág. 363), se faz a nomeação de D. Diogo Pinheiro para primeiro bispo do Funchal. Pertencendo este arquipélago à Ordem de Cristo e sendo D. Diogo Pinheiro um dos mais graduados membros dela, donde exercia o elevado cargo de D. Prior e Vigario de Tomar, que era a sede da Ordem, estava indicado para ocupar o novo solio episcopal que se instituiria dentro daquele poderoso organismo e na área da sua jurisdição espiritual, que se estendia até aos confins do oriente.

O primeiro prelado funchalense nunca veio ao seu bispado e certamente que ao ser investido no novo cargo não pensara em atravessar o oceano e apascentar pessoalmente o seu rebanho. O grande prestigio e influencia de que gozava na côrte e os lugares de conselheiro de estado e de desembargador do Paço que desempenhava, não lhe permitiram assumir directamente o governo episcopal da nova diocese.

Não descurou, porém, a administração do seu bispado. Pouco mais dum ano depois da criação deste, mandou a esta ilha o prelado D. Duarte (vol. I, pag. 382), que aqui exerceu tôdas as funções episcopais e sagrou a nossa Sé Catedral no ano de 1516. Outros

visitadores enviou a esta diocese, encarregados de vigiar pela disciplina canonica e de superintender nos diversos serviços ecclesiasticos. Faleceu em 1526 tendo governado 12 anos este bispado.

D. Diogo Pinheiro pertencia a nobres e distintas familias, sendo filho do dr. Pedro Esteves Marques e de D. Isabel Pinheiro. Foi D. Prior de Guimarães conselheiro de D. Manuel e desempenhou os cargos que já ficam mencionados. Alexandre Herculano põe em relêvo as suas qualidades de character tendo a coragem de condenar publicamente a perseguição movida aos judeus e de os defender com a fôrça da autoridade e do prestígio de que gozava. Mais notavel foi ainda a sua atitude perante a condenação do duque de Bragança D. Fernando, justicado em 1483, por ter conspirado contra a vida de D. João 2.^o Sustentou na côrte que o duque era vitima duma grande injustiça e escreveu o Manifesto da innocencia do duque de Bragança D. Fernando II, que vem inserto nas Provas da Historia Genealogica, de D. Antonio Caetano de Sousa.

Morreu D. Diogo Pinheiro em Tomar, no ano de 1526, sendo ali sepultado e «hoje jaz, diz Vieira Guimarães na notavel obra Ordem de Christo, em soberbo e lindo tumulo na capella-mór da egreja de Santa Maria dos Oliveas».

Pinheiros. Os primeiros que se cultivaram na Madeira foram os pinheiros mansos (*Pinus Pinea*); os pinheiros bravos (*Pinus Pinaster*) parece que foram introduzidos no ultimo quartel do século XVIII, sendo para estranhar que só tão tarde começasse a ser cultivada na ilha uma essencia tão util ao homem.

Em 19 de Setembro de 1807, dizia-se em sessão da Camara Municipal do Funchal terem dado da America alguns moios de pinhão, mas sem ser indicada a especie a que este pertencia, e em 29 de Agosto de 1812 resolvia a mesma corporação mandar vir quatro moios de semente de pinheiro das melhores qualidades de Portugal.

Em 26 de Outubro de 1821, propôs a Camara o mester Severiano Ferraz que se encomendassem 100 alqueires de semente de pinheiro bravo e 100 de pinheiro manso para sementeiras na ilha, e em 15 de Março de 1822 resolvia a mesma Camara tornar publico por editais que tinha um moio de pinhões bravos para repartir pelos lavradores, e que estava á espera de dois moios de pinhões mansos para terem o mesmo destino. Em 18 de Setembro de 1823, afixaram-se editais comunicando ao publico a chegada a esta cidade duma porção de pinhões destinados a serem distribuidos pelos agricultores.

A 12 de Janeiro de 1830, foi autorizado o tesoureiro do concelho a mandar vir dois moios de pinhão para sementeiras nos lugares convenientes tendo em sessões de 17 de Janeiro de 1837 e 20 de Setembro de 1839 mostrado a Camara mais uma vez o interesse que lhe merecia a arborização das serras e baldios concelhios.

Durante a administração do conselheiro José Silvestre Ribeiro vieram para a Madeira grandes porções de penisco, que ele fêz distribuir pelas Camaras Municipais e proprietarios rurais, sendo a partir de então que a cultura do pinheiro bravo principiou a tomar grande incremento na ilha. A cultura desta especie ocupa agora uma area que supomos não ser inferior a 2.000 hectares, enquanto a do pinheiro manso está hoje abandonada ou quasi abandonada (1921).

O corte dos pinheiros maritimos realiza-se em geral aos 12 e 15 anos, mas aos 6 anos já os caules delgados destas arvores são aproveitados para apoio dos feijoeiros e aos 8 para construção de latadas ou corredores. Como os pinheiros são semeados em geral muito juntos, precisam duma limpeza ao fim dalguns anos, sendo as varas que então são cortadas vendidas aos agricultores para os referidos fins.

A operação da gemagem ou resinagem não nos consta que fôsse nunca praticada no arquipélago, ao menos para fins industriais.

É uso semear o penisco desde Janeiro até Março, sendo preferidos os dois ultimos meses para as sementeiras nos terrenos elevados, para que os pinheiros ao nascer não sejam prejudicados pelo granizo que muitas vezes aparece durante os meses de inverno. Com o penisco, costumam muitos cultivadores semear o trigo, a cevada, o centeio ou a giesta, os quais servem de abrigo aos pinheiros novos, tanto contra os raios do sol como contra os ventos, a chuva e o granizo, que podem quebrá-los ou desarreigá-los.

Além do Pinus Pinaster ou pinheiro bravo, e do P. Pinea ou pinheiro manso existem na Madeira o Pinus halepensis e o P. canariensis, tendo esta ultima especie sido introduzida de Tenerife em 1837.

O pinheiro bravo existe no Porto Santo, em terrenos não calcareos, ao passo que nos terrenos calcareos cultiva-se hoje ali com bom resultado o Pinus halepensis.

Pintainho (*Puffinus obscurus*). Ave da familia Puffinida, vizinha do boieiro, do qual se distingue pela sua menor estatura e em ter

os pés azulado-acinzentados, em vez de cor de carne. Vive em tôdas as ilhas do arquipélago, sendo comum nas Desertas, e é conhecido também pelo nome de pintelho, por causa dum grito particular que se lhe ouve durante o vôo. Ausenta-se muitas vezes durante a estação quente e costuma depor nas fendas das rochas um só ovo branco, de ordinario sôbre o solo nu.

Pintarroxo (*Acanthias cannabina*). Ave da familia Fringilida que vive no arquipelago madeirense. Forma grandes bandos durante o inverno e a sua postura consta de 4 a 6 ovos dum branco levemente azulado, com manchas avermelhadas. Os seus ninhos são formados de raizes sêcas e revestidos na parte interna de pelos de animais e cabelos.

Pintassilgo (*Carduelis carduelis*). Ave da familia Fringilida que nidifica na Madeira, mas que não tem sido achada nas outras ilhas do arquipélago. A sua postura consta de 4 ou 5 ovos dum branco levemente azulado ou esverdinhado, com pintas côr de tijolo. O ninho compõe-se de raizes delgadas no exterior e lã e outros materiais macios no interior.

Pinto. Procede este apelido de familia de Lopo Fernandes Pinto e de Gonçalo Pinto Alcoforado, ambos de nobre ascendencia. O primeiro veio habitar na Madeira por meado do século XV e faleceu em 1500; o segundo passou a viver nesta ilha por 1500 e fêz assento em Machico onde faleceu. Lopo Fernandes Pinto teve terras de sesmaria em Santana e em S. Jorge.

Pinto (*Acácio Augusto Correia*). Foi nomeado Governador Civil do distrito do Funchal por decreto de 14 de Novembro de 1921, tomando posse do lugar no dia 23. Retirou para Lisboa a 20 de Fevereiro de 1922.

Pinto (*Dr. Deão João Joaquim*). Nasceu na freguesia do Porto Moniz a 4 de Março de 1851. Era bacharel formado em teologia pela Universidade de Coimbra, concluindo a formatura em 1879 e neste mesmo ano se ordenou de presbítero. Exercia o professorado no Seminario Arquiepiscopal de Evora, quando em 1888 foi apresentado num canonicato da Sé do Funchal sendo depois elevado ao cargo de deão da mesma Sé. Entre nós, foi professor e vice-reitor do Seminario, vigario-geral e algumas vezes governador do bispado tendo desempenhado outras comissões de serviço, como presidente da Comissão Administrativa da Santa Casa, etc..

Era homem de larga illustração e duma grande applicação ao estudo, sendo especialmente versado em materias teologicas, de que foi um distinto professor. Aos dotes de inteligencia, aliava uma grande austeridade de character, que o impunham á consideração e estima dos seus conterraneos.

Foi redactor do jornal *a Verdade* e publicou *Documentos para o subsídio ao estudo do direito civil ecclesiastico portuguez*, 1894, 2 vol. de 379 e 537 pag. e *Evangelho de S. Mateus*, 1901, de 136 pag.
Morreu nesta cidade a 11 de Fevereiro de 1919.

Pinto Coelho (*Frederico*). Era filho de Joaquim Pinto Coelho e de D. Maria Carlota de Ornelas Linhares Pinto Coelho, e nasceu no Funchal a 28 de Maio de 1851.

Foi amanuense da Administração do Concelho do Funchal e secretario da Administração do Concelho de Evora, tendo depois de se aposentar neste ultimo cargo voltado á Madeira, onde desempenhou por algum tempo o cargo de administrador do concelho de Camara de Lobos. Foi redactor e colaborador de diversos jornais madeirenses, e em 1881 publicou no Funchal um opusculo de 40 pag. intitulado *Sudario Negro*, que é uma diatribe contra o prelado D. Manuel Agostinho Barreto. A êle respondeu o padre Antonio Aires Pacheco com o folheto *O Sudario Negro* no banco dos réus.
Faleceu no Funchal a 2 de Janeiro de 1916.

Pinto Coelho (*Jacinto*). Nasceu no Funchal a 7 de Outubro de 1847 e é irmão do precedente. Foi por largos anos professor particular de instrução primária e em 18 de Dezembro de 1884 foi nomeado aspirante temporario da Alfandega do Funchal, tendo presentemente nesta casa fiscal a categoria de sub-inspector. Tem colaborado em grande número de jornais da terra, e modernamente no *Diario de Noticias*, recomendando-se os seus artigos pela correcção e elegancia com que sempre são escritos (1921).

Pinto Coelho (Luis de Ornelas). Na freguesia de São Pedro desta cidade, nasceu Luís de Ornelas Pinto Coelho a 21 de Fevereiro de 1843, sendo filho de Joaquim Pinto Coelho e de D. Maria Carlota de Ornelas Pinto Coelho. Julgamos que não possuía diploma algum literario, ainda mesmo o da instrução primaria, mas soube suprir com um perseverante amor á leitura e ao estudo aquela deficiencia, chegando a ter entre nós uma verdadeira supremacia no campo literario e jornalístico. Teve uma vasta colaboração em muitos jornais madeirenses, nomeadamente no *Diario de Noticias*, podendo afirmar-se que neste periodico, como seu redactor, no periodo de algumas dezenas de anos, publicou muitos e muitos centenaes de artigos, que dariam uma duzia de grossos volumes. Raramente enviava para o jornal qualquer escrito que não fôsse o artigo de fundo ou de polemica, tendo a sua prosa uma forma

elegante e correcta, que despertava especial agrado. Sustentou rijas pugnas na imprensa, em que, como sempre acontecia então entre nós, as demasias de linguagem não eram raras entre as duas partes contendedoras.

Luís Pinto Coelho teve entre nós o primado da poesia. Embora dum lirismo um pouco antiquado e talvez fora da sua época, é certo que ninguém o excedeu na cadência harmoniosa do verso e na beleza impecável da forma. Era sem contestação um inspirado e distinto poeta. Coligiu algumas das suas composições poeticas, publicando os volumes Harpa Madeirense, 1896, Folhas Dispersas, 1899, e o folheto em verso, a Reacção e o Progresso.

Esteve no Brasil ao tempo da guerra do Paraguay, tendo publicado diversas poesias no Diário do Grão Pará, e no Funchal desempenhou por largos anos o lugar de chefe do corpo da Policia Civil. A rua de João Joaquim de Freitas teve, antes de receber esta denominação, a de Luís de Ornelas Pinto Coelho. Morreu nesta cidade a 17 de Março de 1920.

Pinto Correia (*Armando Eduardo*). Nasceu no Estreito de Câmara de Lôbos a 3 de Setembro de 1897, sendo filho de Guilherme Pinto Correia e de D. Inacia Augusta de Seixas Alves Correia. Frequentou as Faculdades de Ciencias de Lisboa e Coimbra, e depois a Escola de Guerra, sendo actualmente tenente da companhia de metralhadoras do regimento de infantaria n.º 27. Foi mobilizado para o C. E. P. e passou alguns tempos nas trincheiras de Kadingham, onde se achava um batalhão inglês, sendo louvado superiormente pelo serviço que prestou ai (1921).

Desde 1911, tem colaborado em varios jornais do Funchal, Ponta Delgada, Coimbra e Lisboa, distinguindo-se sempre pela elegancia e colorido da sua prosa. Foi director da Vida Academica (1913), redactor principal do Jornal de Coimbra (1916) e publicou em 1921 o opúsculo Um Poeta em frangalhos.

Dedicando-se á vida colonial, residiu alguns anos na nossa provincia ultramarina de Timor no exercicio de funções públicas e ali prestou relevantes serviços, que foram muito apreciados nas estações superiores da metropole. Publicou dois primorosos livros: O Gentio de Timor e Timor de lés a lés. Encontrando-se há pouco tempo na provincia de Moçambique, faleceu em Quelimane a 29 de Janeiro de 1943.

Pinto Feio (*Dr. Carlos José Baeta*). Foi nomeado Governador Civil deste distrito por decreto de 18 de Dezembro de 1917, tomando

posse do lugar a 5 de Fevereiro do ano imediato.

Pintos (*Rua dos*). Teve outrora esta denominação a parte da actual rua da Carreira ou do dr. Vieira compreendida entre o largo da Igreja e a rua de S. Francisco.

Piorno. Duas são as especies conhecidas por este nome na Madeira: a *Genista maderensis* e a *G. virgata*. A primeira é um arbusto ou pequena arvore de 1m,50 a 5 metros, com as fôlhas 3-foliadas e os folíolos pequenos, assetinado-pubescentes, raras vezes subglabros na pagina superior; a segunda é um arbusto que pode atingir 2m,50 de alto, com as fôlhas muito pequenas, afoliadas, assetinado-pubescentes e esbranquiçadas. Estas duas Leguminosas, pertencentes ambas á subfamilia das Papilionadas, têm flores amarelas, dispostas em racimos. A *G. maderensis* aparece nalgumas ravinas do interior e entre S. Vicente e S. Jorge; a *G. virgata* é freqüente nos arredores do Funchal, na Ribeira de Santa Luzia, no Jardimí da Serras etc.. A madeira desta especie, usada exclusivamente para embutidos, é pesada, dura e compacta, a principio dum branco amarelado, depois dum castanho avermelhado; a daquela, perfeitamente desconhecida dos marceneiros é branca ou dum branco amarelado. A *Genista maderensis*, usada ás vezes para a nutrição dos animais domesticos, é, contrariamente ao que supôs Masferrer y Arquimbau, uma especie perfeitamente distinta da «gacia» de Canarias (*Cytisus stenopetalus*).

Pipa. A pipa denominada de embarque, por ser aquela de que se faz uso na exportação dos nossos vinhos, contém 418 litros, e a pipa denominada carreteira, 500 litros. O decreto n.º 5492 de 2 de Maio de 1919 fixou em 55 litros a quantidade de alcool necessario ao tratamento duma pipa de vinho, de 500 litros.

Pires. Em 1566, vivia no Funchal um tal Gonçalo Pires, que exercia o emprêgo de escrivão dos contos e em 1471 tinham aqui residencia Diogo Pires e Francisco Pires, sendo possivel que fôssem estes três individuos que trouxessem o apelido de familia Pires para a Madeira.

Pires (*António Augusto da Silva*). Foi nomeado Governador Civil do distrito do Funchal por decreto de 9 de Junho de 1921, tomando posse do lugar no dia 19. Saiu para Lisboa a 18 de Julho do mesmo ano.

Pita (*Dr. António de Luz*). Foi o dr. Antonio da Luz Pita talvez o mais abalizado clinico que tivesse nascido em terras madeirenses.

No seu tempo, ninguém entre nós lhe contestava a supremacia intelectual em assuntos de medicina e cirurgia, e não sabemos que, antes ou depois dele, outro medico mostrasse mais comprovada competencia no exercicio da clinica. Poderá talvez citar-se o dr. João Francisco de Oliveira, médico de D. João VI, o dr. Julião Fernandes da Silva, autor da *Carta Critica sôbre o Metodo Curativo dos Medicos Funchalenses* e ainda o conde de Canavial, que deixaram fama de clínicos abalizados, mas não temos razões para acreditar que se tivessem avantajado ao dr. Antonio da Luz Pita, ainda mesmo com relação ás épocas em que viveram, especialmente por êle haver sido ao mesmo tempo um grande medico e um habilissimo cirurgião.

Oriundo de familia humilde, nasceu o dr. Antonio da Luz Pita na vila da Ponta do Sol a 2 de Setembro de 1802. Concluídos nesta cidade os estudos secundarios, dirigiu-se a Montpellier e ali tomou o grau de bacharel em letras em 1826, o de bacharel em ciencias fisicas em 1827 e o doutoramento em medicina em 1830. No ano seguinte, recebeu o grau de doutor em cirurgia na faculdade de Paris.

Tendo contraído matrimonio em Montpellier com uma senhora das mais distintas familias daquela cidade, pretendeu em 1833 regressar á patria acompanhado de sua espôsa, quando ao tocar em Gibraltar se convenceu dos graves perigos a que se expunha, entrando num país, onde a guerra civil estava então no seu periodo mais agudo. Demorou-se em Gibraltar até a convenção de Evora-Monte e aí exerceu com exito a clínica, tendo, contra a opinião dos médicos inglêses, classificado de colera-morbus uma doença suspeita que ali apparecera, cujo diagnostico se confirmou depois plenamente. Prestou por essa ocasião relevantes serviços, o que levou o governo britanico a conceder-lhe o diploma de cidadão de 1.^a classe, com o direito de residencia em Gibraltar, o que então constituia a mais alta distincção com que ali se podia agraciar um estrangeiro.

Na Madeira exerceu os lugares de delegado de saúde e de lente da nossa Escola Medica, em que brilhantemente revelou as altas qualidades do seu espirito. Na qualidade de professor e director do nosso primeiro estabelecimento de instrução, teve que sustentar uma prolongada luta com o dr. João da Camara Leme. Depois Conde do Canavial, homem de caracter e de raros meritos, mas de temperamento violento e conflituoso, que em varios opusculos atacou duramente o dr. Antonio da Luz Pita, como lente da Escola e tambem como delegado de saude do distrito.

O dr. Luz Pita, que entre nós gozava de grande prestigio e influencia, representou a Madeira no parlamento nas sessões legislativas de 1851 a 1852 e de 1853 a 1858, advogando com desinteressada abnegação as prosperidades e o engrandecimento da sua terra.

Era deputado e achava-se em Lisboa, quando ali constou que no Funchal começara a grassar a terrível epidemia da colera-morbus. Solicitando do governo central os mais imediatos e urgentes socorros, partiu sem demora para a Madeira, no vapor de guerra «Mindelo», a ocupar o seu lugar de delegado de saúde, acompanhado de alguns médicos e enfermeiros, sendo também o portador de uma grande copia de medicamentos, de muitas roupas, leitos, enxergas, etc., além do crédito extraordinário de seis contos de reis, destinado a ocorrer as primeiras despesas com a montagem dos serviços clínicos e hospitalares. Nele encontrou Gromicho Couceiro o seu mais valioso e eficaz auxiliar, andando o nome do dr. Luz Pita intimamente ligado à memória de aquele benemérito e nunca esquecido governador. Em tão calamitosa época, prestou os mais assinalados serviços como clínico, como chefe dos serviços de saúde, como homem de grande prestígio e influência e ainda pelos prontos socorros que alcançou do governo da metrópole. No meio dessa campanha humanitária em que andava empenhado e inteiramente absorvido, veio feri-lo um tremendíssimo golpe—a morte da esposa, D. Angela Delmas, vitimada pela epidemia.

No artigo *Hospício da Princesa D. Maria Amelia* (vol. II, pag. 128) pusemos em relevo os serviços que o dr Antonio da Luz Pita prestou à imperatriz D. Amelia na fundação daquela casa de caridade, na montagem do hospital e sua direcção clínica e ainda como representante nesta ilha da augusta e ilustre fundadora. Para la remetemos o leitor, evitando deste modo escusadas e enfadonhas repetições.

Como político, sustentou lutas na imprensa com os seus adversários, sendo director e colaborador de alguns jornais, como o *Archivista*, *a Ordem* e *a Razão*. Publicou os seguintes opusculos:

Proposições sobre a vacina, tese inaugural defendida na faculdade de Montpellier Vantagens da reunião imediata por meio da sutura depois das operações cirurgicas, tese inaugural sustentada na faculdade de Paris; Excisão do colo do utero, operação feita em Lisboa em 1848; Lições feitas na Escola Medica do Funchal sobre a colera-morbus; e Relatorio Historico e estatistico sobre a invasão, desenvolvimento e mortalidade da epidemia colerica na Madeira.

Escreveu varios relatorios sobre o serviço clínico do hospício da Princesa D. Maria Amelia, alguns dos quais foram publicados, e também uma *Nota sobre uma modificação do estetoscopio*, lida na academia de medicina de Paris, que não sabemos se viu a luz da publicidade.

Foi um dos membros fundadores da Sociedade das Ciências Medicas de Lisboa e pertenceu a varias sociedades científicas do

estrangeiro. Além dos cargos de lente e director da nossa Escola Medica e de delegado de saude, desempenhou entre nós as funções de presidente da Camara Municipal do Funchal e de membro da Junta Geral. Tinha a carta de conselho e varias mercês nacionais e estrangeiras. Morreu nesta cidade a 23 de Fevereiro de 1870.

Pita (*Dr. Nicolau Caetano de Bettencourt*). V. *Bettencourt Pita* (*Dr. Nicolau C.*).

Pita (*Dr. Pedro Góis*). Nasceu no Funchal a 26 de Maio de 1891 e e filho de Antonio Felix Pita e de D. Maria da Conceição Góis Pita. É bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra e depois de ter exercido a advocacia na Ponta do Sol e nesta cidade, onde também teve o cargo de notário, foi nomeado conservador do registo predial duma das comarcas de Lisboa, e ali se consagra igualmente a vida do foro. Como deputado, representou a Madeira no Parlamento nas legislaturas de 1919-1921 e 1921 e foi novamente eleito deputado por este arquipelago em Janeiro de 1922.

É oficial das ordens de S. Tiago e de Cristo, tem colaboração em diversos jornais e foi nesta cidade um dos fundadores e redactores da *Revista de Direito*. Publicou no Funchal um folheto intitulado *A Expropriação do Montado do Barreiro. . . e em Coimbra o volume Pratica d'Advocacia*, prefaciado pelo dr. José Alberto dos Reis (1921).

Foi ministro do Comercio e do Trabalho, é sócio efectivo da Academia das Ciências de Lisboa e tem publicado diversos trabalhos jurídicos e literários, entre os quais podemos enumerar os seguintes: *Estudos de Direito, Na Vida do Fôro, Comentarios ao Codigo do Registo Predial, Novo Codigo do Registo Predial Anotado, O Direito na Pratica, O Contrato de Colonia na Madeira, A Demencia e Gente que passa*.

Pitangueira (*Eugenia brasiliana*). Pequena arvore originaria do Brasil muito cultivada no Funchal. Pertence á familia das Mirtaceas e produz frutos deprimidos e sulcados, de sabor acídulo.

Pitão Grande. V. *Selvagens*.

Pitão Pequeno. V. *Selvagens*.

Piteira (*Agave Americana*). Amarilidacea cultivada e subespontanea na Madeira. As suas folhas longas e carnosas, ás vezes amarelas nas margens, mergulhadas em agua por alguns dias e batidas depois, dão uma fibra bastante rija que é empregada no fabrico de cordas.

Planaltos. Os planaltos ou planicies situadas em elevações montanhosas não podem ser muitos e de grande superficie, em virtude da área relativamente pequena desta ilha e do inverosimil acidentado dos terrenos que a constituem em quasi tôda a sua extensão. Do *Diccionario Universal Portuguez Ilustrado* transcrevemos: «Quatro planaltos principais tem esta ilha: o de Santo Antonio da Serra, ou, vulgarmente, do Santo da Serra, no qual ha uma lagôa, no concelho de Machico; o da Achada de Santa Ana, no concelho d'este nome; o do Paul da Serra, ou, simplesmente, o Paul, que é o mais amplo, nos limites dos concelhos de S. Vicente, da Ponta do Sol e do Porto Moniz; por ultimo, o planalto das Achadas da Cruz; ou, méramente as Achadas, no concelho do Porto do Moniz, que é o de menores dimensões: a lagôa parece uma cratera extinta; mede 66 metros de diametro e 40 de profundidade. Ha lindissimas vargens no concelho».

Plantas da Cidade. Na *Funchal Bay* publicada pelo Capitão Vidal em 1843, aparece o plano do Funchal nessa época, e o mapa da Madeira, de William Johnston, publicado em 1775, tem anexo uma planta, em pequena escala, da cidade, levantada pelo Capitão Skinner. O primeiro destes trabalhos serviu de base a tôdas as cartas do Funchal, publicadas posteriormente em diversas obras estrangeiras relativas à Madeira.

Em 2 de Abril de 1893, mandou a Camara abrir concurso de 60 dias para a arrematação dos trabalhos do levantamento da planta da cidade, tendo estes trabalhos sido adjudicados ao Consultorio de Engenharia, do qual faziam parte os engenheiros Carlos Roma Machado de Faria e Maia e Adriano Augusto Trigo. A planta ficou concluída em 1895, e custou ao Município cêrca de 9 contos de réis, importancia esta que acabou de ser paga a 16 de Maio do mesmo ano.

As pranchetas da planta da cidade acham-se guardadas num cofre de ferro, adquirido pela Camara para tal fim.

Em 6 de Setembro de 1897 resolveu a Camara adquirir por 700\$000 réis uma redução da referida planta, feita pelo engenheiro C. Roma e Maia, sendo uma copia dessa redução enviada pouco depois aos engenheiros da Direcção das Obras Publicas do Distrito, encarregados então dos estudos da canalização de aguas e esgotos da cidade, e ficando o original arquivado na repartição municipal

competente.

Depois disso, outras copias foram tiradas da referida planta reduzida, tendo uma delas, ou o respectivo original, servido de base ao *Guia Panorâmico da Madeira*, publicado há anos pelo dr. Luís Rodrigues Gaspar e Francisco Bento de Gouveia, e á *Planta da cidade de Funchal contendo todos os melhoramentos realizados até 1911*, elaborada pelos engenheiros Adriano A. Trigo e Anibal A. Trigo

V. Cartas geográficas.

Plátano. O plátano cultivado na Madeira é o *Platanus orientalis*, e não o *P. Occidentalis*, como erradamente tem dito todos os botânicos que se tem ocupado da nossa flora. É uma árvore que pode atingir 35 metros de alto, com flores monóicas, as estaminadas e as pistiladas em ramos distintos e reunidas em capitulos globosos. A madeira do plátano é clara e ondeada; quando bem secca é excelentemente acomodada á marcenaria. Não nos consta que tenham sido observadas na Madeira as irritações de olhos a que se referem alguns autores, provocadas pelos pêlos das fôlhas novas do plátano.

O plátano prospera não só no Funchal e arrabaldes, onde já existia nos fins do século XVII, mas também nas ravinas do interior; no alto das serras, porém, desenvolve-se mal, parecendo ressentir-se dos ventos fortes que sopram ai amiudadas vezes.

Poço (Largo do). É o largo junto do campo do Almirante Reis, onde desemboca a rua de Santa Maria. Tem um chafariz, com um certo aparato architectonico, que é abastecido actualmente com águas dos Tornos, mas que antes de 1911 só fornecia aguas subterraneas, que eram extraidas do subsolo por meio duma bomba. A curta distancia ficava a antiga igreja de Nossa Senhora do Calhau.

Poço Novo. (Rua do). Denominação antiga da rua que hoje se chama dos Tanoeiros «Desta rua dos Mercadores, diz Frutuoso, alem da rua Direita, se vê outra não tão comprida, e de outras logeas de menos tracto, como é fructa, panno de linho e cousas de fancaria que vem de fora, no cabo da qual está um poço, pelo que se chama rua do Poço Novo».

Poços da Neve. São grandes cavidades abertas pelo homem no solo de alguns pontos da montanha, e que eram destinadas a receber granizo que cai durante o inverno nas partes levadas da ilha.

Os poços da neve estão hoje abandonados, mas eram êles que forneciam durante o verão gelo necessario para o fabrico dos sorvetes, antes de serem introduzidos na Madeira os aparelhos por meio dos quais se obtém artificialmente a congelação da água.

Nas proximidades do Pico do Areeiro e Serra de S. Roque, encontram-se alguns poços da neve, uns muito arruinados, outros em bom estado de conservação.

Poejos (*Mentha pulegium*). Labiada indigena, freqüente na Madeira e no Porto Santo. Emprega-se em infusão como expectorante e emenagogo.

Poemas sobre a Madeira. São inumeras as composições em verso que cantam e enaltecem as belezas da paisagem da Madeira, o maravilhoso acidentado e o relêvo caprichoso do seu solo, a incomparavel benignidade do seu clima, a variedade, o encanto e a fragrancia das suas flores, etc. tornando-se de todo impossivel reüni-las e mesmo ainda fazer de entre elas uma selecção das que mais avultem pela alteza do conceito ou pelo aprimorado da forma. Queremos apenas referir-nos aos poemas que exclusivamente se ocupam deste arquipélago e que são os seguintes: *Insulana*, de Manuel Tomás. . . , Anvers, 1635; *Zargueida*. . . , por Francisco de Paulo Medina e Vasconcelos, Lisboa, 1806; *The Ocean Flower...*, by T. M. Hugues, Londres, 1845; e *Auto da Lenda*, por J. Brito Camara, 1943. Em outros lugares deste Elucidário se encontram referencias a estes três poemas, um dos quais escrito na lingua inglêsa, e alguns dados biográficos respeitantes aos seus autores.

Poesia Popular. Não é do folclore madeirense que pretendemos ocupar-nos neste lugar, esperando que no Suplemento desta obra possamos dizer alguma cousa acêrca deste interessante assunto! Socorrendo-nos para isso dos estudos a que entre nós tem procedido o dr. Eduardo Antonino Pestana. Também não queremos agora referir-nos ás narrativas em verso, de que o dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo fez larga colheita, publicando a preciosa colecção que se chama *Romanceiro do Archipelago da Madeira*. É, nesta ocasião, muito restrito o ponto de vista em que nós colocamos para a elaboração deste pequeno artigo.

Quando um acontecimento extraordinario apaixonava a alma popular e a leva a exteriorizar rüidosamente os sentimentos que a dominam, logo se manifesta o espontaneo e rude estro do povo, e então liras ingenuas aparecem a cantar, em alambicadas endechas ou a verberar em rubras canções de indignação, os sucessos que provocaram essa paixão e as circunstancias que lhe deram vulto e

relêvo na mente encandescida das multidões. Mais duma vez se tem observado este facto entre nós, mas duma maneira verdadeiramente notavel se manifestou êle por ocasião da chamada Peste do Lazareto, a que já aludimos a pag. 224 do II volume e 77 deste volume. A poesia popular simples, ingenua e incorrecta, mas espontanea, veemente e apaixonada, expandiu-se profusamente em muitas composições, que, em pequenos opúsculos e fôlhas avulsas, eram compradas e avidamente lidas por individuos de tôdas as classes sociais. A febre da inspiração poetica, incendiou muitas imaginações e foi verdadeiramente assombrosa a fecundidade dessas produções em verso, não podendo os prelos dar saída á multidão das poesias que então se escreveram.

Damos a nota dalgumas dessas composições, que obsequiosamente nos foi oferecida: *Farça do Lazareto*, de 13 pag., *Sonho dum Machiqueiro*, de 9 pag., *Auto da Peste*, de 16 pag., *O dr. Rego no Inferno*, de 8 pag., *O Dedo da Providencia*, de 8 pag., *A Peste no Funchal* (versos do Feiticeiro), de 7 pag., *A Peste Balbinica*, *A Peste no Funchal*, *A Panelinha da Peste* e um medroso, *Os Primos do dr. Rego*, *O dr. Rego enforcado*, *Confissões do dr. Rego*, *Os Pestilenciais no Funchal*, *A Despedida*, *Canção da Peste*, *Má Peste dê nos Pestes*, *Farças e Farçantes*, 1.^a 2.^a 3.^a e 4.^a partes, *O Bicho desapareceu*, *Viva o dia 7 de Janeiro de 1906*, *O Ultimo Suspiro*, *Assalto ao Lazareto*, *A Peste no Funchal no dia 7 de Janeiro de 1906*, *Partida*, etc. etc..

Como geralmente acontece, o povo arrastado e ludibriado por vis especuladores, cometeu nesta triste conjuntura os mais lamentaveis excessos, que bem eloqüentemente se manifestaram nas produções que ficam apontadas, em que os desmandos da linguagem andam a par dos excessos praticados.

Os folhetos em prosa também tiveram larga voga e as campanhas na imprensa periodica, com raras e honrosas excepções, acompanharam em quantidade e qualidade essas demasias da exaltada lira popular.

Poiso. A cêrca de 10 quilómetros de distancia da cidade e aproximadamente a sete da Igreja Paroquial do Monte, mas dentro dos limites da freguesia da Camacha, levanta-se a melhor casa de abrigo das nossas serras, que tem o nome de Casa do Poiso, por se achar no conhecido sitio do mesmo nome. É um lugar muito transitado, pois, a estrada que o atravessa põe em comunicação o Funchal com várias freguesias do norte da Madeira. Sendo um lugar bastante desabrigado e exposto a freqüentes vendavais, mandou o benemerito governador civil José Silvestre Ribeiro edificar neste local, no ano de 1850, uma casa de abrigo para os viandantes, que tem prestado os mais assinalados serviços e livrado de morte inevitavel a muitas das pessoas que por ali transitaram. A antiga estrada que atravessava este lugar, pondo-o em comunicação com o encantador e muito freqüentado sitio do

Ribeiro Frio e várias freguesias do norte, foi notavelmente melhorada, havendo-se estabelecido carreiras regulares de automovel entre o Funchal, o Poiso e o Ribeiro Frio. Existe também uma estrada, já transitada por automoveis, entre o Poiso e a aprazível estancia do Santo da Serra, crendo-se que dentro de pouco tempo se possa atingir a freguesia de Santana. A Casa de Abrigo do Poiso está provida com uma Cabine Telefónica. Acêrca dos excelentes serviços que ela presta, e da sua fundação, deixámos já uma desenvolvida noticia a pag. 195 do vol. I desta obra.

Oferece particular interesse a este assunto o artigo que um dos autores do Elucidário Madeirense, publicou no Diário da Madeira, e que vamos transcrever:

«Quem nunca atravessou as serras da Madeira, durante a estação invernosa, não pode fazer ideia de quanto o frio é alli intenso em certos dias e de quão grande é a violencia com que n'essa região se desencadeiam os temporaes.

A temperatura, que na cidade do Funchal raras vezes desce abaixo de 7 graus, póde, nas serras, ser, em alguns casos, de 2 e 3 graus abaixo de zero, e se o posto do Areeiro, para vergonha nossa, não estivesse votado ao mais completo abandono, estamos convencidos de que seria frequente registarem-se alli velocidades para os ventos de 60 e 70 kilometros por hora, as quaes rarissimas, vezes são observadas na região baixa da ilha.

Não é só o granizo que cahe a miudo nas serras da Madeira, durante a estação invernosa; também a neve em floco se observa nas altas regiões algumas vezes, sendo então o frio intensissimo e difficil de supportar.

Na serra do Poiso, um dos pontos da montanha mais frios e mais açoutados pelos temporaes, muitas foram as pessoas que morreram n'outras epochas por falta de abrigo e de soccorros, e caso identico se daria ainda hoje se o benemerito conselheiro José Silvestre Ribeiro, quando governador civil do districto, não tivesse procurado remediar tamanho mal, mandando construir n'essa serra, um pouco além da fonte das Moças, uma casa destinada a recolher os viandantes em todas as estações do anno e a qualquer hora do dia ou da noite.

A casa de abrigo denominada do Poiso foi edificada em 1851, e desde então tem ella estado sempre aberta ao público que por ahi transita e que encontra n'esse edificio um abrigo seguro contra o frio e as tempestades da montanha.

N'um officio datado de 6 de outubro de 1851 recommendava o fallecido conselheiro José Silvestre Ribeiro á camara municipal do Funchal que se entendesse immediatamente e sem perda de um momento com a camara de Sant'Anna sobre as quotas com que cada uma deveria contribuir para a sustentação a dar a um homem e familia que residisse na mesma casa e se encarregasse de prestar aos viajantes o auxilio e soccorros de que estes carecessem.

Recommendava ainda o mesmo governador, no referido officio, que a escolha de quem tivesse que morar na casa a que alludimos e ter as incumbencias que ficaram mencionadas, fosse feita com o maior escrupulo, afim de sómente ser collocada alli pessoa ou familia de reconhecida probidade e capaz de compenetrar-se dos deveres que lhe assistiam em logar tão ermo e distante dos povoados.

Não sabemos quem foi o primeiro guarda que teve a casa d'abrigo do Poiso; o que sabemos é que o penultimo que alli esteve foi demittido pelo seu desmazelo e pouco cuidado com a limpeza, passando desde então o edificio a ficar sob a superintendencia do sr. Caminata que n'elle introduziu ou vae introduzir alguns melhoramentos de reconhecido interesse para o publico (1921).

Além do rez-do-chão, onde se acham os quartos do guarda, a taberna e uma grande cosinha, tem a casa um primeiro andar com tres divisões, sendo a do lado sul bastante espaçosa. Na cosinha existem algumas tarimbas destinadas á gente rude dos campos; o primeiro andar serve geralmente para as pessoas d'uma certa cathegoria que queiram pernoitar no edificio.

Segundo os regulamentos, o guarda deve ter sempre pão, vinho, aguardente e café para fornecer aos viandantes. Tambem é obrigado a ter um depósito de lenha e a prestar a todos os necessitados o socorro possivel.

As obras da primitiva casa do Poiso foram arrematadas pela quantia de 1.442\$950 réis, mas posteriormente outras verbas se teem consumido em melhoramentos e accrescentamentos no edificio. Tal qual elle se acha hoje, preenche perfeitamente o fim a que é destinado, podendo mesmo servir para estação de policia florestal, se houvesse empenho em pôr termo aos abusos dos lenheiros e carvoeiros que devastam as nossas serras» (1921).

Polícia. A direcção dos serviços de segurança pública no Funchal esteve durante séculos a cargo do alcaide, funcionario que no tempo das capitancias era proposto pelo donatario, mas nomeado pelo senado. Para coadjuvar o alcaide nos serviços e diligencias

que era obrigado a executar, havia a principio um certo numero de homens nomeados pelo donatario, os quais, segundo um diploma de 1450, deviam «ser de bom viver». Nos fins do século XV, nomeava a Camara para cada bairro da povoação um certo numero de officiaes, denominados quadrilheiros, a quem competia manter a ordem e defender a propriedade dos vizinhos.

Apesar de existirem todos estes funcionarios policiaes, parece que a segurança pública não estava garantida no Funchal, pois que em 1489, permitiu o capitão-donatario que os «mercadores e homens de bem» que tivessem armadura de «cabeço e lança», pudessem usar de espada e punhal, estendendo pouco depois esta permissão a todos os casados que possuíssem casa, mas sómente até o «sino se correr». Em viagem, era licito aos casados trazerem espada e punhal.

Segundo o foral de 6 de Agosto de 1515, constituíam receita da alcaidaria—a carceragem dos presos e as multas pagas pelos jogadores de cartas, pelos excomungados, pelos desordeiros, pelos freqüentadores de lupanares e por todos os individuos encontrados nas ruas, com armas ou sem elas, depois do «sino se correr».

O «sino de correr» estava nos Paços do Concelho, à Rua do Aljube, e quando êle tocava á noite, saíam os quadrilheiros para rondarem os seus bairros ou quadrilhas. Em Machico havia também «sino de correr», o qual estava colocado ao lado do edificio dos Paços do Concelho.

Em tempo algum foi a policia urbana tão desrespeitada, ou melhor, tão impotente para reprimir os excessos dos salteadores e desordeiros, como nos tempos do governo filipino.

Como se viu quando tratámos do dominio castelhano, as ruas da cidade eram então ensangüentadas a miúdo pelas rixas particulares, tendo vindo três alçadas á Madeira para o fim de punir os criminosos e restabelecer a ordem na ilha.

O inglês Sloane que visitou a Madeira em 1687 viu que os homens de negocio traziam uma longa espada sob a capa e uma aguda faca ou punhal na algibeira, o que parece significar que ainda nessa epoca se contava pouco com a policia urbana para a defesa da vida e da propriedade dos cidadãos, e Ovington que esteve nesta ilha em 1689 também observou que muitos dos habitantes andavam armados.

O governador e capitão-general João Antonio de Sá Pereira mostrou, enquanto governou a Madeira, o maior zêlo e actividade na

repressão dos abusos que praticavam os fidalgos e plebeus; no entanto, a segurança pública parece que só começou a ser conhecida na ilha depois que o governo constitucional se estabeleceu sobre bases solidas em todo o país.

A 20 de Maio de 1812, resolveu a Camara pedir ao Capitão-General que estabelecesse rondas militares nocturnas «afim de acabarem os roubos que se fazem não só nos logares sagrados, armazens e escritorios, mas até nas casas de habitação», e em 13 de Janeiro de 1814 deliberou officiar á mesma autoridade para pôr á sua disposição em cada noite 80 homens das ordenanças, a fim «de se pôr em execução o sistema das quadrilhas novamente ordenado». Em 19 de Novembro de 1796, determinou a Camara que os quadrilheiros trouxessem um signal para serem conhecidos.

Em 1826, era a cidade patrulhada por praças de infantaria n.º 7, mas depois da outorga da carta passaram as mesmas fôrças a ser um elemento de desordem, visto o mesmo regimento ser absolutista, o que levou a Camara a solicitar do Governador a suspensão das referidas rondas e que não fôsse permitida aos soldados a saída do quartel depois das 7 horas da tarde.

De 1828 a 1830, isto é, enquanto governou a Madeira o tristemente celebre José Maria Monteiro, por alcunha o Baeta, sofreram os liberais as maiores perseguições; bastava a acusação de malhado feita a um individuo, para este ser logo barbaramente espancado pela plebe miguelista, sem que lhe valessem os agentes da autoridade.

Os quadrilheiros eram então um elemento de desordem, e instigados pelo governador, que os acompanhava muitas vezes nas rondas noturnas, praticavam os maiores desatinos, prendendo e espancando todos os constitucionais que ousavam sair á rua. Em 1830, havia também quadrilheiros em Camara de Lôbos.

O último alcaide do Funchal foi nomeado em 1832, tendo este cargo existido portanto enquanto durou o governo absoluto. A Camara do Funchal nomeava também alcaides para o Caniço, Camara de Lôbos e Ribeira Brava, os quais desempenhavam funções policiaes nessas localidades.

Em 1834, após a proclamação dos principios liberais na Madeira, criou o prefeito os lugares de comissarios dos provedores do concelho e de cabos de policia nas paroquias, ficando a direcção dos serviços policiaes a cargo do Provedor, e anos depois estabelecia-se um corpo de 26 guardas ou officiaes de diligencias na cidade, subordinado ao Administrador do Concelho, para o serviço da segurança publica.

Em 1838, reclamava a Chronica que fôsse extensiva á Madeira a lei de 22 de Fevereiro desse ano que criara as guardas municipais nas cabeças de distrito, mas acrescentava que o sossêgo era então completo no Funchal, apesar de só existirem aqui as rondas da Administração do Concelho. Os lugares de cabos de polícia eram muito procurados nessa época por individuos de tôdas as classes, porisso que os respectivos serventuarios estavam isentos por lei de servir nas guardas nacionais.

Em 14 de Junho de 1856, deu o Governador Civil nova organização á policia, deixando 3 officiais de diligencias junto do Administrador do Concelho, e colocando os outros 23 sob as ordens de um official da tropa de linha, que teve a denominação de chefe de policia. Além do chefe, havia um sub-chefe, ficando a fôrça á disposição do Governador Civil, mas devendo satisfazer as requisições do Administrador do Concelho.

O primeiro chefe militar da policia foi o major Ascenso Elminio de Bettencourt, e o segundo, o tenente Jaime Florindo Pereira, sendo habito deste ultimo chamar guarda municipal ao trôço de 23 homens cujo comando lhe estava confiado, embora não estivesse autorizado para isso pelos regulamentos policiais. Em 1857, estava a policia instalada no edificio do extinto convento de S. Francisco, sendo seu comandante o referido tenente Jaime F. Pereira.

Pouco depois sofreu a policia nova organização passando a ter um director ou chefe, officiais e soldados, e ficando todo o corpo subordinado de novo ao Administrador do Concelho. Por esta nova organização, deixou de haver na policia um official da tropa de linha, assumindo a chefia do corpo o antigo sub-chefe Antonio José de Sá, o qual fora já director da policia antes da reforma de 1856. Apesar da designação de soldados dada aos polícias, deve-se advertir que estes homens não obedeciam ás autoridades militares.

Em 3 de Agosto de 1864, foi Pedro de Alcantara Góis nomeado official de diligencias da Administração do Concelho e director da policia, continuando a desempenhar este ultimo cargo depois que passou a amanuense da mesma Administração, em 2 de Outubro de 1865. A carta de lei de 2 de Julho de 1867 criou o lugar de comissario da policia civil do Funchal, mas só em 1877 foi o mesmo Alcantara Góis encarregado de exercê-lo, em atenção aos serviços já prestados na direcção do corpo de segurança publica da cidade.

Em 21 de Dezembro de 1876 e 7 de Dezembro de 1894, foram dadas novas organizações à policia do Funchal, tendo estabelecido o regulamento desta ultima data que o Administrador do Concelho fôsse também Comissario de Policia logo que vagasse este ultimo lugar. Ficaram existindo pelo mesmo regulamento 2 chefes, 1 escrivão, 4 cabos e 50 guardas distribuídos por 2 esquadras, cada uma

delas comandada por um chefe.

A lei de 12 de Junho de 1901 restabeleceu os cargos de Comissarios de Policia nos distritos com organização especial, e o decreto de 27 de Abril de 1918, que supomos não ter chegado a ter execução no Funchal, pôs á frente de cada distrito um comissario geral com superintendencia em todos os serviços policiaes. Pelo que respeita ao quadro do demais pessoal do comissariado, está constituído ainda hoje pela maneira estabelecida no regulamento de 7 de Dezembro de 1894, subsistindo também a divisão do corpo de policia Civil em duas esquadras (1921).

Embora alguma coisa se tenha adiantado desde 1834 até hoje no sentido de estabelecer a segurança pública no Funchal, é fora de dúvida que a nossa cidade está ainda muito longe de poder ser considerada como regularmente policiada. Se se não cometem agora os atentados graves que em épocas mais ou menos remotas desonravam as ruas do Funchal, cometem-se irregularidades e desatinos sem numero que a policia, pouco numerosa e negligente como é quasi sempre, não pode ou não quer reprimir (1921).

Supôs-se que a vinda para a Madeira duma fôrça da Guarda Republicana (V. este nome) seria de grande vantagem, mas os constantes conflitos provocados por praças da mesma guarda e as muitas prepotencias por elas praticadas, vieram mostrar que não era esse o meio de estabelecer a ordem e a segurança nesta ilha. Depois de haver estado afastada durante algum tempo do serviço policial na cidade, foi finalmente mandada retirar da ilha a Guarda Republicana que para aqui viera em 1919, partindo para Lisboa nas viagens do vapor San Miguel, de Abril e Maio de 1922.

Para estabelecer no Funchal a ordem e a disciplina que devem existir em tôdas as terras civilizadas, torna-se indispensavel aumentar o corpo de policia civil do distrito, como se disse em sessão da Junta Geral de 22 de Dezembro de 1921, e só admitir nele individuos robustos, inteligentes e de bons costumes. Não é com 50 homens, alguns deles quasi inutilizados, que se pode policiar uma cidade grande e populosa como é a nossa, sobretudo numa época de desrespeito e de decomposição social como aquela que atravessamos (1921).

Desde o dia 18 de Novembro de 1934, acham-se os diversos serviços da policia instalados no seu edificio á rua da Carreira.

Vid. Comissário da Policia.

Polícia de Emigração. A polícia repressiva da emigração clandestina foi criada por decreto de 11 de Maio de 1904, constando o seu pessoal de 1 comissario, 1 secretario e 6 agentes, pagos pela Junta Geral, de harmonia com a deliberação tomada por esta corporação em 23 de Abril do mesmo ano.

Polícia Florestal. Está a cargo dos guardas campestres nomeados e pagos pelas Camaras Municipais e de um corpo de policia especial de guardas de policia rural e florestal, criado pela extinta Junta Agricola, nos termos do regulamento de 8 de Março de 1913. Este corpo deve ter, quando completo, 3 chefes de guardas, 5 guardas a cavalo e 25 guardas a pé, sob a direcção do regente silvicola distrital.

Do Regimento das Madeiras, de 1562, e doutros antigos diplomas, ve-se que a guarda e conservação das matas estava entregue então aos juizes e vereadores, aos meirinhos da serra e aos ouvidores das duas jurisdições da ilha, cumprindo a estes ultimos, no mes de Janeiro de cada ano, proceder a devassas para se descobrirem os autores de quaisquer prejuizos causados às arvores.

Tendo sido extinta a Junta Agricola, ficou provisoriamente a cargo da Estação Agricola da 9.^a Região o serviço da policia rural e florestal, nos termos do artigo 33 do decreto de 3 de Abril de 1922 (1922).

Polvo (*Octopus vulgaris*). Molusco cefalópode que aparece nos sitios rochosos da zona costeira desta ilha. É pescado por acaso a linha ou em covo, e durante o verão é colhido á mão pelos rapazes, que mergulham para este fim, tendo o cuidado de «virar-lhe o capelo» para não serem incomodados pelos tentaculos do animal. O capelo e o saco onde se acha o sifão respiratorio, de modo que uma vez revirado, fica o polvo reduzido á mais completa impotencia. Como tôdas as especies do litoral, tem o polvo sido vitima do uso das bombas de dinamite e clorato de potassa, sendo porisso muito menos frequente hoje que outrora.

Segundo informações que nos foram dadas pelo sr. Adolfo de Noronha, entre a Madeira e Tenerife foi achado em Novembro de 1861, pelo aviso frances L'Alecton um polvo gigantesco de 5 a 6 metros de comprido, afora os oito enormes braços, que se verificou pertencer ao genero *Architeutis* contando-se tambem entre as mais raras especies de cefalópodes que tem sido achadas na Madeira o Argonaufa argo cuja concha delicada e elegantemente modelada em forma de voluta, serve a femea para nela abrigar os ovos.

Deposita-os nessa especie de berço flutuante e coloca-se em cima como que a chocá-los, ate o momento em que se dá a eclosão.

Pombo (*Columba palumbus*). Ave columbida que habita nas montanhas da Madeira. Constrói os seus ninhos sob as árvores, criando dois filhos de cada ninhada. É talvez a mais rara das especies de pombos que nidificam na Madeira, sendo conhecida tambem pelas denominações de pombo branco e pombo claro por causa da sua cor.

Há uma variedade que se distingue em ter a plumagem e a cor dos pés mais escuras que no tipo da especie.

Pombo Bravo (*Columba livia*). Ave columbida que aparece nas rochas da beira-mar e nas ravinas de toda a ilha. Tem habitos sociaveis, formando durante a criação pequenos grupos que se estabelecem nas rochas inacessiveis do litoral. O seu ninho é grosseiro e a postura, que consta de dois ovos duma cor branca levemente azulada, pode ter lugar duas vezes no ano.

É conhecida também pelos nomes da rocha, de pombinho e de pombo domestico, recebendo esta ultima designação somente quando criado nos pombais que abundam por toda a ilha.

Pombo Torcaz (*Columba trocaz*) Ave da familia Columbida que vive principalmente nos vales do interior da Madeira. É facil de reconhecer pelo círculo prateado que apresenta no pescoço e pelo comprimento do dedo médio dos pés. O seu principal alimento consiste em bagas de loureiro, gramineas, agriões, etc. Nidifica de Fevereiro a Junho, e aparece às vezes à venda no mercado do Funchal. A sua carne é de excelente qualidade. O pombo torcaz é conhecido também pelas denominações de pombo escuro da serra e pombo preto, por causa da cor da sua plumagem.

Pommer – Esc. (*Kalharina*). E.: *Madeira die Wald - Insel*. Berlim, 1902, folheto.

Ponson By. Este distinto malacologo inglês especialista no genero *Helix* esteve na Madeira de 1908 para 1909, e ainda noutras ocasiões que não podemos precisar.

Ponta da Atalaia. No sitio da Atalaia, freguesia do Caniço, e sensivelmente equidistante das pontas da Oliveira e do Guindaste,

fica a saliência de costa ou ponta chamada da Atalaia. Fica sobranceira a um pequeno Porto do mesmo nome.

Ponta da Cruz. Vid. *Cruz (Ponta da)*.

Ponta Delgada. (*Freguesia da*). Não é fácil acertar com a verdadeira origem do nome desta freguesia. Uma pessoa ilustrada que ali residiu alguns anos e que procedeu a serias pesquisas informa-nos que aquela denominação procede de Antonia Delgada viúva do capitão Antonio Gonçalves de Castro e falecida a 8 de Outubro de 1606. A esta afirmativa, temos a contrapor a existencia de varios alvarás regios do século XVI, sendo o mais antigo de 1552, registados nos livros da antiga Provedoria, em que se fazem referencias directas á freguesia da Ponta Delgada. Também Gaspar Frutuoso lhe dá em 1590 o nome de Ponta Delgada, dizendo que é «assim chamada por ser ali hum passo muito perigoso, que se passa por cima de dous páos, que atravessam de uma rocha a outra, e em tanta altura fica o mar por baixo que se perde a vista dos olhos» Não é também por certo, uma explicação muito satisfatoria o chamar-se Ponta Delgada a uma passagem apertada e perigosa, sobranceira ao mar.

A este lugar se chamou nos tempos primitivos da colonização Senhor Jesus, por motivo da capela desta invocação que ali existia, e ainda deste modo foi conhecido depois da criação da paróquia, mas é indubitavel que desde meados do século XVI se generalizou o nome de Ponta Delgada, por que se tornou depois conhecido.

Manuel Afonso de Sanha foi um dos mais antigos povoadores desta ilha e em 1469 obteve vastas terras de sesmaria, que se estendiam desde a Ponta Delgada até á Ribeira das Vacas. Fundou a capela do Senhor Bom Jesus, que foi o centro duma fazenda povoada, formando esta o nucleo primitivo de habitantes que constituíram a futura paróquia.

A freguesia da Ponta Delgada deve ter sido criada por fins do segundo quartel do seculo XVI, ao menos como curato autonomo, e é uma das mais antigas da costa-norte desta ilha. Teve como sede a capela do Senhor Bom Jesus, cujo ano de construção se ignora, mas que não deve ser muito posterior aos primeiros anos do século XVI, pois o seu fundador é dado como falecido em 1507. Sofreu alguns reparos e modificações no ano de 1636 e foi notavelmente acrescentada por 1700. Nos principios do século XIX, passou por novas reparações, ficando um dos mais belos templos da diocese, merecendo especial menção a capela-mor, a capela do Santissimo Sacramento e a sacristia. A 12 de Julho de 1908, foi esta igreja completamente destruida por um violento incendio, que a reduziu a um montão de escombros. Devido principalmente aos diligentes esforços e á dedicacão sem limites do pároco de então, o padre Casimiro Augusto de Freitas e Abreu, se procedeu á reconstrução do templo em 1910 sendo solenemente sagrado no ano de 1919.

Na noite de 30 de Dezembro de 1847 se cometeu nesta igreja um importante roubo de grande número de objectos de prata que causou muita sensação em tôda a ilha. Foram descobertos os autores do roubo, sendo restituídos a maior parte dos objectos roubados.

O curato da Ponta Delgada talvez dependente da freguesia de Machico, só foi definitivamente erecto em paróquia pelo ano de 1577, sendo seu primeiro vigário o padre Antonio Lopes seguindo-se-lhe no exercicio das funções paroquiais os padres Belchior de Insola, Rodrigo Afonso, Aleixo, Gil, etc. O alvará de 3 de Fevereiro de 1552 acrescentou 2\$000 réis anuais á congrua do cura que era então de 6\$000 réis por ano e 1 marco de prata. Ao vigário, por alvará regio de 28 de Fevereiro de 1577, foi elevado o seu vencimento a 20\$000 réis anuais e depois a 25\$000 réis, por alvará de 2 de Junho de 1581 tendo-lhe o alvará de 12 de Dezembro de 1588 fixado o mesmo ordenado em 16\$000 réis por ano e mais um moio de trigo e uma pipa de vinho.

A area desta freguesia compreendia os terrenos que ao presente a constituem e ainda a actual paróquia de Boaventura, sendo por alvará regio de 4 de Fevereiro de 1733 criado um curato, que teve sua sede na capela de Santa Quiteria, na referida freguesia da Boaventura, como mais largamente se pode ver no artigo que a ela consagramos, a pag. 154 do I.º volume desta obra.

A capela do Senhor Bom Jesus foi centro duma antiga romagem, que ainda hoje é das mais concorridas de tôda a ilha. Há noticia de que já se realizava em 1577, sendo, portanto, a romaria de mais remota epoca que se faz entre nós. A romagem do Senhor Jesus da Ponta Delgada, de Nossa Senhora do Monte e do Senhor dos Milagres, de Machico, são as mais antigas, as mais concorridas e as mais características desta diocese.

Tem esta freguesia a capela dos Reis Magos que era da casa Carvalho, e houve a de Santo Antonio, no sitio do Pico, e outra no sitio dos Ladrilhos, das quais nos ocuparemos em outro lugar desta obra.

Foi antigo morador desta freguesia e nela morreu a 15 de Julho de 1598, Antonio de Carvalho, do qual diz Gaspar Frutuoso: «homem tão cavalleiro como esforçado por sua pessoa, nobre, e magnifico por sua condição e grande virtude, com a qual por sua magnificencia tem adquirido tanta fama, e ganhado tanto nome com as vontades dos homens, que por isso lhe obedecem; e se for necessario dar um brado, ajuntará quinhentos homens da banda do Norte a seu serviço, para qualquer feito de guerra, como já lhe aconteceu, ou para qualquer outro; e não sem rasão, porque sua casa he hospital e acolheita de todo o pobre, hospedagem dos

caminhantes, e refugio finalmente de necessitados. Assi despende sua fazenda toda (que muita possuhe desta banda) nestas obras, que em sua casa se gastão em cada anno trinta moyos de trigo, fóra outros muitos que empresta, e com elle soccorre a quem tem necessidade, que todos recolhe de sua lavoura». E a seguir narra pormenorizadamente o historiador das ilhas muitas façanhas e episodios de fôrça e valentia praticados por Antonio de Carvalhal, como se pode ler a pag. 101 e 102 das Saudades da Terra.

Chamou-se em outro tempo á freguesia da Ponta Delgada a côrte do norte, por haver nela muitas casas de antigas e nobres familias, que ali residiam ou ali passavam uma parte consideravel do ano. Existiu nela a sede de alguns morgadios. Manuel Afonso de Sanha, instituiu os vinculos do Ribeiro do Pêso e da Ribeira do Inferno.

Mais duma vez se tem aventado a ideia de transferir para esta paróquia a capital do concelho e comarca, que tem suas sedes em S. Vicente. Varios magistrados judiciaes ponderaram já ao governo central a necessidade e conveniencia desta mudança.

As principais culturas agricolas são a vinha e a cana de açúcar, havendo dois engenhos para o fabrico de aguardente. A principal levada destinada á irrigação desta paróquia é a chamada levada Grande, que encabeça na ribeira dos Moinhos e atravessa parte da freguesia da Boaventura.

Tem esta freguesia duas escolas primarias officiais, uma para cada sexo, estação telegrafica aberta em Outubro de 1905, e é sede dum partido medico, que comprehende também a paróquia da Boaventura (1921).

O movimento do seu Porto é relativamente importante, aproveitando a esta e ás freguesias da Boaventura e Arco de S. Jorge. É ali o terminus das viagens que os vapores costeiros, partindo do Funchal, fazem alternadamente, por leste e oeste para o norte da ilha.

Nas serras desta freguesia há o encantador sitio chamado o Topo, donde se descortinam largos e surpreendentes horizontes.

São naturais desta paróquia o visconde de Gonçalves de Freitas e os conselheiros Antonio Gonçalves de Freitas e Francisco Antonio de Abreu (V. estes nomes).

Ponta Delgada (*Ponta e Portos de*). Nesta freguesia, há uma saliencia da costa maritima que tem o nome de Ponta Delgada. Nas

suas mais próximas imediações, ficam um pequeno Porto e uma limitada praia, que servem esta paróquia e as da Boaventura e Arco de São Jorge. Por 1908, construiu-se ali uma curta rampa, que dá acesso a pequena praia, afim de facilitar o transporte de mercadorias. Há também uma praia pouco extensa, no sitio chamado Passo da Areia.

Ponta do Garajau. Vid. *Garajau (Cabo do)*.

Ponta do Girão. É mais conhecida pelo nome do Cabo Girão.

Vid. Girão (Cabo).

Ponta de Larano. No sitio de Larano, na freguesia do Porto da Cruz, tem o nome de Ponta de Larano a saliência da costa marítima ali existente.

Ponta da Oliveira. Vid. *Oliveira (Ponta da)*

Ponta do Pargo (Farol da). No alto da saliência da costa marítima, conhecida pelo nome de Ponta do Pargo e onde chamam a Vigia, levanta-se o edifício do farol, cuja existência era de há muito reclamada, mas que sómente teve uma concreta realidade no ano de 1922, em que aquela costa começou a ser iluminada. Algures se lê que este farol «emite três sucessivos fochos de luz branca da potencia de 5,500 carcélas, cada um de 0,5 de segundo, a espaços de 3,5 segundos».

Ponta do Pargo (Ponta da). O ponto mais extremo do litoral oeste da Madeira é constituído por uma acidentada saliência, que tem o nome de Ponta do Pargo. Essa saliência da costa marítima e as suas mais próximas imediações formam uma parte consideravel daquela freguesia, sendo ali que se encontra o farol, a que se faz acima referencia.

Ponta do Pargo (Freguesia da). É a freguesia do extremo oeste da costa sul desta ilha. Fica situada no alto de rochas sobranceiras ao mar, formando em parte uma pitoresca planície, sem grandes acidentações do terreno, a não ser na região montanhosa que a limita principalmente pelo norte.

A origem do seu nome di-lo bem claramente Gaspar Frutuoso: « Da Calheta passou o capitam abaixo até a derradeira ponta sobre o mar, donde parece que não ha mais terra; e estando aqui, lhe trouxeram os do batel de Tristam e do batel de Alvaro Afonso hum peixe, que parecia pargo, de maravilhosa grandura, e o mayor que até aquelle tempo tinham visto; por razão do qual peixe ficou nome áquella Ponta a do Pargo. Desta Ponta do Pargo vira a terra para o Norte até outra ponta, que distará desta huns dizem duas, outros tres, legoas. . . »

Além da Ponta do Pargo, prosseguindo na direcção do norte, encontra-se a Ponta do Tristão, que, como se sabe, constituiu um dos limites da divisão das duas capitánias do Funchal e Machico, que teve como outro limite a Ponta da Oliveira.

Os terrenos que formam ao presente a freguesia da Ponta do Pargo pertenceram primitivamente á paróquia da Fajã da Ovelha e desta foram desmembrados quando aquela se instituiu em freguesia autonoma. Não se conhece o ano preciso da sua criação, mas deve ser anterior a 1560, por isso que o alvará régio de 4 de Março deste ano acrescenta um moio de trigo e um quarto de vinho á cõgrua do paroco, que era então de 11\$000 réis anuais. O alvará de 1 de Março de 1577 fixou ao pároco o vencimento anual de 20\$000 réis e o de 9 de Junho de 1581 elevou-o a 25\$000 réis também anuais.

Foi a capela de São Pedro, de cujo instituidor e ano de construção não temos noticia, que serviu de sede nova paróquia. Passou por acrescentamentos e reedificações em anos que não podemos precisar. Foi ordenada a sua reconstrução por mandado do Conselho da Fazenda de 20 de Julho de 1620, sendo as respectivas obras orçadas na importancia de 2.231\$606 réis, ignorando-se a reedificação se realizou imediatamente, o que nem sempre acontecia. No ano de 1851, fizeram-se obras importantes de reparação neste templo, dispendendo-se cêrca de 1 700\$000 réis. Informam-nos de que a igreja paroquial, nas suas construções e reconstruções, ocupou três lugares diferentes, mas sempre no mesmo sitio do Salão. Primeiramente esteve onde chamam o Pé do Pico, depois na Achada da Igreja e finalmente no lugar em que actualmente se encontra.

Foram Pedro de Couto Cardoso, André Nogueira e Duarte Mascarenhas Jaques os primeiros sacerdotes que exerceram funções paroquiais nesta freguesia. Nela foi criado um curato nos fins do século XVIII.

Existem nesta paróquia as capelas de Nossa Senhora do Amparo e de Nossa Senhora da Boa Morte, a que já noutra lugar nos referimos.

Tem duas escolas primárias oficiais, sendo uma do sexo masculino, criada em 1850, e outra do sexo feminino, criada em 1910. É justo lembrar aqui os serviços prestados a esta freguesia e ainda a outras freguesias vizinhas pela professora particular D. Maria Amélia de Sousa, que, num período aproximado de setenta anos, ministrou a instrução primaria a muitos individuos de ambos os sexos, com muita proficiencia e a maior dedicação, merecendo que o seu nome se perpetue na memoria dos filhos desta paróquia.

Houve três casas vinculadas com sede nesta freguesia, sendo os ultimos representantes João Alves Espinola e Freitas, Francisco Freire de França e Almeida e Manuel de Ponte de Gouveia.

É importante a indústria da engorda do gado vacum e a da produção de leite destinado ao fabrico da manteiga. As culturas agricolas são as mesmas das outras freguesias, com excepção da cana de açúcar, merecendo especial menção o vinho sercial produzido nesta região, que sempre foi considerado como de superior qualidade.

A agricultura é beneficiada pelas levadas dos Moinhos, Cabo, Lombada da Velha, Ribeira da Vaca, Serrado, Serra, Ribeiro Velho, Lombadinha, Amparo e Lombo, além da do Rabaçal, que também fertiliza uma parte desta freguesia. As costas maritimas da Ponta do Pargo e Achadas da Cruz eram paragens em extremo perigosas para a navegação, impondo-se a necessidade do estabelecimento dum farol na primeira daquelas freguesias, por constituir o ponto mais saliente das mesmas costas e ficar situado numa altitude em que a luz da lanterna facilmente se projectaria até a algumas milhas de distancia.

Há já alguns anos que foi construído o edificio destinado á instalação do farol, devido á iniciativa da Junta Geral do distrito, que custeou tôdas as despesas de edificação, tendo o farol começado a funcionar em 5 de Junho de 1922. Há também na freguesia uma estação telegrafo-postal e semaforica.

Esta paróquia pertenceu ao concelho do Porto Moniz desde que este foi instalado, em 1835, até o ano de 1849, em que foi suprimido, passando então a fazer parte do concelho da Calheta. Restaurado o concelho do Porto Moniz em 1855, nele foi de novo encorporada a freguesia da Ponta do Pargo. A lei de 26 de Junho de 1871 desanexou-a do concelho do Porto do Moniz e reintegrou-a no concelho da Calheta, a que hoje pertence.

Sítios principais: Cabo, Lombada Velha, Ribeira das Vacas, Serrado, Salão, Corujeira de Dentro, Corujeira de Fora, Lombadinha, Amparo e Lombo.

A população da paróquia, segundo o censo de 1911, é de 2546 habitantes.

Ponta de São Lourenço. Fica na extremidade leste da Madeira, e, segundo Frutuoso, recebeu o nome por que é conhecida por se chamar S. Lourenço o navio em que vinha o capitão João Gonçalves Zarco, quando a ilha foi descoberta.

«A Ponta de S. Lourenço, diz Mousinho de Albuquerque, que se estende por perto de 3 milhas ao mar na direcção W. para E. com muita pequena largura, é composta de uma sucessão de restos de montes, que parecem haver sido destruídos pela maior parte: e logo que começa a ser mais estreita, pouco depois de passada a povoação do Caniçal, apresenta geralmente os restos de camadas, que mergulham para o S. ou SW., e que da parte do norte se acham subita e verticalmente cortadas, formando o corte escarpas quasi verticais sobre o mar.»

Durante o estio, é a Ponta de S. Lourenço arida e triste porque os ardores do sol bem cedo requeimam a vegetação que reveste os terrenos; mas, durante a primeira parte da primavera, quando os pequenos vales e as colinas se apresentam ornados em varios pontos dum luxuriante tapete de verdura, por entre o qual avultam diferentes especies que se não encontram em nenhum ponto mais da ilha, muda muito o aspecto desse lugar, ao qual a vida da natureza imprime atractivos que alegram e deleitam o visitante.

O Ilhéu de Fora, onde está o farol, é considerado como fazendo parte da Ponta, embora esteja separado da terra vizinha por um canal ou boqueirão com cêrca de 85 braças de largo A 3 a 4 de fundo. A oeste, ficam o Ilhéu dos Desembarcadouros e o de Agostinho, seguindo-se-lhes a baía da Abra, onde há um cais (V. este nome), e depois o sitio da Piedade, com uma praia de areia calcarea, a unica neste genero que existe na ilha. Sôbre um montículo junto da praia, ergue-se a pequena capela de Nossa Senhora da Piedade (V. este nome).

Todo o terreno da Ponta é agora perfeitamente desarborizado, mas, perto da praia de que acabamos de falar, existem muitos corpos calcareos que a serem, como tudo leva a crer, restos petrificados de vegetais lenhosos, atestam que já naquele sitio houve em épocas bastante remotas algumas matas. (V. Corpos calcáreos).

No sítio da Piedade encontram-se muitas conchas terrestres pertencentes a especies da região alta, poucas das quais aparecem vivas naquela localidade. Este facto bastante curioso, não teve ainda uma explicação satisfatoria.

Nalguns pontos da Ponta de S. Lourenço criam-se alguns gados, e o Ilhéu dos Desembarcadouros e as terras da Abra são afamados

pela grande quantidade de plantas forraginosas que produzem. O melhor feno da Ilha vem da Ponta de S. Lourenço.

Há grande falta de nascentes em tôda a Ponta, mas as chuvas são abundantes ali desde o outono até a primavera. As terras poderiam produzir cereais, se o gado não destruísse as culturas.

Oferecem particular interesse a este assunto os artigos *Agostinho* (Ilhéu do), *Desembarcadero* (Ilhéu do) *Farois e Corpos Calcáreos da Piedade*.

Ponta do Sol (*Freguesia da*). O autor das Saudades, fazendo a descrição sumaria da primeira exploração realizada pelos descobridores através da costa sul desta ilha, diz que João Gonçalves Zarco, metendo-se nos batéis na Ribeira Brava, «chegou a uma ponta que se faz abaixo huma legoa, e entra muito no mar; e, porque na rocha que está sobre a ponta se enxerga de longe e se vê claro huma vea redonda na mesma rocha com huns rayos que parece sol, deolhe nome o capitam a Ponta do Sol...» Em outra passagem da mesma obra se lê que «...Ponta do Sol se chama assi, por ter uma ponta ao Occidente da villa que tem o parecer... aonde tambem dá o Sol primeiro que na villa quando nace». Eis a explicação que o cronista apresenta para justificar a origem do nome desta localidade e que na verdade parece plausível, não havendo razões de pêso que inteiramente a contrariem. Ignoramos se outros lugares com identica denominação, como uma localidade que existe na ilha de Santo Antão, Cabo Verde, tirariam a origem do seu nome de circunstancias semelhantes ás que ficaram registadas pelo dr. Gaspar Frutuoso.

João Agostinho de Freitas, um inteligente e paciente investigador das cousas do seu rincão natal, não se afasta sensivelmente da opinião de Frutuoso, dizendo que o nome «derivou de um braço ou restinga de rocha viva que por avançar pelo mar dentro se chama ponta, de uma saliencia com viezes ou fendas concentricas, em forma de resplendor, como é costume figurar o Sol, a qual existia na face do rochedo do Passo que fica vertical ao Fojo, junto á dita ponta». E acrescenta: «este rochedo fica ao sueste da villa e não ao occidente, como talvez por erro do copista se diz no manuscrito do Dr. Frutuoso, que se acha na livraria da Camara do Funchal».

A Ponta do Sol começou a ser colonizada aproximadamente por 1440. Um dos seus mais antigos povoadores foi Rodrigues Enes, o Coxo, obtendo ali vastos terrenos, estabeleceu uma importante fazenda povoada, que foi a origem e o primitivo nucleo da futura freguesia. Diz-se algures que os terrenos começados a arrotear por Rodrigo Enes e que lhe foram concedidos em sesmaria, ficavam

a oeste da ribeira e se estendiam da orla do oceano até ao Arrebentão, junto ao Paul da Serra.

Conjectura-se que tivesse feito assentamento neste lugar pelos anos de 1450. Não se sabe o ano da sua morte, mas conhecem-se algumas das suas disposições testamentarias, feitas a 8 de Abril de 1486, nesta localidade, perante o tabelião do Funchal, João Távira, e entre elas se encontra a seguinte: «manda que da renda da sua terça lhe façam uma capella em a igreja da Ponta do Sol da parte da mam direita excontra o mar, e será feita como a de Clara Esteves, que é em a igreja de Santa Maria Maior do Funchal, e será da invocação do Espirito Santo e será posta em ella uma imagem do dito Senhor, e vestimenta de sêda e calix de prata de um marco». Segundo um distinto investigador, que por muitos anos residiu na freguesia da Ponta do Sol e ali faleceu, a capela conhecida pelo nome de Capela do coxo é a de Nossa Senhora do Patrocinio e ali, junto do altar e sob o respectivo madeiramento do soalho, se encontra a sepultura de Rodrigo Enes. Seria interessante verificar se a epigrafia do tumulo de Rodrigo Enes confirma estas indicações, pois se afirma que êle expressamente determinara no seu testamento que na inscrição sepulcral se fizesse especial menção de ser êle o fundador do lugar da Ponta do Sol. Conviria mesmo pôr a descoberto o tumulo daquele que tem o seu nome tão estreitamente ligado á primitiva historia desta localidade, prestando-se qualquer outra condigna homenagem á sua memoria. É á municipalidade da Ponta do Sol que corre o indeclinavel dever de tributar esse merecido preito á memoria do fundador desta freguesia.

Não se conhece a data da criação desta paróquia. Conjecturamos que seria no terceiro quartel do seculo XV. É das mais antigas desta diocese.

O diploma mais antigo que acêrca desta freguesia temos encontrado citado é o alvará regio de 28 de Agosto de 1559, pelo qual se fixa ao pároco a cômgrua de 10\$300 réis anuais em dinheiro e um moio de trigo e uma pipa de vinho. Os alvarás de 23 de Julho de 1566, de 13 de Março de 1572 e de 27 de Novembro de 1598 elevaram respectivamente o vencimento anual do vigario a 13\$300, 26\$000 e 29\$000 réis, além do moio de trigo e da pipa de vinho.

Tinha esta freguesia uma colegiada (V. Colegiadas) composta de quatro beneficiados, além do curato, que foi criado pelo alvará regio de 26 de Agosto de 1589.

A capela de Nossa Senhora da Luz, onde se instalou a sede da paróquia, é de construção anterior á criação desta, ignorando-se o ano em que foi edificada e o nome do seu fundador. Tem sofrido varias modificações e parece que foi quasi inteiramente reconstruida e

acrescentada no primeiro quartel do século XVIII, segundo se lê nuns Apontamentos que o Dr. Tomé Vieira Barreto deixou exarados num dos livros da igreja paroquial, quando ali foi pároco.

Nesta igreja se venera a imagem de Nossa Senhora da Luz, que é o seu orago, cujo culto especial esteve em tempo muito generalizado nesta e ainda em muitas outras freguesias. Fr. Agostinho de Santa Maria, no tomo X da sua conhecida obra Santuario Mariano, consagra um capítulo ao culto que então se prestava àquela veneranda imagem. O padre Miguel Francisco Velosa, vigário desta igreja paroquial, impetrou e obteve da Santa Sé um breve, datado de 30 de Julho de 1805, pelo qual se concede a graça de indulgencia plenaria, por ocasião da festa do orago, das suas novenas e respectivo oitavario, isto é, desde o dia 30 de Agosto até o dia 15 do mês de Setembro de cada ano, a tôdas as pessoas que devidamente preparadas visitarem a igreja paroquial desta freguesia.

Teve esta freguesia muitas capelas, das quais daremos resumida noticia em outros lugares desta obra.

A freguesia da Ponta do Sol, pelo seu rapido e largo desenvolvimento, atraíu um numero consideravel de individuos, vindos do continente do reino e ainda do estrangeiro, que ali obtiveram muitas terras de sesmaria, sendo alguns deles o tronco de importantes casas vinculadas que tiveram sua sede nesta localidade e subsistiram até os nossos dias... Entre esses individuos, citaremos Rodrigo Enes Furtado, de quem já falámos acima, de nobre linhagem e que teve nesta freguesia larga descendencia; Rui Gonçalves da Camara, de quem já nos ocupámos (Vol. I pag. 206 e II, pag. 278); D. João Henriques, a cuja familia pertence o padre Leão Henriques, havendo ainda hoje um sitio com o nome de Pomar de D. João, que lhe pertencia; Pedro Delgado, que teve sesmaria no Lombo das Adegas; Rodrigo Anes Coelho, da familia de Rodrigo Enes Furtado, que parece ter tido terras no Lombo de São João; Diogo Ferreira de Mesquita, que fundou a capela do Livramento, e ainda outros. Dentre os estrangeiros, podemos lembrar os nomes de João Esmeraldo, de quem já nos ocupámos com alguma largueza, Antonio de Lemes, de origem flamenga, cujos descendentes deram o nome ao sitio dos Lemes, um individuo de apelido Schomberg e outros.

Varios morgadios existiram dentro dos limites desta freguesia, devendo mencionar-se o do Espirito Santo e Vale da Bica, de que já nos ocupámos no artigo Lombada dos Esmeraldos, o da Fajã do Furtado, instituido por um descendente de Rodrigo Enes, o Coxo, o dos Lemes, por Antonio Leme, no sitio que tem o seu nome, o dos Anjos, com sede na capela desta invocação e criado por Martim Afonso, e um instituido por Diogo Ferreira Mesquita e outro por Ambrosio Berenguer em 1601.

Dos filhos mais distintos da Ponta do Sol, citaremos os nomes do padre Leão Henriques, dr. Antonio da Luz Pita, dr. João Augusto Teixeira, conego Feliciano João Teixeira e dr. Nuno Silvestre Teixeira, dos quais em outro lugar nos ocuparemos.

Injustiça seria não recordar aqui o nome de João Agostinho de Freitas, que foi um paciente e distinto investigador da historia desta freguesia, tendo deixado alguns manuscritos de valor. Com o titulo de Resumo da Hera Patriotica, escreveu uma monografia da Ponta do Sol, que por diligencia dum dos redactores deste Elucidário foi publicada nos n.ºs 335 a 340 no Jornal Brado do Oeste. Nasceu em 1827 e faleceu no ano de 1906. Também não queremos esquecer o nome de Nuno de Freitas Pestana, que, como advogado provisionista e nos lugares que desempenhou, revelou não vulgar talento e illustração.

Uma obra notavel que tem esta freguesia é o seu cais de desembarque, mandado construir pela respectiva camara municipal no ano de 1848. No ano immediato, não estando ainda concluida toda a obra, comunicou o chefe do distrito José Silvestre Ribeiro ao governo central o empreendimento realizado pela Camara, pondo em relêvo o serviço que ela prestara a esta localidade. Não consta que nenhuma municipalidade se tenha ali abalançado a realizar qualquer outro melhoramento de vulto.

O infante D. Luís, depois rei de Portugal, visitou esta freguesia no dia 25 de Outubro de 1858, dirigindo-se á pitoresca estancia do Rabaçal e regressando a esta vila no dia immediato. Tanto á chegada como na volta do Rabaçal, almoçou, bem como a comitiva, na residencia do considerado pontassolense Nuno de Freitas Pestana. Desembarcou e embarcou no Lugar de Baixo, por o mau estado do mar não o permitir fazer no cais da vila.

«A Ponta do Sol como freguesia, diz João Agostinho de Freitas, estendia-se por todo o territorio desde a ribeira da Tabúa, a leste, até á ribeira da Magdalena, a oeste. Depois, não se sabe a epoca precisa, mas supõe-se que seria pelos anos de 1510 ou ainda alguns anos mais tarde, sendo criadas as parochias da Magdalena e dos Canhas, a oeste, e a da Tabúa, a leste, ficou o territorio da Ponta do Sol reduzido a uns tantos kilometros de costa, isto é, desde a foz da ribeira do Alto, limite dos Canhas, até á foz da ribeira da Caixa, limite da Tabúa».

Os principais sitios desta freguesia são: Vila, Ribeira da Ponta do Sol, Lombo das Terças, Lemes, Lombo das Adegas, Pomar de D. João, Lombo de S. João, Fregueses Novos, Ribeira da Lombada, Lombada, Entre Caminhos, Jangão e Lugar de Baixo. O censo da população de 1920 dá a esta Freguesia 6.190 habitantes.

No livro *Na Madeira-Offereidas*, de D. Mariana Xavier da Silva, publicado em Lisboa no ano de 1884, encontram-se as narrativas *O Rapazinho da Lombada, A Virgem das Dôres e Ponta do Sol*, que interessam á historia e costumes desta freguesia.

V. os artigos *Isabel de Abreu, João Esmeraldo, Lombada dos Esmeraldos e Lugar de Baixo*, além dos consagrados ás capelas e aos pontassolenses mais distintos.

Ponta do Sol (*Ponta, Porto e Cais da*). A saliencia da costa maritima conhecida por esta denominação fica em parte situada no extremo leste da vila do mesmo nome. Lemos algures que tal nome provém da circunstância avistar-se o sol daquele ponto, em todo o ano, desde que nasce até que se oculta no horizonte.

Nas suas mais próximas imediações, fica o pequeno porto, em frente da vila e em parte limitado por uma praia de curta extensão e por uma pequena ponta, em que assenta o cais, que dá acesso directo ao centro da mesma vila. Sendo esta a sede do concelho e da comarca e servindo o porto a esta localidade e a outras povoações vizinhas, tem este Porto um movimento de passageiros e de carga relativamente grande, estando em freqüentes comunicações, por meio de vapores costeiros, com a cidade do Funchal e com algumas freguesias da costa-oeste da Madeira. O cais, que é obra de certo aparato architectonico, foi mandado construir pela Camara Municipal daquele concelho, nos anos de 1848 a 1850. Alguns estudos se fizeram para o prolongamento deste cais, aproveitando-se os cachopos que se encontram no local, e em 1880 foi elaborado um projecto e plano de obras, que nunca chegaram a realizar-se. O primeiro nome dado a este cais foi de Duque de Leuchtenberg, residente na Madeira no tempo da sua construção.

Ponta do Sol (*Vila e Município da*). Nos tempos primitivos da colonização madeirense, foi a Ponta do Sol um dos mais activos centros da indústria agricola, especialmente com a cultura da cana de açúcar e com os correlativos produtos da industria sacarina. Muitos sesmeiros vindos do Continente se estabeleceram nesta localidade, um grande numero de escravos mouros e negros trabalhavam no amanho das terras, construíram-se muitos engenhos para o fabrico do açúcar, o que tudo concorria para o engrandecimento e prosperidades deste lugar. Afirma Frutuoso que João Esmeraldo (V. este nome), tinha na sua propriedade da Lombada cêrca de oitenta escravos, e que chegou a fabricar vinte mil arrobas de açúcar por ano, o que nos parece exagerado.

Crescendo em importancia e população, e sendo o centro de outras pequenas povoações que se foram criando nos seus arredores, era natural que constituísse uma vila e Município com o seu foral privativo, em que lhe fossem outorgadas as regalias e isenções de que os povos eram então muito ciosos. Assim o entendeu o governo da metropole e, diz o monarca na respectiva carta régia, nós de nosso proprio moto sem no êlles requererê nem outros em seos nomes hemos por bem & fazemos do dito logar da ponta do soll billa... Este diploma tem a data de 2 de Dezembro de 1501 e acha-se registado no tomo 1.º do «Registo Geral da Camara do Funchal» a fls. 67. A copia que existe na secretaria da Camara da Ponta do Sol e que foi extraída do registo da Camara do Funchal, contém varias incorrecções, segundo afirma o anotador das Saudades. O respectivo foral, que é comum aos Municípios do Funchal e da Calheta, tem a data de 6 de Agosto de 1515 e vem transcrito a pag. 494 e seguintes das Saudades da Terra.

O novo Município foi desmembrado do do Funchal e estendia a sua area e jurisdição desde a ribeira da Ponta do Sol até a ponta do Tristão. A Lombada dos Esmeraldos pertencia ao Município do Funchal, embora sob o ponto de vista eclesiastico dependesse da igreja paroquial de Nossa Senhora da Luz, sendo somente em 1835, por alvará do Prefeito, datado de 24 de Janeiro e registado no Arquivo da Camara do Funchal, que foi encorporada no concelho da Ponta do Sol.

Com a criação do Município da Calheta, em ano que se não pode determinar com precisão, mas que não foi além de 1502, ficou o Município da Ponta do Sol limitado a metade da freguesia do mesmo nome, aos Canhas e á Madalena, que nessa época não eram ainda paróquias autonomas, e ao sitio do Pinheiro, que faz parte agora da freguesia do Arco da Calheta.

Assim se manteve a area deste Município, até que em 1835, com a criação e reorganização dos concelhos, foi constituído o concelho da Ponta do Sol com as freguesias da Ponta do Sol, Madalena do Mar, Canhas, Tabua, Ribeira Brava e Serra de Agua.

Criado o concelho da Ribeira Brava, no ano de 1914, foram as freguesias da Tabua e Serra de Agua desmembradas do concelho da Ponta do Sol e incorporadas no novo concelho.

É tradição que ao ser o lugar da Ponta do Sol elevado á categoria de vila, lhe ofereceu o rei D. Manuel um padrão de pesos e uma chancela com as armas do Município. Compunham-se estas de um rosto, como é costume representar o sol, tendo em tórno a seguinte legenda: Benedictus Dominus Deus Israel quia visitavit et fecit redemptionem. O padrão de pesos é de bronze e pesa 64 arrateis, tendo gravado em volta: Me madou fazere Dom Emânuel rei de Portugal Ano de 1499. Num documento oficial dirigido ao govêrno central em 1853, se diz que este padrão é, no seu genero, uma peça arqueologica de valor.

É a vila da Ponta do Sol sede da comarca do mesmo nome, que abrange os concelhos da Ribeira Brava, Ponta do Sol e Calheta. Esta comarca, como as de Santa Cruz e São Vicente, foi criada pelo decreto de 12 de Novembro de 1875. Instalou-se no dia 28 de Abril de 1876, sendo seu primeiro juiz e primeiro delegado os d^{rs}. Martinho da Rocha Guimarães Camões e Antonio Augusto Ribeiro de Campos, que tomaram posse dos seus cargos no dia e por ocasião da instalação da comarca.

Ponta do Tristão. Fica na freguesia do Porto do Moniz e a curta distância de Santa Maria Madalena. Dum lado e outro dela, existem algumas praias de grossos calhaus, que são péssimos desembarcadores.

A ponta do Tristão constituiu um dos limites da divisão das duas capitánias do Funchal e de Machico, como já dissemos noutro lugar (1-244).

Tanto a ponta como a vizinha ribeira do Tristão, que separa a freguesia do Porto Moniz da das Achadas, só muito recentemente foram exploradas sob o ponto de vista botânico, tendo sido achados aí pelo naturalista J. Gonçalves da Costa—a *Beta vulgaris var. maritima*, a *Ononis Costae*, o *Carex pendula*, o *Carex elata*, o *Allium vineale*, o *Polypodium drepanum*, etc. etc..

Pontas. As principais pontas são: a de S. Lourenço no concelho de Machico, na qual há diversas pontas secundárias, tais como a do Furado, a da Abra, a dos Dedais, a do Rosto, etc.; a da Queimada, no mesmo concelho; a de Santa Catarina, a do Guindaste, a da Atalaia e a da Oliveira, no concelho de Santa Cruz; a da Cruz, no concelho do Funchal; a de Agua, no concelho de Camara de Lôbos; a do Sol, no concelho da Ponta do Sol; a da Galé e a do Pargo, no concelho da Calheta; a do Tristão, no concelho do Porto do Moniz; a Delgada, no concelho de S. Vicente; e a de S. Jorge, de Santana e do Cortado, no concelho de Santana (Vid. estes nomes).

As principais pontas da ilha do Porto Santo são: a do Incão, a dos Frades, a Branca, a da Cruz, a dos Varadouros, a do Furado e a da Calheta. (Vid. *Porto Santo*).

Nas Desertas há a assinalar: a ponta da Agulha, no Bugio, e a do Boqueirão, do Pedregal, do Norte e da Rocha Negra, na Deserta Grande (V. *Desertas e Cabos*).

Ponte Nova (*Rua da*). A actual rua deste nome comunica a margem esquerda da ribeira de Santa Luzia com a Calçada da Incarnação, mas a antiga estendia-se até a rua dos Ferreiros, abrangendo, portanto, uma parte da actual rua dos Netos. Esta parte da rua foi aberta em 1833.

As obras da chamada Ponte Nova, sobre a Ribeira de Santa Luzia foram arrematadas por 890\$00 réis, em sessão camararia de 25 de Maio de 1768.

Pontes (*Padre Armando Augusto de*). Nasceu no Funchal a 18 de Maio de 1836 e morreu na freguesia de Machico a 3 de Novembro de 1897. Coursou o liceu e o seminário desta cidade, e ordenou-se de presbítero a 16 de Setembro de 1860. Exerceu funções eclesíasticas em diversas paróquias desta diocese especialmente na freguesia de Machico, onde foi pároco durante muitos anos. Era homem bastante inteligente e de vasta ilustração, sendo igualmente um sacerdote modelar e de uma impecável austeridade de carácter.

Teve uma larga colaboração em alguns periódicos e nomeadamente no antigo Jornal Verdade. Publicou os opúsculos *O Domingo, a Fé*, Funchal, 1895, de 55 pag., *Excursões na Madeira*, Funchal, 891, de 106 pag. e *Um monumento Histórico*, Funchal, 1886, de 27 pag..

Pontinha (*Sítio, Estrada, Ilhéus e Molhe da*). Por vezes tem parecido estranha a denominação de Pontinha dada á saliência da costa marítima, que em parte serve de limite ao nosso pequeno porto de abrigo. O local era primitivamente conhecido pelo nome de Ilhéus, por terem ali existido dois isolados rochedos banhados pelo mar, abrangendo esta denominação as mais próximas imediações do sítio referido. Ainda hoje a rua dos Ilhéus, que fica nas suas circunvizinhanças, recorda o nome primitivo.

O minúsculo ilhéu, que estava situado mais próximo do litoral, ficou ligado á terra nos princípios do terceiro quartel do século XVIII, por meio de fortes muralhas, que entestavam com as paredes de um reduto fortificado ali existente. O outro ilhéu, que ainda bem distintamente se encontra nesse local, teve a sua definitiva ligação com o primeiro ilhéu e com a costa no ano de 1889, ao

concluir-se o muralhão, que constitui a parte mais importante do molhe da Pontinha.

O ilustre comentador das *Saudades da Terra*, embora um pouco forçadamente, apresenta esta explicação do nome de Pontinha, dado àquele trecho da costa marítima: «Desses dois ilheus, o mais ao mar e ainda agora (em 1873) insulado nas águas como dantes, pelo que conserva o nome de Ilhéu; o outro desde muitos tempos ligado ao litoral da ilha por fortes paredões, tem, por isso, a denominação de Pontinha».

Este nome, que tem predominado no decorrer do tempo, é de uso bastante antigo e pode remontar-se aos meados do século XVI.

As mais seguras probabilidades persuadem que aproximadamente por 1425 se teria iniciado a colonização da Madeira. O historiador das ilhas, ao descrever a primeira exploração realizada ao longo da costa marítima e referindo-se particularmente à chegada dos primitivos povoadores ao sítio que depois se chamou Funchal, diz-nos que êles «por ser já tarde, se foram abrigar aos Ilheus, que no cabo dele (o vale do Funchal) estão». É a mais remota referência que se conhece feita aos Ilhéus da Pontinha. O sítio e as suas proximidades do litoral tomariam desde então a denominação de Ilhéus, prevalecendo posteriormente o de Pontinha, como acima fica referido.

Nas imediações deste sítio fundou Antonio Dantas, no ano de 1622, a capela de Nossa Senhora da Penha de França, a qual estão ligados alguns factos que interessam bastante à história da Madeira (Vid. *Penha de França*). E ainda nas mesmas imediações e tomando o nome dessa capela, se construiu uma fortaleza, no segundo quartel do século XVII e reedificada em 1712, que serviu de aquartelamento a uns destacamentos de tropas inglesas no ano de 1801, quando ocuparam esta ilha.

No ilhéu mais distanciado da costa, construiu-se no ano de 1654 a «Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição do Ilhéu», onde em 1682 se edificou uma pequena capela dessa invocação, que teve seu capelão privativo desde o ano de 1692. Em 1866, foi ali colocado um minúsculo farol de luz vermelha, que geralmente e por ironia se chamava a braza do Ilhéu, e que foi substituído no ano de 1931 por um farol, em condições normais. Ainda há poucos anos estacionava permanentemente nesta praça um destacamento da Companhia de Artilharia aquartelada na Fortaleza de São Tiago, que particularmente se destinava a corresponder às «salvas» dos navios de guerra entrados no nosso Porto. Funcionava aí uma estação semafórica.

A ligação do ilhéu da Pontinha, situado mais próximo do litoral, com a costa fronteiriça fêz-se no período decorrido de 1757 a 1762, por meio de sólidas muralhas, como se disse, conjecturando-se que essas obras se realizaram por ocasião da construção do pequeno

forte de São José, que ali existiu, ou um pouco anteriormente a essa construção.

Essa ligação e a escada talhada por essa época na rocha viva constituía já um pequeno cais para desembarque, que foi muito aproveitado, quando o estado do mar não permitia fazê-lo na praia.

No volume I.º do «Archivo da Marinha e Ultramar», publicado em 1907, vêm citados muitos documentos relativos ás obras que deveriam realizar-se no Porto do Funchal, fazendo-se referencia aos projectos apresentados pelo engenheiro Francisco Tossi Colombina e aos trabalhos já iniciados sob a sua direcção, que então despertaram particular interesse e que abrangiam alguns melhoramentos na Pontinha.

Quando, por meados do século XVIII, se fêz a ligação de um dos ilhéus com o litoral, como ficou dito, ter-se-ia construído uma escada praticada na rocha ou um pequeno cais de desembarque, que em 1850 foi bastante melhorado, havendo-se concluído a construção de um cais em condições mais vantajosas no ano de 1878 e que por ocasião da edificação do molhe recebeu ainda notáveis melhoramentos.

Os trabalhos ali realizados, desde os meados do século XVIII até o ano de 1878, não ofereciam garantias de segurança e de comodidade nos desembarques, tornando-se varias vezes indispensavel construir-se cais improvisados de madeira, quando imperiosas circunstancias de ocasião a isso obrigavam.

Pelos anos de 1872, projectou-se a construção da aprazivel «Estrada da Pontinha» que principalmente depois da conclusão das obras do pequeno Porto de abrigo presta ao publico os mais apreciaveis serviços, que ainda maiores serão á medida que forem melhorando as condições do mesmo Porto. Os trabalhos não se iniciaram desde logo e foi morosa a sua construção, que sòmente foi dada por concluída em 1895, alguns anos ainda posteriormente á do Molhe da Pontinha. Muito contribuiu para o aformoseamento da baía, facilitando também as comunicações da parte mais movimentada da cidade com os bairros do oeste do Funchal. No alto da aprumada escarpa sobranceira a esta estrada, encontram-se algumas das melhores «quintas» da Madeira, que gozam de uma invejosa situação relativa á vista do Porto e de todo o anfiteatro do Funchal.

Estende-se o Caminho da Pontinha desde a parte oeste do cais da Entrada da Cidade até o molhe, e recebeu em sessão de 6 de Julho de 1922 o nome de rua Sacadura Cabral (V. Navegação aérea).

O caminho da Pontinha já se chamou também Avenida do Dr. José António de Almada e de Francisco Ferrer, sendo portanto uma das vias públicas que mais crismadas tem sido pelas nossas municipalidades. Esteve para ser aberto nos principios do século XIX, mas só veio a construir-se muito mais tarde, entre 1873 e 1875, quando era director das Obras Publicas o falecido engenheiro Julio Augusto Leiria.

Nos artigos *Cais*, *Ilhéu* e *Molhe da Pontinha*, encontram-se outros pormenores que interessam a este assunto e para êles remetemos o leitor.

População. No artigo *Povoamento e Colonização*, daremos rapida noticia acêrca da forma como se realizou entre nós o desenvolvimento da população, ao se iniciarem os arduos trabalhos da primitiva colonização madeirense.

São bem escassos os elementos que nos deixaram as antigas crónicas a respeito desse povoamento no que particularmente se refere ao numero, posição social, qualidades pessoais e terras de origem dos primeiros colonizadores.

Vagamente se sabe que entre êles se contavam individuos de nobre ascendencia, outros das classes populares, mecanicos e cultivadores das terras, e também alguns criminosos que cumpriam suas penas nas prisões, informando-nos Gaspar Frutuoso que João Gonçalves Zargo «recusara trazer os culpados por causa da fé, ou traição, ou por ladrão».

Não se sabe o número aproximado desses individuos e também se desconhece a proporção em que as diversas camadas sociais entrariam na formação dessas primeiras levas de povoadores. Com fundamento se conjectura que não seriam poucos, crescendo breve e rápidamente esse número com a vinda freqüente de outros colonos e especialmente com a grande legião de escravos mouros e negros, tornada logo uma avultada multidão. Assim o exigiam os largos e penosos trabalhos do arroteamento das glebas virgens, estimulados os activos cultivadores pela exuberante fertilidade do solo e pela excelente benignidade do clima.

Foi na segunda metade do século XV que o povoamento tomou um mais largo incremento, tanto de povoadores vindos do continente português e de inúmeros escravos africanos, como ainda de muitos estrangeiros de vários países europeus, alguns dos quais oriundos de antiga familia, que vinham procurar nesta nova terra da promessa o que a própria átria não poderia dar-lhes.

Seria de bastante interesse a organização duma estatística da população deste arquipélago desde os tempos primitivos da sua colonização até ao presente, mas poucos elementos possuímos para um trabalho completo desta natureza, sobretudo com relação ao século XV e á primeira metade do século XVI. A partir dos meados do século XVI, não seria então impossível a organização dessa estatística, com resultados muito aproximados da verdade, aproveitando-se os arquivos das igrejas paroquiais, pois em tôdas ou quasi tôdas se encontra o lançamento regular dos assentos dos baptismos, casamentos e obitos nelas ocorridos desde o terceiro quartel daquele século. Não é muito difícil esse estudo acêrca de cada freguesia e facil depois seria realizá-lo com respeito a todo o arquipélago. Á parte as epidemias ou outras calamidades públicas, mantinha-se geralmente nessas epocas uma proporção uniforme entre o numero de habitantes duma certa localidade e o numero de nascimentos e obitos nela ocorridos, sendo deste modo possível organizar-se uma estatística regular da população.

Azurara conta que «ao tempo da feitura» havia na Madeira «C L moradores», «afora outras gentes que hi avya, assy como mercadores, e homees e molheres solteiros, e mancebos».

Quanto ao Porto Santo, diz o anotador das Saudades que em 1529 tinha aquela ilha mais de 800 habitantes, e afirma Frutuoso que em 1590 havia ali uns 400 fogos, em que portanto habitavam cêrca de 1600 habitantes. Acêrca desta afirmativa de Frutuoso, diz o dr. Alvaro de Azevedo: «comquanto pareça haver nisto exageração, por constar dos Annais da Ilha do Porto Santo que em 1850 a população era de 1799 pessoas, isto é uns 450 fogos, e do censo feito em 1864 que os fogos eram 363 com 1425 habitantes, cremos ser exacto o dito de Frutuoso; a ilha do Porto Santo só progrediu nos primeiros cento e cincoenta anos desde o descobrimento; depois, a escassez dos seus meios naturais de produção, as amiudadas invasões dos corsarios, e o abandono em que a deixaram os donatarios, os seus mais opulentos moradores, e até os governos, salvo o marquês de Pombal, a condemnaram ao estado decadente em que até agora tem jazido.»

A população atribuída á Madeira e Porto Santo em diferentes épocas, consta do mapa seguinte, aproveitando-se os elementos fornecidos pelo estudo Madeira do «Dicionario Portuguez Ilustrado», por artigos dispersos em diversos jornais e pelos ultimos censos da população.

Anos	Habitantes
1500.....	16 000
1572.....	19 172

1580.....	21 800
1590.....	29 548
1614.....	28 345
1679.....	40 000
1750.....	59 143
1754.....	51 143
1767.....	64 624
1779.....	70 000
1781.....	70 443
1794.....	83 115
1797.....	97 390
1805.....	84 364
1813.....	92 382
1818.....	96 297
1819.....	96 752
1825.....	102 000
1835.....	113 828
1839.....	114 147
1843.....	117 372
1849.....	108 274
1851.....	110 340
1854.....	107 088
1858.....	98 620
1864.....	110 349
1871.....	116 706
1878.....	130 473
1890.....	132 088
1900.....	148 263
1911.....	167 783

1920.....	179 002
1930.....	211 601
1940.....	249 771

A população dos onze concelhos do arquipélago, segundo os dados fornecidos pelos três últimos recenseamentos é a seguinte:

	1920	1930	1940
Funchal.....	51 996	68 630	87 140
Camara de Lôbos...	17 535	21 806	24 500
Ribeira Brava.....	14 149	16 394	19 382
Ponta do Sol.....	11 519	13 290	14 911
Calheta.....	19 760	21 990	23 996
Porto do Moniz....	4 552	5 062	8 170
S. Vicente.....	9 146	9 684	11 549
Santana.....	9 778	10 908	14 074
Machico.....	17 286	17 936	19 749
Santa Cruz.....	21 038	24 852	26 076
Porto Santo.....	2 243	2 490	2 701

O movimento populacional das cinquenta freguesias em que está dividido o distrito e relativo ao mesmo periodo de tempo, conforme os dados estatísticos já conhecidos, é o seguinte:

	1920	1930	1941
Sé.....	2 767	3 127	3 888
S. Pedro.....	8 212	10 594	13 220
Santa Maria Maior.	7 592	10 147	12 833
Santa Luzia.....	5 667	7 484	9 617

S. Martinho.....	6 198	9 439	11 631	
Santo Antonio.....	9 915	11 688	13 567	
S. Roque.....	3 241	4 104	5 576	
Na Sra do Monte...	4 085	5 397	7 467	
S. Gonçalo.....	4 319	6 023	9 341	
Camara de Lôbos...	8 749	11 116	11 692	
Curral das Freiras	1 476	1 919	2 168	
Estreito de Camara				
de Lobos.....	6 248	7 294	8 575	
Quinta Grande.....	1 062	1 485	1 615	
Campanario.....	4 048	4 852	5 856	
Ribeira Brava.....	5 830	6 959	8 346	
Serra de Agua.....	1 783	1 867	2 097	
Tabua.....	2 488	2 665	3 083	
Ponta do Sol.....	6 190	7 153	7 789	
Canhas.....	5 329	6 037	1 386	
Madalena do Mar...				
Arco da Calheta...	4 951	5 765	5 824	
Calheta.....	3 894	4 380	5 067	
Estreito da Calheta				
Jardim do Mar.....	4 343	4 925	481	
Prazeres.....				
Paul do Mar.....	1 483	1 723	2 143	
Fajã da Ovelha.....	2 562	2 459	2 581	
Ponta do Pargo.....	2 527	2 708	3 054	
Achadas da Cruz....	430	500	528	
Porto do Moniz.....	2 410	2 812	3 412	
Ribeira da Janela..	571	748	911	
Seixal.....	1 141	1 148	1 319	

S. Vicente.....	5 426	5 444	6 383
Ponta Delgada.....	1 521	1 792	2 033
Boaventura.....	2 199	2 427	3 133
Arco de S. Jorge...	651	667	870
S. Jorge.....	2 240	2 522	3 441
Santana.....	3 123	3 424	4 517
Faial.....	2 844	3 235	3 809
S. Roque do Faial..	920	1 062	1 410
Porto da Cruz.....	5 814	4 388	4 944
Canical.....	657	824	996
Machico.....	8 619	9 884	10 820
Santo da Serra.....	2 301	2 378	3 111
Água de Pena.....	1 242	1 416	1 613
Santa Cruz.....	7 472	8 856	8 511
Gaula.....	3 335	3 629	3 753
Camacha.....	3 965	4 530	5 066
Canico.....	4 899	6 265	7 011

A população da cidade do Funchal é assim computada, nos seguintes anos:

<i>Anos</i>	<i>Habitantes</i>
1864.....	17 677
1878.....	19 752
1890.....	18 778
1909.....	20 844
1910.....	24 687
1920.....	24 238
1930.....	31 352

A plethora populacional que actualmente se observa na Madeira não é um fenómeno exclusivo dos nossos dias. Em diversas épocas

tem-se verificado esse excesso de população, que conjugado com outras graves circunstancias ocasionais determina o aparecimento de temerosas crises, provocando o forçado recurso da emigração. Seria útil e interessante a elaboração de um pormenorizado trabalho, em que fôsem estudadas as causas dessas crises, os meios adoptados para as combater e os efeitos salutaes que deles resultaram. Não pode duvidar-se que essas voluntarias expatriações, apesar dos inconvenientes que as acompanham, são geralmente de benéficas conseqüências, devendo especializar-se a que em larga escala se fez para a Guiana Inglêsa em meados do século passado, traduzindo-se em apreciaveis elementos de prosperidade para esta ilha. Vid. Emigração.

Oferece particular interesse a noticia que nos fornece o «Archivo da Marinha e Ultramar» referente ao ano de 1762, dando-nos a informação de que o então governador e capitão-general José Correia de Sá, em comunicação feita ao governo da Metropole a 23 de Julho desse ano, participava a «partida para Lisboa de diferentes individuos, que pelo excesso da população não logravam encontrar meios de subsistencia».

É a simples menção de um facto, que através do tempo e com maior ou menor intensidade se vem verificando entre nós. O mal agrava-se dia a dia e reveste as mais assustadoras proporções, tendo despertado na imprensa local uma bem orientada campanha, que deve provocar as mais atentas preocupações de «governantes e governados».

Vid. *Povoamento e Colonização.*

Popular (O). Iniciou a sua publicação a 19 Fevereiro de 1869 e terminou a 12 de Setembro do mesmo ano, saindo 29 numeros. Com o mesmo titulo se publicou outro periodico nos anos de 1874 a 1877, tendo saído o primeiro numero a 16 de Março de 1874.

Portas da Cidade. O Funchal, como tôdas cidades antigas, teve as suas portas, que fechavam a horas prèviamente marcadas pelas autoridades e que só se abriam ao toque da alvorada. Em algumas cidades eram essas portas defendidas por certas fortificações destinadas a impedir a entrada de quaisquer assaltantes inimigos. Não sabemos se as portas desta cidade, a não ser as que ficavam junto das fortalezas, teriam alguns elementos de defesa militar.

Nos principios do século XIX tinha a nossa cidade dezasseis portas e em 1836 só existiam onze. Algumas foram demolidas no

periodo decorrido de 1836 a 1839, não restando hoje nenhuma delas, a não ser a da Alfandega e talvez uma abertura que ainda existe na cortina da cidade, situada nas proximidades da fortaleza de São Tiago.

As portas que ainda estavam de pé no ano de 1836, constam da seguinte relação, mais completa do que a que publicamos a pag. 322 do volume I.º desta obra:

As duas portas que ficavam entre a fortaleza de São Tiago e o chamado Forte Novo e o Pelourinho, sendo a do lado oriental aquela a que já fizemos referência;

O portão de Nossa Senhora do Calhau, situado entre o Forte Novo e o Pelourinho, na embocadura da rua da Boa Viagem, que foi demolido em 1836 quando se principiou a construção da praça Academica;

O portão dos Varadouros, demolido em 1911 e que veio substituir o que foi apeado quando ali se edificou o arco e a capela do mesmo nome (V. pag. 467 do volume II), continuando a ser uma das portas da cidade;

O portão do extremo-sul da rua do Sabão, demolido em 1836;

O portão do forte da Alfandega;

O portão da Saúde, situado entre a Casa da Saúde (V. Entrada da Cidade) e a fortaleza de São Lourenço, abatido em 1839, quando se procedeu á construção da Entrada da Cidade, hoje Avenida João Gonçalves Zargo;

O portão de São Lazaro, que ficava no alto da rua dos Aranhas e que também tinha este nome, demolido em 1904;

O portão de São Paulo, junto á capela do mesmo nome, demolido em 1839;

O portão da Carreira, situado abaixo do cemiterio britanico e que foi construido no ano de 1865;

O portão do Pico, que se encontrava entre a capela de São Paulo e a rua de Bela Vista, igualmente demolido em 1865.

Das outras cinco portas existentes no principio do século passado, não há noticia segura acêrca dos lugares em que se encontravam.

Vê-se, dum livro existente no arquivo da Camara Municipal, que em 1597 havia as seguintes portas para o lado do mar: a da rua do Peixe, a dos Varadouros, a da rua do Sabão e a da Fortaleza. Não podemos precisar o local onde existiu a primeira destas portas, mas há fortes razões para crer que ela ficasse perto da actual praça de S. Pedro e fôsse a mesma que Frutuoso coloca perto dos açougues.

No regimento das obras de fortificação, dado por D. Sebastião, alude-se á abertura de duas portas para o lado do mar, entre a

fortaleza e a igreja de Nossa Senhora do Calhau, e nas Saudades da Terra refere-se Frutuoso a três portas que existiam na muralha, ao longo da ribeira de João Gomes, e bem assim a três outras que ficavam para o lado sul, sendo uma junto da dita igreja de Nossa Senhora do Calhau, outra mais no meio da cidade, perto dos açougues, e a terceira, «a mais principal aos Varadouros».

Vid. *Cortina e Entrada da Cidade.*

Porto de Abrigo. *V. Molhe da Pontinha.*

Porto da Cruz (*Freguesia do*) Saindo do sul desta ilha em direcção ao norte e dobrando a Ponta de S. Lourenço, depara-se-nos a primeira das freguesias que constituem aquela acidentada costa. É o Porto da Cruz. Provém-lhe o nome de terem os primeiros exploradores deste lugar arvorado uma cruz na pequena enseada que lhe serve de Porto.

As primeiras terras arroteadas na costa do norte foram as do Porto da Cruz e Faial. É de supor que alguns dos mais proximos descendentes do primeiro donatario Tristão Vaz tivessem terras de sesmaria nesta freguesia e aqui se entregassem a explorações agrícolas. Entre os antigos povoadores, contam-se Antonio de Abreu, Fernão Nunes, Simão Teixeira, Baltasar da Mata, Francisco Velosa, João Dias, Antonio Teixeira de Mendonça, Antonio Leal, quasi todos de nobre ascendencia.

O alvará régio de 26 de Setembro de 1577 cometeu ao prelado diocesano D. Jeronimo Barreto a faculdade de erigir esta nova paróquia, e pelo mesmo diploma se estabelece ao paroco a cõgrua de 20\$000 réis anuais, tendo o alvará de 15 de Novembro de 1591 fixado esse vencimento de 19\$000 réis em dinheiro e uma e meia pipa de vinho e um e meio moio de trigo.

É provavel que anteriormente á criação da paróquia, como aconteceu em quasi tôdas as freguesias desta ilha, houvesse alguma capela com capelão privativo, que ali exercesse as funções eclesiasticas. É possivel que isso se tivesse dado na propria capela de Nossa Senhora da Piedade, onde foi estabelecida a sede da freguesia, talvez na dependencia canonica do paroco do Faial. Desta capela já demos breve noticia a paginas 465 do volume II.

Parece que a primitiva padroeira da paróquia seria Nossa Senhora da Piedade, invocação do pequeno templo que primeiro serviu de

igreja paroquial, tendo-se-lhe depois dado como orago o misterio da Vera Cruz, segundo consta do respectivo arquivo. Na escritura de doação do terreno para a nova igreja, chama-se a esta de Nossa Senhora da Gloria, e, finalmente, depois da erecção do novo templo, foi este consagrado a Nossa Senhora de Guadalupe, orago que perdurou e ainda hoje conserva.

Poucos anos permaneceu a sede da paróquia na capela da Piedade. D. Guiomar Lomelino, residente nesta freguesia, doou em 1580 ao paroco Nicolau de Abreu o terreno indispensavel para a edificação da nova igreja, presbiterio e passal adjunto. Não sabemos quando terminou a construção do templo e quando nele se começaram a exercer os actos do culto. Sofreu varias modificações no decorrer dos tempos, e por 1637 e 1688 se realizaram nele importantes reparações. O alvará regio de 30 de Outubro de 1748 autorizou o pagamento da importancia de réis 2 450\$000 para as obras dum novo templo, que ficou de acanhadas proporções para a população da freguesia. A capela do Santissimo Sacramento foi construída em 1763 por mandado de Manuel Caldeira da Silva, como administrador do vinculo instituído por Marcelino de Moura e em cumprimento do voto que este fizera, sendo esta capela pertença do mesmo vínculo. Por 1820, projectou-se a construção duma nova igreja paroquial, orçada em vinte e seis contos de réis, tentativa essa que não passou dum simples projecto.

Um Breve Pontificio de 21 de Abril de 1795 concede indulgencia plenaria aos que visitarem esta igreja, e outro Breve de 15 de Agosto de 1781 a graça de privilégio especial ao altar do Senhor Jesus em tôdas as segundas-feiras.

O primeiro vigario foi o padre Nicolau de Oliveira, que, por mais de quarenta anos, esteve na direcção desta paróquia, seguindo-se-lhe os padres Rui Gomes de Ornelas, Manuel Fernandes Braga, Francisco Fernandes, Pedro Ferreira, Inacio Alvaro de Carvalho, Cristovão Moniz de Meneses, etc..

Em uns interessantes artigos que acêrca desta paróquia foram publicados no Correio da Madeira, encontramos as seguintes linhas com respeito á criação do curato: «Crescendo sempre o movimento paroquial depois de 1700, a requerimento do padre Caetano Alberto de Araújo, e por alvará de D. Maria I, com data de 31 de Julho de 1797, foi criado o curato desta freguesia, com a obrigação de residencia nas imediações da Capela de S. João Nepomuceno, no Lombo dos Leais, percebendo o cura a cônica anual de moio e meio de trigo e pipa e meia de vinho. Este curato foi causa de dissensões entre o vigario e os donos da capela, estando esta interdicta por algum tempo, por essa razão».

No vol. I.º do Archivo da Marinha e Ultramar, vêm citados alguns documentos pelos quais se vê que em 1818 varios paroquianos

desta freguesia e em especial os moradores do sitio de Folhadal, pediram ao governo da Metropole a criação dum curato com sede na capela de São João Nepomuceno ou, talvez melhor, a mudança dessa sede para a referida capela, que seria então na igreja paroquial. O bispo D. Joaquim de Meneses e Ataíde informou desfavoravelmente a petição dos requerentes.

Tiveram sede nesta localidade diversas instituições vinculares, dalgumas das quais damos uma breve resenha: a casa vinculada dos Baptistas, instituída nos fins do século XV pelo genovês Micer Baptista e de que foi ultimo representante João Bettencourt Baptista falecido há poucos anos (1921); o morgadio da Referta, que foi estabelecido por Manuel Telo Moniz de Meneses, falecido em 1713, de que foi ultimo administrador Manuel Raimundo Telo Moniz Torresão e de que hoje é representante sua neta D. Cristina de Campos Soares (1921); o vinculo instituído pelo padre Cristovão Moniz de Meneses, de que foi ultimo representante o morgado Antonio Caetano de Aragão; e os morgadios instituídos pelo capitão Braz Moniz Telo de Meneses e pelo capitão Inacio de Carvalho Favila.

Existiu nesta freguesia a antiga e distinta familia Leal, que constituíu uma das mais opulentas casas do norte da ilha e que tem hoje como representante o dr. Alfredo de Freitas Leal (1921). Foi membro desta familia o comendador Valentim de Freitas Leal, que entre outros cargos exerceu o de governador civil deste distrito e que recusou o titulo de visconde do Porto da Cruz, titulo de que há alguns anos usa um seu bisneto. Nasceu em 1790 e faleceu no ano de 1879.

Filho do comendador Valentim, foi o conselheiro João Baptista de Freitas Leal, de quem já neste volume nos ocupamos. O primeiro desta distinta ascendencia que consta ter feito assentamento nesta freguesia foi Antonio Leal, falecido em 1582. O seu quinto neto João José Nepomuceno de Freitas Leal fundou a capela do Lombo dos Leais.

Um filho ilustre do Porto da Cruz foi O padre dr. Caetano Alberto Soares, a quem consagraremos artigo especial na altura competente desta obra.

Os principais sitios são: Casas Proximas, Serrado, Fajã e Palmeira, Ribeira Tem-te-não-caias, Lombo dos Leais, Cruz da Guarda, Maiata, Larano, Achada, Achadinha, Referta, Massapês e Terra do Baptista. Da Portela e do Lombo dos Leais, descortinam-se vastos e surpreendentes panoramas entre esta e a freguesia do Faial, e sobranceira ao mar, numa altura de perto de 600 metros, eleva-se a conhecida rocha da Penha de Aguiá de cujas eminencias se estendem também largos e belos horizontes.

É esta paroquia sede dum partido medico, tem duas escolas, uma para cada sexo, uma estação telegrafica, criada pelo decreto de 17 de Agosto de 1888, e conta 4.284 habitantes pelo ultimo censo publicado (1921).

O Porto da Cruz pertenceu á capitania de Machico desde a sua criação, passando em 1835 a fazer parte do concelho de Santana. Foi desmembrado deste concelho em virtude do decreto de 19 de Outubro de 1852 e anexado ao concelho de Machico, ao qual ainda pertence.

Porto da Cruz (*Ilhéu, Porto e Ribeira de*). Proximo da costa maritima desta freguesia, existe um ilhéu, que defronta com um pequeno Porto, sendo conhecido pelo nome de Furna o lugar de desembarque. O ilhéu e o Porto conservam o nome de Porto da Cruz e bem assim a ribeira, que desemboca a certa distancia desse local.

Porto do Funchal. É a baía do Funchal a mais ampla do arquipélago e tem como limites a Ponta do Garajau, a leste e a Ponta da Cruz, a oeste. Desenvolve-se numa curvatura e reentrancia sensivelmente regulares entre aquelas duas pontas, achando-se ao abrigo dos ventos de todos os quadrantes, com excepção do vento que sopra de SSE a SSW pelo S. A sua amplidão permite fazer dela um vasto ancoradouro, mas as comunicações com a terra só podem estabelecer-se com relativa facilidade nos pontos mais acessiveis da costa maritima, que se estendem desde o Ilhéu da Pontinha, a oeste, até ás proximidades da fortaleza de São Tiago, a leste, afastados um do outro cêrca de dois mil metros. Dentro destes limites se realiza todo o tráfego e movimento do Porto, sendo este limitado por uma praia de calhaus rolados, de grande fundo e livre de restingas ou cachopos, que possam dificultar o seu acesso. A preamar ou o estabelecimento do Porto, segundo a carta geografica da Madeira do general A. P. de Azevedo, é ás 12h e 48m, sendo a elevação da maré de 2m,28, afirmando porém, o engenheiro Mariano F. Faria e Maia que as amplitudes das marés chegam a 2m,80. Com respeito ao Porto do Funchal e marés do litoral da Madeira, diz o illustre engenheiro Adolfo Loureiro «que pouco se conhece acêrca das influencias lunares no fenomeno das marés vivas e mortas, propagação, velocidade e direcção que nelas se observam, altura e fôrça da vaga conforme o rumo do vento, o seu impulso, duração, etc.. A temperatura das aguas e a sua distribuição á superficie, os seus movimentos periodicos e condições, seguindo uma lei que parecia constante, deveriam passar a ser objecto de estudos oceanograficos muito interessantes, que infelizmente não se fizeram nunca».

É de 520 milhas a distancia a que se encontram os portos de Lisboa e do Funchal, ficando este ultimo aproximadamente afastado

350 milhas do Cabo Cantim (V. este nome), 1220 de Plymouth, 1330 de Southampton e 1430 de Liverpool.

É de verdadeiro interesse e reconhecida utilidade apresentar-se aqui uma nota circunstanciada do movimento do Porto do Funchal nos ultimos anos, não só para aquilatar-se do desenvolvimento comercial e turistico verificado entre nós, mas ainda para servir de elementos de estudo acêrca dos melhoramentos que num futuro proximo tenham ainda, porventura, de realizar-se dentro dos limites do nosso Porto de abrigo.

No artigo *Movimento do Porto* (II-409), encontra-se uma informação desse movimento relativa ao periodo decorrido de 1901 a 1943, que serve de complemento ao que deixámos exposto.

Convém advertir que o notavel decrescimento que se nota no movimento do Porto do Funchal, no periodo decorrido desde o ano de 1914 foi devido á grande conflagração europeia, que afastou da Madeira um numero consideravel de embarcações, indo gradualmente aumentando, até que no ano de 1937 chegou a ser de 1438 embarcações. Com a recente guerra mundial, ainda se tornou maior esse decrescimento sendo de 389,234,190 e 187 o numero de navios entrados nos anos de 1940 a 1943.

Extraídas do acreditado periodico «Jornal do Comercio e das Colonias» e da pena do dr. C. Dias de Carvalho são as interessantes e valiosas informações que em seguida apresentamos acêrca do Porto do Funchal.

«Os portos das Ilhas Adjacentes classificam-se, segundo o grau de importancia, pela seguinte ordem: Funchal, Ponta Delgada, Horta e Angra. Antes, porém, convém darmos uma ideia do seu movimento em conjunto.

As mercadorias carregadas e descarregadas nesses portos, em 1936, sobem a cêrca de 251 mil toneladas com um valor de 132 mil contos aproximadamente.

Ao Porto do Funchal compete a quasi totalidade deste movimento, com 88,63 % da tonelagem e 82,76 % do valor global; segue-se-lhe o de Ponta Delgada, respectivamente, com 6,97 % da tonelagem e 11,52 % do valor; vem depois o da Horta, com uma tonelagem de 4,21 % e Angra com 3,56 % do valor e finalmente, Angra com 0,19 % da tonelagem total e Horta com 2,16 % do valor.

Vista assim de uma maneira rápida a posição que ocupa cada um destes portos relativamente às quantidades de produtos

movimentados nos seus cais, passemos a uma análise mais detalhada em relação a cada um deles.

Dissemos já que este Porto é o mais importante das Ilhas Adjacentes e vem ocupar o quarto lugar da escala geral dos portos do Continente e Ilhas, logo a seguir ao de Setubal.

O seu movimento foi superior ao de Leixões, e, quanto a tonelagem importada, o Porto do Funchal coloca-se em uma situação superior ao próprio Porto de Setubal.

As mercadorias importadas e exportadas por aquele Porto da Ilha da Madeira atingiram no ano de 1943 222.258 toneladas, com um valor de 109.203.000\$00.

Vejamos o que nos dizem os numeros relativos ao comércio de importação e de exportação.

Importação. O total das importações efectuadas pelo Porto do Funchal, em 1936, sobe a 95.096 toneladas, cujo valor monta a 58.652 contos. Seguidamente, fazemos uma discriminação destas quantidades e valores, segundo as diferentes rubricas pautais:
Animais vivos – A importação resume-se a toneladas com um valor de 28 contos.

Matérias-primas – A esta classe pertence a maior tonelagem, tendo sido importadas de diversos produtos 73.963 toneladas, elevando-se o seu valor a 16.665 contos.

Fios e tecidos – Destas mercadorias, descarregaram-se no Porto do Funchal 565 toneladas mas, com um valor de 17.096 contos, isto é, a classe a que compete o valor mais alto na importação.

Substancias alimentícias – Os produtos pertencentes a esta classe figuram em segundo lugar no que respeita á quantidade – 19.216 toneladas – e em terceiro quanto ao valor – 14.664 contos.

Máquinas, aparelhos, etc. – A importação destes utensilios é já menor, figurando apenas 410 toneladas com um valor de 5.400 contos.

Manufacturas diversas -É também relativamente pequena a quantidade de artefactos importados – 891 toneladas –,cujo valor se eleva a 4.790 contos. Precisamos, no entanto, de ter em conta a extensão da Ilha e as necessidades da sua população, a fim de não apoucarmos estes valores.

Em resumo: os produtos que na importação mais movimentaram o Porto do Funchal (em tonelagem, é claro) acham-se incluídos nas classes a seguir indicadas, pela sua ordem de importancia: 1.º) materias-primas; 2.º) substancias alimenticias; 3.º) manufacturas diversas; 4.º) fios e tecidos; 5.º) maquinas, aparelhos, etc., e 6.º) animais vivos.

Quanto aos valores a ordem é já outra, como fãcilmente se poderá verificar pelos numeros já citados.

Exportação – Examinemos agora o movimento comercial de exportação relativo a 1936, o qual se traduz pela saída de 127.162 toneladas de produtos avaliados em 50.551 contos.

Obedecendo ao criterio seguido para a importação, vamos igualmente fazer a apreciação deste movimento, tendo em vista a classificação pautal das mercadorias.

Matérias-primas – A exportação dos artigos incluídos nesta classe movimentou a maior tonelagem do Porto do Funchal, elevando-se a 118.649 toneladas. O valor destas exportações foi de 10.469 contos.

Fios e tecidos – Por esta rubrica se classificam os interessantes bordados da Ilha da Madeira, de fama mundial, não sendo para estranhar que a maior verba compita a esta classe, na exportação, que se eleva a 25.004 contos, relativos a 238.000 quilos de produtos.

Substancias alimentícias – Figuram em segundo lugar na exportação, os produtos alimentares, tanto em quantidade – 8.207 toneladas, como em valor – 14.891 contos. Nestes produtos estão incluídos os célebres vinhos da Madeira, bananas, etc..

Quanto ás duas restantes classes: máquinas, aparelhos, etc., e manufacturas diversas, a tonelagem exportada correspondente a cada uma delas foi de 3 e 65 toneladas, e os valores de 24 e 163 contos.

A este assunto oferecem particular interesse, pelas detalhadas informações que encerram, os artigos **Cais, Funchal (Praia do), Junta Autónoma das Obras do Porto, Madeira (Aspectos hidrográficos), Marés, Movimento do Porto, Naufragios, Navegação Aérea e Pontinha**, para os quais chamamos a atenção dos consulentes.

Porto do Moniz (*Freguesia do*). É uma das mais antigas freguesias do norte da Madeira. Não se sabe a época precisa em que começou a sua primitiva colonização, mas não deve ter sido muito posteriormente ao principio do terceiro quartel do século XV. Francisco Moniz, o Velho, é dado como um dos seus mais antigos povoadores, devendo, porém, entender-se que foi êle um dos primeiros que ali teve terras de sesmaria e o primeiro que neste lugar constituiu um núcleo importante de moradores com a fazenda povoada que estabeleceu e com a capela adjunta que fundou. Em torno duma e outra, se foi adensando a população e se formou em breve uma nova paróquia. Foi o que geralmente aconteceu por toda a ilha.

A esta localidade se chamou primeiramente a Ponta do Tristão, que então abrangia os terrenos que correspondem ás actuais freguesias do Seixal, Ribeira da Janela, Porto Moniz, Achadas da Cruz, e talvez ainda uma parte da Ponta do Pargo. Fundada a capela de Nossa Senhora da Conceição, teve então o nome da mesma capela com o acrescentamento da Ponta do Tristão, afirmando o erudito anotador das Saudades ser assim denominada esta freguesia na carta regia de 12 de Março de 1574. Diz ainda o dr. Alvaro de Azevedo que, na carta de 1 de Março de 1577, já lhe é dado o nome de Porto do Moniz, que foi o que prevaleceu e perdurou.

Francisco Moniz era de ascendência nobre e natural do Algarve, dizendo alguns linhagistas que casara nesta ilha com Filipa da Camara, filha de Garcia Rodrigues da Camara, que era filho natural do descobridor João Gonçalves Zarco. Como dissemos no artigo consagrado á freguesia das Achadas da Cruz, possuía Garcia da Camara muitas terras de sesmaria na Ponta do Tristão, doadas por seu pai, não repugnando conjecturar que Francisco Moniz tivesse, por herança, compartilhado do domínio dessas terras. Ignora-se a época aproximada em que Francisco Moniz houvesse feito o seu primeiro assentamento nesta localidade, assinalando-lhe primeiramente o dr. Rodrigues de Azevedo o ano de 1535 como o da sua morte e depois o de 1533.

Francisco Moniz erigiu a capela de Nossa Senhora da Conceição não longe do mar, dando o nome do seu apelido ao porto que ficava próximo, que depois se estendeu ás suas imediações e mais tarde aos terrenos circunvizinhos.

Ignora-se o ano da criação desta paróquia, sendo a carta régia de 11 de Março de 1574 o diploma mais antigo que acerca dela encontramos citado. Por exemplos analogos, supomos que não seria muito anterior a esta época o estabelecimento desta povoação como paróquia autónoma, havendo por certo ali um capelão privativo para desempenhar as funções do culto, como geralmente acontecia nos grandes povoados que tinham capela anexa.

As cartas regias de 1 de Março de 1577, de 9 de Junho de 1581, 17 de Julho de 1588 e 20 de Fevereiro de 1593 acrescentaram sucessivamente o vencimento do paroco, que o alvará de 15 de Outubro de 1650 fixou em 20\$000 réis-anuais em dinheiro, um moio de trigo e uma pipa de vinho.

Tendo Francisco Moniz morrido em 1533 ou 1535, é anterior a esta data a fundação da Capela de Nossa Senhora da Conceição de que êle foi instituidor, mas ignora-se o ano da sua construção. Passou esta capela por algumas modificações, tendo sido demolida depois que foi edificada a nova igreja em sítio diferente daquela. Diz-se algures e constava da tradição local que esta mudança obedeceu ao pensamento de pôr o templo mais ao abrigo dos assaltos dos corsários, que por vezes infestavam aquelas paragens. Começou a nova construção em 1660 mas somente no ano de 1668 é que foi dada por inteiramente concluída. É de simples arquitectura e despida de quaisquer obras de arte, notando-se, porém, que a capela do Santissimo Sacramento, de construção posterior, é de bom gosto artístico e contrasta com as outras ornamentações do templo. Deve-se esta capela ao capitão Manuel Rodrigues Ferreira Ferro, que faleceu em 1717 e nela foi sepultado na qualidade de seu fundador.

Das capelas desta paróquia nos ocuparemos em outro lugar. No entretanto, diremos aqui que no sitio mais comumente conhecido pela abreviatura da Santa, se encontra a capela de Santa Maria Madalena, que não é de acanhadas dimensões e que é o centro duma concorrida romagem, que se realiza no mês de Julho de cada ano. Quando a freguesia tem provido o seu curato, reside habitualmente o cura nas imediações desta capela e nela exerce as funções cultuais. Além do cemitério do sitio da Vila, existe outro cemitério nas proximidades desta capela.

Gaspar Frutuoso referindo-se em 1590 á freguesia de que estamos tratando, diz o seguinte: «Do Seixal a meya legoa está a Magdalena, que he freguesia de trinta fogos, que tem muitas criações de pão e muitas agoas. Está esta freguesia pela terra dentro perto de meya legoa na Ponta do Tristão...» Estas poucas palavras encerram varias inexactidões. Não é freguesia da Magdalena, mas do Porto do Moniz, sendo aquela denominação respeitante a um sitio que tem uma antiga capela da invocação de Santa Maria

Madalena. O Porto do Moniz não se acha apenas á distancia de meia legua do Seixal e nem fica meia legua pela terra dentro na Ponta do Tristão, para quem se encontra no lado do Seixal, segundo a descrição feita pelo autor. Pelos alvarás regios que regulavam a cõngrua dos parocos, vê-se que o Porto Moniz não podia ter apenas trinta fogos naquela epoca, mas aproximadamente cem ou ainda mais. Em 1611, isto é vinte e um anos depois tinha já as Achadas da Cruz cêrca de vinte fogos.

Dissemos acima constar da tradição que o lugar destinado á edificação da igreja paroquial foi escolhido em atençaõ á circumstancia de a colocar mais ao abrigo dos assaltos dos corsarios, o que não repugna acreditar. Os mouros das costas de Marrocos assaltaram por vezes a ilha do Porto Santo e algumas povoações do litoral madeirense, sendo de presumir que o Porto do Moniz não escapasse á rapina dos corsarios, por ser uma das localidades da Madeira que para êles mais proximo ficava do seu ponto de partida, embora não tenhamos noticias seguras destes assaltos dos piratas marroquinos. Lemos algures (1921) que no alto da vila, no lugar chamado a Pedra Mole, se podem ainda hoje observar os restos de furnas cavadas na argila, onde consta que as pessoas mais abonadas da terra escondiam as suas alfaias e objectos de valor, quando os corsarios se aproximavam da costa. Para impedir estas incursões e afastar os navios de corso, construíu-se nesta freguesia uma fortaleza, que era a melhor da costa do norte, segundo afirma o anotador das Saududes. Foi o capitão Manuel Rodrigues Ferreira Ferro, a que já fizemos referencia, que custeou tôdas as despesas com a construção deste forte, tendo apenas o Estado contribuído com as peças e mais apetrechos do seu artilhamento. Tinha o nome de São João Baptista e consta-nos que, numa das repartições militares instaladas no Palacio de São Lourenço, se encontra a lapide que contém a inscriçaõ referente á epoca e ao fundador desta pequena fortaleza.

O capitão Manuel Ferreira Ferro instituíu um morgadio que teve sua sede nesta freguesia. Pelos factos que acêrca dele ficam referidos, foi um verdadeiro benemerito desta localidade e não sabemos se ao menos alguma das ruas da povoação conservará o seu nome, recordando, aos contemporaneos e aos vindouros os actos de benemerencia que praticou.

Tem esta freguesia os sitios da Vila, Lamaceiros, Junqueira, Levada Grande, Batalhão, Ribeirinho, Pico Alto, Santa, Fazenda e Pombais, onde vivem 3.412 habitantes.

Porto do Moniz (*Municipio do*). Como já fizemos notar relativamente ao Município de Camara de Lôbos, nunca o Porto de Moniz foi vila, mas apenas a sede do concelho que ali se instalou no ano de 1835. Pretenderam por vezes os povos da localidade e freguesias limitrofes que o lugar do Porto Moniz fosse elevado á categoria de vila, mas essas diligencias não passaram de tentativas

infrutíferas.

O Porto do Moniz, como tôdas as localidades do norte da ilha, pertencia á vila e Município de Machico. Ouando em 1743 se criou o Município e vila de São Vicente, começou então a fazer parte integrante do novo Município. Em 1817, o engenheiro e inspector dos serviços de obras públicas Paulo Dias d'Almeida fazia sentir ao governo da Metropole a necessidade da criação do Município do Porto do Moniz, e o governador e capitão-general D. Manuel de Portugal e Castro informava favoravelmente, em officio dirigido ás estações superiores a 10 de Abril de 1825, a petição que os povos haviam feito naquele sentido, que era apenas a satisfação de antigas aspirações, já em outras ocasiões manifestadas. O novo Município ficaria composto, segundo o pedido então feito, das freguesias do Seixal, Ribeira da Janela, Porto Moniz e Ponta do Pargo, tendo como limites a ribeira de João Delgado, do mar até ao alto do Paul da Serra, na freguesia do Seixal, e a ribeira dos Marinheiros até a serra da Fonte do Bispo, na freguesia da Ponta do Pargo.

Somente com a implantação do governo constitucional e com a divisão concelhia a que se procedeu neste distrito é que se criou o concelho do Porto Moniz, com sede na freguesia do mesmo nome e que ficou então composto desta e das paróquias do Seixal, Ribeira da Janela, Achadas da Cruz e Ponta do Pargo.

Este concelho foi criado no ano de 1835, realizando-se a sua instalação no dia 31 de Outubro do mesmo ano, sendo seu primeiro administrador o capitão Tomás João Perestrelo da Camara e primeiro presidente da Comissão Administrativa da Camara Municipal o capitão de marinha Teodoro Moniz de Bettencourt.

Tem sido extinto e varias vezes restaurado o concelho do Porto Moniz. Foi suprimido em 1849 e restaurado poucos anos depois. Pelo decreto de 10 de Dezembro de 1867 foram extintos os concelhos de Camara de Lôbos, Santana e Porto Moniz, sendo restabelecidos passado pouco tempo. O decreto de 18 de Novembro de 1895 de novo suprimiu este concelho, que foi restaurado pelo decreto de 13 de Janeiro de 1898, realizando-se a sua reinstalação a 13 de Fevereiro do mesmo ano.

A freguesia da Ponta do Pargo foi desmembrada do concelho do Porto Moniz e anexada ao da Calheta por decreto de 20 de Junho de 1871.

Porto do Moniz (*Porto do*). Goza este Porto da celebridade de ser um dos melhores deste arquipélago e é incontestavelmente o mais seguro e abrigado de toda a costa norte da Madeira. Tem-se chegado a afirmar que é sempre ali possível o embarque e desembarque com o tempo de todos os quadrantes. A verdade é que, embora se torne frequentemente fácil a comunicação com a terra, é também todavia certo que, por vezes, há verdadeira impossibilidade de demandar o interior do Porto, sendo muito arriscada e perigosa a entrada ali. A costa marítima que se estende da Ponta do Tristão até além do ilhéu do Porto Moniz é, em especial na quadra invernal, acossada por freqüentes temporais e o mar apresenta-se ali não raramente em estado bastante revoltado e agitado.

Está este porto situado a NW, quasi na parte extrema W desta ilha. Conquanto seja muito obrigado, não deixa de estar exposto aos ventos de NW. Quando na costa sul sopram os ventos que tornam impossível o movimento e o tráfego nos portos, muitas embarcações costeiras e ainda navios de alto bordo, procuram ali um abrigo mais seguro.

Devido á relativa segurança e facilidade de desembarque que oferece este Porto, não faltou já quem pretendesse transformar a freguesia do Porto do Moniz, com o seu natural desembarcadouro, numa pequena cidade e Porto de escala, quando os ventos sopram do SSE a SSW e o Porto do Funchal e os demais do sul da ilha ficam ás vezes defesos ao acesso das embarcações.

Em 1914, encarregou a Junta Agrícola o tenente de marinha Francisco de Aragão e Melo de proceder a diversos estudos hidrográficos no Porto do Moniz, cujos resultados não chegaram nunca a ser bem conhecidos. Apenas no relatório da sindicância que o dr. Francisco Antonio de Mendonça fez aos actos da Junta Agrícola, encontramos as seguintes palavras:

«Principiados que foram os estudos, surgiram dificuldades de varia especie, principalmente na fixação do zero hidrográfico, que o capricho das ondas arrancou algumas vezes, tendo-se de trabalhar noites inteiras para não eternizar o andamento dos estudos. As observações solares, o sestante, a bordo de pequenas embarcações, assim como as respectivas sondagens, com o auxílio de pessoal inexperiente, também foi trabalho extenuante e moroso. Estabelecida a triangulação da terra com os ilhéus que circundam aquele porto, levantou-se a planta da baía, que junto acompanha estas linhas».

Há ali um desembarcadouro natural, mas que exige importantes trabalhos de arte para satisfazer inteiramente o seu fim. Por 1901, mandou a respectiva Camara Municipal proceder a alguns indispensáveis trabalhos, e em 1909 a Junta Geral fez construir uma escada de acesso ao ramal do cais existente, o que tudo melhorou as condições naturais do local. Pelo ano de 1916 se realizaram ali

obras de maior vulto, construindo-se um cais, que presta bons serviços a esta localidade.

Porto Novo. Lugarejo na foz da ribeira do mesmo nome e fazendo parte da freguesia de Gaula, que é ponto de escala dos vapores que fazem carreiras para a costa de leste da ilha. Existe ali um desembarcadouro mandado construir pela Junta Geral, cujas obras ficaram concluídas em 1908.

V. Ocupação da Madeira pelas tropas miguelistas.

Porto Santo (*Descobrimento e origem do nome*). Sendo o descobrimento do nosso arquipélago o grande padrão imorredouro que verdadeiramente assinala o comêço auspicioso da maravilhosa odisseia realizada pelos portugueses através dos mares desconhecidos, não pode de modo especial deixar de memorar-se que foi a pequena ilha do Porto Santo a primeira estância marítima a que aportaram esses ousados navegadores, constituindo o glorioso marco inicial de um dos mais notáveis acontecimentos de toda a história do nosso país. Bastaria esta circunstância para ser considerada como primogenita e filha dilecta de Portugal e merecer da Metropole a mais activa e valiosa protecção, o que na realidade nem sempre tem acontecido. Acerca do seu descobrimento, tem inteira aplicação o que ficou referida com alguma largueza a pág. 351-356 do vol. I deste Elucidário, ao tratar-se do descobrimento do arquipélago.

O doutor Gaspar Frutuoso e outros cronistas, seguindo a descrição que João de Barros faz na sua Asia, Década I, atribuem a origem do nome do Porto Santo ao facto de terem ali encontrado os primeiros descobridores abrigo seguro á violenta tempestade que os apossara. Transcrevemos as palavras de Barros: «... Porque ante que chegassem á costa de Africa, saltou com elles tamanho temporal com força de ventos contrarios á sua viagem, que perderam a esperança das vidas: por o nauio ser tam pequeno, & o màr tam grosso que os comia, correndo a aruore seca á vontade delle. E como os marinheiros naquelle tempo nam erã costumados a se engolfar tanto no peguo do már, & toda a sua nauegaçam era per singraduras sempre a vista de terra, & segundo lhes parecia erã mni afastados da costa deste Reino: andauam todos tam toruádos, & fóra do seu juyzo pello temor lhe ter tomado a mayor parte delle, que nam sabiam julgar em que paragem eram. Mas aprouue á piadade de Deos, que o tempo cessou, & posto que os ventos lhe fizeram perder a viagem que leuauam segudo o regimento do Infante, nam os desuiu de sua boa fortuna: descobrindo a Ilha a que agora chamamos Porto sancto, o qual nome lhe elles entam poseram porque os segurou do pirigo que nos dias da fortuna passaram. . . »

É esta a opinião comumente aceita, havendo apenas divergências quanto ao tempo em que o facto se deu e quanto aos navegadores que foram arrojados ao Porto daquela ilha.

Porto Santo (*Ilha do*). A ilha do Porto Santo, que, segundo diz Frutuoso, foi assim nominada por ter sido nela que Gonçalves Zarco e Tristão Vaz se salvaram duma violenta tempestade, como já ficou referido, que os havia feito perder «a esperança das vidas», é uma das cinco ilhas do arquipélago e mede 11,4 quilómetros de comprimento por 7 de largo, sendo a sua superfície calculada em cerca de 50 quilómetros. Está situada, com os ilhéus extremos, entre 32° 59' 40" e 33° 7' 50" latitude norte, e entre 16° 16' 30" e 16° 24' 35" longitude oeste de Greenwich, sendo a sua capital a vila Baleira, ou do Porto Santo, situada ao fundo duma vasta e formosa baía, abrigada dos ventos de SE a NW pelo W (1921).

O Porto Santo é muito mais plano do que a Madeira, e o seu ponto culminante, o Pico do Facho, está apenas a 507 metros acima do nível do mar.

Possui o Porto Santo a maior praia que existe no arquipélago. Esta praia que tem cerca de 10 quilómetros de comprimento e é formada de areia calcarea, tem pequeno declive, não subindo as marés ali mais de 2m,13. Não existindo nela por enquanto cais algum (1921), têm as pessoas que querem desembarcar na ilha, de ser levadas às costas de homens desde os barcos até lugar enxuto.

O Porto Santo é muito sujeito a estiagens e pobre em águas. As principais fontes que ali existem são as seguintes: a da Areia, no norte, a do Tanque, que fornece água para algumas culturas da vila, a da Fontinha (V. este nome), conhecida em todo o arquipélago por causa das suas propriedades medicinais, a das Voltas e a das Enguias. As águas da fonte da Areia são tão boas como as melhores da Madeira; as das outras fontes contêm em geral alguns sais que as tornam desagradáveis ao paladar das pessoas que visitam a ilha. (Vid. Porto Santo (Águas do) e Estação Sanitária).

O Porto Santo constitui um só concelho com uma única freguesia, a de Nossa Senhora da Piedade, e faz parte hoje da comarca do Funchal. Teve donatários (V. Porto Santo (Capitania)) até o reinado de D. José I, e depois os seguintes governadores: Nicolau Bettencourt Perestrelo, no reinado de D. Maria I; Manuel da Câmara Perestrelo de Noronha (1785); Manuel Ferreira Nobre (1797); João Baptista Rofe (1800); Joaquim Bernardino Bianchordi (1804); Manuel Inácio de Avelar Brotero (1805); João de Alvelo Leiria

(1815); Joaquim de Freitas Aragão (1822); Cosme Damião da Cunha Fidié (1824); José Crisóstomo de Freitas e Sousa (1829); Francisco Ladislau Correia (1830); João Pinto Carneiro (1837) e José Caetano Peixoto (1848). O governador Leiria não chegou a vir à ilha e o governador Peixoto só residiu nela durante três dias.

Tanto na vila como fora dela, vêem-se muitos casebres toscos e cobertos de barro, em que se abrigam às vezes numerosas pessoas. Apesar de pouco confortáveis, observa-se nesses casebres uma certa higiene, o que, junto aos bons ares da ilha, faz com que a população seja em geral bastante robusta.

A vila não tem edifícios alguns notáveis, mas as suas casas são em regra de boa aparência. No largo do Pelourinho, que é ajardinado, está o edifício dos Paços do Concelho, perto do qual se vê a igreja paroquial.

Existem ainda na vila a capela da Misericórdia e a de Santa Catarina, estando junto desta o cemiterio, um dos mais antigos do arquipélago, pois foi aberto em 1838, no dia do Corpo de Deus.

Os dragoeiros e zimbreiros que revestiam o Porto Santo ao tempo do descobrimento, acham-se agora completamente extintos. As únicas espécies arbustivas indígenas dignas de atenção, e que ainda podem ser encontradas ali, são o espinheiro, o marmulano, a urze durazia e a oliveira.

A tamargueira, introduzida em 1834 por João Antonio Pedroso, é freqüente no Porto Santo, e a palmeira, o pinheiro marítimo, a árvore do paraíso, o álamo e o mióporo, aparecem nalgumas partes da ilha. Se se aproveitasse devidamente esta última espécie, seria fácil arborizar em pouco tempo uma boa parte do Porto Santo. No Pico do Castelo e proximidades, há alguns maciços de arvoredo criados nos últimos 20 anos pelo regente silvícola Antonio Schiappa de Azevedo (1921).

Produz a ilha vinha, trigo, cevada, centeio, lentilhas, favas, aboboras, melões, melancias, sementes, batatas, alhos, e algumas couves, cebolas, milho e cana-de-açúcar. Também existem ali muitas figueiras e amoreiras e algumas pereiras, romeiras, amendoeiras e tabaibeiras. Vid. Porto Santo (Vegetação do).

Das numerosas sondagens realizadas por Vidal nos mares do Porto Santo, parece depreender-se que a ilha foi em remotas épocas mais vasta do que é hoje, e nalguns pontos do seu território encontram-se sinais evidentes de levantamentos provocados por acções

vulcanicas. Diz Cockerell que os mais antigos depositos de fósseis são miocénicos e marinos podendo-se encontrar na ponta da Calheta conchas e corais misturados com uma rocha vulcanica negra, que parece provir duma zona mais baixa. Entre os picos do Castelo e do Facho encontram-se traquites esbranquiçado-acinzentadas e no alto desta ultima eminencia há um dique bastante curioso.

Para a irrigação das terras do Porto Santo existem varios poços abertos por particulares de onde a agua é extraída por meio de noras. Sem este recurso, estariam talvez maninhos muitos terrenos que agora dão boas colheitas, visto a falta de chuvas se fazer sentir freqüentes vezes naquela ilha.

O Porto Santo, cuja população é de 2:701 habitantes (1940), é uma terra interessante e curiosa sob varios pontos de vista, encontrando-se nela certos usos e costumes desconhecidos na Madeira, ao menos actualmente. Se se estabelecessem carreiras amiudadas de vapores para aquela ilha e se o visitante encontrasse ali as comodidades e confortos exigidos pela civilização moderna, é de crer que a terra do arquipélago onde primeiro aportaram Zarco e Tristão Vaz, hoje quasi desconhecida, viesse a tornar-se em determinadas épocas o ponto de reunião de madeirenses e de estrangeiros, desejosos, quer de experimentar os efeitos curativos das aguas da Fontinha das molestias do estomago, quer de aproveitar os magnificos recursos que a mesma terra oferece como estação balnear. Em 1919 foi o Porto Santo dotado com o importante melhoramento de uma Estação Rádio-Telegráfica, inaugurado a 17 de Março desse ano, quebrando-se o isolamento em que essa ilha vivia, especialmente na época de inverno.

Porto Santo (*Orografia*) Esta ilha, considerada relativamente á sua pequena área, é de aspecto montanhoso e formada por terrenos bastante acidentados, tendo o Pico do Castelo, do qual já demos noticia a pág. 259 do volume I desta obra, uma elevação de 440 metros acima do mar.

As principais eminencias que se encontram na cordilheira da ilha são as seguintes, conhecidas pelo nome genérico de picos: Ninho do Guincho, Branco (423.m), Concelho, Maçaricos, de Baixo, Juliana (455 m), Facho (509.m), Atalaia ou Gandaia (492.m), Castelo, Monte Vidio, Ana Ferreira, Facho da Malhada (265.m), e Calhau da Malhada (182.m).

Apesar do acentuado relêvo da sua superficie, destacam-se duas pequenas planicies, que devem ser mencionadas: a da Vila e a das Areias.

As principais pontas ou saliências da costa marítima são as da Cruz ou Santa Cruz, Ninho do Guincho, Branca ou de Nordeste, Frades, Incão, Calheta, Malhada, Furado, Varadouros e Fonte da Areia.

Porto Santo (*Hidrografia*). Sob esta designação, daremos uma breve notícia dos cais, enseadas, portos, praias, baixas, ilhéus e ribeiras desta ilha. Na costa meridional do Porto Santo e em quasi todo o comprimento da ilha, fica a baía do mesmo nome, que tem por limites o Ilhéu de Cima ou do Farol, a leste, e o Ilhéu de Baixo ou da Cal, a oeste, medindo, entre estes dois pontos, cerca de quatro milhas marítimas. Forma um Porto de relativa amplitude e oferece fácil ancoradouro a navios de todas as lotações. Esta baía é limitada na sua maior extensão por uma formosíssima praia de fina areia amarela, livre de quaisquer cachopos ou penedias, de bastante largura e tendo aproximadamente nove quilómetros de comprimento, que é sem dúvida uma das mais belas praias de todo o nosso país. Duma inclinação suave, banhada por um mar sempre bonançoso e de uma pureza de cristal e sem brejos ou águas estagnadas, oferece esta praia todos os requisitos exigidos para uma excelente estação balnear. O Porto da vila do Porto Santo está hoje servido com uma ponte-cais, que tem prestado bom serviço no movimento dos passageiros que ali desembarcam.

Além desta ampla baía limitada pela excelente e espaçosa praia, existem uns pequenos portos com suas exíguas praias, que servem, embora raramente, de desembarcadouro, dos quais mencionaremos os seguintes: o dos Barreiros, situado a nor-nordeste, o das Cagarras, a lés-nordeste, o dos Frades, a leste, o da Morena ou Portinho da Morena, a su-sudoeste, o Porto Novo, a su-sudoeste, o dos Porcos, a oés-sudoeste, o da Fonte da Areia, a noroeste, o do Zimbralinho, a leste.

Entre essas praias, são mais conhecidas as Serra de Dentro e a do Zimbralinho, que ficam nos sitios que conservam esses nomes.

A única praia levantada conhecida no arquipélago da Madeira, está na ilha do Porto Santo. O levantamento parece ter-se dado num período geológico moderno, existindo nos terrenos grande numero de conchas marinhas, umas pertencentes a especies que vivem ainda no arquipélago, outras a especies que se não encontram na nossa região, mas que vivem noutros países.

Nas proximidades da Fontinha e no Campo de Baixo, encontram-se numerosos vestígios da existencia da praia levantada, a qual é possível que ocupe muito maior area do que a que lhe tem sido atribuída até o presente. O sr. Adolfo de Noronha que tem feito numerosos estudos sobre a mesma praia, tenciona publicar uma noticia sobre as especies de conchas marinhas que ai têm sido

observadas (1921).

Sobre a praia levantada, existem hoje espessas camadas de terra ou de areias, sendo preciso proceder a grandes escavações para pô-la a descoberto. A praia estende-se muito pela terra dentro, tendo sido encontrados indícios dela a mais de 300 metros de distancia da orla marítima do Porto Santo.

Nas proximidades da costa marítima da ilha do Porto Santo, encontram-se vários baixios conhecidos pelos nomes de Rocha do Pescador, a nordeste e fronteiro á Ponta Branca, a do Meio ou Rocha de São Lourenço, ao norte do Pescador, o do Cotrim ou Ilhéu Redondo, adjacente á Ponta dos Frades, o da Galé, proximo da Ponta do Incão, o do Penedo do Sono, não muito distanciado do Ilhéu de Cima, e mais afastado do litoral, a cêrca de cinco milhas da costa, existe um baixio, a que comummente se chama Baixa de Nordeste.

Adjacentes à ilha do Porto Santo e muito proximo da sua costa, ficam situados o «Ilhéu de Baixo» ou da Cal e o «Ilhéu de Cima» ou do Farol, que são os ilhéus de maior superficie e mais importantes de todo o arquipélago e dos quais já se deu noticia a pág. 116 e 272 do volume I e no artigo Faróis. Deve ainda fazer-se menção dos pequenos ilhéus de «Fora» ou da «Rocha Nordeste», da «Fonte da Areia» e o de «Ferro». Comparadas com as extensas e caudalosas ribeiras da Madeira, não merecem esse nome os pequenos côrregos que atravessam a vizinha ilha do Porto Santo, dos quais o mais importante é a chamada Ribeira da Vila, que se conserva sêca a maior parte do ano e que traz um pequeno caudal na época invernosa, indo lançar-se no Oceano no sitio da Vila. Mencionam-se ainda os pequenos ribeiros do Pedregal de Fora, Pedregal de Dentro e Perregil, ao norte, os da Serra de Fora e da Serra de Dentro, a leste, de Santo António, Fontinha, Cochino e Salgado, ao sul, e o Ribeiro Fundo, a oeste.

Vid. *Porto Santo (Águas)*.

Porto Santo (*Capitania do*). Como se sabe constituíu a ilha do Porto Santo uma das três capitánias em que foi dividido este arquipélago (V. vol. 1, pág. 244). A carta de doação ao seu primeiro donatario Bartolomeu Perestrello é de 1 de Novembro de 1446 e vem transcrita a pag. 457 das Saudades da Terra. Nela se diz: «Eu dou carreguo a Bertholameu perestrello, fidalgo de minha casa da minha ylha de porto samto pera que elle dito Bertholameu perestrello ha mamtenha por mim em Justiça & deryto & morrendo ele a mim praz que seu filho primeyro ou algum se tall for tenha este carreguo pella guisa suso dita & asy de decemdemte em decemdemte per linha deryta & semdo em tal ydade ho dito seu filho que nom posa reger Eu ou meus erdeyros poremos hy quem

reja atee que seja em ydade pera reger & me praz que elle tenha em esta sobre dita ylha a Jurdiçom por mim & em meu nome do ciuell & crime resalbando morte ou talhamento de membro que desto benha per ante mim apellaçom porem sem embargo da dita Jurdiçom a mim praz que hos meus mamdados & correyçom seja y compridos como cousa propria minha» Nesta carta se faz menção de diversos direitos, regalias e isenções concedidas ao primeiro donatario, incluindo a arrecadação de varias contribuições e impostos.

A capitania do Porto Santo esteve na posse e superintendencia dos descendentes de Bartolomeu Perestrelo até o tempo em que o dominio filipino, com a nomeação dos governadores gerais, reduziu os donatarios do arquipélago a uma situação muito subalterna e quasi meramente honorifica, continuando, porém, a cobrar importantes rendas pelos primitivos privilegios que lhes tinham sido concedidos.

A Bartolomeu Perestrelo (Vid. Perestrelo), sucedeu na donataria seu filho, do mesmo nome, que dela foi despojado, durante a sua menoridade, pela venda que da capitania fêz sua mãe a Pedro Correia, cunhado do segundo Bartolomeu Perestrelo. A este, em virtude de pleito e recurso levado perante a coroa, foi-lhe restituída a donataria, com todos os seus direitos e regalias (1437), sucedendo-lhe seu filho Bartolomeu Perestrelo (1529), que matou sua espôsa Aldonça Delgado, para casar com sua prima Solanda Teixeira. Garcia Perestrelo, filho do terceiro Bartolomeu, matou, como seu pai e ainda em vida deste, sua mulher, tendo porisso sido condenado á morte e degolado, contando a ascendencia dos Perestrellos deste arquipélago com estes dois qualificados assassinos. Herdou a capitania Diogo Soares Perestrelo (1545), neto do terceiro Bartolomeu Perestrelo, sucedendo-lhe seu filho Diogo Perestrelo (1576). Foi este donatario um esforçado cavaleiro, e durante o tempo em que residiu na sua ilha, nunca os corsarios a assaltaram, como em outras ocasiões aconteceu, porque êle, apesar dos fracos elementos de defesa de que dispunha, conseguia com a sua energia e pasmosa actividade conter a distancia os assaltantes. Pode bem afirmar-se que este foi verdadeiramente o ultimo donatario do Porto Santo, pois que, com a dominação castelhana e com a nomeação dos governadores gerais em 1581, ficou a cargo destes a superintendencia de todo o arquipélago, como já dissemos. Depois da restauração, em 1653, fêz D. João IV mercê da capitania do Porto Santo a Vitorino Bettencourt Perestrelo, que é considerado como setimo donatario, embora com notavel cerceamento nos direitos e privilegios de que gozavam os antigos capitães-donatarios. A este se seguiram Diogo Perestrelo, Estevão Bettencourt Perestrelo, Vitorino Bettencourt Perestrelo e Estevão Bettencourt Perestrelo.

Aos donatarios sucederam os governadores, sendo o primeiro nomeado, segundo os Anais daquela ilha, Nicolau Bettencourt Perestrelo. No artigo Ilha do Porto Santo, damos uma relação de todos os governadores que houve ali até 1848, tendo sido José

Caetano Peixoto o ultimo que exerceu esse cargo na mesma ilha.

A capitania do Porto Santo progrediu lentamente e nunca chegou a atingir um notavel grau de prosperidade. Diz o dr. Alvaro de Azevedo que ela progrediu nos primeiros cento e cinqüenta anos, devendo entender-se por essas palavras que ela se foi gradualmente desenvolvendo desde a primitiva colonização até meado do século XVI, mas esse progresso nunca foi grande, devido ás causas que já noutra lugar ficam assinaladas, sendo as principais os freqüentes assaltos dos piratas, as ausencias, por vezes longas, dos respectivos donatarios, as prosapias avoengas de muitos de seus moradores que os afastavam da industria agricola, o abandono que um grande numero de antigos sesmeiros fêz das suas terras, estabelecendo residencia no Funchal e alguns em Lisboa, etc.. Tôdas estas causas de decadencia determinaram a promulgação da celebre lei de 13 de Outubro de 1770, conhecida pela lei dos Quintos e Oitavos, de que em outro artigo damos desenvolvida noticia.

Vid. Baleira (Vila), Donatários, Capitánias e Perestrelo (Bartolomeu).

Porto Santo (*Freguesia do*). A ilha do Porto Santo, em virtude da sua pequena área e da sua reduzida população, sempre constituiu apenas uma freguesia, que teve o nome, que ainda hoje conserva, de Nossa Senhora da Piedade, que é o orago da sua igreja paroquial. Apesar de Frutuoso afirmar em 1590 que o orago e nome da freguesia era o Salvador, a verdade é que já em documentos anteriores áquela data se diz que esse orago era Nossa Senhora da Piedade e julgamos nunca ter sido outro.

Assim como nas sedes das capitánias do Funchal e de Machico as freguesias sòmente foram criadas alguns anos depois do início da colonização, do mesmo modo e com sobrada razão deveria ter acontecido na ilha do Porto Santo. Certamente que um capelão teria ali exercido as funções eclesiasticas e paroquiais até que a ilha fosse constituída em freguesia autonoma.

Não se conhece o ano da sua criação, mas deve ser aproximadamente contemporanea das primeiras paróquias que se estabeleceram na Madeira.

O diploma mais antigo que encontramos citado no *Indice Geral da antiga Provedoria da Real Fazenda* é o alvará régio de 3 de Janeiro de 1529, arbitrando ao pároco o vencimento anual de 11.000 réis em dinheiro, quatro moios de trigo e duas pipas de vinho. Já nesta época estava criada a colegiada que, além do pároco, tinha um cura e quatro beneficiados. O curato foi criado pelo alvará

régio de 27 de Agosto de 1589, com o ordenado de 20 000 réis anuais.

O primeiro vigário desta freguesia de que existe noticia foi o padre Nuno Vaz, que parece ter começado a paroquiar no ano de 1572. Seguidamente foram ali párocos João Cordovil de Couto, Manuel Calaça, Jeronimo Vieira, padre Siebra, dr. Manuel Lopes da Silva, dr Inacio Manuel da Silva, dr. Estevão Lomelino de Vasconcelos, Domingos Ferreira de Agrela e Baltasar de Andrade, que paroquiou até ao fim do século XVII.

Julgamos que a sede da paróquia se instalou na capela de Nossa Senhora da Piedade, que já ali existia antes da criação da freguesia. Teve varias reparações e acrescentamentos, havendo sido totalmente reconstruída pelos anos de 1667. Nada resta da primitiva edificação além da capela chamada da Morgada, que pertenceu a uma antiga familia Baião. Conserva ela o seu arco em ogiva, que, tendo as pedras que o formavam algum tanto danificadas foi há poucos anos rebocado com um revestimento de cimento! Nenhuma igreja da diocese sofreu nunca tantas profanações e ultrajes como esta, com os assaltos que os corsarios deram por vezes àquela ilha. Não existindo ali quaisquer elementos de defesa, os habitantes só cuidavam de refugiar-se no Pico do Castelo e em outros lugares seguros, quando pressentiam a aproximação dos piratas, deixando a estes campo livre para exercerem a sua obra de destruição e de pilhagem. Em 1617, foi o Porto Santo invadido por corsarios argelinos e a igreja matriz saqueada e incendiada, e o mesmo também sucedeu no ano de 1667, procedendo-se em seguida á reconstrução do templo. Nos anos de 1556, 1690 e 1708, não foram mouros, mas navios franceses armados em corso, que assaltaram aquela ilha e ali se entregaram a um completo saque, sendo também a igreja paroquial objecto da furia dos assaltantes. É conveniente lembrar que naquelas epocas eram os navios franceses protegidos por altas personagens e há até quem afirme que pelos proprios reis da França, navios que freqüentemente percorriam os mares, armados em piratas, praticando impunemente os maiores crimes, com a chacina e o roubo ás povoações indefesas. Assim sucedeu com a invasão dos franceses á Madeira em 1556 como em seu lugar veremos.

Além da igreja paroquial, tem esta freguesia as capelas da Misericordia, Santa Catarina, Espirito Santo e São Pedro, de que em outro lugar damos resumida noticia.

Os principais sitios do Porto Santo são: Vila, Casinhas e Pico, Serra de Fora, Serra de Dentro, Pedregal e Esmoitadas, Camacha, Farrobo, Areias, Tanque, Matas e Lombas, Fontinha, Pedras Pretas, Campo de Baixo, Campo de Cima e Ponta.

Porto Santo (*Vila e Município*). A vila do Porto Santo é também conhecida pelo nome de Baleira e dela já demos noticia a pag. 117 do 1.º vol. desta obra, para onde remetemos o leitor. Sendo sede duma capitania, tinham os seus donatarios os poderes quasi discricionarios que lhe conferiam as cartas de doação, mas sendo também a sede dum Município, dispensava este aos povos, por meio dos respectivos forais, certas regalias e privilegios que atenuavam as atribuições dos capitães-donatarios. Na carta de doação concedida a Bartolomeu Perestrelo a 1 de Novembro de 1446, como donatario do Porto Santo; faz-se expressa referencia ao foral que havia de ser dado á futura vila, que foi criada poucos anos depois daquela data, mas não temos encontrado vestigios desse foral, que geralmente acompanhava o estabelecimento dos novos Municípios. Deve no entretanto supor-se que seria moldado em bases idênticas ao das outras vilas e Municípios deste arquipélago.

Em 1834, foi o Porto Santo considerado como uma provedoria para o efeito da sua administração, sendo João de Santana de Vasconcelos o primeiro provedor, nomeado por alvará do prefeito da provincia, de 9 de Agosto daquele ano. Com a reforma administrativa de 1835, passou a ilha do Porto Santo a constituir um concelho, sendo primeiro administrador João José de Alencastre, nomeado a 25 de Novembro do mesmo ano.

Porto Santo (*População, Superfície e Situação Geográfica da ilha do*). Afirma Gaspar Frutuoso que em 1590 havia na ilha do Porto Santo uns 400 fogos, em que portanto habitavam cerca de 1.600 habitantes. Acerca desta afirmativa de Frutuoso, diz o dr. Alvaro de Azevedo: «comquanto pareça haver nisto exageração, por constar dos Annais da Ilha do Porto Santo que em 1850 a população era de 1799 pessoas, isto é uns 450 fogos, e do censo feito em 1864 que os fogos eram 363 com 1425 habitantes, cremos ser exacto o dito de Frutuoso; a ilha do Porto Santo só progrediu nos primeiros cento e cinquenta anos desde o descobrimento.»

Em diversas fontes, foram colhidos os seguintes dados da sua população:

Anos	Habitantes
1529.....	820
1590.....	1 600
1789.....	1 870
1791.....	1 094
1835.....	1 618

1839.....	1 614
1843.....	1 669
1849.....	1 810
1850.....	1 886
1864.....	1 425
1871.....	1 664
1878.....	1 748
1890.....	1 952
1900.....	2 311
1911(Censo).....	2 182
1920(Censo).....	2 243
1930(Censo).....	2 490
1940(Censo).....	2 701

São, divergentes os dados apresentados para calcular-se a superfície do arquipélago, tendo o dr. Alvaro de Azevedo fixado o numero de 500 quilometros para a Madeira, 50 para o Porto Santo e 10 para as Desertas. O «Censo da População» relativo ao ano de 1930 diz que a superfície da ilha da Madeira é de 740Km²,62 quilometros quadrados e a do Porto Santo de 42Km²,17. Lê-se nas «Ilhas de Zargo» (I-59) que estudos de caracter oficial realizados nos anos de 1937 a 1938 atribuem à Madeira a superfície de 728Km² e 48Km²,8 á ilha do Porto Santo.

São igualmente discordantes os calculos conhecidos acêrca da sua situação geográfica. O ilustre comentador das Saudades da Terra apresenta alguns deles, dando preferencia aos da carta geo-hidrográfica do general Antonio Pedro de Azevedo, que é o seguinte: 33°3'30" de latitude norte e 7°45'27', de longitude oeste de Lisboa.

Porto Santo (*Estação sanitaria do*). De há muito que é preconizada a vizinha ilha do Porto, Santo como uma excelente estação de saúde para a cura de certas doenças, não sendo maior o numero de forasteiros madeirenses que a procuram, por falta de hotéis e de apropriadas habitações, e também ainda pela ausencia completa de conforto, rapidez e segurança que oferecem as embarcações empregadas no transporte dos passageiros. Ninguém há que o desconheça na Madeira. O dr. Nuno Silvestre Teixeira, que era lente

da nossa Escola Medica, que foi delegado de saúde do distrito e que foi um distinto cultor das ciencias medicas pelos seus estudos e primorosos escritos, tendo além disso permanecido longas temporadas naquela ilha, afirma que uma temporada no Porto Santo é de efeitos muito mais beneficos e salutaes que a mesma temporada de aguas minero-medicinais tomadas nas respectivas estações de origem.

Merecem ficar aqui arquivadas as palavras do dr. Nuno Teixeira, que constituem, a nosso ver, um estudo completo sôbre o assunto.

A ilha do Porto Santo, diz o referido medico, como estação de saúde, é unica, porque reúne predicados, condições sanitárias, que em parte nenhuma, que saibamos, se encontram reunidas e em tão excelente grau como naquela ilha, pois que permitem usar simultaneamente a thalassoterapia ou banhos do mar, numa praia que não tem rival lá fora, em nenhum país; uvas, que se não conhecem melhores, e aguas minerais, que não receiam confrontos com as melhores de Portugal e do estrangeiro. Qual é, preguntamos nós, a estação sanitária do mundo que oferece os recursos hígidos, salutaes, que caracterizam o Porto Santo, onde o valetudinário encontra ao mesmo tempo os banhos do mar, as uvas e as aguas minerais? Não conhecemos nenhuma senão o Porto Santo e só o Porto Santo Lá fora, as praias estão longe das termas, e os banhos do mar não se podem usar juntamente com as águas minerais. Tratamento pelas uvas, parece-nos que se não pratica em nenhuma localidade do nosso país, e no estrangeiro esse tratamento ou ampeloterapia é isolado e não se emprega simultaneamente com os banhos do mar e as águas minerais. Só o Porto Santo, portanto, oferece os três grandes agentes modificadores da economia-mar, uvas, aguas minerais, de que se pode fazer applicação ao mesmo tempo, se fôr necessario e em condições inexcediveis de pureza e acção curativa.

«Praia de banhos, o Porto Santo tem a melhor que se conhece, muito apreciada e até admirada pelos estrangeiros. São três leguas de areia estreme, amarelada, côr de oiro, sem interposição de penedos, que formem poças, onde se tomem os banhos, como em algumas praias de Portugal.

«A agua do mar é purissima, sem detritos que a conspurquem, porque na baía não desemboca canos de esgoto nem de fabricas industriais. O fundo é de restinga, muito elevado, até uma grande distância do quebra-mar, podendo o banhista que não sabe nadar afastar-se muito da praia, sem deixar de tomar pé o que a torna muito propria para senhoras. É uma praia em que se dispensa o banheiro, porque não há correntes que possam arrastar para o alto mar, as pessoas que tomam banho e não sabem nadar, como tem sucedido por vezes nas praias do continente.

«Tôdas estas excellencias e primores da praia do Porto Santo culminam na uniformidade do fundo da baía, sempre plano, sempre igual, sem depressões ou covas em que se possa submergir de repente o banhista inexperto, impellido ainda para o fundo pelo vértice da ressaca, que é um perigo para todas as praias, mas que não existe na do Porto Santo.

«É portanto uma praia ideal, que reúne tôdas as perfeições possíveis, e não conhecemos nenhuma lá fora que se lhe possa comparar. Noutro tempo era aproveitada por algumas famílias inglêsas residentes nesta cidade, que iam de proposito ao Porto Santo, com as suas barracas, para tomarem banho na esplendida praia, que é também o clube ou assembleia onde se reúnem, á noite, as famílias que passam o verão naquela ilha, conversando, cantando, tocando e fazendo jogos.

«Tratámos da praia, vejamos agora as uvas. Conhecemos um cavalheiro, que vivia em Paris com a sua família, e com o qual tivemos mui boas relações de amizade. Contava oitenta e três anos quando lhe fomos apresentado, e estava mui bem disposto para a idade que tinha, apesar dos seus achaques, comuns a todos os velhos. Vivia em Paris, como disse, e com os primeiros calores do verão, perdia completamente a vontade de comer, não tinha appetite para nada, senão para uvas. Mas em Paris, as uvas não aparecem no mercado senão em Setembro, e a pessoa de que falámos não podia esperar até tão tarde, porque perdia o appetite logo no comêço de julho. Vinha, pois, alimentar-se ao Porto Santo, como êle dizia; era quem primeiro começava a comer uvas e a ultima pessoa que acabava, e, como as vindimas naquele tempo se prolongavam até o fim de Setembro, comia portanto uvas desde meados de Julho até o fim de Setembro, isto é, dois meses e meio. Comia só uvas, pois que não lhe apetecia nenhum outro alimento. Desde o primeiro ano que o conhecemos, vinha todos os anos ao Porto Santo comer uvas enquanto viveu. Dizia a tôda a gente que, logo que começou com o seu regime das uvas, gozava muito mais saúde, viu desaparecer todos os seus incomodos habituais e assegurava que as uvas lhe tinham prolongado a vida e melhorado muito a saúde; morreu com noventa e quatro anos de idade.

«Vejamos agora as águas minerais do Porto Santo. São factos banais, por muito vulgares, as melhoras que sentem com o uso das águas do Porto Santo as pessoas que sofrem de dispepsias, sobretudo se as aguas são tomadas lá mesmo na ilha, na sua origem. Queremos referir um facto do nosso conhecimento, que é extraordinario, singularissimo, e que prova a acção quasi milagrosa da água do Porto Santo. Houve aqui um rapaz, nosso contemporaneo no liceu desta cidade, muito talentoso e um dos poetas mais distintos do seu tempo, especialmente no genero humoristico, sendo as suas gazetilhas engraçadissimas e muito apreciadas nesta cidade. Infelizmente, morreu ainda novo, de tuberculose pulmonar, de que esteve doente durante alguns anos. Era empregado superior do extinto Banco Commercial da Madeira, e, como era doente, acompanhava todos os anos ao Porto Santo o director e fundador daquele banco, o importante proprietario e benquisto cidadão, João de Sales Caldeira. O rapaz de que falamos, como

todos os tuberculosos, era um dispéptico, mas com uma tal susceptibilidade e intolerancia do estomago que tudo lhe fazia mal. Não tomava senão liquidos, o estomago não aceitava nenhum alimento que precisasse de ser mastigado, porque era logo vomitado e provocava diarreia. Os caldos haviam de ser coados; um simples grão de arroz, um pequeno filamento de aletria, bastava para dar origem a uma indigestão. Pois este pobre rapaz, que aqui na Madeira era um verdadeiro martirio para a senhora o alimentar, como lhe ouvimos dizer por mais de uma vez, e cujo estomago não tolerava senão caldos coados, no Porto Santo comia tudo: sopa de couve, melões, melancias, uvas, etc., e nada lhe fazia mal. É um facto o que afirmamos porque o presencéamos muitas vezes. É possível que aquela extraordinaria tolerancia do estomago fôsse o resultado de varios factores—descanso, clima, meio atmosferico, mas as aguas, de certo, seriam o mais importante.

«Em conclusão: banhos do mar, uvas e aguas minerais – tais são o tríptico titulo que recomenda o Porto Santo como estação sanitaria, a qual, por certo, não é excedida e nem sequer igualada por nenhuma outra».

Porto Santo (*Flora e Fauna do*). A flora e fauna desta ilha oferecem algumas características peculiares, das quais se faz menção especial ao serem versadas essas materias nos artigos respeitantes à Madeira.

Vid. Coelho do Porto Santo(I-282)

Porto Santo (*Vegetação do*). São da autoria do distinto botanico e co-autor desta obra Carlos de Meneses os trechos que vão ler-se à-cêrca da vegetação do Porto Santo, extraídos de um belo estudo publicado no «Diario Popular» do Funchal de 1 e 2 de Abril de 1908, por serem julgados de particular interesse para os habitantes dessa ilha.

«A phylloxera, que appareceu pela primeira vez na Madeira em 1872, só muito posteriormente, se manifestou igualmente no Porto Santo, mas apesar de ser recente a sua introdução, consideraveis são já os estragos que tem causado. As cepas mais atacadas, teem sido as dos terrenos argillosos, mas n'alguns pontos, embora poucos, onde o solo é arenoso, tambem as vinhas teem sido invadidas por esse insecto. Segundo nos informam, as cepas do littoral desapareceram quasi todas, só existindo hoje alli duas faixas cultivadas de vinha, uma no Espirito Santo e outra na Ponta.

Como os terrenos baixos do Porto Santo são na sua quasi totalidade de natureza calcarea, talvez conviesse ensaiar ahi a vitis monticola, e mais particularmente a V. Berlandieri, especies americanas que poderiam ser enxertadas com as castas de vinha agora cultivadas. A não se cuidar a serio da introdução de cepas resistentes e adequadas aos terrenos, grandes devastações poderá soffrer ainda a viticultura porto santense, pois a experiencia tem mostrado que as areias nem sempre constituem um dique á invasão da terrível phylloxera.

As figueiras e amoreiras são as unicas arvores de fructo abundantes no Porto Santo; a amendoeira, o pecegueiro, a romeira, a tabaibeira, a oliveira, a pereira e o pereiro embora também appareçam alli cultivados, são todos mais ou menos raros. As peras chamadas caniças, as unicas que vimos n'aquella ilha, são excellentes, e as azeitonas provenientes das oliveiras da villa, se bem que inferiores ás de Portugal, podem aproveitar-se para o consumo.

É de crer que as oliveiras que existem nos quintaes da villa do Porto Santo fossem importadas do continente, visto differirem tanto na forma das folhas, como no tamanho dos fructos, das variedades madeirensis e buxifolia da Olea europea que vivem no estado espontaneo no archipelago. Esta ultima variedade apparece nas rochas do Pico de Ana Ferreira na referida ilha, onde não passa de um simples arbusto.

Os zimbreiros (*Juniperus phoenicea*) e dragoeiros (*Dracoena Draco*), que revestiam o Porto Santo ao tempo da descoberta, acham-se agora completamente extinctos. As unicas especies arbustivas indigenas dignas de menção, e que ainda se encontram alli, são o espinheiro (*Lycium Europoeum*), o marmulano (*Sideroxylon Marmulano*), o buxo da rocha (*Catha Dryandri*), a urze (*Erica scuparia*) e a oliveira a que atraz nos referimos.

Afóra as arvores de fructo já mencionadas, sómente existem na ilha mais as seguintes especies lenhosas extranhas á terra, a tamargueira (*Tamarix Gallica*), introduzida em 1834 por João Antonio Pedroso e que é agora bastante commum, o alamo (*Populus alba*) que é tambem frequente, o pinheiro (*Pinus Pinaster*) cultivado em muito pequena escala nas Enguias e no Curral do Canario, a arvore do paraíso (*Eloeagnus angustifolia*), a palmeira (*Phoenix dactylifera*), o *Myoporum acuminatum* e a *Nicotiana glauca*. Estas duas ultimas especies, que se vão tornando frequentes, foram introduzidas pelo fallecido botanico João Maria Moniz.

Dois exemplares do pinheiro de Alepo ou de Jerusalem que vimos cultivados no Porto Santo, foram abatidos ha já alguns annos. Esta especie deveria accomodar-se nos terrenos calcareos do norte da ilha que não podem ser utilizados pela agricultura.

Entre plantas indígenas, naturalizadas e cultivadas em grande, contam-se no Porto Santo 325 espécies, sendo 317 phanerogamicas e 8 cryptogamicas vasculares. As famílias com mais larga representação na ilha são as Leguminosas com 40 espécies, as Compostas e as Gramineas com 38 cada uma, as Crucíferas com 15, as Umbelíferas e Caryophyllaceas com 13 e as Labiadas e Chenopodiaceas com 11. Duas únicas espécies parecem ser peculiares da ilha: o *Cheiranthus arbuscula* e a *Pedrosia porto-sanctana*.

Das muitas espécies forraginosas que existem no Porto Santo, citaremos apenas, por serem abundantes, as seguintes: a serralha (*Lonchus oleracens*), a leituga (*Crepis divaricata*), vários trevos, dois *Melilotus*, a azeda (*Scorpiurus sulcata*), o balanco (*Avena fatua* e *A. barbata*), a *Briza maxima*, a *B. minor* e o azevem (*Lolium perenne*). Duas espécies de *Mesembrianthemum* (*M. crystallinum* e *M. nodiflorum* produzem a soda, e da *Lavatera arborea* extrahe-se uma fibra textil que é utilizada no fabrico de cordas. A papoila branca que fornece o opio, é muito frequente entre as searas».

Porto Santo (*As Aguas do*). Quando são prolongadas as estiagens, o que acontece de quando em quando, sofre esta ilha as consequências de uma verdadeira calamidade publica, sendo muito para louvar a atitude da Junta Geral do Distrito da presidencia do dr. João Abel de Freitas, que ali mandou proceder a importantes trabalhos de hydraulica agricola com o fim de atenuar as crises produzidas por essas estiagens e beneficiar consideravelmente a industria agricola de toda aquela região. Foi julgada necessária a construção de uma grande «vala», que o referido presidente, em uma entrevista concedida a um jornal, no ano de 1942, descreve nos termos que vamos reproduzir.

«A construção de uma vala para captação e distribuição de aguas das chuvas a que se está procedendo, é talvez a obra de maior alcance económico-social até hoje ali realizada, não só pela sua oportunidade em fornecer trabalho a centenas de braços, mas pela influencia que deverá ter no desenvolvimento agricola da região.

Esta vala tem, em primeiro lugar, a função de captar as águas que, por vezes em grandes caudais, escorrem das encostas do Pico do Castelo, e que tanto dano têm causado nas encostas subjacentes; eliminada uma das causas principais do descalabro em que esses terrenos se encontram, é possível que apareça o incentivo de reconstrução das paredes e se faça a reconstituição dos terrenos desaparecidos.

Em segundo lugar, a agua assim captada, será transportada na parte da vala considerada de distribuição através de terrenos de areias, nos sitios da Camacha, Eira Velha, Areias, etc., que constituem reservatorio natural de grande capacidade, onde se infiltrará tôda a agua para ali canalizada; deste grande campo de infiltração deriva agua para quási tôdas as nascentes e poços existentes.

Pretende-se assim fazer o aproveitamento de águas até aqui prejudiciais, por duas formas: em primeiro lugar e de uma forma directa pela rega de terrenos subjacentes à vala, e em segundo lugar, pelo aumento de águas subterraneas e, conseqüentemente, do fluxo das nascentes. Daqui resultará, também, justificação economica de abertura de novos poços, e, portanto o alargamento dos terrenos de regadio.

Outra vantagem da construção desta vala é ainda, a de constituir incentivo para a construção de poços ou reprêsas, nos lugares mais convenientes ao longo do seu percurso, em que sejam retidas as águas para futura irrigação quando se verifique a existencia regular de excedentis de agua a justificar essa construção».

Porto Santo (*Desenvolvimento, decadência e crises*).

Quintos e Oitavos. Nos tempos primitivos da colonização desenvolveu-se e progrediu a povoação e depois vila do Porto Santo, mas, pouco mais de um século decorrido, começou a entrar em manifesta decadencia que se tem mantido através do tempo e que de quando em quando se assoberba com o aparecimento de temerosas crises devidas especialmente ás prolongadas estiagens que ali se dão com relativa freqüencia.

Essa primeira prosperidade não foi longa nem digna de maior nota e para a sua quasi imediata ruína, especialmente a partir dos fins do século XVI contribuíram além da grave causa apontada, os freqüentes assaltos dos piratas, a ausencia dos donatarios, as prosápias avoengas de muitos dos habitantes abandonando o cultivo das terras, as condições climaticas que então conduziam a um forçado ócio e ainda outras circunstancias de character local, que hoje não são bem conhecidas.

Diz-nos o dr. Alvaro de Azevedo que «a obscura historia daquela ilha se cifra simplesmente no esquecimento a que foi sempre votada pelos governos. Só no tempo do Marquês de Pombal, que teve como seu representante neste arquipélago o energico governador e capitão general João Antonio de Sá Pereira, é que a metrópole descobriu que aquela ilha era uma possessão

portuguesa.

O Porto Santo tinha chegado a um tal estado de decadencia, que ameaçava despovoar-se. Diversas causas concorriam para isso, sendo as principais o contrato de colonia agravado com freqüentes estiagens, e a estulta prosápia de muitos dos seus moradores, que se dedignavam entregar-se aos trabalhos da lavoura ou ás artes e officios. Os senhores mais abastados das terras levavam vida ociosa no Funchal ou em Lisboa e recebiam a demidia dos produtos das suas propriedades, deixando os colonos na mais deploravel situação, que era muito proxima da miseria. Um luxo que estava na mais flagrante contradição com as tristes circunstâncias da ilha, lavrava entre os seus habitantes que em grande número julgavam descender de illustres avoengos.

O alvará régio de 13 de Outubro de 1770 veio pôr cobro a muitos desses abusos, embora não cortasse o mal pela raiz. No entretanto, só o pulso de ferro do Marquês e do seu representante nesta ilha, a que o anotador das Saudades chama o Pombal madeirense seriam capazes de fazer executar um decreto com disposições tão draconianas e que decerto levantaria energicos protestos da parte dos que foram tão profundamente lesados por êle.

O primeiro paragrafo desse diploma verdadeiramente pombalino e que é de todos o mais violento, estabelece que as «terras se devem encabeçar nos actuais lavradores delas e suas familias para ficarem possuindo o util dominio das mesmas terras. . . ficando perpetuada nas mesmas familias com o encargo de pagarem as melhores os quintos da sua produção e as de segunda qualidade os oitavos, sem que estas pensões se possam alterar . . . ». Por esta disposição do alvará, os senhorios não só não podiam alienar as suas terras, como apenas recebiam delas um simples fôro, acrescendo que de metade do produto das propriedades passavam a receber a quinta ou oitava parte, conforme a qualidade delas. Daqui vem chamar-se a este alvará régio a lei dos «quintos e oitavos», que beneficiou os moradores do Porto ganto, mas espoliou os proprietarios dos seus direitos seculares, a não ser que êles quisessem residir na ilha e dirigirem por si mesmos as explorações agricolas das suas terras. Por este primeiro parágrafo, ficam os moradores isentos do pagamento dos dízimos que pertenciam ao Estado, pelo espaço de dez anos.

No segundo parágrafo se estabelece que os lugares de juízes, vereadores, procuradores do concelho e outros cargos de justiça ou de fazenda, que eram desempenhados por pessoas de condição, só pudessem ser exercidos por individuos que «fizessem lavoura»

Determina o terceiro parágrafo, que o governador mande escolher, «entre os filhos dos referidos vadios que não fizerem lavoura", seis para aprenderem o officio de sapateiro, outros tantos para alfaiate, dois para oleiro, quatro para carpinteiro, quatro para

pedreiro e dois para ferreiro.

Outras disposições interessantes contém o célebre diploma, que por brevidade omitimos, diploma que vem transcrito nas Saudades da Terra, a pag. 713 e seguintes. É este o célebre diploma legislativo, que ficou conhecido pelo nome de «Lei dos Quintos e Oitavos», e que na época produziu a maior sensação e foi objecto dos mais controvertidos comentarios, apesar de ser promulgado no governo autoritario do Marquês de Pombal.

O alvará de 13 de Outubro de 1770 ordenava que o governador e capitão-general, acompanhado de outras entidades officiais, fôsse pessoalmente ao Porto Santo dar-lhe inteira execução, para o que João Antonio de Sá Pereira se fêz acompanhar do corregedor dr. Francisco Moreira de Matos, do provedor da fazenda Domingos Afonso Barroso, do engenheiro tenente Francisco Salustiano da Costa e Sá e do secretario do governo José Anastacio da Costa, e chegou àquela ilha a 28 de Maio de 1771, tendo-se ali demorado com os outros funcionarios do Estado até o dia 20 do mês de Junho seguinte.

Enquanto o corregedor da comarca, o provedor da fazenda real e o ajudante de engenharia se encarregavam de fazer o encabeçamento das terras, descriminando as que deviam pagar os «quintos» ou «oitavos» da sua produção, o governador com o seu secretario tratava de pôr em execução as outras disposições do alvará, deixando um regulamento destinado principalmente á agricultura, em que nomeava um inspector dela na pessoa do capitão Pedro Teles de Meneses, natural do Porto Santo e ali morador com o vencimento anual de quatrocentos mil réis.

Sá Pereira fêz reünir a camara, as autoridades, os funcionarios publicos e muitas pessoas do povo e aí se procedeu à publicação solene do alvará de 13 de Outubro e se deu por iniciada a sua execução e observancia.

Vinte anos depois, o governador e capitão-general D. Diogo Pereira de Forjaz Coutinho foi de visita àquela ilha examinar a maneira como estava sendo executado o celebre alvará de 1770, que, com o decorrer dos anos, veio a cair em desuso nas suas principais dições.

As crises, que de vez em quando surgem nessa ilha, especialmente determinadas por largas estiagens, como acima ficou dito, são uma visão aterradora para os seus habitantes, vivendo sempre na perspectiva do espectro da fome com todos os horrores que a acompanham.

Porto Santo (*Saques na ilha do*). A pequena ilha do Porto Santo, isolada e sem defesa, foi varias vezes assaltada e saqueada por corsarios e piratas, que embora não pudessem encontrar ali rica e abundante prêsa, contavam ao menos com a mais completa impunidade e com a fuga precipitada dos habitantes para os cumes dos montes, deixando assim o campo livre á rapacidade dos assaltantes. Era a coroa do Pico do Castelo, de difficil acesso e cuja escalada se podia sem grande custo impedir aos que tentassem fasê-la, que principalmente servia de refugio aos pobres moradores da vizinha ilha, pondo-se ali ao abrigo da ferocidade dos piratas. O escarpado monte só teve uma defesa regular com suas peças e ameias nos principios do século XVIII, contando os habitantes, em épocas anteriores, apenas com as vertentes abruptas do pico, em que simples calhaus, rolando livremente pelas encostas eram suficientes para obstar qualquer assalto. O forte da vila a que se deu o nome de S. José em homenagem ao rei D. José I, foi construído no tempo do Marquês de Pombal. Anteriormente a esta época, não sabemos com que elementos de defesa contava o Porto Santo na contingencia dum ataque, mas bem fracos e inuteis seriam êles, pois não consta de qualquer resistencia feita aos diversos assaltos dos piratas (V. *Preston*).

O mais remoto saque de que há noticia foi o que ali fizeram os piratas franceses a 2 de Outubro de 1566, e no dia seguinte desembarcaram no Funchal, dando á cidade o terrivel assalto de que com tanto horror falam as cronicas madeirenses.

No ano de 1617, assaltaram os marroquinos o Porto Santo, saqueando a vila e, entre outros prejuízos, causaram o da completa destruição dos arquivos da camara e da igreja paroquial. o mesmo se deu no ano de 1667.

A 11 de Dezembro de 1690, dois corsarios franceses «invadiram, diz uma testemunha ocular, esta ilha e a saquearam, principalmente a igreja, que de tudo ficou roubada, de ornamentos, pratas e livros... sem que podesse fazer outra coisa, senão o vigario o dr. Estevão de Vasconcelos consumir o Santissimo Sacramento. . . e só com a ambula na mão se recolheu ao Pico do Castelo. . . » Não se conhecem outros pormenores deste assalto.

Em Janeiro de 1708, sofreu aquella ilha novo saque dos piratas franceses, que, além da pilhagem a que se entregaram, incendiaram a igreja paroquial e algumas casas da vila.

Conta Rebêlo da Silva na sua Historia de Portugal, que no ano de 1641 esteve quasi bloqueado o Porto Santo por uma esquadra de

doze velas otomanas, mas que os habitantes ao terem conhecimento da revolução do 1.º de Dezembro de 1640, «saudaram a nova com repetidas salvas de artilharia e mosquetaria, e que os turcos espantados com o ruído e ignorando a causa, julgaram prudente ceder e desapareceram».

É certo que os piratas argelinos por diversas ocasiões, principalmente no decorrer do século XVII, assaltaram a vizinha ilha do Porto Santo e a saquearam, mas não podemos precisar os anos em que esses assaltos se deram pois não temos acêrca deles encontrado quaisquer noticias pormenorizadas.

Porto Santo (*Aspectos demográficos do*). De uma interessante conferencia proferida pelo rev.º padre Eduardo Pereira e publicada no «Diario de Noticias» do Funchal de 22 e 23 de Julho de 1941, são extraidos os seguintes trechos.

«A vida social do Porto Santo é também elemento de interesse, curiosidade e estudo pelo contraste flagrante que oferece com a da Madeira. O povo isolou-se sempre dentro da Ilha e dentro da sua étnica, costumes e tradições.

É uma terra típica e original na constituição geológica e demográfica do Arquipélago. O povo, provindo directamente de duas raças, lusa e árabe, mostra em tudo suas influencias e atavismo.

É português em máscaras bem vincadas e fortes de colonizadores de quinhentos; é árabe em traços atávicos de pronunciado mauritanismo. Denunciaram-se os primeiros por pruridos de casta e atributos morais; os segundos, por caracteres físicos e índoles de mistura. É, todavia, na sua informação moral mais vincadamente português, patenteando Ilha e habitantes tanta afinidade física e politica com o continente lusitano que facilmente se diria serem mais de lá que de cá. A própria educação daquele povo é outra faceta original de apreciável relevo psicológico.

A maneira de viver, de sentir, trato social, concepções de hygiene, atributos de cortesia e solidariedade, linguagem, família, autoridade paterna, casamento, pergaminhos, moral, alimentação, diversões, música, regime agrícola, tudo, tudo diferença a população porto santense da população da Madeira. Por desconfiança árabe, não se dá nem se abre o povo ao primeiro contacto com ninguém, seja de dentro ou de fora, venha donde vier. Primeiro conhece, depois estuda, para então estimar com franqueza e afectividade de português. Sua afeição é tardia, mas duradoura. Não se proponha ninguém enganá-lo, porque desse dolo será o

primeiro a tirar engano. Invulgarmente inteligente e perspicaz, não se deixa conhecer de estranhos sem primeiro os conhecer. É, todavia, duma urbanidade cativante e sem igual entre as nossas populações».

Porto Santo (*Profetas e Nobres do*). No artigo Profetas, encontrar-se-á uma desenvolvida notícia acêrca deste curioso episodio da vida porto-santense e sobre a «alcunha» pela qual são conhecidos os habitantes daquela ilha.

O alvará régio de 6 de Novembro de 1522 passado a favor do donatário Bartolomeu Perestrelo, concede que «a mulher e noras dele se possam chamar e chamem de dom segundo nossa ordenação...». De privilégio, passou a manifesto abuso e foram inúmeros os que os cometeram.

Porto Santo (*Conde do*). O estadista e diplomata António Saldanha da Gama, que casou com uma senhora madeirense, filha e herdeira do antigo morgado José de Brito Heredia, foi agraciado com o titulo de conde do Porto do Santo, por decreto de 26 de Outubro de 1823, titulo que não teve sucessão.

Portos da Madeira. Dos portos do arquipélago, consideravam-se até há pouco como bons o do Funchal e do sul da ilha do Porto Santo, sendo tidos como sofríveis os da Abra, Machico, Santa Cruz, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol, Porto do Moniz e Porto da Cruz, e maus os do Caniçal, Porto Novo, Reis Magos, Oliveira, Campanário, Lugar de Baixo, Madalena do Mar, Anjos, Fajã do Mar, Calheta, Jardim do Mar, Paul do Mar, Pesqueiro, Seixal, Fajã da Areia, Ponta Delgada, Boaventura, São Jorge e Faial. Os portos das freguesias do Porto do Moniz e Porto da Cruz são considerados como bons desembarcadouros, quando sopram os ventos do quadrante sul, não sendo então permitido qualquer tráfego em toda a costa meridional da Madeira, o que aliás sucede poucas vezes em cada ano. Nos últimos trinta anos, as condições dos portos destas localidades melhoraram consideravelmente com a construção de pequenos cais e desembarcadouros e com os trabalhos de acrescentamento e reparação realizados nos já existentes.

No mês de Setembro de 1944, o engenheiro Henrique Schreck, director técnico da Junta Autónoma dos Portos do Arquipélago da Madeira, ao abrigo das medidas tomadas pelo governo central acerca dos trabalhos a realizar nos diversos portos do Continente e Ilhas, apresentou à Junta Geral deste distrito um bem elaborado relatório respeitante ás diversas obras que devem ser brevemente

executadas aos portos do nosso arquipélago.

Quem quiser possuir um conhecimento circunstanciado acerca dos portos da Madeira, e especialmente do do Funchal, leia o 5.º volume da importante obra «Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes» da autoria do ilustre engenheiro Adolfo Loureiro.

Vid. Porto do Funchal e cada um dos nomes que ficam acima indicados.

Portos de Pesca. Vão abaixo mencionados os portos de pesca deste arquipélago, que são os principais e nos quais se exerce a fiscalização alfandegaria e se faz a cobrança do imposto, que recai sobre o peixe que neles dá entrada. Há outros pequenos portos, onde também se exerce essa industria, mas em proporções muito limitadas e por vezes com carácter transitório.

Como atrás ficou dito, é relativamente importante a indústria da pesca neste arquipélago, pois que nela se ocupam, como profissão única, cerca de dois mil indivíduos, além dos que a ela se entregam apenas transitoriamente e em determinadas épocas do ano. Vivem, pois, exclusivamente dependentes dela alguns milhares de pessoas, sendo para lamentar que não exista uma organização de ordem industrial e comercial, que proteja eficazmente os operários dessa utilíssima industria e os ponha ao abrigo da desenfreada ganância de vis e desumanos especuladores. Também é bastante para sentir que se não tenha criado um organismo de feição mutualista, destinado a acudir à doença, a inabilidade e invalidez dos pobres e desprotegidos pescadores.

Na apreciada obra *Estatística das Pescas Marítimas no Continente e Ilhas Adjacentes* no ano de 1931 . . » encontram-se alguns interessantes dados respeitantes ao nosso arquipélago, que queremos deixar arquivados e que constam do mapa seguinte:

	1931	1930	1929	1928	1927
Embarcações De motor mecânico	24	21	-	-	-
De vela ou remos	508	519	490	481	446
Tonelag. das De motor mecânico	231	205	-	-	-
embarcações De vela ou remos	1141	1024	1130	1096	1002

Numero de Maiores	1452	1390	1340	1725	1401
pescadores Menores	12	26	7	10	26

Útil e interessante seria apresentar uma nota circunstanciada de carácter estatístico relativamente à época que vai decorrendo e de modo particular referente a cada porto de pesca, mas não sabemos se a tal respeito existem dados seguros, sendo no entretanto proveitosas as informações que aqui deixamos consignadas acerca de anos anteriores.

Nos 15 portos de pesca de todo o arquipélago, em que se exerce a fiscalização da Alfandega, o peso e o valor do peixe desembarcado no ano de 1941 foram os seguintes, conforme os dados oficiais que nos foram obsequiosamente fornecidos:

	Quilos	Escudos
Funchal.....	1 060 258	1 106 871
Ponta da Cruz.....	230	214
Câmara de Lobos.....	512 491	769 674
Ribeira Brava.....	46 860	52 597
Ponta do Sol.....	46 451	63 610
Calheta.....	78 315	93 392
Paul do Mar.....	92 026	106 756
Porto Moniz.....	155 358	144 030
S. Vicente.....	15 000	19 234
Ponta Delgada.....	14 244	16 432
Porto da Cruz.....	20 938	12 515
Machico.....	185 381	220 871
Santa Cruz.....	56 803	67 336
Reis Magos.....	18 976	23 085
Porto Santo.....	30 872	23 798

Neste ano foi iniciada a pesca do cachalote que anteriormente não existia, dizendo-se na nota referida que «a especie de cetaceos-

baleias» rendeu 125 312 quilos e 110.827 escudos no Porto do Porto do Moniz e 2.386 quilos e 10 000 escudos no porto da freguesia do Porto da Cruz. Nos números respeitantes ao Porto do Moniz, estão incluídos 19 quilos de «ambar» no valor de 47.735\$00.

Relativamente ao ano de 1942:

	Quilos	Escudos
Funchal.....	977 902	1 411 660
Ponta da Cruz.....	2 210	2 002
Camara de Lôbos.....	606 199	1 200 961
Ribeira Brava.....	52 978	75 241
Ponta do Sol.....	65 723	108 524
Calheta.....	73 096	116 065
Paul do Mar.....	74 645	110 063
Porto Moniz.....	174 849	143 350
São Vicente.....	6 286	14 096
Ponta Delgada.....	2 196	4 012
Porto da Cruz.....	6 499	8 836
Machico.....	148 451	210 723
Santa Cruz.....	60 179	87 260
Reis Magos.....	121 280	93 115
Porto Santo.....	40 615	28 519

Deve notar-se que, nos números referentes aos portos do Porto Moniz e dos Reis Magos, estão respectivamente incluídos 72 e 31 cacholotes, além de um no Porto da Cruz, sendo já considerável a pesca de cetáceos que se vai realizando nos mares deste arquipélago.

Eis o que se encontra registado relativamente ao ano de 1943:

Quilos	Escudos
--------	---------

Funchal.....	686 769	1 327 572
Ponta da Cruz.....	190	90
Câmara de Lobos.....	899 532	2 103 716
Ribeira Brava.....	73 609	145 107
Ponta do Sol.....	77 857	160 474
Calheta.....	97 103	191 260
Paul do Mar.....	81 652	183 120
Porto do Moniz.....	74 934	67 444
São Vicente.....	6 392	35 519
Ponta Delgada.....	3 253	4 928
Porto da Cruz.....	5 241	8 945
Machico.....	96 877	205 629
Santa Cruz.....	53 447	101 119
Reis Magos.....	304 507	204 581
Porto Santo.....	61 978	69 306

Nos Portos do Porto do Moniz e dos Reis Magos contam-se, nos números que ficam referidos, respectivamente 21 e 102 cachalotes e um no porto de São Vicente.

Segundo informações ministradas pelo abalizado ictiólogo Adolfo Noronha, a espécie de peixe que mais abundantemente se pesca na Madeira é a espada preta, chegando muitas vezes a aparecer, só no mercado da cidade, três e quatro mil espadas em cada dia, sendo largamente consumido por todas as camadas sociais. Conforme as mesmas informações, há anos que o atum, «que vem não se sabe donde e vai não se sabe para onde» é, em certas épocas pescado abundantemente nos nossos mares sendo uma das pescas mais lucrativas para os pescadores.

No artigo Pesca e Indústria Piscatória encontram-se outras informações, que muito interessam a este assunto.

Portugal. Saíram poucos números deste jornal, sendo o primeiro a 11 de Janeiro de 1891.

Portugal (*D. Afonso de*). Foi primeiro conde de Vimioso e esteve na batalha de Alcácer Quibir, onde caiu prisioneiro. No ano de 1549 comprou a António da Silveira, com autorização do rei D. João III, a capitania de Machico, da qual foi 6.º donatário. Morreu em África, cativo dos moiros, tendo sobrevivido porém, a seu filho D. Francisco de Portugal

V. Vimioso (Condes de).

Portugal (*D. Francisco de*). Esteve, com seu pai, na batalha de Alcacer-Quibir, em que foi ferido e feito prisioneiro. Tendo conseguido voltar á pátria, seguiu o partido do Prior do Crato, ao qual prestou relevantes serviços, vindo a morrer gloriosamente na famosa batalha naval de Vila Franca do Campo, a 26 de Julho de 1582. Foi 7.º donatário de Machico e 2.º Conde de Vimioso, pela razão de só muitos tempos depois do desastre de Alcacer-Quibir se ter sabido que D. Afonso de Portugal não morrera na batalha e estava prisioneiro dos moiros em Africa. A capitania de Machico foi dada por Filipe II a Tristão Vaz da Veiga, ainda em vida do 2.º Conde de Vimioso.

V. Vimioso (Condes de).

Portugal (*D. Martinho de*). Foi o segundo prelado desta diocese e o primeiro e único arcebispo do Funchal. Embora por bastardia pertenceu a uma das mais antigas e nobre famílias do reino, sendo próximo parente do monarca D. João III, de quem foi valido e conselheiro. Nasceu em Évora no ultimo quartel do século XV e morreu em Lisboa a 15 de Novembro de 1547.

Não sabemos se foi devido ás suas relações pessoais e parentesco com a casa real ou aos meritos proprios que porventura possuisse que exerceu os mais altos cargos e desempenhou importantes missões diplomáticas, como representante de D. João III, em Roma, e nuncio e embaixador do papa, em Lisboa, além de ter sido bispo de Viseu e haver ocupado outros elevados cargos na corte. Foi um dos diplomatas que D. João III encarregou de negociar em Roma o estabelecimento do tribunal da inquisição, referindo-se Alexandre Herculano largamente a este prelado na sua obra Da origem e estabelecimento da inquisição em Portugal. O grande historiador, que neste trabalho se mostrou duma grande parcialidade, como hoje geralmente todos reconhecem, faz de D. Martinho de Portugal o pior conceito, chegando a dizer dele que «era um homem sem moral e sem crenças, para quem a religião não passava

dum instrumento politico.

O arcebispado do Funchal foi estabelecido em 1533 e extinto em 1551. Os motivos que determinaram esta criação, as datas das Bulas que o instituíram e as circunstâncias que se deram nessa criação, ficaram sumariamente expostos no artigo Arcebispado (Vol. I, pag. 77) para onde remetemos o leitor.

D. Martinho de Portugal, ocupado no desempenho de outros cargos, nunca visitou a sua arquidiocese. Enviou a esta Ilha D. Ambrosio Brandão, bispo titular de Rociona, que aqui se demorou aproximadamente um ano, de 1538 a 1539, no exercício das suas funções episcopais. Enviou também os visitadores Jordão Jorge e Álvaro Dias, que se ocuparam da observância da disciplina canonica.

Portugal e Castro (*D. Manuel de*). V. *Castro* (*D. Manuel de Portugal e*).

Posto Antropométrico. Sendo representante do Ministério Público no Funchal o dr. Joaquim Crisóstomo da Silveira, foi instalado no tribunal da Comarca um Posto antropométrico, que ainda existia em 1915, pois que nesse ano, a 22 de Julho, resolveu a Câmara Municipal contemplá-lo com diversos artigos de mobiliário de que ele necessitava.

Posto de Desinfecção do Campo da Barca. Foi construído em 1904, e o terreno que ocupa foi cedido gratuitamente pela Câmara Municipal á Junta Geral, em 12 de Março de 1903 e 23 de Março de 1911.

O Posto de desinfecção do Campo da Barca foi aberto a 29 de Novembro de 1905 e o quadro do seu pessoal, constituído por um medico-director, um administrador, um maquinista, um chefe de desinfectadores, dois desinfectadores e um servente, foi aprovado por decreto de 23 de Maio de 1904.

As desinfecções domiciliárias têm sido especialmente feitas no concelho do Funchal, incluindo as freguesias suburbanas; no entanto, o pessoal de desinfecção vai a freguesias de outros concelhos, quando requisitados os seus serviços, proceder a desinfecções em domicílios onde ocorreram óbitos com doenças de carácter contagioso.

No numero das desinfecções domiciliarias estão incluídos os hospitais e casas de caridade, bancos, escolas, casas de penhores, hotéis, cadeia civil, calabouços policiais e outros edificios públicos.

É director do Posto de Desinfecção Pública, desde a sua inauguração, o distinto médico sr. dr. Carlos Leite Monteiro. É Administrador do mesmo estabelecimento público o sr. J. Cruz Baptista Santos, que exerce este lugar desde 3 de Novembro de 1919, sendo nomeado para substituir, por motivo de aposentação, o distinto homem de ciência e jornalista sr. dr. Manuel Sardinha, que ocupava as respectivas funções desde a inauguração do referido Posto (1921).

É-nos grato registrar, os serviços que o Posto de Desinfecção Pública, fundado por iniciativa do saudoso conselheiro Dr. José Leite Monteiro, então presidente da Junta Geral do distrito, tem prestado á população madeirense, nomeadamente por ocasião de epidemias manifestadas nesta ilha.

Todas as despesas com a manutenção do aludido Posto estão a cargo da Junta Geral do distrito, devendo este serviço, pela sua utilidade pública, figurar entre as obras de assistência mantidas pela mesma Junta, como sejam: Casas de Saúde do Trapiche e do Dr. Câmara Pestana, Asilo dos Velhinhos, subsídios a menores e indigentes, etc..

Posto Marítimo de Desinfecção. Desde 1901 que existe na Pontinha um pequeno posto marítimo de desinfecção. As importâncias provenientes das desinfecções, depois de deduzidas as despesas com a compra dos desinfectantes, constituem receita da Junta Geral, estando a cargo desta corporação o pagamento do aluguer da casa onde funciona o posto. O pessoal do posto, constituído por um fiscal e um guarda, é pago pelo Governo (1921).

Posto Médico Municipal. Começou a funcionar no dia 10 de Abril de 1889, e foi criado pela Câmara Municipal da presidência do falecido visconde do Ribeiro Real.

O aparelho de raios X que existe no posto médico, foi adquirido pela Câmara em 1922, tendo ali havido outro que se inutilizou.

Vid. *Serviços Sanitários.*

Posto Meteorológico do Areeiro. Vid. *Areeiro* (I-84).

Postos Meteorológicos. O posto meteorológico do Funchal, estabelecido na fortaleza de S. Lourenço, começou a funcionar em Janeiro de 1865, sob a direcção do falecido engenheiro militar Antonio Pedro de Azevedo. Está na altitude de 21m,2, é subordinado ao Observatório do Infante D. Luís, com o qual se corresponde telegraficamente todos os dias, e nele se fazem observações ás 6 e 9 horas da manhã, ás 3 e 5 horas da tarde e ás 9 horas da noite, sendo facultativa esta ultima observação (1921).

Antes de entrar em vigor este horário, faziam-se observações ás 7 e 9 horas da manhã, ao meio dia, ás 3 horas da tarde e às 9 horas da noite.

Em 1901, foi construído um quarto para arquivo do posto, e, em 1913, um terraço sôbre o mesmo posto, ao qual dá acesso uma escada exterior. Estes dois melhoramentos foram executados por indicação do 1.º ajudante, o coronel Eduardo Agostinho Pereira, falecido a 22 de Setembro de 1918.

Existem no Posto meteorológico do Funchal um barógrafo, um psicrógrafo, um anemógrafo, um barómetro de Adie, um psicrómetro de Augusto, termómetros de maxima e mínima, um evaporímetro, um udómetro, etc.. O posto costuma fornecer diariamente á imprensa um boletim com indicações acerca da direcção do vento, estado do céu, pressão, temperatura e quantidade de chuva caída durante 24 horas (1921).

Nas proximidades do Pico do Areeiro e na altitude de 1700 metros acima do nível do mar, foi construída em 1895 uma casa de madeira destinada a servir de posto meteorológico e de residência dos observadores, mas este estabelecimento, que custou ao Estado cerca de 5 contos de réis, nunca chegou a funcionar, devido á indiferença com que os governos e as corporações administrativas olham em geral os serviços de carácter científico.

A referida casa, que estava a cargo da Direcção das Obras Publicas, foi entregue á Junta Agrícola da Madeira a 13 de Agosto de 1913 para aí instalar um posto meteorológico, passando á posse da Junta Geral do Distrito quando foi extinta aquela corporação. É de 19

de Abril de 1913 o despacho ministerial que autorizou a entrega á Junta Agrícola do edifício do Areeiro.

A torre onde estava o compartimento destinado aos instrumentos meteorológicos, e á qual se subia por uma escada colocada exteriormente, foi derrubada pelos grandes vendavais de 25 e 26 de Fevereiro de 1920.

O que fica exposto é a transcrição textual do que se encontra a pág. 326 do vol. II da primeira edição deste Elucidário, a que agora podemos acrescentar as seguintes valiosas informações, que nos foram obsequiosamente fornecidas pelo actual director do Posto Meteorológico do Funchal, Antonio Feliciano de Castilho, ampliando-se desta maneira os antigos elementos já conhecidos.

«O antigo Posto tem hoje a categoria de Observatório Meteorológico, ainda instalado no Palacio de S. Lourenço, mas em vespas de ser transferido para edificio proprio. Foi notavelmente ampliado no seu equipamento e nas suas funções. É chefiado por um primeiro-ajudante do Observatorio do Infante D. Luis, e tem a superintendencia técnica de tôdas as outras estações e postos do Arquipélago. O actual chefe do Observatório é o primeiro-ajudante Antonio Feliciano Pinto Pacheco de Novais Barreto e Castilho.

A sua aparelhagem é hoje constituída por um barómetro de Adie, um barografo, um psicrometro, um higrografo, um termografo, um udometro e um udografo, um termometro de maxima e outro de minima, um termometro ordinário e outro de maxima de temperatura ao Sol, um anemografo, um heliógrafo, dois solarigrafos, um solarimetro e um evaporimetro.

As observações são feitas, ás 6, 12 e 17 horas para a determinação de temperaturas, umidades, ventos, pressões, insolação, estado do tempo, etc..

Além da estação do Funchal, temos ainda mais as seguintes:

Areeiro: Nas proximidades do Pico do Areeiro e na altitude de 1610 metros, está instalada a estação meteorológica do Areeiro. Neste local, houve já uma casa mandada construir em 1895, para servir de posto e residência ao pessoal encarregado do serviço, mas por motivos de diversa ordem nunca chegou a funcionar (Vid. *Areeiro*). Em Novembro de 1936, começou ali funcionando um Posto termo-udometrico que fornecia elementos sobre chuva e temperaturas. Em Dezembro de 1939, foi este posto ampliado, passando a ter os seguintes aparelhos: Um barometro, um barografo, um psicrometro, um termometro de maxima e outro mínima, um udometro, um catavento, um anemometro. O horario das observações era às 9 e 15 horas, colhendo elementos sobre pressões, temperaturas, umidade, vento; chuva, visibilidade e evolução do tempo. Em Janeiro de 1942, passou a ter as observações às 6, 12 e

17 horas. Esta estação, devido à sua importancia, está em vesperas de ser instalada em edifício proprio, passando a fazer parte do serviço internacional.

Encumiada de S. Vicente, Santana, Lugar de Baixo, e Sanatorio do Monte: Estas estações, montadas, respectivamente, em Junho de 1941, Janeiro de 1942, Junho de 1941, e Junho de 1941, fazem três observações por dia, ás 6, 12 e 17 horas, colhendo os seguintes elementos: temperaturas, humidade, chuva, visibilidade, evaporação, direcção e velocidade do vento. Para isso, estão equipadas com termómetros de máxima e minima, psicrometro, termohigrografo, udómetro, evaporometro e catavento. No Sanatorio do Monte, existe ainda um heliografo que fornece elementos sôbre insolação. Tanto a estação da Encumiada como a de Santana já funcionavam como postos termo-udometricos desde Dezembro de 1938.

Porto Santo: Esta estação instalada na ilha do mesmo nome junto á estação radio-telegráfica, foi montada em Julho de 1941 pelo então encarregado de posto do Funchal, Manuel Melquíades Alarques, ficando a fazer duas observações, ás 9 e 15 horas. Está apetrechada com os mesmos aparelhos e fornece os mesmos elementos das anteriores. O horario das observações é como o das restantes, ás, 6, 12 e 17 horas.

Existem ainda os postos Termo-udometricos da Madalena do Mar, Queimadas, Ribeira Brava e Santo da Serra todos montados de Novembro de 1936 a Dezembro de 1938.

Além destes, temos os postos udometricos do Caramujo, Machico, Montado do Pereiro, Ponta do Pargo, Porto do Moniz, Rabaçal, Ribeiro Frio, Santa Cruz, Santo António, Canhas, Bica da Cana, Paul da Serra e S. Vicente. Destes postos, o mais antigo é o de Santa Cruz, montado em Novembro de 1936 e o mais moderno é o de S. Vicente montado em Maio de 1945.

Todos os elementos dos serviços meteorológicos da Madeira são publicados mensalmente no resumo mensal do Observatório Central Meteorológico do Infante D. Luís de Lisboa, na informação meteorológica do Jornal das Frutas da Madeira e no Boletim Mensal do Funchal. Anualmente, todos estes elementos vêm publicados nos Anais do Observatório Central. O Observatório do Funchal publica diariamente um boletim donde constam as informações das estações do Funchal, Arieiro, Sanatorio, Santana, Lugar de Baixo e Porto Santo, e do posto do Santo da Serra.

Todas estas estações e postos fazem parte do Serviço Nacional de Clima a cargo do Observatório Central Meteorológico de Lisboa,

anexo á Faculdade de Ciências, de que é Director desde 1937 o sr. Doutor Herculano Amorim Ferreira, professor catedrático da mesma Faculdade.

Deve-se o actual estado dos Serviços Meteorológicos da Madeira, ao grande impulso dado ao Serviço Nacional de Clima pelo actual Director do Observatório Central que se deslocou á Madeira em Junho de 1938 exclusivamente para estudar as necessidades deste Serviço. Com o mesmo fim, esteve também no Funchal, em Julho de 1941, o sr. Doutor Amaro Monteiro, Chefe dos Serviços de Clima do Observatório Central. Muitas destas estações estão montadas com material comprado pela Junta Geral do Distrito, da ilustre presidência do sr. Doutor João Abel de Freitas, e estão a cargo do pessoal dos Serviços de Agricultura, repartição que é superiormente dirigida pelo sr. Eng.º Agronomo Maurilio Ferraz e Silva. Também a Delegação da Junta Nacional das Frutas, então dirigida pelo sr. Eng.º Agronomo Antonio Teixeira de Sousa, montou alguns dos primeiros postos termo-udometricos que depois foram entregues á Direcção de Agricultura.

De notar é ainda a actuação desinteressada e valiosíssima dos srs. Doutor João d'Almada, já falecido, e Vice-Almirante Hugo C. de Lacerda Castelo Branco.»

Posturas. Como é sabido, têm as Câmaras Municipais o direito de estabelecer dentro da área dos seus concelhos determinados preceitos legais de carácter local em harmonia com as leis gerais do país, preceitos que devem ser rigorosamente observados e cuja transgressão implica a imposição de diversas penalidades. Neste arquipélago e anteriormente ao ano de 1834 não raro acontecia que esses códigos privativos de leis ou Posturas Municipais colidiam com alguns decretos emanados do poder central, levando as autoridades superiores a intervir energicamente e a coagir as vereações concelhias ao inteiro cumprimento desses decretos.

Todas as Câmaras deste arquipélago e em diversas épocas estabeleceram e fizeram observar muitas «posturas», sendo algumas delas publicadas pela imprensa.

Numa tentativa de «codificação», temos noticia de que nos anos de 1841, 1842, 1856, 1890, 1897 e 1900, respectivamente, as Câmaras Municipais de Santana, Calheta, Machico, Porto do Moniz, São Vicente e Ponta do Sol, fizeram imprimir em opúsculos as suas posturas, então vigentes, o que representa uma acertada medida para a boa administração municipal.

No ano de 1912, fez a Câmara Municipal do Funchal publicar em volume de 245 páginas o Código de Posturas do Município do Funchal, que é uma colecção das posturas que nesse tempo vigoravam e que na sua grande maioria ainda vigoram, sendo a mais antiga referente ao ano de 1881. É um excelente trabalho de codificação, especialmente coordenado pelo secretário da Câmara, Luís Betencourt Miranda.

Pota (*Ommastrephes sagittatus*). Molusco cafolópode que habita os fundos além de 350 braças, mas que no verão aparece muitas vezes á flor do oceano, sobretudo nos meses de Agosto e Setembro. Há exemplares que chegam a pesar mais de 10 quilogramas. O sabor deste molusco quando novo, lembra o da lula e o do polvo. A pota é uma isca valiosa e muito procurada para a pesca do atum, da espada e de outras espécies.

Poupa (*Upupa epops*). Ave da família Upupida que visita a Madeira e que se diz ter feito parte outrora da fauna indígena da ilha.

Povo (*O*). Começou a publicar-se a 1 de Janeiro de 1883 e suspendeu a 4 de Fevereiro de 1888 dando 260 números.

Outro periódico com o mesmo titulo iniciou a sua publicação a 31 de Janeiro de 1907 e suspendeu a 30 de Setembro de 1917, dando 1248 números. Publicava-se semanalmente, mas de 15 de Dezembro de 1910 a fins de Outubro de 1913 foi jornal diário.

Povoamento e Colonização. No artigo *Descobrimento do Arquipélago*, dedicámos algumas páginas ao debatido problema do primeiro encontro ou «reconhecimento» destas afastadas ilhas, que aguarda ainda uma segura e definitiva solução no que particularmente se refere á época em que se realizou esse auspicioso acontecimento, aos arrojados navegadores que o empreenderam e ás circunstâncias ocasionais que o acompanharam.

O que parece indubitável é que, reconhecida a veracidade do sucesso e assinalada a posição geográfica desse inesperado encontro, não teria decorrido largo tempo para uma activa exploração e um imediato povoamento, embora sejam pormenorizadamente ignoradas as primeiras e frutuosas tentativas empregadas para esse fim.

Apesar da densíssima vegetação florestal que inteiramente cobria o solo madeirense e do inverosímil acidentado das suas vertentes e encostas, procederam sem demora os primitivos povoadores a uma rápida exploração através do litoral e efectuaram alguns desembarques nos pontos de mais fácil acesso, como indispensável preparação do movimento colonizador que iria desde logo iniciar-se.

Muitas elevações montanhosas, lombas e alcantis, vales e despenhadeiros, ribeiras, portos e saliências da costa marítima, receberam então o seu baptismo, ficando os seus nomes para sempre inscritos na toponímia madeirense. E assim os vocábulos Seixo, Oliveira, Garajau, Cruz, Formosa, Socorridos, Espirito Santo, Girão, Vera-Cruz, etc., etc., convertidos em nomes próprios, passaram a designar cousas e lugares, que através de cinco séculos ainda ao presente inalteravelmente se conservam.

Com o extraordinário desenvolvimento das diversas industrias e com os prestimosos meios de acção de que hoje largamente dispomos, mal podemos calcular o que seria a colonização de uma ilha ignorada e perdida na vastidão do oceano, a quinhentas milhas de distancia do Continente e que apenas na quadra estival mantinha comunicações com a metrópole, lendo-se em um antigo manuscrito «que el-rei e o infante D. Henrique tinham noticias da Madeira de ano a ano pelo verão porque naqueles princípios se não navegava no inverno».

Os antigos povoadores, além do valor inato da raça e do seu afincado amor ao trabalho, contavam apenas com a excelente amenidade do clima e com a ubérrima fertilidade do solo. Quais outros predecessores de um lendário Robinson, isolados em uma deserta e abandonada ilha, praticavam verdadeiros milagres de heroísmo no arroteamento das glebas virgens, na construção das suas desconfortáveis habitações e na formação de pequenos aldeamentos, a que ficaram chamando «fazendas povoadas».

Ao iniciar-se a auspiciosa colonização, foi esta ilha dividida, para o efeito da sua administração pública, em duas zonas distintas, demarcados os seus limites por uma linha divisória, que se estendia desde a ponta da Oliveira (Caniço) e a ponta do Tristão (Porto do Moniz) constituindo toda a costa setentrional e ainda uma parte da meridional a capitania de Machico, e o restante a capitania do Funchal, respectivamente dirigidas por Tristão Vaz e João Gonçalves Zargo, como já ficou referido nos artigos Capitánias e Donatários.

Entre os companheiros e contemporaneos do último destes capitães-donatários, conhecem-se os nomes de Gonçalo Aires Ferreira,

Francisco Carvalhal, João Lourenço, Rui Pais, João Afonso, Antonio Gago, Lourenço Gomes, Francisco Alcoforado, Vasco Delgado, Alvaro Afonso, Aires Lordelo, Vasco Esteves, Manuel Afonso de Sanha e João de Prado, conservados em antigas crônicas e diversos nobiliários. Obtiveram todos terras de sesmaria, que em grande parte foram vinculadas pelos seus herdeiros e sucessores, tornando-se estes os troncos das mais antigas e nobres famílias madeirenses. Vid. Sesmarias e Instituições Vinculares.

Investidos os capitães-donatários nas largas atribuições que as «cartas de doação» lhes conferiam e assumindo a superior direcção de todos os negócios de administração pública, logo se tornaram os mais qualificados povoadores da incipiente colonização madeirense, adquirindo o maior prestígio e a mais preponderante influência, que alguns conseguiram traduzir de futuro na concessão de altas distinções nobiliárquicas e na aquisição de avultados domínios territoriais.

São bem escassas as notícias que nos deixaram as antigas crônicas acerca do primitivo povoamento no que particularmente respeita ao número, posição social, qualidades pessoais e terras de origem dos primeiros colonizadores.

Vagamente se sabe que entre eles se contavam indivíduos de nobre ascendência, outros das classes populares, mecânicos e cultivadores das terras, e também alguns criminosos que cumpriam suas penas nas prisões, informando-nos Gaspar Frutuoso que João Gonçalves Zargo «recusara trazer os culpados por causa da fé, ou traição, ou por ladrão».

Não se sabe o número aproximado desses indivíduos e também se desconhece a proporção em que as diversas camadas sociais se encontrariam na formação dessas primeiras levas de povoadores. Com fundamento se conjectura que não seriam poucos, crescendo breve e rapidamente esse número com a vinda frequente de outros colonos e especialmente com a grande legião de escravos mouros e negros, tornada logo uma avultada multidão. Assim o exigiam os largos e penosos trabalhos do arroteamento das glebas virgens estimulados os activos cultivadores pela exuberante fertilidade do solo e pela excelente benignidade do clima.

Foi, porém, no período posterior àquele de que nos estamos ocupando, isto é, na segunda metade do século XV, que o povoamento tomou um mais largo incremento, tanto de povoadores vindos do continente português e de inúmeros escravos africanos, como ainda de muitos estrangeiros de vários países europeus, alguns dos quais oriundos de antiga família, que vinham procurar nesta nova terra da promessa o que a própria pátria não pode dar-lhes.

O povoamento tem seu principio dentro do perímetro em que hoje se levanta a cidade do Funchal e simultaneamente em diversos pontos considerados mais apropriados para esse fim, como foram Machico, Santa Cruz, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do

Sol, Calheta e ainda em outros lugares situados na costa meridional da ilha.

A maior dificuldade que obstava a um imediato e eficaz povoamento, era o superabundante e gigantesco arvoredado que revestia toda a superfície das terras consideradas próprias para as primeiras explorações agrícolas. Veio um violento incêndio, talvez imprudentemente ateadado, mas também necessariamente imposto pela força imperiosa das circunstâncias, abrir vastas clareiras propícias ao arroteamento desses largos tratos de terreno até então improdutivos. Qual fosse a área da acção destruidora desse incêndio e as suas imediatas consequências, não é hoje fácil dizê-lo, oferecendo particular interesse o que a tal respeito se pode ler nas «Saudades da Terra» e respectivas anotações e ainda nas páginas do «Elucidário Madeirense». Vid.(Incêndios).

Sem demora se pôde reconhecer a notável fertilidade do solo madeirense, mas também se verificou sem esforço que as mais remuneradoras culturas agrícolas não poderiam atingir um grau de larga e compensadora prosperidade se não á custa de um difícil e dispendioso sistema de irrigação. Apareceram então as primeiras «Levadas».

Nenhum madeirense ignora o que sejam esses aquedutos formados por estreitos e extensos canais abertos no solo e geralmente construídos na sólida alvenaria, que conduzem a preciosa linfa que dá á terra o sangue que a fertiliza e ás plantas a seiva e a vida que as fazem abundantemente produzir.

No artigo *levadas* (II-235, 269), inserimos um desenvolvido estudo acerca deste importante assunto, que tão de perto interessa á economia do arquipélago.

Esses aturados trabalhos empregados na exploração agrícola das terras eram regularmente compensados com as concessões feitas aos cultivadores pelos capitães-donatários, em virtude das instruções recebidas do infante D. Henrique e pela aplicação do sistema das sesmarias já em uso no continente português. E essas primeiras concessões foram posteriormente modificadas com mais amplas regalias, estabelecendo-se o direito á propriedade das «bemfeitorias», com a faculdade de aforar e até de vender as terras mediante a observancia de certas cláusulas, que não eram tidas por muito onerosas nem vexatórias.

Foi relativamente avultado o número dos mais antigos povoadores vindos do Continente, mas insuficiente para uma larga exploração agrícola, sobretudo pelo acidentado dos terrenos, densidade florestal, trabalho penoso da irrigação e ainda outras circunstancias de carácter local.

Como acima se diz, foi o solo da Madeira regado pelo suor dos escravos negros, mouros e mulatos, que, cruzando-se com os sesmeiros continentais, tão profundamente abastardou a genuidade nativa da raça. Nos fins do século XV, havia nesta ilha o número aproximado de dois mil escravos, que era bastante avultado ao lado da população europeia, que então orçaria por quinze a dezoito mil habitantes.

O já citado sistema das sesmarias na vantajosa distribuição das terras favoreceu o estabelecimento de muitas «fazendas povoadas», em que os primitivos povoadores viviam com as suas famílias e escravos, tornando-se em breve os proprietários das mesmas terras e deixando o cultivo delas aos colonos e escravos. Veio depois a vinculação dos terrenos e os sesmeiros ricos e os colonos mais favorecidos da sorte abandonaram a indústria agrícola e procuraram nos centros de mais densa população uma vida despreocupada das canseiras os antigos povoadores. Nasceu o chamado «contrato de colonia» e três quartos partes dos terrenos aráveis desta ilha estavam convertidos em vínculos e morgadios.

Para se determinar com verdadeira exactidão o ano em que começou o povoamento desta ilha, necessário seria que se pudesse precisar a época do seu descobrimento, o que ainda se não conseguiu averiguar com inteira verdade. Na carta de doação do infante Henrique á Ordem de Cristo, datada de 18 Setembro de 1460 e a que se refere a publicação que tem por titulo Alguns documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das navegações e conquistas dos portuguezes, lê-se: «comecei de povoar a minha ilha da Madeira averá ora trinta e cinco anos e mesmo a do Porto Santo...» Destas palavras se conclui que a colonização se iniciou pelos anos de 1425, isto é, poucos anos depois da descoberta, o que concorda com as indicações de diversos cronistas.

Foram os religiosos franciscanos, vindos na frota que conduzia os mais antigos povoadores, os primeiros sacerdotes que desempenharam funções eclesiásticas nas diversas capelas que em breve se fundaram e teriam sido as de Santa Catarina, São Paulo e São Sebastião, e talvez mesmo em rústicas e improvisadas ermidas que temporariamente se houvessem adaptado aquele fim.

Nas chamadas «fazendas povoadas», estabelecidas em vários pontos da ilha, construíram-se muitas capelas, que tiveram seus capelães privativos, transformando-se na sua maioria em «curatos» e «capelarias» com foros de paróquia e que foram as sedes das futuras freguesias legalmente constituídas. É por isso que, em virtude dos elementos que nos fornecem as antigas crónicas, não se torna fácil determinar com inteira precisão a data da criação de algumas paróquias organizadas nos séculos XV e XVI, tomando o significado desses agrupamentos de habitantes no sentido que modernamente se lhes atribui. «Capelania», «curato», e «freguesia»

são termos empregados, por vezes indistintamente, para designar o que hoje com tôda a propriedade chamamos paróquia. E, assim, nessas crónicas se afirma, e se repete nas anotações das «Saudades da Terra», que as freguesias de Camara de Lôbos e da Calheta foram criadas no ano de 1430 e que a de Machico, capital da capitania e lugar sujeito a um intenso povoamento desde o início da colonização, tivera a sua criação no ano de 1450, sabendo-se que esta localidade chegou a ombrear com o Funchal quanto á sua expansão e desenvolvimento, embora apenas nos primeiros tempos dessa colonização.

Foi pelo ano de 1430 que no Funchal, e compreendendo uma vasta área, se estabeleceu a primeira freguesia, tendo o seu centro em uma, das capelas que ficam citadas, militando, porém, algumas razões a favor da pequena ermida de São Sebastião. Em 1438, fixou-se a sua sede na igreja de Santa Maria ou da «Conceição de Baixo», mandada edificar pelo Infante D. Henrique na margem esquerda da ribeira de João Gomes e a pequena distancia da praia, tomando o nome de Nossa Senhora do Calhau.

No ano de 1508, passou a ter a sua nova sede na chamada «Igreja Grande», ainda em estado de atrasada construção. Cinquenta anos depois, isto é, em 1558, foi a cidade do Funchal com os seus arredores dividida em duas freguesias com as respectivas sedes na Igreja da Sé e na de Santa Maria Maior.

Até os fins do meado do século XV, período a que particularmente nos vimos referindo, havia já neste arquipélago dez freguesias autónomas, em que funcionavam regularmente todos os serviços religiosos das paróquias independentes, as quais tiveram as suas sedes nas capelas mais centrais existentes nesses povoados.

Convém recordar que, além de serviço religioso obrigatório, exercido nas sedes paroquiais, mantinha-se em varias capelas, como acima ficou referido, o desempenho de muitos actos do culto dirigidos por outros sacerdotes e a que prestavam prestimoso auxílio vários membros da ordem seráfica espalhados nos seus modestos e dispersos cenobios.

Nos fins deste período (1425-1450), tinham já os trabalhos do povoamento atingido um notável desenvolvimento, pois que um ou dois anos depois, isto é, em 1451 ou 1452, era a povoação do Funchal elevada á categoria de vila com os privilégios e regalias inerentes aos Municípios, como pela mesma época aconteceu com as sedes das capitancias de Machico e do Porto Santo.

No entretanto, é forçoso confessar que, somente na segunda metade do século XV e na primeira metade do século seguinte, revestiu o povoamento madeirense o seu maior desenvolvimento com os progressos sempre crescentes da agricultura e das industrias dela

derivadas, como foram o largo fabrico do açúcar e do vinho, a exportação das madeiras, da urzela, do «pastel» e de muitos outros produtos agrícolas. A este progresso, andava correlativamente ligado uma grande expansão dos povoados e foram-se sucessivamente criando novas paróquias e em breve foi a vila do Funchal elevada á categoria de cidade e nela se estabeleceu poucos anos depois a sede de uma diocese, a primeira que se fundou nos nossos domínios ultramarinos.

Embora datem respectivamente dos anos de 1440, 1446 e 1450 as doações oficiais feitas a Tristão Vaz, Bartolomeu Perestrelo e João Gonçalves Zargo das capitánias de Machico, Porto Santo e Funchal, é certo que esses três primeiros capitães-donatários foram desde logo investidos na administração directa dos seus cargos e privilégios, ao iniciar-se o povoamento do arquipélago madeirense pelos anos de 1425.

Afirma-se que, por essa ocasião, o infante D. Henrique, a quem estas ilhas foram doadas pelo monarca e ainda como grão-mestre da Ordem de Cristo a que elas «pertenciam no espiritual», dera aos donatários as necessárias instruções destinadas a regular os diversos serviços de administração pública, fixando a esfera das suas atribuições e discriminando, porventura, as faculdades de que poderiam servir-se no exercício e aplicação da justiça. A haverem existido, como supõe Gaspar Frutuoso e nos inclinamos a acreditar, não ficaram arquivadas em qualquer documento conhecido ou perdeu-se a noticia delas com a promulgação de outras disposições relativas a essa mesma matéria.

O que, porém, se sabe é que se tornaram verdadeiramente discricionários os poderes dos donatários em todos os ramos de administração, não somente porque muitos factos o comprovam, mas ainda porque as próprias cartas de doação o confirmam, dizendo-se nelas expressamente que ele (o capitão-donatário) tenha em toda esta sobredita terra a jurisdição por mim e em meu nome do civil e do crime reservando morte ou talhamento de membro. Vê-se que, além da aplicação da «pena ultima» e da do «talhamento de membro», reservados ao poder real, a acção governativa dos capitães-donatários se estendia a todos os serviços do Estado e ainda aos que diziam respeito á arrecadação das diversas contribuições e impostos, à distribuição de terras incultas e à nomeação dos diversos cargos públicos, etc..

Nas localidades mais importantes, tinham os capitães-donatários os seus representantes na direcção dos negócios públicos, que eram os ouvidores e alcaides, especialmente encarregados dos serviços de carácter administrativo e da arrecadação de diversas contribuições e impostos. A exemplo dos seus chefes, dos quais recebiam as respectivas nomeações nos princípios do povoamento, não raro abusavam das faculdades de que se achavam investidos e eram, por vezes, cegos instrumentos das prepotências dos

mesmos capitães-donatários.

É sabido que, somente a partir do ano de 1834, em que se estabeleceu o sistema do governo constitucional, começou a Madeira a ser inteiramente administrada pelas mesmas leis que estavam em pleno vigor no continente português. Até essa época, eram as ilhas adjacentes consideradas como províncias ultramarinas, e a sua administração pública fazia-se em geral por leis privativas, que muitas vezes diferiam essencialmente das que vigoravam na metrópole.

Não é de estranhar que, ao iniciar-se o povoamento, ainda mais se acentuasse essa discrepância, atentas as imprevistas e extraordinárias circunstâncias que então se davam e sem mesmo contar com as arbitrariedades e excessos cometidos pelos capitães-donatários e seus representantes nas diversas localidades, como já atrás fizemos notar.

Motivos ponderosos persuadem que o infante D. Henrique tivesse dado aos três primeiros donatários as indispensáveis instruções, ao investi-los na direcção dos trabalhos da primitiva colonização, referindo-se particularmente o historiador das ilhas ao «Regimento» que regulava a divisão das duas capitánias desta ilha e á concessão das terras aráveis por meio do sistema das sesmarias. São estas as mais antigas providencias governativas de que há noticia.

Quanto á distribuição das glebas, adoptou-se o já conhecido sistema das sesmarias (Vid. Gama Barros III, pág. 699 e ss.), embora talvez com as modificações que as circunstâncias do meio aconselhavam. O sesmeiro que, dentro de cinco anos, não fizesse um conveniente aproveitamento dos terrenos, perdia o direito a eles. Estas disposições foram posteriormente modificadas, concedendo-se mais amplas regalias aos cultivadores das terras, como o direito á propriedade das «bemfeitorias», a faculdade de poderem aforar e até vender essas mesmas terras, observadas certas clausulas, que não eram então consideradas onerosas ou vexatórias, como já deixamos dito em artigo precedente.

Não conhecemos a data precisa da redacção concessão do «Regimentos» e instruções a que nos vimos referindo, mas devem ser anteriores ás cartas régias do rei D. Duarte, de 26 de Setembro de 1433, em que é feita a doação deste arquipélago ao infante D. Henrique e da jurisdição espiritual á Ordem de Cristo, de que o mesmo infante era grão-mestre. Julgamos que as mencionadas cartas régias serão a plena confirmação de doações anteriormente feitas, talvez por D. João I, estando o infante na posse do inteiro senhorio destas ilhas desde o início do povoamento.

Nas cartas de doação das três capitánias aos primeiros donatários, faz o infante menção de um «Foral» que não sabemos se teria sido um documento distinto das instruções a que nos havemos referido. É no entanto certo que ele existiu, porque, no «Foral» concedido no ano de 1515 pelo rei D. Manuel aos Municípios do Funchal, Ponta do Sol e Calheta, se encontra uma expressa referencia ao foral concedido pelo infante D. Henrique, como pode ver-se a paginas 494 das anotações ás «Saudades da Terra». Em outro lugar fazemos mais larga referencia aos documentos que ficam citados e á acção do infante na grandiosa empresa da primitiva colonização deste arquipélago, para onde encaminhamos a atenção do paciente leitor.

Depois do «Regimento» e do «Foral», outorgados pelo infante e cujas datas se ignoram, e dos Alvarás Régios de D. Duarte do ano de 1433, confirmados por D. Afonso V, são as cartas de doação de D. Henrique aos primeiros donatários, datadas de 1440, 1446 e 1450 os mais antigos documentos de carácter governativo, que se conhecem respeitantes á primitiva administração pública neste arquipélago e que encerram uma noticia de importantes disposições legais a observar, além de enumerar os altos privilégios de que podiam usar os mesmos donatários e as diversas contribuições e impostos que tinham direito a cobrar.

No arquivo da Camara do Funchal, acham-se registados vários «capitulos» emanados do infante D. Henrique e do mestrado da Ordem de Cristo, datados do ano de 1450, e seguintes, já no declinar do período de que temos tratado nestes artigos, acerca da nomeação de alcaides, arrecadações de impostos e outras medidas de carácter administrativo, que nos levaria longe se deles quiséssemos fazer pormenorizada menção.

Foi, porém, na segunda metade do século XV e primeira metade do século seguinte que se «promulgaram» muitos alvarás régios respeitantes a diversos assuntos de carácter governativo, mas de que agora não fazemos menção por se acharem fora do período em que enquadrámos os factos que ficam rapidamente referidos.

Interessando particularmente a este assunto, publicámos em «O Jornal» dos meses de Julho e Agosto de 1943 uma série de artigos subordinados ao titulo de «Comêço do Povoamento Madeirense – 1425-1450», dos quais ficam acima transcritos apenas alguns trechos, na impossibilidade de os trasladar integralmente nestas páginas.

Praça do Peixe. Antes da construção da Praça de São Pedro, era o peixe vendido num pequeno mercado mandado construir pela Câmara em 1817, pela módica quantia de 159:000 réis. Este mercado ficava na parte interior da cortina da cidade e para o norte do

actual, tendo o terreno ocupado por ele pertencido a Diogo Berenguer, que o cedeu á Câmara em troca do solo duma loja que era propriedade do Município.

As obras da actual Praça do Peixe, ou Praça de São Pedro, foram mandadas pôr em praça a 8 de Fevereiro de 1839, sendo arrematadas a 22 do mesmo mês e ano. Umas alterações que sofreram as mesmas obras foram arrematadas a 17 de Agosto de 1839, tendo lugar a abertura solene da praça a 29 de Junho de 1840 (1921).

Para a construção da Praça de São Pedro, demoliu-se, com autorização do comandante da 9.^a Divisão Militar, uma parte da cortina da cidade. Os talhos municipais e o matadouro do Concelho, anexos á mesma praça, só foram construídos em 1851.

É de supor que o local que antes de 1817 servia para a venda de peixe e que, segundo se lê na acta da sessão de 13 de Março desse ano, era «muito indecente e imundo», ficasse nas imediações do actual mercado de S. Pedro.

A primeira ponte que houve sobre a ribeira de Santa Luzia, perto da Praça do Peixe, foi mandada construir pela Câmara em 26 de Agosto de 1836. A ponte que agora existe foi construída em 1890.

Foi Vicente de Paula Teixeira o técnico encarregado pela Câmara de organizar o plano das obras da actual Praça de São Pedro, e Vitorino Teixeira quem fez o orçamento das mesmas obras (1921).

Esta «Praça», em virtude da construção da «Avenida do Mar», teve de ser demolida e foi edificado um novo mercado, de que já demos noticia a pág. 361 do vol. II deste Elucidário.

Praça da Rainha. Foi construída em 1839 sobre terreno que servira anteriormente para guardar os barcos e ancoras pertencentes ao Trem Militar.

Em Maio de 1877, foi a praça concedida ao Dr. João da Câmara Leme Homem de Vasconcelos, médico no Funchal, para viveiro de amoreiras brancas tendo chegado a haver ali grande copia destas arvores, assim como diversas instalações para a criação e aproveitamento do bicho da sêda, mas sem que destes ensaios sericícolas se colhessem quaisquer resultados animadores.

Os pavilhões que existem hoje no terreno da antiga Praça da Rainha começaram a ser construídos em 1897, em virtude duma concessão feita pela Câmara Municipal em 30 de Maio de 1895. Os primitivos concessionários pretendiam estabelecer naquele recinto um bazar permanente de indústria madeirense e uma exposição de horticultura e floricultura (1921).

Dentro da antiga Praça da Rainha, houve outrora uma lagoa construída para exercícios natatorios, mas que não chegou a ter esta aplicação, e a oeste da mesma praça existiu uma outra lagoa que se destinava ao mesmo fim, mas que não chegou também a ser utilizada. Ambas estas lagoas foram aterradas há muitos anos.

Desde Novembro de 1910 que a antiga praça da Rainha se chama praça do Marquês de Pombal.

A construção da «Avenida do Mar» fêz desaparecer a parte mais consideravel do seu recinto.

O nome «Praça da Rainha» foi posto em homenagem á rainha D. Maria II.

Praça de São João. Ficava junto do Campo da Barca, no sitio chamado hoje Larguinho de S. João. Foi demolida antes de 1860, e era considerada já muito antiga nos princípios do século XIX. Está incorporada na Praça de Tenerife.

Prados. Como é sabido, há prados naturais e prados artificiais, sendo os primeiros constituídos por diferentes espécies de plantas, as mais das vezes não semeadas pelo homem, e sendo os segundos formados por uma só planta que o homem semeia e cultiva durante um certo tempo. Os prados da Madeira pertencem á primeira categoria, só existindo alguns pequenos prados artificiais na quinta do Palheiro e em poucos lugares mais.

Há prados naturais na região inferior da Madeira na região media e na região do interior, sendo os últimos os que ocupam maior área, se bem que nem sempre sejam os mais importantes no tocante á qualidade e ao numero das espécies.

Na parte sul da Madeira, a espécie dominante em toda a orla marítima é o *Lotus glaucus* (trevina), planta vivaz da familia das

Leguminosas que vive nos lugares mais secos e é considerada por todos como boa forragem. Entram mais pelo interior das terras e são frequentes nos terrenos ervosos da região baixa meridional, as espécies seguintes *Trifolium angustifolium*, *T. scabrum*, *Scorpiurus sulcata* (cabreira), *Psoralea bituminosa* (fedegoso), *Melilotus parviflora*, *Lotus parviflorus*, *Galactites tomentosa* (cardo), *Plantago lanceolata* e *P. Lagopus* (tanchagem ou orelha-de-cabra), *Andropogon hirtus* (feno), *Avena fatua* (balanco) *Cynosurus echinatus*, *Cynodon Dactylon* (grama), *Bromus madritensis* (panasco); *Hordeum murinum*, *Lolium multiflorum* (azevém), etc..

Todas estas plantas, e ainda muitas outras, prosperam nos lugares secos; nos lugares umidos são freqüentes a primeira das plantaginaceas mencionadas, o *Trifolium repens* (trevo), o *Paspalum paspalodes*, etc..

O grande aproveitamento dos terrenos para as culturas faz com que os prados da região inferior tenham uma area limitada, mas, por entre as culturas e na borda dos caminhos, aparecem também muitas plantas forraginosas, entre as quais mencionaremos a *Bidens pilosa* (amor-de-burro), o *Cichorium Endivia* (almeirão), o *Senecio vulgaris*, a *Setaria verticillata*, *Agrostis verticillata*, o *Panicum sanguinale*, etc., etc.. O *Panicum barbinode* (capim) e o *P. maximum* (erva-da-Guiné) são duas gramineas perfeitamente aclimadas, que os criadores de gado cultivam para sustento dos seus animais.

Nas rochas, desde o Seixal até o Porto do Moniz, cresce o *Sideroxylon Marmulano* (marmulano), arbusto cuja folhagem constitui um bom alimento para o gado, e entre S. Vicente e Ponta Delgada, vegeta a *Genista madeirensis* especie proxima da «gacia» e do «tegasaste» de Canarias, que também é utilizada na alimentação dos animais.

Os prados da região inferior da Madeira estendem-se até á altitude de 200 metros na costa do sul e de 150 na do norte, ficando daí para cima os prados da região media, os quais ocupam as margens das ravinas que pela sua inclinação não se prestam a amanhos, e varias colinas, picos e outros terrenos não invadidos ainda pelas culturas. São cortados ou limitados muitas vezes pelas matas de pinheiros, aparecendo neles com grande freqüencia especies da região interior, mas associadas a outras que só começam a ser dominantes a partir duma determinada altitude tais como *Ornithopus perpusillus*, *O. compressus*, *Trifolium agrarium*, *Briza minor* (chocalheirinha), *Holcus lanatus*, *Poa trivialis*, etc.. O *Ulex europaeus* (carqueja) abunda na segunda zona botanica da Madeira, onde as especies pratenses mais comuns parecem ser a *Vulpia bromoides* e o *Andropogon hirtus*, dominando este nas colinas sêcas e aquela nos lugares frescos ou umidos, onde forma freqüentemente uma relva densa e fina que o gado come com avidez.

A partir de 750 ou 800 metros começam os prados e pastagens do interior, os quais abrangem o alto das serras, as ravinas centrais não arborizadas e ainda uma parte das vertentes meridional e setentrional da ilha. Nos lugares secos das montanhas, são muito freqüentes o *Leontodon nudicaulis*, a *Aira procox*, a *Agrostis castellana*, o *Lotushispidus* e a *Plantago lanceolata*, plantas que nos terrenos menos altos das vertentes aparecem associadas a outras já indicadas nos prados da região media, e nas ravinas do interior á *Deschampsia argenvea* (barba de bode), á *Festusa Donax* (palha carga), ao *Cynosurus elegans* e a diferentes especies mais, peculiares ou quasi peculiares destes lugares e que só vivem nos sitios úmidos ou assombreados.

Nas ravinas da Ribeira da Metade e da Boa Ventura, existe uma graminea de folhas suculentas, infelizmente muito rara, que é considerada como uma das melhores forragens da ilha. Esta gramínea, que é a *Festuca albida*, já foi cultivada com bom resultado num terreno dos suburbios do Funchal. Na citada Ribeira da Metade, também se encontra uma leguminosa – a *Anthyllis Lemanniana* – que temos na conta duma excelente forragem, digna de ser cultivada. A *Dactylis glomerata* e o *Anthoxathum odoratum* são plantas que, embora pouco freqüentes, aparecem na segunda e na terceira zonas botânicas da Madeira (1921).

As ervas dos prados da região inferior da Madeira, nascem ou revivem com as chuvas de Outubro e desaparecem, requeimadas pelos ardores do sol, desde Abril até Maio, excepto nos lugares encharcados e naqueles onde chegam com freqüencia as aguas de irrigação. Na parte media e superior da ilha, e especialmente na zona constantemente visitada pelos nevoeiros as ervas conservam-se verdes por mais tempo, até meados ou fins de Junho, o que é de vantagem ainda mesmo para os criadores de gado das vizinhanças do litoral, que lá sobem muitas vezes a colhê-las, percorrendo distancias consideráveis.

Quando as ervas dos prados estão secas, a alimentação dos animais é fornecida geralmente pela rama da batateira, pelas folhas da vinha, da cana de açúcar e da cana de roca, pelas plantas que nascem junto dos cursos de agua e pelas que aparecem por entre as culturas nos lugares irrigados a miúdo. O feno da ilha e o importado de Portugal, e os caules das bananeiras reduzidos a pequenos pedaços e associados ao farelo, são muito empregados na sustentação do gado estabulado do Funchal.

Como os prados da Madeira não estão sujeitos a tratamento algum, abundam em todos eles as espécies nocivas ou inúteis. No alto das montanhas os animais comem livremente a erva que aí cresce, ao passo que nas regiões inferiores a regra mais geral é as plantas serem colhidas verdes e á medida que vão sendo necessárias para a alimentação quotidiana do gado.

Dos 30:000 hectares de terrenos incultos que existem na Madeira (1971), pode-se admitir que 10.000 só produzem ervas de boa ou má qualidade para sustento dos animais. Se esta vasta superfície fosse devidamente aproveitada, isto é, se se procurasse melhorar as suas produções, muito lucraria com isso a indústria pecuária madeirense, que só carece para desenvolver-se de mais amplos recursos forraginosos do que os que a ilha agora oferece. Com um pouco de boa vontade, talvez não fosse tarefa extremamente difícil converter certos pontos das serras, onde só cresce uma relva fraca e raquitica, em pastagens feracíssimas capazes de alimentar convenientemente uma parte da população pecuária da nossa terra.

Praia Formosa. «Dobrando esta ponta (Ponta da Cruz), diz Frutuoso, foram dar em huma fermosa praya, que, pela fermosura e assento dela, o capitam (Zargo) lhe poz nome Praya fermosa». Acrescenta o comentador das Saudades que conserva este nome e por ser areenta e estar adjacente ao mimoso panorama da ampla foz e escarpadas margens da Ribeira dos Soccorridos».

O madeirense habituado a contemplar as rochas aprumadas de quase todo o litoral desta ilha, olha com certo desvanecimento e agrado a relativa extensão desta praia, que oferece um aprazível aspecto, sobretudo ás pessoas que atravessam a estrada que conduz á freguesia de Câmara de Lobos.

Nesta praia desembarcaram os corsários franceses quando, no ano de 1566, deram um terrível saque a esta cidade.

V. Saque dos Franceses.

Um distinto médico português, que por vezes e demoradamente visitou o Funchal, ao referir-se a algumas das praias do continente, diz o seguinte, que merece ser transcrito, acerca, da «Praia Formosa»:

«Algumas delas nem chegam a ser praias na significação do vocábulo.

No entanto, a verdade é que todas elas se enchem de gente porque ali se tomam banhos, porque todos praticam o sport-nautico, porque todos nadam, porque todos querem inundar-se da luz do sol que jorra.

É interessante ver essas longas pranchas repletas de gente tomando banhos de sol! Os adultos de um lado, conversando amenamente e as crianças, de outro, brincando na agua, saltam, pulam, respiram a vida.

Pergunto eu, então a Madeira, uma terra essencialmente marítima com uma população que verga ao peso de taras ancestrais – não aproveita o mar?

Então o Funchal, já uma cidade com características modernas, progressivo e rico, não utiliza o mar como fonte de saúde?

De facto, a actual praia do cais não satisfaz, não pode satisfazer as exigências dos seus habitantes e da sua classe burguesa.

Mas, pergunto ainda, porque se não utiliza a Praia Formosa?

Hoje as carreiras permanentes de camiões, amanhã de auto-omnibus resolviam o problema dos transportes a preços módicos.

– É aquela praia encantadora a todos os títulos: – isolamento, óptima exposição, lugar pitoresco, extensão de mais de um quilometro distando do centro apenas uns 5 a 10 minutos.

O proprio passeio matinal ou vespertino seria só por si estremamente salutar ao musculo e ao nervo.

Faltam-lhe condições de acesso, bem sei, mas isso é fácil.

Porque razão não há-de pensar a Câmara, pelo seu pelouro da higiene, criar uma via facil e rapida para a beira-mar?

Estou certo que todos os proprietários a isso concorreriam de bom grado.

Resolvida esta dificuldade, ficaria o Funchal com uma praia invejável pela situação e suavidade do mar.

Ali tudo estava resolvido, desde as diversões náuticas aos banhos de sol.

Sim, porque evidentemente hoje os estados locais tem que enfrentar este e outros problemas que visem sobretudo a melhorar as condições de vida dos seus habitantes, em estabelecer-lhes meios que facilitem o desenvolvimento da gente moça, criando-lhes uma boa mente num bom fisico».

Praia Levantada. Vid. *Porto Santo (Hidrografia do)*.

Praias da Madeira. Nos artigos *Madeira (Aspectos Hidrográficos)* e *Porto Santo (Aspectos Hidrográficos)*, encontram-se breves noticias acerca das praias deste arquipélago.

Prainha. Pequena praia no litoral da freguesia do Caniçal, que se distingue das restantes da Madeira, por ser formada de areia, enquanto todas as outras são de calhaus rolados. Fica ao fundo duma pitoresca enseada, bastante visitada pelos veraneantes da vila de Machico.

Prazeres. Antigo sitio da freguesia do Monte, que aproximadamente corresponde ao local em que se encontra o Monte Palace Hotel e suas imediações e onde existiu uma capela dedicada a Nossa Senhora dos Prazeres que deu o nome a este lugar.

Prazeres (*freguesia dos*). Nos tempos antigos da colonização e ainda muito depois, ergueram-se não poucas capelas em vários sítios desta ilha, dando geralmente os seus nomes a esses sítios, os quais constituíam muitas vezes importantes núcleos de população e foram a origem de futuras paróquias. Daí vem que todas as freguesias da Madeira que conservam um nome de carácter religioso, tiram essa denominação de capelas já existentes, que depois se transformaram em igrejas paroquiais. O mesmo acontece com a freguesia dos Prazeres, cujo nome lhe provém de uma pequena ermida dedicada a Nossa Senhora dos Prazeres, ali edificada muito anteriormente á criação da paróquia. É de presumir que a primitiva ermida fosse conhecida pelo nome de capela dos Prazeres, e, assim, simplificada esta denominação, passasse a ser a da nova freguesia.

Os terrenos que constituem a parte mais considerável da freguesia dos Prazeres pertenceram primitivamente á paróquia do Estreito da Calheta. Desta se desmembraram para formar, juntamente com alguns casais da Fajã da Ovelha, uma freguesia independente, criada pelo alvará régio de 28 de Dezembro de 1676. Por 1684 é que se instalou a nova paróquia, que teve como sede a capela de Nossa Senhora dos Prazeres. Foram parocos dela o padre Manuel Dias Pinheiro (1684-1692), Francisco Correia da Silva (1692-1693) e José Cordeiro de Andrade (1693-1700). Neste ano de 1700, foi extinta a freguesia dos Prazeres ou ao menos suspenso uma parte do serviço paroquial que ali se fazia, passando a ser desempenhado na igreja do Estreito da Calheta, a cuja paróquia ficaram agregados os casais da freguesia dos Prazeres. Não descobrimos os motivos que determinaram esta medida, que nos parece estranha, mas que na realidade se deu. Teve, porém, um capelão privativo que ali celebrava alguns dos actos do culto.

Trinta e três anos depois, pelo alvará de 12 de Novembro 1733, foi criada o curato de Nossa Senhora dos Prazeres, que ficou então na dependência da freguesia do Paul do Mar. A única freguesia que sabemos ter sido extinta nesta diocese e a breve trecho restaurada como paróquia foi a de São Pedro, desta cidade, mas, duma freguesia autónoma que houvesse sido suprimida e passasse depois á categoria subalterna de curato, só temos conhecimento da dos Prazeres.

Como aconteceu com o Jardim do Mar, Achadas da Cruz, e ainda outros, o curato dos Prazeres foi-se gradualmente libertando da

dependência em que se encontrava da respectiva igreja matriz e passou depois a constituir uma freguesia autónoma, em ano que não podemos determinar. É ocasião de dizer aqui que as ultimas paróquias que nesta diocese tiveram o nome de curatos, como as do Curral das Freiras, Achadas da Cruz, Prazeres, etc., eram, nos últimos tempos, verdadeiras freguesias autónomas, sem dependência das paróquias de que tinham sido desmembradas, embora conservassem a tradicional denominação de curatos.

Pouco antes de 1880, começaram os sacerdotes que exerceram funções paroquiais nos Prazeres a assinar como párocos os respectivos documentos oficiais, tendo sido o primeiro vigário colado, no ano de 1881, o padre João António Marcial.

A antiga e primitiva capela ficava no sitio da Estacada, à margem da estrada, e dela não restam vestígios, sendo demolida quando se procedeu á edificação da actual igreja paroquial. Em 1745, foram dadas de arrematação as obras do novo templo por 4.100\$000 réis, mas esta construção só começou alguns anos depois, tendo sido lançada e benzida a primeira pedra a 9 de Setembro de 1751 e dizendo-se no respectivo alvará de licença que a antiga igreja era «pequena e incapaz de servir». No ano de 1922, sofreu uma profunda modificação com o alargamento do corpo principal do edificio, a construção duma torre e de duas sacristias, dando-se-lhe deste modo mais amplas proporções. Foi neste templo que no mês de Dezembro de 1827 se deu um sacrílego desacato com o roubo do vaso sagrado que continha a Sagrada Eucaristia, o que causou uma grande sensação em toda a ilha, tendo-se, por esse motivo, realizado muitos actos de desagravo em todas as igrejas da diocese.

É a freguesia dos Prazeres uma das menos conhecidas desta ilha, mas é indubitavelmente uma das mais pitorescas. O Padre Fernando Augusto de Pontes refere-se a esta paróquia nos seguintes termos: «Ao longe a ondulação das montanhas estampa-se no azul do céu e os carreiros tortuosos dos trilhos e veredas cortam as eminencias em direcções diferentes. Ao perto, a vegetação é tapete que se desdobra por tôda a parte. As estradas são alinhadas de buxo e louros, e o ar bastante puro. Não é para calar a beleza arrebatadora que se goza do viso duma montanha á beira do mar – o Assomadouro. Lá em baixo, fica á esquerda uma povoação cujas habitações se ocultam quasi sob a vegetação que as abafa: é o Jardim do Mar. Á direita há outra freguesia – é o Paul do Mar. E que belo que é o casario em pinha á beira das aguas, no Paúl.»

Principais sítios: Lombo do Coelho, Lombo da Velha, Estacada, Picos, Lombo da Rocha, Carreira, Referta e Jardim Pelado.

Tem esta freguesia as levadas do Ribeiro de Inês, da Ribeira do Batel e da Ribeira da Lombada, sendo atravessada e irrigada pela Levada do Rabaçal.

Tem uma escola oficial do sexo masculino.

A sua população é de 1251 indivíduos. (1921)

Preces. Lugar da freguesia de Machico, encravado no sitio povoado do Marco, que tomou o nome da capela de Nossa Senhora das Preces, fundada pelo cónego Agostinho de Góis e Meneses no ano de 1750 e reedificada por António Tiago da Silva em 1884.

Preces. Sitio povoado da freguesia de Santo António do Funchal, em que se encontra uma capela da invocação de Nossa Senhora das Preces, construída em 1768 e de que, em 1770, era administrador e talvez fundador o capitão Rodrigo da Costa, tendo sido reedificada em 1856 pela sua proprietária D. Joana de Albuquerque e França.

Preces. Caminho Grande ou Preces, sitio da freguesia de Câmara de Lobos. Ali se encontra a capela de Nossa Senhora das Preces, que deu o nome ao lugar, fundada no ano de 1683 pelo padre Francisco da Cunha e Mendonça. Também no mesmo sitio se acha a capela de Nossa Senhora da Nazaré, construída, no ano de 1757, por D. Maria do Rosário Henriques, viúva de Pedro Bernardes Cordeiro. No lugar conhecido pelo nome de Fonte da Rocha, existem ainda os escombros duma antiga capela dedicada a São Cândido e mandada edificar pelo cónego Francisco Cândido Correia Henriques, no ano de 1732. Tem 96 fogos e 516 habitantes.

Preços dos Géneros, etc.. Indicamos adiante os preços de vários géneros alimentícios e de outras mercadorias agora e antes da guerra, afim que de futuro se possa conhecer facilmente quanto a vida encareceu no Funchal de 1914 para cá (1921). Cremos que a ganância e a falta de escrúpulos de muitos negociantes, industriais e agricultores tem influído mais no agravamento do custo da vida do que a desvalorização da nossa moeda e o aumento das contribuições e dos salários dos trabalhadores, embora sejam estas as causas apontadas em geral para explicar a multiplicação dos encargos domésticos e o conseqüente desaparecimento das pequenas economias, reunidas outrora pelos pouco abastados á custa de muitos sacrificios.

Preços em 1914. Açúcar, \$28 e 29 por quilo, arroz, \$08 a \$10 por quilo, azeite, \$26 por litro bacalhau, \$24 por quilo, batatas, \$02(5) por quilo, café, \$50 e \$60 por quilo, carne de porco, \$26 por quilo, carne de vaca, \$24 por quilo cebola, \$03 por quilo, cevada, \$40 por alqueire chá, 2\$00 e 2\$60 por quilo, chouriço de Lisboa \$80 por quilo, ervilha, \$80 por alqueire, fava \$50 por alqueire, feijão, 1\$20 por alqueire grão de bico, \$16 por quilo, leite, \$04 por garrafa, manteiga, \$78 por quilo, massas, \$13 por

quilo, milho moído, \$04 por quilo, pão, \$10 por quilo, ovos, \$20 por dúzia, petróleo, \$10 por litro, queijo, \$65 por quilo, sabão, \$14 por quilo semilha, \$04 e \$06 por quilo, trigo, \$83 por alqueire, velas, \$18 por maço e vinagre, \$09 por litro.

Preços em 1923. Açúcar, 4\$20 por quilo arroz, 1\$70 a 2\$40 por quilo, azeite, 6\$00 por litro, bacalhau, 5\$00 por quilo, batatas, \$50 a \$70 por quilo, café, 7\$00 a 8\$00 por quilo carne de porco, 5\$00 por quilo, carne de vaca 4\$00 por quilo, cebolas, 1\$50 por quilo, cevada, 10\$00 por alqueire, chá, 12\$00 a 20\$00 por quilo, chouriço de Lisboa, 14\$00 por quilo, ervilha, 12\$00 por alqueire, fava, 11\$00 por alqueire, feijão, 20\$00 e 21\$00 por alqueire, grão de bico, 1\$40 a 2\$00 por quilo, leite, \$50 por garrafa, manteiga, 9\$00 a 10\$00 por quilo, massas alimentícias, 2\$30 a 2\$40 por quilo milho, 1\$20 por quilo, ovos, 3\$60 por dúzia, pão, 1\$30 a 1\$40 por quilo, petróleo, 2\$00 por litro, queijo, 14\$00 a 16\$00 por quilo, sabão, 4\$40 por quilo, semilha, \$50 a 1\$20 por quilo, trigo; 12\$00 por alqueire, velas, 2\$80 e 3\$00 por maço e vinagre, \$80 por litro.

Não deve causar surpresa que o chá e o petróleo, por exemplo, que são mercadorias estrangeiras, custem hoje (1921) sete e vinte vezes mais do que em 1914 mas o que não tem explicação possível, não obstante os salários excessivos exigidos pelos trabalhadores agrícolas, é que se estejam a vender não só as mercadorias nacionais mas ainda as produzidas na Madeira, por preços quinze, vinte e até cinquenta vezes superiores aos de outrora. Se passarmos dos géneros de mercearia aos tecidos de varias sortes e aos artigos de vestuário, maiores, são ainda as discrepâncias que se notam, tendo resultado do aumento sempre crescente do custo da vida haver-se tornado bastante penosa a situação de algumas classes que tinham outrora uma vida desafogada.

V. Salários.

Pregador da Camara. A Câmara Municipal do Funchal teve outrora um pregador a quem pagava ordenado e que era obrigado a fazer os sermões nas festividades oficiais. Em 1831 foi nomeado pregador da Câmara o padre fr. José de Jesus, tendo antes dele desempenhado esse cargo fr. João José da Purificação, nomeado em 1829, com o ordenado de 24\$000 réis anuais.

Pregador Imparcial da Verdade, da Justiça e da Lei (O). Foi o segundo jornal que viu a luz publica nesta cidade, tendo-se publicado o primeiro numero a 17 de Fevereiro de 1823, e o ultimo, que foi o numero 61, a 2 de Julho de 1824. Era semanal e teve como redactor o Padre João Crisostomo Espinola de Macedo. (Vid. *Primeiras Publicações*).

Prego do Mar (*Ilhéu do*). É também conhecido pelos nomes de Ilhéu do Furilhão ou melhor Farilhão e de Ilhéu do Navio. Fica situado ao norte do Ilhéu Chão, nas Desertas. É um rochedo com cerca de 40 metros de altura e 8 de perímetro, semelhante, ao longe, um navio à vela, e dessa circunstancia o ser chamado Ilhéu do Navio.

Vid. Furilhão.

Preito e Homenagem. Numero único dum jornal que se publicou em Julho de 1908, em homenagem ao falecido padre Ernesto Schmitz. Sua Exa. as honras militares que lhe eram devidas.

Presado (*João Maria de Santiago*). Por decreto de 17 de Fevereiro de 1912, foi nomeado Governador Civil da Madeira, tomando posse a 4 de Abril do mesmo ano.

Em Fevereiro de 1920, foi proclamado deputado pela Madeira sem ter havido eleição, por ter sido o único candidato ao lugar que estava então vago.

Presidente da Republica. O Presidente da Republica dr. António José de Almeida esteve no Funchal no dia 9 de Outubro de 1922, tendo chegado ao nosso porto a bordo do vapor inglês Arlanza, em viagem do Rio de Janeiro para Lisboa, ás 7 horas da manhã.

As 6 horas, houve uma salva de granadas para anunciar que o vapor estava á vista, ás horas uma girandola de foguetes para indicar que ele havia chegado e ás 8 horas deu a fortaleza de São Tiago uma salva de 21 tiros, realizando-se o desembarque cerca das 10 horas e meia, no cais da Pontinha, em razão do mar se achar bastante agitado e ser difficil atracar ao cais em frente da avenida de Gonçalves Zargo. Ao principio desta avenida fora levantado um soberbo arco de triumpho, revestido de buxo, no qual se via a dupla

fotografia do Presidente da Republica e no alto o seguinte dístico: Suprema incarnação da Pátria. Ao lado estavam as quinas envoltas em verde-rubro.

Ao Presidente da Republica, foram prestadas as competentes honras militares junto do cais da Pontinha, por uma força de marinha do contra-torpedeiro Guadiana, fazendo Sua Exa. em automóvel o trajecto desde aquele ponto até o palácio de S. Lourenço, seguido das varias entidades oficiais que tinham ido cumprimentá-lo.

Em toda a estrada da Pontinha e entrada da cidade, via-se uma enorme multidão, sendo queimadas três grandes girândolas de granadas e de foguetes durante o trajecto, e dando a bateria de artilharia, que se havia postado perto do pilar de Banger, uma salva de 21 tiros ao chegar o Chefe da Nação ao arco de triunfo levantado no principio da avenida de Gonçalves Zargo. Antes disso, tinha uma força de infantaria n.º 27, que formara junto da praça do Marquês de Pombal, prestado a Sua Exa. as honras militares que lhe eram devidas.

Próximo do cais, foi ao encontro do Chefe de Estado, afim de cumprimentá-lo, a Câmara Municipal, fazendo-lhe o Presidente desta corporação a entrega das chaves da cidade, que não foram aceitas «por se acharem em boa mão». A esta cerimonia, seguiram-se os cumprimentos do Prelado Diocesano, dos Juizes de Direito, Delegados e outros funcionários judiciais, do Juiz Auditor, etc..

Ao chegar o Chefe do Estado ao palácio de São Lourenço, fez-se ouvir o hino nacional, proferindo aí o Governador Civil um pequeno discurso, que Sua Exa. agradeceu.

O Governador Civil acompanhou sempre o Chefe do Estado, tendo ido cumprimentá-lo a bordo do Arlanza, mal este fundeu.

Á recepção no Palacio de São Lourenço, seguiu-se a visita aos Paços do Concelho, lendo aí o dr. Teixeira Jardim, Presidente da Camara, uma bela alocução, a que respondeu o Chefe do Estado. A guarda de honra no edificio foi feita pelos bombeiros voluntarios.

Partindo depois em combóio oferecido pela Companhia do Caminho de Ferro para o Terreiro da Luta, aí lhe foi oferecida uma taça de champanhe e outra de vinho Madeira, tendo-se mostrado Sua Exa. verdadeiramente entusiasmado com os soberbos panoramas que se desfrutam dessa bela estancia, como claramente o significou nalgumas linhas que escreveu numa fôlha de papel que lhe foi apresentada e se acha devidamente arquivada.

No regresso á cidade, que teve lugar cerca de uma hora da tarde, em carros de verga, visitou o sr. Presidente da Republica o edificio da Junta Geral; onde lhe foi oferecida uma taça de champanhe. Ás saudações que lhe dirigiu o dr. Tolentino da Costa, ilustre Presidente daquela corporação, respondeu Sua Exa. com um pequeno discurso em que mais uma vez revelou os seus dotes oratórios e o prestígio do seu talento.

Cerca das duas horas da tarde, houve um almoço no palácio de S. Lourenço, ao qual assistiram entre outras pessoas, o Prelado Diocesano, o Governador Civil, os dois Presidentes da Camara Municipal, o Comandante Militar, o Capitão do Porto, o Presidente da Junta Geral, Antonio Luís Gomes, ex-embaxador de Portugal no Brasil, Francisco Antonio Correia, ex-ministro dos Estrangeiros e das Finanças, o general Bernardo Faria, o almirante Neuparth, o dr. João de Barros, o dr. Juvenal de Araújo, o dr. Manuel A. Martins, o Administrador do Concelho, os consules do Brasil, dos Estados Unidos da America e da Inglaterra, etc., etc.. O Governador Civil e o Prelado Diocesano ergueram brindes ao Chefe do Estado, os quais Sua Exa. agradeceu.

Ao almoço, seguiu-se um passeio ao sitio da Cancela, em que tomaram parte 21 automóveis, embarcando Sua Exa. pelas 5 horas da tarde e sendo o escaler que o conduziu a bordo acompanhado de muitas embarcações com muito povo, que o aclamava entusiasticamente.

O Governador Civil e o Prelado Diocesano acompanharam o Chefe do Estado até bordo do Arlanza, tendo este vapor saído do porto do Funchal em direcção a Lisboa, cerca das 5 horas e meia da tarde.

Ao voltar do passeio á Cancela, dirigiu-se o Presidente da Republica ao palácio de S. Lourenço onde se achava o Prelado Diocesano, que foi convidado por Sua Exa. a acompanhá-lo no seu automovel até a Pontinha.

Com o Chefe do Estado, vinham também do Brasil os já citados António Luís Gomes, Francisco António Correia, general Bernardo de Faria, almirante Neuparth, dr. João de Barros, etc., que tomaram parte em todas as festas que se realizaram no Funchal em honra de Sua Exa.

Preston (*Capitão Amias*). Diz Johnson a pág. 187 do seu *Handbook for Madeira*, que em 1595 alguns navios ingleses, sob o

comando do capitão Amias Preston, atacaram e incendiaram o Porto Santo, apesar dos habitantes se terem oferecido para pagar uma importância avultada para a ilha não sofrer dano algum.

Prim Garibaldi e Costa (*João*). Nasceu na freguesia do Porto do Moniz a 31 de Agosto de 1867 e é filho de António Tolentino da Costa e de D. Romana Augusta de Coito e Costa. Foi durante alguns anos administrador do concelho daquele nome e exerce ali actualmente o cargo de chefe da respectiva estação telegrafo-postal. Colaborou em alguns jornais do Funchal e teve uma especial e assídua colaboração no *Brado de Oeste*, publicado na vila da Ponta do Sol. Na qualidade de presidente da Associação Recreativa Porto-Monizense, proferiu ali um discurso que foi publicado em opúsculo, nesta cidade, com o título de Conferencia e dedicado ao conselheiro José Leite Monteiro (1921).

Primavera (A). Publicaram-se poucos números deste jornal, sendo o primeiro a 1 de Outubro de 1882.

Primeiro de Dezembro. Publicou-se de 1 Dezembro de 1907 a 3 de Maio de 1908, tendo saído vinte números.

Primitivas Habitações. Abundando copiosamente nesta ilha, por ocasião do descobrimento, as espécies florestais, foram elas que forneceram a principal matéria-prima para a edificação das primeiras habitações. As primitivas casas de moradia eram tôdas construídas de madeira extraída desse basto arvoredo, sendo de presumir que em muitas delas se empregasse o cedro indígena e outras espécies que melhor se adaptassem àquêl fim.

Já em outro lugar dissemos que João Gonçalves Zargo teve a sua primeira morada, no alto da Santa Catarina, construída talvez dos ricos e odoríferos cedros que em matas cerradas abundavam por tôda a parte. Seria sem duvida uma mais que modesta e desconfortável habitação, edificada num só pavimento e despida de todo o aparato architectónico. De madeira era também a pequena capela de Santa Catarina, que a mulher do descobridor fêz construir junto da sua habitação.

Somente alguns anos depois é que se construiu a primeira casa de dois andares, encontrando-se a tal respeito num antigo

manuscrito a seguinte interessante informação: «Neste Campo de Duque (V. vol. 1.º, pág. 225) se fez a primeira casa sobradada que houve nesta villa do Funchal e em toda a ilha, e a mandou fazer João Manuel, de madeira de cedro lavrada. Teve-se esta casa de sobrado naquelle tempo por cousa tam nova e admiravel, sendo todas as outras casas que havia terreas e de taboado, que deram capitulos a El-Rei contra o dito João Manuel, accumulando-lhe que fazia torre, onde parecia se queria fazer forte e levantar-se contra o Funchal e contra a corôa. A dita casa ainda hoje (meados do século XVIII) está em pé e a possui Antonio de Carvalhal, e é a casa de sobrado mais baixa que ha no Funchal».

Segundo vemos em vários lugares, consta da tradição que a primeira casa de pedra construída nesta ilha foi a que João Gonçalves Zargo levantou para sua moradia junto da capela São Paulo (V. vol. 2.º, pág. 395). Também se afirma que uma das mais antigas edificações desta natureza foi a que se destinou a hospital e construída também nas proximidades da mesma capela de São Paulo.

Princesa (*Rua da*). Assim se denominava antes da proclamação da Republica, a rua na margem esquerda da Ribeira de Santa Luzia, conhecida hoje pelo nome de Rua 31 de Janeiro. Parece que foi á princesa Carlota Joaquina esposa do Príncipe D. João, mais tarde D. João VI, que a Câmara Municipal quis prestar homenagem, quando deu àquela via publica o nome que ela conservou até 1910. O povo costumava dar á rua 31 de Janeiro o nome de rua das Arvores, por causa dos lindos platanos que nela estão plantados.

Princesa D. Maria Amelia (*Rua da*). A Câmara deu em 1852 este nome á rua que liga a rua da Imperatriz D. Amélia ás proximidades da Pontinha, quando a Princesa visitou a Madeira nesse ano.

Princesas Marroquinas. A 19 de Abril de 1793, arribou ao porto do Funchal um bergantim marroquino, trazendo a seu bordo a esposa, três filhas e dois filhos do príncipe Muley Abdessalam, bem como nove concubinas deste e algumas outras pessoas de alta categoria em Marrocos, entre as quais se contava a viúva do antigo imperador Muley Ismael.

A comitiva da família do príncipe era constituída por duas camareiras, um eunuco, um arrais condutor, um secretario, um preto porteiro, fazendo as vezes de eunuco, dezassete criadas musicas trinta criados, dezassete mulheres dos criados, cento e dezanove escravos, escravas e filhos, onze passageiros moiros, um judeu e uma judia, amiga do arrais.

Contando com os tripulantes, havia a bordo do bergantim mais de duzentas pessoas, que vinham todas imensamente incomodadas, tanto pela pequenez do navio como pela falta de agua que havia a bordo.

O bergantim dirigia-se para Salé, onde Muley Abessalam pretendia pôr a sua família ao abrigo dos perigos da guerra civil que assolava então o império de Marrocos, mas tendo encontrado ventos contrários que o afastaram do porto do seu destino, viu-se o seu comandante obrigado a conduzi-lo ao porto do Funchal, onde sabia que encontraria recursos para poder continuar a viagem em melhores condições.

As princesas foram muito bem recebidas no Funchal tanto pelo governador e capitão-general D. Diogo Forjaz Coutinho como pelo cônsul marroquino Diogo Teles, tendo aquela autoridade mandado aprontar dois bergantins portugueses, pelos quais fêz distribuir os viajantes, embarcando também em um dêles o referido consul, o qual se propunha acompanhar as princesas até Salé.

A viagem não foi feliz. Afastados os navios da sua derrota depois de deixarem o porto do Funchal, tiveram as princesas de desembarcar na ilha de S. Miguel, donde passaram a Lisboa, retirando finalmente para o seu país no dia 8 de Agosto, a bordo de três embarcações que o governo português pusera á sua disposição.

O cônsul Domingos Teles só acompanhou as princesas até a ilha de S. Miguel, abandonando-as aí, sem se dar ao incomodo de justificar o seu procedimento.

Príncipe (*Rua do*). Tinha esta denominação, antes de proclamada a Republica nesta ilha, a rua que margina a Ribeira de Santa Luzia e se estende desde a calçada do Cidrão ou de João Sabino da Costa até á rua dos Netos. Chama-se hoje rua 5 de Outubro. Cremos que foi ao principe-regente D. João VI que se pretendeu prestar homenagem com a referida denominação, mas nunca encontrámos indicação alguma a tal respeito nos livros da Câmara Municipal desta cidade.

Primeiras Publicações. Já consagrámos um artigo á primeira publicação que, por meio da arte tipográfica se realizou na Madeira – *O Patriota Funchalense* –, jornal bi-semanal, que viu a luz do dia a 2 de Julho de 1821, como ficou dito a páginas 57 deste volume.

Saía ainda com toda a regularidade *O Patriota Funchalense*, quando a 17 de Fevereiro de 1823 apareceu o segundo jornal que existiu entre nós, tendo o título espantoso de *O Prégador Imparcial da Verdade, da Justiça e da Lei*, que fartamente chegava para baptizar quatro diferentes publicações periódicas. Foi seu redactor e proprietário o padre dr. João Crisóstomo Espinola de Macedo, distinto advogado e pároco na vila de Santa Cruz, que, embora possuísse uma viva inteligência e uma cultura não vulgar, usava nos seus escritos de uma linguagem tão violenta e descomposta, que lhe acarretaram os maiores dissabores e os mais afrontosos vexames. Era um digno émulo do padre José Agostinho de Macedo, Posto que professasse principios politicos diametralmente opostos aos do autor dos *Burros, da Besta Esfolada* e da *Tripa Virada. O Pregador Imparcial*. . . era semanal e dele saíram 61 numeros, sendo o último a 2 de Julho de 1824.

Ainda no ano de 1823, mais dois jornais saíram a lume: *A Atalaia da Liberdade* e o *Regedor*, respectivamente o terceiro e o quarto periódicos publicados no Funchal. Do primeiro, que teve a vida efémera de dois meses, foi redactor o dr. Daniel de Ornelas e Vasconcelos, advogado e brilhante orador, que posteriormente àquela época representou a Madeira no parlamento e fez parte da câmara dos pares, distinguindo-se como um notável parlamentar. O *Regedor*, que não teve uma existência muito mais longa do que a do seu contemporâneo *Atalaia da Liberdade*, publicou-se nos meses de Abril a Junho de 1823, ignorando-se os nomes dos seus redactores e proprietários.

De meados do ano de 1824 a 1827 não se publicou nenhum jornal, tendo a 3 de Fevereiro e a 2 de Junho do último daqueles anos saído o *Funchalense liberal* e a *Flor do Oceano*, que respectivamente foram o quinto e o sexto periódico que viram a luz nesta ilha.

Fora do movimento jornalístico, que deixamos ligeiramente esboçado, não podia ser grande a acção da imprensa num meio social e mental de tão acanhados limites como era a cidade do Funchal. No entretanto e relativamente a esse meio e a essa época, não deixa de ser bastante apreciável, em número e em qualidade, as espécies bibliográficas dadas à publicidade nos primeiros anos decorridos após estabelecimento da primeira oficina de pressão no ano de 1821.

Neste ano, fundou-se entre nós uma agremiação de carácter literário e científico denominada *Sociedade Funchalense dos Amigos das Ciências e Artes*, que tinha 27 membros efectivos, 45 correspondentes e 24 honorários e de que fizeram parte os mais distintos madeirenses do tempo, contando-se entre os efectivos os nomes prestigiosos de Pimenta de Aguiar, conego Gonçalves de Andrade, Nicolau Betencourt Pita, Lourenço José Moniz, dr. Caetano Alberto Soares, dr. João Pedro de Freitas Drumond, José Marciano da

Fonseca, além de outros, aos quais o *Elucidário Madeirense* consagra circunstanciadas notícias. Teve essa sociedade a prioridade na publicação dum pequeno trabalho pela imprensa, que era a sua lei organica e que se intitulava *Estatutos e Regulamentos da Sociedade Funchalense dos Amigos das Ciências e Artes*. É um pequeno opúsculo de vinte e três páginas, impresso no ano de 1822 nas oficinas do *Patriota Funchalense*, hoje raríssimo, e que goza da merecida prerrogativa de haver sido o primeiro trabalho tipográfico dado á estampa nesta ilha.

Nesse mesmo ano de 1822, publicaram-se mais dois opúsculos, hinos laudatórios á constituição proclamada pela Revolução do Porto e que teve seu solene reconhecimento na Madeira no mês de Janeiro de 1821. Um deles intitula-se *Parabens poético-políticos à grandiosa regeneração portuguesa na congratulante aderência da Ilha da Madeira em 1821 no teatro grande do Funchal*, sendo seu autor o dr. Luis Antonio Jardim, advogado e deputado ás primeiras cortes constituintes, que faleceu no Funchal a 14 de Fevereiro de 1825.

O outro opúsculo contém o panegírico proferido do alto do púlpito da nossa Sé Catedral pelo padre João Manuel de Freitas Branco e tem este título: *Oração de Acção de Graças que na solenidade do aniversário do faustissimo dia 28 de Janeiro de 1821 pregou na Igreja Catedral da Sé do Funchal por convite do Ill.^{mo} e Rev.^{mo} Cabido o vigário de São Jorge João Manuel de Freitas Branco em o anno de 1821*. É um folheto de 43 páginas, que constitue hoje uma grande raridade bibliográfica.

No ano seguinte de 1823, outro hino laudatório, não menos hiperbólico e exageradamente encomiástico do que o do ano anterior, se fêz ouvir no templo principal desta diocese e nesse mesmo ano foi publicado no Funchal com o seguinte titulo: *Oração de graças prègrada na igreja Cathedral da Sé do Funchal em 6 de Julho de 1823 por occasião da solemne festividade que fêz sua excellencia reverendissima pela feliz restauração de S. Magestade El-Rei N. S.*, por Fr. José Cupertino, religioso franciscano, lente de theologia e examinador synodal deste bispado do Funchal.

No ano de 1823, publicou-se ainda um pequeno e curioso volume de 60 páginas, assim intitulado: *Instrucçoens para a inspecção ou revista de hum batalhão d'infanteria...* traduzido do ingles. . . , cujo assunto não pode actualmente despertar o menor interesse, sendo apenas apreciável como uma invulgar raridade bibliográfica e de algum valor para a historia da imprensa na Madeira.

Não temos conhecimento de que, no período decorrido de 1824 a 1827, se houvesse feito entre nós qualquer publicação pela imprensa em livros ou opúsculos, sucedendo o mesmo com respeito ás fôlhas periódicas, como já acima deixámos notado.

Atribuímos essa omissão aos acontecimentos políticos que então se deram no nosso país, pouco propícios a manter a liberdade de que a imprensa necessita para o proveitoso exercício da sua missão.

Nesse ano de 1827, publicaram-se no Funchal três opúsculos, versando um deles assuntos políticos de carácter local e os outros dois contendo as poesias recitadas no «Theatro Grande» ao festejar-se o aniversário da proclamação da Carta Constitucional outorgada por D. Pedro IV.

Procissões. Reúne a notícia que a seguir publicamos algumas notas sôbre várias procissões, umas que deixaram de fazer-se, outras que se realizam ainda, mas com cerimonial diverso do antigo. É curioso notar que, nos tempos do absolutismo, recebiam o corregedor e o juiz de fora propinas pelas procissões que saíam na cidade, tendo este costume desaparecido, segundo cremos, com a implantação do governo constitucional nesta ilha.

Procissão do Corpo de Deus. O que Alexandre Herculano escreveu no *Monge de Cister* sôbre a procissão do Corpo de Deus na idade média, tem em boa parte aplicação á Madeira, onde, segundo se vê de documentos antigos, essa festividade apresentava também um carácter burlesco, improprio das cerimonias religiosas.

No Arquivo da Camara Municipal do Funchal está registado um «regimento e ordenança» datado de 1483, em que se determina a ordem em que na referida procissão deviam seguir as varias corporações que nela eram obrigadas a incorporar-se.

Segundo esse documento, na frente do cortejo deviam ir os besteiros com as suas bestas, seguindo após êles os almuinheiros com as suas almuinhas e depois os pregoeiros, os ganhadinheiros ou albardeiros, os almocreves, os carneiros com o seu imperador e rei, os tecelões, os peliteiros com o gato paúl, os oleiros, telheiros e vidreiros, os mercieiros, especieiros e boticarios, os corrieiros, os sapateiros e alfaiates, os cordieiros, os pescadores. os pedreiros e carpinteiros de terra com os engenhos, os vinhateiros e tanoeiros com a tôrre, os armeiros e barbeiros com o sagitario, os arrieiros e candieiros, os corretores, os sineiros, os mestres de açucares, os tabeliães e os mercadores.

Na «Resposta do Duque a alguns apontamentos», registada no referido Arquivo e que é também de 1483, se determinou que os mercadores seguissem com tochas na procissão do Corpo de Deus «ante a gayolla», e que os mercadores, tabeliães e demais oficiais

acompanhassem com cirios e pendões a mesma procissão, colocando-se também adiante da «gayolla», sob pena dum marco de prata de multa. Estavam sujeitas á mesma multa «as mulheres dos privilegiados que são regateiras», quando deixassem de acompanhar as «procissões regias».

Existe uma ordem de 1468 para que «os do lugar de Camara de Lôbos venham com seus officios á procissão do Corpo de Deus», e em 1502 se mandou que nas vilas a referida procissão se fizesse «no domingo depois do próprio dia». Lê-se nas Saudades da Terra que no templo de Lançarote Teixeira, filho de Tristão Vaz, se reüniam em Machico «sessenta cavaleiros de esporas douradas muito bem postos» e que «quando vinha hum dia de S. João ou do Corpo de Deus, eram tantos os cavaleiros para jogos de canas e escaramuças, que mais parecia exercito de terra que folgar de festa.»

Eram tantos os actos ridículos e talvez mesmo indecorosos que se praticavam tanto aqui como em Portugal quando se realizava a procissão do Corpus Christi, que em 1565 appareceu um alvará régio, que está registado no Arquivo da Câmara Municipal do Funchal, ordenando que se não consentissem cousas profanas nem mascaradas nas igrejas e procissões, sob pena de 1:000 réis de multa, ou de degredo em caso de reincidência.

«Na procissão do Corpo de Deus que se realizou no Funchal em 1603 houve, diz o sr. Fortunato de Almeida no tomo 3.º da sua História da Igreja em Portugal, desordens e escandalos, porque o vigario geral saiu do lugar que lhe pertencia para andar na procissão com seus officiaes a vigiar se nela se faziam cousas indecentes. Levados os factos pelo bispo ao conhecimento de el-rei para se adoptarem providencias no futuro, o monarcha decidiu que nas procissões não podiam os vigarios dos prelados intender mais que no governo das pessoas ecclesiasticas; se entre os leigos se cometesse algum excesso ou cousa de que resultasse irreverencia ao Santo Sacramento, ou ás reliquias e cousas sagradas que fôsem nas procissões, podiam e deviam os vigarios, como juizes competentes que eram, conforme o direito, acudir a tais excessos e mandar sôbre êles o que lhes parecesse conveniente; mas fora desta ocasião não deviam intrometer-se no governo dos leigos, nem sair do lugar em que iam os ecclesiasticos, Posto que dissessem que o queriam fazer para vigiar e prevenir semelhantes casos».

Pantaleão de Sá e Melo, que foi nomeado Governador Geral da Madeira em 1694, prendeu três vereadores por ocasião duma procissão do Corpo de Deus por «defenderem a jurisdicção de Sua Magestade» na mesma procissão, e em 1725 e 1726 foram presos por igual motivo e a pedido do Bispo, dois vereadores, sendo a prisão efectuada pelo Governador Francisco da Costa Freire.

Chamava a Câmara «defender a Jurisdição de Sua Majestade» opôr-se pelos meios ao seu alcance a que alguém ocupasse na procissão o lugar de honra que de direito lhe pertencia.

Os atropelos e excessos cometidos pelas autoridades civil e eclesiástica deram motivo a que em 1732 a Câmara requeresse ao Governo que os seus membros não pudessem ser presos pelas mesmas autoridades, mas ignoramos que despacho teve tal pedido.

Num antigo livro de ofícios e representações, que existe no Arquivo da Câmara Municipal do Funchal, encontra-se a narração dum outro conflito havido entre o Senado e o Governador, ainda por causa da procissão do Corpo de Deus, narração que vamos procurar resumir:

«Tendo o Governador e Capitão-General José Correia de Sá feito conhecer o propósito em que estava de seguir atrás do palio, juntamente com os cavaleiros do habito de Cristo, na procissão do Corpo de Deus que devia ter lugar em 21 de Maio de 1762, mandou-lhe pedir a Câmara pelo procurador do Concelho «que por serviço de Sua Majestade não utilizasse perturbar a boa harmonia que devia haver entre o Senado e os Governadores, nem alterar o costume legitimo, sempre praticado, violando ao mesmo tempo os regimentos da Camara e reais provisões, porquanto nesta ilha nunca foi costume irem á dita procissão os cavaleiros da Ordem de Cristo, mas quando quizessem ir, fossem no corpo da dita procissão, no lugar que competia á dita ordem, porém que atrás do palio, nem com as varas dele não podiam ir, tanto porque nunca foi costume, como porque atrás do palio competia ir o Senado, e que só a este competia eleger quem devia levar as varas do palio, não só porque á Camara é que pertencia a direcção da procissão, mas tambem porque sempre foi costume inalteravel irem levar as varas do palio por ordem do Senado da Camara os da governança, da Cathedral até o Colegio de S. João Evangelista, os casados, e do dito Colégio até a Sé, os solteiros, e os que tinham já servido de vereadores, com tochas, e isto tudo por ordem do Senado».

A esta observação respondeu o Governador «que sempre havia de ir com os ditos cavaleiros, como tinha determinado», e de facto no referido dia 21 de Maio consumou-se a violencia preparada por aquela autoridade, vendo-se a Camara compelida a permitir que outros viessem ocupar o lugar de honra que de direito lhe pertencia.

Queixou-se a Câmara ao Desembargo do Paço da pouca atenção, com que fora tratada pelo Governador e da violência que este exercera contra ela, aparecendo em resposta o alvará de 2 de Abril de 1763, determinando que o lugar da Municipalidade era atrás do pάλio, como já havia sido estabelecido pelo regimento de 18 de Agosto de 1508, confirmado por provisão de 28 de Fevereiro de

1755. Foi mais ordenado na mesma ocasião que os capitulares pegassem nas varas do palio até a porta da Sé, cabendo essa honra dai em diante ás pessoas da governança, eleitas pela Câmara já atrás ficou dito.

Na procissão do Corpo de Deus que se realizou no Funchal em 1801, colocou-se o Governador D. José Manuel da Câmara atrás do palio e adiante do Senado, o que deu lugar a protestos desta corporação, e no ano imediato mandou o mesmo Governador comunicar ao Juiz de Fora, presidente da Câmara, que estava resolvido a pegar na primeira vara da direita do palio, junto aos membros do Senado, logo que os capitulares largassem as mesmas varas, seguindo depois o cortejo atrás do palio. Em resposta a esta participação, mais uma vez lembrou o Senado ao Governador o disposto no citado alvará de 1763, acrescentando porém que, se êle quisesse pegar nas varas com o Juiz de Fora, o podia fazer, e igualmente com os capitulares ou com as pessoas da governança, por serem estas da qualidade dos Vereadores.

Nos últimos tempos constitucionais quem pegava nas varas do palio eram os comendadores e cavaleiros das diferentes ordens, sendo os convites feitos pela Camara Municipal, a qual costumava ceder ás autoridades o direito que em virtude de antigos diplomas lhe assistia de seguir atrás do palio. O estandarte municipal, que depois de 1835 passou a ser conduzido pelo vereador mais novo, era nos tempos do absolutismo empunhado pela procurador do Concelho.

Desconhecemos a época em que a procissão do, Corpus Christi deixou de ser uma cerimonia burlesca, com o seu acompanhamento de almuinheiros com as suas almuinhas, de carnicheiros com o seu imperador e rei, de peliteiros com o seu gato paúl, etc., etc., e adquiriu o aspecto decente e serio que é próprio das cerimonias religiosas, mas é de supor que isso se desse nos fins do primeiro ou princípios do segundo quartel do século XVIII, depois do aparecimento da carta regia de 27 de Maio de 1724, em que foi determinado que da mesma procissão fossem eliminados os jogos, danças e figuras, ainda que representativas de santos, exceptuados apenas a imagem de S. Jorge e alguns andores que as irmandades voluntariamente quisessem levar. O alvará de 1565 parece que não deu o resultado desejado, pois que, como vimos, ainda em 1603 o vigario geral julgava dever vigiar se na procissão do Corpus Christi se praticavam «coisas indecentes».

As pessoas da governança eram obrigadas, sob pena de prisão, a acompanhar o cortejo. Ainda em Junho de 1820 foram expedidas a Aires de Ornelas Cisneiros e Antonio Venancio de Ornelas cartas de aviso para se recolherem á fortaleza do Pico «por não terem comparecido a pegar nas varas do palio», mandando-se depois passar mandado de prisão contra os mesmos por não terem acatado o convite camarario.

Acompanhava outrora a procissão do Corpo de Deus uma imagem de S. Jorge, que se acha hoje no edifício do Museu Municipal do Funchal. A imagem ia a cavalo e tinha um estado maior constituído por pessoas das principais famílias, que se incorporavam no cortejo montadas e vestidas com ricos fatos de veludo e sêda. Era uso, alguns dias antes da procissão, a Câmara oficial aos almotacés para fazerem com que os alquiladores emprestassem seus cavalos, afim de acompanharem o Santo, e em princípios do século XIX elegiam os oficiais de sangrador um «mordomo para deitar a cavalaria» na mesma procissão.

A imagem de S. Jorge deixou de figurar na procissão do Corpo de Deus pelos anos de 1857, e desde então sempre se tem conservado num quarto do edifício dos Paços do Concelho, guardada num armário. Diz-se que a imagem quando colocada sôbre o cavalo, não guardava a posição propria do cavaleiro, pois que ora pendia para a direita, ora para a esquerda, e que foi para evitar comentarios desagradaveis da parte do público que o bispo proibiu que ela aparecesse no cortejo.

A referida imagem foi feita em Lisboa, e esteve até 1823 confiada á guarda do Grémio dos Officios que, segundo parece, não tinha lugar onde acomodá-la. Foi para evitar desacatos ou que a estragassem, que foi permitido à Câmara tomar conta dela, «não como senhoria, mas para a conservar com asseio e decencia», tendo estado recolhida na capela dos Paços do Concelho, ao tempo em que estes ficavam no largo da Sé, no edificio da demolida cadeia. O manto com que a imagem figurava na procissão, e que chegámos a conhecer, tinha-lhe sido oferecido pela Municipalidade em 1823 (1921).

Incorporavam-se na procissão do Corpo de Deus todas as confrarias do Concelho, fechando o cortejo as tropas disponíveis tanto de primeira como de segunda linha. Em nossos dias, as tropas davam três descargas depois do cortejo recolher á Catedral, havendo também uma salva de 21 tiros, dada pela fortaleza de Nossa Senhora da Conceição do Ilhéu, na ocasião em que o Santissimo Sacramento saía do templo.

Num interessante artigo publicado por um ilustrado sacerdote desta ilha na revista *A Esperança*, de 15 de Março de 1923, se lê que, em 1578, eram os moradores e os mestres e purgadores de assucar da vila da Ponta do Sol obrigados a acompanhar com tochas suas e canas-vieiras na mão a procissão do Corpo de Deus que ali se realizava, e que os lavradores também eram obrigados a incorporar-se no cortejo, com espigas, ramos de vinha, capelas e canas-vieiras. Nas festas do Corpo de Deus que em 1599 tiveram lugar na mesma vila, compareceram os mordomos com seus folgares, sendo estes folgares, segundo se deprende dum documento de 1610, «uma dança de espadas com suas tangeres, de sete dançantes.»

«Nunca houve imagem de S. Jorge na vila da Ponta do Sol. O santo belicoso era representado na mesma procissão por um mestre ferreiro, montado num cavalo, levando ao lado dois escudeiros também de carne e osso;»

A respeito de «santos de carne e osso», diremos que há ainda quem se lembre de, em festas de carácter religioso, realizadas nos campos, ter visto São João Baptista e Santa Maria Madalena serem representados por um rapaz e uma rapariga vestidos com trajas adequados ao papel que tinham de desempenhar.

Procissão da Cinza. Assim se denominava a procissão que tinha lugar em quarta-feira de cinzas e que em épocas remotas saía do convento de São Francisco, acompanhada por frades que durante o trajecto entoavam cânticos religiosos. O cortejo passava sempre nas igrejas de Santa Clara e das Mercês, onde as monjas cantavam hinos religiosos na ocasião em que entrava no templo o andor em que se via a imagem de São Francisco abraçando a de Cristo.

Na frente da procissão, ia o pendão da Ordem Terceira de São Francisco, com o seu escudo primorosamente bordado a ouro, e logo a seguir a chamada arvore da penitencia, em que se viam um crucifixo guarnecido de ramos de espinheiro, um rosario e umas disciplinas. Atrás, caminhava a irmandade da penitencia, indo junto da cruz quatro irmãos, levando um uma bandeja com dois ossos trocados e uma caveira, outro uma urna de vidro, com cinzas provenientes de ramos de palmeira e oliveira, benzidos em domingo de Ramos, outro uma ampulheta com duas azas e o quarto um velador com candeia apagada. Seguiam-se a cruz da Ordem e o andor do Senhor dos Passos, com a respectiva confraria, e depois os andores de São Francisco com a cruz ás costas, da Confirmação da Regra, em que se via o mesmo santo, o papa Inocencio III e um cardial, de Santo António de Noto (preto), de São Lucio e Santa Bona (os dois irmãos), de Santa Rosa de Viterbo, de Santa Margarida de Cortona, de Santa Joana, de Santa Isabel, filha da rainha da Hungria, de Santa Isabel, rainha da Hungria, de S. Roque, de Santo Elisario e Santa Delfina (os bem-casados), de Santo Henrique, rei da Dacia, de S. Luís, rei de França, de Santo Ivo, doutor, e de Santa Isabel, rainha de Portugal, indo todas estas imagens acompanhadas das respectivas confrarias. Fechavam o préstito religioso a mesa da Ordem Terceira, o andor de S. Francisco abraçado como o Cristo, a corporação dos Capelães, o palio roxo, sob o qual se viam três eclesiasticos com pluviais da mesma côr, levando o do meio um relicario com o Santo Lenho, e finalmente o Bispo da Diocese, com a capa magna, na qual pegavam cinco seminaristas.

Depois que desapareceu a igreja de S. Francisco, passaram para a igreja do Colégio as imagens que figuravam na procissão da cinza, sendo deste templo que em nossos dias saía a mesma procissão, a qual se não realiza há cerca de 25 anos (1921). Eram roxas as opas

que figuravam na procissão, e em tempos antigos vestiam habito os irmãos professos que se incorporavam nela. O lugar das penitentes que acompanhavam o préstito era perto da chamada arvore da penitencia.

Um autor estrangeiro que escreveu em 1827, dizia o seguinte acerca da procissão da cinza: «As imagens são quasi do tamanho do homem e vestem todas hábitos religiosos, sem exceptuar S. Luis, rei de França, e Santa Isabel, rainha de Portugal. Uma delas, que representa Nosso Senhor vergando sob o pêso da cruz, é um trabalho bem executado e que, pela expressão de sofrimento que apresenta, produz impressão naqueles que a contemplam».

A procissão da cinza ainda hoje se realiza na vila de Câmara de Lobos, aonde acodem muitas pessoas do Funchal para a ver.

Procissões de penitencia. Uma obra estrangeira publicada em 1819, descreve estas procissões do modo seguinte:

«Nas procissões de penitência aparecem as imagens do Salvador, da Virgem e de diferentes santos, levadas aos ombros de penitentes cobertos por hábitos de algodão azul, tendo apenas as aberturas precisas para facilitar a vista e a respiração. Acompanham as mesmas procissões uma parte da clerezia, ostentando trajos magníficos, e um destacamento militar, com a respectiva banda de musica. Junto dos penitentes que levam as imagens, vão outros que conduzem pesadas pedras, barras de ferro, cadeias, etc., ou que batem nas costas com feixes de arame ou ortigas, a ponto de fazer gotejar o sangue».

As procissões de penitencia faziam-se, quer para implorar do céu chuvas ou qualquer outro beneficio, quer para manifestar o desgosto da população por algum agravo feito á Providencia. Há cinquenta e tantos anos saiu a imagem de Nossa Senhora do Monte em procissão, seguindo pelo caminho dos Saltos, atravessando a Levada e voltando á sua igreja, pelo caminho do Monte, sendo a mesma imagem acompanhada em todo este longo trajecto por numerosos penitentes que, ou conduziam pesadas cargas, ou se flagelavam ou feriam com silvas (1921).

Foi esta, segundo cremos, a ultima procissão de rigorosa penitencia que se realizou no Funchal, e diz-se que tendo sido feita por causa da estiagem que há muito se fazia sentir, ao recolher á igreja do Monte, chovia já copiosamente.

Nas procissões dos Passos e da Cinza, apareciam outrora homens com flagelos, cadeias ou barras de ferro, mas tal costume há muito que desapareceu, e modernamente só é uso incorporarem-se algumas penitentes na procissão dos Passos e de Sexta-Feira

Santa, apresentando-se as mais das vezes descalças, o que só representa grande sacrifício para aquelas para quem o uso do calçado constitui uma necessidade.

Procissão de Santo António. Encontramos referencia a esta procissão, que saía da igreja da Sé, em documentos do começo do segundo quartel do século XIX. Figuravam nela três andores: um com Santo António, cónego, outro com Santo António, frade, e um terceiro com Santo António, menino do coro, sendo os mesmos andores conduzidos, respectivamente, por cónegos da Sé, frades de S. Francisco e meninos do côro da Catedral. Da acta da sessão da Câmara Municipal do Funchal de 13 de Junho de 1815, se vê que a municipalidade acompanhava a procissão de Santo António.

Procissão de Santa Bárbara. Saía da capela de São Lourenço, na Fortaleza, e dirigia-se á igreja do Colégio, onde se realizava uma festa em honra da santa. A procissão, segundo reza a tradição, era feita por militares, concorrendo todos, desde o oficial mais graduado até o simples soldado, com uma certa importância para as despesas da festa.

Em 1826, havia no Funchal uma agremiação de irmãos de Santa Barbara, que tinha por fim distribuir esmolas pelas pessoas necessitadas.

A imagem de Santa Barbara, que pertenceu á capela de São Lourenço, está hoje na igreja do Colégio.

Procissão de S. Francisco. Nos princípios do século XIX, realizava-se uma procissão em honra de S. Francisco, segundo se vê duma ordem do Capitão-General mandando «dar na praça de cima de S. Lourenço huma salva á procissão do sr. S. Francisco... e que disparem somente aquelas peças que se tem ordenado, que não prejudiquem a casa nem o viveiro».

É de crer que a procissão saísse do convento de S. Francisco, estabelecido no local onde se acha agora o Jardim Municipal.

Procissão dos Passos. As imagens do Senhor dos Passos, da igreja de Santa Clara, e de Nossa Senhora da Soledade, da igreja das Mercês, eram em tempos já um pouco afastados de nós, conduzidas processionalmente, no sábado à noite, esta para a igreja da Sé, e aquela para a do Colégio, sendo a imagem do Senhor a primeira a sair, e incorporando-se depois no préstito a imagem da Senhora. Muitos rapazes, com archotes acesos, precediam a procissão, que depois de passar na igreja do Colégio, se dirigia para a Catedral.

A Procissão dos Passos saía no domingo de tarde da igreja do Colégio, seguia pelas ruas da Carreira e S. Francisco afim de visitar um passo que existia no lado norte do antigo Jardim pequeno, dirigindo-se depois para a Catedral, onde se realizava a cerimonia do encontro, a principio dentro do templo e depois fora dele. Havia nessa ocasião sermão alusivo ao acto, seguindo depois a procissão, aumentada com a confraria e a imagem da Senhora da Soledade, para a igreja de Santa Maria Maior, fazendo pequenas paragens em frente dos passos da rua do Aljube, do Pelourinho e da rua de Santa Maria.

Abria o cortejo o guião, seguido dum grande pendão roxo com as letras S. P. Q. R., tendo havido tempo em que era costume fazer marchar na frente da procissão um individuo tocando uma trombeta, que era conhecido pelo nome de gajeiro.

Na igreja de Santa Maria Maior, desenrolavam-se as cenas do Calvário, em geral um tanto demoradas, só voltando a procissão á igreja do Colégio depois de noite, vindo as imagens recolhidas então nos respectivos nichos.

Nas janelas dos prédios acendiam-se as velas, sendo o cortejo precedido, como na véspera, de muitos homens e rapazes empunhando grandes archotes acesos que lhe imprimiam um aspecto fantástico e estranho.

Acompanhavam a procissão muitas penitentes, geralmente descalças, e em tempos remotos figuravam também nela alguns penitentes conduzindo pesadas barras de ferro ou armados de flagelos com que retalhavam o corpo.

Vem a propósito dizer que a imagem que figura na procissão dos Passos foi mandada vir do Porto por um individuo chamado Joaquim Roque, que a legou em testamento á igreja de Santa Clara, e que a imagem de Nossa Senhora da Soledade teve a mesma origem, sendo legada ao convento das Mercês. Quando esta casa desapareceu, passou para a igreja do Colégio.

As duas imagens ao chegarem á Madeira, foram recolhidas, segundo se afirma, numa capela particular á travessa das Capuchinhas, passando daí para a capela da quinta do Til, onde estiveram até serem transferidas processionalmente para os dois referidos conventos, após a doação feita pelo seu possuidor.

Antes da aquisição das duas referidas imagens, figuravam na procissão a que nos referimos uma imagem do Senhor dos Passos pertencente a um morgado Correia e uma imagem da Senhora da Soledade, que está agora na capela do Faial.

Procissão do Triunfo. Figuravam nesta procissão nove andores, sendo oito com imagens do Senhor (Senhor no Horto, da Paciência, da Coluna, da Pedra Fria, da Cana Verde, dos Passos, na Cruz e no Esquife) e um com a imagem da Virgem, tendo cada uma destas imagens a sua irmandade. Na frente do préstito, ia o pendão, seguindo-se a cruz da penitencia e a irmandade do mesmo nome, em duas alas, tendo ao meio as penitentes, duas a duas. A cruz da Ordem Terceira de N.^a S.^a do Monte do Carmo precedia os andores, e depois do ultimo andor ia a confraria da mesma ordem, levando o prior os bentinhos que lhe são propios. O prelado ia no fim do cortejo, revestido com a capa magna, na qual pegavam cinco seminaristas.

Todos os andores levavam ciprestes, uns seis e outros quatro, e era uso guarnece-los de ranúnculos, anémonas e outras flores, levando o do Senhor no Horto também ramos de oliveira.

As opas eram roxas, á excepção das da irmandade de Nossa Senhora, que eram azuis e brancas e das da confraria da Ordem Terceira, que eram pardas e brancas. Em antigos tempos, os irmãos professos levavam hábito pardo, escapulario e capa branca.

A procissão do Triunfo, chamada também do Carmo, por sair desta igreja, deixou de sair alguns anos antes da proclamação da Republica.

Procissão votiva de 9 de Outubro. Em 13 de Novembro de 1803, achando-se presentes no coro da Sé Catedral o bispo D. Luís Rodrigues Vilares, o cabido e mais clerezia, resolveu-se, de unânime acordo, realizar uma procissão no dia 9 do mês de Outubro de cada ano, em honra do patrocínio da Virgem, afim de se alcançar a protecção da Mãe de Deus e se não repetirem os desastres e estragos causados pela aluvião de 9 de Outubro do mesmo ano. Igual resolução tomara já a Câmara Municipal no dia 11 de Novembro, sendo em vista destas deliberações que por largos anos se realizou uma procissão que saía da Sé e se dirigia á igreja de Santa Maria Maior, acompanhada das autoridades eclesiásticas e civis, da municipalidade e da clerezia. Esta procissão que é transferida muitas vezes para o domingo mais próximo do dia 9 de Outubro, ainda hoje se faz, mas percorre apenas o adro da Sé, acompanhada pela confraria da paróquia. (***Vid. Voto à Santíssima Virgem.***)

Procissão da Bula da Santa Cruzada. Já nos princípios do século XIX se fazia esta procissão no Funchal, e, segundo parece, com grande luzimento. A Câmara convidava seis pessoas da governança para pegarem nas varas do palio, depois de receber um officio do delegado do comissário da bula comunicando-lhe o dia em que a procissão devia ter lugar. Na sessão camararia de 31 de Janeiro de 1807, se resolveu «que as pessoas que sem causa justificada deixarem de ir á procissão da Bula da Santa Cruzada, serão

castigados na forma recomendada pelas ultimas ordens de Sua Alteza».

Procissão votiva do 1.º de Maio. No artigo *Peste*, a pág. 77 deste volume, transcrevemos o que diz Frutuoso acerca da origem desta procissão, que saía da Sé Catedral e se dirigia á igreja de Santa Maria Maior, primitivamente de S. Tiago Menor, acompanhada pela Câmara Municipal e as principais autoridades do distrito, tendo lugar neste ultimo templo a cerimonia da entrega das varas e um sermão alusivo ao milagre feito pelo Padroeiro da Cidade em 1538. Depois da proclamação da Republica, só em 1918 a procissão do 1.º de Maio percorreu o antigo itinerário, tendo sido acompanhada por dois membros da Comissão Administrativa da Câmara Municipal.

Era a Câmara quem dirigia outrora a procissão do 1.º de Maio, fazia o convite ás confrarias e autoridades, e pagava ao pregador, sendo da praxe ela ser incensada na igreja de S. Tiago por um dos três cónegos que diziam a missa. Como em 1815 esta cerimonia fosse celebrada, não por um cónego, mas por um capelão, resolveu a Câmara queixar-se ao bispo, por se considerar agravada com a substituição».

Em 5 de Maio de 1829, determinou-se em Câmara que o juiz almotacé condenasse «na forma das posturas, os officiais examinados dos officios mecânicos que faltaram á procissão do 1.º de Maio, assim como os pescadores pertencentes á confraria do Corpo Santo e corporação do mesmo que deixaram de comparecer, impondo também a pena competente aos moradores das ruas por onde passou a procissão, que não tinham varridas suas testadas e suas janelas ornadas».

Modernamente, muitas vezes vimos a Câmara representada apenas por três ou quatro vereadores na procissão do 1.º de Maio, devido a ser costume antigo na terra muita gente passar este dia no campo. Conhecemos um presidente que convidava quase toda a cidade a incorporar-se na procissão votiva, por se tratar, dizia ele, «dum voto de nossos antepassados muito respeitado pela municipalidade», mas que nunca acompanhava a mesma procissão, nem se dava mesmo ao incomodo de justificar a sua falta (1921). Nos tempos do governo absoluto, seria tal falta punida provavelmente com uma multa ou alguns dias de prisão, visto que era considerada como uma prova de pouco respeito pelo Padroeiro da Cidade.

Em antigos tempos a procissão do 1.º de Maio que, como dissemos, saía da Catedral, só regressava a esta igreja oito dias depois, realizando-se durante o oitavario vários festejos na igreja de São Tiago Menor, que é templo da paróquia desde a aluvião de 1803. A procissão ainda hoje se realiza, mas só percorre o adro da Sé, e a Câmara nenhuma interferência tem nela (1921).

Como já deixámos dito no artigo Padroeiros e a páginas 37 deste volume, a Câmara Municipal fez reviver no ano de 1942 as antigas tradições do senado funchalense, tomando parte nas diversas manifestações de culto promovidas em honra do padroeiro São Tiago. (**Vid. Voto a S. Tiago**).

Procissão das Candeias, das Ladainhas e da Via Sacra, na Ponta do Sol. Lê-se no artigo a que atrás nos referimos, que se celebravam outrora estas procissões na Ponta do Sol.

A procissão das Ladainhas realizava-se em Maio, e, segundo um documento de 1600, ia no primeiro dia á igreja de Nossa Senhora da Piedade, nos Canhas, no segundo, á capela do Espírito Santo, na Lombada, e no terceiro, á capela de S. Sebastião, na vila.

Em 1607, ordenou a Câmara que a mesma procissão se dirigisse no primeiro dia á capela do Espirito Santo, no segundo, á de Nossa Senhora da Piedade (Jangão?) e no terceiro, á de S. Sebastião, ficando os fregueses de N. S. da Piedade (Canhas) e da Madalena do Mar dispensados de vir á procissão por esta se realizar nas suas paróquias.

As procissões da Via Sacra fora da igreja acabaram, diz o autor do mencionado artigo, pela época de 1830. No tempo em que elas se realizavam, saíam do templo paroquial, percorriam as ruas da vila, indo até a capela de Nossa Senhora do Livramento, no Lombo das Adegas, e até a capela de Santo Amaro, na Lombada. Havia cruces colocadas nas ruas e caminhos percorridos por estas procissões e no Caminho da Lombada há uma furna com o nome de furna do Calvario, que era uma estação das mesmas procissões.

Proclamação do Governo Republicano. Vid. *Republica (Proclamação da)*.

Proclamações do Governo Absoluto. A revolução que rebentou no Porto a 24 de Agosto de 1820 e que teve seu eco em Lisboa a 15 de Setembro do mesmo ano, arvorou o sistema de governo representativo, que as cortes gerais sancionaram com a promulgação da Constituição. o facto foi solenemente festejado nesta ilha e a proclamação do novo sistema governativo realizou-se nesta cidade no dia 28 de Janeiro de 1821, como já fica descrito a pág. 301 e seguintes do 1.º vol. desta obra. Não são ainda decorridos três anos depois da revolução do Porto, e D. João VI, a 3 de Junho de 1823, dirige uma proclamação ao país, em que são dissolvidas as côrtes, abolida a Constituição e restabelecido o governo absoluto. A 16 do mesmo mês, chegou á Madeira a noticia daqueles extraordinários acontecimentos políticos e no dia imediato se solenizou publicamente nesta cidade o estabelecimento da

nova ordem de cousas, havendo por essa ocasião varias manifestações de regozijo, com a permissão do então governador, o capitão-general António Manuel de Noronha.

O novo governador do arquipélago D. Manuel de Portugal e Castro chegou ao Funchal a 26 de Agosto, de 1823 e logo a 1 de Setembro seguinte mandou destruir e arrasar os alicerces do projectado monumento á Constituição, que 19 meses antes tinham sido lançados no meio do maior entusiasmo e com um brilhantismo e imponência fora do comum. D. Manuel de Portugal e Castro imprimiu ao acto grande solenidade e aparato, para bem fazer sentir aos madeirenses que era inútil qualquer tentativa duma restauração dos princípios proclamados pela revolução do Porto. Comunicou ao governo da metrópole com pormenorizados detalhes a maneira como procedera ao completo arrasamento e destruição dos alicerces do monumento que se projectava erigir, sendo a pedra angular, a caixa de prata e esta encerrava com o respectivo auto, a medalha comemorativa e as moedas do tempo ali lançadas, tudo inteiramente inutilizado e destruído. (V. Constituição de 1821 e Monumentos).

Também ordenou D. Manuel de Portugal e Castro que nas repartições publicas fossem inutilizados todos os vestígios que, nos respectivos livros e em quaisquer outros documentos, tivessem ficado dos actos da administração publica do período decorrido de 1821 a 1823 (V. Queima de documentos constitucionais).

No artigo *Alçadas* (Vol. I, pág. 31), se dá uma desenvolvida noticia dos primeiros actos de administração praticados por este governador e especialmente da alçada que o acompanhou a esta ilha.

Ainda não são passados três anos e, tendo morrido D. João VI a 10 de Março de 1826, é D. Pedro reconhecido rei de Portugal, que logo a 29 de Abril seguinte outorgou a Carta constitucional, restabelecendo-se deste modo o governo representativo (V. Outorga da Carta).

Dois anos depois, a 25 de Abril de 1828, o príncipe D. Miguel, regente do reino, é proclamado rei absoluto, depois de dissolvidas as cortes. Na Madeira não se proclamou desde logo o governo absoluto, porque Travassos Valdez, governador constitucional deste arquipélago, manteve-se fiel aos princípios de que era representante e preparou-se para resistir ás tentativas das tropas miguelistas que pretendiam apoderar-se desta ilha. No artigo *Ocupação da Madeira pelas tropas miguelistas* (pág. 6 do vol. III), ficou sumariamente historiada essa resistência e a sua ineficácia para obstar ao desembarque das forças realistas.

O governador miguelista José Maria Monteiro desembarcou no Funchal no dia 24 de Agosto de 1828 e nesse mesmo dia tomou posse do seu cargo, que exerceu até Abril de 1830. Este governador, que entre nós ficou conhecido pela alcunha do Baeta, deixou tradições pouco honrosas da sua administração pelas prepotências que praticou, como deixámos dito no artigo que lhe é consagrado nesta obra (Vol. II, pág. 390). Tornou mais odiosa e vexatoria a acção da alçada que o governo central enviou a esta ilha (V. Alçadas, vol. I pág. 31 e ss.) pelo parcial apoio que lhe prestou e pelo incitamento a vários excessos e demasias que o mesmo tribunal praticou.

Proclamações do Governo Constitucional. A pág. 301 e seguintes do I vol. desta obra demos noticia do modo como neste arquipélago foi proclamada a primeira Constituição e para lá remetemos o leitor que quiser ter conhecimento do assunto.

Em 1823, foi restabelecido o Governo absoluto, e por morte de D. João VI, em Março de 1826, outorgou D. Pedro a Carta Constitucional com a implantação do Governo representativo. A solene proclamação da Carta fez-se nesta ilha com grande brilho e entusiasmo nos dias 6, 7 e 8 de Agosto de 1826, sendo o ultimo destinado ao juramento de fidelidade á mesma carta. No Funchal e em outras localidades, houve ruidosas manifestações de regozijo pelo advento do Governo constitucional. No mes de Outubro seguinte, realizaram-se as eleições de deputados, saindo eleitos o dr. Lourenço José Moniz, Manuel Caetano Pimenta de Aguiar, o dr. padre Caetano Alberto Soares e Luís Monteiro.

De novo restabelece D. Miguel o Governo absoluto em 1828, tendo-se em 1834, pela convenção de Evora-Monte e terminação da guerra civil, arvorado novamente o sistema representativo, em harmonia com as disposições da Carta Constitucional de 1826. Foi a 5 de Junho de 1834 que nesta cidade se fez a proclamação solene do novo sistema de governo, cujo aniversário se celebrou durante muitos anos com o mais fervoroso entusiasmo.

Eram então os alunos do nosso liceu que imprimiam sempre a esses festejos um cunho de característica animação e lhe emprestavam todo o calor e entusiasmo da sua ardente e irrequieta mocidade. Com que enternecida saudade nos lembramos nós, os velhos, da alvorada tocada á porta da residência dos professores, do Te-Deum na igreja do Colegio, do préstito de estudantes com o pendão de sêda azul e branco á frente, da recitação de algumas estancias dos Lusiadas, num coreto do antigo Passeio, pelo octogenario sargento Ferro, da nossa comoção ao ver o velho par do reino e antigo ministro José Ferreira Pestana içar no mastro da Fortaleza a bandeira azul e branca, feita já num farrapo, mas que fôra a mesma que ali se desfraldara no dia 5 de Junho de 1834!

Pela tarde de 3 de Junho de 1834, entrava vagarosamente na nossa baía a escuna de guerra Amélia, comandada pelo distinto oficial de marinha o madeirense António Teixeira Doria, trazendo no topo da vela grande içado o pavilhão azul e branco. Foi indescritível o entusiasmo que logo se despertou entre os partidários do constitucionalismo. A escuna trouxera a notícia da convenção de Evora-Monte, celebrada a 26 de Maio, e da subsequente e imediata terminação da guerra civil, com o absoluto triunfo dos partidários da causa liberal.

D. Pedro IV comunicou oficialmente ao governador e capitão general da Madeira D. Álvaro da Costa de Macedo a noticia dos acontecimentos políticos que mudaram o sistema governativo do país, e impunha-lhe a completa submissão do arquipélago ao novo Governo, sob pena de o considerar rebelde, e tornava-o responsável pelas consequências que pudessem resultar de qualquer tentativa de resistência que porventura pretendesse fazer.

D. Álvaro de Macedo não só não pensou em oferecer a mais pequena resistência, mas até se preparava para aderir publicamente á nova ordem de cousas, quando foi procurado por um grupo de cidadãos, representantes de alguns milhares de habitantes desta ilha, pedindo que imediatamente e da maneira mais publica e solene se procedesse á proclamação do novo soberano e da nova forma de Governo.

Tendo o governador concordado com o pedido, imediatamente foi arriada no chamado baluarte do castanheiro a bandeira branca de D. Miguel e arvorada em seu lugar a bandeira bicolor, salvando as fortalezas da cidade ao içarem a mesma bandeira e sendo a constituição aclamada alegremente por toda a parte. No dia 6, teve lugar nos Paços do Concelho a cerimonia do juramento da Carta e da aclamação da rainha D. Maria II, assistindo à cerimonia, o governador, o bispo, as demais autoridades militares e civis, e muitos cidadãos, resolvendo-se finalmente enviar felicitações ao regente D. Pedro por se achar implantado o regimen liberal no país.

Os constitucionais que se dirigiram ao palacio de São Lourenço afim de reclamar a imediata proclamação do novo governo, foram Antonio Barnabé Soares, Candido de Freitas Abreu, Luís Antonio de Ornelas, Marceliano Ribeiro de Mendonça e Paulo Emilio de Ornelas, existindo um quadro na loja maçónica Liberdade, em que se acha reproduzido o glorioso papel que estes cinco madeirenses desempenharam no dia 5 de Junho.

Ao dirigirem-se da rua de João Tavira para a fortaleza, com bandeiras bicolores nas mãos, a força que guardava a cadeia reuniu, e conta-se que se preparava para fazer fogo sobre os cinco constitucionais e o povo que os seguia, quando acudiu o oficial da ronda, que mandou retirar os soldados, evitando que o atentado se consumasse.

A escuna Amelia veio encontrar perto da Madeira a fragata D. Pedro, comandada pelo capitão de mar e guerra Henrique de Price Bertrand, que desde 28 de Maio bloqueava a ilha. Tendo este oficial enviado no mesmo dia 28 um parlamentar a D. Alvaro, recusou-se este a recebê-lo, bem como a correspondencia de que ele era portador.

A quadra seguinte faz parte duma música patriótica que era muito cantada em 1834 no seio das famílias liberais:

Lá vem Amelia veloz,
Quebrar das ondas não teme,
Dar da liberdade a nova
Ao Funchal que opresso geme.

D. Álvaro de Macedo depois de prestar e haver feito prestar o juramento de fidelidade á Carta e á Rainha, continuou a governar o arquipélago até 13 de Julho, embarcando neste dia para Lisboa, a bordo da fragata D. Pedro. Sucedeu-lhe um governo interino composto do provisor do bispado, visto o bispo se achar ausente, do corregedor da comarca e do capitão de mar e guerra Henrique de Price Bertrand que, nos termos do alvará de 12 de Dezembro de 1770, administrou a província até o dia 6 de Agosto seguinte, em que chegou de Lisboa o prefeito Luis da Silva Mousinho de Albuquerque.

Profetas. No ano de 1533, vivia no Porto Santo um tal Fernando ou Fernão Nunes, por alcunha o Bravo, o qual tinha uma sobrinha chamada Felipa Nunes, de 17 anos, que havia alguns anos estava paralitica. Pretendeu este Fernão Nunes passar por profeta, e em certa noite desceu dos montes, onde vivia, e veio á Vila «ter com sua sobrinha, com uma campainha tangendo, diz Frutuoso, e chegando onde ela estava, lhe dice que o Spirito Santo o mandava ter com ella, para que ambos pregassem ao povo daquella ilha e lhe dicessem seus peccados..... E aquella Philipa Nunes lhe respondeu que o Spirito Santo lhe revelara que vinha elle daquella maneira».

Tendo-se reunido muita gente para procurar informações sôbre o que se passava, a todos, segundo conta Frutuoso, foi Fernão Nunes apontando os pecados que haviam cometido, sendo por isso facilmente acreditados não só pelo povo ignorante, mas também pelos juízes, vereadores e homens principais da ilha. Em Nossa Senhora da Graça, onde por mandado dos profetas Fernando e Felipa, o povo, com o vigário e clérigos, se dirigiu dias depois em procissão, disse Fernão Nunes coisas tais «que todos andavam confusos, e espantados, e desconsolados sem comer; as mulheres deitaram ao mar todas as posturas do rosto, sem tractar dos vestidos preciosos, antes os pobres, que traziam, despiam, e ficavam em fralda de camisa, como fazendo penitencia, sem comer senão pouco, e em pee.»

Estando um dia pregando o dito Fernão Nunes, «muitos se confessaram publicamente de peccados graves e abomináveis que tinham feito», e como um tal João Calaça, tabelião, ousasse rezar per um livro na ocasião da pregação, disse o profeta que «aquelle que rezava tinha o demonio no corpo» e logo saltaram sôbre o Calaça muitos homens e o mataram. Mandou o profeta que levassem o morto para a ermida de S. Sebastião e lá o deixassem, porque antes de três dias devia ressuscitar.

Andava a população tão cega e assustada com o que dizia o profeta que ninguém cuidava de suas fazendas e negócios e «as mulheres muito fidalgas e nobres, diz Frutuoso, hiam á igreja, em camisa, perante seus maridos, com cestos grandes de vimes.... cheyos de leite escorrido, queijos, e pão, e outros alimentos, para comerem os que estavam na igreja de noite e de dia a ouvirem a pregação do propheta».

«Estando uma noite o propheta Fernando em casa da propheta Philippa Nunes, onde estava muita gente, mulheres honradas e homens todos descalços, postos de joelhos, em que entravam hum Rodrigo Alves, homem mui honrado e rico, e sua mulher, e Manuel de Crasto, e sua mulher, e outras muitas pessoas e mulheres nobres, elle, perante todos, chegou á mulher de Rodrigo Alves, e lhe metteu a lingua na boca, dizendo a seu marido: Peza-te Rodrigo? E elle lhe respondeu: Deus o sabe. E então o fez pôr de joelhos diante de si, e lhe deo duas bofetadas. E dice a Manuel de Crasto que fosse buscar pão e vinho para comerem os que alli estavam. O qual foi, e trouxe um sacco de pão e um barril de vinho, que todos comeram e beberam. Depois de comer mandou a Manuel de Crasto e sua mulher que se despissem, o que logo fizeram, ficando em camisa, sem ninguem olhar nem attentar para isso, como se fosse o estado de innocencia; e assi meyos nus, os mandou que fossem a Sancto Spirito, e que dahi hiriam para o Paraizo. E elles se foram despidos, sendo inverno, em Fevereiro, e assi estiveram na dita ermida do Spirito Sancto até ante manhaa, em que então se foram para casa e não para a Gloria, como o propheta dicera.»

Num campo de cevada, empregou o Profeta homens e mulheres na operação da debulha, e afirma-se que os eclesiásticos na confissão, por ocasião da missa, diziam: S. Pedro, S. Paulo e o Beato Profeta Fernando, e assim o nomeavam no intróito e orações.

Conhecidos na Madeira os factos anormais que se estavam dando no Porto Santo, partiu para aquela ilha o corregedor João de Afonseca, acompanhado de dois escrivães, o qual fêz prender e enviar para a cadeia de Machico os dois profetas. Também foram presos o vigário e clérigos, por haverem tomado a serio os embustes de Fernão Nunes, e bem assim o pregoeiro e porteiro do profeta, um tal Francisco Fernandes, castelhano.

A devassa a que procedeu o corregedor durou até 10 de Março de 1533, tendo o povo do Porto Santo estado durante dezoito dias sujeito á influencia e desatinos do profeta Fernando, o qual era filho dum homem honrado chamado Bartolomeu Nunes, residente no sitio do Farrobo, da parte norte daquela ilha.

«Tanto que foram trazidos os presos á vila de Machico, conta Frutuoso, Philipa Nunes, que dantes fingia que não comia, logo comeu depressa, dizendo que não sabia nada do que lhe diziam que fizera. O corregedor os mandou ambos presos a El-Rey, com a devaça, que o escrivão Henrique Coelho levou, e a deo a Sua Alteza, que lho teve muito em serviço, com que foram sentenciados os prophetas que ambos estivessem á porta da See de Evora em huma escada, cada um com sua carocha de papel com letras que diziam: Profeta do Porto Santo, e com um cirio aceso cada hum na mão em quanto se dicesse a missa da terça, ella vestida, e elle nu da cinta para cima, e fossem soltos, visto ser obra do Demonio: e, quanto á morte de João Calaça, que se não procedesse contra pessoa alguma por serem tambem obras do Demonio, que os cegou a todos. E condemnou El-Rey, a todos os moradores da Ilha do Porto Santo, por crerem as ditas abusões dos prophetas falsos, em duzentos cruzados para huma obra da dita ilha, s. c. os Juizes, Vereadores e pessoas da governança da ilha, cada hum em dez cruzados, e o outro povo segundo tivesse a fazenda; os quaes duzentos cruzados se pagaram. E estando na dita ilha o escrivão Henrique Coelho, se arrecadaram e se entregaram a Estevão Calaça, nella morador, para se gastarem em cousas necessárias á terra, como El-Rey mandava. Os clerigos foram condemnados em penas e castigos por Antonio Machado, que então era em Portugal, Provisor da See do Funchal, por estar vacante... Do profeta Fernando dizem alguns que endoudeceu ou se fingiu doudo, para melhor se livrar; outros, que morreu preso no Limoeiro; outros, que depois de sentenciado e penitenciado, se foi em romaria a terras estranhas, fazendo penitencia; e finalmente nunca mais foi á ilha, nem apareceu, nem se viu. Mas a profeta casou, e viveo em Portugal, sem tornar mais ao Porto Santo, onde tinha feito cousas não santas.

«Alguns por este feito, querem alrotar dos moradores da ilha do Porto Santo, os quaes não tem culpa de seus antepassados; mas ainda que a tiveram, não he officio de homem christão humano alrotar das culpas alheias, pois pode cahir em outras semelhantes; que o cordão que está torcido, muitas vezes se destorce; e quem telhado de vidro tem não deve atirar pedras a telhado alheyo».

Do livro «Diocese do Funchal», recentemente publicado, extraímos os seguintes períodos: As «Saudades da Terra» referem-se longamente ao estranho caso ocorrido no ano de 1533, na vizinha ilha do Porto Santo, em que Fernão Bravo e Filipa Nunes, tio e sobrinha, individuos da classe popular e destituídos de qualquer cultura, se arvoraram em «profetas», revelando os actos occultos e segredos recônditos de muitas pessoas, com tal poder de sugestão, que até o próprio clero da ilha chegou a dar-lhes crédito e a assistir às «pregações», que esses «videntes» faziam à multidão tomada de medo e da maior admiração. O extraordinário acontecimento causou uma notável sensação e teve até grande repercussão no continente português. Foi o religioso franciscano e afamado pregador Fr. Gaspar Gato que, indo àquela ilha e pondo-se em contacto com os «profetas», revelou toda a artificiosa fraude desses dementados, que vieram presos para a Madeira e foram julgados e condenados. O clero do Porto Santo sofreu as consequências da sua extrema credulidade, sendo também preso e severamente castigado pela respectiva autoridade eclesiástica, que era o governador do bispado, achando-se então vaga a diocese pela morte do prelado D. Diogo Pinheiro.

Profundidades. A certos lugares de altura considerável, de relativa extensão e de forma aproximadamente circular, chamou o dr. Álvaro R. de Azevedo profundidades, por lhes não quadrar a denominação genérica de vales. Faz menção das profundidades do Curral das Freiras, na freguesia deste nome e de todas a mais notável, a do Fanal, nas serras da freguesia da Ribeira da Janela, a do Rabaçal, no vale da referida Ribeira, e a do Fôjo, próximo da Praia Formosa, na freguesia de São Martinho.

De todas estas profundidades se ocupa o dr. Azevedo com certa largueza no Diccionario Universal Portuguez Ilustrado.

Progressista (O). Iniciou a sua publicação a 28 de Agosto de 1851, tendo saído o n.º 142, que foi o ultimo, a 15 de Maio de 1854.

Progreso (O). Saíram setenta e cinco números deste jornal, sendo o primeiro a 24 e Julho de 1879.

A 31 de Dezembro de 1916, iniciou a sua publicação outro jornal com o mesmo titulo, que conhecemos oitenta e oito números, tendo aparecido o ultimo em Junho de 1919.

Proletário (O). Deu o primeiro numero a 8 de Julho de 1922.

Proselitismo Protestante. Como já dissemos em outro lugar desta obra, a colónia inglesa começou a ter importância entre nós nos fins do século XVI. Dessa época até a implantação do governo representativo não nos consta que os membros dessa colónia ou de qualquer outra nacionalidade protestante tentassem promover entre nós a propaganda da sua religião, fazendo prosélitos no seio das populações madeirenses. Tinham igrejas privativas do seu culto, que eram apenas frequentadas pelos seus adeptos, com absoluta exclusão dos naturais. E em abono da verdade se deve dizer que em geral os súbditos estrangeiros residentes na Madeira como comerciantes ou doentes, e ainda os visitantes que procuram a benignidade do nosso clima ou as belezas da nossa privilegiada natureza, não se entregam á propaganda dos seus ideais religiosos nem tentam demover os católicos da pratica da religião que estes professam. Até vários estrangeiros protestantes têm protegido algumas obras católicas e ainda auxiliado a construção e a reparação de igrejas e capelas, como fez John Howard March reedificando a igreja paroquial do Santo da Serra.

O que dito fica não exclui o facto incontestável de haverem alguns propagandistas protestantes de nacionalidade inglesa tentado fazer nesta ilha por varias vezes e com maior ou menor actividade o proselitismo da sua religião, como emissários das chamadas sociedades bíblicas, tendo em algumas ocasiões levado a perturbação e a desordem a algumas freguesias desta ilha. Foi principalmente em 1838 que se iniciou essa propaganda. Já antes se tinham feito varias tentativas, que resultaram inteiramente infrutuosas. Foi o dr. Roberto Kalley quem verdadeiramente conseguiu fazer entre nós uma propaganda eficaz. Para isso contribuíram poderosamente as qualidades pessoais de que era dotado, a sua arrebatadora eloquência, a sua caridade para com os pobres e, mais que tudo, a sua abalizada proficiência na arte de curar, pois que era um medico distintíssimo e a todos atendia gratuitamente. Era principalmente nisso que estava o segredo da eficácia da sua propaganda. Já dela nos ocupámos e das suas funestas consequências a pág. 207 e seguintes, do II volume.

A saída precipitada do dr. Kalley desta ilha em 1846, onde não mais voltou, não acabou com os adeptos do protestantismo entre os habitantes dalgumas freguesias da Madeira, sobretudo no Santo da Serra, em Machico, em S. Roque e em Santo António. A

propaganda tinha lançado raízes e o proselitismo nunca mais deixou de exercer-se nesses e outros centros, embora em condições mais moderadas e sem o entusiástico fervor que lhe imprimira o dr. Kalley. A verdade, porém, é que os resultados dessa propaganda não são grandes. Há mais de 90 anos que o célebre médico escocês abandonou esta ilha, e o numero de prosélitos, longe de aumentar, tem consideravelmente diminuído. Apesar dos propagandistas disporem de poderosos meios de atracção, como sejam a imprensa, com a publicação dum jornal e a difusão de inúmeros folhetos, a sustentação de escolas, a distribuição de dinheiro e vestuário até, é todavia certo que o numero de adeptos das ideias protestantes não irá além duma centena de indivíduos no meio duma população de 169000 habitantes (1921). Esse numero seria muito maior, se porventura se desse credito aos relatórios enviados ás sociedades bíblicas e outras associações estrangeiras que fomentam essa propaganda, mas a verdade é que tais relatórios são redigidos em conformidade com os interesses e conveniências dos que neste arquipélago mantêm essa mesma propaganda.

O proselitismo exercido pelo dr. Kalley durou aproximadamente o período de oito anos, que decorre de 1838 a 1846, com excepção dumas curtas viagens que o celebre propagandista fez a Inglaterra. Com a sua brusca saída da Madeira, a propaganda protestante quase desapareceu entre nós, não somente por lhe faltar o seu principal esteio, mas ainda pelo fundado receio de que as iras populares se pudessem novamente manifestar com as lamentáveis violências do dia 9 de Agosto de 1846.

A propaganda tornou-se menos intensa e mais cautelosa, mas não deixou de fazer-se ininterruptamente e de modo especial nas freguesias de Machico e Santo da Serra, e também nalguns pontos do Funchal. Pouco depois da fuga precipitada do dr. Kalley, apareceu o ministro protestante Hewitson, que iniciou uma propaganda moderada, ou, antes, veio alimentar e conservar os frutos do proselitismo do medico escocês. Em 1850, teve o governador civil José Silvestre Ribeiro que intervir nas tentativas que um tal Wilkinson fazia em Machico para arrebanhar vários indivíduos para a seita calvinista.

O ardor da propaganda esfriou então, tomando um certo desenvolvimento alguns anos depois, quando, por 1860, foi estabelecida uma igreja calvinista no Funchal. Uma nova e mais activa propaganda se deu por 1875, que atingiu ainda maior incremento depois do ano de 1894. Os ministros Angus e Buchanan foram os principais agentes dessa propaganda. É certo, porém, como já fizemos notar, que tem sido sempre de apoucados resultados entre nós o proselitismo calvinista, a não ser a propaganda feita pelo dr. Roberto Kalley, devido especialmente ás eminentes qualidades que o caracterizavam e á maneira como sabia dirigir-se ao povo desta ilha.

É um tributo prestado á verdade dizer aqui que a colónia inglesa desta ilha nos últimos anos não tem associado a essa propaganda a sua acção e a sua influencia, que não são pequenas, e que até por vezes tem ostensivamente reprovado a conduta de certos ministros calvinistas, pretendendo aliciar os habitantes desta ilha para a pratica dos seus ideais religiosos.

O artigo Kalley (Roberto) inserto a pág. 207 do vol. II oferece a este assunto outras interessantes informações, que importa consultar.

Prostituição. A prostituição já no século XV existia na Madeira, como claramente se vê de varios diplomas antigos e duma representação dirigida à Câmara Municipal do Funchal em 8 de Outubro de 1495, em que se pedia que a mancebia «fosse tirada de junto do mar, porque os de fora saltavam com as mancebas, faziam arruido e se acolhiam aos bateis, e a justiça os não prendia». A mancebia era o local destinado á residência das prostitutas.

Estabelecia o foral da capitania do Funchal, outorgado pelo rei D. Manuel em 6 de Agosto de 1515, que tōda a pessoa que fōsse achada «na mancebia com armas, assim de dia como de noite, perdesse as armas e pegasse de pena 500 réis, e que todo o homem casado que se provasse ter mancebia «theuda e mantheuda» pagasse a quarentena de metade da fazenda que tivesse.

Desconhecemos a época em que a sífilis apareceu na Madeira, mas é licito supor que essa horrível moléstia fosse já conhecida entre nós nos fins do século XV ou princípios do século XVI. Se os marinheiros dos navios que frequentavam o nosso porto «saltavam com as mancebas» e se recolhiam aos batéis, sem que a policia os pudesse prender, nada mais natural do que admitir o contagio e a propagação dum mal que, já naqueles tempos, era conhecido e temido na Europa. O dr. Sloane, que visitou esta ilha em Outubro de 1687, encontrou manifestações sifiliticas nalgumas pessoas que o consultaram.

Nos princípios do segundo quartel do século XIX, segundo se vê dos livros da Câmara Municipal, havia meretrizes domiciliadas nos sitios mais centrais da cidade, e especialmente na rua do Monteiro, lendo-se num documento da época que provocavam aí frequentes escândalos, o que levou a Municipalidade, em sessão de 9 de Dezembro de 1835, a recomendar ao Administrador do Concelho a máxima vigilância sobre essas mulheres, mandando-as retirar dos referidos sitios, quando isso se tornasse necessário.

A inspecção das meretrizes foi estabelecida em Portugal por uma ordem do intendente Pina Manique, datada de 2, de Abril de 1781,

mas na Madeira só desde 1854, cremos nós, é que essas mulheres estão sujeitas à vigilância da ciência, apesar de Mousinho de Albuquerque, em 1834, e do conselheiro José Silvestre Ribeiro, em 1846, terem lembrado a conveniência de as submeter regularmente a visitas sanitárias.

Em 5 de Novembro de 1834, recebeu a Câmara um ofício do Prefeito da Província, em que se aludia ao «mal venereo que existe em grande numero de mulheres publicas», sendo resolvido pagar á Comissão Administrativa do Hospital da Misericórdia «por esta só e única vez», as despesas feitas por ela com o tratamento dessas mulheres desde 21 de Outubro até 4 de Novembro do mesmo ano.

Em 8 de Março de 1836, mandou o Governo dar 1:000\$000 réis á Comissão da Misericórdia do Funchal para auxiliar o curativo das meretrizes afectadas de moléstias venereas, recomendando á mesma Comissão que empregasse todos os esforços para tratar no hospital, e com os recursos deste, os pobres que sofressem daquelas moléstias. Na portaria que estabeleceu estas disposições, lembrava-se que a Comissão recorresse a subscrições para angariar os meios precisos para o tratamento dos referidos pobres.

Foi depois da aluvião de 1856 que as meretrizes principiaram a estabelecer-se nas ruas Ribeirinho de Baixo e dos Medinas; antes só, eram estas ruas habitadas por pessoas honestas, pertencendo algumas delas às principais famílias da cidade. Num prédio da parte sul da rua do Ribeirinho de Baixo, existia em 1840 numa escola de rapazes, e em 1819 estava a Escola Lancasteriana acomodada numa casa na mesma rua, onde todavia só permaneceu durante poucos tempos.

Proteccionismo Sacarino. As leis de 4 de Fevereiro de 1876, 18 de Maio de 1881 e 22 de Março de 1886 isentaram do pagamento de direitos, as duas primeiras, durante cinco anos e a ultima durante três anos, o açúcar madeirense importado em Portugal e nos Açores, mas o verdadeiro proteccionismo sacarino só se iniciou com a publicação do decreto de 30 de Dezembro de 1895, que criou para as fabricas que se matriculassem a obrigação de pagar as canas ao agricultor pelo preço de 400 e 450 réis por 30 quilogramas, dando ás mesmas fábricas, em compensação deste encargo, o privilegio de pagarem pelo melaço importado para álcool destinado a vinhos, o direito de 30 réis, em vez do de 60 réis por quilograma. O açúcar da Madeira, que, pelos preliminares da pauta de 1892, pagava a quarta parte da taxa no Continente e nos Açores, ficou livre dessa imposição.

O decreto de 24 de Setembro de 1903 acrescentou 50 réis aos preços mínimos de 30 quilogramas de cana, em troca de novas concessões feitas ás fábricas, e a lei de 24 de Novembro de 1904 instituiu em verdadeiro monopólio a industria do açúcar e do álcool

na Madeira, subrogando o exercício desta industria nos fabricantes matriculados W. Hinton & Sons e José Júlio de Lemos.

O mencionado decreto de 1903 baixou de 30 a 6 réis por quilo o direito sôbre o melaço estrangeiro devido pelos fabricantes, ao mesmo tempo que lhes concedia «a faculdade de tirar dessa materia prima, antes da destilação do álcool para vinhos, o pouco açúcar ainda aproveitavel, para se gastar na Madeira. Este, porém, seria descontado no total do que fosse extraído da cana, cuja parte abatida, se em vez de se vender na ilha, fosse tambem exportada, pagaria os direitos e demais impostos gerais nas alfandegas destinatarias».

Pelo referido diploma, deixou o açúcar madeirense de ter entrada franca nos Açores, para onde fôra exportado algum até 1903.

O monopólio estabelecido pela lei de 24 de Novembro de 1904 e que a lei de 9 de Setembro de 1908 não modificou de modo notável, devia durar por 15 anos, mas tendo surgido uma reclamação da firma W.^m Hinton & Sons contra uma disposição do regulamento de 11 de Março de 1909 que restringia a venda do álcool para o tratamento de vinhos, viu-se o Governo forçado, após longas e demoradas negociações, a publicar o decreto de 11 de Março de 1911, destinado a regularizar a situação embaraçosa criada pelas exigências da mesma firma.

A reclamação a que nos referimos não foi a ultima, tendo-se tornado celebre a que resultou da divulgação do disposto na base 23 da lei de 15 de Agosto de 1914, por causa do ruído que produziu em todo o país.

O decreto de 11 de Março de 1911 estabeleceu quatro zonas baseadas na graduação das garapas da cana sacarina, manteve os preços de 450 a 500 réis do decreto de 1903, declarou livre de quaisquer direitos o açúcar madeirense destinado ao continente português, tributou uma vez mais os açucares estrangeiros e permitiu ás fabricas matriculadas importar anualmente das colónias até 550 toneladas de açúcar com o abatimento de 50 por cento nos respectivos direitos.

Outras concessões foram feitas ás fábricas matriculadas, ficando estabelecido, porém, pelo mesmo decreto, destinado a vigorar até 31 de Dezembro de 1918, que a quantidade de álcool necessária ao tempero dos vinhos seria de 55 litros por cada pipa de 500 litros.

O regulamento para a execução do decreto com força de lei de 11 de Março de 1911 foi aprovado pelo decreto de 15 de Maio de 1912.

Embora a antiga Companhia Fabril de Açúcar Madeirense estabelecesse em 1872 os preços de 550, 600 e 650 réis por cada 30 quilogramas de cana, é bem sabido que tais preços não se mantiveram, e que, antes de decretado o protecçionismo, raras vezes era aquele produto vendido a mais de 300 ou 320 réis.

Sob os diplomas protecçionistas que deixamos mencionados, melhorou bastante a situaçãõ de muitos proprietários e agricultores, visto a cultura da cana se haver tornado muito mais rendosa, mas, não tendo os mesmos diplomas fixado também o preço dos açucares, resultou dai estarem este género de primeira necessidade ir encarecendo constantemente na Madeira, tendo chegado mesmo a dar-se o caso bastante curioso de por largo tempo as refinarias do Continente haverem comprado o açúcar madeirense por preços mais baixos do que os consumidores do Funchal.

A industria da fabricaçãõ do açúcar foi a partir de 1 de Janeiro de 1920 declarada livre pelo decreto n.º 5492 de 2 de Maio de 1919, mas este decreto, que contém certas disposições de evidente utilidade, apresenta outras que, como já tivemos ocasiãõ de dizer a pág. 226 do volume 1 desta obra, não agradaram nem á industria nem á agricultura. O decreto n.º 6521, de 9 de Abril de 1920, modificou ou eliminou algumas dessas disposições, e, finalmente, o decreto n.º 8089, de 3 de Abril de 1922, entregou a execuçãõ do regímen sacarino da Madeira á Estaçãõ Agrícola da 9.ª Regiãõ, exceptuando as açúcar e álcool, privativas do Ministério das Finanças. A comissãõ técnica de fiscalizaçãõ do regímen sacarino da Madeira é, segundo o mesmo decreto, constituída pelo director da Estaçãõ Agrícola da 9.ª Regiãõ, pelo engenheiro da Circunscriçãõ Industrial e pelo chefe da Repartiçãõ Distrital de Fiscalizaçãõ.

Pretendeu-se, em Maio de 1922, fazer reviver o regime protecçionista, ou, pelo menos, garantir um preço remunerador para a cana, em troca da autorizaçãõ às antigas fábricas matriculadas para venderem o açúcar ao preço de 1\$65, mas apesar das coisas parecerem bem encaminhadas a principio, chegando a ser proibido pelo Governo o despacho de cerca de 600 toneladas de açúcar vindo do Brasil, finalmente nada chegou a ser decretado no sentido desejado pelos proprietários das mesmas fábricas, para o que muito concorreu a guerra que a essa pretensãõ fizeram um importante periódico da capital e também a diferentes classes da Madeira que, não vivendo da agricultura, só desejam que o açúcar era vendido por preços ao alcance de todas as bolsas.

Vid. Cana Sacarina e Hinton (Questãõ).

Provedor das Capelas V. Juiz dos Resíduos e Capelas (II-185).

Provedor do Concelho. Foi F. Januário Cardoso de Melo o primeiro, e cremos que o único individuo, que exerceu este cargo no Funchal, tendo sido nomeado por decreto de 21 de Junho de 1834 e tomado posse do mesmo cargo, nos Paços da Prefeitura da Província a 16 de Agosto do mesmo ano. Em 1835, passaram os provedores a ter a denominação de administradores do concelho.

Provedor da Fazenda. Era um dos funcionários mais graduados que existiam no Funchal, sendo subordinado ao Conselho de Fazenda, tribunal criado por Filipe II de Espanha, em 20 de Novembro de 1591, e confirmado por lei de 22 de Dezembro de 1761. Tinha a seu cargo a contabilidade da receita e despesa dos dinheiros públicos, e dirigiu a Alfandega do Funchal até 1775, como ficou dito a pág. 34 do vol. I deste Elucidário. A carta régia de 2 de Agosto de 1641 mandou que os juizes e oficiais da Câmara lhe prestassem auxilio sempre que preciso fosse, e determinou o mandado do Conselho da Fazenda de 11 de Janeiro de 1701 que pudesse chamar quaisquer oficiais ou soldados da milícia para depoimentos em matéria da fazenda real, independentemente de autorização do Governador. Podia mandar prender qualquer pessoa, sem licença do corregedor, e mandar vir da cadeia qualquer preso..., sendo assim preciso para qualquer diligencia da real fazenda, segundo se vê no mandado do Conselho da Fazenda de 10 de Março de 1735.

A Provedoria da Fazenda foi extinta por carta régia de 6 de Abril de 1775, sendo substituída pela Junta da Real Fazenda, a qual já nos referimos neste Elucidário.

O funcionário que desempenhava o cargo de provedor na época da extinção deste lugar, ficou sendo juiz da Alfandega, de harmonia era as determinações da Junta da Real Fazenda de 21 de Agosto de 1775. V. Junta da Real Fazenda.

Provedor da Fazenda dos Defuntos e Ausentes. Houve outrora este cargo no Funchal, tendo sido o corregedor José Caetano de Paiva Pereira, nomeado em 1804, o último provedor que tem o respectivo diploma registado nos livros da Camara Municipal.

Psilomelano. Hidrato de manganés. Encontra-se na ilha do Porto Santo.

Pterégio. Esta moléstia, a que também chamam unha do olho, foi apontada como frequente na Madeira, ha cerca de 170 anos, pelo dr. Heberden, médico ingles, tendo-nos declarado o dr. Alfredo Ernesto Rodrigues, distinto especialista em moléstias de olhos, que ela continua a aparecer em larga escala na ilha, sendo caracterizada por um engrossamento de parte da conjuntiva, que se manifesta quase sempre no angulo interno do olho (1921).

Q

Quadra (*D. Manuel de la*). Nasceu em Espanha no ano de 1835 e morreu no Funchal a 3 de Abril de 1903. De 1897 até a datas do seu falecimento, serviu como professor contratado na nossa Escola Industrial. Foi um distinto pintor retratista, existindo nesta ilha vários quadros a óleo devidos ao seu pincel.

Quarenta Mártires. Vid. *Azevedo (Beato Inácio de)*.

Quebradas. É principalmente devido à acção das chuvas que se dá com frequência nesta ilha o desabamento de terrenos que tem o nome vulgar de quebradas. Parece-nos que este vocábulo conserva entre nós uma significação especial, que é completamente desconhecida em outras regiões do nosso país. O notável acidentado do nosso solo em que vales profundos entestam com montanhas alterosas, favorecido por vários agentes atmosféricos, explica esse desabamento de rochas e terras, que por vezes abrange uma grande extensão e em algumas circunstâncias causa perda de vida e grandes prejuízos materiais. As estradas abertas nos flancos dos montes com rochas sobranceiras, são de vez em quando destruídos ou tornadas intransitáveis pelas quebradas que se despenham do alto. O mesmo acontece com as levadas de irrigação.

As chamadas fajãs (Volume II, pág. 7) quer do interior quer do litoral marítimo, tem como origem a queda de grandes quebradas. Estas já raramente caem, mas no inverno são frequentes as pequenas quebradas, que aí ocasionam estragos consideráveis. Muitas delas datam de época anterior á descoberta, como a do Jardim do Mar, havendo algumas de formação mais recente, como a do Lugar de Baixo (Volume II, pág. 285) e outras.

Quedas de Água. As mais conhecidas da ilha da Madeira são as seguintes: a do Eiró, perto da Fajã dos Padres; a do Ribeiro da Lombada do Esmeraldo; a do Ribeiro de S. Tiago, perto da Ponta do Sol; a do Ribeiro do Ledo, perto do Loreto; a do Paul do Mar; a de um dos afluentes da Ribeira do Tristão; a da Ribeira de João Delgado, perto do Seixal; as da Ribeira do Inferno; a de Água de Vento, no Seixal; as do Poço das Cales, Poço da Furna, Poço Pulido e Poço do Passassol, no vale de S. Vicente; a do Risco, no Rabaçal; as das proximidades do Serrado das Ameixieiras; a da Madre de Água, na Ribeira de Santa Cruz; as do Caldeirão Verde, do Silveira, do Lombo e outras na Ribeira de S. Jorge ou proximidades dela; as da Ribeira de João Gomes; as da Ribeira de Santa

Luzia, a maior das quais é a do Poço do Cabo da Ribeira; a do Ribeiro do Pisão, no Monte; e a do Ribeiro e da Lage, além do Ribeiro Frio.

Queima de Documentos Constitucionais. Tendo requerido o juiz do povo á Câmara Municipal do Funchal, em 29 de Setembro de 1833, que fizesse recolher e queimar publicamente «como actos indignos e vergonhosos dum povo fiel» todos os documentos e ordens emanados do Governo Constitucional, foi essa petição deferida pela mesma Câmara, realizando-se a cerimónia da queima no dia 4 de Outubro do dito ano, pelas 4 horas da tarde, no largo da Sé, na presença de muito povo e dos corpos militares de 1.^a e 2.^a linha. Os documentos queimados, segundo diz o Pregador Imparcial, foram «as actas das eleições e todos os demais autógrafos e procurações dos deputados substitutos», levantando o juiz de fora alguns vivas a D. João VI, rei absoluto, depois de terminada a cerimónia, os quais foram calorosamente acompanhados pelo povo.

Queimada. É um sítio povoado da freguesia de Água de Pena pertencente ao concelho de Machico. Neste sítio e no ano de 1924, mandou Francisco de Freitas Correia edificar uma capela dedicada a Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, a primeira desta invocação que se construiu na Madeira.

Queimada (Ponta da). Fica esta saliência da costa marítima situada entre as freguesias de Machico e Água de Pena.

Queimada de Cima (Rua da) Esta via publica estabelece comunicação entre a rua de João Tavira e a dos Ferreiros, ou do Comercio. Teve noutro tempo o nome de rua do Oliveira e depois o de rua Afonso Vaz.

Paralela a ela e a pouca distância, ficam, ao norte, a rua Gomes Freire (antiga rua do Bispo) e ao sul, a rua da Queimada de Baixo. Nestas ruas se encontra a maior parte dos estábulos destinados ao alojamento dos cavalos de aluguer e dos bois e muares empregados na condução dos carros e corsas. A imprensa local tem-se ocupado largamente e por muitas vezes da remoção destes estábulos da parte mais central da cidade, mas apesar disso e das diligências empregadas por algumas vereações, ainda não foi possível afastar dali aqueles verdadeiros focos de infecção, que tanto afeiam o local e muito concorrem para a insalubridade daquelas ruas (1921).

Queimadas. Sítio pitoresco na serra da freguesia de Santana, onde se encontra uma pequena casa de abrigo para os viandantes e que é ponto obrigado de passagem para os que pretendem visitar o surpreendente e arrebatador lugar do Caldeirão Verde, situado na freguesia de São Jorge.

Queimado (Pico). Lugar e elevação montanhosa sensivelmente equidistante do Lombo do Mouro e do Monte Medonho nos limites da freguesia da Ribeira Brava e de S. Vicente.

Quina Vermelha (*Cinchona succirubra, Pav.*). Rubiaceae dos Andes, do Peru e do Equador, introduzida na Madeira em 1867 pelo falecido botânico João Maria Moniz. De 20 exemplares que vieram então para a ilha, um só existia em 1909, numa quinta um pouco acima da igreja de Santa Luzia, onde florescia todos os anos, sem todavia dar sementes férteis. Algumas quinas que foram plantadas na freguesia do Monte, tiveram aí pouca duração. Segundo o falecido R. T. Lowe, as localidades da Madeira onde a cultura da quina vermelha se poderia ensaiar talvez com bom resultado, são as Ribeiras da Metade e da Boaventura, a Lombada das Vacas, em S. Vicente, o Montado dos Pessegueiros, na Ribeira do Inferno, a Ribeira Funda, nas vizinhanças do Seixal, etc., etc.. A *Cinchona calisaya*, mencionada numa obra sobre o clima da Madeira, como existindo no jardim do hospício da Princesa D. Maria Amélia, nunca foi cultivada na nossa ilha.

Quincentenário do Descobrimento da Madeira. Como em outro lugar já dissemos (V. a publicação intitulada *V Centenário do Descobrimento da Madeira*, pág. 2), adoptara-se geralmente a data de 1419 ou 1420 como a mais provável do descobrimento deste arquipélago, trilhando-se a esteira das antigas crónicas e nomeadamente a época que Gaspar Frutuoso fixara para esse acontecimento, que também, por sua vez, fora seguida pelo ilustre e erudito-anotador das Saudades da Terra. Em 1920, surgiu a publicação dum interessante opúsculo intitulado *O Reconhecimento da Madeira*, cuja autoria pertence ao advogado e jornalista Dr. Manuel Gregório Pestana Júnior, em que se abre uma nova rota para a fixação da data do descobrimento. Ter-se-ia então dado esse notável acontecimento no período decorrido de 1441 a 1425. Embora se possa discordar das conclusões a que chegou o Dr. Pestana Júnior, é no entretanto indiscutível que o seu trabalho representa um aturado e consciencioso estudo, que conduzirá porventura a novas investigações e talvez a mais seguras e terminantes afirmativas sobre o assunto.

A divergência de autorizadas opiniões acerca da fixação dessa data imemorable e o não ter realizado, por motivos que nos abstemos de classificar, a comemoração centenária do grande acontecimento no ano que as antigas crónicas lhe assinalaram, deixaram campo aberto para o adiamento da celebração do quincentenário do descobrimento, vindo finalmente a realizar-se essa comemoração

solene nos fins do ano de 1922.

Foi o major João dos Reis Gomes, um distinto filho da nossa terra e o mais ilustre dos seus escritores e jornalistas, que, no Diário da Madeira, de que é director (1921), lançou e advogou a ideia da celebração do centenário, que elaborou as bases dessa comemoração, que iniciou os seus actos preparatórios, que presidiu á direcção de muitos dos números do programa e que sempre acompanhou e superintendeu, ás vezes nos mais pequenos detalhes, em todos os trabalhos dos diversos festejos que se realizaram nesta cidade nos fins de Dezembro de 1922 e princípios de Janeiro de 1923. Se é certo que o major Reis Gomes foi a alma dessas comemorações festivas, é também indubitável que teve valiosos e dedicados auxiliares, por ele mesmo escolhidos, e que, identificando-se com o seu pensamento e com a sua acção, prestaram a celebração do quinto centenário da descoberta os mais brilhantes e assinalados serviços. Foram eles os antigos professores da nossa Escola Industrial - Cândido Pereira e Emanuel Ribeiro, actualmente em serviço nas escolas industriais da capital, que, pondo em relevo as suas eminentes qualidades de artistas, as suas grandes faculdades de trabalho e a incansável actividade de que são dotados, deram aos festejos um cunho indelével de magnificência, de brilho e de originalidade, que provocaram a maior admiração e os mais calorosos louvores, não somente dos madeirenses mas ainda de todos os forasteiros que, por aquela ocasião, visitaram a nossa ilha (1921).

Os festejos revestiram a maior imponência e o mais desusado brilhantismo, apesar da sistemática e obstinada recusa do governo da Metrópole e dos seus representantes neste distrito em aderirem e se associarem a essas patrióticas manifestações de regozijo. Ao governo central, corria especialmente a obrigação de decretar a oficialização das festas do centenário e de publicamente se associar a essas comemorações, pois que elas, mais que tudo, solenizavam o início glorioso das nossas descobertas e conquistas marítimas, único facto que verdadeiramente nos faz ocupar um lugar de destaque na historia da civilização dos povos modernos.

Como dissemos na breve Advertência Preliminar desta obra, entendíamos que esta celebração para ser completa, teria que revestir uma feição de carácter nacional e não se restringir apenas aos apertados limites duma consagração regionalista, a dentro do isolamento e da distancia a que ficam estas afastadas ilhas. Perderam-se ou foram de todo esquecidas as palavras com que na imprensa da capital se fez recordar o dever dessa comemoração, chamando-se especialmente a atenção da Academia das Ciências de Lisboa, e, de modo muito particular, da Comissão encarregada de promover a celebração dos centenários das nossas conquistas e descobertas, que existia e funcionava no seio da mesma Academia. Se a conquista de Ceuta, por ser a primeira realizada além das fronteiras continentais, mereceu uma condigna e solene comemoração, não podia também ser esquecido o descobrimento deste arquipélago que verdadeiramente assinala o ilícito da nossa brilhante odisseia de navegantes e de futuros dominadores dos mares

em ambos os hemisférios.

As bases do programa das festas centenárias, elaboradas pelo major J. Reis Gomes, foram as seguintes, que, nas suas linhas gerais, se executaram, a parte as pequenas modificações que as circunstâncias do momento aconselharam:

1.º – Recepção no Palácio do Governo Civil, no da Junta Geral e no da Câmara Municipal do Funchal.

2.º Romagem ao túmulo de Gonçalves Zargo, na igreja de Santa Clara.

3.º Baile da quinta Pavão, exibindo-se danças dos fins do século XV, executadas por pares trajando á moda dessa época.

4.º Serenata em barcos adornados no estilo da mesma época, realizada na enseada da Pontinha, no intervalo das duas partes que compõem o programa do baile indicado no n.º 3, - havendo fogos aquáticos e presos na fortaleza do ilhéu e iluminações delineando os contornos da Pontinha e desta ultima fortaleza.

5.º Recita de gala no teatro «Dr. Manuel de Arriaga, representando-se a peça regional Guiomar Teixeira, do major J. dos Reis Gomes cuja acção se refere aos primeiros tempos do Descobrimento, sendo a sala do espectáculos decorada em estilo medieval.

6.º Te-Deum na Catedral e, após o lançamento da primeira pedra para o monumento de J. Gonçalves Zargo, na Avenida «Dr. Manuel de Arriaga», cuja maquete, da autoria do escultor madeirense Francisco Franco, foi mandada executar e custeada pela Junta Geral do Distrito.

7.º Jogos hípicos da época comemorado no Campo do Almirante Reis.

8.º Jogos desportivos no mesmo campo.

9.º No campo do Dr. Miguel Bombarda, exposição retrospectiva dos antigos lagares engenhos e a1çapremas madeirenses empregados na industria do vinho e do açúcar, e feira de produtos agrícolas e industriais da ilha sobretudo vinhos, bordados, tecidos, obras de vimes e embutidos.

10.º Exposição na Escola Industrial António Augusto de Aguiar, de objectos históricos e artísticos, e de obras de artes aplicadas, produzidos na mesma escola.

11.º Iluminações e decorações da cidade, subordinadas ao estilo da época que se comemora.

12.º Grande cortejo com carros alegóricos de carácter histórico: o carro da descoberta (caravela do século XV) e o carro do Infante, além de outros representando as nossas indústrias principais: açúcar, vinhos, vimes, bordados, etc., etc..

Numa reunião selecta realizada no teatro «Dr. Manuel de Arriaga», foi nomeada a comissão iniciadora dos trabalhos da celebração do centenário, com os poderes necessários para a organização das diversas subcomissões que deveriam dirigir e fazer executar os variados números do brilhante programa, que nesta luzida e escolhida assembleia obteve a mais plena aprovação.

Além da Comissão de Honra e da Comissão Executiva, foram nomeadas as seguintes: Comissão Técnica e Directiva, Comissão Angariadora de Fundos, Comissão de Propaganda e Publicidade, Comissão de Obras, Comissão do Grande Cortejo Histórico, Comissão de Solenidades Religiosas, Comissão Teatral, Comissão do Baile, Comissão de Ornamentações Publicas Comissão de Turismo e Recepção a Forasteiros Comissão de concelhos e festas musicais Comissão da Exposição Industrial e Feira, Comissão da Exposição Bibliográfica e de Produtos da Escola Industrial, Comissão de Festejos Desportivos, Comissão de Festejos Náuticos e Comissão de Jogos Hípicos e Cavalhadas.

A Comissão de Honra ficou composta dos Srs. Governador Civil, Comandante Militar Coronel João Maria Ferraz, Bispo Diocesano D. António Manuel Pereira Ribeiro, Senadores César Procopio de Freitas, Vasco Crispiniano da Silva e Vasco Gonçalves Marques, Deputados Américo Olavo Correia de Azevedo. Carlos Olavo Correia de Azevedo, Juvenal Henriques de Araújo e Pedro Gois Pita, Presidente da Junta Geral Vasco Gonçalves Marques e Presidente do Senado do Funchal João Joaquim Teixeira Jardim.

Da Comissão Executiva faziam parte os Srs. Adolfo João Sarmiento de Figueiredo Alberto Artur Sarmiento, Ciriaco de Brito Nobrega, padre Fernando Augusto da Silva, Fernando Tolentino da Costa, João dos Reis Gomes e Leandro Antonio do Rêgo.

Muitos cavalheiros e individualidades em destaque no nosso meio, em numero superior a cem, constituíram as diversas comissões dos festejos, tendo alguns dos seus membros desenvolvido uma actividade que não podia ser excedida e um zelo e dedicação dignos

do mais alevantado elogio. Além do major João Reis Gomes, Cândido Pereira e Emanuel Ribeiro, a que já acima nos referimos com o mais justificado louvor, merece especial menção o comendador Adolfo Sarmento de Figueiredo, que foi um dos mais valiosos e prestantes auxiliares que teve a celebração das festas centenárias.

Vamos dar uma rápida resenha dos principais números do programa realizados, não podendo descer-se a grandes detalhes e a uma pormenorizada descrição, porque isso nos levaria muito longe e excederia demasiadamente os limites que nesta obra podemos consagrar aos diversos assuntos nela tratados.

As comemorações do centenário começaram no dia 29 de Dezembro de 1922 e terminaram no dia 4 de Janeiro de 1923.

Alguns dias antes do inicio dos festejos, apareceu a publicação intitulada V Centenário do Descobrimento da Madeira de que foi encarregada a Comissão de Propaganda e Publicidade. É um opúsculo in fol., de 60 paginas, que contém colaboração de Jordão Henriques, padre Fernando A. da Silva, Jaime Câmara, Carlos Azevedo de Meneses, Adolfo César de Noronha, Alberto Artur Sarmento, Luís de Ornelas Pinto Coelho, Manuel Ribeiro, Manuel Sardinha, padre Eduardo Pereira, Manuel Pestana dos Reis, J. Reis Gomes, Vitorino José dos Santos e Eduardo Antonino Pestana. Foi publicado sob a direcção dum dos redactores deste Elucidário, devendo aqui dizer-se que alguns dos artigos contidos no V Quinto Centenário do descobrimento da Madeira foram extraídos do mesmo Elucidário e devidos á pena dos autores desta obra.

Começaram os festejos por um solene Te Deum na Sé Catedral, que foi imensamente concorrido, subindo ao púlpito o distinto orador sagrado rev.º padre José Marques Jardim que pronunciou um notável discurso que agradou a todos os assistentes, entre os quais se viam muitos dos tenerifenhos (**V. este nome**) que na véspera, 28 de Dezembro, tinham chegado ao Funchal, o corpo consular, a officialidade do contra-torpedeiro Guadiana, vários officiais da guarnição da cidade, as corporações administrativas, a academia funchalense, etc.. Presidiu á cerimónia o Prelado Diocesano D. António Manuel Pereira Ribeiro, acolitado pelos cónegos Manuel A Miranda e Manuel Mendes Teixeira, tendo a musica do coro sido executada por uma schola numerosa, acompanhada duma excelente orquestra.

Em seguida ao Te Deum, organizou-se o cortejo que se dirigiu á igreja de Santa Clara onde está o túmulo de João Gonçalves Zargo, pronunciando aí o Dr. Antonino Pestana um patriótico discurso, em que lembrou á mocidade a conveniência de aproveitar os ensinamentos que se colhem na leitura da biografia do grande descobridor da Madeira.

Na volta de Santa Clara, ao chegar o cortejo ao local em frente da antiga Entrada da Cidade, onde vai levantar-se a estátua de Zargo, usou da palavra o Dr. Juvenal de Araújo, que numa curta mas brilhante alocução soube inflamar os corações dos que o ouviram falando depois o alcaide de Santa Cruz de Tenerife D. Antonio Orosco Baptista, que lembrou a conveniência de cada vez se estreitarem mais as relações de amizade e comerciais entre portugueses e espanhóis.

Terminado o discurso do ilustre tenerifenho, que é catedrático da faculdade de Direito da Laguna, benzeu o prelado D. António Manuel Pereira Ribeiro, acolitado pelos dois já referidos cónegos, a pedra que será a primeira dos alicerces do futuro monumento de Zargo, fazendo-se ouvir por essa ocasião o hino nacional.

Nos dias 29, 30 e 31 de Dezembro, representou-se no teatro «Dr. Manuel de Arriaga», sendo muito aplaudido, o drama Guiomar Teixeira, do distinto escritor major João dos Reis Gomes, e, no dia 30, teve lugar a inauguração da feira e da exposição agrícola, que se realizaram, não no local primeiramente escolhido, mas na Praça do Marquês do Pombal, as quais foram muito visitadas por pessoas de todas as categorias sociais.

A feira pouco interesse ofereceu por causa do limitadíssimo numero de artigos que nela apareceram, mas na exposição figuraram muitas produções agrícolas madeirenses dignas de atenção, sendo para lamentar que elas não se achassem cientificamente classificadas para serem facilmente reconhecidas pelos estrangeiros.

Assistiram á inauguração da feira e da exposição agrícola, os ilustres tenerifenhos D. Andrés Orosco Batista e o coronel da guarnição de Tenerife, D. Galdador Garcia y Rodriguez de Aumente, que usaram da palavra depois do discurso pronunciado pelo engenheiro-agronomo Aurelio Botelho Moniz.

A exposição bibliográfica e artística inaugurada no dia 30 de Dezembro na Escola Industrial, á rua de João Tavira, foi um dos números do programa das festas que mais interesse despertou na elite da população funchalense. A curiosa janela, em estilo manuelino, que pertenceu a casa onde se diz ter habitado Colombo, a rua do Esmeraldo, estava armada no pátio do edificio da escola, e o celebre montante de Zarco, com cerca de metro e meio de comprimento, via-se sobre uma mesa, na primeira sala á esquerda da escadaria. Numerosas publicações nacionais e estrangeiras, quase todas pertencentes á Biblioteca Municipal, se viam na mesma sala, encontrando-se nos restantes compartimentos varias cartas da Madeira, Porto Santo e Desertas, muitos quadros reproduzindo

sítios pitorescos da ilha e usos e costumes dos seus habitantes, os retratos de Zargo, do provedor da Misericórdia Forjaz Coutinho, do fundador do convento da Encarnação, etc., vários quadros a óleo dos pintores madeirenses Migueis e H. Franco, muitos trabalhos de embutidos de incontestável merecimento, etc., etc..

O cortejo histórico que se realizou no dia 4 de Janeiro revestiu a maior imponência, e foi imensamente apreciado, não só pela população funchalense, mas também pelos ilustres tenerifenhos que se demoraram alguns dias entre nós para assistir às festas do quinto centenário do descobrimento da ilha.

Esse cortejo, disse o *Diário da Madeira*, «foi sem duvida alguma, a festa que deu a melhor medida da intensa vibração que percorreu toda a cidade, pejudas as ruas com os seus habitantes e com uma enorme multidão de forasteiros.

«Á passagem dos carros alegóricos, lê-se ainda no mesmo jornal, tanto adejavam os galhardetes e bandeiras, como acenavam os lenços e chapéus, como palpitavam as mãos pelas alas e janelas, palmejando a obra e os seus delineadores e artistas.

«O Carro das Nações, oferecido pelos cônsules e de que foi a alma-mater o ilustre representante do Brasil, com o concurso mais próximo do mui digno representante de Espanha, e o decidido apoio do restante corpo consular, era dum efeito soberbissimo, como decoração e como alegoria.

«Os carros dos vinhos, do açúcar, dos vimes e bordados, vincando, pelo seu pitoresco regional ou pela linha artística, pela mancha de cor ou pelo conjunto ornamental, a antiguidade, a riqueza, o valor e o progresso das respectivas indústrias, constituíram, uns pela sua significação, outros pela sua beleza, uma grata valorização das principais fontes da vida económica da Madeira.

«A mancha ideal de cor que ao Carro dos Bordados emprestava os trajos antigos da nossa camponesa, envolvendo formosas meninas da nossa sociedade que se ofereceram para ocupar o posto deixado vago pelas genuínas bordadeiras, foi uma das mais radiosas fluorescências do cortejo, e uma das suas notas mais emotivas e simpáticas...

«Figurou também nesse imemorável cortejo o Carro dos Desportos, que, em contraste com a característica antiga, e mais ou menos austera das nossas indústrias, encerrava em si uma nota original de mocidade e de força assinalando a desenvolvida existência na Madeira duma nova fonte de vitalidade e do rejuvenescimento físico e moral.

Abriam e fechavam o ambulante certame, respectivamente os dois carros históricos: o Carro da Descoberta e o Carro do Infante: a caravela San Lourenço, símile da que nos encontrou e nos deu à civilização e ao mundo, e o carro do austero e sábio D. Henrique, o iniciador e propulsor da Grande Navegação portuguesa.

«Essa pequena nave nos moldes mais exactos encontrados nos documentos do tempo não tem apenas para nós uma significação de alegoria; na sua elegante arquitectura, nos seus processos e detalhes construtivos, no poder de evocação das suas linhas, no encanto das suas proporções e no sentimento com que se arqueiam os seus lances e cavernas, representa a indagável tradição do engenho e competência dos nossos primeiros calafates, dos que, nesta ilha e no local - mais aquém ou mais além – onde o famoso barco foi erecto, construíram com as madeiras primitivas, os navios de alto bordo que partiram á aventura, deste foco radiante da navegação descobridora.

«Mestre Luís Basilio teve como ancestral, porventura, um grande mestre carpinteiro de enxó dos que, ao tempo das descobertas, alinhavam quilhas e arredondavam bojos, ali pelas vizinhanças da antiga rua da Boa Viagem.

«Do arsenal que hoje proficientemente dirige, têm saído os nossos melhores e mais airosos veleiros. A sua caravela, apresentada no cortejo como um precioso e sugestivo carro histórico, é uma documentação eloquente e viva da perfeição alcançada mesmo fora dos modernos moldes – pela arquitectura naval madeirense.

«O carro de homenagem ao criador da fecunda Escola de Sagres é, na sua parte escultural e modelação decorativa, obra do distinto escultor português Sr. José Pereira, que assinou tanto o maravilhoso busto do Infante como as formosíssimas estátuas da Navegação e da Historia apoiadas ao corpo central do Carro. É obra dum grande artista e dum verdadeiro português.

«Incumbia-lhe, pela sua generosidade, pelo seu alto valor de arte e pela sua representação, encerrar a pomposa e patriótica procissão. A sua magnificência faz esquecer todos os carros alegóricos até hoje apresentados na nossa capital. A própria Caravela do Centenário Henriquino, exposta no átrio da Sociedade de Geografia de Lisboa, pelas suas dimensões, modelação e acabamento pode, á vista da nossa San Lourenço, considerar-se, sem favor, como um mero brinquedo de crianças.

«A passagem do Carro do Infante produziu em todos os pontos do percurso um intenso ressoar de exclamações nascidas da mais comovida e singela admiração».

Incorporaram-se no cortejo representantes da imprensa, dos vários ramos do comercio e industria, das corporações administrativas, do cabido da Sé Catedral, da classe medica, da magistratura, do professorado primário e secundário, do exército e da marinha, etc., bem como a comissão das festas do Quinto Centenário do Descobrimento da Madeira.

Precedia o cortejo uma banda de musica e outra o fechara. A banda de infantaria n.º 27 não figurou nos festejos e os edificios pertencentes ao Estado não puseram luminárias, apesar de se tratar de comemorar um facto que representa uma glória nacional. O navio espanhol Viera y Clavijo embandeirou em arco durante os festejos, mas igual atenção não teve o vaso de guerra português Guadiana, que na ocasião se achava ancorado no porto do Funchal.

O fogo de artifício que se queimou nas proximidades do Reid's Palace Hotel á entrada do ano de 1923 foi verdadeiramente deslumbrante, e deslumbrantes foram também as iluminações na cidade desde 29 de Dezembro até 3 de Janeiro, sobressaindo as das avenidas de Gonçalves Zargo e do Dr. Manuel de Arriaga, dos largos da Sé e do Comercio, das ruas de João Tavira, do capitão-tenente Carvalho de Araújo e do Comercio, etc., etc.. Ao princípio da avenida de Gonçalves Zargo erguia-se um soberbo arco de triunfo feito de madeira pintada, em que se viam as armas da cidade, as caravelas em mar proceloso e uns leões em atitude combativa.

Nas festas do quinto centenário do descobrimento da Madeira foram incontestavelmente as mais importantes e majestosas que se tem realizado na ilha, podendo afirmar-se que se efectuaram só com os recursos da terra, pois que o Governo, como já se disse, nada fez para auxiliá-las.

Não quiseram os madeirenses assumir a responsabilidade de deixar passar despercebida uma das datas mais notáveis da nossa historia, e bom foi que assim acontecesse para mostrarmos a nacionais e estrangeiros que também nos desvanecemos com as glórias da pátria e que não há dificuldades que não saibamos vencer, em se tratando de rememorar os acontecimentos que mais concorreram para dar ao nosso país a merecida celebridade de que gozou noutras épocas.

Quinta. Sítio povoado da freguesia da Caniço. Havia ali uma quinta ou casa de campo e ainda existe a capela de Nossa Senhora da Consolação, pertencas do morgadio ali criado, nos fins do século XV, por Álvaro de Ornelas, que era uma das mais antigas instituições vinculares da Madeira e que teve como último representante o conselheiro Aires de Ornelas (1866-1930). A capela da

Consolação foi construída por Aires de Ornelas e Vasconcelos pelos anos de 1591 e reedificada por meados do século XVIII (**V. Garajau e Jangão**).

Quinta. Sítio do povoado da freguesia da Quinta Grande. Fica neste sítio a Quinta do Pomar e nela uma capela da invocação de Santo António, fundada pelo padre António Silvino Gonçalves de Andrade no ano de 1883, e ali também se encontra uma escola oficial de ensino primário. Neste sítio, onde chamam a Ponta da Quinta, existiu uma pequena ermida dedicada à Virgem Nossa Senhora, de que já nem restam vestígios.

Quinta das Cruzes. Nos artigos *Moradias de Zargo e Padrões Memoráveis*, ficou já esboçada uma ligeira notícia histórica acerca desta antiga casa solarenga, que proximamente se relaciona com a história do nosso arquipélago.

Aproveitando-se o generoso oferecimento de um conhecido coleccionador de preciosas antiguidades e valiosos objectos de arte, resolveu a Junta Geral do Distrito criar um Museu de Arte Antiga a instalar nessa quinta de tão nobres tradições, dotando-se assim a nossa terra com um grande melhoramento na esfera da cultura geral do espírito, na vulgarização de apreciáveis conhecimentos artísticos e ainda de atractivo para os forasteiros que frequentemente nos visitam.

Quinta das Freiras. Sítio povoado da freguesia de Santo António do Funchal. Encontrava-se neste sítio a capela de Nossa Senhora das Brotas, fundada em 1678 por Manuel Martins Brandão, de que ainda existe um montão de escombros. Nela se acha o Cemitério Paróquial, construído em 1839 e muito ampliado no ano de 1903. Tem este cemitério capela privativa edificada no ano de 1844 e consagrada a Nossa Senhora da Luz.

Quinta Grande (Freguesia da). Nas *Saudades da Terra* se lê: «chegando (João Gonçalves Zargo) a um alto sobre Câmara de Lobos, traçou ali onde se fizesse uma igreja do Spirito Santo. Passando mais abaixo a humas serras muito altas, ali traçou outra igreja da Vera-Cruz; e todos estes altos tomou para seus Herdeiros». Estas serras altas e a igreja da Vera-Cruz (**V. este nome**) constituem hoje parte integrante da freguesia da Quinta Grande.

Uma considerável extensão dos terrenos que formam a actual paróquia fazia primitivamente parte da freguesia da Ribeira Brava, e a restante da freguesia de Câmara de Lobos. Quando por meados do século XVI se criou a paróquia do Campanário, a esta ficou

pertencendo a parte da Quinta Grande que estava então incorporada na jurisdição da freguesia da Ribeira Brava.

Entre as propriedades que os jesuítas possuíam nesta ilha, destacava-se a que ficava situada na freguesia do Campanário e que, pela sua extensão e importância, era conhecida pelo nome de Quinta Grande. Estes terrenos como já fica dito, pertenceram primitivamente ao descobridor João Gonçalves Zargo e passaram à posse de alguns dos seus descendentes, ignorando-se quando foram por estes alienados e quando deles foi feita doação ou venda aos membros da Companhia de Jesus. Os jesuítas foram desapossados desta propriedade por ocasião do confisco de todos os seus bens, feito no ano de 1759, tendo nos anos seguintes sido dada de arrematação a renda do mesmo prédio, até que no ano de 1770 foi vendido em hasta pública e arrematado por João Francisco de Freitas Esmeraldo pela quantia de 140:000 cruzados, ou sejam 56:000\$00, o que era uma importância bastante avultada para a época. Suspeitamos que nesta compra iria incluída a propriedade chamada Fajã dos Padres (Volume II, páginas 6), mas não podemos afirmar duma maneira indubitável que assim tivesse sido.

Talvez não seja hoje fácil determinar com inteira precisão os limites dos terrenos pertencentes aos jesuítas, que tinham o nome de Quinta Grande, passando esta a ser a denominação da futura paróquia que, por ocasião da criação do curato, foi mais largamente ampliada na sua área. Uma pergunta ocorre fazer: quando os jesuítas adquiriram esta propriedade já teria ela o nome de Quinta Grande, ou ser-lhe-ia dado esse nome ao passar á posse daqueles religiosos, por constituir um dos maiores prédios que tinham nesta ilha? Tem-se geralmente adoptado a versão de que foram os jesuítas que deram a esta propriedade o nome de Quinta Grande e não conhecemos as razões que contrariem esta afirmativa.

Tendo-se formado um núcleo de população de relativa importância entre as paróquias do Campanário e de Câmara de Lobos, e tornando-se muito difícil acudir com os socorros espirituais àquela povoação, determinou o bispo diocesano D. Fr. Joaquim de Meneses e Ataíde, por sua provisão de 8 de Fevereiro de 1820, estabelecer um curato com sede na capela de Nossa Senhora dos Remédios, cuja área abrangeria os 93 casais dos sítios da Vera-Cruz e Fontainhas, pertencentes ao Campanário, e os 41 casais dos sítios da Cama do Bispo e da Cadeirinha, pertencentes a Câmara de Lobos. No próprio mês da sua criação, foi provido este curato na pessoa do padre Felisberto de Gouveia, ficando a jurisdição do mesmo curato dependente dos párocos das duas freguesias vizinhas, que cederam os seus terrenos para formação desta capelania curada. Parece que o pároco do Campanário exerceu sempre nela uma mais ampla jurisdição, terminando por absorver toda a superintendência nos serviços religiosos do curato.

Isto, porém, só durou até o ano de 1848, em que, por carta régia de 24 de Julho do mesmo ano, foi o curato da Quinta Grande

elevado à categoria de paróquia autónoma, tendo o respectivo cura de então, Manuel Joaquim Serrão, sido nomeado primeiro pároco encomendado. Exerceram sucessivamente funções paroquiais nesta freguesia os padres António Silvino Gonçalves de Andrade, António Feliciano de Freitas, José Isidoro Gonçalves, João Fernandes de Freitas, Agostinho Teodoro Pita, António Rodrigues Denis Henriques, Eugénio Rodrigues Teixeira e Augusto Prazeres dos Santos. O primeiro pároco colado foi Agostinho Teodoro Pita, no ano de 1862.

Dentre estes párocos, merece uma especial referência o padre António Rodrigues Denis Henriques, que durante 46 anos pastoreou esta freguesia, dando sempre o exemplo da vida mais austera, do mais acendrado zelo e do maior desinteresse no exercício do seu ministério. A ele se deve a reconstrução da actual igreja, e prestou outros importantes serviços á paróquia. Nasceu na freguesia de Câmara de Lobos a 2 de Setembro de 1833 e ali faleceu a 6 de Janeiro de 1922.

Na Quinta Grande existia a capela de Nossa Senhora dos Remédios, que foi a sede do curato estabelecido em 1880 e que serviu também de sede á freguesia. Teve preferência á da Vera-Cruz, por mais central e talvez ainda por outras circunstancias que desconhecemos. A sua construção data de 1601, tendo no decorrer dos tempos sofrido algumas alterações, sobretudo no ano de 1901, em que foi notavelmente acrescentada. É o centro duma concorrida romagem em honra de Nossa Senhora dos Remédios, que é o orago da paróquia, realizando-se a romaria com enorme afluência de pessoas das freguesias circunvizinhas, no segundo domingo de Setembro de cada ano.

Das capelas desta freguesia, falaremos em outro lugar desta obra.

Os sítios principais são: Igreja, Aviceiro, Cama do Bispo, Ribeira do Escrivão, Quinta, Fontes, Lombo Vera-Cruz e Fontainhas. Este ultimo sitio é muito pitoresco e digno de ser visitado.

Tem esta freguesia uma escola oficial criada em Abril de 1914.

A sua população é de 996 habitantes (1921).

Quinta Lambert. Vid. *Lambert (Quinta)*.

Quinta do Leme. Sítio povoado da freguesia de Santo António do Funchal. Existe ali um antigo solar e capela anexa, que foram sede do morgadio dos Lemes, instituído por Pedro de Leme antes de 1550, tendo sido o último representante directo Francisco Aurélio da Câmara, que, morrendo sem descendência, passou a administração desta casa vinculada a seu sobrinho João de Carvalhal Esmeraldo, I.º conde do Carvalhal. A capela dedicada ao mártir São Filipe, foi construída em 1536 por António de Leme e reedificada em 1654 por Inácio da Câmara Leme, sendo ainda reconstruída, bem como a casa solarenga adjunta, no ano de 1752, em virtude do estado de grande ruína, em que a deixara o terramoto de 1748. Estando há anos profanada, foi restituída ao exercício do culto do ano de 1942.

Quinta do Monte. No sítio do Pico, freguesia de Nossa Senhora do Monte, encontra-se a quinta deste nome, também conhecida por Quinta Cossart, que é uma das mais sumptuosas vivendas da Madeira, da qual já demos breve noticia a paginas 461 do volume II deste Elucidário.

Tornou-se muito conhecida e é bastante visitada desde o tempo em que ali viveu alguns meses e ali terminou a sua existência, a 1 de Abril de 1922, o imperador Carlos de Áustria. Na casa da respectiva residência, foi construída há poucos anos por Luiz da Rocha Machado, seu actual proprietário, uma formosa capela da invocação do Sagrado Coração de Jesus consagrada á memória do malogrado e saudoso imperador. Tinha chegado à Madeira com sua esposa, a imperatriz Zita, a bordo do cruzador inglês Cardiff no dia 10 de Novembro de 1921, fixando residência na «Vila Vitoria», dependência dos Hotéis Reid. Com a chegada dos príncipes, filhos dos imperadores, ao Funchal a 2 de Fevereiro de 1922, foi toda a família imperial estabelecer moradia na (quinta do Monte no dia 18 do mesmo mês e ali sucumbiu o desventurado imperador, como fica dito, a 1 de Abril daquele ano. No dia 5, foi sepultado numa capela lateral da Igreja Paroquial do Monte, onde ainda se encontram os seus restos mortais, tendo o falecimento e o funeral do imperador despertado em toda a população do Funchal os mais profundos sentimentos de pesar, que tomaram a feição dum verdadeiro luto nacional. A imperatriz Zita saiu da Madeira, acompanhada de seus filhos a 19 de Maio de 1922.

Quinta do Palheiro. Vid. *Palheiro (Quinta do)*.

Quinta da Palmeira. Vid. *Palmeira (Quinta da)*.

Quinta dos Reis. Sítio povoado da freguesia do Monte. Neste sítio, sobre um pequeno morro, levanta-se, lembrando um antigo

castelo roqueiro, um velho solar com uma capela anexa, dedicada aos Santos Reis Magos e construída em 1554 por Duarte Mendes de Vasconcelos. Também se encontra neste sítio uma capela da invocação do Menino Jesus.

Quinta do Salvador. Sítio povoado da freguesia de Nossa Senhora do Monte e nele se encontra a excelente vivenda da Quinta da Paz, que tem anexa uma capela dedicada a Nossa Senhora do Livramento.

Quinta de Santo António. Sítio povoado da freguesia do Estreito de Câmara de Lobos. Existe ali uma capela dedicada a Santo António, edificada no ano de 1705 por Inácio Viana do Rego, com casa solarenga adjunta, que pertenceu ao morgadio dos Heredias, de que foi ultimo representante o visconde da Ribeira Brava.

Quinta Vigia. Vid . *Vigia (Quinta da) e Sanatórios.*

Quintal. Manuel Tomas aponta este apelido de família no seu poema a *Insulana*. Em 1662, vivia no Funchal Diogo da Costa Quintal, que fundou a capela de Nossa Senhora das Angústias.

Quintas. Parece-nos que a palavra quinta tem entre nós uma significação especial, que notavelmente a distingue do sentido em que em geral é tomada no resto do nosso país. Este termo, na Madeira, costuma designar uma propriedade rústica e urbana, de maior ou menor extensão, murada em todo o seu perímetro ou ao menos numa parte considerável dele, contendo sempre uma boa casa de habitação, rodeada de jardins e passeios assombreados com maciços de árvores. Dá-lhe acesso uma porta gradeada de ferro, de certo aparato arquitectónico, comunicando com um passeio, que directamente conduz á residência. Muitas quintas há que abrangem terrenos cultivados de vinha e cana-de-açúcar, hortas, pomares e arvoredos. Algumas delas possuem construções destinadas a diversos serviços agrícolas, estábulos e habitações dos caseiros, tendo as mais antigas, além da casa nobre de moradia, uma capela adjunta, outrora para uso privativo dos seus proprietários.

A mais importante e sumptuosa quinta desta ilha é a do Palheiro Ferreiro, de que já demos a noticia a páginas 43 deste volume, e a seguir é a chamada Quinta do Monte, na freguesia deste nome de que também já noutra lugar nos ocupámos (Volume II, página 461).

Depois destas, merecem referência especial a *Quinta Lambert* (Ver este nome) e a da Vigia, a das Cruzes (Ver *Moradias de Zargo*); a de S. João, na rua das Maravilhas, antigo solar dos morgados de S. João, tendo o seu actual proprietário, dr. Rui Bettencourt da Câmara, feito ali edificar a capela de Nossa Senhora do Amparo e dos Remédios no ano de 1940, a do Vale, na rua do Vale Formoso, que possuiu noutras épocas curiosas plantas de que se ocuparam o Dr. Lippold, em 1838, e o Dr. Heer, em 1852, sendo o Dr. Grabham o seu actual proprietário (1921); a da Levada e a de Santa Luzia, esta pertencente á família Blandy e aquela á família Cossart; a da Palmeira, pertencente a H. Hinton e de cuja vegetação se ocupou Harcourt (Ver este nome); a da Mãe dos Homens, no Caminho do Meio que é proprietário o visconde de Caçongo; a quinta Magnolia, á travessa do Dr. Pita; a quinta Olavo, ao caminho dos Saltos; a quinta Pavão, na rua da Imperatriz; a das Maravilhas, no fim da rua deste nome; a do Til, no caminho deste nome; a do Deão, também denominada quinta Stoddart por nela ter residido o cônsul inglês deste nome e á qual os ingleses costumam chamar The Deanery (V. Junta Governativa); a da Achada, no caminho deste nome, pertencente outrora á família inglesa Penfold; a da Bela Vista, no sitio da Nazaré, em S. Martinho, a quinta Sant'Ana, no caminho do Monte, hoje propriedade do Governo por ter feito parte dos bens da Companhia dos Sanatórios; as quintas do Prazer e de Belo Monte, em Nossa Senhora do Monte, que foram ambas propriedade do antigo cônsul inglês Murray e pertencem, hoje a primeira a Alfredo Guilherme Rodrigues, que nela tem instalado o «Monte Palace Hotel» (1921) a quinta das Laginhas, a da Cova e a do Pico da Pedra, todas três na mesma freguesia; a do Miradouro, na Choupana; a da Choupana, que se diz ter dado o nome ao local onde está situada, a do Visconde de Caçongo, no mesmo sitio; a do Pico do Infante; a de Vale Paraíso, pertencente ao visconde deste título e que é das mais belas e vastas da freguesia da Camacha, havendo sido o seu primeiro proprietario o inglês Randall; a quinta Ornelas, acima da igreja da mesma freguesia e pertencente ao actual representante dos morgados do Caniço (1921); a dos Tanquinhos, no Caminho do Palheiro, que é propriedade dos herdeiros do Dr. José Antonio de Almada; a da Alegria, no sitio deste nome, em São Roque, pertencente aos condes de Torre Bela; a do Barão da Conceição, no Caniço, pertencente ao Dr. Nuno Ferreira Jardim (1921); as quintas do Seixeiro, Aloisio, Bianchi e Serrado das Ameixeiras, em Santo Antonio da Serra; etc., etc..

Quinto. Contribuição que se pagava outrora na Madeira e de que já falámos a páginas 304 do volume I desta obra no artigo Contribuições.

Além do quinto, extinto pela lei de II de Setembro de 1861, houve em remotos tempos o chamado quinto dos açucares, a que nos referimos a páginas 14 e seguintes do mesmo volume, o qual acabou com o alvará de 15 de Outubro de 1688, passando desde então a cobrar-se o oitavo dos açucares produzidos na terra.

O quinto dos açúcares foi estabelecido pelo foral de 6 de Agosto de 1515, transcrito a páginas 494 das Saudades da Terra, tendo os mesmos açúcares estado sujeitos antes disso ao pagamento do quarto, como se vê do mesmo foral.

Por um contrato celebrado em 1452 e transcrito a páginas 665 da mesma obra, exigia o Infante para si a terça parte de todo o açúcar fabricado no único engenho que então existia na ilha!

Quintos e Oitavos. Nos artigos respeitantes à Ilha do Porto Santo, demos já breve noticia acerca do celebre decreto de 13 de Outubro de 1770, conhecido pelo nome de «Quintos e Oitavos», e para ela remetemos o leitor.

Quintos (J.W.J). E.: *Het Eiland Madera Croningen*, 1866, folheto.

Quinzena Religiosa. Iniciou a sua publicação a 1 de Janeiro de 1901 e suspendeu a 15 de Setembro de 1910, dando 230 números. Reapareceu em Fevereiro de 1911 e suspendeu em Janeiro de 1912, tendo sido publicados 24 números.

R

Rabaça (*Apium Nodiflorum*). Umbelifera com folhas penatissectas e umbelas sésseis ou quasi sésseis, frequente nas águas correntes e estagnadas. As suas folhas podem ser comidas em salada.

Rabaçal. Acerca deste sítio, serras e levadas do mesmo nome e outras circumstancias apreciáveis, que lhes dizem respeito, veja-se o desenvolvido artigo *Levadas*, a páginas 235 e seguintes do volume II deste *Elucidário*.

Rabanete (*Raphanus sativus var. radícula*) Crucifera cultivada nas hortas madeirenses. As suas raízes carnudas e rosadas ou vermelhas comem-se cruas e têm um sabor picante, bastante agradável.

Racsvitze (Dr.) Vid. *Expedições científicas* a paginas 428 do volume I.

Raddi (*Giuseppe*). Botânico italiano nascido em Florença a 9 de Julho de 1770 e falecido em Rodes a 6 de Setembro de 1829. Visitou a Madeira por ocasião da sua viagem ao Brasil, tendo escrito um pequeno trabalho intitulado *Brevi Osservazioni sull' Isola di Madeira* (Florença, 1821).

Radical (*O*). Publicou-se o primeiro numero a 9 de Março de 1911 e o ultimo a 2 de Junho de 1915, dando 209 números.

Raias São conhecidos por este nome diversos peixes dos géneros *Raja* e *Myliobatis* que vivem nos mares da Madeira, sendo todas elas de inferior qualidade e algumas totalmente desprezadas pelos pescadores.

Rainha (*Praça da*). V. *Praça da Rainha*.

Raio da Madeira (*O*). Saíram 73 números, sendo o primeiro a 9 de Setembro de 1864 e o último a 8 de Fevereiro de 1866.

Raiva. Por meados do ano de 1892, apareceu no Funchal uma doença que vitimou muitos cães e á qual se afirma terem também sucumbido algumas pessoas residentes nesta ilha. A população ficou em extremo sobressaltada, pois se tratava dum morbo completamente desconhecido entre nós e que não só atacava os animais como também alguns indivíduos da espécie humana. A aumentar este natural sobressalto, vinho o estado de indecisão dos médicos madeirenses, que não tinham opiniões conformes sobre o diagnostico da enfermidade, devido principalmente á falta dos respectivos exames bacteriológicos, que de modo algum se podiam fazer na Madeira.

A imprensa local prestou nesta conjuntura um importante serviço, não só pedindo enérgicas e imediatas providencias, mas pondo de sobreaviso os habitantes com respeito aos perigos que podiam resultar da mordedura dos cães, como ainda da necessidade que havia de sequestrá-los e pô-los em condições de não transmitirem o mal a qualquer pessoa ou outros animais.

Devido ás instâncias do governador civil do distrito, de então, o engenheiro Luís Merens de Távora, enviou o governo da Metrópole à Madeira o distinto medico veterinário António Roque da Silveira, encarregado de estudar a doença que aqui se manifestara e de indicar o meio de a debelar. Este veterinário chegou ao Funchal a 8 de Outubro de 1892 e logo iniciou os seus estudos, aproveitando desde logo e no mesmo dia em que desembarcara alguns trabalhos já anteriormente realizados com a inoculação em coelhos de uma emulsão do bolbo de cães mortos pela moléstia. As novas inoculações a que procedeu, os exames microscópicos que fez, o demorado estudo clínico a que se entregou e ainda outros trabalhos a que diligentemente procedeu levaram ao seu animo á convicção de que a hidrofobia existia na Madeira, apesar de alguns distintos médicos madeirenses serem de opinião que não era de carácter rábico a epizootia que se manifestara nos caninos desta ilha.

Roque da Silveira diz que a raiva foi importada, e aceita como provável a opinião das pessoas que afirmam que no mês de Maio de 1892 desembarcara no Funchal um estrangeiro acompanhado de dois cães e que ao voltar para bordo, poucas horas depois, era apenas seguido por um desses animais. É possível que o cão, que aqui se extraviara, trouxesse incubada a raiva e que, na ocasião dela se manifestar, mordesse outros animais e assim transmitisse a doença.

Apesar de não ser muito avultado o número das vitimas constatou-se no entretanto a morte de sete pessoas, que sucumbiram á horrível doença da raiva.

Não temos conhecimento de que antes ou depois desta época se haja manifestado entre nós aquela moléstia.

O veterinário António Roque da Silveira dirigiu ao governo central um desenvolvido relatório acerca da raiva aparecida nesta ilha em 1892, que foi publicado no n.º 2 do V ano do *Boletim da Direcção Geral da Agricultura*, de páginas 29 a 62.

Rajão. Instrumento musico de cinco cordas, muito conhecido do povo madeirense. Os camponios dão-lhe a seguinte afinação: ré, sol, dó, mi, lá, mas os tocadores do Funchal quando afinam o instrumento, fazem muitas vezes as três primeiras cordas subir uma oitava.

Entre os bons tocadores de machete-rajão que tem havido no Funchal, cita-se o falecido Diogo Sarsfield, tesoureiro da Direcção das Obras Públicas do Distrito.

Vid. o apreciado livro «Tocares e Cantares da Ilha», por Carlos Santos.

Rambles in Madeira. Sob o título *Rambles in Madeira and in Portugal in the early part of M.DCCC.XXVI*, apareceu em Londres, em 1827, uma obra bastante curiosa e atribuída a Mr. Lyall, que fornece muitos esclarecimentos não só sobre varias localidades da Madeira, dignas de serem visitadas, como também sobre a historia e clima da ilha, e usos e costumes de seus habitantes. Falando das senhoras funchalenses, diz o autor da obra que elas só costumam sair para ir á missa ou para visitar de longe em longe alguma amiga, indo neste caso de palanquim e com os seus melhores fatos, e referindo-se a um baile português a que assistiu, acrescenta que as senhoras eram transportadas em palanquins e recebidas á porta pelo dono da casa e por outros cavalheiros que as conduziam ao andar superior. Vê-las reunidas numa sala é um espectáculo deslumbrando para o estrangeiro pouco habituado a defrontar-se com um tão grande numero de olhos grandes e negros.

O autor das *Rambles in Madeira*, refere-se ainda ao habito que tem as damas funchalenses de frequentar as janelas, onde recebem os cumprimentos dos cavalheiros que passam á catedral, ao teatro mandado demolir pelo governador D. Álvaro, ao entrudo, ás procissões da Cinza e dos Passos, etc., etc., tendo procurado também fazer uma descrição, tão exacta quanto possível, dos traços fisionómicos da freira Maria Clementina de Vasconcelos, de quem já tratamos neste Elucidário.

Ramos (António Francisco da Silva). E.: *Breves Considerações sobre a Pneumonia Fibrinosa e duas palavras sobre a etiologia e tratamento do carcinoma*. (Funchal, 1898). É uma dissertação apresentada á Escola Médico-cirúrgica do Funchal.

António Francisco da Silva Ramos é natural dos Açores e concluiu em 1898 o seu curso medico (1921).

Ramos Coelho (*José*). Este conhecido escritor, já falecido, publicou um folheto em 1898, intitulado *A ilha da Madeira*, que é uma composição poética enaltecendo as belezas naturais desta ilha e que vem também inserta nas suas *Obras Completas* (Lisboa, 1910).

Ramos Coelho visitou o Funchal nos tempos da sua mocidade, afim de estudar uns velhos documentos da casa do Conde do Carvalhal.

Ranhosa (*Lichia glauca*) Peixe da família Carangida, frequente nos mares do arquipélago e que se mostra em certas ocasiões perto da costa. No alto, aparece ás vezes em grandes cardumes e associado á cavala, ao chicharro e á agulha. É conhecido também pelos nomes de trombeta e de facaio, e a sua carne é pouco saborosa.

Rãs. Conhecem-se duas espécies destes batráquios na Madeira: a *Rana temporaria* e a *Hyla arborea*. A primeira, introduzida pelo antigo Conde do Carvalhal no primeiro quartel do século XIX, vive hoje em quasi todos os charcos da ilha; a segunda, pequena espécie de cor verde, vive nas árvores de alguns jardins do Funchal, desconhecendo-se a época em que foi introduzida.

Ratão (*Trygon pastinaca*). Peixe da família Trigonida, provido de cauda armada de espinhos e susceptível de segregar um mucus venenoso. Vive de ordinário entre a costa e a profundidade de 50 braças, e é desprezado por ter mau sabor.

Ratos. Os ratos que se conhecem na Madeira são o *Mus rattus*, o *M. norwegicus* e o *M. musculus*, tendo esta ultima espécie sido já assinalada a páginas 412 do II volume. O *M. rattus*, ou rato preto, e o *norwegicus*, ou rato pardo, são ambos vulgares na Madeira, onde causam grandes devastações, tendo as Câmaras Municipais adoptado outrora algumas providencias com o fim de destrui-los.

Tanto o murganho como as duas espécies a que acabamos de referir-nos são animais importados, sendo de crer que viessem para o arquipélago nos tempos da colonização.

Na Selvagem Grande existe uma espécie de rato, talvez o *Mus bárbaros*, que destrói os ovos do calamar (Ver este nome) e que não hesita em atacar esta ave, apesar do bico forte de que ela é provida.

Razão (A). Deu o primeiro numero a 11 de Setembro de 1867. Publicou-se durante alguns anos.

Read Cabral (*Guilherme*). Escritor açoreano já falecido, que desempenhou o cargo de director da alfândega do Funchal de 1892 a 1895. Nesta cidade publicou em 1895 um livro intitulado *Ángela Santa Clara*, com pretensões a romance histórico, que se lê com agrado apesar dos anacronismos e ficções de que se acha recheado. Também publicou um folheto com uma poesia dedicada a Cristóvão Colombo (Funchal, 1892).

Reading Rooms. A livraria conhecida por este nome foi estabelecida em 1830, no Club Inglês, situado á Rua da Alfândega. Tem cerca de 4.000 volumes, entre os quais se encontram muitas obras raras e valiosas relativas á Madeira.

Real (*Praça*). Assim se denominou durante o governo de D. Miguel, a praça da Constituição ou passeio público, que agora faz parte da Avenida do Dr. Manuel de Arriaga.

Era na praça Real que se reuniam as tropas em parada nos dias festivos e nas solenidades que se realizavam nos tempos da usurpação.

Realista (*Priacanthus fulgens*). Peixe percida, que se pesca ás vezes nas costas da Madeira. Distingue-se facilmente de qualquer outra espécie pela linda cor vermelha que predomina no seu corpo. É capturado geralmente nas redes costeiras.

Realista (o). o Dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo, numa das suas anotações ás Saudades da Terra, alude ao jornal O Realista, cuja existência é muito duvidosa e que porventura se teria publicado antes de 1834.

Com o mesmo título se publicou um jornal de que apenas saíram 3 números, de 1 a 16 de de Maio de 1915.

Rebate (O). Publicaram-se 69 números deste periódico, tendo saído o primeiro a 23 de Abril de 1901 e o ultimo a 24 de Outubro de 1902.

Rebelde (O). Saíram 2 números a 30 de Março e 15 de Setembro de 1910. Era composto e impresso na cidade do Porto.

Rebello. Este apelido de família procede de Lopo Rebello, natural de Guimarães e que casou com Francisca Correia. Viveu no século XVI e faleceu no Funchal.

Rebouças (*André*). Foi um ilustre filho do Brasil e um dos seus mais distintos engenheiros. Estando nesta cidade, hospedado no Hotel Reid, foi encontrado morto nas imediações do mesmo hotel, no dia 9 de Maio de 1898.

Recebedor do Distrito. Ofício que substituiu o de recebedor geral, desde 14 de Novembro de 1835.

Recebedor Geral. Era encarregado de receber e despender os dinheiros públicos, funções estas que estiveram a cargo da Junta da Fazenda até 30 de Junho de 1835.

Receitas e Despesas do Distrito. Constan dos mapas seguintes as receitas e despesas do Tesouro e as receitas da Junta Geral no período que vai de 1895 a 1922, convindo advertir que esta corporação tem direito apenas ás receitas provenientes das contribuições industrial, predial rústica e urbana, e sumptuária, cobradas no distrito do Funchal:

TESOURO

Anos económicos	Receitas	Despesas
1895 - 1896	770.607\$41	257.807\$30
1896 - 1897	689.634\$73	293.360\$96
1897 - 1898	692.499\$07	284.438\$53
1898 - 1899	772.395\$28	258.019\$06
1899 - 1900	892.275\$23	277.716\$56
1900 - 1901	823.829\$20	269.329\$83
1901 - 1902	912.336\$02	305.812\$28
1902 - 1903	985.849\$05	222.225\$28
1903 - 1904	1.005 524\$07	254.198\$11

1904 - 1905	901.010\$40	260.840\$87
1905 - 1906	824.996\$08	290.863\$23
1906 - 1907	853.126\$87	310.937\$99
1907 - 1908	849.997\$40	252.320\$77
1908 - 1909	781.457\$20	239.985\$22
1909 - 1910	901.238\$69	243.697\$26
1910 - 1911	837.002\$37	332.586\$09
1911 - 1912	902.984\$04	195.050\$26
1912 - 1913	1.050.788\$51	231.531\$17
1913 - 1914	1.125.721\$89	173.587\$80
1914 - 1915	581.224\$47	175.700\$42
1915 - 1916	728.453\$94	180.956\$16
1916 - 1917	676.705\$88	234.202\$76
1917 - 1918	577.280\$06	536.077\$20
1918 - 1919	550.290\$79	362.474\$75
1919 - 1920	1.633.745\$23	563.962\$39
1920 - 1921	2.408.551\$60	1.198.024\$89
1921 - 1922	3.080.248\$18	1.700.205\$40

JUNTA GERAL

Anos económicos	Receitas
1902 - 1903	111.265\$56
1903 - 1904	129.793\$24
1904 - 1905	126.873\$41
1905 - 1906	132.229\$93
1906 - 1907	135.960\$73
1907 - 1908	135.520\$46

1908 - 1909	137.577\$85
1909 - 1910	144.417\$00
1910 - 1911	142.440\$04
1911 - 1912	147.558\$26
1912 - 1913	159.333\$03
1913 - 1914	227.783\$61
1914 - 1915	172.327\$69
1915 - 1916	220.129\$35
1916 - 1917	190.099\$94
1917 - 1918	187.367\$06
1818 - 1919	188.499\$34
1919 - 1920	234.687\$92
1920 - 1921	713.182\$51
1921 - 1922	969.750\$37

V. *Alfandegas.*

Receitas e Despesas Municipais. As receitas do Município do Funchal que eram de cerca de 81 contos em 1880 e de perto de 117 contos em 1890, subiram a 130.744\$00 em 1900, a 171.156\$00 em 1910, a 357.081\$00 em 1920 e a 557.471\$00 em 1922, estando incluídos nestas importâncias os saldos dos anos anteriores e bem assim diversos rendimentos não arrecadados. Nas receitas de 1920 e 1922, estão compreendidas as importâncias de 101.700\$00 e 85.945\$00 provenientes do depósito das obras do saneamento da cidade. Nos anos económicos de 1862 a 1863 e 1870 a 1871, as receitas regularam respectivamente por 31.041\$00 e 50.743\$00, ao passo que em 1837 foi a receita calculada em 35.678\$00.

As despesas regularam por 72.500\$00 em 1880 e 98.500\$00 em 1890, passando a ser de 105.758\$00 em 1900, de 152.786\$00 em 1910, de 246.471\$00 em 1920 e de 462.007\$00 em 1922. Nos anos económicos de 1862 a 1863 e de 1870 a 1871, as despesas subiram respectivamente a 27.325\$00 e 30.073\$00.

Reclame (O). Saíram 320 números, publicando-se o primeiro numero a 21 de Novembro de 1889 e o ultimo a 9 de Junho de 1891.

Recolhimento das Órfãs. V. Órfãs (Recolhimento das).

Recreio (O). Deu este Jornal 25 números, de 1 de Maio de 1863 a 13 de Julho de 1864, sendo redigido pelos alunos do nosso liceu.

Saíram 43 números dum jornal que, com o mesmo título, se publicou de 19 de Setembro de 1897 a 10 de Julho de 1898.

Redes. Já no artigo Palanquins nos referimos a uma espécie de maca usada na Madeira para o transporte de pessoas, cumprindo-nos acrescentar agora que ela é conhecida pelo nome de rede e formada dum tecido muito encorpado e forte fabricado na ilha e que se amarra pelas extremidades a uma vara ou pala, geralmente de folhado. A rede apareceu talvez na ilha depois do palanquim, continuando a servir, porém, para o transporte de pessoas, embora seja menos usada hoje do que noutras épocas.

A rede de luxo é provida dum toldo e cortinas e no interior dum coxim e cobertor, ao passo que a rede usada nos campos não tem toldo sendo este substituído muitas vezes por um pedaço de chita lançado sobre a vara e que tem por fim resguardar a pessoa, quer dos ventos, quer dos raios do sol. Quando conduzidas por homens experientes, a rede é um meio de transporte excelente para os inválidos.

Toda a rede tem sempre dois condutores, mas se a pessoa a transportar é pesada, podem ser precisos três e mesmo quatro condutores. O pau da rede descansa sobre um dos ombros dos homens havendo um cajado que é levado na mão, mas que serve muitas vezes para atravessar sobre o outro ombro, para se obter assim uma melhor distribuição do peso. Há homens que fazem assentar a vara da rede sobre o ombro nu, servindo-se apenas do cajado uma vez ou outra durante as longas marchas, para evitar os efeitos do atrito prolongado nessa parte do corpo.

Os estrangeiros que se servem da rede nas suas viagens no interior da ilha, admiram a prodigiosa facilidade com que os respectivos condutores sobem ou descem as maiores inclinações, mesmo durante as horas mais quentes do dia, na estação calmosa. Em caminho chão ou nas descidas, é muito difícil acompanhar-los tal é a rapidez com que andam e saltam, sem que haja obstáculos que os façam afrouxar a marcha.

A rede é um meio cómodo de visitar a ilha, mas hoje só podem servir-se dele as pessoas ricas tal é o preso exorbitante que os condutores pedem pelo seu trabalho. A paga aos condutores, acresce sempre o que se despence com eles em vinho e aguardente, sendo prodigiosas as quantidades destes líquidos que esses homens bebem durante as marchas, sem que pareçam ressentir-se notavelmente de tais excessos, que se justificam até certo ponto pela necessidade que eles têm de procurar um estímulo para o penoso e árduo serviço a que se entregam com frequência.

Redes de Pesca. As redes que na Madeira se usam com mais frequência na indústria da pesca, são as seguintes: a rede circular, a rede de atravessar e a rede de arrasto.

A primeira, que muitas vezes se vê suspensa no mastro das embarcações de pesca e na boca da qual se amarram umas varas arqueadas que têm por fim conserva-la aberta quando funciona, é a mais frequentemente utilizada, e serve não só para a pesca do chicharro mas de outras espécies miúdas. Há umas cordas que ligam a rede a uma vara em que pega o pescador quando se serve do aparelho, sendo a malha da mesma rede mais ou menos apertada, conforme as espécies que se pretende pescar.

A rede de atravessar, ás vezes muito grande tem num dos lados pedaços de cortiça e no outro pesos de chumbo destinados a fazê-la aprofundar e tomar uma posição vertical. É utilizada às vezes para fazer cerco ao peixe, e é arrastada por meio de cordas que se prendem á rede e servem também para levantá-la na ocasião da colheita.

A rede de arrasto tem, como a de atravessar, pedaços de cortiça num dos lados e pesos de chumbo no outro, mas difere dela em ter um grande saco na parte media, destinado a apanhar o peixe que nela entra. A rede costuma ser puxada de terra por meio de cordas muito compridas, que passam numa espécie de roldanas.

Além das redes que ficam indicadas, utilizam-se ás vezes na pesca os tresmalhos, as tarrafas, etc., tendo os tresmalhos três panos, o interior de malha mais apertada que os laterais, e sendo as tarrafas pequenas redes, com pesos de chumbo na borda. O emprego das tarrafas exige uma certa perícia, visto serem arremessadas a distancia do ponto em que se acha o peixe.

Alguns pescadores chamam redes de arrasto ás redes de atravessar, embora, como se viu, estas difiram daquelas em serem

desprovidas do saco destinado a apanhar o peixe.

Vid. Pesca.

Reflexos. Revista mensal de que saiu apenas um numero de 24 páginas, correspondente a Setembro, Outubro e Novembro de 1878.

Reforma (A). Deu o primeiro numero a 14 de Outubro de 1858 e o ultimo, o 80.º a 16 de Julho de 1861. Foi seu redactor João Escorcio Drumond da Câmara.

Regedor (O). Jornal semanal, de que saiu o primeiro numero a 27 de Abril de 1803 e o ultimo, o nono, a 15 de Junho do mesmo ano. Em Janeiro de 1828 saíram mais 4 números.

Regedor Filho (O) Jornal bissemanal, que deu 24 números, sendo o primeiro a 14 de Fevereiro de 1828 e o ultimo a 24 de Maio do mesmo ano. Foi o continuador do Regedor, que se publicou em 1823.

Regedores de Paróquia. Existem na Madeira desde 1838, tendo a Câmara Municipal em 16 de Novembro deste ano enviado ao administrador do concelho as propostas dos indivíduos que deviam desempenhar o cargo de regedor nas paróquias do concelho. Antes dos regedores, houve os comissários de paróquia, nomeados em 1834.

Regeneração (A). Saiu o primeiro numero deste jornal a 4 de Janeiro e o ultimo a 6 de Abril de 1871, tendo-se publicado 12 números.

Com o mesmo título, começou a publicar-se quinzenalmente um jornal, de que saiu o primeiro número a 4 de Fevereiro de 1914 e o ultimo a 3 de Novembro de 1915, dando 28 números.

Região Agrícola (*Nona*). O decreto de 8 de Maio de 1918 estabeleceu onze regiões agrícolas, constituindo a Madeira a 9.^a região, com sede no Funchal, e subdividiu as regiões agrícolas em sub-regiões, ficando a do Funchal com o n.º 36.

Criou o mesmo diploma em cada região uma estação agrícola, onde se concentrassem todos os serviços regionais, e dispôs que em cada sub-região agrícola houvesse um ou mais postos agrários.

O decreto de 2 de Maio de 1919 determinou que o produto do imposto da fabricação da aguardente, o do melado, etc., constituísse receita da Junta Geral «taxativamente consignada a despesas de instalação e funcionamento da estação agrícola da 9.^a Região», mas os fins desta estação e os serviços que lhe estão incumbidos só foram claramente consignados no decreto n.º 8089, de 3 de Abril de 1922.

A Estação Agrícola da 9.^a Região, segundo este decreto, tem a seu cargo os serviços físico-químicos e tecnológicos do distrito, os serviços culturais e biológico-agricolas e os serviços do regímen do açúcar, álcool e aguardente, cumprindo-lhe vulgarizar as noções acerca do melhor aproveitamento das plantas indígenas e do extermínio das plantas daninhas e tóxicas e bem assim sobre a protecção das espécies animais úteis e da destruição das espécies prejudiciais.

A execução do regímen sacarino da Madeira, à excepção daquelas funções fiscais respeitantes a açúcar e álcool, privativas do Ministério das Finanças, está a cargo da Estação Agrícola da 9.^a Região, havendo uma comissão técnica de fiscalização do mesmo regímen formada pelo director da mencionada Estação, o engenheiro da Circunscrição Industrial e o chefe da Repartição Distrital de Fiscalização.

O decreto de 3 de Abril de 1922 passou para a posse da Estação Agrícola da 9.^a Região todos os prédios rústicos e urbanos que pertenciam á extinta Junta Agrícola, bem como os materiais neles existentes, estabelecendo ainda que as receitas que eram entregues á Junta Geral para despesas da dita Estação continuassem a ser cobradas na forma costumada, sendo depositadas, porém, na Delegação da Caixa Geral dos Depósitos, á ordem do Director da Estação, para esta entidade lhes dar a aplicação indicada na lei.

Na Estação deverá haver um posto meteorológico e fenológico, postos experimentais e de demonstração, um laboratório químico, uma instalação para observações nosológicas, um mostruário de terras, adubos etc., frigorífico.

Em 7 de Maio de 1921, chegou á Madeira o engenheiro-agronomo Sá Viana, encarregado de organizar a 9.^a Região Agrícola, estabelecer os respectivos serviços e colocar o pessoal da extinta Junta Agrícola, mas só em 1922 é que a Estação Agrícola da mesma região se instalou definitivamente, tomando conta de certos serviços que estiveram provisoriamente a cargo da Junta Geral.

O decreto de 24 de Dezembro de 1901 colocou o distrito do Funchal na região agronómica do sul, tendo dividido os serviços agronómicos em três regiões, e a lei de 9 de Julho de 1913 criou 28 secções agrícolas, ficando a do Funchal com o n.º 25. O decreto de 17 de Agosto de 1912 e o decreto com força de lei de 26 de Maio de 1911 também se ocupam da organização agrícola do país.

Vid. Junta Agrícola.

Regímen Cerealífero. O regímen cerealífero madeirense, contra o qual sempre protestou a população, começou em 1899 e acabou em Janeiro de 1913. Foi o decreto de 23 de Dezembro de 1899 que aprovou o regulamento para o comércio de trigos e farinhas na Madeira e que estabeleceu o referido regímen, tendo esse decreto sido precedido da lei de 14 de Julho do mesmo ano. O decreto de 26 de Julho de 1899 aprovou o regulamento para o comercio dos trigos e dos produtos da sua farinação, e o decreto de 28 de Outubro de 1909 introduziu novas modificações no regímen cerealífero da ilha.

Segundo os diplomas que estabeleceram o monopólio, a importação para consumo do trigo de qualquer procedência só era permitida aos negociantes e fabricantes de farinhas matriculados e aos lavradores para semente, devendo a comissão directora do mercado central anunciar até 5 de Agosto de cada ano a chamada para manifesto dos trigos insulares disponíveis para a venda. No prazo máximo de cinco dias depois de terminada a chamada, devia a delegação publicar a nota do cereal manifestado e do rateio do mesmo pelos ditos negociantes e fabricantes matriculados.

A lei n.º 960 de 24 de Março de 1920 declarou livre o comercio e transito de trigos nacionais e dos seus produtos de moagem, obrigou os fabricantes matriculados a adquirir todo o trigo manifestado e estabeleceu que o trigo exótico destinado á Madeira fosse rateado pelos negociantes e fabricantes matriculados, de acordo com as tabelas em vigor, publicadas pelo Ministério da Agricultura, devendo a aquisição do mesmo trigo e da farinha exótica ser efectuada pelo Governo, e o preço do pão, fora de Lisboa e Porto, ser fixado pelas Câmaras Municipais. Depois desse diploma, apareceu ainda o decreto de 30 de Novembro de 1921 que só trouxe ligeiras modificações ao regímen anterior, estabelecendo, porém, que os preços das farinhas e do pão no Funchal fossem decretados para cada ano cerealífero pelo governo central, depois de ouvida uma comissão delegada do Comercio Agrícola, que devia funcionar nesta cidade.

Não obstante o povo ter manifestado por varias vezes a sua antipatia pelo regímen cerealífero, á sombra do qual tantos vexames e extorsões se cometeram, e de alguns indivíduos categorizados da republica se haverem comprometido a obter a extinção desse regímen, foi somente a 22 de Dezembro de 1922 que se conseguiu arrancar ao Senado a aprovação da proposta de lei para a livre importação de farinhas na Madeira, já discutida em Câmaras em Setembro do ano anterior, tendo a data de 13 de Janeiro de 1913 e o n.º 1392 a lei que pôs termo ao odioso monopólio cerealífero. A lei n.º 1294 de 31 de Julho de 1922 e o regulamento aprovado por decreto de 1 de Setembro do mesmo ano não haviam libertado a ilha do predomínio dos moageiros.

O regímen sacarino, apesar dos justos protestos a que deu lugar, principalmente por causa do alto preço por que os açucares passararn a ser vendidos, teve ao menos a vantagem de valorizar muitos terrenos e beneficiar notavelmente um grandíssimo numero de proprietários e agricultores da ilha, ao passo que o regímen cerealífero só serviu para enriquecer os moageiros, podendo afirmar-se mesmo que para este fim é que ele foi decretado. É certo que o povo continua a ser explorado e que o pão está sendo vendido por preços exorbitantes, mas se vigorassem ainda as leis proibitivas da importação, estamos convencidos que mais criticas seriam as nossas condições, pois nos mostrou a experiência de muitos anos não haver lucros que satisfizessem a avidez dos moageiros.

Vid. Motins populares.

Regímen Florestal. Tendo próxima afinidade com o nosso assunto, recordaremos de passagem o surpreendente espectáculo que ofereceria a nossa ilha aos que pela primeira vez vieram em demanda destas desconhecidas e longínquas paragens, especialmente a vista da luxuriante vegetação que tão estaticamente a todos maravilha.

Não nos deve, pois, causar estranheza o que em muitos lugares se lê acerca do «verdadeiro espanto», misto da mais assombrosa surpresa e da mais empolgante admiração, que experimentaram os primeiros e audazes navegantes ao defrontar com o panorama, para eles nunca visto, de uma maravilhosa floresta, que em massa compacta longamente se estendia desde a orla remansosa do oceano até os píncaros das mais alterosas montanhas.

Árvores de agigantado porte, da mais exuberante vegetação e sem solução de continuidade, cobriam densamente as vertentes e encostas, tornando inacessíveis os terrenos, que sem demora deveriam ser sujeitos a uma activa exploração agrícola.

Longe iríamos, se quiséssemos reproduzir aqui os interessantes depoimentos que antigos cronistas nos deixaram acerca dessa rica e abundantíssima vegetação florestal, limitando-nos a dar uma rápida súmula de alguns desses testemunhos históricos contemporâneos dos factos referidos.

São muitas as passagens das Saudades da Terra relativas á opulenta vegetação florestal do tempo do primitivo povoamento, em que, entre outras cousas, se diz que a ilha estava «toda coberta de arvoredos até o mar... e tão igual por cima que parecia feito á mão, sem haver árvore mais alta do que outra».

O navegador português Diogo Gomes de Sintra, que visitou a Madeira nos princípios do século XV, refere-se igualmente e em termos não menos expressivos a essas frondosas matas que cobriam toda a superfície da ilha.

O veneziano Luis Cadamosto, que esteve ao serviço da marinha portuguesa por meados do século XV e visitou este arquipélago, diz que por ocasião do descobrimento «não tinha palmo de terra que não fosse cheio de árvores grandissimas...»

Outro navegador italiano Pompeu Arditti de Pesaro, também ao serviço de Portugal deixou escrita, em 1567, esta interessante informação: «não é habitada senão á beira-mar, pois que na montanha, por causa da espessura das árvores que ali há em mui grande abundância e altíssimos, de maneira que, dizem, por causa delas se anda duas ou três léguas sem jamais ver o sol...» E outros testemunhos se se poderiam facilmente aduzir se o permitisse o espaço de que podemos dispor.

Se a natureza foi de uma notável prodigalidade na abundância desses tão densos e vastos arvoredos, não se tornou avara na variedade das espécies florestais com que cobriu todo o solo madeirense. Pode com verdade afirmar-se que á riqueza da «quantidade» se juntava profusamente a riqueza da «qualidade». E, para o comprovar, recordaremos que é um facto averiguado a existência de bastas e extensas matas de cedros, tis, vinháticos, freixos, urzes, barbusanos e ainda outras apreciáveis espécies arbóreas, de algumas das quais só resta uma. . . saudosa memória.

Em vista do que tantas vezes se tem dito e que de novo deixamos aqui sumariamente repetido, não causará admiração de que á nossa querida ilha se houvesse dado o nome de Madeira, que os séculos vão perpetuando e que a fama tornou universal. Com o inaudito vandalismo dos homens, vai-se tornando menos rigoroso e legitimo o uso desse nome, estabelecendo-se um flagrante contraste entre o seu verdadeiro significado e aquilo que ele deveria na realidade exprimir...

Os primitivos povoadores ao aportarem a estas plagas desconhecidas logo reconheceram a benignidade do clima e a fertilidade do solo, animando-os corajosamente para as explorações agrícolas que iam iniciar, mas defrontaram com um grande e quase insuperável obstáculo: o gigantesco arvoredado que em massa cerrada se estendia desde as orlas do oceano até os cumes das montanhas.

O incendio, talvez imprudentemente ateadado mas também necessariamente imposto pela força imperiosa das circunstâncias, veio abrir clareiras propícias para o arroteamento dos terrenos. Diz Gaspar Frutuoso, embora hiperbolicamente, que «por ser o vale muito espesso de arvoredado, ateou-se de tal maneira o fogo, que andou sete anos pegado pelas árvores e troncos e raízes, assi no Funchal como em o mais da ilha...» O erudito comentador das Saudades, sem aceitar inteiramente a afirmativa do historiador das ilhas, não põe em duvida a intensidade e a extensão do violento incêndio. Qual fosse aproximadamente a área da sua acção destruidora e as suas imediatas consequências não é hoje possível dizê-lo, mas várias razões persuadem que teria atingido as mais assustadoras proporções (Vid. II-140).

Após o incêndio e simultaneamente com o incipiente cultivo das glebas, ia-se operando um intenso desbaste na vegetação florestal, que ao mesmo tempo oferecia a matéria-prima para a construção das primeiras habitações.

Da superabundância das madeiras, da sua apreciada qualidade e da sua procura no Continente e ainda no estrangeiro, surgiu a ideia de uma larga exportação e do seu respectivo tráfego comercial, criando-se desde logo uma importante fonte de receita, em um meio tão limitado como então era o da Madeira.

Uma nova indústria, embora de feição elementar, apareceu com a preparação das madeiras para o embarque. Era preciso abater as árvores, serrá-las e apropriá-las ao fim a que particularmente se destinavam.

Vieram então as chamadas «serras de água», que se multiplicaram por diversos pontos, existindo ainda alguns sítios com esse nome em várias freguesias. Eram uns «engenheiros» bastante rudimentares montados nas margens de caudalosas correntes, aproveitando a força motriz que elas lhes forneciam.

É sobremaneira interessante este trecho do doutor Gaspar Frutuoso: «...havia tanta quantidade de madeira, tão formosa e rija, que levavam para muitas partes cópia de tábuas, traves, mastros, que tudo se serrava com engenhos... e nesse tempo se começara a fazer com ela navios de gávea e castelo de avante, porque dantes não os havia no reino».

E não é menos interessante o que lemos na História de Portugal de Pinheiro Chagas (II-252) e que vamos textualmente transcrever: «Azurara, tratando das vantagens que resultaram dos descobrimentos, menciona «as grandes alturas das casas que se vão ao céu e fazem com a madeira daquelas partes. Ao que o visconde de Santarém acrescenta em nota: esta interessante particularidade indica que a madeira transportada a Portugal... principalmente da ilha da Madeira fora em tanta quantidade, que a sua abundância fizera mudar o sistema de construção de prédios urbanos, aumentando os andares...».

Merece especial referência a construção que então se fazia de grande número de embarcações de pequenas lotações, destinadas à pesca e ao transporte de mercadorias, e que eram exportadas para o Continente, exportação que teve de ser proibida pelo abuso que se praticava com o emprego da respectiva matéria prima.

Muitos outros factos e circunstancias respeitantes á densidade e extensão dos primitivos arvoredos se poderiam ainda referir, mas que uma injusta brevidade obriga a omitir.

Apesar da veracidade do primitivo incêndio, a Madeira rapidamente se repovoou de espécies arbóreas, e não levou largos anos a cobrir-se de uma extensa e abundante vegetação florestal. Veio, porém, o corte, o comércio e a exportação das madeiras de que largamente se usou e abusou, o que provocou enérgicos protestos e determinou a adopção de severas medidas de repressão, como veremos em um artigo subsequente.

Sendo impotente o vandalismo dos homens para modificar as condições climatéricas e a pujante fertilidade das glebas, não se cansaram, porém, em destruir sistemática e permanentemente a inexcedível riqueza florestal das montanhas. Veio logo o primeiro e violento incêndio, de grandes efeitos destruidores, e outros de menor monta mas de sempre nefastas consequências, se foram dando através do tempo, alguns deles meramente casuais e o maior numero ateados por mãos criminosas, como adiante teremos ocasião de ver.

Posteriormente surgiram a «serração», o comercio e a exportação das madeiras, mas em tão larga escala e em tão desmedidas proporções, que se tornou necessária uma enérgica repressão por parte do governo da Metrópole, com a promulgação das cartas régias dos anos de 1515 e 1562, das quais apenas se conhece integralmente a ultima, que vem transcrita a páginas 463-471 das anotações das «Saudades da Terra».

No alvará de D. João II, de 7 de Março de 1493 que principalmente trata de várias concessões acerca de fontes e nascentes, encontram-se estas curiosas palavras, referentes ao nosso assunto, :«... os freixos e cedros, que para nós reservamos, não usarão nem cortarão... a não ser para alguma igreja ou casa de câmara ou a quem dermos. . . licença por carta nossa». E a propósito diremos que há meio século ou pouco mais existiam ainda em vários pontos da ilha muitos maciços do nosso cedro indígena, a tão apreciada e odorífera madeira bastante empregada na marcenaria madeirense. Não sabemos se hoje, ao menos como simples e saudosa amostra do passado, se encontram ainda alguns exemplares em qualquer recanto das matas do interior.

Apesar de não se conhecerem todas as disposições do regimento de 05 de Janeiro de 1515, a que acima se alude, sabe-se que nele se ordenava a plantação de pinheiros e castanheiros nas terras mais adequadas a estas espécies arboreas, e se proibia o corte de arvores sem licença das câmaras, não podendo esse corte ser permitido, em caso algum, nos lugares em que houvesse fontes ou águas correntes. Outras disposições de carácter proibitivo, acompanhadas das respectivas penalidades impostas aos infractores, se continham ainda no mesmo regimento, segundo se depreende das referências avulsas que, dispersamente, se encontram em vários lugares.

A doutrina nele contida foi ampliada e completada com o Regimento de 27 de Agosto de 1562, promulgado pela rainha-regente D. Catarina, que verdadeiramente se pode chamar o «Código Florestal da Madeira». Referindo-se a ele, dizia em 1873 o erudito comentador das Saudades da Terra: «É diploma importante para a história agrícola desta ilha e constitui a sua peculiar legislação florestal, ainda agora em grande parte vigente, e é fonte de posturas municipais em todos os concelhos dela».

Embora com a natural evolução dos conhecimentos humanos e com as actuais circunstâncias de feição estritamente local, não se possam aceitar em toda a sua plenitude as disposições legais contidas nesse diploma, somos no entretanto forçados a reconhecer a sua alta importância, o seu incontestável valor jurídico e o mais atinado critério com que foi versada a matéria, que ele se destinava a regulamentar.

Logo de entrada faz este regimento (1562) referência à necessidade do anterior regimento de 1515, em virtude dos grandes abusos que já então se praticavam, e salienta a necessidade ainda maior de se adoptarem medidas de mais enérgica repressão, para cobrir os desmandos que se continuavam a cometer.

Não podemos referir-nos pormenorizadamente ás principais determinações desse diploma, mas não deixaremos de aludir, a um ou outro ponto, embora em rápida passagem. E assim indicaremos:

a) não se podia fazer corte de madeiras sem licença das câmaras, devendo essas licenças ser referenciadas pelos donatários; b) quem excedesse os limites das concessões feitas seria açoutado, multado e degredado para Africa sendo também degredados os que pusessem fogo na serra; c) proibição de cortar ramos de árvores para alimentação dos gados; d) não permitir a construção de navios e ainda de pequenas embarcações para serem exportadas; e) proibir que os cortes de madeiras se façam a menos de «cento e cinquenta passos», de distancia das nascentes e ribeiras; f) obrigar os proprietários, em certos sítios, à plantação de certas árvores e especialmente castanheiros, etc..

Parece que seriam ainda mais draconianos os preceitos legais do regimento de 1515 do que os estabelecidos pelo regimento de Agosto de 1562, ficando porém, ambos em inteira vigência, pois que o segundo se destinara a ampliar e a completar as doutrinas do primeiro, como acima se disse.

Os ouvidores, representantes dos donatários nas povoações mais importantes, deveriam exercer uma severa fiscalização na observância do que se dispunha nos regimentos e promover a aplicação das respectivas penalidades aos infractores, sendo de presumir que essa fiscalização deixasse bastante a desejar.

Como já em outro lugar deixámos dito, no arquivo da Câmara Municipal do Funchal encontram-se registados muitos diplomas, e por eles se vê «que nos séculos XVII e XVIII se cuidava com grande interesse pela conservação das matas, sendo em 1799 estabelecido um viveiro na freguesia do Monte, que desde aquele ano até o de 1824 fez distribuir, para replantar, mais de vinte mil árvores de diferentes espécies.

Interessam sobremaneira ao nosso assunto e encerram providencias que deveriam ter sido plenamente adoptadas, além dos citados «regimentos», o decreto de 11 de Março de 1796, o alvará de 18 de Outubro de 1811 e a carta régia de 14 de Maio de 1804, que foram expressamente promulgadas para a Madeira.

No artigo «Arborização» (I-75), fizemos menção de outras medidas destinadas a proteger e a desenvolver o nosso património florestal e para elas chamamos a atenção dos leitores, evitando uma escusada e fastidiosa repetição.

Os nossos arvoredos tem como inimigos implacáveis: o pastor, o carvoeiro e o negociante de madeiras, sendo este o mais perigoso e daninho. A criação de gados, o fabrico de carvão e o corte de madeiras deviam ser absolutamente proscritos. E se, por imperiosas circunstancias e muito excepcionalmente, houvessem de permitir-se, todo o rigor seria pouco na sua mais severa e apertada fiscalização.

É um erro grave supor-se que a criação do gado bovino, caprino e porcino fomenta uma apreciável indústria de cuja supressão poderia de qualquer modo ressentir-se a economia do distrito. Bastará dizer-se que a ela se entrega um número limitado de indivíduos, para os quais não constitui um modo exclusivo de vida, pois que cumulativamente a exercem com a profissão de agricultores ou de simples trabalhadores rurais. Na generalidade, os gados pastam livremente sete guardas ou pastores e acham-se expostos a todas as intempéries, não existindo currais ou abrigos adequados que os resguardem das rigorosas invernias, sendo sempre muito considerável o número de animais que por esse motivo sucumbe todos os anos. Esta ponderosa circunstancia seria suficiente para justificar-se em qualquer país, uma absoluta proibição da livre pastagem do gado em serras desabrigadas.

É notório que os gados causam uma grande destruição nas plantas ainda novas e em pleno desenvolvimento, mas a pujança luxuriante da nossa vegetação vence em boa parte o ataque das fortes maxilas desses ruminantes. O que, porém, não pode vencer a opulência nativa dos nossos arvoredos é a acção daninha e criminosa do pastor.

Os rebanhos não encontram meio favorável para as suas pastagens em terrenos cobertos de densa arborização, tendo necessidade dum solo em que predominem as forragens e plantas de pequeno porte, indispensáveis à alimentação que lhes é mais apropriada. O pastor prepara logo esse desejado pascigo numa clareira mais ou menos vasta, que a força destruidora das chamas lhe oferece sem dificuldade. Os grandes incêndios nas nossas matas têm ordinariamente essa origem. Os zagais não trepidam um momento em converter uma floresta de belas e corpulentas árvores, que levaram séculos a formar-se, numa superfície deserta e calcinada pelo fogo devorador, afim de que em breve se transforme num campo de pastagem destinado a fornecer alimento a umas parcas dezenas de cabras e ovelhas.

São tão manifestos os prejuízos resultantes do fabrico do carvão, não somente pelas inúmeras e belas árvores que se perdem para obter esse combustível, mas ainda pelo perigo sempre iminente de atear-se um violento incêndio, como tantas vezes tem acontecido, que desnecessário se torna aduzir um longo cortejo de argumentos para, condenar em absoluto a permissão de semelhante pratica, sejam quais forem as clausulas de segurança que porventura possam invocar-se para esse fim.

Os decretos de 23 de Julho de 1913 e 22 de Setembro de 1917, que entre nós ficaram conhecidos pelo nome de «Lei das pastagens de gados nas serras», estabeleceram certas disposições acerca das pastagens em prédios de propriedade particular e nos terrenos do Estado ou das câmaras, tendo-se em vista acautelar os prejuízos causados pela livre pastoreação dos gados. Não satisfizeram, porém o fim desejado e nem chegaram a ser observados em toda a sua plenitude, tornando-se inútil ou pouco vantajosa a sua promulgação. Compartilhamos da opinião dos que admitem a necessidade da abolição ou completa remodelação desses decretos. E o que aqui deixamos exposto, relativamente às pastagens, diz também respeito ao que aos referidos decretos se estabelece acerca do fabrico do carvão vegetal.

O machado tem sido na Madeira o grande «arboricida». Instrumento tão útil e prestadio, transforma-se muitas vezes em elemento de destruição e de ruína. Assim foi em séculos passados e, porventura, continuará a sê-lo em épocas vindouras.

Vimos anteriormente o uso e abuso que se fez da nossa primitiva e opulenta vegetação florestal. Não se contentaram os imprevidentes habitantes em aproveitar, embora com largueza, os benefícios que essa inapreciável riqueza lhes facultava como combustível, como matéria-prima nas construções das habitações, do mobiliário e outros objectos de uso doméstico.

Como já dissemos, a exportação de madeiras em larga escala criou a indústria da «serração» e a conveniente adaptação das árvores para o embarque, ao mesmo tempo que os abusos e desmandos praticados determinaram a promulgação de várias leis, impondo a aplicação de penas severas que iam até aos açoites e ao degredo para as costas de África.

A conservação das matas deveria encontrar a mais eficaz protecção, como já referimos, no célebre «regimento» de 27 de Agosto de 1562, que, entre outras salutareas disposições, contava as das licenças passadas pelas câmaras e referendadas pelos donatários para o corte de madeiras nas nossas florestas. Esse regime tem-se mantido através dos tempos e conta já a veneranda idade de 380 anos. Interessante e proveitoso seria conhecer, se para isso houvesse os indispensáveis elementos, a forma como ele tem sido observado, isto é, fazer-se uma avaliação aproximada dos seus benefícios ou dos seus prejuízos.

Há sido à sombra dessas licenças que o terceiro implacável inimigo dos frondosos arvoredos tem arrancado, vai arrancando e continuará a arrancar das nossas serras as preciosas e abundantes madeiras, que são a matéria dos seus lucrativos negócios. É evidente que estas nossas francas e terminantes afirmativas não revestem o carácter de uma inteira generalidade, pois sabemos que cometeríamos uma flagrante injustiça se porventura o pretendêssemos fazer.

Observadas todas as formalidades burocráticas, que não oferecem dificuldades de maior, é de contar com prestígio social dos peticionários, com a conhecida brandura dos nossos costumes e com a escassez do pessoal fiscalizador, além das influências que muitas vezes se movem em favor dos interessados.

Embora não seja talvez recente, tem-se verificado o facto de aplicar-se uma penalidade pelo corte abusivo de uma árvore, e permitir-se que se abatam centenas e centenas delas à sombra de licença que tal não consentia. O facto parecerá estranho, mas não deixa de corresponder a uma triste realidade.

No ano de 1928, reconhecendo a Comissão Executiva da Junta Geral a manifesta e imperiosa necessidade de acudir aos estragos já irreparáveis causados nos arvoredos e julgando ineficazes as providencias que se estavam pondo em pratica para conjurar esse mal, solicitou do governo central a vinda à Madeira de um funcionário especializado em assuntos florestais, afim de proceder a um largo estudo e apresentar um desenvolvido relatório com os resultados dos trabalhos a que iria proficientemente dedicar-se.

Dessa melindrosa missão foi encarregado o ilustre engenheiro silvicultor José Augusto Fragoso, que após um demorado estudo, realizado «in loco», apresentou à Junta Geral, em meados de Junho de 1929, um extenso relatório com o plano de todas as medidas que deveriam ser adoptadas.

Esse relatório foi desde logo considerado como o produto de um aturado e consciencioso trabalho, em que um distinto profissional soube aliar ao mais aprofundado conhecimento das matérias versadas o mais apurado escrupulo na solução de tão melindrosos problemas.

Logo ali se destaca, como medida primacial, a necessidade da promulgação de um decreto, que estabeleça as bases da forma como hajam de ser orientados e dirigidos todos os serviços florestais, dando-lhe a mais perfeita uniformidade em todo o arquipélago, pois

é sabido que algumas câmaras municipais se arrogam ainda os privilégios consignados em umas arcaicas e obsoletas posturas talvez restos do velho e abolido direito consuetudinário.

A criação de uma «circunscrição florestal» chefiada por um engenheiro-silvicultor constitui já hoje uma urgente necessidade reconhecida por todos, embora tenha de sobrecarregar-se os orçamentos da Junta Geral, mas o futuro se encarregará de demonstrar os benefícios que resultarão dessa vantajosa medida. Não é, pois, de estranhar que a «Organização dos Serviços Florestais e Fomento Agrícola da Madeira», redigida pelo engenheiro J. M. Fragoso abra com a indicação dessa clausula e do pessoal com que deve ser dotada a projectada «Circunscrição Florestal». Não se compreende como certos indivíduos, sem uma preparação especial de carácter técnico, possam estar na direcção dos serviços desta natureza, que exigem conhecimentos especializados e que somente podem ser adquiridos em meios apropriadamente destinados a esse fim.

O relatório começa por consagrar um bem elucidativo capítulo á «Necessidade da Rearborização da Madeira» e seguidamente apresenta as seis «Bases» em que devem ser moldados os respectivos serviços, as quais vêm largamente esplanadas nos sub capítulos «Organização dos Serviços Florestais», «Regimen Florestal», «Policia Florestal», «Protecção aos Arvoredos», «Fomento de Arborização» e «Disposições Gerais», e a estes se segue uma desenvolvida justificação das ideias sugeridas e dos diversos alvitres apresentados em todo esse notável estudo.

Conclui o relatório por indicar os primeiros trabalhos que deveriam sem demora iniciar-se e dos quais damos este abreviado resumo: 1.º Promover, por meio de um decreto, a inclusão de todos os terrenos baldios no «Regime Florestal», 2.º conseguir a criação duma «Circunscrição Florestal» dotada com o necessário e competente pessoal, 3.º inscrever no orçamento uma avultada soma para começo dos trabalhos, 4.º procurar que o governo central tome a seu cargo estes serviços e lhes garanta a sua continuidade, 5.º mandar construir duas casas nos lugares indicados nas «Bases», 6.º prosseguir a arborização do Montado dos Barreiros e do Paul da Serra, 7.º criar um viveiro perto do Funchal, e 8.º promover a promulgação de um decreto acerca do regime pastoril.

Desnecessário será acentuar que estas indicações finais do Relatório se referem particularmente aos primeiros trabalhos a iniciar e não ao conjunto de todos os serviços a estabelecer que vêm largamente explanados no mesmo Relatório.

Com o que deixamos dito, não pretendemos sustentar o princípio de que esse largo e bem elaborado estudo deva ser aceito em toda a sua plenitude, sendo até possível e mesmo provável que circunstancias supervenientes obriguem a introduzir na sua redacção profundas e indispensáveis modificações. O que, porém, parece averiguado, segundo a douta e autorizada opinião de funcionários versados nestes assuntos, é que, ao menos, nas suas linhas gerais e no seu criterioso conjunto, se adapta às condições do meio para que foi elaborado e pode servir de excelente auxilio aos trabalhos que venham a realizar-se.

Vai-se tornando uma verdade reconhecida por toda a gente a da criação de uma «Circunscrição Florestal», como fica ligeiramente esboçado neste desprezioso artigo, em que uma comprovada proficiência, o mais acendrado zelo e a maior independência superiormente orientem e dirijam todos os serviços dependentes dessa repartição.

A este momentoso assunto, oferece particular interesse as considerações que há pouco deixámos exaradas em um jornal desta cidade e donde vamos extractar alguns períodos, que ampliam e esclarecem o que acima fica sumariamente exposto.

Vimos com devotado aprazimento que a Junta Geral deste distrito, solicitamente empenhada na conservação e no desenvolvimento das nossas matas e arvoredos, tomara a importante deliberação de alargar a sua acção de vigilância e de defesa acerca dos restos da antiga e afamada riqueza florestal, que bastamente revestia a quase inteira superfície das nossas elevações montanhosas.

Informou-nos recentemente (1945) um periódico da imprensa local que, para a realização dessa acertada medida, foi elevado de catorze para dezanove o numero de «postos florestais», e que, aos trinta e um guardas existentes, se acrescentou também o numero de onze, constituindo presentemente um corpo de quarenta e dois guardas—campestres ou florestais, o que permite prestar-se um serviço de vigilância mais largo e mais profícuo do que até agora se desempenhava.

Ignoramos qual seja a superfície ou área em que deve ser exercida essa fiscalização de character permanente e ainda a especial área de acção respeitante a cada posto florestal, mas estamos persuadidos que essa recente remodelação de serviços foi moldada em bases que satisfaçam inteiramente o fim desejado. Tendo a nossa ilha uma superfície aproximada de setenta e cinco mil hectares, com terrenos do mais acidentado relevo, não pode ser considerado excessivo o número dos membros que compõem essa policia florestal.

Não basta, porém, o número, para o cabal desempenho das funções cometidas a esse pessoal, importa também que ele seja o fiel e diligente executor das ordens e instruções emanadas das repartições que superintendem nesses serviços. Mais importa e mais necessário se torna ainda que essas estações superiores tenham de ser orientadas, dirigidas e reguladas por preceitos de bem definida esfera de jurisdição e que não encontrem obstáculos no exercício da sua acção administrativa.

Embora se pretenda afirmar o contrario, a verdade é que não existe um diploma legislativo que abranja totalmente os diversos serviços respeitantes á conservação e desenvolvimento dos nossos arvoredos, tornando-se absolutamente indispensável adoptar um novo regime florestal de mais eficaz protecção e de mais segura vigilância do que até ao presente tem vigorado entre nós.

A direcção dos serviços florestais esteve primitivamente a cargo dos capitães-donatários e seus «ouvidores» e depois ao das Câmaras Municipais, tendo também os governadores do arquipélago e posteriormente os governadores civis do distrito interferência em alguns desses serviços.

Desde o ano de 1897 que estão a cargo duma repartição dirigida por um regente florestal, a qual se tem limitado até hoje a fazer algumas plantações de árvores exóticas no Porto Santo e a promover a sementeira do pinheiro marítimo na região montanhosa da Madeira. Da conservação e propagação das árvores indígenas, não se tem cuidado até o presente, sendo possível que muitas das mesmas árvores venham a desaparecer dentro em pouco mercê das devastações que nelas fazem constantemente os lenheiros, os carvoeiros e os gados.

A lei n.º 26, de 9 de Julho de 1913, criou quatro secções florestais, que foram divididas em zonas, ficando a do Funchal com o n.º 25 e compreendida na quarta secção, com sede em Lisboa, e o decreto de 8 de Maio de 1918 estabeleceu oito circunscrições florestais, ficando o Funchal incluído na sexta circunscrição, com sede em Lisboa, e dezoito regências florestais, ficando a do Funchal com o n.º 18 (1922).

O decreto de 11 de Março de 1911 e respectivo Regulamento, que criou a Junta Agrícola e regulou o seu funcionamento, estabeleceu a Estação Agraria e a esta repartição ficou pertencendo a direcção técnica e administrativa dos assuntos florestais desde o ano de 1919, em que foi extinta aquela Junta.

Além do célebre «Regimento das Madeiras» (Vid. Saudades a páginas 463), decretado no ano de 1562 e que para a época constitui um notável diploma legislativo, pode dizer-se que não se promulgaram outras proveitosas disposições legais acerca desta matéria, a pesar dos diversos decretos e providencias emanadas do poder central, que vêm citadas no Elucidário Madeirense, mas que não produziram os salutareos resultados que deles havia a esperar.

Através do tempo, todas as Câmaras Municipais, julgando-se com imprescritíveis direitos sobre a vegetação florestal das serras, organizaram diversas «Posturas» destinadas a regular o seu uso e aproveitamento. Eram disposições de carácter local, de maior ou menor latitude de administração e que não guardavam entre si uma perfeita harmonia de princípios, havendo uma grande arbitrariedade na sua execução. Ainda hoje surgem, de longe em longe, certas vereações rurais a invocar e a querer impor a observância de antigas e obsoletas posturas municipais, o que não é para estranhar, sabendo-se que na própria repartição central não se observa uma constante uniformidade na adopção das medidas respeitantes às diversas modalidades de tais serviços.

Tem próxima afinidade com o nosso assunto, como veremos, uma ligeira referência neste lugar ao que na Madeira se chamam Baldios e que são os terrenos não sujeitos á exploração agrícola e que em geral ficam situados a uma altitude superior a oitocentos ou novecentos metros. Pertencem a particulares, ás Câmaras Municipais e ao Estado, não se achando bem delimitadas as fronteiras dos diversos proprietários. Os «baldios» eram noutros tempos, e ainda o são em parte, separados dos terrenos cultivados por meio de sebes ou tapumes, feitos de estacas e ramos de árvores, que têm o nome de baldios, principalmente destinados a impedir que os gados assaltem as culturas agrícolas.

Não estando demarcados com precisão os limites desses terrenos, fácil é de conjecturar os abusos que se tenham dado, as audaciosas pretensões que de quando em quando apareçam e as fraudes empregadas para a sua ilícita e definitiva posse, por parte de indivíduos inteiramente falhos de escrúpulos.

Uma grande parte desses «baldios» eram considerados como «logradouros comuns», em que os cultivadores das terras, mediante certas condições e sob a fiscalização da «Regência Florestal», procediam á colheita de forragens, de matéria para adubos e para combustível, constituindo para eles uma apreciável regalia que não podiam dispensar na labuta da sua activa e modesta existência. Se admitirmos o progressivo cerceamento desses antigos e tradicionais privilégios com a alienação a particulares dos «baldios» que eram pertença do Estado ou dos municípios, veremos seriamente ameaçada a legitima prosperidade, a apreciada economia

domestica e o relativo bem-estar de milhares de indivíduos de uma simples mediania de haveres, em favor de um número restrito de pessoas abonadas mas pouco escrupulosas.

Não há muito tempo que numa repartição do Estado de um concelho rural foram vendidos em hasta pública, por uns módicos centos de escudos, com o fundamento em uns hipotéticos direitos de propriedade, uns terrenos baldios, mas de que o público usufruía por direito consuetudinário, tendo a Câmara Municipal informado que esses terrenos não eram «logradouros comuns» e havendo a referida repartição realizado essa venda e arrecadado a respectiva contribuição pertencente à fazenda publica (1944).

Desnecessário se torna encarecer a imperiosa e inabalável necessidade de proceder-se com a mais rigorosa exactidão que possível for à delimitação desses «baldios», quer sejam do Estado quer das câmaras ou de particulares, conforme o estão exigindo a conservação dos arvoredos, a rigorosa fiscalização a exercer pelo corpo florestal, a orientação a adoptar pela repartição central e ainda a manutenção das regalias de que gozam inúmeros cultivadores de terras como acima ficou referido.

Sabemos que em várias freguesias desta ilha tem causado uma grande estranheza a facilidade na concessão de licenças para o corte de diversas espécies florestais que se vão tornando de uma notável raridade e cujo aproveitamento devia ser absolutamente proibido, como já o fora em outro tempo, vindo a propósito recordar que em uma antiga postura municipal se encontra esta acertada disposição: – «É expressamente proibido cortar madeiras, lenha cascas e ramagens das seguintes árvores e arbustos: louro, til, vinhatico e quaisquer outras essencias florestais, arboreas e arbustivas, indigenas e aclimadas (exceptua-se o pinheiro) qualquer que seja a situação ou local em que vegetem. Esta proibição é extensiva aos próprios donos das propriedades em que vegetem as referidas árvores e arbustos, os quais, se infringirem esta disposição incorrem como qualquer outra pessoa, na pena de 2:000 a 20:000 reis de multa conforme o damno causado».

Aos grupos ou maciços de árvores dessas e de outras raríssimas espécies tem sido dado por alguns o nome de «florestas espontâneas», que devem ser religiosamente conservadas, como eram em tempos remotos as chamadas Florestas Sagradas, objecto de fervoroso culto de antigos povos e ás quais tributavam a mais profunda veneração.

Essas preciosas relíquias da nossa velha riqueza florestal constituem para os madeirenses um «verdadeiro título de glória», pois se acham indissolúvelmente ligados ao nome que foi dado a esta ilha e a este Arquipélago e que o nosso glorioso épico immortalizou ao traçar a tão conhecida e tão expressiva frase que do muito arvoredo assim se chama...

É fácil de presumir que actos de vandalismo e até de verdadeiro extermínio não se terão praticado por essas serras a dentro, nos nossos já tão depauperados arvoredos a sombra legal dessa pródiga liberalidade de concessões e licenças sobretudo pelos que se consideram proprietários de terrenos «baldios», terrenos que deveriam ser um legitimo e inalienável património dos pobres e menos favorecidos da fortuna.

Até o nosso tempo, eram tidos como implacáveis inimigos das matas e florestas os «pastores», os «carvoeiros», os «lenheiros» e os «negociantes de madeiras» aos quais vieram recentemente juntar-se esses novos e mais perigosos inimigos, acobertados à sombra de problemáticos direitos protegidos por certas repartições publicas e baseados em elásticas e mal definidas licenças...

Mas não basta ainda..., como a experiência de séculos o tem exuberantemente demonstrado, a publicação de uns tantos diplomas legislativos, com o seu aparatoso cortejo de «instruções» e «regulamentos», destinados a promover a inteira e rigorosa execução dessas mesmas leis.

Torna-se indispensável, absolutamente indispensável, que a superior direcção dos diversos serviços florestais seja confiada a uma repartição, que, além dos fundamentais requisitos de zelo e de probidade que devem distinguir o exercício das funções públicas, possua também o conjunto de todos os conhecimentos de carácter teórico e mais ainda de feição essencialmente prática, para o cabal desempenho desses importantes e especializados serviços. Este fim só pode ser inteiramente atingido com a criação de uma Circunscrição Florestal, como por vezes o temos repetido nas páginas desta obra.

Regímen Sacarino. V. *Cana Sacarina e Proteccionismo sacarino.*

Regimento das Madeiras. V. *Arborização, Regímen Florestal e Madeiras.*

Regniard (J.). Em 1895, publicou-se nesta cidade um folheto de 47-VII páginas intitulado *No Laboratório. Psychologia e Pathologia Cerebral*, que produziu entre nós grande sensação, firmado pelo pseudónimo de J. Regniard, sendo ainda desconhecido para muitos o seu autor.

Rego. Há diversos ramos desta família, segundo diz o distinto genealogista José Bettencourt da Câmara, já falecido: uns vêm de João Rego, fidalgo algarvio; outros de Gaspar Rego; e outros de Vasco Fernandes Rego. Os dois últimos foram dos primeiros povoadores do Caniço.

Rego (*Dr. António Balbino do*). Era natural do Continente da Republica e nasceu a 23 de Maio de 1874. No ano de 1900, concluiu o seu curso médico na Escola do Porto e em 1904 foi nomeado director do Laboratório de Bacteriologia e Higiene do Funchal, que há pouco tinha sido criado pela Junta Geral deste distrito.

Exercia o Dr. Balbino do Rego nesta cidade a clínica particular e desempenhava as suas funções oficiais de director do Laboratório de Bacteriologia, quando, em fins do ano de 1905, se manifestou entre nós uma doença de carácter suspeito, que obrigou as autoridades sanitárias a internar no Lazareto de Gonçalo Aires, transformado em hospital de isolamento, os indivíduos atacados dessa doença, sendo colocado na direcção desse hospital o director do Laboratório de Bacteriologia e Higiene. Os tristes e lamentáveis acontecimentos que então se seguiram vêm sumariamente narrados nos artigos *Motins Populares* (Volume II, páginas 404), *Peste Bubónica* (Volume III, páginas 77) e *Poesia Popular* (Volume III, páginas 87) e para lá remetemos os leitores, evitando deste modo escusadas e fastidiosas repetições.

O erro do Dr. Balbino do Rego foi querer manter uma incomunicabilidade e um isolamento absolutos dos doentes, medida esta necessária e que em tese se justificava plenamente, mas que, dadas as circunstancias ocorrentes e de modo particular a atitude censurável da imprensa e da política, convinha ter atenuado, sem prejuízo da saúde pública, como já tardiamente chegou a fazer-se. Não cometeu outra falta nem outro erro, devendo no entretanto dizer-se que o pessoal de enfermagem do hospital de isolamento deixou muito a desejar e que varios abusos e mesmo excessos se praticaram, mas que não são da responsabilidade do respectivo director. A historia daqueles acontecimentos ainda não está feita com inteira imparcialidade e por isso nos é grato deixar consignados nesta obra alguns elementos que possam servir para o estudo consciencioso deste período revolto da historia madeirense.

O Dr. Balbino do Rego, que após os acontecimentos do Lazareto teve a casa apedrejada pelo povo, não obstante junto dela se achar postada uma força de marinha, viu-se forçado a refugiar-se na fortaleza de S. Lourenço, donde passou para bordo do D. Carlos, retirando finalmente para Lisboa no vapor da Companhia Insulana.

Mais tarde, voltou o Dr. Balbino do Rego á Madeira, por ordem do conselheiro João Franco, ministro do reino, afim de tomar novamente a direcção do Laboratório de Bacteriologia, mas as manifestações populares revestiram uma attitude tão grave, que violentaram as autoridades locais a impedir o desembarque daquele clínico, que seguiu para a capital no mesmo dia em que chegou ao nosso porto, passando directamente da embarcação que o trouxera de Lisboa para aquella que ali novamente o conduziu.

O Dr. Antonio Balbino do Rego, foi, por meio de concurso, nomeado médico e cirurgião dos hospitais civis de Lisboa e também director do Posto Antropometrico da Policia Cívica da mesma cidade (1921).

No ano de 1907, publicou o Dr. Balbino do Rego dois interessantes opúsculos intitulados Um ano Depois Assumptos Madeirenses e Na Ilha da Madeira Hospital Improvisado, que encerram valiosos elementos para o estudo da epidemia de peste bubonica nesta ilha.

Rego (*Dr. José Joaquim de Abreu*). Nasceu nesta ilha por 1815. Em 1839, formou-se em matemática na Universidade de Coimbra, depois dum curso em que obteve as mais altas classificações sendo convidado para lente, o que recusou. Formou-se em seguida na faculdade de medicina da mesma Universidade. Fez concurso para lente da cadeira de mecânica da Escola Politécnica, em que, por provas públicas, mostrou quanto valiam as altas faculdades do seu espirito e o seu profundo saber, tendo sido o primeiro classificado nesse concurso. Foi despachado lente, mas não sabemos se chegou a reger a cadeira, porque a sua débil organização, em extremo depauperada com os trabalhos excessivos do concurso, obrigara-o a abandonar o estudo, morrendo nesta cidade a 22 de Julho de 1847, tendo pouco mais de 30 anos.

Rego (*D. Maria Emilia Acciaioly*). Pertencia a uma antiga e distinta família madeirense e faleceu há mais de 70 anos. Segundo as informações que pudemos colher, publicou um pequeno volume de versos, de que ignoramos o título. Nas *Flores da Madeira*, vem inserta uma composição sua. Nada mais sabemos a seu respeito.

Reid. Apelido de família que procede do inglês William Reid, que veio para a Madeira em 1844 ou 1845 e aqui estabeleceu um hotel na antiga rua do Mercado de S. João. Seus filhos William e Alfred Reid, que continuaram com o ramo de negocio de seu pai, escreveram em 1881 um pequeno trabalho intitulado Madeira, a guide book of useful and varying information, mas o seu principal

serviço á terra consistiu na oferta que fizeram á Biblioteca Municipal do Funchal, de perto de 10.000 volumes provenientes da livraria do falecido madeirense João Joaquim de Freitas.

Reis (*Luís Maria dos*). Este madeirense nasceu a 9 de Dezembro de 1846 e faleceu a 6 de Dezembro de 1920 no posto de general reformado. Escreveu um opúsculo, publicado no Funchal no ano de 1892, com o título de Organização e Historia do Regimento de Caçadores n.º 12.

Reis Gomes (*João dos*). É major de artilharia de reserva e nasceu na freguesia de São Pedro desta cidade a 5 de Janeiro de 1869, sendo filho de João Gomes Benta e de D. Maria Gertrudes Castro Gomes. Frequentou o liceu do Funchal e concluiu com altas distinções os cursos das Escolas Politécnica e do Exercito, tendo sido despachado alferes a 29 de Dezembro de 1892.

Além do serviço militar prestado em diversos pontos do Continente, foi comandante da Bateria n.º 3 de Artilharia de Guarnição desta cidade, inspector do material de guerra desta ilha, e professor do Liceu de Jaime Moniz e da Escola Industrial do Funchal.

Foi director do antigo *Heraldo da Madeira* e é o actual director do *Diário da Madeira* (1921). Além dos numerosos artigos insertos nestes jornais, tem colaborado em muitas outras publicações. Os seus escritos publicados em volume são: *O Theatro e o auctor*, Funchal, 1905, de XIII-214 páginas, (estudo filosófico); *Historias Simples*, Lisboa, 1907, de 214 páginas (contos); *A Filha de Tristão das Damas*, Funchal, 1909, de 302 páginas (romance); *Guiomar Teixeira*, Funchal, 1912, do IX-90 páginas (drama); *A Musica e o Teatro*, Lisboa, 1919, de XVIII-334 páginas estudo filosófico); *Acustica Fusiologica. A Voz e o ouvido Musical*, Lisboa, 1922, de XI-133 páginas e *Portugal-Brasil*, Funchal, 1922, de 17 páginas discurso). Do livro *O Theatro e o auctor* se fez segunda edição em Lisboa em 1916, e também do drama *Guiomar Teixeira* se publicou uma nova edição no Funchal, em 1914.

O major Reis Gomes é membro da Academia das Ciências de Portugal, tem as Palmas Académicas da Academia Francesa e é comendador da ordem de São Tiago.

É, sem contestação, o mais distinto escritor e jornalista madeirense, sendo também por muitos considerado como o primeiro crítico de teatro do nosso país. Muito seria para desejar que, de entre as centenas de criticas e apreciações teatrais saídas da sua pena, se fizesse uma selecção de algumas dezenas delas e se enfeixassem num volume, salvando-se assim dum imerecido esquecimento de verdadeiras obras primas, que incontestavelmente o são no seu género. Já em outro lugar nos referimos ligeiramente aos trabalhos

do major Reis Gomes acerca da musica e do teatro, devendo aqui acrescentar-se que nos parece não ter chegado ainda a ocasião de se formar desses estudos o conceito que merecem, pondo-se em relevo o alto valor que eles encerram (1921).

Uma das feições que caracterizavam alguns dos escritos de J. dos Reis Gomes e que mais os tornaram apreciados entre nós, era a ironia e a sátira, manejasdas um pouco à Ramalho e à Fialho, em que o cómico e o grotesco das pessoas e das cousas, surpreendidas em flagrante, eram apresentadas ao leitor com uma graça original e espontânea e também com rigor e justeza de critica, embora por vezes o motejo mordaz e irreverente viessem sublinhar as palavras e os conceitos...(1921).

Posteriormente a esta data, publicou o major João dos Reis Gomes mais os seguintes trabalhos: *Forças Psíquicas (Ensaio Filosófico)*, *O Belo Natural e Artístico (Memoria apresentada à Academia)*, *Figuras de Teatro, Através da França, Suíça e Itália (Diário de Viagem)*, *Três capitais de Espanha (Burgos, Toledo e Sevilha)*, *O Anel do Imperador (Memoria apresentada à Academia)*, *Natais (Contos e Narrativas)*, *O Vinho da Madeira (Monografia)*, *Casas Madeirenses*, *O Cavaleiro de Santa Catarina (Memoria apresentada à Academia)*, *De Bom Humor (Narrativas)* e *Casos de Tecnologia (Divulgação científica)*.

Temo-nos, por sistema, abstido geralmente de quaisquer apreciações acerca dos nossos escritores debaixo do ponto de vista estritamente literário, mas seja-nos permitido dizer agora que o major Reis Gomes é dos que maior honra e lustre dão ás letras madeirenses e que o seu nome há-de ficar na historia deste arquipélago como o de um dos seus mais brilhantes e primorosos escritores e jornalistas.

Reis Magos (*Capela dos*). No Lombo dos Reis, na freguesia do Estreito de Calheta, se encontra a antiga capela dos Reis Magos, instituída por Francisco Homem de Gouveia e sua mulher D. Isabel Afonso pelos anos de 1529, fazendo dela a sede dum morgadio. Desta capela e instituição vincular anexa, se ocupou largamente um artigo publicado no Brado d'Oeste, de 2 de Setembro de 1916. Existe também na freguesia da Ponta Delgada uma capela dedicada aos Reis Magos, que pertenceu á casa Carvalhal. É de construção muito antiga, pois um documento de 1577 diz que já então se achava ela em mau estado de conservação. Foi reconstruída em 1778 por João de Carvalhal Esmeraldo e Câmara, administrador do vinculo a que ela pertencia. Há poucos anos foi de novo restaurada, sendo hoje propriedade de João Fidélio de Canha.

Reis Magos (*Enseada e Porto dos*). Na costa marítima da freguesia do Caniço, existe uma enseada chamada dos Reis Magos, que tem uma praia e um pequeno porto do mesmo nome, encontrando-se ali um centro piscatório de certa importância.

Reis Torgal (*Luís Maria dos*). Foi representante da Madeira em cortes na sessão parlamentar de 1892 a 1893.

Religião e Progresso. Publicou-se o primeiro numero a 15 de Novembro de 1879 e o ultimo, que foi o 44.º, a 17 de Novembro de 1880.

Relógios. Além do da Sé Catedral do Funchal, existem relógios destinados a indicar ao publico as horas, nas seguintes localidades: S. Martinho, Monte, Camacha, Santa Cruz, Ponta do Sol, Canhas e Estreito da Calheta (1921), Na torre da igreja paroquial de Machico houve outrora um relógio que deixou de funcionar em 1824.

O relógio da igreja de S. Martinho foi inaugurado em 1922; o da igreja do Monte foi adquirido pela fabrica da mesma igreja no tempo do falecido vigário cónego Francisco José Rodrigues de Almada; o da Camacha (V. este nome), que está numa torre ao sítio da Achada, e o de Santa Cruz, foram oferecidos, este pelo falecido R. Blandy e aquêle pelo Dr. Grabham; o dos Canhas, colocado na levada do Poiso, é propriedade dos heréus desta levada; e o do Estreito da Calheta, foi oferecido por um grupo de rapazes naturais dessa freguesia e ausentes na Africa do Sul. Na torre da igreja do Porto Santo desde 1899 que existe um relógio adquirido pela Câmara Municipal.

O actual relógio da Sé Catedral foi oferecido pelo Dr. M. Grabham á Câmara Municipal em sessão de 3 de Agosto de 1914, mas só chegou á Madeira a 8 de Novembro de 1921, a bordo do vapor Walmer Castle. Foi benzido pelo Prelado Diocesano a 23 de Fevereiro de 1922, assistindo á cerimonia o falecido imperador de Austria Carlos de Habsburgo. A 27 de Julho, do mesmo ano, declarou o vice-presidente da Camara que fôra já entregue á Municipalidade o mesmo relógio, tendo a colocação de dois dos ponteiros, o ultimo trabalho que nele se realizou, sido ultimada a 30 de Junho.

O antigo relógio da Sé, apeado a 6 de Dezembro de 1921 para a montagem do relógio oferecido pelo dr. Grabham, foi mandado fazer em 1775, durante o govêrno de João Antonio de Sá Pereira e tem nos seus maquinismos a seguinte inscrição: «Este relógio foi mandado fazer por administração do Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Gov.^{or} João Antonio de Saa Pr.^a Anno 1775 Paulo de França fecit.

Em 6 de Agosto de 1776 nomeou a Câmara o primeiro empregado para cuidar do relógio da Sé, e, desde então, nunca mais deixou o mesmo relógio de estar a cargo da Municipalidade, que era quem nomeava os relojoeiros. Não ha nos registos da Câmara nota alguma que explique a maneira como o relógio foi entregue á Municipalidade.

Em 1823, mandou a Câmara fazer um grande conserto no referido relógio, que importou em 85\$000 réis e foi executado por José Pedro Pereira, serralheiro, que nada levou pelo seu trabalho «visto ser obra do publico, a quem desejava ser util .. «o relógi, diz um antigo documento, ficou perfeito, tendo estado para ser abandonado, e em Lisboa ninguém o concertava por menos de 400 patacas».

O primitivo sino das horas do relógio da Sé, partiu-se, ignoramos em que circunstancias, tendo sido substituído por um sino do extinto convento de S. Francisco, requisitado pela Câmara em 1835. Pela mesma época, foi trocado por um sino da igreja do Colégio de S. João Evangelista, o sino dos quartos do mesmo relógio. O sino partido foi posto em praça pela Câmara e arrematado pela quantia de 2\$400 réis cada arroba.

Os quatro mostradores de pedra do antigo relógio da Sé e que foram aproveitados para o relógio actual, têm 2m,3 de diâmetro, e as letras 0m,35 de altura; os ponteiros, que não puderam ser utilizados por não marcarem os minutos, mediam 1,35 de comprimento.

Nos tempos em que não havia relógio na torre da Sé Catedral, eram as horas anunciadas ali por um relojoeiro, que foi pago a principio pela renda da imposição do vinho e depois pelos sobejos dos dízimos da Alfandega. O documento mais antigo que conhecemos referente a esse funcionário é de 11 de Abril de 1713, mas tudo leva a crer que já no século XVII houvesse um encarregado de bater as horas ou algumas delas, visto ser isso uma necessidade para estabelecer uma certa regularidade nos serviços públicos e particulares, sobretudo em épocas em que os relógios de parede e de algibeira eram ainda muito pouco frequentes no Funchal.

Rendell (J.M.) E.: *Concise Handbook of the Island of Madeira, with a plan of Funchal and map of the Island*; Londres, 1881, I vol.

Renton (*Dr.*) Medico inglês que residiu na Madeira por largos anos e publicou um trabalho sôbre as vantagens do clima da ilha no tratamento das molestias pulmonares, no *Edinburgh Medical and Surgical Journal* (1827). Fez diversas observações meteorologicas no Funchal, de colaboração com o dr. Heineken, de 1826 a 1831.

Representação em Cortes. Nas antigas Cortes Gerais ou Três Estados, tinham representação as terras ou povoações do país que, pela sua importância ou outras circunstancias especiais ainda não bem conhecidas, enviavam os seus delegados ao seio daquelas assembleias, os quais ali advogavam os interesses dos povos que representavam. As possessões ultramarinas, a que a Madeira pertencia, só mais tarde tiveram representantes especiais nas antigas côrtes, e parece haver sido o arquipélago madeirense o primeiro que gozou dêsse então assinalado privilegio.

Pelo decreto de 6 de Julho de 1645, teve a Madeira assento em cortes no primeiro banco, e afirma-se que D. João IV lhe concedera esta graça por ter sido esta ilha a primeira possessão onde fora aclamado rei de Portugal. Nada sabemos acerca do modo como entre nós era feita a escolha dos delegados às cortes, o que aliás se não realizava de uma maneira uniforme em todo o país. Também ignoramos os nomes de quaisquer indivíduos que depois daquela data tivessem representado este arquipélago em cortes, e apenas temos conhecimento de que a 14 de Março de 1619 dirigiu Filipe II uma carta a João Fogaça, a qual está registada nos livros da Câmara Municipal, participando-lhe que, devendo reunir-se os Três Estados na vila de Tomar afim de ser jurado o príncipe D. Filipe, devia ele achar-se naquela vila a «20 do mês de Maio em que as cortes se ande começar».

Lê-se a páginas 635 das notas às *Saudades da Terra* que parece já em 1479 a Madeira mandava procuradores às cortes, mas se compulsarmos a lista dos lugares que em 1535 davam esses procuradores, existente no arquivo da Torre do Tombo e publicada no Censo Eleitoral da Metrópole, do Sr. António de Sousa Júnior, não encontramos a nossa ilha incluída na dita lista.

Derrubado o governo absoluto pela revolução do Porto de 1820, que arvorou o sistema representativo, foram convocadas as assembleias eleitorais em 1821 para a escolha dos membros da Constituinte, saindo eleitos pela Madeira os deputados Dr. Maurício José Castelo Branco, Francisco João Moniz e o Dr. António João Rodrigues Garcês, que faleceu antes de tomar assento no Parlamento e foi substituído pelo Dr. João José de Freitas Aragão. Procedeu-se em 1822 às eleições gerais e ordinárias, tendo sido eleitos deputados efectivos por este arquipélago o Dr. João Francisco de Oliveira, Manuel Caetano Pimenta de Aguiar e o padre

João Manuel de Freitas Branco, e substitutos o padre Jerónimo Alvares da Silva Pinheiro, Dr. Luís António Jardim e padre João Crisóstomo Espinola de Macedo.

Restabelecido o governo absoluto em 1823, foram dissolvidas as cortes, mas por morte de D. João VI em 1826, novamente foi implantado o sistema representativo com a outorga da Carta Constitucional por D. Pedro IV. Procedeu-se logo às eleições e convocação das cortes, sendo eleitos pela Madeira o Dr. Lourenço José Moniz, Manuel Caetano Pimenta de Aguiar, padre Caetano Alberto Soares e Luis Monteiro.

D. Miguel regente do reino, dissolveu as cortes e proclamou-se rei absoluto em 1828, e somente em 1834 é que definitivamente se implantou entre nós o sistema de governo representativo. Em Setembro deste ano, realizaram-se as eleições nesta ilha e foram eleitos quatro deputados.

Damos em seguida a relação completa dos indivíduos que nas diversas legislaturas representaram este arquipélago, quer como deputados, quer como pares do reino electivos e senadores:

1834-1836 – Terminada a guerra civil, D. Pedro IV, por decreto de 28 de Maio de 1834, convocou as assembleias eleitorais, tendo-se realizado as eleições na Madeira em Setembro seguinte e saindo eleitos o Dr. Lourenço José Moniz, Antonio Aluísio Jérvís de Atouguia, João de Oliveira e José Liberato Freire de Carvalho. Em Novembro de 1835, houve eleições neste arquipélago para o preenchimento da vaga deixada por Jérvís de Atouguia, tendo sido eleito Luís da Silva Mousinho de Albuquerque. O decreto de 4 de Junho de 1836 dissolveu o parlamento e mandou proceder às eleições, sendo em Agosto do mesmo ano eleito o Dr. Lourenço José Moniz, Antonio Aluísio Jérvís de Atouguia, João de Oliveira e Dr. José Ferreira Pestana. As cortes não chegaram a reunir-se por se haver proclamado a 10 de Setembro de 1836 a Constituição de 1822.

1837-1838 - O decreto de 8 de Outubro de 1830 ordenou que se convocassem os colégios eleitorais, outorgando aos deputados poderes constituintes, tendo sido eleitos em Dezembro do mesmo ano o Dr. Lourenço José Moniz, João de Oliveira, Luís da Silva Mousinho de Albuquerque e Dr. José Ferreira Pestana como efectivos, e Antonio Aluísio Jervis de Atouguia, deão Januario Vicente Camacho e cónego Gregorio Nanzianzeno de Medina e Vasconcelos como substitutos.

1838-1840—Em virtude do disposto nos decretos de 18 e 20 de Junho de 1838, realizaram-se neste distrito, em Agosto seguinte, as eleições para senadores e deputados, tendo sido eleitos João da Câmara de Carvalhal Esmeraldo e marquês de Saldanha, senadores efectivos, duque da Terceira, senador substituto, Dr. Lourenço José Moniz, Antonio Aluísio Jérviz de Atouguia, Luís da Silva Mousinho de Albuquerque e Dr. José Ferreira Pestana, deputados efectivos, e deão Januario Vicente Camacho e Sebastião Xavier Botelho, deputados substitutos. Para se preencher uma vaga de senador e duas de deputados substitutos, houve eleição em Setembro de 1838, saindo eleitos o barão de Tojal, senador substituto, e Dr. Domingos Olavo Correia de Azevedo e cónego Gregorio Nanzianzeno de Medina e Vasconcelos, deputados substitutos. Houve novamente eleição para o preenchimento duma vacatura de senador, e foram escolhidos o Dr. Daniel de Ornelas e Vasconcelos para senador efectivo e o Dr. Domingos Olavo Correia de Azevedo para substituto.

1840-1842 – Dissolvidas as cortes a 25 de Fevereiro de 1840, foram mandadas convocar as assembleias eleitorais, por decretos de 27 e 28 do mesmo mês e ano, sendo em Abril seguinte eleitos deputados o Dr. Lourenço José Moniz, Dr. José Ferreira Pestana, Dr. Luis Vicente de Afonseca e António Aluísio Jérviz de Atouguia, efectivos, e cónego Dr. Gregorio Nanzianzeno de Medina e Vasconcelos, padre Dr. João Henriques Moniz e Dr. José Maria Lopes Carreira, substitutos. Tendo o senador barão de Tojal sido nomeado ministro da Fazenda e deixado vago o lugar que tinha na câmara alta, houve eleição em Junho de 1841, sendo eleito o mesmo barão de Tojal. Em Junho de 1841, foi o Dr. José Ferreira Pestana nomeado ministro da Marinha, vagando o seu lugar de deputado e procedendo-se em Julho seguinte á respectiva eleição, recaindo a escolha no mesmo Dr. José Ferreira Pestana.

1842-1845 – Foram dissolvidas as cortes e declarada em vigor a Carta Constitucional, por decreto de 10 de Fevereiro de 1842, e, pelo mesmo decreto e pelo de 5 de Março seguinte, se mandou proceder ás eleições, tendo sido eleitos deputados em Junho deste ano o Dr. Luís Vicente de Afonseca, João da Câmara Carvalhal Esmeraldo, Francisco Correia Heredia e Dr. Bartolomeu dos Martires Dias e Sousa.

1846 – Terminada a legislatura, o decreto de 28 de Abril de 1845 ordenou a reunião das assembleias eleitorais sendo, em Agosto seguinte, eleitos o Dr. Lourenço José Moniz, Dr. Luís Vicente de Afonseca e Dr. Bartolomeu dos Martires Dias e Sousa.

1848-1851 – O decreto de 23 de Maio de 1846 dissolveu o parlamento e o de 27 de Julho do mesmo ano mandou, proceder ás eleições, que, em virtude das lutas civis de então, só se realizaram em Novembro de 1847, pelo decreto de 12 de Agosto, tendo em

Dezembro seguinte saído eleitos o Dr. Lourenço José Moniz, Dr. Luis Vicente de Afonseca, deão Januario Vicente Camacho e José Silvestre Ribeiro.

1851-1852 – Tendo sido dissolvido o parlamento em 25 de Maio de 1851, convocaram-se as assembleias para a eleição, que se realizou em Novembro desse ano, por decreto de 16 Julho, conferindo poderes constituintes aos deputados, recaindo a escolha no Dr. Lourenço José Moniz, Antonio Aluísio Jérvís de Atougua, Dr. José Ferreira Pestana e Dr. Antonio da Luz Pita.

1853-1856 – O decreto de 24 de Julho de 1852 dissolveu o parlamento, mandando-se proceder ás eleições pelo decreto de 2 de Outubro do mesmo ano, sendo em Abril seguintes eleitos o Dr. Lourenço José Moniz, Dr. José Ferreira Pestana, José Silvestre Ribeiro e Dr. António da Luz Pita.

1857-1858 – Havendo terminado o período legislativo, mandou o decreto de 29 de Setembro de 1856 convocar as assembleias para as eleições, tendo em Dezembro do mesmo ano sido eleitos José Silvestre Ribeiro, D. Luís da Câmara Leme, Dr. Sebastião Frederico Rodrigues Leal e Antonio Correia Heredia.

1858-1859 – As cortes foram dissolvidas a 26 de Março de 1858 e reunidos os colégios eleitorais em Maio, por decreto de 6 de Abril do mesmo ano, tendo saído eleitos Antonio Correia Heredia, Dr. Luis de Freitas Branco, Jacinto Augusto de Sant'Ana e Vasconcelos e Antonio Rogerio Gromicho Couceiro. Havendo este sido igualmente eleito por Portalegre, teve de optar por este circulo, por ser o da sua naturalidade, procedendo-se de novo á eleição neste arquipélago em Novembro de 1858, saindo eleito D. Luís da Câmara Leme.

1860-1861 – O decreto de 23 de Novembro de 1859 dissolveu as cortes e o de 28 do mesmo mês e ano mandou convocar as assembleias eleitorais, recaindo a eleição no Dr. Luis Vicente de Afonseca (circulo do Funchal), D. Luís da Câmara Leme (Calheta), Dr. Luis de Freitas Branco (Santa Cruz) e Dr. Antonio Gonçalves de Freitas (Ponta do Sol).

1861-1864 – Sendo dissolvido o parlamento por decreto de 27 de Março de 1861 e por decreto de 30 do mesmo mes e ano mandadas realizar as eleições, tiveram estas lugar a 15 de Maio seguinte, saindo eleitos o Dr. Luís Vicente de Afonseca (circulo do Funchal), D. Luís da Câmara Leme (Calheta), Dr. Luis de Freitas Branco (Santa Cruz) e Dr. Antonio Gonçalves de Freitas (Ponta do Sol).

1865 – Tendo acabado a sessão legislativa, mandou o decreto de 4 de Agosto reunir as assembleias para se proceder às eleições ordinárias, havendo sido eleitos o Dr. Luís de Freitas Branco, Jacinto Augusto de Sant'Ana e Vasconcelos, Dr. Antonio Gonçalves de Freitas e Dr. Francisco Joaquim de Sá Camelo Lampreia.

1865-1868 – Tendo sido dissolvidas as cortes, foram convocados os colégios eleitorais por decreto de 15 de Maio de 1865, realizando-se a eleição a 25 de Julho do mesmo ano, a qual recaiu no Dr. Luís de Freitas Branco (circulo de Santa Cruz), António Correia Heredia (Ponta do Sol) e Jacinto Augusto de Santana e Vasconcelos (Funchal). Antonio Correia Heredia renunciou ao mandato e foi eleito outro para preencher a vaga.

1868-1869 – O decreto de 14 de Janeiro de 1868 dissolveu o parlamento, tendo o decreto de 17 de Fevereiro do mesmo ano mandado proceder ao acto eleitoral, que se realizou a 19 de Abril seguinte, saindo eleitos Caetano Velosa Carvalho Esmeraldo Castelo Branco (circulo do Funchal), Dr. Agostinho de Ornelas e Vasconcelos (Ponta do Sol) e dr.João Barbosa de Matos e Camara (Santa Cruz).

1869-1870 – Os decretos de 23 de Janeiro e 18 de Março de 1869, respectivamente, dissolveram as cortes e mandaram reunir as assembleias eleitorais, tendo a eleição tido lugar a 2 de Maio seguinte e sido proclamados deputados o Dr. Agostinho de Ornelas e Vasconcelos (circulo da Ponta do Sol) e Dr. Luís Vicente de Afonseca (Funchal).

1870 – Tendo sido dissolvido o parlamento por decreto de 2 de Janeiro de 1870, mandou o decreto de 3 de Fevereiro seguinte proceder às eleições que neste arquipélago se realizaram a 1 de maio do mesmo ano, havendo sido eleitos o Dr. Luís Vicente de Afonseca (Funchal) e o Dr. Agostinho de Ornelas e Vasconcelos (Ponta do Sol).

1870-1871 – As cortes foram dissolvidas por decreto de 1 de Julho de 1870 e, feita a convocação das assembleias eleitorais pelo decreto de 18 de Setembro do mesmo ano, saíram proclamados deputados o Dr. Luís Vicente de Afonseca (Funchal) e o Dr. Agostinho de Ornelas e Vasconcelos (Ponta do Sol).

1871-1874 – O decreto de 3 de Junho de 1871 dissolveu o parlamento e mandou convocar os colégios eleitorais a 9 de Julho seguinte, mas só se reuniram neste distrito a 20 do mesmo mês, tendo sido eleitos o Dr. Luís Vicente de Afonseca (Funchal) e o Dr. Agostinho de Ornelas e Vasconcelos (Ponta do Sol).

1875–1878 - Havendo terminado o período legislativo, foi o acto eleitoral fixado, por decreto de 5 de Junho de 1874, para 18 de Julho seguinte, realizando-se neste dia a eleição na Madeira, que, daqui em diante, passou a ter lugar no mesmo dia que no Continente do Reino. Saíram eleitos D. Luis da Câmara Leme e Ricardo Júlio Ferraz.

1879 – Terminada a legislatura, marcou o decreto de 29 de Agosto de 1878 as eleições para o dia 13 de Outubro do mesmo ano, tendo saído eleitos o engenheiro Ricardo Júlio Ferraz (Funchal), Dr. Manuel José Vieira (Santa Cruz) e cónego Alfredo César de Oliveira (Ponta do Sol).

1880-1881 – Foi dissolvido o parlamento pelo decreto de 28 de Agosto de 1879 e fixada a eleição para o dia 19 de Outubro seguinte pelo decreto de 11 de Setembro, havendo saído eleitos o cónego Alfredo César de Oliveira (Ponta do Sol), Dr. Manuel Celestino Emidio (Santa Cruz) e cónego Feliciano João Teixeira (Ponta do Sol).

1882-1884 – Os decretos de 4 e 30 de Junho de 1881 dissolveram o parlamento e convocaram os colégios eleitorais, realizando-se a eleição a 21 de Agosto, sendo proclamados deputados o Dr. Luís de Freitas Branco (Funchal), Dr. Manuel José Vieira (Santa Cruz) e Dr. Luís Antonio Gonçalves de Freitas (Ponta do Sol). Tendo falecido o deputado Dr. Luís de Freitas Branco, mandou-se proceder à eleição no círculo do Funchal, por decreto de 7 de Setembro de 1882, realizando-se o acto eleitoral a 5 de Novembro do mesmo ano. Foi mais votado o candidato Anselmo José Braamcamp, mas, não alcançando a maioria absoluta de votos, repetiu-se novamente a eleição a 26 de Novembro do mesmo ano, tendo saído eleito o Dr. Manuel de Arriaga.

1884-1887 – O decreto de 24 de Maio de 1884 dissolveu o parlamento e fez reunir as assembleias eleitorais a 29 de Junho seguinte, conferindo poderes especiais aos deputados para a reforma da Carta Constitucional. Foram eleitos o Dr. Manuel José Vieira, Pedro Maria Gonçalves de Freitas, Dr. João Augusto Teixeira e Henrique de Santana e Vasconcelos. Em virtude das disposições do decreto de 8 de Outubro de 1885, realizou-se a eleição de pares de reino a 2 de Dezembro do mesmo ano, sendo eleitos por este distrito Antonio Correia Heredia e o visconde de Vila Mendo.

1887-1889 – Tendo sido dissolvido o parlamento, foram marcadas as eleições de deputados para 6 de Março de 1887 e as de pares electivos para 27 do mesmo mês, saindo eleitos o Dr. Manuel José Vieira, cónego Alfredo César de Oliveira, cónego Feliciano João Teixeira e Dr. Fidelio de Freitas Branco, deputados, e Pedro Maria Gonçalves de Freitas e Tomás Nunes de Serra e Moura, pares do

reino. Tendo o cônego Alfredo de Oliveira renunciado o seu mandato, foi chamado a preencher a vaga o candidato mais votado Henrique de Santana e Vasconcelos.

1890 – Terminando a sessão legislativa, mandou o decreto de 15 de Setembro de 1890 proceder às eleições ordinárias a 20 de Outubro seguinte, tendo sido eleitos o Dr. Carlos Lobo de Avila, Luis Bandeira Coelho, Henrique de Sant'Ana e Vasconcelos e Dr. João Catanho de Meneses.

1890- 1892 – O decreto de 20 de Janeiro de 1890 dissolveu a câmara dos deputados e a parte electiva da câmara dos pares, e o decreto de 20 de Fevereiro do mesmo ano fixou a eleição dos membros da câmara baixa para o dia 30 de Março seguinte e a eleição dos pares para o dia 14 de Abril. Foram eleitos deputados o Dr. Fidelio de Freitas Branco, Dr. Antonio Jardim de Oliveira, Dr. José Julio Rodrigues e José Maria Greenfield de Melo, e pares do reino o visconde de Vila Mendo e o Dr. Luís Adriano de Magalhães Meneses e Lencastre.

1892-1893 – O decreto de 15 de Setembro de 1892 mandou proceder ás eleições a 23 de Outubro do mesmo ano, saindo eleitos o Dr. Augusto Dias Ferreira, Dr. Luís Maria dos Reis Torgal, Dr. Antonio Baptista de Sousa e o Dr. Manuel de Assunção. Tendo este falecido, foi chamado a preencher a vaga o Dr. Antonio Vicente Varela, candidato mais votado.

1894- 1895 – O decreto de 7 de Dezembro de 1893 dissolveu o parlamento, tendo o decreto de 19 do mesmo mês e ano marcado as eleições de deputados para 11 de Fevereiro imediato e as de pares para 25. O decreto de 31 de Janeiro de 1894 adiou as eleições, que foram respectivamente fixadas para os dias 15 e 29 de Abril seguinte, tendo saído eleitos deputados o Dr. Manuel José Vieira, Pedro Maria Gonçalves de Freitas, Dr. Fidelio de Freitas Branco e D. João de Alarcão Velasques Sarmento Osorio, e pares do reino o Dr. Antonio Baptista de Sousa e José Bandeira Coelho de Melo.

1895-1897 – As cortes foram dissolvidas por decreto de 28 de Março de 1895, tendo o decreto de 25 de Setembro do mesmo ano fixado o dia 17 de Novembro seguinte para a eleição. Saíram eleitos o Dr. Fidelio de Freitas Branco, Dr. Romano de Santa Clara Gomes e Dr. Luciano Afonso da Silva Monteiro.

1897-1899 – Dissolvendo o parlamento por decreto de 8 de Fevereiro de 1897, foi marcado o acto eleitoral para 2 de Maio deste ano, em virtude do disposto no decreto de 24 de Março anterior, havendo sido eleitos o dr. João Catanho de Meneses (circulo de Santana), visconde da Ribeira Brava (Ponta do Sol) e Augusto José da Cunha (Funchal).

1900 – O decreto de 17 de Outubro de 1899 mandou realizar o acto eleitoral a 26 de Novembro do mesmo ano, sendo eleitos deputados o Dr. João Catanho de Meneses (Santa Cruz), Dr. José Antonio de Almada (Funchal) e João Augusto Pereira (Ponta do Sol).

1901 – Sendo dissolvidas as cortes, por decreto de 25 de Outubro de 1900, mandou-se, por outro decreto da mesma data, proceder á eleição a 25 de Novembro desse ano e saíram eleitos o Dr. Quirino Avelino de Jesus (Funchal), Alberto Botelho (Santa Cruz) e o Dr. Alberto Bramão (Ponta do Sol).

1902 -1904 – Foi o parlamento dissolvido por decreto de 4 de Junho de 1901, tendo o decreto de 24 de Agosto seguinte determinado que as eleições se realizassem a 6 de Outubro imediato, havendo sido eleitos João Augusto Pereira, Alberto Botelho, Alexandre José Sarsfield e Dr. Frederico dos Santos Martins.

1904 – Dada a dissolução do parlamento por decreto de 29 de Abril de 1904, teve lugar a eleição a 26 de Junho seguinte, em virtude do disposto no decreto de Maio do mesmo ano. Foram eleitos João Augusto Pereira, Alexandre José Sarsfield, Dr. Frederico dos Santos Martins e João Frederico Júdice de Vasconcelos.

1905-1906 – Havendo as cortes sido dissolvidas por decreto de 24 de Dezembro de 1904, convocaram-se as assembleias eleitorais para 12 de Fevereiro de 1905, conforme o determinado no decreto de 3 de Janeiro do mesmo ano, saindo eleitos o Dr. Catanho de Meneses, João Augusto Pereira, Dr. José Cabral Correia do Amaral e cónego Antonio Homem de Gouveia. O major Alexandre José Sarsfield, que foi o quinto candidato votado, impugnou a eleição do capitão João Augusto Pereira, com o fundamento de que este candidato era comandante da secção do material de guerra nesta ilha, declarando o Tribunal de Verificação de Poderes ser inelegível o dito candidato e mandando proceder a nova eleição, em virtude do acordão de 30 de Março de 1905, para o preenchimento da vaga dada. O decreto de 4 de Abril do mesmo ano mandou realizar o acto eleitoral a 7 de Maio seguinte, sendo novamente eleito o capitão João Augusto Pereira.

1906—O decreto de 9 de Fevereiro de 1906 dissolveu o parlamento e o de 24 de Março seguinte mandou proceder ao acto eleitoral a 29 de Abril do mesmo ano, havendo sido eleitos deputados o Dr. Frederico dos Santos Martins, Alexandre José Sarsfield e cónego Antonio Homem de Gouveia.

1906-1907—Tendo o decreto de 5 de Junho de 1906 dissolvido o parlamento, o decreto de 4 de Julho do mesmo ano fixou as eleições para 10 de Agosto seguinte. Saíram eleitos deputados João Augusto Pereira, cónego Antonio Homem de Gouveia Dr. Salvador Brum do Canto e Dr. Francisco Xavier de Oliveira Cabral Moncada.

1908-1910—As cortes foram dissolvidas pelo decreto de 10 de Maio de 1907, tendo o decreto de 24 de Dezembro do mesmo ano fixado o acto eleitoral para 5 de Abril de 1908, sendo eleitos João Augusto Pereira, José Ribeiro da Cunha, João Soares Branco e Ernesto Jardim de Vilhena. Sendo impugnada a validade da eleição do candidato João Augusto Pereira, o Tribunal de Verificação de Poderes, por seu acordão de 27 de Abril de 1908, julgou inelegível o dito candidato, mandando-se proceder neste distrito à eleição dum deputado, que se realizou a 26 de Julho de 1908, tendo sido eleito novamente o capitão João Augusto Pereira.

Foi dissolvido o Parlamento e realizou-se o acto eleitoral a 28 de Agosto de 1910, tendo saído eleitos Alexandre José Sarsfield, José L. Avila e Lima, Emilio A. Santos Gil e José Correia Cabral do Amaral. As cortes não chegaram a reunir-se por ter sido proclamada a Republica a 5 de Outubro do mesmo ano.

1911-1915—O decreto de 28 de Abril de 1911 convocou as assembleias eleitorais para o dia 28 de Maio seguinte, em que se procedeu á eleição dos deputados às novas Cortes Constituintes, sendo eleitos por este arquipélago o Dr. Manuel de Arriaga, Dr. Carlos Olavo Correia de Azevedo, Francisco Correia Heredia Ribeira Brava e Dr. Manuel Gregorio Pestana Júnior. Sendo o Dr. Manuel de Arriaga eleito presidente da República a 24 de Agosto de 1911, deixou vago o lugar de deputado, mas a eleição para o preenchimento dessa vacatura só se realizou a 16 de Novembro de 1913, sendo eleito o agrónomo João da Câmara Pestana, que pouco depois renunciou o mandato.

1915-1917—Realizaram-se as eleições gerais a 13 de Junho de 1915, saindo eleitos deputados por este arquipélago Francisco Correia Heredia Ribeira Brava, Dr. Carlos Olavo Correia de Azevedo, Dr. Manuel Gregorio Pestana Júnior e Manuel da Costa Dias, e senadores Daniel Simões Soares, Dr. Vasco Gonçalves Marques e Dr. Remigio Gil Espinola Barreto.

1918 – Dissolvido o parlamento, realizou-se o acto eleitoral a 28 de Abril de 1918, em que foram eleitos deputados Aires de Ornelas de Vasconcelos, José Vicente de Freitas e Duarte Melo Ponce de Carvalho, e senadores Alberto Correia Pinto de Almeida e Adolfo Augusto Baptista Ramires.

1919-1921 - O acto eleitoral teve lugar a 11 de Maio de 1919, e saíram deputados o Dr. Carlos Olavo Correia de Azevedo, Dr. Pedro Góis Pita, Americo Olavo Correia de Azevedo e José Miguel Lamartine Prazeres da Costa, e senadores o Dr. Vasco Gonçalves Marques, José Mendes dos Reis e Heitor Eugenio Magalhães Passos. Vagando um lugar de deputado por este arquipélago, foi proclamado João Maria de Santiago Prezado, único candidato apresentado.

1921 – Foi dissolvido o parlamento e realizou-se a eleição a 10 de Julho de 1921, sendo eleitos deputados o Dr. Carlos Olavo Correia de Azevedo, Dr. Pedro Góis Pita, Americo Olavo Correia de Azevedo e Manuel de Sousa Brasão, e senadores o Dr. Vasco Gonçalves Marques, Dr. Manuel Augusto Martins e Dr. José Varela.

1922... – Tendo as cortes sido dissolvidas, procedeu-se ao acto eleitoral a 29 de Janeiro de 1922, saindo eleitos deputados pela Madeira o Dr. Carlos Olavo Correia de Azevedo, Americo Olavo Correia de Azevedo, Dr. Pedro Góis Pita e Dr. Juvenal Henriques de Araújo, e senadores Dr. Vasco Gonçalves Marques, Vasco Cipriano Silva e César Procópio de Freitas.

Em 1911, não se fizeram eleições directas para senadores, tendo sido a assembleia eleitoral constituinte quem as fez entre os seus membros, de harmonia com o artigo 84 e seus parágrafos da Constituição Política da Republica Portuguesa.

1925-1926 – Dr. Adolfo de Sousa Brasão, Dr. Domingos dos Reis Costa e capitão Manuel da Costa Dias, deputados, e Dr. Vasco Gonçalves Marques, Dr. José Varela e Dr. João Augusto de Freitas, senadores.

1935-1938 – Dr. Juvenal Henriques de Araújo, Dr. Alvaro Favila Vieira e Dr. Manuel Pestana dos Reis, deputados, e Dr. Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves, Procurador.

1938-1942 – Dr. Juvenal Henriques de Araújo, Dr. Alvaro Henriques Perestrelo Favila Vieira, Dr. Manuel Pestana dos Reis, Gabriel Mauricio Teixeira e Dr. Gastão Carlos de Deus Figueira, deputados, e Dr. Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves, Procurador.

1942-1946 – Dr. Alvaro Henriques Perestrelo de Favila Vieira, Dr. Juvenal Henriques de Araújo e Dr. Luís Lopes Vieira de Castro, deputados, e Dr. Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves, Procurador.

República (*Proclamação da*). A notícia da proclamação da Republica na capital foi conhecida na Madeira na tarde do dia 5 de Outubro de 1910, chegando pouco depois um telegrama anunciando a constituição do governo. No dia 6, o Dr. Manuel Augusto Martins investido, em virtude de telegrama do novo governo, na autoridade superior do distrito, conferenciou acerca dos acontecimentos com o conselheiro António Jardim de Oliveira, secretario geral servindo de governador civil, e com o coronel Valeriano José da Silva, comandante militar, e sendo-lhe declarado por estas autoridades que não tinham recebido comunicação oficial de se achar implantada a Republica no país, imediatamente ele telegrafou para Lisboa pedindo que essa comunicação fosse feita, afim de poder tomar posse do lugar para que fora nomeado e ser reconhecido pelos madeirenses o novo governo.

A comunicação ao comandante militar não se fez esperar, declarando então esta autoridade que se não opunha a que fosse hasteada a bandeira republicana na fortaleza de São Lourenço e a que as forças lhe prestassem as devidas honras, realizando-se estes actos pouco depois na fortaleza de S. Lourenço e assistindo a eles o Dr., Martins e vários correligionários, que se haviam postado na varanda do Club Restauração, que deita sobre a avenida de Gonçalves Zargo. A nova bandeira foi saudada militarmente pela guarda, que tinha formado para esse fim, tocando uma filarmónica nessa ocasião a Portuguesa, que todos ouviram em silêncio e com o maior acatamento. Usaram da palavra na referida varanda o Dr. Martins, Azevedo Ramos, o Dr. Pestana Júnior e o Dr. Gonçalves Preto, aconselhando todos ordem ao povo e o respeito individual.

A posse do novo governador civil, conferida pelo oficial Octaviano Soares, visto o secretario geral se não achar presente, teve lugar antes da cerimónia a que acabamos de nos referir, sendo içada a bandeira revolucionária no mastro do Governo Civil e ouvindo-se nessa ocasião a Portuguesa. O Dr. Martins levantou vivas à Republica, à Liberdade e à Pátria, que foram calorosamente correspondidos pelo povo que se achava na rua.

Á noite, numerosos grupos, acompanhados das filarmónicas Artístico-Madeirense e artistas Funchalenses, percorreram as ruas da cidade, queimando fogos de Bengala e dando vivas à Republica. Ao terminar a manifestação, falou Azevedo Ramos ao povo numa das janelas do centro do «Dr. Manuel de Arriaga».

No dia 7, pelas 9 horas e meia da manhã, foi hasteada a bandeira republicana na fortaleza de S. Tiago, salvando a bateria, pela 1 hora da tarde, realizou-se cerimónia idêntica na fortaleza de S. Lourenço, com a assistência do regimento de infantaria n.º 27 que, trazido por alguns sargentos, saíra do seu quartel, armado de espingardas e baionetas, em contravenção da ordem de prevenção que fora dada pelo comandante a fim de poder acudir a qualquer pedido da autoridade administrativa, no caso de alteração da ordem publica.

Na Praça da Constituição, compareceram alguns oficiais, entre os quais o capitão Henrique Luís Monteiro, que tentou impor disciplina às tropas, não sendo porém atendido, subindo então a um banco da mesma praça o Dr. Pestana Júnior, administrador do concelho do Funchal, que declarou que nenhum oficial do regimento atentaria contra o novo régimen político, segundo lhe havia declarado o mesmo capitão sob sua palavra de honra, e que nestas condições as praças deviam obedecer aos seus oficiais e entrar na ordem. Acrescentou o Dr. Pestana Júnior que, para si, a palavra de honra do capitão Henrique Monteiro era um penhor que muito respeitava.

Pouco depois chegava ao largo da Restauração o major de artilharia Goulart de Medeiros, conhecido como republicano e que todos supunham haver concorrido para que as tropas saíssem do seu quartel, o qual, depois de haver conferenciado com o distinto e brioso oficial o capitão Henrique Monteiro, se dirigiu também às tropas ali reunidas, exortando-as á obediência, visto a oficialidade do regimento haver aderido ao novo regimen, sendo alvo duma entusiástica manifestação de simpatia tanto da parte dos sargentos e soldados como do povo.

No entretanto, era içada na fortaleza de S. Lourenço, por um oficial do regimento, a bandeira republicana, apresentando-lhe armas as fôrças e erguendo o Dr. Pestana Júnior vários vivas que foram entusiasticamente correspondidos pelo povo.

Tendo comparecido, a pedido das tropas, a banda de musica de infantaria n.º 27, foi, por ordem do comandante militar, arriada a bandeira e de novo hasteada ao som da portuguesa, com as devidas honras, estando já a esse tempo a força sob o comando de oficiais, conforme havia pedido no seu discurso o major Medeiros. Ao passarem da praça da Constituição para o largo da Restauração, onde, como dissemos, o mesmo oficial fez uso da palavra, tinham-se recusado as praças a serem comandadas pela oficialidade, sendo o sargento-ajudante quem as dirigia.

Em seguida, o regimento acompanhado da respectiva banda de música, que tocava a Portuguesa, e sob o comando do major Luis Correia Acciaioly, percorreu as ruas de S. Francisco, Carreira, João Tavira, Aljube, Ferreiros, Príncipe, rampa de D. Manuel, largo do Pelourinho e Campo de D. Carlos, indo saudar a bateria n.º 3 de artilharia de guarnição, que se não associou às manifestações do regimento de infantaria e manteve sempre a maior disciplina, sob o comando do capitão João Augusto Pereira.

No quartel de artilharia, onde entraram muitos populares, foram erguidos alguns vivas á Republica, prosseguindo depois as tropas e o povo pela rua de Santa Maria, largo do Pelourinho, rampa de D. Manuel, ruas do Príncipe e Ferreiros, largo do Colégio e rua do Castanheiro, e dando finalmente entrada no seu quartel, onde tiveram lugar novas manifestações de regozijo.

A pedido dos sargentos e praças de infantaria, o comandante militar coronel Valeriano José da Silva deu por concluída a prevenção do regimento e mandou retirar o busto e o retrato de D. Manuel II, que se achavam no seu gabinete do quartel, determinado igualmente que cessasse o cumprimento de todas as penas disciplinares.

Chamou-se ao movimento de tropas que teve lugar no dia 7 uma manifestação publica de adesão á Republica, mas aqueles que analisaram os factos a sangue frio, consideraram esse movimento como uma insubordinação de carácter grave, embora pouco para estranhar num período revolucionário, em que a disciplina e os regulamentos militares são em geral pouco respeitados.

Vimos nas proximidades da antiga praça da Constituição muitos ingleses que na manhã do dia 7 haviam desembarcado no Funchal fugirem espavoridos ao avistarem os soldados armados que se dirigiam em desordem para a mesma praça, mas manda a verdade que se diga que, afora a indisciplina e a recusa dos mesmos soldados em atender as ordens dos seus officiais, nada mais digno de censura houve a registar nesse dia, quer da parte da tropa quer da do povo.

A proclamação da Republica fez-se na Madeira sem obstáculos de qualidade alguma, e, apesar de alguns actos insensatos praticados depois por indivíduos facciosos e pouco respeitadores das opiniões e crenças alheias, foi o novo regímen bem acolhido por quase toda a gente, pois se supunha então que á sombra dele entraria a moralidade na administração dos rendimentos do Estado e não mais se cometeriam os erros e desvarios que tanto haviam desacreditado os governos dos últimos tempos da monarquia.

Requeme (*Sebastes Kuhlii*). Peixe triglida que é pescado numa profundidade que varia entre 100 e 250 braças. Em Câmara de Lobos é conhecido pelo nome de chapado e no Porto Santo pelo de vermelho. Não é espécie rara e vive nos sítios rochosos. A sua carne tem sabor agradável.

Requinta de Braga. Pequeno instrumento de quatro cordas, semelhante ao braguinha, e que se diz ter sido criado pelo falecido músico madeirense Agostinho Martins. A sua afinação é lá, ré, fá, lá segundo nos informa o Sr. Dr. Manuel dos Passos Freitas.

Resenha Cronológica do Jornalismo Madeirense. É este o título dum trabalho, organizado em 1908 sob a direcção do falecido João Eleuterio Martins, em que se mencionam todos os jornais madeirenses aparecidos até então, com a designação dos anos em que se publicaram, sua duração, números que saíram, etc.. Foi baseado esse trabalho nas importantíssimas colecções de jornais adquiridas pelo mesmo Eleuterio Martins e que são agora propriedade da empresa do *Diário de Notícias*.

Restauração (Largo da). É o largo onde está a entrada principal da fortaleza de S. Lourenço e que foi aberta por ocasião da demolição do teatro grande, no tempo do governo de D. Alvaro da Costa Macedo. Antes de desaparecer este teatro, havia duas estreitas ruas que ladeavam uma parte das muralhas da fortaleza e que conduziam á entrada principal desta. O nome dado ao largo recorda a restauração da Carta Constitucional, no dia 5 de Junho de 1834.

Restauração de Portugal. Pelos fins de Dezembro de 1640, tocou na Madeira um navio em viagem de Cádiz para as Canárias, trazendo a noticia de que no Continente se tinham dado graves acontecimentos, mas ocultando propositadamente os pormenores da revolução de 1 de Dezembro e bem assim que o duque de Bragança havia sido proclamação rei de Portugal.

Foi a 8 ou 9 de Janeiro de 1641 que chegou ao nosso porto uma caravela e que pela sua tripulação se teve conhecimento de toda a verdade. Era o navio portador de cartas dirigidas pelo novo soberano ao governador e capitão-general da Madeira Luis Miranda Henriques e ao bispo D. Jeronimo Fernando, comunicando-lhes o extraordinário successo da libertação de Portugal do jugo castelhano e ordenando-lhes que sem perda de tempo se procedesse á proclamação da independência da nação e que, por todas as autoridades e funcionários, e ainda pelos membros do clero e da nobreza e representantes do povo, fossem prestados termos de vassalagem e de fidelidade ao novo rei e ao governo legalmente constituído.

A noticia espalhou-se rapidamente pela cidade, sendo recebida com imenso júbilo pela população, resolvendo logo o senado, de acordo com as principais autoridades, convocar toda a nobreza, clero e povo para uma grande reunião na casa da Câmara no dia 11 de Janeiro de 1641, afim de aí ser aclamado e reconhecido o novo monarca.

Nesse dia, achando-se presentes no referido local o governador, o bispo, os juizes ordinários Luís Francisco de Oliveira e Diogo Pereira da Silva, os vereadores João Baptista Acciaioly e Antonio de Carvalhal Esmeraldo, o procurador do concelho D. Antonio Dias, os mestres Pedro Rodrigues, Simão Lopes, Francisco Gomes e Lourenço Gonçalves, o capitão do presídio castelhano, D. Tomás Velasquez Sarmiento, e os representantes do clero, nobreza e povo, declarou o mesmo governador a todas as pessoas presentes «que tinha carta do muito alto e muito poderoso senhor rei D. João IV, em que lhe fazia saber a geral conformidade com que estava alevantado por legitimo rei e senhor dos seus reinos de Portugal».

Lida que foi esta carta pelo governador, passou o bispo a apresentar a que havia também recebido do novo rei, depois do que toda a assembleia aclamou com grande alvoroço e entusiasmo a D. João IV, que logo foi reconhecido por verdadeiro soberano dos portugueses, lançando-se em seguida nos livros do senado um auto da cerimónia que acabava de realizar-se que é um documento interessante e que foi pela primeira vez publicado no Heraldo da Madeira, de 1 de Dezembro de 1906.

Comemorou a Igreja com um solene Te Deum, realizado na catedral, a aclamação de D. João IV, e, na noite do dia 11 e nas imediatas, houve em toda a cidade brilhantíssimas iluminações para festejar um acontecimento que enchia de jubilo os corações dos verdadeiros portugueses.

O comandante do presídio castelhano D. Tomás Velasquez Sarmiento, apesar de dispor dalgumas forças nada fez para se opor á vontade dos madeirenses, e entregando as fortalezas e aceitando quartel tanto nestas como nas vilas, aguardou sossegadamente a chegada de um navio que o transportasse à Espanha.

A cerimónia do juramento de fidelidade ao novo soberano, por parte do clero, nobreza e povo, teve lugar no dia 13 de Janeiro, na casa da câmara, e no dia 25 foram chamados diversos cidadãos portugueses para ocuparem cargos do senado, que estavam sendo desempenhados por espanhóis. Pero Catanho foi eleito juiz do povo, Martim Mendes de Vasconcelos, vereador, e Gonçalo de Freitas da Silva, procurador do concelho; para o lugar de almotacé foi nomeado Pedro Rodrigues Neto.

Reconhecido o novo soberano em toda a ilha, sem a menor resistência, e preenchidos por cidadãos portugueses os diferentes cargos públicos, restava apresentar a D. João IV as felicitações e homenagens dos madeirenses, e dar-lhe conta do geral aplauso com que fora recebida a notícia de que estava sentado no trono um monarca genuinamente português.

No dia 26, foi chamado á câmara o mestre Francisco Rodrigues Belo, sendo-lhe aí intimada a ordem de, sob pena de 200 cruzados de multa e quatro anos de degredo para fora da ilha, aprontar dentro de oito dias uma caravela destinada a levar ao Reino as cartas que o senado ia escrever a D. João IV, e no dia 16 de Fevereiro foram eleitos o vereador Martins Mendes de Vasconcelos e o mester Pedro Rodrigues para serem portadores das mesmas cartas e beijarem na corte a mão do monarca em nome dos habitantes da Madeira.

Declarou o vereador Martim Mendes de Vasconcelos que todas as despesas com a sua ida à capital correriam por sua conta, e não pela do senado, «pois todos os seus haveres eram poucos para gastar no serviço de Sua Magestade».

A caravela com os dois representantes do senado só veio a sair para Lisboa nos princípios de Março, pois os dois vereadores João Baptista Acciaioly e Antonio de Carvalho Esmeraldo que a princípio tanto zelo e interesse haviam revelado pelo serviço do novo monarca, deixaram a partir de certa data de assistir ás sessões camarárias, dificultando com a sua ausência a expedição das cartas, que era da praxe serem assinadas por todos os membros do senado.

Foi preciso a nobreza, o povo e a câmara, realizados no dia 26 de Fevereiro, elegerem para vereadores a Antonio de Aragão de Teive e a Baltasar de Abreu Berenguer, para as cartas dirigidas ao monarca serem finalmente assinadas e poderem seguir para o reino no navio do mestre Rodrigues Belo.

A 12 de Abril do mesmo ano de 1641, reunidos uma vez mais na casa da câmara a nobreza, os representantes do povo e o senado, foi resolvido por unanimidade que, a exemplo do que haviam feito as cidades, vilas e lugares do reino, contribuísse o Funchal com um donativo voluntário para as despesas da guerra que a nação ia sustentar com Castela. Declararam muitas das pessoas presentes que estavam resolvidas a dar não só os seus bens, mas também as suas vidas, se tanto preciso fosse, para defender a pátria do jugo dos castelhanos.

«A ilha do Porto Santo, diz Rebelo da Silva, seguiu o exemplo da Madeira, mal teve conhecimento da revolução do 1.º de Dezembro de 1640. Recebidas as participações do Funchal em 5 de Fevereiro, os moradores, que uma esquadra de doze velas otomanas tinha quasi bloqueados, saudaram a nova com repetidas salvas de artilharia e mosquetaria. Os turcos espantados do ruído, e ignorantes da causa dele, julgaram prudente ceder e desapareceram».

A separação do arquipélago da Madeira dos domínios castelhanos não custou uma única gota de sangue e consumou-se com manifesto assentimento de todas as classes sociais. Os horrores dum cativo de 60 anos tinham avivado no coração dos madeirenses o amor da liberdade, de forma que, mal foi conhecida a noticia da revolução do 1.º de Dezembro, logo todos se uniram para festeja-la com entusiasmo e sem receio das tropas castelhanas que a esse tempo se achavam na ilha.

Foi a Madeira a primeira possessão portuguesa que proclamou D. João IV, e o alvoroço patriótico com que tal cerimónia se realizou, mostra-nos que não era menos intenso aqui do que no Reino o ódio ao usurpador e o amor pela independência nacional.

Vid. Domínio Filipino.

Revista de Direito. Desta revista de Jurisprudência se publicaram quinzenalmente treze números, sendo o primeiro a 15 de Novembro de 1920 e o ultimo a 15 de Maio de 1921. Foram seus redactores e proprietários os Drs. Frederico de Freitas, Juvenal de Araújo e Pedro Pita.

Revista Judicial. Deu o primeiro numero a 27 de Julho de 1865 e o n.º 283 a 24 de Fevereiro de 1870. Também se publicou de 1874 a 1875.

Revista Jurídica. Saiu de 20 de Outubro de 1870 a 13 de Fevereiro de 1876.

Revista literária. O primeiro numero desta revista publicou-se a 23 de Novembro de 1902 e o decimo, que foi o ultimo, a 15 de Fevereiro de 1903.

Revista Madeirense. Saiu de 18 de Novembro de 1900 a 29 de Junho de 1902, publicando-se oitenta e três números.

Revista Semanal (A). Publicou-se de 2 de Junho de 1861 a 10 de Junho de 1862, tendo saído cinquenta e dois números. Foi seu redactor João de Nobrega Soares.

Revolucionário. Jornal que se publicou de 17 de Agosto a 7 de Outubro de 1907, dando seis números.

Ribeira Brava (*Freguesia da*). Acerca da origem do nome desta freguesia, prosápia e serviços dos seus moradores e fertilidade dos terrenos que a constituem, ouçamos, embora com as suas costumadas hipérboles, o famigerado historiador das ilhas: «...e pozeram muitos dias no caminho até chegarem dahi a três léguas a uma furiosa ribeira, na praya da qual estava aguardando o capitam, que em terra desembarcara, e tinha ahi traçado huma povoação, a que deu nome Ribeira Brava, pela que corria neste lugar, que aqui depois se fundou tão fresca e nobre das melhores da ilha, que além de ter muitos fructos e mantimentos em abundancia, he e foi sempre tão generosa com os seus moradores que nella vivem, que, quando convinha aos capitães do Funchal que depois foram socorrer os logares de Africa com gente, deste só lugar tiravam tão nobres cavalleiros e gente lustrosa que á sua custa hiam servir a El-Rey, e tinham tanto nome, como ao diante se verá no discurso desta historia; além de outra nobre gente, criados dos capitães, que sempre daqui os tiveram mui cavalleiros e de nobre geração. Não he este lugar villa pelo deixar de ser á falta de muitos visinhos e bom assento, e ser o somenos da ilha, antes he o mais bem assentado, e magnífico de todos; senão por ser termo da Cidade do Funchal, e huma fresca quinta, donde os moradores da cidade achão e lhes vai o melhor trigo, fructas, caças, carnes, e em mais abundância que em toda a ilha; e pode-se com razão chamar celeiro do Funchal, como a Ilha de Cecilia se chama de Itália».

Em outro lugar, diz ainda o autor das Saudades: – «Ao Occidente huma legoa do Campanário, está a Ribeira Brava, que por extremo tem este nome: he huma aldeya que terá como trezentos fogos, com huma igreja de S. Bento, e bom porto de calhão miudo, que pelo chão da ribeira acima tem as casas, e muitas cannas de assucar, e dous engenhos, e pomares muito ricos de muitos peros e peras, nozes e muita castanha, com que he a mais fresca aldeya que ha na ilha; pelo que, e pelo merecer, por ter bom porto, e ser muito viçosa, já muitas vezes tentaram os moradores de a fazerem villa: tem também muitas vinhas, ainda que o vinho não he tão bom como he o do Funchal. A ribeira he tão furiosa quando enche, que algumas vezes leva muitas casas, e faz muito damno, por vir de grandes montes e altas serras; e por ser desta maneira, lhe vieram a chamar brava».

É uma das freguesias da Madeira de mais remota criação, que o anotador de Frutuoso fixa no ano de 1440. Não seria talvez então uma paróquia no sentido rigoroso que esta expressão querer designar, mas constituía já um núcleo importante de população com a

sua pequena igreja e capelão privativo, que gozaria, por certo, dalguns dos privilégios e direitos conferidos aos vigários in solidum. Assim aconteceu com outras freguesias nos tempos primitivos da colonização.

No Índice Geral da antiga Provedoria da Real Fazenda, encontramos citados os seguintes diplomas acerca dos párocos desta freguesia: alvará régio de 28 de Maio de 1549, acrescentando um moio de trigo ao seu vencimento primitivo de 8000 réis, e um marco de prata; alvará régio de 28 de Julho de 1556, fixando esse vencimento em 8.000 réis em dinheiro, um marco de prata, dois moios de trigo e uma pipa de vinho; alvará régio de 13 de Março de 1572, elevando o mesmo ordenado a 34 000 réis; alvará régio de 8 de Maio de 1591 arbitrando-o em 27.000 réis em dinheiro, dois moios de trigo e uma pipa de vinho; e alvará régio de 22 de Outubro de 1599 acrescentando mais 3.000 réis aquele ordenado, sendo todas estas verbas, anuais.

O curato desta freguesia foi criado pelo alvará régio de 30 de Agosto de 1594, tendo o alvará de 2 de Janeiro de 1606 fixado o seu ordenado anual em 20.000 réis em dinheiro.

Pela sua importância e aumento da população foi esta freguesia sede duma colegiada (vol. 1, pag. 283), que teve sua criação pelos anos de 1540, com quatro beneficiados e o ordenado de 8.000 réis anuais a cada um. Os alvarás régios de 16 de Maio de 1549, 18 de Junho de 1572, 8 de Maio de 1591 e 13 de Março de 1745 acrescentaram sucessivamente esse vencimento, que o ultimo destes diplomas fixou em 6 000 réis em dinheiro, dois moios de trigo e uma pipa de vinho anuais. o numero de beneficiados foi reduzido a três pelo alvará de 5 de Setembro de 1577.

Além destes serventuarios eclesiásticos, tinha a colegiada o cargo de tesoureiro, que percebia pelo alvará régio de 10 de Fevereiro de 1666 o ordenado anual de 10.000 réis em dinheiro, quarenta alqueires de trigo e um quarto de vinho, com obrigação «de dar cera, vinho e hóstias para a sacristia». Teve mais ainda os cargos de pregador, organista e sacristão.

Ignoramos a data da fundação da antiga capela de São Bento, que foi a sede da paróquia e da colegiada, devendo a sua existência remontar ao segundo quartel do século XV. Esta capela sofreu varias alterações e reparos até que se construiu a actual igreja paroquial, que é incontestavelmente um dos mais antigos templos rurais desta diocese. Tem passado por diversos acrescentamentos e modificações, mas a sua primitiva edificação não deve ser posterior à segunda metade do século XVI.

Nesta freguesia existiu um convento de frades franciscanos, chamado de Nossa Senhora da Porciúncula, segundo uns, ou de S. Francisco, segundo outros, de que já demos breve noticia (volume I, página 308).

Existiram nesta paróquia as capelas de Nossa Senhora da Apresentação, Nossa Senhora da Boa Morte, Santo António e Almas. Encontra-se em ruínas a capela de S. José e acham-se ainda destinadas ao culto as de Nossa Senhora da Conceição e de São João. De todas damos resumida noticia em outro lugar desta obra.

Foram naturais desta freguesia o celebre gramático e humanista padre Manuel Alvares (volume I, página 59), José Anselmo Correia Henriques (volume I, página 317), José Ferreira Pestana (volume II, página 23), Belchior de Teive e visconde da Ribeira Brava. Também nasceram na Ribeira Brava, diz Gaspar Frutuoso, «os Coelhos, conigos da See do Funchal, estremados homens de ricas vozes. Hum delles chamão Gaspar Coelho; foi mestre da capela da See muitos annos; e Francisco Coelho, seu irmão mais moço, sendo conigo, foi também mestre da capela de El-Rey na Corte».

Viveram nesta freguesia bastantes pessoas nobres, que aqui tiveram muitas terras de sesmaria e instituíram vários morgadios, destacando-se entre elas a família Teive (V. este nome), Henrique Bettencourt, cuja viúva D. Isabel Fernandes Tavora fundou a casa vinculada da Apresentação, Lopo Vaz de Sequeira, Antonio Vilela e ainda outros.

Entre os acontecimentos ocorridos nesta freguesia, que merecem especial menção, contam-se os morticínios que ali se deram no dia 29 de Junho de 1884 e a que já nos referimos a páginas 403 do volume II desta obra.

Muito deve esta localidade ao visconde da Ribeira Brava. Foi ele que conseguiu que ela fosse elevada a sede do concelho e dum circulo escolar, e quem a dotou com importantes melhoramentos materiais, transformando o sítio do Lugar numa aprazível povoação que é digna de ser visitada. A abertura e alargamento de ruas e estradas, a construção dum pequeno teatro, a reedificação do fortim de São Bento e ainda outras obras ali realizadas, constituem os ribeirabravenses no dever de ser gratos á sua memória, fazendo-a perpetuar por um modo condigno através dos tempos vindouros.

A 10 de Fevereiro de 1902 faleceu nesta freguesia o virtuoso sacerdote Francisco Manuel de Sousa, que como pároco e benemérito cidadão prestou relevantes serviços a esta localidade.

Tem a freguesia, segundo o censo de 1911, 5339 habitantes, e os seus principais sítios são: Lugar, Achada, Amoreira, Barreiros e Carreira, Caminho Chão, Cova, Cruz da Caldeira, Cruz e Pico da Banda de Além, Eira do Mourão, Espigão, Fajã dos Bichos, Fajã do Cerejo, Fajã da Ortiga, Fajã da Ribeira, Fonte Cruzada, Fonte do Pinheiro, Fontes, Lombo Cesteiro, Meia Légua, Moinhos, Pedra Mole, Pomar da Rocha, Ribeira Funda, S. João, Terça, Til e Vale.

No dia 29 de Junho de cada ano é o lugar da Ribeira Brava visitado por um avultadíssimo numero de indivíduos de todas as partes da ilha por causa do arraial que aí se realiza. A procissão, com a sua barquinha e a dança das espadas, constituía o principal atractivo das festas daquela localidade, mas há já algum tempo que se conseguiu expurgar o cortejo religioso daquela dança, que era muito do agrado dos romeiros. Desconhecemos a época em que a barquinha e a dança das espadas começaram a aparecer na procissão de S. Pedro, mas é de crer que uma e outra sejam dos tempos primitivos.

A barquinha, guarnecida de flores e tendo dentro alguns petrechos da pesca, símbolo desta indústria, aparece no cortejo, visto S. Pedro, cuja imagem também aí figura, ter sido pescador, ao passo que a dança das espadas era, ao que parece, o ultimo vestígio das muitas folias que apareciam outrora em certas procissões, e particularmente na do Corpo de Deus, (V. *Procissões*).

Os sete homens que figuravam na dança vestiam calções brancos e vestias vermelhas, e tinham na cabeça barretes verdes, em forma de mitra, guarnecidos de plumas e fitas longas, segurando cada um deles com uma das mãos uma espada pelos copos, e com a outra a ponta da espada empunhada pelo companheiro mais próximo. Ao som dum pandeiro, faziam eles diferentes movimentos compassados, passando de vez em quando sob as espadas.

Na barquinha, que ainda aparece na frente da procissão, vão umas crianças figurando de pescadores, bem como varias ofertas de produtos da terra, e a celebre dança das espadas, que algumas vezes tivemos ocasião de ver há mais de vinte anos, também precedia o cortejo religioso, não cessando os homens que nela tomavam parte de fazer meneios e voltejar enquanto o mesmo cortejo percorria as ruas do lugar, por entre alas compactas de pessoas vindas de todas as partes da ilha.

Ribeira Brava (*Município e Vila da*). Como já fizemos notar atrás acerca do Porto do Moniz e Câmara de Lobos, não teve nunca a Ribeira Brava a categoria de vila, embora frequentemente, e ainda mesmo antes da criação do conselho, se lhe desse tal designação.

Já a páginas 213 do volume I desta obra dissemos que havia sete lugares na Madeira e entre eles o da Ribeira Brava, sendo ainda hoje conhecido pelo nome de Lugar o sítio mais importante desta localidade e que serve de sede da paróquia e do concelho (1921).

O concelho da Ribeira Brava é de criação mais recente. Tem apenas nove anos de existência (1921), pois foi criado no ano de 1914. A sua instalação solene realizou-se no dia 2 de Agosto daquele ano. É composto das freguesias da Ribeira Brava, Serra de Água e Tabua, desmembradas do concelho da Ponta do Sol, e da freguesia do Campanário, separada do concelho de Câmara de Lobos. A sua população é de 12:800 habitantes. Tem por armas o fortim de São Bento, que se encontra a entrada da povoação, na rua que conduz ao cais.

Na sede deste concelho foi, por decreto de 31 de Agosto de 1915, criado um circulo escolar, que hoje tem a sua sede na cidade do Funchal (1921).

O concelho da Ribeira Brava foi criado pelo decreto de 6 de Maio de 1914 e a sua sede elevada à categoria de vila pelo decreto de 26 de Maio de 1928.

O sítio conhecido pelo nome de Lugar, sendo o mais populoso e movimentado da freguesia, entestando com o porto e achando-se em fácil e frequente comunicação com as outras localidades, não podia deixar de ser escolhido para sede do novo concelho e da nova vila. Abrange esta o referido sítio do Lugar e mais os do Calvário, Bagaceira e Moinhos. Dentro da sua área ficam os Paços do Município e as outras repartições concelhias, a Igreja Paroquial, duas escolas oficiais de ensino primário, uma para cada sexo, a Estação Telegrafo-Postal e a Cabine Telefónica. o Posto do Registo Civil, o Posto Fiscal, a sede dum Partido Médico, o Cemitério Paroquial, o cais de desembarque, o pequeno forte de São Bento, as ruínas da igreja do antigo convento de religiosos franciscanos, etc.. Haverá quarenta anos que a extinta Junta Agrícola criou nesta localidade um campo experimental de agricultura, sendo talvez o único, dos que então foram estabelecidos na Madeira, que tem sido de alguma utilidade prática. Quando este distrito foi dividido em dois círculos escolares de instrução primária, ocidental e oriental, teve um deles a sua sede na Ribeira Brava, que pouco depois foi transferida para a cidade do Funchal, sendo suprimido esse circulo no ano de 1923.

Ribeira Brava (*Visconde da*). Francisco Correia Heredia, que, depois da abolição dos títulos nobiliarquicos, passou a chamar-se Francisco Correia Heredia Ribeira Brava, nasceu na freguesia de que tomou o título a 2 de Abril de 1852, sendo filho do conselheiro

Antonio Correia Heredia (V. este nome) e de D. Ana de Bettencourt Heredia, e descendia das mais antigas e nobres famílias madeirenses (V. *Heredia*). Foi agraciado com o título de visconde por decreto de 4 de Maio de 1871.

Cursou o liceu desta cidade e frequentou o antigo Curso Superior de Letras.

Militou activamente na política, sendo uma figura em destaque no antigo partido progressista. Foi eleito algumas vezes deputado e representou a Madeira na sessão legislativa de 1897-1899, tendo também sido governador civil nos distritos de Bragança, Beja e Lisboa. Teve um papel preponderante na dissidência progressista chefiada pelo conselheiro Alpoim, tomando parte em diversos movimentos revolucionários que apressaram a queda da monarquia.

Implantada a republica, seguiu a facção partidária do Dr. Afonso Costa, de quem foi grande admirador e amigo, e passou a exercer na Madeira um lugar proeminente na política local, tendo representado este arquipélago em cortes nas legislaturas de 1911-1915 e 1915-1917.

Foi durante alguns anos o presidente da Junta Agrícola da Madeira, tendo iniciado alguns empreendimentos dignos de nota, mas de resultados práticos pouco apreciáveis. Esta corporação administrativa, como já em outro lugar fizemos sentir (volume II, página 197), não correspondeu ao muito que havia a esperar da sua acção, como um poderoso factor, que deveria ter sido, das prosperidades deste arquipélago.

Fez parte também da junta Geral do Distrito, da Junta Autónoma das Obras do Porto do Funchal e da Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia. Por 1893, estava na Republica Argentina, administrando as propriedades da Casa Armstrong, tendo tido muitas vezes ocasião de coadjuvar o visconde de Faria na recepção das pessoas categorizadas que visitaram aquele país, e viveu alguns anos em Paris, onde conviveu com muitos homens de letras e frequentou a melhor sociedade daquela capital, tendo por isso um perfeito conhecimento da língua francesa.

O visconde da Ribeira Brava foi morto em Lisboa, a 16 de Outubro de 1918, na ocasião em que era conduzido, com outros prisioneiros políticos, do Governo Civil para uma fortaleza, onde devia ficar detido. Diz-se que os presos políticos atacaram a força que os escoltava, e que esta respondeu com uma descarga a queima-roupa, matando sete dos mesmos presos.

V. Ribeira Brava (*Freguesia da*).

Ribeira Brava (*Porto e Cais da*). O porto desta localidade é servido por uma praia de grossos seixos, em que é não muito fácil o embarque e desembarque, especialmente quando se agita o movimento das vagas, impondo-se por isso a construção dum cais, que se realizou no período decorrido de 1904 a 1908. Fica situada a leste da vila, á qual se acha ligado por um túnel e uma pequena estrada, prestando bons serviços a esta freguesia, ás povoações circunvizinhas e ainda a algumas localidades do norte da ilha. Tocam neste porto os vapores do serviço de cabotagem.

Ribeira da Janela (*Freguesia da*). O mais abundante e mais extenso curso de água que, formando-se no interior da ilha e no meio de alterosas montanhas, se vai lançar no oceano, é a chamada Ribeira da Janela. Nas proximidades da sua foz se levanta um pequeno ilhéu, de 40 metros de altura, tendo, quase no cimo, um orifício natural, que, a certa distancia, lembra sem esforço uma janela aberta na penedia. Daqui vem o nome que a esta corrente deram os primitivos colonizadores. A povoação ou núcleo de habitantes que se foi constituindo nas suas margens tomou naturalmente o nome que ela tinha. Eis a origem da denominação da freguesia da Ribeira da Janela.

Os terrenos que hoje formam esta paróquia pertenceram na sua quase totalidade à freguesia do Porto do Moniz, tendo uma parte menos considerável deles pertencido à freguesia do Seixal. Por meados do século XVI, havia já habitantes de moradia fixa nas vertentes da ribeira, existindo alguns casais na margem direita no ultimo quartel do mesmo século, que pertenciam á paróquia do Porto Moniz.

Dá-se a capela de Nossa Senhora da Incarnação como fundada em 1630 por António Fernandes e Manuel Rodrigues, que eram ali moradores, dizendo-se que alguns anos depois foi destruída por uma grande aluvião. É certo, porém, á vista de documentos que examinámos, que a capela foi edificada pelo povo em 1699, sendo de 7 de Setembro deste ano a data da respectiva dotação. Será uma reedificação ou a construção primitiva? Não sabemos, mas inclinamo-nos a crer que o ano de 1699 é o da primeira edificação. Em 1754, foi a ermida acrescentada, sendo concedida licença para a sua bênção a 28 de Abril do dito ano. No ano de 1852, foram dadas de arrematação as obras da edificação duma nova igreja, pela importância de 6.100\$000 réis, mas não chegaram a ser iniciados os trabalhos de construção. No ultimo quartel do século passado é que o pequeno templo passou por uma grande transformação. Foi convertido em capela-mor, acrescentando-se-lhe o corpo da igreja, tendo-se dado por terminados os respectivos trabalhos no ano de 1874. Sobre o pórtico, lê-se a seguinte inscrição: Feita pelo povo e dirigida pelo Pe. Pombo em 1879. Para esta

importante obra muito concorreram o pároco de então padre Manuel da Silva Pombo, o Dr. João Barbosa de Matos e Câmara e José Teixeira Rebêlo, proprietário nesta freguesia e representante duma nobre e antiga família, que aqui possuiu terras vinculadas. No ano de 1922, procedeu-se nesta igreja a novas e importantes reparações, devidas ás diligências do actual pároco, o padre Manuel Vasconcelos da Incarnação (1921).

Foi servida esta capela por um capelão privativo até que o prelado diocesano D. Fr. Manuel Coutinho; por provisão de 25 de Setembro de 1726, estabeleceu nela um curato provisório, que teve sua criação efectiva por alvará régio de 4 de Fevereiro de 1733, dizendo-se nesse diploma que fora criado a requerimento do vigário do Porto Moniz, Paulo Vieira Jardim, e arbitrando-se ao cura o vencimento anual duma pipa e meia de vinho e um moio e meio de trigo. Era um curato dependente da vigairaria do Porto do Moniz, mas que, como outros curatos desta diocese se foi gradualmente libertando da igreja matriz e passou a constituir uma paróquia autónoma. o primeiro sacerdote que aqui exerceu funções paroquiais foi o padre Inacio de Aguiar Sequeira.

São entre nós celebradas as serras desta freguesia pelas incomparáveis belezas que nelas se encontram, sobressaindo o conhecido sítio do Fanal, que, pela sua maravilhosa lagoa, denso e agigantado arvoredo, pitoresco do lugar, surpreendentes paisagens e cristalinas águas, constitui uma estancia cheia dos maiores atractivos e dos mais fascinantes encantos. Quem suficientemente conhecer as belezas naturais desta ilha e não tiver atravessado as serras da Ribeira da Janela, desconhece um aspecto novo e dos mais maravilhosos dessas mesmas belezas.

Os terrenos desta paróquia são de uma notável fertilidade, produzindo abundantemente todos os géneros agrícolas que na Madeira se costumam cultivar. A irrigação faz-se por meio das levadas dos Cedros e do Lombo Gordo. Projecta-se para breve (1921) a tiragem duma nova levada, cujos trabalhos de construção já foram iniciados há muitos anos, como se disse noutra obra.

Os principais sítios desta freguesia são: Casais de Baixo, Penedo, Casais da Igreja, Casais de Além e Eira da Achada. Tem 748 habitantes (1921).

A título de mera curiosidade, diremos que alguém nos informou que os habitantes da Ribeira da Janela são muito laboriosos, de arreigada crença religiosa, inteligentes e... vingativos.

Ribeira da Janela (*Ilhéus da*). Não muito distanciados da costa marítima da freguesia da Ribeira da Janela se encontram os ilhéus da Ruama, Comprido e Ilhéuzinho, comumente chamados Ilhéus da Ribeira da Janela. Um destes ilhéus deu o nome á ribeira e á freguesia, como fica dito no artigo anterior.

Ribeira de Santa Luzia. É uma das três ribeiras que atravessam a cidade e tem este nome porque, numa eminência da sua margem esquerda, estava situada a capela desta invocação. Os seus terrenos marginais foram dos primeiros sujeitos a diversas explorações agrícolas nos tempos primitivos da colonização. Nas suas margens, havia nos fins do século XVII, quatro engenhos de açúcar. Na bacia hidrografica desta ribeira, nascem importantes levadas, sendo a principal a chamada levada de Santa Luzia (Vid. II-255).

Ribeira dos Socorridos. É um dos mais importantes cursos de água desta ilha. Serve de linha divisória às freguesias de São Martinho e Santo Antonio, que ficam na margem esquerda, e às de Câmara de Lobos e Estreito de Câmara de Lobos, situadas na margem direita. São Martinho e Câmara de Lobos limitam a foz da ribeira. Nasce no interior da ilha, no sítio das Torrinhãs, e atravessa a freguesia do Curral das Freiras.

Na primeira exploração que João Gonçalves Zargo fez ao longo da costa, tendo alguns dos seus companheiros desembarcado na foz desta ribeira, iam sendo arrastados pela violência da corrente. O capitão prontamente lhes acudiu e «foram socorridos e livres do perigo... e daqui ficou o nome... de Ribeira dos Socorridos, diz o autor das Saudades.

Ribeiras. Estes aquedutos naturais que correm geralmente nos leitos de profundos e apertados vales, são bastante numerosos nesta ilha e de caudais muito abundantes na quadra invernosã. Nascem nas faldas da cordilheira central e vão lançar-se no oceano, tendo algumas delas correntes subsidiárias, que lhes aumentam o volume e a rapidez do seu curso. «Todas, no inverno, diz o ilustre anotador das Saudades, trazem água abundante, frequentemente torrencial: enchem então, e, por vezes, transbordam, arrastando das montanhas milhares de toneladas de penedos mais ou menos grossos, muitos tamanhos que depois, só em pedaços podem ser removidos, e todos, rolando na torrente uns de encontro aos outros, produzem no choque sinistro ruído, até que, obstruindo os leitos das mesmas ribeiras, os tornam sobranceiros aos terrenos marginais, e estes, quando obstruidos não ficam, são arrastados pelas águas transviadas a muita distancia, mar dentro, desfeitos em lodo; no verão porém, os veios de água tornam-se-lhes escassos, e chegam em algumas ribeiras a secar, em consequência dos desvios, já para regas marginais, já para as levadas, que, tomando ai as águas correntes, as transportam a fertilizar remotas culturas em toda a superfície do litoral da ilha». Estas ribeiras

transformam-se de quando em quando em caudalosas correntes, que, saindo dos seus leitos e invadindo as margens que as ladeiam, arrastam violentamente grandes extensões de terrenos cultivados, currais e até casas de habitação, causando, por vezes, consideráveis prejuízos pessoais e materiais aos moradores das suas vizinhanças.

As principais ribeiras que existem na Madeira são as seguintes:

Ribeira de Machico. Tem origem nos Lamaceiros e Portela do Porto da Cruz, e os seus principais afluentes são a ribeira Seca e os ribeiros do Alcanforado, da Ermida, Escuro, das Cales e da Cova.

Ribeira de Santa Cruz. Nasce em Santo António da Serra e o seu principal afluente é a ribeira da Serra de Água.

Ribeira da Boaventura. Nasce a oeste do pico das Abóboras e recebe as águas dos ribeiros de João Ferino e do Eixo. Fica no concelho de Santa Cruz e é conhecida também pelo nome de ribeira de São Pedro.

Ribeira do Porto Novo. Nasce na serra do Poiso e pico da Silva, e tem por afluentes a ribeira dos Boieiros e os ribeiros de Pedro Lourenço e Hortas.

Ribeira da Caniço. Nasce na Camacha e tem por afluente o ribeiro de Vale Paraíso.

Ribeira de Gonçalo Aires. Nasce no pico do Infante. É muito pouco abundante em águas.

Ribeira de João Gomes. Tem origem na serra do Poiso e nela desemboca a ribeira das Cales. Era conhecida também outrora pelo nome de ribeira de Nossa Senhora do Calhau.

Ribeira de Santa Luzia. Tem origem nos picos do Areeiro e Escalvado, e tem por afluentes os ribeiros do Cidral, dos Frades, do Pisão e do Til. Também lhe chamam ribeira da Praça.

Ribeira de S. João. Nasce nos picos Escalvado e de Santo Antonio, e recebe as águas dos ribeiros de Água de Mel e Santana. Teve outrora as denominações de ribeira de Santa Catarina, de S. Pedro, Grande e de S. Francisco, e é conhecida ainda pelos nomes de ribeira de S. Lazaro e de ribeira de Santo Antonio.

Ribeira dos Socorridos. Tem sua origem nas Torrinhãs e os seus principais afluentes são a ribeira de Vasco Gil e os ribeiros do Cidrão, do Gato e da Lapa.

Ribeira do Vigário. Nasce na Achada do Poiso e picos próximos, e nela desembocam os ribeiros do Jardim do Cabral e dos Frades. Também lhe chamam ribeira de Câmara de Lôbos.

Ribeira do Campanário. Tem origem no pico dos Ferreiros e é pouco caudalosa. Também lhe chamam ribeira da Lapa.

Ribeira Brava. Nasce na Cumiada de S. Vicente e tem por afluentes os ribeiros do Poço, do Pico, de Vicente Vaz e da Eira da Moura.

Ribeira da Tabua. Nasce no pico das Pedras e recebe as águas do ribeiro do Barqueiro.

Ribeira da Ponta do Sol. Tem origem no pico da Fonte do Norte.

Ribeira da Madalena. Nasce perto do pico da Urze do Paul e recebe as águas dos ribeiros do Pinheiro e das Amoreiras.

Ribeira da Serra de Água da Calheta. Tem a mesma origem da precedente e recebe as águas dos ribeiros da Aza, Fragueiro e das Meninas.

Ribeira da Calheta. Nasce no Cabeço da Levadinha ou do Lombo do Salão, e tem por afluentes os ribeiros do Cutileiro e do Convento.

Ribeira de S. Bartolomeu. Tem origem nos picos Gordo e da Silva, e o seu principal afluente é o ribeiro do Farrobo.

Ribeira Funda. Nasce nos picos da Silva e da Relva, e tem por afluente o ribeiro do Mendes. É pouco caudalosa.

Ribeira Seca. Nasce no alto da Fajã da Ovelha e recebe as águas dos ribeiros dos Cedros e da Meloeira.

Ribeira dos Marinheiros. Nasce no pico da Fonte do Bispo e é pouco caudalosa.

Ribeira dos Moinhos. Nasce no pico da Fonte do Barro e, como as quatro precedentes, é pouco caudalosa.

Ribeira da Cruz. Nasce no Pico da Pedreira e é pouco caudalosa.

Ribeira do Tristão. Tem a mesma origem da precedente, e tem por afluentes o ribeiro do Calvário e os côrregos dos Agriões e das Lages.

Ribeira da Janela. Tem origem no Paul da Serra,, Fontes do Rabaçal e Assobiadouro, e é uma das mais extensas e caudalosas da ilha.

Ribeira do Seixal. Nasce no pico do Assobiadouro e recebe as águas dos ribeiros das Voltas e das Quebradas.

Ribeira de S. Vicente. Nasce nos picos dos Ferreiros e da Cumeada e recebe as águas da ribeira Grande, ribeiro do Atalho, etc..

Ribeira dos Moinhos. Nasce na Serra da Boaventura e é menos extensa que a do Porco.

Ribeira da Boaventura. Nasce na Boca das Torrinhas e é uma das mais caudalosas da ilha. É conhecida junto da povoação pelo nome de ribeira do Porco.

Ribeira de S. Jorge. Nasce no pico do Canário e recebe as águas dos ribeiros do Canário, Grande e do Tombo da Furna.

Ribeira do Faial. Nasce no pico Ruivo e é também conhecida pelo nome de Ribeira Seca. Recebe as águas da ribeira da Metade e do Ribeiro Frio.

Ribeira do Porto da Cruz. Nasce no pico da Suna e também lhe chamam ribeira da Igreja. É melhor considerar a ribeira do Tem-te-não-caias como continuação da ribeira do Porto da Cruz do que como afluente dela.

No Porto Santo, são dignos de menção a ribeira da Vila, os ribeiros Salgado e do Cochino, e as ribeiras da Serra de Dentro e da Serra de Fora.

Ribeirinho (*Beco do*). Comunica a travessa do Rêgo com a da Conveniência, junto da Avenida de João de Deus. Foi mais extenso outrora do que hoje é, tendo-se permitido em sessão camarária de 12 de Junho de 1902 que o proprietário da quinta das Rosas o vedasse junto da travessa da Conveniência, com a condição, porém, de dar ao levadeiro da levada das Hortas, para o serviço da levada, uma chave da porta que veda a entrada do beco, do lado da referida avenida.

Ribeirinho (*Rua do*). Estendia-se desde a parte leste da avenida Elias Garcia até a rua do Carmo, ou do Dr. Costa Ferreira. Chama-se hoje rua do Alferes Veiga Pestana, e antes de ter esta denominação teve a de rua das Hortas (V. este nome).

O pequeno ribeiro que lhe deu o nome, é o ribeiro do Vale, que vem da Pena e passa na avenida de João de Deus e rua do Carmo. Nesta ultima rua houve junto a travessa do Rego uma ponte que formava uma grande saliência no terreno e foi rebaixada em 1906.

Ribeiro. Os indivíduos deste apelido, diz o Dr. Alvaro de Azevedo, vêm de Manuel Afonso Sanha e de sua mulher Leonor Ribeiro, a qual faleceu em 1536. Houve também um Pedro Ribeiro, que casou com Mecia Carvalhal, tendo ambos vivido por 1500 e os seus descendentes se ficaram apelidando Carvalhais.

Ribeiro (*Emanuel Vitorino*). É natural do Porto e filho do conhecido pintor Joaquim Vitorino. Residiu alguns anos entre nós, como professor da Escola Industrial «Antonio Augusto de Aguiar», e actualmente é professor e director duma escola industrial do Porto (1921). Esteve na Madeira por ocasião das festas do quinto centenário da descoberta, prestando os mais relevantes serviços, como já fizemos notar no artigo Quincentenario do Descobrimento.

De colaboração com Feliciano Soares, publicou no ano de 1915, um opúsculo intitulado Terra! Terra!, alusivo á descoberta da Madeira, escrito em prosa (F. Soares) e verso (E. Ribeiro). Teve Emanuel Ribeiro uma larga colaboração em alguns jornais desta cidade e preparava uma monografia histórica e artística sobre a nossa Sé Catedral, que não chegou a publicar.

Ribeiro (*Conselheiro José Silvestre*). Em um longo período do tempo superior a um século, foi o conselheiro José Silvestre Ribeiro o mais ilustre governador civil deste distrito e aquele a quem esta terra deve uma soma de mais assinalados serviços e de actos da mais alta e mais acendrada benemerencia. É uma verdade quase axiomática, que dispensa demonstrações.

Nasceu em Idanha-a-Nova a 31 de Dezembro de 1807. Concluída a sua formatura em direito alistou-se no exército libertador, e, acabada a guerra, foi sucessivamente secretario geral, governador civil, deputado, par do reino, ministro e conselheiro de estado, tendo desempenhado muitas e importantes comissões de serviço publico. Foi homem de rara cultura intelectual e um dos mais fecundos e eruditos escritores do seu tempo, deixando uma vasta bagagem literária.

Antonio José de Avila, depois duque de Avila e Bolama, chegou á Madeira a 12 de Setembro de 1846 na qualidade de commissário régio, acompanhado de José Silvestre Ribeiro, a fim de syndicar dos acontecimentos que tinham ocorrido nesta ilha por causa do proselitismo calvinista do Dr. Roberto Kalley. Silvestre Ribeiro vinha nomeado governador civil para o distrito, mas só se teve conhecimento dessa nomeação depois de Antonio José de Avila ter demitido o governador, o administrador do concelho do Funchal e tomado outras medidas de administração que foram julgadas indispensáveis.

Nem resumidamente podemos enumerar os serviços com que José Silvestre Ribeiro deixou assinalada a sua passagem entre nós, mas impossível é deixar de referir-nos, embora fugitivamente, à fundação do Asilo, às medidas mais prontas e salutaes para debelar a terrível crise da fome em 1847, a criação da Sociedade Agrícola, a construção da Ponte Monumental, ao estabelecimento da iluminação publica, à exposição das indústrias madeirenses, á organização dum museu de historia natural, á criação de muitas escolas de instrução primaria, ás importantíssimas providencias relativas á repovoação e conservação dos arvoredos, ás grandes reparações nas estradas e em quasi todos os edificios do Estado, compreendendo a maioria dos templos, as proficuas e severas medidas que adoptou acerca da gerência dos estabelecimentos pios, contribuições municipais, cemitérios, expostos, rendas camarárias, etc., á maneira como no parlamento defendeu os interesses da Madeira, ao grande desenvolvimento das obras publicas, ao notável impulso dado á tiragem das levadas, especialmente á do Rabaçal, á construção de casas de abrigo nas serras e encumeadas, não havendo necessidade publica que não procurasse atender nem ponto algum de administração a que não chegasse a sua eficaz iniciativa e a sua incansável actividade. Longe, muito longe iríamos se quiséssemos descer a detalhes e pormenores, que não cabem nos apertados limites deste artigo, que não pode ser longo.

Silvestre Ribeiro representou a Madeira no parlamento nas sessões legislativas de 1848 a 1851, 1853 a 1856 e de 1857 a 1858.

Os madeirenses reconhecidos pelos relevantísimos e nunca assaz encarecidos serviços que José Silvestre Ribeiro prestou a este arquipélago, resolveram oferecer-lhe um objecto, que lhe não fizesse esquecer inteiramente a gratidão dos seus habitantes e ao mesmo tempo lhe recordasse a sua permanência entre nós. Esse objecto, adquirido por subscrição publica, foi um rico colar de ouro, formado principalmente por dezassete escudetes, cada um dos quais representava um dos mais assinalados actos da sua administração, tendo pendente uma medalha, que, além da dedicatória, continha a legenda latina extraída dos versos de Virgílio: *Semper honos, nomenque tuum, laudesque manebunt*. Os desenhos e moldes deste primoroso trabalho foram do distinto artista madeirense Vicente Gomes da Silva, há poucos anos falecido (1921). Por ocasião da entrega, feita solenemente, desta significativa lembrança, o corpo comercial da colónia britânica ofereceu a Silvestre Ribeiro uma salva de prata, expressamente trabalhada em Londres, tendo nela esculpida uma dedicatória na língua inglesa.

Como se sabe, foi José Silvestre Ribeiro governador civil do distrito de Angra do Heroísmo, e durante a sua administração um violento terramoto reduziu a vila da Praia da Vitória a um montão de escombros. O que então fez Silvestre Ribeiro, levantando em pouco tempo das ruínas uma nova povoação, atesta-o eloquentemente o monumento que hoje se ergue no centro da vila, que é um padrão imorredoiro da sua glória.

A câmara municipal de Angra ofereceu a Silvestre Ribeiro um rico espadim com copos de ouro, que é uma verdadeira preciosidade artística. O benemérito governador legou este espadim á câmara municipal do Funchal, onde se encontra, e o colar, oferta dos madeirenses, á câmara municipal de Angra do Heroísmo, onde também se encontra cuidadosamente guardado.

A 31 de Dezembro de 1907, a ilha Terceira comemorou o centenário do nascimento de Silvestre Ribeiro com solenes e significativas demonstrações de apreço e reconhecimento à sua saudosa ilustre memória, entre as quais se destacaram algumas publicações literárias. Quem estas linhas escreve, em artigos no antigo Heraldo da Madeira, lançou a ideia de associar a Madeira àquelas comemorações, mas ninguém, a começar pelo governador civil e a acabar na mais sertaneja câmara municipal, acudiu ao chamamento...

O nome de José Silvestre Ribeiro é ainda bastante lembrado entre nós e considerado, sem possível contestação, o do mais ilustre e benemérito governador que tem tido o arquipélago da Madeira. A abençoada memória de José Silvestre Ribeiro apenas se perpetuou no Funchal dando-se o seu nome a uma artéria da cidade, mais conhecida pela simplificação de Rua do Conselheiro e

que até o grande publico desconhece que represente uma homenagem prestada ao mesmo governador. Uma cousa se podia fazer ainda e que já foi lembrada pela imprensa – dar ao Asilo da Mendicidade o nome do seu fundador.

Quem quiser ter conhecimento mais completo da sua administração neste distrito, leia Uma Época Administrativa na Madeira e Porto Santo, 3 grossos volumes, Colecção de Documentos relativos à crise da fome por que passaram as ilhas da Madeira e Porto Santo no ano de 1847, Colecção de Documentos relativos ao Asilo da Mendicidade do Funchal, Colecção de Documentos relativos á construção da Ponte do Ribeiro Seco e Brevíssima resenha de alguns serviços que no distrito do Funchal tem prestado o conselheiro José Silvestre Ribeiro.

Um pormenor dolorosíssimo, mas digno de registo: – José Silvestre Ribeiro passou nesta terra por um dos mais angustiosos transe da sua vida, perdendo o filho único, que encontrou morte desastrosa no tanque do jardim do Palácio de S. Lourenço.

Silvestre Ribeiro saiu da Madeira a 27 de Novembro de 1852 e morreu em Lisboa a 9 de Março de 1891.

Ribeiro (*Manuel*). Nasceu em Lisboa a 31 de Agosto de 1861, mas reside desde criança no Funchal. Tem colaborado em diferentes jornais e é poeta de merecimento, sendo autor dos seguintes opúsculos: *Flores Agrestes*, Funchal, 1903, de 67 páginas; *Pyrilampos*, Funchal, 1905, de 56 páginas; *Outomnaes*, Funchal, 1910, de 55 páginas; e *Poentes*, Funchal, 1913, de 96 páginas.

O verdadeiro nome deste poeta é Mardónio da Câmara; Manuel Ribeiro é apenas um pseudónimo, mas que ele adoptou para todas as suas produções literárias.

Ribeiro Frio. Sítio no interior da ilha e a 15 quilómetros do Funchal, muito visitado por nacionais e estrangeiros por causa das encantadoras paisagens que dele se desfrutam. Foi outrora muito mais arborizado do que hoje, mas os terrenos que lhe ficam próximos possuem ainda algumas matas constituídas especialmente por loureiros e urzes. O *Ranúnculus grandifolius*, o *Geranium anemonefolium*, o *Carex peregrina*, o *Carex elata* e a *Orchis foliosa* encontram-se no Ribeiro Frio, podendo extrair-se o salepo dos tubérculos desta ultima planta.

Seguindo a Levada do Juncal, chega-se em pouco tempo a um mirante donde se desfrutam vistas surpreendentes sobre a Ribeira da Metade, e mais além há uns túneis, sendo difícil porém chegar até lá, em razão do mainel da levada ser estreito e por vezes pouco firme. As rariíssimas *Goodyera mscrophylla* e *Musschia Wollastoni* encontram-se perto do túnel que se segue à Quebrada da Azeda.

Para leste do Ribeiro Frio, admiram-se também formosas paisagens, e, se seguirmos essa direcção, caminhando sempre ao longo da levada, alcançaremos os Lamaceiros, de onde se torna fácil passar a Santo Antonio da Serra.

O sítio do Ribeiro Frio é atravessado pela Levada da Serra e na margem da vereda que a ladeia, onde chamam o Balcão ou Balcões, goza-se dum surpreendente panorama sobre a ribeira da Metade e outros pontos do interior, avistando-se a distancia a coluna basáltica do Homem-Em-Pé (Vid. este nome). Existe ali uma casa de abrigo para os viandantes, também aplicada ao serviço dos empregados da levada. Desde Abril de 1932 que se encontra neste sítio um pequeno estabelecimento com um bom serviço de chá, comidas e bebidas, com o nome de Casa de Chá. O sítio do Ribeiro Frio fica a cerca de 4 quilómetros da Casa do Poiso e a 15 da cidade do Funchal. O ribeiro que atravessa este sítio e que dele tomou o nome fornece o manancial que alimenta a levada do Furado.

Ribeiro de Mendonça (*Marceliano*). Marceliano Ribeiro de Mendonça, sem possuir cursos superiores ou universitários e sem ter saído do meio restrito em que sempre viveu, conseguiu pelas fulgurações do seu brilhante talento, pela sua vasta ilustração e pelo mais acendrado amor ao estudo, exercer entre nós uma verdadeira supremacia intelectual, que jamais alguém pensou em contestar-lhe.

Nasceu nesta cidade a 18 de Abril de 1805, e era filho de Jerónimo Ribeiro dos Santos e de D. Juliana Rita de Mendonça.

Tinha concluído o curso secundário ou as aulas do Pátio, como então se dizia, quando D. Miguel se proclamou rei absoluto e enviou à Madeira a celebre e ominosa devassa, que nas suas malhas envolveu tantos madeirenses, obrigando muitos deles à expatriação ou ao homizio. Marceliano Ribeiro procurou asilo seguro em casa dum súbdito britânico e ali se conservou homiziado seis longos anos, até que em Junho de 1834 se implantou o governo constitucional neste arquipélago.

Nesse triste e forçado retiro, que o nosso biografado tão bem soube aproveitar, adquiriu ele o habito perseverante do estudo, que conservou até a morte, e foi sobretudo ali que enriqueceu a sua brilhante inteligência com a notável ilustração que chegou a possuir. As suas predilecções literárias e científicas levaram-no para o estudo das línguas portuguesa e latina, em que foi mestre consumado, e para os estudos filosóficos, em que se revelou um espírito superior. São disso prova sobeja os elementos de gramática latina que publicou em 1835 e os elementos de filosofia que escreveu para uso dos seus alunos.

Marceliano Ribeiro notabilizou-se principalmente como professor, tendo como tal adquirido uma grande reputação em todo o país. Além das suas maneiras cativantes e trato extremamente afável, que logo ganhavam a simpatia do aluno, possuía o raro condão de saber ensinar, tendo uma exposição fácil e clara, a que dava um grande brilho e relevo o tom de convicção com que falava e o entusiasmo que comunicava às suas palavras. Sendo um discursador inominável e conhecendo profundamente as matérias que preleccionava, os seus discípulos não se cansavam nunca de ouvi-lo, extasiados a vista da beleza da forma e da alteza dos conceitos. Foi professor das aulas do antigo Pátio, e, quando em 1836 se criou o Liceu do Funchal, fez parte do corpo docente do novo estabelecimento de instrução, ensinando as línguas portuguesa e latina, e regendo depois a cadeira de filosofia.

Nomeado reitor do Liceu e comissário dos estudos, evidenciou-se notavelmente no desempenho destes cargos, sobretudo pelo impulso dado ao derramamento da instrução primaria, pelos novos métodos de ensino que introduziu e ainda pelo escrupuloso cuidado com que procedia a selecção dos professores. Os seus relatórios nesta especialidade são verdadeiramente modelares, tendo alguns sido publicados na revista científica O Instituto. Para estimular os professores primários no exercício do seu ministério, criou uma «Associação de Conferencias», em que se versavam os assuntos que mais de perto interessavam à instrução popular. Pelo muito zelo e dedicação que desenvolveu no alargamento do ensino primário, pode sem duvida afirmar-se que foi ele o primeiro que neste arquipélago verdadeiramente se interessou pela instrução popular, bastando este facto para tornar abençoada entre nós a sua memória.

Marceliano Ribeiro era orador eloquente e de aprimorada linguagem, destacando-se entre os seus discursos as orações de sapiência proferidas na abertura solene do Liceu e as conferencias publicas que fêz sobre o «belo».

Exerceu entre nós os cargos de presidente da Câmara do Funchal, secretario geral do Governo Civil, reitor e professor do Liceu, comissário dos estudos, vogal do conselho de distrito, além doutras comissões de serviço publico.

Teve uma larga e valiosa colaboração em muitos periódicos madeirenses e deixou algumas obras manuscritas, publicando os Princípios de gramática geral applicados á língua latina, a Filosofia em Coimbra e no Funchal, o Método paralelo de leitura e escrita e o romance histórico Gaspar Borges, além dos seus importantes relatórios.

Faleceu no Funchal, a 5 de Agosto de 1866, tendo 61 anos de idade.

Ribeiro Neto (*Manuel*). No *Dicionário Popular*, dirigido por Pinheiro Chagas, encontramos o seguinte, acerca deste indivíduo: «Jurisconsulto português natural do Funchal, veio a Portugal formar-se na Universidade de Coimbra, e voltando á Madeira, foi promovido num canonicato na Catedral de Angra. Escreveu e imprimiu um volume latino de *Commentarios de Direito Civil e varias alegações de direito canónico*. Morreu em 1681, tendo nascido nos princípios do século XVII ou fins do século XVI».

Barbosa Machado dá, porém, Ribeiro Neto como nascido em Angra, o que temos por mais provável, embora o não possamos afirmar duma maneira indubitável. Entre os trabalhos de direito canónico que publicou, encontram-se os seguintes, citados na Biblioteca Lusitana: *Alegações de direito sobre as meias conezias do Funchal*, *Officios que tachou o cabido e Explicação do privilegio de hum altar no Funchal*, que todos saíram, num volume no ano de 1660.

Ribeiro Real (*Conde do*). João Bettencourt Araújo Carvalho Esmeraldo, 1.º visconde e 1.º conde do Ribeiro Real, nasceu no Funchal a 21 de Dezembro de 1841 e era filho dos morgados Francisco Antonio de Bettencourt Araújo de Carvalho Esmeraldo e D. Julia Henriqueta de Freitas Esmeraldo. Exerceu varias comissões de serviço publico e entre elas as de presidente da Câmara Municipal desta cidade e a de Governador Civil em 1879, tendo tomado posse deste cargo a 15 de Março do mesmo ano. Foi agraciado com o título de visconde por decreto de 23 de Março de 1882.

Como presidente da Câmara Municipal, deve-se-lhe a demolição das antigas vielas entre a rua dos Aranhas e o antigo cemitério britânico, e a construção da rua «5 de Junho».

Faleceu a 22 de Março de 1902.

Ribeiro Seco (*Ponte do*). O ilustre Mouzinho de Albuquerque, quando prefeito da Madeira, concebeu o projecto de lançar uma ponte pênsil sobre o Ribeiro Seco, tendo para esse fim começado a fazer construir dois gigantescos pilares, afora dois fortíssimos encontros em cada uma das margens do ribeiro. «Entrava no piano da obra, diz Sérvulo de Meneses na Colecção de documentos relativos á construção da ponte do Ribeiro Seco, a ideia de levantar um monumento á memória do imortal Duque de Bragança, magnânimo libertador dos portugueses, e nesta conformidade devia a obra ser magnífica e grandiosa».

Com a saída de Mouzinho para Lisboa, pararam os trabalhos da ponte, tendo procurado mais tarde o barão de Lordelo continuá-los, mas sem resultado, depois de haver assentado que a mesma ponte seria de pedra, e não pênsil. Foi em tempo deste governador que se principiou a estrada que comunica o Funchal com Câmara de Lobos.

Em fins de 1846, tendo vindo governar a Madeira o conselheiro José Silvestre Ribeiro, resolveu ele chamar a atenção dos engenheiros sobre o modo de levar a efeito a obra projectada por Mousinho de Albuquerque, mas só em 1848 se pôde dar começo aos trabalhos, depois do mesmo governador ter obtido a promessa de donativos que chegavam para satisfazer a quarta parte das despesas em que haviam sido orçados os mesmos trabalhos.

A arrematação das obras da ponte teve lugar no dia 27 de Fevereiro de 1848, e, no dia 6 de Março seguinte, começaram os trabalhos, tendo pouco antes o Governador aberto uma subscrição para os gastos da ponte. As obras foram arrematadas pela quantia de 5.799\$000 réis, sendo arrematantes o mestre de obras José Pereira e seus sócios Antonio Joaquim Marques Basto, João António Bianchi e Francisco Luis Pereira.

Por meio de donativos, conseguiu o Governador obter inteiramente o preço da arrematação, mas as obras importaram em 8 227\$302 réis, tendo tido, por conseguinte, os arrematadores um prejuízo de 2.428\$302 réis, o qual não existiria, segundo declaração destes, se não houvesse todo o empenho «em apresentar obra bem acabada e duradoura, satisfazendo com mão larga a todas as indicações do engenheiro director».

Os trabalhos da ponte foram executados sob a direcção do capitão de engenharia Tiberio Augusto Blanc e ficaram acabados em Fevereiro de 1849, tendo este official comunicado ao Governador Civil, em seu officio de 5 de Dezembro do mesmo ano, estar concluída a grandiosa obra com toda a solidez e perfeição, havendo a sociedade arrematadora excedido em muitos pontos às obrigações a que se tinha comprometido, levada unicamente pelo desejo de que a mesma obra satisfizesse plenamente à espectação pública e não desmentisse o credito dos sócios, sendo esta a principal causa do grande prejuizo que sofreram.

Entre as pessoas que concorreram com dádivas para a construção da ponte do Ribeiro Seco, figura a rainha Adelaide, de Inglaterra, que deu 480\$000 réis, tendo o Governador Civil agradecido, por meio da imprensa, a todos os subscritores, o generoso auxilio que lhe prestaram para poder levar a efeito a grandiosa obra que empreendera.

Muitos são os indivíduos que se têm suicidado no Ribeiro Seco, aproveitando a grande altura em que está a parte média da ponte, mas de todas as mortes aí ocorridas, a que maior sensação produziu talvez no Funchal, foi a de um indivíduo de boas famílias que pelos anos de 1860 se atirou ao fundo do ribeiro, por ver repelidos os protestos de amor que ousara dirigir à esposa dum governador civil. Uma carta que ficou sem resposta e á qual se seguiu a proibição de voltar ao palácio de S. Lourenço, onde antes era sempre bem recebido, levaram o desditoso amante a pôr termo à existência pela forma que fica apontada, seguindo-se a este acontecimento trágico o acto burlesco do filho do suicida propor ou querer propor um duelo ao governador por considera-lo responsável pela morte do pai.

Vid. Estrada e Ponte Monumental.

Ribeiro Seco (*Praça do*). Fica junto da ponte Monumental e na margem esquerda do ribeiro Seco, tendo sido construída pouco depois de 1850. Tem hoje o nome de Largo de António Nobre.

Vid. Nobre (António).

Richter (Johannes) Doutor em filosofia pela Universidade de Leipzig. E.: *Die Klimatischen Grundlagen der landwirtschaftlichen Bodenkultur auf Madeira*; Leipzig, 1909.

Risco. É um dos pontos do Rabaçal mais dignos de serem visitados por causa dos majestosos panoramas que deles se desfrutam. Deriva o seu nome do risco que correram os trabalhadores para executarem os trabalhos da construção do ducto na rocha elevada e cortada a prumo onde caem as águas. O poço do Risco, situado ao fundo da ravina e a cerca de 80 metros abaixo da levada, merece também ser visitado, mas não se pode lá chegar sem algum trabalho.

As águas do Risco vêm numa lagoa ou escavação situada na orla do Paul da Serra.

Vid. Levadas, Paul da Serra e Rabaçal.

Risota (A). Saíram 12 números, de 6 de Agosto de 1906 a 21 de Outubro do mesmo ano.

Robaldo (*Pomatomus telescopium*). Peixe percida que vive nos fundos rochosos entre 300 e 400 braças. A sua carne é de boa qualidade.

Roberto Ivens (*Rua de*). Fica ao norte do Jardim Municipal e comunica a rua do Conselheiro com a de S. Francisco. Foi-lhe dado o nome porque é conhecida em sessão camarária de 17 de Setembro de 1885.

V. Capelo e Ivens.

Roberts (*Lieutenant-colonel*). Publicou em 1802 o *Plan of the Island of Porto Santo*.

Roberts (*Lord*). Este distinto general inglês, que acabou por assegurar o domínio da Inglaterra no Transval, ao regressar à sua pátria, vindo da África do Sul, teve uma brilhante recepção na sua passagem por esta ilha, no dia 26 de Dezembro de 1900.

Robins. Botânico inglês que arborizou na Madeira no ano de 1774.

Roca de Vénus (*Hedychium Gardnerianum*). Zingiberacea cultivada nos Jardins da Madeira. É originária da Índia e tem flores amarelas, grandes, dispostas em tirso muito elegante.

Rocaz (*Sebastes madeirensis*). Peixe da família Triglida, que vive nas águas baixas da costa madeirense. É de pequenas dimensões e tem a cabeça guarnecida de espinhos, cuja picada pode produzir inflamações. Pode ser encontrado junto à costa, mas não é aproveitado, apesar da sua carne ter sabor agradável.

Rocha. Este apelido de família, diz o erudito anotador das *Saudades da Terra*, começa em João Enes Rocha, escudeiro fidalgo e almoxarife no Funchal em 1568.

Rocha (*Joaquim Leonardo da*). Já nos ocupámos deste pintor no artigo consagrado à Escola Industrial António Augusto de Aguiar (volume I, página 398), devendo aqui acrescentar-se que nasceu em Portugal em 1756 e morreu no Funchal depois do ano de 1821, sendo filho do distinto pintor Manuel Joaquim da Rocha. Era especialmente um retratista e deixou várias telas nesta ilha.

Rocha Furada. É uma larga abertura nas rochas da Ponta do Furado, na Ponta de S. Lourenço. Vista a distancia, assemelha-se a uma grande porta rasgada no terreno do litoral.

Rocha de Gouveia (*Gabriel*). Nasceu no Arco da Calheta a 30 de Setembro de 1887, sendo filho de Manuel Rocha de Gouveia e de D. Maria Augusta Soares Rocha de Gouveia. Frequentava em Lisboa o curso de agronomia, quando foi chamado a alistar-se no exército, após a declaração de guerra da Alemanha a Portugal. Tendo sido despachado alferes, partiu para França, onde encontrou a morte no dia 13 de Outubro de 1917, achando-se de serviço nas trincheiras. Diz-se que conversava descuidadamente com outros oficiais, quando foi atingido por vários estilhaços de granada, que o mataram instantaneamente.

Rocha da Meia Léguas. A pouca distancia do Lazareto de Gonçalo Aires, para os lados de leste, existe uma rocha sobranceira ao mar, que tem o nome de Rocha de Meia Léguas.

Rocha do Navio (*Ilhéu da*). Próximo do sítio da Rocha do Navio, na costa marítima da freguesia de Santana, encontra-se o ilhéu daquele nome, onde naufragou, no ano de 1860, um navio de nacionalidade holandesa.

Roda dos Expostos. A 14 de Janeiro de 1820, resolveu a Câmara Municipal do Funchal mandar fazer uma roda de expostos na casa da ama geral, visto não haver nenhuma nesta cidade, e três anos depois mandou fazer outra em Câmara de Lobos, numa casa contígua à capela do Espírito Santo.

Era tão avultado o numero de expostos a cargo da Câmara nos princípios do século XIX, que, em 20 de Maio de 1812, resolveu ela que o juiz-vereador tivesse «um sumario de policia» para apontar todas as mulheres publicas que estivessem grávidas, afim de darem conta dos seus filhos e os criarem.

Rodas de Caminho. Tendo a Junta da Real Fazenda pedido à Câmara Municipal do Funchal «que indicasse o meio mais suave de exigir aos moradores desta ilha uma contribuição para reparo das ruínas ocasionadas pela aluvião de 9 de Outubro de 1803», resolveu a mesma Câmara, em sessão de 21 de Agosto de 1804 e depois de ter ouvido as pessoas da nobreza e povo, este representado pela Casa dos Vinte e Quatro, «que o meio mais igual, menos pesado e mais conforme com o fim proposto de concorrerem os habitantes da ilha para reparo das ribeiras, era ficarem obrigados todos os habitantes varões da idade de 16 anos

até a de 60, sem excepção de pessoa alguma eclesiástica ou secular, nacional ou estrangeira, fidalgo, nobre ou plebeu, a irem por escala trabalhar no desentulho e reparo das ribeiras, não excedendo a cinco vezes em cada ano, gratuitamente cada um naquelas do distrito da cidade ou vila donde for morador e aonde for preciso esse trabalho».

Assim teve origem a contribuição das rodas de caminho, que caiu em desuso no Funchal pelos anos de 1880, e que era permitido remir a dinheiro conforme «o preço que vencer diariamente cada Jornaleiro», como ficou estabelecido na referida sessão camarária de 21 de Agosto de 1804 (1921).

Rodrigues. Os indivíduos com este apelido de família procedem: uns de Mem Rodrigues de Vasconcelos, casado com uma filha de Bartolomeu Perestrelo; outros, de Garcia Rodrigues da Câmara, pai de Aldonça Delgado, a mulher do 3.º donatário do Porto Santo, que foi por este assassinada; outros, de João Rodrigues, que viveu no século XVI e teve uma fazenda povoada perto da Calheta; e outros, finalmente, de João Rodrigues Neto, falecido em 1531, que teve sesmaria em S. Martinho e morreu na rua chamada dos Netos, na freguesia de S. Pedro.

Rodrigues (*Adolfo de Sousa*). Este distinto pintor, que uma morte prematura e a pertinaz doença dos últimos tempos da sua existência não permitiram que manifestasse toda a pujança do seu talento, nasceu no Funchal a 13 de Janeiro de 1867 e morreu na cidade de Lisboa, a 9 de Março de 1908.

Tinha o curso da Academia das Belas Artes, onde sempre obteve classificações elevadas, notabilizando-se no estudo da pintura histórica, em que ganhou o primeiro prémio com o quadro Hero e Leandro. Estudou esta especialidade com José Ferreira Chaves, indo depois a Paris aperfeiçoar-se com Paul Laurens e Benjamin Constant. No 2.º ano do curso da Academia, tinha também alcançado o prémio «Anunciação». Na exposição do Grémio Artístico, em Lisboa, ganhou em 1895 a terceira medalha. Tomou parte em varias exposições, tendo figurado nelas, entre outros, os seus quadros Tentação de Cristo e Bom Samaritano.

Fez o retrato do rei D. Carlos, que esteve na sala das sessões da Câmara Municipal do Funchal, o do nosso ilustre patricio Agostinho de Ornelas e Vasconcelos, etc . etc., e tinha as palmas académicas da Academia de França e a comenda de Isabel a Católica, de Espanha.

Rodrigues (*Dr. António Feliciano*). Os seus companheiros do liceu chamavam-no Castilho, talvez pela analogia do nome com o do grande Castilho e ainda por fazer versos, nome que tem perdurado e que o próprio Dr. Feliciano Rodrigues por vezes adopta, como pseudónimo, nos seus escritos. Nasceu nesta cidade a 9 de Junho de 1870. Concluída a sua formatura na Universidade de Coimbra, em 1897, abriu banca de advogado no Funchal, e nesta comarca tem exercido também o cargo de delegado interino», do procurador da republica. É secretario do liceu e oficial da secretaria da Junta Geral do distrito (1921).

Além de colaboração em diversos jornais, tanto em prosa como em verso, tem publicado os poematos: *A Escola*, Coimbra, 1893; *A Consciência*, Funchal 1897; *Versos da Mocidade*, Funchal, 1903, de 127 páginas; *Versos para meus filhos*, Funchal, 1910, de 118 páginas; *Collar de Vidrilhos*, Funchal, 1911, de 54 páginas; *Canção das lágrimas*; e *Sonetos*, Lisboa, 1916. Em prosa, publicou *O Cirurgião de Marinha e Martim de Freitas*, romances, tendo aparecido este ultimo no *Heraldo da Madeira*. Tem outros trabalhos prontos a dar á estampa(1921).

Faleceu no Funchal a 5 de Fevereiro de 1925.

Rodrigues (*Dr. José Agostinho*). Nasceu no Funchal a 1 de Outubro de 1864, é médico-cirúrgico pela Escola Médico-cirúrgica de Lisboa e foi despachado tenente-medico do exército a 15 de Novembro de 1894. Serviu por largos anos no regimento de infantaria n.º 27, e tem actualmente o posto de coronel, desempenhando o lugar de sub-director na Direcção Geral dos Serviços Médicos do Ministério da Guerra. Esteve em França com o C. E. P. e tem colaboração em vários jornais madeirenses. Publicou em 1890 a tese que defendeu quando concluiu o seu curso medico, e que se intitula *A oportunidade da laparotomia nas perfurações traumáticas gastro-intestinais* (1921).

Rodrigues (*Dr. José Julio*). Embora alguns biógrafos o dêem como natural de Goa, é, porém, certo que nasceu no Funchal, a 8 de Maio de 1843, sendo filho do Dr. José Julio Rodrigues, então delegado do procurador régio nesta comarca, natural de Goa, e de D. Teresa Cristina de Sá Bettencourt, natural da freguesia de São Pedro desta cidade do Funchal.

«Homem de estudo, diz a *Encyclopedia Portuguesa*, volume IX, e uma das ilustrações científicas do seu tempo, notabilizou-se por trabalhos valiosíssimos que lhe deram um justo renome e o colocaram na primeira fila dos sábios da sua geração. Tendo cursado a Universidade de Coimbra, onde se formou em matemática, foi pouco depois nomeado professor de introdução no liceu de Lisboa.

Foi também lente de química na Escola Politécnica e no Instituto Industrial de Lisboa, e presidente do mercado central de produtos agrícolas, comissão de que se exonerou quando se retirou para o Brasil (1892).

Foi um dos signatários e promotores em Paris, do acordo de 1875 sobre permutações internacionais, e realizou pela primeira vez em Portugal a fotografia científica de cavidades subterrâneas (túneis de lava da ilha Terceira), com luz de magnésio, tirando também numa excursão científica aos Açores, perto de 500 instantâneos que formam a colecção mais completa, sob o ponto de vista técnico fotográfico, que existe das ilhas de S. Miguel e Terceira. Inventou e aperfeiçoou alguns instrumentos de estudo e de trabalho técnico e científico, criando alguns processos novos de que tirou privilegio em Portugal e no estrangeiro.

«Foi encarregado de organizar o serviço químico-legal judiciário português, o que não levou a efeito por motivos políticos subsequentes. Deputado às cortes, primeiro pela Índia e depois pelo Funchal, na legislatura de 1890 a 1892, tratou com notável proficiência do ensino técnico e do ensino pratico e geral, das indústrias, do fomento publico, das pautas aduaneiras, das classes trabalhadoras etc.. Entre os trabalhos que organizou, citaremos: ensino experimental de ciências físicas e naturais no liceu de Lisboa; secção fotográfica da direcção geral dos trabalhos geodesicos, considerada um modelo de perfeição; instalação da secção portuguesa na exposição de Paris de 1875 (ciências geográficas); cadeira de tecnologia química no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa; ensino pratico de química mineral na Escola Politécnica de Lisboa; laboratório de química-mineral na Escola politécnica de Lisboa, considerado um dos melhores do seu género; laboratório do mercado central de produtos agrícolas, etc..»

O Dr. José Julio Rodrigues procurou estabelecer ou animar varias industrias em Portugal, tendo chegado a organizar uma companhia, com o capital de 2.500 contos, para tentar o fabrico do açúcar de beterraba no país, e a instalar um deposito de produtos químicos e uma fabrica de tintas para imprimir. Também lhe mereceram as maiores atenções a indústria do quinino e seus derivados, tendo por esse motivo realizado uma viagem a S. Tomé, em 1885, e a do aproveitamento da batata doce, sob o ponto de vista do fabrico do álcool e da extracção da fécula.

O Dr. José Júlio Rodrigues esteve na Madeira um pouco antes de 1890, tendo realizado uma brilhante conferencia no teatro «D. Maria Pia», a que assistiu a elite da sociedade funchalense.

Era membro da Academia das Ciências de Lisboa, da Sociedade de Geografia da mesma cidade, do Instituto de Coimbra, da Sociedade Francesa de Fotografia, da Sociedade dos Homens de Letras de França, da Sociedade Hispano-Francesa do mesmo país, etc., e tinha a comenda de S. Tiago e a cruz da Legião de Honra.

Faleceu em Lisboa a 29 de Abril de 1893.

Entre outras publicações de José Júlio Rodrigues, citaremos as seguintes: Estudos sobre as bases fundamentais dos novos pesos atômicos e suas relações físicas mais notáveis; Curso elementar de sciencias físicas e naturais (com António Augusto de Aguiar); Breve noticia sobre a composição química das águas minerais de Pedras Salgadas; Breve noticia acerca d'uma nascente mineral em Traz-os-Montes; Coisas Portuguezas (conferencias); e O assucar portuguez de beterraba.

Rodrigues (*Manuel*). Teve este nosso patricio uma vida bastante movimentada, segundo vemos em algumas obras que dele se ocupam. Nasceu no Funchal a 25 de Novembro de 1697 e morreu em Lisboa na segunda metade do século XVIII, em ano que não podemos precisar, sendo filho de Francisco Maria dos Ramos e de D. Josefa Maria Pereira. Tende 15 anos de idade, embarcou para o Rio de Janeiro para a companhia de seu tio o capitão Manuel Neto Barreto. Matriculou-se no seminário da Cachoeira, revelando-se um estudante muito talentoso. Em 1715, alistou-se no regimento do mestre de campo Manuel de Almeida Castelo, e seguiu para a colônia do Sacramento. Pouco depois, abandonou o exército e entrou na ordem de S. Francisco, e nela professou em 1719, tendo estudado filosofia e teologia no convento de Córdoba, no interior da Argentina. Acompanhou Fr. José de Cardena numa viagem á provincia de Santa Fé e percorreu outros países. Tendo conhecimento da morte de seu pai e do desamparo em que haviam ficado suas três irmãs, partiu sem demora para Lisboa, afim de servir-lhes de arrimo. Como diz o autor do artigo do Missionário Popular, devia ter tido Manuel Rodrigues uma vida «aventurosa e provavelmente tempestuosa, porque não foi de certo um simples acaso que o fez sucessivamente seminarista no Rio de Janeiro, cabo de esquadra na colônia de Sacramento; franciscano em Buenos Aires, aluno de filosofia em Córdoba e pregador em Lisboa!

Na capital, dedicou-se ao ministério da prédica e granjeou a fama dum dos mais laureados oradores do seu tempo. Barbosa Machado e Inocência trazem a enumeração dos muitos sermões e discursos que publicou, no período decorrido de 1732 a 1757, contando-se entre estes a oração fúnebre que proferiu por ocasião da morte de D. João V.

Rodrigues (*Rodrigo*). Este distinto açoriano, um dos promotores da publicação dos livros III e IV das Saudades da Terra e o autor da excelente biografia de Gaspar Frutuoso que acompanha o primeiro dos mesmos livros, desempenhou o lugar de inspector de finanças no distrito do Funchal, demorando-se porém muito pouco tempo nesta ilha.

É de Outubro de 1921 a primeira folha de vencimentos em que aparece o seu nome, não tendo chegado a lavrar-se termo na repartição de Finanças, conferindo-lhe a posse daquele lugar.

Rodrigues Ciebra (*António*). Deste madeirense apenas sabemos que foi cirurgião do hospital de Santa Isabel desta cidade e que escreveu e publicou um opúsculo com o seguinte título: *Narração cirúrgica de hum carbunculo maligno que com facilidade se curou na cara...*, Lisboa. 1760, de 31 páginas.

Rodrigues dos Santos (*Dr. António da Cruz*). Nasceu nesta cidade a 14 de Setembro de 1877. Terminou o curso da Escola Medica de Lisboa no ano de 1902 e é tenente-coronel médico do quadro de médicos do Ultramar. Foi Governador Civil deste distrito, tomando posse do lugar a 14 de Outubro de 1920 e exercendo-o até 30 de Maio do ano imediato. Foi novamente nomeado para o mesmo cargo a 22 de Novembro de 1921, mas não o aceitou. Desempenha actualmente o cargo de presidente da Câmara Municipal do Funchal (1921).

Rodrigues dos Santos (*José Jorge*). Nasceu no Funchal a 23 de Abril de 1879 e é irmão do precedente. Tem o curso superior de letras e seguiu a carreira diplomática, havendo servido nas legações de Portugal na Suécia, Dinamarca, etc.. E.: *Caravella* (poesias), e *Mar de Lagrimas, Festa de Actriz e Rosa enamorada* (peças dramáticas) (1921).

Rodrigues de Vilares (*D. Luis*). Se este prelado Funchalense não nasceu no Brasil, ao menos passou ali uma parte da sua mocidade e ali recebeu também a sua educação literária.

Foi confirmado bispo da Madeira pelo papa Pio VI a 29 de Julho de 1797 e tomou posse da sua diocese no princípio do ano de 1798.

Mostrou-se sempre zeloso no exercício das suas funções episcopais e na observância da disciplina eclesiástica.

Teve graves lutas com o governador e capitão-general D. José Manuel da Câmara, que duraram longo tempo e que chegaram a romper em conflito violento, tendo o governo central que intervir na lamentável contenda suscitada entre as duas autoridades superiores do arquipélago.

De longe vinham essas desinteligências. O prelado opôs-se ao aquartelamento das tropas inglesas no Colégio dos Jesuítas, concedido por D. Maria I para servir de seminário diocesano, mas teve que ceder perante a força. Retirando as tropas para Inglaterra, instou D. Luís Vilarés pela entrega do edifício, ao que não acedeu o governador, com o fundamento de que ele era indispensável para o aquartelamento das forças da guarnição. Outros motivos surgiram ainda que agravaram essa desinteligência, e alegando D. José Manuel da Câmara uma suposta desconsideração que recebera do prelado na Sé Catedral, intimou-lhe a imediata saída para fora da cidade, o que se realizou no dia 18 de Junho de 1803, indo D. Luis Vilarés para uma propriedade que a mitra possuía na freguesia do Santo da Serra e ali permaneceu aproximadamente quatro meses.

O facto causou grande escândalo, não só na Madeira mas também em Portugal, mandando o governo central a esta ilha o desembargador Dr. Joaquim António de Araújo, encarregado de sindicar os acontecimentos e vindo acompanhado do novo governador Ascenso de Sequeira Freire, os quais chegaram ao Funchal na fragata Carlota, no dia 5 de Dezembro de 1803.

Nos dias 10 e 11 do mesmo mes, cada um em seu navio de guerra, seguiram respectivamente para a capital D. Luis Rodrigues de Vilarés e D. José Manuel da Câmara, ás ordens do governo da metrópole, enquanto no Funchal prosseguia activamente a sindicância. Dela resultou para o governador e capitão-general a sua imediata demissão, sendo também censurado pelas arbitrariedades que cometera, e para o prelado a sua continuação no lugar que ocupava nesta diocese e a restituição do Colégio dos Jesuítas, não podendo no entretanto subtrair-se a uma censura que lhe dirigira o governo pela pouca cordura e ponderação que em muitos actos revelara.

D. Luis de Vilarés, durante a sua estada no Santo da Serra, promoveu a plantação do arvoredo do passal e fez continuar um fontanário que ainda ali existe e que é conhecido pelo nome da Fonte do Bispo.

Morreu nesta cidade a 1 de Outubro de 1810 e jaz sepultado na capela-mor da Sé Catedral.

Rola (*Turtur turtur*). Ave de passagem que aparece em diferentes épocas do ano nas ilhas do arquipélago, mas que é pouco frequente. Pertence á família Columbida.

Rolim. V. *Moura*.

Rolinha da Praia (*Charadrius alexandrinus*). Pequena ave da família Charadriida, que nidifica na ilha do Porto Santo. A sua postura consta de três ovos amarelados ou cor de azeitona, com manchas ou traços de outra cor.

Romanceiro do Archipelago da Madeira. Num volume de XXIV-514 páginas, publicado nesta cidade em 1880, coligiu o Dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo um numero muito avultado de composições poéticas, de que fez uma sistemática classificação, subordinando-as aos géneros *Historias*, *Contos e Jogos*, compreendendo no primeiro as espécies *Romances ao divino* (29 composições), *Romances profanos* (22 composições), *Xacaras* (19 composições) e *Casos* (25 composições); no segundo, as espécies *Contos de fadas* (3 composições), *Contos alegóricos* (7 composições), *Contos de meninos* (3 composições), *Lengas-lengas* (5 composições) e *Perlengas infantis* (9 composições); e no terceiro as espécies *Jogos pueris* (6 composições) e *Jogos de adultos* (4 composições).

Para as pessoas menos versadas nestes assuntos, não será talvez inútil dizer-se que, embora essas composições fossem colhidas na tradição local e entre as classes populares das diversas freguesias desta ilha, não são elas, na sua grande maioria, originárias desta região, mas trazidas pelos primitivos colonizadores e pelos que sucessivamente vieram aqui entregar-se ao tráfico comercial e às explorações agrícolas.

Não o afirma terminantemente o ilustre coleccionador dessas composições poéticas, nem tão pouco se refere pormenorizadamente às influencias que nelas exerceriam as condições mesológicas de então, mas é impossível admitir que as origens dessa poesia popular se pudessem encontrar no nosso meio, sendo certo que causas diversas teriam sem duvida modificado as produções primitivas e também criado outras novas de feição acentuadamente local e com características próprias, o que será hoje impossível determinar, ainda com aproximada exactidão.

Acerca das causas que concorreram para a conservação dessas composições na tradição local, vamos transcrever alguns períodos do interessante e valioso prefácio do livro, que importa ficarem arquivados neste lugar.

«As condições históricas e geográficas deste archipelago da Madeira explicam o como a poesia narrativa medieval a ele passou e nele até agora tem subsistido.

«Ao feudalismo succedeu o monarchismo; ao viver aventureiro dos reis e dos nobres senhores na guerra, a residência folgada de uns e outros na corte e paços reaes; aos costumes rudes e brutal sensualidade medievaes, os affectados requiebrados da urbana libertinagem cortezã; e analogamente, na sphaera da litteratura, à poesia narrativa dos romances daquelles ferreos tempos succedeu a poesia discursiva das canções provençalescas, arguta, erotica ou critica, de cultismo palaciano: aquella, suplantada por esta, e modificada na linguagem pelos progressos dos idiomas modernos, refugiou-se, das eminencias castellãs, nas camadas da população inferior; e ahi até agora, mais ou menos innovada, mais ou menos viciada, tem estanciado, como poesia tradicional.

«Ora, decorria esta quadra, quando foram descobertas as ilhas do Porto Santo e da Madeira, no primeiro quartel do século XV: desde então até mais de meiado do século XVI, aqui affluiram muitos povoadores, nobres, mercadores e plebeus, nacionais em maior numero, mas não poucos estrangeiros também, hespanhoes, italianos, flamengos, inglezes, francezes e allemães, que, com as ideias e costumes, ainda medievaes, de cada paiz, para estas ilhas transportaram a sua antiga poesia; muitos mouros, capturados na fronteira costa marroquina e para aqui trazidos, aqui diffundiram seus contos e lengas-lengas; e, por ultimo, o dominio philippino, alem do presidio de uns quatrocentos soldados castelhanos que neste Archipelago poz, deu azo a que novos incolos peninsulares para cá emigrassem, e, de força, uns e outros comsigo importaram daquelles velhos romances, que tanto abundam na sua pátria.— Este período foi o do progresso e prosperidade madeirenses: então, a ilha da Madeira, pela indústria saccharina e suas madeiras de construcção, tornou-se riquissima: estes dois ramos de commercio e a situação geographica elevaram-na a empório de navegação nacional e estrangeira; e, porque era a primeira e principal das colónias portuguezas, constituída foi em metrópole diocesana de todo o nosso recém-descoberto ultramar, desde o Brazil até a Asia, o que tudo poderosamente concorreu a attrahir para esta ilha novos povoadores, e, com elles, novos exemplares da poesia narrativa da idade-média.— De todos estes elementos, núcleo da população madeirense, se deduz a proveniência, variedade e riqueza da poesia narrativa tradicional neste archipelago.

«Assim adquirida, profundamente radicou essa poesia nestas ilhas, porque como em outro escrito (*Notas às Saudades da Terra*) mostrámos, o viver e costumes medievaes aqui implantaram, e já quando no continente decahiam, cá vigoravam e com tal efficacia acclimaram, que, ainda agora, a despeito de tantas innovações, em muito perduram, especialmente na agricultura. — Nestas ilhas persistem, de nome e de facto, o senhorio, dono da terra, e o villão, que de colonato a meias, a explora pelo pessoal trabalho seu e de sua família, como caseiro ou como meeiro, isto é, com ou sem residência, ao modo do colono medieval, adscripticio ou livre, no

terreno senhorial que cultiva. – E, em tal ambiente, a poesia narrativa da idade-média, enfeitada do cultismo palaciano europeu, neste Archipelago aposentou, vigente e dominadora, como o poderio quasi suzerano dos seus capitães-donatarios e os direitos senhoriaes da fidalguia local, que assegurados pelo intersticio do mar e delongas da navegação zombavam do poder real e dos foros municipaes.

«Deste modo radicada a poesia narrativa medieval, causas não menos especiaes a mantiveram até agora na tradição oral destas ilhas.– A ilha do Porto Santo ficou, desde descoberta e povoada, quasi esquecida na sua pequenez e inferiores condições productivas: e a sua tradição poética, escassa mas genuina lá jaz, de ha quasi quatro séculos, como a sua menospresada população, geographica e socialmente insulada na vastidão do Atlântico.–A ilha da Madeira, suplantada nas indústrias saccharina e florestal pela América e Africa, decahiu repentinamente desde o fim do século XVI, em consequência do que, bem como de outras causas, perdeu a preeminência do empório náutico e o báculo metropolitano, ficando, por quasi dois séculos, como abandonada á desventura na solidão das águas, até que os seus preciosos vinhos a restituíram á riqueza e convívio europeu; cada qual dos seus maiores ou menores centros da população, separados uns dos outros pelos profundos cortes basalticos do território, convergiu para o grémio parochial, ao alcance do raio visual de cada campanário; ahi mesmo, cada família de colonos ou lavradores, adstricta á necessidade do trabalho quotidiano no terreno senhorial por elle fecundado, labuta e vegeta em volta do lar, que lhe é asylo e ergastulo; e a população, assim duplamente insulada do contacto exterior pelo mar e pela adversidade, concentrada interiormente de mais em mais por effeito da accidentação do paiz e da condição servil do agricultor, tem, por isso mesmo, conservado a poesia narrativa medieval confiada à sua tradição:–a prosperidade lh'a trouxe, a decadência lh'a manteve; nisto se cifra a historia da tradição poética madeirense, até meado do século XVIII.

«E tempo era de colligir e perpetuar no livro essa tradição; porque as instituições e reformas modernas, as novas escholas e melhores meios de comunicação internos e externos não de produzir os naturais effeitos; e, decorrido meio século mais, a vida nova a que a civilização chama estes povos, terá diluído, senão extinto de todo, na memória delles, a antiga poesia tradicional».

Numa carta dirigida pelo Dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo ao illustre escritor Teofilo Braga, em Março de 1880 (*Quarenta anos de vida literária*, páginas 118), diz o erudito anotador das Saudades: «Alem do Romanceiro, tenho coligido o Cancioneiro Popular deste archipelago em dois tomos, ainda em borrão. Considero este como de não menor valia que aquelle. E, na impossibilidade de satisfazer ao pedido do meu amigo com qualquer exemplar do género Romance, que não tenho, porque todos inclui no Romanceiro, ofereço-lhe o Cancioneiro todo, para o que tratarei de o ir pondo em ordem e a tempo». Em nota a esta carta, informa o Dr. Teofilo Braga, que, infelizmente, aquella promessa não chegou a efectuar-se.

É para lamentar em extremo que o cancioneiro coligido pelo Dr. Alvaro de Azevedo se tivesse extraviado, se porventura chegou a ser enviado ao Dr. Teofilo Braga. Ou estará ainda em poder de seus herdeiros? No caso afirmativo, conviria que se obtivesse uma copia fiel dele e se encarregasse pessoa competente de dirigir a sua publicação.

Ignoramos de que géneros de composições poeticas será formado o Cancioneiro a que acima nos referimos.

A pesar da reconhecida autoridade do dr. Alvaro de Azevedo revelada nos seus livros de crítica literária, queremos chamar a atenção das pessoas, as quais isso possa interessar, para um interessante artigo, que acerca do Romanceiro da Madeira escreveu o mestre consumado nestes assuntos que foi o notável filólogo Dr. Leite de Vasconcelos, publicado a paginas 184-192 do volume XXXIII da *Revista Lusitana*, que merece ser lido e ponderado. Discorda de algumas das afirmações do Dr. Azevedo, opondo os argumentos que julgou mais valiosos para o provar, mas prestando ao ilustre comentador das Saudades o tributo do seu mais alto apreço. A extensão desse artigo não nos permite transcrevê-lo nestas páginas.

Romarias. O povo dos campos da Madeira, geralmente de carácter alegre e expansivo, tem nas romarias uma das suas principais distracções. Entregue quase todo o ano a trabalhos que exigem um grande dispêndio de forças e de energia, ele procura nesses divertimentos o esquecimento das agruras da vida e algumas horas de deleite para o seu espírito inculto, mas generoso e bom.

Por ocasião dos grandes arraiais, numerosos ranchos de homens e mulheres deixam os seus lares em direcção ás localidades onde eles se realizam, percorrendo ás vezes grandes distancias cantando e dançando ao som dos machetes e violas, sem que revelem fadiga por esse exercício um tanto violento. E não são somente os rapazes e raparigas que se entregam tais diversões; também os velhos se associam ás vezes a elas, arruinados aos seus cajados e improvisando trovas com que enganam as fadigas do caminho e comunicam alegria aos companheiros da romaria.

Diz-se na Madeira «que as vésperas são melhores que as festas., e, na verdade, é no dia que precede o de qualquer festividade religiosa, que reina maior alegria e entusiasmo no local onde ela se realiza. É sobretudo à noite, quando tanto o adro como o frontispício da igreja se apresentam iluminados a copos de cores e balões venezianos, que homens e mulheres se entregam a maiores folguedos e que melhor se pode apreciar o carácter dos divertimentos populares na Madeira.

Embora se não realizem hoje arraiais sem a presença de uma ou mais filarmónicas, não são as peças musicais tocadas por elas que mais prendem a atenção da grande maioria dos nossos campónios. As cantigas ao ar livre, muitas vezes ao desafio, despertam na

gente dos campos muito maior interesse, sendo por isso que são sempre mais densos e numerosos os ajuntamentos nos pontos onde há rapazes dispostos a divertir-se e a divertir os outros, fazendo ouvir as suas trovas de intenso sabor local.

Entre as danças do nosso povo e as dos negros de África há muitas semelhanças, como também as há, e bem notáveis, entre certas cantigas particulares aos nossos campos e os cantos árabes (V. *Musica*). Os saltos e as voltas, que caracterizam as danças da ilha, e que muitas vezes são acompanhados de guinchos, recordam os batuques africanos, talvez a principal distracção dos negros nos dias festivos, quando aqui existia a escravidão, e as velhas cantigas madeirenses reflectem a monotonia dos cantos árabes tantas vezes ouvidos com agrado pelo povo nos tempos da colonização.

O fogo de artifício é um reclamo para a grande maioria das festas madeirenses, consumindo-se por vezes em granadas e foguetes somas avultadíssimas, que bem poderiam ser destinadas a socorrer os pobres ou a obras úteis na freguesia. Os madeirenses das classes mais baixas da sociedade entusiasmam-se geralmente com o ruído ensurdecedor produzido pela explosão de certas granadas, sendo por isso que há sempre grande abundância destas peças de fogo em todos os arraiais e se cometem os maiores desatinos quando se trata de usar delas. E não é só nos campos que há liberdade para incomodar aqueles que não apreciam o estalar das bombas; também dentro do Funchal se cometem os maiores abusos no lançamento de foguetes e granadas, sem que a autoridade procure fazer entrar na ordem as pessoas que os praticam.

O local dos arraiais, depois das onze horas ou meia noite, quando os músicos se acham descansando e as luzes em grande parte se apagaram por falta de combustível oferece um espectáculo a um tempo curioso e burlesco. Por toda a parte se vêem deitados, proficuamente, homens e mulheres, vencidos pelo cansaço ou pelas bebidas, e aqueles que se conservam ainda de pé é para sustentar prolongadas e enfadonhas discussões com os seus companheiros ou para entoar com voz rouca mais uma cantiga para fazer jus à ingestão de mais um grogue ou um copo de vinho na venda ou na barraca mais próxima.

As cenas de facadas e as grandes desordens, tão frequentes nos arraiais do Continente, raras vezes se dão na Madeira, e apenas uma ou outra vez se registam alguns convictos em que as armas dos contentores são as hastes de urze ou de folhado, conflitos originados quase sempre pelas copiosas libações a que se entregam os romeiros.

Nenhuma família visita um arraial sem levar a cesta abundantemente provida de alimentos para a viagem, e no local da festa há sempre carne em abundância para as chamadas espetadas que o nosso camponio tanto aprecia. O espeto em que se enfia a carne

destinada à espetada, deve, segundo os entendidos, ser de loureiro, convindo também alimentar o fogo com ramos desta árvore para que a carne fique mais saborosa.

A borracha com vinho ou aguardente, é companheira inseparável do vilão nas romarias bebendo por ela toda a família e ainda as pessoas que ele quer obsequiar. Tem-se tornado rara uma pequena cabaça que, depois de seca e despojada das sementes, servia muito outrora para as mulheres e crianças conduzirem as bebidas indispensáveis á viagem.

Entre os indivíduos que vão de romaria às localidades em que existem imagens a que o povo consagra particular devoção, destacam-se sempre alguns que se não associam aos risos e folguedos gentílicos dos seus companheiros e em que se notam um sentimento religioso e um recolhimento dignos de admiração. São esses indivíduos os romeiros que se destinam a pagar as promessas feitas em momentos de angústia e que, fieis aos seus votos, vão levar junto do altar as suas preces e as ofertas devidas à imagem da sua predilecção.

O livre pensamento, sempre ridículo e perigoso em indivíduos letrados, não chegou felizmente ainda aos campos da Madeira, e, oxalá que nunca aí chegue, para que o povo não seja privado das consolações que dá a religião nos acontecimentos tristes da vida. Nalgumas usanças religiosas do nosso povo, talvez haja um pouco de superstição, mas antes disso do que a ausência de crenças, que é a causa principal da anarquia e da falta de moralidade que se registam em muitos pontos do país.

É no Monte, Ponta Delgada, Machico e Loreto que mais aparecem os romeiros no desempenho das suas promessas. Na primeira destas freguesias, diz um autor que escrevia em 1880, «algumas vezes se veem homens carregando pesadas cadeias ou barras de ferro, enquanto as mulheres com os joelhos nus se arrastam subindo por sobre as agudas pedras da calçada que antecede os degraus da escada que vai ter ao adro da igreja».

Distingue-se cada uma das romarias que se realizam na Madeira, diz o rev.º padre Eduardo C. Nunes Pereira, «por um cunho especial de atracção para os romeiros, tirado do seu motivo religioso geral, condições topográficas ou carácter profano particular. Em Ponta Delgada, Monte e Arco da Calheta são as promessas, em Machico e Santa Cruz as procissões na véspera, de velas a arder, no Caniço, rosários de péras passadas, na Ribeira Brava, o império das oferendas e a barquinha do pescador, no Caniçal, a procissão dos barcos, na Camacha, S. Vicente, Porto do Moniz e Curral, a liberdade do campo e a rusticidade do lugar».

Todas as freguesias têm as suas festividades religiosas, revestindo particular brilhantismo as do orago e as do Santíssimo Sacramento, mas destas festividades as que dão motivo a concorridas romarias são as seguintes: a de Nossa Senhora do Monte, a 15 de Agosto, a do Senhor Jesus da Ponta Delgada, no primeiro domingo de Setembro, a da Senhora do Loreto, a 8 de Setembro, a do Senhor dos Milagres, em Machico, a 8 e 9 de Outubro, a da Piedade, no Caniçal, no terceiro domingo de Setembro, a de Nossa Senhora do Faial, a 8 de Setembro, a de Nossa Senhora do Livramento, no Caniço, no segundo domingo de Setembro, a de Nossa Senhora do Livramento, no Curral, no último domingo de Agosto, a de Nossa Senhora dos Remédios, na Quinta Grande, no segundo domingo de Setembro, a da Camacha, na primeira oitava do Espírito Santo, a de Santa Maria Madalena, no Porto Moniz, a 22 de Julho, a de S. Pedro, na Ribeira Brava, a 29 de Junho, a de S. João, no Funchal, a 24 de Junho, a de Santo Amaro, em Santa Cruz, a 15 de Janeiro, e a de Santo Antonio da Serra, a 13 de Junho.

Há 40 para 50 anos, realizava-se no primeiro domingo de Outubro uma romagem á freguesia de Santo António da Serra afim de celebrar a conclusão das colheitas, mas esta festa, que revestia um desusado cunho de selvajaria, há muito que deixou de fazer-se. Os romeiros enquanto se demoravam naquela localidade praticavam os maiores desatinos, e, no regresso, percorriam as ruas da cidade, levando ramos de árvores e bandeiras, sendo precedidos de alguns homens batendo em tambores e tocando instrumentos de corda (1921).

Seria curioso conhecer-se a origem de certas festas populares madeirenses e a época em que começaram a ter lugar, mas não é isso coisa fácil devido á falta de elementos para qualquer estudo que se pretenda fazer a tal respeito. A tradição pouco ou nada conservou, e o historiador das ilhas apenas se refere á romaria de Nossa Senhora do Faial na parte norte da Madeira, dizendo que «pelo seu dia, que vem a 8 de Setembro, se ajuntam de romagem de toda a ilha passante de outo mil almas onde se vê uma rica feira de mantimentos de muita carne de porco, vaca e chibarro, a qual he uma estremada carne de gostosa naquella ilha, ainda que em muitas terras e ilhas seja a peor de todas».

Segundo o mesmo historiador, muitas vezes os romeiros «se deixam estar dois, três e mais dias em Nossa Senhora, descansando do trabalho do caminho, porque vem de dez e doze léguas por terra mui fragosa e juntos fazem muitas festas de comedias, danças e musicas de muitos instrumentos de violas, guitarras, flautas, rabis e gaitas de fole, e pelas faldas das ribeiras, que tem grandes campos, no dia de Nossa Senhora e em seu outavario, se alojam os romeiros em diversos magotes, fazendo grandes fogueiras entre aquellas serranias».

V. Nossa Senhora do Monte, Ribeira Brava e Romeiros (Casas de).

Romeira (*Punica Granatum*). Pequena árvore ou arbusto da família das Punicacias, cultivada em S. Martinho, Santo Antonio e outros pontos da Madeira. A infusão das flores não abertas ou da casca dos frutos desta espécie usa-se em gargarejos contra as esquinencias. A casca da raiz da romeira é um dos vermífugos mais eficazes contra a solitária; a casca do tronco e dos ramos também tem propriedades tenifugas, menos enérgicas, porém, que as da raiz.

Romeiro (*Naucrates ductor*). Peixe escombrida que aparece ás vezes nos mares próximos do arquipelago da Madeira. Acompanha os navios, as vigas flutuantes e até os tubarões, que, apesar da sua voracidade, poupam os seus companheiros de viagem. A sua carne é pouca apreciada.

Romeiros (*Casas de*). Para abrigo dos romeiros, sabemos terem sido construídas casas nas seguintes localidades: Monte, Santo Antonio da Serra e Piedade (Ponta de S. Lourenço).

A casa dos Romeiros, no Monte, já existia entre 1780 e 1790, tendo sido declarado em sessão camarária de 31 de Maio de 1822 pertencer ela aos bens do concelho. Não obstante isto, resolveu a Câmara, em sessão de 18 de Novembro de 1846 mandar levantar um prédio junto da igreja do Monte, «para asilo dos viandantes e para recolher as bestas», prédio que não sabemos se chegou a ser construído.

A casa dos romeiros de Santo António da Serra foi construída em 1808, a expensas de vários súbditos ingleses, achando-se agora em ruínas. Foi administrada até 1832 por comissões inglesas, em que aparecem os nomes de Penfold, Selby, Leacock, Taylor e Gordon.

Da casa destinada a recolher os devotos que iam em romarias á capela de Nossa Senhora da Piedade, na freguesia do Caniçal, não existem hoje vestígios.

Roncador (*Pristipoma Bennettii*). Peixe pristipomatida que se encontra em fundos pedregosos, principalmente até a distancia de 30 braças. É pescado com aparelho de anzol ou por meio de peneiro ou da rede. O seu nome deriva dos ruídos que produz ao ser capturado.

Roque de Castro (*Oceanodroma Castro*). Pequena ave da família Procelarida, que passa uma parte da vida no alto mar, afastando-se por vezes bastante da costa. Nas noites escuras, voa sobre as rochas do litoral, soltando um grito que se assemelha um tanto ao nome porque é conhecida. A sua postura consta dum só ovo, que depõe numa fenda das rochas, o qual é branco, excepto numa das extremidades, onde apresenta pontos avermelhados. Alimenta-se de animais marinhos, que reparte com o filho, e este, quando atacado no ninho, vomita um óleo duma linda cor avinhada e de cheiro característico.

Rosa (*José de Sousa*). Era comandante militar da Madeira quando, por decreto de 3 de Agosto de 1917, foi nomeado Governador Civil do distrito, tomando posse a 7 do mês e ano referidos. Serviu até 28 de Setembro do dito ano. Em fins de Junho de 1918, deixou de ser comandante militar do arquipélago.

Róscio (*Francisco João*). Temos conhecimento deste madeirense pelo que dele largamente nos diz Sousa Viterbo, a páginas 477 e seguintes do *Diccionario Historico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*.

Nasceu Francisco Róscio nesta ilha por 1740, sendo filho de Manuel Gonçalves Róscio, natural de Tenerife, e de Maria da Graça Rodrigues Jardim, natural da freguesia do Arco da Calheta. Coursou em Lisboa a Academia Militar, e em 1762 foi despachado ajudante de infantaria. Seguidamente prestou serviço como engenheiro militar nas praças de Alméida e Elvas; revelando uma notável competência, pelo que foi elogiado pelo abalizado engenheiro Jacques Funk, que do estrangeiro viera expressamente dirigir as obras das nossas fortificações. Fez Róscio depois parte duma comissão de engenheiros mandada ao Brasil e ali também deu provas da sua actividade e do seu saber. Depois de 12 anos de ausência, regressou a Portugal, voltando novamente ao Brasil para desempenhar a importante missão de comissário das demarcações do sul do Brasil, que desempenhou com o maior zelo e competência, apesar das enormes dificuldades que então surgiram.

A sua energia e a sua rara habilidade manifestaram-se brilhantemente em São Pedro do Sul, como governador deste estado, perante as ameaças do governador espanhol marquês de Sobremontes, impedindo a marcha invasora das suas tropas e conseguindo depois estabelecer a paz, conquistando para Portugal cerca de duzentas léguas quadradas de terreno.

Morreu no Brasil a 10 de Outubro de 1805, depois duma existência muito agitada e cheia de trabalhos, prestando ao seu país os mais assinalados serviços.

Deixou duas obras manuscritas que se ocupam especialmente dos seus trabalhos científicos e comissões que desempenhou, de que Sousa Viterbo traz minuciosas notícias.

Roseira. A única que é espontânea na Madeira é a Rosa canina, mas nos jardins existem outras espécies de roseiras, algumas delas verdadeiramente notáveis pelo tamanho e colorido das suas flores. A Rosa gallica, a Rosa indica e a Rosa damascena são as espécies mais cultivadas no Funchal, mas afora estas encontram-se muitas outras nos jardins, tais como a Rosa moschata, a Rosa Banksiae, a Rosa centifolia, a Rosa alba, etc., etc..

Nos bardos em S. Martinho e Santo Antonio é frequente a Rosa multiflora, espécie aparentemente naturalizada e que não requiere cuidados alguns da parte do homem. O óleo essencial de rosas é extraído das pétalas da Rosa centifolia, e as pétalas da Rosa gallica constituem a base da conserva de rosas, medicamento que se administra com vantagem na diarreia e na tuberculose. As roseiras remontantes, ou de floração continua, são frequentes na Madeira.

Rosmaninho. Os madeirenses dão este nome á Santolina Chamaecyparissus, planta da família das Compostas cultivada nalguns jardins do Funchal, Camacha e Monte, e à Lavandula pedunculata, L. viridis e L. dentata, plantas da família das Labiadas, as duas primeiras espontâneas e a ultima cultivada e subespontanea na ilha. Todas estas espécies são aromáticas e podem usar-se em banhos e fricções; os capítulos da santolina podem ser empregados como tónico.

Ross (*Dr. Archibald Colquhoun*). Medico inglês que residiu no Funchal durante cerca de 20 anos. Estava, em Inglaterra desde Junho de 1856, quando soube que grassava nesta ilha a epidemia da colera-morbus; regressou imediatamente ao Funchal afim de prestar aos doentes os seus serviços clínicos, e foi atacado daquela moléstia no dia 5 de Setembro de 1856, vindo a falecer no dia immediato. A sua morte foi muito sentida por toda a população funchalense a quem não passara despercebido o acto de abnegação e coragem praticado pelo Dr. Ross.

Ross (*Sir James Clark*). Era o comandante da expedição que explorou os mares antárticos, nos navios Erebus e Terror, em 1840 e 1841. Esteve na Madeira em Outubro de 1839, onde procedeu com outros oficiais à medição do Pico Ruivo.

Rothschild (*Barão Charles*). Rico banqueiro e distinto entomologista inglês, residente em Londres. Pretende estudar alguns insectos do nosso arquipélago e determinou já uma espécie de pulga encontrada sobre a cagarra pela expedição científica madeirense que em 1922 visitou as selvagens, tendo-lhe dado o nome de *Xenopsylla gratiosa*.

Ruivinha (*Rubia peregrina var. angustifolia*). Planta vivaz da família das Rubiaceas, com as folhas linear-lanceoladas ou sublineares ásperas, e pequenas flores dispostas em cimeiras axilares. As suas raízes são muito usadas na tinturaria, costumando os madeirenses, quando delas se querem servir, lava-las primeiro e depois pisa-las com amoras-de-silva antes de maduras. Pondo a mistura a ferver com o tecido que se quiere tingir, fica este duma linda cor vermelha, convindo fervê-lo de novo com cinza para que essa cor se não desvaneça.

As raízes da ruivinha são aconselhadas no raquitismo e têm a propriedade de tingir de vermelho os ossos das pessoas que delas fazem uso internamente.

Ruivo (*Pico*). É muito conhecido este pico e vem citado em inúmeras obras nacionais e estrangeiras, por ser o de maior elevação na Madeira e descortinar-se dali o mais vasto panorama de toda a ilha. O seu cume ou ponto mais alto fica no extremo-sul da freguesia de Santana, abrangendo algumas das suas ramificações tractos de terreno dentro dos limites das freguesias do Faial e de São Jorge.

Para atingir-se esta eminência, é preciso tomar as estradas que, das freguesias de Santana ou do Curral das Freiras, conduzem àquele lugar, sendo preferível o caminho da última destas duas freguesias. Pela primeira, alcança-se o cume do pico, tomando a Cumeada Alta, oferecendo todo o percurso os mais belos pontos de vista e passa-se próximo da curiosa coluna de lava conhecida pelo nome de Homem em Pé (Vid. este nome). Pela segunda, sobe-se a estrada do Lombo Grande, encontrando-se a certa altura uma vereda, que conduz ao cimo do elevado monte. Também ali se chega, partindo do Curral das Freiras e galgando o atalho chamado Lombo do Furão, mas, além de tornar-se uma ascensão extremamente penosa, é também cheia de perigos pelos barrancos e precipícios que ladeiam o mesmo atalho.

Do alto desta eminência, pode-se apreciar com relativa precisão o sistema ortográfico da Madeira, distinguindo-se nitidamente uma parte considerável dos montes mais elevados e os grandes desfiladeiros que os cercam, quase sempre ladeados por escarpadas ravinas e pelas mais altas e abruptas vertentes. Daquela altura se destaca a cordilheira de intermináveis montes, que corta longitudinalmente a Madeira do extremo oeste ao extremo leste, formando as duas bem definidas vertentes, que constituem a costa-norte e a costa-sul da ilha.

Apesar da dificuldade da ascensão, muitas personagens ilustres têm visitado esta encantadora estância, levadas umas pelo deslumbramento dos inenarráveis horizontes que dela se descobrem e atraídas outras pelo particular interesse que oferece aos cultores das ciências fisico-naturais.

Na seguinte relação vão indicados os resultados obtidos pelos diferentes observadores que têm procurado medir a altura do Pico Ruivo.

Metros

1811. Gourlay.....	2 515
<i>Smith, Irish Trans, 8.º</i>	1 573
1821. Clavering e Sabine, Journ. of Science, n.º 29	1 657
1823. Bowdich (barometro)	1 855
« » (trigonometria).....	1 921
« Amigos de Bowdich.....	1 864
1826. Dr. Heineken, Phil. Mag., 1837.....	1 850
1838. Oficiais da Expedição Exploradora Americana, dirigida pelo capitão Wilkes	1.901
1839. Oficiais dos navios britânicos Erebus e Terror.....	1 858

« «	1 860
1844. Capitão Vidal.....	1 845
» Engenheiro Antonio P. de Azevedo	1 843
1859. Dr. Hochtetter.....	1 876
1861. J. Gray Smith.....	1 849
1903. Coronel Eduardo Agostinho Pereira.....	1 950
1914. Comissão Geodesica presidida pelo coronel Alfredo Durão.....	1 861

Os oficiais dos Navios Erebus e Terror serviram-se das formulas de Gay Lussac e de Rudberg para a medição do pico, tendo obtido pelo primeiro processo a altura de 1858 metros, e pelo segundo a de 1.860 metros. Um dos cálculos de Bowdich baseia-se numa operação trigonométrica; quanto aos demais resultados, foram obtidos todos por meio do barómetro, tendo-se servido o falecido coronel Eduardo Agostinho Pereira de um barometro-altimetro para a medição que fez do pico.

É considerado como um dos mais exactos o cálculo do coronel Alfredo Durão, por se haver realizado em condições especiais de alcançar-se um resultado satisfatório, o qual atribui a essa elevação montanhosa a altitude de 1861 metros. Verificou-se este cálculo no ano de 1914.

São grandiosos os panoramas que se desfrutam do alto do pico, qualquer que seja o lado para que dirijamos a vista.

O pico do Areeiro com as suas escarpas avermelhadas, o largo pico das Torres, rodeado de vários cumes secundários, o mais alto dos quais é o pico do Gato e os picos do Canário, do Cidrão, Grande e de Santo Antonio, erguem-se a curta distancia, mas separados de nós por barrancos mais ou menos profundos, enquanto mais ao longe se descortinam para o lado de oeste o planalto do Paul da Serra, inteiramente despido de vegetação, e para o de leste a longa e sinuosa ponta de S. Lourenço. A freguesia de Santana, as verdejantes serras de S. Jorge e da Boaventura, uma parte do caminho do Poiso, o Porto Santo e as três Desertas, avistam-se do alto do pico, sendo também visível daí o mar em torno da ilha, excepto na direcção do pico das Torres, que pouco menos elevado é que o Ruivo.

O espectáculo que ao nascer do sol se contempla do alto do pico é digno de ser admirado pelo que apresenta de fantástico e imensamente formoso. Olhado desse cume, o astro do dia ao assomar no horizonte parece sofrer uma trepidação no seu disco engrandecido e de uma linda cor de oiro, mas este espectáculo embora curioso e digno de atenção, é imensamente excedido em beleza pelos magníficos efeitos de luz que o mesmo astro vai produzindo sobre as brumas matutinas e os cumes escaldados das montanhas, á medida que se eleva.

No alto do pico têm sido achadas sete espécies vegetais, figurando entre elas uma pequena urze de flores rosadas ou violaceas (*Erica cinerea*). A urze molar vai quase até o cume do pico, ao passo que a urze durasia não passa além de meia encosta. Encontram-se restos de uma coluna de lava revestidos de muitos cristais de olivina na parte superior do pico, e os terrenos adjacentes são constituídos por escórias vermelhas, lápili e bombas vulcanicas.

Segundo lemos numa correspondência publicada no n.º 355 do *Correio de Madeira*, de 21 de Junho de 1923, quando se procedeu á divisão dos montados, ficou uma parte do pico Ruivo, a do oriente, pertencente ao Faial, a parte do norte a Santana e a parte de oeste a S. Jorge. O ponto mais alto do monte, lê-se na mesma correspondência, pertence a Santana.

Numa das vertentes do Pico Ruivo e não muito distanciado do seu cume, encontra-se uma furna ou lapa conhecida pelo nome de Lapa da Cadela, que serve de abrigo aos visitantes, que ascendem a essa eminência quando o mau tempo os surpreende naquelas, por vezes inóspitas, paragens.

Impunha-se a necessidade da construção de uma pequena casa de abrigo nessas imediações, o que somente veio a realizar-se no ano de 1939, com o maior aprazimento dos que visitam essa pitoresca estancia e com o merecido louvor para os que empreenderam esse apreciável melhoramento.

São inúmeras as composições em prosa e verso, que enaltecem as maravilhosas belezas daquelas eminentes paragens e inúmeras também as narrativas, em vernáculo e em línguas estrangeiras, de varias excursões que ali se têm realizado, merecendo muitas delas ser lidas e devidamente apreciadas. Entre estas, podemos mencionar a do ilustre naturalista e viajante inglês T. E. Bowdich, no seu interessante livro *Excursions in Madeira and Porto Santo*, de que há uma tradução francesa, e a que foi publicada nos números do antigo *Heraldo da Madeira* de 2, 6 e 7 de Fevereiro de 1912.

S

Sá. Este apelido procede, segundo diz o Dr. Azevedo, de D. Guiomar de Sá, filha de Henrique de Sá, do Porto, ou conforme alguns, de João Rodrigues de Sá, a qual casou com Gaspar Bettencourt.

Pedro Gliz da Câmara, antigo dono da Lombada, (do Arco) foi casado com D. Joana de Sá, camareira-mor da rainha, sendo possível que alguns dos seus filhos, se os teve, tomasse o apelido da família da mãe.

Sá (*José Correia de*). A sua nomeação para Governador e Capitão-General da Madeira é datada de 17 de Maio de 1758, tendo tomado posse a 27 de Maio de 1759. Foi este governador que mandou proceder nesta ilha á prisão e embarque dos Jesuítas, e ao sequestro e arrendamento dos seus bens, segundo as ordens emanadas do marquês de Pombal. Serviu até Outubro de 1767.

Sá Cardoso (*Alfredo Ernesto de*). Foi Governador Civil da Madeira, sendo nomeado por decreto de 20 de Março de 1913 e tendo tomado posse a 27 do mês e ano referidos.
Em Junho de 1919, foi presidente do ministério.

Sá Pereira (*João António de*). Foi nomeado Capitão-General da Madeira em 1766, mas só tomou posse do lugar a 9 de Dezembro do ano imediato, tendo feito uma boa administração.

Como já vimos a página 101 deste volume, procurou pôr termo a muitos abusos que se praticavam na Madeira, festejando, por tal motivo, os seus inimigos com iluminações e fogos de artifício a sua saída desta ilha, a qual teve lugar a 10 de Junho de 1777, após a queda do marquês de Pombal, de quem era parente. Tendo os seus serviços sido reconhecidos pelo novo governo, foi agraciado com o título de barão de Alverca.

Sabão (*Rua do*), É uma das mais antigas ruas do Funchal e comunica a rua do Comercio ou dos Ferreiros com a rua da Alfândega. Em sessão da Câmara Municipal de 6 de Julho de 1922, foi-lhe dada a denominação um tanto vaga de «rua 17 de Junho de 1922»,

por ser esta data que os arrojados aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral concluíram a sua viagem aérea entre Lisboa e o Rio de Janeiro.

Saboarias. Diz Frutuoso nas *Saudades da Terra* que D. Afonso V confirmou no ano de 1469 a doação que o infante D. Fernando fizera a Rui Gonçalves da Câmara das saboarias pretas de toda a ilha da Madeira, e consta do foral da cidade do Funchal e das vilas da Ponta do Sol e Calheta, que tem a data de 1515, que o sabão preto devia ser vendido a 10 reis o arrátel e o branco a 12 réis.

Na Madeira, como em Portugal, houve o contracto do sabão, mas, tendo o ultimo que se celebrou deixado de vigorar em 1 de Julho de 1858, ficou livre a todos desde então o fabrico e comércio desse produto. Foi a lei de 25 de Abril de 1857 que extinguiu o monopólio do sabão, que tantos vexames trouxe aos povos desta ilha.

Sabugueiro (*Sambucus maderensis*) Arbusto ou pequena árvore de folhas glabras, com 5-7 segmentos oblongo-lanceolados ou lanceolados e flores amareladas ou esbranquiçadas, dispostas em cimeiras. Encontra-se no Ribeiro Frio, em Boaventura, Santana, etc., e é cultivado na Camacha e noutros pontos da Madeira. As flores do sabugueiro em infusão, usam-se em gargarejos nas inflamações da garganta, etc..

Sagrado Coração de Jesus(*Capela do*). No sítio dos Cardais, da freguesia de Água de Pena, fez o cônego Henrique Modesto de Bettencourt construir no ano de 1907, em terras que ali possuía, uma capela consagrada ao sagrado Coração de Jesus.

Foi também há poucos anos fundada na freguesia do Monte, pelo padre Jorge de Faria e Castro uma capela desta invocação.

Saião. Nome do *Sempervivum glutinosum*, Crassulacea subarborescente viscosa, muito comum na Madeira. O suco desta planta é usado interna e externamente no tratamento das lesões ou feridas produzidas por quedas, etc.. Também serve para tornar mais rijas e duráveis as linhas de que se servem os pescadores na pesca. Há um outro saião o *S. arboreum*, que é cultivado nos jardins. O suco das folhas desta espécie é aconselhado contra os calos.

V. Farrobo.

Sal. Pelas cartas de doação do infante D. Henrique, só os donatários podiam vender sal nesta ilha e no Porto Santo. Este privilegio não desapareceu com a transformação das donatárias da Madeira em alcaidarias-mores, mas parece que era pouco respeitado nos últimos tempos, pois que, em 6 de Fevereiro de 1769, foi expedido um aviso para que o procurador do marquês de Castello Melhor não fosse obrigado a fornecer de sal a população e qualquer pessoa pudesse descarregar e vender esse género, como se praticava anteriormente.

Salão. Solo de cor avermelhada, formado pela decomposição de matérias vulcânicas. Não é adequado á cultura da vinha, mas as batatas as sementes, etc., vegetam nele muito bem.

As matérias vegetais faltam ou entram em muito pequena escala na composição do salão.

O salão do Porto Santo é uma terra em que predominam os silicatos de alumínio e que por causa das suas propriedades plásticas costuma ser utilizada na cobertura de pequenas casas e palheiros.

Salários. Tendo-se agravado dum modo extraordinário nos últimos tempos o custo da vida, viram-se forçados todos os indivíduos pertencentes às classes trabalhadoras a exigir uma melhor remuneração pelos seus serviços, visto não terem outra forma de manter a dignidade profissional e de satisfazer ás suas mais urgentes necessidades e de suas famílias. Há operários que auferem agora (1921) salários 20, 25 e 30 vezes maiores do que antes da guerra mas se considerarmos que o preço de todos os géneros de primeira necessidade subiu dum modo extraordinário, como se viu já a páginas 141 deste volume, que os prédios que se arrendavam outrora por 6 e 8 escudos mensais só se obtêm hoje por 300 e 400 escudos, que um fato ou um par de botas custam hoje 18 e 20 vezes mais do que outrora, etc., etc., deixam de causar surpresa as exigências das classes trabalhadoras, pois que temos de reconhecer o direito que lhes assiste de melhorar as suas circunstancias pecuniárias, para assim fazer face à crise terrível que o país atravessa, mercê dos erros e da incompetência dos nossos governantes (1921). Damos em seguida uma nota tão exacta quanto possível do que recebiam antes da guerra e recebem hoje varias classes trabalhadoras, convindo acrescentar que apesar das diferenças consideráveis que entre os antigos e os modernos salários existem, nunca aos indivíduos das mesmas classes falta trabalho nas condições por eles exigidas, qualquer que seja a natureza das suas occupaões o que é devido a circunstancias varias e muito principalmente a ter-se modificado bastante nos últimos tempos a situação económica duma baluarte da população madeirense.

SALÁRIOS

Profissões	Em 1914	Em 1924
Carpinteiros	\$80 a 1\$00	18\$00 a 25\$00
Pedreiros	\$70	18\$00 a 20\$00
Ajudante de Pedreiro	\$50	10\$00
Pintores	\$80	19\$00
Marceneiros	\$70	18\$00
Serralheiros	\$80	15\$00
Caiadores	\$70	15\$00
Funileiros	\$70 a 80	15\$00 a 16\$00
Caldeireiros	\$80	18\$00
Alfaiates	\$80 a 1\$00	25\$00 a 30\$00
Sapateiros	\$80	25\$00
Polidores	\$70	16\$00
Bordadeiras	\$18 a \$24	5\$00 a 8\$00
Ditas de consertos	\$20	4\$00 a 5\$00
Engomadeiras de bordados	\$25 a \$30	5\$00 a 7\$00
Trabalhadores agrícolas	\$45 a \$50	10\$00 a 12\$00
Esfregadores de casas	\$50	12\$00 a 15\$00

A classe tipográfica recebe de ordinário os seus vencimentos mensalmente, tendo os compositores 400 a 500 escudos e os aprendizes 150 a 200 escudos. Antes da guerra, recebiam estes 4\$50 a 7\$00 e aqueles 18\$00 a 20\$00 mensalmente. Os proprietários das barbearias de 1^a. classe levam 2\$00 pelo corte do cabelo e 1\$00 pelo da barba, ao passo que os das de 2^a. classe levam 1\$50 pelo cabelo e \$75 pela barba. Antes da guerra, pagava-se o mesmo trabalho por \$10 e \$05 nas barbearias de 1^a. classe e por \$05 e \$03 nas de 2^a. Um padeiro recebe 70\$00 por semana, quando antes da guerra tinha o vencimento de cerca de 30\$00 mensais e um cozinheiro e uma criada exigem vencimentos que orçam respectivamente por 100\$000 e 60\$00 mensais, quando antes da guerra não recebiam mais de 10\$00 a 12\$00 e de 3\$00 a 5\$00, também mensalmente.

O que fica transcrito neste artigo refere-se inteiramente à situação que precedeu o ano de 1921.

Saldanha (*Fernão*). Este Governador Geral da Madeira foi nomeado a 10 de Janeiro de 1625, tomando posse do seu cargo a 11 de Abril do mesmo ano. Morreu nesta ilha, quando aqui exercia o lugar de Governador a 10 de Agosto de 1626. Por sua morte, ficou exercendo as funções de Governador o Bispo D. Jerónimo Fernando.

Saldanha (*Marquês de*). o marquês, depois duque de Saldanha, foi eleito senador pela Madeira para a sessão legislativa de 1838 a 1840.

Saldanha da Gama (*João*). Foi nomeado Governador e Capitão-General deste arquipélago a 4 de Maio de 1715 e tomou posse a 27 de Junho seguinte. Nasceu em 1674 e morreu em 1754. Pouco sabemos da sua administração na Madeira, mas distinguiu-se como militar em varias campanhas e fez, como vice-rei da Índia, um governo modelar, prestando ali os mais assinalados serviços ao seu país.

Saldanha da Gama (*D. Manuel*). D. Manuel Saldanha da Gama Melo e Torres foi por decreto de 12 de Junho de 1890 nomeado Governador Civil da Madeira, havendo tomado posse deste cargo a 25 do mês e ano referidos.

Por decreto de 6 de Abril de 1893, foi segunda vez nomeado Governador Civil deste distrito, havendo tomado posse do lugar a 23 do mês e ano referidos.

Salema (*Box salpa*). Peixe da família Esparida que aparece com frequência nas águas da Madeira. Faz criação nas poças do litoral e vive em grandes cardumes, viajando continuamente perto da costa.

Salema Vaz. Entre os deportados políticos que vieram para esta ilha em 1919 e que foram internados nas casas do Lazareto de Gonçalo Aires, conta-se o poeta Salema Vaz, que no ano de 1921 publicou em Lisboa, numa primorosa edição, um volume de versos intitulado *Pão do Exílio, Escrito que foi durante o desterro e seu caminho da Ilha da Madeira, cidade do Funchal, no ano*

MCMXIX, Lisboa, 1921, de 134 páginas. As composições poéticas insertas neste volume foram escritas desde a viagem e saída de Lisboa para a Madeira e durante o exílio do autor nesta ilha, contendo muitas referências a diversas pessoas e cousas madeirenses (1922).

Salinas. Por diferentes vezes se tem pretendido estabelecer no arquipélago a indústria da extracção do sal das águas do mar, quase sempre, porém, com resultados pouco animadores. A mais antiga tentativa para o exercício dessa indústria data de 1792, tendo o alvará de 20 de Novembro deste ano permitido o Tomás Watts, Francisco Martins da Luz e João José de Basto «o estabelecimento de fabricas de pescarias e salinas em todo o estado da Madeira e praia chamada formosa», seguindo-se a essa tentativa uma outra de Francisco Vicente Espinosa da Camara que, em 1823, requereu o exclusivo, durante 30 anos, do fabrico do sal na Madeira, apontando alguns meios de se obter este produto em condições vantajosas.

Na Praia Formosa, encontram-se vestígios de antigas instalações para a cristalização do sal, construídas provavelmente pelos primeiros indivíduos que ensaiaram a salinação entre nós, e muito perto deste sítio, na Ponta da Cruz, houve há cerca de 15 anos uns ensaios para o fabrico do mesmo produto, os quais não deram resultado algum por se tornar necessário elevar a água do mar a grande altura para a fazer entrar nos reservatórios. Foi José da Corte quem procurou estabelecer marinhas na Ponta da Cruz, mas com a montagem da fabrica de conservas de atum, cessaram por completo as tentativas para a extracção do sal naquele sítio.

Por 1865 fez construir António de Sousa umas salinas no Paul do Mar, nos sítios das Lagoas e Serra da Cruz as quais passaram, cremos que por 1878, para a posse de Filipe António Gonçalves, e há 15 para 20 anos outras salinas foram estabelecidas perto das antigas, tendo sido seus donos José Mauricio Gomes, João Martins da Silva, José da Corte e Alexandre da Silva (1921). Tanto nestas como nas antigas salinas se fabricou muito sal, nem sempre de má qualidade, o que não obstou a que umas e outras tivessem de ser abandonadas por darem pouco lucro, ou talvez prejuízos aos seus proprietários. Para o revestimento do fundo e paredes dos reservatórios destas ultimas salinas, chegou a importar-se barro de Portugal.

Temos ainda conhecimento de duas outras tentativas para a extracção do sal, realizadas na Madeira, uma no sítio da Fajã da Areia, em S. Vicente, e a outra na freguesia do Caniçal, das quais também se não colheram resultados animadores. Foram José Mauricio Gomes e J. Pontes Leça os instaladores e dirigentes das salinas do Caniçal.

No Porto Santo, algumas tentativas houve também para o estabelecimento da indústria da extracção do sal das águas do mar, sendo a mais antiga a de Isidoro da Silva, que consumiu capitais avultados na construção dumas salinas no sítio da Fontinha. Em 1890 e nos anos imediatos, conseguiu Augusto de Nóbrega Noronha extrair muito sal dumas marinhas mandadas construir por ele na Serra de Fora, na parte norte da ilha, e, por 1903, outras marinhas foram estabelecidas no mesmo sítio, sendo seu proprietário o Dr. António Luís Pimenta, não tendo estas dado, porém, resultados satisfatórios, devido, segundo se disse, a defeitos na construção dos reservatórios destinados a receber as águas.

Para o funcionamento das marinhas do arquipélago, torna-se preciso elevar as águas por meio de maquinismos de qualquer natureza, visto os reservatórios, pela conformação da costa, não poderem ficar em nível inferior ao do mar. Esta circunstancia por um lado, e por outro uma certa lentidão na evaporação das águas devido ao céu muitas vezes se apresentar toldado durante o estio, e haver de ordinário na atmosfera uma dose avultada de vapor de água, tornam a salinação mais dispendiosa e difícil aqui do que no Continente, o que não quer dizer que ela não possa realizar-se, e em condições talvez vantajosas, se se respeitarem certos preceitos a que nem sempre até hoje se tem ligado a devida consideração.

As salinas do Paul do Mar não deram resultados animadores por terem sido construídas em local pouco varrido pelos ventos e se tornar preciso o emprego de motores a vapor para se conseguir a elevação das águas; no Caniçal, porém, há razões para crer que ainda possa vir a dar lucros a indústria da extracção do sal, uma vez que haja a cautela de cimentar os reservatórios para o produto obtido se não apresentar, como já sucedeu, carregado de impurezas. Aí como no Porto Santo, podem ser usados os aeromotores na elevação das águas, o que representa para esta operação uma grande economia, sendo com o auxilio duma destas maquinas e com reservatórios nas condições acima indicadas, que o falecido Augusto de Nóbrega Noronha conseguiu obter naquela ilha sal tão perfeito como o que vem de Portugal.

Merece especial estudo a exploração das «salinas» neste arquipélago, atenuando as desfavoráveis impressões que entre nós se têm mantido acerca dos vários insucessos ocorridos em volta dessa apreciada indústria. Para isso, vamos transcrever alguns trechos de um belo artigo do ilustre oficial da armada e académico almirante Hugo de Lacerda, que encerra valiosas informações acerca deste importante assunto.

«Uma simples comparação dos factores de ordem técnica que podem ser considerados basilares na questão de que se trata, entre os daqui e os do Continente português, julgo que pode já trazer alguma elucidação. Como se sabe, é Portugal continental um dos

principais produtores de sal: salinas vastas, ou marinhas, na Ria de Aveiro, no estuário do Mondego, no Tejo até Vila Franca e na margem ribatejana, no Rio Sado até Alcácer do Sal, e ainda no Algarve em Faro, Tavira e Portimão.

Vejam os:

– Quanto aos graus de salinidade da água e da sua pureza, só poderão ser vistas vantagens neste Arquipélago. O inconveniente que ouvi citar de a salinidade aqui ser maior do que no Continente, só pode colher em inverso sentido; de resto, não será por as marinhas do Continente serem situadas (com excepção das de Faro) em regiões fluviais que receberão águas menos densas, porque elas funcionam nas épocas das estiagens.

– Relativamente à maior facilidade de enchimento dos reservatórios não pode haver dúvidas que acentuadas vantagens existem no Continente, bastando ali só o fluxo das marés mais altas para dar franca entrada às águas: e as facilidades são tanto melhores quanto se trata do maior remanso de zonas fluviais. A quantidade de água a ser tratada é considerável porque cada litro só pode fornecer cerca de duas dezenas de gramas de cloreto de sódio; contudo, podendo-se contar com o vento, o moinho pode resolver mais economicamente a dificuldade; tanto mais que em outros misteres pode também ele ser aplicado. É para notar que na Itália, país também grande produtor de sal, as marés mediterrâneas atingem, sobre o nível médio, quando muito 0,3m, não sendo pois natural que não haja ali a recorrer a processos artificiais mais ou menos dispendiosos.

- Sobre o que respeita à impermeabilização dos fundos e paredes dos reservatórios, o que parece ter sido causa principal dos insucessos mencionados, não há também dúvida sobre as vantagens no Continente. Mas se o revestimento, como foi feito em Porto Santo, abriu fendas, são estas menos de esperar com os modernos processos do cimento armado, que para o caso nem precisa contar com sensíveis cargas, bastando talvez a simples rede metálica para armadura; de resto, há também já processos de boa impermeabilização, as próprias fendas podem ter remédios e deve-se contar com a cobertura líquida pelo menos na época de maiores temperaturas ao sol. Em Mossamedes, consta-me que o sal para a salga do pescado, tão abundante ali, é fabricado em reservatórios revestidos a betão, naturalmente armado. A Enciclopédia Britânica a reservatórios desta ordem se refere.

– É condição o não haver chuvas durante o período do fabrico, e esta é idêntica e praticamente realizada em ambas as regiões.

– O calor figura como importante factor, sendo para julgar sobretudo o da directa radiação solar; quanto ao calor à sombra, deve haver alguma vantagem aqui, mas relativamente ao directo do sol descoberto é que já pode haver dúvidas, ainda nos lugares litorais que interessam para a questão, mais assoalhados, ou sejam os de Porto Santo; contudo, já uma das experiências demonstrou que podia ser obtido abundante sal.

– Ao vento não poderá deixar de ser atribuída importância capital. Em grande parte do sul da Madeira com relativamente pequena acção desta ordem poderá ser contada; mas já no lado norte e no lado sul, de Machico para Este, e principalmente em Porto Santo, a julgar pelos ventos que sopram na Ponta de S. Lourenço, as diferenças não deverão ser tão acentuadas em relação às fortes

nortadas do litoral continental nos meses de verão. A este respeito também aquela experiência que produziu abundante sal (embora de má qualidade) é também para ter em consideração.

Por ultimo, o que se refere á humidade relativa da atmosfera que, sendo considerável, deve contrariar as acções do sol e do vento, diminuindo a evaporação. Esta condição tem perfeita identidade, nas duas regiões consideradas no verão, porque no inverno (bom é sempre repetir) são aqui bastante superiores as vantagens.

Eu resumo:

Quanto à técnica, respeitada que ela seja, e escolhidos os locais, parece não haver razão para se pensar que se não possa obter aqui bom e abundante sal; e assim a questão reveste-se principalmente do aspecto financeiro, de razoáveis lucros: a um lado a maior despesa com os revestimentos dos reservatórios e a elevação das águas, do outro o custo de transporte do sal do Continente para aqui e ainda o maior preço da mão d'obra, tanto na instalação inicial como do próprio fabrico.

Mas isto não quer dizer que não haja a recorrer ao bom perito, para uma e outra cousa, auxiliado por pessoal adestrado no mister. E querendo-se, porventura, volver a nova tentativa, bem orientada, não será possível encontrar bom guia, impresso, tanto da parte técnica como da ordem financeira? O Dicionário Português Ilustrado refere-se a artigo de engenheiro português sobre o assunto.

A considerar é ainda que a Madeira pode de um momento para o outro ficar isolada, ou quasi assim, e o sal é das primeiras necessidades, tanto que em alguns pontos é objecto de principal permuta».

Salmonete (*Mullus surmuletus*). Peixe da família Mulida que não é raro nos mares madeirenses e é também conhecido pelo nome de salmonete de rolo. É pescado em covos desde a costa até 60 braças de profundidade, sendo considerado como um dos peixes mais finos da Madeira.

Salmonete do Alto (*Polymixia nobilis*). Peixe escombrida que vive a uma profundidade relativamente grande e é colhido geralmente com a gorazeira ou a briqueira. É, pelo seu excelente sabor, uma das espécies mais valiosas dos mares da Madeira.

Salsa (*Petroselinum hortense*), Umbelifera muito cultivada nas hortas da Madeira por causa do emprego que tem na arte culinária. As folhas pisadas desta planta têm emprego como resolvente nas picadas produzidas pelas vespas, abelhas e outros insectos.

Salva (*Salvia officinalis*). Labiada de folhas esbranquiçadas, crenadas e rugosas, cultivada em muitas partes da Madeira. É tónica e estomacica, e os madeirenses também lhe atribuem propriedades emenagogas.

Salviati. Este apelido de família, diz o anotador das *Saudades da Terra*, «procede de João Salviati, natural de Florença, o qual, por implicado em conspiração contra os Medicis, se homiziou na ilha da Madeira por 1478; aqui tomou por mulher Isabel Alvares de Abreu, e teve terras de sesmaria em Câmara de Lobos sôbre a ribeira dos Socorridos, junto ao mar. Os seus descendentes ficaram-se apelidando Florenças».

Sanatórios da Madeira. Tendo o príncipe Frederico Carlos de Hohenlohe pedido autorização ao Governo Português para estabelecer na Madeira sanatórios marítimos e de altitude destinados ao tratamento de tuberculosos, para o que deveria organizar uma companhia ao abrigo das leis portuguesas, ficando o nosso governo com o direito de dispor dum determinado numero de alojamentos para o tratamento de doentes pobres, foi essa autorização concedida por despacho ministerial de 9 de Junho de 1903, depois de obtido o parecer favorável da Assistência Nacional aos Tuberculosos. Para escolher os locais para a instalação dos sanatórios, esteve na Madeira uma comissão de técnicos alemães, tendo o nosso governo nomeado o medico D. Antonio de Lencastre para acompanhar a esta ilha a mesma comissão.

Ouvidos os pareceres daquele medico, do Conselho Superior de Higiene Publica e da Procuradoria Geral da Coroa, foi definitivamente feita ao príncipe de Hohenlohe a concessão por ele requerida, mediante uma avultada caução para garantia do cumprimento das cláusulas do contrato, entre as quais figurava a de poder o concessionário fazer expropriações por utilidade publica e importar, sem o pagamento de direitos aduaneiros, os materiais precisos para a construção dos sanatórios.

A companhia ou empresa dos Sanatórios que tinha como seu agente nesta ilha o falecido comendador Manuel Gonçalves, homem inteligente e empreendedor, fez logo após a sua organização, a aquisição das quintas Santana, Vigia e Bianchi, e em Agosto de 1904 recebia do estrangeiro os primeiros materiais para as instalações a que ia proceder na freguesia do Monte, onde dentro em pouco dava ocupação a cerca de 300 trabalhadores, não contando com o pessoal técnico vindo da Alemanha.

Correram regularmente durante alguns anos os negócios da Companhia dos Sanatórios nesta ilha, apesar da guerra que a ela moviam alguns ingleses residentes na terra, com receio de que a concessão Hohenlohe lhes pudesse trazer prejuízos, mas tendo a mesma Companhia, ao abrigo dos privilégios de que gozava, pretendido expropriar a quinta Pavão, pertencente a um súbdito inglês que a comprara pouco antes a um austríaco, logo surgiram complicações graves que forçaram o nosso governo a entabular negociações, não só com a Companhia concessionária, mas também com os gabinetes de Londres e de Berlim, interessados igualmente na questão.

Tendo-se tornado impossível chegar a um acordo com a Companhia concessionária, propôs-lhe o nosso governo a arbitragem do tribunal da Haia, a escolha de outros terrenos para a construção dos Sanatórios ou a rescisão do contrato, sendo esta ultima proposta a preferida pela mesma Companhia como a mais viável e talvez a que mais lucros e vantagens trazia aos interessados no negocio de que se tratava.

Pela lei de 3 de Novembro de 1909, foi o Governo autorizado a rescindir a concessão outorgada ao príncipe de Hohenlohe pelos despachos ministeriais de 9 de Junho de 1903 e 4 de Janeiro de 1904, e a proceder ao resgate dos prédios, instalações e todos os direitos pertencentes ao concessionário, mediante o pagamento de 4.425.000 marcos e os respectivos juros a 5 por cento, a partir de 20 de Agosto de 1908, data da conclusão das negociações.. Para avaliar as propriedades da Companhia dos Sanatórios, viera à Madeira, comissionado pelo Governo, o general Parreira.

A portaria de 18 de Novembro de 1909 conferiu plenos poderes ao visconde de Geral de Lima, delegado do tesouro, para aceitar o resgate da concessão, passando pouco depois para a posse do Estado os bens mobiliários e imobiliários da Companhia, os quais têm estado entregues desde então ao chefe da repartição de fazenda distrital, a quem cumpre promover tudo quanto preciso seja para a conservação e boa administração deles (1921).

A Companhia dos Sanatórios teve na antiga rainha D. Amélia um dos seus mais desvelados protectores, e o falecido rei D. Carlos ao receber o professor Pannwitz, um dos membros da Comissão que viera à Madeira em 1904 afim de escolher os locais para a construção das edificações destinadas aos tuberculosos, teve para a iniciativa do príncipe de Hohenlohe palavras de admiração e de incitamento.

As propriedades que, pela rescisão do contrato, passaram para a posse do Governo foram a quinta Santana, onde está um dos prédios que eram destinados a receber os doentes, a quinta Vigia, a quinta Bianchi, a quinta Amelia, a quinta dos Reis e Palmeira, e o terreno dos Marmeleiros, onde está o chamado sanatório dos pobres (1921). O Estado também recebeu uma porção de águas do Arrebetão que haviam sido adquiridas para abastecimento dos edificios da Companhia, bem como toda a mobília que existia nos mesmos edificios, pagando por todos estes bens a soma de marcos 4.753:354, sendo 328.541 marcos provenientes dos juros devidos.

Reduzidas estas importâncias a moeda portuguesa, vê-se que a Companhia recebeu do Estado a quantia de 1.159:864\$025 réis, sendo 1.079:700\$000 réis do valor das propriedades e 80.164\$025 réis de juros. No acto da rescisão, foi autorizado o concessionário a receber a caução que prestara para garantia do cumprimento das clausulas do contrato, a qual era constituída por 725 obrigações da divida externa portuguesa, do valor de 20 libras cada uma (1921).

Transcrevemos seguidamente dois importantes documentos, que oferecem valiosos esclarecimentos ao assunto deste artigo:

Do «Diário do Governo» de 29 de Outubro de 1903: Direcção Geral de Saude e Beneficencia Publica—2.^a Repartição. Instruído por estes conhecimentos e depois de concedida pelo Governo de Sua Majestade a autorização para allí construir sanatórios, o Príncipe de Hohenlohe organizou uma missão, sendo a parte medica representada pelo professor Frankel da Faculdade de Berlim, onde é respeitada a sua auctoridade scientifica com o mais glorioso renome, e pelo Dr. Pannwitz, secretario geral do Bureau Internacional da Tuberculose, e que tanto tem salientado a sua personalidade na direcção de varias obras de luta contra a tuberculose e na organização de inúmeros sanatórios, missão com o objectivo de escolher locaes na ilha, apropriados para a construcção de sanatórios, uns para predispostos, outros para infectados de tuberculose.

Desejando o Príncipe que um medico português acompanhasse a missão, quis a benevolência generosa de V. Ex^a. que a escolha recaísse sobre mim, e do honroso encargo que aceitei venho gostosamente, com os protestos da minha gratidão, dar conta do modesto desempenho.

Partindo a 2 de Setembro, e, de regresso a esta capital a 7 de Outubro, permanecemos naquela ilha durante dez curtíssimos dias, e dos deliciosos passeios naquela encantadora região, nos povoados, nas montanhas e nas altitudes, colhemos gratíssimas impressões, sem deixarmos de ter o claro escuro, que é a lei fatal das antinomias humanas.

Do gozo daquelle clima sem igual, e da impressão pessoal a que Jaccoud—o grande mestre de climotherapia, tanta importância dava, sem tocarmos ao de leve nas bellezas a que seduzidos os artistas se rendem, compreendemos, sentimos, devo dizer, a sua incomparável physiologia.

Sentimos os phenomenos de ordem sedativa, traduzidos pela calma da circulação geral, pelo repouso do systema nervoso central, pelo menor esforço inspiratorio, que aos doentes dá a cessação de toda a excitação, a volta do somno, a diminuição de tosse e uma satisfação mais completa da necessidade de respirar, e a acção de ordem tónica pelo exagero das combustões intra-organicas, pela acceleração das funcções digestivas, que teem como natural compensação a melhor nutrição e o augmento de peso.

A nota triste, dissonante n'aquelle concerto glorioso da natureza, é o deplorável estado da Madeira, em relação mesmo á doença que ali se procura curar.

E para um ponto chamo desde já a attenção intelligente de V. Exa. A tuberculose, como a esplêndida flora que ali se indigenou, invadiu as classes pobres da ilha, tornando-se ali, como no continente, uma doença popular—a promiscuidade nos hotéis, de doentes e sãos, a succesividade d'estes, nos quartos d'aquelles, sem a mínima cautela ou a mais rudimentar desinfecção; a projecção a distancia d'estes centros de contagio, levada na roupa suja, que em toda a parte se lava, sem previa beneficiação, são causas graves da propagação da tuberculose, que encontra como factores adjuvantes a surmenage dos que trabalham e o alcoollismo de tantos que se illudem n'uma momentânea excitação, esperando vãmente reconstituir forças que cada vez mais se deprimem.

É este mal que urge remediar. É certo, a empreza do Príncipe Hoenlohe satisfaz a uma das mais capitaes indicações.

A construcção immediata de sanatórios para ricos e pobres, segundo o regimen de estabelecimentos fechados, onde são garantidos os mais meticulosos cuidados de desinfecção, transforma de um modo seguro o resultado que até aqui lhe tem trazido a immigração de tuberculosos. Desapparece por completo o inconveniente gravissimo da passagem do tísico pela ilha, para lhe ser só prosperidade o beneficio que o doente procura e ahi consegue. Quer dizer, a construcção de sanatórios previne futuras invasões de bacillos de Koch. Mas o mal actual? Uma parte é remediável pela creação de estabelecimentos para pobres, a outra será satisfeita pelo cumprimento do decreto de 30 de agosto de 1902, que V. Exa. com o seu altíssimo critério saberá por em pratica, dotando a Madeira com o material e pessoal indispensável para a sua defesa. A lei é certamente óptima, mas inefficaz, inapplicavel sem postos de desinfecção, etc., etc..

A obra que o Príncipe Hoenlohe pretende realizar é vasta e complexa. Deseja aproveitar todos os recursos que aquella região offerece.

Assim, no litoral montará Cure Hotéis para tratamento de predispostos, anémicos, chloroticos, lymphaticos, escrofutosos, esgotados e neurasthenicos; para isso serão providos de todo o instrumental moderno que utiliza os agentes phisicos, o calor, a luz, a electricidade, a kinesotherapia, a massagem. Construirá praias artificiaes para complemento da thalassotherapia, etc..

Na montanha, abaixo da zona dos neveiros, serão collocados os sanatórios geraes para tratamento da tuberculose; aproveitar-se-hão sítios convenientemente arborizados, onde se traçarão largos parques fechados para gozo dos doentes e a cura de ar, que será favorecida pela proximidade de soberbos pinhaes.

Para indicações mais especiaes serão destinadas as altitudes, sem duvida já para tratamento de verão de algumas formas de tuberculose.

Por conselho da missão medica, logo que a empresa inicie os seus trabalhos, serão organizados dois postos metereologicos, um no Arieiro a 1:700 metros, outro no Paul da Serra a 1:500 metros, para ajuizar de um modo certo sobre as condições meteorologicas de inverno, pois os dados existentes, sobretudo os apresentados pelo Sr. João Tierno sobre o Paul, e a pequena applicação a alguns doentes no Arieiro, apesar de admiráveis, não bastam para determinar uma opinião scientifica.

Para aproveitamento do clima atlântico, ficou indicada pela missão medica uma faixa do litoral da bahia do Funchal, e na freguesia do Monte escolhidos vários locaes, tanto para os sanatórios dos ricos como para os dos pobres, satisfazendo ás condições de abrigo e outras apontadas que aquelles estabelecimentos exigem.

O primeiro para pobres, que será immediatamente construído, terá quarenta camas em dois pavilhões, um destinado a homens, o outro a mulheres.

Terminando, devo referir a V. Exa. que o delegado do Governo tem tantos deveres de gratidão á forma distincta como foi recebido pelo Príncipe de Hohenlohe e por toda a missão, como todos que visitámos agora a Ilha da Madeira á gentileza tradicional com que as auctoridades portuguezas nos obsequiaram.

Deus guarde a V. Exa. Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Ministro do Reino e Presidente do Conselho de Ministros.—Lisboa, 30 de outubro de 1903.—
D. Antonio Maria de Lencastre.

Do «Diário do Governo» de 25 de Janeiro de 1914: «Até o dia 27 de Fevereiro próximo, ás 12 horas, serão recebidas na Direcção Geral da Fazenda Publica, no Ministério das Finanças, propostas em carta fechada para o arrendamento, n'um só lote, dos bens nacionaes adiante especificados:

1.º - Quinta Bianchi, constando de uma casa nobre de habitação, casa de guarda, cavalaria, mirante, jardim, vinha, canavial, servida por águas do Arrebentão e da Levada dos Piornaes e confronta de norte com a rua da Imperatriz D. Amelia, onde tem a entrada principal, sul com a rocha, leste com a Quinta Pavão, e oeste com Carlos Bianchi e Luiz Figueira da Silva, tendo para este lado uma porta de servidão.

2.º – Quinta Vigia, constando de uma casa de habitação, cavalaria, diversas casas pequenas, mirantes, jardins, pomares, servida por águas do Arrebentão e Levada dos Piornaes, confrontando do norte com a rua da Imperatriz D. Amelia, onde tem a sua entrada principal, prédios de diversas pessoas, e ainda com o Becco das Angústias, para onde tem uma porta, e com a Quinta de Nossa Senhora das Angústias e oeste com a Quinta Pavão.

3.º – Quinta dos Reis e Palmeira, com casa de habitação, pomar, cannavial, servida por águas da Levada das Calles e nascentes próprias, confrontando do norte com Carlos Augusto da Silva Carvalho, do sul com o Passeio da Quinta dos Reis e terra de Diogo Antonio Ferreira, e do leste com o Ribeiro da Quinta dos Reis e Baltasar Gonçalves, do oeste com o caminho do Monte, para onde tem algumas portas. Há casas de habitação e outras bemfeitorias pertencentes aos colonos.

4.º – Quinta Sant'Anna com casa de habitação, instalação de maquinas para iluminação, lavandaria, fabricação de gelo, etc., casas de arrecadação, pinhal, terras de cultura, vinha, canavial, servida por águas do Arrebentão e Levada das Calles, confrontando do norte com os herdeiros de Vicente Cândido Machado, sul com terrenos de Emilia Augusta Figueira e Joaquim Ovidio de Jesus e a

levada dos Flamengos, leste com o caminho do Monte, para onde tem a entrada principal e a oeste com a estrada do Caminho de Ferro do Monte, e o caminho da Torrinha, José Ferreira e a dita Emilia Augusta Figueira.

5.º – Prédio rústico no sítio de Sant'Anna, com árvores de fructo e uma casa telhada, confrontando do norte com a Quinta Sant'Anna, sul com Joaquim Ovidio de Jesus e a Asinhaga dos Ausentos, Leste com o referido Ovidio e oeste com João Agostinho de Oliveira (hoje considerado anexo da Quinta Sant'Anna).

6.º – Prédio rústico no sítio da Torrinha, constando de terras de cultivo, árvores de fructo, palheiro, confrontando do norte com a levada do Flamengo, sul e leste com os terrenos do Estado e oeste com o Caminho de Ferro do Monte (hoje considerado anexo da quinta Sant'Anna).

7.º – Prédio rústico no sítio do Livramento, terra com um poço, confrontando do norte, sul e sueste com terrenos do Estado e oeste com o Caminho de Ferro do Monte (hoje considerado anexo da Quinta Sant'Anna).

8.º - Prédio rústico, no sítio do Livramento, com casa telhada, pinheiros, palheiro, confronta do norte com Francisco Ferreira, e a Quinta Sant'Anna, sul com João Agostinho d'Oliveira, leste com a referida Quinta e o Corrego e oeste com a estrada do Caminho de Ferro do Monte (hoje considerado anexo da Quinta Sant'Ana).

9.º – Prédio rústico no sítio do Livramento, com árvores de fructo e vinha, confronta do norte com herdeiros de Manuel de Freitas, sul com terreno da Companhia do Caminho de Ferro do Monte, leste com o Côrrego e oeste com a estrada do Caminho de Ferro do Monte (hoje considerado anexo da Quinta Sant'Ana).

10.º – Instalação denominada das Águas do Arrebetão, com a sua origem no prédio abaixo descrito e o seu «terminus» no caes da Pontinha, de servidão de todos os prédios anteriores e, ainda para abastecimento da navegação pela boca de descarga que tem no referido caes. Esta instalação tem apenas encargo de fornecer à Junta Geral do Districto quatro penas d'agua para abastecimento dos seus marcos fontenarios situados no Caminho do Monte.

11.º – Prédio rústico no sítio do Arrebetão, com pinhal, tem excelente água nativa captada para abastecimento da instalação supra.

As propostas devem ser acompanhadas de documento comprovativo de se ter realizado na Caixa Geral dos Depósitos o depósito provisório de 10.000\$, em dinheiro ou em títulos da dívida pública que, no caso de adjudicação definitiva, será elevado à importância correspondente à renda de dois anos, e, além do reconhecimento da assinatura do proponente, devem conter a indicação da sua profissão e residência e bem assim a do fiador ou fiadores oferecidos, que devem ser cidadãos portugueses, com bens ou valores em Portugal.

Os prédios mencionados vão à praça sem mobiliário e regressarão à posse da Fazenda Nacional findo que seja o contrato, com todas as melhorias n'elles realizadas, sem quaisquer direitos de retenção ou indemnização para o arrendatário, ficando este obrigado a segurá-lo em favor da Fazenda Nacional, contra o risco de incêndio, e a indemnizar esta de quaisquer estragos que não sejam devidos ao uso normal dos mesmos prédios.

O contracto não transmite isenções de qualquer natureza, nem dispensa de cumprimento das leis do país, incluindo as tributárias e penais.

Os materiais de construção que o Estado ali possui não fazem parte de este contracto, ficando por isso o concessionário obrigado à sua guarda dentro dos prédios até que o governo os aliene directamente ou em hasta pública.

No referido dia 27, ás doze horas, no Ministério das Finanças e gabinete do director geral da Fazenda Pública, com este se reunirão o Procurador Geral da República e o director geral das Alfândegas que, examinando as propostas apresentadas, organizarão uma proposta graduada acerca delas conforme a renda e as demais vantagens oferecidas e apreciadas no seu conjunto, devendo o governo adjudicar a concessão à mais vantajosa, ficando-lhe também o direito de não aceitar nenhuma se lhe não convierem. Se para a definitiva adjudicação for mister a sanção parlamentar, o governo apresentará a conveniente proposta no prazo de 10 dias.

3.^a – Repartição da Direcção Geral da Fazenda Pública, em 24 de Janeiro de 1914.

O chefe da Repartição, Augusto Correia da Silva Melo.

Depois do fracasso da empresa organizada pelo príncipe de Hohenlohe, ficou entregue á «Assistência Nacional aos Tuberculosos» a construção de um sanatório na Madeira, que não seria ainda uma feliz e eloquente realidade, se não tivesse surgido a benemérita acção do Dr. João Francisco de Almeida, a quem principalmente se deve tão notável empreendimento e ainda outros indispensáveis

melhoramentos que a essa obra se acham ligados na mais estreita correlação. Quem quiser conhecimento pormenorizado do assunto que aqui não podemos expor detalhadamente, leia o interessante opúsculo «A Obra da A. N. T. na Madeira» da autoria do ilustre escritor Feliciano Soares e o livro «Dr. João Francisco de Almada» da superior direcção do mesmo escritor, cuja publicação se deve à iniciativa de quem traça estas linhas e é co-autor do Elucidário Madeirense.

O sanatório foi construído na antiga quinta Santana e realizou-se a sua inauguração solene no ano de 1941, havendo-se sido dado o nome de «Sanatório Doutor João Francisco de Almada» como tributo da mais merecida homenagem ao ilustre medico, que havia falecido nesta cidade a 14 de Junho de 1842.

Sanches (Afonso). Tem próxima afinidade com os artigos Colombo e Esmeraldo deste Elucidário estas palavras transcritas do dicionário Lello Universal acerca do marinheiro português Afonso Sanches: «... piloto portuguez nascido em Cascais. Partindo em uma caravela para as Índias Orientaes em 1486, dizem uns que impellido por uma tempestade foi ter á América. Há porém quem affirme que propositadamente tentou atingir a Índia atravessando o Atlântico e assim chegou a Sueste da Florida, ás ilhas Lucayas, localizou a ilha de S. Salvador no diário náutico e de volta a Lisboa arribou á ilha da Madeira. Sanches morreu em casa do seu amigo e collega Christovam Colombo que ali se tinha estabelecido e casado.

O diário náutico de Sanches ficou em poder de Colombo.

Essa afirmativa tem sido feita por vários escritores, embora não possa ser aduzida como uma verdade incontrovertida.

Oferece bastante interesse a este assunto, a nota que o ilustre escritor e académico major J. Reis Gomes deixou no seu livro *A Filha de Tristão das Damas*, que vamos deixar aqui arquivado:

«Á estada de Colombo na Madeira e ao seu plano de navegação para o occidente, liga-se a tradição de que elle houve das mãos d'um piloto moribundo o mappa onde este marcara o que seus olhos viram n'um trágico lance de navegação forçada para o poente, arrastado por ventos e mares procellosos.

E' este, resumidamente, o caso, discutido, é certo, mas a que muitos auctores se referem, como Fructuoso no livro I das «Saudades da Terra» e P. Simão de Vasconcellos na sua descripção do «Descobrimto d'America», além do testemunho de Fr. Antonio de S. Romão, Garcilazo de la Vega, Pizarro e Araújo, P. Manoel Fialho, Fr. Apollonio da Conceição, Mariz e outros:

Affonso Sanches, piloto d'uma caravela de Cascaes que fazia o comércio d'assucar entre Lisboa e a Madeira, foi acochado por um violento temporal que o fez correr, desarvorado, na direcção do Ocidente, durante muitos dias, (alguns precisam em 22 dias o tempo da forçada travessia, descobrindo uma nova terra (provavelmente lá para o Golfo do México) que anotou na sua carta com outros detalhes da viagem, terra que, pelo estado d'inanição em que se achava com os seus companheiros, não poudo explorar. Cuidando da vida, pensando na falta de mantimentos, aproveitou o favor do tempo para demandar a ilha da Madeira onde se abrigou em casa de Colombo, como elle, piloto, e das suas relações. Mas tão consumido vinha de fomes e trabalhos que breve sentiu chegarem seus últimos momentos. Vendo que morria e que lhe era, portanto, impossível tentar nova viagem em condições de voltar com riqueza e glória, confiou, detalhadamente, o seu segredo a Colombo em paga da hospitalidade recebida. Deixou-lhe a sua carta annotada, a qual foi para o genovez a prova irrefragável da exacção dos seus projectos e o guia seguro da sua viagem para a descoberta, não da Índia occidental, como elle próprio suppoz, mas sim do Novo Mundo.

Luciano Cordeiro relata também esta tradição na sua memória «L'Amérique et les Portugais» que faz parte do «Compte rendu du Congrès International des Americanistes – 1875».

A Hespanha tem como nós, também, o seu Affonso Sanchez. Para esta nação o homem que fez a Colombo o precioso legado do seu mappa, era andaluz.

Alguns investigadores, entre os quaes o americano Henry HARRISSE, affirmam que todo este caso não passa d'uma lenda. Seja. . . Quererá a lenda concretisar num só homem todo este anseio que dominava a mor parte dos mareantes madeirenses d'este tempo, que se não cansavam de volver para o occidente os seus olhos d'esperança, crentes mesmo, embora receiosos?

Nenhum d'elles teria ido, nas azas da tormenta, até avistar as «Índias»; mas estas ou melhor a América, é que decerto modo teria vindo até elles, através das correntes oceânicas, a pôr-lhe antes os olhos espantados, árvores exóticas, paus de lavor bárbaro e desconhecido e até cadaveres de rostos verdadeiramente estranhos. A tradição, considerada assim, inda que fabulosa, veio dar ao facto, no entanto, melhor explicação e maior character pittoresco.

Que importa que o vidente se chamasse Affonso Sanches, Antonio do Leme, Pedro Correia, Vicente Dias ou André Valente?

Sanches de Castro (*Dr. José Pereira*). Foi juiz de direito na Madeira. Em 1855, sendo juiz da comarca ocidental condenou á pena ultima Manuel Joaquim Fernandes por ter assassinado Gerardo Pedro, da freguesia do Porto do Moniz. Cremos que este Fernandes foi o último madeirense condenado á morte pelos tribunais, mas ignoramos se chegou a ser executado.

O Dr. Sanches de Castro publicou um pequeno trabalho intitulado observações sobre o contrato de colónia na Madeira (Funchal, 1857). V. Colónia.

Sancho (*D.*). Bispo castelhano que esteve na Madeira em 1548, vindo de Canárias. Consagrou a igreja do mosteiro de S. Francisco e crismou e deu ordens na ilha. Pretendeu ser bispo da Madeira, para o que «foi ter a Lisboa. diz Frutuoso, com o preposito de pedir a El-Rey aquelle bispado, allegando para isso o que nelle tinha feito; mas Sua Alteza mandou-lhe satisfazer mui bem seu trabalho, e houve escusada sua petição, visto como não era natural, e no Reyno haver muitos que o mereciam».

Sândalos. Nome vulgar da *Mentha aquática* e de um híbrido proveniente do cruzamento desta espécie pela *M. viridis*. A *M. aquática* é frequente no leito de muitas ribeiras, e tanto ela como o referido híbrido (a antiga *M. citrata*) são Labiadas aromáticas, usadas, ainda que poucas vezes, na medicina dos campos. A *M. aquatica* é conhecida também pelo nome de mentastro.

Saneamento. O saneamento da cidade do Funchal, no que particularmente respeita ao abastecimento de águas potáveis e á canalização de esgotos, somente a partir do último quartel do século passado é que verdadeiramente mereceu por parte das respectivas vereações municipais o interesse que o assunto imperiosamente exigia. Uma portaria de 22 de Março de 1897 encarregou a Direcção das Obras Públicas Distritais de proceder aos estudos necessários para o abastecimento de águas potáveis e canalização de esgotos, e a lei de 16 de Setembro do ano referido autorizou o governo a auxiliar as respectivas construções. Esses dois estudos foram realizados pelos distintos engenheiros Adriano Trigo e Animal Trigo, merecendo os elogios e a plena aprovação das estações superiores. O estudo que de modo especial se ocupa dos esgotos foi considerado como um valioso trabalho e tem servido de grande auxilio e de proveitosa lição para as obras que vieram a fazer-se posteriormente. Está publicado em um opúsculo de 95 páginas. Tem prosseguido a realização desses importantes melhoramentos, que constituem a principal base da hygiene pública, conforme o exigem os créditos de que goza a nossa terra, como privilegiada estação de saúde. As ultimas vereações municipais tem dedicado a esse importante e momentoso assunto as mais desveladas atenções com o geral aplauso de todos os munícipes.

Os artigos *Abastecimento de Águas e Levadas* oferecem a este assunto alguns indispensáveis esclarecimentos.

Sanguinho (*Rhamnus glandulosa*). Árvore da família das Ramnaceas com folhas ovadas ou ovado-oblongas, serradas providas ordinariamente de 2 a 4 pequenas glândulas ou saliências na parte inferior da página superior. Tem flores pequenas, dum amarelo esverdeado, dispostas em cachos curtos axilares, e encontra-se na serra do Seixal e entre os Lamaceiros e o Ribeiro Frio. Produz madeira clara e homogénea, empregada outrora em embutidos, mas hoje desconhecida da grande maioria dos marceneiros, por ser muito rara.

Sanha. Este apelido de família, hoje extinto na Madeira, começou em Manuel Afonso de Sanha, que fundou a capela do Bom Jesus, da Ponta Delgada e aí instituiu morgado nas terras do Ribeiro do Peso e da Ribeira do Inferno.

Santana. O mais antigo indivíduo conhecido que usou este apelido chamava-se Manuel de Santana e Vasconcelos e viveu na segunda metade do século XVIII. Segundo o Attestado Genealogico da família Sant'Anna, os indivíduos que usam este apelido descendem dos Moniz de Bettencourt.

Santana (*Capelas de*). A capela de Santana da freguesia de São Roque, foi construída por Francisco Dias, em 1607. Ainda nela se celebram os officios do culto.

No sítio do Ribeiro Seco, da freguesia de S. Martinho, onde hoje chamam Santana, edificou Agostinho Pedro de Vasconcelos Teixeira uma capela desta invocação, no ano de 1780, na quinta que ali possuía, sendo a respectiva escritura de dotação de 22 de Abril do mesmo ano. Ainda existe, bem como a casa que lhe ficava anexa.

Foi edificada uma capela da mesma invocação no sítio da Cruz do Carvalho, na freguesia de São Pedro, no ano de 1790, pelo Dr. Antonio Dionisio da Silva Conde, Juiz dos órfãos no Funchal.

Em ruínas se encontra uma capela de Santana, no sítio da Ribeira da Fernanda, na freguesia do Estreito de Câmara de Lobos. Pertenceu ao morgado Cardoso.

Na freguesia de Machico, na quinta Santana, encontra-se em bom estado de conservação uma capela que tem este orago. Desconhecemos o nome do fundador e ano da sua construção.

Da mesma invocação, houve uma capela no sítio da Fajã do Penedo da freguesia da Boaventura, fundada em 1768 pelo morgado Antonio Francisco de Caires, e sua mulher Teresa Maria de Barros, sendo de 20 de Abril deste ano a respectiva escritura de dotação. Foi demolida, segundo nos informaram, pouco depois de 1840.

Santana (*Freguesia de*). É esta paróquia, sem possível contestação, uma das mais belas da Madeira e a mais pitoresca e encantadora de todo o norte da ilha. Não vamos descreve-la debaixo do ponto de vista da paisagem e das suas belezas naturais. A pena, em contacto intimo e prolongado com nomes, datas e factos, esterilizou-se, e já não se amolda ao género literário em que as galas pomposas da poesia se adaptam facilmente á justeza e ao rigor do descritivo. E de mais que esta freguesia tem sido cantada em prosa e verso por tão brilhantes e autorizadas penas!

É a freguesia da Madeira que tem grandes traços de semelhança com a nossa pitoresca província do Minho, o chamado Jardim de Portugal. Um detalhe, digno do maior apreço, convém acentuar aqui: os caminhos mais centrais da freguesia de Santana transformam-se nas quadras primaveril e estival nos passeios duma vasta e encantadora quinta. Ladeiam-nos sebes de buxos, hortensias, fetos e mimos (fúcsias) que, á mistura com uma grande exuberância de flores, dão a essas estradas um encanto e um atractivo que em nenhuma outra parte se podem encontrar. É um pormenor que merece especial registo, por ser único na Madeira e não se encontrar por certo, com muita frequência, por esse mundo além...

Não sabemos quando começaria o arroteamento das terras desta paróquia e, portanto o inicio da sua colonização e povoamento. Lopo Fernandes Pinto, que morreu em 1500, «teve de sesmaria, diz o Dr. Rodrigues de Azevedo, boa parte da freguesia de Santana, e as terras chamadas da ilha, donde se formaram dois morgados...» Entre os antigos povoadores conhecem-se Jeronimo Cordeiro, Guterres Teixeira, Cristovão Gomes, Manuel Gil, João Dias, Simão Alvares, que deu nome a um sítio, etc.. Gaspar Frutuoso referindo-se em 1590 a esta freguesia, diz: «são terras de lavrança, de muito pão e criações; tem muita castanha e noz, e muitas águas e fructos de toda a sorte».

Não deixam de ser muito interessantes, apesar de um tanto hiperbólicas, as palavras que o padre Fernando Vaz consagra a esta freguesia, quando pretende justificar o orago que lhe foi dado, de Santana. Ei-las: «Quadrou admiravelmente como padroeira

Sant'Ana, de quem na epistola da sua festa se canta *Non timebit domui suae a frigoribus nivis*, pois no inverno, não o podemos negar, é uma das mais frias da ilha, por ser muito alta. Da mesma epistola parece que os santanenses tiram o programa da sua vida. São trabalhadores denodados, e por isso pode dizer-se daquela gente: *Panem otiosa non comedit*. É ali que se tecem os melhores e mais afamados panos de linho chamado de favo e de moio: *Sindonem fecit et vendidit*. O fuso e a roca que, outrora, foram manuseados pelas próprias rainhas, ainda ali não foram relegados, donde se ajustam aquelas palavras: *Digiti ejus apprehenderunt fusum*. Quando a manhã nem pensa em raiar, já a candeia no interior das palhotas alumia os primeiros labores, para que mais uma vez seja verdadeiro o *Non extinguetur in nocte lucerna ejus*. Sempre que se oferece ocasião, compra o lavrador a leira que seus pais amanharam e onde, de pequenos, foram criados, ao que convém aquilo:—*Consideravit agrum et emit eum*. A mulher santanense não é a mulher frívola, petulante, luxuosa, vestida á ultima e pior moda, pelo que lhe cabe com justiça, tu supergressa es universas. Finalmente, diante de tanta beleza e virtude, não podem deixar de exultar aqueles que ali nasceram, dando-se por felizes por terem tão honrado berço: *surrexerunt filii ejus et beatissimam praedicaverunt*».

No mesmo artigo donde foram transcritos estes trechos, lê-se: «que o povo desta freguesia, embora laborioso e honesto, não deixa de ser desconfiado e... malicioso. No que diz respeito a tributos, impostos e cousas semelhantes, parece açoreano. Que falem os acontecimentos por causa das juntas de Paróquia (volume II, pagina 205), há uns 36 anos e das matrizes, e outras que tantos sustos causaram aos empregados públicos e deram azo a revindictas políticas e a lamentáveis excessos».

Os terrenos que constituem esta paróquia pertenceram primitivamente á freguesia de S. Jorge, donde se desmembraram por meados do século XVI. Uma pequena capela da invocação de Santana deu o nome ao sítio, ás terras circunvizinhas e depois a toda a freguesia. Assim sucedeu com todas as paróquias que nesta ilha tem um nome de carácter não profano, como já noutros lugares fizemos notar.

O anotador das Saudades dá esta freguesia como criada pelo alvará régio de 4 de Junho de 1552. A primeira criação feita por este diploma é de uma capelania-curada, que não correspondia a uma paróquia autónoma. O primeiro capelão exerceu cumulativamente este lugar com o de pároco de São Jorge. Pelo citado alvará, fôra arbitrado ao referido cura ou capelão 8.000 réis anuais pela paroquialidade de São Jorge e um moio de trigo e uma pipa de vinho pelo serviço em Santana os alvarás régios de 16 de Fevereiro de 1565; 1 de Março de 1577 e 9 de Junho de 1581, que encontramos citados no Índice Geral da Provedoria da Fazenda, referem-se sempre ao capelão-curado e fixam-lhe os vencimentos, respectivamente, em 12.000 réis em dinheiro e um moio de trigo, em 20.000 réis e em 25.000 réis. No alvará de 1 de Dezembro de 1588, já se chama vigário-curado ao sacerdote que exercia ali as

funções paroquiais, estabelecendo-lhe a cômgrua anual de trinta alqueires de trigo e um quarto de vinho. Será talvez a partir da data deste diploma, ou pouco tempo antes, que Santana começou a constituir uma freguesia verdadeiramente independente e autónoma.

O primeiro capelão-curado exerceu o cargo, como já se disse, juntamente com o de pároco de São Jorge no período de 13 anos. Por 1565 que teve capelão privativo, o padre Sebastião de Moraes, que ali paroquiou por trinta anos sucedendo-lhe Cristovão Pires, que foi pároco até 1632. Podemos dar nota dos seguintes eclesiásticos que nesta freguesia desempenharam funções paroquiais: Manuel Teixeira (1635-1671), Cosme Pais da Cunha (1672-1681), Antonio Luís da Silva (1681-1690), Gabriel Pontes de Miranda (1694-1707), Antonio Telo de Meneses (1707-1730), Inacio de Freitas Leal (1730-1743), Antonio Teixeira (1744-1769), Antonio Francisco da Cruz Pestana (1770-1777), Miguel Caetano Moniz (1777-1789), José Gomes de Andrade (1789-1799) João de Freitas Pestana (1799-1809), Jeronimo Alvares da Silva Pinheiro (1815-1829) Marcelino João da Silva (1835-1864), Hipolito Cassiano de Freitas, João Mauricio Henriques, João Gomes, Alfredo de Paula Sardinha, João Quirino Gonçalves e Joaquim Fernandes, que é o pároco actual (1921) e desde o ano de 1905.

Ignora-se o ano da edificação da primitiva capela de Santana, que foi a sede da capelania-curada e depois da paróquia, tendo passado por varias transformações até que se demoliu ao ser construída a igreja actual nos fins do século XVII. Acerca deste templo, encontramos num artigo do padre Fernando de Menezes Vaz, publicado no Correio da Madeira, de 10 de Abril de 1923, as seguintes informações: «Foi construído em 1698, dispendendo o governo a quantia de 1.193\$000 réis, sendo 36 anos depois concertado. A sacristia edificada no lado norte, foi feita depois, em 1745, no lado sul, por ser o local; mais seco e conservarem-se nela melhor as alfaias e paramentos. Por essa ocasião foi também levantada a sineira. No primeiro quartel do século XIX encontrava-se o soalho do templo muito danificado, ou por outra, estava a igreja sem pavimento, tendo o povo de acarretar molhos de murta, que espalhava pelo chão para poder ajoelhar. Organizou-se então uma comissão composta do padre Marcelino João da Silva, Carlos Frederico Accioli e o tenente Francisco Antonio Jardim para angariar donativos, afim de a assoalharem de novo, como foi levado a efeito. De ha poucos anos a esta parte, tem sido forrada de novo, pintada, assoalhada, embelezado o seu adro e arredores, o que se deve á actividade e iniciativa do seu actual e zeloso pároco Joaquim Fernandes».

Existem nesta freguesia a capela de Santo Antonio, no sítio do mesmo nome, de que noutro lugar nos ocuparemos, e um hotel muito frequentado durante a estação calmosa.

Sítios principais: Igreja, Parlatorio, Barreiro, Serra de Água, Faias, Caminho Chão, Pico do Tanoeiro, Achada do Gramacho, Achada da Cruz, Fonte Grande, Pinheiro, Pico Silveira, Curral Velho, Fonte da Pedra, Serrado, Achada do Pampilar, Queimadas e Fontes, Pico de Antonio Fernandes, Achada de Simão Alves, Lombo do Curral, Feiteira de Nuno, Feiteira de Cima, Lamaceiros, Ponte, Achada de Santo Antonio, Vinhátigo e Covas. Foi no ilhéu que fica nas proximidades do sitio que tomou o nome de Rocha do Navio, que no dia 24 de Dezembro de 1860, devido a um violento temporal, naufragou a galeota holandesa Alfa, que se dirigia de Inglaterra para a ilha de Haiti, tendo-se salvo a tripulação, composta de sete indivíduos.

Entre os muitos sítios pitorescos desta freguesia, merecem especial menção e são dignos duma visita o Pico do Cortado, Achada de Santo Antonio, Achada do Gramacho, Miradouro, Rocha do Navio, Cortado, Cumiada Altas Queimadas, Caldeirão Verde, Homem em Pé, Cova da Roda, etc..

Tem esta freguesia duas escolas oficiais e é a sede dum partido medico, que abrange todas as freguesias do concelho. A sua população é de 3107 habitantes (1921).

Santana (*Ilhéu de*). É também conhecido pelo nome de Rocha do Navio e fica situado na costa marítima da freguesia de Santana, tendo ali naufragado um navio de nacionalidade holandesa no ano de 1860.

Santana (*Município de*). O concelho ou município de Santana tem a sua sede na freguesia do mesmo nome e foi instalado no ano de 1835. Os concelhos de Câmara de Lobos, Santa Cruz, Porto do Moniz e Santana, foram extintos pelo decreto de 10 de Dezembro de 1867, mas este diploma não chegou a ter inteira execução, porque aqueles concelhos se restauraram pouco depois. O concelho de Santana era composto, desde a sua criação, das freguesias do Arco de São Jorge, São Jorge, Santana, Faial, São Roque e Porto da Cruz, tendo sido, porém, dele desanexada a freguesia do Porto da Cruz por decreto de 19 de Outubro da 1852, passando então esta paróquia a fazer parte do concelho de Machico.

Santana e Vasconcelos (*Henrique de*). Nasceu nesta ilha e era funcionário superior das Alfândegas.

Foi representante na Madeira em cortes na sessão legislativa de 1884 a 1887. Tendo o cónego Alfredo César de Oliveira desistido do seu lugar de deputado por este arquipélago para a legislatura de 1887 a 1889, foi Henrique de Santana chamado a preencher a vacatura, por ser o candidato mais votado.

Santana e Vasconcelos (*Jacinto de*). V. *Nogueiras (Visconde das)*.

Santana e Vasconcelos (*João de*). Nasceu no Funchal em 1825 e começou a sua vida publica como professor primário no Porto Santo. Em 1856, foi nomeado escrivão interino da Câmara Municipal do Funchal, sendo provido definitivamente neste cargo por carta regia de 3 de Janeiro de 1859. Colaborou nos jornais madeirenses *A Discussão*, *A Madeira*, *O Semanário Official*, etc., tendo publicado neste ultimo uns interessantes artigos sôbre colónia. Era cavaleiro da Ordem da Torre e Espada, por serviços prestados no Funchal durante a epidemia colérica de 1856, e foi por largos anos chefe do extinto partido regenerador na Madeira. Faleceu no Funchal a 27 de Dezembro de 1892.

Santana e Vasconcelos (*Manuel de*). Nasceu no Funchal em 1798 e faleceu nesta cidade a 23 de Fevereiro de 1851. Desempenhou o cargo de administrador do concelho e escreveu: *Clamor aos madeirenses* (Lisboa, 1835) e *Revista histórica do proselitismo anti-catholico na ilha Madeira pelo dr. Roberto Reid Kalley, medico escocez, desde 1838 até hoje* (Funchal, 1845).

Santana e Vasconcelos (*D. Maria do Monte*). V. *Bettencourt (D. Maria do Monte de Santana e Vasconcelos Moniz de)*.

Santana e Vasconcelos Moniz de Bettencourt (*João de*). Nasceu no Funchal em 1806. Em 9 de Agosto de 1834, foi nomeado provedor do Porto Santo, passando depois a administrador do concelho da mesma ilha, cargo este que desempenhou por largos anos. Foi também Governador Civil interino do distrito do Funchal desde 8 a 18 de Janeiro de 1862. Escreveu os *Anais do Município do Porto Santo*, cujo original se encontra no arquivo do mesmo município, e foi um dos homens que maiores serviços prestaram àquela ilha. Faleceu no Funchal a 22 de Junho de 1874.

Santa Apolónia. Nas proximidades do extinto convento de São Francisco da freguesia da Calheta, e como pertença dele havia uma pequena capela dedicada a Santa Apolonia, que está hoje em completa ruína. É propriedade de Pedro César de Brito (1921).

Santa Brigida (*Capela de*). Existiu na freguesia de São Pedro uma capela dedicada a Santa Brígida, fundada em 1668 por Antonio Maciel de Afonseca Cerveira. Ignora-se o sítio em que ficava situada. Nela se celebraram actos do culto no ano de 1754.

Santa Catarina (*Capela de*). No seu antiquado e pitoresco dizer, informa-nos o padre Gaspar Frutuoso «que o capitam João Gonçalves... abrigando os navios aos ilhéus determinou de fazer em terra sua moradia de madeira, a qual logo fez pegada com o mar em hum alto, onde a capitoa Constança Rodrigues fundou huma igreja de Santa Catarina».

Naquele humilde e ignorado recanto, que depois se chamou de Santa Catarina, estava lançada a primeira pedra do auspicioso povoamento deste arquipélago e portanto da nunca assás encarecida colonização portuguesa. Do alto e solitário arrife, dirigia o primeiro donatário os trabalhos incipientes dessa titânica tarefa, que o basto revestimento florestal, o inverosímil acidentado dos terrenos e a grande escassez de braços tornavam extremamente penosa e entrecortada de dificuldades insuperáveis.

João Gonçalves Zarco, o primeiro e principal iniciador da colonização madeirense, fez erguer ali a sua modesta e mais antiga moradia, que dominava todo o vasto anfiteatro do Funchal, tendo D. Constança de Almeida, a heróica e piedosa companheira, mandado construir nas próximas imediações uma pequena e devota capela dedicada a Santa Catarina, a sabia e gloriosa mártir da cidade de Alexandria.

A pesar do historiador das ilhas conferir-lhe enfaticamente o nome de «igreja», teria sido apenas uma pobre e modesta ermida de acanhadas dimensões e construída de madeira, como o eram as primeiras habitações dessa época, sendo talvez escolhida a matéria prima entre os odoríferos cedros (*juniperus* ou *oxycerbus*), que abundavam em toda a ilha, pois se sabe que outras capelas foram construídas com a preciosa madeira dessas árvores.

Ignora-se a época precisa em que se procedeu à sua reedificação, desaparecendo então todo o madeiramento da construção primitiva, mas conjectura-se que o houvesse sido no terceiro ou ultimo quartel do século XV. A capela existente, foi uma nova reconstrução, que segundo lemos algures, se realizou pelos fins do século XVII, tendo através do tempo recebido várias reparações. No limiar superior do pórtico, conserva-se a data de 1425, que atesta a sua antiguidade, ignorando-se, porém, se essa pedra assim epigrafada teria pertencido à primeira ou a segunda reconstrução.

Essa antiga capela representa para os madeirenses um verdadeiro monumento histórico, constituindo objecto da mais alta e da mais respeitosa veneração. Na sua humildade, na sua pequenez e até na sua pobreza é um padrão imemorável a recordar eloquentemente o descobrimento do nosso arquipélago e o inicio da obra admirável da sua colonização. E como tal deve ser patriótica e religiosamente conservada, por parte de governantes e governados, mostrando-se aos contemporâneos e às gerações vindouras o devotado apreço com que sabemos conservar as gloriosas tradições do passado.

Ainda outro e ponderoso motivo o aconselha e persuade: a sua veneranda antiguidade. Ao contrário do que afirmou o autor das Saudades da Terra e o seu erudito comentador, dando a igreja de Nossa Senhora do Calhau e a ermida de São Sebastião do Largo do Chafariz, como as primeiras capelas erguidas na Madeira, sabe-se hoje, sem receio de séria contradita, que foi a pequena edícula de Santa Catarina o primeiro templo levantado nesta ilha, como há mais de vinte anos o deixámos já dito nas páginas do Elucidário Madeirense. Esta reconhecida prioridade deve ser considerada como mais um irrefragável direito á nossa rendida veneração e acendrada simpatia pela conservação e possível aformoseamento daquele tão vetusto e significativo monumento. Entendemos que em uma das paredes interiores do pequenino templo se deveria colocar uma inscrição lapidar, onde se lessem estas ou semelhantes palavras: Esta capela, fundada pela mulher de João Gonçalves Zargo, foi a primeira edificada na Madeira e recorda o descobrimento desta ilha e o começo do seu povoamento.

Tendo a mais próxima afinidade com o que acima fica exposto, não podemos subtrair-nos ao desejo de transcrever aqui as palavras que já deixámos escritas em outro lugar e que, porventura, oferecerão algum interesse aos leitores deste Elucidário:

«Por 1425, fundou Constança Rodrigues de Almeida, mulher de João Gonçalves Zarco, a capela de Santa Catarina e «a par dela, diz Frutuoso, fez muitas casas para gasalhado de mulheres de boa vida, pobres mercieiras a quem deixou esmolos para sempre terem cuidado de alimparem e servirem aquela casa (a capela) como ainda agora se costuma». Estas palavras são comentadas pelo Dr. Rodrigues de Azevedo da maneira seguinte: «A Mercearia de Santa Catharina... era como que um hospício, onde, por esmola, viviam mulheres pobres e de bons costumes, que tinham a seu cargo o aceio da capela da sancta. Uma e outra teem sido conservadas até ao presente. São propriedade do sr. conde de Castello-Melhor».

Nada podemos acrescentar ao que fica transcrito e ignoramos também se realmente até o ano de 1873 se manteve a fundação de Constança de Almeida, embora, sem duvida, com feição diferente da instituição primitiva. O que podemos agora asseverar é que essa instituição há muito que desapareceu e que as casas e a capela passaram a outros proprietários. Foi esta certamente a primeira instituição de beneficência que houve na Madeira, tendo tido uma existencia de cerca de quatro séculos e meio.

Na vila do Porto Santo e no lugar ainda hoje conhecido pelo nome de Santa Catarina, se levantava a capela desta invocação. Ignoramos quando foi edificada e quando se procedeu á sua demolição, mas sabemos que dentro do recinto do cemitério que fica no sítio onde existia a antiga ermida, se erigiu uma pequena capela dedicada á mesma santa e que se destina ao uso privativo do

serviço religioso no referido cemitério. A imagem de Santa Catarina era de grande veneração entre os habitantes do Porto Santo, constando da tradição local que, tendo os piratas mouros roubado a mesma imagem, foi ela resgatada por uma avultada quantia e restituída ao culto na sua capela daquela ilha.

O sítio de Santa Catarina, na vila de Santa Cruz, tem este nome porque ali mandou Gonçalo de Freitas construir uma capela daquela invocação no século XV.

Rodrigo Enes fundou no ano de 1505 a capela de Santa Catarina na freguesia da Calheta, no sítio que ainda conserva esse nome.

Houve também uma ermida da mesma invocação na freguesia da Ribeira Brava.

Santa Catarina Braga. Vid. *António Alfredo* (I-72).

Santa Clara (*Igreja de*). «Determinou o capitam, diz Frutuoso, fazer sua morada (como fez) em hum alto que está sobre o Funchal, e logo defronte de suas pousadas fundou huma igreja de Nossa Senhora da Conceição para seu jazigo (olhando, como prudentíssimo, para o fim logo no começo), a que vulgarmente chamão Nossa Senhora de cima, por estar fundada em cima da villa em hum tezo ao pee dum pico...»

Como é sabido e se vê pelo trecho transcrito, foi o descobridor da Madeira que fundou a capela de Nossa Senhora, chamada da Conceição de Cima, para a distinguir da Conceição de Baixo (volume II, página 451), e a destinou para sua sepultura e de seus descendentes. Com a fundação do convento de Santa Clara (volume I, página 309), adjunto á capela da Conceição, foi caindo em desuso o nome da igreja e perdurou o do convento, que, passados anos, se estendeu ás duas construções, ficando ambas com uma só denominação convento e igreja de Santa Clara.

Da construção de Zargo nada resta actualmente. A capela sofreu varias modificações, e na segunda metade do século XVII foi demolida, ao edificar-se a actual igreja.

Para os madeirenses, tem este templo um alto valor histórico e a todos deve merecer a mais acendrada veneração. Dentro do seu recinto se guardam as cinzas do descobridor da Madeira.

João Gonçalves Zargo, como padroeiro desta igreja, teria sem duvida sido sepultado na capela-mor, junto dos degraus do altar principal da antiga capela. Lemos em um antigo manuscrito «que a obra se ordenou de sorte que a sepultura de Zarco ficou no meio da capella-mór, com um túmulo de pedra em cima tão alto que singularmente a faz venerável e respeitosa.. Afirma-se que, muitos anos depois, as freiras conseguiram a remoção do aparatoso mausoléu, por lhes interceptar a vista do altar, sobretudo por ocasião da celebração dos officios divinos.

Os donatarios do Funchal (Vid. *Donatários*) deixaram de residir definitivamente nesta ilha depois do domínio filipino, devendo supor-se que a remoção do mausoléu do descobridor ou duma parte considerável dele foi feita posteriormente ao ano de 1580, pois não podemos admitir que os capitães-donatarios permitissem aquela profanação no sarcófago do seu antecessor e fundador da casa de que eram os representantes.

É tradição constante que os despojos do illustre descobridor da Madeira estão encerrados no túmulo que se encontra no fundo da igreja, junto do coro de baixo. Acha-se profusamente reproduzido pela gravura em muitas obras nacionais e estrangeiras. Tem uma inscrição em letra gótica, hoje ilegível, mas no pavimento adjacente lêem-se as seguintes palavras:

S^a DO Capitão GASPARE MENDES DE VASCONCELLOS Q ~ MANDOU FAZER P.^a SI E SEUS ERDEIROS POR SE TIRAR A PRIMEIRA CAMPA Q~ AQUI SE POS COMO DECENDENTE DO PRIMEIRO MARTIM MENDES DE VASCONCELLOS QVE AQUI JAZ E PASSOU A ESTA ILHA A CASAR COM ELENA GLIZ. DA CAMARA FILHA DE JOÃO GONSALVES ZARCO SEU DESCOBRIDOR DESTA. FOI FEITA NA ERA DE 1710.

A inscrição gótica dirá respeito a Martim Mendes de Vasconcelos, genro do Zargo, ou ao próprio descobridor, como já alguém pretendeu? É opinião nossa que a epigrafia se refere ao marido de Helena Gonçalves da Câmara.

E quando se realizou a transladação? Por ocasião de ser removido o aparatoso mausoléu? Por ocasião da reconstrução na igreja na segunda metade do século XVII? Por ocasião de ser dado á sepultura o cadáver de Gaspar Mendes de Vasconcelos? Ou ainda em outra ocasião? Nada se sabe ao certo a tal respeito, não faltando quem tivesse afirmado que essa transladação se não realizou,

continuando as cinzas do descobridor junto do altar-mor, no primitivo lugar em que foram depositadas. No entanto não é fácil, com uma simples negativa, invalidar a ininterrupta tradição que dá o descobridor da Madeira como sepultado no túmulo do seu genro Martim Mendes de Vasconcelos (***Vid. Lápides***).

No mês de Março de 1919, procedendo-se ao assoalhamento da capela-mor desta igreja, descobriram-se as pedras tumulares que cobrem as ossadas do 2.º, 3.º e 5.º donatarios do Funchal. No centro e junto dos degraus do altar-mor, encontra-se uma lage sepulcral, de cor escura, onde se lê este epitáfio: Sepultura de João Consalves da Camara, segundo capitão desta ilha. Na mesma capela-mor e no lado da epístola, descobre-se outra pedra da mesma cor, que tem a seguinte inscrição: Sepultura de Simão Gonsalves da Câmara....3.º capitão destas ilha. Aqui jaz Simão Gonsalves da Câmara, conde da Calheta e quinto capitão desta ilha. Devemos notar que na pedra destes ultimos epitáfios se encontram aspas das duas linhas, de cuja circunstancia não podemos dar uma explicação plausível. No lado do evangelho não foi encontrada nenhuma pedra sepulcral.

Nestes túmulos não se encontram qualquer referência á sepultura do descobridor, o que seria para estranhar, se ali porventura tivessem permanecido seus despojos mortais. O terceiro donatário Simão Gonçalves da Câmara morreu em Matosinhos, mas os seus restos mortais foram transportados para o Funchal e sepultados em Santa Clara, como se vê no epitáfio acima transcrito. João Gonçalves da Câmara, 4.º capitão-donatário, faleceu no Funchal e foi sepultado em Santa Clara, não se encontrando ali qualquer referência à sua sepultura.

O bibliotecário da Câmara do Funchal, Adolfo César de Noronha, tentou fundar nas dependências desta igreja um museu de arte, aproveitando vários quadros e outros objectos artísticos pertencentes a alguns conventos e que se achavam dispersos. Apesar dos louváveis e diligentes esforços que empregou, não foi coroada do menor êxito a sua iniciativa.

Santa Cruz (*Enseada, Porto, Cais e Ribeira de*). O porto de Santa Cruz é formado por uma enseada de relativa extensão, que Frutuoso chamou uma «formosa angra», sendo em parte ladeada por uma praia pedregosa, onde se torna fácil, com tempo bonançoso, o acesso de barcos de pequena lotação. No ponto da baía em que, junto à costa, se encontra uma restinga, foi esta aproveitada para a construção dum pequeno desembarcadouro, que se fez no ano de 1845, tendo sido melhorado em 1870. O cais actual, de mais amplas proporções e em melhores condições de servir o movimento do porto, foi mandado construir pela Junta Geral do Distrito no ano de 1908-1909, tendo sido aproveitados os trabalhos que já anteriormente tinham sido realizados.

A vila de Santa Cruz é atravessada pela ribeira do mesmo nome, que tem sua origem na freguesia do Santo da Serra e desemboca no oceano.

Santa Cruz (*Freguesia de*). Lê-se na Insulana:

«Fazia todo junto, um bosque umbroso
Onde de um tronco antigo derribado
Foy hum sancto Patibulo preciozo
Por mandado do Zargo fabricado;
E no meyo do vale, entam fermoço
Pellos seus portuguezes arvorado;
Porque se Pouo ally se edificasse
Da Sancta Cruz o nome lhe fiquasse».

Lá diz também o historiador das ilhas: passando huma volta que faz a terra, entraram em huma fermosa angra na praya, na qual viram hum fermoso e deleitoso valle coberto de arvoredos por sua ordem composto, onde acharam em terra huns cepos velhos derribados do tempo, dos quaes mandou o capitam fazer huma cruz, que logo fez alvorar em hum alto de huma árvore, dando nome ao logar Sancta Cruz, onde ao depois se fundou huma nobre villa...»

Para comemorar o facto da erecção da cruz por ocasião do descobrimento, fez se levantar no próprio local, segundo se diz a tradição, um cruzeiro de mármore, que um tufão derribou no ano de 1889, sendo reconstruído no seguinte. A antiga cruz de mármore tinha as armas dos Monizes, sendo provavelmente um membro desta família que a mandou construir. Fica assim cabalmente explicada a origem do nome desta freguesia, que é das mais antigas e um dos lugares em que mais remotamente se iniciou a colonização da Madeira.

Cresceu logo em importância a freguesia e se desenvolveu com notável rapidez, ombreando sem demora com a vizinha e rival povoação de Machico, que em breve chegou a suplantar, segundo se lê em alguns documentos antigos, excepção feita à situação de que aquela gozava como sede da capitania e residência dos donatários.

Das freguesias mais antigas desta ilha, como Machico, Santa Cruz, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, etc , não se sabe com inteira precisão o ano em que foram criadas, constituindo elas primitivamente centros de população ou fazendas povoadas, com suas capelas e capelães privativos, como fizemos já notar acerca da ultima daquelas paróquias. Santa Cruz, como freguesia autónoma, teria sido criada no segundo quartel do século XV. Diz o erudito anotador das Saudades que «Santa Cruz foi creada pouco depois de constituída a de Machico, tendo esta a precedência unicamente por ser cabeça da capitania». Tem aqui aplicação o que em outro lugar dissemos acerca da criação da freguesia de Machico (volume II, pagina 294), não sendo muito provável que esta paróquia e a de Santa Cruz fossem criadas posteriormente ás freguesias de Câmara de Lobos, Caniço e Ribeira Brava, como pretende o Dr. Alvaro de Azevedo.

O diploma mais antigo respeitante a esta paróquia, que vem citado no Indice Geral do Registo da Provedoria, é o alvará régio de 5 de Dezembro de 1580, arbitrando ao vigário o vencimento anual de 24\$756 réis, que foi elevado a 15\$000 réis em dinheiro, 4 moios de trigo e 2 pipas de vinho, pelo alvará de 9 de Julho de 1590. Foram-lhe ainda acrescentados 3.9000 anuais no ano de 1600. o pároco mais antigo de que há conhecimento pelo arquivo paroquial é Fr. Hercules da Cunha, natural da Calheta, que já ali desempenhava aquelas funções em 1538. Sucederam-lhe João Drumond, por 1597 o licenciado Belchior Rebelo (1604), Francisco Duarte Moraes (1622), Antonio da Rocha (1637), Henrique Madureira de Figueiredo (1650), Tristão de Mendonça Vasconcelos (1674), Manuel Ferreira Teixeira (1687) o licenciado Antonio Ferreira de Andrade, (1693) e Estevão Lomelino de Vasconcelos (1709).

Por alvará régio de 27 de Agosto de 1589, foi criado um curato nesta freguesia, com a cõngrua de 20\$00 réis anuais, a que o alvará de 23 de Maio de 1747 acrescentou 40\$000 réis também anuais.

Afirmámos (volume II, página 294) que a colegiada de Machico fora estabelecida pelo alvará régio de 18 de Junho de 1572, quando é certo que nessa época já estava criada, bem como a de Santa Cruz, dizendo aquele diploma respeito ao aumento feito ao vencimento dos seis beneficiados das duas colegiadas, que de 10\$00 réis anuais passaram a ter 12\$000 réis. Os alvarás régios de 9 de Julho de 1590 e 2 de Janeiro de 1610, elevaram, respectivamente aqueles ordenados a 21\$000 réis anuais, e 61\$000 réis em dinheiro, 2 moios de trigo e 1 pipa de vinho, também anuais.

O alvará régio de 17 de Novembro de 1557 criou o lugar de pregador, sendo depois este cargo cometido ao guardião do convento da mesma freguesia, que por si ou pelos seus religiosos o desempenhava em virtude do alvará de 15 de Outubro de 1644, tendo o ordenado de 30\$000 réis anuais.

Teve também esta colegiada o lugar de organista, criado anteriormente a 6 de Fevereiro de 1592, pois que um diploma desta data lhe eleva o vencimento a 6\$000 réis anuais.

A freguesia teve sua sede numa pequena capela que ali se levantou logo nos primeiros tempos da colonização e cuja invocação seria provavelmente São Salvador, que é o actual orago da igreja paroquial. Um antigo nobiliário dá-nos a informação de que este templo foi edificado no ano de 1533, sob a direcção de João de Freitas (volume II, página 54), fidalgo da Casa Real, a quem o monarca, por provisão de 29 de Setembro daquele ano, fez mercê da capela-mor para seu jazigo e de sua família, em atenção ás despesas e trabalhos que teve nessa construção.

Tem passado o templo por diferentes reparações e concertos havendo já quem aventasse a ideia de que as naves laterais não são da primitiva edificação, o que nos parece pouco admissível. É a mais vasta igreja fora do Funchal, de três naves, embora algures se leia que não são três naves bem definidas. Encontra-se em regular estado de conservação e há dentro dela, diz o anotador das Saudades, «além dos altares mais três capelas, que são: a capela-mor, a qual o rei concedeu a João de Freitas, por seus serviços, e especialmente por ter dado o terreno para o templo, e curado da edificação delle; a capela de São Thiago, hoje do Santíssimo Sacramento, fundada por João de Moraes; e a das Almas, pertencente aos Pereiras, oriundos do Porto Santo».

Existem nesta freguesia as capelas de São Pedro, Santo Amaro, Nossa Senhora dos Remédios, Nossa Senhora da Piedade, Nossa Senhora da Conceição e Santa Isabel. Outras capelas houve que a acção do tempo e a incúria dos homens fizeram desaparecer, e que eram as de Santa Catarina, São Lazaro, Nossa Senhora da Graça, São Gil, São Francisco Xavier, Nossa Senhora da Penha de França, Jesus Cristo, Nossa Senhora do Rosário, São José, São Fernando e São Sebastião. Em outro lugar desta obra se dará sucinta noticia destas capelas.

Um numero avultado de nobres e cavaleiros fizeram assentamento nesta freguesia nos tempos da colonização, alguns dos quais instituíram casas vinculadas e foram tronco de distintas famílias. Entre esses, mencionaremos Antão Alvares de Carvalho, João Escorcio Drumond, João de Freitas (Volume II, pagina 54), Urbano e João Baptista Lomelino (Volume II, página 281), Pedro

Alvares de Almadas Nuno da Costa, João Afonso Escudeiro (Volume I, página 136), Pedro Lopes de Figueiredo, Rui Gramacho, Lopo Lordelo, Antão Alvares de Sousa. etc..

Alguns membros da família de João de Freitas se distinguiram heroicamente nas nossas campanhas da Africa e da Asia, e ao assunto deste artigo interessam os seguintes períodos, que encontramos num antigo documento: «Jordão de Freitas, de cujas acções nos informam largamente os historiadores da Asia, nasceu na villa de Santa Cruz e foi capitão de Moluco, senhor das ilhas de Amboino e Siam, por doação de D. Manuel, rei de Ternate, no ano de 1537, confirmada por el-rei D. João 3.º no ano de 1543. Gonçalo de Freitas da Silva, seu filho e natural da mesma villa, serviu valorosamente na Índia, onde teve o mesmo senhorio, confirmado por el-rei D. Sebastião no ano de 1574. Jordão de Freitas da Silva, filho deste, foi embaixador a França sobre a cobrança da artilharia e mais fazenda da armada, que lá se perdeu no ano de 1626, falleceu nesta pretensão, por cujo serviço teve seu filho Gonçalo de Freitas a comenda de Santa Maria de Lisboa, na ordem de Christo».

Já nos ocupámos nesta obra dos ilustres santacruzenses Fr. Remigio da Assunção (volume I, página 101) e cónego Alfredo Cesar de Oliveira (volume III, página 9).

Os principais sítios desta freguesia são: Vila, Serrado da Vila, Morena, Estreito, Espigão, São Fernando, Palmeira, Rego, Regadinhas, Lombo da Calçada, Fonte dos Almocreves, Eiras Velhas, Bom Jesus, Fazenda, Lombada, Dona Mecia, Fajocos, Ribeira de Santa Cruz, Águas Belas, Moinho da Serra, Levadas, Roma, Moreno, Eiras, Janeiro, Terça, Santa Catarina, Cano, São Sebastião, Calçada de São Gil, São Gil e Relação.

Tem esta freguesia 7.054 habitantes (1921).

Santa Cruz (*Vila e Município de*). O ilustre anotador das Saudades da Terra é de opinião que Machico foi elevado á categoria de vila pela mesma época que o Funchal, isto é, pelo ano de 1452, embora nos arquivos das respectivas capitánias não se encontrem os diplomas régios que concederam tais privilégios e regalias àquelas povoações. Santa Cruz, encravada na capitania de Machico foi, logo após a descoberta da Madeira, crescendo em importância, e o incremento da sua população, de par com o seu desenvolvimento comercial e agrícola, fizeram-na ombrear com a sua vizinha e rival a ponto de que os seus moradores pediram para ela o privilegio de ser contemplada com os foros de vila, o que D. Manuel lhes concedeu por carta regia de 20 de Junho de 1515.

Esta carta, que vem integralmente transcrita nas Saudades, a páginas 505 e seguintes, foi, para efeito da sua imediata execução, apresentada na sede da capitania de Machico a 17 de Julho de 1515, tendo alguns vereadores levantado embargos a criação da nova vila, embargos que foram inuteis, por falta de fundamento legal e de apoio do capitão donatario Tristão Vaz Teixeira. Parece que datam desta época as rivalidades entre as duas vilas, que se tem mantido através de séculos e que até no presente se não acham de todo dissipadas.

Tendo sido em Agosto de 1515 dado um novo foral á cidade do Funchal, logo as vilas de Machico e Santa Cruz, esquecendo por momentos as antigas rivalidades, também pediram conjuntamente um foral, que lhes foi concedido com diversos privilégios e isenções por carta regia de 15 de Dezembro de 1515.

A vila de Santa Cruz não se libertou, porém, inteiramente, da tutela da capitania de Machico, pois os respectivos donatários continuaram a ter interferência em muitos assuntos de jurisdição militar e criminal, só vindo a terminar de todo a mesma tutela, com a morte do ultimo donatario de Machico. A própria carta regia da criação da vila diz . . . e ho capitam da dita billa de Machiquo teraa na dita billa de Santa Cruz e seu termo asy ha cadeia e todallas outras liberdades que atee aqui teue...»

Especialmente debaixo do ponto de vista comercial e industrial excedeu em importâncias a vila de Machico, o que desde logo determinou a criação duma alfândega de que já nos ocupámos com alguma largueza a página 43 do Iº volume desta obra. Pelas muitas referências que temos encontrado a esta casa fiscal, pelo numero e qualidade dos seus empregados e ainda pelos registos de vários diplomas exarados nos livros da antiga Provedoria do Funchal vemos que a alfândega da vila de Santa Cruz era de mais importância e de maior movimento do que a de Machico, apesar desta ficar na sede da capitania.

Teve esta vila uma instituição de beneficência de relativa importância, que foi a sua misericórdia, da qual se deu já noticia no artigo *Misericórdias* (volume II, página 376).

O concelho de Santa Cruz compõe-se actualmente das freguesias de Santa Cruz, Água de Pena (parte), Santo da Serra (parte), Gaula, Camacha e Caniço. O decreto de 19 de Outubro de 1852, que desanexou a freguesia do Porto da Cruz do concelho de Santana, incorporando-a no de Machico, desligou também alguns sítios deste concelho para os unir ao concelho de Santa Cruz, o que provocou enérgicos protestos da parte da Câmara Municipal de Machico e de varias entidades officiais e particulares do mesmo concelho. Depois de vários incidentes, que pareciam intermináveis, fez o secretario geral do distrito, Antonio Lopes Barbosa de

Albuquerque, servindo de governador civil, reunir na Casa dos Romeiros da freguesia do Santo da Serra, no dia 11 de Setembro de 1862, representantes das Câmaras Municipais de Machico e Santa Cruz, administradores dos concelhos, diversos funcionários públicos e outras pessoas de representação, e ali se assentou definitivamente numa nova divisão concelhia e paroquial, que é a actual, tendo deste modo terminado as reclamações e protestos que duma e doutra parte se haviam levantado.

Por mais duma vez tem os habitantes das freguesias do Caniço e Camacha representado ao governo central pedindo a anexação destas freguesias ao concelho do Funchal, mas esse pedido nunca alcançou deferimento.

No mês de Março de 1928, incendiou-se a casa em que funcionavam os tribunais judiciais e outras repartições públicas concelhias. Procedeu-se depois à construção dum grande edifício, destinado aos novos Paços do Concelho e também à instalação das repartições que estavam acomodadas na casa incendiada, fazendo-se a inauguração do mesmo edifício no princípio do ano de 1933.

Santa Isabel (*Capelas de*). É uma bonita e ampla capela desta invocação a que se encontra no edifício da Misericórdia desta cidade e que tem acesso pelo vestíbulo do mesmo edifício. A sua construção deve datar dos princípios do século XVIII. O altar-mor, de talha dourada em madeira, é de uma grande beleza embora talvez com uma excessiva aglomeração de ornatos. (1921)

Adjunto ao hospital da vila de Santa Cruz, levanta-se também uma capela da invocação de Santa Isabel.

Santa Luzia (*Freguesia de*). É uma das quatro freguesias urbanas do Funchal e constitui uma parte da zona alta da cidade. Das paróquias deste concelho, é a de mais recente criação e foi formada por terrenos pertencentes às freguesias da Sé Catedral e de Nossa Senhora do Monte.

Reconhecida a necessidade de descongestionar a freguesia da Sé duma parte considerável dos seus fogos para uma melhor regularização dos serviços paroquiais foi a capela de Santa Luzia, situada numa eminência da margem esquerda da ribeira do mesmo nome, escolhida para servir de sede á nova paróquia que tinha sido criada pelo alvará régio de 28 de Dezembro de 1676. No Índice Geral do Registo da Provedoria, lê-se: «Alvará do Senhor Rey D. Pedro 2.º, de 28 de Dezembro de 1676, facultando ao bispo D. Fr. Antonio da Silva Teles o poder criar freguesia na Ermida de Santa Luzia, assinando ao vigário cõgrua e território competente com parte das freguesias da Sé dos muros para fora e parte da de Nossa Senhora do Monte, visto que os curas da Sé

tinham dentro da cidade perto de 6000 almas a que acudir». o primeiro vigário foi o padre Amaro de Atouguia, a quem o alvará régio de 24 de Julho de 1681 fixou o vencimento anual de 21\$000 réis em dinheiro, 1 pipa de vinho e 1 moio e meio de trigo.

No mesmo índice vem citado o alvará régio de 13 de Agosto de 1745, criando um curato nesta freguesia com o ordenado anual de 1 pipa e meia de vinho e 1 moio e meio de trigo.

A capela de Santa Luzia era uma construção dos fins do século XV. Pelo seu adiantado estado de ruína, se abateu no primeiro quartel do século XVIII, sendo a sede da freguesia provisoriamente instalada na capela de Nossa Senhora da Encarnação, no convento do mesmo nome.

O alvará régio de 9 de Setembro de 1719 mandou proceder á edificação duma nova igreja, mas parece que a construção não se realizou imediatamente, por isso que os mandados do Conselho da Fazenda de 14 de Janeiro 13 de Fevereiro e 3 de Dezembro de 1740 autorizaram diversos pagamentos para se ultimarem as obras do novo templo, devendo supor-se que os respectivos trabalhos somente teriam sido dados por inteiramente concluídos no ano de 1741. É esta a igreja actual, que foi construída em local um pouco afastado da antiga ermida, que então era conhecida pelo nome de Santa Luzia Velha.

Nesta freguesia ficavam as capelas de S. Francisco Xavier, Nossa Senhora da Boa Viagem, Nossa Senhora da Esperança Nossa Senhora da Pena, Nossa Senhora do Vale Nossa Senhora dos Prazeres, Nossa Senhora da Consolação e Nossa Senhora do Descanso, das quais só existem as duas ultimas. De todas damos noticia em outro lugar.

Na área desta paróquia se encontrava o convento de Nossa Senhora da Encarnação, do qual já nos ocupámos, e na cerca dele se levantou um grande edifício destinado a Seminário Diocesano e que é hoje o Palácio da Junta Geral do distrito (V. Seminário). Também nesta freguesia se acha o Asilo dos Velhinhos, mantido pela Junta Geral (V. Asilos e Irmãs das Pobres) (1921).

A estação central do Caminho de Ferro do Monte e as suas principais instalações ficam nesta freguesia (volume I, página 221), e bem assim o importante estabelecimento industrial conhecido pelo nome de Fabrica do Torreão, a que já nos referimos a página 394 do volume I desta obra:

Do abundante e rico manancial que se chama a levada de Santa Luzia e cujo importante aqueduto atravessa uma parte considerável desta freguesia, já nos ocupámos no artigo Levadas, a página 235 do volume II. Ladeando a mesma levada, há uma excelente estrada, que se estende desde as proximidades da ribeira de Santa Luzia até o extremo norte da avenida de Pedro José d'Ornelas, e dela se desfrutam surpreendentes panoramas sobre a baía, e a cidade e os seus arredores. É um dos trechos que hão-de constituir a projectada estrada de cintura do Funchal.

A 3 de Marco de 1898, concedeu a Câmara Municipal licença para a ampliação do antigo adro de Santa Luzia, tendo as obras começado pouco depois.

Segundo o Mappa alphabetico das ruas da Cidade, aprovado pelo Governador Civil em 5 de Outubro de 1863, ficaram os limites da freguesia de Santa Luzia sendo constituídos pela parte norte: da rua do Carmo, compreendida entre a ponte e o ribeirinho do Vale, pela parte oriental da rua das Hortas (Alferes Veiga Pestana), até a rua do Bom Jesus, por esta ultima rua, dum lado e outro mas somente até a rua da Conceição (Correia Heredia) pela levadinha das Hortas pela parte da rua da Princesa (31 de Janeiro) que se acha acima da Ponte Nova e confina com esta e pelo princípio da calçada da Incarnação.—Os predios da parte norte da rua do Carmo, mas a oeste do ribeirinho do Vale, a rua da Fabrica, a rua da Conceição, a rua da Ponte Nova e a rua da Princesa, abaixo da mesma ponte, ficaram pertencendo, pelo mesmo mapa, á freguesia da Sé, assim como a parte da rua do Bom Jesus a oeste da dita rua da Conceição).

Os párocos da Sé e de Santa Luzia incluem nesta ultima freguesia as partes oriental e ocidental da rua das Hortas, abaixo da rua do Bom Jesus, e as partes norte e sul desta ultima rua, limitadas pelas ruas das Hortas e da Conceição, ao passo que nalgumas repartições publicas se considera a parte sul da mesma rua do Bom Jesus como fazendo parte da freguesia da Sé. Querem também alguns que a parte norte da rua do Carmo, compreendida entre a rua das Hortas e o ribeirinho do Vale, pertença á freguesia de Santa Luzia e não á da Sé.

Pelo lado oriental, estende-se a freguesia de Santa Luzia até á Ribeira de João Gomes, e pelo lado norte vai até acima da Levada de Santa Luzia, sem atingir, porém, no caminho do Monte, a quinta da Paz.

Santa Maria (*D. Fr. José de*). Este piedoso bispo do Funchal era filho de Luís de Saldanha, viador da casa da rainha D. Luísa de Gusmão, e de D. Violante de Mendonça. Abraçando a vida monástica, entrou na ordem dos Capuchos e ali foi lente de artes e teologia, e exerceu ainda outros cargos importantes.

D. Pedro 2.º nomeou-o bispo desta diocese em 1689, sendo confirmado pelo papa Alexandre VIII a 6 de Março de 1690. A 25 de Novembro deste ano, recebeu a sagração episcopal das mãos do cardinal de Lencastre.

Em Março de 1691 deu entrada na sua diocese, dedicando-se inteiramente á pastoreação do seu rebanho. Visitou varias vezes as paróquias do seu bispado, apesar da aspereza dos caminhos e da dificuldade de transportes e acomodações nos lugares que percorria. Foi muito zeloso na observância do ensino da doutrina cristã mandando imprimir uma pastoral, em que esta matéria era regulada e imposta com todo o rigor. Fez reunir um concilio na diocese, em que se tomaram sérias providencias acerca de muitos pontos da disciplina eclesiástica que há muito tinham caído em desuso.

D. Fr. José de Santa Maria era de índole resignada e bondosa e sofreu com verdadeira humildade cristã as prepotências e vexames do capitão-general D. Rodrigo da Costa, que além do seu génio atrabiliario e despótico contava com a manifesta protecção dos seus parentes, que pertenciam à primeira nobreza e ocupavam os mais elevados cargos da nação.

Depois dum curto episcopado de cinco anos, solicitou e obteve a sua transferência, sendo colocado numa das principais sés do Reino, em atenção aos seus grandes méritos e virtudes. Transferido para o bispado do Porto, ali morreu, com opinião de santo, a 26 de Outubro de 1708, segundo afirma D. Antonio Caetano de Sousa.

Saiu da Madeira a 15 de Setembro de 1696, dia em que deixou a administração episcopal desta diocese.

Santa Maria Madalena (*Capelas de*). Quem sair do Funchal e seguir o caminho de Santo António, depara á beira da estrada, a uns dois quilómetros do centro da cidade, com as ruínas duma velha e desmantelada capela. Desse montão de escombros, ergue-se ainda altaneiro, como a desafiar a fúria dos séculos, o arruinado frontispício, com o seu pórtico em ogiva, denunciando a sua antiguidade e a característica das construções duma época de glórias. É um dos raros vestígios do estilo manuelino que ainda restam nesta ilha.

Esta é a capela de Santa Maria Madalena, que deu o nome ao sítio, mais comumente conhecido pela simplificação popular de Madalena. Depois de Santo Amaro, é a capela mais antiga da freguesia de Santo Antonio, escasseando-nos, porém, os precisos elementos para determinar-lhe a época da sua fundação, que não nos parece ser posterior ao primeiro quartel do século XVI. No entanto, a referência mais remota que a ela encontramos é de 1593, ano em que lhe foi feita a doação dum foro. Era também, depois da referida capela de Santo Amaro, a mais importante daquela freguesia pela sua antiguidade, pelas suas dimensões e estilo arquitectónico, e ainda pela devoção que os fiéis manifestavam pela sua padroeira, chegando a possuir bens próprios, de relativa importância, para a manutenção do seu culto, o que não nos consta que outra capela desta freguesia tivesse.

José Machado de Miranda, por escritura publica de 11 de Março de 1684, tomou o encargo de padroeiro desta capela, mandando-a reconstruir e dotando-a com um foro de quatro mil réis anuais, imposto na quinta das Maravilhas. Nos anos de 1732, 1766 e 1773 se fizeram nela importantes reparos, mas em 1820 era já adiantado o seu estado de ruína.

No sítio das Florenças da freguesia do Arco da Calheta, havia uma capela da mesma invocação, fundada por João Portes Homem de El-Rei e sua mulher D. Maria de Sousa, no ano de 1684.

A capela de Santa Maria Madalena da freguesia do Porto Moniz é uma das mais antigas do norte da Madeira. Tem sofrido através dos tempos vários reparos e acrescentamentos, e é hoje uma capela de não acanhadas dimensões. Foi ampliada no ano de 1789 e ainda há poucos anos teve novo acrescentamento. Nela se encontrava um belo quadro a óleo, representando a padroeira, que não foi conservado convenientemente e que de todo se perdeu. Pode dizer-se que é ali a sede do curato da freguesia, tendo junto da capela casa de residência, destinada ao respectivo coadjutor. Há um cemitério nas suas imediações.

É o centro duma antiga e concorrida romagem, que se realiza no mês de Julho de cada ano, e outrora fazia-se ali uma feira em que aparecia muito gado.

Santa Maria Maior (*Freguesia de*). No lado oriental da cidade do Funchal e constituindo uma das suas quatro freguesias, fica situada a freguesia de Santa Maria Maior.

Provém-lhe esta denominação da circunstância de ter a sua primitiva igreja paroquial mais amplas proporções do que a capela edificada por João Gonçalves Zarco no local onde hoje se levanta a igreja de Santa Clara, sendo ambas consagradas a Nossa Senhora da Conceição. Também foi em outros tempos conhecida pelo nome de Conceição de Baixo e a outra por Conceição de

Cima, tendo-se-lhe igualmente chamado Nossa Senhora do Calhau, por estar construída não muito longe da praia, sendo este nome que mais perdurou entre o povo e que ainda hoje conserva. Tornou-se esta paróquia muito conhecida, e ainda presentemente o é, pelo nome de freguesia do Socorro, sendo esta denominação aplicada de modo especial á parte dela compreendida entre a igreja paroquial e a margem esquerda da ribeira de João Gomes. Teve este nome origem na imagem de Nossa Senhora do Socorro, que se venerava na igreja paroquial e que em outros tempos era objecto de fervoroso culto por parte dos habitantes do Funchal.

Da igreja de Nossa Senhora do Calhau, já demos noticia em outro lugar (volume II, página 451), e da igreja de S. Tiago, para onde foi transferida a sede da freguesia no ano de 1803, nos ocuparemos na altura competente desta obra.

Acerca da criação desta paróquia, dissemos o suficiente no artigo Freguesias (volume II, página 52) e para lá remetemos o leitor, podendo afirmar-se que foi esta a primeira e é ao presente a mais antiga freguesia deste arquipélago.

Com a construção do magnífico templo da Sé Catedral, foi a sede da paróquia de Santa Maria Maior transferida para a nova e ampla igreja, pelos anos de 1508. Aproximadamente cinquenta anos depois, com o aumento sempre crescente da população foi a freguesia, pelo alvará régio de 18 de Novembro de 1557, dividida em duas paróquias autónomas, sendo as suas respectivas sedes na Sé Catedral e na igreja de Nossa Senhora do Calhau.

Depois dos religiosos franciscanos, parece que foi Nuno Cão (V. este nome) um dos primeiros sacerdotes que exerceram funções paroquiais nesta freguesia, passando em 1508 para a Sé Catedral e sendo em 1514 elevado a deão da mesma Sé. Dividida a paróquia em 1537, foi primeiro vigário de Santa Maria Maior o licenciado Antonio Mourão, ao qual se estabeleceu, pelo alvará de 23 de Fevereiro de 1558 a congrua anual de 20:000 réis, uma pipa de vinho e dois moios de trigo.

O curato, desta freguesia foi criado por alvará régio de 27 de Agosto de 1589, com o vencimento anual de 20.000 réis.

Teve esta igreja uma colegiada, criada pelo alvará de 18 de Novembro de 1557, composta, além do vigário e cura, de mais três beneficiados, que depois foram elevados ao numero de seis, e de um tesoureiro, pregador e organista.

Esta paróquia tem as capelas do Corpo Santo, Nossa Senhora do Bom Sucesso, Nossa Senhora do Faial, Nossa Senhora Mãe dos Homens e outras que já desapareceram, de todas as quais daremos sucinta noticia.

Na área desta freguesia, ficam o antigo campo de D. Carlos, hoje do Almirante Reis, a fortaleza de São Tiago, o Campo da Barca ou de Miguel Bombarda, o Posto de Desinfecção Terrestre, a fabrica da luz eléctrica e outros estabelecimentos industriais.

Tem a freguesia de Santa Maria Maior a população de 7823 habitantes (1921) e principia na Ribeira de João Gomes, sendo uso dar-lhe como limites, da parte do nascente, a metade ocidental ou esquerda dos caminhos do Palheiro e do Terça, pertencendo a metade oriental ou direita, á freguesia de S. Gonçalo. Convém advertir, porém, que tais limites não concordam com os que se acham assinalados no Mappa Alfabético das ruas da cidade, aprovado pelo Governador Civil em 15 de Dezembro de 1863, no qual claramente se declara que toda a rua do Palheiro, desde a Quinta do Acciaioly ou do Faial até a rua Bela de S. Tiago, pertence à freguesia de Santa Maria Maior, e que esta paróquia se estende até o sítio dos Louros, ficando todavia a travessa da Olaria, hoje do Lazareto, na freguesia de S. Gonçalo. Segundo o mesmo Mappa, o espaço compreendido entre a Rua Bela de S. Tiago e o prédio de Tomás Teodoro, na Calçada do Socorro, pertence do lado norte a Santa Maria Maior e do lado sul a São Gonçalo, devendo considerar-se, portanto, como fazendo parte desta ultima freguesia a parte sul do largo da Forca e do caminho do Lazareto até ao ponto em que começa o sítio dos Louros

Vid. Limites da cidade, Freguesias, Nossa Senhora do Calhau, Academica (Praça), Cão (Nuno), Ordem de Cristo, Carlos (Campo de D.) e Posto de Desinfecção.

Santa Quitéria (*Capelas de*). Falando da capela desta invocação, diz o Dr. Álvaro de Azevedo que foi fundada por Simão de Nobrega, no Curral das Freiras, no que há visível engano. Esta capela ficava na freguesia de Santo António e foi construída pelo alferes Simão de Nobrega e Sousa e sua mulher Maria Tavares de Sousa, na quinta que possuíam no sítio do Pico do Cardo, daquela freguesia. No Curral das Freiras apenas existiu a ermida de Santo Antonio, mandada edificar pelas religiosas do convento de Santa Clara. A capela de Santa Quiteria foi edificada no ano de 1727, sendo de 3 de Julho deste ano a respectiva escritura de dotação. Em 1814, encontrava-se profanada e já havia muitos anos que nela se não celebravam os actos do culto. Deu o nome ao sítio em que foi construída.

Houve outra capela da mesma invocação no sítio do Lombo da Estrela, na freguesia da Calheta, fundada em 1724 por João Homem de Abreu e sua mulher D. Ana Quiteria ou Luzia. A escritura de dotação é de 30 de Maio daquele ano.

Fundada pelo padre João da Silva Alves, existiu uma capela de Santa Quiteria na freguesia da Madalena do Mar.

Santa Teresa (*Fr. Francisco de*). Frade carmelita natural do Funchal e falecido em 1698. E.: *Alphabetum Theologicum*.

Santo Amaro (*Capelas de*). É das mais antigas da diocese a capela de Santo Amaro, que se ergue no sítio do mesmo nome, da freguesia de Santo Antonio. É das poucas edificações do século XV que tem perdurado entre nós, embora talvez nada reste da construção primitiva pelas profundas modificações que ali se têm introduzido no decorrer de quatro séculos e meio.

O Dr. Álvaro R. de Azevedo, por evidente lapso faz esta capela situada na freguesia de São Martinho, quando é certo que sempre pertenceu á paróquia de Santo Antonio. É possível que o engano provenha do facto do seu fundador possuir vastos terrenos em ambas estas freguesias e porventura contiguos dando-se talvez em época não recente, a capela como indiferentemente situada numa ou noutra freguesia. A circunstancia de ter sido construída num sítio que é limite das duas paróquias e, mais ainda, dar a entrada principal da quinta que circundava a capela, acesso para a estrada que separa as mesmas freguesias, facilmente induziria em erro e o levaria a supor que a pequena igreja de Santo Amaro não ficaria dentro da área da paróquia de Santo Antonio.

Os medianamente lidos nas crónicas madeirenses sabem que do Continente do Reino vieram quatro fidalgos para esta ilha com o determinado fim de contrair casamento com as filhas do descobridor da Madeira e primeiro capitão-donatario do Funchal. A terceira delas, por nome D. Catarina da Camara, casou com Garcia Homem de Sousa, que foi o fundador desta capela. Diz textualmente o anotador das *Saudades da Terra*: «...Santo Amaro, que foi fundada por Garcia Homem de Souza, genro de Zargo em 1460 na grande fazenda povoada onde tinha aposento acastellado». Do mesmo Garcia de Souza dizem também as Saudades noutra lugar: «...fez elle a capella ou casa forte ou acastellada para se defender de seus cunhados; era orgulhoso e violento»; e acrescentam finalmente que «por ter diferenças com seus cunhados... fez uma torre que está junto da Madre de Deus».

Que era a Madre de Deus? Nome primitivo da capela ou sítio de Santo Amaro? Não sabemos dizê-lo, mas, segundo consta da tradição e afirma o douto anotador das Saudades da Terra, foi em Santo Amaro onde Garcia Homem de Sousa levantara a casa acastelada de que falam as antigas crónicas deste arquipélago para defender-se de seus cunhados nas lutas sangrentas que com eles tivera. Com efeito, ainda ali se encontram umas casas em ruínas, de construção bastante antiga, que provavelmente constituem

restos da morada solarenga com aspecto de fortaleza que o orgulhoso e turbulento Garcia de Sousa construíra para pôr-se ao abrigo das investidas dos seus inimigos. Uma porta de cantaria, em ogiva, que ali se vê ainda e que parece ter o cunho das construções da época manuelina deveria ser cuidadosamente conservada. Também restam vestígios duma antiga cisterna e não há muitos anos ainda que ali se viam igualmente as paredes duma velha torre, parecendo ser tudo de construção bastante remota (1921).

Havia ali uma quinta, dentro de cuja área ficavam a capela e a provável construção de Garcia de Sousa, restando apenas hoje uma portada de certo aparato arquitectónico e que noutro tempo serviu também de entrada para a referida capela.

Santo Amaro é uma das mais importantes capelas deste bispado, pela sua antiguidade e tradições históricas, pelo seu tamanho e ainda pela concorrência de fieis na sua festa patronal. Parece-nos que pouco lhe resta da sua primitiva construção, que, com o andar dos tempos, foi passando por sucessivas transformações. Com o fim manifesto de isola-la da propriedade rústica e urbana, em cujo recinto ficava, levantaram-lhe um alto muro em frente do frontispício, e a três ou quatro metros de distancia deste, que fizeram ligar ao pequeno templo por meio dum alpendre o que tudo notavelmente desfeou a frontaria do edifício e ainda prejudicou bastante a beleza do conjunto. Foi provavelmente a partir desta época, que não podemos determinar com precisão que o serviço da capela começou a fazer-se exclusivamente pela entrada actual vedando-se a comunicação que dava para o caminho do Tangu e Alecrins. Presumimos que os administradores da capela se tivessem desligado dos seus deveres de padroeiros e a abandonassem ao cuidado e direcção da fabrica paroquial, a cujo cargo se encontra há largos anos, e deste modo a isolassem do resto da quinta ou propriedade em que se achava edificada.

Esteve sempre esta capela na posse dos sucessores de Garcia Homem de Sousa, e sabemos que em 1700 era o capitão-mor de Câmara de Lobos. Filipe de Carvalho Esmeraldo, o administrador da propriedade vinculada de Santo Amaro, sendo imediato sucessor seu filho, José Joaquim de Carvalho Esmeraldo, que a transmitiu a seu filho também de nome José Joaquim de Carvalho Esmeraldo deu-lhe nesta administração vincular seu irmão Francisco Antonio de Bettencourt Carvalho Esmeraldo, herdando o prédio e capela sua filha D. Isabel Esmeraldo Barbosa de Matos e Camara, que o legou a sua irmã D. Julia Esmeraldos falecida a 14 de Setembro de 1915.

A capela, como actualmente se encontra, é uma reconstrução que data do segundo ou terceiro quartel do século XVII. A pequena igreja tem três altares e não é de acanhadas dimensões, mas nada se encontra nela que desperte a atenção do observador, pois

parece que nem vestígios se descobrem ali da antiga e primitiva construção. Foi noutros tempos o centro duma concorrida romagem.

Ainda há poucos anos se encontravam á margem da estrada que conduz á Lombada dos Esmeraldos na freguesia da Ponta do Sol, os escombros duma capela dedicada a Santo Amaro, que se afirma ter sido edificada por João Esmeraldo nos fins do século XV (V. *Lombada dos Esmeraldos*).

Dentro dos limites da vila de Santa Cruz se encontra uma capela com a invocação de Santo Amaro, que foi edificada pelo povo, mas cujo ano de construção se desconhece. A festa patronal atrai todos os anos a esta capela uma extraordinária afluência de pessoas das freguesias circunvizinhas. Foi reedificada no ano de 1922.

Santo André Avelino (*Capela de*). No sítio do Carvalhal da freguesia dos Canhas, existe a capela de Santo André Avelino, fundada em 1776 pelo capitão Carlos Nunes de Freitas da Silva e sua mulher D. Ana Guiomar de Moura Acciaioly Lomelino. Pertencia à casa do morgado Nuno de Freitas Lomelino. Numa das paredes se lê esta inscrição, ali posta há poucos anos: Oferecida por Jacintho Fernandes e concluída por José dos Reis e Povo». Na cantaria da porta tem a data de 1774.

Santo António (*Capelas de*). A capela de Santo António, da freguesia de Santana, data do segundo quartel do século XVI, e não foi construída em 1730 como diz o Dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo, mas sim reedificada por essa época. Em 1729, o povo pediu licença à autoridade eclesiástica para a reconstruir, alegando que ela tinha sido edificada pelos paroquianos havia aproximadamente dois séculos. Ficou concluída a sua construção a 13 de Abril de 1730, dia em que foi vistoriada para poder ser benzida e em seguida aberta ao exercício do culto.

Numa propriedade que o morgado João José de Bettencourt possuía no sítio das Adegas, freguesia da Ponta do Sol, tinha a respectiva casa de residência uma pequena capela ou oratório interior, cuja invocação desconhecemos. António Gonçalves de Almeida comprou essa propriedade e fez a adaptação do oratório para uma capela com porta exterior, a que pôs a invocação de Santo António. A capela foi benzida a 13 de Junho de 1853.

Na freguesia de Santa Maria Maior existiu uma capela dedicada a Santo António, fundada por 1682 no morgadio instituído pelo capitão António Teles de Meneses. Julgamos ser a capela de que ainda há poucos anos existiam as ruínas na rua que hoje conserva o nome de Santo António ou do Hospital Velho.

Existe na freguesia da Calheta uma capela dedicada a Santo António dos Milagres, que fica situada no Lombo do Salão e onde se praticam ainda os actos do culto. É propriedade de Juvenal R. de Vasconcelos (1921).

Pelo nome de Santo António da Malvasia, era conhecida uma capela que existia na freguesia da Ribeira Brava, fundada por Henrique Brandão Henriques, em 1696. A respectiva escritura de dotação é de 13 de Agosto do mesmo ano.

Mais uma capela dedicada a Santo António se encontrava na freguesia da Ponta do Sol. Levantava-se no sítio do lugar de Baixo (V. este nome) e era pertença da casa Carvalhal. Quando esta propriedade foi vendida há cerca de trinta anos, os novos proprietários dela demoliram a casa de residência que ali existia e a referida capela de Santo António que lhe ficava anexa. No mesmo local edificaram uma bela casa de campo e junto dela fizeram reconstruir a antiga capela de Santo António. Foi benzida pelo prelado diocesano D. Manuel Agostinho Barreto a 25 de Fevereiro de 1906.

Dentro do pátio da Alfândega (V. este nome) se encontra ainda uma pequena capela com a invocação de Santo António, construída em 1714 pelo provedor João de Aguiar. Tem sobre o pórtico gravada a inscrição Ad salem sol.

Na freguesia do Monte, a pequena distancia da estrada que margina a Levada de Santa Luzia se encontra uma capela dedicada a Santo Antonio, que Manuel Ferreira Frasão fez erigir no ano de 1718.

Por Santo António da Mouraria, era conhecida uma capela que Tristão de França Bettencourt fez erigir na freguesia de Santa Luzia no ano de 1727.

A freguesia do Curral das Freiras pertencia ao convento de Santa Clara e nela construíram as religiosas uma capela de Santo Antonio, que teve capelão privativo antes da criação da paróquia. Era de antiga construção, que remonta talvez aos fins do século XVI. Quando em 1790 se criou a freguesia do Curral das Freiras, instalou-se a sua sede na capela de Santo Antonio, e ali esteve alguns anos até a construção da nova igreja paroquial.

Na quinta de Santo António da freguesia do Estreito de Câmara de Lobos encontra-se uma capela desta invocação, que foi construída em 1705 por Inacio Viana do Rego. Pertenceu ao conselheiro Antonio Correia Heredia. Foi comprada há anos por Francisco Pinto Correia e é hoje propriedade dos seus herdeiros (1921).

O capitão Antonio Espranger da Câmara erigiu uma capela a Santo Antonio na freguesia do Arco da Calheta, em 1724, sendo de 4 de Junho deste ano a escritura de dotação.

Existiu na freguesia de Machico uma capela dedicada a Santo Antonio, cujo fundador e ano da construção desconhecemos.

No sítio do Pico, da freguesia da Ponta Delgada, houve uma capela com a mesma invocação, de que ainda restam algumas ruínas.

Também existiu uma capela deste orago no sítio da Terra Baptista, da freguesia do Porto da Cruz, pertencente a uma família de apelido Nunes Caldeira.

Na quinta do Pomar, na paróquia da Quinta Grande, junto da bela casa de campo que ali existe, mandou o antigo vigário de Câmara de Lobos, Antonio Silvino Gonçalves de Andrade construir no ano de 1883 uma capela da invocação de Santo Antonio. Este sacerdote, que no seu tempo gozou da fama de grande pregador, era irmão dos Drs. Francisco Justino Gonçalves de Andrade e João Jacinto Gonçalves de Andrade, dos quais nos ocupámos neste Elucidário (volume I, página 69 e 66). Esta capela de Santo Antonio é hoje propriedade do Dr. João Francisco de Almada (1921).

Na antiga rua da Laranjeira (V. este nome), na cidade do Funchal, existiu uma capela de Santo António, que a câmara mandou demolir a 5 de Fevereiro de 1836.

Existe uma capela dedicada a Santo António na vila da Ponta do Sol.

Santo António (*Freguesia de*). É uma das cinco freguesias suburbanas do Funchal, e tem por limites as paróquias de São Roque, São Pedro, São Martinho, Câmara de Lobos, Estreito de Câmara de Lobos e Curral das Freiras.

Os terrenos que na actualidade constituem esta paróquia pertenceram primitivamente à freguesia da Sé, que então alargava a sua vastíssima área até as faldas dos montes que circuitam o Curral das Freiras, que só em 1790 se desmembrou de Santo António.

Quanto à sua criação, diz-nos o Dr. Álvaro de Azevedo numa das suas notas á obra de Gaspar Frutuoso, o seguinte: «A freguesia de Santo António, suburbana do Funchal, foi criada, provavelmente, pelo mesmo tempo que a de S. Pedro, em 1566, tendo ambas sido separadas da Sé: indubitavelmente existiu desde antes de 1574, porque, como se vê do alvará de 16 de Setembro desse ano, foi aumentada a anterior cõngrua do seu vigário». Noutra lugar e noutra obra, fixa o Dr. Azevedo a data de 1568 como a do ano da sua criação.

Escasseiam-nos os indispensáveis elementos para determinar com absoluta precisão o ano em que se estabeleceu esta paroquial mas parece-nos dever remontar a sua criação a época anterior àquela, ao menos como curato autónomo, á semelhança de outros que houve nesta diocese e que constituíam freguesias quasi inteiramente independentes e com vida civil e religiosa próprias. Os assentos mais antigos que encontramos no respectivo arquivo paroquial são de 1557, e a partir desta época é regular a escrituração dos termos de baptismo e casamentos, o que nos leva a supor que data precisamente deste ano a criação dum curato autónomo, que seria elevado definitivamente a paróquia mais tarde e em ano que hoje não se pode fixar. Neste bispado existiam curatos independentes e até capelas com pé de altar in solidum e «capelães curados», que depois se transformaram em outras tantas freguesias ou antes foram a verdadeira origem delas. Grandes probabilidades, pois, para não dizer inteira certeza, militam a favor da nossa afirmativa, determinando o ano de 1557 como o da criação dum curato, elevado definitivamente a paróquia pelos anos de 1566.

Pelos respectivos livros do registo se sabe que foi o padre Gonçalo Jorge Rodrigues o primeiro sacerdote que, no período decorrido de 1557 a 1559, desempenhou aqui as funções paroquiais, não fazendo nunca indicação da categoria do cargo que exercia. O seu sucessor, Francisco Afonso, de 1559 a 1569, intitulou-se sempre cura, bem como outros que se lhe seguiram. Torna-se muito estranhavel que, ainda depois da criação da paróquia, que é sem sombra de duvida anterior a 1574, como se vê num documento deste ano citado em vários lugares, continuam alguns sacerdotes que exerciam aqui o múnus pastoral a intitular-se curas, e outros, ora curas ora vigários, como sucede com Afonso Lopes, de 1585 a 1586.

Os mais antigos párocos desta freguesia foram Gonçalo Jorge Rodrigues, Francisco Afonso, Miguel Rodrigues, Manuel Lopes, Vicente Afonso, Afonso de Leme, Antonio Lopes, Domingos Fernandes, Fernão Gomes, todos no século XVI.

Somente a partir de 1574 é que podemos fixar o quantum das respectivas cômguas, em vista dos diplomas que encontramos citados no índice Geral da Antiga Provedoria da Fazenda Real neste arquipélago a que por diferentes vezes nos temos referido.

O mais antigo desses diplomas é o alvará régio de D. Sebastião, de 16 de Setembro de 1574, passado a favor do pároco Antonio de Lima e seus sucessores, elevando a cômgrua anual, que era então de 13\$300 réis, a 25\$000 réis, também anuais, visto já ter a paróquia atingido o numero de 120 fogos. Esta cômgrua foi sucessivamente aumentando e decerto em conformidade com o movimento sempre crescente da população, como se vê dos seguintes diplomas: alvará de 17 de Julho de 1588, acrescentando 30 alqueires de trigo á cômgrua anterior de 25\$000 réis; alvará de 14 de Dezembro do mesmo ano, aumentando a importância de 4\$000 réis anuais pelas missas dos sábados pelas almas dos infantes; alvará de 26 de Agosto de 1645, alterando a forma do pagamento da cômgrua, que passou a ser de 10\$000 réis em dinheiro e duas e meia pipas de vinho; e finalmente o alvará de 1 de Outubro de 1775, acrescentando dois moios de trigo á cômgrua fixada no diploma anterior. Outras modificações sofreria o quantitativo das cômguas dos párocos desta freguesia, mas delas não temos conhecimento. A carta de lei de 26 de Março de 1845 alterou, profunda, mas não equitativamente, a distribuição das cômguas nesta diocese, não tendo porém a tabela anexa arbitrado o vencimento do pároco de Santo Antonio, devido certamente a lapso ou inadvertida omissão. A cômgrua, suprimida pelo decreto de 20 de Abril de 1911, era de duzentos mil réis anuais.

O desenvolvimento da população com o seu correlativo serviço paroquial levou o bispo diocesano D. Luís Figueiredo de Lemos, a impetrar o estabelecimento dum curato nesta freguesia, cujo deferimento se deu pelo alvará de Filipe 2.º, de 29 de Outubro de 1602, que autorizou a criação deste lugar, sendo nele provido o padre Domingos Brás. O seu vencimento foi primitivamente de 20\$000 réis anuais em dinheiro e de uma pipa de vinho. Esta cômgrua foi acrescentada com um moio de trigo pelo alvará de 14 de Agosto de 1609. A já citada carta de lei de 26 de Março de 1845 fixou ao curato desta freguesia a cômgrua de 20\$000 réis em dinheiro e 1 pipa e 15 almudes de vinho, e 1 moio e 30 alqueires de trigo. O decreto de 20 de Abril de 1911 suprimiu a ultima cômgrua, que era de 130\$620 réis anuais.

Temos razões para acreditar que os curas foram em determinada época de apresentação regia, pois vemos que o cura Fernão Gomes se assinava «cura proprietário por el-rei», e também «cura confirmado», e encontramos citado o alvará régio de D. João IV, de 18 de Dezembro de 1648, em que é apresentado cura desta freguesia o padre Francisco de Gouveia.

Foi numa capela da invocação de Santo António, que decerto fazia primitivamente parte duma fazenda povoada, que, por meados do século XVI, se estabeleceu a sede desta paróquia ou ao menos dum curato autónomo, como já acima fica dito. É possível que anteriormente á criação da freguesia tivesse essa ermida seu capelão privativo, como geralmente acontecia em circunstancias semelhantes. Essa capela deu nome ao sítio e depois á paróquia, ignorando-se o ano da sua construção.

Sofreu ela com o decorrer dos anos algumas modificações e mesmo acrescentamentos, mas sendo já pequena para a população, que ia crescendo notavelmente, tornou-se necessário a construção de um templo de mais amplas proporções. O lugar escolhido foi o terreno que fica entre a actual casa paroquial e a estrada publica, e que fazia parte do passal, cedido para esse fim pelo pároco de então, o padre António Afonso de Faria, datando a sua construção do primeiro quartel do século XVII. No período decorrido de 1665 a 1682, se acrescentou a capela-mor e se construíram as capelas do Santissimo Sacramento e das Almas, realizando-se ainda outros melhoramentos importantes. Não era um templo de acanhadas dimensões, pois tinha 6 altares, sendo interiormente bem ornado em obra de talha dourada. Num provimento de 1756, se lhe chama «igreja rica», debaixo do ponto de vista da sua decoração, mas já nesta época estavam os seis altares velhos e improporcionados», segundo o dizer do mesmo provimento.

Supomos que no fim do século XVII ou princípio do seguinte se fizeram na antiga igreja importantes obras de reedificação ou acrescentamento, pois que no Índice Geral do registo da antiga Provedoria da Real Fazenda, nesta ilha, encontramos referência ao alvará régio de 9 de Setembro de 1711, que manda continuar as obras da igreja de Santo Antonio, orçadas em 2.233\$920 réis. Não temos dados para afirmar que as obras se tivessem concluído em conformidade com aquele orçamento, mas é certo que em diversas épocas se procederam a grandes reparos na antiga igreja paroquial desta freguesia. Com a construção do templo actual se começou a desmanchar a velha igreja em 1785, ficando de pé a capela do Santissimo Sacramento, que serviu de sede paroquial até 1789. Junto á residência do pároco existe ainda um pedaço de muro que a tradição afirma pertencer à antiga igreja.

O aumento sempre crescente da população e o estado de ruína, em que o terramoto de 1748 deixou a igreja, aconselharam desde logo a construção dum novo e mais vasto templo. Diz uma relação coeva do terramoto: «A igreja de Santo Antonio no frontispício tem varias aberturas: a cantaria da porta principal está desconjuntada e as paredes do corpo da igreja partidas em diversos logares, como também o estão os das officinas, e o que se sente mais é o tecto que está em grave dano».

Apesar da igreja ficar de tal maneira danificada e dos diligentes esforços empregados pelo respectivo pároco de então, o Dr. António Pereira Borges, a construção do novo templo só começou em 1783, isto é 35 anos depois daquele grande abalo de terra. o local

escolhido foi uma courela quasi contígua à antiga igreja, constando da tradição que, não se encontrando terreno suficientemente seguro nas escavações para aí se formar o alicerce das paredes, se lançaram nos fundamentos grandes troncos de castanheiros e sobre eles os primeiros blocos de pedra que serviram de base aos muros do novo templo. Pode isto constituir novidade para a Madeira, onde, a pequena profundidade do solo, se descobre sempre terra firme e segura, mas não em outros lugares em que a natureza dos terrenos obriga a lançar mão daqueles e outros processos semelhantes.

Levou seis anos esta construção, que foi dada por concluída em 1789, embora por alguns anos continuassem os trabalhos da ornamentação interior da igreja e em especial dos altares. Foi fiador e inspector das respectivas obras o alferes António Francisco da Cruz Camacho, que faleceu no sítio da Ladeira desta freguesia a 21 de Agosto de 1815. Teve sepultura debaixo do arco da capela-mor, em cuja pedra tumular se lê este epitáfio: sepultura do alferes António Francisco da Cruz Camacho e de sua mulher e filhos e herdeiros, o que foi o fiador e inspector desta igreja, que teve seu principio no anno de 1783 e se concluiu em 1789. Mostrou sempre a maior dedicação e desinteresse pelo adiantamento das obras, que por vezes prosseguiram com grande lentidão, embora por motivos estranhos á sua vontade, devendo-se grande reconhecimento á sua memória pelo inexcedível zelo que desenvolveu em favor do completo acabamento da nova igreja.

No frontispício e sôbre a porta principal está uma lápide onde se encontra a seguinte inscrição: *Antonio Lusitanorum Protectori Templum Dedicat Aug. Reg. Maria Prima Illius Liberalitatem Efundentibus Suis In Hac Insula Ab Aerario Ad Ministris. Anno MDCCLXXXIII.*

Apesar do serviço religioso se começar a realizar no novo templo em 1789, o seu definitivo acabamento interior levou ainda largos anos. Os trabalhos da capela de Nossa Senhora de Guadalupe só foram dados por terminados em 1798; a capela-mor ainda em 1801 não estava de todo concluída e o acabamento da capela do Santíssimo Sacramento só se deu no princípio do século XIX.

Em 1880, sendo governador civil deste distrito o conselheiro José Silvestre Ribeiro e por seu mandado, realizaram-se importantes obras nesta igreja, que consistiram principalmente no soalhamento da capela-mor, reparios nas paredes e torres, retelhamento de todo o templo e outros pequenos concertos. Também em 1852 se fizeram alguns reparios de relativa importância na casa do lavatório e noutras dependências da igreja.

Nunca tinham sido concluídos os campanários, e foi em 1880 que o cônego Feliciano Teixeira, deputado pela Madeira, conseguiu do governo central a verba necessária para o acrescentamento das torres e seu definitivo acabamento. As respectivas obras só se

realizaram e concluíram em 1883. Os coruchéus das torres não foram construídos com a indispensável solidez, pois que um golpe mais rijo de vento derrubou o do lado sul a 8 de Março de 1899, havendo necessidade de apear o do lado norte, por não oferecer garantias de resistência.

Nesta igreja paroquial há uma capela consagrada a Nossa Senhora de Guadalupe, sendo muito antigo o culto que nesta freguesia se presta à Virgem Santíssima debaixo daquela invocação. A construção desta capela deve-se principalmente ao cura Manuel J. Pereira de Sousa, que não somente a ornou com belas decorações, mas ainda obteve um breve pontifício datado de 14 de Julho de 1805, concedendo indulgência plenaria aos que visitarem este templo por ocasião da celebração da festividade de Nossa Senhora de Guadalupe.

Tem esta paróquia as capelas de Santo Amaro, de Nossa Senhora das Preces, de Nossa Senhora do Populo, de São João e Santana, de Nossa Senhora do Amparo e do cemitério, nas quais se celebra ainda o sacrifício da Missa. Existe profanada a de São Filipe e encontra-se em ruínas a de Santa Maria Madalena. Já não restam vestígios da capela de Nossa Senhora da Quietação, de Santa Quiteria e de Nossa Senhora das Brotas. De cada uma destas capelas nos ocupámos em outros lugares desta obra. Da capela de Nossa Senhora do Populo, no sítio do Pico do Cardo, que foi pertença dos jesuítas, e da estada do beato Inacio de Azevedo nesta freguesia, já nos ocupámos no volume I do Elucidário, a páginas 110, e no volume II, a página 187.

A capela de São João e Santana fica na quinta do Trapiche, que tem anexa uma excelente casa de campo e era propriedade de D. Maria Paula Rego, herdeira do antigo morgadio Gouveia Rego, a que esta quinta pertencia. Serviu de residência de verão aos últimos prelados desta diocese e há poucos anos esteve nela provisoriamente instalado o seminário diocesano. Trata-se de adaptar esta propriedade rústica e urbana ao estabelecimento dum manicómio, tendo já alguns enfermeiros de São João de Deus dado começo aos respectivos trabalhos (1921).

Os principais sítios desta freguesia são: Casas Próximas, Romeiras, Courelas, Quinta das Freiras, Terra Chã, Jamboto, Fontes, Ladeira, Chamorra, Encruzilhadas, Vasco Gil, Casas, Casa Branca, Boliqueme, Barreira, Trapiche, Curral Velho, Laranjal, Lombo dos Aguiares, Pomar do Miradouro, Ribeira Grande, Lugar do Meio, Salão, Álamos, Penteada, Quinta do Leme, Madalena, Levada do Cavalo, Pilar, Pico dos Barcelos, Santo Amaro, Tanque, Alecrins, Preces, Pinheiro das Voltas, Santa Quiteria, Pico do Cardo, Três Paus, Viana, Ribeiro dos Socorridos e Fajã. De muitos destes sítios se descortinam vastos e surpreendentes horizontes, merecendo uma menção especial o Pico dos Barcelos, que ainda há poucos anos era quasi inteiramente desconhecido para a grande maioria

dos funchalenses, mas que hoje, graças a uma estrada recentemente construída (1921), que dá fácil acesso á cumeada daquele pico, se tornou ponto obrigado de todas as excursões que se realizam dentro do concelho do Funchal. Raramente passará um dia sem que um numero considerável de automóveis, especialmente na ocasião da visita de turistas, suba àquela eminência, donde se desfruta um dos mais maravilhosos trechos da incomparável paisagem madeirense.

Além dalgumas escolas moveis, tem esta paróquia nove escolas oficiais de ensino primário, que funcionam nos sítios da Madalena, Casas Próximas, Salão, Terra Chã, Lombos dos Aguiares, Trapiche, Encruzilhadas, Chamorra e Romeiras.

É Santo Antonio a freguesia mais populosa desta ilha; o ultimo censo publicado dá-lhe o total de 8839 habitantes (1921).

Um grande melhoramento realizado nesta freguesia, nos últimos anos, foi o alargamento da estrada que do largo das Maravilhas conduz á igreja paroquial. Os respectivos trabalhos começaram no fim do mês de Novembro de 1914 e ainda não estão definitivamente concluídos (1921).

Com o titulo de Parochia de Santo Antonio do Funchal, começou a publicar-se em Março de 1914 uma pequena revista quinzenal de que saíram 46 numeros, contendo uma noticia historica desta freguesia.

Não queremos deixar de referir-nos aos importantes melhoramentos realizados na igreja paroquial desta freguesia no periodo decorrido de 1922 a 1928, em que se despenderam mais de trezentos contos de réis, recolhidos por subscrição pública entre os respectivos paroquianos. A êsses melhoramentos, veio juntar-se o da colocação dum magnifico relógio em uma das tórres do campanario, dadivosa oferta do benemérito industrial Henrique Hinton, a qual presta um excelente serviço a esta populosa freguesia.

Desses apreciáveis melhoramentos se faz uma mais larga referencia no livro Paroquia de Santo Antonio da Ilha da Madeira, que é um volume de 230 páginas, contendo uma desenvolvida monografia historica da mesma freguesia, devida à pena de um dos co-autores deste Elucidário.

Na imprensa local e na esfera da governação superior do distrito, surgiu, por mais duma vez, a ideia de dividir-se a freguesia de Santo António em duas paróquias autonomas, em vista do seu continuo e progressivo desenvolvimento populacional e do alargamento da sua área territorial, que amplamente se vai estendendo pelas elevações montanhosas que circundam a mesma

freguesia. Ficariam tendo as acertadas denominações de Santo Antonio de Cima, com sede no sitio do «Boliqueme» ou das «Encruzilhadas», e Santo Antonio de Baixo com sede no sitio das «Casas Proximas». A primeira teria uma população aproximada de 9.000 habitantes e a segunda contaria cêrca de 6.000. A maior dificuldade na execução dessa projectada ideia, que traria incontestaveis vantagens aos respectivos moradores, seria a da construção de uma nova igreja paroquial e de um presbiterio ou residencia destinada ao pessoal ecclesiastico.

Santo Antonio (*Picos de*). Na Freguesia de Santo António e com igual nome, existe um pico que tem a altitude de 400 metros e que fica situado a pequena distância da igreja paroquial.

Sobranceira à freguesia do Curral das Freiras, encontra-se uma elevação montanhosa que atinge a altitude de 1740 metros e de cujas eminências se descortinam vastos panoramas.

Santo António da Serra (*Freguesia de*). A freguesia de Santo António da Serra ou do Santo da Serra, como é mais geralmente conhecida, fica em boa parte situada em um planalto sobranceiro às freguesias de Santa Cruz e Machico, numa altitude media de 700 metros acima do nivel do mar. É considerada como uma das mais belas e encantadoras estancias desta ilha. Se tem uma quadra invernosua sujeita a chuvas e ventos freqüentes e com notaveis baixas de temperatura, é, no entretanto, muito procurada na estação calmosa pela frescura e amenidade do seu clima, de par com as surpreendentes belezas da sua admiravel paisagem. Encontram-se ali algumas excelentes casas de campo, onde varias familias, especialmente de Santa Cruz e Machico, costumam passar os meses mais quentes do ano. Foi noutros tempos bastante visitada por inglêses, que nesta localidade construíram algumas quintas que ainda existem.

Como todos os pontos do interior da Madeira, e particularmente pelas suas condições climatericas e maciço cerrado dos seus arvoredos, não foi o Santo da Serra sujeito a qualquer exploração agricola ou tentativa de colonização nos primitivos tempos do povoamento da nossa ilha. Conjectura-se que, sòmente no primeiro quartel do século XVI, se daria começo ao arroteamento de algumas terras no planalto onde actualmente se encontra a igreja paroquial ou nas suas mais proximas imediações, supondo-se também que por aquela época ainda ali não existiriam habitantes de moradia fixa.

«Duas ermidas, diz o padre Fernando Augusto de Pontes, ergueu primitivamente ali Gil de Carvalho. A primeira não a chegou a ultimar, ao Alcoforado, sitio da sua residencia, que ainda guarda o nome de Ermida. A segunda ocupa a séde paroquial deste lugar». Afirma o mesmo sacerdote, no seu livro Excursões, que Gil de Carvalho faleceu em Santa Cruz em 1541, o que faria remontar a construção das capelas a uma época mais remota, pois somos de opinião que essa edificação não seria anterior ao ultimo quartel do século XVI. A que foi transformada em igreja paroquial já existia em 1612, visto que um alvará régio de 3 de Setembro deste ano mandava aplicar a importância de 70:000 réis para a compra dum retábulo destinado a mesma capela. É de supor que por esta época já por ali se encontrasse um núcleo de população de relativa importância. Teve esta ermida capelão privativo e em 1790 foi-lhe permitido acudir com os ultimos sacramentos em casos repentinos.

Diz o ilustre anotador das Saudades. «A freguesia do Santo da Serra era uma antiga ermida subordinada ao vigário de Machico. Como este e os de Santa Cruz e Água de Pena disputassem, renhidos, a posse desta ermida, o bispo D. Fr. Lourenço de Tavora, em 1612, a tomou sob sua protecção, e provavelmente a constituiu em curato.. Com o decorrer dos tempos, prosseguiram estas contendas de jurisdição, e mais tarde se repetiram essas lutas com a delimitação dos concelhos de Santa Cruz e de Machico. Foi certamente a partir daquela época, isto é, no primeiro quartel do século XVII, que a capela de Santo Antonio da Serra passou a uma directa jurisdição episcopal e que aquele prelado tomou de aforamento os terrenos circunvizinhos da ermida, que sempre foram considerados como pertença da mitra do Funchal. Esses terrenos, por especial concessão dos bispos diocesanos, foram mais tarde facultados aos parocos como fazendo parte do respectivo passal. O curato, porém, só foi criado no ano de 1813, ficando constituído com os sítios das Preces, Ermida, Margaça e Madeira da Igreja, pertencentes à freguesia de Machico, com os sítios de Mouro, Ameixeiras, João Ferino, Curral Velho, Ribeiro de João Gonçalves e Madre de Água, da freguesia de Santa Cruz, e com o sítio da Achada do Barro, da freguesia de Água de Pena.

Encontrando-se no Santo da Serra o vigário capitular e governador do bispado António Alfredo de Santa Catarina Braga, expediu dali uma provisão, datada de 13 de Junho de 1836, extinguindo a freguesia de Água de Pena e criando a do Santo, ou melhor, anexando aquela ao curato do Santo da Serra e fazendo neste a sede da nova paróquia, com o nome de freguesia do Santo da Serra e Água de Pena. Não teve longa duração a nova paróquia, porque a carta regia de 24 de Julho de 1848 restaurou a antiga freguesia de Agua de Pena, perdendo então o sítio da Achada do Barro, que foi incorporado no Santo da Serra. Esta localidade, que era um curato filial de Machico, ficou constituindo paróquia autónoma desde o ano de 1848.

Varias desinteligências se levantaram entre as câmaras de Santa Cruz e de Machico, e que duraram longos anos, àcêrca da delimitação da área dos respectivos concelhos, pretendendo cada qual incorporar na sua jurisdição uma parte considerável do Santo da Serra, tendo essas lutas terminado no ano de 1862, como já fica referido a páginas 299 do II volume, para onde remetemos o leitor afim de evitarmos escusadas repetições.

A primitiva capela onde se instalou a sede do curato e da paróquia, deve ter sido construída pelos fins do século XVI ou princípios do século XVII. Em 1612, como já vimos, foi-lhe concedida a quantia de 70:000 réis destinada á factura do respectivo retábulo. Sofreria, por certo, vários reparos e teria sido mesmo acrescentada, até que por meados de século passado foi totalmente reedificada com as proporções que actualmente conserva. O governo fez reconstruir em 1851 a capela-mor, e parte da casa paroquial, despendendo-se cerca de quatro contos de réis. O cônsul americano João Howard March (volume II páginas 339) edificou á sua custa o corpo da igreja e os muros que circundam o vasto adro, tendo sido louvado, por portaria de 3 de Julho de 1855, pelos relevantes serviços prestados a esta freguesia e especialmente pela construção da igreja.

A bênção solene do novo templo realizou-se no dia 23 de Agosto de 1857 com a assistência do prelado diocesano D. Manuel Martins Manso, tendo por essa ocasião proferido um notável discurso o distinto orador sagrado cônego Francisco João de Freitas Ferraz.

Em frente da residência paroquial, fizeram alguns súbditos ingleses construir uma casa destinada a abrigar os indivíduos que, de freguesias distantes, iam ali em romagem ao pequeno santuário dedicado a Santo António, que era então uma capela de acanhadas dimensões. A casa, que foi edificada por 1808, não era pequena e tinha um certo aparato architectónico. Esteve alguns anos sob a administração de uns comerciantes ingleses, que velavam pela sua conservação e asseio, mas foi depois deixada ao abandono, ficando reduzida, dentro de poucos anos, a um informe montão de ruínas. A direcção das obras publicas deste distrito, que teve a superintendência do edificio, e também a algumas pessoas desta freguesia, se deve o abandono a que foi votada a casa e o seu rápido desmoronamento.

No artigo consagrado ao bispo desta diocese D. Luís Rodrigues de Vilares, já referimos que este prelado residiu alguns meses nesta freguesia, cumprindo uma pena de deportação que lhe foi imposta pelo governador e capitão-general D. José Manuel da Câmara, (Ver volume III, página 216).

Foi esta uma das freguesias em que o proselitismo protestante, iniciado e exercido pelo Dr. Roberto Kalley (volume II, página 208), lançou mais fundas raízes e maiores perturbações levou ao seio das pacíficas populações da Madeira. Deram-se alterações da ordem publica nesta localidade em 1844, efectuaram-se muitas prisões, houve investigações e devassas nas sedes dos concelhos de Santa Cruz e Machico, e vários processos se instauraram contra os amotinadores e alguns apóstolos das novas doutrinas. Os propagandistas não tem esquecido a primitiva evangelização calvinista e mantiveram sempre até o presente o seu proselitismo, embora sem resultados apreciáveis. Foi o próprio Dr. Kalley que, nesta freguesia, na quinta do Serrado das Ameixieiras, com a sua rara e avassaladora eloquência, levou um avultado numero de indivíduos a seguirem as ideas calvinistas.

Já acima nos referimos á surpreendente paisagem desta freguesia e aos arrebatadores panoramas que nela se desfrutam, sobretudo nos sítios dos Lamaceiros, Portela e Macelas. Diz o já citado padre Fernando de Pontes: «Na Portela, fica a freguesia do Porto da Cruz aos pés do espectador. Nos Lamaceiros não ha sómente a vista do Porto da Cruz e Penha de Águia, senão também parte do Faial e Santa Anna, envolta nas louçanias de uma vegetação opulenta. Nas Macelas, ha os visos dos montes cobertos de verde ao norte, immenso estendal de verdura e um sem numero de casaes debaixo dos olhos; no centro uma ribeira a collear e a fugir como listas de prata; lá em baixo o alvejar de muitas casas junto a um templo; mais lá, a onda que se debate na rocha; além, a majestade sombria das rochas de São Lourenço a mirar-se nas águas adormecidas, e a vastidão do oceano ao cabo...».

Não pode ficar sem referencia especial que nos dizem os Annais do Porto Santo com respeito ao estabelecimento duma povoação na freguesia do Santo da Serra, constituída por habitantes daquela ilha. O interessante factó vem narrado no antigo Heraldó da Madeira, nos seguintes termos: «D. Maria I, compadecendo-se das successivas crises porque passava o Porto Santo, onde a fome batia ás portas dos menos abastados não obstante as medidas que tomara o marquez de Pombal, houve a resolução de fazer transportar para Santo Antonio da Serra, alguns desses indigentes a quem proveu de todo o necessário, gastando muito da sua generosidade e aos cofres públicos 50 mil cruzados na construção de alguns casaes que foram gratuitamente distribuídos.

Santo António da Serra passou a chamar-se a Aldeia da Rainha, por alvará de 18 de Dezembro de 1768, perdendo Machico os terrenos da ermida para o norte que foram anexados á nova povoação.

Os elementos, porem, com que foi constituída, não eram de molde a cimentar-se em tão auspiciosos alicerces. Sem aptidões para a agricultura e com negação ao trabalho, os emigrados do Porto Santo, acossados pelo frio do inverno e profunda nostalgia, foram revertendo ao antigo lar, até que de todo abandonaram a Aldeia no ano de 1783.

A má administração e a falta de zelo pelos bens do Estado foram sempre uma das causas que tem contribuído para o nosso desnivelamento. Disputas e contendas a propósito de tudo, em que se gastam rios de dinheiro.

Os municípios de Machico e Santa Cruz queriam ambos a interferencia na aldeia, litigaram muito e venceu o primeiro quando esta já quasi não existia.»

Principais sítios desta freguesia: Ermida, Margaça, Madeira da Igreja, Fajã dos Rolos, Ribeira de Machico, Lombo das Faias, Fajã das Vacas, Lombo das Raizes, Casais Proximos, Achada do Barro, Poiso, Madre de Água, Serrado das Ameixieiras, Ribeira de João Gonçalves, Terra de Braga, João Ferino e Curral Velho.

Tem 2.130 habitantes (1921).

Ver Crateras e Geologia.

Santo Espírito (*Capela do*). Esta capela situada na Lombada dos Esmeraldos (V. este nome), da freguesia da Ponta do Sol, foi sede dum dos dois morgadios ali instituídos pelo flamengo João Esmeraldo (V. este nome), sendo o outro conhecido pelo nome de morgadio do Vale da Bica. A capela do Santo Espírito, a que hoje chamam de Nossa Senhora da Conceição, foi construída no princípio do século XVI pelo referido João Esmeraldo, tendo sido benzida, ou melhor, sagrada em 1508 pelo bispo D. João Lobo, que antes da criação da diocese viera a esta ilha exercer as funções episcopais, por mandado do grão-mestre da Ordem de Cristo, a que o arquipélago pertencia no espiritual. Ainda hoje se lê numa das paredes internas do templo a seguinte inscrição: Esta igreja foi consagrada por D. João Lobo, Bispo de Taíere aos 27 de Agosto de 1508. Não resta duvida de que a igreja actual não é a da construção primitiva. Foi reedificada por meados do século XVII e em proporções mais amplas do que o primeiro traçado. Sofreu há poucos anos novas reparações e foi benzida em 1904, como consta dos seguintes dizeres que ali se encontram: «Esta capela, tendo sido reparada, foi benzida novamente em 10 de Junho de 1904, com as solenidades do estilo, pelo prelado diocesano S. Exa. Rev.ma D. Manuel Agostinho Barreto»,. É a mais vasta, mais elegante e mais rica capela de toda a diocese. São dignos de admiração os azulejos que cobrem o rodapé das paredes do corpo e capela-mor da igreja, representando em figuras simbólicas os dons e frutos do Espírito Santo. Nesta capela, que tem cinco altares, encontram-se algumas imagens artística e magistralmente esculpturadas, que logo prendem a atenção dos visitantes. Nas proximidades desta igreja se levanta ainda, embora muito danificada, a vasta e aparatosa casa dos administradores deste morgadio, de que o 2.º conde de Carvalhal foi o ultimo possuidor.

Na revista madeirense *A Esperança*, de 1 e 15 de Outubro de 1920, se encontra uma interessante descrição desta capela, considerada debaixo do ponto de vista artístico, que merece ser lida, apesar do que porventura possa haver de hiperbólico nessa mesma descrição.

Vid. o opúsculo *A Lombada dos Esmeraldos* pelo padre Fernando A. Silva.

Santo Servo de Deus. *V. Guarda (Fr. Pedro da).*

Santos (*Duarte Joaquim dos*). Este distinto músico e compositor nasceu em Elvas, mas residiu alguns anos no Funchal e aqui faleceu, com 54 anos, a 24 de Maio de 1855. (V. o *Heraldo da Madeira*, de 14 de Julho de 1910).

Santos (*Joaquim José de Faria*). Nasceu no Funchal a 21 de Janeiro de 1822 e desempenhou o cargo de escriturário da secretaria da Câmara. Colaborou no *Archivista*, *Ordem*, *Baratissimo*, *Madeira e Verdade*, e faleceu nesta cidade a 12 de Abril de 1886.

Santos (*Jorge*). Vid. *Rodrigues dos Santos (José Jorge)*.

Santos (*D. Fr. Miguel dos*). Segundo nos informa Henrique Henriques de Noronha nas suas acreditadas «Memórias Seculares e Eclesiásticas. (Vid. 1-389) foi bispo de S. Tomé de Meliapor o religioso Fr. Miguel dos Santos, natural desta ilha e filho de Diogo Colaço de Abreu e de D. Maria Chamorra, não indicando outras circunstâncias que permitam uma mais completa identificação deste prelado.

Santos (*Octavio*). Nasceu no Funchal a 17 de Janeiro de 1900, usando nos seus escritos o pseudónimo de Octavio Marialva. Além da sua colaboração em vários jornais e revistas, tem publicado muitos opúsculos em prosa e verso, dos quais podemos mencionar «Século 100», «O Reino dos Génios», «Sinfonia do Eu», «Autoverdade», «A Cortesã do Palácio Pitti», «Policia Mental», «O Verdadeiro Colombo», «O Segredo dos Fakires», «O Testamento de um Doido», «Auto-Expressão», «Divino Paraíso», «Victoria de Samotracia», «Iokannan», «Cavalgada Heróica», etc..

Santos (*Vitorino José dos*). Nasceu no Funchal a 29 de Dezembro de 1863, sendo filho de Augusto César dos Santos e de D. Isabel de Ornelas Santos, e é engenheiro civil, tendo feito os respectivos estudos nas antigas escolas Politécnica e do Exército, em Lisboa.

Foi director das obras publicas, municipais de Luanda e engenheiro-chefe de secção das obras publicas da província de Angola, e depois de regressar ao Funchal foi aqui administrador do concelho e comissário de policia. É director e professor da Escola Industrial Antonio Augusto de Aguiar e chefe da 6^a. Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria, no Funchal, tendo escrito no exercício deste ultimo cargo vários relatórios que foram publicados no *Boletim de Trabalho Industrial*, alguns dos quais, como os que dizem respeito a instituições de beneficência e associações de classe, bordados, artefactos, obras de verga e embutidos, são trabalhos completos e bastante valiosos. Publicou também um livro de versos, intitulado *Lágrimas*, de que se fizeram duas edições, a primeira no Funchal, em 1916, a segunda em Coimbra, em 1918 (1921). Faleceu a 1 de Outubro de 1928.

Santos Cosme e Damião (*Capela dos*) Com esta invocação existiu, mas há muito que desapareceu, uma capela no sítio do Salão, da freguesia da Calheta, que foi fundada em 1681 pelo cirurgião Antonio de França Gomes.

Santos Reis (*Capela dos*) Ficava nas proximidades do antigo hospital da Misericórdia, quando este se achava instalado num prédio da rua conhecida pelo nome de Hospital Velho e mais tarde de Santo Antonio. Foi doada em 1514 pelo rei D. Manuel ao hospital desta cidade.

Com a mesma denominação existe na Quinta dos Reis, da freguesia do Monte, uma capela mandada construir por Duarte Mendes de Vasconcelos, no ano de 1554.

Vid. Reis Magos (Capelas dos).

São Bartolomeu (*Igreja de*). A antiga igreja de S. Bartolomeu foi construída na rua Direita da antiga povoação do Funchal, rua que então se estendia pela margem esquerda da ribeira de Santa Luzia até as proximidades da actual ponte do Torreão. Teve por fundador a Gonçalo Eanes de Velosa e existia anexa a ela um hospital ou albergaria destinado a recolher clérigos pobres e inválidos. Nela instituiu um vinculo com obrigação de ali se celebrar uma missa em todas as sextas-feiras do ano, por alma do infante D. Fernando. Foi sepultado na referida igreja, tendo na lápide da sua sepultura gravado o seguinte epitáfio, segundo lemos num antigo nobiliario: Aqui jaz Gonçalo Annes de Veloza, escudeiro do infante D. Fernando que Deus tem, natural de Celorico, edificador desta igreja de São Bartholomeu e hospital, o qual se finou na era de 1497, em 1 de agosto. o anotador da Historia Insulana diz que esta

albergaria nunca foi habitada por clérigos pobres, segundo as disposições de seu instituidor, e que muitas vezes serviu de alojamento aos missionários que, de passagem para a Índia, se demoravam no Funchal.

Foi neste hospício que em 1566 se instalaram os jesuítas, e ali permaneceram até a construção da igreja e colégio de São João Evangelista.

A igreja de São Bartolomeu, há muito profanada, foi demolida no segundo quartel do século passado.

São Bartolomeu (*Ribeira e Porto de*). A ribeira que tem este nome nasce no planalto do Paul da Serra e serve de linha divisória das freguesias da Calheta e Estreito da Calheta indo lançar-se no Oceano. Na sua foz, há um insignificante porto, conhecido pelo nome de Porto da Ribeira, pouco distanciado da Ponta da Galé.

São Bernardino (*Capela de*) V. *Convento de São Bernardino*

São Caetano (*Capela de*). António de Carvalho Esmeraldo Alencastre, fidalgo da Casa Real, e sua mulher D. Josefa Jacinta Betencourt Correia Henriques, mandaram construir em 1780, no sítio das Terças da freguesia da Ponta do Sol, uma capela consagrada a São Caetano, na quinta que ali possuíam e que tinha o mesmo nome da capela.

São Cândido (*Capela de*). No sítio que chamavam Fonte da Rocha da freguesia de Câmara de Lobos, construiu o cônego Francisco Cândido Correia Henriques, no ano de 1732, uma capela consagrada ao mártir São Cândido, a que fez a conveniente dotação a 16 de Maio do sobredito ano. Encontra-se em ruínas (1921).

São Cristóvão (*Capelas*). A capela, que fica na freguesia de Machico, no sítio que dela tomou o nome, foi edificada em virtude de disposição testamentaria de Cristóvão Moniz de Meneses, feita em 1690, determinando a sua construção. No pórtico tem gravada a data de 1692.

Na freguesia da Ponta Delgada, em terreno que hoje pertence á paróquia da Boaventura, se levantava a capela de São Cristóvão, de construção antiga, pois consta do arquivo paroquial da primeira daquelas freguesias que já em 1578 se encontrava em mau estado

de conservação, sendo então D. Maria de Leme administradora dela. Sofreu varias reparações e foi demolida no ano de 1748. Deu o nome ao sítio em que fora edificada.

São Fernando (*Capela de*). No sítio que ainda hoje conserva este nome, na freguesia de Santa Cruz, existiu a capela de S. Fernando, cujo instituído e ano da edificação desconhecemos.

São Filipe (*Capela de*). O flamengo António de Leme teve terras de sesmaria na freguesia de Santo António, no sítio ainda hoje conhecido pelo nome de Quinta do Leme, e ali edificou uma casa e capela, a que o anotador das Saudades fixa o ano de 1536. Por documentos que tivemos ocasião de examinar, vemos que esta capela de São Filipe foi reconstruída em 1654 por Inacio da Câmara Leme, sucessor do fundador na administração deste vinculo. O terramoto de 1748 deixou-a em grande ruína tendo sido novamente reconstruída pelo seu administrador Francisco Aurelio da Câmara Leme no ano de 1752.

No sítio que ainda hoje conserva o nome de São Filipe, na freguesia de Santa Maria Maior, encontra-se, profanada e em adiantado estado de ruína, uma capela desta invocação, edificada no ano de 1562 por Filipe Gentil de Limoges, e que era a cabeça do morgadio por ele instituído naquele ano.

Já em outro lugar dissemos que, nesta capela, ainda não ha muito se lia numa lage tumular a inscrição: = Sepultura dos inocentes que tiranamente mataram na Achada desta cidade. = 1621. Ignoramos os nomes dos indivíduos a que se refere esta inscrição e os motivos que determinaram aquelas mortes, mas é de supor que se trate de pessoas da família Limoges, a que a referida capela pertencia (1921).

Elementos colhidos posteriormente a esta data, permitem informar com segurança que a data inscrita na referida sepultura é de 1666 e que o epitáfio diz respeito ao enterramento que ali se fez das ossadas de muitas crianças mortas pela «ama dos expostos» dessa época, a qual recebendo os «enjeitados» os matava e enterrava proximo da sua morada no conhecido sítio da Achada da freguesia de São Roque. Esta capela, que se encontrava em adiantado estado de ruína, foi restaurada pela sua proprietária, a condessa de Torre Bela, e benzida pelo prelado diocesano a 13 de Abril de 1925.

São Filipe (*Forte de*). Este forte, construído, segundo parece, durante o domínio filipino, tinha entrada pelo largo do Pelourinho e ficava entre as ribeiras de Santa Luzia e de João Gomes. Foi cedido à Câmara em virtude duma representação que esta dirigiu ao

Governo em 27 de Fevereiro de 1896, mas que só foi atendida muitos tempos depois. O grande edificio onde está a fábrica de espremer cana doce do Largo do Pelourinho, assenta em parte sobre terreno do antigo forte de São Filipe (1921).

São Francisco (*Capelas de*). Arruinada e desde há muito separada do serviço do culto, existe ainda na freguesia da Calheta a capela de S. Francisco, que era a pequena igreja do convento de religiosos franciscanos, que ali houve. Pertence a Pedro César de Brito (1921).

Na freguesia de S. Pedro e caminho de Santo António, existiu a capela de S. Francisco, mais conhecida pelo nome de S. Francisco das Furnas. Foi fundada pelo cônego Pedro Correia Barbosa no ano de 1697. Pertenceu ao morgado Jérvys de Atouguia. Na casa que lhe ficava anexa, nasceu o visconde de Atouguia (V. este nome) a 7 de Julho de 1797. O conego Pedro Correia Barbosa é o mesmo a que nos referimos a página 126 do volume I deste Elucidário.

Ambrosio Vieira de Andrade erigiu na freguesia de Santa Luzia uma capela dedicada a S. Francisco, no ano de 1675.

São Francisco (*Rua de*). Estende-se desde a rua da Carreira, ou do Dr. Vieira, até a avenida do Dr. Manuel de Arriaga, e recebeu, em sessão da Câmara Municipal do Funchal de 6 de Julho de 1922, a denominação um tanto vaga de «rua 22 de Março de 1921», por ser nesta data que os arrojados aviadores portugueses Gago Coutinho e Sacadura Cabral fizeram a sua viagem aérea entre Lisboa e Madeira.

Bom seria que se restabelecesse o antigo nome da rua, visto o público não estar resolvido a reconhecer outro, e a Câmara ter prestado já homenagem aos dois referidos aviadores dando os seus nomes gloriosos a duas ruas desta cidade (1921).

Sao Francisco de Borja (*Capela de*). Era de S. Francisco de Borja e não de S. Francisco Xavier, como se lê nas Saudades, a capela que no sítio da Cruz da Guarda, da freguesia do Porto da Cruz, fez erigir D. Francisco de Vasconcelos no ano de 1760, junto das casas que ali possuía. A respectiva escritura é de 2 de Maio daquele ano.

São Francisco Xavier (*Capelas de*). No sítio do Salão da freguesia da Calheta, onde chamam o Cadeado, encontra-se uma pequena capela com esta denominação, que está ainda consagrada ao serviço do culto. Foi fundada por Manuel da Silva Pinheiro

em 1693, sendo a respectiva escritura de dotação de 7 de Agosto do mesmo ano. Pertence aos herdeiros de D. Vicencia Julia de França Doria (1921).

Tendo o mesmo orago, erigiu João Vieira de Afonseca uma capela na freguesia de Santa Cruz, no ano de 1684.

Da mesma invocação, houve uma ermida na freguesia do Porto da Cruz, no sítio da Cruz da Guarda, cujo instituidor se ignora, tendo sido dos seus últimos possuidores João Francisco Moniz de Meneses Cabral e sua mulher D. Maria Isidora Alvares de Carvalho, que a legaram a seu sobrinho o padre Francisco Xavier de Sousa e Castro.

São Gil (*Capela de*). Antão Alvares de Carvalho fundou em terras vinculadas que possuía na freguesia de Santa Cruz, uma capela consagrada a São Gil, no sítio que tem este nome.

São Gonçalo (*Freguesia de*). No extremo oriental do Funchal, fica situada a freguesia de São Gonçalo, que é uma das cinco freguesias suburbanas deste concelho. Confina a oeste com a freguesia de Santa Maria Maior e a leste com a do Caniço. Apertada entre estas duas paróquias, estende-se desde a orla do oceano até aos cumes dos montes que limitam uma parte do Funchal. Os terrenos que constituem esta freguesia pertenceram primitivamente á paróquia de Santa Maria Maior, e quando esta passou a ter a sua sede na igreja que depois serviu de Catedral, nela ficaram também incorporados os mesmos terrenos, voltando novamente a fazerem parte da freguesia de Santa Maria Maior ao ser o Funchal dividido em duas paróquias, pelos anos de 1558.

Da capela de Nossa Senhora das Neves, onde foi instalada a sede da paróquia, já demos breve noticia a página 462 do volume II. Teve ela seu capelão privativo, que desempenhava algumas funções paroquiais, sendo depois elevada à categoria de curato por alvará régio de 7 de Março de 1566, tendo o cura o vencimento anual de 12:000 réis em dinheiro e um moio de trigo. O Índice Geral do Registo da antiga Provedoria, que tantas vezes temos citado, faz menção dos seguintes diplomas: carta regia de 16 de Setembro de 1574, arbitrando ao cura 20:000 réis anuais, por ter o curato mais de 100 fogos; alvará régio de 9 de Junho de 1581, fixando em 25:000 réis esse ordenado; alvará de 3 de Fevereiro de 1589, acrescentando ao mesmo vencimento trinta alqueires de trigo e um quarto de vinho; e alvará de 14 de Dezembro de 1592, fixando a respectiva cõgrua em 16:000 réis em dinheiro, um moio de trigo e uma pipa de vinho. Em nenhum destes diplomas se fala de paróquia ou vigairaria, mas sim de beneficiado curado, embora com atribuições de pároco. Dizem as Saudades da Terra que a paróquia foi criada pelo alvará régio de 12 de Março de 1574, sendo certo que o alvará acima citado, de 16 de Setembro de 1574, que é posterior aquele, ainda expressamente se refere a um beneficiado

curado. Pelo exame e confronto que temos feito de muitos diplomas respeitantes à criação de diversos cargos eclesiásticos, podemos afirmar que os alvarás citados no Índice Geral da Provedoria oferecem maior segurança nas suas datas que os citados pelo ilustre anotador de Gaspar Frutuoso. O que nos parece mais provável é que o beneficiado curado criado pelo alvará de 7 de Março de 1566 corresponda à criação da paróquia e que naquela época se confundissem as atribuições inerentes a certos cargos.

A capela de Nossa Senhora das Neves, primitiva sede da paróquia, data do século XVI, como já referimos, e é das mais antigas desta diocese. Sofreu varias modificações no decorrer dos tempos, mas já nos princípios do século XVII era de acanhadas dimensões para a população da freguesia. Apesar de varias diligências empregadas, foi somente nos fins do século XVII que um mandado do Conselho da Fazenda, de 15 de Outubro de 1697, ordenou que se edificasse um novo templo, tendo-se começado a sua construção nos princípios do século XVIII.

Havia nesta paróquia as capelas de Nossa Senhora da Incarnação e de Nossa Senhora da Piedade, e ainda existem as de Nossa Senhora das Neves e de Nossa Senhora da Boa Nova. Delas tratamos em outro lugar.

O primitivo povoamento desta paróquia e as primeiras explorações agrícolas feitas na sua área devem ser contemporâneas, bem como as das outras freguesias deste concelho, da colonização e do arroteamento dos terrenos que João Gonçalves Zargo logo iniciou no Funchal após a descoberta e o incêndio que lavrou nos densos arvoredos que cobriam certamente toda a extensão do vale. Dum primitivo povoador, que foi o mais distinto companheiro de Zargo na faina do descobrimento, sabemos que possuiu extensos terrenos de sesmaria nesta freguesia, que se estendiam desde a margem direita da ribeira a que deu o nome até entestarem com a ribeira de João Gomes, tendo ao norte como limites as cumeadas da serra. É Gonçalo Aires, de que já nos ocupámos com algum desenvolvimento a página 21 do II volume desta obra.

Dentro dos limites desta freguesia ficam a magnífica quinta do Palheiro (volume III. página 43) e o lazareto de Gonçalo Aires, na foz da ribeira do mesmo nome (volume II, página 223 e s.).

Os principais sítios são: Forca, Louros, Murteiras, São João de Latrão, Salões, Fonte, Boa Nova, Lombo da Quinta, Ribeira da Quinta, Palheiro do Ferreiro, Algarvio, Bica de Pau, Igreja, Ribeiro Seco, Neves e Cancela.

Conta 2987 moradores (1921).

São João Baptista (*Capelas de*). Mais vulgarmente conhecida pelo nome de São João da Ribeira é a capela que fica situada na margem direita da ribeira mais ocidental do Funchal, que no decorrer dos tempos tem sido chamada ribeira de Santa Catarina, de

São Paulo, de São Lazaro, de Santo António e de São João, sendo esta ultima a denominação que actualmente conserva. Alguns atribuem a fundação desta capela a João Gonçalves Zarco, sendo sem duvida das mais antigas da diocese e uma das poucas do século XV que ainda existem, embora nada se conserve ali da construção primitiva. Os religiosos franciscanos, que acompanharam o descobridor a esta ilha, construíram junto à capela um pequeno cenobio e ali se conservaram até a construção do convento de São Francisco, levantado na então vila do Funchal. Diz Frutuoso que sendo «o logar ermo e nelle um frade... se enforcou, estes religiosos ordenaram uma casa em baixo...».

Desta noticia difere o que diz o anotador da Historia Insulana, afirmando que os franciscanos «viviam como ermitas... e onze anos depois da descoberta, augmentando-se o numero delles... reuniram-se em congregação no hospício e ermida de S. João, que começaram a edificar em 1432 com algumas esmolas e trabalhos das suas mãos, sem que o Zargo fundasse a ermida...; em 1459 deixaram os religiosos o hospício de São João e seguiram viagem para Portugal...; passados quinze anos chegou à ilha Fr. Rodrigo da Arruda..., o qual instaurou a comunidade no mesmo hospício de São João... Por 1476 instalaram-se os frades em S. Francisco». Estas informações do deão Gonçalves de Andrade, que nos parecem as mais exactas, foram colhidas nas crónicas franciscanas e são por ele dadas como refutação das afirmações do padre Antonio Cordeiro.

Uma impetuosa enchente da ribeira destruiu a capela e parte do hospício adjunto no princípio do século XVIII, tendo a fazenda nacional procedido á sua reconstrução no ano de 1720. A aluvião de 1803 também lhes causou estragos consideráveis.

Em 1762, fundou nesta capela o bispo diocesano D. Gaspar Afonso da Costa Brandão uma confraria de São João Baptista, destinada a manter ali as funções religiosas, mas que julgamos não ter tido uma larga duração. Por meados do século passado, Antonio Ferreira Nogueira e Manuel Fernandes Jardim realizaram ali, á sua custa, importantes obras de reparação, restituindo a capela ao exercício do culto. Noutros tempos era ela o centro duma concorrida romagem, acudindo ali romeiros de toda a ilha. Na actualidade, fazem-se as novenas e festividade do orago com notável brilho e grande afluência de pessoas da cidade e seus arredores. Descrevendo o lugar, a capela, o arraial e as festas do Espírito Santo que noutro tempo ali se realizam, publicaram os Serões um interessante e desenvolvido artigo da autoria do escritor madeirense João dos Reis Gomes.

No sítio do Lombo de São João da freguesia da Ponta do Sol, existe uma capela da mesma invocação, cuja data de construção ignoramos. Pertenceu ao visconde de São João.

No ano de 1700, no sítio do Serrado da Adega da freguesia de Câmara de Lobos, fundaram António Correia Henriques e sua mulher D. Maria da Câmara a capela de São João Baptista, a que deram a respectiva dotação por escritura pública de 17 de Junho daquele ano.

Na ribeira da Calheta, existe em ruínas a capela de São João Baptista, edificada na quinta de São João, sede do vínculo instituído pelo capitão Manuel de Figueiroa, que foi o fundador desta capela no ano de 1651. Encontrando-se muito arruinada, procedeu à sua reconstrução em 1770, D. Guiomar Quiteria Betencourt de Atouguia, viúva de João Albuquerque e Freitas, sendo concedida licença para a sua bênção a 19 de Agosto do mesmo ano.

Existiu na freguesia do Campanário uma capela dedicada a São João Baptista, instituída em 1728 pelo padre João Betencourt da Câmara. Em 1813, era administrada pelo morgado Luís Sauvayre.

Com a mesma invocação, houve uma capela na freguesia de Santana, que foi erigida em 1660 pelo cônego Domingos Gonçalves de Alvarenga.

Parece que havia outra capela de São João na freguesia da Calheta, situada no Lombo do Atouguia, que ainda existe, mas que é hoje conhecida pelo nome de S. Pedro de Alcantara. É possível que primitivamente tivesse duas invocações, o que não seria caso único nesta ilha.

Vid. Lombo do Atouguia.

São João de Deus (*Capela de*). No artigo «Manicómios» dá-se noticia desta capela pertencente á Casa de Saúde do Trapiche, em Santo Antonio.

São João Evangelista (*Colégio e Igreja de*). No artigo Jesuitas, demos já sucinta noticia do estabelecimento da Companhia de Jesus e da sua permanência nesta ilha, até que dela foi expulsa por mandado do marquês de Pombal, isto é, desde 1570 a 1760, o que corresponde a um período de 190 anos (volume II, página 186)

Estiveram os jesuítas algum tempo numas casas contíguas á capela de São Sebastião, na rua que tinha este nome e que hoje é chamada Praça do Comércio (volume II, página 359), e ali exerciam as funções do culto e regiam as suas cadeiras de humanidades e teologia, passando depois para a igreja e albergaria de São Bartolomeu volume I, página 70), que ficavam situadas na rua Direita, que então se prolongava pela margem esquerda da ribeira de Santa Luzia até as alturas da actual ponte do Torreão.

Adquiriram estes religiosos o terreiro onde hoje (1921) se encontram a igreja do Colégio e o quartel de infantaria n.º 27, e ali se instalaram em modestos alojamentos tendo adjunto um templo de acanhadas dimensões. Conjecturamos que esta instalação se tivesse dado nos últimos anos do século XVI. A construção do grande colégio e do magnífico templo se deve ter começado por fins do primeiro quartel do século XVII, segundo parece deduzir-se dum manuscrito de meados do século XVIII, o que aliás se harmoniza com as seguintes palavras do erudito anotador do Dr. Gaspar Frutuoso: «Debalde temos buscado no edificio e igreja do colégio dos Jesuítas do Funchal inscripção commemorativa de quando construidos: tão somente achámos sobre a porta exterior do pateo das aulas, pertença do mesmo collegio... a era de 1619... A abobada da capella-mor tem visos de risco architectonico ainda manuelino. O cruzeiro, corpo do templo e a obra da entalhadura das capellas são no gosto bastardo da renascença. A edificação fez-se ao que parece, morosamente e só haveria sido dada por terminada pelos meados do século XVII á parte quaisquer detalhes de ornamentação, que ainda mais tarde se teriam definitamente concluído, como sejam a colocação das catatuas na frontaria da igreja, a decoração de algumas capelas, etc..

Os Jesuítas estiveram de posse desta igreja e colégio até o dia 16 de Julho de 1760, em que, sob prisão, saíram da Madeira, ás ordens do marquês de Pombal.

Por alguns anos permaneceram fechadas todas as dependências do colégio e do templo, até que, por carta regia de 10 de Agosto de 1787, fez D. Maria I cedência desses edificios ao bispo D. José da Costa Tôrres, para ali ser instalado o Seminário Diocesano, realizando-se a abertura solene deste estabelecimento de instrução no dia 31 de Março de 1788.

Não permaneceu ali largo tempo o Seminário porque a ocupação da Madeira por tropas inglesas no ano de 1801, obrigou a transferência daquela casa de educação para o antigo edificio da rua do Mosteiro Novo, sendo o Colégio dos Jesuítas transformado em quartel e ocupado por uma parte da guarnição militar inglesa. Com a saída das tropas britanicas, foi evacuado o Colégio, que em 1803, por ocasião da terrível aluvião, serviu de alojamento a inúmeras pessoas que tinham ficado sem abrigo.

O Colégio tinha também sido ocupado por algumas forças militares nacionais, havendo-se o governador e capitão-general D. José Manuel da Câmara recusado a fazer retirar essas forças, como o exigia o bispo D. Luís Rodrigues de Vilares, afim de ser ali reinstalado o Seminário Diocesano. Esta recusa e ainda outras circunstancias que se deram, abriram um grave conflito no ano de 1803, entre o governador e o prelado, como já fica sumariamente referido a página 216 deste volume. Embora o bispo diocesano saísse triunfante desse conflito e lhe fosse reconhecido o direito á posse do Colégio e suas dependências, é, porém, certo que o Seminário não voltou a funcionar ali, continuando o mesmo Colégio a servir ao aquartelamento de tropas e á instalação de varias repartições publicas.

De 1808 a 1814, por ocasião da segunda occupação desta ilha por tropas inglesas, voltou o Colégio a servir de alojamento ás mesmas tropas, e durante algum tempo teve ali o major-general Beresford a sede do seu governo nesta ilha. Desde essa época até ao presente, tem o antigo Colégio dos Jesuítas servido sempre de aquartelamento de tropas da guarnição desta cidade.

A igreja de São João Evangelista, depois dos religiosos da Companhia de Jesus terem saído desta ilha no ano de 1760, foi vedada ao serviço do público e durante muitos anos, não se celebraram nela os officios do culto. É possível que durante a permanência do Seminário no edificio contíguo ao templo, tivesse este sido restituído às funções religiosas. Vimos referido algures que as tropas britânicas assistiram ali a actos do culto protestante, ficando por este facto interdita a igreja. Não o podemos afirmar com inteira certeza.

Quando em 1847 o conselheiro José Silvestre Ribeiro assumiu o governo deste distrito, encontrava-se a igreja do Colégio em adiantado estado de ruína e há muito que ali se não desempenhavam as funções do culto católico. Foi exclusivamente devido aos seus aturados esforços que este templo passou por importantes reparações e se restituiu ao serviço religioso, o qual sempre se tem mantido até o presente.

Num manuscrito existente na Biblioteca Publica do Porto, que vem citado na Historia da Igreja em Portugal, por Fortunato de Almeida, encontram-se algumas interessantes noticias acerca da fundação de diversos colégios e igrejas estabelecidos pelos Jesuítas, tendo-se encarregado um nosso ilustre amigo, residente na cidade do Porto, de fazer alguns extractos desse manuscrito, referentes ao colégio de S. João Evangelista do Funchal, que a seguir reproduzimos:

«A sua Igreja he rica e magestoza, ornada e provida de preciosos ornamentos em todas suas Capellas e Altares com m.^{tas} peggas de finissima prata. Tem de comprimento 95 palmos, e 54 de largo, o carpo consta de quatro Capellas grandes, que de fundo tem 18 palmos, e de largo 21: duas destas, que ficão debaixo do Coro, tem o mesmo fundo; só differem na largura, que tem unicamente 15 palmos. Tem seo Cruzeyro, o qual consta de comprimento 80 palmos, e de largura 38: as duas Capellas, ou nichos situados ao lado do altar mayor tem de fundo 10 palmos, e o mesmo de largura; e a Capella mór tem de fundo 32, e de largo 23.

~

«Tem todas estas Capellas seus Instituidores, ou Confrarias na forma seguinte: o nicho do lado do Evangelho junto à Capella mor he consagrado à Virgem Nossa Senhora com a invocação de N. Sra. da Luz; por esta cauza se entregou seo festejo, e ornato à Confraria dos nossos Estudantes, que ou frequentão, ou frequentarão alguns annos aquellas aulas; porque a todos os que nellas estudavão, comprehende esta nobre, e devota Irmandade; e de toda aquella Cidade he Venerada, e Vizitada esta Santissima Senhora em Sua imagem, por ser de m.^{to} especial devoção.

«O nicho que a este corresponde da parte da Epistola he também dedicado á mesma Senhora com o título do Soccorro. Forão os seus Instituidores o conego João de Saldanha, e seo Irmão o Beneficiado Joseph de Saldanha devotissimos ambos da nossa Companhia, e insignes bemfeytores daquelle Real Collegio. Nos dois lados do Cruzeyro ha também duas Capellas, que correspondem huma a outra: a do lado do Evangelho he consagrada a JESUS Crucificado, e tem della cuidado a nobre Irmandade dos Passos do mesmo Senhor, que ha naquella Cidade, a que do lado da Epistola lhe corresponde, he de N. Senhora com a invocação, que na Cidade e Ilha chamão da Segunda Condição.

«No Corpo da Igreja a primeyra Capella da parte do Evangelho he dedicada ás S.^{tas} Onze mil Virgens: foy seo Instituidor Simão Nunes Machado. A segunda consagrada ao Arcanjo S. Miguel instituiu o R.^{do} Pe Miguel Pereyra grandissimo Bemfeytor daquelle Collegio. Da parte da Epistola he a primeyra do Apostolo do Oriente S. Francisco Xavier, que instituiu, e dotou o Licenciado Bento de Mattos, a segunda he Santo Antonio de Padua, e forão seus Instituidores o Doutor Antonio Spinola medico famoso naquella Cidade, e sua mulher D. Francisca de São Payo, que tambem numera este Collegio entre seos insignes Bemfeytores. As duas Capellas que ficão debayxo do coro, diz o padre Antonio Franco, que ao tempo, que escrevia, não tinham ainda Instituidores; sendo que estavam ornadas com despezas do collegio; porem inquirindo eu de alguns Religiozos que habitarão naquelle Colégio, e celebravão missa na sua Igreja, que aquella Capella sita da parte da Epistola era dedicada a Nossa Senhora da Conceição; e seo Instituidor fora hum Antonio de Oliveyra natural deste Reyno, e da Villa de Pombal; que naquella Ilha cazara com Maria da Rocha, os quais por não terem filhos, instituirão, e doarão todos seos bens á tal Capella: e em huma das clauzulas de seo commum testamento, e doação declarava o ditto Antonio de Oliveyra, que falecendo primeyro que sua mulher, seria esta obrigada a ir no dia seguinte á sua morte

ouvir missa por sua alma na sobreditta sua Capella de N.^a Senhora da Conceyção; e que a fazer o mesmo se obrigava elle, se sua mulher primeyro falecesse: o q. fez, e declarou, para assim tirar o costume, e abuzo, que havia erradamente naquella Cidade, de não sahirem de caza, os que estavão de Lucto, por espaço de hum anno, nem ainda a ouvir missa nos dias festivos, e dias Santos de guarda. A outra Capella debayxo do Coro, que a esta corresponde, dizem-me sim q. está muy bem ornada; porque a Igreja tem rendas mui sumptuozas, mas não achey, quando isto escrevia, quem me dissesse, e declarasse se tinha algum Instituidor, ou Confraria.

«Escrevi as noticias desta Capella conforme as informações, que me deram jesuítas, que no tal Collegio assistirão; mas depois me chegou a carta do Padre Joze Lopes já referida, em que me diz o seguinte: «Numa Capella de N. Senhora da Conceição, a qual posto que ornada por Antonio de Oliveyra Baptista, não tem fundador, nem está ainda comprada, nem dotada, posto que o sobredito, e sua mulher Maria da Rocha lhe deyxarão as suas terças, que ainda se não sabe, no que montavão, por se não ter dado inventario.» Depois disto escrito, me declarou o Padre Lopes em carta de 10 de Março de 1751, que a tal Capella he consagrada a S^a. Quiteria, e tem sua Confraria da mesma Santa Virgem e Mártir.

«O Frontispício, e fachada principal desta Igreja, que he magnífica, e a melhor de toda esta Ilha, se ornou com quatro estátuas de mármore, da grandeza ordinária de hum homem, e representão a Santo Ignacio nosso fundador, e Patriarca, S. Francisco Xavier, S. Francisco de Borja, e Santo Estanslau, as quais mandou fabricar a hum perito estatuario em a Corte de Lisboa o Reverendo Padre Manoel Lobo; mas chegarão á Ilha, e se collocarão, quando já tinha principiado o seo Reytorado ao Rev.^o P.^o Joze Lopes.

«Todo o edificio do Collegio consta de cinco corredores, e toda a obra está disposta em huma magnífica quadra, na qual entra também a Igreja. O corredor da Portaria tem de comprimento noventa, e quatro palmos; o que no Collegio chamão Grande trezentos, e sincoenta; o da Livraria, e Capella interior do Collegio duzentos, e vinte, e oito; o Corredor, que se intitula o Eyrado, Cento, e sessenta, e dois; o do Lavatorio, duzentos e quarenta, e seis: em todos elles he a largura igual de desaseis palmos, e meyo e altura de vinte e meyo. Tem m.^{ta} gente desta Ilha em diversos tempos feito mercez, e doações grandes a este nosso Colégio, por isso he grande o numero de seos insignes Bemfeytores. Dona Helena de Vasconcellos deo dois contos para se fazer a Capella mayor, gue escolheo para seo jazigo, e sepultura, e de suas duas Primas, e Cunhadas D. Brittes da Sylva, e D. Izabel da Sylva, as quais derão ao Collegio mais de quatro contos com obrigação de alguns Legados pios: derão mais para a Sanchristia da Igreja varias pessas de ouro e prata ficando com isto a Igreja, e com as doações dos mais bemfeytores de suas Capellas a mais bem dotada, das que vemos nesta Província; por isso se vê ornada com grande riqueza, e aceyo. O dote deste Collegio consignou seo augustissimo Fundador nos

rendimentos de Sua Real Alfândega; porem correndo os annos se mudou pelos Dizimos de três freguesias junto á Ribeira Brava, que são a porção mais principal para seo dote e subsistência».

Completando estas informações, acerca do Colégio da Companhia de Jesus, no Funchal, transcrevemos as seguintes notas, publicadas no antigo Jornal A Justiça:

«Da capella-mor foi fundadora D. Helena de Bettencourt e Vasconcellos, casada com Antonio de Andrade e Silva, e deixaram-lhe boas rendas, tanto ella como suas cunhadas D. Brittes e D. Isabel da Silva, filhas de Martim Gonsalves de Andrade e de D. Maria de Brito. Todas três foram sepultadas naquella capella, e no campo em que descansam ainda hoje se lê: Sepultura de D. Helena de Bettencourt, fundadora desta capella e de suas primas e cunhadas D. Brittes da Silva e D. Izabel da Silva, insignes benfeitoras desta Igreja e Colégio. Á capella das Onze Mil Virgens fizeram doação de bens em 1654 Simão Nunes Machado e sua mulher D. Joanna Tello. Á de São Miguel também doou bens, em 1682, o padre Miguel Pereira, que nella jaz, como se pode ver da inscripção da sua campa. Doaram bens á de Santo Antonio o doutor Antonio Spinola Teixeira e sua mulher D. Francisca, natural de Coimbra. Antonio de Oliveira, natural de Condeixa, e sua mulher Maria Rocha também doaram bens á de Nossa Senhora da Conceição».

Tendo os Jesuítas tomado posse da capela de São Sebastião e casas anexas, onde primitivamente se instalaram, a 6 do mês de Maio, dia em que a igreja celebra o martírio infligido a São João Evangelista, de que saiu miraculosamente indemne, deram os religiosos ao colégio e igreja o nome do desterrado de Palmos, como memória daquelle factó.

O architecto e pintor do edificio foi um italiano vindo de Toscana, cujo nome ignoramos, e o principal escultor chamava-se Brás Fernandes. **V. Município (Praça do).**

São João de Latrão (Capela de). Esta capela, que foi completamente demolida há cerca de vinte annos (1921) e que já muito antes estava de todo em ruínas, ficava no sítio a que ella mesma deu o nome. Foi mandada construir por Nuno Fernandes Cardoso e sua mulher Leonor Dias, que, por testamento feito em 1511, instituíram o morgadio de São João de Latrão, que tomou o nome da capela que lhe serviu de sede. Referindo-se a esse testamento, diz o anotador das *Saudades*: «Este testamento, do qual temos copia, é modelo do género, pela probidade sã, ingenuidade de crença, e virtuosa altivez que o dictou. A razão de ser, moral e histórica, dos morgados tem naquelle venerando diploma honrosissimo padrão abonatório. O puro typo das instituições vinculares está alli. O

nosso tempo não pode aceitar-as, é evidente. Mas o historiador justo e esclarecido ajuíza por outra bitola mais subtil e elevada do que a mera confrontação do pretérito com o presente».

O último representante desta casa vinculada foi Nuno Fernandes Cardoso e Vasconcelos, avô de Luis Cardoso de Castro e Abreu, actual professor da freguesia de Gaula (1921).

São João Nepomuceno (*Capela de*). João Nepomuceno de Freitas Leal, junto da casa de sua moradia no sítio do Folhadal, da freguesia do Porto da Cruz, fez construir esta capela no ano de 1776. É de 3 de Novembro deste ano a escritura da dotação da capela, imposta numa fazenda « onde chamam a porta do frade defronte do poiso, também defronte donde mora o dito frade Manuel de Gouveia, que houve de seu pai Pantaleão de Freitas Leal», segundo na mesma escritura se lê. Foi passada licença para ser benzida, a 3 de Março de 1786. Por breve pontifício datado do mesmo ano, foi concedida a esta capela a faculdade de altar privilegiado.

Quando em 1800 foi criado o curato do Porto da Cruz, impôs-se ao cura a obrigação de residir nas imediações daquela capela e de nela celebrar os officios divinos. Esteve interdita desde 1812 a 1822, por o respectivo administrador a pretender subtrair á jurisdição paroquial.

Esteve sempre na posse e administração da família Freitas Leal, tendo D. Luzia Leal, sobrinha do instituidor, legado o pequeno templo a D. Augusta Lomelino de Freitas Leal, esposa do conselheiro dr. João Baptista de Freitas Leal, sendo os sobrinhos destes, Antonio Lomelino Bianchi e irmãos, os seus actuais possuidores (1921). Esta capela acha-se bem conservada e nela se celebram os actos do culto.

São João (*Ribeira de*). Nasce nas serras da freguesia de Santo António e desemboca no Oceano, no sítio de São Lazaro, da freguesia de São Pedro, sendo uma das três caudalosas ribeiras que atravessam a cidade do Funchal. A parte dela que corta a freguesia de Santo António tem o nome de Ribeira Grande ou de Santo António. Noutros tempos foi também chamada de São Francisco, São Paulo, Santa Catarina e São Lazaro. Em documentos antigos, encontram-se todos estes nomes.

São João e Santana (*Capela de*). Esta capela, que fica no sítio do Trapiche da freguesia de Santo António, é apenas conhecida pelo nome do lugar em que foi construída. O sargento-mor João António de Gouveia Rego, dono da quinta do Trapiche, fez ali

edificar em 1814 uma capela dedicada a São João e Santana, sendo benzida e celebrada a primeira missa a 14 de Agosto do mesmo ano. Tem anexa uma excelente casa de campo, que já durante algum tempo serviu de seminário, depois que este estabelecimento de ensino deixou de funcionar no edifício da Encarnação (1921).

Esta casa, capela e seus arredores passaram por largas modificações como poderá ver no artigo *Manicómios*.

São Jorge (*Freguesia de*). Esta paróquia foi primitivamente formada pelos terrenos que actualmente a constituem e ainda pelos que ao presente fazem parte das freguesias de Santana e do Arco de São Jorge. A de Santana logo se desmembrou, estando poucos anos na dependência da freguesia-mãe, e a do Arco de São Jorge passou a ser paróquia autónoma no ano de 1676.

Não é hoje possível determinar com inteira precisão quando começaria a colonização e povoamento desta freguesia. Um dos seus mais antigos sesmeiros foi Lopo Fernandes Pinto, «o qual, diz o Dr. Alvaro de Azevedo, veio habitar nesta ilha por meado do século XV, e falleceu no ano de 1500: teve de sesmaria boa parte da freguesia de Sant'Anna, e as terras chamadas da Ilha, donde se formaram dois morgados, o instituído por seu filho Jorge Pinto e o morgado de Carvalhal». Estas terras da Ilha ficam situadas no interior desta paróquia. O ultimo administrador do vinculo instituído por Jorge Pinto foi o morgado Falcão, açoreano, que há anos vendeu aquelas terras aos colonos que as cultivavam.

Outro antigo sesmeiro, que teve terras nesta freguesia, foi Pedro Gomes Galdo, que encontramos citado em vários nobiliários e que conjecturamos ter vindo para esta ilha nos fins do século XV. Doutros povoadores que tivessem feito assentamento nesta paróquia nos fins do século XV ou na primeira metade do século XVI, não temos conhecimento.

Parece-nos inexacta a data que o anotador das Saudades fixa para a criação desta paróquia. O ano de 1517, que como tal é indicado, somente pode referir-se à nomeação dum capelão privativo, a que fosse dada a jurisdição de desempenhar algumas funções paroquiais. A criação de São Jorge, como freguesia autónoma, deve ser coeva da do Faial, e talvez até um pouco posterior a ela, sendo certo que esta ultima paróquia foi criada em 1550, tendo um capelão próprio desde o ano de 1519. O diploma mais antigo que encontramos citado acerca da freguesia de São Jorge é o de 4 de Junho de 1552, acrescentando a cóngrua paroquial e fixando-a em um moio de trigo, uma pipa de vinho e 8\$000 réis em dinheiro, acumulando então o pároco o serviço da mesma freguesia com a capelania-curada de Santana. Temos motivos para acreditar que a data da criação da freguesia de São Jorge é pouca anterior á

daquele diploma. O alvará régio de 27 de Novembro de 1572 arbitrou ao pároco o vencimento anual de 25.000 réis, tendo então a freguesia 106 fogos, e o de 20 de Abril de 1589 acrescentou a esse ordenado mais trinta alqueires de trigo e um quarto de vinho.

Uma capela consagrada a São Jorge, que depois se converteu em igreja paroquial, deu o nome á nova freguesia. A construção desta capela parece datar do último quartel do século XV ou princípios do século XVI. No sítio do Calhau, numa das margens da ribeira, se edificou a igreja paroquial, que não podemos neste momento afirmar se teria sido erguida no mesmo local em que se encontrava a antiga ermida. Pelos anos de 1660, foi a igreja quasi inteiramente destruída por uma aluvião, sendo então resolvido que o novo templo a construir se levantasse em sítio mais seguro e abrigado e que ao mesmo tempo oferecesse maior comodidade aos povos, visto que os casais se iam alargando pelo interior da margem esquerda da ribeira.

A igreja que perto dum século depois se edificou, é o templo que actualmente serve de igreja paroquial. A sua construção deve ter começado nos fins do segundo quartel do século XVIII, sendo as obras dadas por terminadas por meados do terceiro quartel do mesmo século. Alguns mandados do Conselho da Fazenda de 1747, 1751 e 1754 autorizaram o pagamento de certas importâncias destinadas ás respectivas obras. Muito concorreu para a conclusão dos trabalhos de construção e aformoseamento do templo o vigário Marques de Mendonça, não só com o seu zelo e dedicação, mas ainda com os haveres da sua fortuna particular.

Fere logo a atenção do visitante o trabalho de talha dourada do altar-mor e o móvel da sacristia destinado á guarda dos paramentos e alfaias. Em varias obras estrangeiras, especialmente num escrito do marquês Degli Albizzi, encontramos algumas referências a esses trabalhos artísticos. Convém transcrever aqui as palavras do Dr. Alfredo Leal, há pouco (1921) insertas numa revista desta cidade: —«É com certeza um dos mais belos templos da Madeira, sobretudo na riqueza da obra de talha dourada do altar-mór, que é ao mesmo tempo capella do Santissimo. Foi na sacristia, porém, que encontrei interessante pasto para os meus olhos. O mesão e os armários em til ou vinhatico, com columnas torneadas no estylo a que os francezes chamam rocócó portugais e que se encontra em todas as obras de talha dos séculos XVII e XVIII em Portugal, são muito artisticamente executadas, sem os dourados de que tanto se abusou e abusa nas igrejas portuguezas, e é para pasmar como naquella e em algumas outras sacristias da Madeira, essas lindas obras de talha tem escapado ao bárbaro pincel dos fazedores de mármore fingido que mais imita o sabão em massa do que o mármore, como succede, tão desgraçadamente, ás esbeltas columnas da Sé do Funchal. Ao meio dos armários que encimam o mesão da sacristia, olhando para o lugar onde o padre se aparamenta para os sagrados mysterios do altar, está um Crucifixo em que o corpo de Cristo tem talvez um metro de altura. É uma das mais belas esculturas em madeira que eu tenho visto. É uma maravilha onde a anatomia e a expressão da phisiomia e dos gestos se unem, produzindo um sentimento enternecedoramente grandioso».

Outro primor artístico se encontra nesta igreja: uma pequena imagem do mártir São Sebastião; medindo quatro a cinco decímetros de altura, que é uma verdadeira maravilha de escultura. Pertenceu a uma capela que existia nesta freguesia e da qual não restam hoje vestígios.

O aumento da população deu um cura a esta freguesia, que foi criado pelo alvará régio de 11 de Fevereiro de 1746.

Além da capela citada, houve a de Nossa Senhora do Rosário, no sítio da Ilha, e existe ainda a de São Pedro, das quais daremos breve notícia em outro lugar deste volume. Esta freguesia, comparada com outras da Madeira, não tem grandes acidentações de terreno e é em extremo pitoresca, oferecendo ao visitante belos e surpreendentes panoramas e tendo, como Santana, grandes traços de semelhança com as encantadoras paisagens do Minho.

Principais sítios: São Pedro, Achada Grande, Tanque, Farrobo, Ribeira Funda, Pico, Pé do Pico, Poço e Vale, Lombo do Cunha, Açogue Velho, Covas, Furna de Pedro Jorge, Lombo do Pico, Jogo da Bola, Pomar, Achada do Pico, Lanço, Fajã Alta, São Sebastião, Calhau, Pedra Mole, Loural, Tranquada, Banda do Sol e Ilha. No sítio do ribeiro do Meio se encontra o conhecido depósito de lignite, de que já nos ocupámos (volume II, pagina 271).

Com respeito á quinta de São Jorge, propriedade do Prelado Diocesano, fica já dito o suficiente a página 13 deste volume. Tem esta freguesia 2142 habitantes (1921).

São Jorge (*Ilhéu, Ponta, Porto e Ribeira de*). O pequeno ilhéu de S. Jorge fica próximo da costa marítima da freguesia do mesmo nome e quási em frente do respectivo porto.

A saliência que na costa setentrional da Madeira mais avança pelo mar, tem o nome de Ponta de São Jorge e fica no litoral da freguesia do mesmo nome. No extremo desta ponta, onde chamam a Vigia, descobrem-se todas as sinuosidades da costa marítima desde a freguesia do Porto da Cruz até a do Porto do Moniz, merecendo ser visitado este lugar. Onde chamam a Ponta Gorda, construiu-se um cais de 1904 a 1910, que por meio duma vereda ficou ligado á estrada central que estabelece comunicação entre as freguesias de Santana e São Jorge.

A ribeira nasce nas imediações do Pico Ruivo e atravessa a freguesia de São Jorge, desaguando no porto do mesmo nome. Tem como afluentes os ribeiros do Canário, Grande e Lombo da Furna.

São José (*Capelas de*). Na freguesia da Ribeira Brava e a pequena distancia da igreja paroquial, erguia-se uma capela dedicada a S. José, que o anotador das Saudades da Terra diz ter sido fundada por Luís Gonçalves da Silva no ano de 1710. Por 1905, estava ainda de pé, embora em adiantado estado de ruína e tinha sobre o pórtico a data de 1709. A 15 de Abril de 1750, foi concedida licença para ser benzida e era então seu administrador o alferes Tomé João Pimentel. Somente foi benzida em 1750 ou tratar-se-á duma reconstrução? Não sabemos. No entretanto é certo que foi dada licença para a bênção em 15 de Abril de 1750, como tivemos ocasião de verificar á vista dum documento autêntico.

Existia na freguesia da Calheta uma capela dedicada a São José, cujo fundador e ano não podemos determinar. Sabemos, porém, que o terramoto de 1748 a deixou muito arruinada e que Francisco Agostinho de Figueiroa e Vasconcelos, seu administrador e do vinculo a ela anexo, a mandou reedificar em 1776 mudando-a para sítio mais seguro, mas nas proximidades da construção primitiva. Para nela se poderem celebrar os actos do culto, foi vistoriada pela autoridade eclesiástica a 3 de Junho de 1776.

Na mesma freguesia e com igual denominação existe hoje uma elegante capela mandada edificar em 1915, no sítio do Vale da Bica, pelo Dr. Manuel dos Passos Freitas, junto da casa de residência que ali possui (1921).

Com a invocação de São José, houve uma capela na ilha do Porto Santo, fundada em 1681 por Estevão Bettencourt Perestrelo governador da mesma ilha. A escritura da dotação desta capela é de 7 de Julho de 1681.

O padre António Gonçalves Franco fundou em 1730, na freguesia de Machico, uma capela dedicada a São José, que hoje está em ruínas.

Na freguesia de Santa Cruz existiu uma capela consagrada a São José, cujo instituidor e ano de construção nos são inteiramente desconhecidos.

Nos princípios do segundo quartel deste século, construiu-se uma capela da mesma invocação no pitoresco sítio da Achada da freguesia da Camacha.

São José (*Forte de*). O forte de São José na ilha do Porto Santo, foi mandado fazer pelo Marquês de Pombal, e em comemoração do nome do rei, ficou tendo como padroeiro aquele santo. Pertence hoje à sociedade das Águas do Porto Santo, tendo sido arrematado por 52:250\$00, em 18 de Maio de 1923 (1921).

São Lázaro (*Capela de*). Havia uma capela desta invocação na freguesia de Santa Cruz, que foi instituída por João Afonso Escudeiro no princípio do século XVI (V. Bemposta).

Tem a mesma invocação a capela do antigo, hospital de São Lazaro, hoje cadeia civil (1921).

V. Hospital de São Lázaro.

São Lourenço (*Capelas de*). Na fortaleza de São Lourenço havia uma capela dedicada ao mártir São Lourenço. É bastante antiga e já existia em 1566 ano em que os corsários franceses saquearam a cidade. Tinha capelão privativo, sendo de 15 de Novembro de 1641 o alvará mais antigo que encontramos da nomeação do mesmo capelão. Vimos algures que o conselheiro José Silvestre Ribeiro mandou a 3 de Outubro de 1846 proceder ao inventário dos objectos de prata pertencentes a esta capela que pesaram 36 libras, mandando-os depositar no Cofre Central. A 3 de Dezembro de 1856 procedeu-se a novo inventario, juntando-se-lhe novas peças, o que tudo pesou 65 libras de prata. Os paramentos da capela foram em 1856 oferecidos a igreja das Achadas da Cruz (V. Palácio de S. Lourenço).

A capela de São Lourenço que fica no sítio do mesmo nome na Freguesia da Fajã da Ovelha é bastante antiga, pois que já nos primeiros anos do século XVI era sede duma capelania, que depois se transformou em paróquia. Serviu de igreja paroquial até meados do século XVIII, em que se construiu o novo templo. Consta de antiga tradição que esta capela pertencia aos Afonsos Jardins, que foram ali dos mais antigos colonizadores e proprietários da lombada em que a mesma capela se encontra.

Na freguesia da Camacha havia uma capela dedicada a São Lourenço, que se afirma ter sido construída por Francisco Gonçalves Salgado. Era de construção bastante antiga e nela se estabeleceu a sede da nova freguesia em 1676, transformando-se em igreja paroquial, sendo ainda o seu orago o da primitiva capela.

São Lourenço (*Fortaleza de*). Foi primitivamente um simples baluarte, tendo-se iniciado, ao que parece, a sua construção nos tempos do quarto donatario João Gonçalves da Câmara e prosseguido as obras por ordem do rei, durante o governo de Simão Gonçalves da Câmara, quinto donatario, como se vê do alvará de II de Setembro de 1542. Quando se deu a invasão dos corsários franceses, em 1566, somente existia o baluarte, mas no reinado de D. Sebastião, estava já construída a fortaleza, se bem que tivesse ainda um aspecto em diverso do que apresenta actualmente.

A fortaleza de S. Lourenço ostenta no torreão de leste, as armas de Portugal e a esfera emblemática de D. Manuel, e, ao tempo em que o Dr. Azevedo escreveu as notas às Saudades da Terra, ainda se via sobre a porta da destruída capela do santo que deu o nome á fortificação a que nos referimos, a seguinte inscrição:

D. V. N. D.
16 3 S

Esta inscrição, segundo o Dr. Azevedo, parece significar: DEO VOTA NOSTRO DOMINO, 1635, isto é, VOTADA A DEUS NOSSO SENHOR, NO ANO DE 1635.

As armas de Portugal e a esfera de D. Manuel foram retiradas da fortaleza, depois da implantação da Republica, mas há cerca de quatro anos que voltaram ao seu lugar, por se haver reconhecido, embora tardiamente, não haver razão alguma para oculta-las aos olhos do público. O que não pôde ser restituído á mesma fortaleza foi uma imagem de São Lourenço que existia num nicho; por cima da porta principal, no largo da Restauração, por haver sido arrancada dali e partida por alguns marinheiros da marinha de guerra, que estiveram no Funchal em 1911 (1921).

Perto do local onde se ergue o posto meteorológico, existiu por largos anos um castanheiro que florescia e frutificava todos os anos, e que deu o nome a um dos baluartes da fortaleza.

V. fortificações e Palácio de S. Lourenço.

São Lourenço (*Ponta de*). V. *Ponta de S. Lourenço*.

São Luís (*Capelas de*). Com esta invocação, existiu uma capela no sítio da Diferença, da freguesia do Faial, que tinha sido fundada por Manuel de Carvalho Valdavesso, Juiz dos orfãos no Funchal, e sua mulher D. Luisa Maria de Vasconcelos França e Noronha, filha de Valentim de Ornelas e Vasconcelos, 7.º morgado da Penha de Águia. A escritura da dotação imposta numa propriedade da freguesia de São Martinho, é de 1 de Outubro de 1725, e, portanto a sua construção é aproximadamente desta época.

Junto do antigo Paço Episcopal, construiu o bispo D. Luis Figueiredo de Lemos (volume II, pagina 30) a capela de São Luís e ali foi sepultado em 1608. Afirma-se que a sua sepultura foi violada. Quando por 1882 a capela se adaptou á instalação de uma escola, foram as cinzas deste prelado depositadas na capela interior do Paço e anos depois trasladadas para a Sé Catedral, sendo sôbre elas colocada a lápide que se encontrava no centro da capela onde primitivamente se haviam sepultado os restos mortais do mesmo prelado. A capela, que tem um belo pórtico artisticamente lavrado em cantaria rija, está há muitos anos profanada.

São Martinho (*Freguesia de*). Nos tempos primitivos da colonização e antes da criação desta freguesia, pertenciam os terrenos que actualmente a constituem á paróquia da Sé, passando depois a fazerem parte da de São Pedro, donde se desmembraram no ano de 1579.

Como já temos feito notar, as terras circunvizinhas do primeiro núcleo de população que se formou no Funchal foram sujeitas a uma imediata exploração agrícola, tendo-se organizado diversas fazendas povoadas com suas capelas privativas, que deram princípio e origem às novas e futuras paróquias.

Assim sucedeu em São Martinho. Havia ali uma fazenda e capela deste nome, pertencentes a Afonso Anes, o Hortelão, segundo afirma o anotador das Saudades, e foi nela que se estabeleceu a sede da paróquia, criada pelo alvará régio de 3 de Março de 1579.

Ao respectivo pároco foi, pelo mesmo diploma, arbitrada a cômgrua anual de 11.000 réis em dinheiro, meio moio de trigo e um quarto de vinho, que o alvará de 16 de Julho de 1581 elevou a 16.000 réis em dinheiro, um moio de trigo e meia pipa de vinho,

sendo alguns anos depois, pelo alvará de 30 de Janeiro de 1589, acrescentado a esse vencimento mais meio moio de trigo e um quarto de vinho.

Apesar do aumento da população não foi criado um curato nesta paróquia. Há anos nomeou o prelado D. Manuel Agostinho Barreto um cura para esta freguesia, com character provisório, repartindo a cõgrua dum dos dois párocos da Sé pelos coadjutores de São Gonçalo, Sé Catedral, e São Martinho, lugares criados interinamente, mas que, para esta freguesia, têm tomado uma feição definitiva, em atenção á sua população e movimento (1921).

Nada se sabe acerca do ano da construção da capela de São Martinho nem do local em que fora edificada, conjecturando-se que ficaria situada nas proximidades da antiga igreja paroquial. Sendo de acanhadas dimensões, procedeu-se à construção duma igreja paroquial, no primeiro ou segundo quartel do século XVII, mas por 1735 se fez uma quase reedificação do mesmo templo, que é o mais antigo das duas actuais igrejas paroquiais.

O aumento sempre crescente da população tornou a igreja de exíguas proporções para o serviço e movimento da paróquia, tentando-se a construção dum novo templo que satisfizesse inteiramente ás necessidades dos fieis. O governo central concedeu uma verba de relativa importância para a nova edificação e os paroquianos contribuíram também com valiosos donativos, devido principalmente ás diligências e esforços do pároco de então, o padre Manuel Pinto Correia. O lançamento e benção da primeira pedra realizaram-se com toda a solenidade no dia 8 de Julho de 1883, prosseguindo os trabalhos lentamente, até que, por falta de recursos, se tiveram de interromper dentro de pouco tempo.

Passados aproximadamente trinta anos, recomeçaram os trabalhos de construção. A 2 de Agosto de 1907, morreu nesta freguesia o benemérito paroquiano José de Abreu, que legara a quase totalidade da sua fortuna, que para a época era avultada, à continuação das obras da mesma igreja. Essa importância não podia acudir a todas as grandes despesas que era preciso realizar, mas o pároco Teodoro João Henriques tomou ousadamente a iniciativa do prosseguimento dessas obras, contando que a generosidade dos paroquianos não deixaria por concluir os trabalhos daquela construção. E, felizmente, não se enganou. Por 1909 ou 1910 recomeçaram activamente as obras interrompidas há mais de vinte anos, e a 24 de Junho de 1918 se procedeu com todo o brilhantismo á sagração da nova igreja, que logo foi aberta ao serviço do culto, prosseguindo ainda a ornamentação dos altares e capelas e a conclusão definitiva de outros trabalhos.

Existem nesta freguesia as capelas de Nossa Senhora da Vitoria, Nossa Senhora da Ajuda, Nossa Senhora do Amparo, Nossa Senhora do Pilar, Nossa Senhora da Nazaré, Nossa Senhora das Virtudes e Santana, e houve as de Nossa Senhora da Fé e de Nossa Senhora de Jesus, que se demoliram. Dumas e doutras damos noticia em outro lugar desta obra. No artigo consagrado á capela de Santo Amaro, fizemos notar o erro do anotador das Saudades, fazendo colocar nesta paróquia a capela de Santo Amaro e o solar acastelado de Garcia Homem de Sousa, que ficam na freguesia de Santo Antonio.

São sítios principais desta freguesia: Pilar, Pico do Funcho, Lombada, Vitoria, Quebradas, Areeiro, Ajuda, Piornais, Ribeiro Seco, Casa Branca, Nazaré, Amparo, Várzea da Igreja, Caminho Novo, Praia, Poço Borrall, Pico de São Martinho e Virtudes.

Esta freguesia é em parte limitada ao sul pela chamada Praia Formosa (volume III, paginas 138) e a oeste pela ribeira dos Socorridos, que a separa da paróquia de Câmara de Lóbos. Perto da Praia Formosa se encontra o Fojo, a que já nos referimos a paginas 230 do I volume desta obra.

Nesta paróquia se encontram a Carreira de Tiro, de que já demos noticia (volume I, pagina 251), o «Reid's, Palace Hotel» e anexos, e a importante fabrica de conserva de peixe de Júdice Fialho, de que também nos ocupámos (volume II, página 161).

Da chamada Estrada Monumental, que atravessa esta freguesia numa grande extensão, e da Ponte do Ribeiro Seco, que é o começo da mesma estrada, já dissemos o indispensável no volume I desta obra, a página 416. Sôbre o assunto poderá consultar-se o opúsculo Collecção de documentos relativos á construção da Ponte do Ribeiro Secco, publicado em 1848.

Os terrenos desta paróquia são beneficiados por varias levadas, entre as quais avulta a dos Piornais, que é uma das mais importantes levadas particulares desta ilha e a que já nos referimos a página 256 do volume II.

Nasceu em São Martinho o bispo de Ceuta e Tanger D. Martinho de Aguiar (volume I, página 28).
Tem esta freguesia 6556 habitantes (1921).

São Paulo (*Capelas de*). A capela desta invocação que existe no largo de São Paulo, é das mais antigas desta ilha e cremos que a primeira edificada depois da de Santa Catarina (V. este nome). Teve primitivamente o nome de São Pedro e São Paulo mas, apesar de nela se ter estabelecido a sede da freguesia de São Pedro, foi a segunda denominação a que perdurou através dos tempos e que

actualmente se conserva. Sôbre o pórtico se vêem ainda as tradicionais chaves ou armas pontificias a atestarem o orago ou a invocação antiga da capela.

Foi seu fundador João Gonçalves Zarco, que junto dela levantou a sua segunda moradia, que se afirma haver sido a primeira casa de pedra construída no Funchal, transferindo-se então de Santa Catarina para ali. Vid. *Moradias de Zargo*.

A data de 1426 que se lê sobre a porta exterior, que dá acesso ao pequeno adro, refere-se evidentemente á primeira construção.

No decorrer dos séculos, tem o pequeno e modesto templo sofrido varias reparações, não restando certamente cousa alguma da edificação primitiva. Em 1871, se procedeu ali a uma quase completa reconstrução.

O serviço do culto era exercido na capela de São Paulo pelos religiosos franciscanos até o ano de 1566, em que foi criada a freguesia de São Pedro, cuja sede se instalou na mesma capela. Esta paróquia foi extinta no ano de 1579 e novamente restaurada em 1586, não se sabendo se a segunda instalação da freguesia se fêz nesta ou em outra qualquer capela. Em 1879, organizou ali uma confraria com a denominação do orago, que teve seus estatutos aprovados pela autoridade superior do distrito, por alvará de 13 de Março daquele ano.

Foi junto desta capela que se levantou o edificio destinado ao primeiro hospital, e que para este fim havia sido doado pelo descobridor João Gonçalves Zargo, como já fica referido a página 366 do volume II.

Existiu uma capela da invocação de São Paulo na freguesia do Porto do Moniz, de que ainda restam algumas ruínas. Foi fundada pelo padre Paulo Vieira Jardim, pároco da mesma freguesia, que ali faleceu a 15 de Fevereiro de 1776, sendo sepultado na capela de que foi o instituidor. Também se chamava de S. Paulo e Almas.

São Paulo (*Rua de*). Ficava entre o portão da Carreira e a ribeira de São João, estando compreendida hoje na rua do Dr. Vieira, outrora da Carreira.

Tem hoje o nome de largo de S. Paulo o largo em frente da capela deste nome, e o de travessa de S. Paulo, a via publica que faz comunicar o mesmo largo com a rua da Ribeira. Em outro tempo, o chamado «sítio de São Paulo», compreendendo os arredores da capela, estendia-se até a margem da Ribeira de São João.

São Pedro (*Barão de*). Ao que dissemos acerca deste nosso conterrâneo a página 261 do volume I desta obra, deve-se acrescentar que escreveu um opúsculo intitulado Do álcool e dos compostos alcoólicos em cirurgia, e que era genro do 1.º barão de São Pedro (volume III, página 27) e pai de D. Josefina de Castelo Branco Ribeiro da Cunha, que, nesta cidade, como esposa do Governador Civil José Ribeiro da Cunha, prestou relevantes serviços às classes desvalidas, conservando-se o seu retrato na sala das sessões da comissão administrativa da Misericórdia do Funchal (1921).

São Pedro (*Capela de*). No extremo ocidental da costa sul da ilha do Porto Santo se encontra uma pequena capela dedicada a São Pedro, que tinha adjunta uma pequena casa de romeiros. Celebra-se ali a festa anual do orago com grande concorrência dos habitantes daquela ilha.

Na freguesia de Santa Cruz, a oeste da Vila e á beira da estrada, se levanta a capela de São Pedro, instituída por João Escorcio Drumond. Arrasada pela aluvião de 1803, foi alguns anos depois reconstruída pelo povo.

Nas proximidades da igreja paroquial da freguesia de São Jorge encontra-se uma capela dedicada a São Pedro. Estando em ruínas, foi restaurada pelo prelado D. Manuel Agostinho Barreto, em 1901, sendo por ele próprio benzida e restituída ao culto a 7 de Agosto do mesmo ano.

Na freguesia do Porto Moniz, no lugar onde chamam Terra de São Pedro, houve uma pequena ermida com a invocação de São Pedro, de que nem restam vestígios.

No sítio dos Lamaceiros da mesma paróquia, encontra-se uma capela consagrada a São Pedro, para a qual foi transportada a imagem do Santo existente na outra capela da mesma invocação. Não é de construção recente, pois já em 1726 se encontrava em estado adiantado de ruína. Foi convenientemente consertada, alguns anos depois, por diligências de Manuel Rodrigues Amarelo. o

terramoto de 1748 causou-lhe varias danificações, sendo logo reparada. Há ainda poucos anos que nela se realizaram obras importantes. Existe nesta capela uma imagem de Nossa Senhora do Monte, que é muito venerada.

Nesta capela se conserva sempre o Santíssimo Sacramento, estando quotidianamente e durante todo o dia abertas as portas do pequeno templo para as pessoas que o quizerem visitar (1921).

São Pedro (*Forte de*). Ficava na extremidade leste da antiga Praça Académica e começou a ser demolido a 20 de Setembro de 1897, em virtude de autorização do Ministério da Guerra. A sua construção ficou concluída em 1707, segundo dizia uma inscrição que estava no portão do forte e que foi transcrita a página 629 das notas ás Saudades da Terra.

O forte de S. Pedro era conhecido também pela denominação de Forte Novo.

São Pedro (*Freguesia de*). É a mais populosa e a mais importante das quatro freguesias urbanas do Funchal. Foi dentro da sua área que começou a primitiva colonização e povoamento, porque o próprio descobridor Gonçalves Zargo fez ali o seu primeiro assentamento, no alto que depois se chamou de Santa Catarina. No dia em que as caravelas demandaram pela vez primeira a baía que teria o nome do Funchal, foram elas procurar abrigo nos ilhéus que ficavam a oeste da mesma baía, por ser hora já adiantada do dia, havendo resolvido o capitão que ali passassem os descobridores aquela noite. Quando, pela segunda vez, voltaram do Reino a esta ilha, para se iniciar definitivamente o trabalho da colonização, foi ainda ao abrigo dos mesmos ilhéus que fundearam as embarcações e a elas se recolheram por alguns dias os primeiros povoadores, quando o incêndio que lavrava intensamente nos arvoredos os obrigava a deixar a terra calcinada pelo fogo. Esses ilhéus tiveram mais tarde o nome de ilhéus da Pontinha e ficam dentro da área da freguesia de São Pedro.

«A freguesia de São Pedro, da cidade do Funchal, diz o Dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo, teve sua origem na capela de São Paulo (V. este nome), fundada por João Gonçalves Zargo, a qual era servida por frades franciscanos, e, depois, pelos curas da Sé, até que desta foi separada e constituída freguesia sobre si, pelo alvará de D. Sebastião, de 20 de Junho de 1566, tendo por limites, a leste, a ribeira de Santa Luzia, e a oeste, a dos Socorridos. Foi extinta pelo alvará de 3 de Março de 1579, do cardeal-rei D. Henrique, ficando a parte urbana novamente incorporada na da Sé, e da parte suburbana foram creadas, por este mesmo alvará, as freguesias

de S. Roque e de S. Martinho; mas, poucos anos depois, por alvará de D. Filippe I, de 14 de Agosto de 1587, foi reinstaurada com os limites que ainda agora tem.»

O tantas vezes citado Índice do Registo da antiga Provedoria dá a criação desta paróquia como feita pelo alvará régio de 20 de Julho e não de 20 de Junho de 1566, como diz o anotador das Saudades. O seu primeiro pároco foi Gaspar Teixeira, a quem o referido alvará de 20 de Julho de 1566 fixa a cõngrua anual de 15.000 réis em dinheiro, um moio de trigo e meia pipa de vinho, que pelo alvará régio de 20 de Agosto de 1572 foi elevada a 25.000 réis, um moio de trigo e uma pipa de vinho. Os alvarás régios de 8 de Maio de 1591, 17 de Maio de 1600, 19 de Agosto de 1609 e 10 de Junho de 1749 elevaram respectivamente os vencimentos anuais a 26.700 réis, dois moios de trigo e uma pipa de vinho, 29.700 réis, dois moios de trigo e uma pipa de vinho, 30.000 réis, dois moios de trigo e duas pipas de vinho, e 60.000 réis, dois moios de trigo e duas pipas de vinho.

O curato desta freguesia foi criado pelo alvará régio de 27 de Agosto de 1589, que arbitrou ao cura a cõngrua anual de 20.000 réis, a que foi acrescentada uma pipa de vinho pelo alvará de 19 de Agosto de 1609.

Teve esta paróquia uma colegiada, que foi criada pelo alvará de 26 de Maio de 1589, com dois beneficiados, além do vigário e do cura. O alvará de 23 de Março de 1590 deu mais um beneficiado a esta colegiada, e o de 24 de Julho do mesmo ano criou ainda um quarto beneficiado, tendo cada um de ordenado anual, pelo ultimo diploma, a quantia de 6.000 réis em dinheiro e um moio de trigo. Também teve esta colegiada um tesoureiro, um pregador e um organista.

A sede desta paróquia foi estabelecida na capela de São Paulo, da qual já demos noticia, e sem dúvida que, por ocasião de ser restaurada a freguesia em 1587, seria a mesma capela que serviria de igreja paroquial, apesar das suas acanhadas dimensões. Desconhecemos o ano em que se faria a mudança da sede da freguesia da capela de São Paulo para a actual igreja paroquial. Também ignoramos a época da construção do novo templo, dando a esse respeito o anotador das Saudades as seguintes informações, que são as mesmas fornecidas pelo Índice da Provedoria: «A fabrica da igreja tinha, pelo alvará de 15 de Junho de 1598, 4.000 réis, e, por diversos mandados do Conselho da Fazenda, foram nella dispendidas as seguintes verbas: em 1688, com obras do templo, 900\$000 réis; desde 1737 até 1739, com a obra da nova igreja, feita por arrematação, 6:742\$000 réis; em 1742, para a fundição dos sinos, 217\$000 réis; e em 1757, para reparios das ruínas causadas pelo terremoto de 1 de Abril de 1748, 3:029\$730 réis. Também no ano de 1742 foram pelo mesmo Conselho mandados fazer o adro ou lageado em frente do templo, e o retábulo do altar-mór, mas não consta o quanto dispendido nisto.»

O actual chefe do Estado (1921) Sr. M. Teixeira Gomes, quando há anos esteve na Madeira, descobriu com a sua grande cultura e refinado gosto artístico, revelando-os depois ao grande publico, no seu livro Cartas sem moral nenhuma, os maravilhosos quadros existentes na sacristia da igreja de S. Pedro e que até então haviam passado despercebidos para todos.

Nesta freguesia, encontram-se a igreja de Santa Clara, onde se acha o túmulo de João Gonçalves Zargo, e as capelas de São João da Ribeira, São Paulo, Santa Catarina, Nossa Senhora da Penha de França, Nossa Senhora das Angustias (V. Lambert (Quinta)), S. Lazaro, Nossa Senhora da Piedade, (V. Moradias de Zargo), Nossa Senhora da Piedade (V. Cemitério das Angústias), Nossa Senhora das Dores (V. Hospício da Princesa D. Maria Amelia); Nossa Senhora da Conceição e Almas (Vid. estes nomes). Já não existem as capelas de Nossa Senhora das Maravilhas, Nossa Senhora da Piedade (Igrejinha), São Francisco das Furnas, Nossa Senhora da Salvação, Santa Brígida, Nossa Senhora da Vida, Nossa Senhora da Boa Hora e Nossa Senhora da Conceição. As capelas de Nossa Senhora da Saúde e a de São João, na fortaleza do Pico, estão há muito profanadas. Em outro lugar nos referimos mais de espaço a todas estas capelas.

Na área desta freguesia, ficam o Hospício da Princesa D. Maria Amelia, o Asilo da Mendicidade e Orfãos, o cemitério das Angústias, o Paço Episcopal com a Câmara Eclesiástica, o Lactário, o Auxilio Maternal, o Teatro, o Jardim Municipal, o Palácio de São Pedro, a Fortaleza do Pico, o cemitério britânico, a igreja anglicana, a Estação Telegráfica Inglesa, o Orfanato D. Maria Amelia, o molhe e estrada da Pontinha, as quintas Vigia, Lambert, Bianchi, Cruzes, Favila, São João, etc., etc..

A freguesia de São Pedro estende-se, pelo lado ocidental, até o Ribeiro Seco, e, pelo lado norte, até a azinhaga dos Ausentes, no caminho de Santo Antonio, e a travessa da Figueira Canhota, no caminho da Achada. São ainda limites da freguesia de São Pedro uma parte da margem direita da ribeira de Santa Luzia situada acima do largo do Torreão, a metade ocidental da rua dos Ferreiros ou do Comercio, compreendida entre o mesmo largo e a rua dos Netos, a parte norte desta ultima rua limitada pela dos Ferreiros e a das Mercês, a rua de São Pedro, a rua das Pretas ou de Câmara Pestana, mas somente dos prédios com os n.º 70 e 47 em diante (1921), a metade ocidental da rua de São Francisco e a calçada de São Lourenço. É o ponto onde desemboca a rua de São Francisco que estabelece na rua da Carreira ou do Dr. Vieira a separação da freguesia de S. Pedro da da Sé. A população da freguesia de S. Pedro é de 7061 habitantes (1921).

São Pedro (*Lombada, Ribeira e Capela de*). Na freguesia de Santa Cruz, e não muito distanciada da respectiva vila, fica situada a Lombada de São Pedro ou de Santa Cruz, que é atravessada pela ribeira também chamada de São Pedro, mais vulgarmente conhecida pelo nome de Ribeira da Boaventura.

Nos princípios do século XVI, João Escorcio Drumond fez ali construir uma capela dedicada ao apóstolo S. Pedro, que a grande aluvião de 9 de Outubro de 1803 arrasou inteiramente, sendo pouco depois reedificada em lugar menos exposto á violência da corrente.

São Pedro de Alcântara (*Capela de*). No sítio do Lombo do Atouguia da freguesia da Calheta, fica situada esta capela, que foi fundada no ano de 1783, por João Baptista Teixeira. A escritura de dotação é de 9 de Fevereiro de 1783 e a licença para ser benzida foi concedida a 13 de Outubro do mesmo ano.

V. São João Baptista (Capelas de).

São Pedro Gonçalves Telmo (*Capela de*). Na vila da Calheta e nas proximidades da praia, existiu uma capela com esta denominação.

Vid. *Corpo Santo* (I-316).

São Roque (*Águas de*). No artigo *Machico* (Estação Sanitária de), fizemos já referência ás águas das fontes de São Roque da vila de Machico, que tem notáveis virtudes terapêuticas, como é geralmente sabido e como é afirmado por muitos e distintos médicos. Sendo hoje difícil encontrar-se o resultado da análise dessas águas, a que procedeu o ilustre químico e analista Charles Lapierre, julgamos de algum interesse reproduzi-lo neste lugar.

«Tendo sido encarregado pela ex.^{ma} Câmara Municipal de Machico de examinar sob o ponto de vista químico e bacteriologico a água fria da fonte de «S. Roque» muito afamada e usada como agente terapêutico, apresentarei o resultado das minhas experiências que constam do seguinte relatório que se acha dividido em três partes:

1.º Analise química, 2.º analise bacteriologica, 3.º conclusões gerais.

1.^a ANALISE QUIMICA – Os processos que segui são os mais usados neste género de trabalhos nos Laboratórios oficiais portugueses e estrangeiros.–A Ensaio qualitativos–

Demonstraram estes ensaios que a água continha:

Muitos cloretos, bastantes sulfatos, bastantes carbonatos, bastante cal e magnesia, muito sódio B.–Ensaio quantitativos (por litro).

1.^o - Resultados directos da analise, Resíduo a 180^o 0.5.324 gramas, Oxigénio dissolvido 6,3 c. c, Acido Carbónico combinado (dos carbonatos) 0,0320 gr., Sílica Óxido de ferro, alumina 0,0220, Cal (bao) 0,0288 gr., Magnesia (Mg.) 0,0397, Sódio 0,1.460, Acido sulfurico (503) 0,0222, Chloro total 0,2.485. Nitrato de potassio 0,0030 ou azote nitrico 0,42 mig.

Matérias orgânicas solução acida e alcalina –nulas; Amoníaco nulo, Nitritos nulos.

2.^o - Agrupamento dos elementos (por litro) Sílica, Óxido de ferro, Alumina 0,0025, Nitrato de potássio 0,0030, Sulfato de magnésio 0.0423, Carbonato de cálcio 0,0407, Carbonato de magnésio 0,0269, Cloreto de magnésio 0,0305 Cloreto de sódio, 0,3717, soma dos elementos 0,5377. Resíduo, 0,5324.

A comparação entre a soma dos elementos determinados e o resíduo obtido directamente pela evaporação verifica a exactidão da analise.

II ANALISE BACTERIOLOGICA – No próprio dia da chegada das águas em Coimbra, tratei de fazer as sementeiras precisas nos diversos meios nutritivos para procurar:

1.^o A quantidade de bactérias existindo num centímetro cúbico de água.

2.^o A existencia de bactérias do grupo do Coli-bacilo a que se está ligando hoje grande importância.

1.^a QUANTIDADE DE GERMENS – Não descrevi os processos seguidos por já o ter feito no relatório sobre as águas do Funchal que dirigi á Ex.^{ma} Câmara Municipal dessa cidade, e que foi impresso na Coimbra Medica e em jornais madeirenses.

Contudo, repito, que não se deve ligar grande importância ao valor absoluto dos algarismos achados, visto o numero de germens, aumentar muito desde que a água esteja submetida a diferenças no meio, na temperatura, etc..

Pelo processo das placas de gelatina examinadas 8 e 13 depois da sementeira, achei:

Por centímetro cúbico em 8 dias 2 700 bactérias, em 13 dias 3.060.

Fungos em 8 dias 150 em 13 dias 160.

Entra, segundo as classificações de Miguel, no Grupo da «Água Sofrível».

As espécies desenvolvidas eram todas Saprofitas vulgares não aparecendo nenhuma considerada hoje como sendo patogénica.

2.º PESQUIZAS DE ESPECIES COLIFORMES – A água submetida simultaneamente ao processo de Elsner e de Péré (vid. Relatório do Funchal) não apresentou nenhuma espécie coliforme nas numerosas placas semeadas.

Deve-se ligar maior importância a este resultado do que ao precedente baseado no número de germes.

Nos primeiros dias apareceram duas colónias suspeitas pela sua aparência microscópica; faziam fermentar os açúcares, mas não produziam indol. Passados seis dias liquefaziam a gelatina; por conseguinte não se tratava de bactérias do grupo do bacilo coli.

O facto de não aparecer em estas espécies está de harmonia com a análise química e demonstra as boas condições de captação e canalização da água da fonte de «São Roque», não existindo entre esta e os terrenos próximos comunicação que pudesse dar lugar a inquinações que alterariam a pureza de água da fonte.

III CONCLUSÃO – A água minero-medicinal da fonte de «São Roque» pertence á classe das águas hypothermais Hyposalinas, Chloretadas-Sódicas.

Pela sua composição química assemelha-se no continente com as águas de Amieira, analisadas pelo Sr. Santos e Silva, e com as águas do Bicanho, e das «Geiras» (perto de «Amieira») de Fonte Nova (perto de Torres Vedras) também minero-medicinais e que analisei.

Tanto as minhas análises como as de «Amieira» foram publicadas na «Coimbra Medica».

Por analogia com estas águas cujos efeitos terapêuticos já são conhecidos, é natural que seja a água da fonte de «São Roque» própria para os casos patológicos em que as primeiras dão resultado positivo, por exemplo no escrofulismo, afecções cutâneas, perturbações gástricas, etc..

Porém não me compete entrar em desenvolvimento a este respeito, não sendo este o papel do químico, mas sim do clínico que á vista da composição da água e dos resultados colhidos pudera formular parecer scientificamente baseado.

Posso acrescentar que a análise bacteriologica indica que, a água parece apresentar-se em boas condições de captação.
Coimbra, 4 de Julho de 1896.

Charles Lepierre

Professor de química na Escola Industrial de Coimbra e preparador no Gabinete de Microbiologia da Universidade, sócio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Oficial da Ordem de São Tiago etc..»

São Roque (Capela de). Ao entrar na pequena, mas formosa baía de Machico, depara-se à esquerda debruçada sobre o oceano, com uma capela dedicada a São Roque, no sopé da qual fica a conhecida fonte do mesmo nome. A capela existente não é a primitiva, que ficava a pequena distancia da actual, aproximadamente no largo que ali há, sobranceiro ao mar. Era de construção antiga, mas ignoramos o ano da sua fundação. Achando-se em adiantado estado de ruína, foi mandada reconstruir pela respectiva confraria em 1739, sendo então erigida no local onde actualmente se encontra. A licença concedida para a sua benção é de 6 de Junho daquele ano, mas no altar-mor lê-se a data de 1751, que talvez diga respeito á colocação do mesmo altar em substituição doutro que ali existisse. A capela é interiormente ornada com primorosos azulejos, representando os principais episódios da vida do santo, que tem sido objecto de admiração de nacionais e estrangeiros, e que na verdade merecer ser visitados. Do centro da vila ao adro da capela, conduz uma bela estrada, que na quadra estival é muito frequentada pelos veraneantes que passam em Machico a estação calmosa.

Vid. *São Roque (Águas de)*.

São Roque (*Freguesia de*). Os terrenos que ao presente formam esta freguesia suburbana do Funchal, faziam primitivamente parte da paróquia da Sé e pertenceram depois á freguesia de São Pedro, o que igualmente aconteceu com a freguesia de São

Martinho, como já ficou dito noutro lugar deste volume. As duas paróquias desmembraram-se da de São Pedro no mesmo ano e tem a mesma data o diploma que as criou.

O alvará régio do cardeal D. Henrique, de 3 de Março de 1579, cometeu ao prelado diocesano D. Jerónimo Barreto a faculdade de criar a freguesia de São Roque, arbitrando ao respectivo pároco a cóngrua anual de 14:000 réis em dinheiro, meio moio de trigo e um quarto de vinho. O alvará régio de 16 de Janeiro de 1589 elevou esse vencimento a 19:000 réis em dinheiro, meio moio de trigo e um quarto de vinho, a que o alvará de 30 do mesmo mês e ano acrescentou mais 3:000 réis em dinheiro e meio moio de trigo.

Tirou esta freguesia o seu nome da pequena capela de São Roque que ali existia e onde se estabeleceu a sede da nova paróquia. A ermida foi construída pelos moradores do sítio, em ano anterior á criação da paróquia. O Dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo, fundado no mandado do Conselho da Fazenda, de 19 de Maio de 1704, que determina seja dada de arrematação a construção da nova igreja e da sacristia pela importância de 795\$000 réis, parece concluir que a igreja actual foi edificada naquele ano. Esta construção ou antes acrescentamento deu-se na capela que existia no sítio ainda hoje conhecido pelo nome de Igreja Paroquial, que julgamos ser o local da primitiva capela de São Roque. Parece que foi pouco solida essa construção, por isso que por 1790 abateu a igreja, ficando incapaz de ser aplicada ao serviço do culto. As funções religiosas passaram a ser exercidas numa pequena capela, cuja invocação ignoramos.

A igreja actual começou a ser edificada no princípio do século XIX, mas foi morosa a sua construção, tendo sido dadas por concluídas as respectivas obras por meados do mesmo século. No entretanto, foi servindo de igreja paroquial desde os anos de 1820.

Existem nesta freguesia as capelas de Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Alegria, Nossa Senhora do Rosário e Santana, e há muito que desapareceu Nossa Senhora da Esperança, das quais damos sucinta noticia noutro lugar.

Os principais sítios desta paróquia são: Achada, Muro da Coelha, Conceição, Fundoa, Igreja Velha, Calhau, Igreja Nova, Alegria, Bugiaria, Lombo Segundo, Lombo de João Boieiro e Santana.
O numero dos seus habitantes é de 3289 (1921).

São Roque do Faial (*Freguesia de*). Fazia parte integrante da paróquia do Faial, até que dela foi desmembrada e ficou constituindo freguesia autónoma desde o ano de 1848. Entre os seus mais antigos povoadores conhecidos, contam-se Brás Pereira da Silva, que foi o tronco dos Pereira da Silva, do Faial, Jácome Nunes e alguns indivíduos de apelido Pires.

Provém-lhe o nome da capela dedicada a São Roque, que ali existe desde os meados do século XVI.

A fundação da primitiva ermida deve-se a Cristóvão Pires que a fez construir pelos anos de 1551. Residia ele na freguesia do Faial, e a 6 de Agosto daquele ano fez, perante o cabido da Sé do Funchal, na ausência do respectivo prelado, a declaração de que edificara á sua custa aquela capela e a dotara convenientemente, pedindo licença para nela se poderem celebrar os officios do culto. Tem sofrido varias reparações, e no ano de 1889 foi notavelmente ampliada, sendo então vice-vigario o padre Casimiro Augusto de Freitas e Abreu.

Esta capela, além das suas acanhadas dimensões, desproporção das suas partes, dando ao conjunto um aspecto muito desagradável, e perigosa situação topográfica, encontrava-se num adiantado estado de ruína, impondo-se absolutamente a construção dum novo templo. Arrojou-se a essa arriscada empresa, numa freguesia de população limitada e de escassos recursos, o pároco Daniel Nicolau de Sousa, que, a custa de aturados e diligentes esforços, conseguiu edificar uma nova igreja, de mais amplas proporções, e em sítio mais seguro e acessível, dotando assim a sua freguesia com um tão notável e apreciado melhoramento. O lugar escolhido fica no sítio do Chão do Cedro Gordo, e o novo templo foi benzido solenemente pelo Prelado Diocesano no mes de Dezembro de 1927.

Por carta regia de 11 de Fevereiro de 1746, foi criado um curato na freguesia do Faial, com a obrigação do respectivo cura prestar alguns serviços religiosos na capela de São Roque. Vimos algures que esse curato fora criado com a sua sede na referida ermida, o que nos parece não ter fundamento sério, apesar de partilhar desta opinião o anotador das Saudades da Terra.

A carta de lei de 24 de Julho de 1848 é que verdadeiramente estabeleceu a freguesia autónoma, sendo-lhe dado então pároco, o que sempre se tem mantido até o presente. Foram seus primeiros párocos Francisco José Nunes (1848-1865), que ali faleceu, Estevão Correia Bizarro (1865-1869), Caetano Velosa Castelo Branco (1869- 1870), Antonio Pereira (1870-1880), etc..

Sítios principais: Terreiros, Cancela, Lombo dos Palheiros, Serradinho, Chão do Cedro Gordo, Pico do Cedro Gordo, Achada do Folhadal, Lombo Grande, Achada do Pau Bastião, Fajã do Cedro Gordo e Ribeiro Frio. O ultimo destes sítios é digno de ser visitado pela amenidade e pitoresco do lugar e pelos surpreendentes panoramas que dali se descortinam.

Tem esta freguesia uma escola oficial criada em 1903 e que presentemente funciona no sítio do Chão do Cedro Gordo (1921). A sua população é de 956 habitantes (1921).

São Sebastião (*Capelas de*). A capela de São Sebastião da vila da Ponta do Sol, que é de antiga construção, era propriedade da respectiva câmara municipal. Em 1734, encontrava-se profanada e em adiantado estado de ruína, sendo inteiramente reconstruída a expensas da mesma câmara. Foi vistoriada, para o efeito da celebração dos officios divinos, a 20 de Novembro de 1734.

Na ilha do Porto Santo existiu uma capela dedicada ao mártir São Sebastião, que era muito antiga.

Houve uma capela com a mesma invocação na freguesia de Santa Cruz, ignorando-se o ano da sua construção e o nome do seu fundador.

Existiu uma capela de São Sebastião na freguesia de São Jorge, cujo ano de construção ignoramos. No entretanto sabemos que foi reedificada pelo pároco Francisco Marques de Mendonça no ano de 1765, sendo benzida a 11 de Setembro do mesmo ano. Encontra-se na igreja paroquial a pequena imagem do santo, que é um notável primor de escultura.

V. Mercado e capela de São Sebastião a páginas 359 do volume II.

São Tiago (*Capela de*). A capela de São Tiago da freguesia dos Canhas é das mais antigas da diocese, e, segundo refere Gaspar Frutuoso, foi o próprio João Gonçalves Zargo que projectou e indicou o lugar da sua construção. Foi nela que se instalou a paróquia, quando criada pelos anos de 1577. Quanto a outras circunstâncias que digam respeito a esta capela, remetemos o leitor para o artigo que se ocupa da freguesia dos Canhas.

São Tiago (*Fortaleza de*). «Esta fortaleza, diz o Dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo nas notas ás Saudades da Terra, assenta sobre uma ponta de rocha firme, mais entrada nas águas do porto que as praias adjacentes; pelo que as vigia e protege para um e outro lado; é, além disso, o fecho da cortina de muralha que até ela se prolonga pelo Cabo do Calhau. A originária construção não tinha a primeira bateria que lá existe: o pórtico primitivo está a dentro desta, e tem no alto, em letra do tempo, a era de 1614, a testificar o quando da obra».

A fortaleza de São Tiago foi reedificada em 1767, segundo se vê duma inscrição que está sobre a porta principal, no ângulo leste-sul do largo da entrada, tendo o governador e capitão-general José Correia de Sá mandado vir de Londres 50 peças de artilharia com todos os seus pertences, para defesa dela.

A bateria n.º 3 de Artilharia de Montanha está aquartelada na fortaleza de São Tiago. V. Fortificações.

São Tiago (*Igreja de*). A construção da igreja de São Tiago foi determinada pelo voto solene (V. Voto a São Tiago que as autoridades, clero e povo do Funchal fizeram no ano de 1523, por ocasião de encontrar-se esta ilha «posta em muyta tempestade & tribulaçom de peste & fome & outros muytos trabalhos...»). No dia 21 de Julho do ano referido, se lançou a primeira pedra do edificio, dizendo um documento coevo do sucesso que aos «bymte & hun dias de julho lhe começaram a sua casa himdo a çidade e o cabido em proçisom solene descalçados & o Mestre schola Gonçalo Martim com o retábulo da imagem do bem auenturado apóstolo & deo a primeira enchadada no cunhall da capella da bamda do abamgelho, a qual casa se edificou em hua terra que Antonio Spindola deo para a dita casa...».

Acerca deste Antonio Espinola, diz a Historia Insulana que era natural de Génova e descendia das mais antigas familias desta cidade, e que contava no numero dos seus maiores alguns Doges daquela republica. Deu-lhe «El-rei D. Manuel brasão de armas e foro de fidalgo da sua casa. Teve terras dadas de sesmaria em Santiago e outros logares; e doou por escriptura de 30 d'Abril de 1524 um pequeno terreno na extremidade da cidade, no qual se construiu a capella de Santiago, Padroeiro de toda a ilha, a sachristia e adro, com condição de que na mesma se desse sepultura ás pessoas de sua família, e o capellão pedisse um Padre Nosso, e Ave-Maria por sua alma. A escriptura foi feita em pergaminho e existe no archivo do Cabido do Funchal».

A igreja de São Tiago, chamada hoje do Socorro, onde em 1803 se instalou a sede da freguesia de Santa Maria Maior, não é a primitiva construção, da qual nada resta presentemente e que era de dimensões muito mais acanhadas do que a actual. Sofreu anos depois importantes reparações e foi benzida pelo bispo diocesano D. Jeronimo Fernando a 25 de Julho de 1632. Um século mais tarde, estando a capela bastante arruinada, resolveu a Câmara do Funchal construir um templo de maiores proporções, tendo sido a velha ermida demolida em 1752 e dadas por concluídas as obras no ano de 1768.

Quando a grande aluvião de 1803 arrastou para o mar a igreja de Nossa Senhora do Calhau (V. este nome), foi a igreja de São Tiago cedida pela câmara para servir de sede da paróquia, com a condição de ali ser sempre conservada a imagem do orago e padroeiro da cidade. No frontispício da igreja foi então colocada uma lápide, que ainda ali se conserva, e que, contém a seguinte inscrição: *Hic lapis indicat liberalitatem senatus et populi hance clesiam Fidelissimo Principi Regenti offerentium in locum parochiae per inundationem aquarum destructae Anno Domini MDCCCIII.*

Vid. Padroeiros.

São Vicente (Capela de). Num solitário bloco de basalto, que se encontra na foz da ribeira que atravessa a vila de São Vicente, construiu o povo no ano de 1692, segundo afirma o Dr. Alvaro de Azevedo, uma capela dedicada ao mártir São Vicente, que é também o orago da igreja paroquial, que lhe fica a pequena distancia. Esta original capelinha é muito conhecida pela reprodução que dela se tem feito pela gravura em varias obras nacionais e estrangeiras, e também por meio de bilhetes postais.

São Vicente (Freguesia de). É incontestavelmente a mais importante, a mais populosa e a mais vasta de todas as freguesias do norte da Madeira. A única vila estabelecida na costa setentrional desta ilha, foi a que ali se criou por meados do século XVIII, sendo também sede dum concelho desde 1835, e duma comarca desde o ano de 1875 (1921).

É hoje impossível determinar com aproximada exactidão, como acontece para a grande maioria das freguesias deste arquipélago, o ano em que principiou o povoamento e colonização dos terrenos que actualmente constituem esta paróquia. Como facilmente se acredita, as explorações agrícolas e o correlativo desbravamento das florestas não começou na costa-norte nos anos mais próximos do descobrimento. Tinham de sobra, os primitivos povoadores, no sul da ilha, terras mais férteis e climas mais temperados em que exercitar a sua actividade e dar largas ao seu génio empreendedor. Quando foram crescendo em numero os colonos, com a fama da notável feracidade do solo e da exuberância das produções culturais, quando os sesmeiros encontraram no escravo africano o principal auxiliar no amanho das glebas, e quando o fabrico do açúcar se tornou um poderoso elemento de riqueza, é então que a

colonização se foi estendendo e alargando pelos vales distantes, pelas lombas e vertentes das montanhas do interior e até por vezes procurando lugares ínvios e quase inacessíveis.

Afirma-se que as primeiras terras cultivadas no norte da ilha foram as do Faial e Porto da Cruz, mas é de supor que, contemporaneamente àquelas, se tivessem realizado outras explorações em vários pontos da parte setentrional, sobretudo na Ponta Delgada, São Visente, Seixal e Porto Moniz.

«A freguesia de São Vicente, diz o anotador das Saudades, é, nos manuscritos que consultamos, havida por fundada em 1440, o que apenas admissível será quanto á edificação da primitiva igreja e instituição da capellania; pois que a parochia de Machico, principal da capitania, só no ano de 1450 veio a ser constituída: estamos, portanto, em que a freguesia de São Vicente datará de alguns anos posteriores a esta». Não pode a tal respeito haver a menor duvida, se atentamente examinarmos as datas das criações das mais importantes freguesias do sul desta ilha. Somos de opinião que esta paróquia sòmente foi criada no ultimo quartel do século XV.

Em 1590, dizia Frutuoso, referindo-se a esta paróquia: «Huma legoa além da Ponta Delgada está a freguesia de S. Vicente, de duzentos e cincoenta fogos, com grandes terras de laranja de pão, e criações; muitas frutas de castanha, noz, e de outra sorte; muitas vinhas, e muitas águas, e duas serras de água».

O alvará régio de 18 de Setembro de 1575 arbitrou ao pároco o vencimento anual de réis 25\$000, que foi elevado a 25\$000 réis, meio moio de trigo e um quarto de vinho pelo alvará régio de 20 de Abril de 1589, sendo ainda acrescentado por um alvará do mesmo mês e ano com meio moio de trigo e uma pipa de vinho.

Engana-se o Dr. Rodrigues de Azevedo quando afirma que esta freguesia teve somente vigário, quando é certo que as próprias Memórias do Estado Eclesiástico citadas por ele, e que fomos agora consultar, fazem menção do alvará régio de 2 de Janeiro de 1606 que estabelece a criação do curato, diploma que também se encontra citado no Índice Geral da Provedoria... a que tantas vezes temos recorrido. O referido alvará fixa ao cura a cõgrua anual de 20\$000 réis.

Para comodidade dos povos da ilha, foi a paróquia de São Vicente sede duma vigairaria da vara, ou seja um arciprestado, criado em 2 de Setembro de 1812 pelo prelado diocesano D. Fr. Joaquim de Meneses e Ataíde, sendo primeiro vigário da vara ou arcipreste o padre Francisco Borges de Sousa e Melo, que ao tempo era pároco da freguesia, com jurisdição «sobre todos os párocos, clero e

mais pessoas da mesma Vila e seu districto». Esta jurisdição, por provisão do vigário-geral de 14 de Janeiro de 1814, tornou-se extensiva ás freguesias do Porto Moniz, Ribeira da Janela e Seixal, por constar-lhe «que muitas vezes antes é melhor irem á dita Vila do que a da Calheta». Ignoramos quais eram as atribuições deste vigário da vara e quando deixaram de ser exercidas as funções desse cargo, sendo certo que há algumas dezenas de anos que tal autoridade eclesiástica não existe. Muito recentemente, é que o actual prelado diocesano, dentro das faculdades que lhe confere o Código Canónico vigente, criou os arceprestados do Funchal, Calheta e São Jorge (1921).

Uma pequena ermida, consagrada a São Vicente, deu o nome ao local onde fora erguida, e depois á nova paróquia. Desconhecemos o nome do seu instituidor e o ano da sua construção, mas deve ser coeva das primeiras explorações agrícolas que ali se fizeram. Nela se estabeleceu a sede da freguesia, quando esta foi criada no ultimo quartel do século XV. No decorrer dos tempos, deveria ter sofrido varias reparações e acrescentamentos, como aconteceu com todas as capelas que depois se transformaram em igrejas paroquiais. Um mandado do Conselho da Fazenda, de 12 de Janeiro de 1664, ordena que se entregue ao pároco a importância de 560\$000 réis para o acrescentamento da igreja, dizendo esse documento que o povo deveria acudir com o que lhe fosse possível, para o mesmo fim. Parece daqui deduzir-se que a actual igreja foi acrescentada ou passou por notáveis reparações no terceiro quartel do século XVII.

Tem esta freguesia as capelas de Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora do Livramento e São Vicente, e já não existe a de Nossa Senhora da Piedade, das quais já demos breve noticia.

Principais sítios desta freguesia: Fajã da Areia, Vila, Terra-Chã, Fontinha, Poiso, Pé do Passo, Passo, Ribeira do Passo, Lanço, Feiteiras, Ginjas, Saramago, Loural, Vargem, Estreito da Vargem, Ribeira Grande, Achada do Til, Achada dos Judeus, Fajã dos Vinhaticos, Aviceiro, Ribeira do Rato, Lameiros, Cascalho, Limoeiro, Laranjal, Pé da Corrida e Cardais.

«A freguesia de São Vicente, diz-nos uma pessoa ilustrada que ali reside ha anos, encravada no sopé de montanhas altissimas, talhadas quasi verticalmente, que a circundam em dezenas de quilómetros, como gigantescas muralhas, só aberta pelas bandas do mar, é uma das mais formosas terras da Madeira, pelo aspecto rude de beleza grandiosamente agreste. Confina a leste com a Ponta Delgada; a oeste vão os seus limites até a Ribeira do Inferno, separada assim pela natureza do Seixal; ao norte tem o mar; ao sul, estende-se o planalto do Paul da Serra e a divide da Serra Alva, e baixando o alto dorso das montanhas, a garganta da Encumeada.

Bastas e densas as suas terras, nelas abundam matas opulentíssimas de frondosos loureiros, tis, vinhaticos e urzes, que presentemente passam, sem contestação, por ser as melhores da Madeira».

Teve entre nós muita voga e ainda é conhecido e citado uma espécie de aforismo – de São Vicente nem burro, nem vinho, nem gente –que não só representa uma referência desprimorosa para aquela freguesia, como também é uma flagrante e grande injustiça às qualidades de carácter, á morigeração dos costumes e franca hospitalidade dos seus habitantes, o que muito nos apraz pôr aqui em saliente relevo, como uma merecida homenagem prestada á verdade. E a propósito diremos que o nosso grande poeta satírico Monteiro Teixeira (volume II. página 390) passou quinze dias em São Vicente, no ano de 1826, e dali escreveu uma carta em verso, que vem publicada no tomo 2.º das suas Obras Poéticas, e em que, dando largas à sua imaginação poética e á sua pronunciada tendência para a sátira e para o epigrama, se refere a esta freguesia em termos que não são muito para louvar, mas em que claramente se vê, antes o prurido de ter graça do que o desejo de deprimir ou de vexar.

Tem esta paróquia 5462 moradores (1921).

A 6 de Março de 1929 foi esta paróquia teatro duma grande tragédia, que causou a maior consternação em toda a ilha, tendo-se dado, com as abundantes chuvas que anteriormente caíram, um extenso desagregamento de terrenos, arrastando na sua queda muitas casas de habitação, em que trinta e duas pessoas encontraram morte desastrosa. Sucedeu esta grande catástrofe em sítios não muito afastados da capela do Rosário, sede do curato da freguesia.

São Vicente (Julgado Municipal de). O julgado Municipal de São Vicente, com sede na freguesia e vila do mesmo nome, foi criado por decreto de 24 de Outubro de 1931 e compreende as freguesias de São Vicente, Ponta Delgada e Boaventura, que constituem o respectivo concelho. No ano de 1926 fôra extinta a comarca de São Vicente, que tinha sido estabelecida por decreto de 12 de Novembro de 1875 e cuja instalação se fizera no dia 16 de Novembro de 1876.

São Vicente (Vila e Município de). Sabe-se que as vilas do Funchal, Machico e Porto Santo foram criadas por meados do século XV e as de Santa Cruz, Ponta do Sol e Calheta em princípios do século XVI. Durante o século XVII não se estabeleceu vila alguma na Madeira, sendo a de São Vicente criada no segundo quartel do século XVIII.

O lugar de São Vicente, constituído em paróquia por fins do século XV, foi das freguesias, do norte da Madeira que desde os tempos primitivos da colonização adquiriu maior importância e onde a população se tornou mais densa, sendo ainda hoje a mais populosa

de todas. Pertencia á capitania de Machico e a vila deste nome era a sede de toda a administração pública, vendo-se os povos do norte da ilha forçados a longas e perigosas caminhadas para chegarem á capital da sua capitania, quando imperiosas circunstancias a isso os obrigassem.

Como eram mais fáceis e frequentes as comunicações de muitas freguesias da costa-norte com o Funchal, pretenderam varias vezes os povos daquelas paróquias subtrair-se à jurisdição da capitania de Machico e serem incorporados na do Funchal, ou então obter a criação dum município com sede em São Vicente e que abrangesse esta e outras freguesias circunvizinhas.

Aquele legitimo desejo dos povos do norte só foi alcançado em 1744 com a criação da vila de São Vicente. O Dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo não faz a menor referência aqúelle facto e por certo desconhecia o diploma que elevou a freguesia de São Vicente á categoria de vila. O respectivo alvará régio, que é documento extenso e sobremaneira interessante, tem a data de 25 de Agosto de 1744 e foi pela primeira vez publicado no numero 14 e seguintes do jornal A Revista Madeirense, do ano de 1902.

Com a implantação do governo constitucional, procedeu-se á divisão deste arquipélago por concelhos, tendo sido profundamente alterada a divisão então existente por vilas ou municípios. O conselho de São Vicente instalou-se em 1835 e era composto, como ainda o é ao presente, pelas freguesias de Boaventura, Ponta Delgada e São Vicente. O decreto de 10 de Dezembro de 1867 suprimiu o concelho do Porto Moniz, e incorporou no de São Vicente as freguesias do Seixal, Ribeira da Janela e Porto Moniz, sendo pouco depois restaurado o extinto concelho do Porto Moniz. Este conselho foi novamente suprimido pelo decreto de 18 de Novembro de 1895 e também de novo restaurado pelo decreto de 13 de Janeiro de 1898, tendo, neste curto período de tempo, as freguesias do Seixal, Ribeira da Janela e Porto Moniz feito mais uma vez parte do concelho de São Vicente.

Ficando a vila de São Vicente situada em um apertado recinto e estando constituída por um limitado numero de moradores, não tem tido a expansão e o desenvolvimento compatíveis com as circunstancias de haver sido a sede de uma comarca, de gozar as honrarias de Vila, capital de um concelho e centro de um Julgado Municipal, impondo-se a conveniência da sua instalação em local de mais vasta área, que permita formação de um importante núcleo populacional em volta das repartições municipais e concelhias como geralmente acontece em outras localidades. Não é recente a ideia da transferência da sede do concelho para sítio mais acomodado a esse fim, e ainda no ano de 1929 a Comissão Administrativa do Município se occupou desse assunto com devotado interesse, chegando a fazer-se a escolha desse local e a ser esboçado o plano da futura vila. É de presumir que venha a restaurar-se a antiga comarca, dando valiosa importância á povoação que porventura haja de criar-se.

São Vicente (Porto e Ribeira de). No litoral da vila dêste nome se encontra um pequeno porto de difícil desembarque. É preferível o porto da Fajã da Areia (V. este nome), a cerca de dois quilómetros de distância do porto de São Vicente.

Nas serras da Encumeada de São Vicente tem origem o caudal desta ribeira, que, atravessando a freguesia na sua maior extensão, vai lançar-se no Oceano. Na sua foz e no meio do leito desta ribeira, ergue-se um solitário bloco de basalto, onde se encontra uma pequena capela dedicada ao martir São Vicente e construída pelo povo no ano de 1692. Próximo da foz desta ribeira, encontra-se uma caverna ou algar de relativa extensão, formada por um extinto canal de lava.

Sapata (*Centrophorus calceus*). Peixe espinacida, frequente entre 350 e 700 braças de profundidade. A sua carne se bem que não seja muito saborosa, pode ser comida, sobretudo depois de salgada e seca ao sol. Dos fígados extrai-se um óleo, que é considerado de boa qualidade.

Sapo (*Tetrodon marmoratus*). Peixe da família Ginodonta, que vive perto do litoral da Madeira e se nutre de pequenos crustáceos, que esmaga com as suas potentes maxilas. Nos fundos lamacentos é pescado em quantidades avultadas com as redes de arrasto. É dotado dum grande saco abdominal que ás vezes se dilata em demasia, obrigando-o a vir á superfície, onde morre ou é colhido pelas aves marinhas.

Saque (Vergílio). Foi nomeado governador civil do distrito do Funchal em fins de Outubro de 1921, mas não chegou a tomar posse do lugar.

Saque dos Franceses. Uma das maiores calamidades que têm assolado este arquipélago foi o saque dos huguenotes franceses. A memória do acontecimento não se conserva já na tradição local, como a das inundações de 1803 e da colera-morbus em 1856, por ter ocorrido numa época muito afastada de nós, mas as crónicas madeirenses e muitos dos historiadores do nosso país se referem ao mesmo acontecimento com verdadeiro horror e o descrevem com as cores negras das grandes tragédias e das mais tremendas catástrofes.

Era em 1566. o quinto capitão-donatario do Funchal, Simão Gonçalves da Câmara, estava ausente em Lisboa e governava a capitania seu tio Francisco Gonçalves da Câmara. O português Gaspar Caldeira era um dos muitos traficantes que na costa da Mina se entregavam ao comercio do ouro e de outros produtos, que os naturais negociavam no litoral africano. Abusando das

prerrogativas que o regimento real lhe concedia, teve Caldeira que refugiar-se em França, sendo-lhe então confiscado todos os seus bens. Privado dessas isenções e regalias é forçado a viver fora da sua pátria, não reconheceu o seu erro nem procurou justificar-se, mas jurou exercer contra os seus compatriotas a mais terrível vingança e a mais vil das desforras. Conhecedor das prosperidades da Madeira e da importância do seu grande comercio, e não ignorando também quão fracos eram os elementos de defesa que aqui se poderiam opor a um ataque de navios armados, concebeu então o projecto de assaltar esta ilha, realizando deste modo a sua negra vingança e desforrando-se da perda dos bens que o confisco lhe havia tirado.

Encontrou em Bertrand de Montluc um excelente executor dos seus projectos. Era este gentil-homem da casa do rei Carlos IX e filho do marechal de Montluc, que deixou nome na historia pelos actos de heroísmo que praticou nos campos de batalha e ainda por umas Memórias da sua vida que escreveu e de que se fizeram varias edições. É impossível hoje saber-se se Bertrand de Montluc se preparava para correr os mares em arriscadas aventuras de corso e pirataria, quando se encontrou com Gaspar Caldeira, ou se foi este que, conhecendo o espírito audaz e aventureiro do fidalgo francês, o levou a tomar iniciativa daquele perigoso empreendimento.

Montluc obtivera de Carlos IX aprovação para a empresa a que se arriscara, mas ocultou ao monarca os seus secretos desígnios e as escuras negociações que entablara com Gaspar Caldeira. Associou aos seus projectos um numero considerável de fidalgos, principalmente da antiga província de Guyenne. O visconde de Jas era o vice-almirante desta esquadilha de piratas e nela embarcaram também Fabião de Montluc, um filho do visconde de Pompadour, o barão de Guitimeres, filho do visconde do mesmo título e muitos outros membros de familias nobres de França. É possível que desconhecessem os fins reservados de Montluc, mas é bem certo que naquelas épocas os roubos, as depredações e a pilhagem tinham em alguns países da Europa plena justificação, quando eram coroados por actos de rara valentia ou por golpes decisivos de audácia.

Em três navios de alto bordo e em oito embarcações de menor lotação, embarcou Montluc cerca de mil e duzentos homens, entre os quais Gaspar Caldeira, Belchior Contreiras, Antonio Luís e parece que ainda mais outros degenerados portugueses. Saíram de Bordéus em princípios de Setembro de 1566. Acossados por uma violenta tempestade, arribaram á Madeira, segundo afirma Edmond Falgairolle, mas não resta duvida de que o seu destino era aportar a esta ilha e o seu único intuito roubá-la e saqueá-la, como na verdade o fizeram.

Diz o autor citado que Bertrand de Montluc, apreciando pouco o repouso que gozava em França e enjoado das intrigas da côrte, resolvera expor a sua vida nas paragens africanas, tentando a fundação duma fortaleza na Africa Oriental, destinada a proteger o comercio dos franceses com aquelas regiões e ainda com os países do Oriente. Diz mais que, ao chegarem ao Funchal e desembarcando alguns homens para fazerem aguada, foram recebidos pelos portugueses a tiro de canhão e que então «Montluc levado pelo seu fervente entusiasmo e grande desejo de dar que falar de si, aproveitou a ocasião para dar um verdadeiro golpe de mão e atacar assim os brios de Espanha e Portugal, tidos, ao tempo, como os verdadeiros senhores dos mares».

As crónicas madeirenses e os historiadores portugueses não fazem a menor referência á atitude hostil com que foram recebidos os súbditos de Carlos IX. Eram então bastante amistosas as relações entre a França e o nosso país e dificilmente se acreditará que tal tivesse sido o procedimento dos madeirenses, a não ser que a esquadra de Montluc aparecesse no Funchal em som de guerra e com todas as aparências de verdadeiros corsários, como na realidade o eram: Para conhecer-se das intenções do pirata Montluc, bastará recordar que, na véspera do dia em que assaltou a Madeira, fez um desembarque no Porto Santo, levando toda a sua fúria nos indefesos habitantes daquela ilha. De mais, a sanha feroz com que atacou a cidade, as inauditas crueldades que praticou e de modo particular o terrível saque a que sujeitou o Funchal, despejando-o das suas riquezas e carregando com elas onze embarcações, são a prova eloquente e incontestada de que se tratava dum acto de simples e pura pirataria e nunca de uma represália em desafronta de um agravo recebido.

Gaspar Frutuoso consagra cerca de quarenta páginas à narrativa pormenorizada de muitas violências e crueldades praticadas pelos franceses durante os dezasseis dias que permaneceram no Funchal, na sua faina terrível de destruição e de chacina, mas não nos dá uma ideia geral e completa do que foi esse horrível assalto em que feras humanas deram largo pasto aos seus instintos de canibais, transformando uma cidade rica e no auge da prosperidade num campo em que se tivesse ferido uma sangrenta batalha e onde apenas restassem os despojos inúteis da pilhagem duma soldadesca desenfreada.

É-nos impossível, sem nos alongarmos demasiadamente, fazermos a descrição desses dantescos horrores, que, como dizem as Saudades da Terra, causaram «mais males por obras do que se podem por homens imaginar, nem por palavras contar, nem por cristãos crer».

Os piratas desembarcaram no dia 3 de Outubro, pelas nove horas da manhã, na Praia Formosa, e logo marcharam sobre a cidade, entrando nela por dois pontos diversos. No portão de S. Paulo, foi-lhes oferecida tenaz resistência e aí caíram mortos, de ambas as partes, algumas dezenas de homens. Forçada esta entrada dirigiram-se á fortaleza de S. Lourenço, onde o governador com os

elementos de que dispunha lhes resistiu valentemente, tendo que ceder á força aguerrida e numérica dos assaltantes. Ainda em outros pontos da cidade se formaram alguns núcleos de resistência, que de todo se tornaram inúteis á vista da fúria e numero dos piratas. Organizaram-se forças em vários pontos da ilha prontas a marchar sôbre a cidade, mas, persuadidas por informações enviadas do Funchal, de que a sua presença mais excitaria a sanha dos corsários, resolveram retroceder, ficando aqueles completamente senhores da situação.

No assalto da fortaleza de S. Lourenço, foi ferido mortalmente Bertrand de Montluc, que foi sepultado no próprio local do combate, sucedendo-lhe no comando o visconde de Jas.

Seguiu-se o saque e durante dezasseis dias abarrotaram-se os onze navios com os mais ricos e variados despojos. O que não puderam conduzir para bordo das embarcações, foi inutilizado ou destruído. Assim despejaram milhares de pipas de vinho e inutilizaram milhares de arrobas de açúcar. Os recheios das casas ricas, as pratas das igrejas e conventos e os depósitos dos grandes armazéns encheram alguns navios. Calculam-se em alguns milhões de cruzados os prejuízos que entre nós causaram aqueles bárbaros.

As vítimas das fúrias dos assaltantes computam-se em trezentas, algumas mortas na defesa da cidade, mas a maioria delas chacinadas barbaramente pela soldadesca de Montluc.

Diz Frutuoso, e passa por facto averiguado, que uma parte considerável dos invasores eram huguenotes e tem assim fácil explicação os ultrajes e sacrilégios que praticaram nos templos, não só saqueando-os e espoliando-os de todas as suas riquezas, mas ainda profanando-os, especialmente nas imagens e objectos destinados ao culto.

Pelos sustos e sobressaltos causados com a vinda do submarino em Dezembro de 1916, justamente se calculará o pânico e o terror que se espalharam nas populações com o saque dos franceses.

Quando chegaram socorros de Lisboa, já os navios corsários tinham levantado ancora, dirigindo-se às Canárias, onde venderam uma parte considerável da sua abundante presa.

A 22 de Outubro de 1566, o nosso embaixador em França apresentou a Carlos IX uma enérgica reclamação, exigindo o exemplar castigo dos culpados. Forquevaux, representante da França em Lisboa, apressou-se a manifestar o seu grande pesar ao nosso

governo, prometendo uma severa punição dos criminosos. Carlos IX e a rainha mãe mostraram-se extremamente pesarosos pelas tristíssimas ocorrências, mas, apesar dos esforços do nosso embaixador, aqueles horrendos crimes ficaram impunes, e só o português Gaspar Caldeira foi justificado em Lisboa por ter o mesmo embaixador conseguido fazê-lo prender numa fortaleza da Biscaia, onde fora levado enganado. Alguns dos companheiros de Montluc eram homens poderosos e influentes no seu país e muitas dezenas dos assaltantes pertenciam às mais distintas famílias francesas, o que dá suficiente explicação á impunidade.

O terrível saque de que foi vítima a população do Funchal no ano de 1566, e de que acima se faz rápida menção, aproveitando-se a narrativa de Gaspar Frutuoso, constitui talvez a maior calamidade que tem assolado a nossa cidade e alguns dos seus arredores, sendo para sentir que ainda não se houvesse procedido a um rigoroso e desenvolvido estudo acerca desse tão triste e lamentável acontecimento, como já deixámos referido em outro lugar desta obra. Como mero subsidio, vamos transcrever um interessante artigo de Stephens Gaselee, antigo director dos arquivos do «Foreign Office», de Londres, publicado no Diário da Madeira, de 9 de Fevereiro de 1937, que oferece algum interesse a este assunto:

«Eu tive recentemente a boa sorte de adquirir um documento diplomático que se relaciona com este incidente e julgo que a sua narração e transcrição poderá interessar aos leitores do Diário da Madeira. Esse documento, que está escrito numa folha dupla de papel da medida de um quarto é dirigido no verso «Ao muito honrrado embax(ad)or Do cristianissimo snnor «Rey de França em cortte de Castela».

Esta mensagem, acerca da qual eu tenho alguma coisa mais para dizer, foi endossada presumivelmente pelo destinatário e a data que nela figura não está inteiramente clara— «XVI J I an 1567». Apresenta ainda impresso o selo do Cardeal Regente do Reino, mais tarde o Cardeal-Rei Henrique de Portugal. O texto é como segue:

Muito honrrado embax(ad)or

Por o Thisoureiro Le Fevre Receby a vossa cartta de XXVI J do passado E por ela entendi como tanto que soubereis os insultos que o capitão Montluc E os da sua companhia fizeram na Ilha da Madeira, avisareis disso por correo expresso o cristianissimo snnor Rey de frança o sentimento que ele desta nova recebeo E o que por Razam dela proveo, que tudo vy, pelas copias das carttas e papeis que me enviastes, E agradeçovos muito a afeiçam E amor que mostraes a minhas coussas E a deligência que posestes em avisardes o cristianissimo snnor Rey de frança do acontecido na dita Ilha. Porque comfio e tenho por certto que Asy Como ele antes

de ther entendido particularme(n)te os grandes y muitos insultos e excessos que o dicto Montluc e seus vasalos cometeram na dicta Ilha da Made(ira), em grande deser(vi)ço de nosso snnor E do que convinha a huma tam antiga paz e amizade como a que El Rey meu snnor e os Reis seus antecessores, sempre tiveram com os Reis de França, quis dar a entender quanto lhe desaprouve de ele nam observar o que lhe tinha Prohibido e deffeso E o julgou por Rebelde E ynobediente. Asy mesmo depois do ouvir Joam Pereira dantes embax(ad)or del Rey meu snnor, fara neste casso tal demonstraçam que com Razam se deva El Rey meu snnor satisfazer dela E o mundo conhecer o ânimo e tençam do dito snno; Rey ser o que dele se deve esperar.

Scripta e(m) Lix(bo)a A XVI de Dezembro de 1566.

O card(eal) I(nfante) H(enricu)s.

O texto da mensagem é escrito numa boa letra de chancelaria à moda da época e a assinatura do documento é do próprio punho do Cardeal Regente. Isto, como é aparente do texto, não era verdadeiramente o princípio da correspondência diplomática. O Padre Fernando da Silva diz: «A 22 de Outubro de 1566, o nosso embaixador em França apresentou a Carlos IX uma enérgica reclamação, exigindo o exemplar castigo dos culpados. Forquevaux, representante da França em Lisboa, apressou-se a manifestar o seu grande pesar ao nosso governo prometendo uma severa punição dos criminosos» e a carta transcrita acima é presumivelmente o reconhecimento oficial da nota de Forquevaux exprimindo gratidão e manifestando a esperança de um futuro castigo dos malvados (o que de facto nunca sucedeu, pois que com excepção de Caldeira, os outros corsários nunca foram punidos).

Mas foi Forquevaux embaixador de França em Lisboa? Eu duvido que o tivesse sido, pois que esta carta foi lhe enviada «em corte de Castela». Da leitura dos livros de referência à minha disposição eu não pude ficar habilitado a esclarecer esta dúvida e por isso consultei o meu amigo o Conde de Tovar, do Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa, que é bem conhecido como um estudioso da história diplomática portuguesa e tem publicado vários livros sôbre o assunto.

Julgo que posso aventurar-me a citar aqui dois ou três parágrafos da sua pronta e amável resposta:

Em Abril de 1561 chegou a Lisboa, como embaixador de França, um gentil-homem da corte de Carlos IX chamado Saint-Sulpice. Não sei quanto tempo se demorou em Portugal mas na lista dos Embaixadores de França elaborada por Caix de Saint-Amour (Recueil des Instructions, Portugal pg. LIII) ha uma entrada que diz:

1566 N., ambassadeur, envoyé par Charles IX. «o A. não cita a fonte, mas vê-se que encontrou algures a informação de que nesse ano de 1566 foi mandado a Lisboa um embaixador francês. Não será porventura esse embaixador o Forquevaux que se encontrava

em Madrid como embaixador ordinário, e que teria sido mandado a Lisboa nalguma missão extraordinária? Se assim foi, a missão não pode ter durado muito, porque ha carta dele para o seu governo datada de Madrid em 19 de Dezembro de 1566.

«Não me parece aceitável a hipótese dele se achar acreditado também e simultaneamente em Lisboa como embaixador ordinário, porque não conheço exemplo algum desse tempo que autorisa tal hipótese. Se é a ele que se refere a notícia de Caix de Saint-Amour, é de crer que veio como embaixador extraordinário em missão especial.

E assim penso que se deve deixar o problema, a não ser que algum perito sôbre história diplomática possa dar novos esclarecimentos acerca da actividade diplomática de Forquevaux na última parte do ano de 1566.

Proponho-me oferecer o documento original que me proporcionou o assunto para este artigo, ao Museu Regional no Palácio de S. Pedro».

Saramago. O saramago da Madeira é o *Raphanus Raphanistrum*, com silículas articuladas e flores brancas ou amarelas; o do Porto Santo é a *Brassica Sinapistrum*, planta que é conhecida na Madeira pelo nome de mostarda. Estas duas plantas pertencem á família das Crucíferas e são comuns nas duas ilhas.

Sardinha. Procede este apelido de família de Tomé Sardinha, que residiu numa sumptuosa casa á rua da Carreira e foi casado com uma filha bastarda de João Gonçalves da Câmara.

Sardinha. (*Clupea plichardus*). Peixe da família Clupeida, que aparece principalmente durante o inverno, de mistura com a cavala, o chicharro e outras espécies. Pescam-no em grandes quantidades em frente das ribeiras, depois das enxurradas. A sua criação tem sido observada nas poças do litoral.

Sardinha (Padre Alfredo de Paula). Nasceu no Funchal a 2 de Abril de 1861 e faleceu na freguesia do Arco da Calheta a 23 de Maio de 1897. Coursou o Liceu e o Seminário desta cidade, e ordenou-se de presbítero no ano de 1885. Exerceu funções paroquiais nas freguesias de Santana, Faial, Fajã da Ovelha e Arco da Calheta.

Revelara uma decidida vocação para as letras, tanto na prosa como no verso, mas o infortúnio e as doenças não o deixaram infelizmente dedicar-se a aturados labores literários, havendo muito a esperar do seu incontestável talento e da cultura do seu espírito. Pelos jornais, deixou dispersos vários escritos, especialmente na Verdade, de que foi redactor. Escreveu muitas poesias, algumas das quais tiveram grande voga e ainda hoje são recitadas e cantadas por alguns dos seus contemporâneos.

Tinha notáveis qualidades de orador e publicou em 1894 o folheto Discurso recitado na sala da Associação Católica do Funchal...

Sardinha (Dr. Manuel). Nasceu no Funchal a 20 de Setembro de 1865 e é medico-cirurgião pela extinta Escola Medico-Cirurgica desta cidade, tendo desempenhado os cargos de facultativo municipal na Fajã da Ovelha e Ribeira Brava. Foi nomeado depois administrador do Posto de Desinfecção Terrestre, a cargo da Junta Geral, achando-se ao presente aposentado. Tem colaboração varia em diferentes jornais, foi redactor do Diário de Noticias e é o actual director do Correio da Madeira. (1921), A sua colaboração durante alguns anos no Almanach Bertrand, como solucionador de problemas matemáticos, é valiosissima e tem ai sido posta em relevo duma maneira muito honrosa e excepcionalmente distinta para o Dr. Manuel Sardinha.

Sargo (*Sargus Rondeletii*). Peixe da família Esparida comum nos mares do arquipelago e que é pescado á rede, á linha e á cana. Como come com avidéz as matérias fecais que encontra, recomenda-se pouco como espécie alimentar. Tem sabor amariscado.

Sargo Veado (*Sargus cervinus*). Peixe da família Esparida que é colhido com a rede, o peneiro, a linha ou a cana. Tem sabor a marisco, devido a alimentar-se de moluscos, que tritura com a forte dentadura de que é provido. Os pescadores de Câmara de Lobos costumam dar-lhe o nome de sargo breado.

Sarmento (Alberto Artur). É filho de Artur Adolfo Sarmento e de D. Margarida Henriques Sarmento, e nasceu no Funchal a 7 de Julho de 1878. Frequentou as antigas Escolas Politécnica e do Exercito, e foi despachado alferes de infantaria a 25 de Outubro de 1900, sendo presentemente tenente-coronel e fazendo parte do regimento de infantaria n.º 27, onde sempre tem servido desde que veio para a Madeira. Além de escritor elegante e imaginoso, como o mostram os muitos artigos literários que tem publicado nos jornais funchalenses, e nomeadamente no Herald da Madeira, de que foi um dos redactores, é também um dos madeirenses que melhor conhecem a historia, a geologia e a mineralogia do arquipélago, tendo publicado sobre a primeira destas especialidades vários escritos de valor.

Por ocasião duma visita que fez à Deserta Grande, fez aí algumas colheitas botânicas, e as suas colecções petrologicas do arquipelago são das mais completas que se conhecem. Foi-lhe dedicado o *Scirpus pungens*, variedade Sarmento, ciperacea espontânea que vive nas proximidades da capela de São João e é uma das plantas mais raras da Madeira.

O tenente-coronel Sarmento é professor provisório do liceu do Funchal (1921), cavaleiro da Ordem de São Tiago, membro auxiliar da antiga Sociedade de Geografia do Mans (França), sócio correspondente da Sociedade de Geografia de Lisboa e de outras sociedades científicas e literárias nacionais e estrangeiras (1921).

Segundo se lê em um dos seus ultimos trabalhos publicados, tem dado a luz os seguintes escritos: As Desertas; As Selvagens; O Funchal; Os alicerces para a história militar da Madeira; Ascendência, naturalidade e Mudança de nome de João Fernandes Vieira; As migalhas; Um ponto de História Pátria; História Militar da Madeira; Corografia elementar do arquipélago da Madeira—Noções mínimas; Homenagem a João Fernandes Vieira; Madeira—1802-02: 1807-1814; Um auto na Achada; Santo António de Lisboa bosquejado na Madeira; A Madeira e as Praças de Africa; As Freguesias da Madeira; Noticia histórico-militar sobre a Ilha do Porto Santo; Ecos da «Maria da Fonte» na Madeira; Moedas, sêlos, Papel Selado e Medalhas na Madeira; Fasquias da Madeira; Os peixes dos mares da Madeira, (em colaboração com Adolfo de Noronha); As aves do arquipelago da Madeira; Mamíferos do arquipelago da Madeira; Subsidio para o estudo das Formigas da Madeira; Os escravos na Madeira; Lenda de pedra; Ensaios históricos da minha Terra; Ripas da Madeira; Répteis e Batráquios; Notas dos documentos sobre a epoca de D. João IV na Madeira; As pequenas indústrias da Madeira; Nossa Senhora da Esperança; Ensaios Históricos = Ilha da Madeira, Redemoinho de fôlhas; Santo António Pregador—Santo António Militar; A Princesa do Reino-Unido Portugal Brasil na Ilha da Madeira; Quadros sem aro; Vila e Freguesia de S. Vicente; A propósito do grande Brotero; Brotero dá parecer sobre a estufa de Banger na ilha da Madeira, Sobremesa (A),—Três frutos exóticos.

Convidado a colaborar no Elucidário Madeirense, enviou-nos somente os artigos Doação da Ilha da Madeira, Donativo, ex-libris, Ferro, Fortificações, fotografia Geologia e João Fernandes Vieira que ocupam uma dúzia de páginas desta obra, sendo bastante para lamentar que não fosse mais larga a sua colaboração, em vista dos profundos conhecimentos que possui, acerca de todos os assuntos que interessam à vida do nosso arquipélago, e dos seus tão apreciados méritos de notável escritor.

Sarmento (José). Era filho de José Sarmento e de D. Maria de Oliveira Sarmento, e faleceu no Funchal, donde era natural, a 13 de Fevereiro de 1905, contando 63 anos de idade. Foi pianista afamado e organista na Sé Catedral tendo desempenhado também o

lugar de professor de musica no Seminário Episcopal. Teve íntimas relações com Platão de Vackcel, também musico muito distinto, e colaborou em diferentes jornais do Funchal, dando testemunho os seus artigos das grandes aptidões literárias que possuía.

Sarmiento (D. Tomás Velazques). Era o comandante do presídio castelhano na Madeira, composto de quatro companhias de tropas assalariadas, ao dar-se a revolução de 1 de Dezembro de 1640, que deu o trono de Portugal ao duque de Bragança. Apesar de poder opor-se ao reconhecimento de D. João IV nesta ilha, nada fez para contrariar a vontade dos madeirenses, e até assistiu á reunião em que teve lugar a aclamação do novo monarca, partindo para o seu país logo que para isso teve ocasião, acompanhado das tropas do seu comando.

Sarraut (Alberto). Ministro das Colónias da Republica Francesa. Chegou à Madeira, a bordo do cruzador Gueydon, a 17 de Outubro de 1921, e desembarcou pelas 2 horas da tarde, tendo sido cumprimentado a bordo pelo Governador Civil, Capitão do Porto e Comandante Militar. Foram-lhe prestadas junto do cais as devidas honras militares, seguindo depois para o Palácio de São Lourenço, onde foi recebido pelo Governador Civil e Secretário Geral. Visitou, acompanhado das autoridades civil e militar, o cemitério das Angústias, depositando no tumulo-monumento dos marinheiros da Surprise, mortos por ocasião do torpedeamento deste navio dentro da baía do Funchal, uma coroa com uma dedicatória. O Governador também depôs uma coroa no mesmo monumento, tendo falado no cemitério M. Sarraut, o Governador Civil e o vice-presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal. Uma força de infantaria e outra da guarda republicana prestaram a M. Sarraut honras militares junto do cemitério. O Gueydon deixou o porto do Funchal, com destino a Brest, no dia 18.

Sarsfield. Este apelido de família é de origem irlandesa e parece que foi introduzido na Madeira no século XVIII. No primeiro quartel do século XIX, vivia no Funchal Alexandre José Sarsfield, que exerceu o cargo de tesoureiro do finto mais duma vez.

Sarsfield (Alexandre José). Nasceu na freguesia de São Pedro desta cidade a 17 de Setembro de 1856, sendo filho de Guilherme Henrique Sarsfield e de D. Cândida de Ornelas Sarsfield. Coursou o liceu do Funchal e a Escola do Exército, tendo seguido a carreira militar, e há anos que se encontra na situação de coronel de reserva (1921).

Sendo capitão, tomou parte na expedição que em 1894 foi á nossa Africa oriental, achando-se no combate de Coolela e na tomada de Manjacaze. Foi chefe do gabinete do ministério da guerra e adido militar á legação portuguesa em Paris. Além de varias

comissões de serviço publico, tanto de caracter civil como militar, desempenhou também as funções de governador civil da Guarda e de deputado pela Madeira nas legislaturas de 1902-1904, 1904 e 1906.

Tem tido uma vasta colaboração em vários jornais e revistas, e nomeadamente na Revista de Educação e Ensino, Revista de Infantaria, Revista Militar, revolução de Setembro, Primeiro de Janeiro e Diário de Noticias, de Lisboa. Nos últimos anos tem largamente colaborado no Diario da Madeira. Publicou vários opúsculos sôbre assuntos coloniais e militares, e os livros *Leitura para meus filhos* e *Educação*. Tem dois volumes prontos para dar á estampa (1921).

Foi promotor no primeiro conselho de guerra da 1.^a Divisão Militar, é oficial das ordens da Torre e Espada, de São Tiago, de São Bento de Avis e de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, e tem, além doutras, a medalha de prata de serviços no ultramar e a medalha de prata para comemorar a expedição a Moçambique em 1894 e 1895. Tem também a cruz de 2.^a classe do Mérito Militar, de Espanha, e é grã-cruz da ordem de Isabel a Católica, do mesmo país, e oficial da Legião de Honra, de França (1921). Faleceu em Dezembro de 1926.

Sarsfield (Eduardo da Rocha) É natural do Porto e filho do madeirense coronel Alexandre José Sarsfield. Foi nomeado Governador Civil do distrito do Funchal por decreto de 18 de Maio de 1922, tomando posse do lugar no dia 28 do mesmo mês e ano.

Saudade (*Scabiosa maritima*). Planta da família das Dipsaceas, cultivada e naturalizada na Madeira. As suas flores são odoríferas e variam bastante de cor.

Saudades de Inverno (*Chrysanthemum indicum*). Composta muito cultivada nos Jardins da Madeira. Produz capítulos numerosos e grandes, bastante variáveis tanto no volume como na cor das flores. Também chamam a esta planta despedidas de verão.

Saudades da Terra. A afamada obra do Dr. Gaspar Frutuoso constitui o mais rico e copioso repositório de notícias e informações que possuímos acerca do nosso arquipélago. Se ela não fora, a historia da Madeira nos séculos XV e XVI ficaria reduzida ás poucas paginas que nos deixaram alguns antigos cronistas e aos documentos registados no arquivo municipal desta cidade. A esse abundante caudal têm que recorrer todos os que mourejam nesta faina inglória de carrear alguns materiais para a história da nossa terra. Tem defeitos e lacunas, de todo desculpáveis nas circunstancias em que a obra foi elaborada, mas é incontestavelmente um

trabalho da mais alta valia, tanto com respeito ás copiosas e interessantes noticias que nos fornece, como ainda relativamente as notáveis qualidades de historiador, de literato e de erudito que nele revela o seu autor.

Foi no seu remansoso retiro do presbitério da freguesia da Ribeira Grande na ilha de São Miguel, onde era pároco, que o Dr. Gaspar Frutuoso (volume II. página 57) escreveu as Saudades da Terra, obra muito vasta e dividida em seis livros, que compreendem a historia dos arquipélagos das Canárias, Cabo Verde, Madeira e Açores. No livro segundo, que se ocupa do nosso arquipélago, em mais dum lugar se refere o Dr. Frutuoso ao cónego da Sé do Funchal Jeronimo Dias Leite (volume I, página 361), que lhe forneceu muitos elementos para a elaboração do mesmo livro. Diz ele textualmente: «E de Gonçalo Ayres Ferreira, tronco destes, todos eles dizem que fez o Descobrimto da Ilha da Madeira, na verdade escrito, como dice, em três folhas de papel: e o reverendo Conigo, não menos docto que curioso, Hyeronimo Dias Leite, Capelão de Sua Majestade, depois o recopilou, e acrescentou, e lustrou com seu grave e polido estylo, escripto em onze folhas de papel, e mo enviou sendo-lhe pedido por minha parte, por intercessão do nobre Belchior Fernandes de Crasto, morador na Cidade de Ponta Delgada, desta ilha em que estamos, e por lho mandar pedir, a meu rogo, o mui magnífico, Marcos Lopes, mercador de grosso e honroso tracto que foi nesta ilha de São Miguel, mui estimado e amado nella por suas boas partes e magnífica condição, e agora residente em Lisboa com grande casa, e mayor nome: de cuja escriptura, e de muitas outras informações, que procurei haver de diversas pessoas da ilha da Madeira e de outras partes, todas dignas de fee, e de outras cousas que vi e li, collegi eu e compuz todo este processo do descobrimto da dita Ilha, ordenando, arrumando, diminuindo, acrescentando, e pondo tudo em capítulos, da maneira que estou contando».

Este segundo livro foi publicado no ano de 1873, tendo no frontispício os seguintes dizeres: As Saudades da Terra pelo Doutor Gaspar Fructuoso. História das ilhas do Porto Sancto, Madeira, Desertas e Selvagens. Manuscripto do seculo XVI anotado por Alvaro Rodrigues de Azevedo, bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, professor de oratória, poetica e litteraria no lyceu nacional do Funchal, e advogado na Ilha da Madeira Funchal. Typ. Funchalense. 1873. Tem XI-920 páginas, contendo as primeiras 310 o texto do Dr. Gaspar Frutuoso e as restantes as valiosas anotações do Dr. Alvaro de Azevedo. Principiou a sua impressão por meados de 1870 e terminou no dia 16 de Abril de 1873. Não se diz no frontispício deste volume, mas esta publicação compreende apenas o segundo livro do vasto trabalho de Frutuoso.

Conta o ilustre anotador das Saudades, nos seguintes termos, a maneira como adquiriu o manuscrito que serviu para a impressão: «A copia que possuímos das Saudades da Terra houvemo-la do Sr. João Diogo Pereira de Agrella da Câmara, da vila de Santa Cruz, desta ilha da Madeira. Foi, no primeiro quartel deste século, pelo Sr. morgado João Agostinho Pereira de Agrela da Câmara,

mandada tirar do authographo que, para esse fim e por especialissimo obsequio, o Sr. André de Ponte do Quental, da ilha de S. Miguel, trouxera a esta da Madeira, por ocasião de aqui vir casar com a Sr.^a D. Carlota de Bettencourt e Freitas.– Isto nos foi asseverado pelo Sr. Pedro Agostinho Pereira de Agrela da Câmara, e por aquelle Sr. João Diogo, filhos do referido Sr. morgado João Agostinho, o qual não chegámos a conhecer, mas sabemos que era um dos mais eruditos madeirenses do seu tempo, e amator de bons livros, de cuja bibliotheca alguns adquirimos».

Na ultima página do livro, anuncia o Dr. Azevedo a venda do manuscrito em dois tomos de fólio e quase duas mil paginas cada um». A 23 de Janeiro de 1876, em carta para os Açores, dirigida ao Dr. Ernesto do Canto, comunicava o Dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo que vendera a um lord o referido manuscrito, destinado á Bibliotheca Real de Edimburgo, onde presentemente se deve encontrar.

Na sua Bibliotheca Açoreana, diz o illustre micalense Dr. Ernesto do Canto que a copia de que se serviu o Dr. Alvaro de Azevedo «não tinha a exactidão necessária», o que é bastante para lamentar. o Dr. Canto fez um demorado e consciencioso confronto entre um exemplar impresso da obra publicada pelo Dr. Azevedo e o próprio autografo do Dr. Gaspar Frutuoso, lançando nesse exemplar impresso, que hoje se encontra na biblioteca publica de Ponta Delgada, «muitas e importantes emendas e acrescentamentos... resultantes da conferencia», segundo se lê na introdução do livro 3.^o das Saudades da Terra, publicado no ano de 1922. Na publicação do Dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo, o texto do Dr. Frutuoso ocupa 310 paginas, mas a conferencia feita pelo Dr. Ernesto do Canto só abrange as primeiras 239 páginas.

Se a obra do Dr. Gaspar Frutuoso é um trabalho em extremo valioso e merece a nossa maior admiração e reconhecimento, pode afirmar-se que não tem para os madeirenses menos importância, e não gozam entre nós de menos crédito, as eruditas e preciosas anotações com que o Dr. Álvaro de Azevedo opulentamente enriqueceu o texto do illustre historiador das ilhas. Tantas vezes nos havemos referido, no decurso deste nosso trabalho, e com tamanha frequência temos recorrido a essas valiosíssimas notas, que desnecessário e supérfluo se torna nos ocuparmos delas com mais largueza deste lugar.

Os micalenses quiseram prestar uma condigna homenagem ao seu mais illustre conterrâneo, aproveitando o quarto centenário do seu nascimento, que passou o ano próximo passado de 1922, com a publicação da sua afamada obra Saudades da Terra, de que já foi dado á estampa o primeiro volume, que contém a historia da ilha de Santa Maria, seguindo-se mais três volumes respeitantes á ilha de São Miguel. Este primeiro volume é precedido de vários capítulos, que se estendem por duzentas longas páginas, referentes

ao Dr. Gaspar Frutuoso e á sua vasta e valiosa obra. São estudos profundos e completos, em que a figura do historiador das ilhas é posta em brilhante relevo, assinalando-se-lhe o verdadeiro lugar que deve ocupar na historia da literatura portuguesa. São trabalhos notáveis de investigação e de critica, que sobremaneira honram e distinguem os seus autores e ao mesmo tempo dão justificada fama e merecido renome ás ilhas açoreanas. Há na introdução desta obra varias referências á Madeira e ao livro 2.º das Saudades, que se ocupa deste arquipélago, devendo todo o madeirense medianamente ilustrado possuir um exemplar deste livro(1921).

É indispensável fazer-se uma especial referência á nova edição do Livro II das Saudades da Terra, feita em 1925, e à primeira publicação dos Livros I, III e IV, que estavam ainda inéditos, realizada posteriormente na cidade de Ponta Delgada. Para isso aproveitaremos alguns trechos de dois artigos que acerca do assunto publicámos no antigo Diário da Madeira.

Como se sabe, o comentador das Saudades não se limitou a escrever umas ligeiras notas elucidativas do texto, ampliando-o ou completando-o, mas traçou magistralmente várias dissertações e estudos históricos, que hão-de perdurar como um trabalho superior de critica, e que ao mesmo tempo são reveladores duma larga e sólida erudição. Para citar apenas gigantes e de incontestável autoridade no assunto, lembraremos que Camilo Castelo Branco, Pinheiro Chagas e Teófilo Braga se referiram a esses trabalhos com o mais fervoroso louvor, sabendo-se que o primeiro e o ultimo não costumavam malbaratar as suas apreciações literárias em fáceis e banais elogios...

Os madeirenses medianamente cultos, e de modo especial os que se interessam pelas coisas históricas deste arquipélago, somente podem admitir a coexistência das obras de Frutuoso e Azevedo, considerando-as como indissolavelmente unidas e, permita-se o dizê-lo, como duas partes do mesmo todo.

Acaba de fazer-se no Porto (1925) uma luxuosa edição do 2.º livro das Saudades da Terra, que compreende apenas o texto de Gaspar Frutuoso, sendo nela omitida o largo e erudito comentário do Dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo. Foi essa edição proficientemente dirigida pelo Sr Dr. Damião Peres, antigo reitor do nosso liceu e hoje distinto lente na universidade do Porto, que lhe acrescentou algumas valiosas embora pouco numerosas anotações. Representa ela sem duvida um bom serviço prestado às letras, mas sobretudo aproveitará aos eruditos e aos que particularmente se aplicam ao estudo da nossa literatura e respectiva historia, no período a que pertence aquela obra.

Não oferece a recente edição das Saudades uma capital importância para os madeirenses, por lhe faltar aquilo que entre nós é julgado como fundamental e do maior interesse para todos: – as Notas do Doutor Azevedo, Há muita gente que tem consultado e conhece esses comentários e são poucas as pessoas que se deram ao trabalho de manusear o texto arcaico, embora valioso, do historiador das ilhas. Daqui o lamentar-se sinceramente, como em geral se lamenta, que se não fizesse agora a reprodução integral do trabalho do Dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo, isto é, a publicação da obra de Frutuoso com as anotações que a acompanharam na edição de 1873. Deste modo seria então relevantíssimo o serviço prestado á nossa terra (1921).

Há já bastantes anos que o ilustre açoreano Dr. Ernesto do Canto fizera notar que o manuscrito de que se servira o Dr. Rodrigues de Azevedo para a publicação das Saudades continha lamentavelmente muitos erros e lacunas, de que nenhuma culpabilidade cabe ao distinto comentador de Gaspar Frutuoso. O Dr. Ernesto do Canto, como atrás ficou dito, deu-se ao paciente e consciencioso trabalho de cotejar a edição de 1873 com o texto original e autentico, e de anotar, num exemplar que existe na Biblioteca Publica de Ponta Delgada, as faltas e deficiências que encontrou, dando-nos deste modo a versão da verdadeira narrativa histórica, como ela saiu da pena do ilustre cronista açoreano. A parte impressa ocupa 310 paginas, tendo o Dr. Canto feito o cotejo com o autografo até a pagina 239, faltando apenas 71 páginas para completar o confronto dos dois textos.

É evidente que, apesar da falta indicada, o texto preferido para a presente edição (de 1925) das saudades deveria ter sido o que existe na biblioteca de Ponta Delgada, com as correções que nele deixou exaradas o Dr. Ernesto do Canto.

Aproveitou-se o códice existente na Biblioteca da Ajuda, que há já anos tivemos ocasião de compulsar. Recomenda-o a sua antiguidade, mas, não sendo cortejado com o respectivo autógrafo, deixa no nosso espírito a duvida de que possa estar gafado dos erros de que enfermam tantos outros apógrafos da vasta obra do padre Gaspar Frutuoso.

As observações que aqui rapidamente fazemos, sem o menor intuito de qualquer mal interpretado desprimor, não pretendem apoucar o valor da recente edição das Saudades, que reconhecemos ser grande, aproveitando o ensejo para prestar ao seu ilustre prefaciador e anotador o sincero tributo da nossa sentida admiração (1925).

Passando no ano de 1922 o quinto centenário do nascimento do doutor Gaspar Frutuoso, constituiu-se na cidade de Ponta Delgada uma comissão encarregada de comemorar condignamente essa data, aproveitando-se a oportunidade de pôr em justo relevo as eminentes qualidades de prosador, historiador e humanista, que notabilizaram aquele ilustre micalense. Com o mais vivo aplauso de todos, entendeu a comissão promotora do centenário, que a maior homenagem a prestar ao autor das Saudades da Terra seria a

publicação integral da sua vasta obra, fazendo assim avigorar e perdurar a sua memória através das idades, ao mesmo tempo que proporcionava aos contemporâneos e vindouros o conhecimento da história do grupo oriental das ilhas açoreanas nos séculos XV e XVI. Por motivos ponderosos, não realizou aquela comissão o seu pensamento inicial, mas conseguiu dar á publicidade os livros terceiro e quarto das Saudades, compreendendo a história das ilhas de S. Miguel e de Santa Maria, que formam o distrito administrativo de Ponta Delgada.

Constituem quatro grandes volumes, que tem a opulenta-lhes o valor e o interesse um desenvolvido estudo acerca do historiador das ilhas, em que o assunto ficou inteiramente esgotado, quaisquer que sejam os múltiplos aspectos em que porventura possamos julga-lo e aprecia-lo. A erudita «Notícia Bibliográfica das Saudades da Terra», do Sr. João Simas, e muito especialmente a biografia e apreciação de Gaspar Frutuoso e da sua obra, da autoria do Sr. Rodrigo Rodrigues, são estudos que revelam, não somente um paciente e consciencioso trabalho de investigação histórica a par do mais apurado e severo espírito crítico, mas ainda um aprofundado conhecimento dos dotes e predicados que devem caracterizar a obra do escritor, do erudito e do historiador, entrando em conta com as condições do tempo, do meio e de outras circunstancias especiais em que a obra foi elaborada. Do magistral estudo do Sr. R. Rodrigues, cumpre destacar o capítulo III, intitulado «O Humanista, o Historiador, e o Valor da sua Obra» (página XXXIX-LV), que, sem sombra de hipérbole, se pode colocar na mesma plana dos trabalhos congéneres de D. Carolina Michaelis, Teófilo Braga, Mendes dos Remédios e Fidelino de Figueiredo, os mais autorizados mestres da historiografia literária do nosso país (1932).

No mês de Março de 1937, fez o Dr. João Franco Machado uma comunicação, em sessão do Instituto Português de arqueologia, Historia e Etnografia, acerca das Saudades da Terra, que, apesar de a não aceitarmos em toda a sua plenitude, vamos dar dela uma breve noticia, extraída de um jornal de Lisboa, como mera informação para alguns estudiosos, aos quais ela possa, porventura, oferecer qualquer interesse.

«...o Dr. João Franco Machado falou sobre Gaspar Frutuoso e Jeronimo Dias Leite» assunto do maior interesse para a história da ilha da Madeira. Afirmou que Gaspar Frutuoso, no livro 2.º das «Saudades da Terra», incorreu em muitos erros e deficiências, e deu noticias de copias quasi todas imperfeitas, do manuscrito que o próprio Frutuoso diz ter coligido de Jeronimo Dias Leite. Uma, contudo, muito cuidada, faz-nos ver que os capítulos das «Saudades» estritamente históricos são uma copia literal (hoje dir-se-ia plagio) do que Dias Leite (conego da Sé do Funchal) com tanta exactidão escrevera sobre a relação chamada de Alcoforado e muitos documentos dos cartórios do Funchal.

Frutuoso prestou serviço copiando-o, mas no ofício de copista cometeu muitos lapsos estropiou nomes e datas e alterou a lógica enunciação de factos estabelecida por Dias Leite. Em prejuízo da verdade, transpôs para o ano em que escrevia (1590) afirmações que só eram exactas para 1579, data da elaboração do manuscrito de Dias Leite.

O Instituto resolveu publicar no volume II da revista «Ethnos» todo o manuscrito de Jeronimo Dias Leite, acompanhado do estudo do Sr. Dr. Franco Machado».

Em 1939 fez a publicação do «Livro I» das Saudades, que se ocupa do arquipélago das Canárias e de Cabo Verde, precedido dum largo e proficiente estudo sôbre a personalidade do Doutor Gaspar Frutuoso, elaborado pelo distinto escritor micalense Dr. Manuel Monteiro Velho Arruda.

Acerca de todas estas edições, que compreendem sete volumes, publicámos uma série de artigos em «O Jornal» dos meses de Outubro e Novembro de 1943.

Não será uma inútil redundância, para alguns dos leitores deste Elucidário, deixar aqui consignado que a obra de Gaspar Frutuoso, intitulada Saudades da Terra se compõe dos seguintes volumes: – Livro I que particularmente se ocupa dos arquipélagos das Canárias e de Cabo Verde, publicado num volume em o ano de 1939 na cidade de Ponta Delgada; Livro II, que é o conhecido trabalho largamente comentado pelo Dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo respeitante á Madeira e publicado no Funchal, em um volume de VIII-917 páginas, no ano de 1873, havendo-se feito uma segunda edição em 1925, anotada pelo Dr. Damião Peres; Livro III, que trata da Ilha de Santa Maria, impresso em um volume na cidade de Ponta Delgada no ano de 1922; Livro IV, que se ocupa da Ilha de São Miguel, em três volumes e que nos anos de 1924, 1926 e 1931 se publicou também em Ponta Delgada; e ficaram inéditos o Livro V e o pouco que deixou escrito do livro VI, das quais não existem copias integrais.

Apreciando o valor da vasta obra de Gaspar Frutuoso, dedicou o Dr. João Cabral do Nascimento alguns capítulos no seu interessante livro «Apontamentos de Historia Insular» que devem ser lidos e apreciados, embora se possa discordar de certas afirmativas do autor.

Saúde (Rua da). Assim se denominava antes de 1838 a antiga Entrada da Cidade. É de 12 de Janeiro de 1838 a portaria do Ministério da Fazenda autorizando a Câmara a fazer obras no portão e rua da Saúde, servindo-se duma parte do terreno pertencente ao Palácio de São Lourenço e demolindo o muro que fechava o mesmo terreno pelo lado leste, assim como o dito portão.

Só em 8 de Fevereiro de 1839 mandou a câmara abrir praça para a construção da Entrada da Cidade, sendo as obras arrematadas no dia 22 do mesmo mês e ano e tendo começado pouco tempo depois.

São conhecidas hoje pelos nomes de rua da Saúde e calçada da Saúde as vias publicas compreendidas entre a rua dos Álamos e a antiga rua do Príncipe, em virtude de existir aí uma capela dedicada a Nossa Senhora da Saúde.

Sauvaire. «Este apelido de família, diz o anotador das Saudades, proveio de Honorato Sauvaire, natural de Marselha, e que veio para esta ilha da Madeira, como cônsul da França, por 1660».

Diz a Biblioteca Açoreana que, na obra Description Nautique des Açores, por Charles Philipe de Kerhallet e publicada em Paris em 1865, vem citada a «Carta de 2 de Abril de 1721 sôbre a ilha vulcanica que então apareceu junto a S. Miguel, reconhecida pelo comandante da corveta inglesa Richard e Izabel, por Sauvaire, cônsul geral francês na Madeira.

Sauvaire da Câmara Vid. Câmara (D. Maria Celina). Ver volume I, página 200.

Schacht (Dr. Hermann) E.: Mardeira und Teneriffe, Berlin, 1859, I volume, e Zur Kentniss der Visnea Mocanera, Berlin, 1859, I folheto.

Schiffner (V.) E.: Ein Beitrag zur Flora von Madeira, Teneriffe und Gran Canaria (Oesterr. bot. Zeitschr., 1901).

Schmeller (Dr.). E.: Ueber Valentim Fernandes Alemão und seine Sammlung von Nachrichten ueber die Entdeckungen und Besitzungen der Portuguesen in Africa und Asien bis zum Jahre 1508, etc.; Munich, 1845.

Schmidt (Dr. Johannes). V. Expedições científicas volume I, página 428 e ss.

Schmitz (Padre Ernesto João). Este distinto sacerdote alemão nasceu em Rheydt a 18 de Maio de 1845, sendo filho de Frederico Schmitz e de Elizabeth Schmitz, e entrou na Congregação da Missão de São Vicente de Paulo a 25 de Setembro de 1864. Em 1874, foi por algum tempo capelão do Hospício da Princesa D. Maria Amelia, mas somente em 1878 é que estabeleceu residência na Madeira, tendo a princípio desempenhado novamente aquele lugar, e depois, desde 27 de Setembro de 1881, o de vice-reitor do Seminário do Funchal. No desempenho deste ultimo cargo prestou relevantíssimos serviços á ciência e á instrução, tendo fundado em 1882 um museu de história natural, que ainda hoje existe (V. Museu do Seminário), onde conseguiu reunir os mais variados exemplares da fauna madeirense. Em 1898, retirou para Theux, na Bélgica, mas em fins de 1902 voltou novamente a exercer o cargo que deixara no Seminário do Funchal, o qual só abandonou em 7 de Julho de 1908, quando a pedido do Governo Imperial Alemão, foi tomar a direcção do Hospício de São Paulo, em Jerusalém. Em 1914, passou para o Hospício Alemão de Tabgha, nas margens do lago de Tiberíades, e no verão de 1920 assumiu a direcção do Hospício de São Carlos em Haifa, sendo aí que faleceu a 3 de Dezembro de 1922.

O padre Ernesto Schmitz era principalmente ornitologo, mas os seus estudos e observações estenderam-se a vários outros ramos de zoologia, alguns dos quais desconhecidos entre nós. O trabalho do Dr. Forel sôbre as formigas e o de Kulczynski sôbre os aracnídeos do arquipélago, são baseados em materiais colhidos pelo rev.º Schmitz, tendo-lhe merecido também grandes atenções o estudo dos moluscos tanto marinos como terrestres, o dos peixes, o dalguns grupos de insectos, o dos coraliarios, etc., etc.. Embora não fosse um cultor da botânica, deve-se-lhe no entretanto uma bela colecção de algas marinas, que foi estudada pelo professor Schmitz, algologo alemão. Entre as espécies e variedades que relembram o nome do antigo professor e vice-reitor do Seminário do Funchal, citaremos a *Motacilla boarula Schmitzii* e a *Strix flammea Schmitzii* (aves), o *Scopulus Schmitzii* (peixe), a *Plagiolepis pigmaea Schmitzii* (formiga), o *Dienches Schmitzii* (hemiptero), a Trochosa, a *Prosthesima* a *Lepthyphantes* e a *Entelecara Schmitzii* (aracnídeos), a *Pseudochelidura Schmitzii* (forficula), o *Symphorobius Schmitzii* (nevroptero), a *Cabralia Schmitzii* (molusco), e o *Bystropogon madeirensis Schmitzii* (planta da familia das Labiadas).

O padre Ernesto Schmitz era, em Portugal, socio da Academia das Ciencias de Lisboa e da Sociedade Portuguesa das Ciencias Naturais, e colaborou nos *Annales de Sciences Naturels*, do Porto, no *Ornithological Jahrbuch*, de Hallein (Austria), no *Ornithol. Monatsberichte*, de Berlim, no *Cosmos*, de Paris, etc.. O mais valioso dos seus trabalhos é incontestavelmente o que tem por titulo *Die Vogel Madeira's*, pois reúne tudo quanto se conhecia em 1899 sôbre a ornitologia do arquipélago da Madeira.

O padre Schmitz, que se naturalizou cidadão português durante a sua residência entre nós, não raras vezes dizia aos seus amigos que, no mundo, o que preferia era a Madeira, na Madeira o Funchal, e no Funchal o Seminário, tendo sido com efeito um grande amigo da nossa terra, como muitas vezes o provou. A 13 de Novembro de 1922, já a dois passos da sepultura, ainda escrevia ao director da Esperança uma carta, que foi publicada nesse jornal, em que declarava que nunca o abandonara o amor á Madeira, e que, desde 1908, época da sua partida para a Palestina, jamais deixara de passar um só dia sem dirigir uma prece ao Altissimo pelos seus muito amigos e conhecidos desta ilha.

Com o titulo de Preito e Homenagem, fizeram os alunos do Seminario Diocesano publicar um opúsculo, no ano de 1908, em que são postos em saliente e merecido relêvo os altos meritos e virtudes dêste ilustre sacerdote, havendo colaborado nessa publicação as pessoas mais cultas e de maior cotação social de todo o arquipélago.

Schultze (Dr. Rudolf). E.: Die Insel Madeira; Stuttgart, 1864, I volume.

Scott (Roberto). V. Expedições científicas, volume I, página 428 e ss..

Sé (Freguesia da) Como já em outro lugar dissemos, a primeira paróquia criada no Funchal foi a de Santa Maria Maior, embora logo nos primeiros tempos da colonização se exercessem funções paroquiais simultaneamente em diversas capelas e ermidas (volume II, página 52). Esta freguesia, criada por 1438 e estabelecida na igreja de Nossa Senhora do Calhau, transferiu a sua sede para o novo templo, que depois foi Sé Catedral, alguns anos antes da instituição da Diocese. O alvará régio de 18 de Novembro de 1557 dividiu-a em duas paróquias distintas, com as suas sedes na Sé Catedral e na igreja de Nossa Senhora do Calhau. Foi da freguesia da Sé que se desmembraram as paróquias de São Pedro, Santo Antonio, São Martinho, São Roque, Monte e mais tarde Santa Luzia.

Até 1562, era o serviço paroquial desempenhado pelo deão da Sé, tendo o alvará régio de 20 de Julho daquele ano criado dois curatos, e exonerando o membro mais graduado do cabido do exercício daquelas funções. Foi de 8.400 réis anuais a primitiva cõngrua de cada cura, que o alvará de 30 de Novembro de 1563 elevou a 17.450 réis e o de 21 de Fevereiro de 1600 a 20.000 réis, também anuais. Os primeiros curas, como no mencionado alvará de criação se declara, eram amovíveis, passando mais tarde a constituir um beneficio colado como os outros congêneres desta diocese. Haverá aproximadamente cinquenta anos que o prelado

D. Manuel Agostinho Barreto suprimiu provisoriamente um destes curatos, criando então um coadjutor na Sé e outro em cada uma das freguesias de São Gonçalo e São Martinho.

Não nos referiremos aqui ao templo em que foi e se acha instalada a sede desta freguesia, porque noutro lugar nos ocupamos dele com alguma largueza (V. Sé Catedral).

Na área desta paróquia ficam as igrejas do Colégio, Carmo, Bom Jesus e Misericórdia. Já não existem as capelas de São Sebastião, São Bartolomeu, São Lourenço, Nossa Senhora da Piedade, Jesus Maria José, Nossa Senhora da Graça, Nossa Senhora do Livramento e Nossa Senhora dos Varadouros, às quais tôdas já nos referimos em outros lugares desta obra. Dentro do pátio da Alfândega existe ainda, mas já profanada, uma capela que tinha a invocação de Santo Antonio.

Foi também dentro da área desta paróquia que, durante alguns séculos, existiu a casa de João Esmeraldo, em que se afirma ter residido Cristovão Colombo e que ficava na rua que tem hoje o nome do grande navegador, como mais largamente se pode ver no artigo que a ele consagramos a páginas 286 do volume I deste Elucidário. Entre as ruas da Alfandega e dos Murças, no prolongamento do largo da Sé, se levantava um antigo edificio, que durante muitos anos serviu de cadeia e também de paços do concelho, e do qual já demos noticia em outro lugar (volume I, página 183). Ao portão dos Varadouros, que era a antiga entrada da cidade, fizemos a indispensável referência no artigo Nossa Senhora dos Varadouros, a página 467 do volume II.

O principal edificio que se encontra nesta paróquia é a Sé Catedral, que está classificada como monumento nacional e que na verdade é um magnífico templo, digno do maior apreço pelo seu belo aspecto e majestade.

A freguesia da Sé ocupa a parte mais central da cidade e nela se desenvolve a sua maior actividade comercial, burocrática e oficial. Ali se encontram os mais importantes estabelecimentos comerciais, incluindo todas as casas bancárias, e a maior parte das repartições públicas, e ali se exerce o tráfego comercial do porto e da alfândega da cidade. O número dos seus moradores vai diminuindo consideravelmente, porque o movimento comercial tende sempre a desenvolver-se e as casas de habitação vão-se transformando em estabelecimentos de comercio.

Segundo o Mappa Alfabético das ruas da cidade, aprovado pelo Governador Civil em 15 de Dezembro de 1863, fazem parte da freguesia, sendo quasi sempre limites dela, a parte sul da rua do Carmo (Costa Ferreira), desde a ponte até o ribeirinho do Vale, a parte norte da mesma rua, compreendida entre o dito ribeirinho e a rua das Hortas (Alferes Veiga Pestana), a parte ocidental desta

rua, situada abaixo da rua do Bom Jesus, a rua da Conceição (Correia Heredia), a rua da Ponte Nova, a parte da rua do Bom Jesus entre a rua da Conceição e a da Princesa (31 de Janeiro), a parte oriental da rua dos Ferreiros, situada acima da rua dos Netos, a parte sul desta ultima rua, até a rua do Castanheiro, e a parte norte desde a ponte até a rua dos Ferreiros, a rua das Pretas (Câmara Pestana nos pontos em que estão as casas com os n.ºs 64 e 43, pertencentes respectivamente a D. Maria Camacho Teixeira de Sousa e José Teodoro Clerouin (1921), a parte da rua da Carreira (Dr. Vieira) limitada a oeste pela rua de São Francisco, a parte oriental desta rua, a fortaleza de São Lourenço, e finalmente a rua do Anadia, desde o Pelourinho até a ponte em frente da rua do Carmo. Alguns consideram toda a rua das Hortas como pertencente a Santa Luzia, e o lado sul da rua do Bom Jesus, para oeste da mesma rua das Hortas, como pertencente á freguesia da Sé.
A freguesia da Sé tem 4083 habitantes (1921).

Sé Catedral. Para a época e lugar em que foi construída, a nossa Sé Catedral é indubitavelmente um magnífico e grandioso templo, não só debaixo do ponto de vista do seu estilo architectónico, mas ainda por algumas obras de arte que ali se encontram e que têm despertado a atenção de muitos ilustres visitantes. Por tal motivo, está incluída no número dos nossos monumentos nacionais.

Ao traçar-se o plano da sua construção, contava-se para breve com a criação da diocese, como na verdade veio a acontecer, e portanto com a elevação deste templo à categoria de Sé Catedral. Têm assim fácil explicação as proporções que lhe deram e o aspecto de grandeza que se nota em todo o edificio. Para uma simples igreja paroquial e naquela época, era uma construção demasiadamente grandiosa, que as circunstancias occorrentes de modo algum permitiam ou aconselhavam.

Ficaram para nós ignorados os nomes do architecto que traçou o plano desta obra e de qualquer outro artista que ali tivesse posto em relevo as manifestações do seu talento. Em todo o edificio não se encontra um nome, uma data, uma inicial, que nos dêem uma indicação proveitosa para qualquer pesquisa que se pretenda fazer acerca dos obreiros que ergueram aquele majestoso templo. Apenas se descobrem pequenas siglas nas pedras lavradas, que talvez serviram para indicar detalhes convencionais de construção, como era frequente em outros tempos os edificios que levavam longos anos a construir.

No manuscrito Noticia das cousas da Ilha da Madeira desde o seu segundo descobrimento pelo Zargo se diz que a nossa Sé se fez pelas medidas da igreja do Carmo em Lisboa, que, como se sabe, foi mandada levantar por Nuno Alvares Pereira. Este magnífico templo, que era um dos mais belos exemplares da architectura gótica em Portugal, foi destruído pelo terramoto de 1755, mas, por

uma gravura antiga, que Oliveira Martins reproduziu na sua obra sobre Nuno Alvares, se vê que a frontaria do edifício era muito diferente do frontispício da Sé do Funchal, a não ser o pórtico em ogiva com as suas arquivoltas e também a rosácea com os seus ornatos bordados em pedra. Quanto ao interior, nada podemos dizer acêrca da semelhança que porventura pudesse existir entre os dois templos, por não conhecermos nenhuma das crónicas antigas que se ocupam de Nuno Alvares e do convento do Carmo, onde certamente se encontrará a descrição da sua igreja.

A data mais antiga de que temos conhecimento relativa à construção da nossa Sé Catedral é a de 5 de Junho de 1485, em que o infante D. Manuel, duque de Viseu, e grão-mestre da ordem de Cristo, por carta assinada em São Tiago de Cacém, faz doação dos terrenos situados no Campo do Duque (volume I, página 225), para neles ser erigida «huma igreja e praça e adro e casas para o concelho». Uma carta do mesmo duque, de 22 de Outubro de 1488, concede metade das penalidades que na «ylha forem postas» para «ho facimento da ygreja que no dito Funchal, prazendo a Deus espero mandar fazer».

Não são inteiramente concordes as noticias acêrca do ano em que se iniciaram as respectivas obras, devendo no entretanto adoptar-se como mais provável a opinião do Dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo, quando afirma que a «edificação do templo começou pouco depois de 1493, pois que neste ano o duque de Viseu, depois rei D. Manoel, mandou, por carta que está registada a fs. 174 do tomo I do Archivo da Câmara Municipal do Funchal, applicar a renda da imposição do vinho a essa obra.» Acrescenta ainda o anotador das Saudades: «...e já em 1502 ella estava em andamento, sendo-lhe então destinado o produto dessa imposição não só no município do Funchal, mas também nos da Ponta do Sol e Calheta, como se vê da carta regia do mesmo D. Manoel desse ano de 1502». Esta carta vem transcrita a paginas 488 e não 503, como na nota XX se diz, interessando ao assunto deste artigo os seguintes trechos: «Primeyramente nos pedis que ha ymposiçom das billas da pomta do soll & calleta fosse sempre para as obras da ygreja dessa billa & do concelho. A esto respondemos & nos praz que emquanto durarem has obras da dita ygreja se arecade a ymposiçom dos sobreditos lugares para ellas somente & mais nom. It. que os moradores da pomta do soll & da calleta paguem pera ygreja dessa billa o que lhe for taxado atee ser acabada. A esto respondemos & nos praz que paguem o que a cada hum for taxado segundo a sua facultade».

Pela carta citada, se vê claramente que as obras iam em andamento no ano de 1502, o que de todo invalida a noticia, que em muitos lugares se encontra, de que as obras da construção da Sé Catedral principiaram no ano de 1508. Afirmando-se geralmente que essa construção foi muito demorada, como quasi sempre acontecia com as edificações daquela época, crescendo ainda a grande falta de recursos de toda a ordem que haveria no nosso meio de então, poderá facilmente ajuizar-se da impossibilidade de se acabarem as

obras de edificação no tempo decorrido de 1508 a 1516, ou talvez ainda anteriormente a este ultimo ano. o que parece indubitável, a vista do que fica exposto, é que as obras da construção se iniciaram na ultima década do século XV, isto é, pouco depois de 1493, como afirma o Dr. Rodrigues de Azevedo.

As obras principais da construção da Sé deviam estar terminadas por 1516, ano em que se realizou a sagração, tendo os trabalhos das decorações interiores e de certas dependências do templo prosseguido lentamente depois dessa época. o ilustre anotador das Saudades da Terra dá a igreja por concluída em 1508 e diz que foi neste ano sagrada pelo bispo D. João Lobo, enquanto que Gaspar Frutuoso assinala o dia 16 de Outubro de 1516 como o da sagração e afirma que foi sagrante o bispo D. Duarte. Neste ponto estamos com o autor e não com o anotador das Saudades. Em vários manuscritos antigos temos encontrado a noticia de que a nossa Sé foi sagrada no ano de 1516, sendo talvez o Dr. Rodrigues de Azevedo o único que assevera que o foi no ano de 1508. Além disso, em todas as antigas crónicas eclesiásticas que pudemos consultar, se afirma que a sagração foi feita pelo bispo D. Duarte, e não resta a menor duvida que este prelado veio a esta ilha por mandado do primeiro bispo D. Diogo Pinheiro, nomeado em 1514, por ocasião da criação do bispado.

Depois da sagração, prosseguiram, como já dissemos, os trabalhos de decoração interior, que ainda não estavam terminados, e ainda no decorrer dos tempos se realizaram ali obras muito importantes destinadas á completa e definitiva conclusão de todo o edificio. O mandado do Conselho da Fazenda de 30 de Março de 1560 mandou «fazer a cerca de trás da capella do Santissimo Sacramento» e o de 28 de Fevereiro de 1635 ordenou a conclusão das obras da capela-mor, cujas telas só ali foram colocadas no segundo quartel do século XVIII. Data também do segundo quartel deste século a construção da sacristia grande e da casa do cabido, que foram dadas de arrematação por 3.050.000 réis no ano de 1733. A actual capela do Santissimo Sacramento, que substituiu a antiga, começou a construir-se por meados do século XVIII. Os altares que ficam nas naves laterais foram construidos nos princípios do século passado.

É em extremo pitoresca a descrição que Gaspar Frutuoso fez da Cathedral, em 1590, e que a seguir transcrevemos: «... he uma igreja mui populosa, bem assombrada e fresca, e tem uma fermosa torre muito alta de cantaria, com hum fermoso corocheu de azulejos, que quando lhes dá o rayo do Sol parecem prata e ouro, em cima da qual está um sino de relógio tão grande, que levará em sua concavidade trinta alqueires de trigo, e de tão soberbo e grande som, que se ouve de duas legoas, onde acode a gente a qualquer rebate de guerra, quando elle se tange. E mais abaixo na torre ha três janellas, onde estão quinze sinos. O corpo da igreja, que está sujeito á torre, he grande, com seu adro também espaçoso, e cercado em partes de muro, e com dez degraus por onde sobem a elle;

fora do qual tem hum campo tão grande, que correm nelle touros e cavallos, jogam ás canas, e fazem outras festas. Está esta igreja (que é da invocação de Nossa Senhora da Estrella) arrumada de Leste a Oeste, com a porta principal para o Ponente e as duas portas travessas de Norte a Sul. Estão guarnecidos os altares (que são nove) de ouro e azul, com três ricas capellas, onde tem o coro do arco para dentro, com seus assentos custosos e bem lavrados de rica marcenaria; e no cruzeiro se diz a Epistola e o Evangelho».

O adro da Sé Catedral, mais amplo outrora que hoje, foi demolido em parte no ano de 1836, tendo a licença para as obras sido concedida pelo Governador Civil em 29 de Dezembro de 1835.

A nossa Sé Catedral é uma igreja gótica de três naves, de uma rara e notável elegância, divididas por altas e delgadas colunas, que lhe tiram o aspecto pesado e sombrio que tem muitos edifícios similares. Sôbre as naves assenta o famoso tecto fabricado em madeira de cedro indígena, em estilo árabe, com incrustações de marfim, que é tido pelos entendidos como obra de raro valor e que é sempre objecto da maior admiração por parte dos visitantes. Diz Emanuel Ribeiro que «nele se admira a musica complicada dos entrelaçamentos árabes, em que o geometra soube descobrir uma filosofia da forma, onde residem sensações estranhas, ora de sentimentos calmos, serenos e majestosos, ora impregnados duma vaga melancolia de mistério.

«Cobre a abside uma abobada pintada de fortes nervuras, rematadas por esculpidos fechos. A cercar as do eixo longitudinal, que representam o escudo das quinas, a Cruz dos Cavaleiros da Ordem de Cristo e a esfera armilar, ha outras interpretações da flora indígena. Os primeiros são três belos símbolos da nossa Historia ida. Num palpita o coração e alma dum povo livre; noutra uma fé generosa e forte de esperança: em outros então reverbera o loiro da glória sobre a aza tremula e curva duma vela, por entre vagas revoltas e espumantes.

«Na Sé do Funchal ha mais de cinquenta panos e taboas onde o pincel do artista fez, e em alguns deles belamente, vibrar as gamas iridescentes das cores. Dos fundos escurecidos aparece-nos, por vezes, o recorte puro de figuras tocadas dum tal sentimento e vida, animadas duma tal pureza e ternura, que apenas parecem quedar-se numa extáctica e mística contemplação, envoltas em aurifrigiados mantos que em longas pregas clássicas, caem sobre os corpos emagrecidos das longas e constantes inéditas de sacrificio.

«Algumas taboas, das treze que ornam o retábulo do altar da capéla-mór, merecem atentos minutos de estudo».

A capela-mor, que o Dr. Alvaro de Azevedo diz ter o cunho decadente e mestiço do século XVII, destoa inteiramente do estilo dominante de todo o templo, bem como a sacristia e capela do Santíssimo Sacramento. Para mais ainda quebrar a harmonia do estilo primitivo, vieram as grandes reparações feitas após o terramoto de 1748, que ali produziu consideráveis estragos, como já os franceses em 1566 tinham também causado danos irreparáveis. Nos fins do século XVIII, o cónego João Paulo fez reconstruir à sua custa alguns altares que estavam em adiantada ruína e mandou também abrir as actuais janelas da fachada principal, que notavelmente contrastara com a porta ogival e com a rosácea do alto, tirando aquele frontispício as puras linhas do estilo manuelino que lhe eram peculiares.

Vieram depois as marmorizações nas esbeltas colunas, as camadas de cal na bela e característica frontaria, e ainda outras heresias artísticas que por ali impunemente se perpetraram...

Merece uma referência especial a capela do Santíssimo Sacramento, que é, no seu conjunto, duma notável beleza, com os seus finíssimos mármore e preciosa entalhadura em madeira dourada. Apesar de pequena, tem tal aspecto de grandeza e majestade que impressiona profundamente o visitante.

Nesta igreja se encontra uma das grandes maravilhas da ourivesaria portuguesa do século XVI, que é uma cruz processional oferecida por el-rei D. Manuel à primeira Sé episcopal que se fundou nos nossos domínios ultramarinos. Apesar de um pouco extensa, não podemos deixar de transcrever neste lugar a descrição que dela faz Pinheiro Chagas na sua História de Portugal: «Foi esta uma das maravilhas da Exposição de Arte Ornamental em Lisboa em 1882. É de prata dourada, cercada toda de um filigramado ou rendilhado, do mais elegante trabalho. Os braços da cruz, terminados cada um por um retábulo fechado por três semicírculos no superior e por quatro nos outros três, apresentam em relevo Jesus-Christo no horto, o beijo de Judas, a flagelação e o Ecce-Homo. No alto, fechando inferiormente o retábulo superior, está a fita da inscrição. A figura de Christo, em alto-relevo, está encostada a um ornato elegante de folhas de carvalho, que termina lateral e inferiormente junto às mãos e aos pés, e superiormente vai até a inscrição, formando ahi como que dois voluteados. – Na face posterior, que não se vê na gravura, está a imagem de Christo em pé, sustentando na mão um globo sobrepujado pela cruz. Quatro retábulos, no extremo da cruz, em correspondência aos da face anterior, existem na posterior, representando os quatro evangelistas. No remate inferior, antes do nó, acham-se as armas reaes de Portugal, lavradas e sustentadas por dois anjos. Todo o moldurado da haste é orlado interiormente por um cordão, que também cerca superior e inferiormente as armas, e ella assenta sobre uma base hexagonal, também ornada na aresta exterior de um cordão. – Inferior a tudo ha o pé da cruz que serve para encaixar em haste de madeira. Entre este e a base

ergue-se o bellissimo nó. Do pé surgem umas ramadas de carvalho, que parecem sustentar o nó. Este levanta-se em forma de templo gótico, em três andares, profusamente ornamentado, cercado de coruchéus, arco botantes ou botaréus, todos armados de estatuetas cobertas por baldaquinos do mais esquisito e gracioso lavor. – Ao centro de cada face e de cada andar do nó ha uma espécie de porta ou janella, toda floreada, e cada um diminuindo de altura, da inferior para a superior. Todo este corpo ou nó é rematado superiormente, de ambas as faces, posterior e anterior, pelas armas reaes de Portugal, sustentadas por dois anjos, como as outras de que já falamos; nas duas faces que ladeiam as armas, ressaltam em alto relevo, as espheras armillares, conhecendo-se que faltam as da face posterior.

«Este portentoso artefacto acha-se um tanto damnificado, por mutilações provenientes do tempo. – A cruz é evidentemente do princípio do século XVI e deve ter sido dada por D. Manuel, como bem demonstram as armas e espheras, quando em 1514, fez crear o bispado do Funchal—O esculpturado das figuras e uma certa suavidade nas formas da cruz, fazem-nos crer que se o artefacto não veio de fora e foi lavrado no paiz, devem ter trabalhado nelle artistas estrangeiros da vasta pleiade dos que se achavam estabelecidos aqui, attrahidos das suas riquezas, e que até tinham muitas questões com os nacionaes».

O órgão grande da nossa Sé, que se encontra no coro principal, foi mandado construir pelo bispo diocesano D. Jeronimo Fernando, que esteve à frente desta diocese no período decorrido de 1624 a 1641. Para a época, era considerado como uma peça de muito valor, tendo sido delineado e traçado o seu desenho pelo padre Antonio Gonçalves e fabricado por um artífice, natural de Cordova, chamado João Manuel. O órgão mais pequeno, que se acha no coro junto da capela-mor, foi adquirido no ano de 1736, tendo sido de 1.100\$000 réis o custo da sua compra, transporte e colocação no lugar onde se encontra (1921).

Por ocasião das cerimónias da Semana Santa, levanta-se na capela do Senhor Jesus o chamado camarim ou trono, que, no seu conjunto, é duma rara beleza e elegância. Tem uma grande altura e ocupa todo o espaço da capela, que é bastante vasta, sendo composto por centenas de peças, muitas das quais em bela talha dourada. É do primeiro quartel do século passado.

Com respeito ao pessoal eclesiástico da Sé Cathedral, já dissemos o suficiente no artigo Cabido (volume I, página 179), para onde remetemos o leitor. V. Neale.

A este artigo, transcrito integralmente da primeira edição do Elucidário, conviria acrescentar novos elementos acerca da história, arquitectura, obras de arte e preciosos objectos do culto da nossa Sé Catedral e bem assim corrigir algumas deficiências de informação que no mesmo artigo se notam, mas não o permitiu fazê-lo o limitado espaço de que podemos dispor nestas páginas.

Tomamos a liberdade de remeter o leitor para o opúsculo da nossa autoria, intitulada A Sé Catedral do Funchal e publicado no ano de 1936, em que tratámos o assunto com maior desenvolvimento, depois de havermos colhido outras notas nas diversas obras, que conseguimos consultar, em um rápido estudo a que procedemos.

1485 – Por Carta de 5 de Junho deste ano, fez o duque de Beja D. Manuel, como grão-mestre da Ordem de Cristo, cedência do terreno necessário, no Campo do Duque, para a edificação da «Igreja Grande».

1488 - O alvará-régio de 21 de Outubro autorizou a arrecadação de um imposto, sob o nome de «penas», destinado á nova construção.

1493 – Data conjectural do início das respectivas obras, que tiveram uma larga duração.

1493–1521 – Dentro deste período de tempo, expediu D. Manuel, como grão-mestre da Ordem de Cristo e depois como monarca, vários diplomas, criando receitas e concedendo diversas «isenções» a favor da futura Catedral, sendo a ele que principalmente se deve a sua construção.

1508 – O bispo titular D. João Lobo procedeu à benção do novo templo, ainda em atrasada construção, e para ele se fez a transferência da sede da paróquia, que então era na igreja de Nossa Senhora do Calhau.

1516 – No ano de 1514, com a criação da diocese, foi a «igreja Grande» transformada em Sé Episcopal, sendo benzida pelo bispo titular de Dume, D. Duarte, a 18 de Outubro de 1516.

1518–1521 – A oferta da conhecida e preciosa cruz, feita pelo rei D. Manuel, e que é uma maravilha da ourivesaria portuguesa do século XVI, deve fixar-se aproximadamente por esta época.

1533 – É criado o arcebispado do Funchal, com quatro bispados sufragâneos, sendo a nossa Catedral elevada à categoria de Sé Arquiepiscopal, havendo o arcebispado sido extinto no ano de 1551.

1566 – Com o terrível saque dos huguenotes franceses, sofreu a Sé Catedral muitos ultrajes e profanações e foi também objecto de sérias danificações em diversas obras de arte.

1578– Realizou-se neste templo com notável brilho o primeiro sínodo diocesano, em que foram promulgadas umas «Constituições Diocesanas» publicadas no ano de 1585 em um volume de XVI- 188 páginas e que hoje constituem uma grande raridade bibliográfica.

1608- Morre o prelado D. Luís Figueiredo de Lemos e foi sepultado na Sé Catedral, tendo também ali a sua última jazida os bispos D. Gabriel de Almeida, falecido no ano de 1674, D. Fr. António Teles da Silva (1682), D.Fr.João do Nascimento (1753), D. Gaspar Afonso da Costa Brandão (1784), D. Luís Rodrigues de Vilares (1810) e D. Aires de Ornelas de Vasconcelos (1880).

1630– Aproximadamente por esta época começaram as obras da conclusão da capela-mor com o seu belo apainelamento e interessante cadeirado.

1730–1740 – Neste decénio se procedeu à construção da sacristia-mor e da casa capitular e suas dependências.

1748 – O terramoto ocorrido neste ano causou bastantes estragos no edifício da Sé, especialmente na sua torre e frontaria.

1755-- Em torno desta época se procedeu à inteira reedificação da capela do Santíssimo Sacramento, tendo a antiga sido demolida.

1775– É colocado um relógio na torre da Sé Catedral, o qual em 1922 foi substituído por outro, oferecido por um súbdito estrangeiro, tendo a colecção de sinos ali existente sido adquirida no ano de 1812.

1805– É sepultado nesta igreja, em lugar que se ignora, o ilustre pintor português Francisco Vieira, conhecido por «Vieira Portuense».

1940– É inaugurado o «Museu Diocesano de Arte Sacra», que ficou instalado nas salas da Casa Capitular.

Sedição de 1668. V. Motins populares (volume II, página 400).

Segurelha (*Thymus vulgaris*). Pequena Labiada lenhosa, muito cultivada nas hortas madeirenses. Os seus ramos, providos de pequenas folhas aromáticas, são muito usados como tempêro nas cozinhas. Também lhe chamam cheiros.

Seixal (Freguesia do). Lutamos com uma grande escassez de notícias acerca desta paróquia, a começar pela ignorância relativa á mais segura grafia com que deve ser fixado o seu nome. Resolve-se parcialmente a dificuldade, procurando descobrir-se com exactidão a origem desta palavra aplicada aquela freguesia. Provém o nome de seixo, significando pedra, calhau, ou tirou sua origem de seixo, que designa uma espécie vegetal? Adopta-se geralmente a ultima acepção do termo, com o fundamento de que a primeira é muito pouco conhecida entre nós, especialmente nas classes menos cultas. Mas sê-lo-ia nos primitivos tempos da colonização? Virá a proposta recordar que, no dia imediato ao do primeiro desembarque realizado em Machico, puseram os descobridores o nome de porto do Seixo a uma pequena praia, que hoje pertence à freguesia de Água de Pena, «por causa do que nelle se achou», diz o historiador das ilhas. Os modernos dicionaristas escrevem seixo em ambas as acepções já indicadas, mas, em vocabulários mais antigos, encontra-se seixo para designar calhau, e seiço com a significação de árvore ou planta. A palavra, para indicar a paróquia de que nos vimos ocupando, encontra-se escrita com ortografia diversa e até extravagante: Seisal, - Seiçal, Seissal, Ceisal, Ceixal e Seixal. Algumas destas grafias são manifestamente incorrectas, mas é uma forma correcta, embora antiquada, a de Seiçal, que é também a mais comum nos documentos antigos. Ser-nos-ia interessante e valioso conhecer a transformação que, nos registos do respectivo arquivo paroquial, sofreu este vocábulo num longo período de tempo superior a três séculos, o que não pudemos infelizmente verificar. Somos de opinião que o nome desta freguesia foi tomado de Seixo ou Seiço, pequena árvore ou arbusto do género *Salix* e da família das *Salicaceas* que, dizem as publicações botânicas, «se encontra nos leitos das ribeiras e em muitas rochas húmidas da Madeira», sendo provável que em maior abundância estivesse espalhado nesta ilha na época da descoberta e dos primeiros povoamentos. Entendemos que a verdadeira ortografia a adoptar seria a de Seiçal, mas tendo-se introduzido e generalizado a de Seixal, será talvez hoje inútil lutar contra o uso comumente estabelecido, que para muitos poderia parecer uma inovação pretensiosa e ridícula.

Os terrenos que constituem hoje a freguesia do Seixal pertenceram primitivamente à freguesia do Porto Moniz, quando esta era talvez apenas a sede duma simples capelanía com o exercício de funções paroquiais. Dizia Gaspar Frutuoso em 1590: «De São

Vicente a três legoas está o Seixal que he freguesia de até vinte fogos, com huma igreja da invocação de São Braz. Tem muitas terras de grandes criações, e lavrança de pão e vinho, e fruta de toda a sorte». O actual orago da respectiva igreja é Santo Antão, e julgamos que sempre o foi, e não São Brás, como se lê em Frutuoso.

Tanto o anotador das Saudades que seguiu as indicações das Memórias... do Estudo Ecclesiastico, como o Índice Geral da Provedoria..., que tantas vezes temos citado, dão o Seixal como erigido em paróquia pelo alvará régio de 20 de Junho de 1553 sendo portanto esta a data da sua criação. Foi primeiro pároco o padre Francisco da Arca, que teve, como cõngrua anual, 7400 réis em dinheiro e uma pipa de vinho arbitrada pelo referido diploma de criação. O alvará régio de 10 de Fevereiro de 1502 acrescentou lhe um moio de trigo, e os alvarás de 22 de Novembro de 1575 e 9 de Junho de 1581 elevaram-na respectivamente a 20\$000 e 25\$000 réis anuais, aumentada com meio moio de trigo e um quarto de vinho pelo alvará régio de 10 Setembro de 1589 tendo o alvará de 15 de Dezembro de 1678 reduzido esse vencimento a 19\$000 réis e um moio e meio de trigo e uma pipa de vinho.

Sítios principais: Serra de Água, Portada, Penedo, Lombinho, Cova, Feiteiras, Farrobo, Ribeira da Lage, Fajã da Parreira e Ribeira Funda.

Tem 1203 habitantes (1921).

Seixas. O primeiro deste apelido de que há notícia, foi José de Seixas, que casou com D. Luísa de Mendonça que, tendo-lhe sobrevivido, fundou a capela de Nossa Senhora do Amparo. Este José de Seixas era cõsul espanhol em 1686.

Seixo (*Salix canariensis*). Arbusto ou pequena árvore de folhas lanceoladas, acinzentadas, glaucas na página inferior; flores dióicas, dispostas em amentilhos. É frequente no leito das ribeiras e em muitas rochas húmidas da Madeira. A madeira desta Salicacea é leve e de cor baça ou avermelhada; usam-na para embutidos.

Selaginéláceas. Estas Criptogamicas Vasculares estão representadas na Madeira pelas espécies seguintes: Selaginela Kraussiana e S. denticulata. A primeira é planta naturalizada; a segunda é planta indígena e muito comum quasi por toda a parte.

Selvageira (*Sideritis Massoniana*). Labiada subarbutiva, esbranquiçado-tomentosa; flores dispostas em racimos quasi sempre paniculados; cálices lanuginosos; corolas muito pequenas, amarelas. Encontra-se nas ravinas do interior da Madeira, na Ponta de S. Lourenço, no Porto Santo e nas Desertas. As plantas madeirenses têm as folhas maiores e a inflorescencia mais ramificada do que

as plantas das outras ilhas. A selvageira, conhecida na Madeira pelo nome de herva branca, é planta util no tratamento das tosses. etc.

Selvagens. O pequeno grupo das Selvagens, que politicamente faz parte do arquipélago da Madeira, está entre 30° e 30° 10' de latitude norte e 16°7, e 16°20' de longitude oeste do meridiano de Greenwich, e é formado pelas ilhotas seguintes: Selvagem Grande, Selvagem Pequena e ilhéu de Fora. A segunda destas ilhotas é conhecida também pelas denominações de ilhéu Grande e Pitão Grande, e a ultima pelas de ilhéu Pequeno e Pitão Pequeno.

O Sr. Alberto Artur Sarmiento no seu opúsculo As Selvagens, dá á Selvagem Grande 2,5 quilómetros de comprimento e 2,2 quilómetros de largura, e a superfície de uns 5 quilómetros quadrados, acrescentando que as suas costas são escarpadas e de difícil abordagem pelo grande numero de rochas que a rodeiam. Segundo o Sr. Adolfo de Noronha, as escarpas marítimas da ilha podem atingir 100 metros de alto, sendo porém os terrenos interiores mais ou menos planos, excepto a leste, onde se ergue o pico dos Tornozelos, e a oeste, onde está o pico da Atalaia, este sôbre o mar, sendo a sua altitude avaliada em cerca de 150 metros. Ao sul, há ainda um pequeno cabeço, o do Inferno, a cerca de 115 metros acima do nível do mar.

A Selvagem Grande dista da Ponta da Agulha, no Bugio, uma das três Desertas, 250 quilómetros, do porto do Funchal, 280, e da ponta do Hidalgo, em Tenerife, 165 quilómetros, ficando portanto mais próxima do arquipélago das Canárias do que do da Madeira. É despovoada, como as duas outras ilhotas do grupo, e os seus melhores ancoradouros são a enseada das Pardelas, a leste, e uma outra ao sul, protegida pelo cabeço do Inferno. No sítio a que chamam a Estancia, a sudoeste, está o melhor local para o desembarque, sendo por isso que para ali se dirigem os barcos quando tem gente a lançar em terra. Há naquele sítio um telheiro e uma furna com parede e porta, onde os visitantes se podem abrigar, e para o interior existe uma casinhola coberta de folhas de zinco, que também pode servir de abrigo aos que pretendam pernoitar na parte central da ilha.

Construíram-se na Selvagem Grande duas cisternas onde se encontra água durante todo o ano, e há também ali três pequenas fontes – a das Ovelhas, sob o pico da Atalaia, a Salgada e a das Galinhas–que só fornecem alguma água durante uma parte do ano. Há vestígios de se terem feito algumas obras na fonte das Galinhas, no alto da ilha.

As Selvagens são de origem vulcanica, e na Selvagem Grande, diz o Sr. Alberto Sarmiento, as escórias porosas e denegridas que a formam, influenciadas pela acção subaerea, foram-se separando, de sorte que tornam o terreno quebradiço, num piso de lápilis de massa vitrificada e estrutura microlítica.

O Dr. Gagel, que estudou umas colecções organizadas pelo Sr. Adolfo de Noronha, supõe que as Selvagens deviam ser essencialmente formadas de fonolite, com uma camada de lavas basálticas mais recentes e com escórias e pequenos jazigos de fósseis.

Uma extensa galeria subterrânea, do comprimento de 150 metros, diz ainda o Sr. Sarmento, é bastante curiosa, por ser talvez formada por um canal ou respiradouro vulcânico, onde mais tarde prolongadas infiltrações vieram depositar um jazigo de sulfato de cal de cristalização sacaróide, interessante ainda pelos revestimentos que opera sobre as rochas, numa crosta facilmente desagregável, cuja face inferior aparece recamada de brilhantíssimas palhetas brancas.

Por cima das Pardelas, em lugar alto, há um jazigo conculífero miocénico, e no sítio do Risco, na altura de 90 a 100 metros, há um outro jazigo terciário. Perto do mar e nas proximidades do Cabeço do Inferno, há vestígios de conchas marinhas modernas subfossilizadas.

O alto do pico de Tenerife avista-se em certas ocasiões da Selvagem Grande, e lê-se algures que em nenhum outro ponto do globo se descortina terra a tão grande distância.

A Selvagem Pequena é baixa, plana e coberta de areias calcárias, as quais, diz o Sr. Adolfo de Noronha, vão entestar com areias marinhas, depositadas ao fundo de baías formadas por platós de erosão, encaixilhados entre pontas que avançam para o mar. Segundo o Sr. Sarmento, esta ilhota mede 2 quilómetros de comprimento e 1 de largo, mas diz-nos o Sr. Noronha que a forma da mesma ilhota se acha muito mal representada nas cartas antigas, tanto francesas como inglesas, sendo de crer portanto que essas medidas se afastam bastante da verdade.

Não existem na Selvagem Pequena nem fontes nem cisternas de forma que o visitante tem de trazer água da Selvagem Grande, que está a distância de 15 quilómetros. Encontram-se na ilha umas paredes, construídas talvez em antigos tempos, com as quais se pode formar um abrigo, lançando sobre elas uma vela de navio ou qualquer outra cobertura. A única eminência que existe na Selvagem Pequena é o pico do Veado, cabeço rochoso com 140 metros de alto.

Separado da Selvagem Pequena por um braço de mar com cerca duma milha de extensão, está o ilhéu de Fora, também baixo e coberto de areias, cujo comprimento regula por 1200 metros, sendo a sua maior largura de 400 metros. É desprovido de águas e não tem eminência alguma, abundando nele os calcamares, ave marinha a que já nos referimos nesta obra e que faz criação em escavações ou galerias subterrâneas. Idênticas escavações se encontram na Selvagem Grande, onde a mesma ave é também muito comum.

As cagarras são a principal riqueza das Selvagens, e apesar de serem caçadas anualmente umas 20 a 22 mil, segundo dizia em 1901 o falecido padre Ernesto Schmitz num artigo publicado no Cosmos, a sua população não diminui, o que prova a sua grande densidade. Devem portanto exceder o total de 60:000, porque cada cagarra põe apenas um ovo, e é necessario haver pelo menos 40:000 para uma reprodução anual de 20 mil. As Selvagens, ou melhor a Selvagem Grande, são visitadas todos os anos, geralmente em Setembro, por troços de caçadores que dali trazem muitos coelhos, cagarras e peixe salgado, que encontram sempre compradores no Funchal. A cagarra vive nas três ilhas do grupo, mas o coelho, que é de raça pequena, como o do Porto Santo, só se encontra na Selvagem Grande, onde tem destruído muitas espécies vegetais que ali existiam outrora. Da Selvagem Grande vêm também grandes quantidades de lapas salgadas ou em vinagre (1921).

As cabras existiram outrora na Selvagem Grande, e encontram-se ali agora, além dos animais já mencionados, duas espécies de ratos (V. este nome), a lagartixa, a osga e diferentes aves, entre as quais o garajau, o francelho, o corre-caminho, o anjinho, a gaivota e o pintainho. Vive nas três ilhotas uma leguminosa (*Lotus Paivae*) que lhes é peculiar, e no ilhéu de Fora é abundante uma variedade da *Euphorbia obtusifolia*.

O grupo das Selvagens é rodeado por uma extensa barreira de recifes que dificulta o acesso das suas costas, sendo o desembarque na Selvagem Pequena, e principalmente no Ilhéu de Fora, muito mais difícil que na Selvagem Grande. Na Selvagem Pequena há praias de calhaus rolados, como na Madeira, e platos de erosão marinha, e entre ela e o ilhéu de Fora há uns rochedos á flor de água e outros debaixo do mar. Os Palheiros são dois rochedos perto da Selvagem Grande, e para o norte do Ilhéu de Fora há alguns recifes, dois dos quais são conhecidos pelas denominações de baixa do Sarmento e baixa do Noronha.

É crença que nas Selvagens foi escondido pela tripulação dum navio espanhol um rico tesouro proveniente do saque de três navios mexicanos, e mais duma vez fizeram os antigos morgados daquelas ilhas pesquisas para encontra-lo. Em 1851, estiveram na

Selvagem Pequena e no Ilhéu de Fora uns ingleses em procura do mesmo tesouro, tendo outras buscas sido feitas pelos mesmos em 1848, 1849 e 1850.

As Selvagens foram descobertas pelos navegadores do infante D. Henrique, tendo Diogo Gomes deixado uma noticia manuscrita acerca da ilha principal do grupo. No século XVI, diz o Sr. Alberto Sarmiento, pertenciam a uma família madeirense do título de Caiados, e, por 1560, foram doadas pelo cónego Manuel Ferreira Teixeira, descendente dos mesmos Caiados, a sua sobrinha D. Filipa Cabral de Vasconcelos, casada com José Ferreira de Noronha Franco, de quem procedia João T. Cabral de Noronha, o ultimo morgado das Selvagens.

Em 1904 foram estas ilhas vendidas pelos descendentes do mesmo morgado ao banqueiro Luis da Rocha Machado, passando por morte deste para a posse do seu filho, que é o seu actual proprietário (1921).

Interessa particularmente a este assunto, um artigo publicado no «Século», de Lisboa, de que vamos fazer alguns extractos.

«Ao longo da costa portuguesa saem do mar cachopos celebrados por tragédias; nas nossas linhas de navegação irrompem fortalezas de rochas. No caminho de três continentes, entre a Europa, a Africa e a América, mas temos a barra de escolhos das Desertas e das Selvagens.

o «Carvalho Araujo», em missão de estudo, partiu há pouco para esse grupo de rochas perdidas na eterna solidão do Atlântico.

Entre Porto Santo, a Madeira e as dezasseis ilhas do arquipélago das Canárias, ficam situadas as Desertas e as Selvagens. Aquelas aproximam-se da Madeira.

A maior atinge catorze quilómetros de comprimento e dois de largura com um cerro de 480 metros. É a única onde se encontra água, embora salôbra. Nunca foi povoada. Existiu ali uma pequena ermida, no tempo do Infante, para socorro dos homens que por lá andavam na sáfara da caça e da pesca. Chamam-se Deserta Grande, Ilhéu Chão, Bugio.

Mais ao Sul, separada das Desertas por abismo oceânico de 4.512 metros de fundo, ergue-se o ilhéu Selvagem. Dista do último daqueles, 250 kms., do Funchal, 280, da mais vizinha ilha das Canárias, Tenerife, 165 kms..

O conjunto das Selvagens ocupa umas oito milhas. Compõe-se da Selvagem Grande, o Pitão Grande, o Ilhéu Pequeno, e mais uma dezena de escolhos.

Selvagens, o ilhéu principal, mede uns 7 quilómetros e meio de comprimento, por 2 de largura. A sua altura maior é de 150 metros. o Pitão Grande, mede uns dois quilómetros de comprimento por 1 de largura; com um maciço central de rochas, erguidas a 140 metros. O Ilhéu Pequeno mede 1.200 metros de comprimento, por 400 de largo, é quasi raso, e mais formado de areal que de rochas.

Descobertas no tempo do Infante, e verificada a sua esterilidade, tomaram posse delas, donatarios que as exploravam para caça, pesca e apanha da urzela, erva tintureira de muito apreço em Inglaterra e na Flandres. Povoadas de cabras e coelhos, por ordem do Infante, em breve renderam bom proveito; pois os animais reproduziam-se bem.

No século XVII, os ilhéus pertenciam aos morgados madeirenses Teixeira Caiados, e, daí, por vendas, passaram à família Rocha Machado, também madeirense, a quem pertencem, agora, os baluartes de rochas chamados Selvagens erguidos na linha de navegação de três continentes...

Desde que o Infante mandou lançar cabras e coelhos nas Desertas e nas Selvagens abunda ali a carne, apesar da falta de água. Os animais dessedentam-se com a mastigação duma planta aborígene largamente ensopada de seiva, e que é um verdadeiro deposito de liquido potável.

Nestas rochas hispidas, cheias de côncavos sombrios, habitam milhares de aves marinhas. Se dermos crédito a um escritor do século XVIII, não se podia, então, andar nas Selvagens sem patinhar os ninhos. Ainda hoje, nos socalcos da rocha, entre os caules das pequeninas plantas rasteiras, abundam os ninhos da passarada. A caça a uma das espécies, a cagarra ocasiona todos os anos um desbaste duns 20.000 animais, e calcula-se que existem nos ilhéus para cima de 60.000.

As Selvagens tem a sua lenda. Através da bruma dos tempos avolumou-se a crença dum tesouro escondido na ilha Maior. Os morgados das Selvagens procuraram afincadamente, durante anos, a fortuna dos piratas oculta na ilhota. A terra foi toda revolvida,

a ponto de tentarem depois, cultiva-la, para de todo se não perder o trabalho feito. Mas desanimaram com a falta de água e a ausência das chuvas.

De 1847 a 1851, segundo consta de documentos, sete ingleses andaram nas Selvagens à procura do tesouro. Fizeram pesquisas em quatro anos sucessivos, gastando 2.500 libras. As ilhas foram inteiramente revolvidas. A crença desse punhado de aventureiros baseava-se na confissão dum agonizante, que contara ter feito parte do navio pirata que saqueara três embarcações mexicanas na guerra dos Estados Unidos as quais iam carregadas de ouro, vindo, depois enterrar o tesouro numa ilha deserta, perto de Tenerife.

Nunca apareceu o tesouro das Selvagens. Nunca saiu ouro ou pão das suas entranhas. Nem alvares nem culturas, nem vidas humanas procuram as cristas das suas rochas, ou a terra arenosa das suas chãs. Apenas as cabras erguem as cabeças satânicas no recorte dos seus píncaros, as aves voltejam aos milheiros, junto aos ninhos ocultos nas suas cavidades. E, uma vez por ano, é a caçada, a chacina, às aves, às cabras, aos coelhos, aos peixes.

Acerca da lendária notícia da existencia de um «tesouro» enterrado nestas ilhas, a que acima se faz referência e de que vários escritores se têm ocupado, oferece um certo interesse os seguintes pormenores, que encontramos em um jornal da capital.

«Ficam em pleno Atlântico, afastadas da linha de navegação para a América do Sul, entre as Canárias, e a Madeira, e pertencem a um dos membros da família Vieira de Castro.

Ninguém lá habita. Água não há. São uns tristes rochedos, escalvados, de natureza vulcanica, profundamente ravinados pelas ondas. Em épocas de emigração das aves, pousam lá as «cagarras», que ali descansam alguns dias do seu voo Atlântico, demandando depois paragens mais risonhas.

Só os espanhois, das Canárias, conhecem as Selvagens, fazendo ali frequentes excursões com o maior desprezo pela nossa real soberania, que não tem quem a represente.

As Selvagens, porém, já despertaram a cobiça dum inglês celebre, o explorador Shackleton, que ha anos morreu no Polo Sul.

É uma história curiosa e misteriosa que valia bem a pena desvendar, tornando imensamente rico qualquer de nós.

Mas é melhor contá-la, saboreá-la.

Um dia o proprietário das Selvagens, almoçava, apressado, com um jornal inglês na frente, quando uma notícia lhe despertou a atenção. Nela dizia-se que Shackleton tencionava explorar aqueles ilhéus, no regresso da sua viagem ao Polo Sul. Mera curiosidade científica - Base para hidro-aviões de longo curso? Sentinelas geográficas para Inglaterra, dominadora dos mares?

Nada disso! Ou por outra, muito mais e melhor. Shackleton ia às Selvagens descobrir um fabuloso tesouro, que um corsário francês ali naufragado no século XVIII escondera em ignorado local. O proprietário das Selvagens, imediatamente telegrafou para Londres ao explorador, proibindo-o de fazer quaisquer pesquisas nos ilhéus.

E nunca mais pensou no caso. Decorreram meses. O telegrama não teve resposta. Tratava-se, naturalmente, pensou o dono das Selvagens, duma fantasia jornalística, sem consequência de maior.

Mas enganou-se. Um dia chegou ao Funchal, no seu barco armado e equipado para a expedição que ia fazer ao Polo Sul, o famoso Shackleton.

O proprietário das Selvagens caiu das nuvens quando o explorador, com aquela linguagem seca e linear, que caracteriza os ingleses, lhe pediu autorização para procurar nos ilhéus o tal tesouro, que seria dividido entre os dois. Aceitou. A volta do Polo Sul, disse-lhe Shackleton, iria a Inglaterra buscar máquinas perfuradoras, pois julgava que o tesouro estivesse enterrado sob algum rochedo, visto que ali são frequentes os desabamentos. Como o nosso compatriota estranhasse bastante a existência do tesouro, tanto mais que nunca tinha ouvido falar nele, Shackleton informou-o de que havia nos arquivos do almirantado inglês, um documento que o comprovava: a narração dum marinheiro sobrevivente do naufrágio do corsário francês.

Vinte e quatro horas depois, Schackleton partia para o Polo Sul, onde morreu. E com ele a ideia de descobrir o tesouro das Selvagens, que lá continua, oculto, misterioso e fabuloso, guardado pelos rochedos indecifráveis.»

Sementeira (*Celtis australis*). Árvore da família das Urticaceas, cultivada nalgumas quintas, praças e jardins do Funchal. É originária da Europa, e tem folhas ovado-lanceoladas, ásperas, serradas, e pequenas drupas que, na época da maturação, isto é, em Setembro, são comidas pelos rapazes.

Semilha. Este nome, dado na Madeira ao *Solanum tuberosum*, planta da família das Solanaceas, deriva da palavra espanhola *semilla*, que parece ter sido escrita numa etiqueta que acompanhou os primeiros tubérculos que vieram para esta ilha, importados de Canárias, e que foi tomada aqui com o nome da planta. A semilha começou a ser cultivada na Madeira em 1760, e multiplica-se por meio dos seus tubérculos fraccionados, devendo cada fragmento conter alguns olhos. Três ou quatro meses depois de terem sido plantados os tubérculos, procede-se á colheita da produção.

A Madeira produz anualmente cerca de 25 milhões de quilogramas de semilhas, podendo calcular-se em 10:000 quilogramas o rendimento médio por hectare (1921).

A semilha é cultivada também no Porto Santo, onde só foi introduzida um pouco depois de 1820.

Esta planta é oriunda dos Andes, na América Meridional, e foi trazida á Europa pelos espanhóis, logo depois da conquista do Peru. Associada a qualquer outra substancia mais rica do que ela em princípios azotados, constitui um alimento excelente para o homem, e pode também ser utilizada tanto crua como cozida no sustento dos animais.

Seminário. O concílio de Trento, que se realizou na cidade de que tomou o nome determinou a criação, em todas as dioceses de um estabelecimento de instrução e educação religiosas, destinado à preparação eclesiástica dos indivíduos que pretendessem ser sacerdotes e em especial dos que se consagrassem á vida paroquial. D. Sebastião, em cumprimento daquela determinação, criou o Seminário do Funchal, por carta régia de 20 de Setembro de 1566, criação que só mais tarde se tornou efectiva, em ano que não podemos precisar, mas que foi no período decorrido de 1573 a 1586. Deve-se aos esforços do bispo D. Jeronimo Barreto o estabelecimento daquela casa de educação e é ele verdadeiramente considerado como o fundador do Seminário do Funchal.

A sua instalação fez-se primitivamente numa casa á rua Direita, junto da habitação do prelado, que então tinha ali a sua residência. Nos fins do século XVI, o bispo D. Luís Figueiredo de Lemos construiu o antigo paço episcopal, de que ainda resta um parte considerável, com a capela que lhe fica anexa, hoje profanada; e para um prédio contíguo ao mesmo paço e para as dependências deste, se transferiu o Seminário nos fins daquele século ou nos princípios do seguinte.

A construção da nova residência dos prelados, que é a que ainda hoje se vê na antiga rua do Bispo, determinou a mudança do Seminário para a casa da rua do Mosteiro Novo, que havia sido destinada para um convento de religiosas (volume III página 398), mas que não chegou a ter a aplicação para que fora construída. O terramoto de 1748 deixou este edifício de tal modo danificado, que teve de ser abandonado, e aquele estabelecimento de instrução instalou-se em outra ou outras casas, que não sabemos onde ficavam, e por ali permaneceu até o ano de 1788.

Foi o bispo D. José da Costa Torres que obteve do governo da metrópole a cedência do antigo Colégio dos Jesuítas para Seminário, o que se deu por carta régia de D. Maria I, de 10 de Agosto de 1787 realizando-se a abertura solene, no novo edifício, a 31 de Março de 1788. Não permaneceu ali por longo tempo, porque a ocupação da Madeira pelas tropas inglesas em 1801, obrigou o Seminário a nova mudança para a antiga casa da rua do Mosteiro Novo depois de convenientemente reparada.

Não tendo o governador e capitão-general D. José Manuel da Câmara feito evacuar o edifício do Colégio, levantou-se um grave conflito entre ele e o bispo diocesano, como já ficou dito a página 216 e 266 deste volume.

Já no artigo dedicado ao saudoso e ilustre bispo D. Manuel Agostinho Barreto (volume I, página 130), nos referimos á construção levantada na cerca do extinto convento da Incarnação e destinada ao Seminário Diocesano, em que o grande prelado, dispendendo ali toda a sua fortuna herdada e adquirida, dotou a diocese com um amplo e esplendido edifício, que é um dos mais belos títulos de glória da sua administração episcopal. Passou o Seminário a funcionar no seu novo edifício em Outubro de 1909, mas a lei de 20 de Abril de 1911 extinguiu o Seminário desta diocese, passando o grande edifício á posse imediato do Estado.

O estabelecimento de instrução e educação eclesiástica voltou á antiga casa da rua do Mosteiro Novo onde funciona presentemente, tendo estado primeiro algum tempo numa dependência do nosso Paço Episcopal, á rua da Carreira, e numa quinta ao sítio do Trapiche, da freguesia de Santo Antonio (1921).

A carta régia de D. Sebastião, de 20 de Setembro de 1566, já citada, estabeleceu o Seminário com doze colegiais e um reitor, dando-lhe a dotação de 300\$000 réis para a sua sustentação e mais 45\$000 réis para o ordenado do mestre de gramática e de canto. Presume-se que os estudantes frequentariam as aulas de humanidades que os jesuítas mantiveram nesta cidade até 1759. Desde este ano até que o liceu desta cidade começou a funcionar em 1837 e onde os seminaristas começaram a cursar as respectivas aulas, não sabemos se os alunos do Seminário teriam cursos privativos dentro do edifício do mesmo Seminário.

Com a vinda para este bispado do eminente prelado D. Manuel Agostinho Barreto, passou o Seminário por uma profunda e radical transformação (volume I, página 130), criando-se ali em 1877 um curso completo de preparatórios, admitindo-se maior numero de alunos e reformando-se inteiramente a disciplina interna, colocando-se deste modo a par dos mais bem organizados estabelecimentos do seu género.

Debaixo de todos os pontos de vista, é o falecido D. Manuel Agostinho Barreto o verdadeiro reformador e restaurador do Seminário do Funchal, e a este estabelecimento deveria ser dado o nome do ilustre e benemérito prelado.

Seria flagrante injustiça não dizer que, para os bons créditos de que moral, religiosa e cientificamente gozava o Seminário nos últimos anos da sua existencia, mais do que ninguém contribuiu o padre Ernesto Schmitz, que dele foi professor e director durante trinta anos, devendo-se-lhe, entre outros melhoramentos importantes, a criação dum museu de historia natural de caracter regional (volume II, página 414), que só por si basta para, entre nós, tornar imorredouro o seu nome prestigioso, como já acentuámos no citado artigo dedicado ao bispo D. Manuel Agostinho Barreto.

O decreto de 25 de Abril de 1927 considerou ilegal a cessão feita à Junta Geral do edificio da Encarnação, mas somente passados seis anos e após uma porfiosa luta é que o Seminário Diocesano voltou a ser ali instalado, começando o seu funcionamento no mês de Outubro de 1933.

Sempre-Noiva (*Polygonum aviculare*). Poligonacea com as folhas geralmente lanceoladas, às vezes ondulado-crespas, e as flores pequenas, rosadas, ou brancas, dispostas em fascículos. É frequente nos caminhos e terrenos incultos. A infusão desta planta é diüretica e empregada no tratamento do reumatismo.

Sena Freitas (Cónego José Joaquim). Este conhecido escritor e orador nasceu na ilha de São Miguel no ano de 1840, e morreu na cidade do Rio de Janeiro, a 22 de Dezembro de 1913. Esteve muitas vezes no Funchal e aqui proferiu vários discursos, alguns dos quais vêm insertos na sua obra Palavra do Semeador. No opúsculo «As Novidades» no pelourinho, ocupa-se de varias cousas respeitantes à Madeira. O cónego Sena Freitas escreveu alguns belos artigos descritivos do Funchal.

Os seus restos mortais, vindos do Brasil, estiveram durante alguns dias depositados na antiga capela de Santa Isabel do Hospital da Misericórdia do Funchal e ali se celebraram exéquias solenes, sendo a 2 de Março de 1925 transportadas para a ilha de São Miguel, onde foram dados á sepultura.

Senhor dos Milagres. V. Cristo (Capela) (volume I, página 332).

Sequeira. Este apelido de família procede de Lopo Vaz de Sequeira, que teve terras de sesmaria na Lomçada da Ribeira Brava e foi casado com Leonor Gonçalves do Pó.

Sequeira (Dr. Mauricio Augusto de). Nasceu no Funchal a 17 de Julho de 1845 e nesta cidade faleceu a 31 de Outubro de 1911. Era bacharel formado em filosofia e medicina pela Universidade de Coimbra e exerceu a profissão medica no Funchal, tendo também sido aqui professor da extinta Escola Medico-Cirurgica e da cadeira de física, química e historia natural no nosso liceu. Escreveu um compêndio de física para uso dos institutos secundários, que não chegou a dar á estampa, cremos que por haver perdido a vista alguns anos antes do seu falecimento e ter abandonado a partir de então os estudos científicos a que se dedicava. V. Mouraria.

Sericicultura. Houve em antigos tempos algumas tentativas para a criação do bicho de seda na Madeira, tendo o Dr. Gaspar de Teive chegado a fazer em 1571 um contrato com um fabricante de seda para a produção deste artigo na ilha. Os jesuítas deram um certo impulso á sericicultura, mas ignoramos se se chegou a fabricar qualquer tecido de seda na Madeira.

Em 1877, montou o falecido conde do Canavial várias instalações na Praça da Rainha, destinadas à criação do sirgo, e fez aí grandes plantações de amoreiras brancas, não chegando porém a tirar resultados alguns destes trabalhos. As plantações de amoreiras foram quási todas destruídas pelos grandes vendavais do princípio do ano de 1881.

A este assunto, oferece particular interesse e pode prestar algum apreciável serviço, o excelente artigo publicado no «Diário da Madeira» de 13 de Outubro de 1921, que queremos deixar arquivado nas colunas deste Elucidário.

Entre essas iniciativas, brotadas da sua alma e gizadas pela sua inteligência (Conde do Canavial), figura a adaptação à Madeira da sericicultura ou, talvez com mais rigor, sericicultura, que é a reunião das operações e processos relativos á produção da seda, envolvendo consequentemente tanto a criação dos insectos produtores como a arte do fabrico da seda.

Em prospectos de edição popular, espalhados por toda a ilha, instruiu-se então o povo madeirense sobre a forma do fabrico da seda, instruções feitas com toda a clareza e detalhe que iam desde o modo da criação do sirgo até á descrição pormenorizada de todas as suas metamorfoses e forma de tratamento nas diferentes idades atravessadas. Pediu-se o auxilio das autoridades civis e eclesiásticas requereu-se o concurso das câmaras municipais no sentido de proceder-se a uma grande plantação de árvores de que se alimenta o insecto produtor, chegou-se mesmo a fazer alguns ensaios, mas o certo é que tal iniciativa, ou fosse por falta de recursos ou fosse por falta de perseverança, não chegou a converter-se em obra.

E, entretanto, estamos ainda convencidos de que a ideia de desenvolver a indústria da seda na Madeira não é uma infantilidade, nem uma ideia audaciosa, nem muito menos um sonho incapaz de desdobrar-se num facto no domínio das realidades praticas.

Com efeito, a indústria da seda desenvolve-se hoje em muitos países que estão longe de possuir as condições naturais que distinguem a Madeira e que por esse motivo fazem suprir a falta de tais condições com o emprego de processos que tornam a produção da seda dispendiosa e menor do que aquela que poderíamos obter nesta ilha.

Nesses países onde mais floresce a indústria da seda, faz-se em geral somente uma colheita anual, em virtude do fraco desenvolvimento que aí tem as árvores de que os insectos se nutrem, e, além disso, estes teem de ser creados ao calor de estufas e fogões, para assim resistirem ás consequências quasi sempre funestas das grandes variações atmosféricas.

Ora, a Madeira, em vista da benignidade excepcional do seu clima, acha-se em circumstancias bem mais favoráveis para a indústria do que esses países, pois tomando aqui as amoreiras mais rápido desenvolvimento, poderiam facilmente fazer-se duas colheitas anuais e, com referênciã aos insectos, estes poderiam ser creados naturalmente, sem o emprego de meios estranhos e sempre dispendiosos que amparassem as suas condições de vida.

Além disso, a cultura das árvores especiais que se careceria de fomentar não roubaria o lugar ás outras culturas de que também necessitamos para nosso alimento e riqueza da nossa balança económica, pois para isso se aproveitariam com intelligência e cautela os pontos onde outra cultura não fosse possível ou não oferecesse mais vantagem.

Por estes motivos, julgamos, ainda neste momento, bem merecedora de análise de estudo e ponderação a ideia que aqui deixamos esboçada, evocando a personalidade do Conde de Canavial e recordando alguns dos frutos do seu cérebro de investigador e da sua alma de patriota.

E, como sobre este assunto nos achamos hoje na mesma situação em que nos encontrávamos ha quasi 50 anos, quando a ideia foi agitada nesta ilha, digamos como o Conde de Canavial em 1874: – « Que ha, pois, a fazer. – Provocar fortemente a atenção dos que estão em circunstancias de explorar este novo ramo de indústria; doutrina-los nos meios práticos de o conseguir, apontando-lhes além disso, como estímulo, exemplos de outros países, onde com menos vantagens naturais se teem colhido desta mesma indústria os mais profícuos resultados».

Seringa (O). O primeiro número deste jornal saiu a 3 de Junho de 1918 e o duodécimo, que julgamos ser o ultimo, a 21 de Agosto do mesmo ano.

Serpa Pinto (Alexandre Alberto da Rocha). Este conhecido explorador do Continente Negro esteve no Funchal pelos anos de 1875, tendo feito parte, como capitão, do extinto batalhão de caçadores n.º 12. Era amigo íntimo do falecido major Daniel Simões Soares, também oficial do mesmo regimento, com quem chegou a combinar uma viagem de exploração a Africa Austral, que nunca chegou a realizar-se.

Serpa Pinto nasceu a 20 de Abril de 1846 e faleceu a 28 de Dezembro de 1900. A narração da sua aventureosa viagem no continente africano consta do livro que escreveu, intitulado A Carabina d'el-rei.

Serpente (*Muraena anatina*). Peixe murenida, conhecido também pela denominação de moreia serpente, e que é raro nas costas do arquipélago. A sua dentada é mais perigosa que a das outras espécies de moreia que vivem nas nossas aguas, podendo dar lugar a acidentes graves. É apreciado por causa do seu fino sabor.

Serra de Água (Freguesia da). No artigo Madeiras (volume II, página 323), dissemos que, depois do grande incêndio ateado pelos primitivos colonizadores, repovoou-se rapidamente esta ilha de espécies arboreas, e se ela perdeu, com aquele fogo, a primeira e nativa opulência do seu arvoredo, não pode duvidar-se que a breve trecho se cobriu duma extensa e abundante vegetação florestal. O comércio e a exportação de madeiras foram uma consequência lógica da abundância dessa luxuriante vegetação. Vários engenhos

e máquinas, construído especialmente nas margens das correntes mais caudalosas, para o aproveitamento da sua força motriz, se levantaram em muitos pontos da ilha, dando-se a esses aparelhos mecânicos, certamente de construção bem rudimentar, o nome de serras de água. Há muitos lugares da Madeira que ainda hoje conservam êsse nome, e nas freguesias da Boaventura, Faial, Machico, Santana e Seixal existem sítios povoados e de relativa importância que têm igual nome.

A freguesia da Serra de Água que fica no interior da ilha, deveria ter sido, como ainda hoje se pode verificar, um centro de vastos e opulentos arvoredos. Sendo atravessada por uma caudalosa ribeira, relativamente fácil se tornaria ali a montagem duma serra de água, que a proximidade do porto da Ribeira Brava convidava para o embarque das madeiras. Houve um sítio com aquele nome, estendendo-se este às circunvizinhanças e mais tarde á freguesia. Quando esta foi criada, já aquele lugar era conhecido pelo nome de Serra de Água.

Esta freguesia acha-se situada em grande parte num extenso, fundo e apertado vale, circundado por alterosas e abruptas montanhas. Rodeam-na o pico da Cruz, o pico do Cedro, o pico Grande e outros, todos de agigantada estatura e de uma agreste e imponente magnificência.

A paróquia da Serra de Água foi criada pelo alvará régio de 28 de Dezembro de 1676, tendo o prelado diocesano D. Fr. Antonio da Silva Teles realizado a erecção dela por provisão episcopal de 2 de Fevereiro de 1678.

A sede da nova freguesia instalou-se na pequena capela de Nossa Senhora da Ajuda, que ali já existia e cujo ano de construção e instituidor ignoramos. Foi notavelmente ampliada pelos anos de 1699, tendo o mandado do Conselho da Fazenda de 2 de Maio de 1698 ordenado que se ultimassem as obras começadas.

O alvará régio de 5 de Março de 1680 fixou ao pároco de então, que era o padre Manuel da Silva, o vencimento anual de 12.000 réis, uma pipa de vinho e um moio de trigo, tendo esta cõgrua sido ratificada e sem aumento algum, pelo alvará de 5 de Outubro de 1749.

A Serra de Água pertenceu ao concelho da Ponta do Sol desde a criação deste em 1835, fazendo actualmente parte do concelho da Ribeira Brava, que foi criado no ano de 1914 e instalado a 2 de Agosto do mesmo ano.

Os principais sítios são: Achada dos Aparícios, Boqueirão, Caminho do Matias, Eira da Moura, Fajã Redonda, Fajã dos Vinhaticos, Lage, Passal, Pedra, Penedo, Pereira, Pinheiro, Poiso, Rocha Alta, Terra Grande e Travessa.

A sua população é de 1580 habitantes (1921).

Serra e Moura (Tomás Nunes de). Foi nomeado governador civil da Madeira por decreto de 29 de Dezembro de 1883 e tomou posse deste cargo a 9 de Janeiro de 1884.

Como par do reino efectivo, representou este arquipélago no parlamento, na sessão legislativa de 1887 a 1889.

Morreu em Lisboa a 26 de Março de 1917, sendo juiz aposentado do Supremo Tribunal da Justiça.

Serras de Água. No artigo respeitante à freguesia da Serra de Água e no artigo Madeiras (II-373), já nos ocupámos das «máquinas» ou «engenhos», que se construíram nas margens das mais caudalosas correntes, empregadas na serração das madeiras, especialmente as que se destinavam á exportação para o continente português e ainda para o estrangeiro. Fornece a este assunto, no que particularmente diz respeito á legislação que o regulava, interessantes informações um opúsculo Serras de Agua da autoria do distinto madeirense Dr. Jordão Apolinario de Freitas.

Serviços Agrícolas. Os serviços agrícolas madeirenses foram reorganizados pelo decreto n.º 8089, de 30 de Abril de 1922, que os dividiu, na estação agrícola da 9.^a Região, em três grupos, a saber: grupo de serviços físico-químico e tecnológicos, grupo de serviços culturais e biológico-agricolas, e grupo de serviços do régimen de açúcar, álcool e aguardente. O chefe da estação agrícola, que dirige igualmente um dos grupos de serviços, é engenheiro-agronomo, sendo também engenheiros-agronomos os directores dos outros dois grupos de serviços.

Além dos três engenheiros agronomos, deverá a estação ter dois regentes agrícolas, um analista e um preparador, não sendo, portanto, por falta de pessoal técnico que a agricultura madeirense deixará de prosperar. A estação agrícola tem administração autónoma nos termos dos decretos com força de lei de 16 de Maio de 1911 e 14 de Dezembro de 1912.

O decreto de 3 de Abril de 1922 manteve e colocou sob a dependencia da estação agrícola da 9.^a Região, os quatro seguintes postos experimentais, criados pela extinta Junta Agrícola: postos de Louros e Ribeira Brava, na zona baixa da ilha; posto do Santo da Serra, na zona media; é posto do Paul da Serra, na zona alta.

A estação agrícola da 9.^a Região é subordinada à Direcção Geral dos Serviços Agrícolas.

V. Região Agrícola e Sindicato Agrícola da Madeira.

Serviços Florestais. Desde 1897 que estão a cargo duma repartição dirigida por um regente florestal, a qual se tem limitado até hoje a fazer algumas plantações de árvores exóticas no Porto Santo e a promover a sementeira do pinheiro marítimo na região montanhosa da Madeira. Da conservação e propagação das árvores indígenas não se tem cuidado até o presente, sendo possível que muitas das mesmas árvores venham a desaparecer dentro em pouco, mercê das devastações que nelas fazem constantemente os lenheiros, os carvoeiros e os gados (1921).

Pelo decreto de 3 de Abril de 1922, ficaram provisoriamente a cargo da estação agrícola da 9.^a Região os serviços da policia florestal que pertenciam á extinta Junta Agrícola.

A lei n.º 26, de 9 de Julho de 1913, criou quatro secções florestais, que foram divididas em zonas, ficando a do Funchal com o n.º 25 e compreendida na quarta secção, com sede em Lisboa, e o decreto de 8 de Maio de 1918 estabeleceu oito circunscrições florestais, ficando o Funchal incluído na sexta circunscrição, com sede em Lisboa, e dezoito regências florestais, ficando a do Funchal com o n.º 18.

V. Arborização, Gados, Madeiras e Policia Florestal.

Sesmarias. As leis das sesmarias precederam neste arquipélago o contrato de colónia (volume I, página 290), ou talvez com mais propriedade e acerto se possa dizer que a sesmaria evolucionando e adaptando-se ás condições do meio, se transformou no contrato de colonia. Pela exposição que faz Gama Barros na sua monumental Historia da Administração Publica em Portugal acerca das leis de sesmaria criadas no reinado de D. Fernando, vê-se que essas leis tinham principalmente em vista tornar produtivas as terras que os seus proprietários conservavam abandonadas, não perdendo eles, no entretanto, o direito de propriedade. Na Madeira, sabe-se que os donatarios, conforme lhes fôra permitido pelas cartas de doação do infante D. Henrique, concediam os terrenos em sesmaria, o que se praticou em grande escala em toda a ilha, além das doações que foram feitas directamente pelos monarcas, mas

ignora-se se as terras eram concedidas sem a tributação de alguma renda, pensão ou foro, e portanto com o domínio absoluto do sesmeiro sôbre a terra, ou se esta ficaria sujeita ao pagamento de quaisquer contribuições que revertissem a favor da coroa, dos donatarios ou da ordem de Cristo. Se essa tributação porventura existiu, não temos hoje conhecimento dela, e somente se teria dado nos tempos primitivos da colonização, porque a partir das primeiras instituições vinculares, que datam dos fins do século XV, o sesmeiro era considerado uma senhor absoluto dos seus domínios territoriais, dispondo deles livremente na criação de inúmeros morgadios e na alienação e aforamento das terras.

Diz Gaspar Frutuoso «que chegado João Gonçalves ao Funchal, começou a traçar a villa, e dar as terras de sesmaria, como tinha por regimento do Infante D. Henrique. . . , e, conforme o dito regimento, deo por cinco anos as terras que não eram lavradas, dentro dos quaes se obrigavam a aproveitallas e lavralas, sob pena de, não cumprindo neste termo lhas tirar e dalas a quem as aproveitasse». Não se alude aqui a qualquer ónus que pesasse sôbre as terras concedidas em sesmaria, e apenas se sabe, além do que fica dito, que, se as terras depois de terem sido aproveitadas fossem abandonadas pelos seus cultivadores, poderiam passar á posse de terceiros, quando esse abandono se desse por espaço superior a cinco anos.

Como já ficou dito noutro lugar, foi aos nobres nacionais e estrangeiros, e a alguns notáveis mercadores estrangeiros, que os donatarios concederam as terras, tendo eles encontrado no escravo africano o seu principal auxiliar no arroteamento dos terrenos. Muitos desses sesmeiros, tornando-se ricos, transformaram as suas terras em morgadios, e, contratando a cultura das mesmas terras com colonos livres, mediante a dimídia, foram deixando a estes o amanho e cultura das propriedades, indo desfrutar na cidade ou na corte o rendimento dos seus campos e herdades. Os colonos libertando-se a pouco e pouco da tutela dos proprietários, cultivando por conta própria as terras de sesmaria, sobrecarregando-as com casas, paredes e outras benfeitorias, a que depois se juntou a posse das próprias árvores e plantas, criaram uma situação especial, dando-lhes quasi foros de co-proprietário dos terrenos que amanhavam, ficando em boa parte na dependência deles os antigos sesmeiros, verdadeiros donos das terras. Nisto está a verdadeira origem do contrato de colonia, que, como atrás dissemos, é uma simples transformação das antigas sesmarias. V. Colonia, Costumes antigos e Instituições vinculares.

Sfenzel (Johs.). E. Kreuz und Quer auf Madeira und den Canarischen Inseln; Berlin, 1906.

Shackleton (Ernest). Este conhecido explorador inglês esteve na Madeira de 16 a 19 de Outubro de 1921, quando se dirigia a bordo do Quest, às regiões antárticas. Faleceu com 47 anos de idade, a 5 de Janeiro de 1922, estando o seu navio nas alturas da Ilha de South Georgia.

Silva. É nobre apelido de família. Gonçalo Denis da Silva fundou a ermida das Almas Pobres, em Santa Maria Maior, pouco depois da fundação da capela de S. Paulo, e Jordão de Freitas da Silva, que vivia em Santa Cruz no ano de 1618, era neto de Jordão de Freitas, da casa do infante D. Diogo, duque de Viseu.

Silva (Dr. Americo Ciriaco Correia da). Foi nomeado Governador Civil do Distrito por decreto de 25 de Maio de 1918, tomando posse do lugar a 7 de Junho. É bacharel em direito pela Universidade de Coimbra e nasceu no Funchal a 16 de Março de 1893.

Silva (Dr. Cândido Joaquim da). Nasceu no Funchal em 1806 e tomou o grau de doutor em medicina na faculdade de Montpellier em 1830. E: *Considérations générales sur la syphilis* (thèse). Faleceu de apoplexia cerebral a 8 de Fevereiro de 1879. Era entre nós conhecido pelo nome de Dr. Silvado.

Silva (Clemente de Freitas da). Nasceu na freguesia de Santa Cruz a 25 de Novembro de 1859 e faleceu na vila da Ponta do Sol a 16 de Março de 1917. Foi secretario das câmaras municipais de São Vicente e Porto Moniz e secretario da administração do concelho da Ponta do Sol. Distinguiu-se notavelmente como solicitador e advogado provisionista, tendo valiosos trabalhos jurídicos, que muitos distintos jurisconsultos não se designariam assinar. Teve uma importante colaboração em muitos jornais e foi o fundador e o redactor do Brado d'Oeste, que durante muitos anos se publicou na vila da Ponta do Sol.

Silva (João Moniz da). Por morte do prelado desta diocese D. Estevão Brioso de Figueiredo, foi em 1689 apresentado bispo do Funchal o clérigo João Moniz da Silva, que não aceitou a mitra e nem chegou a ser confirmado, não estando portanto incluído o seu nome no catalogo dos prelados funchalenses. Foi em seu lugar nomeado bispo, Frei José de Santa Maria.

Silva (Padre Júlio César Pereira da). Nasceu nesta ilha no ano de 1845 e faleceu em Lisboa a 19 de Abril de 1912. Era capelão do exército e cônego honorário da Sé de Viseu, tendo sido professor do seminário e do liceu de Beja. Colaborou em vários jornais e publicou alguns dos seus discursos em diversos opúsculos.

Silva (Manuel Lobo da). Foi nomeado capitão-general da Madeira a 21 de Outubro de 1647 e tomou posse do lugar em Maio do ano seguinte.

Silva (D. Mariana Xavier da). Esta senhora, natural do continente português, viveu muitos anos nesta ilha. No ano de 1884, publicou em Lisboa um livro com composições em prosa e verso, intitulado Na Madeira—Offerendas, que contém diversos contos e narrativas, alguns deles referentes a esta ilha, que se lêem com muito interesse e agrado. D. Mariana Xavier da Silva, segundo se vê pelas datas dalguns dos artigos e composições poéticas contidos neste volume, residiu nesta ilha nos anos decorridos de 1872 a 1881.

Silva (Matias Figueira da). Nasceu no Funchal em 1843, sendo filho de José Figueira da Silva, e frequentou o liceu desta cidade, seguindo depois para Coimbra, onde se matriculou nas faculdades de matemática e filosofia da Universidade. Tendo adoecido passados meses, regressou ao Funchal, só voltando a Coimbra no ano imediato, não para prosseguir nos estudos iniciados, mas para se matricular na Faculdade de Direito, cujo curso também não concluiu, por se lhe terem agravado naquela cidade os seus padecimentos pulmonares. Como os ares pátrios não lhe não restituíssem a saúde, fez uma viagem aos Estados Unidos, onde possuía um tio com alguns meios de fortuna, e tão bem se deu naquele país, que por lá resolveu ficar, matriculando-se passados tempos numa escola de medicina, cujo curso concluiu com a maior distinção. Exerceu por muitos anos a sua profissão na cidade de Brooklyn, onde era muito considerado pelo seu saber e tacto, medico, e ainda aí reside, tendo, porém, abandonado a clinica há já alguns anos. Publicou diversos artigos nas revistas de medicina americanas, especialmente de Nova York, e, enquanto residiu na Madeira, colaborou nalguns jornais da terra, sendo também um dos autores da Guyaneida (V. este nome), poema herói-cómico que nunca chegou a ser impresso, mas de que existem copias em poder de várias pessoas do Funchal.

Silva (Nicolau Francisco Xavier da). Nasceu na freguesia de Santa Maria Maior desta cidade nos últimos anos do século XVII, sendo filho de José da Silva Pimenta e de Josefa Maria Teixeira, e morreu em Lisboa a 17 de Agosto de 1754. Doutorou-se na faculdade de cânones da Universidade de Coimbra no ano de 1725 e ali exerceu interinamente o magistério universitário durante alguns anos. Fixou residência em Lisboa, dedicando-se com brilho ao exercício do foro e ao cultivo das letras, deixando várias obras inéditas e tendo publicado o Puro e affectuoso sacrificio (Lisboa, 1724) e a Oração de agradecimento à Academia Real, publicada na Colecção da mesma Academia. Foi sócio efectivo da Academia Real de Historia e por ela encarregado de escrever a história das inquirições, que não chegou a completar e que ficou inédita. Era considerado como um dos homens mais eruditos do seu tempo. Conseguiu reunir uma selecta biblioteca, que foi comprada pelo monarca e que constituiu o núcleo da biblioteca da Ajuda.

Silva (Pedro da). Este governador-geral da Madeira era conhecido pela alcunha de Mole. A sua nomeação é de 30 de Maio de 1618 e a posse de 6 de Julho do mesmo ano. Foi depois governador da Índia e ali morreu a 24 de Junho de 1639.

Silva (Silvano Sátiro de). Nasceu no Funchal a 12 de Janeiro de 1808 e frequentou o liceu do Funchal, matriculando-se depois na faculdade de direito na Universidade de Coimbra. Tem colaborado em diversos jornais e escreveu um opúsculo intitulado *Rosário de Lágrimas* (1918).

Silva (Vasco Crispiniano da). É major de infantaria e nasceu no Funchal a 3 de Maio de 1880. Foi nomeado governador civil deste distrito por decreto de 29 de Abril de 1920 e exonerado a seu pedido, por decreto de 1 de Outubro do mesmo ano. Representou este arquipélago no parlamento, como senador, sendo eleito a 29 de Janeiro de 1922. Tem numerosas condecorações nacionais e estrangeiras.

Silva (Vicente Gomes da). Nasceu no Funchal a 12 de Março de 1827 e foi um dos maiores artistas que a Madeira tem produzido. Guiado apenas pelo seu talento e por alguns estudos feitos particularmente, conseguiu tornar-se um fotógrafo distintíssimo e um desenhador, um escultor, um gravador e um fundidor digno do maior apreço. Foi ele o introdutor da fotografia e da estereotipia na Madeira, e quem primeiro fabricou os carimbos de borracha e fundiu o ferro nesta ilha, conseguindo produzir verdadeiras maravilhas em todas estas especialidades. Trabalhou no daguerreotipo e no colódio húmido, deixando produções mais perfeitas do que as de igual tempo feitas na capital. A fábrica de fundição que estabeleceu junto da sua casa na antiga rua dos Pintos, constituiu um verdadeiro sucesso para a Madeira, e as obras que de lá saíam satisfaziam os mais exigentes pela forma artística por que eram executadas.

Vicente Gomes da Silva faleceu no Funchal a 14 de Dezembro de 1906.

O extinto *Diário da Madeira*, de 13 de Dezembro de 1931, publicou um excelente artigo, encerrando alguns traços biográficos deste distinto artista, que merecem ser lidos e devem ser aqui arquivados. Vamos transcrevê-lo parcialmente nas nossas colunas:

«Vicente Gomes da Silva foi uma figura marcante e de alto relevo no nosso acanhado meio artístico.

Desde novo manifestou entusiasmo pelos estudos; e, ainda escolar, pela sua esmerada caligrafia foi escolhido por Luís Correia Acioli para ajudante do seu acreditado colégio ao Socorro, onde a camada liberal madeirense se formou, dando vultos nos diferentes ramos do saber humano.

Aprendeu as línguas francesa e inglesa que maneava com elegância e correcção, indo beber nos livros, meramente estrangeiros, o manancial de conhecimentos que tanto o ilustraram.

Com uma habilidade instintiva, fixou na tela óleos admiráveis das figuras mais em evidencia do nosso meio, e aguarelava, em flagrante luz, as paisagens da nossa terra, pintando em miniatura, sôbre placas de marfim, maravilhosos retratos. Dentro em pouco, eram os estrangeiros que lhe arrebatavam as suas produções a que ligava pouco apreço, pois como a maior parte dos verdadeiros artistas, não dava exacto valor ao seu esmerado trabalho.

Passou a modelar com um singelo buril, cortando com precisão na madeira, os tipos característicos da época, figuras regionais, com uma realidade e justeza que causavam assombro.

Quando em França a empresa de Niepce e Daguerre apresentou os seus surpreendentes trabalhos, pediu logo Vicente Gomes da Silva, para Paris, livros sobre a nova ciência, e com grande tenacidade e estudo conseguiu fotografar em placas de cobre prateado–daguerreótipos –, passando depois à factura dos positivos sobre o vidro. Ainda antes de se fazer fotografias em Portugal o público da Madeira as possuía com alguns anos de precedência.

A par e passo, com os progressos da arte, os retratos na Madeira breve apareceram em papel albuminado e montados em cartão. Vicente Gomes da Silva conhecia toda a complicada química fotográfica, preparando directamente o colódio, o nitrato de prata e os diversos reagentes do quarto-escuro, sem recorrer à importação destes produtos.

O sábio amador fotográfico, Conde de Torre Bela, contrariado com as exigências de tempo e paciência determinadas pelo «colódio húmido, liga-se ao seu amigo Vicente Gomes da Silva e, após largas vigílias, alcançam um processo mais prático, – o «colódio seco» – que depois se generalizou e tantos progressos trouxe á fotografia.

Ao mesmo tempo que trabalha na fotografia, grava em chapa de cobre, além doutros emblemas, brasões de armas para participações de casamento, cartões de visita, etc., com rara perfeição.

Muitos anos depois, o príncipe Nicolau de Oldemburgo surpreendido pelo esmero das gravuras deste artista, mandou vir da Rússia, muitas pratas com o fim de, por ele, serem aqui trabalhadas.

Convidado pela Câmara Municipal do Funchal para ir ao estrangeiro aperfeiçoar-se, não quis aceitar o honroso convite, preferindo dever tudo a si próprio.

Em 1863, saiu para a França e Inglaterra tomando conhecimento de todas as inovações dessa época; e, de regresso, estabeleceu um elegante e luxuoso Bazar no Largo da Sé, onde, com as mais recentes novidades, eram expostos os seus mais cuidadosos trabalhos de fotografia e gravura.

Teve grande e justificada fama o seu ateliér fotográfico à Rua dos Pintos – depois incorporada na Rua da Carreira – encimado com as armas imperiais da Áustria e sob a égide da Imperatriz - viúva, do Brasil, D. Amélia, que o fez gravador da sua casa.

Aqui fabricou o distinto artista, pela primeira vez em Portugal, os carimbos de borracha, introduzindo na arte tipográfica madeirense a estereotipia, nunca tendo sido iniciado por mestres nestes dois novos processos gráficos, e apenas colhendo dos livros e revistas estrangeiras as indicações que, depois, ensaiava e corrigia».

Silva Pinheiro (Cónego Jerónimo Álvares da). Nasceu na freguesia da Calheta no ano de 1770 e faleceu nesta cidade a 4 de Julho de 1861. Ordenou-se de presbítero em 1795 e foi cónego da nossa Sé Catedral, tendo exercido elevados cargos eclesiásticos, como os de vigário capitular e governador deste bispado. Foi um distinto e vigoroso jornalista e com o pseudónimo Estrela do Norte escreveu muitos artigos no Patriota Funchalense, o primeiro jornal que se publicou entre nós. Foi preso, por ser partidário das ideias liberais, mas conseguiu fugir da prisão e ausentar-se para o Brasil, onde permaneceu até o ano de 1834. Gozou sempre nesta ilha de muito prestígio e influencia.

Silvados. Espécies do género Rubus, a mais frequente das quais é o R. Ulmifolius, Schott. Os frutos deste Rubus, conhecidos pelo nome de amoras de silva, são comestíveis e tem um sabor agradável, mas em grande quantidade podem ocasionar cólicas. O cozimento dos ramos tenros do silvado e das respectivas folhas, é empregado em gargarejos nas molestas da garganta.

Silveira (António da). Foi capitão de Diu e 5.º donatário da capitania de Machico, tendo sucedido a Diogo Teixeira, que morreu sem descendência. Em 1549, vendeu a capitania a D. Afonso de Portugal, Conde de Vimioso.

Silveira (Antonio Roque da). V. Raiva (volume III, página 173).

Silveira (José Marciano da). Nasceu na freguesia da Camacha em 1826, tendo morrido no Funchal no dia 8 de Julho de 1887. Exerceu o professorado primário em Machico e á sua morte era amanuense da administração do concelho do Funchal. Redigiu durante muitos anos a *Voz do Povo*, em que a verrina e a diatribe eram por vezes os principais argumentos das suas polémicas e campanhas jornalísticas. Manejava com extrema facilidade o verso chocarreiro da gazetilha, ferindo e achincalhando por este meio os seus adversários e antagonistas. Nem poupou o próprio genro, o jornalista João Augusto de Ornelas, que Silveira quis ferir e vexar no *Filho do Ferreiro*, opúsculo de que se tem feito algumas edições, especialmente destinadas ás colónias madeirenses em Demerara, Trindade, etc.. É vasta a sua obra jornalística, mas os seus escritos são geralmente moldados na *Tripa Virada* e na *Besta Esfolada*, de José Agostinho de Macedo. Há composições poéticas suas nas *Flores da Madeira*.

Simões Soares (Daniel Telo). É filho do falecido professor do liceu Daniel Simões Soares e nasceu na ilha do Porto Santo a 23 de Maio de 1864. Matriculou-se em 1875 no Colégio Militar, transitando daí para o liceu do Funchal, onde concluiu os preparatórios para a Escola do Exército. Despachado alferes para o Ultramar em 1885, serviu na província de Cabo Verde, onde entre outras comissões de serviço teve o comando militar na ilha de Santo Antão. Esteve na Guiné em 1891, onde tomou parte nas operações militares contra os papéis, e, depois de se haver reformado no posto de general, foi presidente da Câmara Municipal do concelho de Santa Catarina, na ilha de S: Tiago, administrador do concelho, etc.. Reside há anos no Funchal, onde desempenhou por três vezes o lugar de governador civil, tomando posse do lugar a 28 de Setembro de 1917, 21 de Junho de 1919 e 17 de Novembro de 1923. Foi também administrador do concelho do Funchal, comissário de policia, membro da extinta junta Agrícola e senador pela Madeira, tendo sido eleito a 13 de Junho de 1915. É membro da actual Junta Geral do Distrito do Funchal e foi já presidente desta corporação administrativa (1921).

Simon (E.). E.: *Arachnides recueillis à l'île Madère* por M. A. Fauvel en 1896 (*Bullet. Soc. Entomol. France*, 1897).

Simon (Eug). E.: *Une asphodèle nouvelle: Asphodelus madeirensis*, Simon (*Bull. Soc. Bot. des Deux-Sèvres*, 1908-1909).

Sindicato Agrícola Estreitense. Foi estabelecido em 1918 no Estreito de Câmara de Lobos, tendo os seus estatutos sido publicados no Diário do Governo de 20 de Dezembro do mesmo ano. Em 2 de Março de 1919, elegeu os seus corpos gerentes. Destina-se a tratar dos interesses agrícolas dos seus associados e da aquisição de adubos, sementes, maquinas, insecticidas, etc. (1921).

Sindicato Agrícola da Madeira. Dizia um jornal desta cidade do dia 7 de Maio de 1922, ter acabado de instalar-se, depois de devidamente aprovado, o Sindicato Agrícola da Madeira, apresentando a relação dos cidadãos eleitos para a assembleia geral, direcção e conselho fiscal do mesmo sindicato. Acrescentava o referido jornal que havia no Sindicato sócios beneméritos, fundadores, efectivos e subscritores, pertencendo à primeira classe os indivíduos que dessem quantia superior a 100\$00 ou praticassem actos de reconhecido valor e utilidade, ao segundo, os que pagassem a jóia de 10\$00 e a cota mensal de \$50, á terceira, os que, pagando a jóia de 5\$00, respondessem também pela cota de \$50, e á ultima, os que pagassem em prestações mensais a cota anual de 2\$40.

Depois da noticia a que nos referimos, não tornou o Sindicato Agrícola da Madeira a dar sinais alguns de vida, o que não obsta a que tenha tido representação no conselho administrativo da estação da 9.^a Região Agrícola, de harmonia com o disposto no artigo 31 do decreto de 3 de Abril de 1922 (1922).

Síndico do Senado. Devia ser formado em direito e tinha a seu cargo defender nos tribunais os interesses da Câmara. Nos fins do século XVIII e princípios do século XIX, substituía muitas vezes o escrivão da Câmara nos seus impedimentos, lavrando e subscrevendo as actas das vereações.

Sistema de Pesos e Medidas. O sistema de pesos e medidas usado neste arquipélago foi indubitavelmente o mesmo que o do Continente do Reino até o ano em que entre nós se começou a adoptar o sistema métrico decimal. O almude, a canada, o galão, o alqueire, o arrátel, o côvado, a vara, a braça, o pé e o palmo, com seus múltiplos e submúltiplos, eram os tipos dos pesos e medidas usados entre nós, que sofriam algumas variantes de freguesia para freguesia, o que de certo também aconteceria no Continente, donde foram trazidos para esta ilha. Tanto para os pesos como para as medidas, havia nas sedes dos municípios padrões que determinadamente fixavam o uso daqueles tipos, desconhecendo-se se existiria uma perfeita uniformidade entre os padrões dos diversos municípios. A relação de todos estes padrões foi organizada em 1849 por uma comissão composta pelos Drs. Manuel

Joaquim Moniz, Luís da Costa Pereira e João Perestrelo de Vasconcelos, e publicada no n.º 195 do Semanario Official, mas não apresenta as diferenças existentes entre os diversos padrões, como seria para desejar. Por essa relação se vê que eram muito numerosos esses padrões, oferecendo alguns deles verdadeiro interesse pelo seu esmerado fabrico e como documentos para um estudo arqueológico sôbre este assunto.

O governo central enviou á Madeira em 1859 o official de artilharia Francisco de Paula Campos e Oliveira, tendo como ajudante o official de cavalaria Fernando Seixas de Brito Bettencourt, encarregado de introduzir neste arquipélago o novo sistema legal de pesos e medidas. Campos e Oliveira percorreu todos os concelhos e fez um estudo detalhado do assunto, remetendo, com a data de 28 de Agosto de 1859, um interessante extenso relatório á Direcção Geral do Comercio e Indústria, que foi publicado nos n.ºs 60 e 61 do Jornal funchalense a Reforma e de que vamos fazer alguns extractos.

«Os pesos, diz o referido official, uns são de ferro, outros de bronze; uns teem a figura de uma esphera introduzida em arcos circulares também de ferro, que se cruzam perpendicularmente, tendo no cruzamento uma argola do mesmo metal; outros teem a figura de pyramides cónicas truncadas ou de pyramides quadrangulares; e outros finalmente são cylindricos, tendo ou não tendo argola.

Entre os pesos de bronze tornam-se notáveis os marcos do Funchal, de Machico, da Ponta do Sol e da Calheta, mas principalmente o do Funchal. Este marco tem quatro arrobas, é da figura de uma pyramide cónica truncada, está primorosamente trabalhado e ornado com magníficos relevos e arrendados, a tampa é ornada com três dragões ou animais fabulosos, feitos em alto relevo e ao lado destes ha dois bustos representando cavalleiros com armaduras antigas, sendo estes os supportes de uma aza que pelas extremidades atravessa as costas dos mesmos bustos, girando em torno d'ellas. A aza representa dois homens, voltados com as costas um para o outro, tendo as mãos levantadas acima da cabeça, e sustendo ambas uma pequena esphera em que remata a aza. Na tampa lê-se a seguinte inscripção: Conrad Mos Eych Master 1580.

O marco de Machico tem na superficie externa esta inscripção:

O MVITO. ALTO. E. EXCELENTISIMO. REI. DOM. EMANVEL. O. PRIMEIRO. DE. PORTVGAL. ME. MANDOV. FAZER. ANO. DO. NCMTO. DE. NOSO. SNOR. JHV. XPO. D. 1499.

«Os marcos da Ponta do Sol e Calheta teem ambos inscripções semelhantes ao de Machico. Os da Calheta e Ponta do Sol por estarem mais bem conservados, por se poderem completar facilmente e pela maneira porque estão construidos merecem ser

guardados como monumentos dos nossos padrões de medidas de pesos antigos, porém muito mais merece considerações archeologicas o de quatro arrobas, do Funchal; porque além de estar completo, eu o considero um objecto primoroso de arte neste genero.

«Encontrei na câmara municipal do Funchal uma caixa cúbica com padrões de medidas lineares, de capacidade e de peso, tudo de latão, que correspondem ás nove medidas decimaes, mas com diferente nomenclatura. Estes padrões teem todos a inscripção: Arsenal do Exército, 1819., e no metro, no kilogramma e no litro, a que chamaram vara, libra e canada, respectivamente, ha outra inscripção que diz: El-Rei D. João VI estabeleceu a uniformidade dos pesos e medidas em todo o Reino unido pelo systema decimal, 1818: Arsenal do Exército 1819»

«Em virtude de antigos e generalizados costumes, sofreu por toda a parte uma tenaz resistência a adopção do novo sistema legal de pesos e medidas dando-se também neste arquipélago vários tumultos como opposição violenta a esse sistema, que vinha alterar profundamente o que há séculos se praticava nas diversas transacções comerciais. No concelho de São Vicente, os amotinadores coagiram as autoridades e pessoas mais qualificadas a lançar ao mar os pesos e medidas adoptados pelo novo sistema, o mesmo acontecendo na freguesia da Ribeira Brava, e na Ponta do Sol o povo lançou fogo aos Paços do Concelho. Em Santana o povo praticou vários distúrbios e na vila de São Vicente foram destruídos muitos documentos da Administração do Concelho.

O novo sistema foi-se a pouco e pouco introduzindo e generalizando entre nós, não oferecendo hoje a sua adopção a mais pequena dificuldade. No entretanto, é ainda hoje frequente falar-se de almudes, galões, canadas e quartilhos na medição de líquidos; de varas e cavados, na medição de tecidos; de braças na medição de pedra; de moios e alqueires na medição de cereais; e de pés na medição de madeiras.

O sistema métrico decimal decretado em Portugal em 13 de Dezembro de 1852, foi, pelo decreto de 20 de Junho de 1859, mandado por em execução, em Lisboa desde o 1.º de Janeiro de 1860, e nas outras povoações e ilhas desde o 1.º de Março, mas somente no que respeita ao metro, ou medida linear, devendo no tocante a outras medidas estar em vigor em todo o país no ano de 1862.

Siver (Segor van). E.: Ueber Madeira una die Antillen nach Mittel America Reisedenkwardigkeiten und Forschungen; Leipzig, 1861.

Skinner (Capitão). V. Plantas da Cidade.

Sloane (Dr. Hans). Medico e naturalista inglês nascido na Irlanda, em 1560, e falecido em Chelsea, em 1753. Esteve na Madeira desde 21 a 23 de Outubro de 1687, tendo deixado consignadas na sua obra intitulada A Voyage to the Islands Madera Barbados, Jamaica, etc.. (Londres 1707-1725), as suas impressões sobre a nossa ilha.

Smith (Chetien). Botânico norueguês nascido em Outubro de 1785 e falecido no Congo, a 21 de Setembro de 1816. V. Buch.

Smith (James). Geólogo inglês que visitou a Madeira por 1840. E.: on the geology of the island of Madeira (Proceedings of the Geol. Soc., volume III, página 351, 1840-41).

Smith (Ricardo Carlos). Horticultor inglês que fundou no Funchal, em 1757, um jardim de aclimação, onde havia uma casa com salas de leitura com jornais portugueses e ingleses, e alguns franceses, assim como livros de lavoura, química, botânica e agricultura. Segundo se lê nos jornais da época, encontravam-se no jardim o algodão da Índia e da Nova Orleans, o amendoim, a mandioca, coleções de ananazes, de laranjeiras, de mangueiras e de outras espécies frutíferas, o coqueiro, a palmeira do azeite e do sagu, pinheiros de várias espécies, etc.. Vegetavam também ali a *Musa textilis*, a amoreira têxtil (*Broussonetia*?) e o sorgo, tendo acerca desta ultima planta publicado Ricardo Smith um trabalho com o seguinte título: Instrucções theoricas e praticas sobre a cultura do *Holcus saccharatus*... (Funchal, 1858, de 62 páginas).

Smuts (General Jan Christaan). Este antigo general bur chegou à Madeira, no vapor inglês Arundel Castle, a 7 de Junho de 1921, tendo sido cumprimentado a bordo pelo Governador Civil e Comandante Militar, e sendo-lhe prestadas honras militares por uma força de infantaria postada na Avenida Gonçalves Zarco.

O general Smuts que esteve em vários pontos da cidade e arredores, entre os quais o Monte e o Terreiro da Luta, saiu no mesmo dia para Inglaterra.

Smyth (C. Piazzi). V. Piazzi Smyth.

Soares. Este apelido de família procede de Diogo Soares, que foi donatário do Porto Santo, e de Manuel Soares que fundou na igreja de S. Pedro, em 1596, a capela da Senhora da Boa Morte.

Soares (Padre Caetano Alberto). Era filho de Antonio Soares Felgueiras e de D. Ana de Oliveira, e nasceu na freguesia do Porto da Cruz a 23 de Maio de 1790. Vindo para o Funchal em tenra idade, para casa de seu padrinho o cónego Caetano Alberto de Araujo, fez nesta cidade os estudos preparatórios de humanidades e o curso de teologia no Seminário Diocesano. Ordenou-se de presbítero e seguiu imediatamente para Coimbra, onde se matriculou na faculdade de leis, concluindo a sua formatura no ano de 1820 ou pouco depois. Exercia no Funchal a advocacia e regia a cadeira de latinidade, quando em 1826 foi eleito deputado pela Madeira, tendo tomado assento em cortes e residido em Lisboa, até o ano de 1828, em que se ausentou para o Rio de Janeiro, receando ser vítima das perseguições que o governo absoluto começava então a fazer contra os adeptos das ideias liberais.

Fixando residência na capital do Brasil, naturalizou-se cidadão brasileiro e logo se dedicou à carreira do foro, tendo ali alcançado nomeada como um distinto advogado. Exerceu várias comissões de serviço público e entre elas as de juiz dos orfãos, advogado da Casa Imperial, presidente do Instituto dos Advogados, etc.. Tendo o governo brasileiro oferecido o prémio de um conto de réis ao autor do melhor projecto de um código civil, foi o Dr. Caetano Alberto Soares nomeado membro da comissão encarregada de emitir parecer acerca do projecto apresentado.

O Dr. Soares teve o infortúnio de ser assaltado pela cegueira, continuando, apesar disso, no exercício da advocacia, em que notavelmente se distinguiu. Devido a essa circunstância, não deixou trabalhos impressos, além duma memória lida no Instituto dos Advogados e publicada no ano de 1848.

Faleceu no Rio de Janeiro a 28 de Fevereiro de 1867.

Soares (Feliciano). Nasceu em Aveiro a 14 de Outubro de 1886 e é aspirante da alfândega do Funchal. Criou nesta cidade o Instituto de Ensino Secundario e Comercial e a Bolsa de Estudos Antonia Georgina, sendo destinada esta ultima instituição a subsidiar estudantes pobres que frequentem as escolas oficiais do país. E.: Crucificadas, Funchal, 1915, de 350 páginas e O que eu vi e pensei, Funchal, 1923, de 267 páginas. Publicou, de colaboração com Emanuel Vitorino Ribeiro, um opúsculo intitulado Terra! Terra!, alusivo á descoberta da Madeira (1921).

Soares (João de Nóbrega). Nasceu nesta cidade a 11 de Junho de 1831. Depois de ter cursado alguns anos o liceu do Funchal, viajou pela Africa Portuguesa e pela América do Norte, regressando á pátria, onde fixou residência, no ano de 1855. Foi professor de instrução primária, escrivão da Santa Casa da Misericórdia e por fim empregado da fiscalização dos tabacos.

Dedicou-se activamente ao cultivo das letras, tendo uma larguissima colaboração em muitos periódicos, especialmente em assuntos de caracter essencialmente literário. Na poesia, no drama, nos contos, nas narrativas de viagem etc., deu sobejas provas da sua aptidão para estes géneros de literatura. Foi director e redactor da Revista Semanal, Semanario official e Flor do Oceano, e colaborou em muitos jornais, como A Pátria, A Imprensa, e o Funchalense. Quando em 1876 o cônego Alfredo César de Oliveira fundou nesta cidade O Diário de Noticias, foi Nobrega Soares convidado para redactor deste jornal e nele colaborou activamente durante alguns anos.

Em volumes avulsos, publicou Introdução à Geographia, 1859; Primeiras Noções de Moral, 1861 e outra edição em 1862; Contos e Viagens" 1867; Scenas e Comedias, 1865; Scenas e Phantasias, 1868; Qual dos dois?; 1862; - Um quarto com duas camas, 1862; Chorographia da Madeira, 1862, de que se fizeram mais duas edições; e Grammatica da Lingua Portuguesa, 1884. Preparava para a impressão outros trabalhos literários que não chegaram a ser publicados, dalguns dos quais faz menção o Diccionario Bibliographico de Inocencio F. da Silva.

Faleceu no Funchal a 22 de Setembro de 1890.

Soares (D. Laura Veridiana de Castro e Almeida). É casada com Feliciano Soares, conhecido literato natural de Portugal, e nasceu no Funchal a 7 de Novembro de 1870, sendo filha de D. Francisco de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira e Abreu e de D. Maria Antonia de Bettencourt Pestana de Castro.

Publicou, com o pseudónimo de D. Maria Francisca Teresa, um livro intitulado Em casa da avó – Na Ilha da Madeira (Lisboa, 1923), e traduziu do inglês A Cidade Eterna e O Apóstolo, de Hall Caine.

Revelou desde a mais tenra idade uma decidida vocação para o estudo, sendo uma das senhoras madeirenses que mais se tem distinguido na cultura das letras.

Soares (Urbano Canuto). Nasceu no Funchal a 19 de Janeiro de 1894 e é bacharel em letras pela Universidade de Lisboa, desempenhando presentemente o cargo de professor ordinário do primeiro grupo da Faculdade de Letras na Universidade do Porto. E.: O Calão escolar da Casa Pia, em colaboração com o Dr. Aurelio da Costa Ferreira (Aguia, 1914, e Anais da Casa Pia, 1915); Linguagem e tradições populares do arquipélago da Madeira (Revista Lusitana, 1915); Epifanio Dias, (discurso proferido à beira da sepultura deste professor Revista Lusitana, 1917); e Ensaio Filologico, um manuscrito português do século XVI e o problema guanche Revista da Faculdade de Letras do Porto, 1920). Tem em preparação vários outros trabalhos, entre os quais uma tradução das Nuvens de Aristófanes, precedida de um estudo sobre Sócrates.

Em 19 de Abril de 1921, ao ser conferido o grau de doutor na Faculdade de Ciências do Porto ao marechal José Joffre, ao generalissimo Armando Dias e ao general Horácio Smith Durrien, o dr. Urbano Soares fez uma oração em latim que foi muito apreciada pelos conhecedores dessa língua, e redigiu as cartas doutorais daqueles militares (1921).

Sociedade Agrícola Madeirense. A tentativa da fundação duma associação destinada a proteger e a desenvolver a agricultura madeirense só logrou ser uma realidade durante a administração do conselheiro José Silvestre Ribeiro como governador civil deste distrito. As diligências anteriormente feitas resultaram sempre infrutíferas, e depois da saída da Madeira daquele benemérito governador, a associação passou a ter uma vida muito precária, deixando mesmo de cumprir as obrigações que lhe eram impostas.

Já em 1790 se tinha feito entre nós a tentativa do estabelecimento duma associação desta natureza, que teve então por principal promotor o Dr. João Pedro de Freitas Drumond.

A inauguração solene da Sociedade Agrícola Madeirense realizou-se no dia 21 de Novembro de 1849, com a assistência do príncipe Maximiliano, duque de Leuchtenberg e de todas as autoridades e individualidades em maior destaque no nosso meio. Como se pode ver na Epocha Administrativa, a autoridade superior do distrito prestou a nova agremiação o mais valioso apoio, recomendando-a com o maior empenho a todas as autoridades, às corporações administrativas e ao governo da metrópole.

A mesa eleita naquela assembleia redigiu os estatutos, que foram aprovados por alvará régio de 30 de Agosto de 1850, pôs-se em comunicação com outras associações similares para melhor se orientar na direcção dos seus trabalhos, iniciou a publicação dum jornal intitulado O Agricultor Madeirense, que era um guia seguro para os lavradores e que calorosamente defendia os seus

interesses, fez a aquisição de sementes, tentou o estudo e ensaio de novas culturas, tratou da criação dos gados, pastos artificiais, aperfeiçoamento das raças, etc., e ocupou-se de muitos assuntos que mais de perto interessavam á agricultura deste distrito. Os relatórios da direcção desta sociedade e das suas sub-comissões, encarregadas do estudo das diversas questões que mais de perto se relacionavam com a agricultura, revelam o seu zelo e interesse pelas cousas desta ilha e dão-nos um testemunho eloquente do que entre nós podia fazer uma associação animada de iguais intentos e de iguais desejos.

A Sociedade Agrícola funcionou regularmente até 1858, tendo sido reinstaurada sob outras bases em 1855. Interrompeu as suas sessões em 1860, funcionando depois até 1864. Teve uma sessão em 1867, afim de consultar o governo sôbre a introdução do vinho de Portugal na Madeira, e organizou-se em 29 de Novembro de 1876, sendo nulos, porém, os seus trabalhos desde então até 1880, em que se extinguiu definitivamente.

Sociedade Auxiliadora da Instrução Primaria. No dia 19 de Outubro de 1858, reuniu-se no Palácio de São Lourenço uma selecta assembleia com o fim de se lançar as bases duma agremiação que tinha por fim especial fomentar e auxiliar o ensino da instrução primaria neste distrito, havendo por essa ocasião usado da palavra vários oradores. Assistiu a esta reunião o infante D. Luis, depois rei de Portugal, que ali se declarou protector da nova associação.

Sociedade Cooperativa "Construção Predial do Funchal". Constituiu-se por escritura de 12 de Dezembro de 1901, tendo os seus estatutos sido aprovados em sessão da assembleia geral de 23 de Setembro de 1900.

Foi esta sociedade que fez construir os prédios situados entre a rua do Favila e o passeio e ponte do Ribeiro Seco, tendo o plano e planta das primeiras casas ali edificadas sido aprovado pela Camara Municipal do Funchal em sessão de 10 de Outubro de 1903.

Sociedade Cooperativa de Consumo e Credito do Funchal. V. Cooperativas.

Sociedade Esperança. Tinha por fim o estabelecimento dum teatro no Funchal para divertimento particular das familias dos sócios e das pessoas das suas relações. Os seus membros, segundo os estatutos, eram em numero de 40, podendo ter também sócios de mérito até o numero de 5. Os sócios ordinários pagavam a jóia de 10\$000 réis e a mensalidade de 200 réis; os de mérito pagavam a mesma mensalidade, mas eram dispensados no pagamento da jóia.

A Sociedade Esperança que se constituiu em 1858, tendo a princípio somente 18 membros, aprovou os seus estatutos a 15 de Fevereiro de 1860, estando os mesmos assinados pelos directores interinos Francisco Leandro Severim, João Maria da Silva Carvalho, Luís Alvares da Silva, Pedro Augusto da Silva Carvalho e João Alexandre de Carvalho. O decreto que aprovou os mesmos estatutos é de 10 de Maio do mesmo ano.

Segundo se lê no Direito, de 4 de Dezembro de 1858, os referidos estatutos foram redigidos pelo sócio Nuno Dias de Vasconcelos e entre os membros fundadores da sociedade contavam-se também Julio Galhardo de Freitas, que tinha representado já no teatro Concórdia, e Pedro de Alcantara Góis, que havia feito a sua estreia numa récita levada a efeito na Escola Lancasteriana. V. Teatros.

Sociedade Filantrópica Académica de Coimbra. A iniciativa da fundação desta benemérita sociedade, que tantos serviços tem prestado aos estudantes pobres, deve-se ao estudante da faculdade de direito Feliciano Augusto de Brito Correia, natural da Madeira. A reunião académica em que primeiro se tratou da organização da sociedade teve lugar a 23 de Dezembro de 1849, sendo o mesmo estudante eleito membro da comissão encarregada de apresentar as bases dos estatutos pelos quais deveria reger-se a nova agremiação. A Sociedade Filantrópica Académica só teve os seus estatutos aprovados pelo governo em 26 de Maio de 1852.

O Dr. Feliciano Augusto de Brito Correia foi delegado do procurador régio no Funchal, tendo falecido a 9 de Janeiro de 1871, com 54 anos incompletos, pois que nascera a 29 de Outubro de 1817.

Sociedade Funchalense dos Amigos das Ciências e Artes. Foi fundada no Palácio do Governo e teve por primeiro presidente o Dr. João Pedro de Freitas Pereira Drumond e por primeiro secretario Francisco Ferreira de Abreu. Tinha 28 sócios efectivos e 24 honorários, números estes que simbolizavam o dia 24 de Agosto do 1820, em que a revolução rebentara no Porto, e o dia 28 de Janeiro de 1821, em que ela foi secundada na Madeira. Havia também sócios correspondentes, em número de 45. A primeira sessão pública da sociedade teve lugar em 23 de Agosto de 1822.

A Sociedade Funchalense dos Amigos das Ciências e Artes, modelada pela Academia Real das Ciências de Lisboa, durou pouco tempo, tendo desaparecido em 1823, com a restauração do governo absoluto na ilha. Os seus estatutos e regulamentos foram impressos em 1822, na imprensa do Patriota.

Sociedade Harmonia. Em 1838, existia no Funchal uma sociedade com esta denominação, cujo fim principal era promover reuniões para a audição de bons trechos de música.

Sociedade Humanitária do Distrito do Funchal. Com este nome, fundou-se em 5 de Junho de 1858 nesta cidade uma sociedade que tinha por fim, segundo vem indicado no artigo primeiro dos seus estatutos, «a salvação de pessoas em naufrágios nas praias do Funchal e suas imediações, e a salvação de pessoas em epidemias, incêndios e outras semelhantes calamidades, na cidade do Funchal e seus arredores».

Esta sociedade que teve seus estatutos aprovados por decreto de 13 de Janeiro de 1862, foi fundada por um grupo dos mais categorizados indivíduos do Funchal. Julgamos que teve efémera duração.

Sociedade Patriótica. Houve no Funchal em 1821 uma sociedade com esta designação, de que foi vice-presidente o brigadeiro Jorge Frederico Lecor.

Sociedade Patriótica, Económica, de Comércio, Agricultura, Ciências e Artes. Foi criada no Funchal em 1790, mas ignoramos que tempo durou. João José d'Orquigny (V. este nome) pronunciou um discurso em assembleia geral da Sociedade Patriótica, ao despedir-se dela no dia 1 de Julho de 1790.

Sociedade Patriótica Madeirense. Em 1834, havia uma agremiação com este nome na cidade do Funchal, segundo se vê dum folheto publicado nesse ano e que contém uma moção apresentada na mesma agremiação, por um dos seus membros.

Sociedade Protectora dos Animais Domésticos. Foi instituída em 6 de Janeiro de 1897 e legalizada por alvará de 6 de Maio do mesmo ano, tendo sido considerada de utilidade pública por decreto de 16 de Março de 1914. Tem sócios beneméritos e subscritores, tendo as cotas que primitivamente eram de 10 centavos, sido elevadas a 50 centavos (1921).

Houve uma outra sociedade com a mesma denominação, que ficou instalada no Hotel Miles, á rua do Carmo, em 1 de Março de 1880.

Sociedade Tália. Tinha por fim promover representações teatrais, e instalou-se em 1858 num prédio ao largo do Pelourinho. Os sargentos de infantaria 16 deram uma récita num pequeno teatro pertencente á sociedade, no dia 23 de Dezembro de 1858. A sociedade Tália parece que durou poucos anos.

Solander (Dr. Daniel Carlos). Distinto naturalista sueco, discípulo de Lineu, nascido em Nordland a 28 de Fevereiro de 1736 e falecido em Londres, a 16 de Maio de 1782. V. Banks.

Soldado Desconhecido. A exemplo do que se praticara noutros países, Portugal também quis glorificar os Soldados Desconhecidos que haviam dado a vida pela pátria, na luta contra os alemães. Para isso, organizou-se um programa das homenagens a prestar a esses heróis, que foi publicado no Diário do Governo, 2.^a série, de 26 de Março de 1921, tendo esse programa sido executado com o maior brilho e imponência em todos os grandes centros do país, como era de esperar do bem provado patriotismo do povo português. Foi de harmonia com as indicações do mesmo programa, tornadas publicas no Funchal por edital do Governador Civil, que em 7 de Abril de 1921, dia escolhido para a exposição no Palácio da Soberania Nacional dos féretros dos Soldados Desconhecidos da França e da Africa, as autoridades competentes fizeram hastear ao meio dia as bandeiras nacionais nas fortalezas, quartéis e edificios públicos, conservando-se assim até o pôr do sol do dia 10, e que á mesma hora a banda de infantaria executou o hino nacional e a marcha de continência, e os sinos das igrejas tocaram durante 15 minutos.

O Funchal prestou homenagem aos seus imortais heróis nos dias 7 a 10 de Abril, fixados pelo Governo, mas as cerimónias que então se realizaram não revestiram nem o brilho nem a imponência das de 1 a 3 do mesmo mês, por ocasião do desembarque e embarque da urna com os despojos mortais do Soldado Desconhecido, caído nas longínquas plagas africanas, na luta que ai sustentamos com os alemães.

Como já dissemos a páginas 110 do volume II desta obra, essa urna, trazida pelo vapor Briton, da Union Castle Mail, passou a noite de 31 de Março para 1 de Abril no Posto de Desinfecção Marítima, armado em câmara ardente, tendo vindo para terra no pequeno vapor Milano, onde haviam tomado lugar as autoridades e outras entidades oficiais. Ao desembarcar a urna no cais da Pontinha, cerca das 9 horas da noite, foram-lhe prestadas as devidas honras por uma força de infantaria, comandada por um capitão, tendo o féretro sido velado durante a noite por oficiais da guarnição.

O cortejo que no dia 1 de Abril acompanhou a urna até os Paços do Concelho, revestiu uma particular imponencia, tendo-se incorporado nele os alunos e professores das escolas primarias, especiais e secundarias do Funchal, os bombeiros, com a banda dos «Artistas Funchalenses», duas patrulhas de escuteiros, o pessoal do tráfego da Alfandega e Cabrestante, várias associações, os empregados da fábrica de W.^m Hinton & Filhos, a companhia n.º 1 da Guarda Fiscal, forças de marinha e da policia civil, a colónia siria, o director e pessoal da «Western Telegraph Company», representante das lojas maçónicas a Associação Comercial, representantes das casas bancárias, a imprensa, os sargentos combatentes de Africa e França, a policia de emigração, os empregados das Obras Públicas do Estado, os directores e empregados da Alfândega e Correio, o clero protestante, o director e pessoal de Finanças, os médicos, magistrados e advogados, a Delegação de Saúde, as Câmaras Municipais do distrito, a Junta Geral, os officas estrangeiros residentes no Funchal, os officais portugueses, as familias dos militares portugueses mortos na Grande Guerra, as autoridades civis e militares, os representantes da Nação, o ajudante de ordens do Ministro da Marinha, o corpo consular, os officais generais, uma força de marinha de bordo do cruzador Republica, o regimento de infantaria n.º 27, a bateria n.º 3 de artilharia de guarnição, a guarda republicana e as filarmónicas da Ribeira Brava e Artistico-Madeirense. A urna com os restos mortais do Soldado Desconhecido seguia após os officais portugueses que se haviam incorporado no cortejo.

Desde a Pontinha até a avenida do Dr. Manuel de Arriaga, onde fora levantado um elegante cadafalso, caminhou sempre o cortejo entre duas alas compactas de povo, indo na frente do armão em que era levada a urna funeraria, envolta na bandeira nacional e ladeada por oito officais, alguns deles combatentes da Grande Guerra, três outros armões conduzindo as muitas coroas que haviam figurado na câmara ardente preparada na véspera no Posto de Desinfecção da Pontinha.

Em frente do catafalco, as entidades civis e militares mais graduadas e os officais estrangeiros, formaram em semi-circulo, sendo a urna tirada do armão e colocada sôbre a tarimba, onde ficou guardada pelos officais que a tinham acompanhado até ali, collocando-se quatro de cada lado. Após alguns minutos de silêncio, tomou a palavra o capitão Americo Olavo de Azevedo, combatente da Grande Guerra, que, apesar de visivelmente indisposto, produziu um belo e patriótico discurso, que agradou a todos os assistentes.

Em seguida, pôs-se o cortejo em marcha para os Paços do Concelho, tomando pela rua de João Tavira e largo do Município, sendo o ataúde levado por officais estrangeiros até a porta do edificio, e daí até a câmara ardente, por bombeiros voluntários, cuja banda de musica tocou a Portuguesa, á chegada da urna funeraria. No salão nobre dos Paços do Concelho, que se achava majestosamente ornamentado, discursaram o presidente da Câmara Dr. Teixeira Jardim, o governador civil Rodrigues dos Santos, o cônsul britânico Mr. Staniford, o cônsul americano Mr. Jenkins, o capitão do porto Vital Gomes, o comandante militar coronel João M.

Ferraz e o senador Dr. Manuel Augusto Martins, tendo o mesmo salão, depois da retirada das autoridades que se haviam incorporado no cortejo, sido visitado por muitos milhares de pessoas que desfilaram respeitosamente ante a urna, que havia sido colocada sobre um largo estrado de cinco degraus atapetados, tendo de cada lado seis grandes tocheiras douradas que terminavam em hastes de ferro, em cada uma das quais se viam cinco lâmpadas eléctricas de forte poder iluminante.

Antes do cortejo deixar a Pontinha, proferiu uma brilhante alocução o oficial de infantaria Armando Pinto Correia, combatente da Grande Guerra, seguindo-se o minuto de silêncio que devia ser guardado pelos assistentes e consagrado a todos aqueles que haviam perdido a vida nos campos de batalha, em defesa da Pátria, da Liberdade, do Direito e da Justiça.

Ao aparecer no horizonte O Vapor Briton, que, como dissemos, conduziu os restos mortais do Soldado Desconhecido, foi ao seu encontro o hidro-avião «F. 3», de que falámos no artigo Navegação Aérea, tendo executado um voo em torno do mesmo vapor.

No dia 3 de Abril, pelo meio dia, formou-se um novo cortejo, desta vez para acompanhar até o cais os restos do Soldado Desconhecido, que deviam embarcar no cruzador Republica, encarregado de transporta-los a Lisboa. A urna foi conduzida por vereadores desde a câmara ardente até a porta dos Paços do Concelho, sendo entregue aí à fôrça militar e colocada sobre um armão, pegando ás borlas os mesmos vereadores. No novo cortejo incorporaram-se, além dos oficiais da guarnição do Funchal, os oficiais estrangeiros que haviam tomado parte no cortejo do dia 1.

Pelas ruas por onde passou o cortejo, viam-se, como no dia 1, massas compactas de povo, e no cais e imediações estacionava muita gente para assistir á cerimónia do embarque.

A urna foi conduzida pelo Governador Civil, Presidente da Câmara, general Norton de Matos e Comandante Militar desde o começo ao extremo do cais, onde foi entregue a uma fôrça de marinheiros do cruzador Republica, discursando por essa ocasião o Presidente da Câmara e o cônsul de França, no Funchal.

Seguidamente, foi a urna transportada para uma lancha do cruzador, a meio da qual se via um troféu formado pelas bandeiras das nações aliadas, tendo tomado lugar na mesma lancha as entidades que haviam conduzido os restos mortais do Soldado Desconhecido até a extremidade do cais.

À chegada a bordo da república, foi a urna colocada num estrado à ré, em torno do qual ficaram as coroas, usando da palavra por essa ocasião o general Norton de Matos e o comandante do cruzador.

Momentos depois, deixava o cruzador o porto do Funchal em direcção a Lisboa, levando a seu bordo os despojos do Soldado Desconhecido de Africa que, passados poucos dias, haviam de ir repousar no majestoso mosteiro da Batalha, erigido por um rei valente e patriota para comemorar um dos mais gloriosos factos da nossa historia.

Solha (Rhombus madeirensis). Peixe da família Pleuronectida, que habita os fundos lamacentos ou arenosos junto á costa e é pescado aí com as redes de arrasto, ás vezes em grande quantidade. Tem sabor agradável, mas pela sua pequenez é espécie de pouco valor comercial.

Somerville (Capitão B. T.). Os oficiais do navio inglês Argonauta levantaram, sob a direcção do capitão Somerville, uma carta das ilhas Selvagens, que tem o seguinte título: North Atlantic Salvage Islands. . . 1915.

Junto desta carta, há duas outras levantadas também pelos mesmos oficiais, com os títulos seguintes: Piton Islands. . . 1915, e Great Salvage Island, 1915.

Sondagens. A Madeira está rodeada de um mar bastante profundo, tendo a sonda descido a 4205 metros, a 120 milhas da costa do norte da ilha, e a 3019 metros, a 50 milhas da mesma costa, na direcção dos Açores. Entre a Madeira e Canárias, a sonda desceu até 4392 metros, e entre a Madeira e a costa d'Africa, a curta distância da ilha, a 4071 metros. Entre a Madeira e Porto Santo, têm sido notadas nalguns pontos profundidades superiores a 2000 metros, ao passo que, entre a Madeira e os Açores, viu-se a sonda descer já a 4895 metros.

Os resultados das numerosas sondagens realizadas nos mares que banham a Madeira, Porto Santo e Desertas, constam das cartas geo-hidrograficas publicadas pelo engenheiro Antonio Pedro de Azevedo em 1877, 1879 e 1886.

Nos mares da Ponta do Pargo, há um baixio com cerca de milha e meia de extensão, do qual os barcos costeiros são obrigados a afastar-se, quando os ventos sopram do lado de oeste, e entre a ponta de S. Lourenço e as Desertas há um banco submarino que na sua parte media está na profundidade de 30 a 130 metros.

Sopa Económica. V. Associação Protectora dos Pobres. (I- 99).

Sorgo (*Andropogon Sorghum*). Graminea introduzida na Madeira em 1856. É originaria da Asia Tropical e talvez da Africa, e foi outrora bastante cultivada nalgumas freguesias do norte da ilha e na Ribeira Brava, onde o suco extraído dos seus colmos servia para o fabrico da aguardente. O sorgo, conhecido também pelo nome de cana milho e de canica, é uma boa forragem e o seu grão fornece uma farinha que nalguns países é utilizada na alimentação do homem.

Sousa. Há, segundo parece, dois ramos deste apelido: um procede de Rui de Sousa, fidalgo da casa de D. João II, que casou nesta ilha com Constança Cabral, filha de Diogo Cabral e de Brites Gonçalves da Câmara, filha de Zargo; o outro deriva de Antão Alvares de Sousa, cavaleiro nobre, que fez assento em Santa Cruz, pelos anos de 1480.

Garcia Homem de Sousa, genro de Zargo, teve uma filha que se chamou Leonor Homem e casou com Duarte Pestana.

Sousa (Afonso Caminha de Vasconcelos). Foi conde da Calheta e II.º Donatario do Funchal, tendo recebido a capitania em 1726.

Sousa (Ernesto Venceslau de). Nasceu no Funchal a 28 de Setembro de 1879. Escreveu o Poema antipuniceo (Funchal, 1904) e exerceu o officio de tipógrafo, ao mesmo tempo que colaborava na Cruz, na Esperança, na Voz do Operario e no Direito. Costumava firmar os seus trabalhos com o pseudónimo de E. Tarolo. Faleceu no Hospício da Princesa D. Maria Amelia a 25 de Dezembro de 1913.

Sousa (Francisco de). No ano de 1877, publicou-se na cidade de Ponta Delgada um opúsculo com o seguinte título: Tratado das Ilhas Novas e do descobrimento d'ellas e outras cousas feito por Francisco de Sousa, feitor d'el-rei Nosso Senhor na Capitania da cidade do Funchal na ilha da Madeira. . . e dos portugueses que forão de Vianna e das ilhas dos Açores a povoar a terra nova do bacalhau. .. Anno do Senhor 1570. Deste folheto se fez segunda edição em Ponta Delgada no ano de 1884. O autor deste opúsculo era natural desta ilha.

Sousa (D. Francisco). Data a sua nomeação de governador geral da Madeira de 18 de Janeiro de 1627, tendo tomado posse a 1 de Maio de 1628. Depois da sua ausência, assumiu as funções de governador geral o bispo diocesano D. Jeronimo Fernando.

Sousa (Francisco Clementino de). Nasceu nesta cidade a 26 de Fevereiro de 1846 e era filho do farmacêutico Francisco Xavier de Sousa e de D. Virginia Medina de Sousa. Concluiu o curso da Escola Medico-Cirurgica do Funchal no ano de 1868 e por duas vezes regeu interinamente uma cadeira neste estabelecimento de instrução. Exerceu durante muitos anos o lugar de fiscal sanitário do matadouro deste concelho e foi tesoureiro do antigo Banco Comercial da Madeira.

Teve uma larga e distinta colaboração, em prosa em verso, no antigo jornal O Direito, no Diário de Noticias e ainda em outros periódicos. Em defesa de seu pai e em discussão com o conde de Canavial, publicou um folheto em 1868, que saiu anónimo, com o título de a questão entre o Dr. João da Câmara Leme. . . e o pharmaceutico Francisco Xavier de Sousa, e em 1874, publicou outro opúsculo intitulado Resposta ao Sr. Acurcio Garcia Ramos.

A feição característica dos escritos de Francisco Clementino de Sousa, especialmente as suas composições poéticas, era a sátira e a ironia, manejadas com rara habilidade, com excepcional talento e com uma graça inimitável. As suas produções eram lidas com a maior avidéz e causavam sempre extraordinária sensação no nosso meio literário. Não há exagero em afirmar-se que muitas das suas composições rivalizavam com as de Tolentino e com as de outros poetas que, no género satírico, deixaram nome aureolado na nossa literatura. Se tivesse vivido noutra meio, teria facilmente alcançado uma grande celebridade. Apesar duma parte considerável dos seus escritos ter perdido a actualidade, por se referir a pessoas e a acontecimentos desconhecidos da presente geração, é ainda com grande aprazimento do nosso espírito que podem ser lidos e apreciados esses escritos, pela espontaneidade, beleza de forma e graça inexcedível que neles notavelmente se revelam. Seria um apreciável serviço prestado ás letras, a publicação em volume dalgumas dessas produções, salvando-se dum injusto e imerecido esquecimento tantas composições, que são verdadeiras obras primas no seu género. Francisco Clementino de Sousa adoptou em muitos dos seus escritos o pseudónimo de Faustino Brasão. Morreu nesta cidade a 24 de Julho de 1896.

Sousa (Garcia Homem de). Foi um dos fidalgos mandados pelo rei a esta ilha para casar com as filhas de João Gonçalves Zargo, tendo-se unido à terceira filha deste, que se chamava Catarina Gonçalves da Câmara. Teve terras de sesmaria em São Martinho e Santo Antonio, e fez o solar acastelado de Santo Amaro para se defender de seus cunhados, com quem teve pendências por motivos que não são hoje bem conhecidos. Era, diz o Dr. Azevedo, homem orgulhoso e violento (Vid. Santo Amaro (capelas de)).

Diz Henrique Henriques de Noronha que Garcia Homem de Sousa descendia de Pedro Homem, um dos doze cavaleiros que foram a Inglaterra.

Sousa (Dr. Jacinto António de). Este distinto lente da Universidade de Coimbra nasceu nesta ilha a 3 de Janeiro de 1818, sendo filho de Eugenio Antonio de Sousa. Era bacharel formado em direito e matemática, e doutorou-se na Faculdade de Filosofia a 6 de Julho de 1858.

Foi lente da cadeira de física na Universidade e um dos mais abalizados professores do seu tempo. Como director do gabinete de física e do observatório meteorológico, prestou a estes estabelecimentos científicos os mais assinalados serviços, dando uma nova orientação aos trabalhos neles realizados, depois duma viagem que fez a diversos países da Europa.

Comissionado pelo governo português, visitou várias universidades e observatórios estrangeiros, tendo publicado notáveis relatórios acerca das observações e estudos que realizou nas suas missões científicas. Foi escolhido como um dos representantes de Portugal, para observar o eclipse solar em Espanha no ano de 1860, dizendo o Dr. Simões de Carvalho «que desempenhou essa missão com muita honra para o seu nome, para a universidade e para o país».

Além de outros trabalhos, escreveu: relatório de uma visita aos estabelecimentos científicos de Madrid, Paris, Bruxellas, Londres, Greenwich e Kew, 1862; Observações meteorológicas feitas no observatório meteorológico e magnético da Universidade de Coimbra, 1872; Observações Meteorológicas..., 1873, e Additamento á Memoria Histórica da faculdade de philosophia...1873. Foi director e redactor da revista científica e literária o Instituto, e sócio de muitas agremiações científicas nacionais e estrangeiras. Morreu a 15 de Agosto de 1880.

Sousa (João Francisco de). Este madeirense nasceu a 19 de Agosto de 1868 e alistou-se no exército a 22 de Janeiro de 1884, sendo despachado alferes de infantaria a 15 de Março de 1900. Era oficial pratico, mas bacharel em direito pela Universidade de Coimbra, tendo cursado no liceu do Funchal os estudos secundários. Foi senador pelo circulo de Ponta Delgada (Açores), tendo feito parte da coluna que em 1915 partiu para o sul de Angola, e morreu, sendo capitão de infantaria 17, no combate das cacimbas de Mangua (Cuanhama) a 19 de Agosto de 1915, na ocasião em que percorria a linha de fogo, animando os soldados.

Acerca da acção heróica exercida pelo capitão Sousa na referida campanha de Cuanhama, deve ler-se o notável artigo do tenente-coronel José de Oliveira Duarte publicado no «Diario de Noticias» do Funchal de 19 de Agosto de 1945, ao passar o trigésimo aniversario da morte desse distinto madeirense.

Sousa (Dr. José de Barros e). Nasceu na freguesia de Câmara de Lobos a 1 de Março de 1859. Foi delegado do procurador régio na comarca da Ponta do Sol, juiz na comarca de Santa Cruz e é hoje juiz da Relação do Porto. Publicou um opúsculo, de que já se fizeram três edições, intitulado Preceitos de Moral da Infância (1921). Morreu na cidade do Porto em Dezembro de 1930.

Sousa (José Caminha de Vasconcelos e). Foi conde e marquês de Castelo Melhor, e o ultimo donatario da capitania do Funchal, tendo cedido á coroa, por escritura de 9 de Setembro de 1766, a maior parte dos seus direitos e prerrogativas.

Sousa (Bispo D. José Xavier Cerveira e). Vid. Cerveira e Sousa. I-267.

Sousa (Luis de Vasconcelos Câmara e). V. Câmara (Luis de Vasconcelos e).

Sousa (Manuel Alexandre de). Este oficial de infantaria nasceu no Funchal a 2 de Fevereiro de 1856 e faleceu em Lisboa a 17 de Novembro de 1903, tendo então o posto de major. Foi fiscal técnico da Companhia do Caminho de Ferro do Monte e, apesar de se lhe atribuirem alguns erros na construção da estrada entre o Pombal e o Atalhinho, o que é facto é que concorreu bastante pela sua actividade e reconhecido zelo, para dar impulso ás mesmas obras. Foi também o concessionário dos trabalhos da construção e exploração das levadas madeirenses, como se viu a páginas 248 deste volume e mais tarde director da cadeia do Limoeiro. Sustentou uma larga polémica pela imprensa com o engenheiro Adriano Augusto Trigo e pretendeu estabelecer um elevador entre o largo de S. Pedro e o caminho da Achada. (Vid. II-248).

Sousa Brasão (Manuel de). Nasceu na freguesia de S. Vicente a 21 de Abril de 1884 e faleceu na sua residência, na fortaleza de S. Lourenço, a 21 de Dezembro de 1923. Era capitão da Administração Militar e serviu no sul de Angola de 1914 a 1915, e em Moçambique de 1916 a 1917. Foi eleito deputado pela Madeira em 10 de Julho de 1921 e colaborou em vários jornais de facção partidária.

Sousa e Silva (Antonio Augusto de). Foi nomeado governador civil deste distrito por decreto de 26 de Abril de 1894 e tomou posse do lugar a 17 de Maio do mesmo ano.

Como inspector de obras, publicou o Relatório da inspecção às obras públicas do distrito do Funchal no anno de 1891... Lisboa 1893, de 41 páginas. Publicou sôbre o mesmo assunto outro desenvolvido relatório referente ao ano de 1892.

Sousa Vaz (Dr. F. de Assis). E.: De l'influence salubre du climat de Madere dans le traitement de la phthisie pulmonaire, et de la superiorite de cette influence sur celle des climats du sud de la France et de l'Italie, Paris, 1832. É um trabalho pouco extenso, mas em que o seu autor, apesar de não ter conhecimento próprio da Madeira, estabelece as vantagens do clima desta ilha no tratamento das moléstias pulmonares.

Spencer Wells (Dr.). Este distinto medico inglês visitou a Madeira, tendo publicado no British Medical Journal do mês de Maio de 1880, um artigo acerca desta ilha, subordinado ao título Notes of an easter holiday trip to Madeira.

Spice (R. P.) E.: The Wanderings of the Hermit of Westminster on the Island of Madeira in 1883 (s. l. n. d.).

Spilsbury (F. B.). Era cirurgião da Favorita, navio da marinha de guerra britânica, e, na relação que publicou da sua viagem á costa ocidental de Africa, refere-se á sua estada na Madeira, onde se demorou desde 12 a 19 de Outubro de 1805. Fala da hospitalidade dos habitantes da ilha, da lepra, que diz ser frequente, das carapuças de forma cónica, das flores e frutos fabricados pelas freiras e dos roubos praticados pelos soldados.

Sport. No artigo que a seguir publicamos, encontrarão os leitores alguns subsídios para a historia do desporto na Madeira, tendo o mesmo artigo sido escrito por um conhecido jornalista, que é redactor desportivo do Diário da Madeira, a pedido de um dos autores deste Elucidário:

«Pode classificar-se de notável, diz o referido jornalista, o movimento desportivo na Madeira. Entre os diversos sports praticados no nosso meio, contam-se os seguintes: foot-ball, lawn-tennis, bilhar, table-tennis, natação e provas correlativas, como water-polo, corridas de fundo ou resistência e de velocidade, mergulhos, remo, yachting (vela), croquet (em campos particulares, especialmente nas quintas dos arredores da cidade), etc..

O desporto mais desenvolvido e estimado na Madeira é, sem duvida, o foot-ball, que, nesta ilha como em toda a parte, atravessou uma fase inicial, preliminar, em que era jogado fora de qualquer acção coordenadora e educativa, combinando os clubes particularmente entre si os desafios a realizar. Nessa primitiva fase do foot-ball no Funchal, muitos clubes se fundaram, tendo alguns deles desaparecido já, enquanto outros existem ainda. No numero dos desaparecidos, lembramo-nos ainda do Grupo Sportivo do Ateneu Comercial, do Grémio dos Empregados do Comercio, do Operário Funchalense, do Sporting Grupo do Funchal, do Continental Madeirense, do Académico, do Grupo Desportivo Insulano, etc..

No número dos que, fundados nessa altura, vivem actualmente, encontram-se por ordem decrescente de antiguidades, os seguintes: Grupo Sportivo Internacional, Club Sports da Madeira, Club Sport Marítimo, União Foot-ball Club (ex-União-Maritimo) e Clube Desportivo Nacional (ex-Nacional Sport Grupo).

Em 1916, e por iniciativa dos clubes União e Insulano, fundou-se a Associação de Foot-ball do Funchal, ficando daí em diante organizada devidamente a pratica daquele desporto.

Começou, então, a segunda fase do foot-ball na Madeira, com provas regularmente disputadas.

Neste segundo período fundaram-se: o Império Foot-ball Clube, o Portugal F. C., o Funchal F. C. e o Ufania F. C., os últimos três de efémera duração e desaparecidos já.

Organizada a A. F. F., esta promove, na época de 1916-17, o primeiro Campeonato da Madeira, dividido em duas categorias. Saiem vencedores, em 1.^a categoria o C. S. Marítimo, e em 2.^a o G. S. Internacional.

Na época seguinte (1917-18), volta a disputar-se o Campeonato da Madeira, ampliado com a prova das 3.as categorias. Triunfam então: em 1.^a categoria o C. S. Marítimo, em 2.^a o União F. C., e em 3.^a o C. S. Marítimo.

Esteve suspensa a vida da Associação de Foot-ball e, conseqüentemente, o Campeonato, durante as épocas de 1918-19 e 1919-20.

Na época de 1920-21, disputou-se novamente o Campeonato da Madeira, graças á acção esforçada de Alvaro Reis Gomes que conseguiu, após uma campanha na imprensa, fazer ressurgir a A. F. F., em cuja reorganização dedicadamente trabalhou, auxiliado por Gonçalo de Ornelas, Luís da Costa e Anastacio do Nascimento. Nessa época (1920-21), saíram vencedores: em 1.^a categoria o União F. C., não obstante o C. S. Marítimo ter ganho todos os desafios, por este ter sido desclassificado em virtude de apresentar a jogar um jogador não inscrito devidamente na A. F. F., em 2.^a, categoria o União F. C. e em 3.^a o C. S. Marítimo.

Na época de 1921-22, ganharam o Campeonato, em 1.^a categoria o C. S. Marítimo, em 2.^a o C. S. Marítimo, em 3.^a o C. S. Marítimo, o mesmo club em todas as provas.

Em 1922-23, constata-se o mesmo resultado:

C. S. Marítimo, campeão nas 3 categorias.

Além do seu campeão de foot-ball, orgulha-se a Madeira doutros valores em diversos ramos de sport, como no lawn-tennis, em saltos no mar, water-polo, bilhar, etc.. Por exemplo:

Lawn-tennis: – Antonio Vieira de Castro e Rui de Bianchi, este recentemente falecido na Suíça. O sobrevivente dessa parelha magnífica afirmou-se já no Continente, competindo com nomes consagrados e ganhando um torneio há poucos anos realizado nas Caldas da Rainha. Antonio Vieira de Castro é campeão de tennis na Madeira, estando na posse do competente prémio: a Taça «Strangers Club». (1921)

Saltos no mar (Mergulhos em altura: – João de Sousa, Antonio de Castro e outros. Batem o record português; dão 25 metros. Há quem pretenda erradamente considerar estes homens profissionais em saltos, em virtude de exercerem a bordo dos paquetes o seu mister, negociando em artefactos madeirenses. Mas, se qualificação destes levanta duvidas, temos então um rapaz puramente amador (empregado no comercio em terra, como, aliás, os outros o são no mar), que salta 18 metros; record da Liga M. D. Náuticos. Chama-se Ulrique Alves.

Water-polo: - Ganhou o 1.^o campeonato deste desporto náutico, realizado na Madeira (1922) pela L. M. D. N.–O Império Foot-ball Clube, em 1.^{as} categorias. Em segundas, saiu vencedor o Clube Sport Marítimo.

Foi umn distinto jogador de water-polo e seu introdutor no nosso meio, o falecido Antonio Costa.

Bilhar: – São madeirenses Alfredo Ferraz e Mario de Freitas, vencedores (1.º e 2.º prêmios respectivamente) do Campeonato de Portugal de Bilhar, disputado em 1922, em Lisboa, no Grémio Lisbonense, ao Arco do Bandeira. Outros bilharistas distintos: Antonio Costa (falecido em 1921) e José da Silva Coelho.

Table-tennis: – Os madeirenses Alvaro de Meneses Alves Reis Gomes e Manuel Pedro Nolasco de Pontes Leça ganharam o Campeonato Académico realizado em Coimbra no Centro Académico de Democracia Cristã, em Maio de 1921, alcançando respectivamente o 1.º 2.º prêmios. Foi um exímio cultor do table-tennis, campeão do Clube Sports da Madeira, o falecido madeirense Arnaldo de Azevedo Ramos. É campeão do Club Desportivo Nacional o madeirense João Crisóstomo Luís.

Vela: – Afonso Coelho, Manuel Perestrelo e Humberto dos Passos Freitas.

Damos a seguir diversas informações sôbre algumas das agremiações desportivas existentes no Funchal, tendo duas delas sido já assinaladas a páginas 280 do volume I do Elucidário, no artigo Clubes:

Club Sport Marítimo – Fundado em Setembro de 1910, adoptou as cores verde e vermelha para o seu estandarte e equipamentos, dedicando-se os seus associados à pratica dos exercícios desportivos em geral, e nomeadamente football e os desportos náuticos.

Tem gravado um nome glorioso na historia do football da Madeira, sendo campeão regional daquele popular desporto desde a sua introdução no nosso meio até os nossos dias.

Conta nos seus anais um sem numero de vitorias sôbre todos os restantes grupos madeirenses, nunca tendo sido derrotado na Madeira, à excepção duma única vez, pelo União Football Clube, em 1919, quando as suas linhas se encontravam sensivelmente enfraquecidas pela saída para aquele e outros clubes dalguns dos seus melhores elementos. Além disso, conta também resultados honrosissimos (vitorias e empates) contra valorosos grupos estrangeiros que têm demandado o nosso pôrto a bordo de vasos de guerra, navios-escolas, transportes, etc.. Empatou, por exemplo, com a formidável equipe alemã do cruzador Pandora, em 1912.

Tendo trazido ao Funchal o importante I.º onze do Sport Lisboa e Bemfica, por muitos e consecutivos anos campeão da capital, inflingiu-lhe, a 9 e 13 de Abril de 1922, duas derrotas que ficaram memoraveis, respectivamente, por 3-2 e 6-3.

O C. S. Marítimo tem feito varias excursões ao continente e estrangeiro (ilhas Canárias). Em 14 de Outubro de 1922 bateu no Porto o Football Club do Porto, campeão de Portugal, por 3-1, o que lhe granjeou uma entusiástica recepção no seu regresso à Madeira.

Está de posse dos seguintes troféus: Taça do Campeonato da Madeira de 1.^{as} categorias; idem, idem, idem, de 2.^{as}; idem, idem, idem, de 3.^{as}; Taça «João Pimenta»; Taça «Campeão 1910-1917»; Taça Suíça «Oscar Elsener»; Taça Portugal; Taça Hinton; 2.^a Taça Suíça; e Bronze Associação em football. Taça de 2.^{as} categorias do Campeonato da Liga Madeirense de Desportos Náuticos em water-polo.

Deve concorrer ao Campeonato de Portugal de Football, e em seguida visitar os Estados Unidos da América, para o que recebeu convite.

Tem a sua sede, actualmente, na rua de Santa Maria, 126, com janelas para o Campo do Almirante Reis, onde se realizam os jogos de football.

Grupo Sportivo Internacional. – É a agremiação desportiva mais antiga da Madeira; fundada em 1909. Adoptou as cores verde e preta. Foi vencedor do campeonato de 2.^{as} categorias no primeiro ano da sua disputa. Tem a sua sede na Rampa de Miguel Bombarda, n.º 3.

Club Sports da Madeira. – Fundado em Março de 1910, adoptou as cores azul e branca e foi durante os primeiros anos de vida da Associação de Football do Funchal o principal competidor do Club Sport Marítimo no Campeonato da Madeira, a que emprestou bastante brilho e animação. Foi nessa época (1916-1918) seu constante objectivo derrotar o C. S. Marítimo e arrancar-lhe o título de campeão regional. Nunca, porém, o conseguiu, mas por algumas vezes empatou com ele em lutas renhidissimas, que se tornaram saudosas para os desportistas madeirenses.

No 1.º ano de disputa da Taça Suíça (1918) ganhou o 2.º prémio—diploma. Possui além disso várias taças, alcançadas em desportos atléticos, desportos náuticos e football. Dentre elas, sobressai a monumental «Taça América», ganha numa regata de vela por Afonso Coelho para este Club.

Já deslocou o seu grupo de football ás ilhas Canárias, onde empatou com o melhor grupo dali, trazendo para a Madeira um troféu comemorativo.

Tem a sua sede na rua de Hermenegildo Capelo, n.º 11 frente ao Jardim Municipal.

Liga madeirense de Sports Náuticos. – Fundada em 1922, nesse mesmo ano levou a efeito o Campeonato de water-polo da Madeira, em duas categorias, e promoveu outras provas náuticas, como corridas, mergulhos, etc..

Deve a Madeira a organização desta liga à iniciativa de Alvaro Reis Gomes, redactor-desportivo do Diário da Madeira.

Estão filiados nesta federação todos os clubes desportivos do Funchal (1921).

A convite do Club Sport Marítimo, visitou, em 1924, o Funchal, o 1.º grupo do Sporting Club de Portugal, tendo-se realizado quatro desafios, nos dias 15, 18, 22 e 29 de Maio. O Sporting Club ficou vencedor em todos os desafios, tendo tido como adversários o Club Sport Maritimo no primeiro, o União Foot-Ball Club no segundo, um team composto de jogadores do Império, Madeira, União e Santa Clara no terceiro, e novamente o Club Sport Maritimo no quarto. Ao retirarem para Lisboa, foram os jogadores do Sporting Club de Portugal acompanhados do 1.º team do Club Sport Maritimo, que procurou disputar ali para a sua agremiação, mas sem resultado, o título de campeão nacional» (1924).

Em aditamento ao artigo inserto na primeira edição, e que acima fica integralmente transcrito, forneceram-nos os Srs. Dr. Alvaro de Meneses Alves Reis Gomes e Noé Pestana largas e interessantes informações, que encerram valiosos elementos para a historia do Desporto Madeirense, e que nos cumpre agradecer com penhorante reconhecimento.

«O relato das actividades desportivas madeirenses, desde a altura em que foi escrito o artigo precedente, daria assunto, não para um resumido artigo – dentro da índole desta publicação – mas para um livro de muitas páginas.

Temos, portanto, que procurar sintetizar a enumeração de factos que vamos fazer, assinalando apenas os acontecimentos mais importantes. É possível, porém, que esta sucinta discriminação saia com algumas omissões, já pela pressa com que estamos a coligir estas notas, já pela necessidade de reduzir o espaço, para não nos tornarmos fastidiosos.

Com o fim de tornar de mais fácil compulsão o nosso desprezioso trabalho, vamos dividi-lo por secções e especialidades.

Cricket: – É esta, rigorosamente e de verdade, a mais antiga modalidade desportiva praticada na Madeira, de que há conhecimento.

Sendo este o jogo nacional dos inglêses, a introdução do cricket nesta ilha deveu-se aos súbditos britânicos nela residentes, especialmente os filhos dos comerciantes de vinhos, ou doutros ramos de comércio e indústria, aqui estabelecidos, quando regressavam dos seus estudos nos colégios de Inglaterra, e ainda aos empregados do «Brazilian Submarine Telegraph Co.», que mais tarde deu lugar à «The Madeira Western Telegraph C.º».

A sua prática organizada parece remontar ao ano de 1888, data em que, pela primeira vez foi levada a efeito por equipas com carácter de competição. Data desse ano, a fundação da primeira organização da especialidade, que se intitulou «The Madeira Cricket Club», e de que foram principais propulsores: João Correia, F. C. Cornell, e Mr. H. P. Miles. o jogo inaugural desta colectividade, que arrendou os terrenos do campo da Achada, na freguesia da Camacha, aos seus proprietários foi realizado neste recinto no dia 20 de Março do mesmo ano, entre dois partidos de solteiros e casados. Antes disso, porém, já aquele campo, que até essa data era uma espécie de baldio para pastagens, tinha sido muitas vezes utilizado para a prática de esta e outras modalidades desportivas.

Em 1 de Janeiro de 1893, foi fundado o «Excelsior Madeira Cricket Club», organização a que mais tarde se fundiu a primitiva colectividade.

Este novo organismo desportivo, afim de tornar de mais fácil acesso aos seus consórcios a prática da principal modalidade a que se dedicou—pois que também promoveu o desenvolvimento do futebol, atletismo, etc.,— adquiriu um terreno em S. Martinho, ao sítio do Engenho Velho, que adaptou a recinto desportivo, o qual foi inaugurado em 19 de Abril de 1894, sendo depois conhecido pela designação de Campo do Brás, nome de um dos seus antigos proprietários.

Este grupo de que faziam parte alguns madeirenses, efectuou vários e renhidos encontros de cricket, bem como de outros desportos, com equipas de bordo de esquadras que então aportavam ao Funchal, assim como com grupos de empregados da Companhia do Cabo Submarino.

Foi o «Excelsior» a primeira agremiação desportiva madeirense que levou ao estrangeiro o nome da Pérola do Oceano, visto que, em 10 de Maio de 1901, a equipe de cricket deste clube partia a bordo do S.S. «Niger», com destino a Las Palmas, onde efectuou três partidas deste desporto, resultando duas vitórias para a vizinha ilha espanhola e uma para a Madeira.

Vários jogos desta modalidade foram sendo realizados sucessivamente por aquela e outras equipes, até que o interesse pelo cricket foi diminuindo gradualmente, desaparecendo por completo a nossa actividade, naquela modalidade, aí por volta de 1926.

Futebol: – A modalidade desportiva que mais simpatizantes e adeptos conquistou no Funchal foi o futebol, conseguindo o nosso meio, nos tempos áureos da prática desta modalidade, classificar-se a par dos melhores do Continente.

Segundo o jornalista Mota de Vasconcelos, no seu «Almanaque do Desportista Madeirense», publicado em 1945, foi Mr. Harry Hinton quem, na idade de 18 anos, e em 1865, trouxe para a Madeira a primeira bola de futebol, sendo esta também a primeira introduzida em Portugal, visto que, somente em 1888 - 13 anos depois da Madeira – é que se verificou idêntico facto, que envolve os três irmãos Eduardo, Frederico e Guilherme Pinto Basto, conhecidos banqueiros, dados, nas mesmas circunstancias de H. Hinton, como introdutores do futebol no Continente português.

Este industrial madeirense, e antigo desportista, utilizou aquela bola no campo da Achada da Camacha, em jogos com outros rapazes da sua idade, aproveitando os fins de semana, que passava naquela localidade, na Quinta da Achadinha, propriedade de seu pai.

Todavia essa primitiva bola estragou-se no pontapear desordenado do grupo de moços das relações do seu proprietário, e somente alguns anos mais tarde é que se realizou a primeira partida de foot-ball association, nesta Ilha, entre dois grupos regularmente organizados, no antigo campo D. Carlos, hoje Almirante Reis.

Essa primeira partida deve ter-se efectuado, em 1894, ou em 1895, conforme as duas versões de que temos conhecimento sobre a introdução do popular desporto inglês na Madeira.

Na primeira dessas versões, e segundo o testemunho de Mr. H. A. Miles, súbdito britânico residente na Madeira há mais de 50 anos, a quando da coordenação do «Album das Bodas de Prata da A. F. F.», o primeiro encontro de «foot-ball» na Ilha, devia ter-se

efectuado em 1894, entre um «team» de inglêses residentes na nossa terra, contra outro de tripulantes de bordo dum barco de nacionalidade inglesa, que esteve ancorado no nosso porto durante três semanas, para sofrer reparações.

Na segunda versão, colhida nos depoimentos de alguns velhos elementos da classe marítima dos bomboteiros – classe muito ligada à introdução do futebol na Madeira – residentes nas proximidades do antigo e já referido campo D. Carlos, o primeiro encontro foi disputado entre dois grupos de tripulantes do iate inglês de recreio (a que eles chamam «Lord»), denominado «Rhouma», a quando da sua primeira viagem a Madeira, o que está averiguado ter-se dado em 1895.

E, quanto à introdução do popular jogo inglês, esses velhos marítimos contam que, na segunda viagem do citado barco, que durante muitos anos visitou consecutivamente a Madeira, um moço marítimo, de nome João Viveiros, por alcunha «O Chicago», conseguiu que os tripulantes do «Rhouma», lhe oferecessem, a quando da sua partida, a bola que empregavam nos seus divertimentos, o qual a usou com outros companheiros, em brincadeiras desordenadas de pontapés para a frente, com correrias à mistura.

Como nota curiosa, frisamos que, quando o cautchou da referida bola se estragou, João Viveiros recheou-a com uma bexiga de animal, passando depois a aluga-la a dez réis à hora.

O gosto por este jogo desenvolveu-se, e, de tentativa em tentativa, ganhou, por 1908 a 1910, grande incremento, com o regresso à Madeira do saudoso desportista Humberto dos Passos Freitas, de volta dos seus estudos, o qual foi um dedicado propagandista deste desporto, e talvez o seu maior propulsor.

O futebol madeirense passou então a ter vida própria, entrando na fase já descrita no artigo anterior, e passando a atingir, de 1922 para cá, a maior celebridade, até que, em 1926, alcançou o apogeu máximo com o famoso título de Campeão de Portugal, ganho pelo Clube Sport Marítimo.

Mercê dos porfiados esforços dos vários dirigentes de então, e, nomeadamente, do Sr. Dr. Alvaro dos Reis Gomes, antigo Secretario da Federação Portuguesa de Futebol, e Delegado da A. F. F. no mesmo organismo, a Madeira principiou a participar, desde 1922-23, na disputa máxima do futebol, então denominada Campeonato de Portugal, deslocando anualmente ao Continente um seu representante.

Nessa prova, que, desde 1938-39, passou a chamar-se «Taça de Portugal», a Madeira fez representar 19 vezes, assim distribuídas: Clube Sport Marítimo, 14 vezes; Clube Desportivo Nacional, 3 vezes; Clube de Futebol União, 2 vezes. Finalmente, na época de 1941-42, em que ficou apurado, como nosso representante, o C. D. Nacional, a Madeira foi eliminada da prova, devido a dificuldades criadas pela última conflagração mundial.

Nos diversos campeonatos da Madeira, organizados desde a fundação da A. F. F., em primeiras categorias de Honra, classificaram-se: o Club Sport Marítimo, 17 vezes; o C. D. Nacional, 6 vezes; o C. F. União, 5 vezes.

Diversos clubes de nomeada, tanto nacionais como estrangeiros, estiveram na Madeira, tendo os nossos agrupamentos alcançado os mais lisonjeiros resultados, que contribuíram para que o futebol madeirense tivesse grande nomeada lá fora, e fizeram com que muitos dos nossos melhores jogadores saíssem da nossa Ilha em demanda de outras paragens, seduzidos por tentadoras promessas.

Muitos dos principais clubes do Continente tem incluído nos seus activos vários jogadores madeirenses, e a Selecção Nacional já utilizou os serviços dos seguintes conterrâneos: José dos Ramos, Artur de Sousa (Pinga), Carlos Pereira e António Teixeira (Camarão). Também foram convocados como suplentes: José Rodrigues (Jusa), Jesuíno Gavião, Pedro de Sousa, Vasco Nunes e Rogério de Sousa. De todos esses, Artur de Sousa, que foi seleccionado 21 vezes para jogos internacionais, alcançou grande fama, tanto em Portugal, como no estrangeiro, sendo o mais destacado jogador português dos últimos tempos, motivo porque, num artigo publicado no periódico lisboeta «A Bola», o conhecido jornalista desportivo Cândido de Oliveira, antigo seleccionador nacional punha aquele «ás» madeirense a par de outro continental, de outros tempos, Artur José Pereira, para um confronto sobre o melhor jogador português. A este artigo, o jornalista madeirense Noé Pestana, respondeu no mesmo jornal, com um outro, em que, apoiado em muitas opiniões autorizadas, punha em dúvida que fosse Pinga o melhor jogador madeirense, e evocava, para confronto, os seguintes jogadores do passado Moisés de Sousa, José Rodrigues (Jusa), António Alves, Manuel Ramos (Janota), José dos Ramos (José Pequeno) e Pedro de Sousa, concluindo por este último.

E, não só os melhores clubes continentais utilizaram o concurso de jogadores madeirenses, como alguns dos Açores e de Africa nomeadamente Lourenço Marques, onde chegou a estar, numa época, quase que a selecção madeirense completa.

A Madeira realizou os seguintes jogos inter-cidades: I Funchal-Porto, em 22 6 1930, no Porto, perdendo por 1-3; I Funchal-Setúbal, em 29 6 1930, em Setúbal, perdendo por 2-3, 11 Funchal-Pôrto, em 13 7/1930, no Funchal, ganhando por 5-1; I Funchal-Las

Palmas, em 14/4/1935, no Funchal, empatando a 1-1; I Funchal.Lisboa, em 25 7 1937, no Funchal, empatando a 3-3. A seguir deste ultimo encontro, realizou-se em 1 de Agosto deste último ano, um outro jogo de character extra-official, ganhando a Madeira por 1-0.

Vários clubes madeirenses se têm deslocado às Canárias e aos Açores, como o Club Sport Marítimo, o C. D. Nacional, o C. S. Madeira, o Império F. Clube, o União F. Club, o G. S. Automobilista e o Sporting Club da Madeira.

Presentemente, estão filiados na Associação de Futebol do Funchal os seguintes clubes Divisão de Honra: Clube Sport Marítimo, Clube Desportivo Nacional, Clube de Futebol União e Sporting Club da Madeira; Divisão de Promoção: Club Desportivo Barreirense, Clube de Futebol Andorinha, Club de Futebol Carvalheira, Clube de Futebol São João, Clube de Futebol Palmeira, Clube de Futebol Pátria e Grupo Desportivo da Segurança.

Devido à constante saída de jogadores da Madeira, e ainda á falta de campos desportivos, o futebol madeirense tem entrado nos últimos anos num período de decadência, atravessando actualmente uma crise de jogadores de classe.

Contudo, devido á proibição das transferências de jogadores, estabelecida pelo decreto-lei n.º 32 946, e ás escolas de jogadores infantis, criadas pelo Clube Sport Marítimo, é de crer que, num futuro próximo, o nosso mais predilecto desporto retome o lugar de primeira plana, a que tem jus, pelas suas brilhantes tradições, no futebol nacional.

Desportos náuticos: – É difícil precisar no momento, dada a insuficiência de elementos de que dispomos, uma data, ou um ponto de partida exactos, para uma evocação histórica das actividades desportivas madeirenses nos domínios do elemento liquido.

A Madeira–Ilha com um litoral aberto em todos os sentidos, a um mar, dum modo geral bonançoso – é um ponto ideal para a prática de todos os desportos aquáticos, e, somente a inércia ou indolência dos seus habitantes, talvez defeito do clima, explica a pouca prática de desportos na baía, como a vela e o remo, ou ainda a natação e o water-polo.

É muito de supor que antes de 1910 – além de competições de remo entre equipas de tripulantes de barcos aportados na nossa baía – se tivessem realizado quaisquer provas náuticas, pois, como é de calcular, sempre se nadou, pelo menos, nas praias do litoral da Ilha, principalmente nas épocas de estio, mas o primeiro ano de que temos conhecimento que se tivesse organizado provas com o character de competição é o acima indicado.

Para simplificar, vamos passar a resumir os factos principais.

Em 4 e 12 de Outubro de 1913, para comemorar o 3.º aniversário da implantação da Republica Portuguesa, realizaram-se vários festivais náuticos, promovidos pelo jornal «Athenista», em que se distinguiu João Tiago de Castro, ao tempo nadador de recursos.

Em 1917, fundou-se o «Club Naval Madeirense», iniciativa do falecido Visconde da Ribeira Brava, que foi um desportista entusiasta, iniciando-se uma fase de grande actividade: regatas, com magníficas guigas, provas de vela em airosas «monotypes», e grandiosos festivais náuticos, em que se destacaram muitos desportistas madeirenses, como Travassos Lopes, Humberto dos Passos Freitas, José Florencio de Abreu, Afonso Coelho, Américo Patrício, Manuel Perestrelo, Dr. João Migue Rodrigues e outros.

De aí para cá, realizaram-se anualmente alguns festivais náuticos no Molhe da Pontinha, quase sempre com fins de beneficência, introduzindo-se nos vários números desportivos, como corridas de natação, pau ensebado, apanha do pato, mergulhos de altura (dos mastros dos navios ancorados, ou do ilhéu), etc., Jogos de water-polo, que tiveram em António Costa e Vasco Figueira dois grandes animadores.

Em 1922, fundou-se a Liga Madeirense de Desportos Náuticos, que durante alguns tempo organizou provas anuais de natação e o Campeonato da Madeira de Water-polo, tendo sido o primeiro campeão desta modalidade, o extinto «Império Futebol Club».

Por iniciativa desta Liga, veio à Madeira, em Setembro de 1924, uma equipa composta com os melhores nadadores continentais.

A actividade da Liga Madeirense de Desportos Náuticos cessou em 1930, tendo daí por diante cessado a disputa oficial de provas de natação e water-polo, limitando-se a sua prática apenas, a um ou outro festival de carácter particular, organizado na piscina «Lido», ou nas explorações balneares da praia do Campo Almirante Reis.

Em 1940, fundou-se a Associação de Natação do Funchal, realizando-se anualmente os Campeonatos Distritais de natação, os quais têm despertado pouco interesse nos últimos anos, dada a falta do principal requisito para a prática deste desporto, nos moldes usados pelos grandes centros: uma piscina ou estádio náutico.

Atletismo: – Apesar de, já em 1899, se ter praticado atletismo na Madeira, num festival de iniciativa do «Excelsior Madeira Cricket Club», esta modalidade quási não passou da disputa de provas de caracter particular, da iniciativa de jornais ou clubes; ou ainda das provas habituais nas cerimónias do juramento de Bandeira, nas nossas unidades militares.

Dessas organizações particulares, em que os clubes tomaram parte, as mais importantes foram as provas de maratona Funchal-Camara de Lôbos-Funchal, em 1911 e 1927, ganhas respectivamente por Manuel Perestrelo e Alberto Malho.

Em 1927, fundou-se a Liga Madeirense de Sports Atléticos, cuja existencia não durou mais de dois ou três anos.

Ténis: – O ténis é a modalidade da predilecção dos desportistas da elite madeirense– como, de resto, também o é em quase toda a parte–e a sua prática está tão enraizada, que são inúmeras as quintas de familias abastadas, estrangeiras ou madeirenses, que tem rectângulos apropriados para a sua disputa.

Não é fácil, de momento, precisar desde quando este magnífico desporto é cultivado entre nós, pois a sua prática vem de há longos anos.

Rezam as crónicas que, a quando das visitas de Suas Majestades, o Rei D. Carlos e a Rainha D. Amélia, á Madeira em 1901, disputaram-se na Quinta do Palheiro várias partidas desta modalidade, em que tomou parte o Rei, que era um grande desportista.

Muitos torneios desta modalidade se têm organizado no nosso meio, desde os tempos mais distantes até os nossos dias, tendo-se disputado os mais valiosos e ricos troféus.

Pela Madeira têm passado as melhores raquetes do mundo, especialmente em viagens turísticas, mantendo-se os respectivos possuidores aqui muitos dias, hospedados nos nossos melhores hotéis, quási sempre na estação de inverno, tomando parte, com os nossos melhores tenistas, em vários torneios e campeonatos internacionais.

E, porque são tantos e tantos os valores que se têm afirmado entre nós, neste belo desporto, abtemo-nos de qualquer referência pessoal desta resumida resenha.

Diversos: – Além dos desportos acima citados, muitos outros se têm praticado na Madeira, em maior ou menor escala. Entre esses citaremos:

Esgrima e Tiro: – Se não foram introduzidos na Madeira pelo falecido Visconde da Ribeira Brava – que cultivava o desporto todas as armas com gosto, dedicação e reconhecida destreza –, este saudoso animador dos vários desportos foi um dos seus mais entusiastas propulsores, encontrando no continental Carlos Nellis um precioso colaborador.

Este último desportista dirigiu várias classes de armas, realizando-se então vários torneios, disputados com invulgar interesse.

Entre os seus discípulos, destacaram-se Jorge Gordon, Sotto Mayor, Humberto dos Passos Freitas, João de Oliveira Faria, Antonio Vieira de Castro e Fernando Figueiredo. Carlos Nellis fez disputar, entre os alunos, as taças «Sebastião de Herédia» (1920)–ganha em dois anos seguidos pelo capitão Raul Cohen –«Conde de Boussies», (1920 a 1906)– ganha no primeiro ano pelo Raul Cohen, ficando em segundos lugares (com troféus), Antonio Vieira de Castro e Sr. Hermos. Também atingiu a categoria de um belo esgrimista, Fernando de Figueiredo, que ficou de posse da Taça «Herédia» por a ter ganho 3 anos seguidos. É possuidor da taça que tem o seu nome.

Outro esgrimista madeirense de valor foi Alberto Jardim detentor da Taça «Conde de Bousies», ganha após renhida disputa com Fernando de Figueiredo.

Outros madeirenses que também se interessaram por este desporto foram: Rui de Faria, Eduardo de Ascensão Velosa, José Ferreira Duarte Soares, Manuel Bianchi e Jorge Caldeira.

Na vila da Ribeira Brava, em vida do titular daquele nome, realizaram-se alguns festivais, em que tomou parte a fina flor da sociedade do tempo, nos quais estes desportos entraram em larga escala.

Ténis de Mesa: – Esta modalidade, muito conhecida com o nome de ping-pong, foi primeiramente cultivada na Madeira do que em Lisboa.

Este interessante desporto foi aqui introduzido em 1917, por Arnaldo Azevedo Ramos, já falecido, sendo seus companheiros entusiastas na primeira fase deste jogo, Antonio Coutinho, António Mendes e João Crisóstomo Luis.

A modalidade desenvolveu-se, os adeptos e praticantes aumentaram, e, de 1920 a 1925, todas as colectividades desportivas da nossa terra tinham instalações adequadas á sua práticas, realizando-se por essa altura vários torneios inter-clubes.

Em 1936, fundou-se a Associação de Ping-Pong da Madeira, verificando-se nessa época o maior incremento desta especialidade.

Este organismo, porém, teve pouca duração, desaparecendo a breve trecho, estando hoje o respectivo desporto completamente desamparado de protecção oficial.

Automobilismo: – Foi em 30 de Dezembro de 1903 que entrou na Madeira o primeiro automóvel destinado a Mr. Harvey Foster, tendo-o o seu proprietário levado consigo no seu regresso a Inglaterra no ano seguinte.

Em 1907, entrou na Madeira mais um automóvel, este destinado á «Empresa Madeirense de Automóveis», então constituída, tendo vindo com ele um condutor do Continente, de nome Francisco Franco, que se demorou na nossa Ilha algum tempo. Esse carro, nove dias depois da sua chegada, sofreu um desastre, no Caminho do Acioli, saindo feridos todos os seus passageiros.

O primeiro madeirense que guiou viaturas automóveis foi João Rodrigues (Morgado), que foi submetido a exame de «chauffeur», em 11 de Fevereiro de 1908.

Com o desenvolvimento do automobilismo na nossa ilha, surgiram magníficos volantes, tendo-se por várias vezes organizado ginkanas e outras provas nomeadamente a I Rampa dos Barreiros, em 1935, organização do Automóvel Club de Portugal, em que tomaram parte alguns dos melhores amadores continentais.

Ciclismo: – Conquanto o uso de bicicletas na Madeira, nos últimos dez a quinze anos, estivesse totalmente extinto, este desporto teve imensos cultores no nosso meio, em fins de 1800 e alvares de 1900.

Data de 1899, a primeira prova ciclista na Madeira, num festival desportivo levado a efeito pelo já citado «The Madeira Cricket Club», com um número de carácter cómico (100 m. negativos), classificando-se em 1.º lugar R. Figueira e em 2.º lugar C. Gomes.

Em 1908 e 1911, realizaram-se várias jornadas ciclistas Funchal-Camara de Lobos, alguns percursos citadinos (circuitos fechados), além de cortejos anuais, nas diversões carnavalescas, e de vários festivais no Campo Almirante Reis.

Mas, depois dum completo desaparecimento, em que não se via, durante anos, uma só bicicleta de passeio nas ruas da cidade, o ciclismo foi a pouco e pouco reaparecendo, até que, em 1938, por iniciativa do semanário «Comércio do Funchal», então da direcção de Luís Quental, realizou-se o I Circuito da Cidade, que despertou enorme entusiasmo, e foi ganho por Júlio Virissimo.

De aí para cá, várias outras provas se tem realizado com maior ou menor entusiasmo, tendo sido a mais importante a corrida Funchal-Camara de Lobos-Funchal.

Basket-Ball e Volley-Ball:—Estas duas modalidades também têm os seus simpatizantes entre nós, tendo sido fundada a Associação de Basket-Ball do Funchal, em 1935, e a Associação de Volley-Ball, em 1945.

A primeira esteve em actividade cerca de quatro anos, encontrando-se a respectiva modalidade actualmente desamparada de qualquer organização oficial nos últimos anos.

Sport do Funchal. Este semanário deu o seu primeiro numero a 14 de Dezembro de 1923.

Stanford (Charles Thomas). Este ilustre súbdito de nacionalidade britânica, que viveu na Madeira durante alguns anos e tinha pela nossa terra a mais acendrada predilecção, como largamente o comprovou nos seus primorosos livros, nasceu no ano de 1858 e faleceu na Inglaterra a 7 de Março de 1932. Entre os seus trabalhos literários, destacam-se o *Leaves from a Madeira Garden* e a interessante novela *Ace of Hearts*, cujo entrecho se desenrola nesta ilha. Era um distinto escritor e possuía uma rara cultura intelectual. Tinha sido agraciado com o título de «Baronet of the United Kingdom».

Stein (B). E.; *Lichenes Maderenses et Mindanoenses* (Verhandl. der Schlesischen Gesellsch. für Vaterlandskultur, 1882).

Steiner (Dr. J.) E.; *Flechten auf Madeira und den Kanaren gesammelt von P. Bornmüller in den Jahren 1900 und 1901.* (Oesterreich. botan. Zeitschrift, 1904).

Stizenberger (E.) E.: Lichenes insulae Maderae (Bol. Soc. Broteriana de Coimbra, volume V, 1887, página 123 a 132).

Storch (Ludwig). E.: Madeira, Leipzig, 1862, I volume.

Stranger (The). Jornal redigido na língua inglesa, de que saiu apenas um numero, em Janeiro de 1840. V. Macaulay.

Stuebel (Dr. Alphons). Por mero lapso, não se fez referência ao artigo escrito pelo padre Ernesto Schmitz acerca do Dr. Alphons Stuebel, quando nos ocupámos da geologia da Madeira, devendo acrescentar-se, ao que ali ficou dito, a autorizada opinião daquele ilustre naturalista alemão e as não menos acertadas considerações do antigo professor de ciências naturais do nosso Seminário Diocesano, que acompanham o referido artigo.

É grande a divergência de opiniões, ao menos em questões secundarias, que se observa entre os geólogos, que no decorrer deste século mais detidamente se occuparam com o estudo da formação da ilha da Madeira. Mas como do choque dos corpos e da sua mútua fricção muitas vezes resulta a faísca e a luz, assim é de esperar que se fará também mais luz nesta questão, á medida que homens competentes emittirem a sua opinião depois de estudos conscienciosos, ainda que a princípio cheguem a resultados divergentes.

São bastante conhecidas em Portugal as opiniões emittidas por Luiz da S. Mousinho Albuquerque pelo Dr. J. Macaulay, sir Charles Lyell, Dr. Oswald Heer de Zurich, e sobretudo pelo Dr. G. Hartung, que de todos mais desenvolvidamente tratou o assumpto no seu livro: «Madeira & Porto Santo., etc , Leipzig, Engelmann, 1864. Mas bem poucos dos que se interessam pela geologia das terras portuguezas terão conhecimento dos estudos aturados e conscienciosos que fez sobre a Madeira o Dr. Alphons Stuebel, de Dresde. Foi nos annos de 1862 e 1863 que esteve na Madeira, e depois de minuciosas e prolongadas observações e explorações do terreno construiu, não num plano de papel, mas em relevo com massa, o mappa geológico da Madeira, no qual estão representadas com a maior nitidez todas as elevações e depressões, crateras extinctas, ribeiras, levadas, povoações, etc., tudo na escala de 1 para 55:000, tendo por tanto mais de um metro de comprimento com a largura correspondente.

Este mappa único da Madeira acha-se no Museu do Seminário do Funchal, e une admiravelmente em si os dotes da sciencia e da arte; todas teem por fim facilitar e auxiliar o estudo da geologia e em especial da vulcanologia.

De certo não pouco pezo deve ter a opinião de um homem cuja vida toda foi consagrada a vulcanologia, e a quem largos meios de fortuna permitiam ir estudar «de visu» as regiões vulcanicas mais interessantes do nosso globo. Por isso julgamos prestar um serviço em tornar mais conhecida esta opinião do Dr. Stuebel, que se acha desenvolvida a traços largos na sua obra monumental «Die Vulkanberge von Ecuador» e na parte d'ella «Ueber des Wesen des Vulkanismus», publicada à parte em Berlim, A. Asher & Co., 1897.

Um exemplo de união íntima entre duas elevações vulcanicas monogeneas (isto é, devidas a uma única causa vulcanica ainda que esta se manifeste com grandes intervallos de tempo) fornece em escala muito maior que o Pichincha no Equador a ilha da Madeira; toda a massa das suas montanhas, que numa extensão de perto de 60 quilómetros e numa largura de 15 a 20 se eleva até uma altitude de 1:800 metros, foi simplesmente o producto de dois centros eruptivos. E ambos elles como se pode concluir com grande certeza pelo modo de sua ligação, estiveram em actividade ao mesmo tempo.

«A mais vasta e mais alta d'estas duas construcções monogeneas, é uma elevação em forma de caldeira, que occupa mais de duas terças partes da ilha. A caldeira propriamente dita, que se acha quasi no centro da massa total, tem perto de 4 1/2 kilometros de diametro e uma profundidade de 1.200 metros. Um extenso valle (a antiga cratera) que na sua parte mais baixa se torna muito estreito e se transforma em barranco, e que n'uma extensão de 11 kilometros tem um declive de 600 metros, despeja as águas d'esta caldeira, chamada Curral das Freiras. Entre os muitos picos que cercam a caldeira é o mais alto e em geral o ponto mais elevado da ilha o Pico Ruivo (1850) metros. Desde a circunferência da caldeira se estendem lombos immensos em todas as direcções, e ainda que estes sejam muito differentes, já na extensão, já na constituição e configuração, no observador fica a impressão, que n'esta parte principal da ilha se acha a grandes traços uma construcção symetrica, producto das forças vulcanicas.

«Mui diversa se apresenta a segunda massa da ilha, em extensão muito mais pequena, porém apenas 300 metros mais abaixo do que a primeira. É uma elevação em forma de cúpula, achatada na parte mais alta, aonde se devia esperar uma cratera; forma um planalto de mais de 3 quilómetros de diâmetro, chamado Paul da Serra.

Os dois centros eruptivos com as suas massas amontoadas ficam tão perto um do outro que as suas rochas não só se tocam, mas também, até certo ponto, se entrelaçam. O limite das duas massas é ainda muito visível, caracterizado por dois valles muito profundos que correm em direcção opposta, um para o Norte, o de S. Vicente, e outro para o Sul, o da Ribeira Brava. As regiões das nascentes destes valles, que pela erosão se alargaram e transformaram em caldeiras com várias ramificações, são apenas separadas

por uma parede relativamente muito delgada, mas alta, espécie de crista, abundante em picos, que faz communicar o planalto do Paul da Serra, com a parede occidental da caldeira do Curral das Freiras.

«Apesar de toda a semelhança que apresentam os valles de S. Vicente e da Ribeira Brava pelas suas dilatações em forma de caldeiras com a grande caldeira do Curral das Freiras, a sua significação com respeito á construcção geológica da ilha é essencialmente differente; são apenas espaços intercollinares, dilatados pela erosão, enquanto que o valle do Curral das Freiras constitue uma verdadeira cratera, e a ribeira do Curral ou dos Soccorridos abre o caminho até este verdadeiro centro eruptivo.

«Insistimos na distincção necessária a respeito da formação destes valles, justamente porque sir Charles Lyell na sua descripção da ilha da Madeira («Elements of Geology») deixou de fazel-a.

«Ao mesmo tempo que estes dois centros de erupção amontoaram quasi a massa total da ilha na sua elevação acima do nível do mar, parece também que alguns centros secundários, dos quaes restam signaes visíveis, tiveram a sua actividade. É principalmente nas costas altas e escarpadas do norte aonde isto se torna evidente. Em particular consideramos a Penha d'Agua como resto importante duma antiga cratera destruída.

«Além d'isso possui a ilha, cuja actividade vulcanica ha muito se extinguiu, algumas formações de cratera bem conservadas, ainda que de pequenas dimensões. A posição e ligação d'ellas com a massa principal da ilha tornam mais que provável que o foco do seu material eruptivo, pouco abundante, deve ser collocado na própria massa da ilha e não nas profundezas immensas por baixo d'ella e de onde ella mesma tirou a sua origem. Lembramos por exemplo a cratera pouco profunda da lagoa da Serra de Santo Antonio no extremo oriente da ilha, assim como os pequenos cones eruptivos e correntes de lava, que formam a base do planalto acima do Porto Moniz no extremo noroeste da ilha.

«Não queremos aqui entrar em pormenores a respeito da construcção tectonica das serras vulcanicas e das suas ramificações, porém desejamos notar que os declives das encostas das serras e dos lombos apresentam ângulos de inclinação quasi idênticos aos das serras vulcanicas do Equador, e que como alli, os contrafortes, que da massa central como raios divergem em todas as direcções, na parte superior conservam bastante a horizontalidade, mas descem em declives muito pronunciados, aproximando-se das suas bases.

«Esta descrição topographico-genetica da Madeira, aqui apenas esboçada, acha-se muito bem representada no mappa que J. M. Ziegler desenhou, tomando por base estudos e desenhos pessoases e alheios, assim como num mappa em relevo depositado no Instituto Geológico na Universidade de Berlim.

«Todas as nossas theorias sobre a natureza do vulcanismo nos foram primeiramente suggeridas pelo exame geológico da ilha da Madeira e logo depois confirmadas pelo das ilhas de Cabo Verde. Mas não quizemos publica-las enquanto não as achássemos também confirmadas pelo exame de outras regiões vulcanicas. Achámos esta confirmação sobretudo na América do Sul. Circunstâncias exteriores impediram durante muito tempo a publicação do resultado dos nossos estudos. Hoje depois de mais de 20 annos resolvemo-nos a publica-lo ao menos em parte.

Uma certa semelhança com a Madeira tem na sua configuração a ilha de Tenerife, que mede contudo mais do dobro em superficie. Essa semelhança provém principalmente da circunstância de ser também a ilha de Tenerife constituída por duas partes, que geneticamente devem ser separadas, ainda que tectonicamente se achem unidas e entrelaçadas.

Também na ilha de Tenerife vemos a sua elevação em forma de caldeira, unida com uma elevação extensa, achatada e sem cratera. Porém estas duas partes não estão entre si nas mesmas relações, como na Madeira a caldeira do Curral com a cúpula do Paul da Serra. Em Tenerife a parte que apresenta uma caldeira é tão extensa e tão elevada, que o resto se apresenta apenas como um appendice lateral, um membro secundário, o que não se dá na Madeira».

Sumagre (*Rhus Coriaria*). Arbusto da família das Anacardiaceas, perfeitamente naturalizado na Madeira. Tem folhas com 4 a 7 pares de foliolos ovado-lanceolados, às vezes avermelhados. As folhas e os ramos novos deste arbusto empregam-se no cortume dos couros. Exportava-se outrora uma certa quantidade de sumagre, mas hoje está inteiramente paralizado este comercio.

Acerca do mesmo arbusto, diz Gaspar Frutuoso o seguinte: «Ha nesta ilha da Madeira muito sumagre, que serve para curtir couro, principalmente o cordovão, porque o faz muito brando e alvo. E este sumagre se planta em covas pequenas, como quem planta rosas e vinhas; tem a aste como feito, e a rama semelhante ao mesmo feito; dá-se em terras altas e frescas; colhe-se cada anno cortando-se rente com a terra, para não secar a soca delle, e poder tornar a arrebentar, por ser planta que dura muitos annos na terra: he novidade de muito proveito, porque multiplica tanto que se enchem dele os campos, como roseiras, e lavra a raiz por baixo

da terra, e o que se dá na ilha é muito fino: e apanhada a rama, que he o dito sumagre, se deita ao Sol, e seca se moe em engenho de água, assi como se moe o pastel nesta ilha, e se faz em poo, e moído o carregão para diversas partes em sacas e pipas».

Superfície. São bastante divergentes os cálculos feitos acerca da superfície de todo o arquipélago e em especial de cada uma das ilhas que o compõem. o Dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo que versou este assunto com alguma largueza no notável artigo do Dicionario Universal Portuguez Ilustrado, diz que alguns autores computam em mais de mil quilómetros quadrados a área global do arquipelago, tendo-se posteriormente admitido que essa superfície se calculava em tórno de 800 quilómetros, e termina por afirmar que os cálculos mais recentes e que julga mais aproximados da verdade dão a todo o arquipélago uma superfície de 560 quilómetros quadrados, tendo 500 quilómetros a ilha da Madeira, 50 a do Porto Santo e 10 o pequeno grupo das Desertas.

Em vários documentos de character official e ainda recentemente no «Censo da População», publicado no ano corrente de 1934, se diz que a superfície da ilha da Madeira é de 740,62 quilómetros quadrados e a do Porto Santo de 42,^{k2}17.

o arquipélago da Madeira, afora as cidades de Lisboa e Porto, é a região do nosso país em que é maior a densidade da população, dando o «Censo já citado o número de 270 habitantes por cada quilómetro quadrado para a época actual.

Ano Habitantes por quilómetro quadrado

1864.....	135,9
1878.....	160,2
1890.....	164,5
1900.....	184,8
1911.....	208,8
1920.....	219,6
1930.....	270,3

Vide «Anais do Club Militar Naval», do mês de Fevereiro de 1940 e o artigo Geodesia deste Elucidário (II-83 e ss.).

Surdo (Travessa do). Comunica a rua do Dr. Vieira, ou da Carreira, com o largo de S. Pedro, tendo recebido a 24 de Abril de 1919, a pedido da Associação do Registo Civil, o nome do madeirense Augusto José Vieira.

Augusto José Vieira, irmão do conselheiro Manuel José Vieira, nasceu no Funchal a 2 de Outubro de 1861 e faleceu em 1 Lisboa a 27 de Dezembro de 1918.

Surprise. Canhoneira francesa que foi torpedeada por um submarino alemão, no porto do Funchal, a 3 de Dezembro de 1915, tendo morrido 33 dos seus tripulantes e 7 portugueses, como foi narrado a pagina 159 do volume I desta obra. Quando nos referimos ao general Mangin, tivemos ocasião de dizer que os despojos mortais dos marinheiros franceses que se achavam no cemitério das Angústias, haviam sido trasladados para bordo do cauzador Jules Michelet, no dia 28 de Novembro de 1921, cumprindo-nos acrescentar agora que se formou por essa ocasião um importante cortejo que acompanhou os mesmos despojos até a Pontinha.

O cortejo que tinha a extensão de cerca de um quilómetro, abria com uma força da Guarda Republicana, a cavalo, seguindo-se as crianças das escolas e colégios, com as respectivas professoras, o professorado primário, a academia funchalense, com o respectivo pendão, a Banda Republicana Artístico Madeirense, os professores do liceu, os escuteiros, chauffeurs, associações desportivas, a Banda dos Artistas Funchalenses, os bombeiros, várias associações, a Cruz Vermelha, o pessoal do salva-vidas do Funchal a policia cívica e guarda fiscal, o pessoal da Capitania do Porto, o pessoal menor da Alfândega, os sargentos do exército, o «Grémio 5 de Outubro», os empregados inglêses do telégrafo, a Associação Comercial, a Imprensa, os empregados da Alfândega, a Junta Geral, o Clero, as Irmãs de Caridade, os Medicos, a Magistratura, a Câmara Municipal, um contingente de marinha de bordo do cruzador francês Cassiopée, vários oficiais inglêses que combateram na Grande Guerra, a oficialidade da guarnição, três armões com coroas, ladeados por marinheiros franceses, dois armões com as urnas, ladeados por oficiais inferiores franceses, a oficialidade francesa dos navios surtos no porto, o general Mangin, o governador civil, secretario geral e governador militar, o prelado diocesano, o almirante Pugliesi-Conti, o corpo consular, a charanga de, cruzador Jules Michelet, uma força de marinha do mesmo navio, uma fôrça de infantaria 27, com a respectiva banda de musica, e um pelotão de infantaria da Guarda Republicana.

Antes do cortejo se pôr em marcha, falaram o Dr. José Joaquim Teixeira Jardim, presidente da Câmara, o cônsul da França, o comandante militar João Maria Ferraz, o major Artur Sarmiento, o estudante José Duarte Soares, o almirante Conti e o capitão do

porto Romano Vital Gomes. Ao finalizarem os discursos, tocou a charanga do Jules Michelet, primeiro a Portuguesa e depois a Marselhesa.

A capela do cemitério das Angústias, onde se achavam as dez urnas de castanho, contendo os restos mortais dos marinheiros da Surprise, achava-se envolta em crepes e brilhantemente ornamentada com fetos e outras plantas vendo-se no alto do frontispício o pavilhão francês e abaixo deste as letras R. F. entrelaçadas a vermelho. Nas paredes, viam-se suspensas duas bóias com a seguinte inscrição:

Surprise-3-12-916.

Na mesma capela, celebrou o prelado diocesano, D. Antonio Manuel Pereira Ribeiro, uma missa a que assistiram as autoridades superiores do distrito, o general Mangin, o almirante Conti, os oficiais da guarnição militar da Madeira e os oficiais e marinheiros dos cruzadores Jules Michelet e Cassiopée. Durante a cerimónia, executou a charanga do primeiro destes navios a marcha fúnebre de Chopin, tendo a guarda de honra á porta da capela sido feita por uma força de marinheiros franceses. A guarda de honra á porta do cemitério foi feita por uma força de infantaria, com a respectiva banda de música, e por outra da Guarda Republicana.

As 10 urnas com os despojos mortais dos marinheiros franceses foram transportadas para um escaler do Jules Michelet, executando por essa ocasião a Marselhesa, tanto a charanga de bordo como a banda de infantaria n.º 27. No mesmo escaler, embarcaram o general Mangin, o almirante Conti e outros oficiais da marinha francesa, salvando por essa ocasião a fortaleza de S. Tiago.

No momento da despedida, manifestaram mais uma vez, o general Mangin e o almirante Conti, a sua gratidão às autoridades civis, eclesiásticas e militares, pela parte que haviam tomado nas homenagens prestadas aos marinheiros da Surprise.

O Jules Michelet, que conduziu as urnas com os restos mortais dos marinheiros franceses, deixou o porto do Funchal com destino a Brest, ás 7 horas e meia da noite do referido dia 28 de Novembro.

A 3 de Dezembro de 1921, isto é cinco dias depois das homenagens prestadas aos marinheiros franceses, teve lugar no cemitério das Angústias a cerimónia da condução para o tumulo-monumento, mandado ali construir pelo opulento banqueiro Henrique Vieira de Castro, dos restos mortais dos madeirenses vitimas do torpedeamento da canhoneira Surprise. Esses restos, guardados em três

urnas, achavam-se na capela do cemitério, onde as 9 horas e meia da manhã o prelado diocesano celebrou uma missa, realizando-se em seguida a absolvição do ritual e a bênção da sepultura. Na capela e na avenida do cemiterio, viam-se ainda as ornamentações que haviam servido nas homenagens aos marinheiros franceses.

O cortejo organizou-se pelas 3 horas da tarde, na ordem seguinte: crianças do Colégio Alexandre Herculano, com a respectiva directora; internadas no orfanato do Hospício; uma força da Guarda Republicana; os sargentos da guarnição militar do Funchal; representantes do pessoal marítimo da casa Blandy; a academia funchalense; irmãs de S. Vicente de Paulo; colónia francesa; representantes do clero; representantes das casas de bordados; grémio dos empregados do comércio; médicos e advogados; funcionários públicos; damas da Cruz Vermelha; Câmara municipal; as urnas conduzidas por bombeiros voluntários e ladeadas por vereadores; algumas mulheres, parentas das vítimas; o corpo consular; as autoridades civis e militares, e o prelado diocesano; oficiais da guarnição; e banda dos Artistas Funchalenses.

Falaram o presidente da Câmara Dr. Teixeira Jardim, o major Alberto Artur Sarmiento e o capitão de fragata Vital Gomes, sendo as urnas conduzidas em seguida para o monumento, onde ficaram depositadas. A banda dos Artistas executou a portuguesa, após cada um dos discursos pronunciados no cemitério, ouvindo-se novamente o hino nacional tocado pela mesma banda e pela do regimento de infantaria 27, ao baixarem as urnas ao túmulo. Neste momento solene, uma Fôrça de infantaria e outra da Guarda republicana fizeram a continência militar.

Os edificios públicos e os consulados conservaram durante o dia as respectivas bandeiras a meia haste, e muitos estabelecimentos fecharam meias portas, encerrando-as mesmo por completo enquanto duraram as cerimónias. De igual modo se procedeu por ocasião das cerimónias do dia 28 de Novembro, podendo afirmar-se, sem receio de desmentido, que a Madeira soube prestar uma homenagem condigna tanto aos franceses como aos portugueses que foram traiçoeiramente mortos no porto do Funchal na manhã do dia 3 de Dezembro de 1916.

V. Bombardeamento do Funchal, Angustias (Cemitério das) e Mangin (General).

T

Tabaco. Solanacea originária da América, cujas folhas exalam no estado fresco um cheiro forte e viroso Para aproveitar estas folhas é preciso fazê-las secar e fermentar convenientemente.

A cultura do tabaco é livre nas ilhas adjacentes desde a publicação da lei de 13 de Maio de 1864, cujas disposições foram mantidas ou ampliadas pela lei de 15 de Junho de 1882 e decreto de 8 de Outubro de 1885.

Durante a vigência do monopólio, havia na Madeira um administrador do contrato do tabaco e guardas da fiscalização do mesmo contrato, os quais levavam muita vez ao extremo o rigor com que exerciam as suas funções fiscais.

Entre 1877 e 1882, fizeram-se algumas plantações de tabaco na Madeira, principalmente em S. Gonçalo e Santo António, e em 1907 voltou esta planta a ser cultivada de novo na ilha, mas sem se generalizar, não obstante ela produzir bem nos nossos terrenos, quando convenientemente adubados. A Nicotina Tabacum era a espécie dominante nas plantações que se realizaram em 1907 e nos anos subsequentes, mas nalgumas localidades via-se também a Nicotma rústica. A primeira destas espécies vive naturalizada na Madeira e Porto Santo, estando a sua cultura abandonada ou quase abandonada presentemente no arquipélago.

Em Outubro de 1877, fundou o falecido visconde de Monte Belo uma fábrica para a manipulação de tabacos na Madeira, e, em 18 de Julho de 188^ foi instalada uma outra fábrica destinada ao mesmo fim, a qual durou muito pouco tempo, tendo sido seu proprietário o falecido João de Sales Caldeira. A primeira destas fábricas, depois de haver laborado durante alguns anos por conta do seu proprietário foi arrendada a Francisco Gonçalves nos princípios de século XIX, o qual continuou com a indústria da manipulação dos tabacos nesta ilha, a principio só, e depois associado a Nicásio de Azevedo Ramos e Abraão Adida.

Em 1908, estabeleceu-se no Funchal a «Companhia de Tabacos da Madeira» que liquidou em 1912, sucedendo-lhe a «Empresa Madeirense de Tabacos, Lda», fundada em 1 de Outubro de 1918 e de que faziam parte Leacock & C.% William Hinton & Filhos Reid, Castro & C." e Rocha Machado & C* Tendo as firmas Reid, Castro & C.\ Rocha Machado & C* e Hinton & Filhos desistido dos seus direitos a primeira a 27 de Abril de 1914, a segundo a 26 de Janeiro de 1916 e a última a 28 de Abril de 1920, ficou o negócio

dos tabacos a cargo da firma Leacock & C.», a qual, em 27 de Setembro de 1920, admitiu como seu sócio Diogo Martinho de Freitas, o qual é hoje o gerente da «Empresa Madeirense de Tabacos, Lda.». (1921).

Esta empresa importou dos Açores, em 1922, 49.920 quilogramas de tabaco em folha, e no mesmo período vieram dos Açores e do estrangeiro, para diversos comerciantes do Funchal, 218.052 quilogramas de tabaco manipulado. Lemos algures que, em 1914, manipulou a mesma empresa 40.918 quilogramas de tabaco, sendo 467 de proveniência madeirense.

A extinta «Companhia de Tabacos da Madeira» aproveitou os maquinismos da antiga fábrica do visconde de Monte Belo, mas a «Empresa Madeirense de Tabacos, Lda.» tem adquirido diversas máquinas aperfeiçoadas para o exercício da sua indústria, rivalizando os seus produtos com os que vem dos Açores (1921).

A folhas 232 do livro VII do «Arquivo da Câmara Municipal do Funchal» está registada uma provisão do ano de 1698, em que se diz que no ano seguinte de 1699 deveria começar nova administração do tabaco na Madeira e em 1686 havia um juiz conservador do estanco nesta ilha, cargo que ainda existia em 1745, sendo desempenhado então pelo provedor da fazenda. Pelas leis de 10 de Julho de 1919 e 22 de Janeiro de 1920, foi criado o imposto municipal de \$50 por cada quilograma de tabaco despachado na Alfândega. Este imposto rendeu para a Câmara do Funchal, em 1922, a importância de 21.837\$21.

Tabaibeira (Opuntia Turvei). Cactácea originária da América tropical, naturalizada e cultivada na região inferior da Madeira. Os frutos baciformes da tabaibeira são doces e frescos, e os ramos (vulgarmente folhas) carnudo-suiculentos e comprimido-articulados da planta, constituem um bom alimento para o gado, depois de limpos dos respectivos espinhos.

As cascas de tabaibos aproveitam-se na alimentação dos porcos. No Campo de Baixo e na Serra de Dentro na ilha do Porto Santo, aparecem algumas tabaibeiras.

Tabela das Marés. vid. Marés (H-324) e Porto do Funchal (III-102).

Tábua (Freguesia da). Parece que a origem do nome desta paróquia, se deve filiar na existência dum vegetal que se chama tábua. Os nomes de Tabua e Tabuaço foram dados a lugares onde abundava aquela planta, e talvez pelo mesmo motivo a palavra Tábua figura várias vezes na corografia brasileira. Em botânica existem a *Typha angustifolia* e a *Typha latifolia*, e embora estas plantas não

se encontrem presentemente nesta ilha, como a flora madeirense sofreu modificações sensíveis, em parte provocadas pelo homem é lícito supor que em antigos tempos tais plantas ou alguma delas existisse dentro da área desta freguesia. Nas Canárias encontra-se uma espécie de *Typha*, não sendo portanto para estranhar que este género tivesse representante na Madeira. No sítio de Lugar de Baixo e na Tábua, existe uma planta — o *Cyperus laewhgatus* — que não se encontra no resto da Madeira. Confundiriam os primeiros povoadores tal planta com a tábua, apesar de se tratar de espécies de famílias diferentes? E também possível, pois que é lícito admitir que Zargo e seus companheiros se não recomendassem pela sua erudição em assuntos botânicos.

Em época mais afastada a grafia desta palavra era *Atabua*, como se vê em muitos documentos antigos e no respectivo arquivo paroquial. Foi a partir de 1838 que o padre António Francisco Drumond e Vasconcelos alterou a forma primitiva do vocábulo, começando a escrever *Tábua* e tendo os seus sucessores até o presente adoptado a nova ortografia, que é hoje geralmente seguida por todos.

O anotador das Saudades dá o ano de 1586 como o da criação desta freguesia. O diploma mais antigo citado no índice Geral da Provedoria... e nas Memórias do Estado Eclesiástico... é o do. 1 de Março de 1577, que, à primitiva cômgrua paroquial de 11\$300 réis anuais acrescentou 8\$700 réis. Faz-se aí menção dos alvarás régios de 15 de Dezembro de 1588, 15 de Novembro de 1591 e 18 de Janeiro de 1654, que elevaram respectivamente o vencimento anual do pároco a 20\$000 réis, meio moio de trigo e um quarto de vinho, 16\$000 réis, um moio de trigo e uma pipa de vinho e 19\$000 réis, meio moio de trigo e um quarto de vinho.

João Medeiros de Miranda, Manuel de Espínola, António Velho de Amil Luciano Espínola e Rui Gomes foram os primeiros sa-cerdotes que exerceram funções paroquiais nesta freguesia.

O alvará régio de 2 de Julho de 1743 estabeleceu um curato nesta paróquia, dizendo-se no respectivo diploma que «fora criado a rogo do vigário António Miguel de Faria, por se achar a dita freguesia entre duas caudalosas ribeiras e ter mais de mil fregueses». Ao cura, pelo mesmo alvará, foi fixada a cômgrua anual de um moio e meio de trigo e uma pipa e meia de vinho.

Não sabemos onde foi estabelecida a sede da paróquia por ocasião da sua criação. Conjecturamos que já ali existisse uma capela da Santíssima Trindade e que nela se instalasse a sede de nova freguesia, como geralmente sucedeu em toda a diocese nos tempos primitivos da colonização. Seria, por certo, uma capela de acanhadas proporções que deveria ter sofrido vários reparos e talvez acrescentamentos até se edificar um templo de mais amplas dimensões. O templo que servia de igreja paroquial anteriormente ao

actual, foi destruído por uma aluvião e ficava em frente da capela da Conceição encontrando-se ainda no local vestígios da construção primitiva. O mandado do Conselho da Fazenda, de 22 de Outubro de 1675, determinou que se procedesse à edificação dum novo templo, mas parece que as respectivas obras não começaram desde logo ou foram executadas com grande morosidade, pois que na frontaria da igreja se lê a inscrição — Rei Dom Pedro — 1696 — que é certamente a data da conclusão do edifício.

Num antigo documento, lemos que em 1747 foi pedido para haver sacrário com o Santíssimo Sacramento na igreja da paróquia da Tábua, o que antes não havia morrendo alguns fiéis sem terem recebido o Sagrado Viático.

Tem esta freguesia as capelas da Madre de Deus e de Nossa Senhora da Conceição, das quais já demos rápida notícia a páginas 312 e 432 do II volume, e a de Nossa Senhora da Candelária, de que ignoramos quaisquer particularidades que lhe digam respeito.

Desta freguesia, disse em 1590 o dr. Gaspar Frutuoso: «Da Ribeira Brava meya legoa, está a Ribeira da Tábua com huma freguesia de quasi trinta fogos. Teve já dous engenhos e tem muitas vinhas, cannas e fructas, mas o vinho he semelhante ao da Ribeira Brava sua vizinha. Desta Ribeira da Tábua são os Medeiros, gente nobre e honrada». Observa com razão o anotador das Saudades que naquela época tinha esta paróquia mais de 100 fogos e não apenas 30, como claramente se deduz dos alvarás régios respeitantes às cóngruas paroquiais, que vêm ali citados.

Com respeito à família Medeiros, diz o dr. Rodrigues de Azevedo que «Ruy Vaz de Medeiros foi um dos primeiros povoadores que vieram para a Madeira: teve de sesmaria muitas terras na Atabua, da ribeira para o sitio do Zimbreiro» Outro antigo povoador da Tábua, diz ainda o dr. Azevedo, foi o francês Ruy Vaz Urzel, que veio para esta ilha por 1480. Foram também ali antigos colonizadores e povoadores Álvaro Martins, Jorge Lourenço, António Rodrigues, Manuel Rodrigues, António Luís, Diogo Fernandes, etc.

Nos motins populares ocorridos na freguesia da Ribeira Brava e nos processos judiciais que se lhes seguiram acharam-se envolvidas várias pessoas da freguesia da Tábua (V. página 385 do volume II).

Os principais sítios são: Praia, Lugares, Terça, Fajã, Ribeira, Boqueirão Pico do Ferreiro Bica de Pau, Corujeira, Zimbreiro, Massapés, Candelária, Ribeira da Caixa, Lugar da Serra e Barbuzano.

Quando em 1914 se criou o concelho da Ribeira Brava ficou a freguesia da Tábua fazendo parte dele, tendo então sido desmembrada

do concelho da Ponta do Sol.
Tem esta freguesia 2235 habitantes (1921).

Tabua (Ribeira da). Atravessa a freguesia da Tábua na direcção norte-sul e desemboca na sua costa marítima. Tem sua origem nas vertentes do Pico das Pedras, na beira do Paul da Serra, desaguando nela o afluente ribeiro do Barqueiro.

Tainha (Mugil corrugatus). Peixe da família Mugilida, hoje raro nos mares perto da costa da Madeira, em virtude do emprego que se faz das bombas explosivas a fim de apanhá-lo. «A pesca racional da tainha, diz o sr. A. C de Noronha faz-se por meio da rede de arrasto ou de atravessar, especialmente no verão, quando ela vem ás aguas baixas do litoral. Não é pescada ao anzol, e só por acidente pode vir à cana, contanto que o anzol empregado seja de diminutas dimensões».

A tainha é peixe muito saboroso, sendo por isso vendida por alto preço no mercado. Além da espécie a que acabamos de referir-nos, existem também na Madeira o *Mugil oephanus* e o *M. auratus*, sendo este último conhecido pela denominação de tainha da moda.

Os pescadores dão muitas vezes às tainhas o nome de mujas (corruptela de mugens) e também o de galinhas do mar, sendo devido este último à circunstância de «apresentarem um verdadeiro papo que lembra o da galinha e é constituído pelo estômago cecal forrado internamente por um epitélio excessivamente espesso».

Tamargueira (Tamarix gallica). Arvore ou arbusto na família das Tamaricaceas, muito cultivado no Porto Santo, onde foi introduzido por João António Pedroso, em 1834. Nas quintas e jardins da Madeira encontram-se também algumas tamargueiras.

Tams (Dr. George). Médico duma expedição comercial à costa ocidental de Africa, promovida por Ribeiro dos Santos, cônsul português em Altona. Os navios da expedição tocaram na ilha do Porto Santo em Julho de 1841. O dr. Tams escreveu acerca da expedição de que fez parte, uma obra com o seguinte título: *Portugiesische Besetzung in Sud West Afrika Mit einem Vorworte von Prof. Carl. Ritter*; Hamburgo, 1845. Esta obra acha-se traduzida em português e em inglês.

Tanchagem. Duas espécies são conhecidas por este nome na Madeira: *Plantago lanceolata* e *P. major*. A primeira espécie tem as folhas largamente ovadas, 5-7 nérveas. O cozimento das folhas destas duas *Plantaginaceas*, ambas muito frequentes na Madeira, é muito empregado nas moléstias dos olhos.

Tangerineira, v. Laranjeira.

Tarolo (E.). V. Sousa (Ernesto Venceslau de).

Tartaruga (Caouana Oareta). Réptil anfíbio da subclasse dos quelônios, que aparece nos mares perto da Madeira e cuja carne é apreciada pelos madeirenses, se bem que seja menos saborosa que a da tartaruga dos trópicos. Os seus ovos nunca foram achados na Madeira ou Porto Santo⁴ supondo-se por isso que o animal os deposite nas areias dalgumas ilhas de Cabo Verde.

Os pescadores capturam a tartaruga quando a encontram a dormir à superfície do Oceano.

Tavares. Por meados do século XV, vivia na Madeira Joana Tavares, que foi casada com Vasco Esteves, por alcunha o dos bons vinhos, e depois de 1580 estabeleceu-se nesta ilha Bernardo Tavares de Sousa, de origem fidalga, sendo de crer que destes dois troncos procedam os indivíduos com o apelido Tavares que aqui têm existido.

Tavares (Joaquim da Silva). Distinto cecidologista português que muito tem concorrido para tornar conhecidas as zoocecídias de Portugal, Madeira e outros países. É membro da Companhia de Jesus sócio da Academia das Ciências de Lisboa e tem exercido o professorado em Portugal, Brasil e Espanha. Escreveu três contribuições para o estudo das zoocecídias da Madeira, todas publicadas na Broteria, a primeira em 1903, a segunda em 1905 e a última em 1914 (1921).

Segundo o sr. Padre Tavares, de cerca de 80 zoocecídias conhecidas na Madeira, a maior parte são obra de afideos ou eriofideos.

Távora (D. Álvaro José Xavier Botelho de). D. Álvaro Botelho de Távora era conde de S. Miguel e foi nomeado governador e capitão general da Madeira, a 21 de Julho de 1751, tendo tomado posse a 27 de Agosto do mesmo ano. Encontrou muitos abusos em todos os ramos da administração pública, que procurou corrigir e reformar. Deixou o governo a 6 de Maio de 1754, indo ocupar o lugar de governador da província de Goyás, no Brasil.

Morreu a 24 de Abril de 1789, tendo governado a Madeira menos de três anos.

Távora (D. Fernando de). Foi o 5.º bispo desta diocese tendo sido confirmado pelo papa Pio V no consistório de 14 de Novembro de 1570.

Era natural de Santarém e filho de Fernão Cardoso e de D. Filipa de Brito, que pertenciam às mais nobres e distintas famílias daquela vila.

Depois de se ter doutorado em teologia na Universidade de Coimbra, entrou na ordem de S. Domingos e nela exerceu cargos importantes. Foi afamado orador na sua época e gozou dos créditos de homem de raro talento e de vasta erudição. Escreveu um livro de comentários ao evangelho de S. João e outras obras, que ficaram Inéditas.

Teve a particular estima do rei D. Sebastião, que em 1569 o nomeou prelado desta diocese¹ lugar que exerceu por meio dos seus vigários gerais, não vindo à Madeira pelo medo que lhe inspirava a travessia do oceano. Não temos conhecimento de qualquer facto digno de menção que houvesse assinalado a sua administração episcopal entre nós.

Reconhecendo a impossibilidade de assumir pessoalmente a direcção do seu bispado, renunciou à mitra em 1573, sendo então nomeado esmoler do rei D. Sebastião.

Morreu em 1577 e foi sepultado no convento de S. Domingos em Lisboa.

Távora (D. Lourenço de). Este prelado funchalense deixou nas crónicas eclesiásticas deste bispado memória honrada da sua administração episcopal, vinculando a sua embora curta passagem nesta diocese a alguns actos que a justiça manda fazer deles menção especial neste lugar.

Pertencia às mais distintas famílias do Reino, sendo filho de Álvaro de Sousa e de D. Francisca de Távora. Era sobrinho do tristemente célebre D. Cristóvão de Moura, marquês de Castelo Rodrigo, um dos portugueses que mais contribuíram para que Portugal caísse sob o domínio castelhano.

D. Filipe II foi arrancar Frei Lourenço de Távora ao remanso do convento a que voluntariamente se recolhera e onde contara passar a vida inteira. Foi nomeado prelado da Madeira em Outubro de 1609 e recebeu a sagração episcopal a 6 de Julho de 1610, tendo no

ano seguinte assumido a direcção do seu bispado.

Reuniu um conselho diocesano e nele promulgou várias constituições tendentes a corrigir muitos abusos que se tinham introduzido na disciplina eclesiástica. Obrigou os administradores das capelas, sob penas severas, a cumprirem encargos pios a que estavam obrigados e que em boa parte tinham já caído em desuso. Na ordenação dos presbíteros, foi em extremo escrupuloso e só conferia ordens sacras aos que julgava verdadeiramente dignos de exercerem o ministério sacerdotal com a irrepreensível conduta própria daquele estado.

Durante alguns meses, exerceu interinamente o lugar de governador e capitão-general deste arquipélago para que tinha sido nomeado por alvará régio de 8 de Abril de 1614.

Depois de administrar seis anos a diocese funchalense, foi transferido para o bispado de Elvas tendo saído da Madeira a 7 de Outubro de 1617.

Em 1625, renunciou à Sé episcopal de Elvas e recolheu-se ao retiro do seu primeiro convento de S. António dos Capuchos em Llsboa¹ e ali morreu com fama de santo, segundo afirma Jorge Cardoso, a 11 de Maio de 1629.

Antes de renunciar à mitra e de internar--se no seu mosteiro, doou à fábrica da Sé do Funchal umas casas de moradia, que possuía nessa cidade, com os encargos da celebração de algumas missas anuais em sufrágio da sua alma.

Foi o oitavo prelado desta diocese, tendo sucedido a D. Luís Figueiredo de Lemos

Taylor (Helena MJ). Inglesa que residiu por largos anos na Madeira e faleceu em Inglaterra, no mês de Outubro de 1907, com cerca de 65 anos de idade. E. :Madeira-: its scenery, and how to see it (Londres, 1882). Encontram-se nesta obra uma lista de fetos e outra das algas marinas madeirenses.

Teatro. O culto pelas representações teatrais entre nós devia ter seguido as fases do Continente do Reino. Nas igrejas e locutórios dos conventos, representavam-se autos e poemas de carácter religioso, em que nem sempre a santidade do lugar era devidamente respeitada. Nas Constituições deste bispado, promulgadas e aprovadas no ano de 1578, se determina «que se não façam nas igrejas ou ermidas representações... de dia nem de noite, sem especial licença do prelado, pelos muitos inconvenientes e escândalos que disso se seguem».

Temos encontrado vagas referências a essas representações nas igrejas e conventos desta diocese mas não podemos determinar com precisão a natureza desses espectáculos e a maneira como eles se realizavam.

Sabemos que, no ano de 1622, se representou um auto religioso na igreja de São João Evangelista, quando ali se celebraram solenes festejos por ocasião da canonização de S. Francisco Xavier. Na igreja ou convento de Santa Clara_ diz-nos o anotador das Saudades da Terra, houve uma representação dramática no ano de 1718, quando saiu da Madeira o governador e capitão-general João de Saldanha da Gama, escrita por Francisco de Vasconcelos Coutinho (volume I, página 315) e intitulada Residência do Governador e Capitão General... representada pelas freiras de Santa Clara na sua despedida, em que eram personagens a Ilha a Corte, a Saudade, a Religião e a Fama.

Anteriormente a 1780, havia já no Funchal uma modesta casa de espectáculos, situada à rua das Fontes. Esta casa, a que nos princípios do século XIX chamavam da Comedia Velha» abateu a 19 de Março de 1829, ficando todavia de pé a frontaria Naquele ano de 1780, concluiu-se, segundo parece, a construção do Teatro Grande, ao qual consagramos um artigo especial.

Por 1820, ou pouco antes, e portanto existindo ainda aquele teatro, que foi demolido em 1833, se construiu o teatro do Bom Gosto, do qual também nos ocupamos noutro artigo.

Deixando este teatro de funcionar por 1838, tratou-se de adaptar o refeitório e outras dependências do extinto convento de São Francisco a um teatro, a que deram o nome singular de Prazer Regenerado e cuja existência não teve larga duração. A sua inauguração realizou-se no dia 20 de Dezembro de 1840.

Por esta época ou pouco depois, organizou--ee a sociedade dramática Concórdia, que, com o mesmo nome fez construir um pequeno teatro na rua do Monteiro pelos anos de 1842, onde se apresentou ao público o distinto artista Robio e onde foi representado em 1844 o drama Amor e Pátria, de Sérvulo de Medina e Vasconcelos (volume II, página 336). Ainda ali se deram algumas récitas no ano de 1851. A abertura da rua entre a ponte do Bettencourt e a igreja do Carmo em 1856, levou a Câmara Municipal a demolir o prédio em que aquele pequeno teatro se achava instalado.

José Silvestre Ribeiro, o mais ilustre e benemérito governador da Madeira, que a todos os serviços de administração pública e a todos os melhoramentos locais procurou acudir e remediar, não podia certamente descurar o do estabelecimento dum teatro nesta cidade, e, se os seus diligentes esforços e a sua perseverante iniciativa não foram coroados de êxito feliz, deve-se isso unicamente as

insuperáveis dificuldades que surgiram e ao pouco zelo e dedicação que várias entidades particulares as corporações administrativas, os deputados e o governo central mostraram na realização desse empreendimento, como pode ver-se no volume 3.º da Epocha Administrativa. Isto deu-se nos anos de 1851 e 1852.

Por 1858t fundou-se no Funchal uma sociedade dramática conhecida pelo nome de Talia, que deu algumas representações em diversos locais e que depois arrendou uma casa no largo do Pelourinho. Não sabemos quando deixou de existir nem quem eram os seus sócios e dirigentes, mas ainda se apresentou em público com as suas récitas no ano de 1859, já depois do teatro Esperança ter sido inaugurado.

Deste último daremos resumida notícia, em artigo especial.

Durante a existência do teatro Esperança, e ainda anteriormente a ele, organizaram-se várias sociedades dramáticas nesta cidade, que em diversos lugares levaram à cena muitos dramas e comédias, tendo sido a Escola Lancasteriana um local que, por vezes, foi aproveitado para a execução de concertos musicais e representação de peças de teatro.

De 1850 a 1880^ várias tentativas se fizeram de carácter particular e oficial para ser dotada esta cidade com um teatro, que, sem ser uma grandiosa casa de espectáculos, pudesse no entretanto satisfazer aos desejos da população e se harmonizasse com as condições e circunstâncias do nosso meio. Resultaram, porém, infrutíferas todas as diligências empregadas até que uma vereação mais audaz e de espírito empreendedor resolveu a construção dum teatro, contraindo para esse fim um empréstimo e dotando enfim o Funchal com uma excelente casa de espectáculos, como é o actual teatro Manuel de Arriaga, de que nos ocuparemos em outro artigo desta obra.

Além do teatro Manuel de Arriaga, existem hoje no Funchal o Teatro Circo e o Pavilhão Paris, este inaugurado a 23 de Outubro de 1909 e aquele a 3 de Setembro de 1911 (1921).

Têm vários madeirenses cultivado a literatura dramática, escrevendo para o teatro peças de diversos géneros, entre os quais citaremos Baltazar Dias, Francisco de Vasconcelos Coutinho, José Anselmo Correia Henriques, Manuel Caetano Pimenta de Aguiar, Sérvulo de Medina e Vasconcelos João de Nóbrega Soares, Maximiliano de Azevedo, João de Freitas Branco, Luís António Gonçalves de Freitas, D. Olímpia Fernandes, João dos Reis Gomes José Jorge Rodrigues dos Santos, Jaime Câmara, Elmano Vieira,

Alberto Figueira Jardim, etc, de cujos escritos fazemos menção nos artigos que nesta obra são consagrados a esses autores.

Com muita proficiência se ocuparam de assuntos teatrais, Luís da Costa Pereira, na obra Rudimentos da Arte Dramática, e J. dos Reis Gomes nos livros O Teatro e o Actor, de que se fizeram duas edições, e A Música e o Teatro.

Teatro de Bom Gosto. Parece que a existência no Funchal da importante e aparatosa casa de espectáculos que era o Teatro Grande (V. este nome), não justificava a construção dum novo teatro, a que se deu o nome de Teatro de Bom Gosto, e que se levantou a poucos metros de distância daquele. Ignoramos a época precisa em que foi construído, mas conjecturamos que teria sido entre os anos de 1818 e 1820, sendo certo que já existia em 1821. Ficava situado entre a rua de São Francisco e o edifício da Misericórdia (1921), tendo serventia para aquela rua e para o lado do antigo Passeio Público. Não sabemos que motivos determinaram a edificação deste novo teatro, ouvindo nós, há anos, afirmar que ela fora principalmente devida a um capricho do primeiro conde de Carvalhal.

Desconhecemos se foi aquele titular que o mandou construir mas sabemos que lhe pertenceu e que, ao regressar do seu exílio em fins de 1834t mandou ali proceder a grandes reparos, tendo sido então transformado numa regular casa de espectáculos com 18 camarotes de primeira ordem e 6 de segunda, 230 lugares na plateia e duas varandas, uma para homens e outra para mulheres. Informaram-nos que era de maior capacidade que o antigo Teatro Esperança e que tinha internamente um aspecto agradável e atraente.

Não sabemos quando foi encerrado deixando de ter ali lugar qualquer representação teatral. Apenas temos notícia de que, em 1838, ainda nele se realizou um espectáculo, dizendo-se algures que já nessa época se encontrava em estado adiantado de ruína, o que dificilmente se pode conciliar com os reparos que ali se fizeram por mandado do conde de Carvalhal, como atrás ficou referido.

Teatro Esperança. Por fins do ano de 1858, constituiu-se nesta cidade uma sociedade composta de dezoito mancebos, que se propunha dar algumas representações teatrais e proceder à construção duma pequena casa de espectáculos. Desta sociedade que tinha o nome de Esperança, faziam parte entre outros, Júlio Galhardo de Freitas e Pedro de Alcântara Góis, que já em vários espectáculos tinham dado provas das suas notáveis aptidões para o teatro. Ao encontro dos esforços desta prestante sociedade, foi o negociante João de Freitas Martins que pôs à disposição dela um excelente armazém que possuía à rua dos Aranhas. Começaram imediatamente os trabalhos de adaptação, tendo a Câmara do Funchal contribuído com 200Ç000 réis e o conde de Carvalhal com

quantia aproximada e a oferta do cenário sendo este titular o mais desvelado protector da Sociedade Esperança.

A inauguração solene realizou-se no dia 10 de Março de 1859, com a representação das peças o Judeu e o Conde de Paragará. Encontrando-se no Funchal António José de Sousa Almada (volume I, página 45), que era compositor dramático e redactor duma revista teatral, prestou à Sociedade Esperança assinalados serviços na escolha, ensaio e representação das peças.

Quando se abriu a rua 5 de Julho, ficou o teatro Esperança reduzido a proporções mais acanhadas, obrigando a abertura dessa rua a demolir algumas das dependências do mesmo teatro.

Em 1887, foi adquirido pelo conde de Canavial e passou a ter o nome daquele titular. Em 28 de Agosto de 1915, foi vendido ao empreiteiro João Pinto Correia, que pouco depois procedeu à sua demolição.

Até o ano de 1888, em que se inaugurou o teatro D. Maria Pia, foi o pequeno teatro Esperança a única casa de espectáculos que existiu entre nós, tendo ali funcionado várias companhias de opereta e dramáticas.

Teatro Grande. Ficou conhecido entre nós pelo nome de Teatro Grande a casa de espectáculos que se levantava em frente do palácio de São Lourenço e que ocupava uma grande parte do Largo chamado da Restauração. Foi construído por 1780 e mandado demolir no ano de 1833.

Tendo Miguel dos Santos Coimbra e José Rodrigues Pereira pedido o aforamento dum terreno junto da fortaleza de São Lourenço, que tivesse 170 palmos de comprimento e 60 de largura, destinado à construção da Casa da Opera, e havendo precedido a informação do «capitão-mestre» de que não existia inconveniente algum no deferimento dessa concessão, realizou-se no dia 10 de Abril de 1776 na secretaria do governo, um contrato de arrendamento nas condições pedidas, obrigando-se os concessionários ao pagamento do foro anual de 5\$000 réis.

A construção deste teatro foi demorada, por causa das grandes despesas que acarretou, devido principalmente as amplas proporções que lhe deram, não se tornando necessário uma tão vasta casa de espectáculos numa localidade pequena como o Funchal. Era o maior teatro de Portugal, depois de São Carlos e a sua edificação custou cerca de oitenta contos, o que há 150 anos era uma importância avultadíssima.

Desconhecemos o ano preciso "em que foram dadas por concluídas as obras de construção do teatro e quando ali se realizou o primeiro espectáculo. Sabemos, porém, que, poucos anos depois de concluído e de nele se terem dado bastantes récitas, esteve fechado «muitos tempos pela discórdia entre empresários e autores», diz o poeta Francisco Manuel de Oliveira, numa nota do seu livro de versos Colecção Poética. Depois de sofrer alguns reparos, diz-nos ainda Oliveira que a sua reabertura se realizou no dia 29 de Janeiro de 1786, tendo-se representado entre outras composições, um Prologo em verso em que eram interlocutores a Discórdia, o Funchal, o Bom Gosto e a Decência, devido à pena do mesmo citado poeta

Por portaria do governador e capitão-general, D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho, de 1 de Julho de 1790, foi José Nicolau Teixeira de Vasconcelos e Câmara nomeado ministro

a «Casa do Theatro» quando ali funcionava uma «Companhia Cómica», sob a direcção do actor Pedro Baquino, tendo o referido ministro uma superintendência e fiscalização muito minuciosa sobre todos os serviços da Companhia. Funcionou o teatro ainda alguns anos, tendo sido pasto dum incêndio, que em parte o destruiu, na quinta-feira santa dum dos últimos anos do século XVIII. Quando esta ilha foi pela primeira vez ocupada por tropas inglesas de Julho de 1801 a Janeiro de 1802, serviu o Teatro Grande para arrecadação de víveres e apetrechos dessas tropas, sendo já então adiantado o seu estado de ruína.

«Foi depois reedificado diz o dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo, a expensas dos proprietários e negociantes coadjuvando-os o governo somente com a concessão de uma loteria anual, cujo premio grande era de três contos de reis; e tendo a família real e a corte fugido para o Brazil em 1807, grande parte da companhia de canto e baile, que trabalhava no teatro de São Carlos, de Lisboa, veio para esta ilha da Madeira escriturada por três anos, sendo empreza dos abastados proprietários Henrique Correia de Vilhena e Nuno de Freitas da Silva, que tiveram prejuízos de mais de oitenta contos de reis, fallindo por isso o primeiro, e soffrendo demandas e execuções o segundo. Tinha este teatro depois de reedificado, noventa camarotes, formando quatro ordens trezentos assentos, de plateia e cem de varanda».

Ali representaram durante muitos anos várias companhias nacionais e estrangeiras. Em 1821, diz-nos o Patriota Funchalense, funcionou neste teatro a «Companhia Grottesca», do italiano Fabri, composta de três homens e mulheres, que cantavam operetas e executavam diversos bailados. No ano seguinte, houve no mesmo teatro um espectáculo solene, em que se fez ouvir uma sinfonia composta pelo padre António Francisco Drumond e representou-se um drama intitulado A Festa do Olimpo, em três actos, do distinto madeirense Manuel Caetano Pimenta de Aguiar.

Vieram depois os tempos revoltosos das nossas lutas civis, e o teatro esteve encerrado por longos períodos, e, quando temporariamente se abria ao público logo se davam manifestações de carácter político, chegando por vezes a haver alterações da ordem, em que tinha de intervir a força armada. E foram, por fim, essas demonstrações do facciosismo partidário que lavraram a sentença de morte deste teatro.

O Teatro Grande foi demolido no ano de 1833 e não no de 1832 como diz o dr. Álvaro de Azevedo, sendo muito para lastimar que deste modo se tivesse privado o Funchal duma casa de espectáculos tão vasta e tão bem ornada como esta era, o que somente se pode admitir e explicar com o despotismo que então exercia o governo absoluto e durante o período da cruenta guerra civil que nesse tempo assolava o país. Os motivos alegados para essa demolição foram achar-se o teatro contíguo a uma fortaleza, causando embaraços à defesa da cidade, a necessidade que havia de alargar a rua que defrontava com o palácio dos governadores, o embelezamento da entrada do mesmo palácio, etc, o que tudo constitui uma série de argumentos fúteis e de nenhum valor para justificar a medida violenta e arbitrária de destruir um edifício da importância e do tamanho daquela magnífica casa de espectáculos. O verdadeiro motivo dessa demolição já o dissemos em outro lugar Em algumas noites de espectáculo, os partidários das ideias constitucionais aproveitavam a reunião do grande número de espectadores, para expandirem os seus sentimentos liberais e fazerem propaganda dos princípios que professavam, estendendo-se essa propaganda do palco à plateia, apesar disso constituir um desacato às instituições vigentes.

Apesar do espírito de rectidão e de justiça que animava o governador e capitão-general de então. D. Álvaro da Costa de Sousa Macedo e das tendências conciliadoras que se notavam nos actos da sua administração, houve um momento em que se deixou arrastar pelas despóticas imposições da política partidária e, cedendo às instâncias dos seus correligionários e maus conselheiros, mandou demolir até os fundamentos o Teatro Grande, que era a segunda casa de espectáculos do país e que tinha sido construída há mais de cinquenta anos. Um simples encerramento do teatro, tinha-o inteiramente salvo da sua completa destruição.

Teatro Manuel de Arriaga. Foi a Câmara Municipal presidida por João Sauvaire da Câmara que iniciou os trabalhos de construção do nosso teatro, sendo lançada a primeira pedra a 24 de Outubro de 1884. Os projectos, planos e orçamentos foram elaborados pelo engenheiro portuense F. Soler e todos os trabalhos de construção se fizeram sob a direcção do mestre de obras Manuel Pereira natural da cidade do Porto. Os trabalhos de pintura, decoração e duma parte considerável do centário são do artista português Eugénio Cotrim (1849-1937) e do italiano Luigi Manini, nascido e falecido em Lisboa. Todas as obras foram dadas por

concluídas em Julho de 1887 e a 27 deste mês os referidos artistas, numa bela festa, que se realizou no novo teatro, fizeram a entrega solene à Câmara desta casa de espectáculos. A sua inauguração solene realizou-se no dia 11 de Março de 1888.

Apesar dos defeitos de construção que nele se notam e de outras deficiências, que fácil teria sido corrigir, é sem dúvida uma excelente casa de espectáculos, que entra no número das melhores que possui o nosso país.

Na inauguração solene, subiu à cena a zarzuela Las Dos Princesas, pela companhia espanhola de José Zamorano. E desde esta data têm ali funcionado diversas companhias nacionais e estrangeiras, sendo as principais: as de zarzuela de José Zamorano, Ramon Novarro Frederico Reparaz, Pablo Lopez e Ramon Santiago; a lírica itailana do maestro Patri; de opereta de Sousa Bastos, Stichini, Santos Júnior e Paqueta Calvo — Fróis; dramáticas de Vitaliani Duse, Augusto Rosa, Joaquim de Almeida, Lucinda Simões, Taveira, Carlos de Oliveira, Ruas_ Ginásio e Ernesto do Vale; concertdstas Gabriela Reus-ser, quarteto Pignateli, quinteto Júdice Costa, Viana da Mota e Moreira de Sá Brindis de Salas e quarteto Bensaúde; prestidigitadores e variedades de J. C. Oliveira, Companhia Russa, Francisco Franco, etc.

O Teatro Manuel de Arriaga tem 18 frisas, 20 camarotes de primeira ordem, 21 de segunda 100 fauteuils, 160 cadeiras e 200 lugares de geral. O átrio mede 34 metros de comprimento e 6 e meio de largura, com 11 portas na frente e 2 de cada lado. No andar superior, tem um belo salão com iguais dimensões e 15 janelas. Possui uma excelente sala de pintura com uma galeria em volta e donde se desfruta um vasto panorama.

O seu primeiro nome foi Teatro D. Maria Pia, que a Câmara Municipal mudou em Novembro de 1910 para Teatro Dr. Manuel de Arriaga. Tendo este antigo deputado pela Madeira, em "ofício de 31 de Dezembro, recusado terminantemente que fosse dado o seu nome àquela casa de espectáculos resolveu a Câmara Municipal, em sessão de 12 de Janeiro de 1912, a dar-lhe o nome de Teatro Funchalense. Com a morte, porém, do dr. Manuel de Arriaga, que tem o seu nome ligado à história da Madeira, pela forma como advogou os interesses deste arquipélago no parlamento, tomou a Câmara a deliberação de perpetuar entre nós o seu nome, denominando Teatro Dr. Manuel de Arriaga a nossa primeira casa de espectáculos (1921).

Teck (Príncipes de). O príncipe Alexandre de Teck e sua esposa, a princesa Alice, estiveram de passagem no Funchal no dia 8 de Janeiro de 1924, a bordo do vapor inglês Wimdsor Castle, com destino ao Cabo da Boa Esperança. Foram-lhes prestadas honras militares. Estiveram no Terreiro da Luta, onde lancharam descendo ao Funchal em carros de verga e embarcando um pouco depois do meio dia.

Teijeira (Arctiumminus) Composta-tu-buliflora podendo atingir mais de 1 metro de alto, com as folhas rugosas, as inferiores às vezes muito grandes, capítulos com involúcro de bráctea terminadas em pontas gancheadas, não espinhosas, e flores purpúreas. Encontra-se no Monte, no Ribeiro Frio, etc A infusão das folhas desta planta é muito usada no tratamento das moléstias de pele. V. Dedaleira.

Teive. Dizem o anotador das Saudades e vários nobiliários que este apelido de família «provem de Diogo de Teive, que no ano de 1452 fez um contrato com o infante D. Henrique, onde se diz escudeiro do mesmo infante, no qual se obrigou a levantar na ilha da Madeira um engenho de açúcar, o primeiro que aqui houve. Teve na Ribeira Brava e à parte do norte, muita terra de sesmaria e ahi fez morgadio».

A família Teive se foi ilustre pela linhagem e prosápia dos seus avoengos, não o foi menos, e com sobrada razão, por contar entre os seus membros alguns homens que notavelmente se distinguiram nas armas e nas letras, deixando nome aureolado na história deste arquipélago. Dalguns deles faremos rápida menção.

Diogo de Teive, que foi instituidor do morgadio, teve vários filhos, sucedendo-lhe na administração da casa vinculada Gaspar de Teive, que exerceu importantes cargos palatinos, sendo contador da rainha D. Catarina e estribeiro-mor da princesa D. Maria, mulher de Filipe 2.º, e de D. Joana, mãe de D. Sebastião que acompanhou para Espanha, tendo ali falecido.

Gaspar de Teive deixou larga descendência e acerca dos seus quatro filhos Diogo, Pan-taleão, Aleixo e Gaspar, transcrevemos tex-tualmente, deixando-lhe todo o sabor antigo, o que encontrámos num escrito publicado há cerca de setenta anos e que nos parece ser do século XVIII:

«D. Diogo de Teive que foi baptisado na mesma parochia de S. Bento da freguesia da Ribeira Brava, em Março de 1540, foi pago. e depois gentil nome d'el-rei D. Filipe com o qual se achou na jornada de Inglaterra em o anno de 1544; e em Flandres lhe levou a celada no assalto Guitem. Passou ao Peru, d'onde voltou, servindo ao mesmo rei com aquela celebre pérola que se guarda no Te-souro Real, chamada Orpha, por se lhe não descobrir igual de 89 quilates. Por este ser-viço lhe fez el-rei mercê da vara de Alguazil maior de Penama com quatro mil pesos de renda em sua vida e na de seu filho nove mil cruzados de ajuda de custo para a segun-da jornada, e o corrigimento de Ariquipa, com dois collegas no Peru, onde falleceu, deixando em Hespanha luzida descendência.

«D. Pantaleão seu irmão foi também gen-til-homem do mesmo reino, e o maiir sujeito de Hespanha em seus tempos, faleceu em Ma-drid, solteiro, por uma queixa de amores em 1569.

«D. Aleixo de Teive, irmão dos sobreditos, foi page do príncipe D. Carlos a quem as-sistiu até o anno de 1668 em que sucedeu a morte d'aquele desgraçado príncipe; foi muito valoroso e por ordem do mesmo R. se diz foi achado morto debaixo do Balam das Damas com 24 feridas, na manhã de 28 de Novembro de 1573.

«D. Gaspar de Teive, outro irmão seu creou-se no Paço onde foi ninho do príncipe e depois page da rainha D. Izabel, passou a Allemanha no anno de 1571 com os príncipes Arnesto e Ridolfo, d'este foi genti-homem sendo imperador e por seu mandado veio a Portugal cumprimentar a el-rei D. Sebastião a quem acompanhou na batalha de Alcácer e ali foi morto no dia 4 de Agosto de 1578.

«António de Teive seu tio que nasceu no logar da Ribeira Brava em o anno de 1516 serviu no Paço a el-rei D. João 3.º e depois passou à índia onde ocupou vários postos até ser vedor da fazenda isento do vice-rei. Achou-se no cerco de Chaul e Goa, ultimamente voltando daquele estado desapare-ceu a nau em que vinha, deixando em Portugal descendentes de que procedem os se-nhores de Bayan.

«Fr. António de Teive, diz Henriques de Noronha no seu Nobiliário, foi frade de S. Agostinho, grande theologo e pregador, prior de Oastello Branco e Villa Viçosa e foi D. Geral da sua província e visitador geral na índia onde morreu.

«Baltazar de Teive, diz ainda o já citado Henriques de Noronha, era filho de Diogo de Teive e nasceu no anno de 1508 nesta ilha; estudou em Paris e foi doutor em direito e de grandes speranças, que todas cortou, casando-se por amores com uma parenta sua em Braga contra vontade de seus pães e viveu pobre».

Diogo Barbosa Machado, na Bibliotheca Lwzitana, dá este Baltazar de Teive como natural de Braga o genealogista Henriques de Noronha fá-lo nascido nesta ilha, sem indicação de lugar, e o distinto madeirense Agostinho de Orneias e Vasconcelos, que investigou cuidadosamente as origens e a descendência da família Teive afirma que ele nasceu na freguesia da Ribeira Brava, opinião que podemos aceitar sem temeridade. O mesmo Barbosa Machado diz que fora ele um distinto poeta latino, deixando algumas obras inéditas.

Não podemos afirmar, mas temos algumas razões para acreditá-lo, que o conhecido escritor latino e jurisconsulto, Diogo de Teive, pertencia também a esta família illustre. Os medianamente versados na história literária do nosso país sabem que este Diogo de

Teive, foi, entre nós, um dos mais afamados escritores da língua latina do século XVI e um distinto lente na Faculdade de Bordéus e na nossa Universidade de Coimbra, para onde expressamente o chamou D. João 3.º, sendo ali um dos mais brilhantes ornamentos deste estabelecimento de instrução.

Do madeirense Belchior de Teive distinto membro desta família, nos ocuparemos em artigo especial.

Teive (Belchior de). Como já referimos, pertencia Belchior de Teive a uma distinta e nobre família da freguesia da Ribeira Brava, que entre os seus membros contava alguns homens que verdadeiramente se notabilizaram em diversos ramos da actividade humana.

Conjecturamos que houvesse nascido nos primeiros anos do terceiro quartel do século XVI, sendo filho de Gaspar de Teive e de D. Ana de Brito irmão de Diogo, de Pantaleão, Aleixo e Gaspar de Teive, de quem nos ocupámos noutro artigo deste Elucidário, e neto de Diogo de Teive, o instituidor do morgadio dos Teives, que ficou vinculado nesta família. Tiveram seus pais 25 filhos, segundo afirma um conhecido linhagista, sendo o nosso biografado o último varão dessa distinta e numerosa descendência.

Desconhecemos quaisquer circunstâncias particulares da sua vida até o ano de 1581, em que já o encontramos lente da célebre universidade de Salamanca, regendo ali uma das cadeiras da faculdade de direito. No seu curso universitário deu certamente provas incontestáveis de raro talento e de extraordinário saber, para que aos 26 anos de idade tivesse sido chamado a fazer parte do corpo docente daquele famoso estabelecimento de instrução, o que constituía um facto bastante anormal naquela época Foi um dos mais ilustres professores no período áureo daquela universidade, então uma das mais notáveis e mais frequentada de toda a Europa. Também exerceu o magistério na Universidade de Coimbra.

Os seus reconhecidos méritos e aptidões tinham-no naturalmente indicado para o desempenho de outros importantes e elevados cargos. E assim vemos que, em 1607, abandonou o magistério universitário, em obediência ao convite de Filipe 2.º junto de quem exerceu lugares de grande responsabilidade e da maior confiança, chegando a ser um dos quatro ouvidores da Câmara daquele soberano e também um dos seus conselheiros privados.

Sabemos que Belchior de Teive fez uma brilhante carreira nos cargos e missões difíceis de que foi encarregado, mas escasseiam--nos os indispensáveis elementos para dar um nota detalhada de todos os lugares que desempenhou e da maneira como neles se houve, pormenorizando quaisquer factos ou circunstâncias que ponham em relevo as faculdades do seu espírito privilegiado.

Atendo-nos aos nossos escassos apontamentos, colhidos dispersamente nas várias obras impressas e manuscritas que pudemos compulsar, diremos que Belchior de Teive, apesar de dedicar-se às letras e professar o magistério numa universidade, também seguiu a carreira das armas, que naqueles tempos, se considerava quase obrigatória e sempre extremamente honrosa para todos os que não se consagrassem ao serviço da Igreja. Foi como militar que D. Filipe o nomeou general e adiantado de Castela, que correspondia a governador daquela província e antigo reino, cargo que tinha então as mais latas atribuições. Foi também general da armada e superintendente dos oficiais dela.

Belchior de Teive exerceu importantes cargos na magistratura, sendo alcaide do crime da chancelaria de Valhadolid e depois presidente da Casa dos Alcaides.

Em 1607, foi pelo governo da Espanha enviado a Portugal como superintendente geral da fazenda pública, que nos parece ser um dos lugares mais graduados e de mais alta responsabilidade da época.

Como já deixámos apontado, gozou Belchior de Teive da privança de Filipe 2.º, sendo um dos quatro ouvidores da sua câmara e um dos seus conselheiros particulares.

Foi uma figura prestigiosa e de destaque no seu tempo, pelo seu extraordinário talento, importantes cargos que desempenhou e influência de que gozou entre os seus concidadãos.

Barbosa Machado, na sua Bibliotheca Lusitana, diz que foi um distinto genealogista e que deixou algumas obras inéditas.

Ignoramos o ano da sua morte mas em 1621 ainda era conselheiro privado de Felipe 2o.

Foi sem dúvida um homem de alta envergadura, mas de qualidades de carácter que muito deixam a desejar, pois se bandeou com os inimigos da sua pátria, pondo-se inteiramente ao serviço do rei de Espanha.

Teixeira. Tristão Vaz, primeiro capitão--donatário de Machico e companheiro de Zargo na colonização deste arquipélago, foi casado com Branca Teixeira, fidalga que procedia da casa de Vila Real, no dizer de Frutuoso. Os seus descendentes adoptaram o apelido materno, que passou a ser o desta família. Tiveram quatro filhos e oito filhas: Tristão Teixeira que herdou a capitania, Henrique Teixeira, João Teixeira, Lançarote Teixeira, Tristoa Teixeira, Isabel Teixeira, Branca Teixeira, Catarina Teixeira, Guiomar

Teixeira Solanda Teixeira, Ana Teixeira e Catarina Teixeira.

De João Teixeira, terceiro filho de Tristão Vaz, diz o anotador das Saudades que «foi grande caçador e inclinado a montar, e por essa causa havia na vila de Machico huma coutada sua no Caniçal, de tanta caça de coelhos, perdizes, pavões e muitos porcos javaliz, que se afirma que era a melhor coutada de Portugal: o que dá a entender huma carta que hoje em dia está na Camará de Machico, escripta por El-Rey D. Manuel aos officiaes delia, em que lhes encommenda muito que tenham estreita conta com a coutada dos filhos do primeiro capitam, e que ninguém entre nella, porque lhe enculcavam e affirmavam que, se elle acertasse vir à ilha, em nenhuma das outras terras podia montar e caçar senão nesta do Caniçal, e campos de Santa Catharina».

Lançarote Teixeira, no dizer do mesmo cronista; «foi hum dos melhores ginetarios da ilha; porque alem de por sua inclinação ser mui bom cavalleiro, tinha mui grande mão para domar cavallos, e era dado muito a iso, em tanto que em seu tempo se ajuntavam na vila de Machico sessenta cavalleiros de esporas douradas muito bem postos, e encavalgados por industria deste Lançarote Teixeira que, quando vinha hum dia de S. João ou do Corpo de Deus,, eram tantos os cavalleiros para jogos de cannas e escaramuças, que mais parecia exercito de guerra, que folgar de festa: e além de todos serem mui destros nesta arte, elle todavia tanto se divisava entre eles, que se pode com razão dizer que foi luz ornamento de Machico. Foi casado este Lançarote Teixeira com Beatriz de Góes».

Teixeira (António). Era filho de Lançarote Teixeira e de Beatriz de Góis e neto de Tristão Vaz, primeiro donatário de Machico. Deixou nome nos antigos nobiliários madeirenses, sendo conhecido pelo nome de Rei Pequeno. São interessantes os seguintes períodos, extraídos dum escrito do ilustrado genealogista, padre Fernando de Meneses Vaz:

«Dizem as crónicas que o apelido lhe viera da magnanimidade da sua pessoa, da generosidade com que repartia seus réditos, e liberdade em distribuí-los, já entre os da sua privança, já pelos indigentes e necessitados do logar.

«No entanto, como não ha formosa sem senão, ufano de sua fidalguia saboreando o bem que prodigalizava, deixava-se taldar um pouco pela vaidade e orgulho humanos.

«Tido por grande pelos homens julgava-se também grande deante de Deus.

«Não lhe mingava a crença, é certo. Ele mesmo levantara a capela da Senhora da Piedade, no Porto da Cruz, como cabeça do

morgado instituído por Lançarote Teixeira, seu pai; mas, cheio de si, ouvia missa, segundo a tradição, a cavalo, junto da porta principal da igreja do Faial fazendo ajoelhar a cavalgadura ao toque de levantar a Deus, para não ombrear com seus escravos e domésticos Era-lhe» senhor.

«Mas quantas vezes o pobre escravo desejaria desmontá-lo e dizer-lhe ao ouvido: diante de Deus, todos somos iguais; Deus não olha a cores, só nos distingue a virtude?!...»

«Mortal, como todo os homens, embora rico e grande, com avultado numero de annos, foi-se um dia da vida presente António Tei-xeira e sepultaram-no, sem o cavalo, está claro, no seu jazigo da capela-mór da velha igreja do Faial, onde ficou dormindo o sono derradeiro.

«As ribeiras, porém, não quiseram que ele ouvisse ali as tubas do venite ad judicium. Congregaram-se aí, por 1699, entraram dentro do templo e, sem outro desrespeito pelo santuário, abriram o jazigo do Rei Pequeno, levando-lhe o corpo como castigo da sua petulância de ouvir missa montado, e assim, lá foi o morgado ribeira abaixo, a pé, tantos anos depois de morto, ele que em sua vida sempre andara a cavalo...

«E o vínculo de João Teixeira de Vasconcelos? — perguntará o leitor.

Esse foi correndo nos seus descendentes até Álvaro Teixeira de Orneias Saavedra, ultimo varão daquela dinastia de reis pequenos, que, não tendo sucessor, passou a sua irmã D. Maria Teodolinda.

«O solar daqueles fidalgos era na Banda dos Moinhos, do Faial e foi para o mar na aluvião de 1803. Nessa ocasião tinha saído de caso o velho morgadot cego como o velho Eneas, ás castas de um criado, a caminho da Cruz, onde fixou residência, a qual existe ainda, sem morgados já, sem a sombra dos velhos carvalheiros, a esboroar-se e a cair também...»

Teixeira (Diogo). Era filho de Tristão Teixeira e foi o 4.º capitão donatário de Machico. Por ser homem mentecapto, tirou--lhe D. João III a capitania em 1538, e como por sua morte, em 1540, não lhe ficasse filho varão ou outro qualquer herdeiro legítimo que lhe sucedesse na mesma capitania, foi esta doada em 1541 a António da Silveira, antigo capitão de Diu.

Teixeira (Cónego Feliciano João). Nasceu na freguesia da Ponta do Sol, a 2 de Janeiro de 1843, e era irmão dos drs. João Augusto Teixeira e Nuno Silvestre Teixeira, de quem

nos ocupámos neste Elucidaria. Foi cônego da Sé do Funchal e professor do Seminário, e nesta cidade exerceu várias comissões de serviço público. Representou a Madeira no Parlamento, nas sessões legislativas de 1880 a 1881 e de 1887 a 1889. Transferido para a Sé arquiiepiscopal de Évora, faleceu naquela cidade no dia 2 de Maio de 1896 Os seus despojos mortais jazem no cemitério da freguesia da Ponta do Sol.

Teixeira (Dr. João Augusto). Nasceu na vila da Ponta do Sol a 25 de Julho de 1845 e faleceu no Funchal a 21 de Março de 1907.

As palavras, que a seguir transcrevemos, são do antigo jornal Heraldo da Madeira e de vidas à pena dum dos redactores desta obra:

«O dr. João Teixeira notabilizou-se principalmente como médico e lente da nossa escola médico-cirúrgica, tendo também evidenciado em outros ramos da actividade humana as notáveis aptidões do seu luminoso espírito.

«Era um médico abalizado e profundamente sabedor parecendo que para ele não tinha segredos a vasta e complexa ciência médica. Entre os seus colegas era considerado um verdadeiro mestre, sendo o seu conselho sempre ouvido e escutado com o respeito devido aos grandes oráculos da ciência.

«Nos últimos anos quase abandonara a clinica, que noutro tempo lhe absorveu por completo toda a sua grande actividade, dedicando-se quase exclusivamente à regência da sua cadeira á clinica hospitalar e ao estudo, que não deixara nunca.

«Como lente foi dos mais distintos, reunindo ao vasto saber e á clareza da exposição uma forma brilhante e atraente, dando assim ás suas lições um relevo e um encanto particulares, que eram a admiração dos que o escutavam. Algumas vezes aconteceu ser a Escola visitada por médicos distintos na ocasião em que o dr. João Teixeira na cathedra de professor fazia a prelecção aos seus alunos, ficando os visitantes verdadeiramente surpreendidos com a largueza dos seus conhecimentos e com a maneira proficiente e distinctissima como ele sabia reger a sua cadeira, tendo alguém afirmado, ao ouvi-lo, que na nossa universidade se não preleccionava melhor nem com mais profundo conhecimento do assumpto.

«O dr. João Augusto Teixeira, que reunia a um formosíssimo talento uma memoria as-sombrosa4 possuia uma vastíssima erudição, colhida nas suas nunca interrompidas leituras e nos seus constantes e aturados estudos. Não se abordava assumpto, embora

escabroso e difícil, sobre que ele não podesse discorrer e disreartear com maior ou menor profi-ciência.

«Tinha uma especial predilecção pela lin-gua latina, que sempre cultivou com especial esmero, chegando a conhecê-la profundamente e sendo nella um verdadeiro mestre Não ha ainda muito que lhe ouvíramos particulares referencias á tradução dos Luziadas, feita para o latim pelo padre Francisco de Santo Agostinho de Macedo obra notável que elle de novo acabara de ler, comentando-a com o seu fino espirito e particular conhecimento do assunto.

«O ilustre extinto foi sempre um estudante distinctissimo e laureado desde a escola primária até aos bancos da universidade. Em Coimbra revelou-se uma inteligência superior, obtendo os primeiros prémios e deixando ali belas tradições da sua aplicação ao estudo e do seu real e incontestável talento. Ainda hoje os seus contemporâneos da universidade dão disso testemunho, quando tenha de fa-lar-se do dr. João Teixeira, devendo contar-se entre eles o dr. Bernardino MachadOj seu particular amigo e admirador. (1921).

«O dr. João Augusto Teixeira militou sempre no partido regenerado tendo-se em 1901 afastado da política, por ocasião dos acontecimentos que então se deram no seio daquele partido.

«Em 1885 foi eleito deputado por esta ilha, defendendo com acrizolado zelo os interesses madeirenses, devendo especialisar-se um notável discurso que proferiu nas camarás a favor da desgraçada situação em que então se achava a visinha ilha do Porto Santo. Encontrou no parlamento muitos dos seus antigos condiscípulos e contemporâneos na universidade, que rejubilaram por tomar assento em cortes um homem cujo valor e merecimentos elles de sobra conheciam. Foi então que recebeu de Fontes Pereira de Melo, o glorioso chefe do partido regenerador, provas de grande apreço e consideração.

«O dr. Teixeira apesar das reiteradas instancias dos seus amigos políticos não quis voltar ao parlamento. Distraí-lo do remanso do seu gabinete e das doçuras do seu lar, que ele presava acima de tudo, era violenta-lo a um sacrificio a que ele não podia ser superior.

«O finado exerceu entre outras comissões de serviço público, as de procurador à antiga Junta Geral do distrito e membro da delegação do mercado central.

«Foi por duas vezes professor do nosso liceu, lugar que sempre desempenhou com a competência que todos lhe reconheciam.

«Como professor da nossa Escola Medica exerceu durante muitos anos o cargo de director das enfermarias de medicina do hospital de Santa Isabel com grande zelo e notável proficiência, que eram apanágio da austeridade do seu carácter e da vastidão dos seus conhecimentos médicos.

«O ilustre extinto pertencia a uma familia que teve no seu seio uma plêiade de formosos talentos, merecendo especial menção o falecido cónego Feliciano João Teixeira, dr. Manuel Joaquim Teixeira, professor do liceu de Coimbra dr. Nuno Silvestre Teixeira, todos irmãos do homem a quem consagramos esta linhas, o dr. João R. Passos, súbdito norte-americano. Policarpo Passos Sousa, distinto poeta, dr. Francisco dos Passos Sousa, padre João dos Passos Sousa, etc.»

Teixeira (João Maneio). Nasceu nesta ilha a 25 de Maio de 1839. Concluiu em 1866 o curso de médico-cirurgião na Escola Médica do Porto, e ali defendeu no mesmo ano a tese Das pseudarthroses resultantes de fracturas não consolidadas, e do seu tratamento, que foi publicada em opúsculo.

Teixeira (Dr. Nuno Silvestre). Nasceu na vila do Ponta do Sol a 31 de Dezembro de 1847, e é filho de Feliciano João Teixeira e de D. Joaquina Júlia dos Passos.

Num escrito, que temos presente, diz um dos eeu contemporâneos em Coimbra, referindo-se ao ano de 1877, em que o dr. Nuno Teixeira era quintanista de medicina: «Passava então por um dos estudantes mais talentosos daquela geração académica: era o primeiro estudante da faculdade de medicina Todos conjecturavam que ele, após o partido que lhe deram no 5.º ano, como em anteriores, defenderia theses e entraria para a universidade».

Não aconteceu assim. O dr. Nuno Teixeira pensou efectivamente em seguir a carreira universitária e parece que até alguns trabalhos científicos preparou nesse sentido, mas motivos que desconhecemos demoveram-no desse primeiro intento, abandonando um lugar que seria muito honroso para si e de bastante proveito para a Universidade.

O dr. Nuno Teixeira tem entre nós desempenhado os lugares de professor e reitor do Liceu, lente da extinta Escola Médica, delegado de saúde do distrito, médico do partido da Câmara Municipal deste concelho, director clínico das enfermarias de medicina da Misericórdia do Funchal administrador do concelho, etc.

É vasta e valiosíssima a sua colaboração em vários jornais desta cidade e nomeadamente no Diário de Notícias, onde há dezenas de

anos publica aos domingos artigos de vulgarização científica, em que são versados muitos pontos de medicina e higiene, ao alcance do grande público. Esses artigos primam por uma notável correcção da forma e por uma extraordinária clareza, que os tornam leitura obrigada para uma grande parte dos assinantes daquele jornal (1921).

O dr. Nuno Teixeira deu à luz em 1899 um volume de 240 páginas intitulado O Alcoolismo, e publicou também vários opúsculos, contendo alguns dos seus relatórios como reitor do liceu e delegado de saúde (1921).

Faleceu no Funchal a 28 de Fevereiro de 1928.

Teixeira (Tristão). Tristão Teixeira ou Tristão Teixeira das Damas, como vem mencionado as crónicas, foi o filho primogénito de Tristão Vaz e o segundo capitão-donatário de Machico. Deve ter nascido no Continente do Reinot pois diz Frutuoso que o descobridor Tristão Vaz veio para esta illha com sua mulher e filhos logo no princípio da colonização. Chamou-se-lhe Tristão das Damas, diz o historiador das ilhas, «porque foi muito cortezão grande dizedor e fazia muitos motes ás damas, e era muito eloquente no falar»

O mesmo cronista diz que a Tristão Teixeira fizeram uma gravíssima acusação, que obrigou o monarca a chamá-lo à corte, mas que ele «tendo muito trabalho, gastando muito do seu, todavia se livrou muito bem e com muita honra suax tirando sua fama a limpo».

Morreu em Machico e ali jaz na capela de São João da respectiva igreja paroquial (volume II página 284).

Tristão Teixeira é uma das principais personagens que figuram na novela A Filha de Tristão das Damas, do escritor madeirense J. Reis Gomes.

Teixeira (Tristão). Foi o 3.º capitão-donatário de Machico, tendo herdado a capitania de seu pai Tristão Teixeira das Damas.

Teixeira Jardim (Dr. Arsénio). Nasceu no Funchal a 3 de Agosto de 1887 e é médico-cirurgião pela Escola Médica de Lisboa, exercendo clínica em Monforte, no Alentejo. É muito conhecido tanto em Portugal como na Madeira como especialista nas moléstias da garganta e dos ouvidos. E.: Breve noticia sobre dois casos de tétano chronico, um generalizado e outro localizado, tese, Lisboa, 1916, de 42 páginas.

Teixeira Júnior (José). Nasceu no Funchal a 17 de Março de 1889 e é farmacêutico do hospital «Estefânia», em Lisboa. Em 1889, publicou um opúsculo de 65 páginas intitulado Em Lisboa.

Teixo (Taxus bacoata). Árvore ou arbusto da família das Taxáceas, quase extinta nas serras da Madeira. Tem folhas lineares, flores dióicas e sementes com arilo carnudo e escarlete. Produz madeira avermelhada, de boa qualidade, mas hoje quase desconhecida dos marceneiros da ilha. As folhas do teixo são venenosas. V. Cadamosto.

Telefones. A rede telefónica do Funchal foi inaugurada no dia 5 de Outubro de 1911, tendo a Câmara Municipal estabelecido, em 1908, as condições em que permitia a adaptação de parte da torre dos Paços do Concelho a estação central dos telefones. Os trabalhos da mesma adaptação só se iniciaram no ano imediato. Para a montagem dos serviços telefónicos do Funchal, muito concorreu o falecido João Augusto Pereira, antigo deputado pela Madeira.

Em 6 de Agosto de 1915, resolveu a Câmara Municipal representar ao governo pedindo que a rede telefónica se estendesse a toda a ilha, mas este melhoramento não foi ainda concedido à Madeira. (1921)

Telegrafia sem fios. No edifício da estação telegráfica do Funchal, existe um posto de telegrafia sem fios_ inaugurado no dia 2 de Junho de 1922, tendo os trabalhos de montagem dos aparelhos levado uns 15 dias. A primeira experiência fez-se no dia 1 de Junho, estabelecendo-se a comunicação com um vapor inglês à distância de 150 milhas, e com um vapor português à distância de 400 milhas. Também se comunicou com a estação de Las Palmas, nas ilhas Canárias.

Durante o período da guerra europeia, funcionou por conta do governo inglês um posto de telegrafia sem fios na quinta Santana, sendo as notícias que ele recebia do exterior transmitidas diariamente, por intermédio dos jornais, ao público funchalense. O posto da quinta Santana deixou de funcionar a 2 de Abril de 1919.

Por despacho do Ministério das Finanças, foi, em 12 de Dezembro de 1921, autorizada a instalação dum posto rádio-telegráfico na quinta Santana, mas tal instalação nunca chegou a realizar-se.

Em 1912, contratou-se com a Companhia Marconi o estabelecimento de vários postos de telegrafia sem fios no país, um dos quais na Madeira, nada se tendo feito, porém, pelo motivo do nosso governo haver faltado às obrigações que contraíra, e em 1922 foi o

mesmo governo autorizado pelo Congresso da República a contratar com a dita Companhia o estabelecimento duma rede rádio-telegráfica, devendo ela começar por instalar e explorar por sua conta, sem qualquer encargo para o Estado, postos de telegrafia sem fios em Lisboa, Açores Madeira, Cabo Verde, Angola e Moçambique. (1921)

Telégrafo Submarino. A Madeira está ligada a Portugal (Carcavelos) por dois cabos da «Western Telegraph Company» e a S. Vicente de Cabo Verde por dois cabos desta mesma companhia e um da «Eastern Telegraph Company», vindo este último cabo directamente da Grã Bretanha e prolongando-se até a Africa do Sul, tocando em S. Vicente de Cabo Verde, Ascensão e Santa Helena.

A «Western Telegraps Company» veio substituir a «Brazilian Telegraph Company», que estabeleceu em 1874 o serviço telegráfico entre a Madeira e o Continente, como ficou dito a página 172 do volume I deste Elucidário, e que em 1883 ou 1884 fez lançar um segundo cabo, seguindo a mesma direcção do primeiro. Quanto ao cabo submarino da «Eastern Telegrph Company», foi estabelecido em virtude dum contrato assinado em 21 de Setembro de 190. (1921)

Vid. Cabo Submarino.

Telégrafos. Por ocasião de ser estabelecido o cabo eléctrico na Madeira, havia aqui os telégrafos seguintes, que comunicavam entre si por meio de sinais: o do Pico do Facho, em Machico, o do Pico de Agua, no Caniço, e o Pico da Cruz, em S. Martinho.

Em tempos mais antigos, sabemos terem existido telégrafos em Câmara de Lobos, na Ponta do Pargo e no Garajau, tendo durado este último desde 1839 a 1847.

Teles. É apelido de boas famílias, mas ignora-se quem o trouxe a esta ilha. Em 1682, vivia na Madeira António Teles ou António Telo de Meneses fundador da capela de Santo António, em Santa Maria Maior.

Os Teles de Meneses vêm de Vasco Moniz de Meneses e também, por bastardia, dos condes de Vila Pouca.

Teles de Meneses (Guilherme). Nasceu na Madeira pelos anos de 1855, mas reside há muito em Portugal, sendo presentemente contador aposentado do antigo Tribunal de Contas, hoje Conselho Superior da Administração Financeira do Estado. Tendo vindo a esta ilha em 1894, residiu por alguns tempos na casa do Poiso e depois na do Areeiro, fazendo em ambas elas

algumas observações meteorológicas, cujos resultados publicou mais tarde. Foi também administrador do concelho do Funchal, mas pouco tempo se demorou neste lugar por causa dum conflito que teve com o governador, por haver proibido em 7 de Março de 1896 que o povo se abastecesse das fontes de João Denis (1921).

Publicou na 15ª série, n.º 6 (1896) do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, uma memória intitulada A Madeira e o dr. Douglas, que é uma resposta ao que este médico escreveu num folheto acerca das vantagens de Las Palmas sobre a Madeira, como estação de saúde para tuberculosos.

O posto meteorológico do Areeiro, que nunca chegou a funcionar e a casa anexa, foram construídos sob a direcção de Guilherme Teles de Meneses. (1921)

Teles da Silva (D. Fr. António). Ao prelado D. Gabriel de Almeida, falecido nesta cidade em Julho de 1674, sucedeu nesta diocese D. Fr. António Teles da Silva, que foi o undécimo bispo do Funchal Esteve pouco tempo vaga a Sé, o que nem sempre acontecia nos bispados ultramarinos, tendo D. António Teles da Silva sido nomeado, confirmado e sagrado logo após a morte do seu antecessor.

A sua confirmação por Clemente X, é de 16 de Dezembro de 1674, recebendo a sagração episcopal no mês de Janeiro seguinte, e assumiu a direcção da sua diocese a 25 de Abril de 1675.

Era filho de João Gomes da Silva, comendador e alcalde-mor de Seiaz e regedor das Justiças. Tinha professado na ordem de São Bento e era deputado do tribunal da Junta da Cruzada, quando o príncipe regente, depois rei D. Pedro 2.º, o apresentou bispo desta diocese.

Durante o seu episcopado, criaram-se as paróquias da Camacha Serra de Agua, Prazeres e Arco de S. Jorge. Obteve também a criação de alguns curatos, em virtude da resolução do príncipe regente de 20 de Outubro de 1676.

Ampliou o antigo Paço Episcopal e celebrou sínodo diocesano a 6 de Junho de 1680.

Faleceu nesta cidade a 14 de Fevereiro de 1682 e jaz sepultado na capela-mor da Sé Catedral, tendo estado sete anos à frente dos destinos desta diocese.

Nada mais sabemos da sua administração episcopal, dizendo dele D. António Caetano de Sousa que «deixou do seu nome honrada memoria».

Telo de Meneses (Luís). Nasceu na Madeira, sendo filho de Gaspar Lopes Cortez, e, tendo seguido a carreira das armas, veio a morrer na batalha de Montijo a 26 de Maio de 1644. Era então capitão de infantaria.

Tem-te-em-pé (Capros aper). Peixe da família Carangida, pouco vulgar nos mares do arquipélago. Pescam-no em águas não muito profundas, com aparelho de anzol, e parece ter sido comum noutras épocas.

Tenerifenhos. Em Maio de 1922, estiveram em Santa Cruz de Tenerife muitos madeirenses, que foram aí carinhosa e brilhantemente recebidos tanto pelas autoridades como pelo povo da terra. Tendo ficado resolvido que os tenerifenhos fariam uma excursão à Madeira a fim de pagar a visita dos madeirenses, veio essa excursão a realizar-se nos fins de Dezembro do mesmo ano, por ocasião das festas do quinto centenário do descobrimento da nossa ilha.

Os tenerifenhos chegaram ao porto do Funchal no dia 28 de Dezembro cerca da 1 hora da tarde, no vapor Viera y Clavijo, dirigindo se logo para bordo várias entidades oficiais e particulares a fim de cumprimentar os excursionistas, entre os quais se achava o alcaide D. Andrés Orosco.

O desembarque realizou-se no cais da Pontinha, cerca das 4 e meia da tarde, tendo vindo na primeira lancha o alcaide, que era acompanhado pelo cônsul espanhol © o banqueiro Henrique V. de Castro e nos demais barcos, os restantes excursionistas, em número de 76, entre os quais várias senhoras e meninas.

Um pouco depois das 5 horas, pôs-se o cortejo em marcha, indo à frente a Academia com o respectivo pendão, a seguir os excursionistas e as pessoas que o tinham ido receber, entre os quais o presidente e vereadores da Câmara Municipal, e por fim, uma extensa fila de automóveis conduzindo muitas outras pessoas.

Ao chegarem à avenida de João Gonçalves Zargo, foram os excursionistas saudados com o hino espanhol, como já o haviam sido na ocasião de desembarca e ao darem entrada nos Paços do Concelho, de novo se fez ouvir o mesmo hino, tendo o dr. Teixeira Jardim, ilustre presidente da Câmara, proferido uma bela alocução, à qual respondeu o distinto tenerifenho D. Andrés Orosco.

Foi também brilhante a recepção que os tenerifenhos tiveram no palácio da Junta Geral, tendo discursado o dr. Vasco Marques, D. Andrés Orosco e o dr Fernando Tolentino da Costa, este último ao ser oferecido aos nossos ilustres hóspedes uma taça de champanhe, numa das salas do mesmo palácio.

Nem todos os excursionistas vieram no vapor Viera y Clavijo; alguns deles haviam chegado no dia 26, no vapor Andormha, em viagem para Inglaterra.

Os tenerifenhos foram por toda a parte muito bem recebidos, tendo-lhes sido oferecido no dia 3 de Janeiro, um lanche no Terreiro da Luta, e um chá no Monte. Visitaram muitos pontos no Funchal e arredores, e alguns deles revelaram os seus conhecimentos musicais no teatro do Dr. Manuel de Arriaga, sendo muito apreciados e aplaudidos.

Regressaram a Tenerife no vapor Viera y Clavijo, no dia 4 de Janeiro de 1923, e, a 4 de Fevereiro do mesmo ano, aprovou o ayuntamiento de Santa Cruz uma proposta do alcaide D. Andrés Orosco no sentido de se dar à praça do Teatro, naquela cidade, o nome da ilha da Madeira, como prova de agradecimento aos madeirenses pela maneira como os excursionistas haviam sido aqui tratados.

A lápide com o referido nome foi inaugurada a 4 de Maio, assistindo à cerimónia as autoridades civis e militares, e bem assim o cônsul de Portugal em Tenerife, que representava a Municipalidade do Funchal. Ao ser corrida a cortina que cobria a mesma lápide, a banda municipal executou os hinos espanhol e português, discursando depois o referido cônsul e o alcaide D. Andrés Orosco.

A Câmara Municipal do Funchal correspondeu à homenagem prestada aos madeirenses na cidade de Santa Cruz de Tenerife, dando o nome de Praça de Tenerife a uma parte considerável do antigo Campo da Barca, depois de proceder à conveniente adaptação desse local para o fim que fica indicado.

Tentilhão (*Fringilla tintillon*). Ave da família Fringilida, comum nas zonas arborizadas da região média da Madeira, onde só acidentalmente aparece.

Tem bonita plumagem e canto agradável. Confecciona o seu ninho com raízes e colmos de gramíneas ou líquenes, sendo o interior forrado de lã, cabelo ou penas. Faz uma postura de 4 ovos, que podem variar desde o verde ou azul claro até o avermelhado, passando pelo azul carregado.

Terceira Lombada (Pico da). Elevação montanhosa na freguesia da Ponta Delgada, donde se disfrutam belos horizontes.

Terços. Sítio povoado da freguesia da Ponta Delgada. Neste sítio encontra-se a Quinta da Palmeira, que é hoje residência episcopal, sendo nela construída recentemente uma capela cuja invocação ignoramos.

Teresa (Maria Francisca). V. Soares (D. Laura de Castro e Almeida).

Termo. Era nos tempos do governo absoluto, uma subdivisão da comarca e estava sob a jurisdição dum juiz, que era ao mesmo tempo presidente da Câmara Municipal. O termo do Funchal, à frente do qual estava um juiz de fora de nomeação régia, estendia-se desde o Caniço até a ribeira da Ponta do Sol, abrangendo 17 freguesias.

Terra (A.) O primeiro número deste jornal bissemanal saiu a 8 de Maio de 1922. Deu 16 números e está suspenso por falta de pessoal tipográfico.

Terra (Ventura). Arquitecto português que organizou o plano de melhoramentos de que carece a cidade do Funchal, de harmonia com as deliberações camarárias de 21 de Novembro de 1912 e 3 de Fevereiro de 1913. A Câmara Municipal e a Junta Agrícola custearam as despesas desse trabalho, o qual foi recebido pela primeira destas corporações em 19 de Novembro de 1915, acompanhado de duas cópias, uma das quais foi enviada à mesma Junta Agrícola.

Foi o architecto Ventura Terra, há pouco falecido, quem levantou a planta da antiga avenida Oeste, hoje do Dr Manuel de Arriaga, e entre os melhoramentos indicados por ele para embelezamento da cidade, conta-se a construção duma avenida sobre a ribeira de Santa Luzia. (1921)

Terra do Baptista. Sítio povoado da freguesia do Porto da Cruz, 105 foros e 651 habitantes. Ali existiu uma capela da invocação de Nossa Senhora da Fé, fundada pelo morgado Diogo Dias de Orneias e Vasconcelos, no ano de 1826. Também ali existiu uma capela dedicada a Santo António, pertencente à família Nunes Caldeira, e fundada por 1760. Este sítio pertenceu ao morgadio instituído pelo genovês João Baptista da família italiana Usodimare, que casou com um filho do primeiro donatário de Machico, Tristão Vaz e de que foi último representante João Bettencourt Baptista.

Terreiro da Luta. Na freguesia do Monte e a 850 metros acima do nível do mar, fica o sítio do Terreiro da Luta. Foi por ali que uma piedosa lenda fixou a aparição da Santíssima Virgem a uma pobre e inocente pastorinha, como fica sumariamente referido a páginas 438 do 2.º volume.

Deste lugar se descortinam vastos horizontes de uma inexcedível e incomparável beleza.

Esses surpreendentes panoramas de tal modo fascinaram o distinto madeirense comendador Manuel Gonçalves, director da Companhia do Caminho de Ferro do Monte, que ele concebeu a ideia do prolongamento da linha férrea até aquela pitoresca estância e da construção dum grande restaurante lá no alto da escarpada montanha que fosse um ponto obrigado de atracção para nacionais e estrangeiros. A empresa era difícil e arriscada, mas a tenacidade, o talento e o espírito empreendedor do comendador Gonçalves souberam subjugar todos os contratemplos que se levantaram. Em curto espaço de tempo se construíram cerca de 1.400 metros de linha em terreno acidentadíssimo e se levantou o belo e grandioso edifício, que é hoje conhecido pelo nome de Restaurate-Esplanada do Terreiro da Luta, tendo-se a inauguração solene deste troço da linha férrea e do restaurante, realizado no dia 24 de Junho de 1912. (1921).

Num pequeno folheto ilustrado, de propaganda, lê-se uma bela descrição do sítio, devida à pena dum ilustre escritor madeirense, e que deve ficar arquivada nestas páginas:

«São famosas, diz o referido escritor, as paisagens da Suiasa pelas suas altitudes e caprichosa orographia pelas suas geleiras e formosíssimos lagos, mas falta aos quadros naturaes da accidentada Heive tia esse fundo magestoso e cheio de grandeza que nos leva à concepção da imensidade, origem primordial da vida, e aonde a vida em seu seio constantemente se multiplica e perpetua: — o misterioso oceano.

«Em volta do «Terreiro da Luta», erguem--se ao Norter Leste e Oeste, elevadíssimas serras, constituindo elle próprio um planalto de montanha coberto de densos e embalsamados pinheirais; do lado sult porém, abre-se vasta e ridente, a bahia do Funchal, alargando-se numa curva suavíssima desde a projecção do Balançai ao nascente, até o corte abrupto do mais alto promontório do mundo: o famoso Cabo Girão.

«A vista, pouco a pouco, afastando-se dos aspectos mais agrestes desta natureza singular, abysmos inesperados e profundos,

elevações surprehendemtes de declive e altitude tudo coberto de vegetação que se entrelaça, vai, por uma gradação insensível, descendo pelo valle que se nos abre aos pés, o Curral Velho, correndo sobre os altos campanários do branco templo, ligar-nos á civilização: passa sobre a arrumada casaria da cidade, estende-se sobre o porto onde os vasos de guerra e os alterosos transatlânticos perdem a sua grandeza perturbante, e alonga-se, para além, até a vastidão do horizonte, a fundir na retina deslumbrada o anilado das aguas com o luminoso azul do firmamento.

«D'este planalto avista-se a levante, o Pico do Infante, o Balancalt a Choupana e S Gonçalo; ao Sult o Funchal e o largo porto puntilhado de negro pelas embarcações de todo o lote, e, caminhando para o poente, as freguesias de S. Martinhot S. Roque, Santo António, Câmara de Lobos, Estreito e Serras da Quinta Grande, cujo fim de crista, ao Sul, é o Cabo Girão, e ao Norte, as Fontainhas na partilha de Câmara de Lobos.

«Da freguesia do Estreito, vê-se, parcialmente, o famoso «Jardim da Serra» e o sítio conhecido pela «Boca dos Namorados».

«O planalto cava para o Norte um valle fundo, o Curral do Leme, a que outros e outros valles se succedemj elevando-se o terreno pouco a pouco em dobras cobertas de densos pinheiraes. D'este lado cercam o «Terreiro da Luta», nas maiores alturas, as Serras do Monte, entre as quaes, o Rebentão, na altitude de 1.200 metros.

«O pôr do sol observado d'este ponto incomparável, é d'efeitos verdadeiramente indescriptiveis. A obliquidade dos raios luminosos accusa o caprichoso accidentado das forma, duplicando-as com as suas sombras alongadas, define os múltiplos valles, de tão variados verdes, que se estendem para Camará de Lobos, imprime relevo aos picos e mamelões que para esse lado se alevantam, e deixam em recorte negro, sob um céu de fogo, o gigantesco Girão, tudo polvilhando d'um tom purpureado que dá á paisagem um aspecto phantastico, eminentemente theatral...

«Foi nesta encantadora estancia, donde tan-tas e tão incomparáveis maravilhas se desfrutam, que foi construído o Restaurante-Esplanada, elegantissimo edificio no tipo dos chalés suissos, todo em cimento armado, sys-tema Hennebique, e occupando uma extensão de 37 metros por 16 de profundidade. Ao Sul, na frente da edificação, estende-se um terraço coberto com 46 metros de comprimento por 8 metros de largo, onde as visitantes podem, gosando um panorama sem rival, servir-se nas pequenas mezas que ali se acham espalhadas. Ao terraço segue-se o jardim, amplo e cultivado por todos os specimans da exuberante e variada flora ornamental que vegeta nesta ilha.

«O vasto Salão Restaurante fica no primeiro pavimento, onde existe também o salão para jantares particulares ou festas intimas. N'este mesmo andar se acha instalado o Jardim d'Invemo, delicioso como conforto, encantador pela disposição das plantas que o compõem e pelo fino gosto de todos os acessórios decorativos, expressamente adquiridos no estrangeiro, entre o que de mais moderno existia nesta especialidade.

«O Buffete e o American Bar occupam ambos duas espaçosas salas do primeiro andar.
«É ainda no corredor deste mesmo pavimento que se encontram instaladas os «Lavabos e quartos de toilette», satisfazendo as requintadas e modernas exigências do conforto e da hygiene.

«Nas caves estão os depósitos de bebidas, frigorifico, armazene de provisões, etc, e a cosinha, com fogo central, fogão especial para serviço de grill-room, fogão para aquecimento de louça, e uma bateria opulenta toda de cobre e nickel.

«Do torreão lateral, com a altura de 10 metros, acentua-se a inegualavel vista à vol d'oiseau que se desfruta do terraço ou de qualquer outro ponto do «Terreiro da Lucta».

«O edificio possui aquecimento a vapor para os dias frios e numerosas ventoinhas para os dias de calor, sendo todo iluminado a luz eléctrica.

«A instalação do Restaurante-Esplanada do Terreiro da Luta, guardadas as devidas pro-porções, obedeceu á ideia de, em caso algum, ficar elle inferior aos melhores e mais mo-dernos estabelecimentos da Europa, no seu género, attendendo-se sobretudo ao mais escrupuloso aceio e ao máximo bem estar do visitante».

A extinta Junta Agrícola começou a abrir um estrada destinada a ligar o Terreiro da Luta a Santo António da Serra, estrada que se um dia se concluir, permitirá a nacionais e estrangeiros transportar-se rapidamente a uma das mais belas estâncias que possui a ilha. Se aquella corporação em vez de adquirir montados e de fazer outras despesas a bem dizer inúteis, tivesse aplicado uma parte dos seus avultados rendimentos à conclusão da referida estrada, poderíamos transportar-nos hoje em cerca de três horas a uma localidade que, pelas suas formosas paisagens e frescura e verdura dos seus campos, bem digna é da nossa admiração. (1921)

Num país como a Madeira, onde por toda a parte a natureza nos aparece em todo o seu esplendor, oferecendo aos olhos do visitante panoramas cuja descrição, como disse um escritor, «é superior á energia da palavra e ao vigor do pincel mais hábil», é bastante para lamentar que a viação se ache ainda atrasadíssima e que não possamos senão à custa de perigos e grandes sacrifícios, ver e admirar muitas das principais belezas naturais da nossa terra.

Ao comendador Manuel Gonçalves se deve a inauguração da primeira estátua que entre nós se erigiu. Ao subir-se a pequena escada que dá acesso ao jardim do Restaurante, depara-se com uma bela estátua em bronze, de João Gonçalves Zarco, representando o descobridor no momento em que, na caravela do seu comando, se aproximava desta então ignorada ilha. Este primoroso trabalho é devido ao cinzel do laureado artista Francisco Franco de Sousa. (1921)

Houve a feliz ideia de levantar-se neste paradisíaco local um grandioso monumento, em honra de Nossa Senhora da Paz, que consta de uma primorosa imagem em mármore, assentada em um plinto ladeado por artísticos baixos-relevos fundidos em bronze e alusivos à tradicional crença do aparecimento da Virgem Santíssima naquele mesmo local. Anexo ao monumento, ergue-se uma pequena e elegante ermida, em que frequentemente se celebra o santo sacrificio da missa e outros actos do culto. A erecção deste monumento deve-se ao acendrado zelo e aturados esforços do padre José Marques Jardim, que não se poupou aos maiores sacrifícios para que ele revestisse a imponência e o aspecto de grandeza que o caracterizam, indo até o estrangeiro angariar donativos para conseguir a realização desta obra. A inauguração solene que revestiu o maior aparato e a que acorreram milhares de pessoas vindas de todos os pontos da ilha, realizou-se sob a presidência do prelado diocesano a 14 de Agosto do ano de 1927.

Pelo interesse que oferece à notícia inserta neste artigo, vamos transcrever a acta do lançamento da primera pedra e que ficou arquivada na pedra angular do monumento.

«Ao primeiro dia do mês de novembro do ano de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil novecentos e vinte e três, no pontificado de Sua Santidade Pio XI e episcopado de Sua Excelência Reverendíssima Dom António Manuel Pereira Ribeiro, sendo Presidente da Nação Portuguesa S. Ex.a o sr. Manuel Teixeira Gomes, e Governador deste Distrito do Funchal o sr. Eduardo da Rocha Sarsfield, no sítio da Fonte da Telha, junto ao Terreiro da Luta, se procedeu à Fundação e Lançamento da primeira pedra para o Monumento a Nossa Senhora do Monte, Padroeira Maior da cidade do Funchal e Menor de toda a Diocese pela forma que segue;

Depois de celebrada missa pelas nove horas da manhã, na Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Montet no adro da mesma igreja se organizou um grandioso cortejo, constituído pela multidão dos fieis que, desejosos de glorificar a sua celeste Bemfeitora tinham accorrido de toda a Ilha que logo se alvoroça quando se trata de proclamar o valimento da Senhora do Monte.

Postos em marcha, em ordem, distribuídos pelas diferentes associações, civis e religiosas, grupos de crianças das escolas e catequeses, sustentando insígnias, pendões e estandartes, era maravilhoso vê-los, encosta acima entoando hinos e preces agradecidas pelos inumeráveis favores que, em tempos calamitosos, por intermédio da mesma Senhora, prontamente têm sido obtidos.

A Imagem milagrosa, levada no seu andor no meio de toda aquela multidão, fazia assim a sua ascensão triunfal ao lugar onde outrora regalara com doces e mimos celestes a pequenina Eva, irmãinha mais velha destas que hoje vêm recordar, neste mesmo sitio, scenas aqui passadas e, quem sabe, por elas, na sua inocência melhor compreendidas.

Os que contemplaram a chegada do Cortejo ao logar destinado para o monumento e assistiram á missa campal sempre acompanhada dos sons graves da musica, misturados com os cânticos de milhares de lábios, julga-ram-se fora da terra e naquelas alturas mais próximas do céu!

Não era nada! Era a gratidão represa ha mais de três séculos no coração estuante do Povo Madeirense e ainda mal sarado de males e horrores continuos, irrompendo célere do imo da alma.

A ultima guerra deixára-o exausto de lágrimas, fomes e sobressaltos cruéis. Tinha sido moido debaixo da mó sinistra do bombardeamento. Os seus filhos, na pessoa de bons sacerdotes, briosos officiais e prestantes soldados, partiram para a guerra. A aza negra da morte roçava-o de perto — Os seus olhos em esgare piedoso de supplica dirigiram-se para o alto e a Virgem do Monte acolheu a sua prece.

Com a paz foram também glorificadas as armas portuguesas.

Quem poderá opor uma barreira a esta vontade livre do povo por glorificar os seus heróis e deixar um padrão de vitalidade da sua raça que, se por vezes foi de medos, nunca foi de covardias! Nossa Senhora do Monte é a sua Padroeira. A alma do nosso povo é feita dum torrão da Pátria e dum sopro de Pé. Destruir esta é diluir Aquela. Por isso as festas da Religião, entre nós, são a apoteose da nossa Pátria e a glória dos nossos guerreiros.

O Monumento a Nossa Senhora do Monte, ao alto desta montanha será a consagração da sua fé religiosa, pela afirmação sincera do

amor da sua Pátria.

O Monumento a Nossa Senhora do Monte, como ser um voto para a Paz do Mundo, é acção de graças por todos os benefícios passados. Não está ainda traçado na pedra, nem se ergue ainda com toda a sua majestade comovente aos olhares dos que forem passando, mas existe vivo, cheio de esplendor na alma de todos os madeirenses que o concebem e para ele vão emprestar o esforço da sua vontade e a oferta da sua generosidade nunca excedida.

E assim na presença de Sua Excelência Reverendíssima, o Senhor Bispo do Funchal, Corporações Civis, Associações Católicas, Academia, Imprensa, Classes, Escolas e grande concurso de Povo sendo quatro horas da tarde se fez o lançamento da pedra fundamental, com a Bênção do Pontifical Romano, guardadas as cerimónias próprias como é de estilo nestes actos. Deu com o martelo as pancadas do rito, Sua Excelência Reverendíssima o sr. Bispo, ministrando a colher o exm.º sr. dr. Manuel Pestana Reis, a convite do pároco, representando a cidade, e servindo a trolho o exm.º sr. dr. Romano de Santa Clara Gomes, representando o Povo Madeirense.

E para constar, se passou em duplicado esta acta que, depois de assinada pelos presentes, foi guardada no original, em cofre de ferro, juntamente com jornais do dia e moedas da época debaixo da pedra fundamental e a copia entregue a Sua Excelência Reverendíssima o Sr. Bispo, para ser conservada no arquivo da Câmara Eclesiástica.

Fonte da Telha, na freguesia de Nossa Se-nhora do Monte, 1 de Novembro do âno de 1923».

Tesoura (Forficula auricularia). Insecto ortóptero que vive nos jardins, especialmente nos lugares húmidos. O nome por que é co-nhecido provém de dois pequenos apêndices semelhantes a uma pinça ou tesoura, que tem na parte inferior do corpo.

Tesouros. V. Selvagens.

Thompson (I. C). Visitou a Madeira na primavera de 1887. E.: Capeada of Madeira and the Canury IsJainds (Lwm. Joum. — Zoo-loffy, vol. XX).

Thomson (W.). V. Expedições Científicas, a página 410 do 1.º volume.

Thomson (Sir William). Este distinto homem de ciência inglês, a quem foi dado em 1892 o título de Lord Kelvin, esteve na Madeira em 1874, por ocasião desta ilha ser ligada ao Brasil e a Portugal por meio do telégrafo submarino, tendo casado aqui com Miss Francis Ana Blandy, filha do comerciante inglês Carlos Blandy. O casamento realizou-se no consulado britânico, no Funchal, a 24 de Junho de 1874, tendo W. Thomson nessa época 49 anos, e sendo já viúvo, e a esposa 36.

Tiarks (Dr.). Veio à Madeira em 1822, por ordem do governo inglês, a fim de verificar a diferença de longitude entre Greenwich e o Funchal. Trouxe na sua bagagem 14 cronómetros.

Tierno (João). Foi intendente de pecuária no Funchal e publicou em 1897, no Boletim da Direcção Geral de Agricultura, 6.º ano, n.º 11, um trabalho intitulado Relatório do Veterinário do Funchal, em que apresenta alguns dados meteorológicos, geológicos e botânicos, extraídos em grande parte das obras nacionais e estrangeiras que se ocupam da Madeira. Na distribuição das plantas por zonas, há nessa obra lapsos difíceis de explicar, chegando-se a apontar o folhadeiro como espécie característica dos altos cumes madeirenses, quando é certo que tal espécie não vai além dos vales do interior, sendo muito frequente na freguesia da Camacha. As observações meteorológicas que o sr. Tierno dá como realizadas nas casas de abrigo da Ser do Faial, Vale da Lapa e Paul da Serra, desde 1888 até 1890t não constam de registo algum, havendo-nos declarado os encarregados das mesmas casas não terem tido conhecimento delas, o que achamos extraordinário. (1921)

Tigarro. No Porto Santo dão este nome ao *Scotymus maculatum*, composta espinhosa que também vegeta na Madeira, nas proximidades do litoral.

Til (*Ocotea foetens*). Laurácea de 15-30 metros, com as folhas coriáceas, ovadas, lanceoladas ou oblongas, peludas nas axilas das nervuras da página inferior; flores pequenas, de ordinário hermafroditas, reunidas em partículas; baga cingida parcialmente por uma cúpula formada pela base acrescente do perianto. Encontra-se nas florestas do interior e do norte da Madeira, e produz madeira com cerne e borne bem delimitados, este branco, aquele negro. Recentemente cortada, esta madeira tem um cheiro forte e bastante desagradável, que só desaparece completamente passados anos. A madeira do til é de excelente qualidade e muito usada para móveis e diferentes outras obras. O «til branco» dos marceneiros, provém das árvores novas ou do alburno das árvores antigas.

Tintureira (*Carcharias glaucus*). Peixe da família Carcharuda que aparece nos nossos mares, onde é o genuíno representante

dos tubarões. Tem o dorso azulado, sendo por este motivo conhecido nalguns países pelo nome de tubarão azul. Os pescadores procuram sempre matá-lo logo que o avistam, pois é um dos mais temíveis animais dos nossos mares.

A sua carne, de inferior qualidade, raras vezes é aproveitada.

Tintureira (Rhamms latifoUa). Arvore indígena da família das Ramnáceas, perfeitamente extinta nas serras da Madeira. Encontra-se nalgumas quintas do Monte, e reconhece-se pelas suas folhas elípticas, acuminadas, subglabras, com as nervuras laterais paralelas e equidistantes, e pelas suas flores pequenas, amareladas, pedunculadas, axilares, É conhecida também pelo nome de ginjeira brava e produz madeira acastanhada ou avermelhada, dura e homogénea.

Títulos Nobiliárquicos. O título nobiliárquico mais antigo de que temos conhecimento, referente a pessoas deste arquipélago, é o que foi concedido a Simão Gonçalves da Câmara, 5.º capitão-donatário do Funchal, por alvará régio de 20 de Agosto de 1576 (volume I, página 180 e 198).

Não temos conhecimento da concessão de outro título nos séculos XVI, XVII e XVIII, havendo em 1812, por decreto de 17 de Dezembro, sido conferida a mercê de visconde de Torre Bela ao morgado Fernando José Correia Brandão Bettencourt de Noronha Henriques, que foi representante de Portugal em Hamburgo, Estocolmo, Berlim, Viena e Nápoles (V. Torre Bela).

O estadista e diplomata António Saldanha da Gama, que casou com D. Antónia Basília Herédia de Bettencourt, representante e herdeiro da casa vinculada dos Herédias desta ilha, foi agraciado com o título de conde do Porto Santo, por decreto de 26 de Outubro de 1823.

Carlos Stuart, súbdito britânico, que representou o seu país na corte de Lisboa, teve o título de conde de Machico, concedido por decreto de 22 de Novembro de 1826. (V. volume II, página 280).

O título de conde de Carvalhal foi concedido, por decreto de 13 de Setembro de 1835, a João Xavier de Carvalhal Esmeraldo Vasconcelos de Atouguia Bettencourt de Sá Machado, o mais opulento proprietário desta ilha e um dos mais abastados de todo o país (volume I, página 243 e seguintes).

O ilustre madeirense João Gualberto de Oliveira, estadista e parlamentar foi agraciado com a mercê de barão de Tojal, por decreto

de 4 de Abril de 1838, e de conde do mesmo título, por decreto de 17 de Setembro de 1844. (V. Tojal).

O dr. Daniel de Orneias e Vasconcelos, par do reino, recebeu a graça de barão de S. Pedro, por decreto de 12 de Agosto de 1845 (volume III, página 23).

Com o título de visconde de Santa Cruz, vila desta ilha, foi a 15 de Outubro de 1851 agraciado António Manuel de Noronha, antigo governador e capitão-general deste arquipélago (volume II, página 427).

Ao distinto madeirense António Aluísio Jervis de Atouguia (volume I, página 99) foi conferido o título de visconde de Atouguia, por decreto de 15 de Março de 1853.

Fortunado Joaquim Figueira foi agraciado com o título de barão da Conceição, por decreto de 11 de Setembro de 1855. Era sogro do visconde de Andaluz e do advogado dr. Nuno Ferreira Jardim, e avô do dr. Alberto Figueira Jarim.

Teve o título de visconde das Nogueiras, concedido por decreto de 16 de Janeiro de 1867, o madeirense Jacinto de Santana e Vasconcelos Moniz de Bettencourt, marido da viscondessa das Nogueiras (volume II, página 423) e pai do 2.º visconde das Nogueiras (volume II, página 420).

Por decreto de 25 de Fevereiro de 1871 foi contemplado com a mercê de visconde da Calçada o morgado e grande proprietário, Diogo de Orneias de França Carvalhal Frasão Figueiroa (volume I, página 179), que depois teve a graça de conde do mesmo título. O morgado e proprietário, Diogo Berenguer de França, teve o título de visconde de São João, por decreto de 3 de Março de 1871.

A Francisco Correia Herédia, pelo decreto de 4 de Maio de 1871, foi conferido o título de visconde da Ribeira Brava (V. este nome).

Foi concedido ao dr. João de Freitas da Silva o título de visconde de Monte Belo, por decreto de 24 de Março de 1880 (volume II, página 53).

João Bettencourt de Araújo Carvalhal Esmeraldo (volume III, página 199) foi agraciado com o título de visconde do Ribeiro Real, por decreto de 23 de Março de 1882, sendo depois elevado a conde do mesmo título.

O dr. António Evaristo de Orneias foi agraciado com a mercê de barão de Orneias, por decreto de 14 de Outubro de 1886 (volume III, página 20).

Dos titulares de cujas datas dos respectivos decretos que os agraciaram não temos conhecimento, faremos menção do conde de Canavial (volume I, página 221), visconde de Gonçalves de Freitas (volume II, página 92), visconde da Casa Branca (general Alexandre César Mimoso)! Visconde de Bianchi (Augusto César de Bianchi), visconde de Vale Paraíso (João António Bianchi), barão do Jardim do Mar (Tristão Vaz Teixeira de Bettencourt e Câmara), barão de Uzel (Luís Augusto Ribeiro de Mendonça) e barão da Nora (Frederico Teles de Meneses).

D. Álvaro da Costa de Sousa Macedo, governador e capitão-general deste arquipélago (volume II, página 276) teve o título de conde da Madeira, e Domingos António de Sousa Coutinho o de conde e marquês do Funchal (volume II, páginas 56). A mesma família pertence Agostinho de Sousa Coutinho, que teve também o título de marquês do Funchal e que por duas vezes exerceu o cargo de governador civil deste distrito (volume II, página 56).

Tojal (Conde de). João Gualberto de Oliveira, 1.º barão e 1.º conde de Tojal, nasceu nesta cidade a 12 de Julho de 1788 e era filho do distinto madeirense João Francisco de Oliveira (volume III, página 11) e de D. Maria Joaquina Farto de Oliveira.

Pertencente a uma antiga família de comerciantes, era ele próprio um importante negociante de vinhos no Funchal, quando foi eleito deputado pela Madeira para a sessão legislativa que funcionou de 1834 a 1836. Foi também senador eleito por este arquipélago nas legislaturas de 1838 a 1840 e de 1840 a 1842, e em 1843 tomou assento na câmara alta como par do reino efectivo.

Sobraçou a pasta da fazenda em 1837 a 1838, em 1841, de 1842 a 1846 e em 1847, e foi ministro dos negócios estrangeiros de 1849 a 1851. Também geriu interinamente as pastas da marinha, do reino e da justiça cumulativamente com a da fazenda.

João de Oliveira distingue-se notavelmente como parlamentar e estadista. Os discursos que proferiu no parlamento alcançaram-lhe os foros dum distinto orador político, revelando não só uma notável correcção de forma, mas sobretudo um aprofundado conhecimento dos assuntos que versava.

Foi como estadista e dirigindo os negócios da fazenda que mais se notabilizou, deixando o seu nome vinculado a importantes reformas, e ocupa por isso um lugar de destaque na história das finanças do nosso país. A remodelação que fez de muitos serviços

fazendários relativos à arrecadação e distribuição dos impostos, à organização dos orçamentos, aos contratos com os credores externos, etc, revelam as suas eminentes qualidades de financeiro e de homem de estado. Apesar disso, como acontece a todos os que militam na política partidária, foi atacada a sua administração financeira, principalmente pelo deputado conde de Podentes, que no parlamento e em dois opúsculos criticou abertamente todos os actos de João de Oliveira como ministro da fazenda. Também nos dois volumes da obra intitulada Hont&m, Hoje, e Amanhã, se consagram algumas páginas à sua acção como titular da pasta das finanças. O conde de Tojal publicou um folheto rebatendo as acusações que lhe foram feitas e também publicou num opúsculo alguns dos seus discursos proferidos no parlamento.

A 4 de Abril de 1838, foi agraciado com a mercê de barão de Tojal e a 17 de Setembro de 1844 com a de conde do mesmo título.

Tinha muitas condecorações nacionais e estrangeiras, e exerceu o cargo de inspector geral dos correios e postas do reino. Morreu em Lisboa, onde há muitos anos se tinha estabelecido como negociante! a 9 de Fevereiro de 1852.

A 27 de Março de 1884, foi concedido o título de visconde de Tojal a João Vicente de Oliveira, dizendo-se no respectivo decreto que esta graça era para «perpetuar na sua pessoa a memoria dos bons serviços prestados ao país por seu falecido primo o conde de Tojal, do qual é o único varão representado».

Tolentino da Costa (Dr. Fernando). Nasceu no Porto do Moniz a 10 de Fevereiro de 1873 e cursou o liceu e a Escola Médico-Cirúrgica do Funchal, tendo concluído o curso médico em 1897. Foi facultativo em S. Tomé e na Trafariat e médico dos vapores portugueses de J. M. Andressen, do Porto. Fez parte da comissão administrativa da Câmara Municipal do Funchal durante o governo do conselheiro João Franco e foi mais tarde, depois da República, presidente da mesma Câmara, sendo por iniciativa sua que se fez a demolição do edificio da cadeia do largo da Sé, reclamada durante mais de meio século pela imprensa e pelo público funchalense. Tem sido presidente da comissão executiva da Junta Geral do Distrito e fez parte da antiga Junta Agrícola, sendo devido a uma proposta sua que esta última corporação fez publicar a Flora do Archipelago da Madeira, em 1914 (1921).

Tomás (Manuel). Segundo se vê na Nobiliarchia Portuguesa, volume 2.º, página 212 nasceu Manuel Tomás em Guimarães no ano de 1585, sendo filho do médico Luís Gomes de Medeiros e de D. Gracia Vaz Barbosa.

São-nos inteiramente desconhecidas as circunstâncias particulares da sua vida até que se estabeleceu na Madeira e os motivos que

o levaram a deixar o Continente do Reino para fixar residência definitiva nesta cidade, onde permaneceu até à morte.

O ilustre anotador das Saudades da Terra inclina-se a supor com bons fundamentos que Manuel Tomás fosse capitular ou mesmo dignatário da Sé do Funchal, pela referência que o licenciado Bartolomeu do Vale Cabreira lhe fez na censura do poema A Insulana, dizendo que «pelo decurso de muitos annos adquiriu o beneesse de que tambem cotado estaa».

Também temos razões para acreditar na opinião do dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo, julgando que o autor da Insulana e do Phenix da Lusitânia era cónego da cathedral do Funchal.

Pouco sabemos da vida deste apreciado poeta e considerado escritor, dizendo Inocêncio Francisco da Silva, seguindo a Bibliotheca Lusitana, «que morreu assassinado por um filho dum ferrador aos 10 de Abril de 1665, quando contava 80 annos de idade, sem que todavia se nos patenteie o motivo que houve da parte do assassino para praticar tal atrocidade».

Diz o dr. Azevedo que Manuel Tomás «tendo-se envolvido nas dissensões de que ao diante proveiu a sedição ecclesiastica de 18 de setembro de 1668, foi por isso assassinado em 10 de Abril de 1665 por um filho d'um ferrador».

Não sabemos em que razões se fundou o ilustre professor para fazer tal afirmativa, nem como se matou um homem, e de mais octogenário, por causa de acontecimentos que se deram três annos e meio depois do seu assassinato, pois Manuel Tomás succumbiu a 10 de Abril de 1665 e a sedição rebentou a 18 de Setembro de 1668, segundo afirma o mesmo dr. Álvaro de Azevedo, e como pode também ver-se no artigo «A deposição d'um governador», publicado há annos no Diário do Commercio.

Bom é notar, o que para o caso presente tem a maior importância, que a sedição foi movida contra o governador D. Francisco de Mascarenhas, por supostos ou verdadeiros agravos dele recebidos, e que este governador e capitão-general da Madeira tomou posse do seu governo em 28 de Novembro de 1665, isto é, sete meses depois do assassinato de Manuel Tomás.

Parece-nos, pois, muito difícil filiar na sedição de 1668 a morte do ilustre poeta, a não ser que subsídios históricos ainda não conhecidos venham modificar esta nossa opinião.

E bem conhecido, ao menos de nome, o poema épico que ligou Manuel Tomás à história madeirense e o tornou extremamente

simpático aos filhos deste arquipélago, narrando, embora com as ficções e hipérbolos da poesia e ainda mais da poesia do tempo, o descobrimento da Madeira, que atribui primitivamente a Machim, o seu progressivo desenvolvimento, as diversas fases da sua história e muito particularmente os feitos e acções que ilustraram muitos madeirenses. Sendo um poema, em que o autor deu largas à fantasia, não deixa ainda assim de encerrar algumas indicações apreciáveis e não despididas para a história da Madeira.

A obra, que foi publicada em Flandres em 1635, teve grande voga e durante um longo período de tempo constituiu leitura predilecta de todos os madeirenses ilustrados, sendo muito frequentes as citações e referências que a ela se fazem em diversos manuscritos, memórias, nobiliários e vários outros escritos que tratam de coisas madeirenses.

Quanto aos méritos literários de Manuel Tomás e ao valor do seu poema *Insulana*, ouçamos a opinião autorizada de Inocêncio Francisco da Silva, que não costuma ser pródigo em elogios:

«Foi Manuel Thomaz um poeta da escola gongorista, de cujos preceitos se mostrou sempre afervorado discípulo. Posto que o seu estylo seja, como convinha a essa escola, túrgido e emphatico, e que abunde em ideias hyperbolicas, em ampliações e conceitos, etc, nem por isso deixa elle de posuir seu mérito real, como homem dotado de engenho fecundo e de viva imaginação. A maior parte dos defeitos que se lhe notam, não são seus, mas do século em que viveu, e das ruins doutrinas em que foi educado. O erudito Francisco José Freire na sua *Arte Poética*, cita com louvor e por mais de uma vez, a *Insulana* como uma das nossas epopeias mais notáveis; e, em verdade, parece ser esta a mais valiosa composição de Manuel Thomaz; o seu maior peccado é talvez a sua nimia extensão, porque bem poderia reduzir-se a cinco ou seis cantos, com o que ficaria de certo mais regular».

Manuel Tomás também escreveu o poema o *Phenix da Lusitânia*, que trata da libertação de Portugal do jugo castelhano, além doutros escritos que vêm enumerados no *Diccionario Bibliographico Portuguez*.

De assunto semelhante à *Insulana*, é o poema *Zargueida*, publicado em 1806 e escrito pelo poeta madeirense Francisco de Paula Medina, de quem já nos ocupámos.

Tomateiro (*Solanum Lycopersicum*). Solanácea muito cultivada na Madeira e Porto Santo por causa dos seus frutos duma acidez agradável, muito empregado nas cozi-nhas. O tomateiro é originário da América e produz bagas deprimidas e sulcadas, giobo-sas ou obovadas.

Tomateiro Arbóreo (*Solanum insigne*). Pequena árvore ou arbusto com folhas oblongo-ovadas ou ovadas, cordiformes na base, flores avermelho-esbranquiçadas, e bagas grandes, ovoideas ou elípticas alaranjadas. Estas bagas são comestíveis e podem substituir os tomates em certos usos culinários.

Tomateiro do Diabo (*Solanum sodomcáBum*). Solanacea arbustiva espinhosa, naturalizada no Caniço e nalguns pontos do Funchal, Tem flores violáceas e bagas globosas, amarelas.

Tomateiro Inglês (*Phyaalis peruviana*). Solanacea com folhas cordiformes e bagas globosas, inclusas nos cálices, perfeitamente naturalizada na Madeira. Estas bagas são comestíveis, e prepara-se com elas um doce muito saboroso.

Toninha. Nome dado na Madeira aos indivíduos novos de duas espécies de cetáceos: *Phooaena communis* e *Delphinus delphis*.

Tormentina (*Torpedo hebetans*). Peixe da família Torpedinida que aparece algumas vezes nos mares da Madeira.

Tornado (Vapor). Foi aprisionado nas águas madeirenses, pela fragata espanhola Gerona, a 22 de Agosto de 1866, sendo conduzido em seguida para Cádiz.

Tôrre. Sítio da freguesia de Câmara de Lobos. Encontra-se ali a capela de Nossa Senhora da Boa Hora, fundada pelo morgado António Correia Bettencourt Berenguer, que era pertença da casa dos condes de Torre Bela, que deste sítio tomaram o título do seu condado. João Afonso Correia, um dos companheiros de Zargo, teve muitas terras de sesmaria em Câmara de Lobos, compreendendo o sítio da Torre e outros, sendo considerado o tronco daquela distinta e antiga família maderiense.

Tôrre Bela (Visconde de). Foi Fernando José Correia Brandão Bettencourt de Noronha Henriques, o 1.º visconde de Torre Bela, que era filho do morgado António João Correia Brandão Bettencourt Noronha Henriques e de D. Ana Rosa de Vilhena. Nasceu nesta ilha a 21 de Fevereiro de 1768 e faleceu na cidade de Nápoles a 31 de Outubro de 1821. Seguiu a carreira diplomática e foi enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do nosso país em Hamburgo, Estocolmo, Berlim, Viena e Nápoles. Era coronel do regimento da Calheta, conselheiro de D. João VI e comendador da Torre e Espada. Procedia de nobre ascendência e representava a antiga casa fundada por João Afonso, companheiro de Zargo que nesta ilha teve muitas terras de sesmaria e aqui exerceu o cargo de almoxarife do infante D. Henrique. Diz Sanches de Baena que o visconde de Torre Bela era 5.º neto de António Correia Bettencourt e de sua mulher D. Joana Henriques, que foram senhores das Alcáçovas e procediam de el-rei D. Henrique 2.º"

de Castela.

Do 1.º visconde de Torre Bela e de sua mulher D. Emília Henriqueta Pinto de Sousa, filha dos viscondes de Balsemão, nasceu em 1794 João Correia Brandão de Bettencourt Henriques de Noronha, que foi o segundo visconde de Torre Bela, ajudante de campo de D. Miguel e que morreu no ano de 1875.

Casou este com D. Isabel Joaquina Correia de Atouguia e Vasconcelos, de cujo consórcio nasceu em Berlim, no ano de 1839, D. Filomena Gabriela Correia Brandão Henriques de Noronha, que se consorciou com Ruasel Meneres Gordon, sendo estes os terceiros viscondes e primeiros condes de Torre Bela. É! a condessa de Torre Bela a actual representante desta família. (1921)

Destes terceiros viscondes de Torre Bela, foi filho Diogo Murray Kenmure Correia, que serviu como adido na legação portuguesa em Berlim e que teve o título de 4.º visconde e de 2.º conde de Torre Bela. Morreu há poucos anos na Alemanha. (1921)

O título de primeiro visconde de Torre Bela foi concedido por decreto de 17 de Dezembro de 1812.

Torre do Tombo. Vid. Madeira na Torre do Tombo (A) (11-307).

Torreão. Ê assim chamado o pequeno largo e a ponte que com ele comunica, não sendo um nome conhecido na toponímica madeirense.

No local em que agora se encontra a Ponte do Torreão, ou, porventura, na sua mais próxima vizinhança, existia uma ponte de madeira a entestar com o Caminho da Torrinha e por ela transitavam os numerosos romeiros que se dirigiam à capela, e desde 1565, igreja paroquial de Nossa Senhora do Monte.

O actual Caminho do Monte somente foi aberto ao público, com o trajecto que agora conserva, nos princípios do século XDC.

Diogo Forjaz Coutinho, que foi um dos mais ilustres governadores da Madeira, mandou ali construir uma nova e sólida ponte de alvenaria em arco, havendo-se colocado em um dos resguardos do respectivo tabuleiro uma curiosa e pitoresca inscrição lapidar, que se conserva no átrio do Museu Municipal e que vamos textualmente transcrever:

Pára, passageiro, pára.
Quando vás subir ao Monte

E admira de caminho
O bem feito desta ponte
Pello grande Forjas Coutinho
Em o anno de 1787.

Foi posteriormente alargado, como o estava exigindo o actual movimento de transeuntes e transporte de carga nesse local.

Nas suas imediações, fica a conhecida Fábrica do Torreão, o mais importante estabelecimento fabril existente entre nós e que tem sido sempre um grande elemento de prosperidade para a nossa indústria agrícola, a reflectir-se notavelmente em todos os aspectos da vida madeirense.

Vid. os artigos Açúcar, Álcool, Aguardente, Cana Sacarina, Hinton e Indústria Sacarina.

Torrend (Padre Camilo). Distinto micólogo francês, muito conhecido pelos seus estudos sobre os fungos de Portugal e da Madeira. É membro da Companhia de Jesus e tem exercido o professorado em Lisboa, na Bélgica e no Brasil. Escreveu três contribuições para o estudo dos cogumelos madeirenses, publicadas nos volumes VIII, X e XI da Broteria (1909-1913).

Torres. Este apelido de família procede de António de Sousa Torres que em 1682 desempenhava no Funchal o cargo de cônsul espanhol.

Torres (Pico das). O pico das Torres, constituído por diferentes montes rochosos e aprumados, o mais alto dos quais é o pico do Gato, fica a curta distância do Pico Ruivo embora separado dele por uma profunda ravina. Para lá chegar, toma-se o lombo do Furão e a ribeira do Gato, sendo, porém, a vereda péssima e passando às vezes na beira de medonhos precipícios.

O pico do Gato, o mais elevado da Madeira depois do Pico Ruivo, e que se diz ter cerca de 1.830 metros de alto, pode-se dizer que só é conhecido dos pastores, pois que é muito difícil de trepar por causa das suas vertentes aprumadas, onde não há sombras de veredas. Ouvimos a alguns homens do Curral que nos acompanharam até o pico Ruivo e ao sopé do pico das Torres, que, no alto do pico do Gato, esteve uma senhora inglesa, que, para lá chegar, teve de ser amarrada, sendo puxada por meio de cordas nos lugares mais escarpados, pelos guias madeirenses que levava em sua companhia. Lê-se num guia da Madeira, escrito em alemão, que, em

1905, foi o pico do Gato visitado por dois indivíduos de origem russa, parentes do autor do mesmo guia, mas não temos conhecimento de nenhuma exploração feita naquele ponto elevado da ilha, por homens de ciência nacionais ou estrangeiros.

Torrinhas (Boca das). Estabelece a passagem entre a serra da Boa Ventura e o alto do Lombo Grande no Curral das Freiras. Os montes vizinhos acham-se cobertos ainda de uma pujante vegetação, vendo-se também do lado da Boa Ventura belas matas de loureiros, assim como numerosos exemplares do *Isoplexis sceptrum*, um dos mais lindos arbustos da Madeira. (1921)

Nas rochas que ladeiam a Boca das Torrinhãs cresce em abundância o *Sedum farinosum*, pequena crassulacea indígena que se não encontra na região baixa da ilha.

As Torrinhãs estão a 1.454 metros acima do nível do mar, e a 5 horas de viagem da Boa Ventura e 3 do Curral das Freiras.

Toutinegra (*Sylvia atricapilla*). Ave da família turdida, vulgar na Madeira e que, por causa da beleza do seu canto, é muitas vezes criada em gaiolas.

A cor preta que normalmente cobre a cabeça do macho desce por vezes abaixo da nuca, recebendo a denominação de toutinegras de capelo os indivíduos que apresentam este carácter, considerado pelos modernos ornitólogos como um caso de melanismo.

Outrora considerava-se a toutinegra de capelo como uma espécie distinta (*Carruca Heinekeni*).

A toutinegra constrói sobre as árvores um ninho de raízes entrelaçadas, no qual depõe até cinco ovos, cuja cor é variável tanto no fundo como na ornamentação.

Toutinegra do Deserto (*Sylvia deserti*). Pequena ave de passagem no arquipélago da Madeira e que habita nos oásis do Saará. Pertence, como a toutinegra indígena, à família Turdida.

Trabalho Português. Em algumas dezenas de artigos dispersos nesta obra e em especial os que se encontram a página 139 e 303 e seguintes do volume II e ali mencionados, ocupamo-nos com certa largueza das indústrias deste arquipélago, aos quais conviria

dar uma mais próxima e lógica coordenação mas que imperiosas circunstâncias não permitiram fazê-lo como seria para desejar.

Podendo prestar qualquer esclarecimento a esses assuntos, não queremos deixar de mencionar o opúsculo do escritor e economista Peres Trancoso O Trabalho Português, I, Madeira, publicado em 1929 acerca das fontes da riqueza económica e do desenvolvimento industrial e comercial deste arquipélago, embora possamos discordar de várias afirmações expostas no citado trabalho.

Desejamos particularmente referir-nos a algumas das conclusões apresentadas pelo autor, ignorando-se os dados estatísticos que forneceram esses elementos de informação e que deveriam ficar ali arquivados ou ao menos citar-se a sua autorizada e segura procedência.

São curiosas as notas subordinadas ao título Riqueza, que vamos textualmente transcrever:

VALOR DA PRODUÇÃO GERAL

Cana	10.000 contos
Vinhos (mosto)	17.000 >
Manteiga	18.000 »
Produtos agrícolas (le-	
gumes, cereais) . . .	10.000 »
Vagem	1.000 »
Vimes	1.800 »
Bananas	3.500 »
Diversas (fruta, queijo,	
madeira, etc.)	2.000 >
	63.300 >

ou 630.300 £ ou aproximadamente 3 £ por habitante.

RIQUEZA INDUSTRIAL

Estabelecimentos industriais	1.010
------------------------------	-------

Operários incluindo marítimos	7.978	
Salário total deste operariado	24.000 contos	
Valor aproximado da indústria (edifícios, maquinaria, terrenos, ferramentas)		288.000

»

RIQUEZA URBANA

Valor de edificios de moradia, comércio, etc, em toda a ilha 500.000 contos
(aproximado)

RIQUEZA DA TERRA

(Propriedade Rústica)

Propriedade rústica

(quintas, hortas, ter-

ras de sementeira, po-

mares, etc. (Valor ab-

soluta) 411.600 contos

Matas (10.000 hectares)

valor médio 50.000 >

461.600

RESUMO DO VALOR DA RIQUEZA

288.000 contos 461.600 » 500.000 >

Indústria fabril ..

Propriedade rústica

» urbana

Gados 70.000

Várias (estradas, pontes, levadas, obras do porto, etc.) 25.000
1.344.600

Tendo a Madeira proximamente 200.000 habitantes, a riqueza individual é de 6.670 escudos, ou 67 libras em números redondos, que sendo um valor baixo relativamente à riqueza produtiva da ilha e suas possibilidades, só vem demonstrar que as leis restritivas do rendimento e os excessivos impostos, assim como as leis que taxam os produtos de exportação, etc, empobrecem o meio, e desequilibram a economia natural. No entretanto, não é de desanimar a conclusão numérica, pois que o futuro se antolha risonho à formosa ilha da Madeira, até que um dia ocupe aquele lugar que lhe pertence na economia geral da Nação.

Trabalho e União. Publicava-se semanalmente e intitulava-se órgão da união dos Sindicatos do Funchal e dos trabalhadores em geral. Deu o primeiro número a 31 de Agosto de 1906.

Trabalhos Forçados. A pena de trabalhos forçados nas obras do Estado era aplicada em certos casos aos criminosos que compareciam perante os tribunais do Funchal. Os forçados tinham correntes de ferro presas às pernas por uma argola, sendo as mesmas corrente mandadas fazer pela Câmara Municipal, segundo se depreende duma deliberação tomada em sessão de 9 de Novembro de 1824.

Traças. Algumas espécies do género Tinnea (Lepidóptero) e o Demvetes vulpinus (Co-leóptero) atacam os estofos e os tecidos de lã, ao passo que nos livros é a larva branca de um Anobium (Coleóptero) que causa grandes devastações. Um lepisma (Ortóptero), de corpo alongado e cor prateada, causa também prejuizos nos livros e nos papéis. Para afugentar as traças dos móveis em que se guardam roupas, empregam os madeirenses as pimentas, os cálices e opérculos do eucalipto, a cânfora e a naftalina.

Tracoma. Assim se denominam umas gra-nulações esbranquiçadas que aparecem às vezes na conjuntiva. Estas granulações, diz-nos o dr. Alfredo Ernesto Rodrigues especialista em moléstias de olhos, aparecem com mui-ta frequência em indivíduos do Paul do Mar. O conceituado clínico funchalense, o dr. Fortunato Pita, escreveu na Medicina contemporânea (Ano XLI, n.º de 21 de Janeiro de 1923) um interessante artigo intitulado O Tratamento da conjuntivite trachomatosa pela heliotherapia, em que se lê o

seguinte: «O sol aplica-se de manhan, podendo ser todos os dias ou não, conforme as circunstâncias, sendo o tempo da exposição de 1 a 2 minutos, pouco mais ou menos (1921).

Tragédia na Madeira (Uma). por Albino de Meneses, Baptista Santos, Abel Rocha de Gouveia e Domingos dos Reis Costa, 1910, 189 páginas.

Traje Regional. Para maior esclarecimento do assunto versado no artigo Indumentária (II-136)l transcrevemos do Diário da Madeira (Março de 1938) os seguintes interessantes trechos:

«Dos estudos folclóricos feitos sôbre a indumentária privativa de diferentes regiões, unificou-se, dum modo decisivo, que as vestes, pelo seu cortet disposição e colorido, corres-pondem sempre ao modo de vida dos habi-tantes e, sobretudo, à natureza do ambiente que o cerca, pelo seu clima, orografia e tona-lidades da paisagem. Onde esta é ricamente florida, manchada de cores várias e intensas, o traje — especialmente o das mulheres — é por igual colorido, harmonizando-se e inte-grando-se a figura no quadro em que vive e em que trabalha.

O madeirense que visita o Minho acha-lhe logo uma paisagem que lembra logo a da Ma-deira. E no vestuário da minhota, reconhecerá no listado vivo e polícromo da saia uma grande analogia com o traje das nossas próprias camponesas. O Porto Santo, luminoso embora, mas sem côr, não deu ao traje da mulher — nem por imitação — a vivacidade e os tons que fizeram aos olhos de nacionais e forasteiros, o encanto das vestes campesinas desta «Flor do Atlântico».

Na terra dos Perestrêlos, a indumentária é neutra como o tom dos seus campos e montanhas.

De facto, tudo se resume numa fórmula de harmonia imposta não por uma regra de arte, mas apenas, — um pouco, como no mimetismo — por condições instintivas de todo o ponto inconscientes.

Dentro da policromia das vestes da camponia madeirense há modificações de local para local ou, pelo menos, de concelho para concelho.

Aqui, as saias listadas e, noutro ponto, as saias todas vermelhas; as mesmas capas e corpetes, sofrem variações de côr; e, até, as primeiras diferem de tom nos debruns dos bicos, junto à gola, e no modo de as lançar ou de as compor sobre os ombros.

Conviria estudar-se tudo nas próprias localidades, com o informe das pessoas mais antigas, as melhores detentoras da usança tradicional.

Nas freguesias ou nas sedes dos concelhos, conforme fosse entendido, a Delegação de Turismo promoveria a confecção de bonecos vestidos pelas «alfaiatas» locais, segundo o modelo assente, com fiscalização confiada a uma comissão de competentes em que o senso regionalista se ligasse a este género folclórico. Formá-la-iam madeirenses com amor pelo assunto e de reconhecido bom gosto.

Essas pequenas figuras, classificadas por locais, concelhos ou freguesia, — representando, é claro, camponeses dos dois sexos — constituiriam, em lugar adequado, exposição permanente, por certo, muito interessante para nacionais e estrangeiros. Interessante no pitoresco, pelo valor folclórico e pela fixação dos trajes das várias localidades, o que ainda está por fazer dum modo definitivo.

Inclinamo-nos a crer que o estudo dos nossos trajes e a sua fixação em modelos — digamos — oficialmente expostos, só trariam vantagens para todos que se interessam pelo folclore da Madeira no que toca a vestuário. Se juntássemos às figuras rigorosamente vestidas, objectos de uso doméstico, alfaias agrícolas ou outras, ligadas às regiões a que as vestes se referem ainda a exposição ficaria mais completa e, por isso, de maior utilidade.

Há aqui amadores de reconhecido talento, com provas na modelação do barro, que, encarregados da factura dos rostos dos camponios e campónias, lhes dariam tom local e toda a força expressiva particular à nossa gente.

Modeladas as cabeças e dadas as proporções do corpo sobre um esqueleto de madeira, esquematicamente feito, o resto era com a «alfaiata», repetimos, depois de bem estudada a composição da figura.

Insistimos em que esta seja vestida, não na cidade que tudo estraga com as suas fantasias e estilizações impróprias, mas nos campos onde se conhecem tecidos, maneira de os cortar e adornar e, até mesmo os modos de os costurar com rigor.

A par, deveria cuidar-se, com carinhoso empenho, da tecelagem doméstica, não deixando perder-se as receitas regionais da nossa tinturaria especialmente as das lãs, receitas que se baseiam em colorações vegetais.

Nas Festas do Fim do Ano, esses pequenos manequins viriam dar o modelo aos grupos de cada terra que acudissem ao Funchal para figurar em cortejos ou noutros números de programa, promovendo-se, entre eles, concursos só destinados a estimular-lhes o

amor por seus trajes e costumes, premiando-se-lhes a galhardia, o ritmado das danças, e, muito principalmente o rigor do vestuário, tudo orientado sempre por espírito tradicional».

Trapiche. Sítio da freguesia de Santo António do Funchal. Nele ficava a quinta do mesmo nome do sítio com uma excelente casa de campo e capela anexa, dedicada a Santana e São João e edificada no ano de 1814, sendo essa residência de construção mais antiga. Foi nesta quinta que, no ano de 1923, os beneméritos Irmãos de São João de Deus estabeleceram um hospital de alienados, com o nome de Casa de Saúde do Trapiche, de que já demos notícia em outro lugar desta obra. *Vid. Manicómios.*

Transporte. (Meios de). Nos artigos Carros do Monte, Corsa, Palanquim e Rede, dei-xámos algumas informações acerca dos meios de condução e de transporte usados nesta ilha, a que queremos acrescentar mais alguns elementos, extraídos do opúsculo Duas Palavras sobre a viação na Ilha da Madeira, da autoria de Joaquim Maria Fragoso, antigo director das Obras Públicas da Junta Geral, que, embora referidos ao ano de 1905, oferecem ainda particular interesse ao nosso assunto:

«Nas ruas da cidade do Funchal, e nos caminhos que, como estas, são calcetados, o modo de condução mais usual é o carro puchado a bois. Estes carros compõem-se de uma caixa de vimes ou madeira, com uma armação de ferro que sustenta um toldo ou tecto d'onde pendem cortinas, e é assente em molas fixas numa espécie de trenó de madeira. Não tem rodas, nem jogo de dianteiro, « é puchado por bóia, que ali são de qualidade pequenos, mas de uma velocidade notável.

Adeante d'estes bois vae um rapaz, a que chamam candeeiro, pegando no sogo; e ao lado do carro um homem que pica os bois, e guia o carro, lançando-lhe a mão, e puchando-o para um ou outro lado. Para o transporte de cargas usam as corsas ou cor soes (corsas grandes), que se compõem de dois madeiros paralelos e unidos entre si, com o comprimento de 1,6 m. a 3,0 m., e largura de 0,50 m..

Para facilitar o attrito e escorregamento dos carros e corsas um pano cheio de sebo, que lançam no chão, adeante do carro, e sobre o qual este passa, deixando ensebada a superfície de arrasto do trenó e as calçadas das ruas, apesar de uma postura municipal prohibir o uso do sebo. Assim, quando uma chuva miúda humedece as calçadas, é difficilimo o caminhar por ellas sem escorregar* Talvez por este ensebamento das calçadas, e pela natureza da pedra, e declive das ruas, na cidade do Funchal não ha poeira, o que é mais uma condição hygienica a juntar a tan- tas que aquelle amenissimo clima offerece aos "doentes" que ali vã restabelecer a saúde.

No resto da Ilha, usa-se geralmente a rede, suspensa de uma vara, que assenta nos hombros de dois homens. Esta maneira de viajar é muito despendiosa, já pelo jornal dos homens (três ou quatro que se revezam para transportar uma pessoa), já porque é necessário dar-lhe frequentemente de beber. Não se passam 3 kilometros que elles não parem nas tabernas, sempre em abundância por toda a Ilha, para beberem a poncha (mistura de aguardente, agua, assucar e casca de limão); e não se pode regatear gorgetas a quem dispõe da nossa vida. Se um dia viajardes em rede na Ilha da Madeira, recommendo-vos o maior cuidado na escolha d'estes homens, que muitas vezes têm o vicio da embriaguez, e que são, por isso, um verdadeiro perigo a acerescentar a tantos outros, que offerecem estas estradas reaes.

-Também se viaja a cavallo, em garranos ou ponneys acostumados a estes caminhos; e até, no Funchal, ha cavallos magnificos para alugar, o que admira, pois que, em geral cá pelo continente os cavallos de aluguer são as alimárias mais ronceiras.

No Funchal ha já alguns carros de rodas (char-à-banes) mas poucas são as ruas por onde estes vehiculos podem transitar; e apenas fazer carreiras para Câmara de Lobos, pela estrada monumental em que já vos fallei.

Superior á cidade do Funchal, e a uma altitude de 595 metros, está situada a Igreja de Nossa Senhora do Monte. Ha em volta d'ella parques formosíssimos, já pela sua vegetação, abundância de aguas e amena temperatura no verão, já pelo lindíssimo panorama que dalli se desfrueta. fi! a Cintra da

Madeira, com lindos chalets e magnificos ho-téis, que oferecem aos visitantes todas as com-modidades do luxo moderno. Ir à Madeira, e não ir ao Monte, é, como diz o adagio, ir a Roma e não ver o Papa.

Entre o Funchal e o Monte ha um caminho de ferro, por onde uma locomotiva a vapor (com cremalheira) faz aquella ascensão em dez minutos, n'uma rampa que chega a 25 por cento de inclinação. E já que vos eetou fallando nos modos de condução da Madeira, não deixarei de mencionar os chamados — corroa do Monte ou cestos — que a maior parte dos visitantes aproveitam na descida. Consistem estes n'um taboleiro de vimes, assentes em dois paus ou réguas, untadas com sebo, tendo um assento ou canapé com costas, também de vimes, onde cabem duas ou três pessoas. Na frente e de cada lado, estão presas duas cordast em que pegam dois homens, que caminham atraz, e aos lados do carro e com estas cordas o sustêem e guiam. Estes carros são impellidos pela ladeira

abaixo por estes dois homens, que, para isso, põem um dos pé» sobre o carro, fazendo com o outro pressão na calçada do caminho. Estão tão práticos neste serviço, em que a gravidade é aproveitada como força motora, que guiam o carro com perícia, e o param todas as vezes que é necessário. E assim descemos do Monte péla estrada real n.º 24, em cinco minutos, n'um percurso de 4 kilometros, realizando uma velocidade de 48 kilometros por hora!

Como vedes, alguns d'estes meios de conducção são tão originaes, que constituem um verdadeiro attractivo, que, conjunctamente com o clima admirável d'esta ilha, esplendidos panoramas que ella possui, e curiosidades que interessam às sciencias naturaes, muito e muito concorrem para chamar ali a frequêcia de estrangeiros de importância social e de fortuna. Façam-lhe, se possível, uma viação completa, e nas condições normaes, atravessem-na com caminhos de ferro, passem-na em coupés e victorias, e desaparecendo de todo os originaes, meios de conducção que ella hoje possui, a Ilha da Madera perderá muito da sua originalidade». (1921).

Relaciona-se estreitamente com o objecto deste artigo o que deixamos dito a páginas 417 do volume I, sob o título de Estradas.

Traquites. V. Dendrites (volume 1-335) e Geologia (volume 11-82).

Traste. É o muro de terra ou de pedra e cal que ladeia as levadas e que também é conhecido hoje na Madeira pela designação de mainel. Na carta do rei D. João, de 8 de Maio de 1493, alude-se a «terradas & trastes das levadas», por onde se vê que o termo traste, com a significação de mamei, era usado outrora em Portugal, onde parece estar actualmente esquecido.

Tratamento de distinção. Tendo-se generalizado extraordinariamente certos tratamentos de distinção usados na sociedade, mal se pode formar uma ideia de quanto se escrupulizava, em antigos tempos, o emprego dos mesmos tratamentos. Era quase uma ciência conhecer a maneira como nos devíamos dirigir às pessoas, tendo o emprego dos tratamentos variado bastante com o decorrer dos tempos, em virtude de circunstâncias que impossível se torna determinar.

A Madeira seguiu os exemplos da metrópole no emprego das distinções concedidas às pessoas, e, por isso, desde os fins do século XVI até o princípios do século XVIII se dava o tratamento de senhoria ao governador e capitão-general, e ao bispo da diocese, tendo todos os demais cidadãos o tratamento de mercê, com o qual provavelmente se davam por muito honrados.

Os bispos tiveram por muito tempo o tratamento de mercê, que nos primeiros séculos da monarquia só era concedido aos reis, mas

durante o domínio castelhano já se lhes dava na Madeira o tratamento de senhoria ilustríssima, como se vê de diplomas registados em livros dessa época.

Foi a lei de 31 de Janeiro de 1739, registada a folhas 50 do Livro 9.º do Arquivo da Câmara Municipal do Funchal, que determinou que os grandes eclesiásticos tivessem o tratamento de excelência, o qual deveria ser concedido também aos governadores com a patente de capitães-generais, mas somente enquanto se achassem nos distritos dos seus governos, não tendo nenhuma outra autoridade local sido contemplada no mesmo diploma com altos tratamentos de distinção, o que equivale a dizer que o corregedor, o juiz de fora, o juiz da alfândega e outros funcionários superiores da Madeira continuaram, como até ali, a receber apenas o tratamento de mercê.

Ao Conde de Castelo-Melhor e Marquês de Valença, este alcaide-mor de Machico e aquele do Funchal, dava-se nos fins do século XVIII o tratamento de excelência, por serem ambos grandes, do reino, ao passo que aos viscondes, barões e moços fidalgos só pertencia o tratamento de senhoria. Posteriormente, dava-se ainda este último tratamento aos cônegos da Sé do Funchal, em virtude do alvará-régio de 15 de Novembro de 1817, e aos coronéis comandantes de tropas, tendo o tratamento de mercê todos os demais oficiais à excepção de marechais, tenente-generais e equiparados, a quem competia o tratamento de excelência.

Os governadores e capitães-generais D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho e D. José Manuel da Câmara costumavam dar à Câmara Municipal do Funchal o tratamento de senhoria, o que era contra a lei e praxes estabelecidas, tendo esta última autoridade sido repreendida por tal motivo pelo governo da metrópole, observando-se-lhe que àquela corporação só competia o tratamento de mercê. Só de 1834 em diante é que se estabeleceu o uso, ainda assim não autorizado por lei, do chefe do distrito dar às Câmaras Municipais e a todas as autoridades e directores de repartição o tratamento de senhoria.

Segundo a legislação que vigorou até a implantação da República, era aos governadores e capitães-generais e não aos governadores-civis, que pertencia o tratamento de excelência; no entanto todos consideravam um dever dar esse tratamento ao representante do poder central neste distrito, e só o governo lho negava algumas vezes nos primeiros tempos constitucionais. Um juiz do Tribunal Administrativo deu em certa ocasião ao governador... civil do Funchal o tratamento de senhoria assim ler sido tratada por esta autoridade, mas o governo, consultado sobre o assunto, não aprovou o procedimento daquele magistrado, embora reconhecesse que, segundo a lei, não tinha o governador civil o tratamento de excelência.

Era uso dar ao antigo comandante da 9.^a divisão militar, com sede no Funchal, o tratamento de excelência, às vezes porém ilegalmente, visto esse cargo nem sempre ter sido desempenhado por oficiais-generais. Do comandante da Divisão, passou aquele tratamento às autoridades superiores militares que depois houve na ilha.

A Câmara Municipal do Funchal só principiou a receber do governador civil o tratamento de excelência depois que teve por presidente o Conde de Carvalhal, grande do reino, ao passo que os Administradores do Concelho foram sempre tratados por senhoria, pelo chefe superior do distrito, enquanto existiu no país o governo monárquico. Foi por 1872 que a Câmara Municipal do Funchal passou a dar definitivamente aos Juizes de Direito o tratamento de excelência, o qual estendeu depois ao Administrador do Concelho, e mais tarde a quase toda a gente.

Para se ajuizar da importância que no século XVIII e ainda no princípio do século XIX tinham no país certos tratamentos de distinção, bastará dizer-se que os duques de Aveiro tiveram de empregar as maiores diligências i para obter o tratamento de excelência, e que só no ano de 1811 é que aos vice-reitores da Universidade de Coimbra foi concedido o tratamento de senhoria, isto em recompensa de serviços prestados pela mesma Universidade j em defesa da pátria, durante as invasões francesas!

Nos princípios do segundo quartel do século XIV, quando à grande maioria dos homens se dava somente o tratamento de mercê, ou, quando muito, o de senhoria, já as senhoras, a exemplo do que se praticava em Portugal, recebiam quase sempre na Madeira o tratamento de excelência. Não eram, porém, todas as damas, como hoje acontece, que tinham direito a essa deferência da parte dos homens, mas somente aquelas que pelo seu nascimento ou pela posição social de seus maridos constituíam uma classe digna duma particular consideração. As damas a quem ninguém ousava negar outrora o título de dona, eram aquelas a quem se dava o tratamento de excelência, o qual todavia só pertencia de direito à esposa do capitão-general e a poucas senhoras mais.

O tratamento de senhoria só é usado hoje na Madeira pela classe comercial e o de mercê pela gente dos campos. Vossemecê e amecê, abreviaturas de vossa mercê, são modos de tratamento muito usado nas classes baixas da sociedade e bem assim entre superiores e inferiores iletrados, ao passo que o de você só está em uso entre indivíduos que têm relação de amizade, sendo fora disso considerado tratamento ofensivo.

Travassos Valdez (Francisco). Era filho do conde de Bonfim, que foi governador e capitão-general da Madeira de 1827 a 1828. Escreveu: *Six years of a traveller's life in Western Africa* (Londres 1861) e *Africa Occidental* (Lisboa 1864). Há nestas duas obras

várias referências á Madeira, onde o autor residiu, sendo ainda criança, e onde voltou por ocasião da sua visita á África Ocidental.

Travassos Valdez (José Lúcio). Este governador e capitão-general da Madeira foi nomeado em Março de 1827 e chegou ao Funchal a 27 de Abril seguinte, tendo tomado posse do seu cargo a 29 do mesmo mês.

Apesar da sua curta administração, procurou Travassos Valdez ser útil a este arquipélago, informando o governo central acerca das mais urgentes necessidades públicas a que convinha acudir sem demora. Mereceram-lhe especial atenção os trabalhos de construção dum cais e os reparios nas fortalezas e quartéis² que há muito se faziam sentir.

Durante o seu governo, proclamou-se D. Miguel rei absoluto, em Maio de 1828, mas não acompanhou Valdez o movimento que no país se operava a favor do absolutismo e preparou-se para defender a Madeira de qualquer tentativa de ataque por parte das tropas miguelistas. Tendo, no dia 25 de Junho de 1828, aparecido em frente do nosso porto a fragata realista Príncipe Real conduzindo o novo governador José Maria Monteiro, obsteu Valdez ao seu desembarque, tendo a fragata deixado as nossas águas.

Como se sabe, no dia 22 de Agosto de 1828, foi a vila de Machico bombardeada pela esquadra miguelista e, em seguida, ocupada esta ilha pelas forças invasoras, havendo no dia 24 de Agosto sido proclamado D. Miguel e tomado posse o novo governador e capitão-general José Miaria Monteiro. Quanto à acção de Valdez nesta ocasião, que foi muito importante, veja-se, para evitar escusadas repetições, o artigo Ocupação da Madeira pélas tropas miguelistas.

Travassos Valdez, que no dia 23 de Agosto de 1828 se refugiara com sua esposa e seis filhos a bordo da corveta inglesa Alligator, saiu para Inglaterra no mesmo navio, com outros emigrados políticos, no dia 6 de Setembro daquele ano.

José Lúcio Travassos Valdez tinha-se notavelmente distinguido nas guerras peninsulares sob as ordens do general Beresford e depois nas campanhas da liberdade, tendo em breve ascendido aos mais elevados postos. Foi mais tarde agraciado com o título de conde de Bonfim e exerceu os altos cargos de deputado, par do reino e ministro de estado, havendo ainda desempenhado outras importantes comissões de serviço público.

Nasceu a 23 de Fevereiro de 1787 e morreu a 10 de Julho de 1862.

V. O conde de Bonfim, notícia dos seus principais feitos, por G. N., 1860. Este opúsculo ocupa-se largamente do governo de Travassos Valdez na Madeira.

Travessa do Porto Santo. Ao canal ou extensão de mar compreendido entre as ilhas da Madeira (Ilhéu de Fora, na Ponta de São Lourenço) e do Porto Santo (Ilhéu de Baixo ou da Cal) dá-se vulgarmente o nome de Travessa. Tem cerca de 27 milhas de comprimento. Não raro se desencadeiam ali grandes tempestades, sendo geralmente revolto o estado do mar nestas paragens.

Tremoceiro (*Lupinus albus*). Leguminosa-Papilionada muito cultivada na Madeira. Para fazer perder às sementes do tremoceiro o seu amargor, torna-se preciso cozê-las em água contendo alguma cinza e carvões, e depois fazê-las macerar em água durante uns oito dias, devendo esta ser renovada duas vezes no dia. Também usam colocar os tremoços em sacos nas águas correntes das ribeiras, o que abrevia bastante o trabalho da preparação dessas sementes. O tremoceiro é muito empregado para a fertilização das terras, sendo frequentes vezes cultivado exclusivamente para tal fim.

Tremores de Terra. Na relação que adiante publicamos, vão indicados os abalos de terra que tem havido na Madeira e de que conseguimos obter notícia. Dentre eles, um só causou estragos duma certa importância, não se conservando, porém, na tradição local, memória do acontecimento:

1748. Em 31 de Março deste ano, da uma para as duas horas da manhã, sentiu-se na Madeira um forte abalo de terra, que foi seguido de outros dois lendo-se, numa notícia escrita por essa época acerca do acontecimento e que foi reproduzida a página 697 das Saudades da Terra, que afirmaram algumas pessoas dignas de crédito terem visto «para a parte de leste da mesma ilha sair para o ar uma grande facha de fogo, e que pouco depois observarão, que se conservou por espaço de hum quarto de hora, hum grande clarão da cor do mesmo fogo e se sentiu que o ar estava com quentura desusada».

No dia 1 de Abril, houve, por ordem do Prelado, preces solenes na Sé Catedral, às quais assistiram o cabido, o senado, os ministros, a nobreza e o povo, sendo depois trasladada processionalmente para o altar do Santíssimo Sacramento da mesma Sé, a imagem de S. Tiago, padroeiro da cidade. As preces continuaram, com o Senhor exposto, até 9 de Abril, «e estas rogativas, diz a mesma notícia, também fizeram todas as mais Comunidades Religiosas, e todas as Collegiadas da Cidade; mas os moradores das villas, lugares e campos usaram, alem destes, outros exercícios, tão catholicos, como espirituais.»

Realizaram-se no Funchal procissões de penitência, nas noites de 2, 5 e 6 de Abril, tendo-se incorporado na primeira, em que quase todos iam descalços, o prelado, o cabido, o senado, os religiosos do convento de S. Francisco, donde saiu o préstito ,e muito povo,

indo «todos em seus logares, e com tão louvável devoção, que enterneciam as criaturas mais impenitentes».

No dia 9 de Abril, realizaram-se as últimas preces na Sé Catedral, pregando a instâncias do prelado, o padre José de Figueiredo, da Companhia de Jesus, e «tal eficácia fez o seu sermão em todo o auditório, que muitos, que havia annos se não aproveitavão do Sacramento da Eucharistia, depostas as culpas, confessados os erros, principiaram a fazer nova vida.»

De 1 de Abril até 26 de Maio, sentiram-se na Madeira, em diversos dias, novos tremores de terra, mas sem nenhum deles atingir a violência do de 31 de Março, que causou bastantes estragos em muitos pontos da ilha. A Sé Catedral ficou com várias fendas e com o frontespício inclinado para fora, sofrendo também bastante a torre da igreja, e nos templos de Santa Maria Maior do Calhau, Santo António, S. Gonçalo, Camacha, Machico, Caniçal, Porto do Moniz Prazeres Paul, Arco da Calheta, Canhas, Serra de Agua, Câmara de Lobos e Estreito de Nossa Senhora da Graça houve também bastantes prejuizos, causados pelo mesmo abalo de terra. A casa em que residia o bispo ficou em estado de não poder ser habitada e as casas da Alfândega e Contos, apesar das suas paredes fortíssimas, ficaram com trinta e duas fendas, além doutros estragos mais ou menos notáveis.

Apesar da violência dos abalos de terra de 31 de Março de 1748, houve apenas quatro vítimas: um homem velho, pai do vigário de Santo António, uma criança e duas mulheres. Os prejuizos materiais foram, porém, consideráveis, não havendo edificio, diz a notícia a que atrás nos referimos, que não ficasse ofendido, por mais fortes que fossem as suas paredes.

1755. No dia 1 de Novembro deste ano, houve um abalo de terra na Madeira, tendo o mar subido no Funchal, 5 metros acima da maré cheia, e no norte da ilha, recuado cerca de 100 metros, deixando em seco grande quantidade de peixe. No Porto Santo, entrou o mar pelo leito da ribeira da vila, cerca de um quarto de milha, e no escoamento da água ficou quase em seco o boqueirão do Ilhéu de Cima (V. a este respeito O Megasismo do I.º de Novembro de 1155, por Francisco Luís Pereira de Sousa, volume I, página 108).

1762. A 26 de Junho, houve um abalo de terra no Funchal, que não produziu estragos.

1768. Neste ano, a 5 de Novembro, experimentou a ilha da Madeira um violento terramoto, mas não dizem os documentos da época se produziu estragos.

180f. Neste ano, a 24 de Abril, houve três abalos, à noite, com intervalos de 8 a 10 minutos, todos eles violentos.

1813 e 1814. Bowdich alude a abalos de terra que se sentiram na Madeira em 1813 e 1814, mas sem indicar os dias em que eles se

deram.

1816. Bowdich refere-se a um tremor de terra que se fez sentir a 11 de Janeiro deste ano e que abriu fendas nalgumas habitações do Funchal. Muitas pessoas que se achavam nas ruas foram de encontro às paredes ao dar-se o abalo.

Dizem os Anais de Machico que na madrugada de 2 de Fevereiro do mesmo ano, estando o povo ouvindo missa na igreja matriz, sentiu-se um extraordinário abalo de terra, que durou por algum tempo. O povo saiu atropeladamente da igreja, mas não perigou pessoa alguma nem houve estragos importantes.

Este abalo também se fez sentir noutras partes da ilha, sendo tão grande o susto, que em várias igrejas se fizeram preces e procissões públicas. Lemos algures que a procissão do Senhor dos Passos no Estreito de Câmara de Lobos, foi instituída por ocasião do tremor de terra de 2 de Fevereiro de 1816.

1842. Os Anais do Porto Santo referem-se a um ligeiro abalo de terra que se sentiu naquela ilha, no dia 24 de Outubro, mas não encontramos notícia de que esse abalo fosse notado também na Madeira.

1850. O dr. Barrai, na Noticia sobre o clima do Funchal, menciona um tremor de terra na direcção LW, que se fez sentir às 9 horas e meia da noite de 10 de Outubro, mas que não produziu estragos alguns.

1883. Neste ano, a 23 de Julho, sentiu-se no Funchal um forte abalo de terra, cerca das duas horas da manhã.

1884. A 13 de Fevereiro deste ano, das 2 para as 3 horas da manhã, sentiu-se no Funchal um abalo de terra, acompanhado de ruído subterrâneo, e a 17 de Maio, cerca das 3 horas da manhã, houve um novo abalo, pouco violento.

A 22 de Dezembro do mesmo ano, pelas 3 horas da manhã, sentiram os habitantes do Funchal, dois tremores de terra, tendo o primeiro, o mais violento, durado cerca de 20 segundos e o imediato, cerca de 7 segundos. Estes abalos também se fizeram sentir em Lisboa, pelas 3 horas e 29 minutos da manhã.

1886. A 21 de Janeiro, às 8 horas da manhã, sentiu-se um ligeiro tremor de terra no Funchal, que durou cerca de 3 segundos. Uma

mulher de Agua de Pena, que apanhava lapas no sítio da Queimada! caiu ao mar no momento da oscilação, morrendo imediatamente.

1887. Neste ano, houve três abalos de terra no Funchal: um a 7 de Janeiro, pelas 10 horas e meia da noite, acompanhado de ruído subterrâneo, outro a 27 de Janeiro, a uma hora e meia da manhã, e o terceiro a 6 de Agosto, à uma hora e vinte minutos da manhã.

1889. A 14 de Janeiro deste ano, pelas 5 horas e meia da manha, sentiu-se no Funchal um ligeiro abalo de terra.

1910. A 24 de Novembro deste ano, pelas 9 horas e 20 minutos da noite, sentiu-se um abalo de terra no Funchal, acompanhado de ruído subterrâneo que parecia partir do lado de nordeste. No mesmo dia, sentiram-se dois abalos no Cural das Freiras.

A 26 do mesmo mês, houve outro abalo no Funchal, às 12 horas e 25 minutos do dia. Durou cerca de 4 segundos e a oscilação pareceu horizontal.

1914. Às 4 horas e 45 minutos da manhã de 27 de Dezembro, sentiu-se um ligeiro abalo de terra no Funchal.

1918. O abalo de terra que teve lugar neste ano, às 4 horas e 23 minutos da manhã do dia 25 de Julho, foi o mais violento que temos sentido nesta ilha. Sentiu-se não só no Funchal, mas também no Monte, no Jardim da Serra e no norte da ilha, tendo causado prejuízos no estuque dalgumas casas da freguesia da Ponta Delgada. Houve dois abalos quase seguidos, cada um dos quais durou dois segundos, ouvindo-se por essa ocasião um forte ruído subterrâneo.

1920. A 8 de Dezembro deste ano, sentiu-se no Funchal, pelas 5 horas e três quartos da manhã, um ligeiro abalo de terra que a muita gente passou despercebido.

1923. As 5 horas e 6 minutos da tarde do dia 1 de Outubro, sentiu-se um ligeiro abalo de terra no Funchal, que durou apenas 2 segundos. Este abalo também se fez sentir na freguesia de S. Vicente et provavelmente, noutros pontos da ilha.

Trevina (Lotus glaucus). Leguminosa-Papilionada vivaz, com folhas 3-foliadas, glaucas, estipulas foliáceas e flores amarelas ou amarelo-avermelhadas. Vive nos terrenos do litoral, e é boa planta forraginosa. Encontra--se também no Porto Santo e Desertas.

Trevo. Este nome serve para designar um grande número de Leguminosas com folhas 3-foliadas, pertencentes não só ao género *Trifolium*, mas também aos géneros *Ononis*, *Medicago* e *Melilotus*. O *Trifolium repens*, *T. maritimum*, o *T. pratense*, o *T. incarnatum*, o *T. agrarium*, a *Medicago Lupulina*, a *Melilotus indica*, etc, etc, são plantas muito adequadas à alimentação dos gados.

Tribuna (A). Periódico funchalense de que apareceram doze números, o primeiro a 24 de Setembro de 1864 e o décimo segundo a 21 de Dezembro do mesmo ano.

Tribuna Académica. Deu 44 números, o primeiro a 4 de Fevereiro e o último a 16 de Dezembro de 1897.

Tribuna do Povo. O primeiro número deste periódico semanal apareceu a 7 de Outubro de 1922.

Tribunal Administrativo. Os Tribunais Administrativos foram criados pelo código de 1886 e extintos pelo decreto de 21 de Abril de 1892. Vieram substituir os Conselhos de Distrito, sendo cada um dos mesmos tribunais composto de três magistrados nomeados por decreto do Governo.

Tribunal Secreto. Assim se denominava um periódico funchalense que se publicou clandestinamente e não tinha dia certo de distribuição. Conhecem-se doze números, todos do ano de 1844, mas parece que apareceu em 1841.

Trigo (Adriano Augusto). Nasceu em Moncorvo a 13 de Novembro de 1862, e é coronel de infantaria e engenheiro civil, tendo desempenhado os cargos de chefe de secção e director das Obras Públicas do Distrito do Funchal. Colaborou em vários jornais desta cidade, revelando-se escritor e polemista de valor. Entre os trabalhos que tem publicado, mencionaremos os seguintes: *A Iluminação da cidade do Funchal* e o *Diário de Notícias*, Funchal, 1895; *Levadas da Modera. Relatório justificativo da proposta*, Lisboa, 1896; *Breves considerações sobre os melhoramentos de que carece o porto do Funchal*, Funchal, 1912; *Saneamento da cidade do Funchal...* (Rev. O. Publicas e Minas, XXX, 1899, n.º 355 e 356); *Saneamento da cidade do Funchal, projecto de esgotos...*, Funchal, 1900; *Plano geral da distribuição e arrendamento das águas da levada da serra do Fadaí*, Lisboa, 1911; *Roteiro e guia do Funchal*, Funchal, 1910; e *Guide and plane of Funchal*, Funchal, 1910. Nestes últimos cinco trabalhos colaborou seu irmão, o engenheiro civil Aníbal Augusto Trigo (1921).

Trigo (Aníbal Augusto). É irmão do precedente, nasceu em Moncorvo a 29 de Outubro de 1865 e é também engenheiro civil, tendo servido na Direcção das Obras Públicas do Distrito do Funchal, da qual é agora director, e na repartição técnica da Câmara Municipal desta cidade. Colaborou nalguns dos trabalhos que deixámos mencionados no artigo anterior, e, como engenheiro municipal, deu sempre as mais eloquentes provas de competência e duma grande austeridade de carácter (1921). Faleceu a 13 de Fevereiro de 1944.

Trigo. O trigo existe em todas as freguesias do arquipélago, mas onde a sua cultura parece ter mais importância é nas freguesias de Santa Cruz, Calheta, Arco da Calheta, Ponta do Pargo, S. Vicente, Porto do Moniz e Porto da Cruz. É quase sempre semeado à mão, e a colheita faz-se arrancando-o ou cortando-o à foice, sendo este processo mais usado do que aquele. A debulha executa-se, quer nas eiras, onde as espigas são calcadas por bois atrelados a uma prancha, na parte inferior da qual se colocam pedras e pedaços de ferro, quer por meio de máquinas movidas a braços, quer finalmente por meio de malhos, sendo este último processo adoptado somente quando são pequenas as porções de trigo colhidas em qualquer terra.

A superfície ocupada pela cultura do trigo em todo o arquipélago é de cerca de 2.000 hectares, e a produção eleva-se a uns 25.000 hectolitros anualmente. O rendimento por hectare é bastante variável, havendo terrenos em que pode atingir 30 hectolitros e outros em que não passa além de 4, nos anos pouco chuvosos. O rendimento médio na ilha da Madeira deve ser de 8 hectolitros por hectare, e, no concelho do Funchal, de uns 12 hectolitros.

A Madeira importava anualmente antes da guerra cerca de 7 milhões de quilogramas de trigo e em 1919 importou 4.511 toneladas desse cereal e 690 toneladas de farinha (1921).

A riqueza das terras em ácido fosfórico e a conformação do solo da ilha, que dá lugar a que as chuvas transportem todos os anos dos pontos elevados para os que lhes estão inferiores um certo número de elementos necessários à nutrição das plantas, devem ser a causa da permanente produtividade dos terrenos destinados pelo agricultor rotineiro e ignorante à cultura ininterrompida do trigo e outros cereais. A fertilização das terras é assunto que preocupa muito pouco a grande maioria dos cultivadores de cereais da Madeira, se bem que alguns haja que adubem com estrumes de curral os terrenos destinados às sementeiras, conseguindo obter assim melhores colheitas do que os que não praticam a adubação.

A palha de trigo é utilizada na cobertura de cabanas, na alimentação do gado e também às vezes em camas de animais estabulados.

No trigo (***Triticum aestivum***), distinguem-se três tipos ou sub-espécies: o trigo molar, o túrgido e o rijo, sendo o primeiro caracterizado pela cariopse mediana, com quebradura farinosa, e o colmo completamente ôco, o segundo, pela cariopse grande e grossa semi-tenra, e o colmo só parcialmente ôco, e o terceiro pela cariopse dura, com quebradura rija e o colmo completamente meduloso.

Na relação seguinte, mencionamos algumas das variedades ou sub-raças cultivadas no arquipélago, as quais costumam ser semeadas desde Dezembro até Março, fazendo-se a colheita nos meses de Junho e Julho:

TRIGOS MOLARES

Trigo barbela. Espiga estreita, de 6-12 cent., praganosa, branca ou acastanhada tetragonal ou um pouco comprimida na face. Também lhe chamam trigo do mato e trigo da serra.

Trigo de Rieti. Semelhante ao precedente, do qual se distingue pelas espigas mais achatadas, quase sempre brancas e pelas praganas mais divergentes.

Trigo canoco burbudo. Espigas praganosas, esbranquiçadas de 4-6 cent. de comprimento por 1 e meio a 2 de largo, geralmente um tanto comprimidas.

Trigo anafil. Apenas se distingue do trigo barbela em ter as espigas às vezes mais es-curos ou um pouco violáceas. B também chamado trigo português.

Trigo de palha roxa. Espigas de 9-10 cent. de comprimento por 8-15 mil. de largo um pouco violáceas ou avermelhadas, desprovidas de praganas ou com as glumelas superiores providas de praganas curtas. Também lhe chamam trigo mouro.

Trigo mangalhão. Semelhante ao precedente, mas com as espigas mais longas (12--15 centímetros).

Trigo mocho. Espiga curta e larga, um tanto comprimida, de 4 e meio a 5 cent. de comprimento por 15-20 mil. de largo, desprovida de praganas. É conhecido também pelos nomes de trigo rapadinho, pelado, rapado e sem vergonha.

Trigo canoco. Muito semelhante ao precedente, mas com as espigas mais longas (5-6 e meio centímetro). Recebe também a denominação de trigo pelado, rapado, anafil e canoquinho.

Trigo canhoto. Semelhante ao trigo barbela e ao trigo de palha roxa, diferindo deste na cor amarelada, e daquele em ser desprovido de praganas, excepto às vezes no alto. Cha-mam-lhe também trigo canoco pelado.

Trigo americano. Espiga longa, branca, de 10-15 cent. de comprimento por 12-15 mil. de largo; glumelas providas às vezes de pragana curta, as do alto longamente praganosas nalguns casos. Semelhante ao precedente e talvez um simples forma dele.

TRIGOS TÚRGIDOS

Trigo Alexandre. Espiga tetragonal ou quase, branca, compacta, com aristas longas, mais ou menos escuras na parte média inferior.

Trigo branco n.º 1. Espiga branca ou com manchas negras quase tetragonal ou um pouco achatada no perfil, com o eixo quebradiço; praganas brancas ou negras raras vezes nulas. Também lhe chamam trigo ganil.

Trigo branco n.º 2. Difere do precedente em ter as espigas mais largas e mais comprimidas.

TRIGOS RIJOS

Trigo vermelho. Espiga de 4 e meio a 7 cent. de comprimento e meio a 2 cent. de largo, densa, de ordinário um tanto achatada no perfil; glumas pubescentes; praganas mais escuras na base. Chamam-lhe também trigo russo.

Trigo amarelo. Como o precedente, mas com glumas amareladas e glabras. E conhecido também pelas denominações de trigo russo, do Campanário, anafil e tangarola.

Trigo de cabeça preta. Espigas de 6 e meio cent. de comprimento por 2 de largo quase desprovido de praganas e com manchas escuras.

Trigo branco. Espiga densa, branca, glabra, semelhante à do trigo vermelho; praganas negras na base, divergentes.

Os trigos rijos degeneram na Madeira, tomando facilmente, quando não haja a cautela de renovar as suas sementes, os caracteres dos trigos túrgidos. Temos visto exemplares de trigo vermelho e amarelo com as praganas um tanto divergentes, as cariopses mais ou menos farinhosas e a palha ôca, excepto no alto, ao passo que nenhum dos trigos túrgidos e molares que existem na ilha perdem as características das sub-espécies ou tipos culturais a que pertencem. (1921).

Além do *Triticum aestivum*, existe ainda na Madeira o *T. polonicum*, caracterizado pelas cariopses muito compridas e estreitas, com quebradura rija, e pelas glumas alongadas, mas esta espécie é, por enquanto, pouco cultivada, só existindo na freguesia do Caniço.

Além do que fica textualmente transcrito da primeira edição, publicou ainda o co-autor desta obra, Carlos Azevedo de Menezes, as seguintes interessantes informações, que convém deixar aqui arquivadas.

«N'um valioso estudo sobre as variedades portuguezas publicado ha 40 annos pelos fallecidos professores Ferreira Lapa e Andrade Corvo no tomo III parte II, das Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa, encontramos indicados e descriptos 29 typos differentes d'esse cerealt sendo 26 provenientes do continente do reino e Açores, e 3 do archipelago da Madeira. Os typos madeirenses são os que ainda hoje são conhecidos no archipelago pelas designações de trigo mocho, trigo português e trigo Alexandre com que foram indicados no referido estudo, fazendo parte o primeiro e o segundo do *Triticum vulgare* e o ultimo *Triticum turgidum*, duas raças consideradas oufrora como espécies distinctas, mas que muitos botânicos incluem agora na subespecie tenax do *Triticum sativum*, Lam..

Tendo-se-nos oferecido ensejo de examinar várias amostras de trigo colhidas em diferentes pontos da Madeira em 1904 e 1905, não nos foi difficil reconhecer que o numero das variedades existentes nesta ilha é superior ao das que foram estudadas pelos referidos professores verificando mais que alguns dos antigos typos, embora semelhantes a certos typos portugueses, dos quais talvez, provenham, se afastam deles, todavia, por caracteres dignos de nota.

As variedades madeirenses que tivemos occasião de estudar, pertencem todas às raças *T. vulgare* e *T. turgidum*, conhecidas no commercio pelo nome de trigos molares. O *T. durum* outra raça do *T. sativum*, nunca foi achado por nós na Madeira ou no Porto Santo, sendo possível que não existam nestas ilhas. Os trigos a que na Madeira chamam rijos, são, no nosso entender, simples sub raças do *T. turgidum*, como facilmente se reconhece pela forma das suas espigas e glumas e pela consistência e forma arqueada dos seus grãos. Nos seus trigos rijos ou durasios, os grãos são alongados, aguçados e quasi sempre vitreos, caracteres estes que não

observamos em nenhuma das variedades madeirenses.

A superfície ocupada pela cultura do trigo em todo o arquipélago, como acima se diz, é de cerca de 2.000 hectares e a produção eleva-se a uns 25.000 hectolitros anualmente. O rendimento por hectare é bastante variável, havendo terrenos em que ele pode atingir 30 hectolitros, e outros que não passa além de 4 nos anos pouco chuvosos. O rendimento médio na ilha da Madeira deve ser de 8 hectolitros por hectare, e no concelho do Funchal de 12 hectolitros.

A utilidade dos afolhamentos é quase desconhecida dos povos da Madeira, havendo terrenos em que o trigo costuma ser cultivado durante 15 e 20 anos suoessivos. Estes terrenos nem adubados são muitas vezes, e no entanto produzem todos os anos um rendimento que o cultivador ignorante e talvez pouco ambicioso, considera suficientemente remunerador do seu trabalho! Sendo tão fértil o solo da ilha, não seria para admirar que a sua produção triplicasse ou quadruplicasse em pouco tempo, quando submetido a processos mais racionais da cultura.

Todas as variedades de trigos existentes na Madeira, costumam ser semeadas desde Dezembro até Março, efectuando-se a colheita nos meses de Junho e Julho. O *T. turgidum*, é mais cultivado na zona baixa da ilha do que nos pontos elevados, ao contrario do que sucede com o *T. vulgare*. Este, que parece ser o mais antigo da terra encontra-se até uma altitude de 700 metros (1900).

A Madeira importa anualmente cerca de 7 milhões de kilogramm&s de trigo exótico, visto o de produção local mal chegar para satisfazer ás exigências do consumo durante 3 mezes.

Os trigos madeirenses são quasi sempre semeados á mão e a colheita faz-se arrancando-os ou cortando-os & foice. Este ultimo processo é muito menos usado do que o primeiro. A debulha executa-se quer nas eiras, onde as espigas são calcadas por bois atrelados a uma prancha, na parte inferior da qual se collocam pedras e pedaços de ferro, quer por meio de machinas movidas a braço. Como as debulhadoras são agora frequentes em quasi toda a ilha; vae o primitivo processo de bater as espigas por animaes cahindo a pouco e pouco em desuso. Os indivíduos que só possuem pequenas porções de trigo, costumam servir-se do malho para o debulhar.

A palha de trigo é utilizada na cobertura de cabanas na alimentação do gado e também ás vezes em camas de animaes entabulados.

A fertilização das terras é assumpto que preocupa muito pouco a grande maioria dos cultivadores madeirenses; no entanto, alguns ha que adubam com estrumes de curral os terrenos destinados ás sementeiras, obtendo assim melhores colheitas do que os que não praticam a adubação. A riqueza das terras em acido phosphorico e a conformação do solo da ilha, que dá logar a que as chuvas transportem todos os annos, dos pontos elevados para os que estão inferioresi um certo número de elementos necessários á nutrição das plantas devem ser os motivos da permanente productibilidade dos terrenos destinados pelo agricultor ignorante e rotineiro à cultura ininterrompida do trigo e outros cereaes. Para obstar a que as variedades cultivadas degenerem, costumam os agricultores dos differentes pontos da ilha trocar periodicamente entre si os trigos destinados ás sementeiras.

Os madeirenses atribuem aos trigos da ter-ra um valor nutritivo superior ao dos trigos importados. As analyses a que procedeu o fallecido professor Ferreira Lapa nos três ty-pos a que atraz nos referimos, confirmam até certo ponto esta opinião, visto ellas terem accusado, para os mesmos typos, uma dose de materiais proteicas egual ou mesmo superior à encontrada nas melhores variedades portuguezas de trigos mollares. O pão fabricado com farinhas da Madeira, é geralmente fofo, atrigueirado, leve e saboroso.»

Trindade e Vasconcelos (Joaquim da). Nasceu na vila de Machico em 1825 e faleceu no Funchal a 14 de Abril de 1906. Era bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra e foi por largos anos advogado na comarca do Funchal. Foi também presidente da Câmara Municipal. Publicou em 1867 um folheto de 40 páginas intitulado Projecto de lei regulamenta* do contrato de colónia ou parceria agrícola na Uha da Madeira, no qual colaborou o falecido dr. José António de Almada.

Trip-Trap. Periódico funchalense ilustrado de que apareceram sete números, o primeiro a 9 de Janeiro e o último a 22 de Fevereiro de 1898.

Trombeta. V. Ranhosa.

Trombeteira (Datura suaveolens). Solanácea arborescente cultivada e naturalizada na Madeira. "È originária do Peru e está revestida quase todo o ano de flores grandes, afuniladas, brancas, muito odoríferas.

Trombeteiro (Centriscus scolopax). Pequeno peixe da família Centriscida, sem valor algum comercial. Quando sopra o vento rijo do largo, aparece em grande quantidade sobre a praia da ilha do Porto Santo.

Trovisco. Dá-se este nome na Madeira a várias espécies do género *Euphorbia*, a mais comum das quais é a *E. Peplus*. O suco leitoso desta planta é empregado no tratamento das moléstias de pele.

Truta. (Ctenolabrus truta). Peixe lábrida, raro nas águas da Madeira, mas que aparece com uma certa frequência nas do Porto Santo. A sua carne é saborosa, embora um tanto mole.

Tmxillo (D. Sancho). V. Sancho (D.) a páginas 222 deste volume.

Tubarão (Carcharias microps). Peixe da família Carcarida, assinalado nos mares da Madeira. Segundo Lowe, é notável pela pequenez dos olhos e tem os dentes fracos em relação ao tamanho estando dispostos em duas séries, semelhantes nos dois queixos. Os indivíduos examinados por aquele naturalista mediam 8 pés e 5 ou polegadas de comprimento.

Segundo nos informa o sr. Adolfo de Noronha, a denominação de tubarão dada à espécie a que nos referimos só é conhecida hoje dos pescadores do Caniçal (1921).

Tuckey (T. KJ. V. Expedições científicas, a página 410 do volume I deste Elucidário.

Tudesco (Adenocarpus complicatus). Leguminosa arbustiva, de ramos esbranquiçados, folhas fasciculadas e 3-foliadas e flores amarelas, que se encontra no Caminho do Meio e no sítio do Pasto perto da Choupana.

Tudesco é corruptela de codesso.

Túmulo-Monumento. Assim se denomina o monumento que se levantou no recinto de cemitério das Angústias, à memória dos que barbaramente foram mortos pelas granadas dum submarino alemão, no dia 3 de Dezembro de 1916. Já dele demos sucinta notícia a página 68 do I volume desta obra, para onde remetemos o leitor. A sua entrega à Câmara Municipal deste concelho fez-se no dia 15 de Dezembro de 1917. Vid. Monumentos.

Túmulos. Nas igrejas desta diocese não se encontram túmulos que, pela sua aparatosa arquitectura, riqueza dos seus mármoreos ou primores de ornamentação, despertem as atenções dos visitantes. Apenas nas paredes laterais da capela-mor da igreja do Carmo se encontram dois mausoléus, que, sem serem grandiosos e de notável primor artístico, são, no entretanto, considerados como uma obra de valor: que merece ser visitada e apreciada devidamente. Estes túmulos pertencem à família do fundador da igreja, e em

duas placas de mármore preto se lêem os seguintes epitáfios S. de Pedro Gliz Brandão, e seu irmão Manuel Miz Brandão e seus herdeiros e S. de António de Carvalhal Esmeraldo, fidalgo da casa de S. M. de. e sua mulher D. Maria Brandão.

Na igreja de Santa Clara, encontra-se o túmulo de Gaspar Mendes de Vasconcelos no qual se afirma estar sepultado o descobridor Gonçalves Zargo (volume II, página 31).

Tuna da Universidade de Coimbra. Esta tuna presidida pelo então quintanista de direito António Correia Caldeira Coelho, chegou ao Funchal a 22 de Março de 1913 e saiu para Lisboa a 3 de Abril do mesmo ano. Era constituída por 45 estudantes, os quais durante o tempo da sua residência no Funchal, estiveram acomodados no edifício do extinto seminário no princípio do caminho do Monte. A tuna foi muito obsequiada nesta cidade, tendo-lhe sido oferecido no dia do desembarque e após uma curta visita aos Paços do Concelho, um copo d'água, na residência dos viscondes de Geraz de Lima. Em honra da tuna houve também um baile no palácio de S. Lourenço, um outro no «Grémio dos Empregados do Comércio», uma festa na quinta da Choupana, lunchs no Casino Pavão, Terreiro da Luta e Monte Palace Hotel etc. Os estudantes deram duas récitas no teatro, e visitaram a Portela, Santa Cruz e Machico.

Turnbull. Este viajante inglês, na sua viagem à roda do mundo, visitou a Madeira, em Julho de 1800. Achou aqui laranjas, melões, cana-de-açúcar e bananas, assim como vários arbustos tropicais.

Tybumia (Barca). Navio inglês que entrou no porto do Funchal a 24 de Novembro de 1884, com o fim, segundo declarou o comandante, de tomar refrescos e proporcionar aos passageiros o conhecimento da nossa terra. Tendo sabido a alfândega, passados dias, que a bordo da Tybumia se achava muita carga que se pretendia fazer desembarcar sem o pagamento de direitos, foi o comandante convidado a apresentar o respectivo manifesto e o navio guardado de perto com todo o rigor fiscal. Estas medidas só evitaram, porém, que as mercadorias desembarcassem, pois que a Tybumia suspendendo ferro na noite de 2 de Dezembro do referido ano, fugiu inopinadamente do nosso porto, onde se demorara alguns dias, à espera do ensejo para realizar o contrabando. A fortaleza do Ilhéu fez alguns tiros de peça sobre o navio contrabandista para forçá-lo a voltar ao ancoradouro, mas sem que as balas atingissem o alvo. A bordo da Tybumia viajavam, entre outros passageiros, duas mulheres que, pelos seus trajes e maneiras distintas, foram tomadas a princípio pelos habitantes do Funchal, por damas da mais alta aristocracia inglesa!

U

União (A). Este jornal, da vila da Ponta do Sol, deu o primeiro número a 31 de Janeiro de 1918.

União dos Viticultores da Madeira. Com este nome, fundou-se, em princípios de 1910, uma sociedade, com o capital de 100 contos de réis, dividido em acções de 20 mil réis, pagas em prestações de 10 por cento no prazo de 10 anos, e cujo fim era a compra aos seus associados de vinhos em mosto da região da Madeira para os conservar em depósito e beneficiar, exportando-os depois como produto genuíno isento das falsificações que tanto têm contribuído para o seu descrédito.

Apesar dos fundadores da União os Viticultores terem tomado 25 acções cada um, no valor de 5 contos de réis, o seu exemplo não foi seguido por outros interessados na valorização aos nossos vinhos, de forma que a sociedade se extinguiu antes de haver prestado quaisquer serviços à nossa ilha.

Unificação da Moeda. Apesar da Madeira ser terra portuguesa, era estrangeira a moeda de ouro e prata que aqui tinha curso outrora. A moeda portuguesa era desconhecida da grande maioria dos indivíduos, recusando-se o baixo comércio muitas vezes a recebê-la, quando algum continental pretendia servir-se dela para realizar qualquer pagamento.

Para pôr termo a um estado de coisas que, além de deprimente para o país, trazia prejuízos à população, propôs em câmaras o conselheiro Serpa Pimentel, ministro da Fazenda, a unificação do sistema monetário da Madeira com o de Portugal, tendo esta proposta, apresentada em 1875, sido convertida em lei em 2 de Maio de 1879, depois duma representação dirigida ao Governo pela Associação Comercial do Funchal e de haverem falado sobre o assunto, diligenciando conseguir a mesma unificação o dr. Agostinho de Orneias e Vasconcelos, na Câmara dos Pares, e o dr. Manuel José Vieira, na dos Deputados.

O discurso proferido por este último na sessão da Câmara dos Deputados, de 7 de Abril de 1879, ficou célebre, tendo provocado da parte do referido ministro da Fazenda as palavras seguintes: «Dou os parabéns às Camarás pelo discurso que acaba de ouvir, e á Madeira pela maneira por que os seus interesses são defendidos nesta casa».

Houve quem pusesse em dúvida as vantagens da unificação do sistema monetário da Madeira com o de Portugal, mas o que é facto

é que essa unificação pôs termo a muitos abusos, ao mesmo tempo que conjurava a crise cambial, cujas consequências ameaçavam ser cada vez mais temerosas para o consumo do distrito.

Muitos especuladores fizeram fortuna adquirindo nos mercados ingleses por um preço muito baixo, a moeda estrangeira que circulava na ilha, tendo resultado deste negócio, realizado por vezes em larga escala não poder o comércio ultimamente obter saques a menos de 42%, quando em circunstâncias normais eles se obtinham entre 33 e 34%.

Pela lei de 2 de Maio de 1879, ficou, como se disse, a moeda legal no distrito do Funchal sendo a mesma do Continente, devendo todos os pagamentos feitos em virtude de contratos ou ajustes anteriores à execução da mesma lei, ser feitos em moeda forte com o abatimento de 1/16.

O prazo para a troca da moeda foi de dois meses, tendo sido o governo autorizado a mandar cunhar moedas de prata de 500 200, 100 e 50 réis, até a importância de 500.000\$000 réis para as necessidades do distrito do Funchal.

A moeda de cobre, de Portugal, já circulava na Madeira ao tempo da lei da unificação da moeda, ao mesmo tempo que a chamada pecunia madeirensis representada por moedas de 20, 10 e 5 réis vendo-se estes valores, nas emissões de 1842, 1850 e 1852, entre dois ramos de videira, e não entre uma cana e um ramo de videira, como, por um lapso difícil de explicar, se disse a página 360 do volume II. V. Moeda.

Urgebão. Duas plantas da família das Verbenáceas são conhecidas por este nome: a *Verbena bonarbensis* e a *V. officinalis*. A primeira, que é originária da América do Sul, tem folhas muito ásperas, inciso-serradas, e flores lilacíneas, dispostas em espigas a princípio curtas e depois alongadas; a segunda, que é indígena tem folhas inciso-serradas ou penatífendidas às vezes glabrescentes na página superior, e flores azuis, muito pequenas, dispostas, em espigas estreitas e que se tornam filiformes na frutificação. A infusão das folhas destas plantas usa-se nas moléstias do fígado e dos rins. Jarvão é corruptela de urgebão.

Urjamanta (*Dicerobatis giornae*). Peixe da família Miliobatida que aparece às vezes nas proximidades do litoral da Madeira. Ê a maior das raias, pode medir nalguns casos cerca de 2 metros e os pescadores arpoam-no sempre que podem, por ser considerado animal nocivo ao homem embora careçam de confirmação os delitos de que o acusam. fil corrente entre os pescadores que, quando uma urjamanta consegue apanhar um homem, o prende sob o seu corpo só o deixando depois de morto.

Urtiga (*Urtica membranacea*). Planta da família das Urticaceas, muito comum na Madeira. Os seus caules e folhas são revestidos de pêlos que segregam um líquido cáustico. A infusão de urtigas é aconselhada nas moléstias de pele.

Urtiga Morta (*Mercnriali annua*). Euforbiacea anual, comum na Madeira e Porto Santo. 15 planta purgativa.

Urze. Das três Erticaceas que, na Madeira, são conhecidas por este nome, duas somente têm importância pelos seus produtos: a Eriça Scoparva, a que chamam urze durasia ou das vassouras, e a E. arbórea, conhecida pelo nome de urze molar ou betouro. Esta tem as folhas e os ramos vilosos, aquela tem-nos glabros. Os troncos, as touçast e as raízes destas duas espécies fornecem o melhor carvão da ilha, e os seus ramos e ramusculos recebem depois de secos o nome de «queima», sendo muito usados como combustível. A urze molar, embora quase sempre arbustiva, pode atingir 8 a 10 metros de alto, e conhecemos outrora alguns indivíduos cujos troncos mediam 1 a 2 metros de circunferência. A madeira desta espécie é rija, compacta e dum castanho escuro, mas fende com facilidade, sendo por isso pouco usada na marcenaria. Nos campos, empregam-na às vezes para gamelasi colheresz etc. Os caules não muito grossos, dão excelentes bordões e paus de rede. A urze durasia é quase sempre arbustiva, e só nalguns casos chega a atingir 4 e 5 metros de alto, apresentando então um pequeno tronco com 20 a 30 centímetros de diâmetro. Os seus ramos, além dos usos indicados, servem para o preparo de vassouras.

Urze de Cheiro. (*Diosma ericoides*). Arbusto da família das Rutaceas, cultivado nos jardins do Funchal. É originário do Cabo da Boa Esperança e tem folhas semelhantes às das urzes, mas muito aromáticas.

Urzela. Existem no arquipélago da Madeira três líquenes conhecidas pela denominação de urzela: *Nemaria fuciformis*, *N. rooella* e *N. fucoides*. Estas espécies, que contém um princípio corante vermelho, eram exportadas outrora em grande quantidade, mas com os processos industriais da extracção das anilinas é nulo hoje o seu emprego na tinturaria. A *Nemaria rocella* e a *N. fuciformis* eram colhidas principalmente nas Desertas, mas tanto uma como outra abundam nas rochas do norte e do sul da Madeira.

Já no tempo em que Frutuoso escreveu as Saudades da Terra se colhia a urzela na Madeira, tendo o comércio e a exportação deste líquene durado até meado do século XIX.

Uveira (*Vaccinium maderense*). Arbusto ou pequena árvore frequente nas montanhas da Madeira, onde forma maciços, às vezes bastante extensos. Tem folhas lanceoladas, muitas vezes avermelhadas, e corolas globo-campanuladas, maculadas de vermelho. A madeira que é bastante rija, é utilizada como combustível e para o fabrico do carvão, e dos faz-se uma conserva que é

útil no tratamento tosses e constipações.

Úzel. Este apelido de família procede de Rui Vaz Uzel que veio para a Madeira em 1480 e fez casa na Tábua.

Úzel (Barão de). Luís Alexandre Ribeiro Mendonça barão de Úzel, nasceu nesta cidade no ano de 1839 e faleceu a 2 de Junho de 1903. Era filho de Marcelino Ribeiro de Mendonça, de quem neste volume nos ocupámos a páginas 197, e desempenhou os cargos de oficial chefe de repartição do Governo Civil e de professor do nosso Liceu. Conhecia profundamente as línguas francesas e inglesa, tendo na primeira deixado inéditas algumas composições em prosa e verso. Cultivou distintamente as letras, achando-se dispersos pelos jornais muitos dos seus escritos. Nas Flores da Madeira, encontram-se algumas composições suas.

V

Vacina. Parece que foi o medico da corte, o Dr. Domaire, quem primeiro fez na Madeira experiências de vacinação contra as bexigas, tendo-se-lhe seguido o Dr. Adams, ao qual já nos referimos a páginas 16 do volume I deste Elucidário. Num requerimento despachado favoravelmente pelo Governador e apresentado á Câmara Municipal em sessão de 27 de Outubro de 1802, pedia o Dr. Adams que «de oito em oito dias lhe mandassem quatro expostos, para neles ensaiar a vacina contra as bexigas», tendo o mesmo médico num relatório escrito em inglês, mas que foi traduzido pelo major intérprete Francisco Manuel Patrone, apresentado o resultado das experiências a que procedera.

Depois do Dr. Adams, procedeu a vacinações o medico madeirense Dr. António Caetano de Freitas, o qual em dois relatórios, um escrito em 1804 e o outro em 1807, deu também conta do que havia observado.

Em 1815, estabeleceu a Câmara, em virtude de portaria do governador, que todos os meses houvesse vacina para os expostos, aplicada pelo físico-mor, e em sessão de 7 de Junho de 1823, resolveu a mesma corporação que se convidassem por meio de editais os pais de família a mandar seus filhos a vacinar ao hospital, onde havia «um estabelecimento gratuito para esse fim, criado no ano passado pelos cuidados da Câmara, de acordo com os guardas-móres de saúde e o provedor do mesmo hospital.»

Parece, pois, que só de 1822 ou de 1823 em diante é que o emprego da vacina começou a generalizar-se na Madeira, embora se saiba que antes disso eram os expostos vacinados, e que em 1804, quando muita gente punha ainda em duvida a utilidade das inoculações, já o governador Sequeira Freire as aconselhava a toda a gente, como o único meio eficaz de evitar o contagio e a propagação da varíola.

Vahl (*Dr. Martin*). Botânico dinamarquês que esteve na Madeira de 1901 a 1902 e de 1920 a 1921. Na segunda visita que fez a esta ilha, esteve também no Porto Santo. E.: *Madeiras Vegetation*, Copenhagen, 1904 e *Ueber die Vegetation Madeiras* (*Engler's Botanische Jahrbuchn*, 1905).

Vaksel (*Platão de*). Nasceu nos arredores de Petrogrado a 14 de Agosto de 1844, sendo filho de pais nobres, e formou-se em filosofia na Universidade de Leipzig, recebendo o diploma de doutor em 1874. Tendo vindo á Madeira em Novembro de 1861 para

acompanhar uma sua irmã que estava sofrendo de tuberculose pulmonar e que aqui faleceu passados meses, demorou-se nesta ilha por algum tempo, havendo feito estudos especiais sobre a musica madeirense, acerca do qual publicou na *Gazeta da Madeira* do ano de 1869 um interessante artigo intitulado Alguns dados da historia da Musica na Madeira, o qual foi reproduzido no *Jornal do Comercio*.

Platão de Vaksel esteve também em Lisboa, afim de proceder a investigações históricas e bibliografias nas principais bibliotecas, regressando depois á Madeira, onde contava numerosos amigos. Em Junho de 1870, voltou para a Rússia, onde desempenhou o elevado cargo de director da chancelaria no Ministério dos Negócios Estrangeiros daquele império. Era membro do Instituto de Coimbra e da Sociedade de Geografia de Lisboa, e além do trabalho a que já nos referimos, publicou muitos outros cujos títulos vêm assinalados no volume XVIII, página 295 do *Diccionario Bibliographico Portuguez*, tendo dois deles, referentes á musica em Portugal, aparecido na Gazeta da Madeira dos anos de 1866 e 1868.

Platão de Vaksel era vivo ao tempo em que principiou a guerra da Alemanha com a Russia, em que este último país combateu por alguns tempos ao lado da França e da Inglaterra, mas depois disso não mais se receberam noticias suas nesta ilha.

V. Faria e Castro (José Carlos de).

Valadas (Coronel Manuel Raimundo de). V. *Juntas de Paróquia*.

Valença (Marqueses de). V. *Vimioso (Condes de)*.

Valente (*Vapor*). A primeira embarcação a vapor empregada no serviço costeiro desta ilha foi o chamado Vapor Valente, que chegou ao Funchal, vindo de Inglaterra, no dia 1 de Setembro de 1872 e que deu á costa a 11 de Novembro de 1876. Houve a imprevidência de o deixar ancorado á terra do Ilhéu quando começava a soprar uma violenta tempestade do quadrante sul, indo de encontro á costa, por debaixo da quinta Lambert, onde foi inteiramente destruído.

Vales. Nesta ilha, diz-se no *Diccionario Universal Ilustrado Portuguez*, «ha vales de paisagem indescritível em todas as variantes do belo rústico: tudo que ali é arte, cultura, trabalho do homem, fica acessório, mesquinho, nulo quase á contemplação, e só a natureza se ostenta grandiosa na profusão daquelas suas espontâneas magnificências; ali, o pincel cairá da mão, a corda da lira

estalará tremula, e a pena do prosador que tentar descrever estenuará em grandiloquas vulgaridades, porque só poderia dar os traços e a matiz desses paineis o poder que, com o seu fiat criador, os produziu, tomando por instrumentos os vulcões e o mar. Destes vales mencionaremos cinco: a leste o de Machico, a sul o do Funchal, e, incluindo neste, o Vale Formoso, cujo todo forma um vasto panorama em anfiteatro, enlevo de quantos viajantes entram a baía e porto amplíssimo que lhe ornaram as praias; a doze e meio quilómetros daqui, nos elevados confins da freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, o vale do Jardim da Serra, opulento de variada vegetação indígena, no acidentado recesso das montanhas sertanejas, verde-negras de inculto arvoredado nativo, que em quase completo círculo o abrigam, deixando-lhe só aberto o do sul, em cuja direcção, serpeado por dois ribeiros, alfim unidos em vistosa cachoeira, com eles se prolonga para o mar; a norte o vale de São Vicente, onde é a vilasinha, cabeça do concelho e comarca deste nome, vale amplo, ameníssimo em si, e surpreendente pelo contraste das inacessíveis e incultas montanhas que, topetando com as nuvens, o cercam excepto por norte, á beira-mar; e finalmente, para leste o vale em circuito da Penha de Aguiá, gentil nome, que, na sua sublime concisão, está dizendo ser aí um promontório altíssimo, verde-negro, sobranceiro ao território adjacente, majestoso, condigno trono da rainha dos ares, vale este formado pela freguesia do Faial e pela do Porto da Cruz, e cujo sítio, conjunto com essa penha que lhe deu o nome é tão espantosamente belo, que não tem rival que o humilde nos edens da Europa, do mundo talvez....»

Valhadolid (*Padre Francisco*). Apesar de qualquer afirmação em contrário, a verdade é que a Madeira não tem servido de berço a indivíduos que deixassem no nosso país nome aureolado nos anais da arte musical. Apenas o padre Francisco Valhadolid gozou de grande nomeada no seu tempo e dele fazem menção muito honrosa Barbosa Machado na *Bibliotheca Lusitana*, Joaquim de Vasconcelos na sua obra *Os Músicos Portugueses*, e provavelmente se ocupará dele Ernesto Vieira no *Dicionário dos Músicos Portugueses*, o que neste momento não podemos verificar.

Vimos já pôr em duvida que fosse natural desta ilha, devido talvez ao estranho apelido de que usava, mas tendo vivido durante largos anos em Lisboa, na freguesia de Santos-o-Velho e ali falecido, e dizendo o respectivo assento de óbito que era natural da Madeira, é para acreditar que o sacerdote que lavrou esse termo tivesse conhecimento da naturalidade dum seu colega, que por muitos anos residiu nos limites da sua paróquia.

Dão Valhadolid por nascido em 1640, tendo falecido na freguesia de Santos a 17 Julho de 1700 e jaz sepultado na respectiva igreja paroquial. Diz Joaquim de Vasconcelos que no Funchal foi discípulo do cónego Manuel Fernandes na composição, e em Lisboa do

distinto músico João Alves Frovo no contraponto. Dedicou-se à música sacra e deixou muitas composições, que Vasconcelos enumera e que foram consideradas no seu tempo como produções de grande valor artístico. Trabalhava numa obra intitulada Mistérios da música, assim praticada como especulativa, quando a morte o surpreendeu. Possuía uma rica biblioteca musical, que parece ter-se perdido completamente.

Era presbítero secular e durante muitos anos exerceu o cargo de professor de música do seminário arqui-episcopal de Lisboa.

Vapor. O primeiro navio movido a vapor que visitou o porto do Funchal foi o Duke of York, da marinha mercante inglesa. Chegou aqui na primeira quinzena do mês de Maio de 1828, com grande número de passageiros que visitaram vários pontos da ilha.

O Duke of York esteve também no Porto Santo, onde chegou a 15 de Maio, com 400 e tantos passageiros, alguns deles pessoas do Funchal. Estes passageiros desembarcaram naquela ilha pelas 11 horas do dia, e depois de verem os principais lugares embarcaram pelas 3 horas da tarde com destino à Madeira.

Vapor. Quase em frente da antiga rua das Dificuldades, existiu outrora uma edificação de madeira muito curiosa, conhecida pelo nome de Vapor, cujas extremidades assentavam sobre as duas margens da ribeira de Santa Luzia. Tinha um só pavimento, era pintada de vermelho e destinou-se primitivamente a um botequim e casa de banhos, servindo nos últimos anos de moradia a algumas famílias pobres. Foi construída em 1837 e demolida, segundo cremos, em 1898, por se achar muito arruinada. Era frequente ver muitos dos estrangeiros que entre nós passavam o inverno, reproduzirem pelo desenho ou pela pintura a extravagante construção que existia sobre a ribeira de Santa Luzia.

Vara de Salto. Aparelho de pesca que consiste numa vara de vinhatico ou folhado, tendo na ponta uma linha, na extremidade da qual está um arame de cerca de meio metro de comprido, provido dum anzol. Serve na pesca do gaiado e atum, sendo o anzol liso quando destinado a apanhar o primeiro destes peixes, e provido de barbas quando destinado à pesca do atum.

O gaiado quando prende o anzol dá um salto e vem bater ordinariamente no peito do pescador, que com os dentes arranca o mesmo anzol do peixe.

Varadouros (*Capela e portão dos*). V. *Nossa Senhora dos Varadouros e Portas da cidade*.

Varela. Este apelido de família procede de Lopo Dias de Lira Varela, filho de Afonso de Aragão, cavaleiro napolitano. Este Lopo Dias serviu em África, foi moço fidalgo da casa real em 1515, e cavaleiro professo da Ordem de Cristo.

Varela (*Cónego Dr. Antonio Vicente*). Nasceu na freguesia da Ponta do Sol a 10 de Novembro de 1854 e faleceu nesta cidade a 12 de Dezembro de 1903. Coursou o liceu e seminário do Funchal e ordenou-se de presbítero no ano de 1881. Em 1886, concluiu a sua formatura em teologia na Universidade de Coimbra e por carta régia de 29 de Março de 1900 foi apresentado cónego na nossa Sé Catedral. Foi professor do Seminário do Funchal, deputado por este arquipélago na sessão legislativa de 1892 a 1893 e presidente da Comissão Administrativa da Misericórdia do Funchal, tendo desempenhado outras comissões de serviço público.

Era o Dr. Varela uma inteligência muito culta, um trabalhador incansável e um ardente lutador, mas um espírito irrequieto e em extremo impressionável, por vezes violento e atrabiliário, sobretudo como jornalista, o que lhe acarretou a malquerença de muitos, tendo por isso que sustentar rudes campanhas e até sofrer penalidades impostas pelos seus superiores hierárquicos.

Fundou vários jornais, tendo quase todos uma vida efémera. Entre eles, destaca-se O Latego, pela violência da linguagem e pelos ataques dirigidos à autoridade eclesiástica, de que mais tarde o Dr. Varela sinceramente se arrependeu.

Sem ser um notável jornalista, possuía uma tão grande facilidade de redacção que causava assombro. Publicou em volume: *A suspensão do professor da Escola Municipal da Ponta do Sol*, Manuel José Varela, 1888, de 52 páginas, *Ultimas observações dum sentenciado. Resposta á critica do reverendo padre Pacheco...*, 1889, de 127 paginas; *A guerra do Sr. D. Manuel Agostinho Barreto à confraria de N^a S.^a do Monte do Carmo*, 1891, de 137 páginas, que saiu anónima; e a *Victima da Rolha. A Decapitação do «Latego»...*, 1891, de 282 páginas, que também saiu como publicação anónima.

Varela (*Dr. Jose*). Nasceu na Ponta do Sol a 19 de Março de 1874 e é medico-cirurgião pela Escola Médico-cirúrgica de Lisboa e capitão-medico do exército, tendo-se alistado no posto de alferes a 21 de Outubro de 1903. É vogal da Junta Geral do Distrito e em 1921 foi eleito senador pela Madeira (1922).

Varoes Ilustres. Subordinada a este título, vamos apresentar uma resenha de vários indivíduos desta ilha, que notavelmente se

distinguiram fora do seu torrão natal e de modo particular nas nossas campanhas de além-mar. Muitos deles mereciam mais larga referência em artigos especiais e até alguns uma desenvolvida biografia, mas, para uns, escasseiam-nos os elementos indispensáveis, e para outros deu-se a involuntária omissão de os não colocar nos lugares que nesta obra deveriam ocupar.

António Gonçalves da Câmara era bisneto do descobridor João Gonçalves Zarco e filho de Dona Ana de Eça, camareira-mor da rainha D. Catarina. Foi caçador-mor do rei D. João 3.º e exerceu cargos importantes na corte, depois de ter militado com estremo valor em terras do Oriente. Raptou violentamente D. Isabel de Abreu, como fica referido com largueza a página 6 do volume I desta obra.

João Rodrigues de Noronha, filho do 3.º capitão-donatario do Funchal, diz um cronista que foi soldado de grande fama na Índia e teve o cargo de capitão do mar na costa de Diu e depois o de capitão-mor de Ormuz.

Manuel de Noronha, irmão do antecedente, que muito se distinguiu nas campanhas de Marrocos, sendo fronteiro em Safim.

Rui Gonçalves da Câmara, capitão-mor do mar da Índia e capitão de Barcelor e de Ormuz, que deixou nome aureolado em várias façanhas que praticou.

Luís Gonçalves de Ataíde, senhor das ilhas Desertas, militou em África, sendo capitão da praça de Ceuta. Foi pai do conde de Atouguia e progenitor dos senhores deste título.

Jordão de Freitas, a quem mui elogiosamente se referem os cronistas da Índia, nasceu na vila de Santa Cruz e foi capitão de Maluco e senhor das ilhas de Amboíno e Siam, por doação feita pelo rei de Ternate e depois confirmada por D. João 3.º no ano de 1543.

Gonçalo de Freitas da Silva, filho do anterior e também natural de Santa Cruz, serviu valorosamente na Asia, onde teve os mesmos senhorios de seu pai, que foram, confirmados por D. Sebastião em 1574.

Jordão de Freitas da Silva, filho do anterior, que, diz um genealogista, «foi embaixador á França na cobrança da artilharia e mais fazenda que lá se perdeu no ano de 1626», tendo falecido no desempenho desta missão, sendo, como recompensa desse serviço, dada a seu filho Gonçalo de Freitas, a comenda de Santa Maria de Lisboa, na Ordem de Cristo.

João de Freitas da Silva, membro da mesma família, organizou nesta ilha, em 1631, uma companhia de 100 homens, pagos á sua custa, e com ela foi combater em Pernambuco, sendo aí morto pelos holandeses.

Diogo Cabral, que serviu distintamente no oriente, tendo sido nomeado pelo monarca capitão da frota destinada ao descobrimento da ilha do Ouro, empreendimento que se não realizou, pelas dificuldades que lhe levantou o governador da Índia, Martim Afonso de Sousa.

Lopo Mendes de Vasconcelos, militou valorosamente na Índia, tendo ido aquele estado como capitão duma nau da frota que comandava Vasco da Gama, do qual era cunhado. Voltou novamente este madeirense á Asia como capitão duma nau.

Manuel de Vasconcelos, filho do anterior, era chamado o da Índia, pelo muito que ali serviu, e foi capitão de Maluco e de Cananor. Era marido da celebre heroína Isabel da Veiga, que tanto se notabilizou no cerco de Diu e da qual fazem o mais alto panegirico todos os cronistas das nossas campanhas na Asia. Por ser casada com um madeirense, alguns a tomaram como natural desta ilha, mas nasceu no Continente do Reino, de família ilustre.

Manuel de Vasconcelos da mesma família, passou á Índia em 1613, por capitão duma nau, em companhia de seis filhos, que todos deram provas de grande valor, pelo que o primeiro, António Mendes de Vasconcelos, teve uma comenda da Ordem de Cristo, que passou, por sua morte, a seu irmão Luís Mendes de Vasconcelos, que foi comandante da fortaleza de Baçaim. Outro filho de Manuel de Vasconcelos, por nome André de Vasconcelos, morreu heroicamente na batalha naval do mar de Ormuz.

Antonio Mialheiro ou Malheiro, esteve na tomada de Azamor, como capitão-mor de quatro caravelas e ali prestou serviços relevantes, sendo depois governador do castelo de São Jorge da Mina.

Rui Dias de Aguiar, o Velho, morreu na fortaleza do cabo de Gué, em Africa, depois de a ter valorosamente defendido, como capitão dela, distinguindo-se também ali um seu filho do mesmo nome.

Pedro Afonso de Aguiar, irmão do anterior, foi armador-mor do Reino, provedor dos armazéns e comendador da Ordem de Cristo. Passou á Índia, como capitão duma nau, na armada de Lopo Soares, e com este se achou na destruição de Cranganor, tendo sido capitão-mor do Mar do Sul, no oriente. Mais tarde, esteve com D. Jaime, duque de Bragança, na conquista de Azamor, em Africa,

sendo encarregado da direcção dos serviços do mar, em que era muito perito.

Luís de Noronha e João Fogaça de Eça, filhos de Pedro Gonçalves da Câmara e de D. Joana de Eça, camareira-mor da rainha D. Catarina, foram os dois capitães da armada que, por ordem do capitão-donatario do Funchal, Simão Gonçalves da Câmara, saiu desta ilha em socorro da fortaleza de Santa Cruz no cabo de Gué, em Africa, tendo-se ali distinguido pelo seu valor e coragem.

João Fernandes de Andrade, a quem já noutra lugar nos referimos (volume I, pagina 66), bem como seus filhos, nascidos nesta ilha, serviram valorosamente em África, pelo que lhes concedeu D. João o brasão de armas próprio com o apelido de Arco. Eram descendentes dos Andrades de Galiza, condes de Vilhalva. Filho de João Fernandes de Andrade era Francisco de Andrade que combateu heroicamente em Marrocos e que, tendo ali morto uma onça, ofereceu a pele dela a D. Manuel, que muito a apreciou.

António Correia, a quem os seus contemporâneos chamaram o Grande, que muitas vezes se distinguiu notavelmente na África e na Ásia, praticando actos do mais estremado valor, com o maior desinteresse e abnegação, não só com avultado dispêndio dos seus haveres mas ainda recusando quaisquer recompensas pelos serviços prestados. Durante muitos anos se conservaram em poder de seus descendentes várias cartas que alguns monarcas lhe dirigiram, enaltecendo-lhe os feitos valorosos e agradecendo-lhe os serviços que desinteressadamente prestara ao seu rei e á sua pátria. Muitos anos depois da sua morte, foi restituído ao seu bisneto António Correia Henriques a carta de nobreza e o foro de fidalgo, que António Correia já possuirá em atenção aos grandes serviços por ele prestados. Os seus descendentes Jorge Correia Betencourt, João Correia Betencourt e especialmente Gaspar Correia Betencourt, também batalharam valorosamente em África, tendo o ultimo sido morto no Funchal, em 1566, por ocasião do saque dos corsários franceses, na defesa da cidade.

Manuel de Freitas Drumond foi grande soldado na Índia, no dizer dum cronista, havendo sido armado cavaleiro em Mombaça, por ocasião do cerco posto a esta cidade.

Lopo de Arouguia, que prestou grandes serviços na Índia, sendo despachado governador da fortaleza de Damão.

Simão de Atouguia distinguiu-se notavelmente em Tanger, pelo que lhe foi concedida a comenda de São Pedro do Sul na Ordem de Cristo.

João de Betencourt de Vasconcelos passou à Índia como capitão duma nau e ali deu provas de grande valor, tendo desempenhado vários cargos.

Matias de Andrade e seu irmão Manuel de Andrade Correia tornaram-se conhecidos no oriente português pelos postos que tiveram e pelos actos de bravura que ali praticaram.

Henrique Moniz de Meneses foi agraciado com a Comenda de São Cosme, na Ordem de Cristo, em atenção aos relevantes serviços que prestou em África. Seus filhos Vasco e Pedro Moniz também se distinguiram em varias campanhas, tendo morrido afogados na viagem que fizeram para o Maranhão, na armada de D. Luís de Melo, no terceiro quartel do século XVI.

Tristão Teixeira, neto do primeiro donatário de Machico, distinguiu-se tão notavelmente na Índia como guerreiro, que era conhecido pelo nome de Temerário.

Rafael Catanho, de quem vários cronistas se ocupam, teve fama de grande soldado nas terras do oriente e foi á Índia como capitão duma nau.

António de Andrade Couto, foi, diz um antigo escrito, um capitão famoso em combates contra os persas, distinguindo-se pelo denodo e sangue frio com que se batia.

Belchior Berenguer foi um valente e destemido soldado, que, entre outros feitos, conta o de ter vencido em desafio «um soberbo mouro de grandes forças».

Fernão Lopes de Freitas, dos Freitas da Madalena, depois de ter servido com distinção na Índia, foi alcaide-mor de Tanger, cujo cargo se perpetuou nos seus descendentes.

Gaspar Vilela, diz um antigo manuscrito, nasceu na Ribeira Brava e foi valoroso cavaleiro na fortaleza do cabo de Gué. No ataque a Safim, em que os mouros mataram o capitão e o adail desta praça, fez Gaspar Vilela parte da expedição que foi em socorro dela, sustentando um certo numero de homens á sua custa e ali permaneceu alguns meses, praticando actos de valor. Também acompanhou o infante D. Luís na jornada de Túnis.

António Espinola batalhou voluntariamente na Índia e era capitão duma nau na tomada de Mangalore, em que se portou como um herói.

Mem de Ornelas e Vasconcelos morreu em Chaul, onde se distinguiu como capitão duma hoste, tendo servido na Índia durante muitos anos, sempre à sua custa e com grande desinteresse.

João de Ornelas de Vasconcelos, próximo parente do anterior, militou durante muito tempo em Marrocos e tornou-se conhecido pelos seus actos de bravura nas tomadas de Safim e Azamor.

Francisco Figueiroa levantou nesta ilha um terço, de que foi mestre de campo, indo com ele combater nas guerras contra os holandeses no Brasil e havendo sido um dos restauradores de Pernambuco. Foi depois governador-geral do arquipélago de Cabo Verde.

Manuel Dias de Andrade encontrou-se na restauração da Baía como capitão duma nau, pelejando muitas vezes e com grande heroísmo em várias armadas contra os turcos e holandeses. Faleceu em Cabo Verde, quando se dirigia na armada de Francisco de Melo a incorporar-se nas forças que iam tentar a restauração de Pernambuco.

António de Freitas da Silva fez parte do exército que restaurou a Baía, foi destemido capitão nas guerras de Pernambuco e distinguiu-se depois nas campanhas da restauração contra a Espanha, tendo sido governador das armas de Trás-os-Montes e capitão-mor duma armada.

João de Freitas da Silva, parente do anterior, levantou á sua custa nesta ilha uma companhia de cem homens, indo pelejar nas guerras de Pernambuco, onde se distinguiu, e ali morreu ás mãos dos holandeses.

Francisco de Betencourt e Sá por meados do século XVII, depois de combater heroicamente no Brasil, organizou na Madeira um terço, indo servir nas guerras de Flandres.

Diogo Vaz da Veiga, irmão de Tristão Vaz da Veiga, esteve dois anos em Arzila, diz Gaspar Frutuoso, e depois serviu em várias

armadas, sendo algumas vezes capitão duma galé «acontecendo-lhe boas aventuras». Morreu estando eleito capitão de Tanger.

Tristão de França, que foi cavaleiro de Cristo e fidalgo da Casa Real, distinguiu-se valorosamente nas guerras do Brasil, tendo sido capitão de mar e guerra na armada em que António Teles de Meneses serviu de general.

Francisco de França Barbosa, irmão do anterior, teve o posto de capitão de mar e guerra e depois o de mestre de campo entre Douro e Minho, cuja província governou nas guerras da restauração, em que notavelmente se distinguiu, referindo-se a ele o conde da Ericeira, no Portugal Restaurado, nos mais elogiosos termos.

Luís Telo de Meneses, que era capitão de infantaria, morreu heroicamente na batalha de Montijo, um dos combates em que as tropas portuguesas deram provas de mais valor nas guerras da restauração.

Lúcio Betencourt de Vasconcelos foi um dos valentes soldados das guerras da restauração, em que ocupou o posto de capitão de infantaria.

Cristovão de Ornelas de Abreu também militou nas campanhas da restauração, em que se distinguiu, sendo depois governador da nova colónia de Buenos Aires.

Zenobio Acciaioli batalhou valentemente nas guerras de Pernambuco e ali foi mestre de campo, ganhando fama de esforçado cavaleiro. João Baptista Acciaioli, irmão do antecedente, igualmente se distinguiu nas campanhas de Pernambuco, após a restauração de Portugal.

Francisco de Berenguer de Andrade, sogro do ilustre João Fernandes Vieira, um dos primeiros que tomaram parte nos combates que precederam a restauração de Pernambuco, dando mostras de notável intrepidez. Antonio de Andrade Berenguer, Francisco Berenguer, Manuel Dias de Andrade e Agostinho César Berenguer, cunhados de Fernandes Vieira, muito se distinguiram nas guerras do Brasil e nas da restauração, mas nasceram todos na Baía.

Félix Ferreira serviu com denodado valor em vários combates e afirma-se que foi principalmente devido á sua coragem que se salvou a maior parte dos portugueses na armada que se perdeu nas costas da França, no ano de 1626.

Lourenço da Veiga, irmão de Tristão Vaz da Veiga, de quem dizem as Saudades: Sendo mancebo, serviu algum tempo em Arzila e em Tanger; onde foi ferido. Andou em algumas armadas como soldado, e foi capitão-mor de uma frota que deu caça a um corsário e de outros que foram á Mina e aos Açores.

Dos madeirenses João Fernandes Vieira e Antonio de Abreu, ocupámo-nos noutro lugar desta obra, e do 2.º, 3.º, 4.º, 5.º e 6.º donatários do Funchal, deixámos também esboçados uns ligeiros esforços biográficos donde constam os mais importantes serviços prestados por eles ao país.

Varona (*Fr. Inácio José*). Pertencia á ordem dos Carmelitas e pregou na igreja do Colégio por ocasião das festas pomposas que ali se realizaram em acção de graças por ter o Marquês de Pombal escapado ao crime planeado pelo genovês João Batista Pelle, que foi justicado no dia 11 de Outubro de 1775. o discurso de fr. Inacio foi publicado e tem o seguinte título: *Oração na acção de graças que a Real Junta da Fazenda da ilha da Madeira fez celebrar pela prodigiosa conservação da muito necessária vida do Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Marquez de Pombal Sebastião José de Carvalho e Mello na egreja de São João Evangelista da cidade do Funchal em 20 de Janeiro dirigida pelo seu presidente o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor João Antonio de Sá Pereira, do concelho de S. M. Fidelissima, Senhor d'Alverca, Alcaide Mor de Monte Mor o Velho, Comendador da Ordem de Christo, Governador e Capitão General desta Ilha da Madeira, Lisboa, 1776, 23 páginas.*

Vasconcelos. Há, segundo parece, quatro ramos deste apelido, procedendo um de Martim Mendes de Vasconcelos, outro de Mem Rodrigues de Vasconcelos, que foi casado com D. Catarina Furtado de Mendonça, filha mais velha de Bartolomeu Perestrelo, primeiro donatário do Porto Santo, outro de Gaspar Mendes de Vasconcelos, que casou com uma filha de Tristão Vaz, e o quarto de Fernão Tavares de Vasconcelos, natural de Freixo de Numão, que assentou residência em Santa Cruz, pelos anos de 1540.

V. Ornelas.

Vasconcelos e Sá (*João Augusto de*). Nasceu nesta cidade a 9 de Julho de 1880, ao tempo em que seu pai comandava a bateria de artilharia aquartelada em São Tiago, sendo filho do então capitão Luis Augusto de Vasconcelos e Sá e de D. Maria Algeraz de Vasconcelos e Sá. É um dos mais apreciados poetas contemporâneos e autor dos livros de versos Um livro, e Rimas pobres. Escreveu a célebre canção Margarida vai á fonte, que obteve um extraordinário sucesso.

João Augusto de Vasconcelos e Sá, ex-oficial de cavalaria, foi um dos 289 deportados políticos que, depois da Jornada de Monsanto, estiveram presos no Lazareto de Gonçalo Aires, do Funchal (volume I, página 350).

Vasconcelos e Sousa (*Afonso e José de*). *V. Sousa* (*Afonso e José Caminha de Vasconcelos e*).

Vaz. Além dos descendentes de Tristão Vaz, houve desde a primitiva, diz o Dr. Azevedo, pessoas mecânicas com este apelido: em 1471, era ourives no Funchal um Lopo Vaz.

Vaz. (*Padre Fernando Carlos de Meneses*). Nasceu na freguesia de Santana a 1 de Fevereiro de 1884. Coursou o Seminário desta diocese e ordenou-se de presbítero no ano de 1909. É actualmente pároco da freguesia do Porto da Cruz. No *Correio da Madeira*, publicou uns bem elaborados artigos, contendo notícias históricas acerca de algumas freguesias do norte desta ilha. No arquivo paroquial do Faial, descobriu há pouco o assento de nascimento do ilustre madeirense João Fernandes Vieira, sendo antes disso desconhecida a freguesia da sua naturalidade, apesar das aturadas investigações que nesse sentido tinham sido feitas (1921).

O Padre Fernando Vaz, que consagra os seus ócios a diversos estudos genealógicos destinados a ser publicados, é neto do distinto linhagista madeirense João Agostinho Pereira de Agrela (volume I, página 20 e volume II, página 435).

Vaz (*Tristão*). É Tristão Vaz o conhecido e intrépido companheiro de João Gonçalves Zargo no descobrimento deste arquipélago. Compartilhamos da opinião do ilustre anotador das Saudades quando afirma que o apelido de Teixeira apostado ao nome de Tristão Vaz foi um acrescentamento feito pelos cronistas, devido certamente á circunstancia da descendência do navegador ter usado aquele apelido, que provém de Branca Teixeira, mulher de Tristão Vaz. A carta de doação da capitania de Machico, datada de 1440, diz apenas Tristão, e assim também o chama Gomes Eanes de Azurara, o mais antigo cronista que se ocupou do nosso arquipélago e que escreveu a sua crónica por 1453. João de Barros, por meados do século XVI, e Damião de Góis, aproximadamente pela mesma época, isto é um século depois da morte do ilustre descobridor, dão-lhe o nome, o primeiro de Tristão Vaz e o segundo de Tristão Vaz Teixeira, sendo esta a primeira ocasião em que aparece o apelido Teixeira.

É interessante transcrever sobre o assunto, uma das notas á obra de Frutuoso:

«Além de Antonio Cordeiro e de José Soares da Silva, também Damião de Gois e Antonio Galvão deram ao primeiro capitão donatario de Machico o nome de Tristão Vaz Teixeira.—Temos isto por manifesto equívoco, derivado das mesmas causas apontadas

em referência áquelles dois primeiros escriptores. Todos quatro foram posteriores á adopção do appellido materno Teixeira pelos descendentes de Tristão Vaz de que se fala nas Saudades e confundiram este com esses descendentes. Porque, que Tristão Vaz não tomou o appellido de Teixeira, nem por elle era designado, provam-no: 1.º a carta de doação da capitania de Machico, que lhe não menciona esse appellido; 2.º a Chronica de Guiné, por Gomes Eannes de Azurara, único escriptor contemporâneo de Tristão Vaz, e que ahí só Tristão, e Tristão da Ilha lhe chama; 3.º o testamento deste, citado por Frutuoso, onde também não apparece o appellido Teixeira; e 4.º finalmente, as praxes da avoenga, contra as quaes seria o facto do marido adoptar o appellido da família da mulher.

«Mas, fossem todas estas razões inefficazes; prevalecesse o dito de Goes, Galvão, Cordeiro e Soares da Silva ao de Frutuoso, ao testemunho de Azurara, á authentica prova resultante da carta de doação, e ás ideias e costumes da epocha; chamasse se Tristão Vaz Teixeira o primeiro donatario de Machico; por isso mesmo, a rubrica do Cancioneiro de Resende «Tristão Teixeira, capitão de Machico» não alludiria áquelle. Falta-lhe o Vaz, appellido que todas as autoridades, favoráveis ao de Teixeira, antepõem a este. Nenhuma dellas tracta por Tristão Teixeira o primeiro donatario de Machico. Esta, não apposição, mas substituição de appellido só apparece nos descendentes de Tristão Vaz, como se vê nas Saudades da Terra, na Historia Insulana, e nos Nobiliarios madeirenses.

«Portanto, e pelo mais que dito fica nos lugares a que damos este additamento, estamos convencidos de que Tristão Vaz, primeiro donatario de Machico, não tomou o appellido Teixeira, e de que o poeta a que se refere a rubrica do Cancioneiro de Resende fora Tristão Teixeira, das Damas, segundo donatario».

Na carta em que o infante D. Henrique faz doação duma parte considerável da Madeira a Tristão Vaz, chama a este navegador cavaleiro de minha casa, e Azurara, na Chronica da Guiné, diz que os dois descobridores deste arquipelago eram «escudeiros nobres de criação daquelle senhor, os quaes requererom que os avyasse como podessem fazer de suas honras». Destas palavras se conclui, diz o Dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo «que Tristão não era pessoa de baixa condição, mas escudeiro nobre e honrados.» Outra presunção da nobreza de Tristão Vaz é o ter casado com Branca Teixeira, senhora de uma das primeiras famílias do reino, e de já com ela casado e com filhos vir para a ilha da Madeira, antes de lhe ser dada a capitania de Machico, o que mostra que o casamento não foi alcançado por causa desta mercê.

«Este capitão de Machico, Tristam, diz Frutuoso, foi tão estremado por seu esforço naquelle tempo em que servia ao Infante D. Henrique, que comumente lhe chamavam Tristam, sem mais sobrenome, por honra de sua cavallaria; porque El-Rey, por elle ser tal, lhe deo na cavallaria por armas em campo azul uma ave Phenix; e assi como esta ave he uma só no mundo, assi elle era hum só

cavalleiro de seu nome Tristam. Isto davam a demonstrar muitas provisões e cartas que El-Rey lhe escrevia e os Infantes, e sempre o nomeavam por Tristam da Ilha, Cavalleiro de sua Casa; e elle em seu testamento assi se nomeia, sem mais ornato de cognome; porque desta maneira se divisava em suas armas, que eram (como tenho dito) uma ave Phenix a qual seus descendentes sempre trouxeram em suas armas, quarteadas com outras, que ajuntaram da parte feminina dos Teixeiras, que são huma cruz aberta e huma flor de liz, que hoje estão esculpidas no arco da sua capella, S. João Baptista, que está na igreja mor de Machico.»

Devemos no entretanto lembrar aqui, como já em outro lugar notámos, que o nome de João Gonçalves Zargo vem sempre, nas antigas crônicas e nos velhos nobiliários madeirenses, rodeado duma auréola de mais prestígio e de mais elevada consideração do que o de Tristão Vaz, fazendo-nos acreditar que o primeiro descobridor, pelas suas qualidades pessoais, pela sua posição social ou ainda por assinalados serviços anteriormente prestados teria conquistado os direitos de primazia e de superioridade que o antepunham ao seu companheiro de descobrimento. Escreve o Dr. Gaspar Frutuoso: «A escriptura que tem os herdeiros de João Gonçalves diz que elle foi o principal neste feito (a descoberta), e, nomeando Tristão Vaz por Tristão da Ilha, como El-Rey e o Infante em suas provisões e doações o nomearam, como pessoa menos principal, e nam de tanta idade, nem calidade como João Gonçalves». E em outro lugar diz ainda o historiador das Ilhas, referindo-se á primeira colonização: «mandou dous capitães com João Gonçalves, que eram Bartholomeu Perestrello, que havia de ficar no Porto Santo, e Tristam, cavalleiro da casa do Infante, que ambos vinham debaixo da bandeira do dito João Gonçalves Zargo (ainda que não faltão muitos que outra cousa digão)...»

Conjectura-se que Tristão Vaz tivesse nascido nos últimos anos do século XIV. Militou em África e ali foi armado cavaleiro pelo Infante D. Henrique, a cuja casa pertencia, sendo um dos seus escudeiros fidalgos, como já fica referido.

Feito o descobrimento da ilha da Madeira, cuja narrativa sumaria se encontra em outro lugar, diz o autor das Saudades que Tristão Vaz, acompanhado de sua mulher e filhos, se estabeleceu nesta ilha no mês de Maio de 1425. Procedeu-se em seguida, entre ele e Gonçalves Zargo, á divisão da Madeira em duas capitánias, delimitando-se a esfera de jurisdição dos dois capitães-donatarios, como já fica referido nos artigos Donatários, Capitánias, Capitania de Machico e Ponta da Oliveira, para onde remetemos o leitor, afim de evitar desnecessárias repetições. Também nesses artigos nos referimos sumariamente á administração de Tristão Vaz como capitão-donatarío, a qual parece ter deixado bastante a desejar.

Pelo castigo que infligiu a Diogo Barradas, (volume I, pagina 128), foi chamado á corte pelo monarca e entregue á acção da justiça, sendo condenado a degredo para a ilha de São Tomé, onde permaneceu algum tempo. A sua posição social, os serviços prestados e

as influências que se moveram em seu favor, restituíram-no á posse da capitania de Machico.

«Por certos negócios que tinha no Algarve, diz Frutuoso, se foi este Tristam, primeiro capitão, a Silves, onde falleceu da vida presente, deixando povoada a sua jurisdição com filhos e filhas, e tão nobre geração, como ficou delle, tendo de sua idade mais de oitenta annos dos quais governaria cincoenta, pouco mais ou menos».

Vaz da Veiga (*Tristão*). Ainda em vida do capitão-donatario de Machico D. Francisco de Portugal, conde de Vimioso, contemplou D. Filipe II com aquella capitania a Tristão Vaz da Veiga a 25 de Fevereiro de 1582 e, a 19 de Outubro de 1585, nomeava-o governador geral deste arquipélago, tendo tomado posse deste cargo a 22 de Novembro do mesmo ano. Era a paga da traição que Tristão Vaz da Veiga fizera à sua pátria.

Diz Gaspar Frutuoso que de seus «heróicos feitos e gloriosas vitorias está cheio o céu e a terra, desde o Japão até á China, de Malaca até ao Ganges, do Ganges até ao Tejo e do Tejo até os limites do mar e da terra». Muitos autores se occupam de Tristão da Veiga e são todos unânimes em enaltecer-lhe o valor guerreiro e as acções heróicas que praticou, consagrando-lhe o autor das Saudades da Terra cinquenta longas paginas com o mais caloroso e alevantado panegirico. Mas depois de tantas façanhas gloriosas, que sobremaneira contribuíram para levantar o prestigio do nome portuguez no Oriente, Tristão Vaz denegriu a memória dos seus feitos, bandeando-se com os inimigos da sua pátria e entregando vil e traiçoeiramente a fortaleza de S. Julião da Barra, que guardava a entrada da barra de Lisboa, apressando assim a queda de Portugal sob o jugo castelhano.

Diz Pinheiro Chagas que o «novel governador, que já anteriormente vendera a D. António Prior do Crato os seus serviços, não hesitou em entregar ao general espanhol as chaves marítimas de Lisboa pela módica recompensa duma renda annual de três mil cruzados e a vila de Machico na Ilha da Madeira».

Esta recompensa foi acrescentada, como já fica dito, com o importante cargo de governador-geral do arquipélago da Madeira e não sabemos se outras pagas teria recebido pela sua vilíssima traição.

Foi o terceiro governador-geral deste arquipélago durante a dominação espanhola, e força é confessar que no desempenho deste lugar prestou excellentes serviços, sobretudo em afastar com prontos e enérgicos socorros as tentativas de vários navios corsários,

que por vezes pretenderam assaltar esta ilha.

Tristão Vaz da Veiga era bisneto de João Gonçalves Zargo e neto de D. Beatriz Gonçalves da Câmara, filha do descobridor, que casou com Diogo Cabral. Morreu em 1604 ou pouco antes, com cerca de 67 anos de idade.

Veiga (*Dr. José Manuel da*). O Dr. José Manuel da Veiga nasceu no Funchal a 18 de Outubro de 1794 e era filho de João Paulo da Veiga e de D. Jacinta Rosa Leça da Veiga.

Em 1816, matriculou-se na faculdade de cânones da Universidade de Coimbra e depois de um curso brilhantíssimo, em que alcançou o primeiro prémio em todos os anos, recebeu o capelo em 1822 e em seguida foi admitido no corpo docente daquele estabelecimento de instrução superior. Durante os seus estudos académicos, revelou-se um estudante de tão extraordinário talento, que os condiscípulos o chamavam para seu leccionista e explicador e os lentes o admitiam na sua intimidade, o que era para admirar numa época em que a rigidez da disciplina universitária não permitia aquelas aproximações entre professores e alunos. Parece que, sendo ainda aluno da Universidade, recebeu ordens sacras e até chegara a celebrar missa, mas abandonou depois a carreira eclesiástica com grande escândalo dos seus contemporâneos. Ao doutorar-se, defendeu uma tese em que atacou um preceito muito importante da disciplina da igreja e que publicou com o título *Memória sobre o celibato eclesiástico...* O volume foi apreendido e mandado inutilizar, tendo circulado poucos exemplares. Em 1866, já depois da sua morte, fez segunda edição desta obra num volume de duzentas e tantas páginas.

Depois de alguns anos de magistério, abandonou a sua cadeira de professor e estabeleceu banca de advogado em Lisboa, e ali teve larga clientela e gozou da fama de um distinto causídico.

Entre os trabalhos jurídicos que lhe granjearam os foros de um notável juriconsulto, destaca-se o seu Código Penal da Nação Portuguesa, publicado em 1837. O Dicionário Bibliográfico de Inocencio faz menção de outros trabalhos jurídicos de José Manuel da Veiga, que por brevidade omitimos.

Também cultivou as musas e publicou uma tragédia com o título de *Medea* e uma colecção de várias poesias. Morreu em Lisboa a 26 de Setembro de 1859.

Veiga Pestana (*Alferes João Paulo da*). Era filho de João Pestana Santos e de D. Carlota Amalia Drumond da Veiga Pestana, e nasceu no Funchal a 25 de Dezembro de 1895. Tendo concluído em 1913 os estudos preparatórios no liceu desta cidade, matriculou-se na Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra afim de seguir o curso de engenharia civil, mas chamado a alistar-se no exército em 1916, após a entrada de Portugal na Grande Guerra, foi logo convocado para a escola de oficiais milicianos, em virtude das suas habitações científicas, sendo colocado como aspirante a oficial em infantaria 30, a 1 de Maio de 1917, e despachado alferes a 5 de Setembro do mesmo ano. Mobilizado para fazer parte do C. E. P. em França, partiu para aquele país a 11 de Setembro do mesmo ano, encontrando ali morte gloriosa na batalha do Lys, em 9 de Abril de 1918, depois de haver passado sete meses nas trincheiras e de haver dado aí inúmeras provas do seu brio e valor militares. A imprensa de Portugal referiu-se largamente ao malogrado oficial João Paulo da Veiga Pestana e a *Ilustração Portuguesa* publicou-lhe o retrato, fazendo-o acompanhar de alguns dados biográficos.

A Câmara Municipal do Funchal, em sessão de 10 de Abril de 1919, deu o nome do alferes Veiga Pestana á antiga rua das Hortas, tendo representado «isto uma singela mas merecida consagração ao jovem oficial que, convidado a fugir quando o perigo mais se aproximava, respondeu, olhos fitos na Pátria: Fuja quem quizer; eu fico no cumprimento do dever».

Veitch (*Henrique*). A 7 de Agosto de 1857, faleceu nesta ilha o súbdito britânico Henrique Veitch, que durante largos anos exerceu as funções de cônsul de Inglaterra entre nós. Deixou o seu nome vinculado á história deste arquipélago, principalmente pela valiosa protecção que dispensou a muitos madeirenses por ocasião da tomada da Madeira pelas tropas miguelistas e ainda durante o período revolto das nossas lutas civis.

Henrique Veitch recebeu a nomeação de representante do seu país na Madeira, durante a segunda ocupação desta ilha por tropas inglesas e em ano que não podemos precisar agora, mas que foi no período decorrido de 1807 a 1814. Apesar do cargo que desempenhava numa tão melindrosa situação, soube conduzir-se de modo a não levantar conflitos com as autoridades locais nem a concitar contra si a má vontade dos habitantes desta ilha.

Henrique Veitch ligou o seu nome á passagem de Napoleão pela Madeira a 23 de Agosto de 1815, pois, como é sabido foi a única pessoa que esteve a bordo da nau *Northumberland* e falou ao imperador, afirmando-se que este o atendera e escutara pelo facto de Veitch lhe ter dado o tratamento de majestade, quando a bordo só era permitido trata-lo pelo simples nome de general Bonaparte. Ao oferecer o cônsul inglês os seus préstimos a Napoleão, respondeu este que lhe seria muito agradável receber alguns livros e frutas, ao que muito gentilmente acedeu Veitch, enviando-lhe uma magnífica oferta de frutas, doces e vinhos velhos. Tendo

Napoleão mandado a Veitch alguns luízes em ouro, destinados ao pagamento do bote que conduzira os refrescos a bordo, diz a tradição que o cônsul os lançara na pedra angular da igreja anglicana da rua da Bela Vista, ao abrir-se o alicerce para a construção daquele templo (Vid. II-422).

Henrique Veitch tinha tamanha predilecção pela Madeira, que aqui despendeu uma parte considerável da sua fortuna na aquisição de muitos prédios e na construção de vários edifícios, entre os quais se destaca a casa da Rua 5 de Outubro, entre as pontes do Bom Jesus e Nova, de uma arquitectura muito original entre nós e que logo desperta a atenção do observador curioso que ali passe. Também são edificações características as casas da rua das Queimadas de Baixo, do sítio da Calassa e da vila de Câmara de Lobos, merecendo menção especial a linda habitação do Jardim da Serra, pela originalidade da construção, pela amenidade do sítio e ainda pelo estranho mausoléu que ali se encontra a pequena distancia da casa e em plena serra, e onde repousam os despojos mortais do cônsul inglês Henrique Veitch.

Como já referimos, foi valiosa a protecção dispensada por Veitch a muitos madeirenses na época agitada das nossas lutas civis. As suas casas serviram de seguro e hospitaleiro asilo a muitos perseguidos políticos e em, 1828, quando as tropas absolutistas ocuparam a Madeira, promoveu a fuga de muitos habitantes desta ilha para bordo da fragata de guerra Alligator, entre os quais se contava o governador Travassos Valdez, o conde de Carvalhal e dois sobrinhos, o deão Januario Camacho, o coronel Albuquerque, o Juiz de fora, o corregedor e muitos outros.

Velosa. O apelido Velosa (Olim Avelosa) procede de Gonçalo Anes de Velosa e de um seu irmão, naturais de Celorico, os quais foram dos primeiros povoadores desta ilha, tendo feito aquele a igreja de S. Bartolomeu, no Funchal.

Velosa Castelo-Branco. O morgado Caetano Velosa Carvalhal Esmeraldo Castelo-Branco representou a Madeira no parlamento na legislatura de 1868 a 1869. Morreu a 12 de Junho de 1874.

Veloso (*Dr. Afonso de Melo Pinto*). Este magistrado foi nomeado governador civil deste distrito por decreto de 27 de Janeiro de 1910 e tomou posse do seu cargo a 24 de Fevereiro do mesmo ano. Serviu poucos meses.

Veloso de Oliveira (*Dr. António Rodrigues*). *V. Oliveira* (*Dr. António Rodrigues*).

Ventos. Intensidade e Percentagem da frequência dos ventos na Ponta de São Lourenço.

De um estudo do distinto oficial da armada C. Pinto Basto Carreiro, extraímos os seguintes interessantes dados:

PERCENTAGEM DA INTENSIDADE DOS VENTOS OBSERVADOS EM S.LOURENÇO DURANTE OS ANOS DE 1930, 1931, 1932

Aragens	Moderados	Fortes	Tempestuosos
N 1%	85%	12%	2%
NNE -	70%	30%	-
NE 0,8%	84%	15%	0,2%
ENE -	75%	25%	-
E -	89%	11%	-
ESE -	83%	17%	-
SE -	86%	13.6%	-
SSE -	54.5%	45.5%	-
S -	74%	23%	3%
SSW -	30%	66%	4%
SW -	46%	50%	46%
WSW -	39%	53%	80%
W -	76%	23%	1%
WNW -	78%	22%	-
NW -	85%	14%	1%
NNW -	76%	22%	2%

Dá-se o nome de Alizados aos ventos regulares que sopram todo o ano com regularidade de um e outro lado do Equador com a direcção N E - S W no hemisfério norte e S E no hemisfério sul.

Os ventos alizados no Atlântico norte começam a fazer-se sentir nitidamente na Ilha da Madeira, algumas vezes mesmo ao sul do

Continente Português. Eles sopram com regularidade até perto do Equador.

Entre os alizados do hemisfério do norte e os do hemisfério sul existe a zona das calmarias equatoriais. Os ventos contra-alizados ou alizados superiores sopram nas altas regiões da atmosfera em sentido inverso dos precedentes.

PERCENTAGEM DOS VENTOS OBSERVADOS EM S. LOURENÇO DURANTE OS ANOS DE 1930, 1931, 1932

Pela observação do gráfico das percentagens dos ventos observados em São Lourenço, vê-se que os ventos predominantes são os do Norte, Nordeste e Noroeste.

Os ventos menos frequentes são os ESE, SSE, WSW e WNW.

Os ventos são observados em São Lourenço e não no Funchal visto os ventos que afectam a baía não são gerais salvo o caso em que pertençam aos quadrantes do sul.

Dos quadrantes do sul os ventos mais frequentes são os do SW e SE.

INTENSIDADE

Os ventos tempestuosos são os do quadrante sul, em especial os S, SSW, e SW e WSW. A maior percentagem destes ventos são fortes.

Os ventos dos outros quadrantes são moderados na sua maior percentagem.

Fácil é verificar observando a escala anexa».

Vera Cruz (*Capela da*). «João Gonsalves Zargo, diz Frutuoso,... passando mais abaixo a humas serras muito altas, ali traçou outra igreja da Vera-Cruz...». Pertence ao descobridor a ideia da fundação desta capela, embora somente mais tarde fosse construída, em ano que se ignora. É todavia uma das mais antigas capelas da diocese, tendo, através dos tempos, passado por diversas transformações, não se encontrando ali presentemente, por certo, cousa alguma da primeira edificação. Fez primitivamente parte da paróquia de Câmara de Lobos ou da Ribeira Brava, começando a pertencer á freguesia do Campanário quando esta foi criada por

meados do século XVI. E desde o ano de 1848, em que a Quinta Grande ficou constituindo uma paróquia autónoma, pertence a esta freguesia a antiga capela da Vera-Cruz.

Fica no sítio a que ela mesma deu o nome, gozando-se dali um belo e vasto panorama. Tem algumas vezes servido de igreja paroquial e é em torno dela que se encontra o cemitério da freguesia. A festa do respectivo orago atrai ali uma considerável afluência de pessoas, especialmente das paróquias circunvizinhas.

(Vid. Quinta Grande).

Verbascos. As plantas que na Madeira são conhecidas por este nome, pertencem ás espécies seguintes: *Verbascum thapsus*, *V. floccosum* e *V. sinuatum*. Todas estas espécies são esbranquiçado-tomentosas e tem folhas grandes, recortadas no *V. sinuatum*, inteiras ou apenas dentadas nos *V. thapsus* e *V. floccosum*, distinguindo-se esta ultima espécie facilmente das restantes pelo seu tormento muito caduco. As flores amarelas e as folhas dos verbascos são emolientes.

Verdade (A). O primeiro numero deste jornal católico, que durou alguns anos, apareceu a 23 de Janeiro de 1875.

Em 1915, apareceu outro periódico com mesmo nome, que deu o primeiro numero a 1 de Maio, terminando com o n.º 216, a 3 de Novembro de 1919.

Vergasta (A). Este jornal deu o primeiro numero a 15 de Outubro de 1873, e acabou no n.º 60, a 6 de Dezembro de 1876.

Vermes. Quatro vermes terrestres, diz Johnson, têm sido assinalados na Madeira, entre as quais a minhoca. Quanto aos vermes marinhos, conhecem-se mais de 240 espécies, colhidas pelo professor P. Langerhans. As espécies novas foram bem figuradas por este naturalista no *Zeitschrift für wissenschaftliche Zoologie* (1879-1884).

O maior e o mais belo dos vermes marinhos madeirenses é o *Amphinone carunculata*, espécie provida de cerdas picantes.

Viação Eléctrica. Em fins de 1910, tentou a Câmara Municipal do Funchal estabelecer a viação electrica na cidade, tendo chegado

a fazer a adjudicação dos respectivos trabalhos á extinta Empresa Madeirense de Automóveis. Como esta adjudicação não fosse aprovada superiormente, estabeleceu a Câmara novas bases para a exploração, e em 24 de Agosto de 1911 resolveu pedir à Junta Geral a cedência permanente e gratuita das estradas nacionais onde tivesse de ser instalada a viação eléctrica. Esta cedência foi-lhe delegada pela Junta Geral com o fundamento de que pretendia pôr a concurso os trabalhos para o estabelecimento daquele sistema de viação nos caminhos a seu cargo, resolvendo então a Câmara desistir do propósito em que se achava de dotar a cidade com o melhoramento a que nos referimos e pôr a disposição da Junta as estradas municipais para ela o levar a efeito nas condições que entendesse.

A Junta Geral, como é sabido, nada fez, e só em 1923 voltou a interessar-se pelo estabelecimento da viação eléctrica na ilha, existindo uma companhia inglesa que parece estar disposta a encarregar-se da execução desse melhoramento, se as condições que aquela corporação estabelecer no concurso que deverá ser aberto, lhe convierem (1921).

Em Junho de 1917, apareceu nos jornais do Funchal um anúncio convidando todos aqueles que se interessassem pelo estabelecimento da viação eléctrica, a indicar nos escritórios de A. Georgi & C.^a ou Reid Castro & C.^a as importâncias com que pretendiam subscrever para a realização desse melhoramento, mas ninguém acudiu a tal chamamento pelo motivo do iniciador da empresa, apesar de homem honesto, não dar garantias de estabelecer uma boa direcção para os trabalhos que pretendia levar a efeito (1921).

Segundo o artigo 6.º das bases para a adjudicação do estabelecimento e exploração dos caminhos de ferro americanos no Funchal, que acompanharam o decreto de 2 de Agosto de 1902, era permitido ao adjudicatário o emprego da locomoção eléctrica nas linhas que viesse a construir.

Viana. Este apelido de família começa em Afonso de Viana, que por 1500 se estabeleceu no Caniço.

Viana (*Francisco Eduardo Alves*). É bem conhecida a notabilíssima obra de cultura criada na cidade do Rio de Janeiro pela colónia portuguesa no ano de 1837 com o nome de gabinete Português de Leitura, que teve como um dos seus fundadores o madeirense Francisco Eduardo Alves Viana que com a maior dedicação serviu de secretario da comissão organizadora daquele grande empreendimento. Pelo respectivo catalogo, publicado no ano de 1906 em dois volumes de 1400 páginas, avalia-se o mérito dessa fundação e serviços que tem prestado.

Viana de Freitas (*Manuel Luís*). Nasceu no Funchal a 28 de Maio de 1820 e aqui faleceu a 29 de Maio de 1861. Foi porteiro do Governo Civil e sócio correspondente do Instituto Dramático de Coimbra. Colaborou nalguns jornais funchalenses e escreveu um drama intitulado D. Luiz d'Athayde.

Vida (A). Publicou-se a 5 de Outubro de 1912, dando um único numero.

Vida Académica (A). Este jornal deu apenas dois números que se publicaram a 6 de Janeiro e a 1 de Fevereiro de 1914.

Vida Diocesana. O primeiro número deste jornal apareceu a 3 de Julho de 1921.

Vidal (*Capitão A. T. E.*). Visitou no vapor Styx, do qual era comandante, o arquipélago da Madeira em 1842 e 1843. Deve-se-lhe o levantamento duma carta das ilhas da Madeira, Porto Santo e Desertas, publicada em 1843. O capitão Vidal, da marinha de guerra britânica, foi muito coadjuvado nos trabalhos a que teve de proceder, pelo capitão de engenheiros Antonio Pedro de Azevedo. V. Cartas Geográficas.

Vidoeiro. Como ampliação ao que fica exposto em vários lugares desta obra acerca do revestimento florestal da Madeira e em especial da arborização da vizinha ilha do Porto Santo (III-120), transcrevemos alguns trechos dum artigo do ilustre botânico Carlos de Meneses publicado no antigo «Diário do Comercio», que oferece particular interesse a esse tão debatido e sempre momentoso assunto.

«Em 1910, foram remetidos para o Porto Santo, afim de serem ali plantados, diversos exemplares de vidoeiros offerecidos por um estrangeiro que toma bastante interesse pela rearborisação d'aquella ilha.

O Porto Santo, no entender dos técnicos, deve ser arborizado com essências madeirenses ou da região mediterrânea, e nunca com espécies da Europa média ou boreal, as quais têm exigências climáticas a que o país não pode satisfazer, já pela sua posição geográfica, já pela pequena altitude dos seus montes.

Mesmo no tocante ás essências madeirenses, parece-nos que há selecções a fazer, pois não é crível que se adaptem aos terrenos extremamente secos e pouco elevados do Porto Santo certas espécies que só prosperam entre nós nos vales e ravinas do interior, ou então nos pontos elevados e húmidos das encostas meridional e setentrional da nossa ilha.

O vinhatico, por exemplo, é uma espécie imprópria para o revestimento florestal do Porto Santo, e, se por enquanto, apresentam bom aspecto os exemplares que ali foram introduzidos, mercê das irrigações a que teem estado sujeitos, tempo virá em que hão de definhar, e morrer finalmente, por não encontrarem nos terrenos e na atmosfera as condições necessárias à sua existência.

A falta de chuvas e o calor intenso com médias hibernais pouco baixas, dão o cunho climatérico da vizinha ilha, em cujos montes só podem cultivar-se com vantagem certas essências que se encontram na zona inferior da Madeira, como o loureiro, o til e o barbusano, e não o vinhatico, que só começa a aparecer com uma certa frequência acima de 400 ou 500 metros, e que carece de humidade para desenvolver-se.

Ora, se o vinhatico, espécie madeirense, é impróprio para a arborização do Porto Santo, ainda o é mais o vidoeiro, árvore que, como é sabido, tem o seu limite meridional no Alto Minho, no Gerez, no Marão e na Serra da Estrella, e que só constitue massiços importantes nas regiões septentrionaes e na Europa média, onde os frios são intensissimos durante o inverno, e a estação quente dura pouco tempo.

Quando o vidoeiro fosse espécie mediterrânea adequada a ser cultivada no Porto Santo, ainda assim excluill-a-hiamos do revestimento florestal da ilha, por isso que as árvores de folhagem caduca não são muito próprias para a arborização dos países de climas quentes.

Do que se carece na vizinha ilha é de árvores sempre verdes, como são em regra as da Madeira, afim de proteger tanto quanto possível o solo contra a evaporação, e favorecer assim o apparecimento das fontes. Com um revestimento constituído por essências de folhagem caduca, pouco melhoraria a situação das terras, visto não poder deixar de ser muito restricta a influencia desse revestimento num paiz de médias hibernaes pouco baixas, como é aquelle de que estamos fallando.»

Vieira. É apelido de gente fidalga e nobre, segundo diz Frutuoso. Em 1566, viviam no Funchal Manuel Vieira, síndico das freiras de Santa Clara, e um tal Favila Vieira, que Frutuoso apresenta como homem fidalgo, tendo pela mesma época exercido o cargo de

meirinho da jurisdição de Machico um fidalgo chamado António Vieira, que casou com uma filha do donatário Diogo Teixeira. Há outros ramos da família Vieira, dois dos quais procedentes dos Açores, tendo um deles aparecido na Madeira no segundo quartel do século XIX, e começando o outro em Manuel Vieira de Afonseca, natural da ilha Terceira, que foi escrivão da Câmara do Funchal.

Vieira (*Augusto Elmano*). Nasceu no Funchal a 2 de Outubro de 1892, e é bacharel formado em Direito pela Universidade de Lisboa, tendo concluído o respectivo curso em 1920. Colaborou no *Primeiro de Dezembro* e no *Academico*, quando estudante do nosso liceu, e mais tarde no *Século*, *Diário Nacional*, *Tempo*, *Diário da Tarde*, etc., de Lisboa, e no *Diário de Notícias* e *Diário da Madeira*, do Funchal. Foi um dos dirigentes da greve académica de 1919.

Colaborou na revista de costumes madeirenses intitulada *A Madeira por dentro*, que foi representada no teatro Dr. Manuel de Arriaga, e na opereta regional *A Menina dos Bordados*, que foi levada á cena no pavilhão Paris. Em 1915, ao iniciar os seus estudos de direito na Universidade de Lisboa, escreveu o episódio dramático *A Ultima Bênção*, que foi publicado no Funchal em 1917.

Elmano Vieira exerce a advocacia no Funchal e é membro da Câmara Municipal do Funchal (1921).

Vieira (*Augusto José*). Nasceu no Funchal a 2 de Outubro de 1861 e morreu em Lisboa, onde residia há mais de 40 anos, a 27 de Dezembro de 1918, sendo irmão do conselheiro Manuel José Vieira e de João José Vieira, de quem adiante nos ocuparemos. Frequentou o liceu do Funchal e matriculou-se na Escola do Exército, cujo curso não chegou a concluir. Nesta cidade foi redactor do jornal *A Republica* e em Lisboa colaborou em vários jornais, advogando sempre as ideias mais avançadas. Foi presidente da Associação do Registo Civil e secretario da Federação do Livre Pensamento. Publicou em 1909 a *Historia do Partido Republicano*, que ficou incompleta e de que saíram a lume três tomos.

Vieira (*Francisco*). Poeta madeirense falecido no Funchal, com cerca de 40 anos de idade, a 13 de Novembro de 1889. Colaborou nalguns jornais madeirenses e especialmente no periódico *A Verdade*, e publicou o *Album Madeirense*, poesia de diferentes autores (Funchal, 1884), *Prelúdios poéticos e Petalas* (Funchal, 1887).

Vieira (*João Fernandes*). Ao artigo inserto a páginas 18 do volume II acerca deste ilustre madeirense, queremos acrescentar mais alguns dados de informação que melhor identifiquem a sua personalidade, chamando especialmente a atenção dos leitores para a valiosa e exaustiva memória histórica do académico Rodrigo de Lima Felner Nome verdadeiro do portuguez João Fernandes Vieira,

publicada em 1873 e o belo estudo do tenente-coronel Alberto Artur Sarmento intitulado Ascendência, naturalidade e mudança de nome de João Fernandes Vieira dado à estampa no ano de 1911. Com esses elementos e outros trabalhos de investigação, publicou o escritor brasileiro Dr. Mario de Melo um excelente artigo, transcrito na imprensa do Funchal, do qual vamos extrair alguns períodos, que muito de perto interessam ao nosso assunto:

«O português João Fernandes Vieira vindo muito jovem para o Brasil foi o elemento de mais preponderância na restauração de Pernambuco. Teve panegiristas cegos e tem demolidores. Estes não se limitaram a apontar os seus erros, alguns fartamente documentados, ou a sua ambição, que seria demasiada, bastando notar-se que, excepto os cientistas trazidos por Mauricio de Nassau e poucos outros, todo o europeu que vinha ao Brasil alimentava, como programma, acumular riqueza.

Pereira da Costa e Alberto Lamego fartaram-se de acumular documentos contra o madeirense. E para apoucar-lhe a figura começaram por duvidar de sua ascendência legitima. Deram-no ora como filho bastardo dum homem de prol da Madeira com uma hetaíra, ora filho dum malfeitor com uma mulata. Viriato Corrêa e Paulo Setúbal incumbiram-se de propagar a injuria em livros de divulgação.

Quando aquele e este, em anos diferentes, espalharam a divulgação, protestei, fundado no que escrevera Adelino de Luna Freire. Mas o meu protesto não podia ter vehemencia ante a precariedade da documentação, pois só recentemente foi encontrada a certidão de batismo daquele a quem os pernambucanos tudo devem.

Sabia que João Fernandes Vieira era filho de Francisco Dornelas e mudara de nome ao vir para o Brasil, mas, pelas minhas notas, a mulher de Francisco Dornelas era Teresa Maфра. Assim, pesava sobre a memória do libertador a pecha de filho bastardo e bem poderia ser Antonia Mendes a hetaíra de que tratam os injuriadores da sua memória ou o verdadeiro nome da «Benfeitinha». E escrevi sem perda de tempo ao Sr. Alberto Sarmento para que me informasse o nome da verdadeira mulher de Francisco Dornelas.

Em resposta, mandou-me interessante monografia intitulada «Ascendencia, naturalidade & mudança de nome de João Fernandes Vieira, publicada em 1911, anterior, portanto, ao aparecimento da certidão de batismo (encontrada na freguesia de N.^a S.^a do Faial, da ilha da Madeira).

Por esse precioso trabalho de pesquisa histórica, que confirma as pesquisas de Adelino de Luna Freire, vejo que o autor, guiado por uma nota escrita á margem do «Castrioto Lusitano», encontrou no Nobiliário de Caetano Velosa de Castelobranco, num manuscrito bastante estragado..o seguinte:

«§ 18 – Mendo d'Ornelas e Vasconcelos, f.º de Francisco Goes § 17 a fs. 40 c. 1.^a vez em 24 de 7bro de 1559 em Maxico c. Helena Gomes fa. de Pedro Antonio, Médico no Fayal e teve:

I – Francisco d'Ornelas n. 1. 2 – Ayres d'Ornelas que morreu na Índia, 3 – Antonio d'Ornelas que tão bem morreu na Índia. 4 – Antonia d'Ornelas mer. de Simão de Vasconcelos fo. s. g.

Caz. 2.^a vez c. de Castro.

5 – Simão Ferzs. § 21.

Francisco d'Ornelas n.º I c. c. Ant.^a Mendes da Lombada de Santa Cruz, fa. de Jerónimo Mendes e de Barbara Christovão natural do Fayal e teve: 1 – Manuel de Ornelas s. g. 2– Francisco d'Ornelas que ao depois mudando o nome se chamou João Fernandes Vieira e segue. 3 – Antonia d'Ornelas c. c. Antonio Pires da Fra. do Fayal c. g. 4 – Helena d'Ornelas mer. de Pedro de Freitas Peixoto do Fayal fo. de c.....c. g. 5 – Maria d'Ornelas mer. de José Dias de Santana c. g.

Francisco d'Ornelas sendo rapaz fugiu para o Brazil e ali tomou o nome de João Fernandes Vieira, foi muito rico e com sua riqueza e valor libertou para a coroa de Portugal do poder dos holandezes, Pernambuco: e por estes e outros muitos serviços foi – Fidalgo da Casa Real e do seu conselho de Guerra. Alcayde Mayor da Villa de Pinhal, comendador das comendas da Ordem de Christo. S. Pedro de Torradas e de Santa Eugenia d'Aula, superintendente das fortificações de Pernambuco, e de todas as mais do Estado do Brasil para o norte e pro. Aclamador da Liberdade e restauração de Pernambuco.

Está, portanto, confirmada a identificação de João Fernandes Vieira. Não podia envergonhar-se de sua ascendência. Era fidalgo pelo sangue do pai e pelo sangue da mãe. Esboroa-se a lenda da sua infame bastardia e de sua mestiçagem. Filho legitimo, branco limpo e puro.

Si assim o era por que emigrou e mudou de nome?

Emigrou devido ao seu temperamento aventureiro e devido á miséria que com a peste, devastava a ilha da Madeira. O regimen de Direito de então era o do morgadio. Só os primogénitos tinham direito á herança e ás rendas e o dever de, com o nome da família, conservar o vinculo. «Os irmãos, á fome, indignados com a fortuna, mas cegos ainda pela vaidade do nome, só se submetiam ao trabalho em terra estranha.»

Francisco d'Ornelas, irmão segundo de Manuel d'Ornelas, compreendeu cedo que toda a fortuna paterna seria deste. Ouvia as narrativas fantásticas das riquezas do Brasil, para onde vinham colonos em todos os navios. Muito jovem, fugiu da casa paterna, meteu-se numa leva de emigrantes e com ele se embarcou para tentar a sorte com o trabalho. O primeiro emprego que obteve em Pernambuco foi o de criado. Era humilhante demais para a prosápia dos Dornelas. Mudou de nome. Ainda assim, tomou o apelido Fernandes, do seu bisavô António Fernandes, das Covas, do Faial, e o apelido Vieira, do seu terceiro avô paterno Pedro Vieira, grande morgado da Ribeira de Machico, na ilha da Madeira, e juntou-os ao prenome João, também do seu segundo avô materno João Mendes. E creou o nome completo de João Fernandes Vieira com que se fez no Brasil e que passou á Historia, mais dignificado pelos seus feitos do que aquele que lhe deram os pais na pia batismal».

O que fica transcrito é plenamente confirmado pelo extracto da certidão de baptismo descoberta pelo distinto genealogista cónego Fernando de Meneses Vaz e que ficou arquivada a página 19 do volume II desta obra.

Vid. Monumentos (II-393).

Vieira (*João José*). Nasceu no Funchal a 10 de Outubro de 1844, sendo filho de Manuel José Vieira e de D. Josefa Carolina do Nascimento Vieira, e cursou o liceu do Funchal e a Escola Médico-cirúrgica, não chegando porém a concluir os estudos do 1.º ano deste ultimo estabelecimento de instrução. Foi amanuense e depois secretario da Administração do Concelho do Funchal, e desde muito novo que se dedica ao jornalismo, tendo colaborado, quando ainda estudante, no *Recreio* e no *Crepusculo*, e depois na *Fusão*, *Imprensa Livre*, *Povo*, *Diário Popular*, etc.. É bom poeta, mas as suas poesias ou se acham dispersas pelos antigos periódicos do Funchal, ou nunca foram dadas á estampa, sendo conhecidas apenas de alguns amigos. Foi um dos autores da *Guyaneida*, poema herói-cómico a que nos referimos a página 670 do 1.º volume deste Elucidário.

João José Vieira foi tesoureiro e mais tarde presidente da Junta Geral do Distrito, e militou nos tempos da monarquia no partido progressista, de que foi chefe local seu irmão o conselheiro Manuel José Vieira. Faleceu em 1928.

Vieira (*Conselheiro Manuel José*). Foi um dos homens que mais assinalados serviços prestou á Madeira, quer como parlamentar, quer como membro de várias corporações de que fez parte. Ninguém melhor do que ele soube compreender os deveres impostos ao cidadão, tendo chegado muitas vezes a sacrificar não só a sua tranquilidade e bem-estar, mas até a própria saúde, para bem servir cargos gratuitos em que a política ou os seus amigos o investiam, com aplauso de todos os funchalenses. A sua inteligência clara e espírito organizador pô-los ele sempre ao serviço do seu país, havendo trabalhado com a mais decidida boa vontade até o fim da

vida, animado apenas do desejo de ser útil á sua terra e aos seus concidadãos.

Manuel José Vieira, filho de Manuel José Vieira e de D. Luisa Correia Vieira, ambos oriundos dos Açores, nasceu no Funchal a 7 de Agosto de 1836, e nesta cidade frequentou os estudos secundários, partindo em 1855 para Coimbra, onde, depois de feito o chamado exame de madureza, se matriculou na Universidade, concluindo a formatura em direito em 1860. Tendo ido neste mesmo ano ao concurso para professor de geografia e historia do liceu do Funchal, conseguiu depois de brilhantes provas ser despachado para esse lugar, exercendo-o durante cerca de 40 anos com a maior competência e com um zelo que poderá ser igualado mas não excedido. De 1864 a 1868, foi presidente da Câmara Municipal do Funchal, cargo este que novamente desempenhou de 1899 a 1908, tendo na direcção dos negócios do Município dado sobejas provas do seu interesse pelo melhoramento da cidade e das condições dos indivíduos que nela residem. Se não tivesse deixado a presidência da Municipalidade em 1908, talvez que a cidade possuísse hoje uma rede de canalização de esgotos e um bom serviço de abastecimento de águas potáveis, melhoramentos estes pelos quais bastante se interessou, como é bem sabido.

O Dr. Manuel José Vieira foi deputado pela Madeira nas legislaturas de 1879,1882 a 1884, 1884 a 1887,1887 a 1889 e 1894 a 1895, e em 1889 foi eleito par do reino pelo distrito de Vila Real, não chegando porém a tomar assento na respectiva câmara. Entre os benefícios que, como deputado, conseguiu para a Madeira, contam-se a unificação da moeda, os estudos da estrada em volta da ilha pelo engenheiro Tellier, para os quais conseguiu um credito de 30 contos, a legislação especial que concedeu às levadas da Madeira a autoridade jurídica para a garantia dos seus direitos, a colecção dos terrenos onde foram edificados o teatro e o jardim municipal, a isenção dos direitos de tonelagem aos vapores que demandam o porto do Funchal, a isenção dos direitos sobre a importação do milho de 1882 a 1886, a construção do porto artificial do sítio da Pontinha, etc., etc..

Além de deputado e presidente da Municipalidade, desempenhou o Dr. Manuel José Vieira muitos outros cargos, tendo sido conselheiro do distrito, presidente da antiga Junta Geral, presidente da comissão administrativa da Santa Casa da Misericórdia, membro da comissão do Asilo, vogal da Comissão Antifloxicera, secretario e presidente da Associação Comercial, presidente da assembleia geral e director da Companhia do Caminho de Ferro do Monte, presidente da assembleia geral da companhia de seguros Aliança Madeirense, etc., etc.. A antiga Associação de Beneficência do Funchal ficou-lhe devendo os mais assinalados serviços tendo sido também um advogado muito distinto e um desvelado protector da agricultura madeirense.

O Dr. Manuel José Vieira tinha a carta de conselho, sendo agraciado mais tarde com a grã-cruz da ordem de Nossa Senhora da

Conceição de Vila Viçosa pela maneira verdadeiramente notável como representou a cidade por ocasião da visita que os antigos reis D. Carlos e D. Amélia fizeram a esta ilha em 1901. Era membro do Instituto de Coimbra, da Associação dos Escritores e Jornalistas e da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Foi um dos redactores da *Revista Juridica*, publicação semanal que apareceu nesta cidade em 19 de Outubro de 1870, e colaborou em vários jornais funchalenses, entre os quais O Direito e o Diário Popular. Dos seus discursos, foram reproduzidos em folhetos os que proferiu na Câmara dos Deputados nas sessões de 7 de Maio de 1883, 13 de Fevereiro de 1884 e 7 de Julho de 1888 (*Questão da propriedade na Madeira*).

Faleceu no Funchal a 12 de Junho de 1912.

V. Unificação da moeda e Carreira (Rua da).

Vieira (Dr. Pedro Júlio). Era natural desta cidade e doutor em medicina pela escola de Montpellier, tendo concluído o respectivo curso em 1852. Foi presidente da Câmara Municipal do Funchal, medico interino do partido da mesma Câmara e médico do Hospício da Princesa D. Maria Amelia. E.: *Etudes Médicales sur le Climat de Madère; thèse présentée et publiquement soutenue à la faculté de Médecine de Montpellier*; Montpellier, 1852, de 91 paginas.

Faleceu no Funchal, com 70 anos de idade, a 28 de Outubro de 1897.

Vieira Caetano (Padre João). Nasceu na vila de Santa Cruz a 11 de Dezembro de 1884 e ordenou-se de presbítero no mês de Junho de 1906, exercendo presentemente funções paroquiais na freguesia da Ponta do Sol. Tem uma larga e valiosa colaboração em diversos jornais. Foi redactor principal do *Brado de Oeste* e nele publicou o romance *histórico Da Choça ao Solar*, cujo entrecho se desenrola nesta ilha (1921).

Vieira de Castro (Henrique Augusto). É filho de Luis Lopes Vieira de Castro, e D. Carolina Cândida Vieira de Castro, tendo nascido, na cidade do Porto a 24 de Junho de 1869.

Por fins do ano de 1893, fixou residência no Funchal, como director da Agência do Banco de Portugal nesta ilha, sendo actualmente sócio gerente do importante estabelecimento bancário Reid, Castro & C.^a. É um comerciante e industrial inteligente, activo e empreendedor, devendo-se-lhe o incremento que têm tomado algumas indústrias madeirenses e também o notável desenvolvimento dado a vários ramos de comercio local (1921).

Henrique Vieira de Castro, pelos seus actos de benemerência, tem prestado assinalados serviços a várias instituições de caridade e às classes pobres da nossa terra, devendo-se-lhe em boa parte a fundação da Escola de Artes e Ofícios, destinada a amparar a infância desvalida.

Já nos artigos *Cemitério das Angústias* (volume I, página 70), *Escola Elementar do Comércio* (volume I, página 398), *Jardim Municipal* (volume II, página 182) e *Misericórdias* (volume II, página 372) nos referimos especialmente a alguns dos importantes serviços que Henrique Vieira de Castro tem prestado á Madeira, que ele considera como a sua verdadeira pátria adoptiva (1921).

Vieira de Castro (*Dr. José Cardoso*). Ao traçar um ligeiro esforço biográfico do nosso ilustre patricio Jaime Constantino de Freitas Moniz, referimo-nos ao eloquentíssimo discurso que ele proferiu no julgamento do Dr. José Cardoso Vieira de Castro (volume II, página 382), após a lamentável tragédia que privou o país dos serviços deste assombroso talento e insigne parlamentar. O Dr. Vieira de Castro passou no nosso porto, a bordo do vapor D. Antónia, nos primeiros dias do mês de Setembro do ano de 1871, com destino a Luanda, a cumprir a sentença proferida pelo tribunal que o condenara. Várias pessoas desta cidade o foram cumprimentar a bordo. O jornalista madeirense João Augusto de Ornelas (volume III, página 21) publicou um opúsculo intitulado *A Coroa de Ouro*, o que foi e o que é José Cardoso Vieira de Castro, que nunca lográmos ver.

O Dr. José Cardoso Vieira de Castro era tio de Henrique Vieira de Castro, de quem nos ocupamos neste Elucidário.

Vieira de Castro (*Dr. Luís*). Nasceu nesta cidade a 10 de Maio de 1898 e é filho de Henrique Augusto Vieira de Castro e de D. Alegria Adida Vieira de Castro. Coursou o liceu do Funchal e é bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra.

Cedo iniciou a sua carreira nas letras, colaborando em vários jornais e publicando em volume, quando ainda frequentava o nosso liceu, alguns dos seus escritos dispersos pela imprensa periódica desta cidade. Tem já uma larga colaboração em muitos jornais e revistas, havendo sido em Coimbra redactor e assíduo colaborador de algumas publicações periódicas. Em fins do ano de 1923, encetou nesta cidade a publicação dum jornal diário intitulado *Jornal da Madeira*, de que é director. Publicou os seguintes volumes: *Nebulosos*, Funchal, 1916, *Livro Extranho*, Porto, 1916, *Civilizados*, Coimbra, 1918, *A Hora Internacional e a Nacionalidade Portuguesa*, Coimbra, 1919 e *a Europa e a Republica Portuguesa*, Coimbra, 1922 (1921).

Posteriormente a esta data, publicou *O Mundo que finda e o mundo que começa*, 1936, *D. Carlos I*, 1936, *Limbo*, 1936, *Em Pé de Guerra*, 1937, *A Formação de Portugal*, 1938, *Pedra sobre Pedra*, 1942, e *Rumo à Vitória*, 1943.

Vieira Portuense. O distinto pintor Francisco Vieira, mais conhecido por Vieira Portuense, veio a esta ilha procurar alívios aos seus padecimentos e faleceu no Funchal a 2 de Maio de 1805, dizendo o respectivo assento de óbito que morreu repentinamente na casa de pasto de Maria Watror e que foi sepultado na Sé Catedral.

Vigário (Ribeira do). Linha de água, que se lança no Oceano, a oeste da chamada vila de Câmara de Lobos. Próximo da sua foz, deu-se um grande desmoronamento de terras no dia 4 de Março de 1930, que, impelindo com violência as águas do mar pela entrada da ribeira, arrastaram no refluxo cerca de vinte pessoas, que ali encontraram morte desastrosa. Uma parte considerável desta ribeira é também conhecida pelo nome de ribeira da Caixa.

Vigário Geral. Apesar da criação da diocese do Funchal datar de 1514, o lugar de vigário geral do bispado somente foi criado em 1570, sendo o alvará régio de D. Sebastião, de 30 de Agosto daquele ano, que autorizou o bispo D. Jorge de Lemos a estabelecer aquele cargo eclesiástico, a que o mesmo diploma fixa o vencimento anual de cinquenta mil reis.

Vigia (Quinta) É considerada uma das mais belas quintas da Madeira, não tanto pela sumptuosidade da casa de residência e jardins que a rodeiam, como pela sua invejável situação sobranceira ao mar, fazendo recordar muitas das ricas e esplêndidas vivendas da celebre Côte d'Azur. Pertence hoje ao Estado e fazia parte das propriedades que nesta ilha possuía a antiga Empresa dos Sanatórios de que foi concessionário o príncipe Frederico de Hohenlohe (V. Sanatórios). Nesta quinta residiram a rainha Adelaide, de Inglaterra, a imperatriz Isabel, da Áustria, o infeliz arquiduque Maximiliano, mais tarde imperador do México, o príncipe de Oldenburgo, etc..

A quinta Vigia serviu de acomodação às forças da Guarda Republicana que estiveram na Madeira até Maio de 1922, e em Agosto de 1971 foi apresentado no parlamento um projecto de lei para a cedência da mesma quinta para casa de jornalistas. O nome da quinta procede provavelmente de ter existido ali alguma vigia, isto é alguma estação destinada a dar alarme de corsários ou de quaisquer outros navios inimigos, e evitar contrabandos».

A quinta Vigia pertenceu primitivamente ao rico inglês Ricardo Davies, que veio para a Madeira nos fins do segundo quartel do século XIX.

Vigias. Eram, diz o Dr. Azevedo, «estações militares e simultaneamente fiscais, que vigiavam o mar, as costas e praias, afim de darem alarme de corsários ou de quaisquer outros navios inimigos, e evitar contrabandos. As vigias eram feitas pelos povos, em pequenas casas fortes, de propósito construídas para resistir ao mar, e evitar surpresas. D. Sebastião deu-lhes regimento em 1567, que está registado no tomo V, fls. 105, do Archivo da Câmara do Funchal, e, por alvará de 1569, determinou que ninguém fosse isento deste serviço».

Vigilante (O). Este periódico funchalense deu o primeiro numero a 8 de Dezembro de 1918, e o ultimo, o numero 61, a 1 de Fevereiro de 1920.

Vila. Sítio povoado da freguesia da Calheta, que compreende a Vila do mesmo nome e os seus mais próximos arredores. Encontram-se ali o edificio da Câmara Municipal, várias repartições concelhias a Igreja Paroquial e a antiga Casa da Misericórdia com a sua capela anexa (V. os artigos subordinados ao título *Calheta*).

Vila. Sítio povoado da freguesia de Câmara de Lobos, abrangendo uma parte do agrupamento de casas que fica em torno da pequena enseada. É a sede do concelho e nela se acham os Paços do Município, diversas repartições públicas, a estação telegrafo-postal, a Igreja Paroquial, a capela de Nossa Senhora da Conceição. Nunca esta localidade foi elevada à categoria de vila, apesar de ser assim chamada comumente, até em documentos officiais (V. os artigos com o título de Câmara de Lobos).

Vila. Sítio povoado da freguesia de Machico, que estende a sua área além da vila desse nome (V. *Machico*, e os outros artigos subordinados a este título).

Vila. Sítio povoado da freguesia da Ponta do Sol, que compreende a Vila propriamente dita e algumas das suas imediações. Nela ficam o tribunal judicial e as repartições comarcas e concelhias, igreja paroquial e as capelas de São Sebastião, pertença da Câmara Municipal, e a de Santo António (V. os artigos que tem o título de Ponta do Sol).

Vila. Sítio povoado da freguesia do Porto do Moniz, que impropriamente se chama Vila, mas que é a sede do concelho desse nome e

onde se encontram os Paços do Município e outras repartições concelhias, a Igreja Paroquial, etc.. Nunca foi elevada á categoria de Vila. (V. Porto do Moniz).

Vila. Sítio povoado da Ilha do Porto Santo, que abrange a vila do mesmo nome e ainda os seus arredores. (V. os artigos referentes ao *Porto Santo e Baleira*).

Vila. Sítio povoado da freguesia da Ribeira Brava, que era conhecido e ainda o é pelo nome de Lugar. Com a criação do concelho em 1914 e da vila no ano de 1928, passou então a chamar-se Vila, sendo nela instalada a sede do respectivo município (V. Ribeira Brava e mais artigos deste título).

Vila. Sítio povoado da freguesia de Santa Cruz. Compreende a vila deste nome e suas mais próximas imediações (V. Santa Cruz e os outros artigos subordinados a este título).

Vila. Sítio povoado da freguesia de São Vicente, que abrange a pequena vila do mesmo nome e seus arredores (V. os artigos com o título de São Vicente).

Vila Mendo (*Visconde de*). Por decreto de 12 de Abril de 1881, foi o Visconde de Vila Mendo nomeado governador civil do Funchal, tendo tomado posse do lugar a 23 de Maio do mesmo ano. Serviu poucos meses.

Foi segunda vez governador civil deste distrito, sendo nomeado por decreto de 10 de Novembro de 1882 e tomando posse do governo a 16 do mês e ano referidos.

Como par electivo, representou a Madeira em cortes nas sessões legislativas de 1884 a 1887 e de 1890 a 1892.

António de Gouveia Osório foi agraciado com o título de visconde de Vila Mendo, freguesia do distrito de Viseu onde tinha solar e morgadio herdados de seus maiores, tendo ali nascido no ano de 1826. Era bacharel em direito e vogal do Tribunal de Contas.

Vilão. É o termo geralmente adoptado entre nós para designar os habitantes dos campos desta ilha. Quase sempre se liga a este vocábulo um sentido pejorativo, porque o funchalense considera o camponês numa situação social e mental muito inferior à sua,

embora na maioria dos casos pratique uma flagrante injustiça. O habitante dos nossos campos é ignorante, rude e supersticioso, como igualmente o é o das províncias do Continente e das ilhas açoreanas. E comparado com os camponeses das freguesias suburbanas e com um número considerável dos próprios moradores da cidade, não lhes fica num plano de inferioridade e nem tem que invejar-lhes o seu grau de civilização, a não ser na sua indumentária.

Os habitantes rurais da Madeira, na sua quase totalidade analfabetos, vivem num grande isolamento em casais muito dispersos pelas vertentes das montanhas, desconhecendo-se entre nós os aldeamentos, com excepção de pequenas e pouco populosas vilas, estando deste modo completamente segregados de todo o convívio social e ao abrigo das influencias civilizadoras dos grandes centros de população. A sua ignorância e o quase absoluto isolamento em que vivem, tornam-nos retraídos e desconfiados nas suas relações com os senhores e habitantes da cidade, a que deve acrescentar-se uma natural timidez nascida em boa parte da absoluta e por vezes despótica dependência em que durante séculos estiveram dos morgados e senhorios, que chegaram a ser proprietários de dois terços dos terrenos aráveis da Madeira. É por isso que chamam manhosos aos nossos campónios.

Como já em outro lugar dissemos, reconhece-se em geral que os habitantes dos campos são de uma índole pacífica e ordeira. Entregues na sua grande maioria aos trabalhos agrícolas, que nesta região são muito árduos e penosos pelas especiais condições dos terrenos, mourejam desde o romper da manhã até caírem as sombras da noite, geralmente despreocupados e alheios a tudo o que não seja a labuta continua da sua laboriosa existência. Quer se encontrem numa apertada mediocridade ou numa regular suficiência de haveres, decorre-lhes a vida serena e remansosa, conformando-se inteiramente com a sua situação.

Vilas. As primeiras localidades deste arquipélago que, pelo seu desenvolvimento e por servirem de sede às três capitánias, foram elevadas á categoria de vilas tenham os nomes de *Funchal*, (II-59), *Machico*, (II-298) e *Baleira* (I -117). Apesar do seu trabalho de investigação, não conseguiu o erudito comentador das Saudades da Terra descobrir os diplomas dessa criação e nem ainda as datas precisas em que ela se deu, mas conjectura com as mais seguras probabilidades que tivesse sido pelo ano de 1451, como já ficou referido nos artigos referentes a essas vilas. A do Funchal, que pela sua situação, clima, feracidade do solo, amplidão do porto e ainda outras apreciáveis circunstancias, atingiu em breve um desusado desenvolvimento populacional, foi elevada á categoria de cidade pelo alvará régio de 21 de Agosto de 1508, que ficou trasladado a páginas 61 do volume II desta obra.

O alvará de 2 de Dezembro de 1501 criou a vila e município da Ponta do Sol, que estendia a sua área desde a freguesia da Tabua á das Achadas da Cruz (Vid. III-99), ficando em breve reduzida a bem limitadas proporções com a elevação da freguesia da Calheta a

altura de vila e de município pelo alvará régio de 1 de Julho de 1502 (Vid. I-191).

A freguesia de Santa Cruz, que logo rivalizou com a de Machico, passou a constituir um município com foros de vila pelo alvará régio de 26 de Junho de 1515, apesar da oposição levantada pela comarca de Machico e pelo chefe desta capitania (Vid. III-246).

As constantes reclamações de várias freguesias da costa setentrional da Madeira determinaram a criação da Vila de São Vicente, com sede na freguesia deste nome, em virtude da carta regia de 25 de Agosto de 1744, embora o município de Machico, tivesse oferecido sérias dificuldades a essa criação (Vid III-282).

O concelho da Ribeira Brava, com sede nesta paróquia, foi criado pelo decreto de 6 de Maio de 1914 e a respectiva vila pelo decreto de 26 de Março de 1929, sendo esta a oitava e ultima vila estabelecida neste arquipélago.

Vilhena (*Ernesto Jardim de*). Foi deputado pela Madeira na sessão parlamentar de 1908 a 1910.

Vilhena (*D. Tomás de Almeida Manuel de*). Por decreto de 6 de Julho de 1900, foi nomeado governador civil da Madeira, havendo tomado posse do lugar a 23 do mesmo mês e ano.

Vimeiro. O vimeiro da Madeira parece ser o produto do cruzamento da *salix alba* com a *S. fragilis*. É um arbusto ou pequena árvore com os ramos compridos e flexíveis, e as folhas lanceoladas, as adultas, glabras, as novas, um tanto assetinadas. Só existem na Madeira indivíduos femininos, mas estes são extremamente abundantes e multiplicam-se de estaca com uma facilidade extrema.

Os ramos mais longos do vimeiro utilizam-se para o fabrico de grande numero de moveis e utensílios, tais como canapés, cadeiras, mesas, carros, cestos, etc., os mais curtos para ligamentos e vencilhos, assim como para algumas obras miúdas que se fabricam na ilha.

Em 1912, foram exportados para o estrangeiro e Lisboa 265:919 quilogramas de vimes em obra, e só para o estrangeiro, 255:390 quilogramas de vimes em bruto, tendo sido a Inglaterra, as Canárias e o Cabo da Boa Esperança os principais países importadores dos vimes não manufacturados.

A indústria dos artefactos de verga, que parece ter começado na freguesia da Camacha por 1850, está hoje decadente na Madeira,

segundo nos informa o inteligente industrial o Sr. José Maria Teixeira, ao passo que se desenvolve noutros países, e principalmente na África do Sul, para onde a ilha exporta os seus vimes. O encarecimento da matéria prima, que obsta a que alguns industriais que lutam com falta de capitais a adquiram na época própria, a saída para o estrangeiro de muitos operários que se empregavam na referida indústria, enquanto outros se dedicam na ilha a outros serviços mais lucrativos, os fretes mais pesados que oneram os vimes em obra, em razão destes ocuparem maior espaço nos porões dos navios, e os direitos e impostos locais que oneram mais os artefactos de verga do que a matéria prima, são, no entender daquele esclarecido industrial, as principais causas da referida indústria ter perdido uma grande parte da sua antiga importância.

A Madeira produz 700 a 800 toneladas de vimes anualmente, saindo talvez metade desta produção para fora da ilha. No Cabo da Boa Esperança, outrora importante mercado consumidor dos artefactos de verga da Madeira, fabricam-se hoje muitos dos mesmos artefactos com vimes importados da nossa ilha, o mesmo acontecendo no Brasil. A Inglaterra é o país que importa actualmente grandes quantidades da obra de verga fabricada na Madeira, recebendo também, segundo nos informam, grandes porções de vimes em bruto (1921).

A poda do vimeiro executa-se desde Janeiro até Março, e os vimes destinados a obras são reunidos em feixes em seguida á colheita, depois do que é uso deixar permanecer a parte inferior dos mesmos feixes mergulhada em água, até que comece a rebentação. Iniciada esta, são os vimes descascados, devendo haver o cuidado de cortar a parte que esteve mergulhada na água.

Uma boa parte da obra de verga produzida na ilha recomenda-se pelo engenho, desvelo e solidez da sua execução, qualidades estas que a tornam bastante apreciada tanto de nacionais como de estrangeiros, denotando ao mesmo tempo muita habilidade e gosto da parte dos artistas madeirenses. A Boaventura e a Camacha são as principais localidades da produção do vime, sendo desta última localidade que sai a maior parte da obra de verga que é exportada ou vendida no Funchal.

Vimioso (*Condes de*). Pertenceu-lhes a capitania de Machico, que foi comprada por D. Afonso de Portugal, 2.º conde, a António da Silveira, com licença de D. João III, por 35.000 cruzados. Tendo este D. Afonso de Portugal sido dado por morto na batalha de Alcácer-Quibir, tomou conta da capitania seu filho D. Francisco de Portugal, que é considerado geralmente como 3.º conde de Vimioso, mas que faleceu antes de seu pai, na batalha naval de Vila Franca de Campo, não tendo chegado portanto verdadeiramente a herdar a referida capitania.

Em 1582, foi a capitania de Machico dada por Filipe II a Tristão Vaz da Veiga, mas em 1604, sendo este já falecido, passou ela para a posse de D. Luís de Portugal, que alguns consideram como terceiro e outros como quarto conde de Vimioso, o qual professou mais tarde, assim como sua esposa, que era filha do conde de Basto, por motivos que não são bem conhecidos.

Depois deste D. Luís de Portugal, foram donatários de Machico: D. Afonso de Portugal, 5.º conde; D. Luís de Portugal, 6.º conde, falecido desastrosamente numa pendência em 1656; D. Miguel de Portugal, 7.º conde, falecido em 1687; D. Francisco de Portugal e Castro, 8.º conde e 2.º marquês de Valença, falecido em 1749; e D. José Miguel de Portugal e Castro, 9.º conde e 3.º marquês de Valença, falecido em 1775.

Consta dum antigo manuscrito que em 20 de Outubro de 1767 ordenou o Conselho de Fazenda ao Provedor que se apossasse da donatária de Machico, em nome do Monarca, «visto ela achar-se vaga por óbito do 5.º conde de Vimioso, D. Martinho de Portugal, sem sucessor», mas tal ordem a haver sido dada, não teve execução, segundo parece, pois existem documentos posteriores que se referem à alcaidaria-mor de Machico e aos seus proprietários os marqueses de Valença e condes de Vimioso. Deve-se advertir ainda que o 5.º conde, D. Afonso e não D. Martinho, faleceu no século XVII, e que era D. José Miguel de Portugal e Castro, 9.º conde, nascido em 1706 e falecido em 1775, o proprietário da donatária de Machico na época a que se refere o mencionado manuscrito.

Os donatários de Machico foram também marqueses de Valença a partir de 10 de Março de 1716, em que o rei D. João V renovou este título, dando-o a D. Francisco de Portugal, 8.º conde de Vimioso, 6.º neto do Valença falecido em 1460.

Vinhas. A cultura da vinha já em 1445 existia na Madeira, pois que Cadamosto que visitou esta ilha nesse ano, se refere a «vinhas plantadas de fresco, entre as quais a malvasia, mandada vir de Candia». Foi o infante D. Henrique, segundo conta Frutuoso, quem introduziu aquela casta na ilha, não havendo razões para duvidar desta informação, se bem que Azurara, citado pelo Dr. Azevedo, nada diga a tal respeito. A viagem do navegador italiano deu-se antes da composição da Chronica da conquista e descobrimento da Guiné, devendo atribuir-se portanto o desconhecimento de certas cousas da ilha, ou a não ter ainda grande importância a cultura da videira, ou a não haver Azurara aludido aos vinhos no seu trabalho, como aludiu ao «pam, e açuquer, e mel, e cera, e madeira» da florescente colónia portuguesa.

Diz o Dr. Azevedo que é não só possível, mas natural, que a família Acciaiolý, de origem florentina, ao estabelecer-se na Madeira,

para cá trouxesse a vinha malvasia, que vegeta nos subúrbios da cidade de Napoli-di-Malvasia, na ilha de Mínoa, mas a ser certo que foi Simão Acciaiolý, que para aqui veio em 1515, o tronco dessa família entre nós, é evidente que não poderia ser ele o introdutor da referida vinha na nossa terra, visto Cadamosto a ter já encontrado aqui setenta anos antes. O mais provável é que os primitivos colonizadores, por indicação do infante D. Henrique, trouxessem de Portugal algumas castas de videiras ali cultivadas, preferindo, claro está, as mais afamadas, e que entre estas viesse a malvasia candida, oriunda de Candia e de Mínoa, a qual bem poderia a esse tempo ser cultivada na metrópole, onde parece que não existe presentemente, a não ser como mera curiosidade.

Sabendo-se que a cultura da vinha na Madeira é tão antiga ou quase tão antiga como a da cana, e que já no tempo de Cadamosto os vinhos da ilha eram assai buonissimi, é para estranhar, diz o Dr. Azevedo, que no século XV todo o peso dos direitos e exigências senhoriais recaísse sobre os açucares, e que os vinhos estivessem isentos de quaisquer tributos pesados, e sujeitos apenas ao pagamento do dizimo e duma imposição estabelecida em 1485 «para as despezas do comçelho da ylha».

Pensa o Dr. Azevedo que o desigual tratamento que nos tempos primitivos tiveram os vinhos e os açucares foi uma consequência do pouco valor e da baixa qualidade daqueles, mas tal explicação, como se vê do que ficou exposto, não pode ser aceita, sendo mais provável que a falta de mercados estrangeiros e a pouca procura que em Portugal, país também vinhateiro, tinham os nossos vinhos, fossem a verdadeira causa destes terem escapado aos pesados impostos que oneraram o açúcar nos primeiros tempos da colonização. Sujeitar os vinhos madeirenses aos mesmos encargos dos açucares, teria sido arruinar a viticultura numa época em que ela não prometia ainda vir a ser uma das maiores riquezas da ilha.

A cultura da vinha recebeu um certo impulso no século XVI, quando a indústria do açúcar começou a decair na Madeira (V. Vinhos), mas é depois de 1640 que a vemos tomar um maior incremento, quando os ingleses, estabelecendo-se aqui em maior numero do que dantes para se entregarem ao commercio dos vinhos, se tornaram os principais fomentadores da mesma cultura. Frutuoso refere-se em várias partes das Saudades da Terra á cultura da vinha na Madeira, mas no tocante a castas, só menciona a malvasia, que parece ser a que no século XVI produzia os mais preciosos e afamados vinhos da ilha.

Nos fins do século XVIII plantaram-se muitas videiras na Madeira, e tempos antes havia a cultura da vinha sido introduzida nos terrenos das Areias e noutros da beira mar, no Porto Santo, tendo ido ali homens sustentados pelo Estado realizar as plantações, que se fizeram com bacelos fornecidos pelo governo.

Até 1851, manteve-se a cultura da vinha florescente na Madeira, mas nesse ano ou no imediato apareceu na ilha o *Oidium Tuckery*, que destruiu a mesma cultura quase inteiramente (V. Mangra). Debelada a moléstia pelo emprego do enxofre, de novo a cultura da vinha prosperou entre nós, até que em 1871 ou 1872, um novo flagelo, a filoxera (V. este nome), mais difícil de combater do que a mangra, veio devastar as plantações madeirenses.

Pela introdução de videiras exóticas para serem enxertadas com as antigas castas da *Vitis vinifera*, tornou-se possível a reconstituição das plantações da ilha, achando-se ao presente a nossa viticultura em estado prospero, depois de haver atravessado algumas crises que lhe retardaram os progressos ou a puseram mesmo a dois passos do seu aniquilamento.

A cultura da vinha ocupa no arquipélago a área de 1700 a 2000 hectares, sendo a produção media por hectare de 6 a 7 pipas de vinho. Não se encontram hoje, como antes do aparecimento da filoxera, cepas madeirenses enraizadas, mas por quase toda a parte se tem conseguido vulgarizar muitas dessas cepas, enxertando-as em videiras americanas ou em híbridas provenientes do cruzamento das mesmas videiras com a *Vitis vinifera*. Ha também alguns híbridos produtores directos, tais como o Jacquez, o Herbemont e a Cunningham, sendo o primeiro muito frequente na Madeira.

Antes do aparecimento da mangra (V. este nome), era uso, principalmente no norte da ilha, empregar como tutores da vinha certas árvores, especialmente os castanheiros (V. Balseiras), mas tal processo de cultura está abandonado e hoje as parreiras apoiam-se e alargam-se sobre corredores ou latadas feitos de varas ou de verga, quando não vivem mais ou menos prostradas na terra (vinhas de pé) ou sustentadas por pequenas estacas. A altura das latadas varia entre 1m,20 e 3 metros.

A poda das castas europeias executa-se geralmente deixando em cada braço da cepa uma vara terminal com sete, oito e ás vezes mais olhos, e um ou mais sarmentos laterais com dois ou três olhos. Se a cepa ou algum braço dela for pouco vigoroso, pode reduzir-se o número de olhos da vara terminal.

As principais castas cultivadas na Madeira por causa dos excelentes vinhos que produzem, são: a malvasia candida, o sercial, o verdeelho, o boal e a tinta.

A primeira destas castas, que se reconhece pelas suas folhas glabras nas duas paginas, com 5 lóbulos muito profundos, de ordinário ponteagudos, e pelos seus cachos grandes, com bagos elípticos ou eliptico-globosos, pouco rijos, verdoengo-amarelados, por fim

dourados, encontra-se nalguns quintais do Funchal, na Fajã dos Padres, em Câmara de Lobos, no Jardim do Mar, no Paul do Mar, etc.. É ela que produz o precioso vinho malvasia, conhecido pela sua doçura e perfume, dando também boas uvas de mesa, se bem que inferiores às outras castas existentes na ilha.

A segunda casta, a que em Portugal dão os nomes de sercial, esgana, esgana-cão, esganinho e esganoso, tem as fôlhas medianas, cotanilhosas na página inferior, subglabras ou pubescentes na superior, com os três lóbulos do alto bem aparentes e os inferiores muitas vezes apenas esboçados. Os seus cachos são de ordinário pequenos ou medianos, com bagos elípticos, esverdinhado-amarelados, acerbos e de maturação seródia, e o seu vinho quando amadurecido (antes dos 8 a 10 anos é áspero e cru) é muito seco e de excelente qualidade. O sercial é cultivado principalmente na Fajã dos Padres, Ponta do Pargo e Estreito de Câmara de Lobos.

O verdelho, conhecido nalgumas partes de Portugal pelo nome de gouveio, tem folhas medianas, arredondadas, ondeadas, glabras ou quase glabras na pagina superior, mais ou menos cotanilhosas na pagina inferior, com lóbulos pouco profundos ou apenas esboçados, sendo os seus cachos pequenos ou medianos, com bagos muito doces, rígidos ou sub-rígidos, elípticos ou oblongos, verdoengo-amarelados, geralmente dourados na maturação. As suas uvas, um tanto fortes, são muito boas para comer, e produzem um vinho seco e de sabor agradável, que é tido como um dos mais finos da Madeira. O verdelho é cultivado no Funchal, Câmara de Lobos, Estreito de Câmara de Lobos, Porto Santo, etc..

O boal tem folhas medianas, cotanilhosas na pagina inferior, subglabras ou pubescentes na superior, com os lóbulos do alto bem aparentes, às vezes acuminados, os inferiores de ordinário mal esboçados, e os seus cachos são grandes, densos, muito alados, com bagos quase sempre elípticos, rijos, verdoengo-amarelados, dourados depois de maduros, muito doces. É cultivado principalmente nos concelhos do Funchal e Câmara de Lobos, e produz boas uvas de mesa e um vinho muito estimado.

A tinta reconhece-se pelas suas folhas glabras ou quase glabras na pagina superior, cotanilhosas ou araneosas na pagina inferior, muitas vezes avermelhadas depois de adultas, com os lóbulos superiores profundos, e pelos cachos pequenos ou medianos, com os bagos tintos, pouco rijos, muito doces, com a polpa clara ou levemente colorida. É cultivada principalmente em Câmara de Lobos, Estreito, S. Martinho e Santo Antonio, e dá excelente vinho e boas uvas de mesa.

Além das cinco castas que ficam sucintamente descritas, muitas outras são dignas de apreço, quer pelo emprego que têm no fabrico dos vinhos, quer pelas boas uvas de mesa que produzem, parecendo-nos dignas de menção, entre as castas tintas – o listirão tinto,

do Pôrto Santo, de bagos globosos e rijos; a negra mole (tinto molar no Porto Santo), de bagos globosos ou elíptico-globosos, muitas vezes desiguais; a tinta do Porto Santo, semelhante á negra mole; o negro ou maroto, de bagos globosos e rijos, só cultivado agora no Porto Santo; o castelão, de bagos um pouco mais consistentes que os da negra mole só cultivado agora na mesma ilha; o terrantês tinto, de bagos grandes, ovais ou subglobosos, rijos; o ferral, de bagos grandes, elípticos ou oblongos, rijos e de polpa um tanto esverdinhada; e o barrete de padre, de bagos grandes e listados, rijos. Das castas brancas ou violaceas, merecem ser assinaladas—a malvasia roxa, que apenas se distingue da malvasia candida em ter os bagos violaceos ou rosados; o malvasião ou malvasia babosa, de bagos moles e por vezes pouco doces, verdes ou dourados na maturação; o boal do Porto Santo, de bagos moles, ovados ou subglobosos, da cor dos do boal da Madeira; o carão de moça, de bagos globosos ou elíptico-globosos, grandes e rijos, dourados ou esverdinhadados; o cachudo, muito semelhante ao boal; o terrantês branco, de bagos globosos, dourados, muito doces, quase extinto na Madeira, mas cultivado no Porto Santo; o muscatel e o moscatel do Porto Santo, diferentes um do outro, mas produzindo ambos uvas perfumadas e de sabor especial; a Málaga ou alicante branco, de bagos globosos, rijos, doces e dourados na maturação; e o listrão da Madeira e o do Porto Santo, ambos de bagos globosos e rijos, muito saborosos.

A Isabella ou vinha americana, variedade da *Vitis labrusca*, é muito cultivada na Madeira, onde foi introduzida pouco depois de 1840, e a *V. riparia*, conhecida pela denominação de vinha de silvado, é também comum sendo, porém, utilizada somente como cavalo de enxertia. Além do Jacquez, do Herbemont e da Cunningham (canica dos madeirenses), que todos parecem derivar do cruzamento da *Vitis aestivalis* pela *M. vinifera*, outros híbridos foram introduzidos na Madeira após a invasão filoxerica, a maior parte dos quais se acham hoje extintos. O Jacquez, cultivado como produtor directo, é também a videira preferida geralmente para ser enxertada com as antigas castas da *V. vinifera*, por causa da sua adaptação aos terrenos e do seu vigor e resistência à filoxera.

Os solos mais adequados á cultura da vinha são a pedra mole e o cascalho, este constituído por partículas basálticas e aquele por tufo vermelhos ou amarelados. O solo duro e argiloso a que chamam massapez, é o que menos se presta á cultura vitícola.

As vinhas estendem-se desde as terras vizinhas do litoral até 400 ou 500 metros, podendo atingir mesmo 600 e 700 metros, nos lugares menos visitados pelos nevoeiros. Nas proximidades do Jardim da Serra, existe a cultura da vinha, mas a maturação da uva tem lugar aí muito mais tarde que no Funchal.

Sobre as videiras madeirenses, foram publicados dois artigos no extinto Portugal Agrícola, um deles escrito pelo agrónomo Sr. Meneses Pimentel e o outro pelo autor destas linhas. Nos Estudos Ampelograficos do falecido João Marques Loureiro (Lisboa

1912), também são indicadas e desenvolvidamente descritas algumas das mais valiosas castas de vinha da nossa terra, podendo todos estes trabalhos ser consultados com vantagem por aqueles que desejarem possuir um mais amplo conhecimento da especialidade.

Ampliamos as informações deste artigo com os valiosos elementos que o seu autor (o distinto botânico Carlos Azevedo de Meneses) deixou consignados na revista Portugal agrícola do mês de Abril de 1902, a que acima se faz referência, e da qual importa transcrever alguns períodos:

«Não sendo de maior interesse as descrições dos híbridos e vinhas americanas, visto estas cepas serem bem conhecidas em Portugal, limitamo-nos a tratar no presente artigo das diferentes formas da *Vitis vinifera* existentes no archipelago, distribuindo-as para este fim em dois grandes grupos: castas tintas e castas brancas ou violaceas.

CASTAS TINTAS

Listrão. – Folhas grandes ou medianas, subglabras em ambas as faces ou irregularmente cotanilhosas ao inferior; lóbulos 5, menos vezes 3, quase sempre acumiados, às vezes fendidos, todos, ou os superiores pelo menos, bem apparentes ou profundos; dentes triangular-lanceolados agudos, às vezes muito grandes; seio peciolar quase sempre muito aberto, seios lateraes pouco abertos ou fechados; cachos de 18-30 centímetros, cylindricos ou cónicos, alados, muito densos ou um pouco frouxos; bagos de 16-20 milímetros, globosos rijos, a princípio dum violaceo claro, por fim quase negros; polpa clara; pedicellos avermelhados no alto. Cultivado no Porto Santo; produz uvas de meza muito apreciadas.

Tinta da Madeira. – Folhas medianas, com as nervuras e os peciolos muitas vezes avermelhados, glabras na pagina superior ou guarnecidas de alguns pellos um pouco densos junto das nervuras e do peciolo, cotanilhosas ou araneosas na inferior, com o tormento às vezes muito ralo e parecendo neste caso um pouco luzidias; lóbulos superiores profundos ou bem apparentes os inferiores quase sempre mal esboçados; dentes ovados ou ovado-triangulares, obtusos, raras vezes sub-agudos; seios lateraes e seio peciolar a maior parte das vezes fechados em virtude da sobreposição dos lobulos; cachos alados ou não, pequenos ou medianos (15-25 centímetros), quase sempre densos; bagos elliptico-globolosos ou oblongos, de 15-23 milímetros, tintos, pouco rijos, muito doces, com a polpa clara ou levemente colorida. Cepa alta e vigorosa, de grossura mediana; sarmentos pardentos ou pudento-avermelhados, de entrenós curtos ou medianos. Distingue-se da negra molle, com a qual anda geralmente confundida, em ter as

folhas maiores e com os seios quase sempre mais fechados, e os bagos mais alongados e de maiores dimensões.—É cultivada em Câmara de Lobos, no Estreito e em vários pontos de S. Martinho e de Santo Antonio. Não apparece em Porto Santo. Dá vinho excellente e boas uvas de mesa.

Negra molle. – Folhas ás vezes um pouco concavas, geralmente medianas, mais ou menos cotanilhosas ou araneosas na pagina inferior, subglabras ou ligeiramente cotanilhosas na superior, umas vezes com todos os lóbulos bem apparentes e os superiores profundos e agudos ou obtusos, outras com todos os lóbulos apenas esboçados; dentes ovados ou triangulares, agudos ou obtusos; seios lateraes e o peciolar abertos ou fechados; cachos pequenos ou medianos (15-20 centímetros), quase sempre muito densos, alados ou não; bagos globosos ou elliptico-globosos, eguaes ou deseguaes, de 12-18 milímetros, molles ou pouco rijos, tintos muito doces, com a polpa clara. Cepa como na casta precedente; sarmentos castanho-claros ou castanho-avermelhados, de entrenós curtos. Folhas adultas geralmente avermelhadas. Distingue-se do bastardo em ter os bagos ás vezes ellipticos e com a polpa sempre clara, e os pedicellos mais compridos.—Encontra-se nos mesmos sítios da casta precedente, mas é mais abundante do que ella; também é cultivada no Porto Santo, onde a conhecem pelo nome de tinta mollar. Dá excellente vinho e boas uvas de mesa.

Tinta de Lisboa. – Distingue-se da tinta madeirense em ter as folhas quase sempre mais esbranquiçadas na página inferior, e os cachos de ordinário mais pequenos - e com os bagos globosos; e da negra molle, pelas folhas geralmente maiores e com menos tendência para tornar-se avermelhadas, e pelos seios quase sempre mais fechados.—Encontra-se nalguns pontos dos arredores do Funchal; pouco frequente. É pouco apreciada para vinho; dá boas uvas de mesa.

Bastardo tinto. – Folhas medianas, cotanilhosas na face inferior, com os pellos ás vezes floccosos e dispostos muito irregularmente, glabras ou ligeiramente pilosas na superior; lóbulos pouco profundos ou apenas esboçados; dentes deseguaes, triangulares ou ovado-triangulares, agudos ou sub-agudos; seio peciolar mais ou menos aberto; cachos não excedendo em geral 15 cent., cylindricos, cylindrico-conicos ou muito curtos e largos, densos, ás vezes alados; bagos globosos, muito doces, sub-eguaes ou muito deseguaes, de 12-18 milim., a princípio um pouco rijos, por fim molles, tintos, com a polpa clara ou levemente violacea; pedicellos muito curtos.—Frequente no Porto Santo; na Madeira só é cultivado no Estreito e Jardim da Serra. Produz bom vinho e boas uvas de mesa.

Tinta do Porto Santo. – Folhas grandes ou medianas, quando adultas muitas vezes avermelhadas; glabras ou subglabras na pagina superior, um tanto cotanilhosas ou araneosas na inferior, com 5 lóbulos bem apparentes, acumiados, dentados ou inciso-

dentados, os superiores bastante profundos: dentes muito deseguaes, triangulares ou triangular-lanceolados; seio peciolar aberto; seios lateraes abertos ou fechados: cachos não excedendo em geral 18 centímetros, cylindricos ou cylindrico-conicos, ás vezes alados; bagos globosos ou ellipticos-globosos, doces, do mesmo tamanho dos da negra mole, mas mais rijos e com a polpa constantemente violacea.—É casta muito productiva e que só aparece agora no Porto Santo.

Negro.—Folhas grandes ou medianas, às vezes avermelhadas, araneosas na pagina inferior ou revestidas aqui e alli de pellos floccosos, menos tormentosas ou glabras na pagina superior; todos os lóbulos, ou os superiores apenas, bem apparentes e ponteagudos; lóbulo médio maior quase sempre que os lateraes; dentes deseguaess triangulares ou triangular-lanceolados, agudos; seio peciolar mais ou menos aberto; seios lateraes superiores abertos ou fechados; cachos não excedendo em geral 20 centímetros, cylindricos ou cylindrico-conicos mais ou menos densos, alados ou não; bagos pouco deseguaes, de 12-18 milímetros, rijos, doces depois de maduros, globosos, com a polpa clara ou violacea e a pellicula bastante consistente; pedicellos regulares. Cepa vigorosa, com os sarmentos castanho-claros, ás vezes listados; merithallos alongados. É synonymo de marôto e é cultivado no Porto Santo; parece estar extinto na Madeira, onde foi outrora abundante. Dá muito vinho, mas pouco estimado.

Castellão—Folhas medianas ou pequenas, muito semelhantes ás da negra mole, mas com os lóbulos quase sempre bem apparentes; cachos cylindricos ou cylindrico-conicos, de ordinário alados, densos ou sub-densos; bagos globosos, em regra muito deseguaes, um pouco mais rijos que na negra molle, umas vezes muito pequenos (8 millimetros), outras medianos (15-18 millimetros), tintos, com a polpa clara, muito doces, pedicellos regulares. — É synonymo de tinta castellõa, e provavelmente também de negrinho. É cultivado no Porto Santo e era frequente outrora na Madeira, onde parece estar extinto ou quase extinto.

Terrantez tinto. — Folhas cotanilhosas na pagina inferior, raras vezes perfeitamente glabras na superior, com os 3 lóbulos do alto apparentes ou mal esboçados-; dentes muito deseguaes e quase sempre arredondados; seio peciolar fechado ou pouco aberto; cacho geralmente alado, de bagos tintos, grandes, ovaes ou sub-globosos, rijos; pedicellos violaceos no alto. Folhas adultas muitas vezes avermelhadas.—Cultiva-se n'alguns pontos dos arredores do Funchal, e no Porto Santo. Produz uvas de mesa muito apreciadas.

Ferral. — Folhas glabras nas duas faces com 5 glóbulos profundos, dentados ou inciso-dentados; dentes muito deseguaes, triangulares, agudos ou acuminados; seios lateraes fechados ou pouco abertos, o peciolar mais ou menos aberto; cachos geralmente grandes e cónicos, densos ou frouxos, alados; bagos tintos, grandes, elípticos ou oblongos, rijos, com a película assaz consistente e a polpa um tanto esverdinhada. Sarmentos acastanhados. Comprimento médio dos bagos: 35 millimetros. — Cultiva-se no Funchal,

no Seixal e em Ponta Delgada. Produz uvas de mesa muito grandes e formosas, mas de sabor pouco delicado. Era também conhecido outrora pelos nomes de Alicante e de Moscatel tinto.

Barrete de padre. – Folhas medianas, glabras nas duas faces, com 3-5 lóbulos, umas vezes mal esboçados, outras vezes um pouco profundos; lóbulo terminal dividido às vezes em 3 lóbulos secundários; dentes geralmente curtos e largos, agudos ou obtusos; seio peciolar pouco aberto ou fechado; cachos alados, de ordinário grandes e pouco densos; bagos grandes ou medianos, ellipsoideos ou ovado-subglobosos, tintos listados, muito rijos. - Cultiva-se nos arredores do Funchal e também no Porto Santo, onde é conhecido pelo nome de barrete de frade. Dá boas uvas de meza.

Verdelho tinto. – Folhas pequenas ou medianas, muitas vezes com manchas violaceas, cotanilhosas na fase inferior, sub-glabras ou revestidas d'alguns pellos na superior; lóbulos superiores geralmente apparentes e agudos, os inferiores apenas esboçados; dentes deseguaes, geralmente agudos; seio peciolar quase sempre aberto; seios lateraes (quando existem) pouco abertos ou fechados. «Bagos tintos, idênticos na forma aos do verdelho branco».

Chasellas. – Folhas grandes, largas, glabras, excepto nas nervuras da pagina interior, onde são um pouco pubescentes; lóbulos poucos profundos, ordinariamente ponteagudos; dentes muito irregulares, profundos, ordinariamente agudos, seio peciolar mais ou menos aberto; cacho apertado, de bagos muito grandes, rijos, elliptico-globosos, quase tintos, esverdinados na base.–Produz uvas de mesa que se recommendam mais pelo seu tamanho do que pelo seu sabor, que é um tanto desenxabido. É casta de introdução recente cultivada apenas nos arredores do Funchal. É synonymo de uva franceza.

CASTAS BRANCAS OU VIOLACEAS

Sercial. – Folhas medianas, cotanilhosas na pagina inferior, sub-glabras ou pubescentes na superior, com os 3 lóbulos do alto bem apparentes e os inferiores apenas esboçados; lóbulo superior quase sempre maior e mais agudo ou acuminado que os lateraes; dentes pouco profundos, deseguaes; seios lateraes superiores e o peciolar quase sempre abertos; cachos pequenos ou medianos, não excedendo em geral 20 centímetros, densos, quase sempre alados; bagos elípticos, de 15-20 milímetros, esverdinado-amarellados, um pouco acerbos, sub-rigidos. Cepa vigorosa; sarmentos pardento-claros, de entrenós curtos.–Esta casta que é agora bastante rara na Madeira, encontra-se na Fajã dos Padres, na Ponta do Pargo e no Estreito de Câmara de Lobos. o seu vinho quando amadurecido (antes dos 10 anos é áspero e cru), é muito seco e de excellente qualidade. Diz-se que o Sercial da Madeira é idêntico

ao Esgana cão de Portugal.

Verdelho. – Folhas medianas, arredondadas, ondeadas, glabras ou providas d'alguns pellos na pagina superior, cotanilhosas na inferior, mas com o indumento pouco denso e irregularmente distribuído, sendo ás vezes quase nullo em todo o limbo ou em parte d'elle; lóbulos muito pouco profundos ou apenas esboçados, com dentes obtusos ou agudos; seio peciolar de ordinário muito fechado; cachos pequenos ou medianos (15-22 cent.), geralmente alados e densos, cylindricos ou cylindrico-conicos; bagos de 15-20 milímetros, muito doces, rígidos ou sub-rigidgs, ellipticos ou oblongos, verdoengos-amarellados, geralmente dourados na maturação. Cepa alta e muito vigorosa; sarmentos pardentos ou pardento-avermelhados, de entrenós curtos.–Apparece no Funchal, em Câmara de Lobos e no Estreito de Nossa Senhora da Graça; era outrora muito frequente tanto no norte como no sul da Madeira. Também é cultivado no Porto Santo. As uvas um tanto fortes são muito boas para comer e produzem um vinho secco e de sabor agradável que é tido como um dos mais finos da Madeira. o vermelho madeirense parece ser idêntico nos caracteres botânicos ao gouveio do Alto Douro.

Boal da Madeira. – Folhas medianas, cotanilhosas na pagina inferior, sub-glabras ou pubescentes na superior, com os 3 lóbulos do alto bem apparentes, ás vezes acuminados, os inferiores de ordinário mal esboçados; dentes deseguaes, em geral sub-obtusos, menos vezes agudos; seio peciolar fechado ou pouco aberto; seios lateraes superiores muitas vezes pouco apparentes em virtude da sobreposição dos lóbulos; cachos grandes, muito alados, densos; bagos quase sempre ellipticos, de 15-22 milímetros, rijos, verdoengo-amarellados, dourados depois de maduros, muito doces. Cepa mediana; sarmentos d'um pardo claro, com entrenós curtos.–É cultivado principalmente nos concelhos do Funchal e de Câmara de Lobos. Produz boas uvas de mesa e um vinho secco muito estimado.

Boal de cheiro. – Distingue-se do boal da terra em ter as folhas ás vezes menos cotanilhosas, os seios peciulares geralmente mais abertos, os dentes quase sempre mais profundos e mais agudos, os cachos menos densos e os bagos menos rijos (ás vezes molles), elliptico - globosos ou ovados. – Cultivado em S. Gonçalo (Funchal). Talvez seja esta casta que foi indicada no artigo do Sr. Pimentel, sob o nome de marôto.

Boal do Porto Santo. – Distingue-se do precedente em ter as folhas mais cotanilhosas, os lóbulos quase sempre acuminados e os seios peciulares mais fechados; e do boal da Madeira, em ter os bagos molles ou um pouco rijos, ovados ou sub-globosos. Talvez que as differenças entre o boal madeirense e o do Porto Santo sejam devidas a simples influencias do clima ou do terreno, e que as duas

castas devam ser identificadas.

Cachudo. – Muito semelhante ao boal da Madeira na forma das folhas e em outros caracteres; apenas se distingue d'elle em ter os cachos em geral mais longos e estreitos, e os bagos menos rijos e menos saborosos. – É synonymo de babosa. Produz muito vinho, mas de qualidade inferior.–Cultivado em S. Martinho e Santo Antonio.

Terrantez branco. – Folhas medianas, tormentosas na pagina inferior, mas com o tormento pouco denso, sub-glabras, pubescentes ou guarneçadas aqui e alli de alguns pellos um pouco longos na superior; lóbulos superiores de ordinário bem apparentes e muitas vezes ponteagudos, os inferiores mal esboçados ou nullos; dentes deseguaes, em geral pouco profundos, triangulares, agudos ou sub-agudos; seio peciolar mais ou menos aberto; seios lateraes geralmente fechados, cachos curtos, de 10-15 centímetros, densos, cylindricos, sub globosos ou cylindrico-conicos, ás vezes alados; bagos globosos, de 12-20 millimetros, sub-rigidos, dourados na maturação, muito doces. Sarmentos pardos ou pardo acastanhados, de entrenós curtos.–Cultivado no Porto Santo, parece estar extinto ou quase extinto na Madeira. Produz bom vinho e uvas de mesa muito saborosas».

Malvasia. – De casta branca que parece ter sido importada da ilha de Creta pelos anos de 1445, segundo se afirma. Os jesuítas cultivaram-na cuidadosamente na chamada Fajã dos Padres e começou a criar grande crédito nos fins do século XVI. É de «cepa» grossa e de sarmentos erectos com folhas quase iguais quinquelobadas e de cachos grandes oblongos.

Diz o distinto escritor e abalizado agrónomo Andrade Corvo, na sua Memória sobre a «mangra» na Madeira, que há quatro qualidades de Malvasia—a candia ou candel, a malvasia roxa, a babosa e a malvasia propriamente dita, sendo destas variedades a candia a principal e afirmando se que foi esta a primeira casta de vinha introduzida na Madeira.

Diz-nos o Dr. Gaspar Frutuoso que, no ano de 1590, «o vinho malvasia é o melhor que se acha no mundo e se leva para a Índia e para muitas partes do mundo. E por estes frutos é a ilha mui celebre por toda a parte».

Uma informação de carácter official respeitante ao ano de 1944 refere que a «malvasia Candia» desapareceu quase por completo, guardando apenas alguns pés um ou outro lavrador como relíquia de uma era passada.

Vid. Filoxera, Mangra, Mildio e Vinhos.

Vinhas e Uvas do Porto Santo – Merecem especial consideração as interessantes informações fornecidas pelo distinto regente agrícola José Cruz Tavares acerca do cultivo da vinha e da produção das uvas na vizinha ilha do Porto Santo, embora se possa, porventura, discordar de algumas das afirmativas contidas nos artigos referentes a esse importante assunto. Vamos deles transcrever diversos trechos, que mais particularmente se relacionam com o plano que aqui temos adoptado.

«Ha muito tempo já que eu penso que os lavradores da Ilha do Porto Santo deveriam procurar alargar a área da cultura da vinha, visto tal me parecer vantajoso pelos motivos que vou expor.

No solo pobre e mal amanhado da Ilha, está absolutamente provado que a vinha vegeta melhor do que qualquer outra cultura, e tanto assim que nela, apesar do seu pequeno âmbito, repousa principalmente a economia dos 2.500 habitantes que a povoam, todos ou quase todos agricultores. Quando a vinha não produz há miséria negra nos casais já de si pouco ambiciosos.

O alargamento da cultura da vinha seria, a meu ver, a forma mais prática, viável e rendosa de promover em parte a arborização do Porto Santo, ilha que é hoje praticamente nua, e cujo revestimento não será fácil sem grandes despesas por conta do Estado e sem a colaboração e boa vontade de toda a população. Sem árvores a Ilha é seca, o regímen pluvial completamente desordenado. Se os invernos são poucos chuvosos até falta a água para beber, no verão. Outras vezes, são as chuvas torrenciais que arrastam para o mar o solo arável das colinas, deixando em seu logar gaivas e barrancos medonhos que prejudicam todo e qualquer trabalho oratório que se pretenda».

Vejamos em primeiro lugar qual o destino que até aqui têm levado os 250.000 quilos de uvas – cálculo aproximado – que a ilha do Porto Santo produz em média actualmente: o Funchal, em fruto. O resto é transformado em mosto cujo volume anda á volta de 250 pipas. Parte deste mosto compram-no os exportadores de vinhos da Madeira para abafar, antes do início da fermentação, e levam-no para os seus armazéns do Funchal para composição e adoçamento dos vinhos generosos. A outra parte, cerca de umas 200 pipas, fermenta completamente e escôa-se como vinho de pasto, na Madeira principalmente. Apesar disso, não se produz presentemente em todo o Arquipélago uma única marca de vinho de pasto capaz de se impor pelas suas qualidades ou características.

A Madeira dá os afamados vinhos generosos bem conhecidos no mundo inteiro, mas é insusceptível de produzir bons vinhos de

pasto, dadas as suas especialíssimas circunstâncias ágro-climáticas. No Porto Santo muda o caso de figura. Esta Ilha, situada apenas a 40 milhas a nordeste da outra tem condições de terreno e de clima inteiramente diferentes mais próximas das do Continente, sem contudo perderem a característica muito «sui generis». A variante principal dos mostos produzidos no Porto Santo em comparação com os da Madeira está no teor do açúcar–acidez total.

A Delegação da Junta Nacional do Vinho na Região Vinícola da Madeira, depois das experiências eno-técnicas a que procedeu, chegou já a conclusões definitivas acerca da natureza e óptima qualidade dos vinhos de pasto feitos a partir dos mostos do Porto Santo. A sua aceitação pelo mercado madeirense parece não oferecer dúvidas também, quer pelo seu preço quer por dar satisfação aos paladares mais exigentes. Na Madeira importam-se anualmente perto de 200 pipas de vinhos continentais brancos e tintos, caros, nem sempre bons, e muitos de qualidade bastante inferior ao do Porto Santo. Estes podem substituir os outros se não no todo pelo menos em boa parte. Por outro lado, poderia aumentar-se muito, além do que já é, o consumo do vinho do Porto Santo no mercado madeirense por meio duma propaganda acertada que nem seria muito dispendiosa. A questão está apenas, e principalmente, em apresenta-lo bem feito ao consumidor, em fazer-lhe destacar, por meio da boa técnica enológica, as qualidades excepcionais que sem dúvida o categorizam.

O consumo de uvas frescas poderia alargar-se também muitíssimo, desde que o seu comércio fosse convenientemente regulamentado de forma a acabar com certo número de abusos e cerca de 100 toneladas consome-as com a desorientação que hoje existe, ás quais a autoridade administrativa do Porto Santo não tem conseguido por cobro apesar da sua muito boa vontade. Tal regulamentação não é presentemente nenhum bicho de sete cabeças, graças aos Organismos Corporativos e de Coordenação Económica estabelecidos no Arquipélago.

As uvas produzidas nesta Ilha, listrão branco e moscatel em primeiro lugar, doces, perfumadíssimas, de óptimas qualidades de conservação, são com certeza as primeiras que amadurecem em todo o território metropolitano, talvez com diferença próxima de um mês sobre as seguintes. Creio que ainda não houve nenhuma tentativa séria de colocar uvas do Porto Santo nos principais mercados do continente português – não falando já nos mercados estrangeiros. Se são as primeiras que aparecem, julgo que uma experiência neste sentido daria resultados positivos.

Também ninguém se lembrou, que eu saiba, de montar na Madeira uma pequena indústria de passas de uva, tão procuradas hoje e vendidas a preços remuneradores. E as uvas do Porto Santo, pelo seu tamanho, perfume e riqueza de açúcar, estariam naturalmente

mais indicadas. Nada lhes falta para rivalizarem com os melhores.

A técnica de adoçamentos dos vinhos generosos da Madeira com jeropigas e abafados no Porto Santo (vinhos surdos) usada em muito pequena escala pelos exportadores – se bem que imperfeita é contudo de aconselhar, na falta ou na impossibilidade de melhor. É de crer que, continuando a adoptar-se a política da qualidade na produção e comércio dos vinhos portugueses, os exportadores de vinhos da Madeira recorram cada vez mais ás reservas de açúcar que os mostos do Porto Santo lhes podem fornecer. Tudo indica que assim acontecerá, gradualmente, em futuro mais ou menos próximo. E se assim for, nada me impede de pensar que por esta via, tenha escoamento assegurado mais do décuplo da produção actual.

Eis pois as razões, aliás não isentas de certas condições que me levam a prever, para época relativamente próxima, a valorização da terra do Porto Santo por meio da plantação de vinhas, e a augurar bom êxito aos agricultores e proprietários que se forem encaminhado neste sentido».

Vinhático (*Persea indica*). Árvore da família das Lauraceas, com 10 a 25 metros d'alto, folhas oblongas ou oblongo-lanceoladas, dum verde claro ou avermelhadas e flores pequenas, reunidas em paniculas axilares. Encontra-se nas florestas e margens das ribeiras, mas na costa do sul não vegeta bem abaixo de 150 metros. Produz madeira dum linda cor avermelhada e oferecendo notáveis semelhanças com a do mogno (*Swietenia*), muito usada para moveis e diferentes outras obras. A casca do vinhático é usada para cortumes.

Vid. Lauráceas.

Vinho de Canteiro. Assim chamam na Madeira ao vinho que não vai á estufa, e sofre na adega o seu envelhecimento natural. Foi a este vinho, melhorado pela acção do tempo, que a ilha deveu a sua reputação como país vinícola. O vinho de canteiro é utilizado ás vezes na confecção de outros tipos de vinho.

Vinho de Roda. Os antigos negociantes da Madeira enviavam ás vezes o seu vinho em viagem para passar o Equador, recebendo-o na volta beneficiado pela acção das altas temperaturas que sofria no porão dos navios. Os vinhos que iam ás regiões quentes e voltavam á Madeira, eram denominados vinhos de roda. As estufas foram criadas para fornecer ao vinho um calor prolongado,

capaz de produzir efeitos análogos aos que produzia o calor do porão das embarcações.

V. Estufas.

Vinhos. Já dedicámos algumas páginas a este assunto no artigo *Indústria Vinícola* (II-1545) a que agora adicionaremos outras indispensáveis informações.

Muitas providencias têm sido adoptadas e impostas por meio de medidas legislativas, afim de garantir-se a genuidade dos vinhos generosos da Madeira, encontrando-se acerca delas uma desenvolvida noticia na apreciada obra *Archivo da Marinha e Ultramar*, de que se encontra um resumido extracto no opúsculo *Vinhos da Madeira* da autoria de Nuno Simões, do qual transcrevemos os seguintes e elucidativos períodos:

«Em 23 de Dezembro de 1724 os homens de negocio do Funchal dirigiam ao Senado uma representação com 38 assinaturas acerca do comercio de vinhos e da proibição da entrada dos do norte da ilha. Essa proibição estabeleceu-a o Senado por uma Postura de 9 de Janeiro de 1737. Sobre os prejuízos e vantagens desta requereu o negociante Francisco Teodoro.

Para evitar as falsificações foram criados em 1768 os lugares de Juiz de Fora e Presidente dos Resíduos. Nesse ano o Governador Sá Pereira publicava em bando uma Ordem contendo, em 13 artigos, providências várias para evitar a mistura dos vinhos do Sul e do Norte por ser este de inferior qualidade.

Em officio de 30 de Agosto a Francisco Xavier de Mendonça Furtado proibia o mesmo Governador expressamente a lotação dos dois vinhos, como já em 14 de Março o ordenara a todas as freguesias e portos.

Todas essas providências não surtiram efeito integral pois em 16 de Agosto de 1786 o Governador tinha de mandar publicar novo bando com sanções severas contra os transgressores. A fraude começava a revestir novos aspectos.

Em princípios de 1788 representavam ao Governo 19 negociantes de vinho da Madeira, na sua maioria ingleses, contra a fraude cometida por alguns comerciantes do norte da ilha que deitavam no vinho suco de cerejas pretas para lhe dar mais cor e o tornar mais semelhante ao do sul.

Em 27 de Fevereiro desse ano publicava o Governador da Ilha um edital «para extinguir as cerejeiras pretas desta ilha mandando cortar para serem enxertadas em vermelhas todas as que presentemente existem e arrancar pelas raízes todas as que os donos não quiserem arrancar».

Proibia também «com pena de 6.000 réis pagos da cadeia» que se tornasse a plantar cerejeira preta para evitar a falsificação «como tem pretendido a ambição de alguns traficantes com grave descrédito da reputação dos nossos vinhos e ruína do seu comercio». Esse Edital não foi bem recebido pelos que ele ameaçava e abrangia. Houve requerimentos pedindo a sua suspensão. Foram todos indeferidos, chegando um dos signatários deles, o cônego Pedro Nicolau Acciaiuoli, a ser preso, incidente de que o Governador D. Diogo Forjaz deu conta ao ministro Martinho de Melo ao informa-lo das providencias relativas ao extermínio das cerejeiras pretas.

Uma outra forma de fraude foi denunciada em 1791 na representação do cônsul inglês na Madeira a Luiz Pinto de Sousa Coutinho, secretário dos Estrangeiros.

Alguns comerciantes faziam exportar para Tenerife vinho da Madeira e lotavam-no, lá, com vinho da terra, muito barato, para depois o venderem todo como da Madeira. Existe no Arquivo a lista dos navios que de 1784 a 1787 levaram vinhos da Madeira para Tenerife onde eram lotados para serem depois exportados para a Ásia.

A essas e outras fraudes contra as quais nos inícios do século XIX houve que tomar providências, se atribuiu em grande parte o enfraquecimento da exportação dos vinhos da Madeira. Não há dúvida de que para ele contribuíram muito.

Outros e maiores males haviam no século XIX de arruinar a principal produção da Madeira e que fora a sua maior riqueza, desde que o açúcar perdera, pela concorrência de outros países o primeiro lugar na economia da Ilha».

Em 1914, os químicos alemães A. Kickton e R. Murdfield procederam a um largo e importante trabalho de análise de vinhos generosos da Madeira, nos laboratórios do Instituto Higienico da cidade de Hamburgo, que a «Revista de Chimica Pura e Applicada», fez publicar nos números de Janeiro a Abril do ano de 1916 sob o título de Preparation, Compositton et Apréciation du vin de Madere et de ses substituts e que é a tradução do original na língua alemã feito por M. Eug. Ackermann. Dela se imprimiu uma «separata», em um opúsculo de 57 páginas, que o Dr. Nuno Silvestre Teixeira trasladou para a nossa língua em uma excelente

versão literal e publicou no «Diário de Notícias» do Funchal no mês de Novembro de 1916. É do último desses artigos que extraímos os seguintes períodos, em, virtude do particular interesse que presta ao nosso assunto.

«I PREPARAÇÃO

O vinho da Madeira é um vinho de dessert de character particular e exclusivamente preparado na ilha portuguesa da Madeira, por um método transmitido desde longa data.

O modo especial de sua fabricação consiste em submeter o mosto de uvas frescas (com os cachos inteiros) a uma fermentação alcoólica bem prolongada. Os vinhos de base decantados ou trasfegados, geralmente mui fermentados, mas ás vezes também vinhos de base ainda com açúcar, são depois adicionados de álcool (de vinho ou de cana de açúcar).

O adoçamento efectua-se, em geral, com uma adição de mosto alcoolizado de uvas frescas («geropigas»), e frequentemente também com mosto cozido (caramelizado), ou ainda com um tratamento simultâneo de estes dois meios de adoçamento, o segundo servindo muitas vezes principalmente para a colorização.

Nos produtos examinados por nós, que puderam ser preparados antes de entrar em vigor a proibição portuguesa de adoçamento de 1908, empregou-se ainda mui frequentemente o açúcar de cana no adoçamento; este açúcar tinha sido ajuntado, em parte, sob a forma de açúcar seco, e, em parte, sob a de xarope e frequentemente também sob a forma de solução aquosa muito diluída. Com o adoçamento pelo açúcar de cana, houve também, geralmente, uma adição de mosto caramelizado. Não é senão mais raramente que parece ter-se empregado com este fim o corante de açúcar.

Afim de activar seu grau de maturação, e provavelmente também para lhes dar suas qualidades especiais, os vinhos da Madeira generosos são, em geral, submetidos a um tratamento pelo calor que dura meses.

Este efectua-se, quase sempre, em compartimentos aquecidos («estufas») especialmente instalados e levados a uma temperatura de 50° C. pouco mais ou menos; por vezes expondo aos raios do sol o vinho, que se acha em pipas ou garrafas de vidro. Com o mesmo fim, faz-se ás vezes fazer ao vinho uma viagem aos trópicos.

Muitas vezes o vinho da Madeira é ainda alcoolizado antes da exportação.

A composição dos vinhos da Madeira é pouco uniforme nos diversos resultados analíticos, o que é devido em parte a uma quantidade de açúcar que é variável para os diversos vinhos de base, e sobretudo á diferença dos meios de adoçamento empregados.

Em geral, o conteúdo em álcool dos vinhos da Madeira importados na Alemanha varia entre 13,5 e 16,0 gr. por 100 cm.³, o que corresponde, pouco mais ou menos, a uma quantidade de 17 a 20% em volume. A proporção de extracto (compreendendo açúcar) varia entre 5,0 e 8,0 gr; a de acidez entre 0,5 e 0,7 gr; e a de extracto sem açúcar entre 2,0 e 2,8 gr. por 100 cm.³. Para os dois últimos componentes, os valores-limites inferiores tem antes sido tomados muito baixos que muito altos, porquanto para as amostras que eram absolutamente ao abrigo de qualquer desconfiança de lotação por adição de água, há valores mais elevados, isto é, para a acidez proximamente 0,58 gr. e para o extracto seco sem açúcar a partir de 2,3 gr. e além, por 100 cm.³.

O que até certo ponto é característico do vinho da Madeira, é a relação entre as espécies de açúcar, pois que geralmente a quantidade de frutose é sensivelmente menor que a de glucose ou lhe é, quando muito, igual; normalmente, a frutose varia entre 44 e 50% do açúcar total (como açúcar intervertido). Excepcionalmente há também no vinho da Madeira um predomínio de frutose, mas ainda neste caso não é as mais das vezes bem sensível (até pouco mais ou menos 52%).

Quanto se pode concluir das análises que nos foram, comunicadas, o conteúdo dos vinhos da Madeira em cinzas é pouco mais ou menos 0,2 a 0,4 gr. em ácido fosfórico 0,25 a 0,005 gr. e em glicerina, 0,5 a 0,9 gr. em 100 cm.³.

III - APRECIÇÃO

As decisões da lei vinícola alemã de 7 de abril de 1909 nada tem que objectar ao modo de preparação do vinho da Madeira, qual se pratica no país de origem, enquanto, pelo menos, o açúcar de cana não foi empregado como meio de adoçamento.

Segundo a lei vinícola alemã, vinhos da Madeira em que se pode demonstrar a presença de açúcar de cana não podem ser importados, e não podem tão pouco circular no império a não ser que se prove (como temos explicado mais acima, esta prova parece hoje muito duvidosa ou difícil) que os produtos receberam sua adição de açúcar antes da publicação da lei vitícola alemã e de entrar em vigor a proibição portuguesa do adoçamento de 1908. Em todo o caso, é mister condenar os vinhos da Madeira em que se pode reconhecer uma lotação, como sucede ainda mui frequentemente.

Segundo as decisões do tratado comercial e marítimo entre a Alemanha e Portugal, assim como pelas prescrições da lei vinícola alemã, as designações Madeira, Vinho da Madeira e outras composições de palavras semelhantes são, para a circulação no interior do império alemão, reservadas aos vinhos verdadeiros e generosos da região do Funchal, que não foram lotados com outros vinhos.

Vinhos de dessert vindos da Madeira, com uma quantidade de álcool inferior a 17% em volume (ou inferior a, pouco mais ou menos 13,5 gr. por 100 cm.³, não podem ser considerados como vinhos da Madeira correspondentes às prescrições legais portuguesas e que possam ser exportados para a Alemanha, não devendo por consequência ser admitindo á circulação no interior com a designação de «Vinho da Madeira»)

IMITAÇÕES DOS VINHOS DA MADEIRA

São os vinhos de dessert espanhóis e muitas vezes também os gregos que entram especialmente no comércio como imitações dos vinhos da Madeira.

As imitações espanholas e gregas do vinho Madeira diferem muitas vezes e de tal modo, por sua composição, da composição química dos verdadeiros vinhos da Madeira, que é sempre possível reconhecer pela análise química a substituição destes produtos aos vinhos verdadeiros».

Como se sabe, é a Junta Nacional do Vinho um importante organismo nacional destinado a orientar e a proteger a viticultura e a vinicultura nas diversas regiões do país, sendo já muito assinalados os serviços que tem prestado e há-de continuar a prestar á cultura da vinha e ao comércio dos seus ricos produtos. Foi pelo decreto de 18 de Junho de 1940 que estendeu a sua acção ao arquipélago madeirense, a qual se tem tornado geralmente benéfica e de apreciáveis resultados, apesar das dificuldades que sempre surgem ao iniciar-se um novo meio de protecção á agricultura. Os relatórios da Junta Nacional do Vinho respeitantes aos anos de 1940 e 1941 contêm muitos dados e informações que particularmente interessam á Madeira, não permitindo a sua relativa extensão que os possamos transcrever neste lugar.

Está ainda infelizmente por elaborar uma completa monografia sobre os Vinhos da Madeira, em que se faça a sua historia, desde os meados do século XV até a época que vai decorrendo, nos variados e interessantes aspectos que ela nos oferece.

Deveria para isso proceder-se a um largo trabalho descritivo e de pormenorizada coordenação, que além de abranger as diversas fases da indústria e dos processos de vinificação, fornecesse também informações seguras acerca da escolha apropriada do solo e do plantio dos bacelos, tratamento eficaz das videiras, fabrico e conservação dos mostos, preparação dos produtos destinados ao embarque, o seu comércio interno e no estrangeiro, a análise rigorosa dos chamados vinhos generosos e a cuidadosa conservação da celebrada fama de que universalmente gozam, constituindo outros tantos objectos de investigação e de estudo, para o que seria indispensável aproveitarem-se os valiosos elementos que se encontram dispersos em diversas publicações.

De algumas delas daremos rápida notícia:

Memórias sobre as Ilhas da Madeira e Porto Santo, por João Andrade Corvo, de que apenas foi publicada a Memória I, em 1855, com o subtítulo «A Mangra ou Doenças das Vinhas nas Ilhas da Madeira e Porto Santo», e que é considerado um trabalho muito importante, contendo as mais interessantes e proveitosas informações; Saudades da Terra, edição de 1873, no texto e nas eruditas notas;

Os Vinhos da Madeira e o seu descrédito pelas estufas, pelo conde de Canavial, 1889;

Os Três Sistemas de Tratamento dos Vinhos da Madeira, pelo mesmo, 1900;

Notícia sobre o Vinho Canavial, pelo mesmo, 1882;

Acção Bactericida do Vinho Madeira pelo Dr. Vicente Henriques de Gouveia, 1930;

Sur les vins de Madère pelo Dr. Ferreira da Silva, 1896;

La vinification des vins de Madere et leur composition, 1911, pelo mesmo, estudos publicados nos «Annales de falsifications» de páginas 4 a 59;

Préparation, composition et appréciation du vin de Madère et de ses substituts, por A. Kickton e R. Murdfield, 1914, de 57 páginas, que é o notável estudo traduzido pelo Dr. Nuno S. Teixeira e publicado no «Diário de Notícias» e ao qual acima se faz referência;

Vinhos da Madeira, por Nuno Simões, 1935, separata do «Arquivo Financeiro e Segurador»;

O Vinho da Madeira – Como se prepara um nectar, por J. Reis Gomes, 1937;

Informação Vinícola, que contém valiosos artigos do regente agrícola José Torres Tavares; extenso Relatório do inspector dos serviços anti-filoxéricos Almeida e Brito, referente ao ano de 1883;

Relatorios da «Junta Nacional do Vinho» referente aos anos de 1940 e 1941;

O Arquipélago da Madeira na Legislação Portuguesa, 1941, pelo Padre Fernando Augusto da Silva, em que se encontram mencionados vários decretos respeitantes ao fabrico e comercio dos vinhos deste arquipélago; *Elucidário Madeirense*, em vários

lugares e em especial os mencionados nos artigos «Vinhas» e «Vinhos» e A Imprensa, As Colectividades do Distrito e o Projecto da Regulamentação da Produção, Fiscalização e Comercio dos Vinhos da Madeira, 1916.

Não deixa de ter originalidade e de oferecer interesse ao estudo do «Folclore» madeirense o artigo publicado no jornal a *Informação Vinicola*, de 20 de Setembro de 1943, devido á pena do distinto regente agrícola José da Cruz Tavares e intitulado *Folclore do Vinho e da Vinha na Ilha da Madeira*, que vamos deixar arquivado nestas páginas, e que certamente despertará curiosidade e interesse a alguns dos leitores desta obra.

«A Madeira é região rica de folclore da vinha e do vinho, mais talvez do que qualquer outra de Portugal continental.

O povo canta a uva e o vinho provenientes das várias castas que se cultivam, mas distingue as que lhe dão o vinho de pasto de que mais gosta. A este chamam «vinho seco» por não levar qualquer tratamento, e para o diferenciarem do «vinho tratado» ou «vinho doce» – o generoso.

O madeirense das classes inferiores bebe-lhe bem, ás vezes em demasia, com prejuízo da própria saúde e da economia caseira. Nas festas e nas romarias de que a região é fértil, acompanhando de rajões, machetes e braguinhass vai cantando. Mas para isso faz-se valer desta maneira, sobretudo quando tem boa voz:

Quem me quiser ver cantar
Dê-me vinho ou dinheiro;
Que esta minha gargantina
Não é fole de ferreiro.

Venha vinho, venha vinho!
Venha mais meio galão!
Quem quiser beber mais vinho
Ponha a boca ao garrafão.

Mas a pouco e pouco vai-se tornando exigente:

Venha vinho, venha vinho!
Venha taubém bacalhau!
Venha pão com peixe espada
– Tudo junto não é mau.

E a coisa vai aquecendo, com «chambas» e «bailinhos», entre ditos e olhares significativos ás raparigas. Os copos viram-se uns atrás dos outros, até que pode chegar ao paroxismo raivoso deste que cantou:

Rapazes: quando eu morrer
Enterrai-me ao pé do vinho!
A pipa p'ra cabeceira
A torneira no focinho.

A contrastar com a materialidade bárbara desta quadra admire-se o lirismo desta outra, em que o poeta, perdido de amores, dá á sua amada ainda o nome de dois vidonhos vulgarmente cultivados, entre outras coisas bonitas que lhe diz:

Ó menina dos meus olhos
Minha «tinta» meu «listrão»,
Cadeado do meu peito,
Chave do meu coração.

Aprecia-se muito na Madeira o vinho dos produtores directos Jacquez, Isabela ou americano, Herbemont e Cunnningham. Mas o americano ou «vinho de cheiro» é sempre o preferido:

O vinho americano
Sempre foi mais afamado;
Por ser a uva mais grada
Deita as outras para o lado

Se quereis ou não quereis
Dai-me agora o desengano.
Podeis beber á vontade
Que este é vinho americano.

Chega mnesmo ao exagero de lhe atribuir certos predicados medicinais:

O vinho americano
É um vinho afamado.
Quem não bebe deste vinho
Anda sempre adoentado.

Esta boa desculpa e razão para beber um pouco, podia muito bem ter sido dada à sua bela por aquele que se veio carpir ou troçar deste feitio:

Meu amor não quer que eu beba
Nem vinho nem aguardente;
Que eu sou criança nova
Posso morrer de repente.

Claro está que o povo não pode nem sabe pronunciar os nomes arrevesados das outras castas de produção directa, e então traduziu-os o melhor que soube para as suas cantigas:

Eu gosto duma pitada
Porque me cheira a rapé
Vamos tomar êste copo
Da parreira de «jaqué».

Vê-se bem de que era o tal copo de «jaqué» com que o poeta se regalou, comparando-o ás delícias duma pitada. Mais dificilmente se descortinará, porém, de que seria feita a preciosidade que outro troveiro cantou, privando-se da retribuição centuplicada que Deus lhe mandaria:

A quem tem bom coração
Deus dá cem a quem dá um.
Deste não dou a ninguém
Que é do meu vinho de «armum».

Pois «armum» ou «armon» e «armurio» no Porto Santo, é nem mais nem menos que o Herbemont.

Todavia, nem todos se contentam com zurrapas mal preparadas e de má raça. Ainda há quem tenha bom gosto e saiba apreciar o que há-de ser sempre bom em todos os tempos:

Eu gosto muito de vinho.
Mas que seja vinho velho.
Eu vou dizer aos senhores
Que isto é vinho de «verdelho».

E tinha razão o cantor! Porque o verdelho dá um dos melhores e mais perfumados vinhos generosos, quando bem tratado e encanecido pelos anos.

Se há muito quem goste de vinho outros lhe preferem as uvas, embora nem todos estejam habilitados a compreender logo as saudades desta poetisa:

Eu vou ficando já velha
Já estou muito acabadinha.
Já não me lembro do gosto
Que tem a uva «caninha».

Esta «caninha», bem como o seu sinónimo «canim», é a tradução para vernáculo do produtor directo Cunningham, muito embora ninguém o diga.

Usa-se muito na Madeira fazer água-pé dos bagaços, a qual consomem ou deixam transformar em vinagre. Á falta de melhor, o «vilão», o camponês, vai-se contentando com ela:

Ó parreira dá-me um cacho
Ó cacho dá-me um Baguinho!
Quero fazer água-pé
Já que meu pai não tem vinho.

Contenta-se é como quem diz... Porque há espertalhões que tem sempre o recurso fácil e o expediente á mão, como aquele que uma voz soltou esta:

Este ano não tenho vinho,
Só vou fazer água-pe.
Mas eu digo aos senhores
Que o meu sogro tem jaqué.

Pior mal vai aos que não tem nada mas que a alguma coisa estavam habituados. Veja-se a singeleza tétrica com que se curtem saudades da boa planta produtora do liquido precioso que traz a gente alegre e dá também a rica sombra em frente das portas:

Tenho em casa um barril
Sem vinho nem água-pé;
Porque secou a parreira
Que eu tinha de jaqué.

A vindima ou «apanha» principia em Agosto nos sítios mais abrigados e bem expostos:

Dos meses que o ano tem
Eu gosto muito de Agosto,
Quando se apanham as uvas
E depois se faz o mosto.

Fazem-na os homens, as mulheres, as crianças, os da casa, os vizinhos, os amigos e os convidados, e enquanto dura há um pouco de festa, de alegria, com Cupido á solta:

O mundo ralha de tudo
Tenha ou não tenha razão.
Pois no dia da vindima
Também quero o meu quinhão.

Adeus figos, adeus uvas,
Adeus frutinha do verão;
Adeus meu amor adeus.
Até outra ocasião.

As vindimas do Porto Santo parece atraírem também muito os madeirenses pelas belíssimas uvas que lá se produzem e pelo ambiente pacífico e salubre que se respira:

Vou ficando muito velha,
Sempre sentada a um canto.
Mas 'inda gostava d'ir
Á vindima ao Porto Santo.

O Porto Santo tem festas rijas e um afamado vinho branco de pasto quase exclusivamente de Listrão, o qual entusiasmou certo cantador amante de folias e romarias:

Este ano vou ao Monte
Para o ano ao Porto Santo,
Se gosto de vinho tinto
Gosto mais de vinho branco.

As uvas, depois de vindimadas, vão em cestos para os lagares onde as espera o tormento da pisa e da «repisa». A pisa é o simples esmagamento a pés; mas a repisa é operação violentíssima a que submetem os bagaços depois de prensados, a fim de lhe tirarem mais algum mosto quando não querem fazer água-pé. Enquanto dura cantam uma cantiga própria e típica, a «canção da repisa», ritmada com o movimento de saltar a pés juntos, com força e gana, sobre os bagaços estendidos. É operação demorada que é preciso ser bem executada para ser económica:

Já que estamos na repisa
Vamos fazê-la bem feita;
A contento do patrão
E a patroa satisfeita.

Ainda não acabam aqui as quadras populares dedicadas na Madeira á vinha, á uva e ao vinho».

Vinte e Cinco Fontes. É um aprazível lugar, visitado por todos os que se encontram na encantadora estância do Rabaçal (V. este nome) e em que da rocha viva e aprumada brotam inúmeras nascentes, que se despenham duma considerável altura. Fica a cerca de 3 quilómetros de distância das casas do Rabaçal.

Viola de Arame. Instrumento músico com cordas de arame, que só é tocado pelos camponeses. A sua afinação, segundo nos informa o Sr. capitão Eduardo A. dos Santos Pereira, um distinto músico amador, é a seguinte: mi (bordão), lá, ré, sol, si, mi (prima).

A viola de arame é instrumento apreciado pelos camponeses e companheiro destes nas suas jornadas, mas os sons que ele produz

são pouco agradáveis ao ouvido do homem educado.

Violeta (*Viola adorata var. maderensis*) Planta vivaz da família das Violaceas, comum nas ravinas do interior da Madeira. As suas flores, de cheiro suave, são emolientes e diaforeticas. Existe na ilha uma violeta de flores inodoras, cujo nome botânico é *Viola silvatica var. Riviniana*.

Vira-Pedras. Recebe esta denominação a *Strepsiles interpres*, ave de arribação regular, mas que costuma demorar-se poucos dias no arquipélago.

Virtudes. Sítio povoado da freguesia de São Martinho, que tomou o nome da capela de Nossa Senhora das Virtudes ali existente, mandada edificar em 1661 por Francisco de Vasconcelos Bettencourt, tendo sido reconstruída por meados do século XIX. No mesmo sítio se encontra a capela de Santana, cujo fundador e ano de construção ignoramos.

Visco (*Tolpis succulenta*). Subarbusto de 2 a 8 decímetros. com folhas muito poliformas (dentadas, mais ou menos recortadas ou lineares e inteiras) e capítulos medíocres, com as flores amarelas. Pertence á família das Compostas, sub-familia das Ligulifloras. O suco leitoso que sai das raízes do visco, tem no estado sólido a elasticidade e a aparência da borracha, e pode substituir esta substancia para apagar no papel os caracteres escritos a lápis. É esta a única aplicação do visco madeirense, nem outra se lhe pode dar, visto ser bastante diminuta a quantidade de suco produzida por cada planta. O visco é espécie muito frequente na Madeira, e também foi achada no Pico de Ana Ferreira, no Porto Santo.

Visconde do Ribeiro Real (*Largo do*). Fica junto da rua da Carreira ou do Dr. Vieira, no ponto onde desemboca a rua Pimenta de Aguiar. O paço episcopal tem a sua entrada principal neste largo, ocupando este o espaço onde existiu o antigo cemitério britânico, demolido em 1888.

V. Ribeiro Real (Conde do).

Visita dos Reis de Portugal. A 22 de Junho de 1901, os cruzadores D. Carlos e S. Gabriel e o iate real D. Amélia, ancoraram no porto do Funchal, conduzindo o primeiro a seu bordo o rei D. Carlos e a rainha D. Amélia. Acompanhavam os monarcas o ministro do reino e presidente do conselho Hintze Ribeiro, o ministro da marinha Teixeira de Sousa, os condes de Arnoso, Tarouca e Ribeira

Grande, o marquês do Faial, o vice-almirante Brito Capelo, o Dr. Oliveira Feijão e a dama da rainha D. Maria Francisca de Meneses.

Efectuado o desembarque dos soberanos portugueses no cais da entrada da cidade, pelas duas horas da tarde, logo se organizou um imponente cortejo que se dirigiu á Sé Catedral, onde foi celebrado um solene Te-Deum, tomando seguidamente o mesmo cortejo a direcção do palácio de S. Lourenço, transformado em paço real, onde se realizou a recepção de gala que os monarcas deram ao corpo consular, autoridades, titulares e várias entidades oficiais.

Durante a estada dos reis de Portugal nesta ilha, houve uma série ininterrupta de festas e entusiásticas manifestações em honra dos monarcas, de que só poderemos fazer rápida menção. Merecem referência especial a récita de gala no Teatro, tão brilhantemente descrita pelo conde de Arnoso, a sessão solene nos Paços do Concelho, as brilhantes festas oferecidas por Luís da Rocha Machado, visconde de Cacongo e João Blandy, nas suas quintas do Monte, Choupana e Palheiro do Ferreiro, o jantar de gala em S. Lourenço, a missa campal na praça Académica, o baile na quinta Vigia, a exposição industrial e agrícola, etc..

Os monarcas visitaram os quartéis, vários estabelecimentos de caridade e alguns edificios públicos.

As ornamentações do cais, entrada da cidade, praça da Constituição e de várias ruas e edificios revestiram um brilho desusado, e as iluminações foram profusas e obedeceram ao mais fino gosto, sendo um dos números do programa dos festejos que mais interesse e admiração despertaram entre os nossos visitantes.

A imponência da recepção aos monarcas portugueses, a que entusiasticamente se associaram todas as classes sociais, deve-se especialmente ao governador civil José Ribeiro da Cunha e ao presidente da Câmara Municipal o Dr. Manuel José Vieira. o cruzador D. Carlos parou na baía do Porto Santo, antes de chegar á Madeira, afim de receber a seu bordo a câmara municipal e autoridades daquela ilha, que foram apresentar os seus cumprimentos aos monarcas.

Os reis de Portugal embarcaram no dia 25 de Junho, pelas 6 horas da tarde, e seguiram para as ilhas dos Açores, onde chegaram na manhã do dia 28.

Quem quiser ter uma noticia mais circunstanciada de todos os festejos, dos discursos proferidos e de vários documentos oficiais respeitantes á visita régia, leia o interessante livro de Ciriaco de Brito Nobrega, intitulado a visita de suas majestades os reis de

Portugal ao arquipélago madeirense, onde se faz a descrição completa de tudo quanto na Madeira se realizou para festejar e solenizar a estada dos monarcas portugueses neste arquipélago.

Visitação (*Fr. António da*). Nasceu na Madeira no ano de 1546 e faleceu a 13 de Outubro de 1606. Tomou em 1568 o habito dos carmelitas e exerceu cargos muito importantes na sua ordem. Conhecia profundamente a língua latina e foi pregador afamado no seu tempo. Diz Barbosa Machado que deixou vários Poemas e Orações, que ficaram inéditos.

Vitória. Sítio povoado da freguesia de São Martinho, em que se encontra uma capela da invocação de Nossa Senhora da Vitoria, construída em 1594 por Francisco de Betencourt nas terras do morgadio que ali tinha instituído. Fica na margem esquerda dos Socorridos.

Vitória (*Fr. João Pinto da*). Nasceu nesta ilha no terceiro quartel do século XVI e faleceu em Valência, cidade de Espanha, no ano de 1631. Entrou na ordem dos carmelitas e passou á Espanha a completar os seus estudos, permanecendo ali até a morte. Exerceu os mais elevados cargos na sua ordem, como os «de provincial de Aragão e visitador da província de Andaluzia». Foi escritor apreciado no seu tempo, fazendo Barbosa Machado menção das obras *Vida del Fr. Juan Sanz*, Valência, 1612, e *Gerarchia Carmelitana*, Valência, 1616, ambas escritas em língua espanhola.

Viveiros e Jardins de Aclimação. Tendo o governador e capitão-general da Madeira, D. Diogo Forjaz Coutinho, proposto ao botânico Vandelli a criação de grandes viveiros de plantas na ilha, destinados ao abastecimento não só do horto botânico da Ajuda, mas também, se preciso fosse, dos jardins e estufas de toda a Europa, não tardou em baixar das estações centrais ao Governo Civil do Funchal a necessária autorização para tal projecto ser levado á pratica. A 6 de Maio de 1799, sendo já falecido o referido governador, ordenou o governo provisório que o bacharel José Maria de Afonseca escolhesse local adequado a servir de viveiro de plantas, e em 9 d'Agosto seguinte dizia o mesmo governo num documento oficial, que os terrenos destinados á produção das especies setentrionais estavam situados na Lombada, na freguesia do Monte, e que as especies meridionais seriam cultivadas nos sítios que parecessem mais adequados, enquanto se lhes não destinasse terreno próprio. Da direcção do viveiro das espécies setentrionais foi encarregado o mesmo Afonseca, podendo em caso de impedimento ser substituído por José Joaquim de Vasconcelos a cargo de quem ficaria a direcção do viveiro de essências meridionais, quando este viesse a ser estabelecido.

Até 10 de Agosto de 1823, distribuiu o viveiro do Monte para cima de 20:000 árvores por diversos pontos da Madeira e do Porto

Santo, segundo se lê num relatório acerca dos trabalhos realizados em benefício da economia rural do arquipélago, apresentado às estações competentes por José Maria de Afonseca.

O viveiro do Monte foi extinto em 1828 pelo governo de D. Miguel, sem que ninguém depois disso pensasse em restabelecê-lo. O decreto de 4 de Janeiro de 1837 mandou aplicar a cerca do extinto convento de S. Francisco a viveiro de plantas, mas, segundo parece, nada de útil se fez aí no sentido de renovar um empreendimento que tão bons resultados dera já entre nós.

O terreno onde estava o viveiro do Monte é conhecido ainda hoje pela denominação de «Quinta do Jardim Botânico». Quanto ao viveiro de essências meridionais, não nos consta que chegasse a ser criado.

O que vai ler-se, escrito há alguns anos por uns dos co-autores deste Elucidário, fornece novas informações ao artigo «Jardim de Aclimação» inserto a páginas 178 do volume II.

«No sítio da Lombada da freguesia do Monte, existe uma quinta a que chamam do Jardim Botânico, mas se entrarmos nessa quinta e analisarmos atentamente as espécies que a revestem, nada encontramos que possa de qualquer modo justificar a designação porque ela é conhecida. Não há ali nem uma vegetação variada, nem espécies raras podendo dizer-se mesmo que a quinta do Jardim Botânico, apesar do seu nome, é uma das propriedades da referida freguesia que menos interesse oferecem aos amadores de estudos florísticos.

No entretanto tal nome não é inteiramente impróprio, e se compulsarmos antigos documentos agora desconhecidos da grande maioria dos funchalenses, fácil é reconhecer que no sítio onde só vegetam agora espécies vulgares, esteve estabelecido outrora um excelente viveiro, que chegou a fornecer grande numero de árvores para diversos pontos da ilha.

A história do viveiro ou Jardim Botânico do Monte, conta-se em poucas palavras.

Tendo chegado ao conhecimento do governo português que das explorações botânicas de Banks e Solander em 1768 e das de Francisco Masson em 1776 e 1777, havia resultado descobrirem-se na Madeira muitas espécies valiosas, provocou este facto um aviso do mesmo governo ao governador e capitão-general D. Diogo Forjaz Coutinho, para este fazer colher e enviar ao jardim botânico da Ajuda, então a cargo de Domingos Vandelli, não só todas as plantas recentemente descobertas, mas ainda todas aquelas a que se atribuísse algum valor económico ou therapeutico.

o pedido foi satisfeito por intermédio dos inspectores gerais da agricultura, e tendo o governador por essa ocasião proposto a Vandelli a criação de grandes viveiros na ilha, destinados ao abastecimento não só do horto botânico da Ajuda, mas também, se preciso fosse, dos jardins e estufas de toda a Europa, não tardou em baixar das estações centrais ao governo civil do Funchal a autorização precisa para tal ideia pode ser convertida em facto.

Em 6 de Maio de 1799, sendo já falecido D. Diogo Forjaz Coutinho, ordenou o governo provisório que succedera a este governador, que o bacharel José Maria d'Affonseca escolhesse local adequado a servir de viveiro de plantas, e em 9 d'agosto seguinte dizia o mesmo governo em outro documento, que os terrenos destinados á producção das espécies septentrionaes estavam situados na Terra da Lombada, na freguezia do Monte, e que as espécies meridionaes seriam cultivadas nos sítios que parecessem mais adequados, enquanto se lhes não destinasse terreno próprio. Da direcção do viveiro das espécies setentrionais foi encarregado o mesmo José Maria d'Affonseca, podendo, em caso do impedimento, ser substituído por José Joaquim de Vasconcellos, a cargo de quem ficaria a direcção do viveiro de essencias meridionaes, o qual, segundo cremos, nunca chegou a ser estabelecido.

Como se vê, já em Agosto de 1799 estava criado o viveiro do Monte, estabelecimento de uma utilidade incontestável e que preparava a ilha para receber as riquezas vegetais de diversas partes do mundo. Até 10 d'agosto de 1823 distribuiu aquele viveiro para cima de 20.000 árvores por diversos pontos da Madeira e do Porto Santo, segundo se lê num relatório acerca dos trabalhos realizados em beneficio da economia rural do arquipélago, apresentado ás estações competentes pelo referido José Maria d'Affonseca.

o viveiro do Monte foi extinto pelo governo de D. Miguel em 1828, sem que ninguém depois disso procurasse restabelece-lo. o decreto de 4 de Janeiro de 1837 mandou aplicar a cerca do extinto convento de S. Francisco a viveiro de plantas, mas, segundo parece, nada também se fez ahi no sentido de renovar um empreendimento que tão bons resultados dera já entre nós.

Sobre jardins d'acclimação ha apenas a assinalar a proposta que em 23 d'agosto de 1852 fez o Dr. Frederico Welwitsch, sábio botânico austríaco, ao governo portuguez, para a creação de dois desses estabelecimentos, um em S. Paulo de Loanda e o outro no Funchal. o jardim que houvesse de ser criado no Funchal formaria, segundo o referido botânico, um jardim subtropical, e receberia tanto os vegetais tropicais como os dos países frios, aclimando-os e naturalizando-os se possível fosse, para depois serem transportados sem prejuízo para outros climas.

A ideia do Dr. Welwitsch, apesar de ter merecido a aprovação do Conselho Ultramarino, não chegou a ser levada à prática, como é

bem sabido; restam-nos, porém, dezenas de ofícios registados nos livros de diversas repartições públicas, por onde se vê, que já no meado do século XIX as nossas entidades oficiais não faziam economia de papel nem de tinta, quando eram chamadas a emitir parecer sobre assuntos de que não percebiam coisa alguma.

Se nos fins do século XVIII as coisas levassem o mesmo caminho, não teria sido estabelecido o viveiro ou jardim botânico do Monte, do qual saíram milhares de plantas que foram repovoar variadíssimos pontos da ilha, (1921).

Vid. Junta Agrícola, Passada da Novilha, Smith e Weltwisch.

Vizetelly (*Henry*). E: *Facts about Porto and Madeira...*: London, 1880, I vol.

Voador (*Exocoetus exiliens*). Peixe teleosteo da família Escombresocida. O nome de avoador, ou melhor de voador, por que é conhecido, vem dos voos que dá, servindo-se das barbatanas peitorais, para escapar aos seus inimigos aquáticos

V. atum.

Voluntários Reais de D. Pedro. Houve no Funchal um batalhão assim denominado, nos tempos do governador José Lúcio Travassos Valdez, mais tarde conde de Bonfim, o qual se compunha de 400 praças de infantaria, cujo alistamento principiou no dia 26 de Junho de 1828. Anexo ao batalhão, existiu uma companhia de cavalaria, que devia possuir 64 praças, mas que só chegou a ter metade desta força sofrivelmente montada.

Os voluntários reais de D. Pedro dispersaram com o desembarque das tropas miguelistas na Madeira.

Voluntários Realistas. O corpo de Voluntários Realistas Urbanos da Madeira foi instituído em 1828 pelo capitão-general José Maria Monteiro, mas segundo se vê dum officio dirigido por D. Álvaro da Costa de Macedo ao conde de Basto em 9 de Setembro de 1831, esse corpo, que devia ter 4 companhias, só chegou a ter uma, para a qual o mesmo D. Álvaro reclamou os privilégios e regalias concedidos aos Voluntários do Reino pelo decreto de 26 de Setembro de 1828.

Segundo o plano do capitão-general Monteiro, o corpo devia ter um major-comandante, havendo em cada companhia 1 tenente, 1 alferes, 10 sargentos, 1 furriel, 2 cabos, 2 anspeçadas e 52 soldados.

Voto a S. Tiago. – No artigo *Padroeiros* (III-36), já nos ocupámos com alguma largueza do apóstolo S. Tiago escolhido para Padroeiro da Diocese do Funchal no primeiro quartel do século XVI e dos «votos» que solenemente lhe foram feitos nessa ocasião, destacando-se a construção duma igreja dedicada ao seu culto e á celebração dos diversos actos religiosos.

Os trechos dos Autos, que nesse artigo ficaram transcritos, foram extraídos das «Notas» das Saudades da Terra, informando-nos o seu ilustre comentador que os trasladara de uma antiga e desconhecida «Miscelanea» A Câmara Municipal do Funchal prestou um apreciável serviço fazendo publicar em opúsculo a copia integral e fac-similada desses importantes documentos, conforme os originais que se acham exarados em um dos livros pertencentes ao antigo arquivo da mesma Câmara. Tem o folheto o título de «Auto do Milagre do bem-aventurado Apostolo São Tiago Auto do Voto feito pela mesma Cidade do Funchal, ao mesmo Apostolo–1521-1538, extracto do Tomo I.º do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal, depositado no Arquivo Distrital do Funchal. É precedido de uma interessante «Introdução» e está encerrado com estas palavras: «Artigo de introdução, leitura e conversão para moderna linguagem pelo conservador, servindo de Director do Arquivo Distrital, Alvaro Rogério Manso de Sousa».

Em virtude da verdadeira autenticidade que oferece essa publicação e das divergências que se encontram entre ela e a transcrição feita nas Saudades da Terra, resolvemos reproduzir integralmente o texto desses documentos, que têm a mais íntima relação com o assunto deste artigo.

«Auto do Milagre- Em o ano do nascimento de Nosso Salvador Jesus Cristo de mil e quinhentos e vinte e um anos, aos dezassete dias do mes de Março, Domingo de Lázaro, nesta cidade do Funchal, estando nela o Doutor Pero Vaz por Corregedor por El-Rei Nosso Senhor nesta jurisdição do Funchal se acharam muitos doentes de peste e havia já dias que morriam da dita enfermidade, sem ser descoberta, e apartaram por guardas e regimento da terra todos os impedidos, e os tiraram da cidade, e sem embargo do dito apartamento a enfermidade foi em crescimento em tanta maneira que se saíram dela o Capitão e Corregedor e oficiais e o mais do povo dela, e no mês de Janeiro do ano de mil quinhentos e vinte e três, crescendo muito o mal, vieram se ajuntar em câmara o Capitão Simão Gonçalves e os Juizes e Vereadores e o povo que na cidade havia, e se foram ao coro da Sé da dita cidade, onde foram juntos com o Deão e Cabido da dita Sé, e todos em louvor de Deus, lançaram sortes sobre os doze apóstolos para que deles algum

saísse por padroeiro e advogado desta cidade, e logo, no dito coro, estando todos juntos saiu por sortes o Bem-aventurado São Tiago, o qual aceitaram por seu defensor e advogado, e todos juraram e prometeram que, por seu dia, lhe fariam uma procissão solene, e lhe festejariam, e que dois vereadores seriam sempre mordomos da Igreja do dito apóstolo, que lhe logo foi edificada novamente, e o procurador da cidade seria escrivão, e por esta ordenança ficassem para sempre. E do dito ano de vinte e um até Janeiro de trinta e oito sempre houve Guardas-Mores, que tinham carregos dos impedimentos que na cidade havia e de os pôr em degredo, e, neste meio tempo, havia andadores pela cidade, que cada dia corriam as ruas e sabiam dos doentes que na cidade havia e o faziam saber aos Guarda-Mores. E nenhum mestre nem sangrador sangrava sem licença dos ditos guardas, e, sempre, neste meio tempo, todos os anos, houve impedimentos na dita cidade, e sempre se usou de apartar os impedidos e de lhes dar degredo fora da cidade, e, para isso, se fizeram umas casas aos ilhéus, onde se lavavam os doentes. E, com todas estas diligências nunca cessou a peste, e no ano de quinhentos e trinta e oito, no segundo dia de Janeiro, tremeu a terra mui grandemente e de ali até o mês de Maio adoeceram e morreram muitos do dito mal e foi o rebate tão grande que nenhum ano foi maior. E sempre neste tempo houve os ditos Guarda-mores e homens apartados para enterrar os mortos que do dito mal morriam, os quais enterravam, de noite, pelos adros, parecendo aos que governavam a terra que pelo mal ser contagioso acertavam em apartarem os doentes dos sãos. E, com todos os apartamentos, o mal foi sempre em crescimento, o qual visto pelos vereadores do dito ano de quinhentos trinta e oito determinaram que, de aí avante, os que adoecessem se curassem em suas casas, fossem enterrados de dia, dentro das Igrejas, com aquela pompa que se requeria. E, assim, como se começou de alargar isto, começou o mal a diminuir, e em o dia do Bem-aventurado Apóstolo, querendo-se mover a procissão, supitamente foram tocados, não sem permissão divina, os corações dos que tinham carregos da guarda da cidade, que eram o Licenciado Gaspar da Nóbrega, que servia de loco-tenente do Capitão, e os Juizes João Lourenço Leitão e Diogo Paes, e Vereadores Manuel Afonso Ferreira Dromondo e Simão Darja e Heitor Homem de Sousa, e procurador do Concelho Manuel Carvalho, e todos a uma voz acordaram que daquele dia em diante, na cidade não houvesse mais guardas e que os que adoecessem desse mal fossem curados como são os das outras enfermidades, e que fossem visitados de quem quisessem pois em tanto tempo tão pouco tinham aproveitado tantas diligências, e às vezes mui rigorosas, que bem puderam ter remediado, se o remédio houvera de ser humano. Mas como seja verdade aquele dito do Bem-aventurado São Tiago, que toda a boa dádiva e dom perfeito sempre vem do Céu do Padre das Claridades, – neste, outrossim, nos vem de lá, porque todos os sobreditos juntamente conheceram e confessaram a verdade, que sua guarda e rigor não consentia a saúde da cidade, mas nas mãos do Senhor Deus a quem se encomendavam e dele esperavam a saúde da cidade. E que daquele dia em diante entregavam a guarda ao Bem-aventurado Apóstolo São Tiago, Padroeiro e Advogado da dita cidade, para ele ser guarda dela e alcançar do Nosso Senhor a saúde para ela e para o seu povo.

E logo moveram com a dita procissão para a Igreja do Bem-aventurado Apóstolo, com toda a solenidade, onde, tanto que chegaram, logo pelos Vereadores foram entregues e postas sobre o altar as varas dos Guardas-Mores, e aí ficaram e estão em memória. E o Padre Licenciado Frei Vicente, pregador da cidade, logo na pregação denunciou publicamente a todo o povo a determinação dos regedores, louvando-a muito e a confiança que puseram em as mãos do Senhor Deus, o que muito contentou a todo o povo, e deram muitos louvores ao Senhor Deus pela tal determinação, a qual não era em sua permissão, e todos de uma vontade e coração tiveram logo o mal ser miraculosamente alevantado pelo Senhor Deus, e a saúde da terra nos ser enviada. E logo pelos ditos regedores foi mandado que todos os que estavam pelos degredos que pudessem entrar na cidade e em suas casas, e nelas estar e andar por onde quisessem, ao qual foi logo satisfeito no dia dia. E todos os que estavam pelos degredos, muitos com as chagas abertas e outros com os inchaços por abrir, se meteram na cidade e se misturaram com todos, e daquele dia em diante foi miraculosamente alevantado o mal, e foi a cidade sã, e nunca mais houve impedimento algum.

E não tão somente alevantou o Senhor Deus o mal da terra mas, também, o alevantou do coração e boca dos homens, pelo qual lhe damos muitas graças e louvores.

E por que tão grande milagre e mercê do Senhor Deus recebida não ficasse esquecida, por sermos livres de uma praga não menor que a do Faraó, os Vereadores do dito ano o fizeram escrever em este livro do Tombo, para ficar em memória para sempre e grande encargo que somos a nosso Padroeiro e Advogado, por cuja intercessão alcançámos tão alto benefício e mercê do Senhor Deus, – os quais assinaram aqui, com os juízes e procurador. E eu, Simão Lopes, Escrivão da Câmara, que o escrevi.

«Auto do Voto – Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e quinhentos e vinte / e três anos em Sábado vinte e quatro dias do mês de Janeiro em a ilha da / Madeira em a Sé da cidade do Funchal em o coro da dita / Sé pareceram aí o Sr. Capitão Simão Gonçalves da Câmara / e vereadores e oficiais da Câmara ci / dadãos e mesteres e outro muito povo e assim o Snr. deão e cabido com toda a outra clerezia e logo / entre eles foi apresentado que aos onze dias do mês de Junho / do ano de quinhentos e vinte e um sendo a dita cidade posta / em muita tempestade e tribulação de peste e fomes e outros / muitos trabalhos se acordou em câmara pelos oficiais/ que então eram, scilicet: João Correia, vereador, Vicente Gonçalves e Pero da Luz / juízes, e o bacharel João de Évora, procurador e mesteres de tomarem / um rol de santos, scilicet: o nome de Jesus Nosso Senhor, e a Virgem / Maria, Nossa Senhora, e São João Baptista e os doze apóstolos, cada / um por seu nome, de que fizeram quinze escritos em cada um seu nome, e os lançaram em um barrete e por um / menino por nome João de idade de sete anos. pondo-se / todos primeiramente em joelhos em oração prometendo de fazer uma / casa à honra daquele santo que por sorte saísse / e quis o Senhor

Deus que por sorte saiu o bem-aventurado / apóstolo São Tiago o Menor, à honra do qual, logo no dito dia se festejou pela cidade, e aos vinte e um de Julho lhe começaram sua casa, indo a cidade e o dito cabido com procissão solene, / descalços, e o mestre escola Gonçalo Martins com o retábulo / da imagem do bem-aventurado apóstolo, e deu a / primeira enxadada no cunhal da capela, da banda do Evangelho, a qual casa se edificou em uma terra que Antonio de Spinola deu para a dita casa. E por que à dita cidade tornou algum tanto a picar da dita peste, acordando-se eles do sobredito, scilicet: ele Snr. Capitão e oficiais da Câmara e mesteres e cidadãos e povo e deão e cabido / determinaram de logo fazerem acabar a dita casa / e de hoje por diante o tomaram por seu protector / e defensor ante Nosso Senhor Jesus Cristo, para que / ele fosse intercessor ao eterno Deus pelos trabalhos deste povo que a ele se encomendava, e o / votaram assim ele Snr. Capitão como os oficiais da Câmara e mesteres e ele Snr. deão e cabido, scilicet: o dito Snr. Capitão em seu, nome e dos que dele descenderem, e os oficiais da Câmara em nome da dita Cidade, e o dito Snr. deão e cabido em nome de toda a clerezia da dita Sé e cidade, de, para sempre, em cada um ano dos do mundo, eles louvarem e festejarem a festa do dito glorioso Santo, que é / o primeiro de Maio, ao qual farão procissão solene, a qual sairá da Sé da dita Cidade, solenemente, e irão a dita casa do dito bem-aventurado / santo, onde lhe farão vésperas solenes, e assim outro, tanto se fará ao próprio dia, com missa solene e procissão, as quais procissões se farão como o próprio dia do Corpus Cristi. E os ditos Cidadãos lhes / aprouve de mandarem pintar o dito santo / na Câmara e na bandeira e Selo da Cidade assim como se / traz São Vicente na bandeira da Cidade de Lisboa, e os sobre / ditos votaram isto em as mãos do dito deão para / tudo cumprirem, por si e por seus sucessores, e em testemunho / e fé de verdade dele o assinaram aqui. E eu / António de Almada, notário público, escrivão que ora / sou da Câmara, em ausência de Afonso Anes, o escrevi / e assim lhes aprouve de tomarem por seus protectores os bem-aventurados São Sebastião e São Roque, e lhe / fazerem a dita solenidade».

A página 280 deste volume do Elucidário lê-se uma breve notícia da igreja de S. Tiago, hoje paroquial de Santa Maria Maior, a que queremos adicionar mais algumas informações.

Ia dar-se cumprimento à promessa feita e proceder-se à construção da capela dedicada ao Santo Padroeiro, mas devido talvez à falta de recursos ou por ter arrefecido o primeiro entusiasmo manifestado por ocasião do «voto» solene, a verdade é que o novo templo do Padroeiro foi concebido na mais modesta traça e edificado em bem acanhadas proporções, não passando duma pobre e sertaneja ermida como outras que se encontravam espalhadas em diversos pontos desta ilha.

Essa lamentável falta ou errada compreensão das obrigações contraídas em 1521 e 1538 foram parcialmente reparadas no segundo quartel do século XVII com a construção duma nova capela, e mais tarde satisfeitas inteiramente ao ser levantado o templo actual,

na segunda metade do século XVIII, como abaixo veremos.

Nos primeiros anos do segundo quartel do século XVII, resolveu o senado funchalense proceder à edificação duma nova capela, em atenção à pequenez da antiga ermida e ao estado de já adiantada ruína em que ela se encontrava. Concluída a construção, fez a câmara a 22 de Junho de 1632 a renovação dos antigos compromissos tomados pelas vereações transactas, e no dia 25 do mês de Julho do mesmo ano o bispo diocesano D. Jerónimo Fernando lançou, com a maior solenidade, à nova capela, a bênção do ritual. Despertaram-se o antigo fervor e a antiga veneração pelo Santo Padroeiro, revestindo grande imponência e desusado brilhantismo as festividades então realizadas em sua honra, o que perdurou por largos anos.

Na vereação de 30 de Janeiro de 1754, toma o senado funchalense uma importante resolução, que hoje nos parece um pouco estranha, por ignorarmos os motivos que a determinaram: a demolição da capela de São Tiago e a erecção duma igreja de mais amplas proporções e mais condigna ao fim a que se destinava.

Recolhida à Sé Catedral a imagem do Santo Padroeiro e sendo demolida a velha capela, iniciou-se a construção do novo templo no referido ano de 1754. Foram demorados os trabalhos da sua edificação, porque, embora se afirme algures que eles foram dados por concluídos no ano de 1768, a verdade é que a trasladação da veneranda imagem da Sé Catedral para a nova igreja somente se realizou em 1789, revestindo esse acto uma desusada solenidade e um brilhantismo fora do comum, devendo conjecturar-se que foi aproximadamente por esse tempo que terminou aquela demorada construção.

Segundo se vê no «Arquivo Histórico da Madeira» (1-4 e ss.), encontram-se no arquivo da Câmara Municipal os livros «Reedificação da Igreja de São Tiago» e «Inventários e Rendas da Igreja de São Tiago», que não tivemos ensejo de consultar, devendo neles encontrar-se alguns elementos apreciáveis acerca da construção do novo templo e das ponderosas razões que levariam o senado a tomar essa deliberação. É de presumir que se procedesse sem grande demora ao lançamento da respectiva bênção canónica e fosse logo entregue ao serviço do culto.

Voto à Santíssima Virgem. A grande aluvião de 9 de Outubro de 1803, considerada a maior calamidade que tem assolado a Madeira e da qual já demos uma noticia sumaria (I-54 e ss.), determinou o «voto», solene de colocar-se esta ilha e a cidade do Funchal sob a especial protecção da Santíssima Virgem, como ficou referido no artigo *Padroeiros* (III- 36 e ss.). Cumpre

acrescentar que esse «voto» compreendia particularmente a cláusula de escolher a Nossa Senhora do Monte como especial protectora da cidade do Funchal, o que foi confirmado por Rescrito Apostólico de Pio VII, de 21 de Julho de 1804, sendo então instituída a festa do Patrocínio de Nossa Senhora do Monte, celebrada a 9 de Outubro de cada ano, com procissão solene que da Catedral se dirigia á igreja paroquial de Santa Maria Maior. O nove de Outubro foi em outro tempo dia santo de preceito, precedido de vigília própria com jejum.

Voyages to the Madeira and Leward Caribbean Isles, by Maria R... (Riddell); Edinburgh, 1792, I volume.

Voz da Madeira (A). Este jornal deu o primeiro numero em Julho de 1908.

Voz do Operário (A). O primeiro numero deste jornal apareceu a 2 de Abril de 1899, e o ultimo numero, o n.º 88, a 8 de Dezembro de 1900.

Voz do Povo (A). Este semanário, de que foi redactor José Marciano da Silveira, deu o primeiro numero a 17 de Maio de 1860 e acabou com o numero de 1344, a 15 de Outubro de 1877.

Em 1911, apareceu um outro jornal com o mesmo nome, que deu 59 números, o primeiro a 1 de Outubro e o ultimo a 10 de Dezembro.

Voz Publica (A). Este jornal publicou-se desde 20 de Janeiro a 6 de Setembro de 1896, tendo dado trinta e seis números.

Vues (*Quelques*) *des Vendanges de 1891 à Madere*, offertes par Blandy Frères & Cie. É um folheto com 8 estampas e uma curta noticia sobre a ilha da Madeira e os seus vinhos.

Vulcanismo. Vid . *Stuebel* (III-335 e ss.).

W

Wallis (*Samuel*), V. *Expedições científicas* (volume I, página 428).

Walsingham (*Lord*). E.: *Catalogue of the Pterophoridae, Tortricidae and Tinidae of the Madeira Islands, with notes and descriptions of new species* (*Trans. Ent. Soc. Lond*, IV, 1894).

Waters (*A. W.*). Menciona oito espécies de membraniporídeos madeirenses no seu artigo intitulado *Observations on the Membraniporidae* (*Linn. Societ Journ*, XXVI, 1898). Escreveu também um artigo intitulado *Bryzoa of Madeira*, no *Jornal da Real Soc. de Microscopia* (1899).

Watson (*Roberto Boog*). Doutor em leis e conchiliologista inglês que entre os anos de 1864 e 1874 estudou as conchas marinhas da Madeira, ao mesmo tempo que exercia as funções de capelão duma das igrejas protestantes do Funchal. É já falecido (1921). Escreveu um trabalho intitulado *On the Marine Mollusca of Madeira* (*Journ. Linn. Soc*, XXVI, 1897), tendo-se ocupado do mesmo assunto, em 1873, nas *Memórias da Sociedade Zoológica de Londres*. Watson, no seu trabalho publicado em 1897, menciona 382 espécies de moluscos marinhos, descrevendo 35 por ele reputadas novas.

Como o seu compatriota Wollaston, Watson procurou por vezes amesquinhar nos seus trabalhos outros naturalistas, o que não é próprio dum homem de ciência e muito menos dum padre, embora protestante.

As conchas de Watson pertencem hoje ao malacólogo inglês Tomlin, segundo se lê numa carta enviada para esta cidade (1921).

Webb (*Felipe Baker*). Distinto botânico inglês muito conhecido pelos seus estudos sobre a flora das Canárias. Nasceu em Milford em 1793 e morreu em 1853, tendo estado na Madeira, em 1828, onde se demorou alguns meses, com o fim de estudar a flora desta ilha. Visitou também o Porto Santo.

Wuellerstorff-Urbair (*Comodoro*). Era o comandante da fragata austríaca Novara, que fez uma viagem á roda do mundo em

1857, 1858 e 1859. Na obra que tem por título *Reise der Oesterreichischen Fregatte Novara um die Erde* (Viena, 1861), há um capítulo em que o Comodoro Wuellerstorff-Urbair paga o justissimo tributo da sua admiração á ilha da Madeira, onde se demorou desde 8 a 17 de Junho de 1857. Este capítulo, na parte em que se refere à nossa ilha, foi traduzido por João Felix Pereira e publicado na *Lampada* (n.ºs 25 a 37, de 31 de Maio a 10 de Setembro de 1873), havendo também uma tradução feita pelo ilustre escritor José Maria Latino Coelho, que apareceu na *Revista Contemporânea* e foi reproduzida nos n.ºs 2279 e seguintes do extinto *Diário do Comércio*, do Funchal.

Welwitsch (*Dr. Frederico*). Botânico austríaco muito conhecido pelos seus estudos sobre a flora de Portugal e de Angola. Esteve na Madeira em 1853, onde se demorou muito pouco tempo, tendo no ano anterior proposto ao governo a criação de dois jardins de aclimação, um em S. Paulo de Luanda e a outro no Funchal, de modo que este ultimo recebesse as plantas tropicais destinadas a ser transportadas para climas mais frios, e as plantas destes climas que houvesse vantagem em cultivar nas regiões quentes. Conseguida a adaptação de tais plantas ao nosso clima, seria depois fácil fazê-las vegetar em países mais frios ou mais quentes que o nosso. As poucas plantas colhidas por Welwitsch na Madeira em 1853, estão no herbário da faculdade de ciências da Universidade de Lisboa. E.: *Aforismos acerca da fundação dos jardins de aclimação na Ilha da Madeira e em Angola, na Africa Occidental*(1921).

White (*Roberto*). Súdito inglês que residiu alguns anos na Madeira e que escreveu em 1851 um interessante e valioso trabalho intitulado *Madeira, its climate and scenery*. Em 1850 e 1851, fez observações meteorológicas no Funchal e em Machico.

Em 1857, ainda em vida de White, apareceu uma segunda edição da sua obra, editada e acrescentada por James Yate Johnson (V. este nome).

Wilkes. (*Tenente Carlos*). V. *Expedições científicas* (volume I, página 428).

Wilson (*Miss Mary Jane*). Nasceu esta distinta senhora em Madrasta, na Índia Inglesa a 3 de Outubro do ano de 1840. Fixou residência na Madeira em 1880 e dois anos depois estabeleceu um colégio no palácio de São Pedro, a que pôs o nome de St. Georges High School e que foi muito frequentado pelas raparigas da melhor sociedade funchalense. Tendo, por 1892, encerrado o colégio, reedificou, a custa de esmolas, o antigo hospital da vila de Santa Cruz e ali recebeu alguns doentes e instalou uma farmácia, prestando assinalados serviços aos doentes e pobres daquele concelho. Foi a fundadora duma comunidade religiosa diocesana, que,

em serviços hospitalares e ministrando a instrução em muitas escolas dispersas por várias freguesias, se tornou credora dos maiores elogios e da gratidão dos povos desta ilha.

Em 1907, por ocasião duma epidemia de varíola, tomou Miss Wilson a direcção do hospital de isolamento estabelecido no Lazareto de Gonçalo Aires, em circunstancias muito graves e em que se recebiam as consequências mais lamentáveis, mas tão assinalados foram os serviços então prestados por aquela ilustre senhora, que logo se dissiparam os infundados receios que tinham nascido no espírito de muitos, ainda sob a impressão das desgraçadas ocorrências que se deram em Janeiro de 1905.

A este respeito, disse no antigo *Heraldo da Madeira*, um dos autores desta obra:

«Miss Wilson, pondo a sua abnegação sem limites e a sua grande e nunca desmentida caridade em favor dos infelizes variolosos, sem mira no mais pequeno interesse ou no mais insignificante galardão, colocou-se na mesma plana dos grandes bemfeitores da humanidade que, fazendo o bem só pelo bem, aspiram apenas ao aplauso da própria consciência e às recompensas na vida de além do túmulo.

«A par dessa caridade incomparável ha no seu coração bondosissimo tantos tesouros de ternura, de carinho e de meiguice, que é ela no lazareto a verdadeira providencia dos enfermos, sempre com o riso da esperança e da consolação a iluminar-lhe a frente.

«O povo na sua ignorância, na sua demasiada credulidade, habilmente exploradas pelos que só deviam ser seus verdadeiros mentores e guias, transformou o lazareto numa prisão de Ugolino ou numa caverna de Caco, onde os doentes sofriam as maiores sevícias, que iam dos ultrajes ao pudor até aos mais nefandos assassinatos. Tudo isso que não passou duma lenda, que foi apenas o objecto duma negregada especulação, converteu-se para o grande publico numa crença inabalável, numa verdade axiomática, que impossível seria desfazer ou destruir.

Miss Wilson teve que lutar tenazmente com esses arreigados preconceitos, superstições e terrores. Não foi sem grandes receios que os primeiros variolosos deram entrada no hospital de isolamento. A breve trecho, porém, se quebrou por completo o encantamento. Aqueles fantásticos horrores vão-se pouco a pouco diluindo, e no lazareto só foram encontrar a flama ardente da caridade a fulgurar intensamente num coração de mulher.

«Hoje é ali o génio do bem a espargir benefícios a flux, um foco de brilhante luz a alumiar tantas inteligências, um iris de paz e de esperança a acalentar corações atribulados».

Miss Wilson, com a implantação do novo regímen político, teve que abandonar a Madeira, mas regressou ao Funchal, vindo a falecer na casa do antigo convento de São Bernardino, em Câmara de Lobos a 18 de Outubro de 1916. A 15 de Abril de 1939, realizou-se a trasladação dos seus restos mortais para a capela do edificio, à rua do Carmo, em que se encontra a sede da congregação religiosa de que fora a fundadora.

Mary Jane Wilson, como acima se diz, fundou no ano de 1884 uma congregação religiosa diocesana, a que deu o nome de Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitorias, tendo recebido a inteira aprovação das autoridades eclesiásticas. Esta Congregação, que particularmente se destina aos trabalhos hospitalares e ao ensino elementar das crianças pobres, tem prestado entre nós os mais relevantes serviços, que todos sem excepção reconhecem, e sempre com o maior zelo e com a maior dedicação, não sendo hoje possível dispensar-se a sua benéfica acção na direcção dos estabelecimentos de assistência que lhe estão confiados. É já considerável o número dos seus membros que abnegadamente trabalham nas missões evangélicas da África Portuguesa.

Winter (*Dr. Hermann*). Briologista alemão que herborizou na Madeira nos principios do ano de 1912. E.. *Beitrag sur Kenntniss der Laubmoosflora von Madeira und Teneriffa* (Hedwigia, LV, 1914).

Wollaston (*T. Vernon*). Naturalista inglês que esteve no nosso arquipélago por quatro vezes, sendo a primeira em Outubro de 1847 e a ultima no verão de 1855. Coligiu importantes materiais zoológicos nas diferentes ilhas do arquipélago, especialmente nos ramos da entomologia e da malacologia, e tentou visitar as Selvagens, a bordo dum iate de recreio, não conseguindo porém desembarcar naquelas ilhas. E.: *Insecta Maderensia*, Londres, 1854; *Catalogue of the Coleopterous Insects of Madeira*, Londres, 1857; *Testacea Atlantica*, Londres, 1878; etc.. Esta ultima obra compreende a fauna malacologica dos Açores, Madeira, Selvagens, Canárias, Cabo Verde e Santa Helena.

Wollaston, como malacologo, está muito longe de poder ombrear com o barão de Castelo de Paiva, Albers e outros, e, como entomologista, é acusado de haver criado, sem necessidade, muitas espécies novas.

Os exemplares zoológicos que pertenceram a T. Vernon Wollaston, estão quasi todos depositados no Museu Britânico, havendo

porém uma colecção de conchas na posse dum tal Preston, comerciante de objectos de história natural (1921).

X

Xara. Os madeirenses dão o nome de xara branca ao *Centrophorus squamosus* e o de xara preta ao *Centroscymnus coelolepis*, peixes estes pertencentes à família Espinacida e que podem atingir o comprimento de 1 metro ou um pouco mais. A xara branca é ordinariamente mais pequena que a xara preta, segundo dizem os pescadores que tem pescado estas espécies.

As xaras são utilizadas na alimentação e tem um sabor semelhante ao do bacalhau. Os pescadores vendem às vezes como xara, a carne da tintureira (*Charcharias glaucus*).

Z

Zargo (*João Gonçalves*). Foi João Gonçalves Zargo figura homérica no início dos nossos empreendimentos e derrotas marítimas, tendo capitaneado o mais importante descobrimento que os marinheiros portugueses realizaram no primeiro quartel do século de quatrocentos, sob a fecunda e gloriosa acção do Grande Infante. O descobrimento da Madeira é o grande padrão imorredouro, que verdadeiramente marca o começo auspicioso da nossa odisseia de navegantes. Ele não representa somente uma notável expansão territorial dos nossos domínios como nação, mas sobretudo assinala a nossa primeira grande conquista como navegadores e futuros dominadores dos mares.

A este facto grandioso da nossa história anda indissolúvelmente ligado o nome do ilustre navegador. Não tem sido posta em saliente relevo a influencia que esta grande descoberta exerceu no prosseguimento dos nossos empreendimentos marítimos, mas não pode duvidar-se que ela foi sobremaneira notável, devendo o descobridor e primeiro colonizador da Madeira ocupar um lugar de destaque nas mais brilhantes páginas das nossas crónicas marítimas.

Gonçalo Velho Cabral, que descobriu as ilhas de São Miguel e Santa Maria, alcançou um nome mais aureolado na historia, porque um distinto biografo lhe traçou desenvolvidamente o perfil como navegador, empregando um largo trabalho de investigação histórica com aquele esmerado cuidado com que um descendente vaidoso das suas prosápias avoengas exalta as façanhas dos seus antepassados. João Gonçalves Zargo não teve um descendente que lhe escrevesse a biografia nem a seu respeito se fizeram pesquisas nos arquivos públicos, além do pouco que o Dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo encontrou nos documentos guardados no cartório municipal desta cidade. Daqui resulta uma notável escassez de notícias e informações acerca do grande navegador, sendo extremamente difícil fazer um ligeiro esforço biográfico em que os traços mais característicos da sua figura como guerreiro, navegador e colonizador fiquem ao menos esboçados nas suas linhas gerais (1921).

Zarco ou Zargo? A esta pergunta responde o erudito comentador de Frutuoso, que era também um distinto filólogo, dizendo que a primeira forma é a mais genuína de escrever este apelido e que tem por si os autores de melhor nota, mas que se tornou antiquada e o uso adoptou a segunda. Tendo nós consultado os mais antigos cronistas e escritores que se ocuparam, embora sumariamente, do descobridor do nosso arquipélago, como sejam Gomes Eanes de Azurara, João de Barros e Damião de Góis, verificámos que todos

escreveram Zarco, e que nas relações das viagens realizadas por Diogo Gomes de Sintra, contemporâneo do infante D. Henrique, e de Luis Cadamosto (1450), se adopta uma grafia idêntica. Numa carta régia de D. Afonso V, do ano de 1449, se lê a forma muito antiquada de Zarquo, que corresponde á de Zarco, adoptada pelos nossos antigos cronistas. O famigerado historiador das ilhas, que elaborou a sua obra no ultimo quartel do século XVI, usa a forma já modernizada de Zargo, devendo considerar-se como lapso do copista ou êrro de impressão a ortografia de Zarco, que se descobre em dois ou três lugares das Saudades, quando é certo que muitas dezenas e talvez centenas de vezes Gaspar Frutuoso escreve Zargo. Foi também esta a grafia sempre adoptada pelo anotador daquela obra. Todas as razões aconselham que a forma ortográfica a seguir actualmente deva ser a que usou o ilustre autor das Saudades da Terra e o seu erudito comentador.

Qual a origem do apelido Zarco ou Zargo, usado pelo ilustre descobridor da Madeira? João de Barros e depois Damião de Góis, em cuja esteira seguiu o cronista das ilhas Gaspar Frutuoso, disseram que Zarco ou Zargo era alcunha originada num facto heróico praticado pelo navegador e não apelido tomado na sua nobre ascendência. O sábio anotador das Saudades não compartilha da opinião daqueles cronistas, dizendo que as versões dadas por Frutuoso não podem ser tidas por verdadeiras e que elas são apenas um exemplo mais do sistema geral seguido na invenção das lendas: personalizar e decompor em uma fabula, mais ou menos verosímil, o nome próprio cuja origem seja desconhecida. E, em prova da sua asserção, cita alguns antigos nobiliários em que a ascendência do descobridor vem assinalada com o apelido de Zarco ou Zargo.

Não será inteiramente descabido referir neste lugar, embora duma maneira muito sumaria, as versões apresentadas por Gaspar Frutuoso e que acima deixámos apontadas. Num dos nossos recontros em Marrocos, sucedeu que um mouro, ousado e dextro cavaleiro, desafiou um dos guerreiros portugueses para um encarniçado combate, tendo este ficado vencido na luta, embora pagando heroicamente com a vida o seu extremado valor. Outro cavaleiro português e parece que mais alguns se seguiram no porfioso combate, tendo todos igual e desgraçada sorte, não consentindo o capitão da nossa praça que outras vidas se imolassem á sanha feroz do endiabrado mouro. Aparece então um cavaleiro que ainda se não notabilizara pelo seu valor, empregando os maiores rogos e instancias para que lhe fosse permitido arremeter o mouro vencedor. Ouçamos agora o autor das Saudades, no seu ingénuo e pitoresco dizer: «E logo o Soldado pedio o cavallo de hum cavalleiro que para o effeito escolheo; e, cavalgando nelle com adarga abraçada, e na outra mão um pedaço de páo, caminhou para o Mouro, que, em o vendo escaramuçando, se veyo mui soberbo a elle. E todas as vezes que queria ferir o christão, este não fazia mais do que desviar de si a lança do Mouro, o que fez até que, tanto que vio tempo e conjunção, remetendo depressa com o cavallo ao Mouro, lhe deo em descoberto tão grande pancada, que, atordoado o tomou pelos cabellos, e prezo o entregou ao Capitam; pelo qual feito foi dali em diante conhecido do Rey. Deste

valeroso Soldado dizem que precedeo João Gonçalves o Zargo, seu filho, ou neto; e outros dizem que este feito em armas fez o mesmo João Gonçalves; e por o Mouro que elle, ou seu pay, ou avô matou se chamar Zargo, lhes ficou a elles, ou a elle o mesmo apelido e nome.»

Tendo-se realizado a nossa primeira conquista africana em 1415 e sendo a Madeira descoberta quatro ou cinco anos depois, não é fácil acreditar que o avô do descobridor, certamente já bastante entrado em anos aquele tempo, pudesse ser o herói daquela façanha. Mais crível seria atribui-la ao pai, e, muito mais ainda, ao próprio navegador, mas parece que nem o cronista lhe ligou grandes foros de veracidade, porque, à narrativa do caso, acrescenta estas palavras: «a informação que tenho da ilha da Madeira conta este princípio de outra maneira:...». E logo a seguir nos diz que no cerco de Tanger «se mostrou tão cavalleiro o Zargo, que deo mostras de seu grande esforço, pelejando valerosamente diante dos Infantes, que por esta causa o estimavam muito. E neste logar e combate recebeu huma ferida em hum dos olhos de hum virotão que dos inimigos lhe tiraram, com que lhe quebraram hum olho. E como naquelle tempo chamavam zargo a quem não tinha mais que hum olho, ficou-lhe o nome por insígnia e honra de sua cavallaria; porque nella deo taes mostras e se assinalou por tão cavalleiro, que não foi pouca a ajuda de seu esforço e indústria na guerra, para o Infante D. Henrique se salvar e recolher ao mar, a tempo que já o Infante D. Fernando ficava captivo por traição e manha, como na Chronica d'El-Rey D. Duarte copiosamente se relata».

Diz Fr. Francisco Brandão, na *Monarchia Lusitana*: «Não ha que aceitar a explicação que o doutor Gaspar Fructuoso dá na historia das Ilhas, dizendo chamar-se.... Zarco de alcunha por ser torto de um olho ou por aver morto em Africa hum Mouro que se chamava Zarco....».

E ainda relativamente á origem do apelido do descobridor, vem transcrito numa das notas ás Saudades, o seguinte trecho dum trabalho genealogico de José Freire Monterroio Mascarenhas: «A Familia Zarco he quasi tão antiga como o reino, porque desde o duodécimo século se achão memórias della nos seus archivos. Ainda que sabemos que ha hum logar na provincia do Alemtejo, juncto á vila de Viana, com o nome de Zarco, sempre nos pareceu que não tomou delle o seu appellido, e que este procederia não de solar, mas de alcunha; porque esta palavra Zarco, assim na língua castelhana, como na portuguesa, significa o homem que tem os olhos esverdeados; o que Antonio de Nebrixa, no Diccionário, explica na língua latina com o vocábulo glaucus, e o mesmo diz Jeronymo Cardoso, no seu Vocabulário, e Ambrosio Calepino, no seu Diccionario; e assim foi dado por alcunha a huma pessoa, da qual passou por cognome aos seus descendentes».

Ficou para nós ignorado o nome da terra da naturalidade de João Gonçalves Zargo. Diz o Dr. Alvaro de Azevedo «que os autores duvidam da terra do seu nascimento: uns querem que fosse natural de Thomar por a família dos Zarcos ter ali fazenda, como diz o chronista Brandão; outros que de Lisboa; e alguns que de Matosinhos ou do Porto: onde Lousada diz que os Zarcos tinham uma capella..

Alguns dos antigos nobiliários madeirenses dão Zargo como nascido em Matozinhos, e o escritor D. Francisco Manuel de Melo, descendente do descobridor, também afirma que é ele natural daquela localidade. O terceiro capitão-donatario do Funchal, Simão Gonçalves da Câmara, neto do descobridor, deixou a sua capitania e estabeleceu residência em Matozinhos, onde faleceu em 1530 (volume I, página 207), conjecturando-se que o ser porventura dali oriundo, tradições de família ou bens que esta possuísse naquele lugar, determinassem a sua retirada para esse ponto do Continente. Todos esses motivos não constituem provas concludentes a favor da afirmativa do nascimento do grande navegador em Matozinhos, mas são certamente presunções dignas de toda a ponderação, devendo acrescentar-se que ainda há pouco nos foi asseverado que naquela localidade existe a tradição de que ali nasceu o descobridor deste arquipélago.

Qual a data precisa do seu nascimento? Lê-se numa das anotações á obra de Frutuoso: –não se sabe ao certo em que annos viveu João Gonsalves Zarco. De ser mancebo em 1419 e de haver o seu primogenito, João Gonsalves da Câmara, fallecido com oitenta e septe annos em. . . Março de 1501, e portanto nascido em 1414, inferimos que Zargo nasceu por 1395». Parece-nos que pouco além de 1390 se deve assinalar a época do nascimento de Zargo, para supor que ele teria entre 25 e 30 annos por ocasião do descobrimento, visto que alguns cronistas o consideram ao tempo, como mancebo e ainda pouco entrado em annos, não esquecendo que já se havia distinguido como navegador e se tinha conduzido heroicamente no segundo cerco de Ceuta.

A dar-se credito ao já citado linhagista Freire Mascarenhas, é João Gonçalves Zarco filho de Gonçalo Esteves Zarco e de D. Brites, que era filha de João Afonso, de Santarém, vedor da casa do rei D. João I. Gonçalo Esteves, que viveu nos reinados de Afonso IV, D. Pedro I e D. Fernando, era filho de Estevão Pires Zarco, que se dizia Vogado na casa d'Elrei e que exerceu cargos importantes na magistratura.

Embora o nome do navegador Gonçalves Zargo não fique mais aureolado de glória com a circumstancia de ter illustres avoengos e pertencer a uma família de tradições fidalgas, o que aliás para o tempo era de uma capital importância, manda a verdade dizer que o descobridor do arquipélago provinha de nobre estirpe e nessa qualidade frequentava como familiar a casa do infante D. Henrique.

Dizem-no os velhos cronistas Eanes de Azurara e João de Barros, afirma-o o historiador das ilhas, e o mesmo se lê nas mais antigas e acreditadas genealogias madeirenses. Num nobiliário de José Freire Monterroio de Mascarenhas, cujo manuscrito se encontra na Biblioteca Publica de Lisboa e que já acima fica citado, encontra-se uma genealogia de Zargo, remontando ao século XII os ascendentes conhecidos do ilustre navegador. Em nosso entender, uma das provas mais cabais da sua origem fidalga é a do seu casamento com D. Constança Rodrigues de Sá, filha de Rodrigo Aires de Sá, que foi representante de Portugal em Roma e ali casou com D. Cecilia Colona, filha do marquês e príncipe de Colona, que era das mais antigas, nobres e consideradas famílias do patriciado romano. Ainda agora nos foi isto confirmado por um ilustre investigador do Continente, depois de várias pesquisas realizadas em velhos e autorizados documentos (1921). É de notar que um casamento contraído naquela época em tais condições, quando Zargo não alcançara ainda o renome de afamado descobridor e nem era o opulento capitão donatario do Funchal, só poderia dar-se se o cônjuge fosse pessoa qualificada e de provada ascendência fidalga. Aires de Sá, que não perde ocasião de exaltar hiperbolicamente os méritos do descobridor dos Açores e que com manifesta injustiça se refere por vezes ao descobridor da Madeira, diz que João Gonçalves Zargo «era um homem de modesta origem. . . que conseguiu subir na Casa do Infante D. Henrique e que evoluciona para povoador», mas a verdade é que não aduz qualquer prova em favor da sua afirmativa, que aliás se acha em formal contradição com o que dizem os cronistas, os nobiliários e os costumes da época.

Diz o citado genealogista Freire Monterroio que Gonçalves Zargo começou «de muito rapaz a servir o infante D. Henrique», tendo pois um largo aprendizado na escola daquele ilustre e benemérito príncipe. Zargo distinguiu-se como navegador, havendo realizado várias viagens ao longo da costa africana, que era então o provado tirocínio, o árduo e experimentado curso dos nossos ousados mareantes. Afirmam alguns escritores, e entre eles Francisco Manuel de Melo, que o ilustre navegador fora o primeiro que introduzira nas suas embarcações o uso das peças de fogo, devendo-se, pois ao seu génio inventivo e ardor bélico este aperfeiçoamento na arte da guerra travada sôbre o oceano. Desempenhou o cargo de capitão das costas marítimas do Algarve e teve vários recontros no mar com mouros e castelhanos, dando sempre provas de estremado valor.

O descobridor da Madeira também se distinguiu como valente e arrojado soldado, deixando-nos as crónicas referências muito elogiosas da sua heróica conduta em Ceuta e em Tanger. Na primeira destas praças foi armado cavaleiro, e, na acção desastrosa de Tanger, muito contribuiu para que o embarque do infante D. Henrique se fizesse ao abrigo das investidas dos mouros. Diz a tal respeito Frutuoso: «com a indústria e esforço deste cavalleiro João Gonçalves o Zargo se recolheo e embarcou o infante D. Henrique nos navios que no mar estavam para esse effeito, ficando sempre o Zargo em terra recolhendo a gente que pôde e sustentando esforçadamente o ímpeto e peso dos mouros, que sobre elle vinham por entrar o Infante. E, depois de recolhidos com

perda de muitos Portuguezes, João Gonçalves se recolheu bem ferido, com trabalho e perigo, sendo os Mouros infenitos. Por este grande serviço que este magnânimo João Gonçalves o Zargo fez ao Infante, e por outros que tinha feito a El-Rey, o estimavam muito, e lhe dava El-Rey cargos de substancia, em que sempre se mostrava mui cavalleiro». Os seus descendentes continuaram as gloriosas tradições paternas, pois muitos deles, e especialmente os seus sucessores na capitania, distinguiram-se valorosamente nas praças de Africa, como já referimos nos artigos que a eles consagramos no primeiro volume desta obra (1921).

Pouco depois do descobrimento deste arquipelago e de realizada a partilha das capitancias, fez Gonçalves Zargo com sua mulher e filhos assentamento no Funchal e iniciou os trabalhos do povoamento e colonização da sua donataria.

«O capitão João Gonçalves Zargo, dizem as Saudades. . . , abrigando os navios aos ilheos que no cabo deste logar estão, por haver ali uma fermosa enseada, determinou de fazer em terra sua morada de madeira, a qual logo fez pegada com o mar em hum logar alto, onde depois a capitoa Constança Rodrigues fundou huma igreja de Santa Catharina.» Foi junto deste pequeno templo que teve Zargo a sua primeira moradia, que seria sem duvida uma mais que modesta e desconfortável habitação construída de madeira, dum só pavimento e despida de todo o aparato architectónico, como foram todas as primitivas casas que entre nós se construíram.

Já em outro lugar dissemos que foi no solitário retiro de Santa Catarina que Zargo dirigiu os trabalhos iniciais da colonização e lançou os fundamentos da futura vila, que rapidamente progrediu e ainda em sua vida atingiu um notável desenvolvimento. Sonharia ali com o progresso da capitania, de que era donatário, e com o engrandecimento da casa que fundara, entrevendo num futuro próximo as honras e os privilégios de que seriam cumulados os seus descendentes e sucessores. Teria talvez adivinhado que o monarca o galardoaria com os timbres da nobreza e com o uso dum brasão de armas, vendo já os pergaminhos dos seus netos esmaltados com a coroa de conde e de grandes do reino, como homenagem tributada aos serviços prestados pelo avô...

Alguns anos depois, transferiu o descobridor a sua residência para a margem esquerda da ribeira, no sopé do morro que teve mais tarde o nome de Pico dos Frias e próximo da capela que ali edificara com a invocação de São Paulo, afirmando-se que foi esta a primeira casa de moradia construída de pedra, que se levantou no Funchal.

O seu definitivo assentamento, onde passou a maior parte da sua existência, foi nas próximas imediações do local em que fez erigir a igreja da Conceição de Cima. Diz um antigo manuscrito: «determinou também fazer uma morada para si como fez em um alto que está sobre o vale do Funchal, logo defronte uma igreja de N. S. da Conceição para seu jazigo e dos seus». É a actual igreja de Santa Clara e a sua residência a antiga casa solarenga dos morgados Lomelinos, conhecida hoje pelo nome de Quinta das Cruzes, como

mais largamente se pode ver no artigo Moradias de Zargo, a página 395 do II volume desta obra, para onde remetemos o leitor.

Sabe-se que João Gonçalves Zargo se dedicou afanosamente à colonização da sua capitania, cuja sede cresceu rapidamente em importância, sendo um quarto de século depois do início do seu povoamento elevada à categoria de vila, ainda em vida do descobridor, e aproximadamente cinquenta anos mais tarde foram-lhe concedidos os foros de cidade, por alvará régio de 21 de Agosto de 1508. Pouco se conhece, em detalhados pormenores, do governo do primeiro donatário, mas também cousa alguma se sabe em desabono da administração pública da sua capitania. Uma acusação lhe tem sido feita: o atear o voraz incêndio que destruiu uma parte considerável do primitivo e pujante arvoredo que cobria esta ilha desde a orla do oceano até as cumiadas das montanhas. Este facto, que fica narrado com algum desenvolvimento a página 140 do 2.º volume do Elucidário, constituiu certamente uma arriscada temeridade, cujas funestas consequências os primeiros povoadores não souberam talvez avaliar, mas também é certo que uma rápida e larga colonização impunha a imperiosa necessidade de destruir parcialmente esses bastos e impenetráveis matagais, que somente um incêndio poderia reduzir às indispensáveis proporções e permitir uma imediata exploração agrícola. Segundo João de Barros, parece que esse incêndio, pela extensa área em que se alastrou, causou sérios prejuízos e embaraços à primitiva colonização, sendo também indubitável que a Madeira se repovoou rapidamente de espécies florestais e que a breve trecho se cobriu duma vasta e opulenta vegetação.

E de 1 de Novembro de 1450, a carta de doação, feita a João Gonçalves Zargo pelo infante D. Henrique, da capitania do Funchal, que pela mesma carta se transmitiria aos seus directos sucessores. Esta carta do infante foi confirmada pelas cartas régias de 25 de Novembro de 1451 e 16 de Agosto de 1461. Os privilégios e regalias concedidos por estes diplomas eram essencialmente os mesmos consignados nas cartas de doação, que tinham sido feitas aos donatários Tristão Vaz e Bartolomeu Perestrelo. Eram demasiadamente latitudinárias e até em extremo discricionárias as atribuições dos donatários, pois neles residia toda a jurisdição cível e criminal, com excepção da aplicação da pena de morte ou talhamento de membro. Eram senhores de água e vento, isto é, somente eles podiam ter moinhos, ou azenhas, sendo-lhes também reservados os direitos de fabrico de pão e da venda do sal. Tinham além disso a decima parte dos rendimentos destinados ao infante e a importante prerrogativa da distribuição dos terrenos incultos. Tudo isso constituía para os capitães-donatários do Funchal uma avultadíssima renda anual, tornando-se a casa dos donatários desta capitania, uma das mais opulentas do país. O 4.º neto de Zargo e 5.º donatário foi feito conde da Calheta e grande do reino. Os donatários do Funchal construíram um palácio para sua residência em Lisboa e viviam com grande fausto na capital. Não temos conhecimento de que Gonçalves Zargo tivesse reservado nesta ilha, para si ou para os seus sucessores na donataria, quaisquer terrenos ou bens de raiz, mas sabe-se que aos restantes filhos e genros fez doação de vastos territórios, como sejam o da Lombada, na Ponta do Sol (volume II, página 277), e ainda outros.

Entre os primeiros donatarios da Madeira foi Zargo o que gozou de maior prestígio e influencia, devido certamente ás qualidades pessoais que nele concorriam e não apenas á circunstancia de ser pessoa de maior qualidade do que Tristão Vaz, como diz Barros na sua primeira Decada. A escolha da capitania parece já indicar a superioridade do donatario do Funchal. As condições especiais da sede da donataria no que diz respeito à sua admirável situação, largueza do sítio para o desenvolvimento duma populosa povoação, amplidão do porto, feracidade do solo, pitoresco do logar e amenidade do clima, comparadas com as condições de flagrante inferioridade da outra capitania da Madeira quanto à natureza dos terrenos, clima, falta de praias e desembarcadouros, dificuldade de comunicações, etc., não deixam duvidas acerca das preferências concedidas a Gonçalves Zargo na partilha da terra encontrada pelos dois navegadores. Posteriormente, com o rápido e notável desenvolvimento do Funchal, foi sempre crescendo a influencia dos donatarios desta capitania, que por vezes abusavam dessa influencia, estendendo a sua jurisdição ás outras donatarias, com manifesta invasão das atribuições alheias, para o que em boa parte concorria a desastrosa administração dos capitães-donatarios de Machico e Porto Santo. Isto era até certo ponto sancionado pelos governos da metrópole, que não reprimiam os abusos e em documentos officiais chamavam ao donatario do Funchal o capitão da ilha, como se não existisse a capitania de Machico.

Como atrás fica referido, casou João Gonçalves Zargo com Constança Rodrigues de Sá ou de Almeida, que, segundo os mais autorizados linhagistas, era filha de Rodrigo Aires de Sá, que foi embaixador de Portugal em Roma, e de Cecília Colona, da nobilissima família romana dos marqueses de Colona. A seu respeito lê num artigo nobiliario: —«Família patricia romana, cuja origem remonta a Pietro de Colona, senhor dum castello perto de Roma, que viveu pelos anos de 1100. O seu 3.º neto Seiarra de Colona foi elevado a marquez em 1289, sendo mais tarde seus descendentes feitos príncipes de Colona e de Palestrina, e grandes de Hespanha, sendo das familias italianas uma das de maior prosapia....» Segundo as melhores probabilidades e conforme as genealogias que pudemos consultar, o descobridor do nosso arquipelago, quando veio dar começo aos trabalhos da colonização, trouxe em sua companhia sua mulher Constança Rodrigues de Sá, o filho primogénito João Gonçalves da Câmara e a filha Helena Gonçalves da Câmara, tendo já muito provavelmente nascido na Madeira o terceiro filho Rui Gonçalves da Camara, 3.º capitão-donatario da ilha de São Miguel. No artigo Filhos e Genros de Zargo (volume II, página 31) já nos ocupámos, embora rapidamente, dos primeiros descendentes do descobridor e para lá enviamos os nossos leitores, devendo apenas rectificar aqui a informação relativa a Garcia Gonçalves da Câmara, que é filho legitimo de João Gonçalves Zargo e de Constança Rodrigues, e não filho natural do illustre navegador, como ali se lê, informação colhida em fonte menos autorizada e que ao tempo tínhamos por fidedigna. No artigo Donatários, demos noticia da sucessão imediata dos capitães-donatarios do Funchal, descendentes em linha recta do descobridor até a dominação filipina, e a cada um deles consagramos com algum desenvolvimento um artigo especial a paginas 201

e seguintes do 1.º volume desta obra.

Procedeu de Zargo uma larga e brilhante descendência, que se espalhou pela Madeira, Açores, Brasil e continente português, sendo alguns dos seus membros os troncos de ilustres casas titulares. Diz um seu descendente, o grande escritor D. Francisco Manuel de Melo:

«... João Gonsalves Zargo, um varão famoso entre os nossos, porque não contando as casas mais antigas, de que por incertas não fazem memória, poucos homens havemos tido em Portugal de tão opulentas descendências, a quem devem sua varonia três condes deste apelido, Calheta, Vila Franca e Atouguia..... E por casamentos procedem de João Gonsalves 21 títulos deste reino». D. Afonso 5.º, por diploma de 4 de Julho de 1460, concedeu ao ilustre descobridor o uso de brasão de armas, que no mesmo diploma vem assim descrito: «huu escudo preto & ao pee huua momtanha berde sobre a quall estaa firmada & situada huua torre de prata amtre dous lobos d'ouro...». Nesta carta régia é o nome do descobridor designado por João Gonçalves de Câmara de Lobos e assim deveriam usá-lo os seus sucessores, o que na verdade parece não ter acontecido, nem ainda com o próprio Zargo. Do seu brasão de armas, do erro histórico que nele se nota, do apelido Câmara usado pelos seus descendentes, etc., já dissemos o suficiente no artigo Câmara, a página 198 do volume I deste Elucidario.

Morreu Gonçalves Zargo em idade muito avançada. É pitoresco o dizer dum antigo manuscrito: «Chegou a tanta velhice que em colos de homens se fazia levar ao pôr ao sol com que muito se corroborava. De ali dispunha as cousas da sua jurisdição, governando e administrando justiça com o seu entendimento inteiro, em que não experimentou nunca a imbecilidade de homem decrépito». Alguns antigos nobiliarios dão o navegador como falecido em 1451, outros em 1461 e ainda outro em 1471. Nada se sabe de positivo a tal respeito. O ano de 1451 não pode admitir-se, porque, pela carta régia de 4 de Julho de 1460, se vê que Zargo ainda vivia neste ano. A data de 1461, tida como mais provável, é a que melhor se harmoniza com os 40 anos de administração da capitania que lhe fixou o historiador das ilhas. Por outro lado, se admitirmos que ele nasceu entre os anos de 1390 e 1395, como acima dizemos, teremos que supor que contaria de 66 a 71 anos de idade, por ocasião da sua morte, o que certamente não corresponde á idade propecta de que falam os cronistas sobretudo naquela época. Aceitando o ano de 1471 como o do seu falecimento e ainda o de 1390 como o do seu nascimento, teria atingido 81 anos de idade, e deste modo a afirmativa unânime dos cronistas, quanto à sua decrepitude, ficava inteiramente justificada. Pode também afirmar-se que haveria porventura nascido anteriormente ao ano de 1390 e neste caso as datas de 1451 e de 1461 teriam também a sua possível justificação. São meras conjecturas, não existindo, por agora, elementos que nos habilitem a fixar com precisão o ano da morte do grande descobridor.

Foi Deus servido de o levar, diz o citado manuscrito, havendo governado a ilha.... não como senhor della, mas como pae e companheiro de todos os seus moradores». Os despojos mortais do descobridor foram sepultados na Igreja da Conceição de Cima, hoje de Santa Clara, que ele fizera erigir para seu jazigo e de seus descendentes. O túmulo de Zargo ficava na capela-mor, como aliás era praxe geralmente seguida àcêrca dos fundadores e padroeiros das igrejas. Algures se lê «que a obra se ordenou de sorte que a sepultura.... ficou no meio da capella-mór, com um túmulo de pedra em cima tão alto, que singularmente a faz venerável e respeitosa». Diz-se que, muitos anos depois, conseguiram as freiras a remoção do aparatoso mausoléu, que lhes interceptava a vista do altar, sendo talvez por essa ocasião que se tivesse procedido á trasladação das cinzas do descobridor da Madeira para o jazigo de seu genro Martins Mendes de Vasconcelos.

Inclinamo-nos a crer que esse atentado cometido com a remoção do mausoléu e a trasladação dos restos mortais do descobridor, se ele na verdade se deu, deveria ter-se realizado na dominação filipina, quando os donatários do Funchal deixaram de residir nesta ilha e passaram a ter uma acção governativa meramente honorífica, pois difficil é acreditar que eles permitissem aquela profanação da sepultura do seu ilustre ascendente e fundador da opulenta casa que usufruíam. Diz o comentador de Frutuoso que o sarcófago de Martim Mendes de Vasconcelos tem uma inscrição de letra gótica maiúscula, ilegível por gasta, e que no pavimento adjacente se vê uma grande lápide de mármore e nela o seguinte epitáfio:

S.^a DO CAPITÃO GASPAR MENDES DE UASCONSELLOS QUE MANDOU FAZER PARA SI E SEUS ERDEIROS POR SE TIRAR A PRIMEIRA CAMPA QUE AQUI SE POS COMO DECENDENTE DO PRIMEIRO MARTIM MENDES DE VASCONSELLOS QUE AQUI JAZ E PASSOU A ESTA ILHA A CASAR COM ELENA GLIZ DA CAMARA FILHA DE JOÃO GONSALVES ZARCO SEU DESCOBRIDOR DESTA. FOI FEITA NA ERA DE 1710

Neste epitáfio não há referência ás cinzas do descobridor e parece que também lhe não diz respeito a inscrição em letra gótica, segundo ouvimos a pessoa que tentou decifrá-la. Refere-se a Martim Mendes de Vasconcelos? Não faltou quem já supusesse que a lápide veio de Portugal e que lá cobria a sepultura dum ascendente do genro de Zargo. Quando em Março de 1919 se levantou o sobrado do pavimento da capela-mor da igreja de Santa Clara, descobriram-se ali duas lápides tumulares com epitáfios referentes ao 2.º, 3.º e 5.º capitães-donatarios do Funchal, como já fica narrado a página 217 e seguintes do II volume desta obra. Nada se encontrou ali respeitante ao descobridor.

A capela de Santa Catarina, a capela de São Paulo, a quinta das Cruzes e particularmente a igreja de Santa Clara são modestos mas memoráveis monumentos a recordar eloquentemente o descobridor e a descoberta da Madeira. Esses edifícios devem merecer aos poderes públicos, e especialmente às corporações administrativas que têm a sua sede no Funchal, o respeito e a veneração que por toda a parte se costuma sempre tributar aos objectos e às coisas que se acham intimamente ligados á vida dos homens ilustres. Corre-lhes a gravíssima obrigação de conservarem esses edifícios e de os preservarem, quanto possível, das injúrias do tempo. E, como noutras paginas deste livro já dissemos, é ocasião bem asada de fazermos uma especial referência ao montante de João Gonçalves Zargo, que sempre se conservou na casa das Cruzes e que uma tradição constante transmitida de geração em geração no seio da família que o possuía, faz indubitavelmente pertencer ao ilustre descobridor. Como tal foi sempre considerado, e a profunda veneração que ali se tributou em todo o tempo àquela relíquia, mais confirma ainda a verdade da sua origem. É uma arma antiga destinada a ser brandida com ambas as mãos e que não prima pelo esmerado do fabrico. Não tem por certo valor intrínseco ou artístico, mas vale muito pelos seus quinhentos e tantos anos de existência e mais que tudo por ter pertencido ao grande navegador que descobriu este arquipélago. É talvez a espada que Gonçalves Zargo empunhou em Marrocos, nas suas arremetidas contra os mouros, conquistando a fama de valente e arrojado cavaleiro. Essa relíquia veneranda encontra-se nesta cidade nas mãos de um estrangeiro, que a conserva com o apreço que ela verdadeiramente merece. Deveria no entanto estar na posse da Câmara Municipal desta cidade. A esta corporação administrativa cumpre promover a sua aquisição e guarda-la religiosamente nos seus arquivos, até que possa condignamente figurar no museu de arte e antiguidades que um dia se há-de forçosamente fundar nesta cidade (1921).

É antiga a ideia de erigir-se nesta cidade um monumento ao ilustre descobridor da Madeira, mas nunca chegou sequer a esboçar-se uma tentativa séria para que essa ideia se traduzisse numa realidade e deste modo se solvesse a dívida em aberto para com a sua gloriosa memória. Foi em 1918 que a Junta Geral mandou construir a maquete da estátua de Zargo, que deve levantar-se na Avenida do Dr. Manuel de Arriaga, no prolongamento da Entrada da Cidade. A maquete, que é da autoria do distinto escultor madeirense Francisco Franco, foi exposta no teatro municipal a 2 de Março de 1919, e por ocasião das festas do Quinto Centenário da Madeira se lançou na dita avenida a primeira pedra do monumento, tendo este acto revestido uma excepcional imponência, como já fica descrito a página 163 deste volume (1921).

Fora da cidade e lá no alto da serra, a dominar todo o Funchal, ergue-se no Terreiro da Luta uma estátua em bronze a João Gonçalves Zargo, que representa o ilustre descobridor no momento em que a caravela do seu comando se aproximava desta então ignorada ilha. Este monumento, que é produção do cinzel do escultor Francisco Franco, deve-se exclusivamente á iniciativa do antigo comerciante e distinto madeirense o comendador Manuel Gonçalves.

O poeta madeirense Francisco de Paula Medina e Vasconcelos publicou em Lisboa no ano de 1806 um poema a que deu o nome de Zargueida do qual e da Georgeida diz Inocencio: «Pretendeu embocar a tuba épica, mas vê que esta empresa era muito superior ao seu talento, e por isso nos dois ensaios que naquele género compôs, não conseguiu elevar-se jamais além da mediocridade. Ha contudo, em um e outro, episódios que não deslustram a sua musa e que se podem ler com gosto». Das composições de Medina e Vasconcelos, foi a Zargueida a que lhe deu maior renome e ainda hoje é de todas a mais conhecida. É um poema épico em oitava rima, moldado nas formas clássicas da antiga epopeia. Divide-se em dez cantos e contém mais de cinco mil versos. Trata do descobrimento da Madeira por João Gonçalves Zargo, aproveitando o apelido do descobridor para título do poema. Encerra uma série de interessantes episódios com algumas felizes divagações poéticas, entre as quais avulta a lenda de Machim. É somente no canto X que se faz a descrição do descobrimento desta ilha. Precede o poema um soneto dedicado a Bocage, a que este insigne poeta responde com outro soneto, que é sem divida a mais bela composição que neste volume se encontra (1921).

Os períodos precedentes acerca de Gonçalves Zargo, que ficam textualmente transcritos da primeira edição desta obra, devem ser cotejados com o que se acha exposto a paginas 354 e ss. do vol. I da I.a edição, como um mais amplo esclarecimento do assunto e ainda, como rectificação a algumas afirmações que então foram feitas, especialmente as notas referentes á época precisa do descobrimento e aos nomes dos que realizaram esse ocasional ou intencional empreendimento, (Vid. I-355). Outras novas informações, que em seguida apresentamos, oferecem também particular interesse a esta matéria.

No artigo «Alguns Documentos do Mosteiro de Santa Clara do Funchal», publicado a páginas 171 e ss. do volume IV do Arquivo Histórico da Madeira, pretende fixar-se a verdadeira «grafia» do apelido do capitão-donatario do Funchal, afirmando-se que deve escrever-se Zargo e não Zarco, como em muitos lugares se acha ortografado. Insere um documento referente ao ano de 1447, em que vem reproduzido e «fac-similado» aquele apelido com a forma ortográfica de Zargo. Uma pergunta ocorre naturalmente fazer: –Nos vinte e dois anos que decorreram do começo do povoamento até o ano de 1447 teria João Gonçalves usado sempre o seu apelido escrito com g e nunca com um c? Estas alterações em nomes, sobrenomes, apelidos e alcunhas não são actualmente raras e mais frequentes eram ainda em épocas passadas. O documento citado indica uma presunção que não deve ser inteiramente rejeitada, mas não estabelece uma afirmação incontestável de que não seja licito duvidar-se.

Convém observar que Gaspar Frutuoso, autor das Saudades da Terra, o Dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo, seu ilustre comentador, e a quase totalidade dos escritores que dela se tem ocupado empregaram a forma ortográfica de Zarco e não Zargo.

As conjecturas formuladas acerca do ano provável da morte de João Gonçalves Zargo ficaram inteiramente esclarecidas com os elementos fornecidos pelo valioso escrito inserto no «Diario de Noticias» do Funchal, de 23 de Abril de 1927, da autoria do distinto escritor João Cabral do Nascimento, em que indubitavelmente se prova que morreu no ano de 1467, o que constitui uma apreciável informação para a historia madeirense.

No citado «Arquivo Histórico», referente ao ano de 1939, foi publicado um desenvolvido artigo acerca do «montante» de João Gonçalves Zargo, de que acima se trata, procurando desfazer a opinião corrente dele haver pertencido a quem desde séculos se atribui, o que não ficou provado de uma maneira incontestável. Como é sabido, esse «montante» foi adquirido pelo benemérito industrial Henrique Hinton que o ofereceu ao museu Municipal do Funchal, onde se encontra depositado. A este assunto é de particular interesse o artigo publicado no «Diário da Madeira», de 16 de Novembro de 1939, que deve ser consultado pelos leitores que desejarem conhecer mais amplamente esta matéria.

A condigna homenagem a prestar à memória de João Gonçalves Zargo a que atrás se faz referência, teve a sua plena realização a 28 de Maio de 1934 com a solene inauguração da estátua erecta na Avenida Arriaga, como já ficou descrito a página 394 do volume II deste Elucidário.

Zeólito. O zeólito sodico ou mesótipo tem sido achado no leito da Ribeira dos Socorridos e apresenta-se em cristais aciculares. É um silicato hidratado.

Ziegler (*J. M.*). Publicou o *Physical Map of the Island of Madeira* (1856) que é considerado como uma das melhores cartas da nossa ilha que têm aparecido até o presente.

Zimbreiro (*Juniperus phoenicea*). Arbusto, raras vezes pequena árvore, de 1 a 5 metros, de tronco ordinariamente tortuoso; folhas escamiformes, embricadas, quasi sempre aplicadas; galbulas subglobosas, fuscas depois de maduras. Esta Pinacea tem sido achada na Rocha do Navio, em Santana, no Caminho de Larano (Porto da Cruz), etc.. No Porto Santo, onde foi outrora muito comum, só existia em 1903 um único indivíduo nas vertentes do Pico Branco. Produz madeira branca ou dum branco amarelado, muito menos aromática que a do cedro.

Os sítios dos Zimbreiros no Paul do Mar e no Caniço, e do Zimbral de Areia e Zimbralinha no Porto Santo, derivam provavelmente os seus nomes de aí terem existido zimbreiros noutras épocas.

Zimmermann (*Carlos*). Distinto naturalista suíço que se ocupou das diatomáceas madeirenses nos volumes VIII e IX da *Broteria*. É membro da Companhia de Jesus e foi professor no extinto colégio de S. Fiel.

Zita (*Ex-Imperatriz*). Chegou à Madeira, acompanhada do ex-imperador de Austria Carlos de Habsburgo, a 19 de Novembro de 1921, cerca das 10 horas e meia da manhã, no cruzador inglês Cardiff, tendo os dois esposos desembarcado na Pontinha e seguido daí para a «Vila Vitoria», onde fixaram residência. Em Janeiro de 1922 saiu a ex-imperatriz da ilha para ir buscar seus filhos que se achavam a educar na Suíça, regressando no dia 2 de Fevereiro, em companhia dos príncipes Francisco Oto, Adelaide Maria, Roberto Carlos e Carlos Luís, e passando toda a família a residir na freguesia do Monte, na quinta do banqueiro Luís da Rocha Machado, a partir do dia 18 do mesmo mês.

O ex-imperador Carlos faleceu na freguesia do Monte, a 1 de Abril de 1922, sendo o seu corpo depositado na igreja paroquial a 5 do mesmo mês, tendo a ex-imperatriz por tal motivo resolvido deixar a ilha, donde efectivamente saiu a 19 de Maio do referido ano, no transatlântico Infanta Isabel de Bourbon, que se dirigia para Cádiz. Antes de deixar o Monte, orou a ex-imperatriz por largo tempo junto do túmulo do seu esposo, havendo assistido também ás exéquias solenes, sufragando a alma do ex-imperador, que se realizaram na Sé Catedral no dia 27 de Abril.

Zonas de Vegetação. No artigo Flora (II-34), deu-se uma breve notícia acerca das zonas ou regiões vegetais que se observam na Madeira, como se verifica em todos os países montanhosos conforme as variadas condições do clima: Queremos chamar a atenção de algum interessado leitor para as páginas da *Flora do Arquipélago da Madeira* (216-222) do distinto botânico Carlos de Azevedo de Meneses, em que o assunto é tratado com mais largo desenvolvimento.